

Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira

A Revista de História (1912-1928):
Uma Proposta de Análise Histórico-Historiográfica

Volume I

Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012
Dissertação de Doutoramento em História sob a orientação do
Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem

Tese financiada pelo POPH – QREN – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, comparticipada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC através da Bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência SFRH/BD/41069/2007

Ao Caquito
À Tia Céu

Resumo

Nesta dissertação estudaremos a *Revista de História*, essencialmente pelo prisma da História da Historiografia. O objeto da nossa investigação carece de uma identificação prévia. A *Revista de História* foi criada no seio da Sociedade Nacional de História, como veículo de informação privilegiado do respetivo ideário e forma de difusão das ideias da instituição.

O periódico em causa é composto por 16 volumes (1912-28). Começou antes da Iª Guerra Mundial, terminou dois anos depois da Instauração da Ditadura Militar de Gomes da Costa e foi contemporâneo do *Integralismo Lusitano*, da *Renascença Portuguesa* e da *Seara Nova*. A questão que se coloca é: qual a relevância cultural e historiográfica da *Revista de História* no contexto em que se desenvolveu?

A Historiografia tem sido, muitas vezes, equiparada à Teoria da História numa perspetiva epistemológica, mas sobretudo filosófica. Sem esquecer ou ignorar estas aceções, é possível integrá-las num reduto amplo, ancorado na diacronia, a coberto de especulações com tendência generalizante. Um determinado discurso historiográfico ocorre em espaço e tempo próprios, que condicionam o que expressa. Para concretizar melhor o que está em causa neste trabalho, convém proceder a uma descrição detalhada das motivações – subjetivas e objetivas – e das fontes e metodologias nele implicadas. Esta dissertação resulta do interesse que desde sempre nutrimos pela História Contemporânea, na vertente cultural. A publicação em causa representa, pelo período em que se inscreve, um esforço de conjunto no que respeita aos periódicos da especialidade na época republicana. Por outro lado, a História da Historiografia também constitui disciplina a aprofundar, a exemplo do que há mais tempo acontece em Espanha, França ou no Brasil. Dentro da Historiografia, a escolha da diacronia como prioridade prende-se com uma atitude metodológica que procura conferir destaque à *historicidade* do objeto de investigação

Este estudo divide-se em três partes. Na primeira, procede-se ao enquadramento histórico, institucional e biográfico do periódico (capítulos 1 – 4). Num segundo momento, realiza-se a análise qualitativa de artigos da publicação, seguida de uma síntese dos conceitos historiográficos operatórios postos em prática pelos articulistas. (capítulos 5 – 9). A terceira parte deste trabalho contempla uma caracterização da *Revista de História*, assente num acompanhamento da atualidade patente ao longo da secção de *Factos e Notas* e no arranque do andamento dedicado à *Bibliografia* (capítulo 10). Exposto este percurso, concretiza-se um balanço epistemológico e ideológico da publicação (capítulo 11).

Trata-se de um periódico marcado pela diversidade temática, mas que não deve ser inserido numa única escola, frustrando qualquer prefiguração dos *Annales*.

Abstract

The topic of this dissertation is the *Revista de História*, mainly from the point of view of the History of Historiography. First, the object of our research requires prior identification. The *Revista de História* was created within the National History Society, as an important means of information of its views and a way of spreading the ideas of the institution.

The journal in question consists of 16 volumes (1912-28) and was first published before World War I. It ceased to exist two years after the beginning of the military dictatorship of Gomes da Costa and was a contemporary of the *Integralismo Lusitano*, the *Renascença Portuguesa* and the *Seara Nova*. The question is: how relevant was the *Revista de História* in the context in which it developed, from the cultural and historiographical point of view?

Historiography has been often equated to the Theory of History not just from an epistemological perspective, but above all from a philosophical one. Taking these particular conceptions into account, it is possible to integrate them into a larger extent, based on diachrony, thus protected from speculation and generalizing tendency. A particular historiographical discourse occurs in a particular space and time, both of which determine what is expressed. In order to be more specific regarding what is involved in this study, we will refer to the motivations – both subjective and objective – and the sources and methodologies used. This dissertation is a result of our particular interest for Contemporary History, from its cultural perspective. Bearing in mind the historical period, the publication in question represents a joint effort as far as the specialty journals in the Republican Era are concerned. On the other hand, the history of historiography is also a subject which requires deeper studies, similar to what has been happening for a long time in Spain, France or Brazil. Within historiography, the choice of diachrony as a priority implies a methodological approach that seeks to give priority to the historicity of the object of research.

This study is divided into three parts. The opening part presents the historical, institutional and biographical background of the journal (chapters 1 – 4). In the second part, a qualitative analysis of the contents of the articles is carried out, followed by a summary of the historiographical operative concepts used by writers. (Chapters 5 – 9). The third part of this study describes a characterization of the *Revista de História*, based on a follow up of modern times evident over the section of *Facts and Notes* and the section of *Bibliography* (1912-14) in chapter 10. Having presented this line of thoughts, an epistemological balance of the publication is then established (chapter 11).

This journal is marked by thematic diversity not to be inserted in a single doctrine, which impedes any prefiguring of the *Annales*.

Agradecimentos

Começo por agradecer ao Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, orientador deste estudo, a confiança que sempre depositou no meu trabalho, desde a escolha do tema, até à escrita. Estou-lhe igualmente grato pelas observações construtivas e pela possibilidade que me deu de assistir às suas aulas de *História da Historiografia* e de *Historiografia Portuguesa* do curso de licenciatura em História, com as quais muito aprendi, mormente no que respeita à análise de conteúdos de textos historiográficos.

A minha profunda gratidão estende-se à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que me concedeu uma Bolsa de Doutoramento (com a referência SFRH/BD/41069/2007), durante quatro anos, sem a qual a realização desta investigação estaria irremediavelmente comprometida

Agradeço também à minha mulher, Cristina, pelo seu amor incondicional, traduzido num companheirismo inquebrantável, criando sempre todas as condições para a realização desta tese, compreendendo os tempos que infelizmente não pude dedicar-lhe, em virtude da concretização deste labor intelectual. Muito obrigado pelo carinho e ternura nos momentos de desânimo e pela enorme força e energia que me transmite diariamente, sem as quais este trabalho teria sido impossível, fazendo de mim um privilegiado. Muito obrigado também pela existência do nosso filho, Ricardo Miguel, cujo sorriso vale infinitamente mais do que qualquer das páginas que se seguem.

Expresso igualmente a minha enorme gratidão ao meu irmão gémeo Ricardo, um ser humano excecional, que, apesar dos seus inúmeros afazeres, sempre se manifestou disponível para me ajudar a minorar a minha inépcia em questões técnicas de carácter informático, revendo e corrigindo todo o texto várias vezes, abdicando de incontáveis noites de descanso, e beneficiando-me sempre com o seu entusiasmo em relação a esta dissertação, enriquecendo-a com observações pragmáticas indispensáveis

Agradeço muito especialmente aos meus pais, pelo que não cabe num agradecimento e espero tentar transmitir ao Ricardo Miguel. A minha mãe é uma pessoa de uma esperança e bondade contagiantes e o meu pai leu, analisou e criticou em primeira mão e escrupulosamente a versão final deste texto, quando ela ainda a não era, de todo, apresentável.

Por outro lado, agradeço o amor das minhas avós, Clarinha e Palmira, bem como o dos meus sogros, pelo que não é exercício formal ou convencional chamar-lhes pais.

Não posso esquecer o Pedro e o Jorge Sobrado, amigos/ irmãos desde a infância – e respetiva família –, tributários da minha admiração sem limites.

São indispensáveis também palavras de enorme e profunda gratidão aos meus grandes amigos Lucinda Ribeiro e Manuel Maria de Magalhães, pela profunda amizade que nos une e com a qual fazem o favor de me honrar, ajudando-me enormemente em importantes, trabalhosos e decisivos detalhes técnicos desta dissertação, para mim de difícil execução, e que obrigaram a uma dedicação a este trabalho durante várias semanas, partilhando as minhas angústias e contribuindo decisivamente para atenuá-las e resolvê-las.

No mesmo sentido, dirigiu-se a colaboração dos excelentes amigos Rosa Paula Neves, Ricardo Pereira e Eurico Dias. A Rosa Paula, cuja amizade é fundamental para mim, traduziu para inglês o resumo deste estudo com imensa competência e inexcusável bondade. Ao Ricardo agradeço a cópia e o envio, por mim solicitados, de dezenas obras da Biblioteca Nacional, à qual se deslocou reiterada e sistematicamente. Ao Eurico estou grato pelas estimulantes conversas e pela partilha generosa de informações extremamente importantes, sem pedir nada em troca.

Quero destacar o enorme profissionalismo e o apoio incansável da D. Maria José da secção de Doutoramentos da Faculdade de Letras do Porto, mas não posso esquecer que fui sempre bem atendido na secção nas ausências da funcionária referida.

Cumpro aqui agradecer aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto, pela forma profissional e amigável como sempre resolveram as dúvidas e dificuldades que lhes fui insistentemente colocando. Destaco a Idalina Azeredo, a Rafaela, a D. Laura, a Márcia, a Ângela, a Marlene e o Jorge.

O meu abraço estende-se a todos os meus queridos familiares e amigos. Muito obrigado por existirem.

Índice Geral

Introdução	17
Parte 1: Enquadramento Histórico, Institucional e Biográfico da <i>Revista de História</i>	49
Capítulo I – Enquadramento Histórico da <i>Revista de História</i>	51
1.1 – A Viragem do Século	55
1.1.1– Economia e Política	55
1.1.2 – Sistema Político e Governação: Legislação Eleitoral e Modalidades de Voto	63
1.2– Primeira República	70
1.2.1 – Base Demográfica e População (1910/1926)	70
1.2.2 – O 5 de Outubro de 1910	74
1.2.3 – Os Primeiros Anos da República (1910/1917)	76
1.2.4 – O Sidonismo (1917/1918)	83
1.2.5 – Os Últimos Anos da República (1919/1926)	88
1.2.6 – Educação, Cultura e Meio Sócio-Cultural Lisboaeta Durante a I República	89
1.2.7 – A Ditadura Militar (1926/1933)	95
Capítulo II – As Revistas e a <i>Revista de História</i> : Uma Panorâmica	97
2.1 – As Revistas Como Fonte e Objeto de Estudo: Métodos e Técnicas de Análise	97
2.2 – Revista de Cultura na Europa e no Brasil Entre 1880 e 1930: a <i>Belle Époque</i> das Revistas	102
2.3 – Revistas Portuguesas de Cultura Geral ou Devotadas à Especialização Não Universitária	116
2.4 – Revistas Académicas e Universitárias de História: Panorâmica Internacional (Meados do Século XIX – 1930) e Nacional	121
2.5 – Revistas Universitárias de História em Portugal	160
2.6 – <i>Revista de História</i> – Um Periódico Institucional Dedicado a <i>Clio</i> : Académico, Não-Universitário, Fruto de uma Sociedade de Saber	162

Capítulo III – Apontamentos sobre a Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos: Instituição Criadora da <i>Revista de História</i>	179
3.1 – A Circular Fundadora da Sociedade Nacional de História	179
3.2 – Uma Sociedade de Saber, Herdeira das Academias?	182
3.3 – Os Primeiros Anos de Atividade da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos	192
Capítulo IV – Esboços dos Perfis Biográficos dos Articulistas da <i>Revista de História</i>	213
4.1 – Sócios da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos com Artigos na <i>Revista de História</i>	213
4.2 – Colaboradores da Secção de Artigos Não Sócios da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos	346
4.3 – Síntese do Capítulo	427
Parte 2: Análise Qualitativa de Artigos da <i>Revista de História</i>: Práticas e Discursos Historiográficos	429
Capítulo V – Da História Política à História dos Descobrimentos	431
5.1 – Ponto Prévio Sobre a Secção de Artigos	431
5.2 – História Política	435
5.3 – História Diplomática	462
5.4 – História Militar	485
5.5 – História Económica e Social	507
5.6 – História dos Descobrimentos	517
5.6.1 – História e Historiografia das Ciências Náuticas na <i>Revista de História</i>	520
5.6.2 – Artigos Sobre os Portugueses na Índia e no Extremo Oriente	527
5.6.3 – Estudos sobre o Brasil, a América Latina e América do Norte	537
5.6.4 – Estudos sobre África	548
5.6.4 – A História Eclesiástica e Religiosa da Expansão	548
5.6.5 – A História da Arte na e da Expansão Portuguesa	561
Capítulo VI: Da História da Cultura à História Eclesiástica e das Religiões	565
6.1 – História da Cultura	565
6.2 – História dos Intelectuais e das Ideias na <i>Revista de História</i>	578
6.3 – História da Arte	590
6.4 – História Eclesiástica e das Religiões	608

Capítulo VII: Da História da Historiografia às Ciências Auxiliares da História e à História Local	655
7.1 – História da Historiografia e Teoria da História nas Primeiras Décadas do Século XX	655
7.2 – Análise de Artigos de História da Historiografia	672
7.3 – Teoria e Filosofia da História	725
7.4 – Ciências Auxiliares e História Local	746
7.4.1 – Arqueologia	746
7.4.2 – Genealogia e Heráldica	749
7.4.3 – Arquivística e Bibliografias	754
7.4.4 – História Local	766
Capítulo VIII: Outras Áreas Disciplinares na Secção de Artigos	797
8.1 – Literatura	797
8.1.1 – A História da Literatura como dimensão estudada na <i>Revista de História</i>	804
8.1.2 – Ensino da História da Literatura	924
8.1.3 – Apontamentos Genéricos Sobre a Semântica e a História da Crítica Literária em Portugal: Prelúdios à Abordagem na <i>Revista de História</i>	929
8.1.3.1 – A visão de Fidelino de Figueiredo Sobre a História Crítica Literária	933
8.1.4 – A crítica literária na <i>Revista de História</i>	936
8.1.5 – Linguística na <i>Revista de História</i>	955
8.2 – Filosofia	967
8.3 – Geografia	971
8.4 – Antropologia	975
Capítulo IX: Conceitos Historiográficos Operatórios	979
9.1 – Documento/ Monumento	980
9.2 – Factos Históricos	983
9.3 – Métodos	987
9.4 – Tempo Histórico	989
9.5 – A Verdade Histórica: Categoria de Conhecimento e Processo Histórico	1010
9.6 – Apontamentos sobre o <i>Modo Biográfico</i>	1021

Parte 3: Caracterização da <i>Revista de História</i>: Atualidade, Construções Historiográficas e Representações Ideológicas	1025
Capítulo X: A Atualidade na <i>Revista de História</i>	1027
10.1 – Atividade Científico-Cultural na Secção de Factos e Notas	1027
10.1.1 – Representações e Construções da Memória	1134
10.1.1.1 – Legitimação da <i>Revista da História</i>	1134
10.1.1.2 – Institucionalização da Publicação	1139
10.1.1.2.1 – A Promoção da Sociedade Nacional da História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos	1139
10.1.1.3 – Os Elogios Fúnebres como Ritualizações da Memória	1140
10.1.1.4 – A Divulgação de Atividades Científico-Culturais e a Internacionalização do Periódico	1142
10.1.1.5 – Intervenções Sobre o Presente Histórico e a Cultura Coeva	1145
10.2 – Atualidade Bibliográfica no arranque da Secção de Bibliografia (1912/1914)	1148
Capítulo XI – Balanço Epistemológico-Ideológico da <i>Revista de História</i>	1203
11.1 – Os Intelectuais na <i>Revista de História</i> (Atividades e Representações)	1203
11.2 – Um Certo Pendor Historicista: Grupo, Movimento ou Escola?	1228
11.3 – Um Exemplar de um Nacionalismo Historicista: o Predomínio de uma Ideologia Proto-Científica Conservadora na escrita da Memória Histórica Nacional	1244
11.3.1 – Concepções Teóricas de Nacionalismo e a Realidade da <i>Revista de História</i>	1246
11.3.2 – Usos Historiográfico-Ideológicos de Memória Histórica	1258
11.3.2.1 – Jesuitismo, Anti-Pombalismo, Anti-Maçonismo	1260
11.3.2.2 – Conservadorismo, Tradicionalismo e Pensamento Contra-Revolucionário	1264
11.3.2.3 – Entre o Nacionalismo Cultural Historicista e uma Certa Hispanofilia	1271
11.4 – Historiografia Erudita sem Esquecer Alguma Divulgação Científica: Confirmação de uma Revista Académica	1273
Conclusões	1277
Referências Bibliográficas	1305
Anexo	1402

«A estruturação e afirmação de qualquer ciência ou ramo do saber passa não só pelos seus cultores, pela investigação e pelo ensino, como pelos principais veículos de divulgação de resultados, designadamente livros e revistas. (...) Com o acelerado desenvolvimento dos diversos domínios científicos – tanto do âmbito das ciências experimentais, como do das ciências humanas e sociais –, de modo particular desde meados do século XIX, o papel desempenhado pelas revistas passou a adquirir uma relevância crescente. (...) A renovação da história passa também, em grande medida, pelas revistas de história (...) Trata-se de uma temática ainda insuficientemente estudada, não obstante o interesse de que a mesma se reveste»

José Maria Amado Mendes, *Desenvolvimento e Estruturação da Historiografia Portuguesa, Revistas de História; A Renovação da Historiografia Portuguesa, O Grande Surto das Revistas de História e o seu significado* in *História da História em Portugal, Séculos XIX-XX*, Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp.211;337

Introdução: A *Revista de História* sob o prisma da História da Historiografia

Objeto, Motivações, Objetivos e Estrutura da Dissertação

O objeto central deste estudo é a *Revista de História* (1912-1928), publicada em dezasseis volumes e sessenta e quatro números, portadora de uma periodicidade trimestral. A estruturação e o desenvolvimento da ciência da história dependeram da criação de órgãos de comunicação e difusão dos respetivos resultados, desde meados do século XIX, na Europa, mas também noutros continentes.

Tornou-se, deste modo, relevante o estudo do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, de forma a tentar ajudar a diminuir a escassez de investigações em Portugal sobre publicações dedicadas a *Clio* e à História da Historiografia.

Do nosso ponto de vista, a História da Historiografia constitui um domínio de estudo no seio da história como ciência. Ocupa-se, em diacronia e sincronia, das condições espaço-temporais, institucionais e biográficas de surgimento e desenvolvimento do ofício dos historiadores. O trabalho dos cultores de *clio*, enquanto conhecimento científico, comporta uma vertente profissional e outra disciplinar. A primeira concita um enquadramento sócio- cultural, no qual se integra, e a segunda implica um conjunto de princípios, valores, mas também de paradigmas, modelos, teorias, conceitos, métodos, que determinam a escrita historiográfica, entendida como ponto de convergência de práticas historiográficas, discursos e representações, portadores de uma dimensão epistemológica e outra ideológica. O ofício dos historiadores incorpora as funções e o estatuto do trabalho historiográfico.

A escola da Faculdade de Letras do Porto, na qual nos licenciámos, confere grande importância à pesquisa de fontes primárias e à crítica documental. É evidente que este enquadramento modelou a nossa personalidade e terá reflexos na investigação.

A História é uma ciência e a Historiografia uma área específica que depende daquela. A História da Historiografia que se irá abordar é devedora, entre outros, de Carbonell, Vitorino Magalhães Godinho e A. H. de Oliveira Marques, no que respeita ao seu estatuto, e das diversas contribuições da “*Storia della Storiografia*”, ainda que não esqueçamos a relevância, para o (nosso) posicionamento teórico, de outras revistas como os “*Annales*”, ou a “*History and Theory*”. Esta última privilegia a Historiografia nas suas vertentes epistemológica e filosófica.

Esta investigação parte do enfoque já exposto. Interessa a Historiografia enquanto atividade desenvolvida por vários historiadores, num espaço e tempo determinados.

Este estudo ajudará a esclarecer as práticas do fundador e dos colaboradores da “*Revista de História*”, numa perspetiva que não esquecerá o percurso biográfico das personalidades em causa, seguindo o exemplo, entre outros, do Professor Carvalho Homem. Tentaremos entender o grau de envolvimento de vários autores na Sociedade de Estudos Históricos e a ligação existente entre esta e a *Revista*, que nasceu no seu seio.

Este trabalho divide-se em três partes. Na primeira procede-se ao enquadramento histórico, institucional e biográfico do periódico (capítulos 1 a 4). Num segundo momento, realiza-se a análise qualitativa de conteúdos dos artigos da publicação, seguida de uma síntese dos conceitos historiográficos operatórios postos em prática pelos articulistas. (capítulos 5 a 9). Esta abordagem assenta na análise das razões e motivos que levaram os autores a escrever os seus artigos, sem esquecer o público ao qual se dirigem e, sobretudo, os principais assuntos versados, mormente aqueles que evidenciem os instrumentos e conceitos historiográficos operatórios envolvidos nas práticas historiográficas em causa (documento/ monumento; factos; métodos, tempo e verdade). Este trabalho implica uma inserção sub-disciplinar dos estudos – baseada numa escolha da nossa responsabilidade –, sublinhando a evolução de dimensões e domínios pertencentes à História, destacando ainda outras disciplinas, como a Literatura, a História ou a Geografia. A preponderância do estudo dos artigos nesta investigação deriva do facto de constituírem, em nosso entender, o centro da publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo – seguindo, de resto, uma tendência no mesmo sentido patenteada por periódicos congéneres a nível internacional – dado que, através deles, define-se o campo de estudo preferido, uma vez que os artigos constituem o principal elo de comunicação pelo qual a publicação se responsabiliza e a base de conhecimento disciplinar assumida no periódico. Por outro lado, a secção de artigos domina as nossas atenções porque ocupa cerca de dois terços do espaço da *Revista de História*, constituindo-se *como o respetivo coração*¹.

A terceira parte desta dissertação contempla uma caracterização da *Revista de História*, assente num acompanhamento da atualidade, patente ao longo da secção de *Factos e Notas* e no arranque do andamento dedicado à *Bibliografia*. Exposto este percurso concretiza-se um balanço epistemológico da publicação (capítulos 10 e 11).

¹ Cfr. Margaret Stieg, *The Origin and the development of Scholarly Historical periodicals*, Alabama: The University of Alabama Press, 1986, pp. 189-190.

A Sociedade Nacional de História, posteriormente designada Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, teve antecedentes institucionais noutras congéneres europeias, participando de um esforço europeu de implementação. Convém indagar as características da *Sociedade* (...) sem excluir a conjuntura internacional da qual emerge e a que dá corpo. Da *Sociedade* (...) conhecem-se, essencialmente, os estatutos e algumas notícias publicadas anualmente na *Revista de História* por Fidelino de Figueiredo. Fidelino de Figueiredo tem merecido estudos e trabalhos académicos de Mestrado ou Doutoramento, mas julgo que ainda não foi abordado, tendo em conta a sua atividade na *Revista de História*.

Este trabalho de âmbito biobibliográfico contempla os membros da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos que sejam colaboradores da secção de artigos da *Revista* (...) e também os articulistas do periódico que não pertençam à referida instituição de origem. O levantamento de uns e outros, comporta a indicação da data de nascimento e morte e da respetiva profissão, bem como, sempre que possível, a origem social e geográfica dos autores em causa, seguindo uma metodologia próxima de uma Historiografia de preocupação sociológica sobre os intelectuais.

A nossa investigação procurará atingir, na medida do possível, os seguintes objetivos gerais: integrar a *Revista* (...) na sua época (1ª República; 1ª Guerra Mundial e Ditadura Militar), de forma a perceber se estes acontecimentos são tratados como objetos de estudo nos artigos do periódico ou, alternativamente, enquanto causas de uma eventual crise conjuntural da Historiografia; comparar a *Revista de História* com eventuais modelos estrangeiros e nacionais; estabilizar a génese da *Revista de História* no seio da Sociedade Nacional de História, através da análise da escassa documentação disponível da *Sociedade*; reconhecer o papel do fundador da *Revista de História* na Publicação. Para tal, convém tentar responder a questões que se prendem com a notoriedade e o estatuto profissional de Fidelino Figueiredo: historiador *tout court*? historiador, crítico ou teórico da literatura? Convém não esquecer a eventual importância do texto de Fidelino, o *Espírito Histórico* (1910), para a integração da *Revista* (...), no âmbito da Filosofia e da Teoria da História. Note-se que em 1912 foi publicado na *Revista* (...) o artigo: *A crítica literária como ciência*.

Por outro lado, procuraremos perceber a relevância dos colaboradores da *Revista de História* e analisar o respetivo percurso intelectual (perfil bibliográfico e pertença a instituições culturais), de modo a compreender as suas práticas historiográficas, esclarecendo se o periódico constitui *grupo*, *movimento* ou *escola*. Esta tarefa é complexa. Vejam-se, a título de exemplo, as filiações teóricas díspares dos seguintes autores: Silva Telles (*Evolucionismo*); Pedro de Azevedo (*Erudição*);

Fortunato de Almeida (*História como tribunal e mestra da vida*); Fidelino Figueiredo (*Conciliação do Idealismo de matriz croceana com os preceitos rankeanos*).

O primeiro, segundo, nono e décimo primeiro capítulos desta dissertação são essencialmente baseados em bibliografia dita secundária, enquanto os andamentos que se estendem do quinto ao oitavo centram-se numa análise dos artigos da *Revista de História*. Por seu turno, no décimo capítulo encaramos as Secções de Factos e Notas e de Bibliografia igualmente como fontes primárias. A situação complica-se se tivermos em conta que no segundo andamento deste estudo recorreremos aos textos programáticos da *Revue de Synthèse Historique* e da *La Critica*. Também não esquecemos a circular fundadora da Sociedade Nacional de História ou o inventário publicado por esta instituição, intitulado *Revistas de História*, dado à estampa em 1915 (trabalhados no terceiro capítulo). Por outro lado, o quarto andamento desta tese é essencialmente enciclopédico, mas não esquece obras dos colaboradores do periódico publicadas fora dele e suas contemporâneas.

Em seguida, demonstramos o modo como serão compaginadas as diversas tarefas a realizar para cumprir os objetivos enunciados – todas direccionadas para a pesquisa, escrita e análise dos vários andamentos –, através do recurso ao resumo de algumas linhas de força das quais este trabalho tentará ser portador, configurando-se estas como características essenciais do estudo desenvolvido ao longo dos anos, no qual tentámos ser fiéis a uma matriz teórica afirmada desde o projeto da bolsa e sempre reiterada. Resulta importante lembrá-la, sucintamente, nesta ocasião. Esta dissertação inscreve-se, prioritariamente, nunca é demais sublinhá-lo, na História da Historiografia, cruzando-a com a História das ideias e dos intelectuais, concretizando uma abordagem detentora de nucleares afinidades com a História da Ciência de Clio. Procuraremos perceber o eventual contributo da *Revista de História* para a legitimação e institucionalização disciplinar da área de saber plasmada no título do periódico.

A publicação foi sempre encarada enquanto objeto central deste estudo, ao arrepio de um tratamento instrumental, que se eximisse a analisá-la na sua especificidade. Todavia, esse destaque, possuidor de autonomia, não impediu que nesta dissertação, a História da Imprensa surja subordinada a imperativos historiográficos, que não a anulam, mas colocam-na na estrita dependência deles e de um itinerário que afirma a escrita da História essencialmente como prática historiográfica, enquadrada do ponto de vista sócio-cultural. Será necessário um trabalho futuro que encare a publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo como parte da imprensa, analisando-a tecnicamente em função da evolução dos materiais impressos, integrando-a nesse conspecto e aprofundando as suas características, ao nível do suporte utilizado, dos caracteres tipográficos, da paginação, sem deixar de

incorporá-las numa reflexão que as reclama, dado que influenciam a edição e a distribuição da *Revista de História*, assim como a sua colocação no mercado ou o preço nele atingido.

As questões relacionadas com o mercado e a edição necessitam de uma investigação autónoma e independente, que nunca esteve nos nossos horizontes. Contudo, as origens do periódico e a sua génese interessaram-nos sobretudo no que respeita à sua natureza no plano dos conteúdos, comparando-a com revistas de história que a precederam, sem esquecer a génese que faz da congénere portuguesa uma publicação institucional, iniciada durante a Primeira República, devedora do contexto de instabilidade que preparara o *novo* regime. Todavia, a análise qualitativa de conteúdos da *Revista de História* constituiu o foco essencial da nossa atenção – assumindo-se como prioritária a abordagem da secção de artigos, sem esquecer as de *Factos e Notas* e a de *Bibliografia*. Bem pelo contrário, na medida em que estas possam ajudar a explicar aquela – exigindo a consideração de cada texto na sua especificidade, sem fazer *tábua rasa* de alguns elementos biobibliográficos do trajeto dos articulistas que ajudaram a enquadrar a análise de conteúdos e a perceber a respetiva gestação, condicionada por aspetos sócio-culturais. No entanto, nunca pretendemos ultrapassar os limites de um *Esboço de perfis biográficos dos colaboradores da Revista de História*. Note-se que um esboço é apenas isso, possui um carácter indiciário e exime-se a tentar aprofundar informações de teor biográfico, utilizando-as em nome da compreensão dos conteúdos da *Secção de Artigos*. Nessa medida, apenas traçaremos perfis biográficos, assumidamente lacunares, que não constituem biografias coletivas, nem redes de relações entre personalidades históricas, que exigiriam um estudo prosopográfico completamente independente. Esse trabalho autónomo também esteve sempre ausente dos nossos objetivos.

Por outro lado, a História da Historiografia que praticamos não trata os discursos historiográficos como unidades linguísticas, lexicais, morfosintáticas autónomas, embora sejam legítimas abordagens afins, para as quais não possuímos habilitações nem capacidade.

Preferimos concretizar um estudo que tentará entender as práticas historiográficas patentes nos artigos escritos para a *Revista de História*, sem desligá-las da restante atividade biobibliográfica dos seus autores, que os influenciou e foi condicionada por eles. Assim, os articulistas da publicação escreveram os seus textos tendo em conta o lugar que ocupavam espaço-temporal e estatutariamente na sociedade da época, dirigindo-se a um público letrado e erudito, de forma a partilhar conhecimentos. Daí que a análise de conteúdos que empreendemos procure esboçar as razões ou os objetivos dos cultores de Clio ao abordá-los. A síntese destes será

utilizada para ajudar a compreender o modo como os *historiadores* trabalharam, e as práticas historiográficas que concretizaram, utilizando conceitos historiográficos operatórios, aos quais consagramos um capítulo. Todavia, esta análise das potencialidades informativas, comunicacionais e historiográficas dos artigos da *Revista de História* subordinou-se a uma categorização prévia de conteúdos, distribuídos por áreas sub-disciplinares no âmbito da História e da Literatura, da Geografia e da Filosofia.

Natureza, Tipologias e Funções da História da Historiografia

Para sublinhar as opções descritas até este momento, testando-as e classificando-as teoricamente, convém integrar o nosso estudo num quadro conceptual amplo, dentro da História da Historiografia, contemplando e comparando os modos de a fazer, e propiciando uma aferição da nossa posição nesse conspecto, aproximando-nos mais de certas abordagens do que de outras, mas tentando uma configuração do objeto de estudo e da respetiva análise. Urge a distinção sumária entre História da Historiografia e Teoria e Filosofia da História. Apresentamos um ponto prévio. Há autores que entendem a Teoria da História enquanto foro disciplinar dedicado às reflexões relativas à discussão dos fundamentos do pensamento historiográfico, considerado como objeto abstrato, sem aplicação prática. Outros defendem que a prática historiográfica é um complemento à tramitação teórica, subordinado ao imperativo categórico configurado pelos ditames da teoria. Existem estudiosos favoráveis à inversão de predomínio. A teoria não é entendida como essência, pelo contrário, e pode diluir-se ou deixar de ser explicitada.

A nossa perspetiva identifica-se com a História da Historiografia, enquanto promotora da relação entre ambos os domínios contidos na designação e constitui-se como teoria aplicada a situações concretas. A relação aludida pressupõe hierarquias e confere precedência à História sobre a Historiografia, mas sem a anular, antes pelo contrário. A Filosofia da História pode ser encarada sob diversos prismas: enquanto disciplina, subdisciplina ou ciência autónoma; como método, objeto, ou conceito, e suscita várias questões relativas à natureza, ao objeto, com reflexos no enquadramento institucional que traduz um dos âmbitos de concretização da Filosofia da História, e pode ajudar a responder às seguintes interrogações colocadas por Berkley Eddins: “*how may single philosophies of history be evaluated, and in what ground may one philosophy of history be preferred to another?*”² A Filosofia da História pode ser encarada na sua vertente epistemológica ou teleológica. A primeira não nos

² Berkley Eddins – Historical data and policy decisions: a key to evaluating philosophies of history. In *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 26, n.º 3. Providence: Brown University, 1966, p. 427.

é totalmente estranha e identifica-se com uma dimensão reflexiva e crítica, enquanto nos desviamos da dimensão especulativa configurada pela procura de um *sentido* para as ações humanas, em *Deus* ou no *mundo*. A nossa escolha da História da Historiografia recebeu contributos vários, alguns deles já citados, mas não aprofundados. Começaremos por abordar a influência das posições de Charles-Olivier Carbonell no nosso trabalho, e pensamos que se tornam mais claras agora, dado que temos vindo a expor o modo concreto como assimilamos empiricamente as suas ideias sem a elas nos referirmos explicitamente.

Num texto que consideramos seminal, pelos caminhos que abriu e permitiu desbravar, intitulado *Pour une Histoire de l'Historiographie*, publicado no primeiro número da Revista *Storia della Storiografia*, relativo a 1981, o historiador francês elabora um manifesto a favor da sua disciplina de eleição, reclamando a respetiva prática e escrita como um exclusivo de historiadores.³ Procede, desde logo, à desmontagem de certos preconceitos, evidenciados inclusive por muitos colegas de profissão e responsáveis pela desconfiança face à História da Historiografia que, no caso português, se encontra nos dias de hoje ainda longe de ser cabalmente ultrapassada, embora haja avanços nesta matéria na atualidade. O afastamento ou a distância de historiadores relativamente à História da Historiografia pode dever-se à consideração e/ou conjugação de quatro atitudes que convergem, situando-a fora da História: a *vaidade*, a *degradação*, a *mutilação* e a *rejeição*. A História da Historiografia foi sendo escrita durante dois mil anos sem que aqueles que se lhe dedicaram a denominassem enquanto tal ou a constituíssem como disciplina, concretizando-se este processo durante o século XIX, e na passagem de oitocentos para novecentos. Até a materialização desta realidade, os historiadores que se debruçavam sobre a atividade de outros cultores de *Clio* faziam-no, não raro, de modo laudatório, apologético. endeusando-os e divinizando-os, recusando-se a relativizar aquilo que perspetivavam como absoluto, transcendente, comprazendo-se em produzir elogios que alimentavam, eventualmente, a vaidade de quem os fazia. A Historiografia podia comparecer como algo intangível, etéreo, oracular, vagamente esotérico. Ora, conforme ficou demonstrado, pretendemos contrariar esta visão, na linha de Carbonell, dado que escolhemos um objeto concreto devidamente situado, imanente ao devir humano e dele dependente. O segundo preconceito que tentaremos evitar encontra-se devidamente circunscrito pelo historiador francês, que se reporta à natureza limitada de certas Histórias da Historiografia produzidas no século XIX e que constituem apenas inventários de nomes de autores e de obras, não aprofundando qualquer das

³ Cfr. Charles-Olivier Carbonell *Pour une Histoire de l'Historiographie*. In *Storia della Storiografia*, vol.1. Milão: Jaka Book, 1981, pp.7-25.

duas componentes e contribuindo decisivamente para a degradação de uma área subdisciplinar na qual se deveria investir para além da elaboração de bibliografias regressivas, de inegável interesse heurístico, mas que nele se não esgotassem. Outro dos preconceitos frequentemente associados à História da Historiografia deriva da desvalorização das fontes secundárias como base documental dos trabalhos historiográficos, sob pena de serem encaradas como menos originais. Ora, conforme já comprovámos no caso da *Revista de História*, a natureza das fontes depende do uso que lhes dão os cultores de *Clio*. Relembre-se que o periódico em questão será por nós tratado como fonte primária que não se encontra mutilada ou diminuída mesmo quando serve de suporte e instrumento de consulta a investigações que nela não se centrem, utilizando-a episódica ou parcialmente, à medida das respetivas necessidades. O fetiche pelas fontes primárias pode implicar a rejeição de certas abordagens situáveis no âmbito da História da Historiografia.

Numa investigação recente, publicada sob a forma de artigo, intitulado *Towards a new theory-based history of historiography*, Horst Walter Blanke devota-se a um exercício incomum, e necessário, que consiste na descrição informativa formalizada das tipologias referentes aos diversos modos de praticar e escrever História da Historiografia. Assim, refere-se a dez abordagens historiográficas que não obrigam os estudiosos a seguir em exclusivo uma delas, permitindo e incentivando combinações diferentes⁴. Deste modo, existem: a História de autores; de obras; os *textbooks*, a História das Instituições; a História dos métodos historiográficos; a concatenação de temas, métodos e modelos interpretativos (História intelectual); as *Histórias-Problema*; a concentração no estatuto social da Historiografia; a História social da Historiografia e a reflexão historiográfica meta-teórica. A primeira e a segunda abordagem citadas são suscetíveis de trilhar caminhos absolutamente autónomos, contudo, a respetiva conciliação é possível e, em nosso entender, desejável, conforme já explicitámos anteriormente.

Por outro lado, os *textbooks* consistem no agrupamento selecionado de textos dos historiadores, por forma a serem posteriormente utilizados como panorâmica da respetiva atividade historiográfica, eventualmente ao serviço de fins pedagógico-didáticos ou heurísticos, estes últimos integrados numa perspetiva que salguarde intuítos científicos especializados, pertencentes ao âmbito da investigação. No nosso estudo, a publicação autónoma de excertos de obras e artigos encontra-se ausente, o que não significa que nos furtemos a apresentar várias citações no corpo do texto, sempre que se justifiquem, para que cada leitor possa confrontá-las com os nossos

⁴ Horst Walter Blanke- *Towards a new theory-based history of historiography*. In Peter Koslowaki (org.), *The discovery of historicity in German Idealism and historism*. Berlim: Springer, 2010, pp. 223-267.

enquadramentos e as descrições ou interpretações que realizamos, incentivando a perspetiva pessoal de cada um. A *Revista de História*, em certa medida, é uma *instituição*, dado que se constitui como uma organização (com uma hierarquia, da qual faziam parte um diretor, uma redação nunca especificada, mas em nome da qual eram assinadas notícias das Secções de Factos e Notas e de Bibliografia e colaboradores), e teve origem numa outra, a *Sociedade Nacional de História* (objeto do terceiro capítulo deste trabalho), que a dotou de um conjunto de regras, eventualmente pouco formalizadas, mas possuidoras de um teor indicativo, ainda que escassamente definido. Não concretizaremos uma abordagem assente numa metodologia que ressalte essencialmente a dimensão institucional, jurídica ou grupal do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, comparecendo a primeira apenas na justa medida em que se considera a revista em análise institucional, académica e não universitária.

No entanto, o nosso enfoque é subsidiário de uma História da Historiografia problematizante, que procura entender se e em que medida o seu objeto central de estudo contribuiu para a certificação científica – profissional e disciplinar – da História na sua época em Portugal. Assim, as *Histórias-Problema* a que Horst Walter Blanke se refere não são necessária ou exclusivamente aquelas que a Historiografia dos Annales prodigalizou do ponto de vista da atitude metodológica. Também comportam um tipo específico de História da Historiografia que pode escolher como objeto a diacronia de disciplinas individuais, a relação entre disciplinas e sub-disciplinas ou a receção de eventos históricos particulares. A nossa investigação centra-se essencialmente na diacronia de uma disciplina central no interior de uma publicação, relacionando-a com sub-disciplinas e outras disciplinas, conforme tivemos ocasião de afirmar numa fase precedente desta introdução.

A História da Historiografia concita múltiplas funções. Destaquemos algumas, em sintonia com Walter Horst-Blanke. Esta área do saber pode assumir vertentes científicas e ideológicas, separadas ou conjugadas, afirmando-se como base de apoio ou de crítica dos poderes dominantes. Por outro lado, é passível de constituir-se como plataforma que absorve, situa e condiciona construções teóricas, que se lhe submetem. Também pode verificar-se a instrumentalização da História da Historiografia pela Teoria da História. Optámos, neste estudo, pela penúltima função enunciada⁵.

Em seguida, expomos uma breve e muito lacunar revisão bibliográfica sobre a História da Historiografia em Portugal, que enquadre e ajude a contextualizar a nossa dissertação.

⁵ *Ibid.*, pp. 232-237.

Breve revisão bibliográfica sobre História da Historiografia (e temáticas afins) em Portugal

A revisão bibliográfica a que procederemos centra-se na História da Historiografia e exclui a abordagem do ensino da história. Logo em 1915, Fidelino de Figueiredo deu à estampa uma *Bibliografia Portuguesa de Theoria e Ensino da História*, publicada como anexo da segunda edição de *O Espírito Histórico*. Trata-se de um instrumento heurístico bastante útil.⁶

Em 1940, Vitorino Magalhães Godinho foi pioneiro na análise de problemas historiográficos, relacionando-os com a crise contemporânea. Decorria a Segunda Guerra Mundial na Europa quando, na sua dissertação de licenciatura, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, o autor construiu uma argumentação científica para responder aos problemas que como cidadão observava em Portugal, na Europa e no Mundo. Queria intervir civicamente na denúncia do regime político vigente no nosso país, de modo a contribuir, no plano intelectual, para ajudar mudar a situação. O trabalho em apreço intitula-se *Razão e História (introdução a um problema)*⁷. Nesta dissertação de licenciatura, o autor distingue a lógica transcendente da lógica formal, admitindo ligações entre ambas, mas ultrapassa-as, recorrendo a Kant, sem colocar, por outro lado, o empirismo totalmente de parte, consciente das respetivas necessidade e insuficiência. Dois anos depois, a Guerra continuava e os indesejáveis irracionalismo e misticismo recrudesciam. Assim, no estudo *A Historiografia Contemporânea Orientações e Problemas*, Magalhães Godinho rejeita a leitura do presente a partir de uma imposição dogmática e acrítica do passado como tradição. Por outro lado, o historiador coloca o problema do passado não apenas para o recapitular, nem tão pouco com o intuito de julgá-lo. Procura explicar a sua irreduzível especificidade e relacioná-lo com o presente, sem instrumentalizações recíprocas. Magalhães Godinho tenta ultrapassar a pura erudição, tendo-a em conta, sem a anulá-la ou postergá-la. Bem pelo contrário. Acrescenta-lhe uma inserção da História no âmbito da problematização sócio-cultural⁸.

Alguns anos volvidos, o autor reafirmou a confiança na ciência, na técnica, no alargamento geográfico e temático da história, acolhendo os contributos da história económica e social, na obra *A Crise da História e as suas novas diretrizes*⁹. Neste trabalho, o historiador contesta a *arquitetura tradicional* da história, tendencialmente

⁶ Fidelino de Figueiredo - *Bibliografia Portuguesa de Theoria e Ensino da História*, in *O Espírito Histórico*, 2.ª edição. Lisboa: Clássica Editora, 1915.

⁷ Vitorino Magalhães Godinho - *Razão e História (introdução a um problema)*, Lisboa: [s.n.], 1940.

⁸ Cfr. Vitorino Magalhães Godinho - *A Historiografia Contemporânea Orientações e Problemas*, Lisboa: [s.n.], 1942.

⁹ Cfr. Vitorino Magalhães Godinho - *A Crise da História e as suas novas directrizes*, Lisboa. Empresa contemporânea de edições, s.d.

política, militar e diplomática, baseada no primado da descrição anódina de factos, datas, reinados, batalhas

Num âmbito assaz diverso, em 1962, Carlos Abranches de Soveral, professor da Faculdade de Letras do Porto, publicou um artigo intitulado *História, Historiografia e Historiologia* na revista *Studium Generale*, Boletim do Centro de Estudos Humanísticos anexo à Universidade respetiva¹⁰. Trata-se de um estudo essencialmente teórico, no qual o seu autor se exime a enveredar pela história da historiografia, centrando-se numa reflexão conceptual, alicerçada na distinção entre *História, Historiografia e Historiologia*. A primeira é entendida como a realidade histórica, o processo existencial, correspondendo ao que acontece e flui, enquanto a segunda diz respeito a uma produção escrita, ao registo e interpretação da história, concretizando a respetiva transformação, baseada na expressão subjetiva do historiador, sem esquecer que o seu esforço se inscreve, igualmente, no âmbito de uma intenção coletiva. Por seu turno, a historiologia abarca e congrega as duas dimensões anteriores, constituindo uma abordagem filosófica acerca da historiografia. No entender de Carlos Abranches de Soveral, Tucídides foi o pai da historiografia, distinguindo-se pelo cunho alegadamente pragmático do seu trabalho. Fora da Teoria da História, é curioso verificar que Joaquim Veríssimo Serrão se interessasse por estabelecer uma diacronia essencialmente descritiva da Historiografia Portuguesa dos Séculos XIX e XX.

Ainda em 1962, Joaquim Veríssimo Serrão publicou a *História Breve da Historiografia Portuguesa*¹¹, que constitui essencialmente uma recolha de nomes, de personalidades e de obras, uma inventariação com fins descritivos, na qual quaisquer intuítos de problematização e interpretação resultam subalternos. O mesmo diagnóstico repercute-se e pode ser aplicado num estudo que começou a ser dado à estampa dez anos volvidos, intitulado *A Historiografia Portuguesa: Doutrina e Crítica*¹², no qual o autor apresenta, em três volumes uma panorâmica diacrónica da Historiografia Portuguesa, portadora de um aparato erudito mais vincado do que o patente no trabalho anterior. Em 1963, António da Silva Rego publicou um trabalho essencialmente de cariz metodológico e pedagógico, intitulado *Lições de Metodologia e Crítica Histórica*.¹³

Por seu turno, numa linha bem diferente da exposta nas linhas precedentes, assente na problematização e na inspiração extraída dos Annales, mormente da História Nova, Magalhães Godinho, nos seus *Ensaio III, publicados em 1971*, deu

¹⁰ Cfr. Carlos Abranches de Soveral – *História, Historiografia e Historiologia Studium Generale* Boletim do Centro de Estudos Humanísticos, volume IX, Tomo 2, Porto: Universidade do Porto, 1962, pp. 5-60.

¹¹ , Joaquim Veríssimo Serrão – *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa: Verbo, 1962.

¹² Joaquim Veríssimo Serrão – *A Historiografia Portuguesa Doutrina e Crítica, Volume I séculos XII-XVI*, Lisboa: Verbo, 1972.

¹³ Cfr. António Silva Rego – *Lições de Metodologia e Crítica Histórica*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963.

sequência a importantes contributos anteriores de sua lavra e traçou, de forma original, as diretrizes da Historiografia Portuguesa, republicando vários artigos, entre os quais pontifica o estudo *Historiografia Portuguesa do Século XX, orientações, problemas e perspectivas*, dado à estampa pela primeira vez em 1955 e que constituiu uma fonte de inspiração par nós, dado que configura um dos primeiros trabalhos empíricos na área da História da Historiografia, dedicado aos historiadores e suas obras, da autoria de um cultor de Clio profissional. A reflexão historiográfica em Portugal deve muito a Vitorino Magalhães Godinho e aos diversos trabalhos que lhe devotou, praticando nos três volumes dos *Ensaio*s, uma historiografia total, problematizante, aberta à interdisciplinaridade com a geografia, a economia ou a sociologia, incrementando a história da ciência e da técnica, mas também a das mentalidades, sem esquecer uma empatia pelo tempo presente, incentivando uma nova erudição, conferindo destaque a historiadores dos Descobrimentos – a sua época de estudo de eleição durante a maior parte do seu trajeto intelectual – como Duarte Leite. No terceiro volume dos *Ensaio*s comparecem alguns artigos previamente publicados no Dicionário da História de Portugal, dirigido por Joel Serrão. Na primeira parte deste estudo, subordinada à *Crise da História e suas novas diretrizes*, são abordados temas como; a história humana e a história natural; a história e a geografia; a história económica e social; história da técnica, civilização e vida mental e história da cultura. Na segunda parte, Magalhães Godinho debruça-se sobre diversos historiadores como Duarte Leite, Jaime Cortesão e Veiga Simões¹⁴.

Em 1974, precisamente no ano da *Revolução de Abril*, A.H. de Oliveira Marques publicou uma obra que a revisão bibliográfica não pode esquecer, ou pôr de parte, um contributo estruturante, basilar e indispensável; a *Antologia de Historiografia Portuguesa*. Este trabalho aposta na apresentação de diversos historiadores portugueses, através da pesquisa e publicação de excertos significativos dos seus textos. Essa recolha não é aleatória e percorre cronologicamente momentos significativos do pensamento historiográfico português, tal como os posteriores *Ensaio*s de *Historiografia Portuguesa*. As duas obras possuem uma introdução comum, na qual Oliveira Marques lamenta a escassez de trabalhos de História da Historiografia publicados em Portugal. O primeiro trabalho referido é uma seleta, em dois volumes, de textos considerados significativos de historiadores de várias épocas até ao dealbar do século XX. Nas suas escolhas nota-se o respeito de Oliveira Marques pela historicidade das práticas historiográficas que colige, eximindo-se a fazer interpretações explícitas sobre os excertos transcritos. Nota-se que o historiador

¹⁴ Cfr. Vitorino Magalhães Godinho– *Ensaio*s III, *Sobre Teoria da História*, Lisboa: Livraria Sá da Costa 1971. Este autor estudou, ao longo da sua vida, a evolução das Ciências Sociais e Humanas em Portugal, visando sempre o reforço da cidadania.

salvaguarda a objetividade e identidade dos materiais selecionados. Esta seleção não é aleatória e permite aos leitores potenciais encetar novas investigações, estimulando-as. No segundo trabalho citado, o autor reúne estudos vários de história da historiografia escritos entre 1960 e 1985, nos quais prolonga o tipo de prática historiográfica que acabámos de enunciar. Congrega, por exemplo, documentos sobre: os primórdios da Faculdade de Letras de Lisboa, o magistério de Vieira de Almeida, a historiografia regionalista na época do Abade de Baçal, entre outros temas, tais como uma aproximação às biografias de Fernão Lopes, de Jaime Cortesão e António Sérgio, todas indicadoras de uma linhagem metodológica e ideológica respeitada por Oliveira Marques, seguidor de uma análise crítica e empírica de fontes, avesso a lucubrações e especulações filosóficas abstratas. O esboço biográfico sobre Francisco Vieira de Almeida pretende conferir destaque a uma personalidade que foi alvo da denunciada censura salazarista.

Em 1976, fortemente influenciado e marcado pelo marxismo e pelo materialismo dialético, Joaquim Barradas de Carvalho publicou um estudo intitulado *Da Crónica Histórica à História Ciência*¹⁵.

No ano de 1982, Daniel de Sousa, publicou um trabalho essencialmente filosófico, intitulado *Teoria da História e do Conhecimento Histórico*¹⁶. Trata-se de um texto que pretende distinguir as várias aceções de Teoria da História, desde as que a identificam com a reflexão sobre o conhecimento científico e seus limites, até às que a aparentam com um exercício sobre o sentido da existência. No primeiro caso, ressalta-se o processo de autonomização da História como ciência do espírito face às ciências da natureza, prodigalizada na Alemanha na segunda metade do século XIX por autores como Dilthey, Wildeband, Droysen ou Rickert. Quanto à abordagem especulativa, Daniel de Sousa confere bastante espaço ao Marxismo e ao Materialismo Dialético. No mesmo ano surgiu outro trabalho também de natureza pedagógico-didática, mas dotado de uma perspetiva ideológica bem diversa. Trata-se de *Teorias sobre a História*, da autoria de Filipe Rocha, personalidade ligada à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Braga, que construiu uma espécie de manual para poder ser lido pelos alunos, dividido em três partes: a primeira, dedicada à diacronia das Teorias sobre a História, entendidas estas como conhecimento histórico; a segunda, subordinada às dinâmicas de foro existencial, que contemplam uma dimensão metafísica, na qual a indagação de Deus e da transcendência não está ausente. Num terceiro momento, o autor procura descrever os instrumentos conceptuais ao dispor do historiador na construção crítico-reflexiva de

¹⁵ Cfr. Joaquim Barradas de Carvalho – *Da Crónica Histórica à História Ciência*, Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

¹⁶ Daniel de Sousa – *Teoria da História e do Conhecimento Histórico*, Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

um conhecimento científico de natureza disciplinar. Esses instrumentos são, por exemplo, a explicação, a causalidade ou o tempo histórico. Este andamento é o mais útil à nossa pesquisa, mas Filipe Rocha parece não se contentar com o apuramento, a construção e interpretação de factos positivos, embora os considere imprescindíveis¹⁷.

Vários autores não deixaram de fazer importantes estudos sobre a Historiografia, nas suas vertentes teórica e conceptual.

Em 1986, num trabalho mais nitidamente historiográfico, António Manuel Hespanha preocupou-se com questões historiográficas, não deixando de interrogar a Historiografia Pós-Moderna no seu artigo publicado na Revista Ler História em 1986, intitulado *História Sistema: interrogações à Historiografia Pós-Moderna*¹⁸. Neste texto, o seu autor expressa algumas reservas face ao modo pós moderno de escrever história alegadamente presente nos dois volumes da *Identificação de um País* (...), dada à estampa no ano anterior por José Mattoso, nos qual se sacrifica, supostamente, uma ideia de sistema na análise historiográfica, em detrimento da valorização exclusiva do indivíduo e do *singular*

Por seu turno, José Maria Amado Mendes dedicou-se à *História como Ciência*, texto publicado em 1987¹⁹. Trata-se de um trabalho que foi realizado no âmbito das preocupações pedagógicas do seu autor, Professor na Faculdade de Letras de Coimbra, que pretendeu orientar os estudos dos seus alunos em meados dos anos oitenta do século XX, no que tange à problemática das fontes em história e à vertente teórica da ciência de clío. O historiador começa por debruçar-se sobre a natureza e evolução do conhecimento histórico, considerado diferente do patente nas Ciências Naturais e inscrito nas Ciências Sociais e Humanas. Amado Mendes não põe em causa este estatuto científico da História e sublinha a sua importância. Concordamos com esta perspetiva. Em seguida, o autor de *História como Ciência* estabelece a evolução do processo histórico, privilegiando a respetiva cronologia. Contudo, à história da historiografia acrescenta a metodologia da história (tendo em conta conceitos e problemáticas importantes como o tempo histórico) e a respetiva teorização (na qual não esquece conceitos e instrumentos imprescindíveis ao trabalho do historiador, como a explicação). Esta conciliação da História da Historiografia com uma teoria da história, extraída da prática historiográfica, e dela catalisadora, parece-nos relevante, a tal ponto que a partilhamos.

Em 1988, o historiador brasileiro Francisco Falcon traçou uma panorâmica diacrónica da Historiografia Portuguesa até aos nossos dias, publicando-a na revista

¹⁷ Cfr. Filipe Rocha – *Teorias sobre a História*, Braga: Faculdade de Filosofia de Universidade Católica Portuguesa, 1982.

¹⁸ António Manuel Hespanha – *História Sistema: interrogações à Historiografia Pós-Moderna*, in Revista Ler História, vol. 9, 1986.

¹⁹ Cfr. José Maria Amado Mendes – *História como Ciência*, Coimbra: Minerva, 1987.

brasileira *Estudos Históricos*²⁰. Existe uma edição portuguesa deste texto, dada à estampa na Revista da Faculdade de Letras do Porto, série de História.

Num trabalho de carácter bem diferente, José Mattoso reúne um conjunto de conferências dadas à estampa em 2002, que contemplam textos escritos em 1988 e outros em 2000. O volume intitula-se *A Escrita da História*. O trabalho deste historiador é essencialmente teórico. Debruça-se sobre a escrita da história, os materiais e os temas nela envolvidos, sem esquecer o respetivo ensino. Defende que a história é uma ciência com uma forte componente artística. No que tange à escrita historiográfica, comporta um discurso específico que, segundo José Mattoso, alberga três momentos: a reunião de marcas e vestígios do passado; a representação mental dos dados compilados e construídos e a produção discursiva por parte do historiador. O autor de *A escrita da História* sugere que os cultores de clío devem materializar um ofício assente na *contemplanção*, conceito despido, eventualmente, da sinonímia face a *transcendência* ou a *irrealismo*, ligando-se à realidade dos vestígios do passado, que cabe ao historiador interpretar²¹.

Em 1988, Ana Leonor Pereira destacou a posição de António Hespanha face ao papel dos indivíduos na História. No seu artigo intitulado *Problemas atuais da História*, a historiadora defende que deve haver um equilíbrio entre o individual e o coletivo na História²². Para esta autora, as ciências historiográficas necessitam de um *discurso do método*, ao arrepio da redução da historicidade a um sistema unidimensional assente no cientismo. Por outro lado, Ana Leonor Pereira solidariza-se com a primeira historiografia positivista e o seu alegado repúdio do sociologismo, defendendo que as *políticas da historiografia* devem situar-se entre a prática historiográfica e a reflexão filosófica²³.

Em 1991, António Manuel Hespanha voltou a interrogar criticamente certas posições historiográficas de José Mattoso, num artigo intitulado *A Emergência da História*, publicado na revista *Penélope*, no qual sublinhou a existência de dois problemas na historiografia do visado: a verificabilidade e comunicabilidade débeis dos respectivos objectos historiográficos e o risco de anacronismo, decorrente de uma hipertrofia da experiência existencial do cultor de clío²⁴.

Quando este artigo de António Manuel Hespanha foi tornado público, a divulgação da História encontrava-se na moda no mercado livreiro, nas televisões e

²⁰ Cfr. Francisco Falcon- *A Historiografia Portuguesa, esboço histórico-interpretativo*, in *Estudos Históricos*, vol.1, n.1, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas 1988, pp.79-99.

²¹ Cfr. José Mattoso- *A Escrita da História*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, *maxime* pp.5;11-22.

²² Ana Leonor Pereira-*Problemas atuais da História*, In *Revista de História das Ideias*, volume 11, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, pp. 579-639.

²³ *Ibid.* p. 577.

²⁴ António Manuel Hespanha - *A Emergência da História*, in *Revista Penélope*, Fazer e Desfazer a História, número 5, Lisboa: Edições Cosmos, 1991, pp 9-22.

nos jornais. O historiador alerta para alguns perigos e equívocos deste quadro, que se prendem com a domesticação indesejável do passado; a legitimação a todo o custo do presente do historiador; a adequação às categorias profundas de organização do real, tendencialmente unidimensional e totalitária; a prática de uma história redutora da diversidade humana.

Por outro lado, faltava realizar uma História geral da História ou da Historiografia em Portugal. Em 1996, o trabalho de José Maria Amado Mendes, Luís Reis Torgal e Fernando Catroga foi pioneiro, paradigmático e estimulante, dado que a *História da História em Portugal* apresenta uma visão de conjunto dotada de uma profundidade e extensão nunca antes verificadas, e preenche uma lacuna²⁵ no ofício de clío. Não partilhamos esta designação *História da História* e preferimos a que consagra a *História da Historiografia*, entendendo que exprime melhor a consagração da escrita historiográfica como resultado do trabalho dos historiadores e da prática historiográfica, que possuem um carácter científico e uma historicidade própria. Alternativamente, no prefácio à respetiva obra, Luís Reis Torgal, Fernando Catroga e José Maria Amado Mendes consideram que a *História da História* cumpre melhor esse e outros desígnios, mormente aquele mais discutível que encara a História como uma ciência especial, materializando uma *literatura de expressão científica*. Para os historiadores imediatamente ante-citados, a *História da História* comporta os três sentidos do conhecimento histórico: o científico, o pedagógico-didático e o conhecimento do senso comum (a consciência histórica, individual e coletiva). Em nosso entender, a expressão *História da Historiografia* também alberga estas dimensões e torna-se menos equívoca, dado que não se confunde com a História como devir ou realidade histórica.

Ainda em 1996, num artigo publicado numa revista espanhola, Pedro Cardim foi eventualmente o primeiro historiador de que temos conhecimento a abordar exclusiva e autonomamente a análise do discurso historiográfico como um dos aspectos centrais no trabalho dos historiadores, que costumavam eximir-se a tratar conceptual e metodologicamente esta temática, deixando tal responsabilidade a cargo de hermeneutas e estudiosos da literatura. O estudo em questão intitula-se *Entre textos y discursos. La historiografía y el poder del lenguaje*²⁶.

Ao longo dos anos 90 do século XX, incorporando desafios e interrogações da historiografia pós-moderna (parcialmente na linha de José Mattoso), Maria de Fátima Bonifácio desenvolveu vários estudos, de teor diverso, mas portadores de um

²⁵Cfr. Luís Reis Torgal; José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga (org.) – *História da História em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

²⁶Pedro Cardim - Entre textos y discursos. La historiografía y el poder de l lenguaje, *Cuadernos de Historia Moderna*, 17. In Revista da Universidad Complutense de Madrid, 1996, pp. 123-149.

denominador comum. Para a autora, as *grandes narrativas* legitimadoras de um sentido para a história e a historiografia foram sendo substituídas por dimensões teóricas intermédias e menores, até à consagração da desintegração da história científica. A referida historiadora defendeu, desde 1993, *O abençoado retorno da velha história*, sustentando uma crítica consequente ao estruturalismo braudeliano, tido como abstrato e exemplo do paroxismo atingido pela história científica, alegadamente desligada das ações dos homens e da vida das personalidades históricas. Como antídoto a este impasse, a cultora de Clio encorajou um regresso à narrativa e à historiografia como género artístico, sujeito a regras internas²⁷.

Em 1999, Fátima Bonifácio radicalizou o seu diagnóstico e a defesa da biografia e do estudo dos acontecimentos, aplicando-os à *Apologia da História Política*²⁸. No mesmo ano, a historiadora afastou-se das versões mais radicais do pós-modernismo, sobretudo da ideia do *fim da história*, postulando a existência e a necessidade de continuar a analisar *A narrativa na «época pós-histórica»*. Maria de Fátima Bonifácio defendeu, então, uma solução pós-moderna moderada, num momento percorrido por uma desintegração, pulverização e fragmentação do objeto historiográfico, portadoras de sinais de alarme e perigos, dos quais o historiador teria que estar consciente para atenuá-los e evitar a anarquia total. O nilismo ou o relativismo infrene são vistos com perplexidade pela historiadora, que defende que a narrativa historiográfica se subordina a regras que salvaguardam a existência de um referente exterior (a realidade histórica) neste género literário bem diferente da literatura *tout court*, dado que esta dá livre curso à imaginação, enquanto a história implica veracidade, verosimilhança e *regimes de verdade*, na linha de Ricoeur²⁹. Por seu turno, em 2002, Rui Bebiano defendeu um conjunto de ideias dotado, em nosso entender, de afinidades com a perspectiva de Fátima Bonifácio, aprofundando a importância, funcionalidade e a historicidade do discurso historiográfico. O autor considera que a história é um género literário e não deve haver drama quando se destaca a necessidade de abordar a narrativa historiográfica como algo que não é neutro, imparcial ou asséptico, veiculando, da forma aos estilos, as posições e ideossincrasias dos historiadores. O esforço intelectual de Rui Bebiano intitula-se *Sobre a História como poética*³⁰.

No entanto, boa parte dos trabalhos inventariados até ao momento, com raras e honrosas exceções, são essencialmente epistemológicos, constituindo reflexões

²⁷ Cfr. Maria de Fátima Bonifácio – O abençoado retorno da velha história. In *Análise Social*, n.º 122, 1993.

²⁸ Cfr. Maria de Fátima Bonifácio–*Apologia da História Política*. Lisboa: Quetzal, 1999.

²⁹ Cfr. Maria de Fátima Bonifácio– *A narrativa na «época pós-histórica»*. In, *Análise Social*, volume XXIV, n.º 150, pp. 11-28.

³⁰ Cfr. Rui Bebiano, *Sobre a História como poética*. In *Revista de História das Ideias*, vol. 21. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 2000.

sobre a natureza e o estatuto do conhecimento historiográfico. Convém também prestar atenção a estudos menos genéricos, mais sectoriais e portadores de abordagens de certo modo mais nitidamente empíricas, que inspiraram diretamente a nossa dissertação, numa linha que privilegia a historicidade do percurso dos cultores de clío e dos seus trabalhos, a exemplo da prática historiográfica materializada por Vitorino Magalhães Godinho e A.H. de Oliveira Marques, entre outros. A História da Historiografia, em sentido mais restrito, é tributária dos trabalhos de Armando Carvalho Homem, atentos à institucionalização universitária da Historiografia a diversos níveis.

Observamos ainda que as investigações de Doutoramento nesta área, demonstrativas de uma história da historiografia sectorial, na qual nos inscrevemos, estão numa fase de desenvolvimento, lento mas sustentado. São disso exemplo os esforços de Sérgio Campos Matos e Isabel Mota. Antes de rastrearmos os trabalhos destes autores, convém referir a única tese de licenciatura da qual temos conhecimento, situável no âmbito da história da historiografia. Trata-se de um estudo pioneiro, bastante pormenorizado da autoria de Aníbal Barreira, apresentado à Faculdade de Letras do Porto e publicado em 1971, com o título: *Aspetos do pensamento histórico em Portugal no século XIX*³¹. Em 1971, o autor deu à estampa um artigo sobre José Anastácio de Figueiredo, publicando oito anos volvidos outro, desta vez acerca de João Pedro Ribeiro].

Em 1990, Sérgio Campos de Matos publicou a sua dissertação de mestrado, intitulada *História, mitologia, imaginário nacional. A História no curso dos liceus (1895-1939)*, na qual se debruçou sobre a historiografia de divulgação no ensino médio, analisando e criticando fontes primária diversas, de modo a entender o contributo dos manuais escolares para a legitimação e institucionalização da história como saber construído, dando conta dessa construção tornando evidentes práticas historiográficas, discursos e representações, na sequência do levantamento exaustivo de uma problemática inerente às funções e ao estatuto da historiografia de divulgação e dos seus cultores. Este historiador concilia uma heurística rigorosa com uma hermenêutica que situa a história da historiografia no âmbito da história da cultura. Esta metodologia foi testada e aprofundada, oito anos volvidos, na Dissertação de Doutoramento do seu autor, intitulada, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*³². Neste trabalho, o seu autor desenvolveu um aparelho conceptual complexo, aplicando-o a um universo documental mais vasto, correspondente a um amplo espectro da historiografia de divulgação, nomeadamente as Histórias de Portugal publicadas por estrangeiros. O historiador desenvolveu os

³¹ Aníbal Barreira – *Aspetos do pensamento histórico em Portugal no século XIX*. Porto: Faculdade de Letras, 1970. [Dissertação de Licenciatura em História]

³² Sérgio Campos Matos – *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, 1998.

conceitos de memória social, cruzando saberes interdisciplinares, partindo de Maurício Hlbwacks até às tendências mais recentes e atuais. Fez o mesmo quando distinguiu *Nacionalismo* de *Patriotismo* e analisou as diversas modalidades e representações e correntes nomeadamente acerca das origens da nacionalidade.

Em 2001 foi publicada a dissertação de doutoramento de Isabel Ferreira da Mota, intitulada *Academia Real da História: a história e os historiadores na primeira metade do século XVIII*³³. Trata-se de um trabalho alicerçado numa exaustiva pesquisa de fontes, assente numa cuidadosa crítica documental.

No ano de 2004 foi dada à estampa a dissertação de doutoramento de Carlos Maurício, intitulada *A Invenção de Oliveira Martins*³⁴. Neste estudo, o seu autor debruça-se sobre o percurso pessoal e o discurso historiográfico de um dos pioneiros da historiografia portuguesa.

Há ainda que assinalar, sem qualquer exaustividade, as provas de Agregação de João Francisco Marques, Mestrados como o de João Paulo Avelãs Nunes, Sofia Gomes da Costa ou Eurico Dias.

Quanto às primeiras, João Francisco Marques realizou um trabalho pioneiro sobre a institucionalização da Teoria da História como disciplina académica, intitulado *Teoria da história e do conhecimento histórico: programa, conteúdos e métodos de uma disciplina da Licenciatura em História*, apresentado à Faculdade de Letras do Porto em 1990³⁵.

No que respeita aos mestrados, João Paulo Avelãs Nunes ocupou-se da evolução de uma disciplina, a História Económica e Social, lecionada na Faculdade de Letras de Coimbra, a partir de 1911. Analisou ampla e pormenorizadamente um conjunto extremamente amplo de documentos, de forma a aproximar-se da historicidade do objeto de estudo, consultando e abordando a legislação que regulava as Universidades, os currículos, os sumários de aulas, a correspondência e a bibliografia dos docentes. O historiador desenvolveu uma aprofundada crítica de fontes e procurou perceber uma questão específica relacionada com a *ascensão e queda do paradigma historicista neo-metódico*³⁶.

Por seu turno, Eurico Gomes Dias, em 2002, dedicou-se às construções da Idade Média em dois periódicos Oitocentistas: *O Panorama* e o *Archivo Pittoresco*. Trata-se de um estudo que se centra em representações historiográficas, trabalhando

³³ Isabel Maria Henriques Ferreira da Mota – *Academia Real da História: a história e os historiadores na primeira metade do século XVIII*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2001. [Dissertação de Doutoramento].

³⁴ Cfr. Carlos Maurício – *A invenção de Oliveira Martins*. Lisboa: Imprensa nacional Casa da Moeda, 2004.

³⁵ Cfr. João Francisco Marques – *Teoria da história e do conhecimento histórico: programa, conteúdos e métodos de uma disciplina da Licenciatura em História*. Porto: FLUP, 1990 [Relatório para a agregação em História].

³⁶ Cfr. João Paulo Avelãs Nunes – *A História Económica e Social na Faculdade de Letras de Coimbra. Ascensão e queda do paradigma historicista da escola neo-metódica*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2003 [Dissertação de Mestrado em História].

tematicamente uma época histórica, a medieval, e escolhendo fontes primárias, pormenorizada e escrupulosamente abordadas, pertencentes ao século XIX. Esta investigação de Eurico Dias situa-se no âmbito da história da imprensa, cruzando-a, implicitamente, com a história da historiografia. A transcrição e exegese documentais são a base metodológica deste estudo³⁷.

Em 2004, Sofia Gomes da Costa debruçou-se sobre a *Vida e Obra do Conde de Sabugosa (1845-1923): Questões Historiográficas Relacionadas com a Idade Média*³⁸. Neste trabalho, a autora recolhe extensa documentação sobre a vida e obra do Conde de Sabugosa, sublinhando a respetiva conceção de história, as metodologias utilizadas ou a presença de temáticas pertencentes à História Medieval e à História moderna.

Em 2006, fora do âmbito de Mestrados e doutoramentos, Judite de Freitas apresentou uma comunicação ao colóquio realizado na Universidade Fernando Pessoa, intitulado *Cidadanias: Práticas e discursos*.³⁹ A historiadora pronunciou-se sobre os desafios atuais do ofício de clío. No ano seguinte, foi publicado um artigo da mesma autora sobre dois arabistas: David Lopes e Pedro de Azevedo⁴⁰.

Em 2010, Sérgio Campos de Matos e Joana Gaspar de Freitas colaboraram num projecto internacional, dirigido por Ilaria Porciani e Lutz Raphael, intitulado, *Atlas of European Historiography The making of a profession 1800-2005*, dando à estampa o artigo denominado *Portugal*, que consiste numa panorâmica da historiografia Portuguesa desde a Academia Real da História até à atualidade. Este trabalho inclui um cálculo do número de historiadores profissionais portugueses, desde 1928 (eram catorze) até 2005 (altura em que havia 135)⁴¹.

Recuemos ligeiramente na diacronia, retomando, neste momento, a referência a trabalhos de índole menos empírica, dotados de cariz essencialmente teórico-conceptual, dos quais nos distanciamos mais, mas que são extremamente úteis para a compreensão dos conceitos historiográficos operatórios e foram publicados na última década. No ano 2001, António Horta Fernandes concluiu a sua tese de doutoramento

³⁷ Eurico Gomes Dias – *A Construção da história medieval portuguesa na imprensa periódica portuguesa de oitocentos: Os exemplos de O Panorama e do Archivo Pittoresco*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2002 [Dissertação de Mestrado em História Medieval].

³⁸ Sofia Gomes da Costa – *Vida e Obra do Conde de Sabugosa (1845-1923): Questões Historiográficas Relacionadas com a Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2004 [Dissertação de Mestrado].

³⁹ Este trabalho foi publicado em 2008, na Revista da Faculdade de Letras do Porto. Cfr: Judite de Freitas – Ser historiador e cidadão hoje. In Revista da Faculdade de Letras, História, volume 9, 3ª série, Porto: Faculdade de Letras, 2008, pp.357-374.

⁴⁰ Cfr. Judite de Freitas – David Lopes et Pedro de Azevedo: Deux contrastants arabo-islamologues dans l' historiographie portugaise. In *Portugal Marrocos*. Diálogos culturais, Porto: Afrontamento, 2007, pp. 63-74.

⁴¹ Cfr. Sérgio Campos de Matos e Joana Gaspar de Freitas – Portugal, in AAVV, *Atlas of European Historiography The Making of a profession*, Ilaria Porciani, Lutz Raphael, New York: European Science Foundation/ Palgrave Macmillan, 2010, pp.122-124.

sobre a teoria da história em Ortega e Gasset⁴². Nesse ano, A. Marques de Almeida debruçou-se sobre *A escrita da História: questões de teoria e de problematização*⁴³. Ainda em 2001, Fernando Catroga estudou a interligação de temáticas como *Memória, História e Historiografia*⁴⁴. Dois anos volvidos, o mesmo historiador analisou as Filosofias da História, interrogando escatologias e teleologias ao longo da especulação filosófica acerca do sentido da História⁴⁵. Em 2006, o historiador debruçou-se sobre a diacronia do conceito ciceroniano de *História Mestra da Vida*, concluindo que essa noção foi abalada na atualidade devido à alegada crise da história⁴⁶. No entanto, o referido culor de Clio continua a defender a necessidade de uma função social e cívica da história. Em 2010, Fernando Catroga abordou a memória histórica e historiográfica, uma vez mais, num trabalho intitulado *Os passos do Homem no Restolho do Tempo*⁴⁷. Bem diferente é o labor intelectual de Luís Adão da Fonseca, que, em 2004, se pronunciou-se sobre a inevitabilidade e necessidade de existência das narrativas historiográficas, num trabalho de natureza teórica bastante oportuno e fundamentado, assente na reflexão crítica acerca dos excessos do pós-modernismo, parcialmente encarado como um dos responsáveis da crise na dimensão social da escrita historiográfica⁴⁸.

Em 2007, Francisco Manuel Ferreira de Azevedo Mendes concluiu uma tese de Doutoramento na qual se debruçou filosoficamente sobre temáticas como crise na teoria contemporânea da História. Analisou os conceitos de *passividade* e teoria historiográfica. Trabalhou a questão da pós modernidade na Historiografia Internacional, não se pronunciando sobre o caso português. O autor estudou uma conceção historiográfica própria da filosofia crítica ou epistemológica da história, comum a personalidades como Raymond Aron, Henri Irenée Marrou, Michel Foucault, Paul Ricoeur e Paul Veyne⁴⁹.

Em 2010, Diogo Ramada Curto reuniu uma série de artigos escritos anteriormente, subordinados à teoria da história e ao método histórico. Este trabalho intitula-se *Múltiplas Faces da História*. Desde o título, o historiador perfilha uma visão

⁴² Cfr. António Manuel Horta Fernandes – *A teoria da história em Ortega y Gasset*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001 [Dissertação de Doutoramento em História e Teoria das Ideias, Especialidade de História e Teoria dos Paradigmas].

⁴³ Cfr. António Marques Almeida – *A escrita da História: questões de teoria e de problematização*. In *Clio*, Revista do Centro Histórico da Universidade de Lisboa, nova série, vol. 5. Lisboa, 2000, pp. 9-18.

⁴⁴ Cfr. Fernando Catroga - *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

⁴⁵ Cfr. Fernando Catroga - *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.

⁴⁶ Cfr. Fernando Catroga - *Ainda será a história mestra da vida?* In *Estudos Ibero-Americanos*, n.º 2. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, pp. 7-34.

⁴⁷ Fernando Catroga – *Os passos do Homem no Restolho do Tempo* Coimbra: Almedina, 2010.

⁴⁸ Cfr. Luís Adão da Fonseca - *As relações entre história e literatura no contexto da actual crise da dimensão social da narrativa historiográfica*, in Fátima Marinho (org.), *Literatura e História*, vol. 1. Porto: Departamento de Estudos Português e Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. pp. 267-287.

⁴⁹ Cfr. Francisco Azevedo Mendes – *Crise e passividade na teoria contemporânea da história. A transformação do tópico da Coerência Historiográfica*. Braga: Universidade do Minho, 2007 [Dissertação de Doutoramento em História/Teoria e Métodos].

poliédrica acerca do seu objeto de estudo, incentivando uma interdisciplinaridade com a Sociologia das representações e a Antropologia do simbólico. O autor confere relevância às condições de produção dos discursos historiográficos relacionadas com os contextos inerentes ao ofício do historiador. Especifica três: o contexto nacional, a crítica ao nacionalismo e a transcendência da nação. Por outro lado, Ramada Curto advoga que o atraso historiográfico português que diagnostica deve ser ultrapassado pelo controlo de modelos e métodos de pesquisa e não pela pura e simples importação respetiva. O autor considera que a explicação e a interpretação são fundamentais em historiografia, que deve ter em conta uma conceção experimental e não reprodutiva da história, assente numa tensão entre o *individual* e a *estrutura*. Por outro lado, Ramada Curto recebe influências do filósofo Foucault, do historiador Roger Chartier e do antropólogo Clifford Greetz, entre outros⁵⁰.

Ainda em 2010, Maria Manuela Tavares Ribeiro coordenou um volume intitulado *Outros Combates pela História*, resultante de um colóquio homónimo organizado pelo Centro de História do século XX, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Numa das intervenções, transformadas em artigos, Fernando Catroga pronunciou-se sobre o Valor *Epistemológico da História da História*, defendendo o carácter mediatizado do conhecimento historiográfico, da reflexão sobre ele e a importância da interpretação e da subjetividade dos historiadores neste processo⁵¹.

Por outro lado, acercando-nos, de novo, do tema de eleição desta dissertação, as revistas de História do século XX não têm merecido, segundo cremos, estudos de conjunto no seio da História e Historiografia da Imprensa, que muito devem aos levantamentos de Lúcia Veloso e às análises, entre outros, de José Manuel Tengarrinha, impulsionador do último trabalho citado.⁵²

Conhecemos apenas uma bibliografia muito útil de revistas de História dos séculos XIX e XX, por Rosalina da Silva Cunha, que cita a *Revista de História*, que nos vai ocupar. Apenas existe, julgamos nós, um pequeno mas precioso estudo exclusivamente acerca da *Revista de História*, realizado no âmbito de uma disciplina de pós-graduação de um Mestrado em História Contemporânea, realizado na

⁵⁰, Diogo Ramada Curto – *Múltiplas Faces da História*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

⁵¹ Cfr. Fernando Catroga – Valor Epistemológico da História da História, in Manuela Tavares Ribeiro (coord.) - *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

⁵² Em 2011, Maria Sidónia Tavares realizou uma dissertação de mestrado sobre o *Arquivo Histórico Português*, que contribui para atenuar a lacuna assinalada, no que tange a trabalhos afins. Sobre este assunto ver: Maria Sidónia dos Santos Nunes Tavares – *Descobrimientos e Navegações no Arquivo Histórico Português*, Lisboa: Faculdade de Letras, 2011 [Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimientos e da Expansão].

Faculdade de Letras de Coimbra, da autoria de Eloísa Maria Pereira Prista Cascão, intitulado *A Revista de História: Tentativa de Análise temática*⁵³.

Sobre Fidelino de Figueiredo são importantes, entre muitos outros estudos, os mestrados de Helder Bento Correia (que dedica um capítulo à Sociedade Nacional de História e outro à respetiva *Revista*) e Mário Carneiro, bem como os doutoramentos de José Cândido Martins e Pedro Serra. Recentemente, foi defendida uma dissertação de Mestrado na Faculdade de Letras de Lisboa, que constitui o primeiro estudo do género dedicado à Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, intitulado *A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no Contexto Historiográfico Nacional (1911-1928)*, da autoria de Ricardo Brito.⁵⁴

Indicações bibliográficas detalhadas dos autores citados no conspecto dos estudos fidelinianos e da história da imprensa serão fornecidas ao longo desta tese e na secção vocacionada para o efeito, a “Bibliografia”, por motivos de economia textual. Em seguida, explicitamos o diálogo pessoal que, partindo da história da historiografia, procuraremos desenvolver nesta dissertação.

Opções Historiográficas: Explicitação de um percurso pessoal

Diálogo da História da Historiografia com a História e Historiografia das Ciências

A História da Historiografia enquanto área disciplinar autónoma dentro da ciência da História pode estabelecer relações com outros âmbitos análogos, no que tange ao grau de autonomia de que possam usufruir. Nessa situação encontram-se a História da Historiografia das Ciências, a História das Ideias e dos Intelectuais. Começamos o nosso itinerário intelectual pela primeira área do saber referida, com o intuito de estabelecer comparações e fixar pontos de contacto e afastamento com a perspetiva da História da Historiografia que defendemos, de modo a explicar melhor o caminho trilhado nesta dissertação. Na atualidade, parte dos estudiosos que se dedicam à História da Historiografia das Ciências destacam apenas as ciências naturais, deixando de lado as sociais e humanas. Advogamos a independência de ambos os campos, mas consideramos que podem dialogar e relacionar-se, dado que partilham problemas estruturais de fundo comum, apesar do tratamento diferenciado

⁵³ Cfr. Eloísa Cascão – *A Revista de História: tentativa de análise temática*. Coimbra: [s.e.], 1991, [s.n] [texto policopiado].

⁵⁴ Ricardo Pinto de Carvalho Paulo de Brito– *A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no Contexto Historiográfico Nacional (1911-1928)*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, Junho de 2012 [Dissertação de Mestrado em História Contemporânea].

que lhes devotam. Todas as ciências pertencentes aos dois grupos citados possuem modelos, teorias, conceitos, metodologias, métodos e práticas.

Daí que pode, em nosso entender, aproveitar-se o diálogo que a História da Historiografia é suscetível de estabelecer com a Historiografia das Ciências, dado que pertence ao respetivo âmbito e à família de origem que esta configura, embora dela se autonomize, sem ofender ou prejudicar a identidade de ambas, ou obliterar uma dimensão epistemológica conferida por uma instrumental interrogação da Filosofia das Ciências, em correlação tangente com a respetiva História, menos intensa, em nosso entender, do que aponta o ponto de vista defendido por João Maria André: «A ligação entre História das Ciências e Filosofia da Ciência tem vindo a conhecer, ao longo deste século, significativos impulsos, talvez mais fecundos da parte dos próprios cientistas que, ao debruçar-se sobre a História das suas disciplinas, acabam por ser obrigados a abrir pistas que inscrevem a sua reflexão no campo da Filosofia da Ciência, do que da parte dos filósofos de profissão, epistemólogos na sua especialidade, que nem sempre reconhecem a importância que pode ter para uma correta e adequada visão da ciência o material de inegável valor que os historiadores vão armazenando na sua incursão pelo pó dos arquivos ou pelos sótãos esquecidos dos laboratórios. E, no entanto, parece hoje impossível questionar a relação do homem com a natureza, ao longo da modernidade, sem estar atento aos grandes modelos e às grandes metáforas através das quais essa relação se foi dizendo, assim deixando que nelas se dissessem, ao mesmo tempo, as grandes metamorfoses da natureza»⁵⁵.

A História da Ciência resulta, em certa medida, de um processo de adaptação do homem ao meio, característica de todo o conhecimento humano. Para sublinhar esta linha de raciocínio, convém definir História da Historiografia das Ciências, considerando, desde logo, que se perfila como reflexão incidente sobre a produção científica e a respetiva História, tendo em conta a evolução da História da Ciência, surgida institucionalmente em França em finais do século XIX e nos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial. No entender de Paulo César Coelho Abrantes: «A História da Ciência, enquanto disciplina autónoma é bastante recente. Essa autonomia envolve, basicamente, a possibilidade: de fixar objetivos cognitivos para o discurso historiográfico, independentemente dos objetivos de outros discursos; de desenvolver uma metodologia adequada a tais fins; de estabelecer padrões de avaliação dos produtos historiográficos; de formar especialistas na área e criar veículos adequados para a divulgação dos resultados de pesquisa. Na França, a

⁵⁵ João Maria André – Da história das ciências à filosofia das ciências: elementos para um modelo ecológico do progresso científico. In *Revista Filosófica de Coimbra*, vol. 5, n.º 10. Coimbra, 1996, p. 315.

primeira cadeira de História da Ciência foi criada no *Collège de France*, em finais do século XIX e seu perfil, à época, foi moldado pelo positivismo de Comte. Até hoje, o lugar que tal cadeira ocupa no sistema universitário francês evidencia a herança positivista: a História da ciência se pesquisa e se ensina em Departamentos de Filosofia.

Nos E.U.A, o crescimento e a concomitante profissionalização da área ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, provavelmente em consequência do clima de perplexidade diante do impacto crescente do conhecimento científico na sociedade. Passou-se a acreditar que o estudo da História das Ciências pode contribuir para uma melhor compreensão tanto das relações entre ciência e sociedade, quanto da inserção da ciência no contexto cultural mais vasto. Entretanto, a História da Historiografia da Ciência começa bem antes da institucionalização da disciplina. As curtas introduções históricas que se encontram em manuais científicos representam, provavelmente, o mais antigo género de Historiografia da ciência, que remonta à Antiguidade Clássica. O seu objetivo é fundamentalmente pedagógico: introduzir só conceitos, métodos, teorias, técnicas etc., utilizadas num domínio particular, num dado momento. Esta Historiografia é produzida, tradicionalmente, pelos especialistas do domínio em questão, sendo marcada por uma visão de História das ciências como um acúmulo contínuo e progressivo de conhecimentos»⁵⁶.

No século XIX reproduziu-se um modelo historiográfico das ciências derivado da Antiguidade Clássica, de teor essencialmente pedagógico, baseado na acumulação linear, progressiva e teleológica de conhecimentos. Era essencialmente *presentista* e podia ser praticado por cientistas ou de um modo filosófico. No primeiro caso, o passado das ciências constituía um exemplo a seguir no presente dos estudiosos, ilustrando-o, na segunda situação o passado subordinava-se e subjugava-se aos interesses do presente. Ainda hoje sobrevive o *presentista* na História e Historiografia das ciências, caracterizado pelo aprofundamento do anacronismo necessário e inultrapassável entre quem escreve e o objeto da escrita, inclinando-o, todavia, para uma discutível e perniciosa superioridade da concepção científica da atualidade. Constrói-se, deste modo, uma Historiografia apologética, não raro laudatória, promotora de um estatuto elevado a auferir pelo sujeito cognoscente que engendre uma narrativa de auto-justificação e legitimação. Contudo, esta forma *presentista* de escrever Historiografia das ciências parece-nos minoritária e não a subscrevemos, uma vez que oscila entre o pragmatismo dos cientistas, guiados pelas necessidades

⁵⁶ Paulo César Coelho Abrantes – *Problemas metodológicos em historiografia da ciência*, <http://pt.scribd.com/doc/54715603/C-ABRANTES-P-2002-Problemas-metodologicos-em-historiografia-da-ciencia> (acedido em 17 de Outubro de 2011).

actuais que os movem, e a busca de universais, de tudo o que é invariante ou regular, patente na actividade de certos filósofos.

Do nosso ponto de vista, a História da Historiografia enquanto estudo da ciência da História deve respeitar a historicidade e os códigos do nosso objeto de estudo – a *Revista de História*, seguindo a lição genérica já exposta de Charles-Olivier Crabonell. J. Roger, citado por António Augusto Passos Videira, defende uma perspectiva historicizante da História das ciências que subscrevemos e cujas virtualidades procuramos transportar para o nosso âmbito disciplinar de eleição: «Le Project d'une histoire historienne des sciences est de comprendre le passe dans ses propres termes. Strictu sensu, ce project est irréalisable, et l'historien le sait. Il ne peut prétendre, lui aussi, qu'a une connaissance "approchée", toujours soumise à complément ou à révision. Être historien, c'est d'abord un métier, une pratique, et dans l'exercice de ce métier, l'artisan utilisera tous les outils à sa disposition»⁵⁷.

A História e Historiografia das Ciências realizada por cientistas profissionais que não sejam historiadores, sociólogos, filósofos das ciências ou epistemólogos pode resultar num exercício retórico auto-contemplativo, que convém evitar, dado que «essa busca pela legitimidade pode fazer com que ideias, ideais e métodos da ciência sejam aplicados para além do seu domínio, constituindo uma situação de *cientificismo*. Por outro lado, temos a perspetiva historiográfica de historiadores e sociólogos, os quais se consideram muito mais críticos em relação aos valores veiculados e defendidos pelos cientistas. Esses últimos não seriam movidos por nenhuma preocupação ou interesse que não fosse a compreensão de como se deu o desenvolvimento da ciência. Para esse grupo, seria inaceitável conferir à História da ciência o direito e a possibilidade de legitimar a ciência. Segundo os opositores dessa conceção de História da ciência, a legitimação pressupõe uma imagem da ciência excessivamente problemática, posto que anacrónica, *presentista* e configurada por interesses individuais ou de grupo, só para citarmos alguns dos “defeitos” presentes na Historiografia cientificista da ciência»⁵⁸.

Tentaremos, nesta investigação, escapar a uma História da Historiografia portadora dos *defeitos ante-citados* que poderão ter contribuído para que a História e Historiografia das ciências tenham sido sempre consideradas subalternas ou auxiliares: «A consciência de que essas dificuldades acometem a História da ciência parece ter começado no início da década de 30. Além de ser uma ciência auxiliar, há ainda algo que é mais grave, a saber: esta situação secundária, ou auxiliar, marcaria a

⁵⁷ Op. Cit. In António Augusto Passos Videira – *Historiografia e História da Ciência*. p. 111, in http://www.casarui Barbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_1/FCRB_Escritos_1_6_Antonio_Augusto_Passos_Videira.pdf (acedido em 17 de Outubro de 2011).

⁵⁸ *Ibid.*

História da ciência desde o seu surgimento (...). A conceção da História da ciência como disciplina auxiliar é facilmente percebida no tipo de História produzida pelos cientistas (...). Seu maior problema decorre do facto de que esse género historiográfico dificilmente escapa à teleologia (...)»⁵⁹.

Entendemos que a posição secundária da História e Historiografia das ciências no âmbito de *clio* deve ser ultrapassada, dadas a transversalidade do seu objeto e as potencialidades inter e transdisciplinares que disso derivam.

De qualquer modo, encontramos-nos, pelo nosso percurso, mais próximos da abordagem historiográfica das ciências do que da sociológica ou filosófica, por esta ordem, inscrevendo-nos num esforço que não negligencia novas abordagens: «Por fim, a orientação representada pelo que chamamos de nova Historiografia da ciência (se quiserem, uma *Historiografia de historiadores*) reivindica uma autonomia para a História, com respeito a outras áreas que também tomam as ciências como seus objetos de investigação. A atividade historiográfica é vista como possuidora de padrões de avaliação de seus produtos e das finalidades que lhe são específicas, bem como métodos adequados aos seus objetos.

O historiador deve possuir uma sensibilidade apurada para o específico, para o facto em sua particularidade, tentando reconstituir o cenário histórico em sua multiplicidade. Evidentemente, isso não significa que o historiador deva ou possa abrir mão de critérios de seleção. Há, porém, uma pluralidade de interesses que podem vincular o passado ao presente, e o historiador deve estar consciente dos mesmos, esforçando-se por explicitá-los. O historiador, além disso, pretende compreender o passado, explicá-lo e não somente descrevê-lo. Para tal ele frequentemente é levado a vincular o interno ao externo da atividade científica (a inserção desta atividade no contexto de outras atividades e da cultura em geral) e reconstituir as imagens de ciência que fundamentam as razões dos agentes. Nessa tarefa explicativa, frequentemente o historiador lança mão de teorias antropológicas, sociológicas, etc., além de teorias estritamente filosóficas, como uma teoria da racionalidade. Sem falar da contribuição, frequentemente essencial de outros géneros históricos»⁶⁰.

Desvinculamo-nos, inteiramente, de uma perspetiva exclusivamente centrada na *teoria da racionalidade* como prisma de aferição do carácter proto-científico da *Revista de História*, preferindo entendê-la na sua especificidade, compaginando a análise dos respetivos conteúdos com o percurso dos seus colaboradores e o contexto histórico destes e do periódico. Esta asserção confirma a nossa integração numa História da Historiografia que concretiza uma descrição das práticas científicas

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ P. Abrantes – *Problemas metodológicos em historiografia da ciência...* p. 21.

veiculadas pelos eruditos e intelectuais participantes na publicação, de forma a indiciar a compreensão das imagens e percepções de ciência aí presentes, explícita e implicitamente. Defendemos a coordenação de visões *externalistas* e *internalistas* de ciência, na estruturação e concretização desta dissertação. Já no século XVII Francis Bacon assumia, através de metáforas, a possibilidade de configuração múltipla da atividade científica. Conforme sintetiza João Maria André, citando a certo passo o filósofo inglês: «Com efeito, no aforismo 95 da I parte do *Novum Organon*, distingue Bacon, nestes termos, dois tipos de filósofos de ciências significativamente representados por dois modelos metafóricos suficientemente expressivos: “Todos aqueles que se ocuparam das ciências foram empiristas ou dogmáticos. Os empiristas, à maneira das formigas, apenas amontoam e consomem; os dogmáticos, à maneira das aranhas, tecem teias a partir de si”. A uns e outros contrapõe o chanceler inglês a síntese superadora destes dois animais: mas o método da abelha situa-se a meio: recolhe a sua matéria das flores dos jardins dos campos, mas transforma-a e digere-a através de uma faculdade que lhe é própria»⁶¹.

Ensaaiemos uma abordagem que tenta um certo equilíbrio entre empirismo (crítico) e racionalismo. Mais uma vez afirma João Maria André: «Estas palavras apontam para a necessidade de conjugar as versões *internalistas* com as versões *externalistas* no que diz respeito ao estudo da ciência e da sua História. Trata-se de uma distinção que importa igualmente ter em conta, quando se procura articular a Filosofia das Ciências com a História da Ciência, na medida em que esta articulação pressupõe a superação de visões igualmente reducionistas do processo do progresso científico. Com efeito, uma visão *internalista* atenderia apenas à lógica interna do pensamento científico, às regras das suas metodologias, e à forma como coerentemente se estruturam as teorias, ou, aplicada à História, consideraria apenas pertinente para o estudo do desenvolvimento histórico do pensamento científico os elementos internos a esse mesmo pensamento (sucessão de teorias, intuições, hipóteses e leis, bem como a enumeração das respetivas refutações ou processos de substituição de umas teorias por outras); em contrapartida, as versões *externalistas* atendem sobretudo às circunstâncias externas que acompanham o desenvolvimento da ciência, como sejam os contextos históricos económico-políticos e institucionais ou os condicionalismos sociológicos que contribuem para o esclarecimento da irrupção de determinadas problemáticas ou mesmo para a realização de certas descobertas científicas»⁶².

⁶¹ J. M. André – Da história das ciências à filosofia das ciências..., p. 316.

⁶² *Ibid.* p. 318.

Na secção de artigos da *Revista de História* estão quase ausentes – com raras exceções – as Ciências Naturais e efetua-se um esforço de distanciamento face ao conjunto por elas formado.

Aproximações da História da Historiografia à História das Ideias

A História da Historiografia que praticaremos nesta dissertação aproxima-se de uma certa forma de concretizar a História Sócio-Cultural das Ideias, que não deve ser encarada como um bloco monolítico, estanque, impermeável a algumas influências.

Para melhor especificar esta afirmação, convém enquadrá-la diacronicamente, traçando a génese deste âmbito sub-disciplinar nascido no seio da História das Ideias, encarada esta sob a égide de um prisma fenomenológico, surgida devido ao impulso das Ciências do espírito na Alemanha no século XIX. Por seu turno, a perspetiva ontológica da História das Ideias institucionalizou-se devido ao impulso e à ação de Artur Lovejoy, que em 1936 escreveu um livro, *The Great Chain of being*, lançando uma revista quatro anos volvidos, intitulada *The Journal of History of Ideas*: «Francisco Falcon explica que a conceção teórica originária do campo da História das ideias remonta ao movimento do historicismo alemão do século XIX. Originalmente, esta conceção estava centrada no aspeto fenomenológico da criação intelectual, expressando a transcendência e autonomia das ideias dela resultantes relativamente às intenções do seu portador. Segundo tal conceção, as ideias resultariam de sua própria essência que, por seu turno, evoluiria de forma dependente apenas do curso da experiência temporal progressista, porém não da intenção pragmática do indivíduo, seu criador. Sendo assim, a conceção fenomenológica da História das ideias estava em busca do “espírito do tempo” radicado em determinada” cultura intelectual”⁶³.

Afastamo-nos da História fenomenológica das ideias, dado que, em nosso entender, estas não devem ser separadas das intenções dos seus autores. Também nos eximimos a partilhar inteiramente a conceção ontológica impulsionada por Lovejoy, descrita por Gustavo Mesquita: «A inflexão da ênfase fenomenológica para a ênfase ontológica na abordagem dos temas e problemas de História das ideias ocorreu somente a partir de 1936, quando Artur Lovejoy publica *The Great Chain of Being*, obra que é considerada pelos contemporâneos como crucial para a redefinição de seus paradigmas e fundamentos teóricos. Não obstante, a este movimento, a abordagem metodológica do novo campo é modificada por completo, passando a empreender análises do ponto de vista interno aos sistemas de pensamento individuais, e que pudessem ser comparados mediante a observação dos seus

⁶³ Gustavo Rodrigues Mesquita – Da história das ideias à história social das ideias: entre a renovação epistemológica e a prática historiográfica. In *Em Tempo de Histórias*, n.º 18. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, pp. 7-8.

elementos singulares internos que, a um só tempo, os particularizam e os unificam na forma de ideias-unidade (...). A um campo da Historiografia assim concebido interessa o estudo da rede de influências de determinada doutrina filosófica comparativamente a outra: Ou seja, o esforço consiste em compreender como novas crenças, significados e sistemas de ideias, são apresentados e difundidos por escolas interligadas de intelectuais capacitados à indagação filosófica, de modo a concluir acerca das influências das suas *ideias-unidade* nesse processo cognitivo do ser»⁶⁴.

História dos Intelectuais e História da Cultura

Desde os anos 60, até meados dos anos 80 do século XX, a história dos intelectuais era essencialmente uma história das respectivas ideias e saberes. Durante esse lapso temporal, a História da cultura massificou-se e autonomizou-se face à «velha história da cultura» (baseada esta na vida de indivíduos ou grupos, e que teve precursores como Burckardt, ainda no século XIX e Huizinga, na década de 20 do século XX), dando origem a duas correntes: a Francesa e anglo saxónica. A primeira aproximou-se de uma história das mentalidades, das representações sociais, própria da História Nova, ligada aos annales enquanto a segunda se centrou nos percursos biográficos e nos discursos produzidos pelos intelectuais, constituindo uma História das Ideias. Vincent Duclert defende uma conciliação na nossa atualidade entre uma história dos intelectuais em perda e uma história da cultura na moda. Enquanto a primeira se baseia no percurso dos agentes culturais e na respetiva consolidação da crítica de saberes – a história da cultura estuda os meios e os contextos daquela, permitindo perceber o modo como os intelectuais intervêm social e politicamente. Vincent Duclert critica o défice de interpenetração destas duas áreas e a oportunidade perdida que esse desencontro constituiu⁶⁵ concordamos genericamente com o historiador francês. Nos quatro primeiros capítulos da nossa dissertação tentaremos realizar um enquadramento político, institucional e social da história das ideias dos intelectuais materializada nos cinco capítulos seguintes. Na terceira parte as representações culturais comparecem, havendo lugar para tentar perceber a imagem dos intelectuais participantes na *Revista de História*, resultante do seu percurso biográfico e, sobretudo, da respectiva escrita no periódico.

Nesta dissertação, tentaremos praticar uma História da Historiografia de certo modo herdeira de uma linhagem *tradicional*, em diálogo com a História da Historiografia das ciências, a História das Ideias, a História dos Intelectuais e da

⁶⁴ *Ibid.*, p.8.

⁶⁵ Vincent Duclert – Histoire des intellectuels, un problème pour l'histoire Culturel, in *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n.31, Paris, 2003, [s.n].

Cultura. Independentemente das relações com os domínios citados, a História da Historiografia que pretendemos concretizar segue parcial mas significativamente uma base clássica de abordagem, dado que, apesar dos progressos recentes, são ainda escassos os trabalhos neste âmbito de estudos em Portugal (sendo de salientar a qualidade de muitos destes estudos recentes, mormente os de Sérgio Campos de Matos, Isabel Mota ou João Paulo Avelãs Nunes), impossibilitando comparações mais alargadas. Assim, a nossa dissertação inspira-se nestes autores mas também tem em conta os primeiros contributos internacionais de finais de oitocentos/princípios de novecentos no âmbito da história da Historiografia, como os de Wacheler, Von Wegele, ou G.P.Gooch. Estes cultores de Clio quase se limitaram a construir instrumentos heurísticos, baseados em listas de historiadores e suas obras. Na análise qualitativa de conteúdos, tentaremos acolher dimensão análoga, mas acrescida de comentários e interpretações, enquadrados e precedidos por um contexto histórico, institucional e biográfico da *Revista de História*. Para além do exposto, efectuaremos a análise também diacrónica das secções de factos e notas e de bibliografia. Para além disso, a nossa abordagem procura observar certas categorias analíticas, esboçando interpretações em torno de construções e representações historiográficas no derradeiro capítulo.

Para finalizar esta introdução, convém deixar claro que na transcrição de documentos, efectuada no corpo do texto desta dissertação, tentámos respeitar o máximo possível a grafia original dos autores citados. Por outro lado, nas *referências bibliográficas*, que se seguem ao andamento denominado *Conclusões*, optámos por observar a ordem alfabética dos artigos e das obras nos casos em que verificámos a pertença de vários títulos a um mesmo autor, em detrimento da seriação com base nas respectivas datas de publicação. Acresce que resolvemos manter a grafia original dos títulos das fontes citadas na bibliografia apenas na respetiva parte relativa aos assuntos e temas versados.

Parte 1

Enquadramento histórico, institucional e biográfico da *Revista de História*

Capítulo 1 – Enquadramento Histórico Nacional da *Revista de História*

Neste capítulo pretendemos descrever brevemente a forma como a crise da Monarquia Constitucional e as continuidades e rupturas da Primeira República face à ordem instituída contribuíram para que os colaboradores da *Revista de História* tenham interiorizado uma certa mentalidade avessa ao regime novo, durante o qual funcionou a publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo. Estas representações pressupõem vivências várias, em determinados contextos, cujas contradições convém perceber para entender melhor a historicidade do órgão de comunicação e informação da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, herdeiro de um clima controverso e paradoxal que, não raro, reproduziu, mesmo contra a sua vontade.

A *Revista de História* surgiu – entre outros motivos – porque, desde finais de Oitocentos, deu-se em Portugal um crescimento da imprensa periódica que, nas primeiras décadas de novecentos, começou a massificar-se. O regime instaurado a 5 de Outubro de 1910 contribuiu para essa incipiente massificação. A génese do nosso objecto de estudo dela beneficiou. Contudo, não deixou nunca de criticá-la, em favor da manutenção das elites tradicionais. Só que entre o discurso dos colaboradores da publicação e as respectivas origens nem sempre se verificou uma continuidade imaculada, embora se tenham notado permanências de sobreviventes da antiga *Sociedade de Ordens*, em paralelo com a emergência de profissões liberais urbanas. No entanto, em nosso entender, uma panorâmica da I República torna-se mais inteligível se antecedida por um enquadramento que passe pela abordagem da viragem do século. Sublinhamos, nesta matéria, a perspectiva de José Miguel Sardica, segundo a qual: «A crise da Monarquia Constitucional e o triunfo do republicanismo em 1910 não se compreendem sem uma atenção às transformações por que Portugal estava a passar na transição do século XIX para o século XX. Os últimos anos da Monarquia foram um tempo confuso e difícil, de crise económica e de instabilidade social, em que se descobriu que o desenvolvimento oitocentista português não liquidara afinal a miséria e o atraso. Num mundo cada vez mais competitivo como era o da viragem do século, Portugal revelou-se incapaz de superar os seus inúmeros estrangulamentos e de convergir em relação à Europa onde perifericamente se encontrava. Foi também isso, e não apenas as rivalidades e facciosismos no interior do sistema político, que ajudou a sepultar a Monarquia e a abrir caminho ao triunfo republicano»⁶⁶.

⁶⁶ José Miguel Sardica – *Da monarquia à república: pequena história política, social e militar*. Lisboa: Aletheia Editores, 2011, p. 39.

Acresce que a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e a *Revista de História* não se mostraram – na respectiva génese – interessadas em discutir explicitamente as vicissitudes específicas da passagem do regime monárquico para o republicano, preocupando-se aquela instituição, contudo, na sua circular fundadora, com o atraso cultural sentido ainda antes de 1910, e que se prolongou depois com a chegada dos radicais ao poder, sendo estes directamente visados em ambas as instâncias. O atraso cultural referido deu-se, entre outras razões, porque, em vez de se ocuparem prioritariamente do património histórico e artístico português, os governantes dos últimos anos da Monarquia terão alegadamente descurado o desenvolvimento da consciência histórica, em detrimento da tentativa, gorada, de resolução de problemas decorrentes da instabilidade política e económica. Ora, no entender dos fundadores da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos faltava a Portugal uma comunidade de historiadores que pensasse o país em conjunto.

Para alguns historiadores, nos nossos dias, a República não tem sequer de ser sinónima de governo sem rei, dado que consideram que mais do que um regime consagra um conjunto de formas de governo que podem ser aristocráticas ou populares. Nesta medida, encaram a Monarquia Constitucional como expressão de um liberalismo, que, retiradas as excepções jacobinas, terá tido continuação após 1910. Num estudo recente Luciano Amaral afirma o seguinte: «Como esta introdução pretende mostrar, embora tenha sido um episódio importante da longa experiência republicana em Portugal a Iª República não inaugurou essa experiência nem foi o seu momento mais significativo. A experiência republicana começou em Portugal com as chamadas revoluções liberais do século XIX(...) As Revoluções de 1820 e 1834 são o efectivos equivalentes das revoluções inglesa, francesa, americana, italiana ou espanhola, inaugurando a época constitucional no país e das liberdades que hoje nos orgulham (liberdade de associação, liberdade de expressão, liberdade de voto) para além de inúmeras outras inovações. A I República não fundou a época contemporânea em Portugal»⁶⁷.

Os responsáveis da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e alguns colaboradores da *Revista de História* contestam esta pulsão liberal e defendem uma perspectiva conservadora, que se contrapõe ainda com mais força aos primeiros anos de República, nos quais o directório do Partido Republicano Português sustentava teoricamente um sistema democrático tido como jacobino, baseado na soberania popular, embora na prática nunca o tenha executado

⁶⁷ Luciano Amaral – *Introdução, Que fazer com a I República. In Luciano Amaral (org.) – Outubro: a Revolução republicana em Portugal: 1910-1926*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 14.

totalmente. Contudo, existem republicanos moderados, de tendência oligárquica, no seio do periódico, que contestam sobretudo certo tipo de poder republicano, embora sejam favoráveis ao desaparecimento da figura do Rei, daí que pugnem pela mudança de regime, identificando-se sobretudo com algumas tendências antiliberais e antidemocráticas, que ganharam terreno a partir de 1890 e perderam influência após 1910. A defesa da República por parte desses estudiosos não comparece nunca na Secção de Artigos da publicação dirigido por Fidelino de Figueiredo, resultando eventualmente instrumental e superficial fora da *Revista de História*, de forma a manter o estatuto social pretensamente ameaçado destes republicanos conservadores.

Por seu turno, Fernando Rosas e outros historiadores, embora reconheçam alguns eventuais excessos revolucionários nos primeiros tempos da República, consideram que os republicanos terão contribuído, sobretudo a partir de 1890, para a crise da monarquia, apresentando-se como alternativa clara a este regime, consumando as suas iniciativas o derrube do regime monárquico. «Quer isto dizer que o republicanismo não é uma retórica doutrinária abstracta, mais ou menos demagógica, desprovida de uma base social de apoio preferencial; não é o fruto das elucubrações de grupos de conspiradores mais ou menos lunáticos e doentios, mais ou menos apostados em semear a desordem, sem um propósito suportado por uma base social e política bem definida. Isto é, sem uma natureza social bem vincada, ainda que diferenciada. É nesse sentido que este mundo de artesãos, pequenos comerciantes, caixeiros, pequenos empregados de escritório, modestos funcionários públicos, operários oficiais fabris, estudantes, marinheiros, cabos e sargentos, pequenos proprietários, trabalhadores indiferenciados, essa plebe urbana lisboeta escuta sedenta a palavra dos líderes republicanos das classes médias e das profissões liberais e se organiza pela mão da Carbonária para a fazer cumprir»⁶⁸.

Nestas palavras encontra-se implícita a crítica a certa Historiografia, assumida mais adiante em moldes concretos: «Não entender a natureza social e política do republicanismo de 1910 e o bloco social e político em que esta assenta, reduzi-lo, curiosamente ao jeito da pior propaganda monárquica da altura, um fenómeno conspiratório e subversivo mais ou menos sinistro e destituído de nexos, além de um exercício ideológico fora de tempo, é desconhecer o essencial do republicanismo

⁶⁸ Fernando Rosas – A Crise do liberalismo Oligárquico em Portugal. In Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009, p. 25.

enquanto movimento político na sua fase de conquista de poder»⁶⁹.

Todavia, na retórica discursiva, os colaboradores da *Revista de História* rejeitam a Primeira República aparentemente em bloco, através de alguns apontamentos e comentários. Esta rejeição entende-se melhor se tivermos em conta que o regime Republicano – instaurado em 1910 – era essencialmente urbano, mas não se restringiu a Lisboa, entendendo-se a cidades nas quais havia implantação urbana forte, como Setúbal ou o Barreiro. No essencial, o país rural maioritário esteve sempre à margem quer do processo revolucionário, quer das discussões em torno do novo regime, mas não se pode menosprezar a importância das elites urbanas para o fim da Monarquia. Mais adiante nesta dissertação, no quarto capítulo, esboçaremos o perfil dos membros da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e dos colaboradores da *Revista de História* que contribuíram através da escrita de artigos para a publicação. Por agora, colocamos a hipótese segundo a qual esse perfil exclui totalmente a plebe urbana ou as classes médias que a defenderam, mas é bom não esquecer que o periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo e a instituição que o promoveu tinham sede numa Lisboa ainda prenhe de ecos revolucionários. Por outro lado, na publicação têm lugar vários profissionais liberais, ainda que passíveis de possuir estatuto diferenciado, dado que eram maioritariamente professores universitários. Ora, mesmo assim, era preciso marcar posição face sobretudo à facção republicana que em 1910 tomou o poder.

Anteriormente, desde finais de oitocentos, o regime monárquico ruiu por dentro antes de cair, situação que contribuiu também para esse desfecho. Conforme observa Fernando Rosas: «O certo é que desde finais do século XIX a Monarquia Constitucional portuguesa parece estar cercada: a partir «de cima» pelo paulatino distanciamento de boa parte das «forças vivas» e dos ideólogos e publicistas conservadores, sua base histórica e natural de apoio; a «partir de baixo» é investida com crescente vigor e radicalismo por um movimento republicano de base urbana e popular, liderado pela elite pequeno – burguesa das grandes cidades – a frente política dos marginalizados do acesso ao poder (...). Sem apoiarem explicitamente a conspiração republicana as «forças vivas» vão seguramente deixar cair a Monarquia. Mais do que derrotada pela Revolução lisboeta do «5 de Outubro», a monarquia vai render-se à primeira oportunidade na capital e nos arredores, entregando-se sem

⁶⁹ *Ibid.*, pp. 19-20. Estas afirmações exprimem discordâncias face a uma corrente historiográfica liberal protagonizada, entre outros, por Vasco Pulido Valente, ou, mais recentemente, por Luciano Amaral e outros na obra citada, organizada por Luciano Amaral, *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal: 1910-1926*. Fernando Rosas aprofunda a sua crítica, sem nomear aqueles a quem se opõe, mas revela uma clareza meridiana na argumentação: «São estas realidades de fundo que poderão, penso, ajudar a explicar uma impossibilidade essencial de uma «republicana» ou de uma «República com Rei», isto é, de uma auto-reforma democratizante da instituição monárquica, e de, portanto, se fazer a «economia» de uma revolução republicana, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa* (op. cit. p. 25).

sequer esboçar a luta, por simples informação telegráfica, no resto do País. A fórmula monárquica do liberalismo esgotara-se»⁷⁰.

Torna-se, portanto, imperativo perceber, no imediato, o contexto histórico da viragem do século, sublinhando que, na *Revista de História*, o conservadorismo vigente não tinha particular feição monárquica, talvez devido ao facto de, em 1912, quando foi lançado o periódico, se ouvirem ainda os ecos da derrota da «Monarquia do Norte», em 1911, investida liderada por Paiva Couceiro. Contudo, o órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos mantinha um elitismo cultural de feição parcialmente oligárquica, defendido no plano retórico pelas profissões liberais ligadas ao cultivo da História. Acresce que, embora se registre a participação na referida publicação de membros da aristocracia que, por tradição familiar, tinham eventual contacto com um passado monárquico, tal ligação resulta mitigada, devido ao descrédito dos últimos tempos da Monarquia.

Em certo sentido, a *Revista de História*, embora tenha nascido no século XX, acolheu no seu seio o contexto oitocentista e o ambiente da viragem do século. Pode levantar-se a hipótese segundo a qual estamos perante aquilo a que denominamos *um periódico* sincrético, que foi influenciado por mudanças, não só entre a Monarquia e a República mas também entre esta e a Ditadura Militar de 28 de Maio de 1926, sob cuja égide viveu nos seus dois últimos anos. Deixemos, por agora, esta segunda ruptura política para a parte final deste capítulo e passemos à descrição dos anos de 1890-1910, durante os quais nunca vigorou uma perspectiva democrática defendida, ainda que sobretudo teoricamente, pelos Republicanos mais radicais – herdeiros da Constituição de 1822, opositores da Carta constitucional de 1926 – como argumento decisivo para a Revolução de Outubro de 1910, ponto de chegada e de partida. Compreende-se agora ainda melhor a recusa implícita, mas efectiva, do *Afonsismo* e da ideologia democrática numa *Revista de História*, anti-democrática do ponto de vista político, surgida contra a corrente dominante nos meios cultos da sua época

1.1. A Viragem do século: 1890-1910

1.1.1. Economia e Finanças

Para perceber a viragem do século XIX para o século XX na economia e nas finanças portuguesas, convém contextualizar, sumariamente, os acontecimentos das décadas anteriores, e respectivas implicações, de forma a entender se Portugal se encontrava atrasado face a outros países europeus e explicar, em caso afirmativo, as

⁷⁰ *Ibid.*, pp. 25-26.

origens e as razões de tal situação. No plano estritamente económico, as políticas regeneradoras, levadas a cabo entre 1850 e 1890, obtiveram, inicialmente, efeitos positivos, todavia o Ultimato Inglês de 14 de Janeiro de 1890 é já o sintoma político de algum desconforto económico, dado que o livre-cambismo dominante até então favorecera o regime de exportações e de importações para um mercado preferencial, o britânico. Ora, esta progressiva dependência tornou-se problemática a partir de meados da década de oitenta de oitocentos: «Vejamos então, em primeiro lugar, o modelo económico regenerador, fontista, e a situação de falência que o mesmo gerou no Portugal dos finais do século XIX. Assentava ele, em termos muito gerais, num tendencial não intervencionismo estatal e numa vocação agrícola livre-cambista, tendo como parceiro privilegiado a Grã-Bretanha. Enredada nesta relação, a balança externa portuguesa tendeu progressivamente a resvalar para a desvalorização dos termos da troca, já que exportava produtos baratos oriundos de um sector agrícola tradicionalista, pouco produtivo e tecnologicamente muito impreparado, e importava produtos industriais de produção mais capital intensiva e portanto mais caros. Resultado palpável deste problema foi o agravar do *deficit* comercial, cifrado em 10.000 contos em 1885 e que ascendia a mais de 20.000 contos cinco anos depois»⁷¹.

Nos finais dos anos oitenta do século XIX, os produtos agrícolas como o azeite e a fruta começaram a sofrer a concorrência dos congéneres espanhóis e italianos. Também no vinho principiaram as dificuldades, fruto de políticas concorrenciais, apesar de, em 1885, 75% das exportações portuguesas no sector vitivinícola terem por destino o mercado francês, com excepção do vinho do Porto exportado maioritariamente para Inglaterra. Também os cereais, como o trigo nacional, eram mais caros do que o importado da América. Todavia, esta crescente retracção da agricultura – que implicou assunção de medidas proteccionista para fazer face à crise a partir de 1890-91– instigou a Indústria, até então praticamente inexistente, a desenvolver-se, ultrapassando o duplo bloqueio constituído pelo predomínio da burguesia oligárquica agrícola e da especulação financeira, de par com a manutenção do atraso técnico da agricultura, que não estimulava a criação de um mercado interno, assente num aumento da procura industrial. As indústrias mais incentivadas no que tange à produção nacional foram as dos sabões, óleos, adubos, moagens, cimento, conservas, cortiça, têxteis, projectos de siderurgia e mostras internacionais. Todavia, o relativo surto deste sector de actividade nos últimos vinte anos da Monarquia revelou-

⁷¹ Cf. José Miguel Sardica – *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*. Lisboa: Cosmos, 1994, p. 20.

se insuficiente em extensão e qualidade para inverter o ruralismo dominante de Portugal⁷².

Na segunda metade do século XIX e, sobretudo, após 1891, Portugal viveu períodos de instabilidade económico-financeira, na sequência do agravamento da dependência face a outros países, acelerado pelo fim do padrão – ouro, ocorrido em Julho daquele ano, e pela quebra de valor das taxas cambiais, até então, relativamente estabilizadas, apesar de sujeitas a algumas oscilações. Não se pense, todavia, que a crise de 1891 não teve antecedentes. Bem pelo contrário; na primeira metade de oitocentos conjugaram-se ameaças externas e internas à saúde da nossa economia. No primeiro caso saliente-se a pressão da França napoleónica, mas convém não esquecer a necessidade de estruturar mercados e de viver sem o auxílio do Brasil ou a dificuldade em acompanhar o desenvolvimento da Europa Industrializada. Por outro lado, a nível interno, as despesas militares não pararam de crescer, primeiro para enfrentar as invasões francesas, depois para financiar as guerras liberais, absorvendo 20 a 48% das despesas após 1833. Para contrariar esta situação o Estado – com o objectivo de obter receitas que lhe permitissem responder às dificuldades de produção, com reflexos ao nível da existência de um reduzido Produto Interno Bruto – incentivou o crescimento da emissão de títulos de dívida pública. Contudo, o impulso conseguido através desta medida foi diminuto e insuficiente, dado que apenas cobriu 57 a 82% da despesa, rendendo 30 a 73% do montante emitido.

Concomitantemente, procurou-se sustentar o desequilíbrio financeiro através de uma emissão de papel-moeda 14 vezes superior ao valor autorizado. Com os governos de Costa Cabral, a situação agravou-se devido a uma crescente dependência das finanças públicas na sequência da actividade de diversas companhias que gravitavam em torno do Estado, acrescentando-se uma crise bancária e política às dificuldades financeiras e monetárias crónicas. A partir de 1851, este quadro deficitário deu alguns sinais de acalmia e apaziguamento. Todavia, Portugal possuía um mercado pequeno que afectava a necessária e urgente competição com o exterior, nomeadamente com os países do Norte da Europa que implementaram novas práticas agrícolas e aplicaram as tecnologias do carvão e do vapor. Para tentar fazer face ao seu atraso económico, o país mais ocidental da Europa recorreu ao aumento do peso do Estado, de modo a auxiliar os agentes económicos privados a investir. Contudo, ¼ das receitas entretanto obtidas tinha que ser canalizado para os juros e amortizações dos empréstimos contraídos, que urgia pagar. Tentou-se, então, a conversão da dívida anterior, associada à reforma da décima e à contracção de mais dívida. A

⁷² *Ibid.*, pp. 22-31.

produtividade e as exportações continuaram deficitárias e a possibilidade de mexer nas taxas de câmbio estava vedada.

Até à Primeira Guerra mundial a Balança de Pagamentos continuou negativa, atingindo 80 Milhões de dívida, no entender de Eugénia Mata, enquanto Pedro Laíns avança um número substancialmente diverso; 44 milhões. Todavia, este resultado é discutível na medida em que contabiliza o ouro das colónias africanas e deixa de considerar apenas Portugal Continental para abranger uma realidade imperial instável e difícil de circunscrever ou fixar: pela falta de unidade geográfica dos territórios consignados; devido à vigência de diferentes regimes aduaneiros e de diversas unidades monetárias. Por outro lado, o pacto colonial terminara e era preciso ter em conta não apenas as reexportações portuguesas de produtos coloniais, mas também as importações e exportações directas dos respectivos países. Acresce que, a cumprir-se a estimativa apontada por Pedro Laíns e contestada por Eugénia Mata, Portugal teria tido uma balança comercial positiva de 1890 a 1905 e de 1910 até à Guerra. Isso significaria que um pequeno país não industrializado fizesse um investimento líquido no estrangeiro muito superior às remessas dos Emigrantes, situação que, face ao exposto anteriormente, parece insustentável e inverosímil.

Por seu turno, a balança de pagamentos portuguesa foi-se mantendo equilibrada até 1890, devido à manutenção do padrão – ouro, apesar da ocorrência de crises nas décadas de 1860, 70 e 80. Esta balança depende da conciliação e do concurso de três varáveis: as remessas dos Emigrantes; os investimentos nacionais e os investimentos estrangeiros. Quanto ao primeiro vector, houve oscilações nos valores apurados até 1891. Entre 1865 e 1869, devido à Guerra do Paraguai, os envios provenientes do Brasil sofreram uma retracção. Acrescente-se que, a nível interno, devido a um considerável aumento de impostos, o povo revoltou-se fez cair o governo responsável por aquela medida em 1867, através da Revolta da Janeirinha. Entretanto, entre 1871 e 1875 as remessas dos emigrantes aumentaram, mas voltaram a descer nesta última data. Todavia, assistiu-se a novo incremento após 1880, e até 1891, ano de novo retrocesso. Os investimentos nacionais continuavam a debater-se com dificuldades, devido ao atraso da nossa agricultura e indústria e à necessidade do Estado pagar, através dos governos, empréstimos contraídos. Os investimentos estrangeiros permitiram, a espaços, certa reversão desta situação. Desde 1860, os ingleses injectaram capitais avultados em diversos sectores produtivos e de serviços, como os caminhos-de-ferro, as minas, as companhias de seguros, os telégrafos e os telefones.

A pesquisa de factos e acontecimentos que tenham concorrido para a crise financeira de 1891 é relevante e foi efectuada por diversos historiadores que

produziram interpretações, umas vezes coincidentes ou semelhantes, outras discordantes, opostas até, mas também propícias a complementaridades. Para Pedro Laíns, a referida crise traduziu-se na concomitância de duas situações. O Banco de Portugal deixou de fornecer ouro aos mercados e os governo deixou de pagar juros de dívida a credores internos e externos, Para o historiador referido convém perceber as raízes desta realidade complexa e difícil no interior do Fontismo e nos interstícios das políticas praticadas após 1850 e ao longo de décadas. Após 1856, as directrizes governamentais em matérias do foro financeiro e económico podem não ter contribuído para o equilíbrio do défice mas introduziram o acesso a recursos e bens materiais e disponibilizando capitais.

O Fontismo teve dificuldades em fazer crescer impostos para prosseguir a sua política de alargamento de funções administrativas e de investimento nas infra-estruturas, das quais o país estava carente e necessitado. Laíns reconhece que durante a vigência das políticas aludidas houve aspectos positivos ligados ao crescimento económico. Assistiu-se ao cumprimento escrupuloso do Padrão – Ouro e, entre 1854 e 1891 observou-se o princípio da convertibilidade das notas, apenas com um interregno durante a crise de 1876. De um modo geral, o endividamento não pressionou o mercado de capitais nem as taxas de juro. Após 1890, o crescimento económico manteve-se mas não terá sido suficiente para impedir a germinação da crise financeira de 1891. Para Pedro Laíns, a substituição dos regeneradores pelos progressistas no Governo em 1886 e, conseqüentemente, na pasta das Finanças, acarretou dificuldades decorrentes da implementação de certas medidas.

O novo ministro, Mariano de Carvalho promoveu mudanças institucionais, entregando a Direcção do Banco de Portugal a pessoas da sua confiança e esvaziou a Junta de Crédito Público, passando a gestão da dívida pública a ser da responsabilidade de uma Direcção Geral dependente da Fazenda. Por outro lado, o governante procedeu a uma alteração legislativa tendente a financiar o Estado através da concessão do Monopólio de importação e fabrico de tabaco a uma Companhia Nacional, criada pelo Governo para o efeito. Mariano de Carvalho tentou afastar os interesses privados que interpusessem resistências ao seu pedido de concessão e se sentissem lesados, devido à violação de regras do mercado e da livre-concorrência no seu seio. Entre os que reagiram contra estas medidas do Ministro das Finanças contava-se o Conde de Burnay, ao qual nos referiremos adiante, por ter-se tornado peça chave neste processo. Todavia, não antecipemos o curso dos acontecimentos. Para acentuar o proteccionismo estatal, Mariano de Carvalho concedeu apoio financeiro a um Sindicato de Banqueiros do Porto – formado em 1881 –,

encarregando-o de prolongar a linha de Caminhos de Ferro entre Barca D' Alva e Salamanca, ligando o Porto à cidade espanhola.

O Ministro tomara estas medidas sem consultar Luciano de Castro e os restantes membros do Governo. Por causa dessa irregularidade foi demitido em Novembro de 1889. Substituiu-o Augusto José Cunha, anterior director da Casa da Moeda, que se manteve no cargo durante dois meses e foi afastado em Janeiro de 1890 devido às implicações do *Ultimato Inglês* e das pretensões de Barros Gomes na matéria. Do ponto de vista político, o *Ultimato Inglês* decorreu do conflito de interesses com Portugal devido à divisão territorial estipulada no *Mapa Cor-de-Rosa* (1889), documento que tivera a sua gestação na Conferência de Berlim (1884-1885) e que determinava que de Angola à contra-costa o domínio seria português. Esta decisão contrariava outra que estipulava e consagrava o poder inglês incidente sobre os territórios situados do Cairo, no Egipto, ao Cabo, na África do Sul. Os britânicos não reagiram bem ao *Mapa Cor-de-Rosa* e forçaram Portugal a ceder. Pode discutir-se se O *Ultimato* foi um apelo derradeiro com um cunho dramático, presente na própria designação ou se não passou de um aviso diplomático, firme mas ainda situado dentro dos limites da Diplomacia. Esta questão extravasa a contextualização histórica breve que estamos a realizar. Todavia, parece certo que os republicanos procuraram utilizar o termo *Ultimato*, tirando partido da radicalização ideológica que empreenderam. Tanto que, no entender de Nuno Severiano Teixeira, «o acontecimento que teve lugar a 14 de Janeiro de 1890 teve repercussões a nível externo, mais visíveis e imediatas, mas também implicou consequências no plano interno, mormente no âmbito político-económico: assim, sendo um acontecimento de política externa, o Ultimatum torna-se um acontecimento de política interna e, a partir daí, um problema de estratégia partidária. Como reagem as forças políticas portuguesas? Os partidos monárquicos, a quem competem os imperativos de Estado, não se mostram à altura, sucedem-se no poder, fazendo e desfazendo governo ao sabor de interesses partidários, sem a devida reserva do interesse nacional. O Partido Republicano, longe dos círculos do poder e dos negócios da governação, orienta a sua luta para dois objectivos: em silêncio, começa a maturar a hipótese revolucionária; publicamente, joga em força na sociedade civil, animando o movimento patriótico e explorando a conjuntura, segundo uma estratégia de propaganda dirigida para dois objectivos fundamentais – desprestigiar os partidos monárquicos e denegrir a figura do rei. Invocando uma ameaça externa a Inglaterra – e associando a monarquia, os partidos e o próprio rei –

a essa mesma ameaça, o Partido Republicano aproveita e explora esta conjuntura política (...), identificando em última instância a República e a Nação (...)»⁷³

Para Fernando Rosas, em sintonia com uma parte da Historiografia portuguesa, o *Ultimato Inglês* foi um catalisador decisivo para a queda do regime monárquico: «Para boa parte da Historiografia, seja do ponto de vista político-constitucional, seja sob a perspectiva das profundas alterações domésticas suscitadas pela coincidente crise financeira e económica internacional, nesse acontecimento se situa o início do fim do constitucionalismo monárquico»⁷⁴.

Entretanto, subiu ao poder o partido Regenerador, liderando o Governo Serpa Pimentel, que sofria pressões internas que o fizeram cair. Dentre os respectivos agentes, contam-se João Franco, Hintze Ribeiro e Lopo Vaz. Estas duas personalidades cultivaram alguma proximidade relativamente a membros do Partido Progressista. Em Outubro de 1890, João Crisóstomo deu ao governo regenerador um cunho mais progressista, chamando para Ministro das Finanças Augusto José Cunha que, perante o excesso de procura de cambiais, tentou uma primeira solução, assente na contracção de um empréstimo para pagar o cupão da dívida.

Esta medida não surtiu o efeito pretendido porque o Banco Inglês, instância de suporte e recurso nesta situação, passava por grandes dificuldades. Augusto José Cunha não esmoreceu e tentou resolver o problema por outra via. Materializou um acordo com Burnay com quem negociou e repartiu o anterior monopólio do Estado na importação e produção de Tabaco, capitalizando-se e reparando-se, deste modo, o orgulho ferido do Banqueiro, que havia sido anteriormente preterido: «Foi nesta ocasião que o financeiro que havia sido afastado do negócio do Tabaco por Mariano de Carvalho, o conde de Burnay, surgiu com uma solução irrecusável, que consistia num “suprimento provisório” de 13.500 contos, negociado por ele junto do *comptoir d’escompte*, com base na consignação do rendimento de tabacos que estava nas mãos do Estado desde que, em Maio de 1888, Mariano de Carvalho tinha instituído a régie (...). Ironicamente, o que o conde de Burnay propunha estava nas entrelinhas da lei de 1888. Com efeito, uma das funções do Monopólio do tabaco tinha sido precisamente de servir de eventual garantia para empréstimos ao Estado. Como o próprio ministro Augusto José da Cunha viria a declarar na Câmara dos Deputados, a proposta de Burnay dava para pagar os encargos da dívida flutuante do Estado até ao dia 1 de Abril de 1891. Mas essa operação, tanto quanto se consegue perceber do cada vez mais complicado mundo financeiro, não era dinheiro fresco (...). O negócio

⁷³ Nuno Severiano Teixeira – *O Ultimato Inglês Política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 156.

⁷⁴ Fernando Rosas, A queda da monarquia. In F. Rosas e M.ª F. Rollo – *História da Primeira República Portuguesa...*, p. 22.

consistia em transferir créditos que o conde de Burnay tinha sobre o Estado português para a *comptoir d'escompte*, mas acrescentar-lhes a garantia do rendimento do contrato do monopólio do tabaco, que era um rendimento do Estado»⁷⁵. Convém perceber melhor a problemática em jogo e entender o peso das reivindicações republicanas contra os interesses financeiros e político-económicos instalados e que conduziram à revolta anti-britânica, mas também anti-monárquica de 31 de Janeiro de 1891, no Porto. Todavia, esta revolta não surtiu efeito imediato, em parte por razões económicas antigas, obrigando o rei D. Carlos a ceder face aos Interesses ingleses, que dispunham de margem de manobra assinalável, dado que a progressiva dependência face a Inglaterra tornara-se complexa a partir de meados da década de oitenta de oitocentos. No entender de Maria Antonieta Cruz, havia razões económicas e sociais mas também militares e políticas que conduziram à eclosão do golpe de 31 de Janeiro de 1891 no Porto. A historiadora cita, em abono desta tese, os argumentos de Ruy Luís Gomes, o qual: «(...) apontou três razões pelas quais entendia que o Porto reunia as condições necessárias para que a revolução eclodisse nessa cidade. Assim: «1- Pequena burguesia com grande tradição e experiência nas lutas pela liberdade desde 1820; 2- Golpe Popular maioritariamente constituído por operários; 3- Autonomia de pensamento político e especulativo e mais atento à ciência e à filosofia»⁷⁶. Contra esta visão, Oliveira Marques e Fernando Catroga consideravam que o Porto não tinha maturidade, nem estava preparado para o golpe, que ocorreu no momento e no lugar errados, dado que, no entender do último historiador referido, o burgo portuense não possuía condições sociais e culturais para esse acontecimento. Antonieta Cruz contrapõe, afirmando que «O Porto, no entanto, era ainda temido enquanto potencial reduto contestatário de filiação esquerdistas (...). Independentemente das polémicas mais ou menos bairristas, tudo parece apontar para um sincronismo de condições/ situações que determinaram a ocorrência no Porto da primeira tentativa séria de implantação da república». Na base, o golpe foi essencialmente realizado por sargentos e oficiais que não detinham as mais elevadas patentes. Destacam-se, dentre os líderes do movimento, o alferes Augusto Rodolfo da Costa Malheiro, o tenente Manuel Maria Coelho e o capitão António Amaral Leitão. Eis, de modo sumário, a descrição do dia 31 de Janeiro de 1891: «Os episódios desta aventura, que decorreram ao longo de poucas alegres e amargas horas, são sobejamente conhecidos e envolveram vários regimentos do Porto. Expressando simbolicamente a continuidade do processo político iniciado em 24 de Agosto de 1820,

⁷⁵ Pedro Laíns – *A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos*, in Sérgio Campos de Matos(Ed), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

⁷⁶ Antonieta Cruz – O Golpe de 31 de Janeiro de 1891: Uma ousadia breve? In *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, História, série III, vol. 11. Porto: Faculdade de Letras, p. 20.

os revolucionários de 1820 seguiram o mesmo percurso dos liberais vintistas. Saídos do Campo de Santo Ovídio, hoje Praça da República, proclamaram o novo regime na varanda da Câmara Municipal do Porto pela voz do reputado Dr. Alves da Veiga. Ao seu lado estavam algumas figuras ilustres da oposição portuense: Felisardo de Lima, Santos Cardoso, Canedo, Dionísio Santos Silva (...) No Campo de Santo Ovídio o entusiasmo dos civis parecia ter favorecido a adesão de alguns oficiais. No decurso do golpe, nas ruas percorridas, juntaram-se muitos cidadãos, sobretudo estudantes, que aplaudiram e gritaram o seu apoio à república. Mas a revolução teve curta duração pois apenas algumas horas decorridas foi derrotada ao subir a Rua de Santo António/31 de Janeiro com o objectivo, nefastamente secundarizado, de tomar o telégrafo e o quartel-general»⁷⁷. O golpe foi um fracasso porque estava mal organizado, não dispunha do apoio e da salvaguarda das cúpulas militares nem dos mais cimeiros representantes do directório do Partido Republicano Português. Estes factores conjugados favoreceram a investida repressora da Guarda Nacional, possuidora de um contingente que contava cerca de metade dos revolucionários⁷⁸.

No entanto, a crise agravou-se em 1891 e os empréstimos solicitados pela coroa ao estrangeiro não cessaram de aumentar. A falência e bancarrota dos *Baring Brothers*, acentuaram os problemas de solvência em Portugal, afogado num défice orçamental crónico, acompanhado por um endividamento interno e externo que, ao invés de contribuírem para atenuar a conjuntura problemática atravessada, conduziram, outrossim, ao avolumar dos casos dramáticos, dado que o empréstimo da banca francesa não foi suficiente, uma vez que Portugal não possuía credibilidade nas instâncias internacionais, alastrando-se a fama de mau pagador, que inibia empréstimos externos mais avultados e aumentava o condicionamento dos efectuados a um juro da dívida cada vez mais elevado. Em 1892, o sistema financeiro português colapsou, entrando o país em bancarrota.

1.1.2. Sistema Político e Governação, Legislação Eleitoral e Modalidades de Voto

Recuemos no tempo para enquadrar a temática em vertente análise. Na sequência da estabilização da monarquia constitucional liberal, em 1852 e 1859, respectivamente nos governos dos Duques de Saldanha e da Terceira, a legislação relativa ao sistema eleitoral encontrava-se ainda muito distante da consagração do sufrágio universal e directo, predominando o de cariz censitário, segundo o qual eleitores e eleitos tinham que ser do sexo masculino, ter pelo menos 25 anos, e

⁷⁷ *Ibid.*, pp. 15-16.

⁷⁸ *Ibid.* e ss.

possuir propriedades ou rendimentos decorrentes de actividades comerciais, que lhes permitissem auferir cem mil réis no mínimo por ano, aplicando mil para ter acesso ao voto. Para poderem ser eleitos, os eleitores tinham que ganhar anualmente quatro vezes mais do que o valor referido. Em 1878, Fontes Pereira de Melo tentou alargar o direito de voto e durante o seu governo foi aprovada legislação nesse sentido, abrangendo os eleitores maiores de 21 anos e os chefes de família analfabetos, até então arredados do sistema eleitoral. Entre 1875 e 1880 duplicou o número de eleitores. Conforme afirma Luís Vidigal: «A lei de 1884 (Fontes) reforçou esta democratização do sufrágio, estabelecendo o sistema de lista incompleta, garantindo a representação das minorias. Mas, ao invés de constituírem um começo auspicioso, estas medidas foram o acumular de um processo em que as tendências dominantes se inverteram, passando a ser cada vez mais inibidoras do acesso ao sufrágio, limitando o próprio corpo eleitoral.

As leis de 1895 e 1896 restringem drasticamente o eleitorado: o governo Hintze-Franco, em plena crise, reduz o censo para 500 réis, mas retira o voto aos analfabetos que, sendo chefes de famílias, não atinjam o rendimento necessário, e volta a estabelecer o sistema de lista completa, acabando com a representação das minorias, de que mais se ressentem Lisboa e Porto, integradas nas áreas dos seus distritos para fins eleitorais»⁷⁹. A lei de José Luciano de Castro pouco alterou esta situação, dado que apenas acrescentou ao clausulado anterior o direito de voto aos menores detentores de um curso superior. Todavia, em 1901, através de um decreto eleitoral, Hintze Ribeiro suprimiu esse artigo, reduziu o número de círculos eleitorais de 100 para 26, prejudicando a representação urbana de Lisboa e Porto, diluída e integrada nos amplos espaços rurais circundantes, acto que foi denominado de «*ignóbil porcaria*», enquadrável num notório esforço centralizador, que substituiu os círculos uninominais pelos plurinominais. Continua Luís Vidigal: «Com tão vasta experiência de estruturação eleitoral, no início do século ainda se debatia em torno dos círculos uninominais (mais pequenos do ponto de vista geográfico) ou plurinominais (muito maiores): a legislação existente (Agosto de 1901 - Hintze Ribeiro) impunha os grandes círculos; ainda que os primeiros reforcem o caciquismo dos notáveis locais, os segundos anulam eleitor ou cacique, subordinando a eleição à vontade governamental apenas. (...). Reforçando-se o partido do Governo, pela dissolução das influências locais numa rede de pressões superior, os caciques têm de se subordinar obrigatoriamente aos ditames governamentais, torna-se assim muito mais fácil realizar acordos pré-eleitorais entre os partidos rotativos que garantam a

⁷⁹ Luís Vidigal – *Cidadania, Caciquismo e Poder*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, pp. 12-13.

eleição de uma Câmara consentânea com a nova correlação de forças que se forma antes das eleições»⁸⁰.

Embora se subjugassem ao poder central, do qual dependiam, os caciques locais possuíam considerável margem de manobra pessoal, dado que cabia-lhes a missão de atenuar o fosso entre o governo e as populações maioritariamente rurais: «Ressalta o provável peso das condicionantes políticas extra-legais, isto é, a eficácia de funcionamento dos factores informais de controlo dos eleitores – a rede de dependências locais que, sob a designação de caciquismo, decidia em última análise os resultados de cada região»⁸¹. Esse controlo erra em parte exercido porque um conjunto de eleitores, entre 50 e 200, se deixava influenciar porque dependia economicamente dos influentes que eram seus patrões nas terras – cobrando para tal impostos – que tinham livrado por vezes os seus filhos de cumprir o serviço militar.

Por outro lado, os subalternos e empreiteiros eram maioritariamente analfabetos, passando alguns deles fome, situação que os obrigava a emigrar, ou pelo menos a pensar nisso, tornando-os, enquanto não se decidiam, ainda mais dependentes dos caciques e vulneráveis a ceder o seu voto em troca de favores que aliviassem a debilidade em que se encontravam. Havia dois tipos de caciques, os proprietários e os burocráticos. Os primeiros criavam uma espécie de vassalos, enquanto os segundos detinham uma influência adquirida politicamente e davam empregos, conseguindo os de extracção mais elevada no funcionalismo para os seus filhos. Efectivamente o sistema eleitoral nas vésperas da primeira republica encontrava-se muito longe de ser representativo, dado que os eleitores sofriam pressão dos influentes, que condicionavam o seu voto e funcionavam como verdadeiros eleitores. Daí que seja legítimo afirmar que: «Da conjugação de factores de ordem material e política, consolida-se a teia de hierarquizações e dependências que se bastam a si próprias no processo de funcionamento eleitoral; daí que, ao falar-se de caciquismo, o possamos enquadrar como um sistema particular de representação indirecta, apesar da sua essência anti-democrática. A sua razão de ser só pode encontrar-se no desfasamento das relações sociais tradicionais; sempre que esse desfasamento se verifica – ou é artificialmente mantido – surge o espaço próprio do caciquismo, essa estrutura intermédia entre uma vida local votada ao abandono e o longínquo poder político centralizado em Lisboa»⁸².

O centralismo do poder político, acentuado a partir da última década do século XIX até à implantação da República, não anulou, antes incentivou, o rotativismo partidário dominante na segunda metade de oitocentos. Este rotativismo assentava

⁸⁰ *Ibid.*, 14-15.

⁸¹ *Ibid.*

⁸² *Ibid.*, p. 25.

prioritariamente no desenvolvimento de táticas e estratégias de administração do poder, tendentes a mantê-lo ou conservá-lo, ao invés de basear-se no incremento e na implementação de programas políticos de teor ideológico sólido, instigadores de uma disciplina partidária interna neles centrada e por eles catalisada. Conforme sintetiza José Miguel Sardica: «O cacicato assegurava a virtual auto-eternização nas cadeiras do poder de uma minoria oligárquica de grandes interesses fundiários, financeiros e comerciais: um feudalismo político (...), cujo resultado se saldava, como vimos, numa representação parlamentar não genuína, que bloqueava qualquer hipótese de pluralismo político e da existência de uma autenticidade formal na relação entre a minoria governante e a maioria governada»⁸³.

Esta perpetuação de certas oligarquias no poder, com base num caciquismo persistente, plasmou-se no rotativismo entre o Partido Regenerador e o Progressista, que atingiu um ponto de saturação a partir de 1906, conduzindo ao modo autoritário de governo por parte de João Franco, como o apoio do Rei D. Carlos. Nos últimos tempos da Monarquia, os respectivos partidos dominantes viviam em clima de permanente instabilidade interna, propensa a divisões. Do lado dos Regeneradores, a liderança foi exercida, consecutivamente, por Serpa Pimentel (entre 1887 e 1900), Hintze Ribeiro (1900-1907) e Júlio de Vilhena. No campo *Progressista* assistiu-se à acentuação de polémicas, nomeadamente entre José Luciano de Castro e José Maria de Alpoim. Estas divergências no seio dos partidos do regime, não se deviam apenas a questões políticas, ideológicas ou administrativas, de carácter substantivo. Aproveitando-se deste contexto de crise, e tentando resolvê-lo, o rei D. Carlos extravasou o poder moderador, conferido pela carta constitucional de 1826, reduzindo a capacidade de acção legislativa do Parlamento.

Após 1901, o rotativismo evidenciava diferenças de índole retórica no âmbito parlamentar, que escondiam convergências efectivas ao nível governamental. Apenas havia circulação de pessoas na base de interesses pessoais, amizades, em detrimento da polarização em torno do confronto de ideias. O *inimigo* comum de Regeneradores e Progressistas era o Partido Republicano, que tinha essencialmente implantação nos grandes centros urbanos – e menor relevo nas zonas rurais do norte de Portugal –, alicerçando o seu poder relativo de influência numa propaganda eficaz e na criação de delegações distritais e municipais, desde 1870 a 1900, e, sobretudo, depois de 1906. O Partido Republicano instituía-se como arauto das necessidades do povo, contra os interesses de corte dominantes⁸⁴.

⁸³ José Miguel Sardica – *A Dupla Face do Franquismo...*, p. 27.

⁸⁴ Sobre este assunto ver, entre outros, Joaquim Romero de Magalhães – *Vem aí a república*. Coimbra: Almedina, 1909, pp. 17-35.

O governo Regenerador de Hintze Ribeiro começou no início de 1906, mas logo foi contestado pelos Progressistas, que entretanto tinham saído do poder, e pelos Republicanos. Em 8 de Abril houve uma revolta dos marinheiros. Nas eleições realizadas a 4 de Maio houve fraude no Círculo Eleitoral de Lisboa. Simultaneamente, perante a rainha e os filhos, no Campo Pequeno, realizou-se uma manifestação de apoio a Afonso Costa. A 15 de Maio, Hintze Ribeiro, sentindo-se pressionado pelas contestações, tentou adiar, sem sucesso, junto do rei, a abertura da sessão legislativa. Gorados os seus intentos, fragilizada a posição do governante, demitiu-se quatro dias volvidos. A solução encontrada por D. Carlos para o impasse foi no sentido do reforço do respectivo poder executivo. O escolhido para presidente do Conselho foi João Franco, dissidente do partido Regenerador, e líder do partido Regenerador liberal, que tentou desenvolver uma política assente numa alegada ideologia liberal, alicerçada na economia e na moral. Estes valores eram propagandeados também pelos Republicanos, que tentavam cumpri-los usando metodologias diversas. Os Republicanos e os Progressistas de José Luciano de Castro deram o benefício da dúvida inicial e instrumental a João Franco, que conseguiu colocar na Câmara dos Deputados 65 membros do seu partido (havendo 45 deputados Progressistas, 24 Regeneradores e 4 Republicanos). No entanto, passado o estado de graça, as contestações daqueles partidos ao *Franquismo* começaram⁸⁵.

A primeira questão discutida no parlamento durante o governo de Franco foi a da nacionalidade do Ministro da Fazenda Ernesto Schroeter, atrasando-se a aprovação de leis propostas pelo governo ou pela oposição. No primeiro caso, contam-se as respeitantes à contabilidade pública ou à responsabilidade ministerial. No segundo, situa-se a questão do descanso semanal, propugnada pelos republicanos. Ainda em 1906, a adjudicação do monopólio dos tabacos por parte do Estado – configurada desde 1890 – tornou-se um contrato efectivo, com prazo reduzido para 19 anos, a terminar em 1926. O Estado reforçou a verba auferida, passando esta de 4500 contos nos finais de oitocentos para 6520, participando dos lucros decorrentes do negócio. Paralelamente, em Novembro de 1906, João Franco comunicou ao parlamento os adiantamentos efectuados à Casa Real, denunciando que os dezasseis ministros da Fazenda de governos que precederam o seu fizeram o mesmo, comprometendo com isso e, dessa forma, a oposição regeneradora e progressista. Levantaram-se dúvidas quanto à intenção do governante ao colocar esta questão, mas parece plausível a hipótese segundo a qual, para além de responsabilizar antecessores, João Franco parecia querer comprometer D. Carlos com o seu governo e respectivas decisões, obrigando o monarca a solidarizar-se com elas,

⁸⁵ *Ibid.*, pp. 39–64.

caucionando-as. Esta problemática serviu de alavanca à propaganda republicana, dado que o partido que a sustentava nunca tivera responsabilidades governativas e podia assacar responsabilidades a todos os outros sectores do espectro político, pedindo o fim do regime monárquico⁸⁶.

Entretanto, foi marcada para 2 de Dezembro de 1906 uma manifestação republicana para denunciar os erros do referido regime, aproveitando-se da impopular arbitrariedade dos empréstimos à Casa Real e da consequente expulsão dos deputados que haviam engrossado o coro de protestos: Alexandre Braga e Afonso Costa. Assim, quando estes chegaram ao Porto com Bernardino Machado no dia 1 do último mês do ano, sofreram a repressão da polícia na Gare, apesar das manifestações republicanas só serem proibidas nas ruas. Acresce que os jornais eram instrumentos de denúncia que, por isso mesmo, convinha a João Franco calar ou limitar. Assim fez, apresentando em Dezembro de 1906 uma Lei da Imprensa nesse sentido, que veio a ser aprovada em 11 de Abril de 1907 e ficou conhecida como a *Lei das Rolhas*. Este clima autoritário reforçou a insatisfação nas ruas e propiciou a reacção adversa das associações de jornalistas e homens de letras, favorecendo a formação de círculos e a realização de banquetes contestatários. Houve uma manifestação nacional a 16 de Dezembro de 1906. Entretanto, os protestos estenderam-se ao sector dos vinhos, centrado na luta pela demarcação territorial e dividido entre os interesses do norte e do sul do país. Franco aumentou a repressão, através da criação de um Conselho Superior de Justiça, concorrendo para a instauração do cargo de Juiz de Instrução Criminal – que incitou os jornais a perseguir jornalistas, obrigando alguns deles ao exílio – e para o reforço de poderes da Polícia Judiciária⁸⁷.

A 28 e 29 de Fevereiro de 1907, José Eugénio Dias Ferreira apresentou a provas públicas uma dissertação de doutoramento na área do Direito, reprovada pelo júri, por alegadas razões políticas, dado que este se manifestou hostil à suposta proximidade do candidato face às ideias republicanas. Os estudantes aproveitaram a discordância relativa a esta reprovação para fazerem uma greve a 1 de Março, essencialmente dirigida aos métodos de ensino universitário, que consideravam retrógrados e obsoletos. No dia 2 as aulas foram suspensas até que se concluísse o processo movido contra os revoltosos, criteriosamente escolhidos; seis republicanos e anarquistas, que acabaram por ser todos expulsos da Universidade por períodos variáveis, consoante os casos, de um, dois ou três anos. Bernardino Machado não concordava com as alegadas arbitrariedades persecutórias e ameaçou demitir-se do

⁸⁶ *Ibid.*, pp. 65-78.

⁸⁷ *Ibid.*, pp. 65-94.

seu cargo de lente de Filosofia, acabando por ser consequente com a ameaça. A propaganda republicana aproveitou, uma vez mais, o clima polémico para consolidar a sua influência. Todavia, coube a João Franco e ao Rei D. Carlos dramatizar a situação, sob o pretexto da defesa da ordem pública, insistindo na tónica de que as manifestações estudantis tinham motivações políticas e não razões académicas. O Governo queria endurecer a sua posição ainda mais e usou a questão em análise para proceder a esse endurecimento. Certo é que D. Carlos resolveu travar a contestação do parlamento, encerrando-o⁸⁸.

No entender de Joaquim Romero de Magalhães, a cessação da actividade parlamentar, e a vigência, a partir de 11 de Maio de 1907, de um governo ditatorial por João Franco, não foram motivadas pelos protestos de agricultores do sul ou pela crise académica. Antes decorreram da vontade de liquidar os adiantamentos à casa real, que transformavam o monarca de devedor em credor, alimentando os gastos luxuosos em nome de D. Carlos, que comprara moradias, quintas, iates, carros à custa do erário público. A liquidação dos adiantamentos ocorreu a 30 de Agosto de 1907. As eleições, inicialmente marcadas para 3 de Novembro, não ocorreram. O rei reforçou o seu poder, sendo João Franco o instrumento mais visível desse reforço. O *inimigo comum* era o Partido Republicano, contra o qual se ergueu a repressão ditatorial. No entanto, os partidos do rotativismo encontravam-se manietados e houve dissidências de liberais monárquicos que enfraqueceram o regime, como António José da Cunha e Brancaamp Freire, que se tornaram republicanos. O Juiz Veiga, baluarte da autoridade franquista, resignou. Por dentro, a ditadura ruía, mas tentava ainda, num último fôlego, a 23 de Novembro de 1907, arregimentar a Câmara dos Pares, manipulando-a⁸⁹. A instabilidade política agudizou-se e, em 1 de Fevereiro de 1908, culminou com o assassinato do rei D. Carlos e do seu filho D. Luís por dois homens chamados Costa e Buíça. «Depois do regicídio, em 1908, a Família Real tinha quatro pessoas. Manuel sucedeu ao pai, tentou apaziguar os ânimos mas não teve sucesso durante os dois anos e meio durante os quais governou, devido ao crescimento do partido republicano, associado ao peso crescente da Maçonaria e da Carbonária. Antes de abordar as várias fases da Primeira República, convém descrever a demografia, a População e a Sociedade entre 1910 e 1926, uma vez que esse enquadramento é estrutural e estruturante para a compreensão da Primeira República no seu conjunto.

⁸⁸ *Ibid.*, pp. 79-103.

⁸⁹ *Ibid.*, pp. 105-139.

1.2. A Primeira República (1910-1926)

1.2.1. Base Demográfica e População entre 1910 e 1926

Até 1910 a população portuguesa era essencialmente rural, vivendo nos campos cerca de 85% dos habitantes de Portugal. Dos restantes, 15% moravam em núcleos de mais de 10 000 pessoas. Destacavam-se, neste conspecto, Lisboa e Porto, que absorviam 68% da população urbana e possuíam mais de 100.000 habitantes. Numa faixa intermédia situavam-se Setúbal, Funchal, Braga, Coimbra e Évora. Entre 1910 e 1920 a população de nove dos 21 centros urbanos decresceu, devido ao aumento da emigração (mormente entre 1911 e 1913) e ao dinamismo das migrações internas. Todavia, em sentido inverso, Braga cresceu 61%, Matosinhos 39,5% e Setúbal 22%. Entre 1921 e 1930 assistiu-se a uma aceleração de todos os centros urbanos, nomeadamente Coimbra, Évora, Portimão, Aveiro e Braga. Nesta medida, o crescimento populacional fora contínuo entre 1861 e 1890, obtendo uma média de 1,2% ao ano.

Todavia, observou-se uma quebra para 0,7% na década seguinte, concretizando-se um abortamento do surto expansionista, retomado entre 1900 e 1910, situando-se o crescimento em 1%. Contudo, na primeira década da República, a conjugação da emigração com as epidemias de 1918-19 ditou novo percalço e uma interrupção momentânea do ímpeto ante-citado. Todavia, tratou-se apenas de breve interregno no crescimento populacional que, entre 1921 e 1930, atingiu 1,3%. Do ponto de vista da estrutura populacional, no primeiro terço do século XX, manteve-se o predomínio de pirâmides etárias jovens, na sequência da elevada mortalidade. Até 1920, os jovens (entre os 0-14 anos) totalizavam 33% da população, enquanto os adultos (entre os 15 e os 59 anos) representavam 57% dos portugueses e os velhos (com mais de 60 anos), correspondiam a apenas 10%, situação que não impediu o envelhecimento progressivo da população entre 1920 e 1940 e, sobretudo, sustentadamente, após a Segunda Guerra Mundial. No que respeita à Taxa de Mortalidade foi declinando a partir de 1890, circunstância que ajuda a explicar o crescimento populacional anteriormente abordado, diminuindo fortemente a mortalidade catastrófica, que regressou na sequência dos surtos epidémicos de pneumonia, ocorridos entre Agosto de 1918 e Julho de 1919. A doença dizimou 50.000 pessoas, principalmente nos aglomerados populacionais de Lisboa e Porto, e deveu-se à conjugação de deficientes condições de habitação e higiene. A

Pneumónica contribuiu para que a mortalidade se tenha cifrado em 42,1% no ano de 1918, descendo para 25.5% no ano seguinte e 23.9% em 1920. Outros focos epidémicos foram protagonizados pelo tifo, que ceifou 1725 vidas no Porto e no Norte de Portugal. Os anos de crise implicaram uma diminuição da população mas, paradoxalmente, passaram a haver mais recursos económicos disponíveis com reflexos ao nível da nupcialidade e do aumento consequente da natalidade.

Simultaneamente, sobretudo entre 1910-20 e, em menor grau na década seguinte, a mortalidade infantil diminuiu – apesar da excepção em 1918-19, quando grassaram os focos epidémicos anteriormente referidos –, aumentando a esperança de vida à nascença. No Porto, a esperança de vida era de 27,3 anos em 1890, 24,5 em 1900 e 35,2 no caso dos homens e 35,8 no das mulheres. Em 1930 verificou-se um crescimento notável no país, situando-se respectivamente nos 46,5 anos e nos 50,6. Este quadro foi consequência do aumento da taxa de natalidade, que até 1920-24 colocou-se acima dos 30%. Após 1935 o crescimento da produção agrícola associou-se à revolução dos transportes e à diminuição de excedentes, implicando a destruição paulatina do equilíbrio resultante da relação directa entre a natalidade e a nupcialidade.

Quanto à idade do casamento, o intervalo de dez a quinze anos entre a puberdade e esse compromisso nupcial foi atenuado no primeiro terço do século XX, situando-se a idade média da idade do casamento nos 26 anos no caso dos homens e nos 24 nos das mulheres. Paralelamente, o celibato diminuiu até 1940 mas era elevado no que respeitava às mulheres entre os 40 e 44 anos na última do século XIX e na primeira metade do seguinte. No que tange à emigração portuguesa até 1930, correspondeu à continuação da tendência de aumento verificada por toda a Europa. O principal destino dos emigrantes provenientes de Portugal foi a América do Sul, mormente o Brasil. Em 1860 aí se dirigiram 5098 pessoas, aumentando esse número nas décadas seguintes, respectivamente para 15843 em 1870 e 18160 na de 80.

Em 1900 emigraram para o outro lado do atlântico 30.799 indivíduos. Após 1910, 40.050 pessoas procuraram melhores condições de vida no Brasil. A média anual baixou para cerca de metade, 21.185, durante a Primeira Guerra Mundial, interrompendo um fluxo contínuo que atingira o seu ponto mais alto entre 1911 e 1913, registando-se um total de 226.000 emigrantes para o Brasil, subindo este número para cerca de 300.000, no caso de ser tida em conta uma estimativa dos clandestinos. Em 1919, a emigração voltou a aumentar e, na década seguinte, situou-se nos 36.634 indivíduos. Nos anos 30, o Brasil impôs restrições que implicaram um abrandamento da tendência emigratória, não impedindo que Portugal tivesse perdido 1.217.210 habitantes entre 1910 e 1939. Neste lapso temporal a falta de absorção de excedentes

populacionais pela economia portuguesa levou à emigração, mas mais relevante para o seu aumento foi a transferência de dinheiro de Londres para a América do Sul, implicando investimentos na Agricultura e minas, na Indústria e nos Caminhos de Ferro e consequente recrutamento de mão de obra europeia, nela se incluindo a proveniente de Portugal. A angariação era promovida directamente pela actividade de empregadores, ligados a associações coloniais ou a empresas, que recorriam, por vezes, para obter esse efeito, a anúncios de jornal.

O aumento da Emigração entre 1910 e 1929 deveu-se à agressividade dessas campanhas de angariação associada aos maus anos agrícolas motivados pela filoxera. Os distritos mais afectados foram os de Viseu (entre 1910-1919 perdeu 12% da população residente e 11,2% na década seguinte); Porto (que registou taxas de emigração de 9,4% entre 1910-1919 e de 11,2 % entre 1920-1929); Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra e Vila Real (sofreram perdas para a emigração de cerca de 8% entre 1910-1919). Por seu turno, em Braga e Vila Real houve entre 20.000 e 30.000 emigrantes na segunda década do século XX. A região norte registou índices mais elevados de Emigração entre 1910 e 1919, havendo maior equilíbrio nas perdas na década seguinte em relação ao Sul do País. Porto e Aveiro continuaram a ser as localidades mais penalizadas. Simultaneamente, a emigração para África era residual e quase inexistente entre 1907 e 1918. No que respeita à caracterização dos emigrantes, em 1912, 2/3 eram homens, 53,6% deles solteiros e 30% menores de 14 anos. Do ponto de vista profissional, 62,3% dos emigrados eram operários agrícolas, seguidos pelos artífices, que representavam 8,2%. Os motivos da emigração coincidiam com a fuga à falta de dinheiro e à fome, na esperança de amealhar rendimentos para constituir família, a exemplo do que acontecera com os brasileiros, que regressaram ricos. Contudo, a perda de homens para a emigração foi compensada pelo afluxo das remessas das suas poupanças a Portugal.

Analizada a base demográfica, convém perceber a estrutura da sociedade portuguesa entre 1910 e 1926. Assim, em 1911, no seio da esmagadora ruralidade anteriormente abordada, na Agricultura trabalhava, como vimos, mais de 50% da população. Do ponto de vista das classes em presença viviam no mundo rural: o proletariado agrícola (totalmente dependente do patronato); o semi-proletariado (camponeses pobres e médios, estes últimos recorriam a assalariados, de forma mais ou menos irregular); camponeses ricos, latifundiários e médios capitalistas. Deste modo, 58% da população rural estava isenta de contribuição predial. Do ponto de vista de representatividade, em 1911, o proletariado agrícola constituía 7,3% e os camponeses pobres totalizavam 36,8% da população, situação que explica a percentagem de 53,5% de semi-proletariado agrícola. Os camponeses médios, ricos e

latifundiários não excediam os 2,2%. Quanto ao rendimento, os 532.134 pequenos proprietários auferiam anualmente, em termos médios, entre 11 e 300 escudos, enquanto o salário diário dos trabalhadores era de 280 reis. No que tange à distribuição geográfica da população pertencente ao mundo rural, no Norte quase não havia camponeses sem terra, ao contrário da tendência dominante a Sul nesse sentido, para onde se dirigiam os camponeses nortenhos com o fito de completar o seu rendimento nas ceifas, debulhas, mondas e na apanha da azeitona. A sociedade rural era, no início da Primeira República, extremamente heterogénea.

Os levantamentos oficiais – concretizados pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e pela Repartição do Trabalho Industrial da Direcção Geral do Comércio e Indústria – demonstram que em 1907 havia, no que respeita ao mundo urbano 85.600 proletários industriais, chegando o respectivo número a 100686 e a cerca de 114.000 em 1913 e 120.000 em 1920. Estes dados omitem uma parte da população trabalhadora, dado que não contemplam uma contagem dos que se dedicavam à resinagem, às indústrias agrícolas e caseiras e aos arsenais e oficinas do Estado. Há autores que consideram que devem multiplicar-se por dois os números oficiais de operários apurados, acrescentando-se elementos sobre os trabalhadores empregados em fábricas de menores dimensões, na construção civil, nos Transportes, nas Indústrias do Estado e nas Indústrias eléctricas. Os salários diários auferidos denotavam disparidades sectoriais e regionais. Em Lisboa, a média era de 600 reis no final da Monarquia e 630 reis quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Por ordem decrescente de rendimento, em 1914 os operários escalonavam-se do seguinte modo: No topo os ramos indústrias do tabaco e dos curtumes seguidos pelo do vestuário. No que tange aos sectores industriais a construção civil ocupava lugar de destaque e, em segundo lugar, encontrava-se o têxtil. No interior de cada um destes segmentos de actividade havia enormes diferenças salariais entre os mais e os menos bem pagos, consoante o respectivo grau de especialização.

Quanto às burguesias urbanas, à entrada da Primeira República, comportavam cerca de 800.000 pessoas, havendo 210.000 em Lisboa e cerca de 100.000 no Porto, no ano de 1911. No entender de David Pereira: «Com certeza para este período temos que a situação social não se alterou verdadeiramente até 1914, quando a inflação e a carestia de vida decorrentes da guerra provocaram a depreciação dos salários dos médios e altos funcionários públicos, situação não tão sentida entre as categorias inferiores do funcionalismo público e que acentuou a clivagem entre a pequena burguesia urbana e as classes superiores das classes médias, sobretudo as ligadas à iniciativa privada e aos negócios. Os pensionistas, os juristas, os funcionários públicos, os oficiais do exército, os professores, muitos empregados comerciais e alguns

operários menos favorecidos constituíram o foco de alteração social no sentido depreciativo dos seus rendimentos após 1914, alterando a situação vivida no quadriénio anterior. Esta burguesia burocrática viveu, entre 1910 e 1914, os últimos anos de relativa independência financeira, acompanhada de uma situação remediada ou de bem-estar. Nos anos posteriores a situação piorou de tal maneira que não é abusivo determinar que as classes médias passaram a assentar sobretudo no sector do comércio e dos negócios com rendimentos mais elásticos e capacidade de gerar lucros mais facilmente»⁹⁰.

Por seu turno, a aristocracia decaiu em 1910, mas recompôs-se em seguida no meio rural. O clero foi mais afectado devido à Lei da Separação do Estado e da Igreja, implicando expulsões de bispos do Porto, Évora, Algarve, Lamego, Braga, Portalegre e Guarda. No que concerne às Forças Armadas, o número de efectivos da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal era difícil de determinar para o ano de 1911, não ultrapassando, provavelmente, 140 a 150 mil efectivos. Nos primeiros quatro anos da República, a pequena burguesia comercial e sectores intermédios viveram um período de relativo bem-estar, mas que não se estendeu à generalidade da população, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, diminuindo o poder de compra de amplas camadas sociais. A propaganda republicana, forte ao nível da simbologia e da representação nacional, não conseguiu implementar, com a profundidade desejada, políticas sociais consentâneas com os seus desígnios propagandísticos⁹¹.

Efectuado este enquadramento da base demográfica e social da I República, julgamos estar em melhores condições de acompanhar, em seguida, as vicissitudes do regime republicano desde o seu início.

1.2.2. O 5 de Outubro

O 5 de Outubro de 1910 foi um ponto de chegada, de ruptura e de partida. Constituiu, no entender de João Bonifácio Serra, um movimento insurreccional lisboeta, que não esgotou o processo revolucionário que a ele não se resumiu. Tinha um passado e um futuro contraditório pela frente. Resumamos, sucintamente o que se passou nesses primeiros dias do mês de Outubro de 1910. O almirante Cândido dos Reis foi o comandante-chefe das operações. Do dia 1 ao dia 4 iniciaram-se as operações navais. As unidades navais, estacionadas no Tejo, recolheram a Cascais. No segundo dia do mês, Cândido dos Reis marcou a revolução para a noite e madrugada seguintes⁹². Conforme assinala Ernesto Rodrigues: «O Directório do

⁹⁰ David Pereira – A Sociedade. In F. Rosas e M.^a F. Rollo – *História da Primeira República Portuguesa...*, p. 88.

⁹¹ *Ibid.*, p. 90.

⁹² Cfr. João Bonifácio Serra – O 5 de Outubro. In F. Rosas e M.^a F. Rollo – *História da Primeira República Portuguesa...*, pp. 55–56.

Partido Republicano defende, a partir de 1909, a Revolução pelas armas. O Almirante Cândido do Reis é o elo da ligação às tropas e o seu chefe. O professor Miguel Bombarda coordena as estruturas civis, que deverão apoiar os soldados»⁹³.

Bonifácio Serra detalha que as aspirações revolucionárias sofreram um primeiro revés muito duro. Na manhã do dia 3, o psiquiatra citado foi assassinado, amputando a parte civil da operação. Entretanto, nessa noite, a estratégia militar estava a ser gizada, ficando estipulado que os cruzadores sediados no Tejo disparariam uma salva, recebendo resposta pronta, em terra, por parte de Artilharia 1. Todavia, Machado dos Santos, contrariado com o rumo dos acontecimentos, que lhe retirava protagonismo, não esteve na reunião preparatória mas resolveu executar a tarefa que lhe estava destinada: tomar Infantaria 16 à 1 hora da manhã. Dirigiu-se para Artilharia 1, onde se juntou aos Capitães Pala e Sá Cardoso. Estes, supondo que os outros quatro quartéis já tinham sofrido motins, foram até ao Governo Civil, passando pelo Carmo e pelo Palácio das Necessidades. Todavia, estes planos saíram gorados e a parte militar republicana no que respeita ao exército, falhou. O mesmo não aconteceu na Marinha, dado que tiveram sucesso os levantamentos do quartel dos marinheiros e dos cruzadores Adamastor e S. Rafael.

Simultaneamente, Cândido dos Reis não conseguiu tomar o navio D. Carlos, que continuava em mãos monárquicas. Esta situação levou a que o sinal que esperara não tenha sido dado. Desiludido com este contratempo, o comandante das operações da Marinha suicidou-se às 3 da manhã. Entretanto, ao longo do dia 4 de Outubro, sucederam as campanhas de informação e contra-informação. O Directório e os dirigentes civis da operação revolucionária foram informados de que havia um desastre no edifício dos Banhos, onde iam reunir-se. Alguns dispersaram, voltando a casa, enquanto outros se prepararam para resistência, ao longo do dia, na sede do jornal *A Luta* em nome de uma inventada Junta Revolucionária⁹⁴. As colunas de Pala e Sá Cardoso foram impedidas de cumprir os seus objectivos, tendo sido obrigadas a dirigir-se para o Rato e depois para a Rotunda onde se encontraram com Machado dos Santos. Às 5 horas da manhã estavam entrincheiradas à espera de novidades. Três horas depois receberam a notícia da morte de Cândido dos Reis. Às 9 horas e 30 minutos, Sá Cardoso convocou os oficiais, incitando-os a desistir e sair do acampamento. Inversamente, Machado dos Santos, acompanhado de alguns sargentos, cadetes, mas também de civis, resolveu resistir. A meio da tarde, o Palácio das Necessidades foi bombardeado e os revoltosos dirigiram-se para o Terreiro do

⁹³ Ernesto Rodrigues – *5 de Outubro Uma Reconstituição*, Lisboa: Gradiva, Fevereiro de 1910, p. 80. O autor narra pormenorizadamente todas as incidências do 5 de Outubro, pelo que nos eximimos a tal tarefa, e remetemos o leitor para esta obra.

⁹⁴ Cfr. João Bonifácio Serra – *O 5 de Outubro*. In F. Rosas e M.^a F. Rollo – *História da Primeira República Portuguesa*..., p. 56.

Paço, ocupando a retaguarda dos monárquicos. Às oito da manhã do dia 5, os monárquicos puseram em marcha um jogo duplo. Enquanto o Encarregado de Negócios da Alemanha pediu uma trégua a Machado dos Santos, as forças no Rossio insistiram em empunhar a bandeira branca da monarquia, desfraldando-a. A multidão não entendeu este gesto, equivocou-se, julgando tratar-se de uma capitulação e invadiu a baixa, impossibilitando qualquer recuperação militar lealista. O respectivo quartel-general rendeu-se e a república foi proclamada⁹⁵.

Ernesto Rodrigues narra a seu modo todas estas movimentações: «Quarta-feira, 5 de Outubro. São 8 horas, nesta manhã luminosa: a bandeira da República foi arvorada no castelo de S. Jorge, substituindo a azul e branca. Às 8,20h, as tropas fiéis à Monarquia entregam-se, no Rossio, já vitorizadas. Ao Largo de S. Domingos, reduto da 1ª Divisão Militar que sustém a Monarquia, chega Machado dos Santos: são 8.44h. Impõe a rendição: Manda que se apresse a proclamação da República. Praças da marinha, artilharia e outros regimentos seguem, pela Rua do Ouro, para o largo do Pelourinho, entre povo dando vivas à República. Na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, com vereação republicana (...), assomam os responsáveis civis com relevo para três membros do Directório do Partido Republicano Português: Francisco Eusébio Leão, José Relvas, Inocêncio Camacho Rodrigues, por ordem de assinatura do Auto de Proclamação da República Portuguesa»⁹⁶.

As três personalidades referidas tiveram missões diferentes, conforme consta do documento citado, redigido às 8h e 40 minutos. Eusébio Leão declarou abolida a Monarquia, enquanto Inocêncio Camacho propôs os nomes do Governo Provisório. As informações oficiais indicam que José Relvas procedeu à proclamação da República às 9 de manhã, mas escritores como Raul Brandão ou jornalistas do Diário de Notícias ou de O Século apresentam versões contraditórias. Certas vozes avulsas apontam que o acontecimento teve lugar às onze da manhã, hora demasiado tardia, no entender de Ernesto Rodrigues⁹⁷. A base de apoio do 5 de Outubro e do Partido Republicano Português era, conforme tivemos ocasião de afirmar anteriormente, essencialmente urbana, mas o país continuava rural e assim permaneceu, em parte, no novo regime.

1.2.3. Os Primeiros Anos da República (1910-1917)

Após a Proclamação da República, o Directório do Partido Republicano Português perdeu preponderância em sentido estrito, ou seja, em termos exclusivamente partidários. Mas, num plano genérico, o seu poder aumentou,

⁹⁵ *Ibid.*, p. 57.

⁹⁶ E. Rodrigues – *5 de Outubro Uma Reconstituição...*, p. 7.

⁹⁷ *Ibid.*

transferindo-se para o Primeiro Governo Provisório. Todavia, a primeira grande questão com implicações político-sociais do novo regime estendeu-se do 5 de Outubro de 1910, até ao Primeiro Governo Constitucional de Setembro de 1911. Trata-se de uma temática de natureza religiosa mas que nela não se extingue e pode ser denominada *como A separação do Estado e da Igreja*. Esta designação qualifica a abordagem recente desta matéria empreendida por Luís Salgado de Matos, que a ela se dedicou por três razões, das quais destacamos no imediato a seguinte, que constitui, em nosso entender, a principal novidade desta perspectiva: «A separação é um tema complexo. É diferente da Lei da Separação; a separação foi executada em numerosas medidas anteriores à lei, inscrevendo-se numa mentalidade laicizadora diferente da actual; a longa e complexa lei é uma parte, decisiva embora, da separação»⁹⁸.

Luís Salgado de Matos confere grande relevância à lei de 20 de Abril de 1911, mas torna-a parte activa de um conjunto mais vasto, eximindo-se a atribuir-lhe o lugar central da problemática em análise. A sua prioridade historiográfica situa-se a outro nível, conforme reconhece o sociólogo: «O presente trabalho defende a tese de que a separação não foi querida nem pela Igreja Católica nem pelo Estado. Uma vez iniciada, ultrapassou-os, obrigou-os a aplicarem estratégias de luta, dividiu-os a ambos, e reformulou-os em termos que, à partida, nem um nem outro tinham imaginado. Foi decisiva para Portugal. Depois do 5 de Outubro, os Republicanos sempre quiseram o acordo com a Igreja, por a temerem e por respeitarem a liberdade de consciência; mas começaram por querer esse acordo numa base regalista, que a Santa Sé rejeitou. Regalismo é o domínio do poder régio – e portanto estatal – sobre a Igreja. A Santa Sé divulgou a pastoral dos bispos, em Fevereiro de 1911 e, a partir de então, deixou de ser possível recuar. Republicanos e católicos dividiram-se ambos em adversários e partidários de um compromisso, mas na esmagadora maioria das paróquias o culto prosseguiu em total liberdade, num contexto conflitual, em que alguns actos estatais eram qualificados de «perseguição». A república e a Santa Sé resolverão a questão religiosa depois da Primeira Guerra Mundial mas não conseguirão dominar os seus extremistas, laicistas de um lado e anti-maçons do outro (...). Partamos pois do princípio de que a República e a Igreja Católica aplicaram ambas a sua estratégia face à Lei da Separação de 1910-1911, mas não excluimos que cada uma delas fosse atravessada por conflitos estratégicos».

⁹⁸ Luís Salgado de Matos – *Concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*. Lisboa: D. Quixote, 2010, p. 31. Este autor avança outras razões que explicam o seu fascínio pelo tema em apreço: «A separação de 1910/1911 é um momento decisivo da modernidade portuguesa e continua a ser, para uns, perseguição e, para outros, iluminação [...]; - A intensidade e duração do conflito transformaram-no no nosso presente e, por isso, porque estamos no presente, exigem uma apologética eleva-se à teodiceia, sempre legítima, que não deve contudo confundir-se com outros géneros, mais analíticos e menos moralizadores» (*Ibid.*).

Alternativamente, João Seabra estudou a peça legislativa portuguesa sob o ponto de vista do direito canónico comparado, relacionando-a com a lei americana, a brasileira (de Janeiro de 1890); a francesa (de 5 de Dezembro de 1905). O autor conclui que o clausulado americano respeita as isenções e deduções fiscais das igrejas e a sua personalidade histórica e jurídica, enquanto do lado de lá do atlântico também se encontra registada preocupação análoga, salvaguardando-se as hierarquias, a propriedade e a liberdade na administração dos bens eclesiásticos. Nessa medida, a Lei em vigor em Portugal a partir de 20 de Abril de 1911 é mais dura, segue o modelo francês, de modo alegadamente ainda mais restritivo: «Não foi nestas experiências de separação⁹⁹ porém, que se inspirou Afonso Costa: a sua *Lei de Separação* depende directa e exclusivamente da lei francesa (...) Muitos artigos da *Lei* portuguesa são traduzidos directamente do francês (...), a lei portuguesa imita a francesa acerca da propriedade dos bens eclesiásticos, considerando-os «bens nacionais», como em França, numa situação histórica e juridicamente muito diferente»¹⁰⁰. Na *Revista de História*, em 1912, a Lei de Separação é vista, de modo implícito, como um documento jacobino, com implicações catastróficas para o património cultural, que era, alegadamente, preciso contraditar.

Entretanto, no ano anterior tinham começado as Constituintes que promoveram reuniões que conduziram à aprovação a 19 de Agosto de 1911 da Constituição, que congregou na sua origem o contributo de diversas personalidades, portadoras de opiniões nem sempre coincidentes. Foi realizado um esforço de convergência na procura de um denominador comum, que passou pela consagração de um regime parlamentar e bicameralista. Paulo Ferreira da Cunha resume do seguinte modo o cerne do documento constitucional: «A Constituição é, assim, parlamentarista (de um parlamentarismo bastante puro—salvo os resíduos do projecto presidencialista, embora de um presidencialismo *sui generis*, designadamente sem eleição directa do Presidente), retomando mais que as originais fontes do projecto (brasileira e suíça), sobretudo as constituições portuguesas oitocentistas, e em especial a de 1822, parecendo ainda inspirar-se na III República francesa. As únicas diferenças entre este tipo de parlamentarismo e o regime de assembleia serão a existência (posto que ténue, limitada) de um Presidente da República que não se confunde com o Ministério, e uma separação de poderes concebida à maneira clássica (...). Perdera assim a concepção jacobina com o seu modelo convencional, o qual, na verdade, nega a separação de poderes seguindo a teoria de Rousseau contra a de Montesquieu. Entretanto chegou mesmo a pôr-se em causa a existência desse Presidente.

⁹⁹ Americana ou Brasileira.

¹⁰⁰ João Seabra – *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX*. Lisboa: Principia, Setembro de 2009, p. 16.

Admitindo-se que nem sequer existisse. A Constituição alinha por teses de soberania nacional e não pelas de soberania popular de Rousseau (artigo 5), segue, como dissemos, uma forma de separação dos poderes (artigo 6), estabelece um regime de democracia representativa (artigos 7 e 15), contrariamente não se fundando no sufrágio universal, desde longo tendo as primeiras leis eleitorais excluído as mulheres e os analfabetos, entre outros. A justificação de Afonso Costa é compreensível para estes últimos: como poderiam votar conscientemente? Seria uma espécie de *hara-kiri* da nascente República»¹⁰¹.

Resulta claro que a própria Constituição de 1911 materializa as contradições da Primeira República, uma vez que o documento não concretiza a aspiração de soberania popular que parecia constituir a sua base teórica fundamental. Na prática, Afonso Costa e os seus pares protegeram os interesses da elite à qual pertenciam, evitando uma democracia plena, mais consentânea com o respectivo ideário e perfil doutrinário, mas entendida como perigosa para as suas ambições políticas, com as quais colidia.

Simultaneamente, na segunda metade de 1911, realizaram-se as eleições para a Presidência da República, que tornaram patentes as divisões crescentes e a instabilidade delas decorrente no interior do Partido Republicano Português. Concorreram dois candidatos: Bernardino Machado, apoiado por Afonso Costa e Manuel de Arriaga, suportado por António José de Almeida e Brito Camacho, que formavam um *bloco*. Manuel de Arriaga ganhou as eleições e nomeou Duarte Leite, almejando o consenso entre as partes. Não o conseguiu de modo duradouro, até porque ele próprio era tudo menos consensual, conforme sublinha Joana Gaspar de Freitas: «A escolha de Manuel de Arriaga para primeiro presidente da nova República deixou desde logo a opinião dividida. Se para uns a sua eleição representava a consagração da vida de lutador austero e imaculado em defesa dos ideais democráticos; para a idade avançada do velho republicano fazia duvidar da sua capacidade para bem desempenhar o mandato de que havia sido incumbido (...). Manuel de Arriaga, ao aceitar o encargo com o qual o pretendiam honrar, anunciou desde logo que tencionava ser o representante da nação e não o chefe de um partido, procurando deixar bem claro que assumia aquele posto com o intuito de conseguir o equilíbrio entre as diversas posições políticas (...). Folheando os jornais da época, verificámos que após a nomeação de um gabinete, as incumbências de Manuel de

¹⁰¹ Paulo Ferreira da Cunha – *A I República e a Constituição de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011, pp. 51-52.

Arriaga se resumiam à assinatura de decretos ministeriais e á comparência em actos oficiais»¹⁰².

Todavia, a 4 de Setembro de 1911, João Chagas tomou posse no governo pelo referido *bloco*. De 7 a 13 de Novembro o segundo governo oficializou a sua governação. Entre meados de 1911 e inícios do ano seguinte, as contradições internas no Partido Republicano Português agudizaram-se, atingindo um ponto de saturação que culminou com a criação a 24 de Fevereiro de 1912 do Partido Evolucionista, liderado por António José de Almeida e, dois dias depois, nasceu a *União Republicana* de Brito Camacho. Em Novembro Augusto de Vasconcelos demitiu-se, voltando Duarte Leite ao Governo, por pouco tempo, apenas até Janeiro de 1913¹⁰³.

Sucedeu-o Afonso Costa que saneou despesas e angariou receitas. Todavia, o seu estilo não era consensual. A 9 de Junho de 1914 tomou posse Bernardino Machado que preparou terreno para a realização de eleições. Procurou consensos mínimos e convergências, mas teve que enfrentar uma grande dificuldade, que acentuou a instabilidade partidária e governamental na qual se vivia. Em Agosto de 1914 principiou a Primeira Guerra Mundial, que, conforme nota Ana Paula Pires: «envolveu todos os países europeus, com excepção da Espanha, dos Países Baixos, da Escandinávia e da Suíça. (...) A Chegada do mês de Agosto de 1914 determinou por isso o fecho de um capítulo na História mundial; com ele sobreveio a insegurança, a angústia e o sacrifício. Assim, seria até porque os reflexos políticos deste momento de viragem determinaram o fim não só do Absolutismo monárquico, como o desaparecimento dos impérios austro-húngaro e turco otomano e das três dinastias reinantes que tinham entrado na guerra – alemã, austríaca e russa –, colocando-se um ponto final à antiga ordem mundial»¹⁰⁴. Entretanto, eclodiu a polémica entre intervencionistas e não intervencionistas. Bernardino Machado congregou sensibilidades diversas em torno do primeiro grupo, evidenciando, num primeiro momento, cautelas tendentes a aproveitar até ao limite a margem de não-beligerância portuguesa. Contudo essa margem era curta e convinha a alguns sectores da política portuguesa o apoio a Inglaterra, que tentou atrasar a participação efectiva de Portugal no conflito.

Filipe Ribeiro de Meneses traça um perfil dos intervencionistas e anti-intervencionistas portugueses: «começou assim mais um período agitado na vida da República. Do lado intervencionista estavam parte do Partido Socialista Português

¹⁰² Joana Gaspar de Freitas – *Manuel de Arriaga Percurso Intelectual e Político de um Republicano Histórico* (1840-1917). Casal de Câmara, Caleidoscópio: Agosto de 2011, pp 119-120.

¹⁰³ Cfr. João Bonifácio Serra - *A evolução política (1910-1917)*. in F. Rosas e M.ª F. Rollo – *História da Primeira República Portuguesa*, op.cit.pp.93-128

¹⁰⁴ Ana Paula Pires, *O conflito mundial*. In F. Rosas e M.ª F. Rollo – *História da Primeira República Portuguesa...*, p.250.

(PSP), o Partido Democrático e o Partido Evolucionista (...) Do lado intervencionista estava ainda o escol intelectual e artístico da República. Foi em torno de Teixeira de Pascoaes e da revista *Águia* que se reuniram os apoiantes da entrada de Portugal na guerra europeia. Contra a guerra estavam os monárquicos, unionistas, os seguidores (pouco numerosos) de Machado dos Santos e o resto do pequeno PSP. O resto do país – a maioria da população – era indiferente ou era hostil à participação de Portugal na guerra europeia»¹⁰⁵. Ribeiro de Meneses explica que o que estava em jogo para os intervencionistas, não era apenas evitar que, excluído de um contexto e consequente esforço de guerra, Portugal contasse cada vez menos no conspecto político diplomático europeu. Contudo, segundo o autor, a população portuguesa, na sua maioria rural e a passar por dificuldades económicas, estava longe de ser sensível ao esforço de arregimentação e união em torno da salvação do país, através da sua entrada na guerra. Esse esforço não era sequer reconhecido e obrigava a uma tentativa, frustrada, de mobilização pela propaganda informativa e política que continha uma mensagem do foro interno, incitando os Portugueses a conciliar esforços no sentido de consolidação da República, ainda muito jovem e bastante permeável a dificuldades e contradições: «O mais importante objectivo era, porém, a implantação definitiva do regime republicano em Portugal. Toda a população seria afectada pela guerra e, esperavam os partidários da intervenção militar, tornar-se-ia por isso mais sensível aos ideais pelos quais Portugal, junto à Grã-Bretanha e à França, se bateria, e que não eram mais do que os ideais pelos quais os republicanos portugueses se vinham batendo desde longa data. Porém, para que a República pudesse beneficiar de um tal sentimento de união e sacrifício comum (...) as vantagens de uma intervenção militar teriam de ser apresentadas com convicção a um país cuja maioria esmagadora estava desligada – e até excluída, em virtude do seu analfabetismo – de qualquer actividade política formal. Para essa minoria, essencialmente rural, tal campanha de mobilização política, acompanhada de uma mobilização militar, representaria o primeiro contacto real com o Regime Republicano. Os intervencionistas teriam também de explicar a um país pobre e sub-desenvolvido que o sacrifício económico ditado pela guerra (...) seria, no fundo, um investimento alongo prazo»¹⁰⁶. No entanto, esta tese de Filipe Ribeiro Meneses foi contrariada por Luís Alves da Fraga, para quem a beligerância mantinha urgência para lá do insucesso previsível da Propaganda, considerando ainda que os militares fizeram bem em apostar em questões militares, essencialmente do foro técnico, dado que aí residia o

¹⁰⁵ Filipe Ribeiro de Meneses – *Intervencionistas e Anti-Intervencionistas*. In F. Rosas e M.ª F. Rollo – *História da Primeira República Portuguesa...*, pp. 268-269.

¹⁰⁶ Filipe Ribeiro de Meneses – *União Sagrada e Sidonismo Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 41.

cerne da impreparação. Por outro lado, sustenta que a crise económica era comum a vários países europeus e não decorreu do falhanço previsto da mobilização: «Seja como for, a tese de Filipe Ribeiro de Meneses e o presente trabalho são complementares, pois um debruça-se sobre todo o panorama político interno, dando claramente mais importância à vertente civil, e o outro, sem descurar aspectos políticos da mesma natureza, vai privilegiar as questões militares que traduziram uma política de beligerância. Uma fronteira bem nítida separa-os contudo: na *União Sagrada e o Sidonismo* prevalece a ideia de que a insistência na beligerância foi um erro e, neste que apresentamos, defendemos opinião diametralmente oposta»¹⁰⁷.

A situação agravou-se em Portugal entre finais de 1914 e inícios de 1915, fruto do impasse instalado pelas divergências entre Intervencionistas e não intervencionistas. Este clima de desconfiança mútua foi propício ao surgimento, em Fevereiro de 1915, da Ditadura de Pimenta de Castro – defendida por Fidelino de Figueiredo – a qual foi derrubada dois meses volvidos. Conforme sublinha Fernando Rosas: «Faltava ganhar a batalha diplomática, isto é, vencer a oposição britânica à beligerância portuguesa. Mas, também nesta frente, a situação será ultrapassada entre Dezembro desse ano [1915] e Fevereiro de 1916, quando a urgência da Grã-Bretanha deitar mão aos navios dos Impérios Centrais estacionados no Tejo, a convence a invocar a aliança para pedir a Portugal o seu confisco como exercício de um direito de beligerância por parte de um aliado na guerra. O que se fará com pompa e circunstância, quase festivamente. A 9 e 11 de Março, respectivamente, como resposta, a Alemanha e a Áustria declaram guerra a Portugal. A 26 de Janeiro de 1917 parte para a Flandres o primeiro contingente do Corpo Expedicionário Português»¹⁰⁸. Fernando Rosas vai mesmo mais longe declarando que Primeira Guerra Mundial matou a Primeira República. Alicerça o seu raciocínio na conjugação dos seguintes factores: «Na realidade, a guerra foi a morte da Primeira República. Ela iria exacerbar todos os graves problemas e contradições que, desde o início, atravessavam o novo regime: acentuou ao extremo a impopularidade e a crise de legitimidade de poder de Afonso Costa e do PRP; instalou a guerra aberta entre o Movimento Operário e o (racha-sindicalismo) do governo afonsista, relançou com furor, após a relativa «aclamação» de 1914-1915, o conflito com a Igreja Católica e a mobilização rural contra a cidade (...); precipitou uma crise social, económica e financeira sem precedentes»¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Luís Alves da Fraga, *Do intervencionismo ao Sidonismo Os dois segmentos da política de Guerra na Primeira República*. Coimbra: imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 30-31.

¹⁰⁸ Fernando Rosas – A República e a Grande Guerra. In F. Rosas e M.ª F. Rollo – *História da Primeira República Portuguesa...*, p. 247.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 248

Ainda antes de enviado o contingente para a Flandres, a situação política, económica e social da República estava a tornar-se cada vez mais instável e periclitante: «A constituição do *Governo da União Sagrada* (15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917) fez – se com base na aliança política entre os democráticos e os evolucionistas para a intervenção imediata na frente europeia da Grande Guerra, não conseguindo envolver num consenso político mais vasto *unionistas, reformistas, socialistas* e católicos, apesar de algumas negociações levadas a efeito. A crítica a essa convergência política atravessou mesmo uma dos partidos signatários do acordo, o Partido Republicano Evolucionista, provocando a criação de uma facção política, sob a direcção de António Caetano Egas Moniz, que dará origem nos finais de 1917 ao Partido Centrista Republicano»¹¹⁰. O terceiro governo de Afonso Costa começou a ser crescentemente contestado.

1.2.4–O Sidonismo (1917-1918)

Não foi surpreendente o golpe que a Lisboa política já esperava e foi liderado por Sidónio Pais que, a 5 de Dezembro de 1917, tomou a Rotunda num gesto de grande simbolismo, dado que este fora o lugar mais emblemático das operações que levaram à Implantação da República, sete anos antes. Ora, Sidónio Pais entendia que *aquela república* estava a passar por um esgotamento, sendo necessário capitalizar o verdadeiro espírito republicano que vinha sendo alegada e progressivamente traído, mormente pelos grupos ligados ao *Afonsismo* e ao próprio Afonso Costa. Sidónio Pais não agiu sozinho, nem actuou isoladamente. Tinha consigo algumas facções da direita republicana, mormente os Unionistas de Brito Camacho, mas também Machado dos Santos, inimigo declarado de Afonso Costa, ou ainda e, em primeira linha, os Centristas que agiam mais por um desiderato individual do que colectivo ou grupal e eram, alguns deles, íntimos de Egas Moniz, como era o caso de Tamagnini Barbosa. Por outro lado, também os monárquicos mais conservadores ligados ao Integralismo Lusitano se juntaram ao movimento e consideravam que Sidónio Pais era uma esperança legítima para alcançarem os seus objectivos¹¹¹.

O próprio perfil biográfico desta personalidade republicana constituía um garante das suas capacidades.

Oriundo de uma família tradicional bracarense, era um militar e conhecia o meio, embora durante alguns anos tivesse deixado o exercício dessa carreira em

¹¹⁰ Ernesto Castro Leal – *Partidos e Programas o campo partidário republicano português (1910-1926)*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Julho de 2008, p.62

¹¹¹ Sobre os apoiantes de Sidónio Pais ver: Maria Alice Samarra – *Sidonismo e Restauração da República Encruzilhada de paixões contraditórias* na História da Primeira República Portuguesa. In F. Rosas e M.^a F. Rollo – *História da Primeira República Portuguesa...*, pp. 371-373.

segundo plano, tornando-se Professor de Matemática em Coimbra, onde se doutorara, e membro da Assembleia Constituinte em 1911. Chegou a ocupar a pasta do fomento, antes de partir para a Legação Portuguesa em Berlim, cargo diplomático que ocupou até ao regresso a Portugal em 1916. Desconhecia as vicissitudes mais intrincadas da política interna portuguesa, mas essa circunstância jogou, por isso mesmo, a seu favor, dado que não estava exclusivamente comprometido com nenhuma das tendências anti – afonsistas que se juntaram em seu redor pelo facto de reconhecerem que Sidónio Pais podia ser o denominador comum a todas. O golpe iniciado a 5 de Dezembro de 1917 ocorreu não só porque tinha um líder mas também devido ao facto de as várias direitas não conseguirem de outro modo chegar ao poder, nem por via legal, uma vez que perdiam as eleições, nem através da gorada dissolução parlamentar em favor de um desejado presidencialismo nunca alcançado.

Maria Alice Samara descreve o golpe. Acompanhemos apenas alguns momentos dessa descrição, para, em seguida, caracterizar a República Nova: «Pelas cinco horas da tarde [do dia 5], Sidónio Pais vestiu a farda (...) que não usava havia quase uma vida (...). Chegara a sua hora. Sidónio Pais dirigiu-se ao jardim do Matadouro, reunindo-se com Feliciano da Costa e Teófilo Duarte. Pouco antes das seis horas entraram em Cavalaria 7 e montaram os cavalos previamente preparados. Daqui saíram em direcção à Escola de Guerra, com uma pequena força de 40 cavalos (...). No quartel de Artilharia I os revoltosos não encontraram o ambiente desejado, tendo mesmo de prender alguns dos oficiais. Depois destes contratempos, conseguiram as peças e o apoio de uma companhia do 33. Eram sete e meia da tarde. No Parque, soou o sinal. A sorte estava lançada (...) À medida que o tempo ia passando, as fileiras dos Revoltosos iam engrossando: sapadores mineiros e infantaria 5, o rosto do valente 33 (...)». O sidonistas dispunham ainda da sua artilharia civil, homens que pertenciam a centros e/ou grupos republicanos ligados a Machado dos Santos (...) Machado dos Santos saiu de Viseu, mas ao marchar sobre Coimbra, a caminho de Lisboa, recebeu a notícia de que Sidónio Pais já era vencedor». O ódio de boa parte do povo republicano ao *afonsismo* e à *política de Guerra* contribuiu decisivamente para o sucesso do golpe liderado por Sidónio Pais no dia 8 de Dezembro»¹¹².

Afonso Costa e Augusto Soares foram presos e, no dia 12 de Dezembro, Bernardino Machado foi destituído do cargo de Presidente da República. Entretanto, o executivo sidonista começou a formar-se, com a preocupação de reunir várias direitas, estabelecendo um equilíbrio de representação entre elas, incorporando, progressivamente, membros do Integralismo Lusitano. Dentro dos republicanos mais

¹¹² *Ibid.*, p.374.

moderados, Brito Camacho não integrou o elenco governativo para poder melhor manobrar à distância. Por outro lado, homens como Machado dos Santos nunca desistiram de um diálogo – sempre infrutífero – com os republicanos históricos: «Este executivo representou o primeiro equilíbrio de poderes do sidonismo com revolucionários como Machado dos Santos, no interior, e Feliciano da Costa, no trabalho, e centristas como Tamagnini Barbosa nas colónias, e Alfredo Magalhães na Instrução, Unionistas como Moura Pinto, na justiça, Santos Viegas nas Finanças e Aresta Branco na Marinha, e com «independentes», designadamente Xavier Esteves no Comércio (...). Com a saída do Governo dos homens próximos de Brito Camacho, em Março de 1918, abriu-se o espaço político para a entrada de outras personalidades, como Martinho Nobre de Melo, entendido como próximo do Integralismo Lusitano. (...) Mas o sidonismo foi mais do que o afastamento dos democráticos e o acesso da «direita republicana» e de «independência» ao poder. Este regime (...) foi uma experiência política central na História da Primeira República Portuguesa, marcando indelevelmente o campo político português. Foi a «República Nova»¹¹³.

A consideração do Sidonismo nesta investigação deriva menos da sua importância para uma inflexão decisiva no regime republicano do que do apoio do director da *Revista de História* a essa inflexão. Fidelino de Figueiredo, unionista, conforme já notámos, apoiou o governo de Sidónio Pais mas foi crítico da aproximação de alguns membros do seu partido aos socialistas. Para melhor entender o ambiente no qual essas críticas ocorreram convém perceber que o Sidonismo passou por duas fases centrais na sua organização governativa. A primeira ocorreu logo após o golpe e foi caracterizada pelo equilíbrio das direitas. A segunda teve lugar após Abril de 1918 e caracterizou-se por um crescente bonapartismo, ou seja um presidencialismo, que se queria democrático, mas efectivamente baseado na autoridade do chefe. Ernesto Castro Leal resume estas duas formas de governo: «Na primeira Fase do novo regime político (Dezembro de 1917 a Março de 1918), que podemos designar de *Dezembrismo*, encontramos uma convergência de propósitos entre os unionistas (onde Sidónio se inseria), centristas, reformistas, socialistas (...) Quando Sidónio Pais se seduziu por uma tentação presidencialista de pendor bonapartista, as dissidências apareceram na muito sincrética classe política e nas variadas redes sócio - políticas dezembristas, iniciando-se, a partir de Março de 1918 a segunda fase do novo regime político habitualmente conhecida por Sidonismo (...).

A partir de Abril de 1918, Sidónio Pais cultivou um certo bonapartismo o que levou Teófilo Duarte a afirmar, com algum exagero, que a evolução das suas

¹¹³ *Ibid.*, p.377.

concepções foi profunda pois na última versão de Dezembro de 1918 do projecto constitucional, revista ainda por Sidónio, consagrava-se materialmente um governo presidencial de índole democrática. Abandonaria provisoriamente os desejos políticos iniciais de reorganização conservadora da República demoliberal, o que polarizou a nova classe dirigente entre os segmentos parlamentaristas e os segmentos presidencialistas, defensores do princípio da dissolução do Congresso pelo Presidente da República, admitindo também a representação dos interesses sociais do Senado. Desse confronto inicial resultou a exoneração dos três ministros da União republicana no dia 7 de Março de 1918»¹¹⁴.

Fidelino de Figueiredo era adepto da linha presidencialista contra a parlamentarista: «Os *unionistas e os socialistas* (...) aproximaram-se então [em Março de 1918] dos evolucionistas e dos democráticos. Alguns unionistas recusaram as orientações dos seus dirigentes, propiciando a dissidência de importantes quadros – José Jacinto Nunes, António Miguel de Sousa Fernandes, Fidelino de Figueiredo, Vítor Manuel Braga Paixão (...)»¹¹⁵. Neste rol encontram-se dois dos colaboradores da *Revista de História*: O seu director, Fidelino de Figueiredo e o linguista José Jacinto Nunes. Uma forte hipótese de trabalho aponta para a participação massiva do primeiro na publicação em todas as suas vertentes, entre outras como articulista, sendo lícita a consideração da sua importância decisiva na linha editorial seguida. Fidelino de Figueiredo poderia ter simpatia por certo Bonapartismo evidenciado por Sidónio Pais. Aliás, foi escolhido para dirigir a Biblioteca Nacional em 1918, ainda durante o seu governo.

Sobre o bonapartismo evidenciado pelo *Presidente Rei* pronuncia-se Armando Malheiro da Silva, acompanhando o desenho indiciário do perfil correspondente desde a fase Decebrista: «A accidental vitória da força armada em Dezembro de 1917, as entusiásticas manifestações populares de Janeiro / Fevereiro de 1918 dirigidas ao homem, ao responsável por essa vitória e ao governante que detinha as rédeas do Poder, ajudaram a definir uma situação onde se viriam rapidamente a misturar vários ingredientes activos – a forte personalização (culto da personalidade) de um protagonista político, a exclusão de um partido até aí dominante, a ênfase populista e ordeira (Povo e Ordem), o descrédito da actividade político – partidária e a sobrevalorização do interesse nacional. Uma mistura pouco original, com nítidos traços bonapartistas, que não tardaram a ser vislumbrados, proclamados à opinião pública, denunciados com subtil intencionalidade e perpetuados pela vulgar expressão *Consulado Sidonista*. (...) Desconhecemos por inteiro se Sidónio Pais alguma vez

¹¹⁴ E. Castro Leal – *Partidos e Programas...*, pp. 64-68.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 69.

reconheceu estar a imitar Napoleão I ou se decidiu deliberadamente fazê-lo porque das suas palavras orais e escritas nada consta sobre essa eventual identificação mimética. Também não sabemos o impacto que essa importante figura histórica teve no seu imaginário. Limitamo-nos, por isso, a constatar que alguns dos seus actos políticos se assemelham aos do primeiro Bonaparte e ao fenómeno ideológico - político centrado no general Boulanger»¹¹⁶.

Todavia, o governo de Sidónio Pais e o Sidonismo não comparecem como temas autónomos na secção de artigos do Órgão de Informação e comunicação da Sociedade Nacional de História, embora no andamento consignado aos Factos e Notas tenha lugar um panegírico de Sidónio após a morte deste, pela pena de António Aurélio Costa Ferreira¹¹⁷. Globalmente, a ausência maioritária ante-citada pode dever-se ao facto de a *Revista de História* querer ser um periódico com pretensões à cientificidade. Por outro lado, pode pôr-se a hipótese de os Sidonistas eximirem-se a apresentar-se como juízes em causa própria.

Sidónio Pais apostou numa liderança carismática, assente numa aura propícia ao culto do chefe que se queria mostrar-se atento às massas num momento em que a economia do país passava por uma crise de subsistências, agravada por uma epidemia que grassou em 1918, a pneumática, afectando parte significativa da população. Para fazer face ao empobrecimento do país, Sidónio Pais apostou na Agricultura e no fortalecimento paralelo das burguesias e oligarquias rurais. Por outro lado, foi criada uma polícia política e efectivou-se a restrição de algumas liberdades. A Partir de Outubro de 1918, devido ao insucesso de algumas destas medidas, Sidónio Pais começou a sentir o peso do descontentamento, patente na pressão crescente das oposições. Principiava assim o sentimento de solidão do poder, que conduziu a um endurecimento do regime sem retorno. Exemplo disso, a greve de Novembro de 1918, declarada pela União Operária Nacional, que tinha apoiado anteriormente o Deembrismo. Conforme afirma António José Telo: «Em 1918 assiste-se à primeira tentativa consciente do movimento operário, dominado por uma corrente anarquista radical e influenciado pela revolução russa para derrubar o poder do Estado burguês. É uma tentativa falhada como não podia deixar de ser dado a fraqueza e o isolamento do movimento operário na altura, marcada pela ingenuidade da ideologia que o dirige mas igualmente pela sua «pureza» de princípios (...)»¹¹⁸.

¹¹⁶ Armando Barreiros Malheiro da Silva – *Sidónio e o Sidonismo*, vol. 2, História de um caso político. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 131-133

¹¹⁷ Sobre esta matéria reflectiremos no décimo capítulo desta dissertação dedicado à secção de Factos e notas da *Revista de História*.

¹¹⁸ António José Telo, *O Sidonismo e o movimento operário português Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa: Ulmeiro, 1977, p. 8.

Em 14 de Dezembro de 1918 as tensões políticas e sociais e o descontentamento atingiram um limite que conduziu ao assassinato de Sidónio Pais.

1.2.5. Os Últimos anos da república (1919-1926)

Os monárquicos liderados por Paiva Couceiro tomaram o poder em Janeiro de 1919, instaurando a Monarquia do Norte, que teve curta duração e antecedentes ainda em vida do *Presidente Rei*. Conforme descreve Fernando J. Almeida: «Morto Sidónio Pais, em 14 de Dezembro de 1918, logo se agravaram as fundas contradições que separavam os seus apoiantes. (...). Sob o pretexto de evitar que a “demagogia” se instalasse no Poder, ainda em vida de Sidónio, elementos do exército organizaram as Juntas Militares, que pretendiam velar pela ordem pública, assegurar a permanência do Sidonismo e a protecção do próprio Sidónio Pais. “Demagogia” era, para os militares, um eufemismo para designar os partidos constitucionais da República (Democrático, evolucionista, unionista), bem como o movimento operário, organizado na UON (União Operária Nacional – futura CGT, Confederação Geral de Trabalho). O sidonismo estava condenado, na medida em que apenas uma fracção mínima de republicanos, machadistas, centristas, presidencialistas, fundadores do Partido Nacional Republicano (PNR) governamental o apoiava (...) O pós-sidonismo era um híbrido, em que a chefia do estado estava entregue a um monárquico, o almirante Canto e Castro; havia monárquicos no governo; as Juntas Militares, mormente a do Norte, eram de proeminência monárquica (...) O sistema ainda não era monárquico, mas já não era republicano (...). Em 18 de Dezembro de 1918, a Junta Militar do Norte fez uma proclamação ao país (...), exigindo a «intensificação do combate à demagogia, através de um governo com capacidade e energia». Em 10 de Janeiro de 1919 rebentou uma revolta em Santarém, a fim de restabelecer a Constituição Republicana. Este acontecimento levou ao fortalecimento da Junta Militar do Norte, que em 19 de Janeiro de 1919 restaurava, no Porto, a Monarquia em Portugal¹¹⁹.

Os derradeiros anos da República foram agitados devido às divisões no seio do Partido Democrático e do bloco nacionalista, dominando a incerteza e o paradoxo resultantes da hesitação entre a via revolucionária e os impasses de reconstitucionalização do regime. Luís Farinha traça uma sucinta e incisiva panorâmica das forças em confronto, e confirma a agonia republicana até ao estertor final: «De solução, o regime convertera-se em mais um problema a resolver no país. Chegados a 1921, os dois grandes campos políticos republicanos e democráticos eram, de facto, frágeis, e incapazes de constituírem, cada um por si, uma alternativa

¹¹⁹ Fernando J. Almeida – *Monárquicos em armas contra a República O Reino da Traulitânia*. In *Revista História*, ano 21, n.º 10. Lisboa: Clássica Editora, 1999, pp. 34-35.

política: o Partido Democrático, herdeiro histórico do património revolucionário, enfraquecia a cada cisão, mas mantinha o predomínio organizativo e eleitoral – dominava, mas não governava. A partir de 1920 foi mesmo incapaz de integrar e de mediar os interesses do forte sector sindicalista revolucionário que, descontente e empobrecido, se tornou incómodo e tumultuoso. Por outro lado, o bloco nacionalista de centro-direita, frágil e desorganizado, foi sempre agregando a si uma crescente faixa da sociedade, que começava a rever-se nas soluções anti-democráticas e ditatoriais, sem que, contudo, conseguisse juntar a si todas as direitas da direita. A guerra pusera fim à revolução republicana. Incapazes de reconstitucionalizar o poder por via democrática e constitucional, republicanos de todos os matizes admitiram, a partir de 1923, a possibilidade de regenerar a República por uma «ditadura temporária» – um interregno parlamentar com reforço do poder executivo exercido por personalidades de reconhecida craveira técnica e elevado sentido nacional e patriótico»¹²⁰

A República carregava no seu seio, o gérmen de um regime ditatorial, transitoriamente encarado como necessário para a regeneração republicana. O ano de 1926 foi decisivo e clarificador: «Chegados a 1926, um último obstáculo– o governo constitucional de António Maria da Silva – seria removido por uma conjugação de golpe militar e de «transmissão legal» de poderes constitucionais pela parte do presidente da República Bernardino Machado ao comandante Mendes Cabeçadas. Forçados por formidáveis constrangimentos económicos e sociais, os homens abdicavam da liberdade em nome de uma República ordeira e ditatorial»¹²¹.

Apesar das fragilidades, dos impasses e das contradições políticas, a Primeira República desenvolveu, ao longo do tempo, um conjunto de medidas educativas, culturais e científicas, condicionadas pela instabilidade partidária e governamental, mas que importa considerar brevemente.

1.2.6. Educação, cultura e meio sócio-cultural lisboeta durante a I República (1910-1926)

Desde o primeiro governo provisório, foram realizadas reformas relevantes nesses diversos graus de ensino. O infantil ganhou autonomia, enquanto o primário se tornou gratuito e obrigatório entre os 7 e os 10 anos, revelando a preocupação de se tornar acessível a todos e universal, massificando-se. O ensino Primário dividiu-se em elementar, complementar e superior, embora este último nunca se tenha generalizado,

¹²⁰ Luís Farinha – Ditadura ou Revolução? A herança política e os caminhos incertos dos herdeiros da I República. *In Comunicação e Cultura*, n.º 8, *Imagens da República*. Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica, 2009, p.106.

¹²¹ *Ibid.*,

evidenciando avanços e recuos, devido à escassez de meios materiais, generalizada a todo o projecto educacional que, embora nem sempre tenha conseguido a implantação almejada, registou progressos assinaláveis, mormente a nível da configuração legislativa inovadora. O ensino primário era descentralizado, cabendo aos municípios, concertados com os governos, a sua gestão e administração. O número de escolas e professores não deixou de aumentar ao longo de todo o período republicano. Ao nível da instrução secundária tentou-se aproveitar as infra-estruturas e o espírito da reforma de Jaime Moniz, levada a cabo entre 1894 e 1895, ainda durante a Monarquia Constitucional. O ensino Superior, por seu turno, sofreu um grande impulso. Foram criadas novas universidades em Lisboa e Porto, acabando assim o monopólio de Coimbra nesta matéria. Acresce que também se assistiu ao surgimento de diversas faculdades, nomeadamente as de Letras de Lisboa e Porto, aquela na sequência da extinção do Curso Superior de Letras que aí existira, onde Fidelino de Figueiredo e alguns colaboradores da *Revista de História* se formaram. Note-se que uma das primeiras notícias da Secção de Factos e Notas da *Revista de História*, no ano de estreia, respeita à criação recente das Faculdades de Letras, às quais são opostas resistências, subtis e discretas mas efectivas, colocando-se em causa a novidade constituída pelas escolas normais e a massificação no acesso ao processo de ensino - aprendizagem.

Num plano mais informal e menos institucionalizado, mas ainda na senda da contestada democratização cultural, convém assinalar a criação das Universidades Livres (1912) e Populares (1913). A publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo regista, de modo fugaz, as primeiras, mas omite as segundas, por ser adversário da massificação.

Passamos agora a analisar sumariamente o meio sócio-cultural de Lisboa entre 1910 e 1926, muito concentrado em torno do Chiado e da Academia de Ciências de Lisboa, por onde tinham que passar aqueles que quisessem deter um poder cultural e político assente numa base literária. No entender de Luís Trindade, durante a década de 10, a «Coincidência entre o literário e o político deu à forma como o jovem Fidelino (de Figueiredo) entrou no campo (literário) uma posição (política) (...). Em 1910 publicara uma *História da Crítica Literária em Portugal*. Ainda durante esta década dirigiu a *Revista de História* (com especial atenção para a História literária) e publicou uma *História da Literatura Realista em 1914* [fora do periódico mas nele publicitada], que completava a síntese geral, iniciada nos volumes anteriores. Como crítico ocupava um lugar influente na leitura e avaliação da realidade. Tanto mais que essa leitura literária implica (...) avaliações eminentemente políticas. A posição crítica face ao liberalismo deu-lhe um lugar no Sidonismo, por que se entusiasmou de forma muito

idêntica àquela que levou Agostinho [de Campos] a aproximar-se de João Franco. Fidelino, durante o consulado de Sidónio Pais dirigiu a Biblioteca Nacional, onde também procurou levar a cabo algumas reformas»¹²². Ora, pela análise dos índices, percebe-se que a História e a Crítica Literária ocupam um lugar significativo na *Revista de História*, mormente através da pena de Fidelino de Figueiredo¹²³.

Quando afirmámos que Fidelino de Figueiredo não abordou o Sidonismo na *Revista de História* estávamos a referir-nos ao assunto numa perspectiva histórica e política, enquanto objecto de artigos científicos. Todavia, concordamos com Luís Trindade, dado que, ao escrever sobre História e Crítica Literária, Fidelino e os seus colegas estão a intervir politicamente, de modo subtil, indirecto, nas entrelinhas, mas não deixam de comentar o meio sócio-cultural ao qual pertencem, ou querem pertencer. A recusa aparente da política, num plano histórico, doutrinário ou panfletário, não deixa de ser uma forma activa de participação, encapsulada, insinuada e insinuante, mas efectiva. Esta ideia corresponde a uma hipótese a confirmar ao longo desta dissertação¹²⁴. O periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo procura a proto-cientificação da História e da Literatura, sem perder de vista a política concreta. Se no caso do Sidonismo o faz de modo subreptício nas páginas da publicação, estas servirem para fazer pressão político-cultural relativamente explícita, ainda que sob a égide da erudição histórica, anteriormente, em 1915, quando aí publicou um artigo sobre a *Academia de Ciências de Lisboa*¹²⁵.

Luís Trindade descreve o contexto da publicação deste artigo e ajuda a entender quanto nele se entrelaçam a política, a literatura, a cultura e a posição sócio-profissional do autor visado: «(...) 1915 foi ainda um ano importante para Fidelino de Figueiredo. Fidelino ainda não trabalhara com Dantas. Pelo contrário, Dantas apoiou, nesse momento, a entrada do director da *Revista de História na Academia* [de Ciências de Lisboa]. Menos de uma década depois da sua própria entrada já estava em condições de desempenhar para os mais novos o papel que Lopes de Mendonça desempenhara para si. Em plena experiência ditatorial de Pimenta de Castro escreveu na sua revista um artigo sobre a História da Academia das ciências onde procurou associar essa curta experiência autoritária à libertação da instituição após meia década de perseguições republicanas. Dantas escreveu o parecer que transformava o crítico em académico. Parecer sóbrio, ao contrário do que era habitual. Ai elogiava a capacidade de trabalho, garantia um futuro de êxitos, mas marcava também algumas

¹²² Luís Trindade – *O estranho caso do nacionalismo português, o salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Outubro de 2008.

¹²³ No oitavo capítulo desta dissertação analisaremos a presença deste tipo de conteúdos no periódico.

¹²⁴ Mormente nos capítulos destinados à análise de conteúdos da *Revista de História* e à sua caracterização.

¹²⁵ Cfr. cap. seis desta dissertação. O artigo escrito por Fidelino de Figueiredo é, na aparência, essencialmente informativo, mas serve-se da informação para outros fins.

distâncias quanto às suas posições e métodos. As distâncias começaram a acentuar-se pouco tempo depois»¹²⁶.

O distanciamento progressivo entre Júlio Dantas e Fidelino de Figueiredo teve parcialmente lugar nas páginas da *Revista de História*, por parte do Director do periódico que, nos seus *Estudos de Literatura Contemporânea*, historia obras de Antero de Figueiredo e de Júlio Dantas, demonstrando aí reconhecer valor a ambos mas expressando maior afinidade com o estilo literário daquele. Na prática, não estão apenas, nem sobretudo, em jogo questões de História literária, embora sejam importantes. Estão em causa estratégias de ascensão no campo literário e cultural lisboeta. Fidelino de Figueiredo elogia Antero de Figueiredo, mas parece situar-se a meio de caminho entre o neo-Garrettismo deste – materializado no respectivo apego às tradições – e a *mundanidade* de Júlio Dantas, que parece querer disputar, sendo o órgão de Informação e Comunicação da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos um palco para essa disputa.

Conforme esclarece Luís Trindade: «Fidelino escreveu sobre os dois escritores que, em seu entender, eram mais influentes na literatura portuguesa de então: Antero e Dantas. Influentes, como ficava depois claro, por motivos antagónicos (...). Contra a tendência dominante da literatura nacional, ora excessivamente decadente, ora demasiado crua, Antero alcançava um equilíbrio onde aliava a capacidade de síntese própria do século XX a um espírito amoroso mais tradicional»¹²⁷. Pelo contrário, na perspectiva fideliniana, Dantas exibiria *superficialidade gentil, galanteria*. Sublinhe-se que pretendemos testar, no presente trabalho, a tese segundo a qual Fidelino de Figueiredo distancia-se, na *Revista de História*, do estilo sedutor, imediatista, de Dantas. No entanto, ambos têm consciência de que o horror partilhado à massificação incipiente dos públicos deve ser enfrentado, no caso do periódico através de uma linguagem sóbria, discreta, através da qual a elite se protege a si mesma, ancorando-se numa proto – cientificidade que impede a turba de a ela aceder, mas não nega a existência desta fora desse circuito fechado¹²⁸. Essa negação era apanágio de Agostinho de Campos. Fidelino contrariava-a. No entanto, a sua contundência estava reservada para Júlio Dantas. Mas exibiu-a fora da *Revista de História*, condensando-a na obra *Como Dirigi a Biblioteca Nacional*. Este trabalho constitui uma defesa fideliniana do trabalho aí efectuado durante o consulado sidonista. Terá considerado que o espaço e a respiração de um livro são mais amplos de que os de um periódico

¹²⁶ Luís Trindade – *O estranho caso do nacionalismo português...*, pp. 155-156.

¹²⁷ *Ibid.*, p.156.

¹²⁸ Sobre este assunto ver o derradeiro capítulo desta dissertação, dedicado à caracterização da *Revista de História*, nomeadamente o andamento sobre representações dos intelectuais no periódico.

que, pela sua natureza, era mais proto – científico do que lugar central de contundências.

Entre 1919 e 1926, assiste-se, no meio cultural constituído pelo Chiado lisboeta, a uma progressiva substituição da liderança de Júlio Dantas pela crescente influência do idealismo racionalista de António Sérgio e, noutro sentido, do Modernismo de António Ferro¹²⁹. No entanto, este era olhado com desconfiança e algum medo pelos cultores do neo Garrettismo, que até 1923 tinham bastante poder. Acontece que Sérgio começou a entrar no espaço cultural que lhe era hostil através de uma Revista que dirigiu, denominada *Homens Livres*, onde também colaboravam Integralistas. Entretanto, em 1924, Fidelino de Figueiredo dirigiu-se aos seus inimigos num romance autobiográfico, datado de 1925 no qual se faz passar por um alter-ego, Luís Cotter, e «procurava alcançar dois objectivos: situar-se numa genealogia e ajustar contas com os medíocres campos literário e político»¹³⁰. Em finais de 1925, Fidelino de Figueiredo, em cumprimento de um cosmopolitismo que alguns lhe reconheciam, rumou à Universidade de Madrid, onde foi convidado para leccionar Literatura Portuguesa. Entretanto, tentou envolver-se em movimentos radicais de direita, arquitectando, uma ultrapassagem, pela Direita, do Golpe Militar liderado por Gomes da Costa em 28 de Maio de 1926. Essa ultrapassagem foi abortada, votando ao insucesso a revolta dos *Fifis*, tentada em parceria com Filomeno da Câmara. A *Revista de História* não foi publicada em 1927, saindo no ano seguinte um número conjunto correspondente àquele ano e ao de 1928, data do fim da publicação.

Entre 1926 e 1933, o Chiado já não era, definitivamente, controlado por Júlio Dantas: «O momento da transição política para o autoritarismo corresponde a uma profunda redefinição do campo literário. O universo da escrita estava, entretanto, já completamente autonomizado do político. As novas arrumações deram-se no próprio Chiado. No essencial, a incorporação do nacionalismo literário pelos mecanismos vigentes da cultura de massas, sobretudo do jornalismo, implicou uma distinção «oficial» entre escritores e jornalistas. Significou isto, como procurei defender, que o nacionalismo foi o resultado visível do processo de transformação do campo literário, face à massificação do espaço público. A coincidência entre a inscrição social e política de uma ideia literária e a especialização profissional dos trabalhos de escrita indiciou esse alargamento. As lutas laborais dos jornalistas e outros profissionais da imprensa agudizaram-se»¹³¹.

A escrita na *Revista de História* parece ter tentado autonomizar-se do campo político imediato, sob a égide da proto-cientificidade, engendrando, na Secção de

¹²⁹ Cfr. Luís Trindade – *O estranho caso do nacionalismo português...*, pp. 152-226.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 38.

¹³¹ *Ibid.*, p. 227.

Artigos, uma intervenção política indirecta, através da cultura científica, longe da *cultura geral* e da forma de jornalismo atenta ao *fait divers*, ainda que o quotidiano científico compareça na Secção de Factos e Notas e o bibliográfico tenha lugar na de Bibliografia. Acresce que o periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo parece não ter promovido extensamente o nacionalismo literário, para além dos limites já considerados, constituídos por estudos fidelinianos ou de Fernandes Costa (também membro da Academia de Ciências) sobre Antero de Figueiredo, ou os do director acerca de Júlio Dantas, sempre sob a égide da proto – científicidade e da certificação científica, ficando a pura criação e inventividade literária longe das páginas da publicação, onde o nacionalismo é cultural e historicista, subordinando-se às codificações de uma incipiente certificação científica.

Contudo, através da História, da tradicional político-literária, à dos Descobrimentos, a Historiografia praticada no órgão de informação e comunicação da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos mantém certas ressonâncias do contacto com alguns dos ideais sócio - culturais presentes nalgumas correntes literárias neo-românticas vigentes entre 1910 e 1926, estudadas por José Carlos Seabra Pereira: «Ao arrepio da herança anterior [De Antero de Quental] e da paideia sergiana, como Neo-Romantismo e as suas três correntes (vitalista, saudosista e lusitanista) – ora ideologicamente divergentes, ora politicamente conflituantes – atinge o auge a centralidade eufórica da «alma Nacional» e da representação de Portugal na semântica da criação literária. Essa imagem encontra aí prismática projecção: emancipalista, ao rés das formações sócio-económicas e dos institutos políticos, na primeira corrente; palingenésica na corrente saudosista, buscando o renascimento nacional pelo regresso à realidade *essencial da grei*, em profundidade cultural e mitogenesia espiritual; restauracionista, pela reanimação dos valores tradicionais religiosos e políticos, na terceira corrente»¹³². Na *Revista de História*, o vitalismo e o saudosismo parecem estar ausentes, em favor do restauracionismo lusitanista. Todavia, no caso do periódico, a alma nacional parece transmutar-se em História Nacional e a reanimação faz-se mais por via do estudo proto-científico do que do fervor patriótico puro e simples.

Seguidamente, apresentamos de modo apenas o indiciário os traços gerais do arranque da Ditadura Militar, até ao momento em que a *Revista de História* deixou de existir.

¹³² José Carlos Seabra Pereira – *O Tempo Republicano da Literatura Portuguesa Separata do Colóquio Letras*, n.º 75. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. p.3

1.2.7. A Ditadura Militar

O regime ditatorial, inaugurado a 28 de Maio de 1926, quando o General Gomes da Costa ordenou a descida dos militares até à capital, consagrava uma série de princípios conjugados, como o reforço do poder executivo e, por consequência, o fim do parlamentarismo. Todavia, segundo Luís Bigotte Chorão, a existência isolada destes pressupostos teria sido insuficiente para a sustentabilidade do golpe militar, dependente, em seu entender, da gestão que o regime fez das suas contradições internas. Prova disso, a escolha para Presidente da República do General Óscar Carmona que se comprometeu, em nome dos interesses que o colocaram no poder, a honrar os valores da Ditadura e pugnar por uma nova ordem constitucional e jurídica: «Tendo sido recorrente na História contemporânea portuguesa o fenómeno da interrupção da normalidade constitucional; o Movimento de 28 de Maio bem poderia ter passado o registo dos anais pátrios como mais um momento caracterizado pelo reforço da autoridade dos executivos, assente a um tempo na desconsideração da instituição parlamentar e na eficácia dos decretos com força de lei (....). Paradoxalmente, foi nas desinteligências entre as facções do movimento que residiu, em grande medida, a capacidade de sobrevivência da Ditadura Militar, a qual não tardou a encontrar na figura do General Óscar Carmona o *ditador a prazo* que, aceitando o papel que a História lhe reservara, se dispôs a caucionar, em nome da «espada» por um lado, a própria solução ditatorial e a sua continuidade e, por outro, o projecto de constitucionalização de uma nova ordem político-jurídica que foi sendo gizada ao longo dos anos, em particular por certas figuras civis chamadas, directa ou indirectamente, ao conselho do poder militar»¹³³. António de Oliveira Salazar, que veio a ser convidado para a pasta das finanças e a ter um papel decisivo no conspecto da Ditadura Militar não foi o autor do princípio orientador desta, que congregou não apenas forças militares mas também civis à sua volta. Salazar teve precursores que tornaram possível a sua acção. Diga-se que o movimento no qual ela se enquadrou estruturou-se em torno de uma combinação da competência técnica dos governantes, com um perfil político não despidendo. O general Carmona contribuiu para a construção de uma imagem de Oliveira Salazar como o salvador da pátria, mas houve momentos em que aquele reconheceu que os seus antecessores eximiram-se a cuidar apenas da ordem pública, preparando terreno em matérias como a justiça¹³⁴.

Uma das hipóteses de trabalho, a confirmar nos próximos capítulos, passa pela asserção segundo a qual estamos perante um periódico eclético e sincrético, que nunca se integrou plenamente nos ambientes políticos dominantes e maioritários,

¹³³ Luís Bigotte Chorão, *A crise da República e a Ditadura Militar*. Lisboa: Sextante Editora, p. 9.

¹³⁴ *Ibid.*

durante a República, ou no decorrer da Ditadura Militar. Por outro lado, a *Revista de História* sofreu a influência epocal do Chiado sócio – Literário, mas não se terá ficado pelo culto da mundanidade caro de Júlio Dantas, nem pelo idealismo seareiro na sua forma democrática e democratizante, mas também se eximiu a incorporar o *futurismo* de António Ferro, a voragem do movimento, do cinemático e do maquínico. Pelo contrário, na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo o pensamento, a História e a literatura precedem e enquadram a realidade passada, condicionando a leitura do presente e do futuro, delimitados, no caso, pela Ditadura Militar.

No próximo capítulo regressamos a meados/finais do século XIX para perceber o contexto internacional que torna possível a definição mais precisa da natureza da Revista dirigida por Fdelino de Figueiredo. Esta questão não está isenta de controvérsia e poderá ajudar a divisar mais uma faceta do carácter eclético e sincrético que defendemos ser próprio da publicação, dado que esta é académica mas pertence a uma academia, dedica-se a Clio mas não é universitária, nem atinge o grau de especialização científica de outras congéneres europeias, das quais é próxima, sobretudo pela divisão em secções análogas que partilham. Por outro lado, a estrutura organizativa da *Revista de História* parece ser bem mais amadora e menos profissional do que as das suas congéneres de finais de Oitocentos.

Capítulo II –As revistas e a *Revista de História*: Uma Panorâmica

2.1. As revistas como fonte e objecto de estudo: Métodos e técnicas de análise

A partir de meados do século XIX, os periódicos que escolheram colocar em prática os conceitos, métodos e técnicas propensos ao desenvolvimento e estabilização da ciência de Clio – enquanto âmbito disciplinar, debruçando-se sobre os respectivos temas, tendentes a fixar o estudo do homem ao longo do tempo – contribuíram, de forma decisiva, para a afirmação da Historiografia como âmbito autónomo de estudos, integrada na História dos países europeus dos quais é originária, e alimentaram a História da Imprensa Periódica, enquanto campo disciplinar cujas institucionalização e profissionalização são favorecidas e incrementadas pela abertura de circuitos, veículos e sistemas de informação próprios do periodismo. O desenvolvimento de novas tecnologias acelerou a constituição e difusão a mais larga escala e mais célere de meios de comunicação como as revistas. No entender de Daniel Pires, estas constituem uma das facetas da imprensa periódica e possuem certos traços distintivos, muitas vezes encarados pelos estudiosos com reserva, decorrente da assunção de preconceitos vários sobre a matéria, que contribuem para que seja alvo de menosprezo ou atenção dispersa e difusa, que ajudam a explicar a reduzida escolha das revistas como objecto central de investigações: «As revistas são frequentemente consideradas o parente pobre do livro: não apresentam a sua dignidade, a sua auréola, o seu estatuto há séculos auferido. Efémeras, acabam muitas vezes num anónimo café, acondicionando um produto de consumo, acometidas pela vassoura ciosa de uma dona de casa, ou vendidas a peso a um ferro velho menos sensibilizado pelas subtilezas das belas letras¹³⁵»

Por outro lado, do ponto de vista metodológico, as revistas assentam ontologicamente numa dualidade, que funciona como condicionante e imperativo da sua utilização pelos estudiosos das diferentes áreas, dentro das Ciências Naturais e, sobretudo, no âmbito das Sociais e Humanas, dado que podem constituir-se como fontes – que servem de referência ou suporte bibliográfico ao esclarecimento ou aprofundamento de determinado assunto, para o qual são apenas instrumentos heurísticos subsidiários da pesquisa central em curso – ou, alternativamente, comparecem auferindo do estatuto de objecto autónomo, portador de uma génese e de uma História própria. A primeira vertente é mais frequente, relegando a segunda para uma posição secundária, desconfortável, fruto eventualmente do fetiche pela

¹³⁵ Daniel Pires – *Dicionário de Imprensa Periódica da revista Literatura Portuguesa do século XX (1900-1940)*. Lisboa: Grifo, 1996, p. 9.

fonte manuscrita, esquecendo-se por vezes que a imprensa também pode ser primária, dotada de igual valor e dignidade, portadora eventual de *putativa originalidade*. Ana Luíza Martins, historiadora brasileira, colocou a questão da ambiguidade estatutária das revistas com acuidade, nos seguintes termos, elucidativos porque que revelam as coordenadas pelas quais se regeu o estudo da autora intitulado *Revistas em Revista Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*, S. Paulo (1890-1922) e no qual se conjugam sem atrito as duas dimensões enunciadas: «Neste propósito, as revistas foram tratadas em dupla dimensão: como *objecto de análise*, tema a ser historicizado e, como *fonte*, que, cotejada com as demais – jornais, memórias e iconografia –, subsidiou esta pesquisa, permitindo reconstituir a História no âmbito de um dos seus principais suportes documentais, isto é, a imprensa periódica (...). Concomitantemente, inferiu-se que o uso recente, frequente e indiscriminado de revistas em busca da reconstrução do passado, resultava em equívocos de interpretação, frutos do desconhecimento das condições de vigência daqueles periódicos, da falta de cotejo com os seus parâmetros e da efectiva inserção em seu tempo»¹³⁶.

No plano técnico mais restrito, e tendo em conta os sentidos etimológico e literal da palavra, as revistas constituem uma parte específica da Imprensa, dado que são um tipo de periódico: No dicionário de *Littre*, publicado em 1863, mas já antes no da academia francesa fazia-se eco da acepção moderna da palavra periódico, firmada em 1804 na *Revue Philosophique* e que designa a imprensa dada à estampa em intervalos de tempo regulares: dias, meses ou semanas. As revistas, apesar de relativamente efémeras não o são tanto quanto os jornais, normalmente consignados às notícias diárias ou semanais, sujeitas à usura e desgaste provocados pelo quotidiano, ou por um tempo relativamente curto, o da junção de sete dias seguidos. No pólo oposto deste imediatismo de uma parcela considerável da imprensa encontram-se os livros, que privilegiam, não raro, a reflexão e o poder de análise ou a criatividade, considerados isolada ou conjugadamente, contribuindo para expressar as ideias e o percurso singular dos seus autores, enquanto as revistas, na maior parte dos casos, quando não constituem projectos individuais – bastante escassos aliás – exprimem as relações de confronto ou de conciliação entre homens ou destes com o respectivo tempo histórico. Conforme explica Jacques Julliard: «Tandis que le livre exprime avant tout la personnalité de son auteur, et traduit une démarche singulière, l'article de revue au contraire est nécessairement la confrontation d'un homme avec d'autres hommes, d'un penseur avec son temps. Le caractère périssable de l'object-

¹³⁶ Ana Luíza Martins – *Revistas em Revista Imprensa e práticas culturais em Tempos de República*. S. Paulo (1890-1922), S. Paulo: FAPESP/EDUSP, 2001, p. 6.

revue, qui l'apparente au journal, en fait en même temps tout le prix. Si le journaliste est, selon le mot d'Albert Camus, «l'historien de l'instant», l'homme de revue en est le philosophe ou, comme aimait dire Sorel, le sociologue. Le sociologue de l'instant se défie des grandes constructions théoriques, des grandes reconstructions sociétales. La pensée est en état de continuel affrontement. L'engagement de l'intellectuel, tel que Sorel l'a conçu et vécu avant même que le mot existe, ne consiste pas à signer des pétitions ou à descendre dans la rue: il consiste à se saisir de l'actualité pour en faire l'objet de sa réflexion»¹³⁷.

As revistas ocupam, portanto, o espaço intermédio entre os dois meios de informação e comunicação ante-citados, jornais e livros, – distinguindo-se dos «magasins», pelo facto destes, ao contrário daquelas, serem ilustrados – e permitem compaginar jornalismo com um sentido mais mediato de cultura. Para alguns autores, as revistas, que constituem uma parcela significativa das publicações periódicas não - diárias, podem ser configuradas como uma forma de jornal não – diário. Todavia, discordamos desta asserção, dado que aproxima em demasia, igualando-os e assimilando-os, dois meios de comunicação bastante diversos, apesar das semelhanças que entre ambos possam existir e que radicam na eventual ligação comum à actualidade, mas alicerçada em moldes diversos. Na natureza das revistas encontra-se inciso um paradoxo que as distingue e define, uma vez que embora sendo simultaneamente inacabadas, provisórias, imperfeitas, incompletas, propiciam a revisão e o alargamento de conhecimentos científicos. Apesar de provisórias ou efémeras, as revistas guardam-se. No que concerne às origens, este tipo de periódicos poderia ter a sua génese dependente de Sociedades Culturais, de editoras, ou de ambas. A *Revista de História* foi criada no seio de uma instituição cultural, conforme veremos no próximo capítulo, mas cedo capitalizou os interesses da Clássica Editora e, mais tarde, consecutivamente de outras duas empresas congéneres, pertencentes ao mesmo ramo ou sector de actividade; A Empresa Literária Fluminense e a Editora Universal. Desde os inícios do século XIX, os lugares e as formas de sociabilidade mais correntemente associadas às revistas coexistiam e eram variadas, abarcando cafés, banquetes, congressos. A edição pressupunha meios e modos de funcionamento diversos; internos, externos, implícitos, explícitos.

Por outro lado, os conselhos de direcção ou de redacção das revistas também apresentavam heterogeneidade. Alguns dos seus membros emprestavam o seu nome e prestígio à agremiação ou à empresa, enquanto uma parte deles se concentrava exclusivamente no trabalho. Outros ainda interessavam-se pelas duas coisas. As

¹³⁷ Jacques Julliard – *Le monde des revues au débout du siècle*: http://www.persee.fr/home/prescript/article/mcm_1987-num-5-1-940 (acedido em 28 de Fevereiro de 2011).

revistas são espaços vivenciais que constituem amiúde micro-sociedades, ou seja, materializam associações transitórias, de média duração ou permanentes, de pessoas com valores comuns e/ou projectos colectivos. A História do tipo de periódico em vertente análise é atravessada por amizades e inimizades, que se traduzem em afinidades e rupturas. As revistas, no entender de Cristophe Porchasson, são lugares de vida e fermentação intelectual, enquanto para Jean Pierre Sirinnelli constituem observatórios de primeiro plano do modo de funcionamento próprio dos microcosmos intelectuais. Muitas vezes eram laboratórios ou bancos de ensaio das ideias de eruditos e homens de letras que estavam a debutar ou a dando os primeiros passos no espaço público¹³⁸.

Para além de aglutinarem pessoas e vontades e promoverem o espírito associativo, as revistas eram, desde o século XIX, lugares de produção e de trocas intelectuais que procuravam instalar-se no espaço público, contribuindo para a respectiva e progressiva afirmação sustentada, influenciando a opinião pública, também em processo formativo, as revistas eram lugares de disputa, concorrência e oposição, nos quais se almejava a obtenção, manutenção e/ou incremento de certo poder simbólico. Constituíam instrumentos de investigação e julgamento de ideias, consubstanciando panoramas comentados das paisagens intelectuais existentes. No entender de Julliard, para além de configurarem espaços de afirmação da novidade e da sociabilidade, comportavam orientações e mensagens de teor moral¹³⁹.

O interesse pelas revistas como objecto de estudo deriva da complexidade desafiante da sua natureza e do estatuto que podem assumir, bem como da orgânica, estrutura e função que lhes sejam próprias, enquanto meios e canais de comunicação. A escolha da temática histórica e historiográfica converge com a nossa formação intelectual, sendo inegável a relevância do tipo de periódico proto-científico em causa para a História da Historiografia e da cultura, cruzando-as e aprofundando ambas as dimensões, conferindo primazia à primeira. O interesse académico por periódicos de História enquanto tema de eleição é ainda muito incipiente em Portugal e bastante esparso na Europa e no resto do Mundo, sendo passíveis de destaque, a nível ocidental, estudos efectuados em França, na Alemanha, em Itália e, na América Latina, o caso brasileiro é relevante. A atenção a este tipo de assunto parece possuir potencial de crescimento. No entender do investigador transalpino Edoardo Tortarolo essa situação deve-se à conjugação de diversos factores: o confronto e a comparação de um aspecto específico de certa realidade nacional ou local com o contexto europeu e internacional; a perspetivação das revistas de História enquanto pontos de origem,

¹³⁸ Cfr. Michel Leymarie – Introduction, *La Belle époque des Revues*. In *La Belle Époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'édition Contemporaine, 2002, pp. 9-21.

¹³⁹ J. Jacques Julliard – *Le monde des revues...*

chegada, ou confluência de métodos e da cultura de natureza científica; autonomização dos periódicos referidos, encarados como detentores de uma organização própria, permeável à expressão das ideias e valores das instituições associadas à respectiva génese, sendo os órgãos de imprensa em questão lugares privilegiados de apresentação dos resultados de investigação apurados no âmbito de comunidades científicas ou catalisadores do respectivo enraizamento¹⁴⁰.

O nexos entre os centros de pesquisa, universitários ou não, e as revistas de História – no passado como no momento presente – reflecte-se ao nível das redes de sociabilidade entre o director e os conselhos ou comités científicos dos periódicos, contemplando e condicionando, igualmente, a vida financeira de cada revista (subsidiária de assinaturas pagas por sócios, do mecenato de editoras ou do estado, sem esquecer as quotas cobradas por instituições promotoras. Na Revista em Vertente análise apenas o suporte governamental primava pela ausência). Independentemente da época histórica nas quais se enquadrem e integrem os periódicos de História, o seu enraizamento é condicionado pela captação de activos ou de colaboradores – frequentemente recrutados entre jovens recém-formados, sem vínculo a instituições universitárias – e pela criação de um perfil editorial, assente na apresentação de uma linha de conduta teórica, doutrinária ou ideológica, geradora de novidades científicas, resultantes do debate e da concertação entre gerações e profissionais de diferentes áreas ou provenientes de âmbitos distintos no seio da História. De qualquer forma, a auto-avaliação interna das propostas de artigos e a respectiva certificação eram crescentemente requeridas. Para confirmar, infirmar ou preterir estas asserções, é necessário colocá-las em perspectiva, relativizando-as através do recurso à comparação entre revistas culturais de interesse geral e revistas científicas. Para começar, parece legítima a hipótese segundo a qual a *Revista de História* procurou um caminho autónomo das revistas de cultura geral mas não estabeleceu um corte abrupto com elas, subsumindo, de modo esbatido ou transfigurado, algumas das suas características, e assumindo uma transição para a cientificidade, devedora de tradições anteriores que incorporou.

¹⁴⁰ Edoardo Tortarolo – *Le riviste storiche*. In Convegno sulle riviste scientifiche torinesi di Área umanistica. Roma: Academia delle Scienze, 2006, in http://www.culturahistorica.es/tortarolo/riviste_storiche.pdf (acedido em 27 de Fevereiro de 2011).

2.2. Revistas de Cultura na Europa e no Brasil entre 1880 E 1930: A *Belle Époque* das Revistas

No entender de Michel Leymarie, as Revistas culturais e/ou científicas tiveram em França uma explosão quantitativa e qualitativa entre 1880 e 1914, constituindo um modelo de actuação para congéneres um pouco por toda a Europa, surgidas antes e depois da Primeira Guerra Mundial. Também deve ter-se em conta, como ponto prévio da panorâmica que a seguir se traçará, que as revistas não se distinguiram apenas dos Jornais pela profundidade conferida aos temas tratados ou pelos laços de sociabilidade que promoviam, sem esquecer as diferentes periodicidades engendradas. No plano formal e tipográfico também havia geralmente assinaláveis distâncias, dado que aquelas possuíam geralmente mais de 30 páginas e eram normalmente impressas sob a égide de um formato específico; o *In Folio*, normalmente *In oitavo*, mais barato, uma vez que comportava menor dificuldade de execução, sendo facilmente manuseável, dadas as dimensões físicas relativamente moderadas, permitindo uma optimização da utilização do papel e lembrando bastante o formato do Livro. Entre 1880 e 1914 na França: «La période voit une unification des formats: les in – 4 et surtout les in – 8 dominant très nettement avec le temps, tandis que les formats in – 12, in – 16, in 18 et in – 32, présents au débout (...) période disparaissent (seuls quelques uns in 16 demeurent). Le plus utilisé, est donc l'in 8 à deux colonnes, qui permet une utilisation optimale du papier et rappelle également le plus le livre: a la fin de notre période, les deux tiers du corpus sont des in 8 (tandis que 20 a 25% sont des in – 4)»¹⁴¹.

Esta realidade francesa repercutiu-se na *Revista de História*, publicada in – oitavo, primeiro a duas colunas, tendo suprimido esta bipartição a partir de 1913. Trata-se de uma publicação que se exime a explicar esta escolha, mas resulta lícita a hipótese segundo a qual esta opção editorial ficou a dever-se a uma política de atenção prioritária aos conteúdos estudados nos artigos dados à estampa, legitimando-se deste modo uma vocação científica almejada e procurada pelos membros do periódico, que nela se concentravam sem contemplações, dispensando sofisticações ou requintes de ordem gráfica, por forma a poupar dinheiro e canalizá-lo para a investigação de matérias consideradas relevantes. Nesta medida, a presença de gravuras é sempre parcimoniosa e surge apenas quando se justifica, com o intuito de servir de prova e complemento às asserções presentes nos artigos, ou então como testemunho da originalidade destes ou dos próprios documentos iconográficos, não raro coexistido ambas as situações. No que respeita à paginação, em França, no

¹⁴¹ Jean Charles Geslot e Julien Hage – Recenser les revues. In *La Belle époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'Edition Contemporaine, 2002, p. 34.

decurso do período citado, assistiu-se à proliferação de Revistas de pequena dimensão, sendo consideradas de tamanho grande aquelas que ultrapassavam as cem páginas, permanecendo estável o número destas, dado que foram criadas 3 a 8 por ano¹⁴².

A *Revista de História* aproximava-se das publicações de maior extensão. A pretensão de cientificidade pode ajudar a explicar esta situação. Todavia, antes de dedicar particular atenção a revistas de História, convém lançar um olhar às de cultura geral ou então direccionadas para assuntos específicos, mas que escapam ao âmbito de Clio. No inquérito que realizaram para rastrear a realidade francesa entre 1880 e 1914, Jean-Charles Greslot e Julien Hage concluíram que a natureza predominante de revistas inventariadas era a que identificava as iniciativas editoriais como periódicos de cultura geral, cujas características eram as seguintes: «Le seule type de Revue que notre source nous permet d'isoler formellement est sans doute le groupe le plus identifiable: «les grandes revues de culture générale, le plus souvent in – 8 de plus de 30 pages. En dessous de ce seuil, il n'y a pas réellement de différence perceptible «quantitativement» entre les revues «moyennes» ou «petites», où se trouve précisément l'ensemble des revues littéraires et politiques»¹⁴³.

No que tange às revistas de cultura geral no derradeiro decénio do Século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, assistiu-se, em França a uma grande concorrência pelo prestígio simbólico e cultural, decorrente da conquista e ocupação do espaço público crescente. Estes periódicos, na sua maioria, centravam-se preferencialmente na natureza intelectual das intervenções neles publicadas, em detrimento da rentabilidade económica. A *Revue des Deux Mondes* e os *Annales Politiques et Littéraires* constituíam excepções nesta matéria, uma vez que conjugavam ambas as realidades. Por outro lado, os editores eram frequentemente inspiradores das revistas, contribuindo sobretudo para impulsioná-las, ao invés de investirem na respectiva criação. A tipologia editorial era vasta e abrangente, contemplando: As revistas de família; as revistas pessoais, as revistas de grupos profissionais, sindicatos ou partidos. Quanto à natureza da edição de revistas, extravasava os periódicos de cultura geral e podia privilegiar para além das publicações de massas, as especializadas ou as regionalistas (representando estas uma corrente fortemente implantada na França em finais de oitocentos). No que respeita à génese editorial da imprensa em análise, houve revistas que nasceram do esforço de editores, enquanto outras começavam sem a ajuda destes, capitalizando ou não, posteriormente, o respectivo suporte. Em alguns casos, menos numerosos, o mesmo editor aglutinava

¹⁴² *Ibid.*, p.35.

¹⁴³ *Ibid.*, pp.37-38.

várias revistas. As funções dos responsáveis pela edição eram, regra geral, várias: proteger autores; lançar novos valores; alimentar o trabalho intelectual dos eruditos e homens de cultura; aglutinar o esforço de pequenos editores, aumentando, com isso, o prestígio da casa-mãe, devotada à direcção e coordenação daqueles que reunia à sua volta¹⁴⁴.

Comecemos pela inventariação sumária das experiências editoriais de massas em França cerca de 1900. As principais Revistas no mercado com as quais nenhum editor rivalizava eram: a *Revue des deux Mondes*, *La Revue de Paris*, *La Nouvelle Revue*, *La Revue Blue*, *La Revue Politique et Parlementaire* e a *Revue Hebdomadaire*¹⁴⁵.

Quanto aos editores especializados, o seu modelo de actuação não diferia muito do utilizado pelos seus colegas dedicados à cultura geral e à literatura, assentando aqueles os seus esforços na valorização simbólica e cultural da profissão, centrando-se na edição escolar e universitária. No que concerne à edição de publicações de carácter local, possuíam muitas vezes um carácter controverso, polémico, constituindo espaços de revolta da periferia face aos centros de poder, contestando-os fortemente. Em Lyon, Marselha, Bordéus ou Lille foram dadas à estampa revistas que pressionaram os órgãos oficiais parisienses, reagindo contra o desprezo de que foram alegadamente alvo por parte destes. Os periódicos regionais detinham algumas vantagens no panorama editorial: eram mais baratos e promoviam, à sua volta, uma sociabilidade mais forte e rápida.

Torna-se incontornável a afirmação segundo a qual o mercado de edição de revistas conheceu uma explosão em França a partir da última década do século XIX, que lhe permitiu adquirir estruturas e funções crescentemente complexas, conforme nota Jean-Yves Molier: «D'une certaine manière, la prolifération des revues dans les maisons d'édition à la Belle Époque témoigne, également de la complexification du métier d'éditeur et du passage de l'artisanat à l'industrie.(...) Instrument au service d'une stratégie de plus en plus rationnelle, la revue est ainsi au centre du dispositif éditorial dans les années 1880-1900, ce qui explique, finalement, son extraordinaire expansion dans le champ littéraire et scientifique à cette époque»¹⁴⁶.

Em certa medida, as revistas de cultura geral – embora visem um público relativamente alargado, tornando acessível a divulgação e vulgarização de determinados assuntos, dirigidos à curiosidade de cada um, informando os indivíduos aprimorando os seus conhecimentos genéricos, transformando-os em cidadãos mais

¹⁴⁴ Cfr. Jean-Yves Molier – La Revue dans le système éditorial. In *La Belle époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, 2002, pp. 44-45.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p.47.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 53

aptos a intervir socialmente – funcionam como catalisadoras e modelos matriciais de publicações de natureza mais especializada ou de índole científica. Thomas Lue estudou as vicissitudes inerentes a estes periódicos de natureza genérica que elevam a um paroxismo ou expoente máximo – em nosso entender – o imbróglio resultante da definição do que são as revistas, mais fáceis de conceptualizar pela negativa, através da exclusão daquilo que não são.

O autor citado considera a ambiguidade, ou porosidade genealógica, o principal traço distintivo deste tipo de publicações, divisíveis em três grupos, formando os dois primeiros um conjunto, constituído pelas revistas de saber e por um pólo que agrega as de natureza estética, este último tão heteróclito no seu interior que se presta à *balcanização* de interesses e projectos, subordinados a uma lógica insular que os individualiza em excesso, isolando-os. Em contraponto aos exemplos citados, portadores de uma lógica própria de funcionamento, as revistas de cultura geral, de incidência temática portadora de cariz político e/ou literário, dependem, pelo contrário, da procura social, vector que condiciona e, não raro, restringe o seu rumo.

Loue elabora um trabalho tripartido, assente no rastreio da genes deste tipo de publicação assente na herança do *início do século XIX*, abordando, em seguida, a multiplicação de revistas no Fim de Século, sem esquecer as novas forma de concorrência configuradas pelos periódicos políticos e literários franceses que não se enquadram na categoria dos jornais. Este autor destaca, dentre todos, a *Revue des Deux Mondes* que, apesar de ter perdido vendas em 1910 – situando-se estas em 15000 exemplares anuais, menos 10000 do que em 1870 – dominava o panorama editorial devido à sua posição no campo académico, conjugada com o tipo de mensagem veiculada e com o facto de constituir-se enquanto arquétipo de um sistema de representações. Antes da década em que ocorreu a Guerra franco-prussiana as revistas de cultura geral partilhavam um conjunto de características que lhes conferiam identidade: atingiam um público restrito; apresentavam um formato in oitavo e uma periodicidade mensal ou bimensal, sendo o custo da respectiva assinatura elevado, patenteando uma grande proximidade face ao meio académico e aos poderes¹⁴⁷.

Durante a *Belle Époque* deu-se uma proliferação do número de revistas, na decorrência directa e como consequência imediata da Lei da Liberdade de Imprensa publicada pelo Governo da Terceira República Francesa. Portugal, a uma escala menor, dotada de vicissitudes próprias e peculiaridades locais e regionais teve que esperar pelo regime republicano para ter um quadro jurídico afim, que permitisse confirmar o aumento do número de publicações periódicas, sustentada e

¹⁴⁷ Cfr. Thomas Loué – *Un Modèle matriciel: les revues de culture générale. In La Belle Époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'édition Contemporaine, 2002, pp. 57-66.

paulatinamente verificado a partir da segunda metade de oitocentos. Em França, sobretudo após 1890 multiplicaram-se as grandes revistas como a *Revue des Deux Mondes* ou os *Annales Politiques et Littéraires*, impulsionando-se as grandes editoras. Os periódicos que diferiam dos jornais evoluíram na matéria e no formato, mas também na forma, constituindo um meio termo entre as elites que neles colaboravam e as classes médias que configuravam a maior parte do público ao qual se dirigiam.

Este paradoxo entre quem produz o meio de comunicação em análise e os seus destinatários – que já não representam uma elite restrita, mas também não protagonizam uma nascente cultura de massas, ainda que possa haver a tentação de dela se aproximarem os esforços redactoriais, representa o universo das revistas Francesas generalistas na transição do século XIX para o século XX. O mercado acompanhou esta tendência ambígua e, no derradeiro decénio do século XIX, as publicações mensais ou bimensais perderam parte do seu lugar dominante, em favor das semanais, cada vez mais populares. Por outro lado, ao nível das tiragens, os *Annales Politiques et Littéraires* atingiam um público que extravasava as elites mais fechadas, chegando a vender mais de cem mil exemplares. Os seus editores mantinham um certo elitismo na escolha e tratamento dos temas, mas afastavam-se do nicho tido por hermético dos elitistas vanguardistas e experimentalistas. O bom gosto, o talento, o sentido de responsabilidade e o poligrafismo continuaram a ser os critérios prevaletentes na edição de revistas político-literárias francesas em 1890, mantendo-se a promoção de uma cultura que não posterga um elitismo moderado e aberto ao mercado, no qual as publicações concorriam crescentemente, competindo por granjear para as suas fileiras o contributo de escritores e articulistas renomados, sem dispensar um espírito de teor enciclopédico e enciclopedista, sob a égide da influência do academismo.

Neste conspecto, a *Revue des deux Mondes* detinha uma posição hegemónica –esbatida contudo após 1870 –, mas à sua volta surgiam outras iniciativas como os *Annales* ante-citados ou a *Revue de Paris*, dotados de uma idiossincrasia comum, pelo menos, e sobretudo, no tocante à prevalência de uma cultura de elites, conforme afirma Thomas Loué: «Elément, incontournable, d'une culture d'élite pensée par et pour des elites, les revue générales, politiques et littéraires, c'est à dire les «grandes revues», souvent parisiennes, ne peuvent s'analyser en dehors d'un temps long qui interroge les modalités de fonctionnement d'un espace publique (...). Dans une perspective ainsi élargie, les revues de La Belle Époque apparaissent comme les témoins d'un espace public restreint, comme un modèle en survivance mais qui aurait su s'adapter à l'élargissement de l'espace publique dans le dernier tiers du siècle, en continuant de porter une culture d'élite lettrée marquée, quant au fond, au sceau de

l'enciclopedisme et, quant à la forme, à celui de l'académisme. Ainsi, la Belle Époque apparaît ici dans la singularité historique puisqu'elle s'inscrit à la fois dans une période de libération de l'espace imprimé et, en même temps, de vive résistance d'une culture lettrée des anciennes élites qui n'abandonnent qui très progressivement leur domination. Si l'émergence de la culture de masses est indéniable à la Belle Époque, elle demeure néanmoins contestée par le triomphe d'une forme ancrée dans l'âge de l'imprimée¹⁴⁸.

Retomando os exemplos da *Belle Époque* francesa, Marc Martin debruçou-se sobre os leitores dos *Annales Politiques et Littéraires*, pronunciando-se acerca da natureza do periódico e da respectiva orgânica. Quanto à base social de recepção do órgão de comunicação em causa, o autor citado corrobora a tese de Loué, ante-exposta, e concorda que a publicação se dirigia à burguesia, em detrimento do povo ou das elites situadas no ponto mais elevado da hierarquia social. Do ponto de vista temático, a divulgação cultural conjugava-se com a reflexão política, exibindo a revista qualidade e diversidade literárias assinaláveis devido à heterogeneidade das posições ideológicas dos colaboradores. Este florescimento ao nível dos conteúdos acicatou o interesse dos investidores pelo aumento de capitais do periódico, e este, por seu turno, acarretou o alargamento do público, granjeando também, no respectivo interior, novos accionistas a partir de 1884. Dentre as classes médias dominantes, dois terços eram funcionários públicos e um terço profissionais liberais. A revista promovia artigos de defesa das famílias, direccionados para o interesse das mulheres. Esta característica era parcialmente diferenciadora no quadro editorial da *Belle Époque*. Por outro lado, os *Annales* recebiam apoio financeiro maioritariamente independente das editoras e personificavam uma revista de sucesso e popular¹⁴⁹.

No que respeita ao perfil dos directores das revistas político-literárias e de incidência geral francesas, durante o período em análise, verificamos grande diversidade, a qual convém realçar por forma a fornecer instrumentos de análise que permitam, favoreçam ou promovam o enquadramento de situações análogas ou dissemelhantes – tratadas adiante – relativas a revistas mais especializadas, mormente no âmbito da Ciência de Clio, de natureza académica e/ou universitária. Octave Mirabeau dirigiu vários periódicos durante a *Belle Époque* e nelas terá tido comportamento multifacetado, difícil de sintetizar e refractário a uma uniformização das suas consultas de modo a delas se extrair um padrão universal. Todavia, podem apontar-se no e ao seu trajecto traços comuns, dado que era um pragmático, agia

¹⁴⁸ Ibid., p. 65: « Mais le succès même de ce modèle élitiste a été générateur de vives concurrences entre les revues littéraires et politiques ».

¹⁴⁹ Michel Martin – La Revue et son lectorat L'Exemple des *Annales Politiques et Littéraires*. In *La Belle Époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, 2002, pp. 69-79.

preferencialmente enquanto funcionário das estruturas que dirigia, imprimindo-lhes um cunho burocrático. No início de carreira fez muito jornalismo e escrevia essencialmente para ganhar dinheiro, deixando um pouco de lado a defesa de ideais ou pontos de vista. Era, contudo, um anti-semita militante. Após 1884 aproximou-se da vanguardas políticas e literárias.

Pierre Michel chamou *Proletário da Letras* a Mirabeau e sintetizou do seguinte modo o respectivo trajecto: «Mirabeau presente cette particularité d'avoir fréquenté deux univers culturels et touché deux lectorats bien différents: d'une part, les avant-gardes politiques et littéraires –que le plus souvent ne s'identifient pas –, d' autre part, le grand public moutonnier, auquel il a tenté d'ouvrir les yeux dans l'espoir que «quelques âmes naïves», pas totalement crétinisés par le décervelage du conditionnement social, se saisissent des bouteilles à la mer. Si ses valeurs se le rapprochent évidemment des avant-gardes, les nécessités du gagne pain, surtout au débout de sa carrière de prolétaire de la plume, puis le souci de l'efficacité, quant il est devenu le justicier des lettres et le grand démystificateur, l'ont constamment confronté au grand public, pour lequel il n'a pourtant jamais cessé de manifester le plus profond dégoût»¹⁵⁰.

Na *Revista de História*, o director, Fidelino de Figueiredo não alinhou por uma postura essencialmente pragmática ou sequer se perfilou como proletário das letras. Bem pelo contrário. Manifestou, ao invés, reservas quanto a tal tipo de militância. O seu objectivo não era, provavelmente, ganhar dinheiro com o periódico, mas afirmar certas ideias e defender através delas a cientificação da História, demonstrando possuir um perfil que cruzava certos princípios de índole programática com a respectiva concretização, sujeita a circunstâncias momentâneas que era necessário enfrentar.

O autor de *Espírito Histórico* procurava ser um estratega e um tático ao mesmo tempo. Alguns anos antes, André Gide combinara estes dois atributos, primeiro na direcção de pequenas revistas e depois na *Nouvelle Revue Française*, onde aplicou o esforço acumulado nas experiências anteriores, de menor monta, que lhe serviram de exemplo e funcionaram como laboratório para o projecto de natureza mais complexa. Todavia, pode aventar-se a hipótese segundo a qual, na carreira de Gide, o *taticista* se sobrepôs ao estratega, nomeadamente na fase inicial da sua trajectória, já que na *Nouvelle Revue Française* procurou inverter as premissas. Pascal Mercier interroga-se sobre as duas dimensões e acaba por concluir que aquele escritor francês era melhor na estratégia mas praticara mais longamente acções de ordem tática: «Quelle leçon

¹⁵⁰ Pierre Michel - Octave Mirabeau, le prolétaire des lettres. In *La Belle Époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de L'Édition Contemporaine, 2002, p. 91.

tirer de cês différents exemples et quelle réponse apporter à mon interrogation sur Gide, stratège ou tacticien? Que Gide fut sans aucun doute l'une et l'autre, mais incontestablement meilleur stratège que tacticien. Cella s'explique par le fait qu'il possédait une foi inébranlable dans la mission d'écrivain. Tacticien, qui s'emmêle parfois dans les manœuvres qu'il a imaginées, certes. C'est sans doute que si, en raison de sa «ductilité», on a pu la comparer à Protée, il n'avait pas hérité, lui, le don de divination qui lui aurait permis de prévoir à l'avance les obstacles qu'il rencontrerait en cours de route avant d'atteindre son but»¹⁵¹.

Para além das tipologias expostas respeitantes à direcção de revistas existem pelo menos mais duas que acentuam, cada uma a seu modo, a experiência de intervenção social e política. Para explicá-las recorreremos a breve síntese do percurso de dois dos seus cultores, durante a *Belle Époque* francesa; Jean-Richard Bloch, director de uma revista de Combate e Daniel Halevy cujo esforço constitui um exemplo de exercício de poder literário conferido pelos periódicos que dirigiu. O primeiro começou o seu percurso no âmbito das revistas por uma incursão de carácter privado, enveredando pela construção de uma *Revue Famille*, de cunho fortemente pessoal. Dirigiu, posteriormente, numa fase de maior maturidade, a *Revista Effort*, de matriz socialista, na qual a vanguarda estética se mesclou com a modernidade e o racionalismo político-filosófico, registando-se o predomínio claro da vertente ideológica sobre a formal, subordinando-se àquela. Bloch comparece como um mediador de tendências. Conjuga os intuítos de revolução política com um humanismo equilibrado, no plano intelectual, repercutindo a tensão entre a escrita e a acção, eventualmente herdadas do exemplo inspirador de Taine¹⁵².

Em Fidelino de Figueiredo e na *Revista de História* a aspiração à cientificidade sobrepõe-se à solicitude de uma mensagem política e à militância explícita nesse campo, embora se insinuem ambas nos interstícios de um exercício intelectual avesso a vanguradismos estéticos. A seu modo, o director da *Revista de História* era um mediador. Chamou o protestante Eduardo Moreira para escrever num projecto onde os católicos se encontravam em maioria. Por outro lado, era adversário do Positivismo em termos filosóficos, mas acolheu nas páginas da Revista alguns, escassos, defensores dessa corrente ou do seu eventual correlato evolucionista. Acresce que Fidelino de Figueiredo compaginava a exigência intelectual com uma vontade de intervenção sócio-cultural, por via da erudição e do estímulo aos conhecimentos científicos, como base de um humanismo crítico, conciliador da tradição com a

¹⁵¹ Pascal Mercier – André Gide, Stratège ou tacticien? In *La Belle Époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'Edition Contemporaine, 2002, p. 97.

¹⁵² Cfr. Michel Trebitsh – Jean-Richard Bloch: La revue de combat. In *La Belle Époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'édition Contemporaine, 2002, pp. 101-108.

Modernidade e muito distante do apoio à causa Dreyfusard, à qual Daniel Halévy aderira, dela fazendo eco, entre 1900 e 1908, optando em seguida, a partir deste último ano citado, por afastar-se da esfera pública, isolando-se, entregue à afirmação de um individualismo vincado¹⁵³.

Existe ainda uma forma de direcção de revistas que dificilmente se submete aos limites de uma tipologia, dado que configura uma natureza multiforme. Trata-se dos periódicos de Vanguarda Literária, essencialmente experimentais e provocatórios, propulsores da liberdade e da matriz de comportamento individualista, por vezes portador de afinidades com o anarquismo¹⁵⁴.

A *Revista de História* afasta-se liminarmente do espírito deste tipo de publicação. No que respeita a revistas político-literárias, cuja identidade se exercita dentro dos horizontes alargados da cultura geral, o seu florescimento entre 1880 e 1914 não se processou apenas em França no que respeita à realidade europeia. Assim, na Bélgica francófona desse período, mais concretamente entre 1885 e 1900, assistiu-se a um fulgor apreciável da actividade editorial prenhe de vitalidade, verificando-se o aparecimento de trinta novas publicações e a coexistência de entre quatro a cinco dezenas até ao ano do início do primeiro conflito bélico à escala mundial: Nesta matéria, este pequeno país beneficiou das suas pequenas dimensões, da vizinhança geográfica da França e da Alemanha, grandes potências imperiais, e da neutralidade política belga nos conflitos que precederam a Primeira Guerra Mundial, interrompida apenas nessa circunstância, situação que acarretou algum afrouxamento do mercado editorial do país em análise. Ora, a explosão nesse plano, verificada nas décadas precedentes, possibilitou o aparecimento de revistas que não eram apenas colecções ou acumulações de textos ao acaso e sem critério prévio. Ao invés, havia quadros ideológicos e culturais nos quais elas se inscreviam, tomando parte activa no respectivo desenvolvimento.

A existência de linhas programáticas pré-estabelecidas, sob a forma de manifestos ou de programas, era muito frequente pró toda a Europa e extravasava os limites das revistas políticas, literárias, ou de cultura geral. Por maioria de razão, os periódicos científicos, académicos e/ ou universitários adoptavam procedimentos afins, de modo ainda mais assertivo, revelando uma compreensível ânsia de justificação e certificação estatutária. Por outro lado, as revistas político-literárias e artísticas belgas funcionaram como pólo de afirmação e placa giratória de intelectuais autóctones e de outros países, oscilando o rumo das publicações entre a parceria franco-belga e um

¹⁵³ Cfr. Sebastien Laurent – Daniel Halévy ou la genèse du pouvoir littéraire. In *La Belle Époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, 2002, pp. 109-118.

¹⁵⁴ Cfr. Pierre Lachasse – *Revue Littéraires d'avant-garde*. in *La Belle Époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, 2002.

cosmopolitismo europeu mais alargado que testemunhasse a vontade de afirmação das novas gerações, frequentemente associadas à burguesia e dela provenientes. O espírito delas era tributário da conjugação da vocação dos pais para o negócio com a aplicação do empreendedorismo capitalista ao sector cultural.

Acresce que as revistas em causa consolidaram uma progressiva interpenetração entre a intervenção literária e artística, de âmbito cultural, e o posicionamento cívico, social e político dos colaboradores. Esta vontade de agir alavancou e alimentou intuítos sustentados de internacionalização das publicações belgas, nas quais a política não comparecia há tanto tempo, ou pelo menos de modo tão veemente quanto na França, circunstância que não impediu a afirmação daquelas, muito ligada às vanguardas modernistas e vanguardistas e assente sobretudo na exploração de temáticas relacionadas com o teatro e a música europeus. Shakespeare e Wagner mereceram, entre muitos outros, atenções redobradas nesta matéria. Por outro lado, nas revistas belgas havia tradutores das obras de autores de outros países, como as personalidades citadas, situação que favoreceu a divulgação das respectivas culturas literárias e artísticas em solo belga e vice-versa. Nos periódicos publicados na Bélgica francófona as elites circulavam de uns para os outros, alimentando, através do intercâmbio entre redacções, e por paradoxal que possa parecer, o desenvolvimento de identidades nacionais. Assim se comprova que antes de se imporem nomes proeminentes da literatura como Maeterlinck ou Verhaeren, o seu aparecimento foi impulsionado pela actividade de revistas como *La Société Nouvelle ou L'art moderne*, esta sob a égide de *Edmund Picard*, para já não falar da origem belga de periódicos franceses como a *Revue Blue* e a *Nouvelle Revue Française*¹⁵⁵.

Na Suíça, os periódicos político-literários de vocação geral, portadora de natureza cultural, reafirmam, como os congéneres belgas francófonos, uma legitimação do discurso nacional, concorrendo para a afirmação e reforço da respectiva identidade. Todavia, a parceria belga com a França, mantida pelas gerações de intelectuais da Suíça alemã, foi quebrada em terras helvéticas após 1845, prevalecendo a partir daí uma concorrência e rivalidade, traduzida num certo rancor face à cultura francesa. As publicações então dadas à estampa recusavam a tradição francófona mas, como em tantas ocasiões acontece, a crítica acabou por legitimar o criticado, traduzindo-se num ímpeto de imitação, aparentemente paradoxal se tivermos em conta o antagonismo assumido e incentivado oficialmente. Para os suíços da parte alemã, a ideologia política e a mensagem de teor autonomista revelaram-se mais importantes do que a forma ou a estética literárias e artísticas.

¹⁵⁵ Para mais informações sobre revistas belgas da «*Belle époque*», Cfr. Pierre Aron – *La Belgique Francophone, carrefour du cosmopolitisme européen*, na citada *La Belle Époque des Revues*, pp. 325-333.

O sentimento de Independência helvética apoiou-se, alicerçou-se e centrou-se em três vectores complementares. Por um lado, foram escritas, a partir de 1890, as primeiras Histórias da literatura suíça alemã, remontando as respectivas tradições ao passado histórico o mais longínquo possível. Os autores dessas iniciativas editoriais foram, nomeadamente, Phillippe Godet e Virgile Rossel. Um segundo esteio do sentimento identitário referido foram as revistas e jornais, portadores de editoriais combativos escritos por publicistas eméritos como Eugène Rambert e Marc Monnier. Um derradeiro sustentáculo da defesa da autonomia da parte helvética ante-citada era constituído pelo florescimento de produções intelectuais locais, cada vez mais frequentes em quantidade e qualidade. Nascida em 1815, a revista *Bibliothèque Universel*, começou a ser publicada, tendo sido dirigida por Édouard Talichette, de modo firme e impressivo, *entre 1870 e 1912, ano de reforma* do referido líder do projecto editorial. Este, durante o mandato do autor citado, sublinhou os seus traços ideológicos e o respectivo pendor, favorável à autonomia identitária da Suíça Alemã. Por seu turno, a publicação *Semaine Littéraire*, iniciada em 1893 encetou reaproximação à França, retomada também por pequenas revistas dadas à estampa a partir de 1900 como a *Voie Latine* (1904-1910), nas quais colaborava uma geração mais jovem que combinava o tradicionalismo com a defesa da doutrina filosófica denominada Vitalismo¹⁵⁶.

No que respeita às revistas alemãs, antes da Guerra Franco-Prussiana, não existia na Alemanha um meio urbano tão desenvolvido e desperto para um mercado editorial activo quanto o correspondente á realidade francesa. Todavia, após 1871 os germânicos tomaram o seu oponente no acontecimento bélico como ponto de referência cultural, positiva ou negativa, enquanto modelo a seguir ou exemplo distorcido a afastar. Esta angústia de comparação também existia do lado francês. Contudo, ao contrário dos suíços, os alemães secundarizavam as questões políticas dirimidas em detrimento das abordagens estético-literárias. Intelectuais como Taine, Renan foram estudados em periódicos alemães, que também se preocuparam em rastrear os reflexos das imagens dos seus homens de cultura do outro lado do Reno. Quanto a correspondentes germânicos em Paris destacaram-se, cerca de 1900, Karl Hilldebrand e Paul Lindau. O primeiro admirava a cultura francesa.

O intercâmbio, as permutas e transferências culturais entre países não se cingiram aos exemplos citados, extravasaram-nos e alagaram-se às relações entre revistas Inglesas e Francesas, sendo que as publicações de cultura geral e/ou político-literárias de proveniência britânica, após 1870, eram mais numerosas do que as

¹⁵⁶ A abordagem mais pormenorizada das revistas publicadas na Suíça alemã durante a «*Belle époque*» é efectuada por Alain Clavien – *Paris si loin, Paris trop proche*, na citada *La Belle Époque des Revues*, pp. 335-345.

germânicas e as do outro lado do Reno, apesar da explosão numérica de ambas e da crescente diversidade respectiva. Essas ligações oscilavam entre o fascínio ou a admiração e a repulsa pelos modelos de proveniência francófona. Assim, em 1900, era grande o interesse manifestado pela intelectualidade parisiense acerca da sua congénere inglesa, de tal forma que o editor Galigni resolveu promovê-la, lançando, em 1914, um periódico propagandístico com esse fito.

Entretanto, desde 1825 publicava-se a *Revue Britannique*, interessada em promover temáticas como a marinha ou a diplomacia britânicas, sem esquecer matérias de incidência económica, financeira, educativa, social e literária. Alás, a partir de 1880, o periódico passou a dar à estampa quatro artigos por número provenientes da *Edimburgh Review*, existente desde 1802, portadora de uma mensagem liberal, ligada ao pensamento de Adam Smith ou Bentham, albergando sensibilidades conotadas com a facção política Wig, compaginadas com a divulgação de criações de mestres como Carlyle, Macaulay ou Mathew Arnold. Nesta revista, a crítica literária constituía uma das apostas mais sólidas e dominantes, e nela destacaram-se editores como Francis Jeffrey, Henry Brougham ou Sidney Smith. O respectivo objectivo era distanciar o seu periódico da conservadora *Monthly Review* (1749-1845). Em 1809 foi fundada por John Murray, Lord Cuning, Walter Scott a *Quarterly Review*, semelhante em conteúdo e formato à sua congénere de Edimburgo, sendo todavia portadora de uma tendência eventualmente mais conservadora. Entretanto, em 1825 surgiu a *Westminster Review*, inicialmente ligada ao utilitarismo de Bentham e a preocupações literárias, dissipadas a partir de 1880 em favor de uma propaganda colonial.

No que tange ao Brasil, entre 1880 e os anos 30 do século seguinte, a geração que se situou entre a da década de setenta de oitocentos e a vanguarda cultural que se impôs em 1922, durante a *Semana de Arte e Cultura*, era frequentemente apelidada pela Historiografia novecentista de *pré-moderna*, não só pela sua anterioridade e precedência espaço-temporal, mas também por ser considerada inferior, vista como sinónimo de um período de retrocesso e estagnação, um intervalo no desenvolvimento. Todavia, a Historiografia tem vindo a desconstruir este mito, pondo progressivo cobro às respectivas implicações desde os anos 70 até à actualidade. Exemplo desse percurso, e fruto de diligências no mesmo sentido, o trabalho recente de Tânia Regina de Luca, publicado em 1998, e dedicado à *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. Este estudo debruçou-se sobre o periódico referido no título, que começou a publicar-se mensal e ininterruptamente, numa primeira fase, entre 1916 e 1925: «Convém esclarecer que a *Revista do Brasil* ressurgiu em várias oportunidades. A falência de Monteiro Lobato em 1925 marcou o encerramento da sua primeira etapa, composta por 113 números. Assis Chateaubriand

adquiriu a chancela da publicação e passou a editá-la no Rio de Janeiro. Durante a segunda fase, que durou pouco mais de quatro meses, compreendidos entre os anos de 1926 e 1927, foram editados nove números. A publicação foi oficialmente dirigida por Plínio Barreto, Afrânio Peixoto, Alfredo Pujol e Pandiá Calógera. Porém o tom foi dado pelo redator-chefe, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Prudente de Moraes, secretário *ad hoc*. A produção artística e a crítica açambarcaram a maior parte do espaço e a Revista alinhou-se entre os periódicos modernistas da época, como *Terra Roxa* e *A Revista*, caracterizando-se pela busca de um caminho para a nacionalização das artes»¹⁵⁷.

No entanto, sem desprimor das transformações posteriores, durante a primeira fase da *Revista do Brasil*, o essencial da sua acção dirigia-se para o desenvolvimento de temáticas como a História, a geografia, a Literatura, a Gramática e a Filologia, utilizadas como instrumentos da defesa da identidade nacional, baseada no diagnóstico do passado por forma a – no presente – propor soluções de futuro «este contexto actuava em prol das análises que apresentavam a nação enquanto uma categoria naturalizada, dotada de concretude, ainda que pouco permeável a definições objectivas. Aceitando, sem maiores discussões o estatuto ontológico da nação, os intelectuais brasileiros do início desse século [o século XIX] partiram à procura dos fundamentos, características e especificidades da nação brasileira, assinalando uma nova etapa nas redescobertas do Brasil (...)»¹⁵⁸.

No período citado, enquanto em São Paulo o presente era prenhe em prosperidade económica e o futuro encarado com esperança, na sequência da redefinição passada das fronteiras brasileiras, no Rio de Janeiro e noutras cidades a euforia era menor, espelhando desigualdades profundas. Ora, a *Revista do Brasil*, editada nas duas cidades, reflectia as duas realidades referidas. A partir da Primeira Guerra Mundial, os intelectuais eram porta-vozes e descodificadores do *Interesse nacional*, em nome do qual a publicação em análise sentiu a necessidade de construir uma imagem de um Brasil coeso e homogéneo, primeiro através da defesa de uma alfabetização mais abrangente, por forma a favorecer a cidadania, patente no culto de símbolos nacionais, como a bandeira e o hino. Defendia-se o voto secreto e uma reforma constitucional liberal ao arrepio dos radicalismos republicanos, do anarquismo e do comunismo e de um Estado imitador face a certas realidades institucionais europeias tidas como demasiado progressistas. Assim, nos anos 20, a *Revista do Brasil*, inflectiu para a assunção, paulatina, mas efectiva, de um modelo conservador e autoritário de governação. Conforme sintetiza Tânia de Luca: «Ainda que a Revista do

¹⁵⁷ Tânia Regina de Luca - *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. S. Paulo: Edusp, 1998 p. 31.

¹⁵⁸ *Ibid.*, pp. 33-34.

Brasil não tenha agasalhado todas essas proposições, ela foi capaz de abarcar um quadro diversificado a ponto de permitir questionar as imagens que insistem em tomar os anos 1910, 1920 como um período relativamente indiferenciado. Politicamente, a chamada República Velha, com toda a carga de negatividade que o adjectivo encerra, não passaria de um longo preâmbulo para a Revolução de 1930 (...). Culturalmente, a grande ruptura teria ocorrido pouco antes com o modernismo (...). Essa é a visão consagrada pela Historiografia, que tem sido pouco generosa para com aqueles que não estiveram tão engajados directamente nos acontecimentos erigidos em marcos periodizadores. A *Revista do Brasil* constitui-se um testemunho pungente e encorajador contra as simplificações impostas por um determinado discurso histórico»¹⁵⁹.

A *Revista de História*, dirigida por Fidelino de Figueiredo coincidiu temporalmente com a primeira e segunda fase da *Revista do Brasil*, sendo temática e ideologicamente mais parecida com aquela do que com esta, repercutindo, de modo mais indirecto e menos sistemático, a necessidade de defesa de um sentimento nacional visto como concreto, natural, e não discutido teórica e doutrinariamente de forma explícita. Mas, ao contrário do que acontecia no periódico do outro lado do Atlântico, o nosso objecto central de estudo não apresentava uma feição política assaz visível, comparecendo esta dimensão de modo subtil. Convém todavia ter em conta que a publicação portuguesa não deve, igualmente, ser estudada apenas, ou essencialmente, enquanto pré-moderna face ao Republicanismo do dealbar da Primeira República, ou em comparação com revistas modernistas como Orfeu¹⁶⁰.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 308.

¹⁶⁰ As revistas literárias modernistas têm merecido grande atenção por parte dos estudiosos, situação que torna desnecessária a abordagem desta temática literária. Sobre este assunto ver, entre outros: Clara Rocha – *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1978 e Elisabete Correia Rodrigues – *Heróis em Revista (1916-1926) Leitura de uma época através dos periódicos de interesse literário*, Lisboa: Edições Colibri, 2005.

2.3. Revistas Portuguesas de Cultura Geral ou devotadas à especialização não-universitária

Entre 1900 e 1930, assistiu-se, em Portugal, a um período que parece contrariar, ou pelo menos matizar, a menor consideração das revistas face a outros periódicos, dado que nele foram criadas numerosas publicações afins ao género referido¹⁶¹.

No seu texto, sugestivamente intitulado, *Quatro Notas Breves*, Crespo de Andrade começa por caracterizar as primeiras décadas do século XX como tempos de mudança, nos quais as revistas, genericamente consideradas, constituem espaços propícios: ao desenvolvimento de correntes de sensibilidade e gosto; à irrupção de polarizações temático-conceituais diversas e à afirmação de dinâmicas cívicas empenhadas e combativas¹⁶². Convém indagar até que ponto, e, em caso afirmativo, em que moldes, a *Revista de História* cumpriu este triplice desiderato, sendo lícita a hipótese segundo a qual, no seu código explícito de intenções, a primazia é dada aos conhecimentos científicos.

Luís Crespo de Andrade considera que o momento histórico em causa propiciou a conversão dos *tempos* em novas *épocas*, parcialmente realizada pela acção de revistas que para tal possuíam condições, dado que detinham redacções colectivas, públicos estáveis e uma periodicidade diferente da dos jornais. Na *Revista de História* não existia, explicitamente exposto no periódico, uma redacção assim denominada, mas se a definição desta passar, entre outras características, pela presença de um corpo estável de colaboradores, que permanece ao longo do tempo, aberto a novas contribuições, providas de personalidades que se juntam progressivamente a um projecto editorial, então o veículo informativo e comunicacional preferencial da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos incorpora uma organização redactorial. Quanto à estabilidade dos públicos, pode ser aferida através da lista de assinantes da publicação, ou do inventário de sócios da agremiação. No que concerne à primeira desconhecemos a sua existência no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, o qual ostenta, no final de cada volume, um elenco de sócios da instituição promotora, situação que testemunha a relação de

¹⁶¹ Na Universidade Nova de Lisboa foi constituído, em 2002, um grupo de trabalho saído de seminários de História das ideias, iniciados em meados dos anos noventa do século passado. Liderado por Luís Crespo de Andrade, candidatou um projecto à Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre revistas editadas durante os primeiros trinta anos do século XX e contribuiu, no seio dos seminários aludidos, para a realização de sessões preparatórias nas quais tomaram a palavra especialistas de Revistas publicadas nos primeiros trinta anos do século XX, em áreas tão diversas como a literatura, a arte, os movimentos sócias como o anarquismo. Estas intervenções foram reunidas em livro, tendo o principal organizador assinado o primeiro texto de volume, de natureza metodológica, de modo a servir como introdução à temática em causa e às restantes colaborações coligidas. Acompanhar-se-á esta iniciativa em toda a sua plenitude e diversidade, que a torna tributária de grande interesse, reforçado pela escassez, na mesma publicação, de trabalhos que versem as Revistas editadas entre 1900 e 1930, período ainda mais relevante por nele se inscrever a *Revista de História*, permitindo e favorecendo a relação com iniciativas no mesmo âmbito – mas dedicadas a outras áreas temáticas –, de modo a entendê-la de forma aprofundada.

¹⁶² Luís Crespo de Andrade – *Quatro Notas Breves* In *Revista Ideias e Doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo*, António Reis [et al], Lisboa: Livros Horizonte, 2003, pp. 11-18.

dependência entre ambas as instâncias, num meio intelectual que se processa ainda maioritariamente em circuito fechado, no qual os leitores da revista são, em muitos casos, os seus colaboradores que, no caso vertente, coincidem em número considerável como os membros da Sociedade Nacional de História.

A correspondência de Fidelino de Figueiredo poderia ajudar a delimitar o público do periódico e o conteúdo das leituras efectivamente realizadas, bem como as respectivas implicações hermenêuticas, dado que nunca se pode falar apenas do público como entidade abstracta. Há grupos e, dentro destes, sobrepujam as individualidades. Para a conversão dos *tempos* em novas *épocas* é necessária a fixação de simpatias, crenças, linguagens e argumentos e, tal como os públicos nos quais vão ter impacto, algumas destas características são de difícil circunscrição. Na *Revista de História* predomina a busca da legitimação da História como ciência e, consequentemente, uma linguagem sóbria, por vezes austera, que procura a conformidade com as convenções próprias das metodologias científicas, bem patentes na prática dos articulistas e no andamento consagrado à bibliografia.

Todavia, nalguns artigos e, sobretudo na secção de factos e notas, o periódico compromete-se com o quotidiano sócio-cultural. A linguagem metafórica, simbólica, prenhe de segundos sentidos – assente nas conotações e na irrupção, seguida de contaminação imaginativa, do real, e dos respectivos efeitos – está praticamente ausente da publicação, que também não possui um manifesto ou conjunto estruturado de princípios que afirmem a força de novidade, enquanto ruptura, que o periódico pretenda albergar ou constituir. Contudo, no dealbar de alguns artigos encontram-se dispositivos retóricos, geralmente pouco concretos, que tentam afirmar a necessidade de substituição do status quo político e sócio cultural vigentes. As alternativas apresentadas não são pormenorizadas ou particularizadas. Apenas se sugere um retorno a um passado, cuja contraposição face ao presente é imediata, mas que raramente se especifica ou situa no plano epocal.

Muitas vezes, a mudança é encarada essencialmente como retorno instaurador de solidariedade entre a tradição e o moderno. Em algumas revistas das primeiras três décadas do século XX nota-se um poder assinalável de atracção de novos públicos e de choque face a modos mais conservadores de apresentação, através de um agente propulsor que é proporcionado pelos avanços no ofício gráfico que irradia e põe em prática a policromia, novas técnicas de paginação ou composição – criativas e imaginativas, por vezes de sabor modernista –, recorrendo à publicação de gravuras originais. Esta derradeira actividade é escassa na *Revista de História* e as restantes primam pela ausência de novidade. Ao contrário do que acontece nalgumas revistas literárias coevas, coincidentes com o tempo de *Orpheu*, no periódico dirigido por

Fidelino de Figueiredo o modernismo e correlato vanguardismo são deixados de lado, em nome de uma afirmação da modernidade conduzida pela tradição. Esta conciliação pode não ter gerado o putativo deslumbramento das iniciativas ante – citadas, dado que talvez não possuísse o tom afirmativo de novidades estéticas, ou como no caso da *Águia*, literárias e sócio – culturais. A marca antropológica e pedagógica era forte no órgão comunicacional da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, mas talvez não tenha atingido a intensidade e extensão da Renascença Portuguesa ou da posteriormente criada *Seara Nova*. Estas iniciativas eram mais panfletárias e provinham de grupos ainda mais variados, portadores, a um nível profundo, de sensibilidades representativas de estratos díspares da sociedade portuguesa.

Um breve relance sobre a revista *Águia* – que começou a publicar-se em 1910 – e o Movimento da *Renascença Portuguesa*, sem esquecer a *Seara Nova*, iniciada em 1921, implica a consideração de um tipo de publicações que se dedicam à cultura geral e possuem um âmbito político literário e um lastro que alberga questões de ciência e de arte. Convém ter em conta que os periódicos referidos têm merecido ampla recepção historiográfica como reflexo da abrangência das investidas intelectuais neles contidas, prenhes de posicionamentos ideológicos que suscitam paixões e repúdios, exaltações e retraimentos. No seu estudo sobre a *Águia* e o Movimento *Renascença Portuguesa*, Paulo Samuel começa por determinar a respectiva génese, defendendo que ambas as realidades em análise, sendo a *Revista* um órgão do grupo renascentista, foram, a um tempo, pré-modernistas – antecipando a ânsia de novidade própria de Orpheu (1915) – e pré-modernas, dado que terão lançado as bases da modernidade. Em 31 de Janeiro de 1891, os republicanos do Porto reagiram contra o Ultimato Inglês do ano anterior e defenderam um Republicanismo Idealista, bem diferente do Jacobinismo que se impôs logo a seguir ao 5 de Outubro de 1910.

Ora, no Porto, quando a *Águia* nasceu, havia tensões entre católicos e Republicanos e mantinha-se uma necessidade, parcelarmente satisfeita, de Revolução social ao arpejo do idealismo romântico embora alguns autores ultra-românticos tenham sido publicados na revista que, por seu turno, pugnava pela identidade nacional, exibindo um teísmo dinâmico, avesso a dogmatismos da Igreja católica, aliado à recusa do evolucionismo radical e do ateísmo. A *Águia* apresenta um perfil republicano reformista e moderado, estabelecendo compromissos vários em sintonia com os intuitos da *Escola Portuense* à qual pertencia: «O *ex – libris* deste grupo, acaso não seja já movimento, denota no trânsito das ideias a escolha do livre arbítrio, a atitude teísta, recusando o dogmatismo da Igreja e a infalibilidade do Papa mas

enfrentando o cientismo evolucionista e o ateísmo. Perfila-se pela preservação de saberes tradicionais e populares, pelo culto de uma esperança messiânica envolta em roupagens do sebastianismo, torna recorrente a valorização do passado histórico e heróico face aos avanços industriais, elege o estudo das tradições em detrimento das teorias materialistas e economistas. Reflecte, além disso, a vibração de um idealismo republicano, porém nunca sectário e anti-religioso»¹⁶³.

Em 1912, o rumo do periódico portuense começou a ser discutido e problematizado, dando origem ao início da segunda série da revista na sequência de uma divergência profunda no seio da *Renascença Portuguesa* entre o grupo do Porto e o de Lisboa. Ao primeiro pertenciam Álvaro Pinto, Teixeira de Pascoais ou Jaime Cortesão, enquanto o segundo tinha Raul Proença e António Sérgio. Enquanto os da invicta defendiam um nacionalismo espiritualista, os da capital pugnavam por um racionalismo cartesiano, de matriz cosmopolita e internacionalista, menos voltado para abordagens de teor simbólico, e assente na resolução de questões sociais, educativas e económicas. Neste conspecto, surgiram dois manifestos diversos sobre a *Renascença Portuguesa*, o de Teixeira de Pascoais e o de Raul Proença. Aliás, para Paulo Samuel, um dos principais méritos do movimento referido, no seu todo, foi a respectiva acção educativa, patente na criação, a partir de 1912, de Universidades Populares no Porto, em Coimbra, Lisboa, na Póvoa do Varzim e em Vila Real.

Em Outubro de 1921, os ideais do grupo lisboeta da *Renascença Portuguesa* foram postos em prática e ficaram plasmados por escrito na revista *Seara Nova*, órgão de comunicação de um grupo de intelectuais políticos que extravasava a representação de uma corrente estética ou doutrinária e cultural e assumia a herança de uma missão de intervenção cívica, defendida pela *Geração de 70*. Na Génese do projecto seareiro encontrava-se a luta contra as consequências do Sidonismo e da Primeira Guerra Mundial, concretizando-se uma mensagem que desmontava os princípios e valores da extrema-direita, e da extrema-esquerda, respectivamente, o Integralismo Lusitano e a Cruzada Nuno Álvares, de um lado, e o Bolchevismo ou o Anarquismo, do outro. A *Seara Nova*, dirigida por Raúl Proença, encarnou três funções prioritárias, apresentadas por António Reis: «a) – propaganda de subordinação dos políticos a uma renovada elite intelectual criadora de um plano de reformas apoiado por uma forte opinião pública, com a simultânea difusão dos primeiros contributos especializados para esse plano; b) – combate doutrinário e cultural às ideologias de extrema-direita – e em menor grau de extrema-esquerda – e às estéticas vanguardistas, em nome da superioridade intelectual e moral de uma alternativa

¹⁶³ Paulo Samuel – A Águia e o movimento *Renascença Portuguesa*. In António Reis [et al] – *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p.113.

democrático – socialista e de uma estética subordinada aos valores éticos humanistas e racionalistas; c) – crítica aos defeitos das instituições vigentes e ao comportamento dos seus dirigentes»¹⁶⁴.

No entanto, a publicação em análise confrontou-se com duas dificuldades: conciliar uma doutrina supra-partidária com a intervenção política e compaginar a criação morosa de uma nova elite com a urgência de rupturas político-económicas e educativas. Existia ainda um dilema táctico–organizativo subjacente ao projecto editorial citado, que se situava na contradição entre o imperativo de avançar sozinho para a frente de combate ou, alternativamente, constituir uma frente alargada para o efeito. Entre finais de 1921 e Janeiro de 1922 constituiu-se sob os auspícios seareiros, um *Grupo de Propaganda e acção republicana*, portador de um programa de salvação pública, dado à estampa em Abril de 1922. Esse plano estratégico procurava: reformular o poder legislativo; pugnar pelo Estado-Providência; defender os trabalhadores; reformar o sistema fiscal e a pedagogia.

Entretanto, Raúl Proença recusou fazer parte de um governo e o programa referido não teve eco, tendo a revista perdido fôlego. No dealbar do ano seguinte formou-se a *União Cívica*, cujo manifesto foi publicado em Fevereiro/Março no vigésimo primeiro número da *Seara Nova*, consagrando um republicanismo socialista e albergando António Sérgio na direcção do movimento, que se assumia como uma espécie de Senado. No entanto, esta iniciativa falhou, obrigando os seareiros em Outubro/Novembro de 1923 a escrever uma carta ao recém empossado Presidente da República Teixeira Gomes, apontando a necessidade de um referendo de iniciativa legislativa popular, e instigando o reforço de poderes presidenciais e a descentralização administrativa. O presidente não respondeu, mas patrocinou a entrada da *Seara Nova* no governo de Álvaro de Castro. Esta situação verificou-se devido à materialização de um sentimento hostil face ao perigo de uma Ditadura concretizar-se caso outros protagonistas tomassem o poder, comprovando, deste modo, os seareiros que eram capazes de não se furtar a responsabilidades governativas.

No entanto, havia incomodidades no executivo. Em Junho de 1924 o governo caiu, mas os membros da *Seara Nova* tiveram esperança no governo de Domingos de Castro, Presidente da Esquerda Democrática. Todavia, este executivo foi derrubado em Fevereiro de 1925. Entretanto, em 18 de Abril e 19 de Julho foram perpetrados golpes militares de tendência ditatorial que repugnavam os membros da referida revista que fizeram um apelo à constituição de um governo nacional. Contudo, Bernardino Machado fora eleito tarde demais Presidente da República e empossara

¹⁶⁴ António Reis – *Seara Nova: Os anos da República*, in *Revistas, Ideias e Doutrinas*. In *Ibid.*, p. 62.

António Maria da Silva como chefe do governo. Os seareiros não se resignaram perante esta adversidade, defendendo uma reforma do Parlamento e a constituição de um grande cartel das esquerdas em Lisboa e Porto. A 28 de Maio de 1926 foi imposta uma Ditadura Militar perante a qual a Seara Nova manifestou uma atitude ambígua, repudiando o estilo mas apregoando a necessidade das respectivas medidas administrativas e educacionais. A 9 de Julho, Raúl Proença fez um apelo à constituição de um governo verdadeiramente nacional. Este desiderato gorou-se, obrigando o periódico a afastar-se da esfera política mais directa, entrincheirando-se numa resistências literária e ensaístico- doutrinária à Ditadura¹⁶⁵.

Em resumo, a *Revista de História*, dirigida por Fidelino de Figueiredo, inspirou-se no *racionalismo* crítico da Seara Nova e no eventual *tradicionalismo* da Águia, compaginando ambos, ao arrepio do saudosismo aquilino e do socialismo seareiro, procurando afirmar o nacionalismo essencialmente por uma via respeitadora dos trâmites e dos códigos inerentes a uma escrita que pretendia configurar-se como académica. No entender de Jacqueline Pluet - Despatin, a proliferação de revistas de cultura geral em França é passível de ter atrasado ou impedido o enraizamento dos periódicos universitários e académicos. Esta situação pode ter tido correspondência no caso português, embora essa circunstância não anule as transferências positivas das publicações generalistas para aquelas que o não são, nomeadamente as que dizem respeito à atenção conferida à actualidade dos redactores (mais directa no primeiro caso, difusa e diferida no segundo)¹⁶⁶.

2.4. Revistas Académicas e Universitárias de História: Panorâmica Internacional (meados do século XIX-1930) e Nacional

Antes de nos debruçarmos sobre Revistas científicas de História, convém ter em conta periódicos afins dedicados a outros âmbitos, nomeadamente às ciências naturais. Na Historiografia Portuguesa rastreámos apenas uma dissertação de doutoramento sobre estas matérias intitulada *Imprensa Periódica Científica (1772-1852) Leituras de «Ciência Agrícola» em Portugal e realizada por* Maria de Fátima Nunes. Embora o lapso temporal abarcado por esta investigadora seja anterior àquele que prioritariamente nos ocupa, convém tê-lo em conta, para poder estabelecer comparações, apesar da historiadora citada se ter centrado em jornais e não em revistas. O seu trabalho exhibe três motivações e dez conclusões. Quanto às primeiras, a autora afirma «como campo de análise aprofundada optou-se por seguir os ritmos de

¹⁶⁵ Ibid., pp. 64-80.

¹⁶⁶ Jacqueline Pluet-Despatin – Les revues et la professionalization des sciences humaines. In *La Belle Époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, 2002, p. 306.

difusão das ideias agraristas na imprensa periódica científica por três razões: A primeira reside no facto dos temas agrários constituírem uma presença permanente em todos os jornais científicos, instrutivos e recreativos. A segunda prende-se com a necessidade de isolar uma das áreas dos conhecimentos transmitidos; o leque de opções era diversificado: a medicina, a física, a mecânica, a matemática, a botânica A terceira razão prende-se com a realidade de Portugal na primeira metade de oitocentos – uma sociedade e uma economia ainda muito dependentes da actividade agrícola. Um País em mutação histórica, inflamado por debates ideológicos em torno da propriedade, da terra, do proprietário, do agricultor...»¹⁶⁷.

Quanto aos resultados apresentados no referido texto convém ter em conta: «1 – Os temas de Leitura de Agricultura foram responsáveis pela dinâmica deste estudo sobre a imprensa periódica científica em Portugal (...); 2--Em aberto ficaram inúmeras biografias de personalidades da comunidade científica (...); 3 – O modo de operacionalizar a convergência dos domínios seleccionados – *Imprensa, Literatura, Agricultura* – foi seguir, milimetricamente, os diferentes elos culturais da genealogia da leitura agrária, agrarista e agronómica (...); 4 – Quando nos debruçamos especificamente sobre os conteúdos de saberes agrícolas, difundidos e popularizados nestes veículos culturais personalizados, apercebemo-nos que a difusão se efectuou por via de informação descritiva, de cariz teórico-prático, técnico-científico dos conhecimentos da Botânica, da Física e da Química (...); 5 – Ensinar novas técnicas de enxertar vides, de zelar por uma boa manutenção da vinha (...) fez-se através de recursos estilísticos e pedagógicos de mimetismo cultural. A mensagem transmitida pela popularização dos saberes científicos e técnicos efectuou-se à margem dos sobressaltos retóricos, e oratórios, do processo de implantação do liberalismo constitucional (...); 6 – A legitimação da imagem de superioridade da Ciência fazia-se pela via da reputação cultural e científica de cada membro do jornal, mas também por outros caminhos. Um deles foi a tentativa de sensibilizar o poder político (...) no sentido de este accionar medidas necessárias para a concretização institucionalizada dos ideários decorrentes das sucessivas etapas da *Nova Agricultura em Portugal* (...); 7 – Uma outra modalidade consistiu na publicitação de conhecimentos já experimentados, conjugados com a espectacularidade da erudição clássica, associada à leitura actualizada de edições sobre Física, Química e a Botânica aplicadas à agricultura (...); 8 – Outras incongruências podem ser detectadas quando olhamos para a condição de alguns dos membros da comunidade científica: publicistas e protagonistas do poder político (...) 9 – Num outro plano de observação estas

¹⁶⁷ Maria de Fátima Nunes, *Imprensa Periódica Científica (1772-1852) Leituras de «Ciência Agrícola»*. Lisboa: Editora Estar, 2001, p. 379.

individualidades (...) evidenciaram percursos ascendentes, no plano cultural e social (...) 10 – No domínio do discurso científico emitido, divulgar os conhecimentos equivalia a veicular uma carga ética e moral (...)»¹⁶⁸.

Nos periódicos analisados por Fátima Nunes sobressai a ideia de um grande eclectismo, caracterizado pela associação de saberes vários – das ciências naturais às temáticas do humanismo clássico – e, sobretudo, pela dedicação a questões práticas e pragmáticas próprias de uma área de actividade científica e económica, no caso, a agricultura. Nota-se que as publicações estudadas se encontram mais vocacionadas para a construção e transmissão de conhecimentos úteis, de forma a contribuir para a respectiva divulgação.

Na *Revista de História* não havia uma preocupação tão rígida com a divulgação de conhecimentos úteis, nem se vislumbrava um estrito pragmatismo. Por outro lado, o eclectismo e sincretismo nela patentes não eram latos como os demonstrados pelos periódicos estudados por Fátima Nunes. Dentro do mesmo âmbito científico sincrético e generalista, no Brasil foi criada já no século XX, em 1902, a *Revista* do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas. Esta publicação resultou um pouco mais especializada do que a portuguesas ante-citadas e deslocou o seu ecletismo para as três áreas de conhecimento referidas, mas manteve a intenção de atingir públicos alargados e difundir um ideal burguês e capitalista, associado todavia, a uma ideologia positivista. Trata-se de um periódico institucional – como a *Revista de História* portuguesa – resultante do desenvolvimento da actividade e da transferência para o domínio do estado de S. Paulo da Antiga Estação agronómica, de par com a fundação do Ginásio de Campinas, que alcançou rápida reputação no âmbito da educação. Coelho Netto é o intelectual mais frequentemente apontado como figura de maior destaque no periódico, todavia, o trabalho efectivo mas invisível, esteve a cargo de César Bierrenbach e de Júlio de Campos Novaes.

A publicação campinense compaginou a legitimação da agremiação que lhe deu origem com um enciclopedismo nítido. Conforme afirma Patrícia Michelle Gomes: «Parece-nos plausível acreditar que parte da produção institucional deste periódico (...) trabalha para atribuir credibilidade e valor ao próprio periódico. O restante do seu conteúdo incumbe-se de um saber enciclopédico que, nas ciências, oscila entre vulgarização e especialização, práticas comuns em tempos positivistas, nos quais se almejava vulgarizar e ensinar ciências naturais para os leigos e o saber especializado para os já conhecedores (...)»¹⁶⁹. A *Revista de História* também oscilou entre os requisitos citados, embora em menor escala. Passamos agora a analisar Revistas

¹⁶⁸ *Ibid.*, pp. 379-382.

¹⁶⁹ Patrícia Michelle Gomes, *A Revista do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas (1902-1916)*. Campinas: Universidade Estadual, 2009, p.183.

científicas de especialidade, no âmbito das ciências naturais e sociais. No que respeita ao caso francês entre 1880 e 1914, as revistas dedicadas às ciências naturais tiveram uma enorme expansão e cumpriram um trajecto temático-metodológico que, sem esquecer ou obliterar propósitos de vulgarização, privilegiou uma progressiva e crescente especialização. Outras características patenteadas por este tipo de periódicos devem ser tidas em conta: a extensão de objectos e questões; a utilização dos periódicos como laboratórios mas também enquanto extensões dos lugares de experiência e experimentação científica previamente existentes; a profissionalização e a internacionalização que as revistas propiciavam e alimentavam. Embora as Revistas de ciências sociais tenham tentado tomar certas distâncias face àquelas que estudavam Física, Química, ou Biologia, partilharam com elas o exemplo catalisador respectivo e a generalidade dos aspectos ante-citados. Conforme reconhecem Vincent Duclert e Anne Rasmussen: «Cês caractères originaux concèdent priorité aux domaines exacts et expérimentaux, mais s'intéressent également les domaines littéraires, voire juridiques, dans le rapport qu'ils ont choisi d'entretenir avec le critère de scientificité de ce qui relève de la science par contraste avec les savoirs érudits, techniques ou professionnels. L'affirmation croissante de la scientificité des sciences humaines et le rôle particulier des revues dans cette élaboration (...) rejoignent la vaste recomposition qui se réalise dans le champ général des revues de science à partir des années 1870 et débouche au tournant du siècle sur l'émergence des revues scientifiques modernes¹⁷⁰».

Por seu turno, Jacqueline Pluet-Despatin estudou o papel das revistas na profissionalização das ciências humanas em França, mormente a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia e a História. Resguardemos a última disciplina citada para um tratamento aprofundado mais adiante. Quanto ao âmbito filosófico, a *Revue Philosophique* (1876) foi pioneira, beneficiando da liderança de Théodule Ribot. No que concerne à Sociologia a cientificidade foi preparada por herdeiros ortodoxos de Comte, como Pierre Laffitte, que criaram a *La Revue de l'Occident* (1878), tendo este projecto sido contraditado por outros dois que sofreram a influência católica de Frédéric Le Play, *La Reforme Social* (1881) e *La Science Social* (1886). Em 1893 surgiu a *Revue Internationale de Sociologie*, liderada por René Worms, publicação mais especializada do que as anteriores e, ao contrario delas, voltada para a internacionalização. Todavia, não era ainda portadora de coerência intelectual assente e de uma comunidade de pesquisa. Estes dois vectores foram cumpridos de modo mais inovador e científico, por *L'Année Sociologique* (1898), dirigido por Durkheim. No

¹⁷⁰ Vincent Duclert e Anne Rasmussen – Les Revues scientifiques et la dynamique de la recherche. In *La Belle Époque des Revues*. Caen: Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, 2002, p. 238.

domínio da Psicologia, a primeira revista científica no sentido pleno do termo começou a publicar-se em 1895, era liderada por Alfred Binet e designava-se *L'Année Psychologique*¹⁷¹.

O cenário de relativa subalternização, ao nível de estudos historiográficos, das revistas, percorrido por um lamento, prenhe de dúvidas e apreensões, é passível de adensar-se se os periódicos abordados possuírem uma natureza específica, como acontece no caso das que se dediquem, academicamente ou não, à História. Contudo, existem dificuldades comuns a todos os tipos de revistas que conduzem à ponderação do seu afastamento como objecto de investigação: Muitas vezes faltam as colecções completas; verifica-se amiúde a inexistência dos exemplares em acervos das Bibliotecas Nacionais. A *Revista de História* escapa a ambos os obstáculos. Em 1986, na Universidade de Columbia, Margaret Stieg estudou, de modo aprofundado, os periódicos académicos de História, alguns deles de origem universitária, surgidos em finais da primeira metade do século XIX, concretizando um estudo de certo modo singular, na medida em que resulta quase único no seu género – no que respeita à pesquisa bibliográfica que efectuámos – se tivermos em conta a consignação do seu âmbito e fôlego de natureza panorâmica.

A historiadora americana reconhece que o aparecimento das revistas dedicadas disciplinar e tematicamente a Clio funciona como um sinal de amadurecimento das Historiografias nas quais se assistiu a tal impulso e, na sua obra, *Origins and development of Scholarly Historical Reviews* – título revelador e significativo, que configura indiciariamente um programa – concretiza uma diacronia das origens e do desenvolvimento dos periódicos académicos de História, cuja consideração específica e particular, no que à Europa oitocentista respeita, é precedida pela apresentação breve, em diacronia, dos periódicos académicos que sem se dedicarem à Historiografia, antecederam e condicionaram os congéneres devotados a Clio. Em 1667, foi publicado em França o *Journal des Sçavans*, seguido de iniciativa inglesa semelhante, os *Proceedings of Royal Society*. Estas apostas editoriais apenas contemplam um interesse parcial em temáticas relativas à História. Por seu turno, os primeiros periódicos que nela se centraram encontram-se associados a aproximações de teor científico e/ou profissional. Em 1830, na Universidade de Berlim, Ranke realizou esforços inaugurais nesta matéria. Neles foi acompanhado e seguido por um antigo aluno seu e discípulo, Adolf Schmidt, No entender de Margaret Stieg, antes da actividade desenvolvida pelos dois eruditos alemães não existiam esforços ao nível imprensa periódica dignos de registo no sentido de incentivar ou criar uma comunidade de historiadores profissionais.

¹⁷¹ Jacqueline Pluet-Despatin – Les revues et la professionalization..., pp. 311-315.

Ranke fundou e dirigiu, entre 1832-1834, *The Historisch-Politische Zeitschrift* e, apesar da clareza do título, apressou-se a matizar intenções políticas da revista, em favor da projecção de uma natureza histórica e historiográfica, caracterizada pela dedicação a temáticas afins. Apesar destes esforços, os assuntos da polis impuseram-se com maior força e a actualidade invadiu as páginas da publicação logo no número inaugural, no qual se discutiram o mapa da Europa em 1830 e os panfletos franceses do ano seguinte. O director do periódico fez deste uma empresa de teor essencialmente pessoal, no tocante à autoria dos artigos, que assumiu, à excepção de algumas ocasiões nas quais pontificaram colaborações de Savigny. *The Historisch-Politische Zeitschrift* foi patrocinada pelo ministro de negócios estrangeiros prussiano, o conde Von Bernstorff, que tinha em vista dois objectivos: apoiar um órgão que funcionasse enquanto veículo e divulgador das políticas estatais, e distanciar-se da direita mais conservadora. Contudo, compreende-se a relativa resistência de Ranke em considerar a primazia da política na sua Revista. Ele próprio era um historiador e professor de formação e conhecia, certamente por dever de ofício, e na sequência dos seus estudos, os trabalhos pioneiros do barão de Stein, que organizou, em 1819, a Sociedade Nacional de História Alemã e, como respectivo corolário lógico, legitimador da iniciativa, a *Monumenta Germanica Historica*, conjunto de fontes e documentos do passado germânico, passíveis de ser acumulados, seleccionados, classificados e criticados, através do recurso a métodos de análise de incidência historiográfica.

Este ambiente de fervor patriótico influenciou Ranke, que utilizou a História como meio de inoculação de uma mensagem política solidária com os mentores prussianos das *Guerras da Libertação*, não deixando, sempre que possível, de pronunciar-se sobre assuntos historiográficos relevantes: «*The Historisch – Politische Zeitschrift like German historical scholarship, was inherently dichotomous. Despite His inescapably political character, it published some material valuable to the historian. In its pages, Ranke addressed major historiographical issues, almost the only place he did so in print*»¹⁷².

Em 1844, Adolf Schmit começou a dirigir, até 1848, a *The Zeitschrift fur Geschichtswissenschaft*. Neste periódico, as questões metodológicas e científicas sobrepõem claramente as políticas, sem contudo obliterá-las. Acresce que, entre a derrota de Iena, em 1815, às mãos de Napoleão, e a criação do Império Alemão, na sequência da vitória na Guerra Franco-Prussiana, deu-se a unificação aduaneira em 1834, o *Zollverein*, preparatório de processo semelhante ao nível político. Este quadro demonstra que Ranke e outros colegas da Universidade de Berlim contribuíram, de

¹⁷² Margaret Stieg – *Origins and development of Scholarly Historical Periodicals*. Alabama: University of Alabama Press, 1986, p. 21.

diversos modos, junto do Governo Prussiano e, por consequência, do Estado, para a elaboração de uma mensagem de teor nacional e nacionalista. Esta afirmação não põe em causa a procura metodologia e epistemológica da objectividade, apenas a coloca em perspectiva, matizando e relativizando os seus pressupostos, mormente a respectiva e abusiva utilização em favor da interpretação do pensamento de Ranke e dos seus contemporâneos como apartidário. Esse alegado apartidarismo é entendido como um mito por alguns sectores da Historiografia.

O historiador brasileiro Júlio Bentivoglio contribui para desmontar esse lugar-comum e desmistifica um outro, segundo o qual a Historiografia prussiana oitocentista se limita a Ranke e nele se esgota: «Lamentavelmente a Historiografia alemã durante o século XIX foi reduzida a uma imagem distorcida e caricata de um historiador só: Leopold Von Ranke. Como se toda a produção historiográfica germânica adoptasse a escrita rankeana da História. Esta imagem duradoura que surge ainda hoje em certas interpretações oblitera a existência de diferentes *escolas* – ou movimentos – em solo alemão durante os oitocentos, dos quais se destacaram de um lado Ranke e os seus seguidores e do outro a Escola Histórica Prussiana (...). A própria Universidade de Berlim que se destacava agora como o centro nevrálgico prussiano, superando Praga, Frankfurt, Gottingen, Leipzig, expressava o ideal de uma nova Universidade, servindo de modelo para as futuras universidades alemãs, que alterariam os seus estatutos, tendo-a como referência. Mas estas actividades adaptavam-se a uma sociedade aristocrática, na qual estes professores eram transformados em conselheiros *Geheimrate*, e vistos como leais e eminentes servidores do Estado. Penso que esta leitura desmistifica a possibilidade de uma actuação livre e apartidária. Afinal, a adesão dos docentes era obtida por meio de um instrumento: o doloroso processo de habilitação dos candidatos a professores efectivos nas universidades alemãs (...). E é precisamente esta relação entre História, filosofia e política que distingue as escolas históricas que se formam na Alemanha Oitocentista, afinal elas não se limitaram a Ranke ou à sua obra como querem alguns intérpretes, tão pouco constituíam uma identidade absoluta entre todos aqueles historiadores. Os próprios alemães chegaram a reconhecer a existência de várias escolas: a escola Rankeana e Humboldtiana, a escola de Niebuhr (...), a escola filologica de Bockh e de Grimm, a escola romântica de Goethe e Novalis e, finalmente, a Escola Histórica Prussiana»¹⁷³.

Por seu turno, a *Historische Zeitschrift* comparece, nesta confluência, no entender de Júlio Bentivoglio, como o sexto e derradeiro passo no sentido da tomada

¹⁷³ Júlio Bentivoglio– Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a escola histórica prussiana e a *historische zeitschrift*.

In *Revista de Teoria da História*, ano 1, n.º 3, Goiás: Universidade Federal, 2010, pp.21, 32-33.

de consciência, por parte dos historiadores, de que a Historiografia como saber possui a sua própria História. Esse lento processo terá começado em 1752 com Chladenius que, na obra *Algemine Geschichtswissenschaft*, estabilizou a metodologia para o estudo da História, baseada na crítica dos testemunhos patentes nas fontes dos historiadores e perspectivas destes sobre os materiais reunidos. A existência do cultor de Clio como sujeito cognoscente não implica a sanção positiva a derramamentos e impregnações de subjectividade. Uma segunda etapa do percurso de institucionalização da História da Historiografia alemã foi percorrida por Niebuhr, essencialmente na sua *História Romana*. Este historiador aprofundou a crítica de documentos, apoiando-se na filologia e hermenêutica clássicas, sobretudo representadas por Wolf, Bockh, Schleiermaecker, Schelling, Schiller. Droysen – orientado na sua tese de doutoramento pelo primeiro filólogo citado – e Ranke muito admiravam Niebuhr, que sugeriu a prática historiográfica de duas operações de aprofundamento crítico: a heurística e a sistemática.

O terceiro momento de institucionalização da História da Historiografia Alemã pertenceu a Humboldt e à sua conferência, proferida em 1821, na Universidade de Berlim, na qual foi reputado mestre, intitulada: *O ofício do Historiador*, na qual defende que ao historiador cabe reunir factos, estabelecer relações e linhas de força entre eles e expô-los através de uma narrativa, na qual o cultor de Clio funciona como criador, sem perder de vista a objectividade científica. A quarta etapa de institucionalização da História da Historiografia alemã por via monográfica – mas não só – esteve a cargo de Ranke e Droysen, rivais no plano social, que partilhavam o apreço pela crítica histórica, o primeiro através da aplicação prática e metódica dos seus pressupostos, o segundo apostado na criação de um edifício teórico sólido. Este cunho teórico foi retomado e aprofundado, num quinto momento, por Gervinus, que publicou, em 1837 os *Fundamentos da Teoria da História*, obra na qual afirmou a História como género híbrido, mas diferente da ficção característica da literatura. Foi o primeiro a criar um modelo, genético, de História da Historiografia em território Prussiano. A *Historische Zeitschrift* protagoniza o derradeiro andamento deste itinerário e congrega contributos/ressonâncias dos momentos e autores expostos.

David Ransel configura de outro modo este diagnóstico, acrescentando-lhe determinada informação, no seu balanço intitulado *Devenir et Avenir des Revues d'Histoire*¹⁷⁴.

¹⁷⁴ Que constitui uma intervenção vertida em secção no 18 Congresso Internacional de Ciências Históricas, que teve lugar em Montreal no Canadá entre 27 de Agosto e 3 de Setembro de 1995. Esta situação atesta a crescente relevância conferida pelos eventos internacionais, nos quais se discutem as ciências Históricas, às revistas de especialidade. Os cômputos ou as panorâmicas que funcionem como sondagens ou rastreios quantitativos, mapeiam, sinalizam e circunscrevem o campo de actividade em análise e impulsionam estudos monográficos e interpretativos

No entender do professor da Universidade de Indiana, Bloomington: «Historical Journals began as part of the modernist project and modern national consciousness. The Grandparent of them all is often considered to be *Historische Zeitschrift*, begun by Henrich von Siebel in 1859. But the *Historisk Tidsskrift* (1840) of the Danish Historical Society preceded it by nearly two decades. These Journals were followed by *Russkaia Starina* of St Petersburg (1870), Gabriel Monod's *Revue Historique* (1876), *The Norwegian and Swedish Historic Tidskrift* (1871 and 1881 respectively) *Rivista Storica italiana* (1884), *The English Historical Review* (1886) and *The American Historical Review* (1895). For the scholars who founded these journals and the many that followed, history was a science and the nation its laboratory»¹⁷⁵.

Ransel passou ao largo dos exemplos apontados por Stieg como precursores do periódico dirigido por Sybel, mas, em compensação, refere um título dinamarquês. Por outro lado, também cita periódicos que se seguiram ao *Historische Zeitschrift* e coincide com a especialista americana na alusão à *Revue Historique* e à *English Historical Review*. O desenvolvimento das experiências editoriais referidas permitiu a constituição e afirmação de redutos dotados de organização, mais ou menos rudimentar, que constituíssem uma base institucional de apoio, no mundo académico, destinada à publicação de artigos que, de outra forma, não veriam a luz do dia. Outro factor que contribui para a dinamização dos periódicos de História prendeu-se com o facto de as temáticas de Clio não versarem assuntos remotos, desligados da realidade, bem pelo contrário. Por outro lado, o paradigma sociológico da profissão impunha a aplicação dos conhecimentos à sociedade e aos problemas sociais e políticos. O periodismo académico na área da História e a Historiografia como ciência muito contribuíram para a unificação alemã e dela beneficiaram posteriormente.

Para Margaret Stieg, a *Historische Zeitschrift* possuía dois objectivos, um académico e outro político. O primeiro ligava-se à expansão e avaliação do conhecimento histórico de base, enquanto o segundo filiava-se na relação com os problemas da sociedade. A distinção entre a publicação germânica e as congéneres situa-se ao nível da expressão de três diferenças: os outros periódicos profissionais podiam evidenciar temas de cariz político, ou até patentear estilo afim, mas centravam-se, quase em exclusivo, na metodologia científica; todavia, não davam à História um lugar central. Pelo contrário a *Historische Zeitschrift* não descurava essa primazia e empenhava-se na avaliação, pelos pares, de artigos e fontes, de modo a escrutinar o formato e os métodos próprios deste meio de comunicação. As razões para o sucesso do periódico alemão estão relacionadas com: a circunstância de ter

¹⁷⁵David Ransel – Devenir et avenir des revues d'histoire. In *18th Congrès International des Sciences Historiques*. Montreal: Comité International des Sciences Historiques, p. 500.

sido o primeiro órgão do género a sobreviver; o contributo dos académicos alemães da área da História para a paz no Mundo; o concurso da estrutura organizacional da Universidade alemã; o estabelecimento de um padrão para os periódicos académicos dedicados a Clio; a demonstração do valor da respectiva institucionalização; o fomento de discussões académicas e o exercício de poder manifestado na promoção e destruição de carreiras.

A publicação germânica, na sua primeira fase, muito beneficiou da trajectória do seu director, que era oriundo de uma família protestante da Westfália, mais concretamente de Dusseldorf. O pai de Sybel ocupou importantes cargos na administração pública, tendo-se destacado ao serviço do Estado, sob o domínio de Franceses e Prussianos. Em 1831, o progenitor do historiador alemão em apreciação foi promovido e nobilitado socialmente. A sua família era um foco de irradiação cultural e Sybel beneficiou desse contexto formativo, que se repercutiu na frequência universitária de História, entre 1834 e 1838. Concluído o curso, no qual foi aluno de Ranke, o autor tornou-se professor em Bona e Marburgo, ganhando experiência na docência universitária, à qual aliou a presença na política, passando a ser deputado em Erfurt, no ano de 1850, em representação dos liberais moderados, cujos valores defendeu aquando da promoção da criação de uma revista universitária.

Sybel começou a lançar as bases desse empreendimento numa carta datada de 1853, dirigida a outro mestre historiador, Gustav Droysen, junto do qual pugnou por tal projecto, ao arrepio dos interesses ultramontanos e diletantes, contra os quais se colocou. Em 1857, o historiador alemão reafirmou as suas intenções numa missiva que teve mais um destacado cultor de Clio como destinatário, Weitz, a quem confessou os seus interesses metodológicos e científicos. Estas iniciativas epistolares demonstram a persistência de Sybel em fazer valer as suas ideias, cuja maturação culminou, ainda no derradeiro ano referido, com o contacto estabelecido com o monarca Maximiliano, aliciado e seduzido pela perspectiva segundo a qual a criação da *Historische Zeitschrift* em Munique faria desta cidade o principal centro cultural e universitário prussiano. Convém acrescentar que o soberano mudara as suas ideias liberais desde que tomara o poder em 1848, mas mantinha na corte o hábito de congregar presenças de intelectuais e políticos de diversas tendências, por vezes antagónicas, mas conciliadas com abertura de espírito e respeito pelas diferenças, apesar de se ter acentuado um exercício absoluto da governação. Maximiliano era católico e, junto dele, Sybel atenuou as referências concretas à política. Ainda no ano de 1857, um historiador chamado Lanz tentou lançar uma *Revista de História* em Estugarda. Sentindo a concorrência, o protestante da Westfália, tentou minorizar o currículo do seu contendor, afirmando a respectiva inexperiência em matéria

historiográfica. Como consequência desta pressão, o primeiro anúncio público da futura concretização da *Historische Zeitschrift* deu-se no número 11 da *Borsenblatt*, correspondente ao dia 21 de Julho de 1858.

Na *Historische Zeitschrift* dá-se expressão pública ao contrato entre uma empresa, a I.G. Cottasche Buchlandlung, e Sybel, para formalizar a edição da revista citada. Do ponto de vista da organização interna, o periódico conferiu um papel, e consequente estatuto, ambos centrais, a uma secção de artigos, mais importante do que a de revisão bibliográfica – baseada em ensaios sobre bibliografias secundária – ou do que aquela que se consagra à mera listagem de livros. Ainda assim, o espaço dedicado às bibliografias era relevante para perceber o conteúdo e a extensão, bem como as implicações dos trabalhos de outros historiadores fora do periódico, estabelecendo-se, deste modo, um controle e avaliação dos conhecimentos científicos veiculados, essencialmente centrados na realidade germânica ou, em menor grau, do ocidente europeu, do leste da Europa ou do mediterrâneo, em detrimento da actividade intelectual sobre África ou a América Latina. Entre a investigação científica e o ensaísmo, entre a ciência de Clio ou a literatura histórica, a *Historische Zeitschrift* balança, tenta um trânsito que respeite os dois pólos analíticos, mas inclina-se decidida e frontalmente para o primeiro: «In the pages of the H.Z., the scholarly historical article achieved its preeminence as the core of scholarly historical periodical. Written on a single topic, the result of scholarly historical investigation that is documented and not tied to any other publication, the article is a distinct literary form. The first volume of H.Z. contained several pieces that were clearly articles, such as Zeller's on Platonic state and Theodor Mommsen on Roman Law Hospitality. Other pieces were just as clearly not articles. Ludwig Hausser wrote an essay on Macaulay's "Frederic The Great"; Sybel on Joseph de Maistre. Both are the kind of review essay found in the general reviews of the day(...)»¹⁷⁶

Durante a direcção de Sybel imperou uma atitude historicista, centrada na *História da Alemanha*, escrita por Alemães, baseada numa Historiografia erudita e académica, na qual a disciplina e a profissão de Clio são inseparáveis, irmanadas por um propósito comum, segundo o qual o periódico em causa constitui o principal fermento de uma actividade cultural centrada na História a todos os níveis, escolhendo preferencialmente a História Política como dimensão historiográfica e temática a abordar.

No dealbar da *Historische Zeitschrift*, a ideia era atingir públicos alargados, mas depressa a exigência científica dos artigos inflectiu o ritmo e o rumo dos investimentos

¹⁷⁶ M. Stieg – *Origins and development...*, p. 26.

intelectuais apresentados. Por outro lado, a abertura a um certo tipo de ensaísmo mantinha a ideia de pluralismo no periódico alemão que era fonte de prestígio e demonstração de um pendor eclético. Todavia, o ecletismo e o ensaísmo eram subalternos face aos artigos científicos. Sybel, no projecto inaugural apresentado aos investidores do I. G. Cotta sugeriu como trunfo a capitalizar a futura intervenção, através de artigos publicados na *Revista*, de mestres como Ranke, Mommsen ou Droysen. O segundo nome citado participou no primeiro número e apenas reapareceu no trigésimo oitavo, enquanto que os outros dois historiadores primaram pela ausência absoluta. A certa altura, o director do periódico justificou-se em tom de desculpa, alegando que essas lacunas se deviam ao facto de os respectivos autores não se dedicarem à escrita de artigos, ocupando-se com monografias. Todavia, esta fundamentação revelou-se frustrante, dado que os historiadores citados publicaram trabalhos da natureza citada noutras revistas, por eles preferencialmente escolhidas para o efeito, dado que detinham estabilidade e estatuto para proceder a essa selecção, que privilegiava outros periódicos académicos, de temática geral ou específica, ou, alternativamente, publicações de cariz popular. Resulta inegável que o próprio Sybel, para além de procurar angariar colaboradores para a revista que dirigia, procedia ao afastamento de católicos das suas páginas e era indiferente aos historiadores *littéraires*.

Na *Revista de História*, dirigida por Fidelino de Figueiredo, cerca de meio século volvido sobre a criação da publicação alemã em escrutínio, a primazia dirige-se igualmente para a prática científica dos articulistas e a parte bibliográfica encontra-se reunida numa única secção. Na publicação inicialmente dirigida por Sybel, os ensaios de revisão bibliográfica revelaram-se mais estáveis ao longo do tempo do que as publicações ou indicações de fontes primárias – maioritárias numa fase inicial –, demonstrando preocupação com o acompanhamento das novidades e das obras mais actuais, quase todas relativas à História germânica e escritas por autores prussianos. Sybel dirigiu a *Historische Zeitschrift* durante 36 anos e necessitou de afirmar o seu projecto através da escolha e fixação de periódicos congéneres seus concorrentes como rivais. Entre estes contam-se o *Preussische Jahrbucker* e o *Forschungen fur Brandenburgische und Preussische Geschichte*. No primeiro caso, o fundador foi Rudolf Haym. Treitschke aparece entre os colaboradores. Na segunda publicação, a primeira direcção coube a Gustav Schmoller¹⁷⁷. A partir de 1893 surgiu uma nova secção na *Historische Zeitschrift*, dedicada a notícias do quotidiano, tal como meio século depois aconteceu na *Revista de História* de Fidelino de Figueiredo. O periódico prussiano perdeu Sybel em 1895. O seu falecimento obrigou a movimentações na

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 33.

direcção, para a qual Treischke transitou, mas apenas durante um ano, dado que também faleceu. Houve pressões externas para que o seu sucessor também viesse de fora da publicação.

Karl Lamprecht, director do Archiv für Kulturgeschichte, perfilou-se, mas encontrou resistências por parte de antigos assistentes de Sybel, como Meineke, então jovem historiador que não via com bons olhos uma inflexão programática e temática futura, da História política – se, em menor grau, diplomática – para a das ideias e da cultura, portadora de um amplo lastro social. Para este impasse contribuiu a reserva do editor Oldenbourg face a Lamprecht, situação que conduziu a uma aposta em Meineke. Este continuou, sobretudo nos primeiros anos, o legado de Sybel, mantendo, no essencial, o espírito que notabilizara o periódico, e fizera dele um modelo para outras iniciativas editoriais no domínio historiográfico, conferindo-lhe força para resistir a ataques da concorrência. Contudo, progressivamente Meineke foi legitimando uma caminhada no sentido de promover a História da Ideias, que anteriormente criticar. Esta aproximação resultou minoritária e não alterou as linhas gerais da revista, sempre dependente da sombra tutelar do pai fundador. Para Margaret Stieg: «Through all vicissitudes, the Hz has succeeded in maintaining its position as the leading German Historical Periodical. It has made relatively minor adjustments, such as appointing advocates of newer ideas to its editorial board. It has broadened its focus by giving newer forms of history publication space. Indicative of its success, it has continued to contribute to almost every major historiographical controversy; (...). Many things did not need alteration. German history has remained its principal interest, although no longer quite so-all-absorbing, for German history remains the primary interest of the country historians. The years since Sybel's death are in a sense a post-script to the history of the Hz»¹⁷⁸.

A *Historische Zeitschrift* foi seguida por outros periódicos, franceses, ingleses, americanos e italianos. No entender de Margaret Stieg, a publicação prussiana constituiu o eixo irradiador e propulsor das investidas editoriais que se lhe seguiram, dela colhendo o exemplo, prenhe de experiências e iniciativas, portador de prolífera organização interna pronta a ser seguida, discutida, transformada. Na senda destas afirmações convém cruzá-las, confirmá-las, promovendo uma comparação entre periódicos de países diferentes. Em França a *Revue Historique* foi fundada por Monod, estudante treinado na Alemanha e *outsider* entre historiadores franceses. Utilizou a revista para reformar a academia do seu país. Queria formar uma comunidade historiográfica que concedesse base institucional ao periódico. Monod elogiou o

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 38.

contributo da *Historische Zeitschrift* para a unificação alemã e esperava o mesmo do meio de comunicação que criara. A *English Historical Review* foi fundada por um pequeno grupo de intelectuais que partilhava admiração pela academia alemã e pertencia a uma minoria que pretendia fazer-se ouvir e divulgar os seus valores e conhecimentos em Inglaterra. Nos Estados Unidos da América foi criada em 1895 a *American Historical Review* – seguidora da congénere alemã fundada por Sybel – resultante dos esforços congregadores de um grupo de historiadores profissionais unidos, no ano de 1884, em torno da primeira instituição mundial de cariz associativo no que à ciência de Clio diz respeito, denominada American Historical Association. A análise dos periódicos franceses, alemães e ingleses que se seguiram à publicação dirigida por Sybel é relevante para perceber o elevado grau de comprometimento destas iniciativas com o arquétipo conferido pela revista alemã.

O caso francês resulta interessante, dado que, no entender de Alain Corbin, a *Revue Historique* pode ser estudada em contraponto com os *Annales*, uma vez que quando estes apareceram, em 1929, aquela contava cinquenta e três anos. O historiador francês trabalhou o periódico inicialmente dirigido por Monod, acompanhando as actividades da publicação no período correspondente ao seu primeiro centenário. Concretizou, para o efeito, uma bibliografia quantitativa, dispositivo metodológico cujo aparato se distancia, por ser menor, da análise de conteúdos ou de um plano analítico de teor estrutural. Corbin dividiu a revista em quatro períodos de 25 anos. Para os nossos propósitos interessam os dois primeiros, dado que correspondem, respectivamente, aos momentos antecessores do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, e àqueles que coincidem com a vigência desta.

Entre 1876 e 1900, a *Revue Historique* viveu os tempos da sua génese e tentou encontrar o seu caminho, legitimando-o. O surgimento deu-se na sequência da necessidade de responder à derrota francesa na Guerra Franco-prussiana de 1870. O desaire era recente, deixou marcas e feridas nos derrotados que convinha cicatrizar. Por outro lado, à entrada da segunda metade da década de 70, na Historiografia francesa travava-se o debate entre duas linhas: os eruditos e os literários. Convém contribuir para atenuar, ou pelo menos circunscrever os clichés sobre Monod, conforme defende Corbin, para o qual aquela personalidade deve ser encarada a partir das respectivas contradições, ao arrepio de estereótipos mais ou menos estanques. O fundador da *Revue Historique* esteve na Alemanha muito cedo, sofreu a guerra e a derrota mas admirava a filosofia da História da nação, do meio e da raça, compaginando-as com o Romantismo liberal de Michelet. A publicação em análise foi um dos palcos escolhidos para lançar pontes entre eruditos e literários, dado que recebeu, no seu seio, colaboradores detentores dos dois perfis. Pode defender-se a

hipótese segundo a qual Monod era um conciliador, constituindo-se a revista como esforço de concretização dos seus intentos.

O texto que lançou os fundamentos do periódico foi o seu programa, redigido por Monod, e que cumpre analisar para perceber as directrizes que presidiram ao empreendimento e aquilatar o seu efectivo cumprimento. Por vezes, as disposições programáticas não passam de projecções, ou ficam aquém do desejável, no que respeita à materialização dos pressupostos inicialmente configurados.

Anteriormente, em 1866 começara a ser publicada a *Revue Critique d'Histoire et Littérature*, dirigida por Gaston Paris e Paul Meyer, sobretudo alicerçada em bibliografias e recensões críticas de livros, ao arremetimento da publicação de artigos científicos de fundo, portadores de base dissertativa, ensaística, ou, alternativamente, erudita. Trata-se de um projecto essencialmente reactivo, defensivo, ou negativo, que não pugna pela afirmação criativa de ideias próprias, onde a filologia, a arqueologia, e a História partilham protagonismo com a poesia, a teologia e a filosofia. A *Revue Critique* não abdicou, contudo, de exercer uma avaliação prévia dos trabalhos nela publicados, baseada numa arbitragem rigorosa, assente em critérios filológicos de cientificidade. Todavia, a sua vigência permanente foi curta. O periódico manteve-se sem interrupções até 1871 mas não conseguiu implementar uma comunidade de historiadores à sua volta. No mesmo ano da *Revue Critique de Histoire et Littérature* começou a ser dada à estampa a *Revue des Questions Historiques*, que pretendia estudar assuntos do âmbito religioso através do recurso a provas científicas e a um aparato de citações legitimador. Trata-se de um aparente paradoxo, numa temática que gera paixões, empatias e animadversões e que, até então, era encarada em função de crenças e ideologias. Contudo, a revista citada não extirpou do seu seio a subjectividade dos historiadores, compaginando-a com esforços de cientificidade, aliados à implantação do método filológico-crítico de análise documental. A relativa ambiguidade entre os preceitos metodológicos e a defesa de determinada religião concitou tensões difíceis de resolver e não contribuiu para a estabilização de um clima intelectual pacífico, propício à afirmação inequívoca da publicação francesa, envolvida amiúde em polémicas que a afastaram parcialmente da implantação plena da Historiografia científica requerida. Após 1871, a *Revue des Questions Historiques*, ficou sozinha no mercado editorial do seu país no que respeita à Historiografia.

O programa da *Revue Historique* apresenta alternativas a estes pressupostos, ou ao figurino que os representa, e aprofunda os princípios de cientificidade esboçados. Monod e Fagniez lançam um desafio a trabalhadores sérios e ecléticos para participarem no empreendimento, um projecto que pretende ser aberto e unir gerações, a da Segunda e a da Terceira Repúblicas. Naquela pontificam Littré, Taine,

Renan; à segunda pertencem os autores do manifesto. Na introdução ao primeiro número da *Revue Historique*, o seu fundador aliou o interesse científico, plasmado em concretizações do foro metodológico – crítico, à exumação do passado francês, visto como algo dinâmico, permeável a ser utilizado no presente do historiador citado para transformar a sociedade coeva. Convém perceber que, ao contrário da *Historische Zeitschrift*, que surgira para consolidar a existência prévia do ensino universitário da História, a *Revue Historique* ajudou a recriar esse enquadramento, lançando parte das bases do respectivo dispositivo institucional nos moldes pretendidos. Mas, embora pioneiro, o periódico materializou um esforço que teve escassos mas impressionantes antecedentes.

Antes do aparecimento da publicação, e da implantação da Terceira República, o ensino praticado na Sorbonne era essencialmente retórico, direccionado para amplas audiências, sendo o professor um expositor de generalidades, que se comprazia em exhibir um estilo e um aparato formal ricos em efeitos sofisticados, sem incentivar os alunos à investigação ou à crítica de fontes primárias. Na *École Normale Supérieure*, a situação de desinvestimento no trabalho filológico sobre os textos históricos – de seminário ou laboratório – era notória, dado que a principal preocupação vigente – quase exclusiva – era a formação de professores para o ensino secundário. Havia ainda a *École de Chartres*, detentora de espírito científico e de incentivo à erudição orientada, mas que servia apenas para formar paleógrafos ou arquivistas, numa perspectiva essencialmente técnica, avessa a interpretações.

Ainda no decurso do segundo império, o ministro da instrução, Albert Duruy, tentou começar a mudar esta situação, incentivando o estudo e o ensino da História em moldes opostos aos utilizados pelos *littéraires* e criou, em 1868, a *École Pratique des Hautes Etudes*, diferente de tudo o que até então existia no domínio da História e que, por isso, teve dificuldades de implementação, para a qual foram chamados Lavis, Gaston Paris ou Monod. Este último foi para a Alemanha, aprender com mestres na crítica histórica, como Jaffé, em Bona, ou Weitz em Gottingen, de modo a transportar as metodologias aprendidas para a nova escola. Quando regressou, a França fora derrotada na Guerra contra a Prússia, facto que atrasou a consolidação da *École Normale Supérieure*, que teve de esperar pela implementação da Terceira República. No entanto, Monod que tanto apreciara as metodologias historiográficas alemãs, ficou ressentido com a derrota francesa e atribuiu-a, parcialmente, à insuficiência de patriotismo dos seus concidadãos, advogando que este só se conseguiu através do desenvolvimento da consciência histórica do passado, baseada no estudo crítico dos documentos existentes nos arquivos. Pode objectar-se que já em 1815, aquando da imposição do Império, os historiadores do novo regime eram

nacionalistas, como Guizot e Thierry. Havia que recuperar esse espírito no que tange ao orgulho nacional, mas deslocá-lo da prática de uma Historiografia polígrafa, literária, ensaística, para um âmbito erudito e científico¹⁷⁹

Todavia, são lícitas as seguintes questões: Monod colocou em prática um espírito sintético? Em caso afirmativo, a sua tentativa teve êxito? As respostas a estas interrogações são complexas, admitem margem larga de ambiguidade e devem procurar-se através da estabilização de uma parte da biografia do historiador francês. No entender de Alain Corbin, Monod era sobretudo um erudito que pugnava pela objectividade e imparcialidade, associadas ao apuramento de factos positivos, sem descurar hipóteses e sínteses, mas apenas aplicáveis ao estudo realizado por historiadores do passado e do futuro, deixando de fora os do presente. O fundador da *Revue Historique* revelava simpatia pelos seus objectos de estudo, mas preferia o exercício da micrografia histórica de modo a evitar a intromissão de anacronismos, considerados indesejáveis obstáculos a evitar. A *Revue Historique* pode ter sido permeável, em doses diversas, aos ecos da disciplina prussiana, à visão de Mme de Stael sobre a Alemanha e ao determinismo social. No primeiro período da publicação é natural que os factos militares, as lutas comerciais ou os conflitos imperialistas tenham recebido atenção especial e sido alvo de tratamento temático.

Entre 1901 e 1925, a revista francesa viveu uma fase de estabilidade e de enraizamento dos seus propósitos. Até morrer, em 1912, Monod dirigiu a publicação. Em 1909 voltou a escrever uma declaração de intenções, na qual reiterou o interesse pelo lançamento de hipóteses no trabalho do historiador. Todavia, tal empenhamento foi essencialmente retórico, dado que, desde 1876, o espírito do director se encontrava mais dirigido para a erudição e a concentração nos factos. De tal modo que essa tendência criou escola nas páginas da *Revue Historique*, a escola metódica. Monod criou o periódico para nele reforçar o ideário e as directrizes de ensino praticados na *École Pratique des Hautes Études*, da qual era docente. Fagniez, Pfister e Bémont foram seus alunos e, posteriormente, colaboradores no projecto editorial, que passaram a dirigir após 1912. Os continuadores e discípulos de Monod eram parcos em afirmações ou reflexões teóricas explícitas, mas endureceram uma linha historiográfica assente no apuramento de factos positivos, reforçando-a e sublinhando-a. Para Margaret Stieg, Monod tinha uma mundividência mais aberta e cosmopolita do

¹⁷⁹ Sobre os primórdios da profissionalização do ensino e da investigação em História, ver o muito documentado e circunstanciado trabalho já clássico de: William R. Keylor – *Academy and community: the foundation of french historical profession*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1975, p. 19 - 54.

alguns dos seus colaboradores, como Fagniez, católico e paleógrafo de profissão que seguiu com proficiência a lição do mestre, emulando-a¹⁸⁰.

Todavia, pode irromper uma questão sob a forma de problema. Os conteúdos da *Revue Historique* reflectem a personalidade dos directores e as ideias passadas, ou acompanham a evolução sócio – cultural das primeiras duas décadas do século XX? Parece efectivar-se um trânsito entre as duas realidades, com prevalência da primeira perspectiva, permeável embora à influência crescente da segunda, multimoda e difícil de medir. Para cumprir tal desiderato, convém perceber a relevância do debate entre a História e a Sociologia – encetado em 1903 – nas páginas da *Revue Historique*, bem como descortinar a importância nela da síntese ou da Geografia Histórica e de nomes como Durkheim, Berr, Vidal de la Blache ou Lavissee. O primeiro fundou, em 1897, a Revista, *L'Année Sociologique*; o segundo, publicou, em 1903, o primeiro número da *Revue de Synthese Historique* – que será alvo de atenção mais adiante –; o terceiro deu à estampa, em 1903, o *Tableau de Geographie de la France*, enquanto o derradeiro autor citado realizou, no mesmo ano, uma Introdução à *História de França*.

O quadro exposto teve influência nas orientações e disposições temáticas e de conteúdos patentes durante a segunda fase da *Revue Historique*, implicando a combinação das seguintes características: Assistiu-se a uma crescente diminuição de biografias históricas, associada ao incremento do estudo dos factos sociais e da morfologia social; por outro lado, consolidou-se o alargamento do espectro temporal dos artigos, aliado ao investimento nítido nas *metodologias; balanços e estados da questão*, sem esquecer o impulso conferido à História Local, à psicologia dos povos. Em 1911, fora da *Revue Historique*, mas talvez com impacto nela, Eduard Fueter defendeu e observou o recuo do eurocentrismo e o desenvolvimento do Japão e dos Estados – Unidos e não se coibiu de anunciar a crescente relevância da História económica, mais liberal do que materialista. As introduções à *American Historical Review* e à *English Historical Review*, de 1886, são na aparência similares ao texto de *Monod* já analisado, mas uma consideração mais específica de cada uma permite detectar necessidades, interesses e enquadramentos diversos.

No que respeita ao contexto de aparecimento, a *English Historical Review* surgiu em torno de um anta, realizado em 8 de Julho de 1885, promovido por James Bryce para ao qual convidou, entre outros, Lord Acton. Formou-se um grupo coeso, interessado em responder às necessidades sentidas pelos historiadores de circunscrever e entender as actividades intelectuais desenvolvidas pelos cultores de Clio. Todavia, este propósito era demasiado genérico e continuou difuso quando foi

¹⁸⁰ M. Stieg – *Origins and development...*, p. 46.

passado a escrito enquanto objectivo da publicação que estava a iniciar-se. Esta situação deriva do atraso inglês face à Alemanha na formalização e institucionalização universitária dos saberes. A primeira Cadeira, à qual correspondia o Título de *Regius Professor of Modern History*, fora criada em 1724, em Oxford e Cambridge, mas permaneceu quase isolada até meados do século XIX. Os raros universitários que ocuparam o cargo até então estavam ligados à literatura e não evidenciavam interesses historiográficos. O caso do poeta Thomas Grey, em Cambridge é disso exemplo elucidativo. Este quadro modificou-se, parcialmente, pela actividade de Thomas Grey em Oxford que se tornou titular da cátedra referida em 1841, mas morreu um ano depois. Em 1850 foi instituída a *School of Law and Modern History*, agregando a História ao Direito. Todavia, em 1871, concretizou-se a separação, autonomizando-se de novo o domínio de Clio, ao qual foi consagrado um gabinete de estudos, no ano seguinte, e um Departamento em 1882. Este processo foi moroso e baseado em esforços circunscritos a Oxford e, mais tardiamente, a Cambridge onde a disciplina de História apenas começou a atingir a projecção da sua congénere em 1895, nove anos volvidos sobre a fundação da *English Historical Review*, e, certamente, influenciada pela actividade do periódico. As publicações que a precederam não contribuíram para a institucionalização da disciplina de História. A *Revista Transactions, da Royal Historical Society* comprova essa realidade, insistindo em acolher abordagens amadoras. Paralelamente, periódicos nacionalistas, essencialmente literários e dotados de natureza e influência política, obtinham maior êxito editorial. Disso são exemplo a *Edinburgh Review* e a *Quarterly Review*, cujos colaboradores estavam muitas vezes próximos do Parlamento, influenciando as respectivas decisões, nelas participando em várias ocasiões. Por outro lado, esses intelectuais visavam aumentar ou preservar – conforme os casos – o seu prestígio no campo literário, ao qual pertenciam.

Na *English Historical Review*, os autores que faziam parte do periódico eram os menos profissionalizados, coincidindo, não raro, na mesma personalidade, o amadorismo com a vontade de profissionalização. Todavia, o episódio do repasto fundador ante-citado foi apenas um epifenómeno que funcionou como corolário de um longo processo – que durou duas décadas – de maturação da ideia de criação do periódico, estudado por Doris Goldstein em 1986, no seu artigo intitulado *The Origins and the early years of the English Historical Review*¹⁸¹

A historiadora britânica considerou que os primórdios da publicação eram bem conhecidos, mas faltava analisar a correspondência mantida entre as personalidades

¹⁸¹ Doris Goldstein – The origins and the early years of the English historical review. In *English Historical Review*, vol. 101. London: Longman Company Limited, 1986, pp. 6-19.

que estiveram na génese do periódico e nele colaboraram desde o princípio. Entre 1867-1870, James Bryce e A.W. Ward negociaram com o editor Macmillan a criação de um projecto editorial dirigido por Green, mas este ficou doente e impossibilitado de assumir o cargo.

No início dos anos 70, os mesmos protagonistas não desistiram e tentaram angariar colaboradores ou editores em Cambridge. Para atingir tal desiderato consultaram Sadgwick, que procurou dissuadi-los, dado que depositava reduzidas esperanças no pessoal daquela escola britânica e na respectiva sustentabilidade financeira. Em 1876, Green confirmou a sua indisponibilidade e admitiu a falência das tentativas anteriores no sentido de criar uma Revista. A correspondência entre personalidades britânicas não sinaliza novas investidas até 1883, ano no qual Bryce informou E. A. Freeman do recomeço do projecto proposto para Cambridge em Outubro e sondou-o, de forma a obter dele colaboração, mas não aludiu à questão da direcção do futuro periódico. Este plano fracassou, dado que o Sindicato de Imprensa receava perdas financeiras. No dealbar de 1885, Bryce foi convidado para liderar a empreitada mas recusou, ao contrário de Creighton que, em seguida, aceitou. Reginald Pool tornou-se seu vice. O director procurou nova editora, a Logman, à qual estava prévia e contratualmente ligado, dado que escrevera textos para essa casa integrados numa colecção dedicada à História de Inglaterra, da qual um dos volumes fora escrito por York Powell, outro colaborador da futura revista, mas detentor de papel menor na respectiva implantação, embora tenha sido uma das personalidades reunidas por Bryce para discutir o periódico. Depois de ter sido avisado por Creighton, em meados de 1885, da aceitação da direcção da *English Historical Review*, Lord Acton começou a envolver-se nela a partir de Julho, encetando correspondência com o líder da publicação dois dias antes da reunião sugerida e organizada por Bryce.

Acton combinou com Creighton colaborar com a revista desde o primeiro número, indicando nomes de possíveis colaboradores, listas de livros, e realizando um inquérito sobre a política editorial que desejava ver implementada. O director quis implicar o aristocrata mais directamente na linha a seguir, mas este tergiversou e propôs-se contribuir com algo menos doutrinário, didáctico ou assertivo, remetendo-se para a realização de uma recensão crítica à obra de F. X. Von Wegele sobre *História da Historiografia alemã*. Este esforço intelectual revela a postura cautelosa do seu autor, que não queria tomar partido na querela entre Cambridge e Oxford, mantendo prudente equidistância, posição que também fora apanágio de Stubbs, que sempre se manteve alheio à *English Historical Review*. Acton esquivou-se a redigir um manifesto, com medo de ser ridicularizado, e encontrou uma forma alternativa mais cómoda e menos arriscada para transmitir o seu ponto de vista teórico acerca da

Historiografia. Creighton, embora contrariado, aceitou esta situação e acabou por ser Bryce o escritor de uma nota prefacial de teor doutrinário.

No entanto, o director do periódico contornou as dificuldades e os obstáculos com que o confrontaram, insistindo em transformar Acton na principal referência intelectual da publicação, conferindo-lhe o estatuto de patrono da instituição e incumbindo-o da função de crítico e conselheiro editorial. O aristocrata aceitou essa honra, com orgulho e de bom grado, e de pronto analisou o primeiro número da Revista, tendo tornado públicas as suas considerações. Desde logo, situou o periódico numa posição intermédia face à *Historische Zeitschrift* e à *Revue Historique*, augurando que no futuro seria melhor do que ambas. Apresentou, em seguida, as vantagens distintivas da publicação britânica, dado que, ao contrário daquelas com as quais se comparava, não era insular, nem se circunscrevia apenas a alguns temas específicos, eximindo-se a seguir uma linha ideológica secreta. A secção de artigos foi encarada semelhante às patentes nas congéneres estrangeiras enunciadas.

Acton apreciava a secção de notas e documentos mas entendia que o andamento dedicado à revisão de revistas poderia melhorar. Creighton agradeceu as críticas embora defendesse uma posição menos insular e considerasse relevante o esforço cosmopolita que a *English Historical Review* estava a desenvolver, incentivando o lançamento de uma nova geração de intelectuais, ao arrepio das indicações do historiador aristocrata que preferia os eruditos mais antigos. De qualquer forma, o director da Revista revelou apreço pelos reparos do mentor do periódico e entendeu as escusas deste no sentido de se eximir a participar mais activamente no segundo número, mantendo o seu papel de conselheiro do periódico. Em meados/finais de 1886, Bryce, concertado com o líder do projecto, tentou angariar colaboradores e assinaturas de proveniência americana, persuadindo o livreiro Justin Winsor a associar-se à iniciativa; o editor anuiu, mas confrontou-se com a escassa implantação da *English Historical Review*, devido à reduzida comunidade de historiadores americanos. Este quadro colocou a Revista numa situação financeira periclitante. Perante os cofres vazios era necessário reagir. Creighton e Bryce divergiram nas soluções apresentadas.

Enquanto o primeiro queria continuar a dirigir o periódico a um público especializado, o segundo optou pelo incentivo ao respectivo alargamento. O líder da revista cedeu e procurou associar-se a Gladstone. Todavia, o número de leitores e assinantes não crescia, obrigando a uma subscrição extraordinária, incentivada por nova campanha, que nada resolveu. Este inêxito forçou Creighton a voltar à sua posição de origem, favorável à especialização, dando disso conta e prova em carta dirigida a Longman, profissional da edição. Em 1890, a opção pela cientificidade mais

estrita vingou, lenta mas eficazmente e, nesse ano, o director da Revista resignou ao seu cargo, dado que recebera um convite – que aceitou – para ingressar na Universidade de Petersburgh. No seu lugar ficou Gardiner como director da *English Historical Review*, assessorado por Reginald Poole – o preferido de Creighton, que possuía reservas face ao seu sucessor –, ao qual coube o essencial do trabalho, mas que não se sentia confortável numa hipotética posição de liderança. Acton também revelou reservas relativamente ao novo líder, mas a acção editorial de Gardiner terá sido mais atenta, próxima e analítica do que parecera à primeira vista. Todavia, Poole era mais elogiado pelas figuras proeminentes do periódico.

Como corolário destes elogios, e apesar da sua modéstia, Poole acabou por assumir a direcção do projecto entre 1901 e 1920. Nesse intervalo de tempo Poole concorrera a um lugar na Universidade de Dixie mas perdeu. Com a sua actividade redactorial concluiu-se a fase de formação da *English Historical Review*, durante a qual foi liderada por Creighton, Gardiner e Poole, tendo funcionado durante esses 35 anos essencialmente enquanto plataforma de treino dos mais jovens, favorecendo a comunicação entre eles e a construção de uma comunidade científica, embora no tempo do primeiro director a *Revista* não se tenha assumido tanto como catalisadora da universitarização dos saberes.

Tem cabimento o balanço efectuado por Doris Goldstein: «During the editorships of Creighton, Gardiner and Poole, the Review was in effect what Creighton called a training ground for young historians. It set standards for the quality of historical work, and hence supplemented the meager Professional training available to inspiring historians at the universities. Conversely, publication in the review became a certificate to the Professional competence of the neophyte. The editorial offices of the Review also acted as an informal clearing house through which scholars were put in touch with each other, thus engendering networks of communication among fellow workers. This was especially due to Poole, whose years in he review had put him into contact with a large number of British Foreign Historians. Finally, the Review gave tangible expression to the notion of a community of historians, united by shared scholarly attitudes and aims. In so doing, it helped to establish the Professional historians as a significant force within British society»¹⁸².

Entretanto, entre a *Revue Historique* e a *English Historical Review*, começou a publicar-se, em Itália, a partir de 1884, a *Rivista Storica* que, ao contrário das congéneres ante-citadas não foi fundada na capital, estando as suas origens ligadas a Turim, cidade que, na viragem do século XIX para o seguinte, possuía uma especificidade que a diferenciava, dado que nela florescia a actividade editorial relativa

¹⁸² *Ibid.*, p. 199.

a revistas de História. Essa circunstância deveu-se à conjugação de diversos factores rastreados num estudo de Edoardo Tortarolo, no qual se debruçou sobre aquele periódico transalpino, afirmando que em Turim o rigor documental e a seriedade interpretativa eram comuns aos diversos projectos realizados no domínio da investigação universitária, sendo estes tributários e produto de tensões sociais no seio da universidade.

A *Rivista Filologica i D'istruzione*, criada em 1872, e o *Giornale Storico*, de 1883, precederam a *Rivista Storica* e, de algum modo, criaram condições para o seu aparecimento, fornecendo-lhe exemplos de conduta editorial, que esta replicou sem tibiezas, centrando-se na publicação e análise de documentos históricos, editando-os de modo impecável, e fazendo jus à respectiva fecundidade. Por outro lado, do ponto de vista cognitivo, o pendor analítico sobrepunha-se, no periódico, à inclinação para a síntese, desejada mas temida, e, por isso subalternizada. Conforme afirma Tortarolo: «A differenza infatti di altri situazione italiane, Torino presenta una ricca e robusta tradizione di riviste storiche di impronta universitaria, riflesso quindi dello sforzo di rigore documentario e serietà interpretativa che presiede all'attività in particolare della facoltà di lettere al passaggio tra 800 e 900, ma anche riflesso delle scelte e delle tensioni interne allà facoltà chè inevitabilmente si scaricavano con forza nella viat interna delle riviste. Il contesto universitario è evidente nella fase fondativa delle riviste torinesi scientifiche: non solo la Rivista Storica italiana fu fondata nel 1884, ma la rivista di filologia i d'istruzione clássica era stata iniziata nel 1872 e il Giornale storico della letteratura italiana nel 1883. (...) Un assonanza legava gli editoriali del Giornale storico della letteratura italiana e della Rivista Storica Italiana, indicativa della forza esercitata dal modello di quello che era definito il método storico, com la sua concentrazione sul documento e sulla fecondità di una sua edizione impeccabile... prima di avventurarsi nella temuta e ambita sintesi interpretativa»¹⁸³.

Do ponto de vista metodológico, a *Rivista Storica* não se distanciou do método histórico propugnado pelas principais revistas alemãs e francesas. Todavia, a originalidade do periódico transalpino face às revistas congéneres italianas parece situar-se na sua vocação cosmopolita, centrada na recolha e publicação de trabalhos históricos provenientes de França, Alemanha e Inglaterra, sem abdicar da reflexão sobre a História do próprio país. Na opinião de Edoardo Tortarolo: «Ma in particolare la Rivista Storica Italiana aveva sin dall'inizio una vocazione cosmopolitica (...)»¹⁸⁴.

No entender do historiador transalpino, foi com a direcção de Carlo Cipola, ilustre cultor de Clio veneziano, que o periódico em análise assumiu claramente uma

¹⁸³ Edoardo Tortarolo – *Le riviste storiche...*

¹⁸⁴ *Ibid.*

dimensão essencialmente erudita, crítica e filológica, sem esquecer o ímpeto de internacionalização que o guiava, mas fazendo ganhar corpo uma profissionalização assente na defesa intransigente do método histórico. Esta identidade compreende-se dado que o citado director trouxe consigo para Turim toda a experiência acumulada na liderança do Archivio Veneto. Acresce que o congresso de Ciências Históricas publicado em 1885 na citada *Rivista Storica* confirmou a tendência historiográfica nela dominante, reforçando a necessidade de juntar contributos bibliográfico aos dos eruditos, sobretudo dedicados à História pátria. Com Rinaudo na direcção daquele periódico (como sucessor de Cippola e Laudo), o respectivo cariz nacionalista acentuou-se, transformando-se a Revista num órgão bibliográfico *tout court*, eliminando-se a secção de *Memórias*.

Nos Estados Unidos da América, o processo de Institucionalização da História como disciplina e profissão, bem como a afirmação das revistas de História, materializou-se de modo bem diverso, mais conforme ao exemplo alemão, acrescido de uma novidade. Em 1884 foi criada a *American Historical Association*, tal como o nome indica uma associação de Historiadores, que deu origem, em 1895, à *American Historical Review*, centrada na crítica de fontes, situação que muito deve ao facto de alguns dos seus fundadores e primeiros colaboradores terem sido treinados nesses procedimentos em solo germânico. Nos Estados Unidos, o aparecimento de uma publicação dedicada a Clio foi precedido pelo florescimento desta área do saber nas Universidades. Do ponto de vista temático, o periódico americano acompanha a tendência dos seus congéneres europeus, Alemães, franceses e Ingleses. Predomina em todos, nos primeiros anos, a História política e, em menor grau, diplomática. Todavia, na revista americana comparece desde logo, a História Social, marcando impressivamente uma originalidade relativamente à produção editorial dos outros países citados. Por outro lado, se na Europa prevalece a História nacional, escrita por historiadores nascidos na Alemanha, França e Inglaterra, na *American Historical Review*, os cultores de Clio, maioritariamente americanos, dividem-se entre a História Americana e a do Velho Continente, e, dentro deste, privilegiam a História da antiga colonizadora, a Inglaterra. A História de outros continentes quase não marca presença em nenhuma das publicações referidas.

No que respeita à organização das revistas, a secção de artigos é sempre dominante no panorama internacional, dado que este tipo de textos enquadra e impulsiona a procura da cientificidade. A média da extensão de trabalhos afins é de vinte páginas em todas as revistas, à excepção da *Revue Historique*, na qual há uma duplicação desse número. Quanto aos critérios editoriais na publicação de artigos são semelhantes nos periódicos referidos, mas existe uma vigilância e zelo mais apertados

na *American Historical Review*, na qual o grau de formalização respectiva é maior. Tal situação torna-se patente numa circular que reserva espaço considerável a esta matéria. Assim, nos primeiros anos da *Revista*, os artigos seleccionados eram aqueles sobre os quais tivesse incidido uma investigação científica rigorosa – plasmada na escolha, classificação e crítica de fontes primárias –, associada à originalidade dos assuntos versados e ao apuro formal, literário e estilístico na respectiva exposição. Pelo contrário, os trabalhos considerados mais amadores, digressivos ou prolixos – eventualmente portadores de menor irrepreensibilidade retórica – eram afastados.

Margaret Stieg procedeu a uma comparação entre a *Revue Historique*, a *English Historical Review* e a *American Historical Review*, tendo concluído que em todas houve uma apropriação e domesticação do modelo alemão, conferido pela *Historisch Zeitschrift*. Para consubstanciar esta ideia, a autora americana percorreu o itinerário comparativo que temos vindo a apresentar mitigado e centrado em cada uma das iniciativas editoriais, encaradas, em primeira instância, individualmente. No que respeita à Secção de Bibliografia, constitui, em todas as revistas referidas um espaço fundamental de apresentação do labor científico dos historiadores e da sua certificação perante e pelos colegas, criando-se e fortalecendo-se um espírito gregário, propício à criação de comunidades, unidas nos objectivos e propósitos. A *English Historical Review* era uma excepção no que tange à publicação maioritária de fontes primárias e manuscritas na secção citada, enquanto a *Revue Historique* ou a *American Historical Review* privilegiavam monografias.

No que respeita ao foco de abordagem, existia nas três publicações uma preocupação inicial e retórica com a abertura a públicos alargados e não académicos, mas a prática historiográfica contrariou, em todas, esses pressupostos, impondo um perfil especializado aos colaboradores e respectivos trabalhos. Este quadro cumpriu-se de tal forma que, embora nenhuma das iniciativas editoriais tenha dado origem a uma escola, não deixa de ser claro que havia uma preocupação comum com o rastreio, selecção e crítica de fontes e factos e uma partilha da objectividade como desígnio ou preceito a cumprir, sendo a imparcialidade um ideal, sempre utópico e inatingido ou inatingível. A *Revue Historique* proclamava-o, mas revelou-se, na sua primeira fase, intrinsecamente republicana e protestante, dado que o anticlericalismo dos políticos promotores da Terceira República se dirigia sobretudo aos Católicos, utilizando os membros das Igrejas Reformadas como aliados.

Quanto à forma de Gestão, nos primeiros anos, as três revistas citadas dependiam da energia criativa dos seus primeiros directores, seguindo, uma vez mais o exemplo germânico, no qual Sybel era sobretudo um organizador e catalisador das actividades a desenvolver. Em França, Monod também tinha assistentes, mas

desenhava a execução chamando-a a si. O mesmo aconteceu com Creighton na Inglaterra e Jameson nos Estados Unidos. O inglês era assistido por Pool, que não tomou plenamente o seu lugar após a morte do referido director, cujo papel veio a ser posterior e efectivamente desempenhado por Green. O financiamento das publicações dependia de editoras e de mecenas individuais, estes últimos escassos e episódicos, sobretudo na *English Historical Review* e na *Revue Historique*. Na direcção da primeira, Craighton e a editora Langmans resolveram concertar, no segundo ano, a redução das tiragens, dado que as vendas do primeiro número foram mais baixas do que o esperado, registando-se escassa procura por parte do público em geral, dado que se tratava de um periódico especializado. Na sequência deste contexto Creighton concordou com uma redução do seu ordenado. Nesta matéria, a *American Historical Review* obteve suportes mais estruturados, fruto da sua maior e mais persistente profissionalização. Era financeiramente apoiada pela instituição promotora, a *American Historical Association* e pelo Instituto Carnegie. Em 1915, alguns colaboradores revoltaram-se, acusando a casa editora Macmillan e alguns responsáveis da Revista por má gestão dos fundos provindos das instituições criadas e do *Bureau of Historical Research*.

Em 1900, num contexto diverso daquele em que se desenvolveu a *Revue Historique*, foi publicado o primeiro número da *Revue de Synthèse Historique*. A nota introdutória do periódico intitula-se *Sur Notre Programme* e foi escrita pelo director da publicação. Nela, Henri Berr começa por referir a necessidade do surgimento deste meio de comunicação, comprovada pela resposta favorável do público, que manifestou curiosidade pela *Revista* e acolhimento pela ideia que esteve na base do empreendimento. Ainda no primeiro parágrafo do seu texto, o intelectual francês preocupa-se menos em apresentar os pontos fulcrais do seu programa do que com a desmontagem de preconceitos sobre a empresa que tem em mãos. Esta atitude demonstra a consciência da existência de um espaço público prévio no que tange à Historiografia francesa, portador de ideias diversas, perspectivas e metodologias diferentes: «*il ne s'agit donc pas ici de développer un programme dont l'intérêt est sans doute évident: on voudrait plutôt répondre a quelques objections qu'on connait et qu'on pressent (...)*»¹⁸⁵.

Sem nomear num primeiro momento os seus adversários – tarefa que deixa para um momento posterior do escrito em análise –, Berr alude à sua respectiva existência, e propõe-se antecipar as críticas deles, ensaiando uma *via negativa* na apresentação das suas propostas. Convém lembrar que o director da *Revue de Synthèse* não nascera num grande centro universitário como Paris, era oriundo de Lunéville na

¹⁸⁵ Henri Berr – *Sur notre programme*

Lorena, região que tinha estado envolvida na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), passando, na sequência da derrota francesa, para o domínio alemão. Na última data referida, Berr tinha 8 anos e nele começava a ferver um sentimento antigermânico. Os seus pais eram comerciantes judaicos e colocaram-no a estudar num colégio local. Finda essa etapa, foi para Paris, onde frequentou o Liceu Charles Magne. Aí obteve um diploma em retórica, que lhe permitiu o ingresso na *École Normale Supérieure* em 1881, instituição na qual teve como professores e influências Fustel de Coulanges e Émile Boutroux, que muito o inspirou quando decidiu dedicar-se à questão da síntese, na Historiografia e nas ciências em geral. Depois da licenciatura, deu aulas em diversos liceus de Tours, Douai e Sceaux, regressando em seguida a Paris, tendo leccionado nos Liceus Louis le Grand, Buffon e Henri IV, onde se encontrava no ano de lançamento da *Revue de Synthèse Historique*, a ensinar literatura¹⁸⁶.

Este breve excurso pela formação e pelos primeiros anos da carreira de Henri Berr é relevante, na medida em que nos confirma uma trajectória paralela aos circuitos universitários, mas sem trilhar os respectivos caminhos. O periódico em análise teve uma gestação semelhante, testemunhando a forte influência do seu director nas linhas programáticas estabelecidas e seguidas. O segundo e terceiro parágrafos de *Notre Programme* alinham os putativos reparos que Berr imagina saídos das cabeças dos alegados críticos que convoca. A primeira objecção da qual o intelectual francês se defende diz respeito ao carácter demasiado abrangente, supostamente vago, disperso e difuso de uma revista dedicada à síntese. Ora, o autor encara-a como atitude, disposição mental, um método de sondagem das metodologias específicas de cada ciência. No momento em que escreve a introdução à sua revista, Berr tenta afastá-la do puro sectarismo panfletário associável a dogmatismos doutrinários e parece deixar subentendido que construir uma doutrina é abrir-se a imprevistos, circunstâncias indeterminadas, influências várias. Interessa-lhe desenvolver, através da síntese, uma epistemologia das ciências que vá para além da História, e não se lhe limite, albergando a interdisciplinaridade e um princípio segundo o qual, para que algo se concretize, ou obtenha tradução empírica, tem que ser previamente pensado, ajustando-se esse pensamento ao contexto no qual se implica e materializa, tornando-se permeável a revisões que atestem a revisibilidade e reversibilidade do processo de conhecimento.

¹⁸⁶ Sobre este trajecto intelectual ver: Matthew D. Cole – *The Idea of Historical Synthesis. Henri Berr and the relationship between History and Sociology in France at the beginning of The Twentieth Century*, Sheffield, University of Sheffield, [s/d], maxime pp.3-4; Martin Siegel– *Henri Berr et la revue de synthèse historique*. In *Au Berceau des Annales, le milieu strasbourgeois, l'histoire en France au début du XX siècle*, dir. Charles-Olivier Carbonell e Georges Livet. Toulouse: Presses de l'Institut d'Études Politiques de Toulouse, 1979, pp. 205-218.

A primeira metáfora que Berr utiliza no seu texto é tomada de empréstimo das ciências naturais e, dentro destas, do evolucionismo, que o autor encara com reservas se degenerar para quaisquer determinismos, aproveitando a respectiva vertente que acolhe o carácter relativo e historicamente circunscrito da actividade cognoscente: «Notre programme est vaste, certains diront démesuré.– Il a semblé bon d'indiquer largement tout ce que pouvait embrasser une revue de synthèse historique. Parmi les germes vivants, il n'y en a jamais qu'un petit nombre qui croissent. Parmi les idées, il s'opère d'une sélection inévitable: et il faut qu'un programme soit trop riche pour l'être assez. C'est par le développement de la Revue qu'on verra ce qui est destiné à prospérer et ce qui n'a point à l'avenir. Rien ici de rigide, mais la souplesse même de la vie: il est possible que l'intérêt de tel partie du programme s'épuise à un moment donné, que tel genre d'articles fasse place à tel autre d'abord négligé»¹⁸⁷.

A *Revue de Synthèse* é encarada pelo seu director como um ser vivo, dotado de autonomia, em relação permanente com o meio. Esta ligação com a vida e os respectivos valores é promovida em primeira instância pela História, enquanto catalisadora da organização das outras ciências, devido à solidariedade entre tempos históricos requerida. Na sua leitura sobre o trabalho de Berr, Iara Schiavinatto afirma: «este artigo se volta para uma obra pouco lida, mas que assentou vários dos parâmetros da Historiografia francesa do século XX: o pensamento de Berr. O texto se detém no problema específico de como se processou a virada do século XIX e o fim da década de 20, com a publicação dos *Annales*, uma noção de História enquanto uma disciplina que conhece e organiza o passado, correlaciona sistematicamente o passado e o presente, criando aí uma equivalência e analogia com a vida. Pois a História foi, pouco a pouco, igualando-se à vida, passando a participar de um mesmo princípio e a ser feita da mesma matéria. Assim, a História transcenderia a si mesma ao buscar um sistema de valores mais sólido e universal, encarnado pela noção de vida»¹⁸⁸.

Na *Revista de História* dirigida por Fidelino de Figueiredo – que constitui o objecto central deste estudo, desenvolvido nos capítulos seguintes – esta ligação à vida cumpre-se através da secção dedicada ao quotidiano cultural coevo, mas também comparece no andamento relativo aos artigos, mormente quando os respectivos autores se referem ao momento social e político seu contemporâneo. Na publicação que constitui o veículo comunicacional da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, os trabalhos de natureza e temática teórica são mais frequentes nos primeiros anos, glosando, talvez de modo involuntário, a

¹⁸⁷ H. Berr – Sur notre programme..., p. 1

¹⁸⁸ Iara Schiavinatto – Henri Berr: a história como vida e valor. In *Revista Brasileira de História*, vol. 13, n.ºs 25/26. S. Paulo: UNESP, 1992/1993, p.105

tendência anteriormente verificada na *Revue de Synthèse*, e projectada na nota sobre o respectivo programa: «Les études théoriques seront peut-être nombreuses au début: à moins de redites, c'est une veine qui ne saurait tarder à s'appauvrir. Et, d'ailleurs, il ne faut pas que le mot de Théorie donne des inquiétudes: il n'appelle pas nécessairement, il n'appelle absolument pas ici des considérations vagues, trop générales, émises par des penseurs qui n'aient aucune pratique de l'histoire. On voudrait surtout avoir, et on compte obtenir, une série d'articles sur la méthode des diverses sciences historiques. Faire ressortir ce qu'il y a de propre et ce qu'il y a de commun à l'histoire politique, à l'histoire économique, à l'histoire des religions, à celle de la philosophie, des sciences, de la littérature et des arts: recueillir les résultats de l'expérience, les réflexions d'esprits distingués qui se sont appliqués avec succès à tel ou telle partie de l'histoire; amener les philosophes à préciser une section importante de la logique des sciences qui, même dans les meilleurs traités, est encore vague et imparfaite(...). Il ne paraît pas qu'une science soit dans de meilleures conditions pour être abandonnée à la routine et à l'empirisme. Et si la théorie, en général, ne fait guère que se consacrer la pratique, la préoccupation d'aboutir à la théorie peut faire accomplir à la pratique des progrès»¹⁸⁹.

A *Revue de Synthèse Historique* retoma, no seu nome, e na atitude que lhe corresponde, certos pressupostos que, dois anos antes da publicação da nota sobre o programa do periódico constituíram, em 1898, a tese de doutoramento do seu director: «En 1898, il avait obtenu un doctorat à l'université de Paris avec la thèse, *L'avenir de la philosophie: esquisse d'une synthèse de la connaissance historique. Cette étude du problème de la synthèse historique dans la pensée philosophique était dédiée à son maître Emile Boutroux. L'une des sources principales de cette thèse était, sans doute la critique neo – Kantienne du positivisme régnant vers la fin du XIX ième siècle. Comme Boutroux, Berr voudrait éliminer la separation mesquine entre les disciplines scientifiques et la philosophie. Il affirmait que la spécialisation croissante des historiens et des sociologues se modifierait par la création d'une science comprehensive de l'histoire, discipline maitrisée qu'on appelle «la synthese Historique»*¹⁹⁰.

Esta ciência compreensiva da História concita uma atitude filosófica permanente e dinamiza uma relação de estreitamento de distância e de crescente cumplicidade entre a História e a sociologia, em rota de colisão desde finais do século XIX, sobressaindo um clima de tensão entre as duas ciências. A reflexão de Berr decorre da sua sensibilidade face ao seu contexto epocal. Este filósofo move-se no seio da Ciência de Clio e a *Revue de Synthèse* é o veículo privilegiado da concretização desse

¹⁸⁹ H. Berr – Sur notre programme..., p. 2.

¹⁹⁰ *Ibid.*

movimento, numa altura em que nem o doutoramento abria, ao seu autor, as portas de acesso ao ensino universitário. Mas o filósofo não desistiu e o periódico é uma prova da sua persistente resistência e um meio de contornar essas dificuldades, fazendo-se ouvir. Os historiadores da *École Normale Supérieure* e da Sorbonne continuavam a praticar uma Historiografia erudita, baseada na análise minuciosa de documentos. No mesmo ano da realização do doutoramento de Berr foi dada à estampa a *Introduction aux études Historiques*, da autoria dos docentes universitários Langlois e Seignobos, que assim marcaram diferenças face aos sociólogos, reagindo também, provavelmente, ao trabalho do director da *Revue de Synthèse Historique*. Este, sem os nomear no imediato, sentiu a necessidade de responder aos possíveis detractores, reafirmando na nota sobre o programa da publicação, a necessidade de não desprezar a teoria, desde que esta se não desligasse da prática e não resultasse num exercício estéril ou numa escatologia ou teologia da História, na qual esta era encarada como ciência que decalca e procura as leis da natureza. Langlois e Seignobos consideravam que a História não deveria degenerar numa filosofia da História com as características citadas. Para evitar confusões Berr defende-se, evita este termo e chama teoria ao seu esforço.

Aliás, o autor não opera uma fusão entre História e sociologia e advoga a Psicologia como parceira preferencial da ciência de Clio: «Plus que la partie théorique du programme, celle de psychologie historique semble destinée à s'enrichir peu à peu. Les articles, sur ce point, en appelleront d'autres. Aboutir, en histoire, à la psychologie, voila ce qui est tout à fait nécessaire mais qui est, infiniment délicat. Cette revue, en provoquant les travaux de ce genre ne va eut pas dissimuler les difficultés: El ne tient pas à encourager des fantaisies que n'ont rien à voir avec la science. Elle voudrait amener à la synthèse les recherches solides de érudition (...):elle souhaite donc d'obtenir des essais de psychologie historique – mais précis, et pour cela méthodiques et restreints»¹⁹¹.

Fica claro, neste parágrafo, que a preferência de Berr não se centra nas relações da História com a Sociologia, escolhendo como parceiro principal daquela a Psicologia, que deve evitar a abrangência, em largura e profundidade do conceito de *volkergeist*, matizando a leitura romântica que procura a sinonímia do conceito referido com universalidade, procurando aplicá-lo a uma escala mais reduzida, local ou regional, conjugando-se o detalhe com a visão de conjunto. Essa é a metodologia que caracteriza a síntese, que se espera supere a erudição, integrando-a, eximindo-se a obliterá-la.

¹⁹¹ *Ibid*

O autor francês parece sugerir homologia entre Psicologia Histórica e síntese, querendo demonstrar a estreita relação entre ambas mas, ainda assim, com a liderança tácita no processo a caber à ciência de Clio. O filósofo considera que a História harmoniza o individual com o colectivo e, na sua tese de doutoramento, alude a uma causalidade tripla, de natureza sintética através da qual a contingência dos factos, se conjuga com a necessidade de busca de leis sociais e a lógica das ideias, que confere coerência formal ao todo exposto. A individualidade situa-se e aloja-se entre a contingência e a necessidade, e aí se relacionam História e psicologia, interessando sobretudo uma psicologia do espírito humano – ao jeito da preconizada por Meyerson – em detrimento da psicologia dos povos ou das épocas. No entanto, Berr isentou-se de uma clarificação teórica e epistemológica entre a História e a psicologia, comparecendo esta como um instrumento de análise daquela, sem se preocupar em fixar-lhe especificidades. Parece implícita, no parágrafo em análise da nota ao programa da *Revue de Synthèse*, uma indefinição terminológica entre os dois campos de saber citados, que se amplia e repercute nos trabalhos seguintes de Berr.

A estudiosa brasileira Maria Fernanda Costa Waeny, especialista no estudo de Meyerson, adianta possíveis motivos para este impasse do director do periódico em análise e confirma: «o vínculo entre História e psicologia aparece apenas inicialmente como psicologia histórica. Foi Berr quem provavelmente criou esta denominação, em 1898, mas em textos posteriores ele usou os termos psicologia dos historiadores (1921), historiador psicólogo (1939), psicologia colectiva ou psicanálise (1949), psicologia genética (1953) (...). Se a psicologia histórica foi o seu modo de anunciar a relação entre a História e a psicologia, a confusão terminológica informa que Berr mais pressentiu do que sistematizou um campo de pesquisas. Um primeiro motivo para tal variedade de nomes se justifica pela própria dificuldade em precisar os limites disciplinares de ambas (...). Outro provável motivo para a dispersão de termos, e talvez mais importante, foi o seu interesse gravitar em torno da noção de síntese (...). O que Berr mais veementemente recusou foi o privilégio atribuído aos factores claros e evidentes determinando os eventos e a existência de um único vector dirigindo a relação causal. Este mesmo carácter contingencial se aplica ao social (...); para ele o facto social é antes um resultado do que a origem da sociedade, e, portanto, a sociologia da época operava com um conceito de certa forma secundário. Também por isso a primazia da psicologia (...)»¹⁹².

Assim compreende-se melhor a seguinte ideia exposta por Berr no seu texto introdutório à *Revue de Synthèse Historique*: «C'est à dessein, par exemple, que le

¹⁹² Maria Fernanda Waeny – História e psicologia em Henri Berr. In *Revista Memorandum*, n.º 5. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003, p. 39.

programme pour la psychologie des peuples annonce spécialement des études de psychologie provinciale. La Volkerpsychologie allemande est souvent vague (...): ces études ne peuvent être que vagues quand leur object est trop vaste. On ne saurait aller au même temps au large et au fond. (...). La Wolkerkunde, la Kulturgeschichte, les revues de folk – lore et de traditions populaires, les annales des provinces, accumulent les documents et les renseignements. Il y a maintenant, dans beaucoup de nos universités des cours régionaux d'histoire, d'art, de littérature. Que d'esprits capables de recueillir le détail et d'embrasser les ensembles s'attachent à des individualités historiques moins énormes, moins écrasantes, mieux définies parfois que les peuples. (...). Dans ce numéro même, une introduction éloquentة convie les travailleurs à ces études, qui peuvent être abordées par des côtés différents, soit par la géographie, soit par l'histoire, mais qui tendent toujours, et qui aboutiront en définitive, à la Psychologie»¹⁹³.

Pelo exposto, entende-se o carácter instrumental da psicologia face à História, restrito a questões metodológicas. Por outro lado, a individualidade é fulcral no pensamento de Berr, constituindo-se como instância reguladora do social, afastando da abordagem do colectivo quaisquer determinismos, mesmo quando aborda a necessidade de leis, sempre encaradas em função da contingência dos fenómenos.

Para Maria Fernanda Waeny, a questão da defesa da individualidade marca uma originalidade na filosofia de Berr: «O uso do termo individualidade em Berr e no historicismo alemão merece atenção. De um modo geral, os historiadores alemães daquela época admitiam a existência de um substrato de motivos e intenções comuns a todo e qualquer homem, de modo a que seria possível refazer a História a partir de uma evocação subjectiva experimentalmente induzida. (...) A percepção estética, intuição histórica e imaginação poética foram as designações para esta aptidão em reconstruir afectos e intenções humanas tal como realmente ocorreram. Berr debilitou este método quando introduziu o causal na constituição da própria individualidade, de modo que este terceiro elemento passou a determinar aquelas individualidades que legitimamente os modos de intuição Histórica pretensamente diziam apreender. Esta inovação de Berr contribuiu para que o ofício de historiador superasse o esquema que priorizava o Estado, os factos políticos e económicos, a enumeração dos grandes eventos e o relato sobre personagens famosos (...), a pesquisa em História se abriu para temas como a Civilização, as Origens da sociedade, a individualidade, a multidão, a estatística, a mentalidade pré-histórica e a sensibilidade, entre outros. O bónus teórico desta operação foi duplo; o acaso alcançou *status* de dado; e a História científica se liberou das causalidades da filosofia da História, da intuição histórica e da

¹⁹³ H. Berr – Sur notre programme..., p. 2.

erudição, assim como aceitou o convite para direccionar a sua atenção para o actual, para a vida. Entretanto, o custo foi o historiador passar a necessitar do senso psicológico. (...) Pode-se perguntar se foi a recusa da evocação histórica *ad infinitum* que conduziu Berr a incluir a contingência como factor de individualidade; ou, ao contrário, se foi a partir da relação causal que ele concluiu pela fragilidade do método intuitivo e pela força do acaso na História»¹⁹⁴.

Discordamos, parcialmente deste ponto de vista, sobretudo no que respeita à libertação da erudição, dado que esta, apesar de criticada e superada por Berr, é fundamental e basilar no seu edifício filosófico – conceptual. Independentemente desta ressalva, também resulta difícil aquilatar se foi a recusa da evolução até ao infinito que conduziu o autor à consideração do acaso, ou o contrário. Esta aporia resulta complexa e é possível a oscilação entre os pólos focados, dependendo das circunstâncias. Tal como nas asserções de Berr, Fidelino de Figueiredo, na obra *Espírito Histórico* defendeu a importância do acaso na causalidade e das individualidades na História. Pode até identificar-se similitude entre o conceito/realidade que o autor consagra no seu texto e a psicologia histórica de Berr, entendida esta mais como atitude ou experiência humana, de teor ôntico do que enquanto disciplina científica, ainda que a primeira instância considerada possa contribuir para a estabilização da segunda. Em Fidelino de Figueiredo, as leis históricas cedem passo a regras e normas sociais relativas a contextos históricos, prolongando a relatividade de Berr nesta matéria, mas aprofundando a impossibilidade de raciocínios de teor nomotético. Na *Revista de História* estão ausentes artigos com temática correspondente à Psicologia como área disciplinar.

De facto, em “*Sur Notre Programme*”, Berr aborda a sua aproximação peculiar a uma forma especial de Psicologia, de modo a preparar terreno para melhor se situar em relação à Sociologia e à História. Daí que resulte natural, e não seja estranha, a progressiva nomeação sem subterfúgios dos principais intelectuais que se destacam em ambos os campos. O estudioso francês afirma que a avaliação oitocentista dos estudos históricos em França principiou antes da derrota gaulesa em 1870 – 71, e cita como exemplos a criação da École Normale Supérieure, por iniciativa de *Deruy* e da *Revue Critique* em 1866. Com esta breve contextualização, Berr afasta a leitura que consagra a evolução dos referidos estudos apenas como reacção aos nefastos efeitos da ofensiva alemã. Em seguida, demonstra que a posterior introdução realizada por Monod à *Revue Historique* (1876) se encontra eivada de um espírito cuja fermentação é anterior à Guerra Franco-Prussiana: «*On trouve dans l’importante introduction que*

¹⁹⁴ M. F. Waeny – História e psicologia..., p. 38.

*M. Monod, en 1876, à écrit pour la Revue Historique, des reinseignements sur l'état de l'histoire en France à cette époque»*¹⁹⁵.

No entanto, apesar de aprovar a atitude de resistência anti-germânica, Berr considerava que o método crítico utilizado por Monod e seus seguidores era insuficiente, defendendo, em seguida, uma aproximação/subordinação da História à Sociologia nascente, ligada a Durkheim e à sua Revista *Anée Sociologique*. Todavia, embora o referido autor repudiasse a absorção da ciência de Clio no seio do pensamento sociológico, a sua atitude abriu caminho a tal postura. Ora, a futura *Revista de História* portuguesa defendia uma maior autonomia da História, embora também se tenha manifestado maioritariamente anti-positivista e defensora da síntese historiográfica.

Entretanto, em Novembro de 1902 surgiu em Itália um programa que deu origem a uma nova Revista, intitulada *La Critica* – cujo primeiro número foi dado à estampa em Janeiro do ano seguinte – dirigida pelo autor do texto portador das linhas mestras do projecto editorial em gestação, Benedetto Croce. A referência a esta publicação é imprescindível, dado que a *Revista de História*, anos depois de ter saído o seu primeiro número, em 1912, publicou uma recensão acerca da revista Italiana, reproduzindo, na Secção de Artigos, alguns trabalhos de Croce sobre a Historiografia e a cultura italiana. Para além destas circunstâncias, inerentes à sociabilidade entre intelectuais de diferentes países, convém sublinhar a natureza dos princípios e dos conteúdos inerentes à primeira série da *La Critica*, cujo director direccionou para o preenchimento de uma lacuna observada na sequência da análise do panorama editorial transalpino, nos finais do século XIX, e durante as primeiras décadas do século XX. Apesar da reconhecida qualidade das revistas especializadas em filosofia, arte ou História literárias, nelas as recensões críticas ou as selectas de livros de interesse geral primavam pela ausência, verificando-se o mesmo cenário de carência nos periódicos destinados ao grande público, nos quais a parte de crítica bibliográfica se cingia a arremedos, possuidores de intenções laudatórias, ou a notas lacónicas, meramente denotativas e elaboradas ao arrepio de quaisquer explicações ou juízos sobre as obras.

Para reverter esta situação, o programa da revista italiana em análise assume os reparos à falta de crítica firme e de um sistema orgânico de ideias, subjacente à atitude intelectual reivindicada por Croce, com o objectivo de conciliar a consideração de problemas gerais, e de conjunto, inerentes à recensão bibliográfica de teor desejavelmente crítico com o rastreio necessário, mas insuficiente, de factos especiais

¹⁹⁵ H. Berr – Sur notre programme..., p. 4.

e particulares. O periódico italiano era essencial mas não exclusivamente dedicado a uma secção de crítica da bibliografia publicada em Itália na época contemporânea, mas não se restringia a esse espaço específico, dado que a atitude crítica indiciada se estendia à consideração, através de artigos de fôlego, dos trabalhos produzidos pela intelectualidade transalpina no âmbito da Literatura e da Filosofia a partir de 1850, por forma a perceber as orientações do pensamento italiano nesta matéria. Este tipo de inventariação e interpretação estava por fazer e foi dirigido por Croce, no que se refere a temáticas literárias, e por Gentile nas de incidência filosófica.

O primeiro autor citado, na sua autobiografia, intitulada *Critica a Mi Stesso*, reconhece as inclinações da primeira fase da *La Critica*, presentes em potência no programa fundador, aliando-as às hesitações e incertezas pessoais, dado que era homem devotado preferencialmente à filosofia, demonstrando pela literatura apenas a curiosidade de um leitor interessado, até ao momento em que realizou a panorâmica da respectiva actualidade: «E affinché la Revista non si restringesse a una monotona sequela di severe recensioni i d'altro canto non si disperdesse in argomenti svariati e saltuari, stabilivvi si rivolgerne gli articoli alla illustrazione della vita intellettuale italiana dell'ultimo cinquantennio, ossia dalla formazione del nuovo Stato italiano, della nuova Italia, pensando altresì che questa materia prossima, col suscitare più vivace attenzione, sarebbe servita da ottimo testo di prediche, ossia di dilucidazione teoriche (...)»¹⁹⁶.

Os investimentos críticos propugnados por Croce no programa editorial do periódico por ele idealizado e projectado parecem acolher uma perspectiva do espaço público, no qual se defende o debate de pontos de vista discordantes.

Por outro lado, o exercício crítico acarinhado deveria assentar em escolhas, tomar partido, preparar-se para possível polémica ou eventual contenda, afastando-se uma crítica tolerante, indiferente e céptica. No plano historiográfico, as indicações são claras e endereçadas aos redactores e compiladores de bibliografia presentes na *La Critica*: «Il compilatore di essa crede, dunque, fermemente che uno dei maggiori progressi compiuti in Italia negli ultimi decenni si sia stato l'essersi disciplinato, mediante le università e le altre istituzioni, il metodo della ricerca e della documentazione; ed è perciò un convinto fautore di quello che si chiama metodo storico o metodo filologico: Ma egli crede, con altrettanta fermezza, che tal metodo non basti a tutte le esigenze del pensiero ed occorra perciò promuovere un generale risveglio dello spirito filosofico; e che, sotto questo rispetto, la critica, la storiografia, e la stessa filosofia, potranno trarre profitto da un ponderato ritorno a tradizione di pensiero, che

¹⁹⁶ Benedetto Croce— *Introduzione*. In *La Critica*. Rivista di Letteratura e Filosofia, n.º 1, Bari: Laterza, 1903, pp. 2-3.

furono disgraziatamente interrotte dopo il compimento della rivoluzione italiana, e nelle rifulgeva l'idea della sintesi spirituale, l'idea dell'humanitas»¹⁹⁷.

Para Croce, o método histórico, apesar de necessário, é insuficiente, se encarado na sua individualidade e singularidade. A filosofia subjacente à síntese espiritual defendida é o idealismo, visto sob um prisma novo; realista, crítico e anti-metafísico. Fixados estes pressupostos ideológicos, Croce identifica os seus adversários. Os primeiros são os artistas que empregavam o seu tempo na legitimação do teor estético das suas obras, revestindo-as de um discurso retórico auto-justificativo, assente em classificações conceptuais dos respectivos trabalhos. O manifesto editorial da *La Critica* afirma que esta não albergará nas suas páginas testemunhos e textos de personalidades tidas por geniais que virem as costas à História da Arte e realizem uma crítica baseada em questões de honra ou em simpatias e antipatias pessoais que se sobreponham ao valor dos objectos artísticos em consideração. Por outro lado, o periódico exime-se a dar guarida àqueles que desprezem o pensamento filosófico, nomeadamente aos denominados *filósofos por conta própria*, que não tivessem escrito estudos relevantes, faltando-lhes em maturidade o que sobrava em vontade de impor sem negociação as suas ideias, não tendo em conta as dos outros. A revista também era antagonista face aos detentores de ideologia místico-revolucionária e aos defensores de uma linha de pensamento jesuítica ou voltairiana. Neste ponto, a futura *Revista de História Portuguesa* também propunha como orientação de fundo a rejeição do jacobinismo prevalecente na fase mais radical da Revolução Francesa, e pode ter-se inspirado na publicação italiana em análise no repúdio face ao modernismo literário e ao vanguardismo associado, encarado como pseudo-intelectual.

O escopo da *Rivista La Critica* não se diluía ou esgotava na recensão de livros novos, mas incluía a intenção de aplicar uma atitude filosófica crítica em todas as secções que extravasam a bibliográfica e se centram em *artigos*, *Factos e Notas*, *Contributos*, *Documentos*. Transversal a todos os andamentos, o intuito de rastrear, carrear e preparar material para construir uma primeira aproximação à História da produção científica e literária italiana desde 1850, por forma a diagnosticar o passado recente e o estado actual da erudição transalpina nas áreas de saber referidas. Com este procedimento, a *Rivista La Critica* pretendeu evitar que tal empreitada fosse levada a cabo por historiadores estrangeiros, a exemplo do que estes haviam feito no que respeita à História social e política transalpina da segunda metade do século XIX.

Por outro lado, na sua investigação ante-citada, Margaret Stieg debruçou-se sobre as origens de alguns dos periódicos de História, cuja génese ocorreu fora dos

¹⁹⁷ Benedetto Croce – *Introduzione...*, pp. 2-3.

grandes centros geográficos, acadêmicos e de poder, ou cuja incidência temática privilegiou assuntos relativos a áreas geográficas específicas, portadoras dessas mesmas características. O exemplo destas publicações constituiu um catalisador de novas investidas editoriais, que procuraram imitar as publicações que as precederam. A atitude mimética para com os periódicos precursores germânicos, ingleses, franceses e americanos verificou-se, nomeadamente, ao nível da profissionalização e formação universitária dos colaboradores, que muitas vezes não tinham acesso à escrita nas revistas encaradas como arquétipos e procuravam novos fóruns e espaços públicos para expor as suas investigações, alargando o controle e a pesquisa da Bibliografia historiográfica. Em 1888, Ludwig Quidde ajudou a Fundar a *The Deutsche Zeitschrift für Geschichtswissenschaft*. Em 1914, nos Estados Unidos da América, Clarence Alvord impulsionou a *Mississippi Valley Historical Review*, que foi precedida pela *Mississippi Valley Association* desde 1908, replicando a forma de institucionalização da *American Historical Review*.

Ambos os fundadores citados possuíam uma força e energia criativas passíveis de fazer recair sobre si as principais responsabilidades acerca do curso seguido pelas suas publicações, incentivando o aparecimento de conselhos editoriais aos quais só recorriam no caso de julgarem necessário. Quidde, no primeiro editorial da sua revista ignorou ou não quis mencionar a existência da *Historische Zeitschrift*, e recusou o historicismo e o primado da História Política. Contudo, a prática historiográfica patente no *The Deutsche Zeitschrift für Geschichtswissenschaft* contrariou os preceitos teóricos pouco assertivamente defendidos pelo fundador, que aceitou colaborações espontaneamente enviadas, sem impor ou escolher previamente os temas ou convidar os autores. Quanto ao financiamento, era da responsabilidade de um particular com interesses intelectuais e culturais, Paul Siebeck. Por seu turno, a *Mississippi Valley Historical Review* beneficiou dos investimentos realizados pela associação à qual estava ligada e angariou verbas de beneméritos individuais ou outras instituições, como bibliotecas.

Margaret Stieg resume a situação dos periódicos publicados sediados longe dos principais centros de investigação e subordinados a temáticas regionais ou locais: «The geographical specialized journals fulfill different functions within the profession from those of the general scholarly historical periodicals. By definition, they attempt to reach only a part of the profession and bear correspondingly diminished responsibilities. They do the same things as the general scholarly historical journals, but on a smaller scale. The major qualitative difference is that they do not have the same responsibility to the intellectual foundations of the discipline. In a limited way, the specialized journal serve as training ground for the less specialized. They provide additional outlets for

publication of research by potential authors of articles for the less specialized journals. The editors may go on to become editors of more general journals. Geographically specialized scholarly historical periodicals are an integral part of the mature Professional communication networks in history. They provide historians with an easily identifiable focus for their activities; they enable them to obtain the benefits of specialization without losing all breadth; and, though they limit their scope to one geographical area, they publish material on various topics relating to it. Most historians feel they are the most useful type of periodical»¹⁹⁸.

No que concerne a países não europeus ou da América do norte, na América do Sul, mais precisamente no Brasil, surgiu, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição nacional e centralizadora, cuja revista serviu como veículo e instrumento de comunicação das respectivas ideias. No ano de 1939, na sua alocução na qual se dirigiu aos membros daquela agremiação, Januário da Cunha Barbosa urdiu e pronunciou um discurso assente na defesa do resgate da memória nacional Brasileira, desfazendo-se silêncios, preenchendo-se lacunas e corrigindo-se erros. Só a recuperação da memória permitia forjar uma identidade baseada na solidariedade entre o passado e o presente, por forma a preparar o futuro dentro de uma matriz de continuidade, avessa a rupturas, crises ou revoluções. O *Instituto* e o seu periódico conjugaram esforços no sentido de edificar e construir uma representação da nação alicerçada na unidade do Estado defendida e personificada pelo império. Este esforço de centralização era contrário aos interregnos provocados pelas regências. Entre 1870 e 1890, os pressupostos iniciais prolongaram-se e ganharam maior densidade. Na primeira data tinha terminado a *Guerra do Paraguai* e era necessário defender D. Pedro II e a Monarquia constitucional do perigo de fragmentação territorial do Brasil. Na segunda data tinha sido já proclamada (em 1889) a República e era necessário reagir à perplexidade de ver alegados futuros de índole imperial tornarem-se passado. Os funcionários do IHGB dependiam dos favores do imperador para continuarem a ter os privilégios decorrentes da sua vida pública. Com a nova situação política tudo ruía. A Historiografia republicana que, ao longo do século XX mimetizou a facção mais radical dos primórdios do republicanismo eximiu-se a considerar a singularidade e autonomia do IHGB e da sua Revista, fazendo prevalecer eventuais preconceitos ideológicos, eventualmente sobreponíveis à análise e consideração da historicidade das instituições, ao arrepio de juízos de valor.

O periódico do *Instituto* contribuiu para servir fins de doutrinação cívica e de educação das populações, alicerçando ambas as actividades na publicação e

¹⁹⁸ M. Stieg – *Origins and development...*, p. 102.

classificação de documentos e de fontes primárias, imprescindíveis para a elaboração da História do Brasil. Aliás, entre 1854 e 1857, Varnhagen construiu o primeiro esforço historiográfico geral sob os auspícios da instituição ante-citada. Estes procedimentos metodológico e técnico-científicos subordinavam-se à separação, sublinhada entre 1870 e 1890, entre a moral, a crítica, a razão, de um lado, e a política partidária do outro, subjugando-se e anulando-se esta perante aquela. Os membros da agremiação «reafirmavam a importância da revista para corrigir pontos obscuros da História nacional, por divulgar a ilustração e educar aos cidadãos, por apresentar diferentes contribuições sobre a pré-História nacional»¹⁹⁹.

Este modelo historiográfico que conjugava a erudição com um intuito de dela extrair exemplos de consulta era comum a outras revistas brasileiras oitocentistas que surgiram, no Rio de Janeiro, em meados do século XIX como a *Nova Minerva*; *A Revista Popular*. Na maioria delas, «localizada entre a secção da literatura e o espaço dedicado às biografias, o necrológio, a secção de História dessas publicações abordava assuntos bem distintos, em tempos, e épocas diferentes, como os rumos da Revolução Francesa, passando pela catequese dos indígenas no Brasil e a Reforma Protestante na Alemanha Moderna. No entanto, um fio comum unia estas reflexões e análises: a convicção de que o conhecimento histórico era guiado por uma lei, invariável e universal»²⁰⁰.

Este providencialismo era uma perspectiva que impregnava as várias temáticas abordadas nestes periódicos que defendiam com moderação algumas das fases menos radicais da Revolução Francesa e exaltavam os Estados Unidos da América. As origens do Brasil eram estudadas em função da existência de três raças no território, os brancos europeus, mormente os Portugueses, os indígenas e os índios. Promovia-se o encontro de culturas, sob a égide da dominação dos primeiros, encarados mais positivamente do que os outros. Por outro lado, os escravos africanos no Brasil e os respectivos costumes eram deplorados, repudiando-se a escravatura.

Os casos e exemplos que temos vindo a apresentar demonstram o paralelismo transformado em correspondência, entre revistas académicas e universitárias, comparecendo estas como expressões institucionais daquelas, dado que o saber ocupa, efectivamente, lugar. Esta imbricação entre dois foros distintos mas complementares, tornou-se mais forte a partir de meados do século XIX, devido ao novo impulso às Universidades europeias que desde então se verificou. Todavia, as

¹⁹⁹ Francisco Gouveia de Sousa– *Entre fronteiras e nações: um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1870 a 1890*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universitária Católica, 2008 [Dissertação de Mestrado em História], p. 97.

²⁰⁰ Lilian Martins de Lima – *A história em revistas: periodismo cultural e conhecimento histórico no Rio de Janeiro Oitocentista*. S. Paulo: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2008 [Dissertação de Mestrado em História], p. 74.

academias tinham, desde os séculos XVII e, sobretudo, XVIII, desempenhado papéis relevantes no desenvolvimento dos conhecimentos e da cultura, transferindo-se estes propósitos para as Sociedades Nacionais e os Institutos oitocentistas que neles operaram metamorfoses e adaptações ao discurso de construção das identidades nacionais. A *Revista de História* não é universitária mas pretende constituir-se como académica foi instituída pela Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Veremos se esta pretensão se materializou à luz dos modos de pensar, sentir e viver nas primeiras décadas do século XX. Daí que se torne relevante perceber a evolução das revistas universitárias de História portuguesas, de modo a traçar comparações entre a gestação destas e do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo.

2.5. As Revistas Universitárias de História em Portugal

Em Portugal, o ensino superior de História principiou, como na França, antes de serem criadas revistas universitárias. Armando Luís de Carvalho Homem debruçou-se sobre esta temática no seu artigo, *Revistas Universitárias de História no Portugal do século XX*²⁰¹. Para este historiador, as revistas universitárias de História começaram por não existir, passe o paradoxo, aplicado ao Direito Romano por um Professor dessas matérias, através do uso retórico de uma *boutade*. Certo é que os periódicos de Clio não acompanharam a tendência que deu expressão aos Estudos Históricos na Universidade, mormente por via do decreto lei de 9 de Maio de 1911, pelo qual foram criadas as Faculdades de Letras de Coimbra e Lisboa, assentes num plano de trabalhos que concilia o ensino magistral com os trabalhos práticos e a investigação científica. Esta última foi incrementada pela criação do Instituto de Estudos Históricos, possuidor de três secções: aquela que dá nome à instituição; a de Filosofia e a de História.

A 19 de Agosto de 1911 foi publicado o Regulamento das Faculdades de Letras, que dedicou uma parte do seu articulado, a terceira, intitulada, *Dos exercícios de Investigação Científica*, ao funcionamento do referido Instituto. Essa parcela do clausulado estende-se por 24 artigos e o quadragésimo quarto prevê a publicação de um *Boletim da Universidade*, dedicado a trabalhos de alunos ou de sócios, prevendo-se a tiragem de separatas. Todavia, entre 1911 e 1930, as diferenças entre as intenções do legislador e a prática no seio das instituições eram abissais, impondo um hiato difícil de superar ou resolver. No que respeita à Faculdade de Letras de Lisboa, a ausência de Revistas que dessem cumprimento aos postulados legislativamente

²⁰¹ Inicialmente foi uma comunicação apresentada na mesa-redonda sobre *Revistas de História*, coordenada por Maria Helena da Cruz Coelho, e que teve lugar no âmbito dos *Estudos Gerais da Arrábida*, decorridos no Convento daquela localidade em 30 e 31 de Outubro de 1995.

configurados, parece imputável ao perfil do corpo docente, no qual escasseavam investigadores ou estudiosos dotados de criatividade, à excepção do falecido Rebelo da Silva. Carvalho Homem traça o perfil de Manuel Maria de Oliveira Ramos, José Maria Queirós Veloso ou Agostinho José Fortes. O primeiro era um expositor notável, de vasta cultura, que chegou a participar na História de Portugal de Barcelos. O segundo publicou a quase totalidade da sua obra – dedicada, em larga medida, à problemática de 1580 – no limite de idade e depois de aposentado, em qualquer dos casos bem depois da vigência da *Revista de História*. Por seu turno, Agostinho Fortes teve uma carreira académica muito ocupada, regendo vinte e cinco cadeiras em trinta anos, sem tempo para aprofundar a investigação científica. Era, essencialmente, um divulgador enciclopédico das obras de outros. Este quadro implicou a escassa participação dos autores citados em publicações periódicas, dado que se dedicavam prioritariamente a actividades pedagógicas. Consequentemente, nenhum destes intelectuais escreveu na *Revista de História*, apesar de muitos dos colaboradores desta terem feito a sua formação no Curso Superior de Letras. Esta situação pode ter-se devido a um desencontro de objectivos ou trajectórias entre o ensino universitário de História e as pretensões do periódico citado. Enquanto aquele insistia na exposição de matérias, eximindo-se a interpretá-las, apostando na compilação de assuntos sem acréscimo de novidade, este pretendia construir um discurso nacional assente na desejada crítica documental. Contudo, Queirós Veloso pertenceu à Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos.

Por outro lado, a Faculdade de Letras de Coimbra teve como antecedente a Faculdade de Teologia, que impusera uma tradição erudita que poderia ter sido continuada pela sua sucessora. Tal não aconteceu no imediato, pelo menos com a contundência espectável e no domínio da afirmação da imprensa periódica universitária, que viveu um impasse com resultados semelhantes aos patenteados pela congénere lisboeta, mas de matriz diversa. Em Coimbra, a Faculdade viveu, desde o seu início, tempos percorridos por tensões políticas, atravessados por incertezas, traduzidas em ameaças de extinção da instituição, que foi desanexada e transferida para o Porto em 1919. Até essa data, a insuficiência de financiamentos era crónica e os edifícios insuficientes e precários. A junção destes factores implicou a demora da criação efectiva do Instituto de Estudos Históricos, em 1925, por iniciativa de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, director da Faculdade de Letras de Coimbra entre 1911 e 1920.

Este erudito estava concentrado nas suas tarefas administrativas e na formação de dois discípulos, Joaquim de Carvalho e Manuel Gonçalves Cerejeira. É possível que estes afazeres tenham afastado aquele intelectual da colaboração através de

artigos com a *Revista de História*, a cuja Sociedade promotora pertencia. Impulsionada pelo surgimento do Instituto referido, surgiu, sensivelmente na mesma altura, a *Biblos*, revista genérica da faculdade, dirigida por Mendes dos Remédios. Mas havia que esperar duas décadas para o aparecimento de um periódico especificamente dedicado aos estudos Históricos. Conforme defende Armando Carvalho Homem: «*Em suma*: Tendo em conta as duas mais antigas Escolas Superiores do ofício de Clio, poderemos dizer que, em matéria de publicação de Revistas de especialidade, e tomando o final do anos 30 como “*terminus ad quo*”, Lisboa *não sabe* e Coimbra *não pode*. E será justamente a mais jovem Faculdade de Letras, a do Porto, na sua primeira fase – inaugurada em 1919, na ressaca da crise universitária de que as (algo atrabiliárias, é bom que se diga) reformas do ministro Leonardo Coimbra foram apenas um dos afloramentos – a pioneira em matéria de Revistas. Logo em 1920 se publica uma *Revista da Faculdade de Letras* (3 números saídos, 1920/23) (...). Avancemos, no entanto, até porque algo bem mais palpitante de imediato se apresenta: é que em 1924, a “Escola do Porto” (e ainda que não pareça, pelo menos oficialmente, ter já instalado o seu Instituto) começa a publicar uma *Revista de Estudos Históricos*. *Boletim do Instituto de Estudos Históricos*. (...) A *Revista de Estudos Históricos*, publicou um total de 3 Volumes (1924/25/26), subdivididos em dez fascículos»²⁰².

Coloca-se de imediato uma hipótese, a carecer de confirmação. Quando a *Revista de História* surgiu, terão os seus fundadores sentido a necessidade de suprir uma lacuna no campo editorial universitário, através da criação de um periódico alternativo, mas portador de aspirações científicas, nascido fora daquele circuito? Acresce que a mais aproximada e destacada experiência afim, surgida no exterior das Universidades, era a *Revista do Arquivo Histórico Português* – à qual nos referimos adiante neste capítulo –, que publicara o seu derradeiro número em 1916.

2.6. *Revista de História* – Um Periódico Institucional dedicado a Clio; Académico, Não-Universitário, Fruto de uma *Sociedade de Saber*

Quando a *Revista de História* começou a funcionar, a universitarização de saberes em Portugal era ainda incipiente, estava a dar os primeiros passos. É lícito pensar o periódico como participante de uma marcha paralela com vista ao desenvolvimento do que viriam a ser as ciências Humanas – então encaradas como letras no seio das Humanidades –, dado que era o principal canal portador das mensagens e das ideias defendidas pelos membros da Sociedade Nacional de

²⁰² Armando Luís de Carvalho Homem – Revistas Universitárias de História. In *Revista de História das Ideias*, vol. 18. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1996, pp. 344–346.

História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos – ou por outros intelectuais – e um dos meios facilitadores da respectiva institucionalização.

Disso dá conta e constitui prova uma brochura publicada pela referida Sociedade, destinada a constituir-se como inventário das revistas publicadas em Portugal até 1915. Aquela instituição procurou, deste modo, fixar uma diacronia que servisse de contexto histórico à integração do seu órgão de informação: «Publicando a presente brochura, destinada a uma larga circulação, a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos tem em vista contribuir para que se amplie o conhecimento do nosso trabalho intellectual e delle se formúle um juízo exacto e seguro: «(...) As revistas, sendo apenas uma parte, certo não a maior, da actividade intellectual , são sem duvida , pelo seu character de periodicidade e actualidade, e de associação e trabalho, a parte mais idonea para proporcionar um conspecto fiel de methodos e de orientações predominantes nos vários districtos do saber»²⁰³.

Resulta evidente um certo conhecimento de questões relativas a revistas, como as da periodicidade, sob a égide da actualidade, ou as que apelam a um trabalho colectivo que subsuma o esforço intellectual de cariz individual, encarado como indispensável mas insuficiente na sua singularidade. Por outro lado, o inventário em análise encarna um esforço de legitimação científica, do qual participa, enquanto instrumento heurístico de apoio à crítica, como atitude e apetência epistemológica, a nível genérico, mas também no que tange ao conhecimento histórico. A brochura teve a colaboração de sócios da *Sociedade* como: Pedro de Azevedo, Fortunato de Almeida Leite de Vasconcelos, Joaquim Fontes, João Maria de Aguiar, Afonso D'Ornelas, Gonçalo Santa Rita, Prado Coelho, Eduardo Moreira, Fidelino de Figueiredo. Também participaram individualidades não pertencentes à agremiação: Pedro José da Cunha, Vicente de Almeida Eça e Tomás Borba. Os redactores do documento elegeram a Inglaterra como pioneira no campo das publicações periódicas e, por essa razão, ergueram-na enquanto modelo e ponto de referência de iniciativas posteriores e descreveram uma cronologia comprovativa da alegada precedência.

Atente-se na definição de Revista apresentada para enquadrar o périplo pela História de publicações afins: «Cabe á Inglaterra a gloria de haver enthronizado este genero bibliographico, a revista, especie de percurso critico pelas questões contemporaneas de sciencia, litteratura, arte e politica, meio-termo entre o jornal, de que tem o regular apparecimento periodico, mas sem a sua precipitação e forçosa ligeireza, e o livro, de que pretende ter a gravidade»²⁰⁴.

²⁰³ *Revistas Portuguesas*, Inventário da responsabilidade da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Lisboa, 1915 [Introdução] p. 3.

²⁰⁴ *Ibid.*

Note-se o relativo esforço consagrado à demarcação *tipológica* com intuito distintivo no plano *genológico*. Esta breve investida conceptual alavancou – enquanto substrato de cariz identitário – os considerandos tendentes a fixar algumas datas importantes para o aparecimento e consolidação de revistas europeias. Em 1749 surgiu a *Monthley Review*, em 1756 foi a vez da *Critical Review*. Em 1802 foi dado à estampa o primeiro número da *Edimborough Review*, e em 1809 iniciou-se a *Quarterly Review*, destacada por se ter tornado instituição nacional por via de alegada influência política e literária. O percurso das revistas britânicas citadas foi indiciado anteriormente nesta investigação de modo a enquadrar nova referência por parte da brochura da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos que encara, implicitamente e sem confessá-lo, estas publicações político-literárias e de cultura geral como exemplos de empenhamento cívico e social ao qual uma publicação científica não deve ser indiferente, nem muito menos alheia, dado que a especialização não dispensa, antes concita um humanismo de mais largo espectro. Em França, o movimento editorial crescente teve com precursora, em 1804, a *Revue Philosophique*. Para o caso português o pioneirismo é concedido ao *Ramalhete* (1837) e ao *Panorama*, dirigido, numa primeira fase por Alexandre Herculano.

Os responsáveis pelo inventário começaram por referir-se às revistas de índole cultural genérica publicadas ao longo do século XIX, correspondentes ao *Romantismo* e que prolongaram o carácter biográfico, panegírico, literário, crítico ou enciclopédico presentes, de forma larvar, na precursora referida: «As nossas revistas românticas têm todos os predicados das suas congeneres estrangeiras, salvas as devidas proporções (...). A sua phase biographica é representada principalmente pela *Revista Contemporanea*, fundada por Eduardo de Faria, em 1848, e pela *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, de António de Brederode e Ernesto Biester, fundada em 1850. Depois, transformando-se, fôram-se multiplicando as de litteratura e critica, poderosamente influindo na mentalidade nacional»²⁰⁵. Dentre as Revistas louvadas pela sua novidade encontram-se a *Peninsular*, a *Lisbonense*, o *Arquivo Pitoresco*, entre outras. Também mereceram referência as Revistas *O Positivismo*, *Estudos Livres*, relevantes, ainda que procedentes de quadrantes ideológicos diversos e possuidoras de um carácter distinto.

Os elementos expostos personificam dados relevantes e indícios para a História de um género específico da imprensa periódica portuguesa dos séculos XIX e XX, cuja génese resulta muito embrionariamente esboçada. Convirá ampliar e aprofundar este quadro, de modo a perceber a forma como a *Revista de História* nele se insere e inscreve. Os redactores do inventário em análise tinham em mãos uma vasta

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 4.

empresa, mas numa primeira fase tiveram que se ater às Revistas de História, tal a amplitude, vagamente enunciada, do projecto inicial. «Este projecto ocorreu-nos independentemente da sugestão de qualquer obra congenere, pois que apenas nos movia o desejo de, pela propaganda, contribuir para o bom nome da mentalidade portuguesa. Todavia, temos de confessar que não nos cabe a prioridade nesta tarefa de organizar um inventario critico de revistas, em curso de publicação, de determinada especialidade. A revista belga Ísis, consagrada à História da Sciencia , no seu número de Junho de 1914, publicou um trabalho semelhante ao que hoje entregamos ao publico de Portugal e aos seus amigos. Este trabalho que conhecemos por obsequiosa mediação do socio, Dr. Maximiano de Lemos, intitula-se *Bibliographie Synthétique des Revues et des Collections de Livres (...)*»²⁰⁶.

O inventário materializa e prolonga certos traços da cultura Oitocentista, como a vontade de construção de um espaço público e de uma opinião pública, baseados em atitudes propagandísticas, promotoras e defensoras de valores e de modos de pensar tributários de um cariz nacional. Por outro lado, alicerça-se uma perspectiva que salvaguarda o conhecimento de instrumentos de pesquisa similares, neste caso promovido pelo recurso aos préstimos de um intelectual imbuído de espírito de corpo, pertencente à Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. A brochura é um retrato incipiente do ambiente cultural da sua época e a catalogação de revistas constitui uma forma de sobre ela intervir, de modo a contrariar uma tendência percebida e sentida: «Repetidamente, as revistas portuguesas deixaram de ser fieis á orientação inicial, para seguirem um caminho que mais prometta uma desafogada existencia; mas tal caso não se exemplifica muito nas revistas enumeradas na presente brochura. A direcção, não sendo sempre energica na fiscalização de materias e doutrinas apresentadas é frequentemente responsavel de ser quebrada a intransigente fidelidade que todas as revistas devem manter ao seu programma , por motivos de ordem intellectual e de honra»²⁰⁷.

A parte do inventário de Revistas rastreado pela Sociedade Nacional de História que se revela mais importante e até crucial para a nossa investigação intitula-se *Revistas Históricas*. O destaque que merece deriva do facto dos organizadores da Brochura em análise terem incluído o periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo no grupo daqueles que versem assuntos cujo denominador comum passa pela dedicação à ciência de Clio e também advém da circunstância de todos os periódicos terem sido recomendados pelos redactores da brochura. Esta assunção resulta de uma avaliação em causa própria e denota a imagem que intelectuais próximos do órgão de

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 5.

²⁰⁷ *Ibid.*

informação e comunicação da agremiação citada pretendem transmitir do *seu* periódico, incluindo-o num conjunto no qual pontificam, por esta ordem: o *Boletim da Segunda Classe da Academia (Real) de Sciencias de Lisboa*; *O Archivo Histórico Português*; *O Oriente Português*; *Tombo Histórico e Genealógico de Portugal*; *Boletim Bibliographico da Academia de Sciências de Lisboa*; *O Boletim Bibliographico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*; os *Annaes das Bibliotecas e Archivos de Portugal*. Este inventário apresenta essencialmente um carácter descritivo que comporta duas vertentes. A primeira diz respeito à indicação das características físicas das publicações – como as que comportam o tamanho, altura e largura incluídos – sem esquecer a referência aos seus directores e à morada das revistas. A segunda perspectiva contemplada insere-se no âmbito metodológico da História sumária da evolução dos periódicos. Esta componente resulta essencialmente informativa, escasseando os juízos de valor, o que não significa que primem pela inexistência. Todavia, os redactores da brochura preferiram alinhar pela parcimónia na expressão das suas impressões sobre as iniciativas editoriais afins para evitar dissabores no caso das críticas endereçadas serem negativas, eximindo-se a excessos laudatórios, atitude situada nos antípodas da ante-referida, para não inflaccionar o estatuto de Revistas que eram, em última instância, vistas como suas concorrentes, mesmo nos casos em que cooperavam oficial e publicamente. O maior detalhe é aplicado na tentativa de não esquecer a identificação de nenhuma *Revista de História* conhecida, de modo a testemunhar a vontade de afirmar projectos congéneres e a persistência na respectiva execução.

Sobre o *Boletim da Segunda Classe da Academia (Real) de sciências de Lisboa*, os autores do inventário documentam as dimensões do periódico (23cm 5 X 14 cm) e referem que o director da publicação é Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda, erudito e militar que foi um dos fundadores da Sociedade Nacional de História, conforme se confirmará no capítulo seguinte. Por outro lado, o *Boletim* começara a ser dado à estampa em 1898, sob a direcção do secretário da classe, José de Sousa Monteiro, sendo dividido em três secções distintas: uma dedicada a actas da instituição, outra relativa a comunicações e uma terceira consignada à emissão de pareceres solicitados. Sob a égide desta estrutura foram publicados dois volumes, o primeiro contendo materiais correspondentes aos anos de 1898 a 1902, enquanto o segundo albergou a produção científica e intelectual coligida entre e derradeira data citada e 1909.

A partir de Janeiro de 1910, o novo director, Cristovão Aires, implementou um novo plano, sujeito a periodicidade que passou de anual a mensal e, posteriormente, a semestral: «A sua publicação passou a fazer-se em fasciculos mensaes e a dividir-se

em duas partes: a primeira é constituída pelas actas de classe e pareceres apresentados nas respectivas sessões; a segunda é formada pelos estudos, documentos e notícias lidas ou destinadas à classe, acompanhadas de uma indicação em francês do assunto tratado. A regularidade do primeiro anno não pôde ser mantida depois que o governo provisório privou a Academia da sua typographia e que a impressão delle passou a fazer-se na Imprensa da Universidade, em Coimbra. Deixou ultimamente de conter a indicação das materias tratadas em francês, assim como deixou de sair em fascículos mensais, mas semestraes, com princípios em Novembro e Abril. Os volumes nem sempre correspondem ao anno académico. Entre os seus collaboradores, contam-se os academicos, Srs. David Lopes, Cristovam Ayres, J. Leite de Vasconcellos, Pedro de Azevedo, Esteves Pereira, Victor Ribeiro, Veiga Beirão, Cunha Gonçalves, Edgar Prestage, D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, D. Maria Amélia Vaz de Carvalho, Lopes de Mendonça, etc.»²⁰⁸.

As quatro primeiras personalidades citadas, tal como Victor Ribeiro ou Prestage, estavam ligadas à futura instituição promotora da *Revista de História* e, a maioria delas, ao periódico cuja criação se lhe seguiu. Na descrição produzida pelos redactores da brochura em análise perpassa, sub-reptícia mas claramente, a ideia segundo a qual o governo provisório que tomou posse em 1910 possa ter entravado a regularidade do *Boletim da Academia de Ciências* – verificada durante o primeiro ano de vigência da direcção presidida por Ayres de Magalhães Sepulveda –, ordenando a extinção da tipografia da referida instituição, situação que determinou a alteração de periodicidade da publicação, impressa mais espaçadamente, ou a supressão da indicação em francês das matérias tratadas.

De modo mais explícito, os autores do inventário reconheceram, em seguida, a qualidade do *Archivo Histórico Português* e lamentaram a respectiva suspensão devido à intervenção do governo republicano recém-empossado: «Esta excellente revista, cuja publicação se acha suspensa desde 1910, é um dos muitos empreendimentos intellectuaes, prejudicados pela desordem política, que desde esse anno tem avassalado o paiz. Fundada em 1903, na advertencia com que abre o primeiro número, os seus fundadores já deixavam entrever que a função que á sua revista destinavam era a de accumular materiaes»²⁰⁹.

Esta revista também se ressentiu de alguma irregularidade na sua publicação, tendo tido como colaboradores algumas personalidades que tinham trabalhado no Boletim ante-citado, para além de outros com ligação à Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, ou ao respectivo órgão de

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 12.

²⁰⁹ *Ibid.*

comunicação e informação e ainda eruditos não referidos até este momento: «Collaborada pelos mais distintos especialistas e eruditos, o *Archivo Historico* Português organizou um grupo de trabalhadores, todos mais ou menos concordes quanto aos methods e rigor de, investigação. Além dos seus directores, têm nelle collaborado Sousa Viterbo, Costa Lobo, Ramos Coelho, historiadores já fallecidos, e os Srs. Pedro de Azevedo, Antònio Baião, Brito Rebello, Júlio de Castilho, Jordão de Freitas, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Guilherme Henriques, Figueiredo da Guerra, Gomes de Brito, Vitor Ribeiro, Edgar Prestage e Maximiano de Lemos. O *Archivo Historico Português* é a primeira revista Histórica de Portugal, como repositório de materiaes, documentos principalmente. Desprezou bastante as questões de actualidades que uma Revista não pôde esquecer, e inteiramente a critica bibliographica»²¹⁰.

Quando, em 1915, a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos realizou o inventário de revistas existentes à época em Portugal, a *Revista de História* tinha três anos e uma estrutura que demonstra a complementaridade face ao *Arquivo Histórico Português* – dirigido por Anselmo Braamcamp Freire e D. José da Silva Passanha, sediado na Rua do Salitre, portador das seguintes dimensões 27,5 cm de altura por 19 de largura; acresce que a assinatura anual custava três escudos e seiscentos reis – dado que na secção de artigos o periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo confere amplo espaço à acumulação e publicação de documentos. Todavia, ao contrário do que acontecia na publicação fundada em 1903, a *Revista de História* dedicou atenção à actualidade através da Secção de Factos e Notas e à crítica bibliográfica por via do andamento específico sobre Bibliografia, desse modo intitulado. Ficam em aberto as questões suscitadas pela interrogação central segundo a qual a publicação da Rua do Salitre pode ter funcionado como arquétipo ou, inversamente, enquanto Anti-modelo da *Revista de História*. Parece-nos, contudo, que a tese da ruptura total e sem retorno não tem cabimento, dado que no plano da defesa da erudição existe uma base comum entre os dois periódicos, ainda que os redactores do inventário em análise tenham reconhecido que a revista dirigida por Fidelino de Figueiredo procurava evitar cingir-se à acumulação de materiais. Voltaremos mais adiante a comparações entre publicações e, sobretudo, no final deste capítulo, à consignação da *Revista de História*, sob o signo do veredicto dos autores da brochura da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos.

Os responsáveis pelo inventário em análise referem-se ao *Oriente Português*, revista da *Comissão de Arqueologia da Índia Portuguesa*. Este periódico foi fundado em 1914 e, em 1915, contava onze volumes, saídos com uma periodicidade anual. A

²¹⁰ *Ibid.*, p. 13.

redacção situava-se na Imprensa Nacional Nova Goa. Esta publicação surgiu para suprir a lacuna deixada pela extinção do *Archivo Português oriental* e do *Chronista de Tissuary*, cuja supressão acarretou um interregno na actividade que consistia em dar à estampa documentos imprescindíveis para a História da colónia Portuguesa e que foi retomada pela elogiada comissão que esteve na origem da revista em apreço, impulsionando-a. A vocação do periódico assentava na salvaguarda do património cultural indiano, revelando articulação com instituições locais devotada a interesses análogos: «Na Revista têm sido publicados os decretos sobre a conservação de monumentos de valor archeologico. Os archivos particulares e os da Repartição Superior da Fazenda da Índia têm aberto as suas portas aos investigadores, e muitos documentos valiosos se salvaram pela publicação no *Oriente*. Em todos os numeros se encontram artigos sobre a chronologia, epigraphia, numismatica, linguística, História indiana, etc, firmados pelos melhores nomes da *Índia Portuguesa*, quer europeus, quer indígenas. Assim o *Oriente* constitue um núcleo do nacionalismo português na Asia, onde se encontram lutadores ricos de experiencia que empregam em prol dos interesses da colónia»²¹¹.

Os redactores do catálogo organizado pela Sociedade Nacional de História sublinharam a vertente nacionalista da *Oriente*, encarando-a como uma característica positiva da publicação na qual colaboraram, em nome da causa colonialista, personalidades como «Dr. Osório de Castro, Roçadas, Ismael e Amâncio Garcia, Carmo Nazareth, Herculano de Moura, Dr. Luis da Cunha Gonçalves, Ferreira Martins, Tavares de Mello, etc»²¹²

O penúltimo nome citado também escreveu um artigo para a revista dirigida por Fidelino de Figueiredo, confirmando o relativo afunilamento do meio redactorial e intelectual português metropolitano e ultramarino no dealbar de novecentos, bem como as relações estreitas entre intelectuais de um lado e de outro do mundo, nos espaços europeu e asiático. Esta proximidade pode derivar de uma partilha de práticas historiográficas comuns, assentes na publicação de documentos escritos, desiderato que unia o *Oriente ao Arquivo Histórico Português*. Enquanto este estava suspenso aquele manteve a sua actividade, sendo encarado, nessa matéria e de modo implícito, como exemplo a seguir. Para mais, nele também eram acarinhadas ciências auxiliares da História.

Esse mesmo procedimento constituiu a base da publicação de um periódico não dedicado prioritariamente à arqueologia – ao contrário do que acontecia na Revista *Oriente* – mas incidente sobre a Genealogia, intitulado sugestiva e denotativamente

²¹¹ *Ibid.*

²¹² *Ibid.*

Tombo Histórico e Genealógico de Portugal, dirigido por um eminente colaborador da *Revista de História*, Afonso D' Ornelas e por A. Gusmão Navarro, ostentando as dimensões físicas mais generosas dentre todas as publicações consignadas à História (38 cm de largura por 25 de comprimento, provavelmente com o propósito de mimetizar a fisionomia de nobiliários e de assentos relativos a matérias do foro genealógico). A assinatura anual custava dois escudos e setecentos. A brochura em análise dedica um espaço reduzido a este periódico, fazendo sobre ele breve apreciação, na qual destaca, genericamente e sem qualquer especificação, o respectivo valor intrínseco ou o carácter luxuoso da sua aparência física: «Publica-se em fascículos de 16 páginas, desde 1 de Julho de 1911, sem periodicidade certa. É seu fim principal a publicação de trabalhos de Genealogia e Heraldica e também de História geral. Insere gravuras e a partir do numero 13 em todas as paginas ostenta vinhetas imitando gravura antiga em madeira. Nesta luxuosa revista, collaboraram principalmente, além dos seus directores, os senhores Luiz de Bettencourt, Jacinto de Bettencourt, Visconde de Faria, Nogueira de Brito, Mancellos Sampaio e Costa Veiga. Além do seu valor intrínseco, tem o merecimento do seu luxuoso apparatus material, que os seus directores cada vez mais aperfeiçoam»²¹³.

Note-se a insistência na adjectivação relativa às características gráficas consubstanciadas na existência de gravuras no interior do *Tombo Histórico e Genealógico de Portugal*, circunstância sublinhada pela primeira vez, eventualmente para testemunhar o respectivo ineditismo. Em seguida, a brochura em análise refere-se à *Revista de História*, que destacaremos mais adiante neste capítulo.

A partir desta referência, os redactores do Inventário da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos listam revistas que, desde o título, demonstram filiar-se no labor inscrito noutra ciência auxiliar da História; a bibliografia. Assim, neste âmbito, o primeiro periódico citado provém de uma instituição anteriormente referenciada pelo seu trabalho na produção de uma revista de incidência histórica de carácter geral. Nesta segunda ocasião é abordada uma publicação mais específica, também dirigida por Cristovão Ayres, intitulada: *Boletim Bibliographico da Academia de Ciências*. Volta a faltar a indicação do preço, provavelmente porque devido à vocação das iniciativas redactoriais da instituição em causa, mais centrada numa circulação restrita de ideias entre eruditos sem alargar o respectivo espectro. Os redactores da brochura em análise citam, desde o início do espaço reservado ao *Boletim*, as palavras escritas pelo líder deste periódico no final do preâmbulo ao primeiro número « (...) Este *Boletim* será publicado com a possível regularidade; e além das informações e reprodução de manuscritos que contiver, irá publicando a lista das obras que já

²¹³ *Ibid.*

pertenciam á Academia e não estavam ainda catalogadas, a nota das especies pela Bibliotheca adquiridos [sic], para que os socios da Academia e o publico, que já hoje ocorre[sic] mais numerosos à leitura, saibam estar a par do movimento scientifico e litterario dos diversos paizes, o que melhor poderemos conseguir com as indicações e requisições que nos forem feitas, nas diversas especialidades que mais particularmente interessem aos estudiosos»²¹⁴.

Estas ideias veiculadas pelo líder do periódico em rastreio, e reproduzidas no inventário, demonstram que os redactores da brochura seleccionaram a respectiva transcrição por se solidarizarem com o conteúdo nela expresso, relacionado com a preservação de documentos, de obras que anteriormente não tinham sido catalogadas e com a aquisição de espécies, concertando-se estes esforços para a internacionalização do *Boletim*, que comporta duas secções, a literária e a do catálogo, descritas do seguinte modo: «(...)A primeira tem por objecto: 1. Imprimir manuscritos inéditos que a Academia possua ou os conservados nas demais colecções publicas e particulares; 2. Inserir os trabalhos bibliographicos dos academicos ou dos sabios que não fazem parte da Academia; 3. Reproduzir os estudos bibliographicos publicados em jornaes e periodocos portugueses que não tratam especialmente de bibliographia; 4. Sob a rubrica *Miscellanea*, dar em cada fasciculo, alguns informes acerca de bibliotecas nacionaes e estrangeiras. O objecto da segunda secção é publicar a lista das obras que já pertenciam á Academia e não estavam ainda catalogadas e a das obras adquiridas ou offerecidas á sua Bibliotheca»²¹⁵.

Esta insistência nas publicações da Academia de Ciências de Lisboa acompanha e segue o carácter prolífico e multifacetado da respectiva actividade editorial, mas não se lhe restringe, ultrapassando-o, patenteando a admiração dos redactores do inventário em análise pela instituição em causa. Este apreço encontra-se plasmado na pormenorização das descrições efectuadas. Provavelmente a *Revista de História* procurou mimetizar a natureza exaustiva dos procedimentos bibliográficos levados a cabo pela Academia, acolhendo esforços afins na *Secção de Bibliografia* que dedicou ao assunto, na de *artigos* e no andamento consignado aos *factos e notas*. Assim, na primeira divisão redactorial exposta foram impressos manuscritos que a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e /ou os seus colaboradores possuíam e deu-se destaque a alguns trabalhos bibliográficos realizados pelos referidos eruditos ou por outros que não pertenciam à instituição. Quando essa inserção não se realizava publicitavam-se os esforços intelectuais afins no espaço do periódico

²¹⁴ *Ibid.*, p. 14.

²¹⁵ *Ibid.*

destinado à actualidade ou naquele reservado à bibliografia, no qual compareciam referências a instrumentos bibliográficos presentes em jornais e noutros periódicos.

A publicação listada em seguida, o *Boletim Bibliographico da Biblioteca da Universidade de Coimbra* confirma a ausência quase total de revistas no dealbar do século XX exclusivamente devotadas à análise de temáticas pertencentes ao âmbito da História, prevalecendo a construção de suportes heurísticos à actividade dos historiadores, subjugando-se esta a esse imperativo. O já referido *Arquivo Histórico Português* é uma excepção neste quadro, mas apenas parcial, dado que a crítica de documentos não se sobrepõe ao acto mais frequente de publicá-los, nem, muito menos, dá origem a um salto interpretativo subsequente.

Os autores da brochura em exame organizam as publicações que conhecem com a preocupação de não esquecerem nenhuma²¹⁶ – de modo a incentivar a respectiva consulta por parte dos eventuais interessados –, mas também com o intuito, subreptício mas decisivo, de destacar a *Revista de História* enquanto a mais historiográfica e hermenêutica de todas as iniciativas editoriais centradas em questões ligadas a Clio. Note-se que o *Boletim* da Instituição coimbrã referida não testemunha a actividade intelectual da Faculdade de Letras da respectiva universidade, situação que comprova a falta de revistas universitárias de história sublinhada no sub-capítulo anterior. Pelo contrário, o *Boletim* em análise documenta o trabalho bibliográfico da biblioteca à qual pertence: «Esta revista é succedania da que, anteriormente, com o titulo de *Archivo Bibliographico*, com outro formato e sem colaboração, se publicava como registo do movimento da *bibliotheca* universitaria de *Coimbra*. Na sua nova phase, iniciada em Janeiro de 1914, segue um plano mais comprehensivo, pois que não só se dá a relação das publicações recebidas e um catalogo de manuscriptos da mesma bibliotheca e publica alguns ineditos,mas tambem insere artigos de caracter historico e critico-litterario que constituem a sua secção intitulada *Varia*. São seus habituaes colaboradores a Sra. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e os srs drs. Teixeira de Carvalho, Dr. Luciano Pereira da Silva e Simões de Castro. É lamentavel que por exigência legal houvesse esta publicação de tomar nome diverso, quebrando assim com modos de numeração dos volumes a existencia já antiga do órgão da bibliotheca da Universidade de Coimbra»²¹⁷.

²¹⁶ Sobre as revistas de História não referidas como tais pela brochura da Sociedade Nacional de História convém consultar: Rosalina Branca da Silva Cunha – Repertório de revistas portuguesas da história: 1818-1974. In *Separata da Revista da Biblioteca Nacional*, nº 2, Lisboa, 1981; José Manuel Mota de Sousa e Lúcia Veloso – *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1987, p. 7 e ss; José Manuel Tengarrinha – *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Portugal Editora, 1965. Relativamente ao inventário da Imprensa Periódica oitocentista destaca-se o trabalho de: Gina Guedes Rafael e Manuela Santos – *Jornais e revistas portuguesas no século, XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

²¹⁷ *Revistas Portuguesas, Inventário...*, p. 15.

O *Boletim bibliográfico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra* confirma a vigência editorial mais comum nas primeiras décadas do século XX de uma matriz de tendência bibliográfica em revistas classificadas como *Históricas*. No entanto, contorna-a a parcialmente, ao inserir no seu seio trabalhos de *carácter histórico e crítico-literário*, agrupados numa secção que, pelo seu título, *Varia*, parece excêntrica face ao âmbito dominante na publicação. Mais uma vez verifica-se que, neste Boletim, a exemplo do que aconteceu noutros periódicos, um dos colaboradores também contribui com o seu saber nas páginas do órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, na circunstância Luciano Pereira da Silva. Por outro lado, os autores da brochura em análise lamentaram, de modo suave mas efectivo, a mudança de nome do *Boletim* em causa, implicando duas formas diversas de numeração dos volumes. Resultam implícitas as dificuldades de acesso ao acervo respectivo que isso podia implicar. Ligados a um projecto editorial, os redactores do inventário comprovavam possuir sensibilidade especial para perceber questões relacionadas com a circulação dos periódicos e respectiva difusão junto dos públicos potenciais em formação. Do ponto de vista das dimensões, esta publicação possuía uma altura de 24 cm e uma largura de 16,5, tendo como director um professor da Universidade de Coimbra, Marnoco e Sousa. O preço rondava os mil reis.²¹⁸

Por seu turno, do ponto de vista formal, os *Annaes das Bibliotecas e Archivos de Portugal* ostentavam uma fisionomia mais imponente, assente nas seguintes medidas: 28 cm de altura por 19,5 de largura, ficando eventualmente a dever-se esta circunstância à natureza deste periódico, patente e plasmada no título. Os autores do inventário da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos observaram que a publicação em análise, dada à estampa entre 1901 e 1912 na sua primeira série, apenas publicara três números, revelando enormes dificuldades em impor uma cadência e periodicidade certas. O novo impulso editorial encetado em 1914 beneficiou de uma conjuntura específica e frutífera que obrigou a dar notícia de um conjunto vasto de incorporações de obras na Biblioteca Nacional desde 1911: «Esta revista, que encetou a sua publicação em Outubro de 1914, veio succeder ao antigo *Boletim das Bibliothecas e Archivos*, que durou de 1901 a 1912, e tem, á data do appareciemnto deste inventário, apenas 3 numeros publicados. Adopta na contagem dos annos o systema escolar. Tem o tomo minimo de 48 páginas. É collaborada principalmente pelos funcçionarios das bibliothecas e archivos e é muito importante para quem deseje inteirar-se das encorporações, que vão sendo feitas nas bibliothecas officiaes. Os numeros publicados contêm nota completa de todas essas

²¹⁸ *Ibid.*

incorporações, nos ultimos quatro annos muito numerosas em consequencia de haver sido decretado que os bens das corporações atingidas pela lei da separação do Estado das Igrejas revertissem a favor do Estado. De algumas das bibliothecas religiosas e archivos ecclesiasticos, dos cartoriaes, tambem mandados incorporar por lei posterior, de collecções particulares cedidas e compradas, dão os *Annaes* circunstanciada noticia descritiva. O numero 1 contém ainda um plano de organização dos Serviços de Catalogação na Biblioteca Nacional de Lisboa, de importancia. Desde o numero 2 tem publicado inéditos do fallecido historiador Costa Lobo»²¹⁹.

A Biblioteca Nacional de Portugal estava a passar por uma fase algo indefinida, de organização dos seus arquivos no dealbar de novecentos, na qual se faziam tentativas diversas, baseadas em concepções distintas, consoante o projecto directivo que liderasse a instituição. Esta constituía o pólo mais importante de conservação e centralização documental no início da Primeira República. No inventário em análise explica-se sumariamente esta situação e o impasse dela decorrente, insinuando-se em 1915 uma crítica ao que se estava a passar e que se concretiza de modo contundente e sem hesitações no primeiro relatório da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, analisado no próximo capítulo. Daí que não seja de estranhar a alusão referida em tom mais descritivo do que portador de um ímpeto de avaliação.

Na brochura em análise, os respectivos redactores dedicaram um espaço à descrição da *Revista de História*. A anteceder a análise e caracterização das origens e da actividade dos primeiros anos da agremiação que criou o periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo expomos, em seguida, as palavras que expressam as reflexões dos redactores do inventário em análise sobre a referida publicação, através das quais se percebe um pouco melhor a natureza dela, bem como os respectivos propósitos genéricos: «Esta revista é órgão da Sociedade, acima alludida, e publica-se trimestralmente, com plena regularidade. Cada numero contém 96 páginas, mediamente. Publica artigos de synthese, preferentemente de Historia e litteratura nacional; trabalhos completos por fragmentos; documentos inéditos, noticiario dos factos que em Portugal mais importem aos estudos históricos e seu ensino, e um cuidado registo critico da bibliographia histórica que se vae produzindo. A *Revista de História* procura conciliar a funcção de archive de materiaes á de synthese, promovendo a divulgação de fontes e a construcção da historia. Tambem se interessa pelos problemas theoricos das sciencias historicas e do seu ensino (...)»²²⁰.

²¹⁹ *Ibid.*

²²⁰ *Ibid.*

Estas linhas programáticas estavam presentes na circular fundadora da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos que utiliza a *Revista de História* como um dos principais meios específicos ao seu dispor para veicular e defender o aprofundamento de temáticas – como a História e a Literatura – e de metodologias, sem esquecer a publicação e análise de documentos, mas também a respectiva síntese, encarada esta enquanto corolário das atitudes cognitivas presentes em momentos prévios. Por outro lado, o periódico em questão procurava dedicar atenção a matérias de incidência teórica no que tange ao respectivo âmbito historiográfico, pouco comuns ou pelo menos não notadas nas abordagens presentes nas outras *revistas históricas*, mais vocacionadas para a acumulação de documentos e menos para o seu tratamento crítico, assentando a sua visão no decalque frequente dos procedimentos dos antiquários ou dos coleccionadores. O *Arquivo Histórico Português* aprofundara esta vertente, mas acrescentou-lhe uma dimensão voltada para um método filológico, maioritariamente incipiente. A *Revista de História* pretendeu continuar esse percurso sem esquecer as perspectivas tradicionais até então vigentes.

Manteve-as em larga medida, acrescentando-lhes, todavia, uma preocupação mais explícita com os problemas sociais decorrentes do devir histórico coevo, e colocando-se perante eles de modo bem diverso do patenteado pelo periódico fundado por D. José Passanha e dirigido por Anselmo Brancaamp Freire: «A *Revista de Historia* e o *Archivo Histórico Português* são actualmente as principaes revistas portuguesas de sciencias historicas , cada uma com a sua indole propria . A primeira não se alheia de propositos sociaes, antes se propõe contribuir para a diffusão do tradicionalismo historico, oppondo-o ao racionalismo actualista e irreverente que tem dominado as esferas politicas»²²¹.

Para os redactores da brochura em causa, o periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo possuía, de par com o congénere mais antigo citado, um pioneirismo que a consideração das outras revistas históricas permitiu destacar, por comparação, num panorama exíguo e escasso no tocante à quantidade de publicações afins nos finais do século XIX e durante as primeiras duas décadas do seguinte. Daí que os responsáveis da Circular da Sociedade Nacional de História tenham sentido a necessidade e o apelo de construir essa instituição e criar um órgão de comunicação e informação próprio. Por certo conheciam o contexto editorial português de revistas de História e o seu lugar pouco impressionante, também no plano qualitativo e simbólico, uma vez que, apesar da excepção parcial protagonizada pelo *Arquivo Histórico Português*, o quadro geral confirmava a ausência de ideias orientadoras dos projectos entretanto

²²¹ *Ibid.*, p. 13.

realizados, que se reflectia na respectiva volatilidade ao nível da cadência e da periodicidade, ainda que sob o ponto de vista da duração tenha sido verificada certa perenidade das iniciativas editoriais devotadas a Clio, apesar das dificuldades financeiras ou de fixação de públicos que acarretaram, muito ficando a dever-se esta circunstância à inexistência de uma comunidade estruturada de historiadores em Portugal à entrada da segunda década de novecentos. Por outro lado, o meio intelectual português era escasso, situação que pode ter contribuído para a relativa centralização das revistas de História na cidade de Lisboa. Convém tornar mais explícitas algumas das observações apresentadas ao longo deste capítulo, sintetizando-as.

A *Revista de História*, conforme se comprovará nos andamentos desta investigação dedicados à análise dos seus conteúdos, parece ter seguido – conscientemente ou não – a estrutura organizativa de conteúdos patente na *Historisch Zeitschrift*, na *Revue Historique*, na *English Historical Review*, na *American Historical Review* ou na *Rivista Storica* – de formas diversas, em graus e moldes distintos – ainda que no inventário realizado pela Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos em 1915 tenha faltado referência a esses títulos europeus, eventualmente em detrimento dos precursores românticos do seu órgão de comunicação e informação. Desconhecemos os motivos desta situação. Ter-se à devido à ignorância face aos periódicos científicos internacionais devotados a Clio, ou, inversamente, reflecte prudência e cautela face a novidades, em favor do respeito pelas tradições de saber estabelecidas?

De qualquer modo, parece lícita a hipótese segundo a qual a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos assumiu, preferencialmente, um lastro romântico na redacção do inventário analisado, por razões que se prendem, eventualmente, com a escassez ou inexistência de debate historiográfico aprofundado em Portugal nas primeiras décadas do século XX.

Este cenário não impediu que, por outro lado, na maioria dos casos da imprensa especializada – executando talvez o exemplo americano –, como na publicação portuguesa, a predominância dos directores nos respectivos projectos editoriais fosse incontestável, sendo mais ou menos autónoma, partilhada ou sustentada por instituições ou conselhos de suporte. Este conjunto de publicações aliou a erudição historiográfica a um método crítico, dominando o âmbito tradicional de abordagem da primeira no periódico liderado por Fidelino de Figueiredo, embora articulada essa prevalência com uma tentativa de ultrapassá-la. Todavia o *modelo da escola metódica* não foi devidamente aprofundado na sua vertente hermenêutica. O director da *Revista de História* pretendia ter em conta esse método, mas tentava compaginá-lo com

reparos superadores. Nessa medida, a análise historiográfica era relevante, desde que completada por uma síntese que nela se baseasse e se lhe seguisse. A *Revue de Synthèse Historique* pode ter servido de modelo na defesa de actividades cognitivas de índole sintética. Contudo, o aprofundamento teórico de tal desiderato – aliado à defesa da imaginação do historiador – patente no periódico francês, não teve correspondência na iniciativa editorial portuguesa em questão. Por outro lado, esta não arregimentou tanto a dimensão crítica e bibliográfica quanto a *Revista La Crítica*. No entanto, a Historiografia tradicional manteve larga influência na *Revista de História*. Apesar de nela ter sido matizada, relativizada e criticada, resistiu impressivamente, confirmando que podemos estar perante um periódico eclético e sincrético, conforme se verá em seguida, através da abordagem das origens institucionais do periódico.

CAPÍTULO III – Apontamentos sobre a Sociedade Nacional de História: Instituição Criadora da *Revista de História*

3.1. A Circular Fundadora da Sociedade Nacional de História

Em 1911, personalidades tão diversas como: Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, então secretário de segunda classe da Academia de Ciências de Lisboa e professor de História da escola do exército; David Lopes, professor da Faculdade de Letras de Lisboa e sócio correspondente da referida Academia; José Leite de Vasconcelos, sócio efectivo da agremiação das ciências supracitada e director do Museu Etnológico Português, juntaram-se na redacção, subscrição e publicação de uma circular destinada aos profissionais de História de todo o país com o intuito de, através dela, lançar e divulgar as bases de uma instituição denominada Sociedade Nacional de História. Um breve relance sobre o perfil profissional de cada um dos envolvidos permitiu a Luís Reis Torgal afirmar que Fidelino de Figueiredo é essencialmente um polígrafo, enquanto as restantes personalidades se dedicam a áreas mais circunscritas do saber: «Todavia, Fidelino de Figueiredo não foi propriamente um historiador, entendendo a História no sentido estruturado e duro do ofício. Foi sim um intelectual polímorfo: um romancista, um crítico literário, um ensaísta, um filósofo e um teórico da História, um intérprete da realidade presente, mas também um historiador da literatura, área em que se iniciou muito jovem. [Sobre Cristóvão Aires, David Lopes e Leite de Vasconcelos, Torgal diz o seguinte, agregando-os] (...) Eram três intelectuais com tendência para a especialização, mas que ao mesmo tempo viam a História numa perspectiva *filosófica, tendendo para as grandes sínteses e para a interdisciplinaridade*»²²²

A circular que deu origem à Sociedade Nacional de História defende a ciência de Clio como a conjugação da crítica e interpretação da realidade fidelinianas com a construção de um sentido filosófico e de sínteses, sendo encarado o documento fundador enquanto instrumento indispensável da consciência individual e colectiva. Veremos se estas características estão presentes na prática da agremiação, revelando, em caso afirmativo, a relação de forças existente. Torna-se curioso verificar que todos os autores citados, com a excepção de Fidelino de Figueiredo, pertenciam, à data de realização da circular, à Academia das Ciências de Lisboa, alguns em posição de destaque. Talvez por

²²² Luís Reis Torgal – Sob o signo da Reconstrução Nacional, Fidelino de Figueiredo e a Sociedade Nacional de História. In Luís Reis Torgal e José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga (org.) – *História da História em Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p.227.

isso, e para não duplicar instituições e evitar concorrência ou redundância de propósitos e objectivos, resolveram criar uma sociedade, de modo a contornar colisões de interesses e melindres pessoais. Note-se que a secção de letras da Academia de Ciências também se dedicava à História, mas numa linha enciclopédica e omnívora, confundindo-a com a memorialística, a literatura, a filosofia, numa perspectiva humanista em sentido amplo, daí que convinha respeitar os respectivos trabalhos de inventariação e catalogação do património documental e histórico, compaginando essa experiência acumulada com um entendimento da História como disciplina autónoma, portadora de temas menos amplos, objectos mais circunscritos e métodos próprios, distintos dos praticados nas ciências naturais e centrais face aos das outras ciências que se pretendiam humanas.

O debate da Historiografia actual em torno da História como disciplina e profissão é bastante elucidativo, dado que alguns historiadores defendem que, nalguns países da Europa, como a França, foram as academias que, a partir do século XVII, encetaram, aceleraram e consolidaram o processo de legitimação, institucionalização e certificação de saberes, nomeadamente historiográficos. Outros sustentam que, embora aquelas tenham funcionado como catalisadores da *cientificação*, a profissionalização, que conferiu estatuto de cientistas aos historiadores, deu-se através das universidades, com frequência e intensidade a partir de meados/finais do século XIX. Pelo meio, e por isso tendencialmente híbridas, surgiram, desde os inícios do século, as Sociedades Nacionais. Tendemos a conciliar ambas as leituras, dado que pretendemos confirmar se a Sociedade Nacional de História portuguesa partilha ou enferma de certo hibridismo referido, sendo difícil defini-la.

A circular em vertente análise parece solidária de uma transição entre as Academias e as Universidades. Blandine Barret-Kriegel, defensora da primeira hipótese de institucionalização da História, radicando-a nas academias beneditinas do século XVII, de Saint-Maür, reconhece: «Les héritiers de l'histoire savante aux XIXe et XXe siècles, en avouant la dette qu'ils ont contactée avec elle, définissent son innovation comme un processus de production des archives»²²³.

Esta herança não se encontra explícita no documento em questão, mas nele defende-se o respeito escrupuloso pela exegese documental como uma das vertentes centrais no ofício de historiador. Contudo, os proponentes do documento, pelo simples facto de o fazerem, incorporam essa *linhagem cultural*

²²³ Blandine Barret-Kriegel – *Les Académies de l'histoire, Paris: Presses universitaires de France*, [s.d.], p. 8.

da Academia de Ciências de Lisboa, sem a mimetizá-la. Curioso o silêncio e a ausência de qualquer referência à Academia Real da História Portuguesa, fundada por D. João V.

O documento fundador da Sociedade Nacional de História foi publicado em Abril de 1911, no número quatro da vigésima nona série do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. A fonte em vertente análise evidencia, pela sua natureza, dado que se trata de uma circular, a necessidade de se constituir como um meio de comunicação rápido e abrangente, de forma a contribuir para a transmissão e disseminação eficaz da mensagem, cujo núcleo se situa na resposta institucional ao isolamento e à dispersão dos historiadores, acrisolados nos esforços individuais relativos à consolidação da respectiva erudição, sem terem oportunidade de dar a conhecer, num espectro alargado, os respectivos trabalhos e não dispoñdo também de uma instância reguladora da qualidade científica das investigações e promotora de debate e troca de impressões entre intelectuais. A criação da Sociedade Nacional de História pretende colmatar essas lacunas, ou pelo menos atenuá-las, uma vez que materializa o espaço público de convívio e intercâmbio entre os seus futuros membros e o meio social mais amplo a que estes pertençam, influenciando-o e sendo por ele condicionados ou afectados. A Sociedade Nacional de História efectua um esforço de constituição de um meio científico que congregue os cultores de Clio e faça deles uma comunidade, de modo a enfrentar e reverter o seguinte quadro: «Dispersos por vários pontos do país ou recolhidos em isolamento (...), existem varios profissionaes de sciencias historicas; sem o favor do publico, sem a discussão, portanto construindo benedictinamente obras que quasi passam sem exercerem acção social e sem contribuirem para o progresso dessas sciencias, como lhes cumpria»²²⁴

Estas palavras inauguram o documento fundador da Sociedade Nacional de História e constituem uma declaração de intenções, pelo tom assertivo e pela concepção de História veiculada na mensagem, segundo a qual a erudição, desvinculada de um meio social, cultural e científico envolvente, se encontra incompleta e amputada. O estrito investimento na acumulação de saberes, e na cognição histórica obtida por essa via, resulta, alegadamente, estéril.

²²⁴ Cristóvão Aires [et al] – Sociedade Nacional de História. In *Boletim da Academia de Ciencias de Lisboa*, 29.ª Série, n.º 4, Lisboa, 1911, p. 120.
Cfr. *Circular Fundadora da Sociedade Nacional de História*, anexa a esta dissertação.

3.2. Uma *Sociedade de Saber* herdeira das Academias?

Jean-Pierre Chaline procurou rastrear em dicionários e enciclopédias a definição de *Société Savante* e percebeu que se trata de um conceito fluido, elástico, plural, avesso a um sentido unívoco ou dogmático, demonstrando ser essa conceptualização dependente de momentos históricos concretos de cada país. A pesquisa daquele investigador recaiu sobre a França. Começou por uma obra de referência oitocentista, o dicionário de Littré, discípulo de Comte, segundo o qual as sociedades de saber eram reuniões ou associações de homens de ciência, sem especificar quem eram estas personalidades, quais os percursos intelectuais que trilharam, faltando aprofundar que tipo de conhecimento científico era praticado ou teorizado nas referidas instituições, passando-se ao largo dos respectivos métodos, ou do modo de agrupamento dos cientistas. Ficou apenas esboçada, de modo difuso, a necessidade de uma comunidade de cultores de conhecimento, ao arremate do estabelecimento de regras do seu funcionamento. Neste particular, a Sociedade Nacional de História encetou um esforço mais concreto de circunscrição, dirigindo o seu repto apenas a historiadores, não tendo especificado, todavia, qualquer critério na formação de grupos ou hierarquias na sua constituição, condicionante do respectivo desenvolvimento. No dicionário Larousse, e, sobretudo, na Grande Encyclopédie Française, Chaline divisou uma noção mais alargada de *Société Savante*: « la série des Larousse ouvre un peu plus le champ parlant ainsi de “corps dont les membres possèdent des connaissances scientifiques ou érudites et en discutent”. La société savante, dans le sens aujourd'hui hui donné a ce mot, est une reunion d hommes de science, de lettres, d érudits, de penseurs, qui mettent en commun leurs efforts, leur savoir et leurs ressources en vue de faire progresser ou prospérer la branche de connaissances humaines à laquelle ils se sont spécialement adonnés ou qui les interesse particulièrement definition plus ample, plus académique que les precedentes, définition, surtout, un peu louangeuse, faisant vraiment de ces sociétés, loin des railleries d une certaine littérature, un incontestable agent du Progrès (...)».²²⁵

Importa perceber os modos como os contemporâneos dos intelectuais citados e os seus antecessores oitocentistas encaravam as *Sociedades de Saber*, em Portugal e noutros países, mormente naqueles situados no eixo central da

²²⁵ Jean Pierre Chaline – *Sociabilité et Érudition les sociétés savantes en France*. Paris: éditions du C.T.H.S., 1988, p. 15.

Europa e mais influentes no plano político, económico e cultural, como a França e a Alemanha, ou a Inglaterra²²⁶.

Um relance pela História francesa das *Sociétés Savantes* obriga a surpreender os esforços pioneiros do Ministério da Instrução, mormente do respectivo *Centre des Travaux Historiques*, que desenvolveu a sua acção consubstanciada no aparecimento de listas recenseadoras das instituições existentes desde 1834. Destacou-se, neste âmbito, Guizot, que muito fez em prol das referidas agremiações de saber. Em 1846, o Ministro Salvandy continuou esse trabalho, incentivando a evolução na matemática, nas ciências naturais, na medicina, no direito e nas ciências humanas, áreas às quais se dedicavam as *Sociétés Savantes* existentes.

As listas citadas forneciam uma breve História de cada uma das suas agremiações, sem descurar as respectivas actividades, os regulamentos e a discriminação do nome e número de sócios. Esta tarefa conduziu a inventários anuais de mil páginas, que se tornavam caros para os principais destinatários, as sociedades recenseadas. Estas vicissitudes ligadas à economia, conjugadas com a instabilidade política, levaram à suspensão de iniciativas bibliográficas de largo alcance. Foi preciso esperar até 1862 para que se tenha efectivado a publicação de nova lista em França, centrada apenas numa parte das *Sociétés de* província. Durante a Terceira República francesa, o *Centre des Travaux Historiques* (C.T.H.S) procurou corresponder-se com as associações locais, cujos comportamentos resultaram díspares.

Algumas manifestavam escasso empenhamento na actividade recenseadora, enquanto outras punham em prática uma noção muito abrangente de *Sociétés Savantes*, reclamando honras e subvenções providas da administração central, que, a partir de 1894, procurou inventariar as revistas e boletins publicados pelas agremiações culturais referidas, de modo a estabilizar o interesse científico como critério distintivo das instituições. Paralelos aos recenseamentos estatais em França, surgiram os inventários privados, nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, demonstrando a persistência do interesse público pelas *Sociétés Savantes*. Mesmo a *Bibliographie des Sociétés Savantes*, realizada em 1886 por Lefèvre Pontalis, sob os auspícios do C.T.H.S., revelou apetência pela ciência, História e arqueologia, deixando de lado

²²⁶ Nos primeiros anos do século XXI parece prevalecer uma imagem caricatural das ditas sociedades, sobreviventes episódicas e anacrónicas de um mundo perdido, prévio à emergência dos meios de comunicação de massa, dos digitais e da comunicação em rede. Este quadro *passadista*, imóvel e indiferente à passagem dos séculos, atingiu a prática erudita, assente na recolha selecção, classificação e interpretação de documentos, que sobrevive com prestígio apenas em círculos restritos, académicos ou universitários, nos quais constitui símbolo de distinção, que confere autoridade a quem dela for portador.

as sociedades de horticultura ou agricultura. Inversamente, o *Annuaire des Sociétés Savantes de la France*, realizado em 1866 por via da iniciativa particular do erudito Hericourt, as matérias agrícolas foram incluídas no inventário, prolongando-se este critério no *Annuaire International de Sociétés Savantes da autoria de Henry Delaunay*.

Os problemas de contabilização das Sociedades de Saber não se extinguem na fixação da respectiva natureza ou definição. A lógica que preside ao agrupamento de agremiações também é fluida e resulta ambígua. Se, por um lado, o nascimento das instituições é mais simples de apurar - ainda que o aparecimento efectivo e o reconhecimento legal raramente coincidam -, o respectivo fim torna-se problemático, dado que, por vezes, passa despercebido, nomeadamente quando existem fusões ou transmutações institucionais, que tornam difícil a distinção entre suspensão das actividades e transformação das agremiações que as promovem.

Jean Pierre Chaline tentou definir *Sociedades de Saber*, a partir do modo como foram tratadas pela literatura francesa do século XIX. Esta anamnese sustenta-se em exemplos concretos e pode fertilizar uma abordagem centrada na Sociedade Nacional de História Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, servindo-lhe de suporte, referência e, eventualmente, contraponto²²⁷.

Nas primeiras décadas do século XIX, escritores de renome, como Balzac, nunca tomaram as Sociedades de Saber e locais como cenários ou temas principais dos respectivos romances, nem escolheram os membros ou frequentadores das respectivas agremiações enquanto personagens centrais dos enredos. Ao invés, sempre que essas instituições compareceram nos textos romanescos, tal aparição deu-se sob o signo da fugacidade, do distanciamento, da ironia, ou do paternalismo parisiense face às sociedades de província.

O silêncio sobre tais espaços e respectivas personalidades era sempre mais pesado e a ausência de referência impunha-se na maior parte das ocasiões, situação que não retira significado ou espessura a essas lacunas, antes adensa a sua existência, e demonstra a visão negativa que impendia sobre as *Sociedades*, tidas como centros de erudição desligada da realidade e do devir do quotidiano ou, no extremo oposto, identificadas enquanto espaços de sociabilidade próximos

²²⁷ A análise do historiador francês, apesar de aliciante e sedutora, dado que se detém sobre o universo da literatura, pode comportar alguns perigos decorrentes, paradoxal e precisamente, desse tipo de abordagem, uma vez que se socorre, para o efeito, de testemunhos que, sendo de primeira ordem, ou directos, sobre eles impende uma transfiguração imaginativa que impede ou difere o reconhecimento literal de pessoas, acontecimentos, ou situações, em detrimento da natureza ficcional das intrigas que se impõe, obrigando a um esforço de decodificação do universo do simbólico ou à sua consideração condicionada e previamente identificada com os matizes que lhe são inerentes, nomeadamente os que se prendem com a especificidade e diversidade das representações literárias.

dos antigos cafés ou salões onde a actividade intelectual, centrada na bibliofilia ou na pesquisa documental é subalternizada face às leituras de jornais, ao debate de questões políticas ou à degustação de alimentos, ingestão de bebidas, realização de negócios. Esta sociabilidade ampla rompe o estrito circuito da procura de conhecimento livresco.

No decurso do Segundo Império também Flaubert dedicou algumas, escassas, páginas às *Sociedades*. As referidas instituições aparecem, pela primeira vez, na correspondência do escritor, que volta a recriar indirectamente o seu ambiente através de duas personagens que dão nome a um título publicado numa fase mais avançada da carreira *Bouvard et Pecouchet*, dois intelectuais autodidactas. Contudo, nesta obra, as Sociedades constituem uma referência esbatida, longínqua, impressionista, sobre elas impende um preconceito *parisien* que desfoca e caricatura as instituições locais espalhadas pela França. Conforme aduz Jean-Pierre Chaline: «C'est au reste dans cette dernière oeuvre que Flaubert s'approche le plus de notre sujet, au point qu'on s'attend sans cesse à ce qu'il l'aborde explicitement(...) Le Romain, certes, est inachevé mais il ne semble pas que Flaubert ait envisagé ces péripéties supplémentaires ou son ironie, pourtant, eût trouvé sans peine une riche ironie»²²⁸.

Esta tendência de desvalorização das *Sociedades* foi prolongada por um outro romancista célebre. Anatole France era oriundo da Normandia, região activa e prolífica, à época, nesta matéria. O seu pai exercia a profissão de bibliotecário. Pode dizer-se que o romancista nasceu no meio dos livros e conhecia bem o ambiente das agremiações culturais locais. Todavia, causa relativa estranheza o grande distanciamento que delas manteve na vida adulta, no que tange à sua escrita ficcional. Parece apropriado o balanço efectuado por Jean-Pierre Chaline para o caso francês, partindo de um comentário a Anatole France: «Autant dire, là encore qu'on ne trouvera pas une exploitation plus poussée du thème. Il faut en prendre son parti: pas assez pittoresque, sans doute, le sujet qui nous interesse, n'a guère inspire les grands écrivains du siècle dernier. Pour Le voir Développé avec quelque ampleur, il faut descendre très nettement d'un cran et à défaut des premiers noms, chercher dans l'œuvre – en son temps, d'ailleurs, parfois mieux connue – des auteurs d'un moindre rang. Si la littérature *physiologique*, fort à la mode dans le premier tiers du XIX siècle, de l'Ermite aux Français peints par eux-Mêmes, semble avoir négligé le type de l'érudit et un phénomène de sociabilité

²²⁸ Jean Pierre Chaline – *Sociabilité et Érudition...*, p. 6.

culturelle pás encore arrivé au plein de sa croissance, il n'en est plus de même dans les décennies suivantes (...)»²²⁹.

Todavia, à entrada do século XX, os redactores do projecto da Sociedade Nacional de História reconhecem os intuitos sociais que os motivam e enfatizam o respeito pelos signatários cuja adesão pretendem conseguir, encarando a ciência histórica essencialmente sob o prisma da sua função social, sem olvidar o respectivo papel no centro das restantes ciências humanas nascentes: «Parece superfluo fazer o elogio da História e da sua função social. Todavia, pedimos licença para lembrar que o incremento dos seus estudos, durante o século XIX, se tornou a feição intellectual predominante desse seculo, determinando consecuencias moraes ou sociaes tão profundas como as das sciencias naturaes do século XVIII. Com effeito, o racionalismo, essa concepção unilateral do mundo e da vida, e mais do mundo que da vida, que queria construir uma norma moral e uma organização social sobre os elementos das sciencias, fundava-se na crença numa verdade objectiva, impessoal e intemporal, simples coordenação das sensações elaboradas, já destrinçadas dos seus elementos subjectivos. É que o racionalismo, erradamente, alargava o seu ambito e ponto de vista, aos factos sociaes, que requerem, para o seu estudo, um methodo inteiramente vario e um modo de ver diametralmente opposto, o humano. Por isso faliu a tentativa duma sociedade racional, que Revolução Francesa tentou edificar»²³⁰.

A Sociedade Nacional de História apresenta o seu próprio corpo doutrinário, assente em concepções especificas acerca da História como ciência, ideias essas que informam as diversas funções sociais desta área de saber, oponíveis às perspectivas universalistas e racionalistas da Revolução Francesa, tomadas em bloco, como um conjunto homogéneo, insusceptível de ser abordado como detentor de contradições internas, que poderiam impedir o processamento, posto em prática, da sua liminar rejeição. Sublinhe-se que o suposto Republicanismo radical de alguns dos membros do Partido Republicano português, se encontrava no governo desde 5 de Outubro de 1910 e procurava implementar alguns princípios alegadamente jacobinos, impostos após 1789 naquele país europeu.

O documento que institucionaliza a Sociedade Nacional de História e o periódico a que esta dá origem, podem ser encarados como peças de resistência a uma orientação dominante nos primeiros anos da República Portuguesa. Para Luís Reis Torgal: «O movimento nacional e nacionalista da História, conforme dissemos, estava afinal em marcha, desde o início da República, ou mesmo bem

²²⁹ *Ibid.* p. 8.

²³⁰ Cristóvão Aires [et al] – *Sociedade Nacional de História...*, pp. 120-121.

antes. Como afirmação institucional desse movimento deve destacar-se a Sociedade, à qual deu início a circular que Fidelino de Figueiredo (1889-1967) dirigiu a todos os profissionais portugueses das ciências históricas. Esta circular é da maior importância, não só pela linha de orientação temática que apresenta, mas igualmente pela nova metodologia que aponta para a História»²³¹.

Tentaremos indagar até que ponto o documento fundador da Sociedade Nacional de História e as actividades que esta desenvolveu coincidem na concretização de um espírito comum, ou se a prática institucional matiza, desvia ou oblitera os princípios em nome dos quais se formou. Nesta questão entronca o facto de se encarar (ou não) a instituição em análise como parte de um movimento nacional e nacionalista mais vasto, dado que estas duas designações podem não ser sinónimas nem implicar-se mutuamente, embora tal simbiose seja também lícita e passível de concretizar-se. Enquanto a primeira aponta para um âmbito geográfico mais vasto do que as circunscrições locais e regionais, a segunda diz respeito a um conjunto de ideais, pontos de vista, ideologias, que circunscrevem e delimitam cosmovisões. Na circular em análise, uma das funções da História é investigar e divulgar a cultura dos países e das nações, em detrimento do cosmopolitismo revolucionário francês: «O principal serviço da Historia foi, pois, a modificação do criterio applicavel aos phenomenos sociaes, e disso se preocuparam particularmente os historiadores franceses do romantismo, quando procuraram explicar – avaliar, às vezes, – a Revolução Francesa, não pelo confronto hybrido com abstractos principios, que estavam em opposição com a vida, mas pelas causas tambem humanas, pelas variações temporaes da sociedade (...). Em breve, a convicção se alargára; comprehendêra-se que às coisas humanas mais do que a nenhuma outras, se tinha de applicar um criterio dynamico e temporal, um methodo psychologico que attendesse ás causas finaes, que procurasse sobretudo explicar, e menos avaliar, deixando essa tarefa aos reformadores. À ideia, melhor, ao sentimento de insensato cosmopolitismo, que, durante o século XVIII, inquinara a vida dos povos, veio succeder o sentimento nacional e o reconhecimento do modo de ser moral e social, caracteristico de cada povo, devendo-se, pois, na politica e na administração, construir, não sobre bases ideaes, mas sobre reais e específicas condições nacionaes»²³².

Na circular da Sociedade Nacional de História, a vertente cognitiva inerente aos métodos empregues na prática historiográfica não se desliga da intervenção cívica e moral. Fica claro que o povo pode ser considerado entidade análoga à

²³¹ Luís Reis Torgal – Sob o signo da Reconstrução Nacional..., p.227

²³² Cristóvão Aires [et al] – *Sociedade Nacional de História*..., p. 121.

nação enquanto o respectivo modo de ser funciona como paráfrase do nacionalismo. Este imanentismo historiográfico, que substitui os universais transcendentais pelo estudo e promoção do ser humano concreto, parece evidenciar uma leitura da História com algumas afinidades face à de Herder, que procura igualmente o humano na sua singular historicidade, ainda que sem anular um horizonte mais abrangente, no qual os esforços de cada povo se inscrevam. A História como ciência terá nascido na Alemanha, segundo os autores da circular instauradora da Sociedade Nacional de História, que sublinham o facto de também em França a Historiografia ter dado, ou emprestado, nomes como Guizot, Thiers ou Maculay à política. No caso fundacional germânico, os historiadores contribuíram na sua prática e nos respectivos discursos para cimentar e fortalecer o sentimento pátrio que presidiu à unificação dos estados alemães, superadora da fragmentação territorial, à qual a invasão napoleónica não pusera cobro, mas concorrera para agigantar uma identidade nacional que tardava e foi precipitada pela resistência ao *inimigo*: «Quando se percebeu que as invasões de Napoleão, provocando a defesa nacional e não uma simples guerra política, haviam despertado o sentimento patrio, os historiadores, herdando esse sentimento, transformaram-no em systema político, fundamentaram-no, dando assim justificação á politica dos Hohenzollern. E esta conjucção, este parallelismo, encontra-se mesmo num espirito, no barão de Stein, que foi, simultaneamente, o fundador de politica nacionalista e o creador da escola historica allemã. Então congregaram-se, convictos da efficacia de um meio especial, e em 1819 fundava-se a Sociedade Histórica, á qual pertencem, entre muitos outros, os nomes gloriosos de, Niebuhr, irmãos Grimm, Heer, Pertz, Dahlmann, Savigny, irmão Schlegel, Schlösser e Raumer. Tambem a Rumenia, no movimento do nacionalismo e de progresso que mostra, fundou uma Sociedade Historica, recentemente»²³³.

Parece perfilar-se através de nomeação directa por parte dos autores da circular, o duo institucional de referências directas e explicitas a agremiações internacionais sobre a Sociedade Nacional de História. Os redactores do projecto fundador encarariam tais exemplos estrangeiros apenas como tais, ou procuravam situá-los como precursores do empreendimento português? Vê-los-iam enquanto influências, *sombras tutelares*, arquétipos ou modelos, sendo que pode haver diferenças entre as quatro situações?

Convém indagar se a precedência conferida ao caso germânico respeita apenas a cronologia das fundações, ou se, cumulativamente, configura o

²³³ *Ibid.*, pp. 121-122.

reconhecimento de maior e mais profunda ascendência sobre a Sociedade Nacional Portuguesa. Será que os intelectuais que estiveram na origem dela queria torná-la um meio especial, designação abonatória com a qual brindaram a instituição que nasceu da iniciativa do Barão de Stein, político e historiador? Interessa divisar os moldes de aliança entre História e política na agremiação portuguesa e aquilatar se logrou confirmar-se como instância de contra-poder, potencial ou efectivo, face ao Radicalismo Republicano. A circular fundadora prossegue com a enunciação de outras funções da História, procurando afeiçoar os réditos desse património ao perfil da instituição nascente, moldando-o e adaptando-o a heranças passadas, que urge manter vivas: «Mas outro serviço prestou a História. Ha noções e sentimentos proprios de uma epoca e que com ella passam, mas outros ha tambem, que posto que appareçam em momentos historicos muito distantes, são definitivos, vão encorporar-se na parte mais profunda, mais estavel e mais nobre da psyche humana, estadio já attingido para o ideal de virtude, que está no fim de todas as nossas lutas e meditações. Uma das idéas novas que revolucionaram a intelligencia humana e o methodo de todas as sciencias foi a de evolução. Pois os historiadores desvanecem-se com justificado orgulho de que foram elles que mais a demonstraram e confirmaram. Nascêra como conclusão simultanea da biologia, com os trabalhos de Wolff e Baer, da psychologia com Spinoza, Kartley e James Mill, da história com Montesquieu. Os historiadores allemães e frannceses confirmaram-na; seguidamente Darwin alargava-a em biologia,operando essa transformação de que bem podem ufanar-se os que escrevem História, porque não foi mais do que a applicação do espirito historico á biologia: comparações, inducções, desenvolvimento no tempo, filiação causal (...). O principio de evolução reina hoje, como hypothese que dia a dia se vae estabilizando, entrou já na educação e na moral, e ai dos espíritos cujo funcionamento se dispensa desse elemento precioso (...)»²³⁴.

Mais uma vez se nota a maior relevância conferida à História em detrimento da Sociologia no conspecto dos saberes sociais, extensível a uma influência dos instrumentos cognitivos de Clio sobre as ciências naturais, das quais aquela não só se autonomizou, como criou suposto caminho próprio, cujo trilho pressupõe que o espírito histórico exponha as suas contaminações à biologia. Subverte-se aqui qualquer hierarquia das ciências de base positivista comteana, defendendo-se uma perspectiva hermenêutica do evolucionismo de Darwin, ao arrepio de

²³⁴ *Ibid.*, p.122.

qualquer confusão de planos com a escatologia linear do progresso propugnada por aquele sociólogo.

A passagem seguinte da circular instauradora da Sociedade Nacional de História confirma as ideias precedentes e corrobora-as sem ambiguidades: «Mas há mais. O character fundamental da verdade histórica é ser approximativa, uma aspiração portanto, um ideal sempre que se procura attingir, e ser relativa ao tempo, uma verdade temporal, que não póde ser aferida pelas repetições. Emquanto as sciencias mathematicas e naturaes, abstrahindo totalmente do tempo, chegam, só considerando relações especiais, a uma exactidão irrefragavel, mas affastando-se cada vez mais da realidade, de fórma a que se póde dizer que precisão e realidade se repellem e contradizem entre si; a Historia renunciando á precisão, que conduz á previsão, aspira á máxima realidade, que é a representação concreta, quasi visual, do passado. Ora este character da Historia põe-na de acordo com a philosophia contemporanea uma philosophia que, contra a superstição obcecante da sciencia, faz a apologia da vida, no seu conteúdo complexíssimo de sentimentos, de volições, de inconsciente, e também de sciencia, mas não só d'ella. E como foi que o espirito tomou uma attitude nova ante os problemas sociaes, senão reconhecendo que, para influir na vida, era preciso considerá-la na sua realidade maxima, no seu conjuncto riquissimo? A Historia, sciencia da vida, está pois de accordo com a metaphysica contemporanea, philosophia da vida, com Bergson, com William James; historiadores há que se dizem bergsonistas, como Sorel»²³⁵.

Todavia, outros nomes podem ser aduzidos para demonstrar que a História do passado não pode dispensar a experiência e o quadro vivencial do presente do historiador e do filósofo, como Croce ou Nietzsche. Nota-se, em nosso entender, a presença, no documento instaurador em análise, de várias ideias defendidas – em 1910 – por Fidelino de Figueiredo, em *O Espírito Histórico*, tais como a injunção da História e da vida, a defesa da verdade histórica como relativa a momentos precisos, e não tomada como um absoluto, continuando um ideal a perseguir. A causalidade é encarada em moldes semelhantes, suscitando analogias, de tal modo que, por vezes, a leitura da circular acorda simetrias, proximidades com o itinerário fideliniano no opúsculo citado que, não sendo objecto de decalque, constitui fonte de inspiração directa e inequívoca, apesar de não ser explicitamente citada ou assumida.

Desconhecemos as razões dessa omissão, mas podem prender-se com a necessidade de se afirmar uma autoria conjunta no projecto da Sociedade

²³⁵ *Ibid.*, pp. 122-123.

Nacional de História. Eximimo-nos a colocá-la em causa, tanto mais que a assinatura do texto é prova material de tal situação. Contudo, esse reconhecimento está longe de obliterar as marcas fidelinianas no estilo da exposição, na estrutura de raciocínio nela dominante, ou na reflexão meta-historiográfica. Aliás, se lançarmos um olhar breve sobre a bibliografia dos restantes proponentes até ao momento em que assinaram a circular, perceberemos que Fidelino foi o único a manifestar, por escrito, preocupações teóricas sobre a História. Aquele que dele mais se aproximou nesse desiderato, quedando-se ainda assim distante nos seus intentos foi Cristóvão Ayres que reflectiu sobre os métodos da História militar. David Lopes, insigne arabista, dedicou-se ao estudo da língua, das respectivas implicações históricas, morfológicas e sociais, enquanto José Leite de Vasconcelos trabalhava questões etnográficas, de modo a fixar as tradições do povo português e as suas origens.

Observemos mais um excerto que exhibe e consubstancia a marca fideliniana no projecto da Sociedade Nacional de História: «Estas circunstancias expostas têm implicito o serviço principal que póde prestar, entre nós, uma revivescencia dos estudos historicos: propagar, em opposição ao rigido e estreito racionalismo dominante, uma nova attitudo mental na educação, na moral, e na politica, a attitudo histórica. Emquanto o legislador racionalista extrahe da sua propria consciencia, os elementos da sua construcção, o legislador historico vê na sociedade um corpo vivo, *sui generis*, que a si mesmo se determina e em que a intervenção pessoal só é acceita, quando se conjuga com as próprias correntes. (...) É por isso que os estadistas, predominantemente subjectivos, como entre nós o marquês de Pombal, vêem gorar-se a sua obra. Em que consiste, porém, essa attitudo histórica? Consiste, resumidamente, em procurar nos phenomenos sociaes, considerados *em successão*, *em serie*, na qual cada termo determina o seguinte e é determinado pelo antecedente, e nunca considerados isoladamente, consiste em procurar nelles a verificação do principio de causalidade, causalidade procurada principalmente nos phenomenos psychologicos, intellectuaes e sentimentaes, como resultante, é claro, de muitos outros, os quaes, considerados, prolongariam a serie até aos próprios limites do conhecimento. É sabido que o principio de causalidade assenta na necessidade que a consciencia tem de reconhecer nas coisas um fio de continuidade essencial, de forma em que veja em cada coisa não sómente a derivada, mas a sequencia da outra. E esta idéa de causa, provou-o Hume, não a possuimos, nem por dedução, nem por experiencia, mas sómente por uma disposição da consciencia (...). Sabido o valor

psychologico da idéa de causa, o principio de causalidade toma a significação de uma hyphotese (...)»²³⁶.

Mário Carneiro resume a estrutura de *O Espírito Histórico*, na sua edição de 1910 e cita Fidelino de Figueiredo na de 1915, retendo a respectiva definição do conceito que dá título à obra: «Este ensaio dividido em duas partes – a primeira que define o conceito de espírito histórico e a sua função social e segunda que fundamenta, como vimos, uma noção/conceito de História – tem uma ideia essencial que o sustenta: o conhecimento Histórico enquanto saber científico sintético, e não apenas analítico deve repercutir-se socialmente, ainda que de um modo indirecto na formação cultural da nação. Fidelino parte desta ideia [...]. O espírito histórico [...] consiste na consideração das variações temporais e das sucessões causais, quando se abeiram os problemas que respeitam ao homem, em sociedade, e que, por definição mais compreensiva significará a certeza sempre presente do império do passado, e de uma maneira geral, o gosto pelos estudos do passado»²³⁷.

A circular fundadora da Sociedade Nacional de História possui uma organização temática semelhante. Começa pela circunscrição da função social da História e prossegue com a consideração e delimitação do conhecimento histórico. Descodificando, à Sociedade Nacional de História cabe averiguar acerca dos fundamentos da ciência de Clio para colocá-los em prática em prol do desenvolvimento moral e educativo dos diversos grupos que compõem o todo social no momento político em que o historiador escreve, sem esquecer o papel primordial da lição do passado. Para cumprir tal desiderato, e como respectivo substracto, activa-se *O Espírito Histórico* entendido como cumprimento de uma causalidade não fixista nem determinista, assente na ideia segundo a qual cada coisa surge mais na sequência da antecedente, do que enquanto dela derivada.

3.3. Os Primeiros Anos de Actividade da Sociedade Nacional de História

Os relatórios das actividades dos primeiros anos da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, até 1915, encontram-se publicados na *Revista de História*, numa secção intitulada *Vida Social*. A análise desta documentação permitirá compreender melhor a institucionalização da agremiação, e aquilatar se os pressupostos enunciados pela circular fundadora

²³⁶ *Ibid.*

²³⁷ Mário Carneiro – *O pensamento filosófico de Fidelino de Figueiredo*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004, p. 68.

foram ou não cumpridos, realizando-se um itinerário que visa comparar as metas constantes de um enquadramento doutrinário e conceptual e o respectivo grau de efectivação, surpreendendo os nexos comunicacionais entre a teoria e a prática, permeáveis a entropias de dimensões variáveis. Os relatórios são redigidos e assinados pelo secretário da Sociedade Nacional de História, Fidelino de Figueiredo, conforme estipulado nas disposições estatutárias para o efeito. O redactor possui um estilo próprio, revelador do seu modo de organizar as informações disponíveis e de encarar as questões que delas sobressaem. Convém indagar, na medida do possível, e apesar dos constrangimentos decorrentes do exercício do secretariado – momentos resultantes da necessidade de objectividade e imparcialidade na elaboração de um instrumento de trabalho vital para o funcionamento da Instituição em causa – a margem de subjectividade – previsivelmente reduzida, mas ainda assim possível – de Fidelino de Figueiredo na materialização da função da qual fora incumbido.

O relatório da vida administrativa e científica da Sociedade Nacional de História referente a 1911-12 foi publicado entre Julho e Setembro deste último ano. Nele se trata das origens, da fundamentação e das bases logísticas da agremiação. Nota-se a insipiência de todo o processo, percorrido por dificuldades várias, geradoras de dúvidas, apreensões. Sente-se a instabilidade e o impasse vividos pela Sociedade Nacional de História, dado que constitui uma instituição criada de raiz, inteiramente nova nos moldes jurídicos que oficialmente assume. Desde logo, era necessário procurar e conseguir instalações, que não existiam, e que eram essenciais, de forma a começar a conferir uma identidade à agremiação, apenas exequível a partir de um espaço físico reconhecível, que funcionasse como eixo agregador dos colaboradores e das actividades a desenvolver, constituindo-se como edifício de referência para os membros da *Sociedade* e todos aqueles que se lhe dirijam para obter informações, fazer propostas ou colocar questões. Para fazer face à falta de instalações, os representantes do Conselho de Direcção procuraram obter recursos de financiamento, que passaram pela angariação de sócios. Paralelamente, começa a ser organizada a *Revista de História*, angariadora de prestígio e garante da realização de esforços científicos credíveis e consequentes, comprovativos das intenções da instituição fundadora. Fidelino de Figueiredo reconhece, em nome da direcção, que o cumprimento do programa da *Sociedade* apenas poderia realizar-se a longo prazo, dado que dependia do aumento gradual de verbas disponíveis.

Por outro lado, era necessário acomodar o acervo acumulado pelos membros da Organização e enviados por outras instituições congéneres que com

ela queriam permutar livros, revistas, correspondência. A criação de uma biblioteca própria tornou-se uma prioridade, cuja materialização dependia da existência de instalações próprias, onde se pudessem realizar conferências, congressos, leituras públicas, propícios à divulgação e troca de conhecimentos. Para obviar a estes obstáculos, a direcção da Sociedade Nacional de História em conjunto com a Sociedade de Bibliófilos Portugueses tentou organizar uma sede comum mas, apesar dos desejos de ambas as partes, tal desiderato saiu gorado. Na sequência desta frustração, o Conselho de Direcção da entidade promotora da *Revista de História* declarou-se demissionário e procurou uma nova solução para a carência de meios logísticos: o aluguer de uma ou duas salas a outra instituição congénere. Estes constrangimentos não impediram o cumprimento de parte dos estatutos da *Sociedade*, possivelmente como forma de demonstração de determinação e persistência.

Assim, foram realizadas dez sessões ordinárias da agremiação e duas extraordinárias, conseguindo-se um total de 15 comunicações. Esta foi a forma mais extrema de propaganda que a Organização encontrou para dar-se a conhecer e afirmar o valor das suas iniciativas e intervenções culturais. Assim, Silva Telles dedicou atenção ao «*Primeiro Congresso Internacional das Raças de Londres*», estudo que abriu a Secção de Artigos da *Revista de História*, enquanto Leite de Vasconcellos debruçou-se «*Sobre uma inscrição tumular da Beira*» e «*Sobre dois nomes de deuses lusitanos*». Nenhum destes dois textos foi dado à estampa no periódico. O mesmo não se pode dizer dos seguintes trabalhos de Pedro de Azevedo, à excepção do penúltimo que a seguir se apresenta: «*Um capitão português em Florença no século XVI*»; «*Destruição de livros*»; «*O porto franco da villa de Caminha no século XI*»; «*O navegador português Pedro Fernandes Queiroz*»; «*Braz Baião no Extremo Oriente em 1540*»; «*Notícia de um alchimista português em 1562*». Por outro lado, Joaquim Fontes deu duas conferência, a primeira delas impressa na Revista dirigida por Fidelino de Figueiredo: «*A estação paleolítica do Casal da Serra*»; «*Um novo instrumento da epoca paleolítica*». Por seu turno, Fidelino de Figueiredo divulgou quatro estudos, tendo apenas sido publicado o último: «*Uma polemica camoneana no seculo XVII*»; «*Uma classificação de generos litterarios*»; «*Sobre a terminologia da critica literária*»; «*A Critica Litteraria como Sciencia*»²³⁸.

Para reforçar e ampliar esses intuitos, as sessões extraordinárias debruçaram-se sobre uma questão polémica entre os políticos republicano no

²³⁸ Cfr. Fidelino de Figueiredo – Vida social: relatório da vida científica e administrativa no anno de 1911-1912. In *Revista de História*, vol. 1, n.º 4. Lisboa: Clássica Editora, 1912, p. 257.

poder e os intelectuais: o diferendo acerca das bibliotecas e dos arquivos das corporações religiosas, atingidos pelos efeitos da Lei de Separação do Estado e da Igreja. De tal modo a *Sociedade* se envolveu neste processo que, no seu relatório se detém sobre a proposta de Pedro de Azevedo, consubstanciada na redacção de um projecto no qual constassem medidas a adoptar na matéria em apreço, apresentadas ao Ministro da Justiça, António Macieira.

O presidente da Sociedade Nacional de História, Silva Teles, serviu de mediador e fez chegar a proposta às entidades competentes, fazendo publicar e distribuir o *Manifesto* redigido por Pedro de Azevedo nas escolas, secundárias e superiores, nos ministérios, aos deputados, senadores e instituições culturais. A agremiação em análise adoptou uma posição crítica face à nacionalização republicana do património cultural da Igreja e das Ordens Religiosas, demonstrando uma propensão para o envolvimento em questões cívicas. Os jornais de Lisboa – o relatório não refere quais – noticiaram a divulgação do *Manifesto* e alguns apoiaram-no. Todavia, a resolução oficial, decorrente de um acordo com o governo, não foi lograda, confirmando-se esse desfecho a 25 de Outubro de 1912. Antes desta adversidade, a Sociedade Nacional de História empenhou-se a apoiar a iniciativa encabeçada por Pedro de Azevedo. Este esforço deu alguns frutos e surtiu efeito parcial, dado que a Inspecção de Bibliotecas Eruditas e Arquivos adoptou medidas coincidentes com os alvites do projecto. Prova disso, o convite ao seu presidente, Júlio Dantas para pertencer à Sociedade promotora da *Revista de História*, tornando-se seu sócio. Paralelamente, em Julho de 1912, em dia não indicado, Fidelino de Figueiredo fez publicar no Diário de Notícias uma informação provinda da Junta Consultiva de Bibliotecas e Arquivos, segundo a qual esta se pronunciou oficial e favoravelmente sobre a recolha no Arquivo Nacional de documentos anteriores a 1600.

Este pronunciamento decalca as pretensões da agremiação devotada a Clio, mormente aquelas que salvaguardam os cartolários, em pergaminho e papel, e os pergaminhos avulsos. Entretanto, outras instituições apoiaram estes desígnios. A Academia de Ciências de Lisboa enviou delegados à sessão de discussão do projecto, enquanto a Sociedade de Geografia de Lisboa contactou o Ministério da Justiça, através de um ofício da responsabilidade do seu presidente, Bernardino Machado e assinado pelo secretário perpétuo, Ernesto de Vasconcelos. No documento diz-se que Machado recebera um pedido de ajuda da parte da Sociedade Nacional de História e resolveu responder afirmativamente a essa solicitação, contactando o governo.

A instituição promotora da *Revista de História* capitalizou estes apoios e, galvanizada por eles, renovou esforços para resolver o assunto. Assim, a 29 de Julho reiterou a necessidade da luta pela preservação do património arquivístico do país e alertou, com carácter de urgência, os seus delegados provinciais para o dever de evitar desperdícios e destruições. O relatório redigido por Fidelino de Figueiredo dedicou espaço considerável à salvaguarda da memória documental do país, notando-se essa preocupação na forma de organizar a narrativa das actividades desenvolvidas. Primeiro indica-se o desfecho das negociações do manifesto com o Governo, e depois descreve-se, com detalhe, o curso das mesmas, invertendo-se, ao nível discursivo, a trajectória correspondente à realidade dos factos.

A explicação para a utilização desta estratégia narrativa ficou por cumprir, pelo menos em termos explícitos, já que implicitamente pode avançar-se uma justificação para o efeito. O itinerário dedutivo da exposição efectuada parece ir ao encontro do reconhecimento pragmático, instantâneo e imediato de uma decisão, cujo peso é tão relevante, que a respectiva revelação deve anteceder a pormenorização das acções que tentaram evitá-la. Apesar de desatendidas as reivindicações constantes do manuscrito liderado por Pedro de Azevedo, a Sociedade Nacional de História continuou a devolver actividades paralelas, mais consentâneas com os seus poderes – diminutos – e as possibilidades financeiras – escassas – que detinha. Neste âmbito se enquadram a promoção da tradução de um manuscrito de António Gouveia, anterior a 1600, por Teixeira Guedes, e de um outro texto, pouco posterior a essa data, o *Quod Nihil Scitur*, do filósofo Francisco Sanches. A tradução desta última peça erudita ficou a cargo de Basílio de Vasconcelos. No entanto, nenhuma destas actividades pôde realizar-se no imediato, uma devido à existência de dúvidas acerca da nacionalidade de Sanches, a outra por falta de exemplares disponíveis. Estas dificuldades demonstram que a comunidade científica dedicada à História em 1912 era quase inexistente, muito desorganizada e dispersa, dificultando o acordo acerca de matérias pouco estudadas ou debatidas, em alguns casos por falta dos documentos de acesso aos respectivos conteúdos.

No seu primeiro ano, para além de associar-se a uma causa pública de índole patrimonial, e em paralelo com os seus esforços de pesquisa e recuperação, para efeitos de divulgação de materiais eruditos, a Sociedade Nacional de História desenvolveu esforços de diplomacia cultural e deu pareceres técnicos, que lhe foram solicitados. No primeiro caso, fez permutas com instituições e revistas. No segundo, respondeu a eruditos locais. Patrocínio

Ribeiro, de Beja, quis ser esclarecido acerca das epidemias de 1482 e 1528. Pedro de Azevedo foi encarregado dessa missão e deu o seu parecer em sessão pública. Por outro lado, os herdeiros de António Maria Júdice da Costa procuraram informar-se acerca da valia científica do *Dicionário Histórico, Geográfico e Biográfico* inédito, da autoria de um seu antepassado. A resposta a esta questão ficou em suspenso, por ter sido entretanto encerrado o ano social. Estas consultas demonstram a vontade da Sociedade Nacional de História centralizar e desenvolver esforços de comunicação entre os historiadores e os membros do meio envolvente, interessados nas matérias relacionadas com o curso da História ou na preservação do património privado, de origem familiar. Esta centralização pressupõe a presunção de créditos e valências para o efeito. A agremiação secretariada por Fidelino de Figueiredo assume-se como instância detentora dos mecanismos de arbitragem e avaliação do saber histórico e historiográfico, cumprindo, deste modo, os desígnios – já analisados – pelos e para os quais fora criada.

Praticamente no final de 1912, a instituição promotora da *Revista de História* tinha recebido 240 volumes no que respeita aos exemplares bibliográficos que lhe foram dirigidos, situação que demonstra que a sua actividade começou a ser reconhecida por outros agentes intelectuais e culturais. Faltava organizar este acervo, com tendência para crescer, e dedicar-lhe um espaço físico reconhecível e condigno. Para alargar este espectro comunicacional, a *Revista de História* era o instrumento privilegiado da agremiação em causa, e o Conselho de Direcção desta tinha disso consciência, conforme prova o relatório redigido por Fidelino de Figueiredo, que reservou amplo espaço à publicação, que o próprio foi mandatado para dirigir, comprovando-se o vínculo orgânico, estratégico e nodal entre a *Sociedade* e a revista, sendo esta orientada por aquela, empenhando-se os responsáveis em trazer novidade ao meio editorial, carenciado no que concerne a matérias relativas ao ofício de Clio. Desde logo, o título do periódico foi escolhido pelos membros da instituição promotora e indica a necessidade de realização de estudos de carácter histórico, dedicados à História social, ciências correlativas, crítica literária, mas não apenas a estas áreas do saber. A abertura desejada, aliada ao não confinamento a uma única especialidade, decorre da ambição da publicação em contribuir para a renovação intelectual do país, cobrindo vasta plêiade de perspectivas e assuntos, o mais ampla possível, de forma a conferir um carácter nacional ao empreendimento e à instituição de origem, cujo Conselho de Direcção estabeleceu a periodicidade trimestral do seu órgão de comunicação, estribando-se em duas ordens de razões: evitar a provável falta de originalidade

numa iniciativa naturalmente ainda mais recente do que a entidade promotora e promover a pontualidade e assiduidade como marcas distintivas de êxito futuro, assente na criação e fidelização de um público.

No seu primeiro relatório de actividades da Sociedade Nacional de História, o redactor noticia o acolhimento lisonjeiro e benévolo dos três primeiros números da *Revista de História*, mas exime-se a quantificações ou explicações aprofundadas, cingindo-se a constatar que o número de assinaturas de Portugal e do estrangeiro é animador, tende a aumentar e nele contam-se estabelecimentos de instrução. Em seguida, o documento em análise pronuncia-se sobre questões mais concretas de Gestão financeira da agremiação secretariada por Fidelino de Figueiredo. A primeira referência dirige-se à falta de contabilização das despesas desenvolvidas com os esforços de instalação. Acresce que a Revista foi publicada por um editor que tomou a seu cargo os gastos de edição. As receitas para o ano de 1911-12 resultaram quase em exclusivo da cobrança de quotas aos sócios (143\$450) reis e dos adiantamentos da mesma proveniência referentes a 1912- (1913/11\$250), perfazendo um total 154\$700 reis.²³⁹

Assim se conclui a primeira parte do relatório, dedicada às actividades do primeiro ano da Sociedade Nacional de História. No segundo andamento fazem-se alvitre, projecções e expressam-se desejos para o ano seguinte, baseados na experiência entretanto acumulada. Deste modo, percebe-se que a principal fonte de aprendizagem é a experiência realizada no terreno, prenhe de avanços, recuos, indefinições e fértil em lições para que se não repitam erros anteriormente cometidos e sejam reforçadas as iniciativas que tiveram bons resultados ou aquelas que se encontram suspensas e necessitam de concretização urgente. Nesse impasse encontra-se ainda a questão das instalações da Sociedade, e nunca é demais lembrá-lo, dado que, no momento em que o relatório foi escrito, a agremiação apenas sobrevive nas e através das sessões científicas que promove, e que constituem o único e insuficiente ponto de encontro entre os sócios, que se mantêm dispersos na maior parte do tempo, faltando o favorecimento da unidade e coesão entre eles.

Durante o ano de 1913 as dificuldades agudizaram-se e avolumaram-se. Fidelino de Figueiredo tem em conta que 1912 fora o ano do arranque da Sociedade e, no seu relatório, dá conta das vicissitudes processuais inerentes ao dealbar de qualquer empreitada, acentuadas pelo ineditismo da agremiação dedicada à História de Portugal, que constitui novidade nos moldes societários em que se apresenta. O Secretário do Conselho de direcção do órgão criador e

²³⁹ Cfr. Fidelino de Figueiredo, *Ibid.*

promotor da *Revista de História*, no seu balanço de actividades, demonstra alguma capacidade de análise e de síntese da curta vida da instituição quando escreve, no seu balanço efectuado a 22 de Outubro, em nome de toda a estrutura directiva, o seguinte: «Foi este anno de 1912-1913 o segundo de regular funcionamento da nossa sociedade, sem deixar de ser ainda um anno de formação, de progressiva formação devemos dizer, porque todos os alvites e necessidades, que se apontavam no nosso relatorio de 1911-1912, foram cumpridos, total ou parcialmente. O numero de socios que, ao redigirmos este relatório, era de 40, é hoje de 59, o que representa um augmento de recursos moraes e tambem de receita. A Sociedade tem já séde própria, independente, pelo que a belleza e vastidão excedeu a expectativa, modificou-se o estatuto de acordo com a experiencia e augmentaram as nossas relações exteriores. Devemos, portanto, considerar que houve, na nossa actividade, sequência e progresso»²⁴⁰.

Note-se a insistência no substantivo *formação*, que denota e qualifica os trabalhos realizados no decurso do primeiro ano da Sociedade Nacional de História. A utilização subsequente na reiteração como recurso expressivo no mecanismo enunciativo decorre da necessidade de sublinhar o êxito na concretização de um projecto, ainda que o respectivo cumprimento nem sempre seja total, resultando pelo menos *parcialmente*. As aspirações à obtenção da sede própria tiveram provimento e demonstram a sua reconhecida importância para a institucionalização da agremiação presidida por Silva Telles. As condições materiais e logísticas de enraizamento da Sociedade mereceram foros de precedência e destaque na estrutura discursiva do relatório dirigido por Fidelino de Figueiredo de forma a enaltecer a sua relevância e o poder propulsor e catalisador de vontades que é reconhecido às instalações referidas - situadas nas Paulinas em Lisboa - e que funcionam como âncora ou alicerce da colectividade, embora o seu papel não seja configurado nestes termos. Fidelino exime-se a referir a localização da sede, dado que pressupõe o respectivo reconhecimento por parte dos membros da agremiação promotora da *Revista de História*.

A parte introdutória do balanço de actividades realizadas em 1913 decorre sob a égide do elogio do trabalho efectuado no ano anterior com reflexos naquele ano. Por outro lado, o aumento do número de sócios da instituição testemunha a sua progressiva implementação, dado que a parte logística não é tudo e de nada serve a sua concretização se não for acompanhada pelo crescente interesse dos

²⁴⁰ Fidelino de Figueiredo – Relatório do anno de 1912-1913. In *Revista de História*, vol. 2, n.º 8. Lisboa: Classica Editora, 1913, p. 293.

intelectuais em fazer parte da Sociedade Nacional de História, enriquecendo-a com os seus conhecimentos científicos mas também através do exemplo moral que desejavelmente representam e constituem. Ora, este tom apologético das virtudes do trabalho produzido em 1913, possuidor de um cariz afirmativo, percorrido por relativa assertividade, pretende preparar e enquadrar aquilo que o desenvolvimento do texto confirma e que diz respeito às dificuldades e entraves encontrados durante os meses em análise.

O primeiro óbice situa-se ao nível da redução do número de sessões da Sociedade. «No anno transacto realizaram-se 9 sessões ordinarias, uma extraordinaria para alterações ao estatuto, e uma especial para leitura do elogio historico de Gabriel Pereira, o que perfaz o total de onze sessões, menos 1 do que no anno anterior, Foram estas sessões menos concorridas de socios que a dos annos anteriores, chegando a não haver sessão em Fevereiro por falta de numero. Devemos atribuir este facto á situação pouco central da nossa séde e ao seu accesso pouco commodo. Como consequencia natural, as communicações scientificas foram menos numerosas tambem, pois foram apenas 14»²⁴¹.

Apesar das qualidades da sede tanto no plano estético quanto no que tange à amplitude das instalações, fulcrais para a organização e para o funcionamento interno da instituição, a localização geográfica respectiva carecia de mais visibilidade e facilidade de acesso. O crescimento do número de sócios da Sociedade Nacional de História não obteve correspondência imediata na respectiva mobilização. Fidelino de Figueiredo limita-se a apontar as razões supra-referidas que concorriam para esta situação, mas remete-se ao silêncio quanto à discussão incómoda que urgia fazer acerca da escassez de tradição de debate entre intelectuais no espaço público, também ele incipiente e quase nulo. A ausência de comentário no relatório de 1913 talvez se prenda com a necessidade de evitar conferir ênfase demasiado a insuficiências consabidas, de modo a não agigantar as respectivas proporções, evitando cumulá-las com os desfavores de uma publicidade negativa e nociva para a agremiação em análise. Acresce que tal relevo ou destaque resultariam redundantes, dado que a criação da Sociedade Nacional de História visava responder aos efeitos perniciosos da desorganização do campo intelectual português no início do século XX.

Por outro lado, a escrita e leitura privadas eram as mais comuns entre os eruditos, tornando-se natural que nos primeiros tempos da Instituição os leitores se remetessem ao remanso dos respectivos lares uma vez que os encontros científicos não se encontravam ainda arreigados em certos espíritos, que se

²⁴¹ *Ibid.*, p. 293.

mostravam receosos quando eram chamados a participar em circuitos e espaços organizados de sociabilidade. Convém aduzir ainda dois argumentos que se interpenetram para explicar algum decréscimo de afluência às sessões da Sociedade Nacional de História no ano de 1913. O primeiro diz respeito à inexistência de pontos de comparação em Portugal no que concerne ao tipo de instituição em causa que ajudassem a certificar e reforçar a respectiva credibilidade.

Havia, em 1910, Sociedades Nacionais Portuguesas mas provenientes de outras áreas de actividade, portadoras de costumes diversos como a de Belas-Artes que aproveitou as tertúlias de café para catapultar a sua actividade. No caso da agremiação dirigida por Fidelino de Figueiredo a erudição recatada era provavelmente dominante. A este nível parece contraditória a maior afluência de público às sessões ocorridas em 1912, mas talvez seja matizável tal contradição, dado que essa presença expressiva da assistência deriva, parcialmente, do entusiasmo gerado pela novidade. Pode ainda aventar-se a hipótese segundo a qual os sócios e membros da Sociedade Nacional de História estavam sobretudo focados no respectivo órgão comunicacional, nele concentrando o essencial das suas energias enquanto autores e receptores dos esforços autorais. Esta afirmação é possível de ser confirmada pela seguinte circunstância. Desde o início da Instituição dirigida por Silva Telles, as sessões científicas começaram a ser, na sua maioria, publicadas na *Revista de História*, cujos assinantes sabiam que podiam dispensar uma visita ao local das conferências, uma vez que teriam oportunidade de lê-las posteriormente. Todavia, nem todas eram transcritas, como foi o caso da intervenção inaugural de 1913, e da que se lhe seguiu, proferidas por Leite de Vasconcelos e intituladas respectivamente: *Acerca do período suevico da História peninsular, seus reis, sua civilização e religião* e *Acerca do humanista português do século XVI Achilles Estaco*. Já os contributos de Pedro de Azevedo tiveram sorte diversa e forma dados à estampa: o primeiro sobre *a estada de uma esquadra de Carlos V na Bahia de Cascaes, em 1524*; o segundo relativo à *Origem Historica e philologica do Nome Lisboa* e o terceiro dedicado à *História da Ordem de Malta em Portugal* (Índice de Habilitações e Freires). A conferência seguinte do mesmo autor foi igualmente dada à estampa, mas com o título original *Acerca da delimitação territorial nos primeiros tempos da nacionalidade, comunicação fundada sobre documentos inéditos* alterado. Por seu turno, a comunicação *Acerca de um manuscripto etiópico recentemente descoberto no Egipto* ficou de fora dos prelos, tal como a décima terceira e décima quarta conferência, ambas da autoria de Fidelino de Figueiredo: o *Plano de uma História*

da literatura romântica portuguesa e as Fontes de Frei Luís de Sousa de Garrett. Destino inverso a investigação de Costa Ferreira, intitulada *Contribuição Antropológica para o estudo de alguns cemitérios antigos de Portugal*; o trabalho de Manuel Silva, *Esquema de História Local* e a intervenção de Prado Coelho sob a égide de um *Plano de uma monographia sobre Balzac*.

Convém destacar que todos estes conferencistas eram sócios da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e que Manuel Silva era assinante da *Revista de História*, conforme indica o redactor do relatório em análise, que não se coíbe de apontar dois aspectos que urge melhorar na orgânica da instituição promotora do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo: A pontualidade da Publicação e a respectiva promoção, entretanto iniciada por Edgar Prestage junto de um editor de Friburgo, mas convinha alimentar este filão, estimulando-o e aprofundando as suas facetas, de modo a internacionalizar este representante da imprensa portuguesa. Detenhamo-nos, todavia sobre a questão da presteza na distribuição da Revista, uma vez que contribui para fidelizar o público potencial, criando nele a necessidade regular e cadenciada de ler, em alturas certas, a publicação. Esta necessidade denota o incumprimento do procedimento que permitiria fazer-lhe face, atenuá-la e supri-la. O relatório em apreciação reconhece haver razões que explicam esta situação, mas não as avança. Esta omissão pode ter ocorrido para não expôr fragilidades do periódico na praça pública que acentuariam a sua precariedade, acelerando a respectiva dilaceração sob a égide de uma auto-flagelação, perpetrada por aqueles que eram responsáveis pela sociedade que o criara, assinando deste modo a confissão de culpa pelas circunstâncias presentes, e ajudando a deprimir a situação da publicação, sentida como deficitária.

Para além disso o meio da imprensa nascente, apesar de curto, estava em expansão e a actuar num contexto de transição entre um mercado cultural de elite, a funcionar em circuito fechado, e a massificação, ainda apenas projectada por muitos como algo suficientemente longínquo, mas não pertencente a um plano mirífico, sendo já uma realidade assustadoramente próxima no entender de alguns indivíduos.

Fidelino de Figueiredo exime-se a glorificar ou idealizar, sequer, a impressão e a imprensa, e apela, pragmaticamente, ao respectivo bom senso, denunciando a sua ausência sentida: «(...)A boa vontade da imprensa é condição indispensável para o bom exito de uma Revista, de composição difficil como a nossa; sem ella succeder-nos-hão constantes percalços como aconteceu com o numero 6, muito retardado e muito errado. Sendo impressa por conta da Sociedade a partir do numero cinco, inclusive, ella representa um encargo importante para os nossos

recursos tão apoucados, motivo que ainda mais faz reconhecer a absoluta urgencia de promover equilíbrios de receita e despesa. Como que perseguida por todas as circunstancias, a nossa Revista, cuja cobrança de assinaturas é difficil e demorada, foi recentemente desfalcada da sua pequena receita pelo cobrador. A quanto monta esse alcance não podemos dizer ainda; e qual deva ser o proceder a adoptar, dirá a assembléa».²⁴²

A *Revista de História* volta a ocupar, no relatório de 1913, espaço considerável, a exemplo do que acontecera no balanço do ano transacto, ampliando-o inclusive. Este destaque resulta do reconhecimento de que esta é considerada um instrumento preferencial do desejado enraizamento e da penetração pública e social da instituição que lhe deu origem. Todavia, não se discutem os conteúdos do periódico, a sua linha ideológica ou o posicionamento relativo dos colaboradores, ligeiramente indiciados na circular fundadora da Sociedade Nacional de História. Assim se comprova que em 1913 esta agremiação não aprofundou ainda até ao limite as condições de legitimação, nem começou a preparar a respectiva afirmação. Pelo contrário, ocupa-se da sobrevivência da publicação, da qual depende a sua própria manutenção. Numa nota, Fidelino de Figueiredo esclarece que a partir do número 9, ou seja, do primeiro trimestre de 1914, a *Revista de História* mudará de editor, por forma a promover o equilíbrio de receitas e despesas. Sabe-se que este depende do rompimento de um ciclo vicioso implícito. O relatório de actividades de 1912 demonstrara que o montante fundamental das receitas da Sociedade Nacional de História provinha do pagamento de quotas por parte dos seus associados e de assinaturas da respectiva publicação. Estes proventos eram canalizados para sanar os gastos com os custos de produção do periódico. Ora, a transmissão e difusão da Revista por via da sua distribuição, tornou-se complexa devido aos problemas de composição e às dificuldades impostas pela natureza da publicação, atrasando-se a chegada ao público, que corria o risco de desmobilizar por falta de qualidade da oferta, nomeadamente no plano da impressão, conforme notou o redactor do balanço do ano de 1913.

Neste momento do documento do Conselho de Direcção da Sociedade Nacional de História, Fidelino de Figueiredo dá conta do inicio da tradução do *Quod Nihil Scitur* e afirma que o texto de António Gouveia não seguiu o mesmo caminho por não ter sido encontrado entretanto um exemplar para esse efeito. Contudo, a aprovação do plano definitivo do Congresso de História a realizar em 1915 foi lograda dois anos antes. Esta façanha é referida como emblema da

²⁴² *Ibid.*, p. 294.

reação da Sociedade Nacional de História às adversidades com que se confrontava, constituindo uma resposta dinâmica a esses problemas, cuja genealogia Fidelino Figueiredo procurou traçar, através do recurso a uma breve História da sistemática e alegada depreciação secular dos intelectuais, atitude esta que a *Revista de História* procurava combater, dando valor ao labor dos seus colaboradores, como forma de escapar a uma crise, da qual a publicação estava a ser vítima, precisamente por não se sentir apoiada no seu propósito de credibilização das actividades por ela promovidas: «Em todos os tempos foi em Portugal o trabalho intellectual um producto exótico, em aberto conflito com o ambiente, chegando em algumas épocas a existir uma verdadeira e systematica organização de combate ao livre exercicio da intelligencia, tão cerrada que em alguns períodos do século XVII e XVIII, é mais desvanecedor investigar as biographias dos portugueses residentes no estrangeiro, muitos delles duma consideração europêa, do que historiar a cultura a dentro de fronteiras. No seculo XIX, o Estado, nas primeiras decadas do constitucionalismo, francamente protegeu alguns ramos de estudos, e no ultimo quartel, se já não havia essa protecção por a cultura tomar um character antipathico ao mundo official, pelo menos a historia, a litteratura e a philosophia, havia da parte do publico interesse, cada autor tinha os seus leitores, cada idéa seus defensores. Mas presentemente o desinteresse é completo e da parte dos estudiosos ha um desanimo e um retrahimento que totalmente desorganiza e dispersa a vida intellectual portuguesa»²⁴³.

O relatório dirige-se, critica e implicitamente, a um alegado cerceamento da liberdade de expressão e opinião num período que abarca o governo do Marquês de Pombal, visando indirectamente as acções ou os procedimentos decorrentes da activação dos mecanismos utilizados por Carvalho e Mello para cumprir tal desiderato, como a Real Mesa Censória ou o Índice dos livros proibidos. Toda as iniciativas do Ministro de D. José em sentido contrário, em benefício da propagação de uma *mentalidade iluminista*, são silenciadas pelo texto que consagra o balanço de actividades da Sociedade Nacional de História para o ano de 1913. Inversamente, os primórdios do constitucionalismo merecem referência positiva em contraponto com a actualidade vivida no dealbar da República. Parece haver uma possível contradição na abordagem e interpretação dos dados históricos, dado que doutrinariamente o regime inaugurado a 5 de Outubro de 1910 é muitas vezes considerado por historiadores como herdeiro do liberalismo político em voga durante o derradeiro século da Monarquia, após 1820. A

²⁴³ *Ibid.*, p. 295.

salvaguarda do constitucionalismo liberal no texto do Conselho Directivo da Sociedade Nacional de História não deve corresponder a um elogio das facções que durante a Guerra Civil – que se prolongou até 1834 – defendiam uma radicalização dos pressupostos do liberalismo. Bem pelo contrário.

Daqui resulta que a ofensiva concreta aos primeiros governos republicanos – ainda que sem recurso a nomeação directa – decorre sob a égide da imputação da responsabilidade de censura dos executivos de feição supostamente jacobina sobre os intelectuais. Percebe-se que, para o redactor e restantes responsáveis pelo relatório de 1913, liberalismo e democracia são separados por um abismo de diferenças, que conduz a um relativo respeito por certas modalidades de exercício político do primeiro em detrimento da segunda, totalmente repudiada.

Sublinhe-se que as únicas actividades intelectuais que no final de oitocentos mereciam algum apreço, cada vez mais residual, por parte do Estado, segundo a visão dos membros da instituição fundadora da *Revista de História*, eram a História, a Literatura e a Filosofia. Torna-se problemático esclarecer até que ponto esta afirmação resulta de uma constatação da realidade correspondente, e em que medida representa a opinião de um colectivo ou decorre de uma interpretação fideliniana da vontade dos membros do Conselho de Direcção da Sociedade Nacional de História. Fidelino de Figueiredo, enquanto redactor do balanço, poderia ter autonomia para inserir no documento em análise as suas próprias interpretações sobre os factos históricos, tanto assim que se dedicava, enquanto intelectual às três áreas do saber referidas. Estes domínios do conhecimento eram, desde o Romantismo, veículos e instrumentos privilegiados de uma mensagem de defesa dos valores nacionais, propugnados pela Sociedade Nacional de História em análise. Não por acaso, o relatório respectivo para o ano de 1913 termina do seguinte modo, e insiste na reiteração de propósitos defendidos na circular fundadora da instituição, que estariam alegadamente em risco se esta fechasse as suas portas: «E as nações, como os individuos necessitam de coherencia, de systema, de ordenação dos seus recursos intellectuaes, para que se saiba de que elementos dispõem e para que por elles pautem a sua existencia. Não é porque se agita convulsivamente num delirio instavel que uma nação, embora para si muita attenção reclame, se affirma superiormente e concita apreço e respeito do mundo,é pelas suas manifestações de bom senso, sim, mas tambem de vida intellectual e artistica. Neste momento pungente da vida portuguesa, entendemos que os eruditos que compõem a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos se devem estreitamente unir, pugnando indefessamente [sic] para que a Sociedade se não abata com todo o

castello de ambiciosos projectos que a anima e para não dar aos que sabem da sua existencia o doloroso espectaculo de que, em 1913, num paiz europeu, cuja historia e cuja historiografia tão nobres tradições ostentam, é impossivel manter uma modesta sociedade historica, que qualquer pais balkanico ou sul americano desafogadamente sustenta (...).²⁴⁴

O nacionalismo defendido neste balanço de actividades parte do pressuposto segundo o qual cabe aos intelectuais portugueses, devidamente organizados, conduzir as camadas mais desfavorecidas da sociedade no caminho da instrução e inculcação dos valores da cultura portuguesa, patentes na respectiva História, na literatura e na filosofia dos pensadores nascidos no país mais ocidental da Península Ibérica. Resulta implícita a ideia de que são os princípios da cultura erudita os condutores da mobilização daqueles que não pertencem à elite intelectual. A nação transcende o Estado, mas este tem o suposto dever de zelar, através das políticas governamentais, de zelar pela manutenção do património arquivístico e monumental português e isso não estava, alegadamente, a acontecer em 1913, aquando da publicação do balanço de actividades em análise, no qual se denuncia a situação e se lança um sério aviso às autoridades políticas com poder decisório para que inflctam a sua trajectória e passem a proteger a Sociedade Nacional de História para que esta possa cumprir a função de reunir e organizar os intelectuais segundo os vectores de coerência, sistema e ordenação dos recursos intelectuais.

O texto em consideração termina com um repto de esperança contra a resignação, exposto de modo discreto e sóbrio, assente na ideia segundo a qual a agremiação em causa tudo fará, independentemente dos entraves ou das ajudas dos governos republicanos para, através do recurso a energias próprias, continuar a reagir, sobrevivendo, nomeadamente por via de actividades como o Congresso de História – anteriormente citado, mas que nunca é demais referi-lo – e de uma projectada Bibliografia Histórica: «Um e outro projecto têm um significado tão elevado e podem patentear tão eloquentemente a nossa perserverante vontade de ocupar na cultura latina e peninsular um lugar de dignidade, através de poderosos obstáculos(ic), que nós julgamos que com elles, assignalado serviço prestaríamos ao prestigio da nossa pátria e as sciencias históricas. Não nos devemos separar sem executar esses compromissos valiosos, por isso mesmo que são faceis²⁴⁵.

²⁴⁴ *Ibid.*, pp. 295-296.

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 296.

Mais uma vez assoma o *fantasma* da dissolução da instituição promotora da *Revista de História* no ano de 1913. O medo de que isso aconteça é constante, dando conta da tensão vivida, os membros do Conselho Directivo da instituição temem a separação sócios da agremiação. Esse receio é afluído de modo elegante e subtil. As propostas avançadas para combatê-lo permitem enfrentar as ambiguidades de uma atmosfera complexa. Convém ainda aduzir que das palavras do redactor do balanço em análise se depreende a vontade de afirmar a Sociedade Nacional de História, não só em Portugal mas também internacionalmente, nomeadamente na Península Ibérica. São conhecidas as simpatias de Fidelino de Figueiredo pela comunhão de interesses culturais entre os dois países peninsulares sem que qualquer deles perdesse, para tal, a sua independência política.

O relatório do Conselho Directivo da agremiação promotora da *Revista de História*, referente ao ano de 1914, foi redigido também por Fidelino de Figueiredo a 28 de Outubro e, em certa medida, parece decalcar algumas das preocupações expostas no ano anterior, circunstância que demonstra que as dificuldades não se dissiparam nem sequer atenuaram. O tom do texto em vertente análise confirma a realidade instável da instituição em causa, que continua a sobreviver a custo. O desgaste provocado pelo arrastamento da situação faz-se notar. A incipiência da estrutura contínua patente e reconhecida pelos responsáveis de modo pragmático: «Sendo a nossa sociedade uma instituição incipiente, o anno findo foi ainda um anno de formação, não de grande progresso, porque nos faltaram recursos de varias ordens porque, ao contrario, poderosos obstaculos se oppuzeram. O programa da sociedade, ambicioso e vasto, foi parcialmente cumprido nos numeros para cuja execução bastava a diligencia do conselho de direcção»²⁴⁶.

Sublinhe-se a ausência de pormenorização da escassez de recursos e da multiplicação de entraves ao regular funcionamento da colectividade em análise. Esta conjugação de factores adversos causaria pudor e poderia contribuir para deprimir os colaboradores do projecto, cada vez mais reduzidos ao núcleo detentor de funções de direcção. Esta concentração das actividades num conjunto muito escasso de personalidades confirma as dificuldades de enraizamento e expansão da Sociedade Nacional de História e comprova a necessidade, cada vez maior de diminuir os respectivos custos financeiros de produção. A actividade científica prosseguia como o foco principal de resistência da instituição presidida por Silva Teles, recuperando desígnios antigos e associando-se a desafios mais

²⁴⁶ Fidelino de Figueiredo – Relatório da vida social no anno de 1913-1914. In *Revista de História*, vol. 3, n.º 12. Lisboa: Clássica Editora, 1914, p. 354

recentes: «Tendo-se decidido cooperar na celebração dos centenários da Conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque, em 1915, com a organização do 1º congresso ibero-americano de História e Ciências auxiliares, foi o respectivo projecto redigido e aprovado, e foram dirigidos convites a eruditos e especialistas das ciências históricas para a defesa das theses desse projecto. Logo que a comissão organizadora obteve adesões em número suficiente para permitirem uma expectativa de êxito, fez incorporar a sua iniciativa ao programma official das festas de 1915 e, particularmente, procurou certificar-se dos bons officios das instituições congêneres da Espanha e do Brasil»²⁴⁷.

A agregação do congresso ibero-americano de História às comemorações dos centenários da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque terá sido a solução encontrada para partilhar despesas e atenuar os efeitos de uma realização independente do encontro científico. Acresce que a acoplagem do certame às efemérides referidas reforça a perspectiva historiográfica subjacente à reunião dos historiadores ibéricos, alicerçada num discurso comemoracionista da História nacional de Portugal, constituindo uma oportunidade para divulgá-la junto de eruditos estrangeiros. Por outro lado, o papel da Sociedade Nacional de História na organização do congresso era tão fulcral que esta resolveu adestrar as temáticas em presença, exercendo uma direcção presente, actuante, e algo rígida, patente na imposição de teses gerais que presidiam à estrutura do evento, encomendando a respectiva defesa a intelectuais reputados. Contudo, a realização do certame, que parecia inicialmente bem encaminhada, foi colocada em risco pela conjugação desfavorável de circunstâncias externas e internacionais de natureza diversa: «Os primeiros passos auguravam probabilidades de êxito, quando a consideração de circunstancias de política interna e externa e a simultaneidade de inauguração do canal do Panamá fizeram recear que déssemos á empresa demasiado optimismo. Hoje estas circunstancias agravaram-se, pelo que o Conselho de Direcção só tem que felicitar-se de ter proposto o adiamento desse projectado congresso para momento mais opportuno, quando a sua execução seja garantida sem hesitações. No entanto, aproveitando o obsequioso compromisso dos relatores das theses, foi resolvido transformar em artigos essas theses, e com elles formar um volume especial, para ser publicado em 1915. Para esse volume já foram entregues alguns trabalhos»²⁴⁸.

O agravamento da situação internacional insinuado diz respeito à eclosão, em Agosto de 1914, do primeiro conflito bélico á escala mundial, enquanto os

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 354.

²⁴⁸ *Ibid.*

constrangimentos internos são relativos ao endividamento do Governo Português, provocando o descontentamento das forças políticas da oposição, crescentemente envolvidas em insanáveis divergências agudizadas pelas discrepâncias de opinião acerca do apoio (ou não) à Inglaterra. Por outro lado, a Sociedade Nacional de História sempre recusou desistir de lutar contra as adversidades. Perante a suspensão do Congresso, e tendo anteriormente estabelecido compromissos com os relactores das teses, resolveu o Conselho de Direcção daquela instituição transformar as ditas intervenções em artigos publicados na *Revista de História*, evitando assim que o esforço dos intelectuais abordados fosse desperdiçado ou desaproveitado.

A respectiva conversão obviou à efectivação desse quadro. Deste modo comprova-se, uma vez mais, a grande interdependência entre o periódico e a instituição que o fundara, funcionando aquele como instrumento para a resolução de parte dos problemas desta. Sublinhe-se que a publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo recebe, no ano de 1914, metade do espaço que lhe fora consagrado no balanço de actividades desenvolvidas pela instituição presidida por Silva Teles no ano transacto. Essa situação não é explicada pelo redactor do relatório mas tal omissão talvez derive da entrada do periódico numa fase de relativa acalmia, ou, inversamente, caso essa normalidade fosse ainda uma miragem não convinha enfatizá-la demasiado, dirigindo para a *Revista* o foco da atenção. Outra estratégia utilizada pela Sociedade Nacional de História para não deixar de cumprir projectos patentes, evitando dispersão de gastos e vontades, prendeu-se com a concretização da bibliografia histórica projectada em 1913.

No ano de 1915 foi realizado o derradeiro relatório do Conselho de Redacção da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos que mereceu publicação no periódico. Desconhece-se se foi o último a ter efectivamente lugar. Caso contrário não obteve destaque no órgão oficial da instituição, sendo impossível explicar as razões de tal procedimento, por nos faltarem de documentos que testemunhem os motivos desta situação. É certo que a agremiação societária em causa teve dificuldades de implementação, algumas delas anteriormente esboçadas, de ordem material, financeira, logística, que se arrastaram e conduziram a um impasse cada vez mais nítido e profundo. Assim, a 12 de Outubro de 1915 deu-se a reunião magna da *Sociedade*, tendo cabido ao secretário Fidelino de Figueiredo, dando provimento a uma disposição estatutária, a concretização do balanço de actividades. Começou o membro da direcção por referir-se ao incumprimento das sessões agendadas para os meses de Fevereiro, Março e Maio. No primeiro e no último essa circunstância ficou a dever-se à falta

de quórum. Esta realidade indicia que os sócios e colaboradores da instituição foram deixando de comparecer aos encontros programados.

Fidelino de Figueiredo exime-se a especular acerca de motivos que terão presidido a esses comportamentos, mas pode aventar-se a hipótese segundo a qual eles terão ocorrido na sequência das dificuldades que a agremiação encontrou para comunicar as suas actividades, gerando-se eventual desânimo e um sentimento de descrédito entre o público-alvo das iniciativas. Por outro lado, em Março, a sessão marcada não teve lugar devido a derrocada parcial do tecto do edifício sede da Sociedade. Foram efectuadas diligências para consertar os estragos junto do Ministério da Instrução Pública e do seu chefe de gabinete para o ensino Superior, Queirós Veloso que, eventualmente, por ser consócio da instituição, se mostrou interessado e empenhado na resolução do problema. Todavia, os seus esforços resultaram infrutíferos dado que, em Maio de 1915, o governo passara para as mãos de Pimenta de Castro e dos seus correligionários, tidos como radicais, ainda que Fidelino se tenha isentado de pronunciar os seus nomes.

Paralelamente, devido a este clima de indefinição e de falta de condições de trabalho apenas foram realizadas sete sessões da Sociedade Nacional de História em 1915. Convém reparar no decréscimo sucessivo destes eventos desde 1912, de forma avaliar melhor os percalços de implementação da instituição. Em 1915 os autores de que apresentaram comunicação na sala das sessões foram, sensivelmente, e com ligeiras alterações, os mesmos de sempre. Pedro de Azevedo pronunciou-se sobre *Documentos para a Biographia de Diogo do Couto; A Representação dos Açores nas Côrtes* e acerca de *O naufragio de Camões e dos Lusíadas* enquanto a atenção de Joaquim Fortes se dirigiu para *A Archeologia na Guerra e a Classificação de Alguns Instrumentos Paleolíticos do Casal do Monte*. Por seu turno, Afonso de D' Ornelas estudou *O Bastão dos Capitães-Generaes de Ceuta*, enquanto Prado Coelho destacou *O Ensino Secundario e Superior da história litteraria*, cabendo a Álvaro de Azeredo destacar *Um Soldado Português na India*. Acresce que Edgar Prestage apresentou o Summario duma *Bibliographia Histórica Portuguesa*.²⁴⁹

Com excepção dos trabalhos de Pedro de Azevedo e o de Joaquim Fontes sobre a relação entre a arqueologia e a questão bélica, todos os outros foram sendo progressivamente publicados na *Revista de História*, situação que torna patente a dependência da Sociedade Nacional de História face ao seu periódico,

²⁴⁹ Cfr: Fidelino de Figueiredo– Relatório. In *Revista de História*, volume 4, número 16. Lisboa: Clássica Editora, 1916, p.364.

funcionando este como garante da sobrevivência daquela. Sublinhe-se que, em 1915 a conclusão da *Bibliografia* proposta por Prestage se encontrava ainda pendente, tendo sido, mais uma vez, a publicação o veículo de parte do projecto, impedindo que este tivesse falido e nunca tivesse sido dado à estampa, ainda que sob uma forma incompleta. Por outro lado, o *manual de História*, ou *Vade-Mecum*, que o historiador inglês tinha projectado não pôde, de todo, ser realizado. O mesmo aconteceu com as propostas avançadas para que não se desrespeitasse a toponímia original de Lisboa – por forma a observar-se a tradição – e com a urgência de reforma reclamada dos serviços da Biblioteca Nacional. Estas iniciativas fracassaram devido ao clima político adverso decorrente da ditadura de Pimenta de Castro. Fidelino de Figueiredo, no seu relatório anual, confirma esta adversidade: «Duas deliberações da assembléa não podéram ser cumpridas: a representação á Camara Municipal de Lisbôa acêrca da arbitraria mudança dos nomes tradicionaes das ruas de Lisbôa, e ao Ministério da Instrucção sobre o estado anómalo da Biblioteca Nacional de Lisbôa. Essas representações não foram entregues porque tendo o Municipio de Lisbôa e o ministerio da Instrucção sido, após a insurreição de Maio, novamente entregues a um partido radical, nenhuma viabilidade havia a esperar para os desejos conservadores manifestados por uma «Sociedade». Essas representações foram redigidas e assignadas e poderão ser publicadas na *Revista de História*, se o futuro conselho de direcção assim o entender»²⁵⁰.

Estas afirmações são relevantes, dado que Fidelino de Figueiredo era apoiante de Pimenta de Castro, deposto na sequência da *revolta de 14 de Maio*.

Assim se confirma a intenção de utilizar o periódico como forma de expressão das vontades conservadoras frustradas da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e enquanto forma de pressão junto da opinião pública para a respectiva realização. A publicação manteve em 1915 a sua periodicidade regular enquanto a instituição que lhe dera origem passava por sérias dificuldades. Este cenário manteve-se até ao fim da *Revista*, cabendo-lhe o papel de catalisar as actividades da agremiação fundadora. Contudo, o ambiente deceptivo não se quedou por aqui, tendo sido confirmada a ausência da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos na organização das comemorações de Ceuta e Afonso de Albuquerque que tiveram lugar ainda em 1915. A melhor notícia desse ano para a agremiação foi a conclusão de inventariação da Biblioteca por parte do consócio arquivista Pedro de Azevedo, faltando ainda proceder a ajustes e arrumações que possibilitassem o alargamento de consultas e o funcionamento de empréstimos.

²⁵⁰ Fidelino de Figueiredo, *Id.* p. 385.

Em suma, resulta claro que, apesar de a Sociedade de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos ter dado origem á *Revista de História* e ter estado na base da sua criação, oficiosamente as relações de dependência podem ter sofrido uma inversão, dado que o periódico afirmou-se como centro privilegiado de informação e comunicação das actividades da instituição fundadora, dando-lhes visibilidade e permitindo a respectiva sobrevivência, a tal ponto que, a partir de 1915, a publicação consumou a sua vitalidade, autonomizando-se, ainda que apenas parcialmente, e deixando de noticiar a vida administrativa da *casa-mãe*. Desconhecemos as razões desta situação. Pode colocar-se a hipótese segundo a qual as reuniões da *Sociedade* deixaram de se realizar. Caso contrário, se continuaram, por que deixou a Revista de noticiá-las, e onde se encontram os registos? Acresce que, até 1915, o periódico era financiado por dinheiro das quotas dos sócios da instituição promotora. Certo é que aquele continuou a publicar as listas dos membros da Sociedade, da qual Fidelino de Figueiredo era ou tinha sido secretário. Por outro lado, nas páginas da *Revista de História* não comparecem um editorial formal nem listas dos Conselhos de Direcção ou redactoriais.

Apesar de ter mais de uma centena de colaboradores, a *Revista de História* deve muito ao seu director-nas três secções- e vice-versa, conforme comprovaremos nas páginas seguintes. Aparentemente, e no que tange às colaborações granjeadas, não estamos perante uma revista de um homem só. Todavia, ao nível da concepção, direcção e espírito subjacente, parece ganhar forma a ideia de uma *solidão acompanhada*, dado que o periódico em análise resulta de um grupo heterogéneo que não terá configurado um movimento ou uma escola. Este é um assunto para os capítulos seguintes.

De imediato, apresentamos um esboço dos perfis biográficos dos colaboradores da *Revista de História*, sejam, ou não, sócios da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Registe-se que pouco mais de metade deles provém da instituição fundadora. A *Revista de História* parece, também na sua origem, assumir-se como uma publicação sincrética e eclética. É institucional, nunca se desliga da *casa-mãe*, mas parece criar uma personalidade própria ao arrepio de subserviências.

Capítulo IV – Esboços dos Perfis Bibliográficos dos Articulistas da *Revista de História*²⁵¹

Conforme indicámos anteriormente, nos capítulos precedentes, a *Revista de História* parece configurar um periódico eclético e sincrético. Veremos o que se passa no que respeita ao esboço dos perfis dos seus articulistas. Tentaremos confirmar a hipótese segundo a qual os resistentes da antiga *sociedade de ordens* coexistem com a média burguesia professoral e dos saberes, configurando, e mimetizando na sua composição social, uma elite intelectual tradicional e clássica, portadora de afinidades espontâneas com os quadros resultantes das teorizações Oitocentistas de Mosca, Pareto ou Michels, segundo os quais as elites se diferenciam claramente das massas nascentes, recusando-as liminarmente ou enfrentando-as. Na secção de artigos da *Revista de História* assiste-se a uma parcial recomposição do tecido social de elite, mas parece ser muito incipiente, conforme veremos a seguir neste esboço dos perfis biográficos dos articulistas da publicação.

4.1. Sócios da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos com artigos na *Revista de História*

Fidelino de Sousa Figueiredo, Director da Revista de História

Origem Sócio-Geográfica

Fidelino de Sousa Figueiredo nasceu em Lisboa a 20 de Julho de 1888 e morreu na mesma cidade a 20 de Março de 1967. Era filho de um oficial do exército, Joaquim de Sousa Figueiredo e de Rosa Augusta Coelho da Fonseca. Entre 1889 e 1906, o futuro director da *Revista de História* estudou no antigo Liceu Central, no largo do Carmo, onde terminou o ensino secundário. Neste último ano entrou no ensino superior²⁵². Todavia, começou a alimentar uma outra vertente, à qual o seu espírito se afeiçoara, escrevendo ficção desde 1905 sob um pseudónimo, *Delfino*. Escreveu textos como: *O Orfão* (1905), *Adélia a boeirinha*, *A enjeitada*, *O Canário*, *Marianita*, *Os Amores do Visconde* (1906), *Sonatas* (1907), *Os Humildes* (1908)²⁵³.

²⁵¹ Toda e qualquer referência ao conjunto de sócios/colaboradores da Sociedade Nacional de História e de articulistas da Revista de História pode ser consultada em: Hélder Bento Correia – *Fidelino de Figueiredo na cultura histórica e política do seu tempo*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp.189 -197 [Dissertação de Mestrado em História].

No entanto está em curso a publicação de um *Dicionário de historiadores portugueses, da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, obra pioneira na Historiografia Portuguesa, coordenada por Sérgio Campos Matos. Cfr. Sérgio Campos Matos – *Dicionário de historiadores portugueses, da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Centro de História, Universidade de Lisboa, in <http://dichp.bnportugal.pt/index.htm> (acedido em 1 de Março de 2012).

²⁵² *Ibid.*, pp.16-38 [Dissertação de Mestrado em História].

²⁵³ Cfr. António Soares Amora - *O Essencial sobre Fidelino de Figueiredo*. Lisboa:1987.

Em todas as obras citadas, até esta última, predomina um ambiente de decadência, percorrido pela exaltação de almas hipersensíveis. No derradeiro texto citado, Fidelino de Figueiredo envereda pela abordagem de problemas económicos e sociais que se faziam sentir na cidade de Lisboa nos últimos tempos da Monarquia. Nestes escritos, avulta um jovem atento ao seu tempo, do qual traça um quadro impressionista e imaturo, fruto da sua inexperiência e juventude, mas ainda assim, e também por isso, significativo e revelador do ambiente de instabilidade então vivida

Habilitações Académicas e Formação Profissional

Em 1910 Fidelino de Figueiredo concluiu a licenciatura em ciências histórico-geográficas no Curso Superior de Letras, onde apresentou, como tese de licenciatura um estudo intitulado *Educação da Abstracção*. No entanto, enquanto ainda era aluno universitário, o autor desenvolveu trabalhos que constituíram as suas primeiras experiências de natureza académica e científica. Logo em 1906 esboçou e coligiu Notas Elucidativas aos poemas *Camões e Retrato de Venus* de Almeida Garrett. No ano seguinte, deu continuidade à sua catividade de compilador do património literário português e deu à estampa, *Os Melhores Sonetos da Língua Portuguesa*, seguindo-se o estudo intitulado *Arte Moderna*, no qual Fidelino de Figueiredo critica a arte pela arte, defendendo uma ligação desta à vida e ao devir humano. O autor era um homem do seu tempo e nunca se desligou totalmente de uma intervenção Cívica. Ainda não tinha concluído o seu curso quando, a 27 de Março de 1909, proferiu uma conferência intitulada *Antero de Quental, a sua filosofia, a sua arte* na Sociedade de Geografia de Lisboa, onde funcionava a Liga Nacional de Educação. No ano seguinte debruçou-se, no mesmo local, sobre *Herculano, crítico, poeta e romancista*. Esta intervenção foi integrada nas comemorações do centenário do autor que constituiu o objecto de estudo fideliniano na ocasião e forneceu um pretexto para o neófito estudioso expressar o seu patriotismo. Fidelino de Figueiredo manifestou curiosidade e interesse pelos dois nomes pioneiros do Romantismo literário e Histórico português, respectivamente Garrett e Herculano. Não será pois de estranhar que se tenha devotado às duas principais áreas de intervenção destes arautos ao longo da vida. Ainda em 1910, Fidelino de Figueiredo publicou a História da Crítica Literária

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e produção intelectual

A partir de 1910, preocupado com a alegada desconsideração da História Nacional por parte da esquerda que governou a pós o 5 de Outubro, Fidelino de Figueiredo envolveu-se na criação da Sociedade Nacional de História. No ano seguinte, em Fevereiro de 1911, casou com Dulce Lobo da Costa na Igreja dos Reis Magos. A

agremiação referida necessitou de fundar um periódico para: difundir as suas ideias; ajudar a criar uma comunidade até então inexistente de historiadores e promover a construção e desenvolvimento da História como disciplina científica. A *Revista de História* nasceu em 1912 e foi desde logo dirigida por Fidelino de Figueiredo, secretário de redacção da instituição fundadora. No periódico deu à estampa *A Crítica Literária como Ciência*, trabalho de natureza teórica, com influências de Bourget, Bergson, Benedetto Croce. Fora da publicação tiveram acolhimento editorial a *História da Literatura Romântica* (1913), *História da Literatura Realista* (1914) e a *História da Literatura Clássica* (1917-1924). Enquanto professor do ensino liceal, Fidelino de Figueiredo tornara-se efectivo em 1911 no liceu de Faro, transferindo-se em 1913 para o Liceu João de Deus e mais tarde para o Liceu Gil Vicente. Em 1914, a pedido do Ministro da Instrução Pública, Sobral Cid, Fidelino de Figueiredo elaborou um programa de História para o ensino secundário. Em 1915 tornou-se Sócio efectivo da Academia de Ciências de Lisboa, tendo sido, dois anos volvidos, candidato efectivo à Câmara de Lisboa, pelo partido unionista. Ocupou o cargo de Chefe de Gabinete do ministro Alfredo de Magalhães durante o Governo de Sidónio Pais entre Dezembro de 1917 e Dezembro de 1918. Entre Julho de 1918 e Fevereiro de 1919, o director da *Revista de História* foi eleito deputado por Silves. Ao mesmo tipo, tinha sido nomeado, ainda durante o sidonismo, Director da Biblioteca Nacional, demitiu-se depois da morte do Presidente Rei e escreveu um livro intitulada *Como dirigi a Biblioteca* a relatar esta experiência²⁵⁴.

Em 1920, Fidelino de Figueiredo fez uma primeira viagem, por convite, ao Brasil, onde realizou conferências, tomando posse no Instituto Histórico e Geográfico brasileiro. Entretanto, dirigiu as Revistas Portugália - portadora de um cariz essencialmente político-ideológico, ancorando-se no tradicionalismo - e Vasco da Gama (entre 1925 e 1927), propriedade do Colégio onde leccionou até 1926, o Director da *Revista de História* foi conferencista em Lisboa, Londres e Madrid.

Em 1927, o director da Revista de História participou activamente no Golpe dos Fifis com Filomeno da Câmara, empenhando-se ambos na contestação ao governo saído do 28 de Maio de 1926, no qual tinham tido esperanças iniciais, rapidamente frustradas e transformadas em desilusão. Preso e julgado, com outros políticos, Fidelino de Figueiredo foi deportado para Angola, de onde saiu para Espanha, onde foi contratado como professor da universidade central, tornando-se redactor do jornal *el debate*. Em 1928, possivelmente devido, em parte, a este exílio no estrangeiro do seu Director, a *Revista de História* foi publicada pela última vez. A participação do autor neste periódico foi tão significativa que a ele se deve uma parte

²⁵⁴ Cfr. Helder Bento Correia – *Fidelino de Figueiredo na cultura...*

largamente superior a todos os outros colaboradores da publicação, nas suas diversas secções, nas quase comparece sobretudo como historiador e crítico da literatura, em detrimento de uma afirmação enquanto historiador *tout court*.

No órgão de informação e comunicação da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, o estudioso colocou em prática um perfil dependente do facto de ter sido educado no século XIX, adquirindo projecção até meados do século seguinte, recolhendo e assimilando referências das épocas atravessadas e vividas. O seu pensamento abarca, sincreticamente, o conservadorismo político, a vontade de certificação científica e de internacionalização da *Revista de História*. Nela, defendeu, em 1912, a *Crítica Literária Como Ciência*, tentando ultrapassar os contributos de Brunetière, em detrimento das inovações trazidas por Lanson, que substituiu o *organicismo* do seu compatriota pela consideração específica do texto literário. Fidelino de Figueiredo tentou seguir esta lição lansoniana mas, em nosso entender, a sua prática historiográfica conciliou-a com uma herança romântica, interpretada de modo heterodoxo, ao arrepio do *biografismo puro*.

Nos *Estudos de Literatura Contemporânea*, o historiador da literatura analisa microscópica e criticamente as obras de escritores como Antero de Figueiredo, Teixeira Gomes, entre outros, cruzando-as com a respectiva vida. No entanto, em *Características da Literatura Portuguesa*, anteriormente publicadas na *Revista de História*, em 1914, a visão fideliniana é genérica e macroscópica, procurando definir aprioristicamente o *espírito nacional* como conceito central e eixo de aferição da qualidade da literatura portuguesa. Eduardo Moreira, contemporâneo e amigo de Fidelino de Figueiredo, exprime um reparo acerca do carácter apriorístico das *Características da Literatura Portuguesa*²⁵⁵.

A seguinte apreciação do amigo e colaborador da *Revista de História*, Eduardo Moreira, expressa em 1917, exprime solidariedade com a atitude intelectual que Fidelino de Figueiredo procurou, em nosso entender, colocar em prática na *Revista de História*: «Com a permanente preocupação de formar a a synthese a para da anályse e de usar a crítica objectivamente, tem conseguido o sr F.F. na literatura e um pouco já na história geral, um equilíbrio precioso no desenvolvimento dos temas; unidade de pensamento sem dogmatismos que nos cansem ou ponham em guarda (...); estilo fácil e elegante (...) observação sincera e desejosa de imparcialidade, sem arremetidas camilianas nem frases piegas de necrologio (...); como director, em seis anos de vida, da *Revista de História*, que em 1914 foi louvada pelo Ministério da

²⁵⁵ Cfr. Eduardo Moreira– *Escorços bibliográficos Fidelino de Figueiredo*. Lisboa: Clássica Editora, 1917, p. 15.

Instrucção, o Sr. F.F. tem contribuído para a renovação mental que para a pátria desejamos»²⁵⁶.

Nos textos escritos por Fidelino de Figueiredo para a secção de artigos do periódico por si dirigido avulta uma atitude comum a outros colaboradores, focada na tentativa de ultrapassar e colocar de parte os métodos aplicados por Teófilo Braga à História da Literatura, concretizando uma *Crítica da Razão Positivista*²⁵⁷.

Por outro lado, raramente Fidelino de Figueiredo procurou apresentar-se, na *Revista de História*, como Historiador *tout court*. Era um homem preocupado com a actualização bibliográfica e a construção de bibliografias e também fazia diplomacia cultural, nas Secções de Factos e Notas e de Bibliografia. Mas também na de Artigos, onde promoveu as ligações culturais entre Portugal e a Suécia ou os Estados Unidos da América. No periódico em análise, o seu director conjugou a compilação de documentos e averiguação de factos positivos, com um estilo simples mas literário e uma atitude filosófica tendente a afirmar o espírito histórico-literário nacional²⁵⁸.

Fora da Revista de História, Fidelino de Figueiredo, ainda antes da Ditadura Militar, sentira particularmente o estertor da Primeira República, com a qual estava cada vez mais arreigadamente desiludido. Em 1925 publicou *Sob a cinza do tédio Romance de uma Consciência*. Trata-se de uma obra que o próprio autor classifica como literatura de testemunho, na qual acompanha e relata a morte de um grande amigo, Luiz Cotter. Do nosso ponto de vista, estamos perante um trabalho autobiográfico, no qual Fidelino de Figueiredo ficciona uma personalidade histórica, que não será mais do que o seu alter-ego. A introdução foi realizada por Robert Ricard, que denuncia alegadas injustiças e pressões das quais o director da *Revista de História*-que convidara o amigo e historiador francês para nela participar-estaria a ser alvo, sofrendo supostas incompreensões por parte da intelectualidade portuguesa. Num andamento preparatório do seu texto, o director do órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos apelou para a capacidade de auto-organização do mundo. No primeiro capítulo, começa por referir-se ao falecimento de Luiz Cotter na véspera. O funeral é descrito como cerimónia discreta, despojada de discursos ou artifícios retóricos, decorrendo perto de uma pequena elevação montanhosa e do mar, em comunhão com a natureza. Fidelino de Figueiredo parece exibir um *franciscanismo* que coloca a transcendência no seio da imanência, até que esta se manifeste na fragilidade existencial, encarada como a força da condição humana.

²⁵⁶ Eduardo Moreira, *op.cit.*, p. 17.

²⁵⁷ Cfr. José Cândido Martins, *Fidelino de Figueiredo e a Crítica da Razão Positivista*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002

²⁵⁸ Cfr. Mário Carneiro- *O Pensamento Filosófico de Fidelino de Figueiredo*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004. Neste estudo, o seu autor aborda, em termos genéricos, a conciliação fideliniana da História coma Literatura e a Filosofia

Deste modo, por interposta pessoa, o agnosticismo fideliniano manifesta-se, solidário com a lucidez e sabedoria do declínio, contrário à decadência, entendida esta como indesejável apatia, passividade e aceitação do estado do país. Deste ponto de vista, o tédio é uma forma de resistência face à alegada corrupção política e cultural que se vivia em Portugal. Fidelino de Figueiredo sublinha a linhagem de *entediados* sob cuja égide e protecção se coloca, destacando Venceslau de Moraes – que, desiludido com a Europa foi viver para o Japão – e Oswald Spengler, que denunciou a queda do projecto europeu. O autor de *Sob a Cinza do Tédio* patenteia um *sentimento trágico da vida*, extraído de Unamuno, e demonstra a inexorabilidade da razão pura ou a importância da razão prática Kantianas. Luiz Cotter é descrito como um americanófilo defensor da Revolução Americana, por contraponto à Revolução Francesa.

No segundo capítulo de *Sob a Cinza do Tédio*, Fidelino de Figueiredo elogia a correcção, elegância lexical e sintática evidenciadas pelo estilo grava e equilibrado de Luís Cotter, avesso redundâncias, hipérboles e formalismos estéreis. Na *Revista de História* a escrita fideliniana pretende materializar estes predicados. Parece haver um exercício lógico como substrato da Gramática. Por outro lado, o director do periódico em análise também expõe, na obra em causa, a sua própria concepção de história, segundo a qual as teorias inerentes ao espírito universitário apenas devem existir se forem colocadas ao serviço da moral e da vida. Os documentos patentes em arquivos também são necessários, mas não suficientes, dado que necessitam de ser complementados por uma atitude interpretativa por parte dos historiadores, encarados como construtores de um conhecimento que se pretende científico. No entender de Luís Cotter, ou seja, de Fidelino de Figueiredo, a História também deve evitar a demagogia política, caracterizada eventualmente pela procura de leis gerais contra a qual o director da *Revista de História* se coloca. Esta atitude é comum à maioria de estudos publicados no periódico em estudo, escritos por outros colaboradores, podendo aplicar-se a esses trabalhos a análise sobre a prática historiográfica cara a Luís Cotter: «A História estudava sucessões e não repetições, era uma ciência do particular, e não do geral, procurava o mais típico, o mais individualizadamente dramático da vida colectiva; não poderia, pois, expressar-se em leis que condicionassem repetições regulares e fundamentassem a previsão»²⁵⁹.

Fidelino de Figueiredo oscila entre o rigor documental, defendido por Alexandre Herculano, e a vivacidade e imaginação próprias de um estilo narrativo, artístico e literário, propugnado por Oliveira Martins. No periódico que Fidelino de Figueiredo

²⁵⁹ Fidelino de Figueiredo – *Sob a Cinza do Tédio (Romance duma consciência)*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, s/d, pp. 28-29.

dirige também se nota este sincretismo, mas a erudição herculaniana parece dominante, sem perder de vista uma *história mestra da vida*, atenta ao quotidiano dos historiadores.

No terceiro capítulo de *Sob a Cinza do Tédio*, o autor justifica a identidade entre as suas ideais e as de Luís Cotter com o facto de serem amigos de infância e conhecerem-se muito bem, admirando-se mutuamente. Essa identidade é de tal modo evidente que nenhuma das personalidades gostava de polémicas ou revoluções, enfrentando, contudo, as primeiras sempre que necessário fosse. Por outro lado, ambos eram defensores de uma relação positiva entre Espanha e Portugal. Por outro lado, punham em prática um *especialismo* que não fosse desligado da vida e se baseasse na revisão e reescrita de matérias anteriormente abordadas. Luís Cotter era ou pretendia ser, alegadamente, um erudito espírito do seu tempo²⁶⁰.

Nos três capítulos seguintes de *Sob a Cinza do Tempo*, o seu autor faz com que a sensação de que fala dele próprio cresça e se desenvolva, avolumando-se e confirmando-se esta hipótese, dado que as similitudes com o universo patente na *Revista de História* se tornam evidentes e, julgamos, insofismáveis. Assim, Luís Cotter admira os Descobrimentos Portugueses, sobretudo por corresponderem a um saber experimental, de experiência feito, arredo ao conhecimento puramente escolástico ou livresco. No mesmo sentido, situa-se e compreende-se o elogio a Francisco Sanches, pensador bracarense que nasceu no século XV e é encarado como precursor do cepticismo crítico e do Kantismo em Portugal. Por outro lado, Cotter assume-se como agnóstico, mais uma vez, mas demonstra apreço pelo cristianismo primitivo, pelos últimos tempos da filosofia grega antiga, evidenciando disponibilidade para acreditar em Deus. Por outro lado, segue Francisco Sanches na recusa face ao verbalismo silogístico, mas também rejeita o verbalismo poético, rejeição essa eventualmente decorrente da defesa incondicional da intuição, própria, alegadamente do Bergsonismo. Contudo, Luís Cotter respeita Bergson mas considera que o pensamento respectivo configura menos uma filosofia do que um método, colocando de lado as ideias mais radicais dos seguidores do autor francês que entendam a intuição como um corte com a realidade e o intelecto: Fidelino de Figueiredo antipatiza com os excessos do *intelectualismo* estéril mas defende o intelecto e a ciência, sobretudo se materializarem um pensamento em acção. Na *Revista de História*, os Descobrimentos - essencialmente na sua vertente científica - constituem uma das temáticas de eleição, sobretudo porque através deles uma elite pouco numerosa - mas heteróclita, da qual faziam parte comerciantes, nobres, missionários - expandiu-se pelo mundo. Por outro lado, as páginas do periódico acolhem uma tradução do *Quod*

²⁶⁰ Fidelino de Figueiredo - *op. cit.* pp. 37-50.

Nihil Scitur. Contudo, a proximidade da publicação face a *Sob a Cinza do Tédio* não fica por aqui, uma vez que, em ambas as circunstâncias Ferreira Deusdado é elogiado como representante de uma escolástica renovada. Ainda que não seja encarado enquanto um heterodoxo, recusa o cerebralismo puro²⁶¹.

Do sétimo ao nono capítulo de *Sob a Cinza do Tédio*, Fidelino de Figueiredo apresenta Luís Cotter como um kantiano e elogia o pensador alemão por ter indagado os limites da razão teórica e da ciência, mas também a respectiva necessidade, construindo conceitos de tempo, espaço e causalidade como independentes, em primeira instância, face aos sentidos, e ligados aos *Juízos Sintéticos a priori*. Por outro lado, Fidelino de Figueiredo não segue rigidamente o sistema kantiano, humanizando-o e aparentando-o, elogiosamente, com um cientismo não positivista moderado, ao arrepio do idealismo puro ou do empirismo radical. Por outro lado, a visão fideliniana abraça a perspectiva de S:Boaventura, que conciliava a humildade franciscana e a ciência, aparentemente insusceptíveis de interpenetração. Acresce que Luís Cotter se sentia mal com a alegada mesquinhez da vida literária lisboeta, enredada, alegadamente em maledicências e vaidades mundanas²⁶². Nos três derradeiros andamentos de *Sob a Cinza do tédio*, Fidelino de Figueiredo pronuncia-se sobre a vida pessoal de Luís Cotter, que viveu um grande amor pouco antes de morrer. Esta intimidade não nos interessa. Convém ainda realçar que o biografado foi membro da Academia de Ciências de Lisboa, mas quase não participava nas respectivas reuniões, por não se rever na respectiva mentalidade, alegadamente *fechada sobre si mesma*.

Entre 1931 e 1937, Fidelino de Figueiredo esteve envolvido na realização de cursos e conferências em Berkeley. Desde este último ano até 1951, Fidelino de Figueiredo fixou-se no Brasil, leccionando nas Universidades de S. Paulo e do Rio de Janeiro. Em 1951 deu-se o regresso a Portugal, acometido por esclerose lateral amiotrófica, que o impediu de falar, continuando a comunicar por escrito o que pensava aos amigos e figuras da intelectualidade portuguesa que o visitavam e com as quais se reunia em sua casa. Em seguida, acompanhamos o percurso bem diverso do militar Afonso de Dornellas.

²⁶¹ Fidelino de Figueiredo, *op.cit.* p. 51-87

²⁶² Fidelino de Figueiredo, *op. cit.* pp. 89-128

Afonso de Dornellas

Origens sócio- geográficas

Afonso de Dornellas Cisneros, de seu nome completo, nasceu em Lisboa a 29 de Fevereiro de 1880. Viveu sessenta e três anos, tendo falecido na mesma cidade em 1844, no dia 9 de Fevereiro, a escassos dias de completar mais um aniversário.

Formação e Habilitações Académicas

Afonso de Dornellas era um militar e desde cedo essa carreira começou a desenhar-se. Aos dezassete anos, era ainda estudante, assentou praça no Regimento de Caçadores 6 em Leiria.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e produção intelectual

Afonso de Dornellas fez parte da expedição do Regimento de Caçadores 6 a Moçambique em 1899, ocupando o lugar de Sargento na Hierarquia. Todavia, a sua vida não se cingia ao percurso militar. Desde cedo, empenhou-se civicamente e resolveu envolver-se na solidariedade, materializada em acções de ajuda ao próximo. É possível que entendesse a carreira no exército como o cumprimento de um imperativo ético, ao serviço dos seus concidadãos. Assim se entende a entrada, em 1909, aos 29 anos, para a Cruz Vermelha, numa altura em que o seu percurso profissional estava já, de certo modo, traçado e, parcialmente, alicerçado, ou seja, em cumprimento de um itinerário de estabilidade, enriquecido com uma experiência nova, mas de certo modo complementar do trajecto efectuado. De tal modo se realizou essa complementaridade que, quatro anos volvidos, em 1913, Afonso de Dornellas fazia parte da organização das formações militarizadas daquela instituição de solidariedade. Durante a Primeira Guerra Mundial representou a Cruz Vermelha no Ministério da Guerra, tendo sido nomeado pelo mesmo departamento governamental para vogal da Comissão Central de Informações sobre Prisioneiros de Guerra a 20 de Março de 1918. Em Janeiro do ano seguinte tornou-se, por nomeação a delegado nos quartéis-generais das forças de operações contra a Revolução Monárquica do Norte do país. Das forças de operações em Monsanto. Em 29 de Março de 1919 Afonso Dornellas foi agraciado com o grau de oficial da Ordem de Cristo. Recebeu, no mesmo ano, a medalha de Ouro de filantropia, generosidade e mérito, pelos serviços prestados durante os movimentos revolucionários de 14 de Maio de 1915, liderado por Pimenta de Castro e 5 de Dezembro de 1917, chefiado por Sidónio Pais. Nesses momentos pareceu presente uma vertente castrista e conservadora no comportamento político de Afonso de Dornellas

Apaixonado pela História das famílias pertencentes à aristocracia, Afonso de Dornellas esteve ligado à fundação do Instituto Português de Heráldica, do Conselho Nobiliárquico de Portugal e do Instituto de História de Sintra. A primeira instituição ainda foi criada como secção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Abril de 1910, enquanto culminar de um processo iniciado nove anos antes e percorrido por avanços, recuos, insucessos parciais. Conforme confirma o quarto barão de S. Roque, Artur Xavier Norton: «A ideia de ser criada uma associação para congregar os esforços e dar a conhecer os resultados dos que se dedicam aos estudos das ciências da genealogia e da heráldica teve diversas fases. Talvez a mais antiga tentativa seja a assembleia geral realizada em 9 de Março de 1901, na associação de arqueólogos portugueses onde foi deliberado criar uma secção, para a Genealogia e Heráldica, constituída pelos sócios Visconde de Sanches de Baena, Conde de Valença, Visconde de S. Bartolomeu de Messines e José Joaquim d'Ascensão Valdez. Esta tentativa foi infrutífera. Em 4 de Abril de 1910, na mesma Associação dos Arqueólogos Portugueses, reúne-se pela primeira vez a Secção de Heráldica e Genealogia, com os seguintes membros: Conde de Sabugosa, Guilherme Luís dos Santos Ferreira, Luís Filipe de Freitas Andrade Albuquerque Bettencourt, Dr. Álvaro de Azevedo Leme Pinto e Melo, Francisco Nogueira de Brito, Jacinto d'Andrade de Albuquerque Bettencourt, Gustavo de Matos Sequeira e Afonso de Dornellas»²⁶³.

Desde logo, Afonso de Dornellas empenhou-se activamente na recém-criada secção de Heráldica, da qual se tornou Presidente, encetando, de imediato, esforços vários no sentido da profissionalização da área de estudos a que se dedicou. Elaborou, para o efeito, mais de trezentos pareceres versando armas, bandeiras e selos municipais de Portugal Continental e das Ilhas. Simultaneamente, O Ministro das Colónias pediu-lhe um estudo sobre as armas correspondentes a cada uma das Províncias do Império Português. Esta incumbência ministerial foi o reconhecimento do mérito de Dornellas na tentativa de pesquisar a História portuguesa no além-mar. Estas investigações foram antecedidas e enquadradas pelo primeiro estudo publicado pelo autor, intitulado *De Ornellas, origem deste apelido*, obra dada à estampa em 1912, na qual o oitocentista desenvolve um exercício de auto-análise baseado na aplicação dos métodos utilizados nos estudos genealógicos à génese da sua família. Este cultor de Clio demonstra preocupações e curiosidades pessoais como condicionantes do seu interesse pelo trabalho no âmbito da Genealogia. No mesmo ano, a vertente de militar e patriota, defensor dos princípios de nacionalidade e independência de Portugal, comparece nos estudos dedicados a duas das batalhas integradas no movimento da

²⁶³ Artur Xavier Norton – Da história do Instituto Português de Heráldica. In *Boletim dos Trabalhos Históricos*, 1990, p. 95.

Restauração. Estes trabalhos intitulam-se *Batalha do Ameixial (8 de Junho de 1663)* e *Batalha do Montijo (16 de Maio de 1664)*. Entretanto, estas pesquisas continuaram no ano seguinte, delas resultando estudos sobre a *Gloriosa Batalha das Linhas de Elvas (14 de Janeiro de 1659)* e a *Batalha Triunfal de Montes Claros (17 de Junho de 1665)*²⁶⁴.

Em 1914, Afonso de Dornelas começou a tornar ainda mais patente o seu interesse por questões militares e outras, relacionadas com a política de conquistas portuguesas no Norte de Africa, mormente com Ceuta, praça pioneira nesse conspecto, acerca da qual Dornellas, cruzando e concretizando interesses pessoais e profissionais, elaborou um estudo centrado numa fonte genealógica de relevo intitulado *O Brasão de Ceuta*, ao qual se seguiram *O Bastião dos Capitães Generais de Ceuta*. No ano de 1915, o erudito debruçou-se sobre *D. Jerónimo de Mascarenhas e a sua História de Ceuta*, demonstrando algum apreço por matérias ligadas, de algum modo, ao percurso de historiadores que se dedicassem a assuntos que suscitavam a sua curiosidade.

Paralelamente, surgiu a oportunidade de conciliar as investigações sobre Ceuta com as realizadas sobre o período de dominação filipina e posterior termo, precipitado a 1 de Dezembro de 1640. Assim nasceram *Aclamação de Filipe I em Ceuta; 1640 em Ceuta*. Neste quadro, fácil se torna explicar que a primeira colaboração de Afonso de Dornellas na *Revista de História*, ainda em 1915, tenha decorrido de um fascínio sobre a praça africana e na sequência de trabalhos incidentes, de diversas formas, sobre essa localidade. A experiência heurística neles aplicada pode ter contribuído para a escrita de *Recolhimento para as filhas dos cavalleiros de Ceuta*, estudo centrado na publicação de uma fonte primária relativa à matéria em questão, presente desde o título aventado. Aliás, desde o enunciado inaugural, todos os esforços de investigação deste cultor de Clio parecem apontar para o cultivo de uma prática historiográfica assente em documentos escritos tidos como miméticos face à realidade histórica sobre os quais se debruçam, predominando nos relatos um conjunto de factos militares e políticos, expostos em sequência diacrónica. Se no primeiro artigo dado à estampa no órgão de comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Afonso de Dornelas não tentou aprofundar a crítica documental, o mesmo não se poderá dizer do segundo estudo nele impresso no ano de 1917, texto significativamente intitulado *D. António Caetano de Sousa. O 243 aniversário do seu nascimento*. A personalidade em causa era um ilustre genealogista nascido em 1674, de cuja linhagem intelectual aquele sócio e colaborador da *Revista de História* se reconheceu herdeiro, tanto mais que também conheceu por dentro a Academia Real

²⁶⁴ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, Vol. 9 (Dilat - Escar). S/l: Página Editora, [s.d.], p. 262.

da História, tendo exercido nela as funções de secretário²⁶⁵. Outro sócio da Sociedade Nacional de História que colaborou na Secção de Artigos da *Revista de História* foi colega de Afonso de Dornelas na Associação Portuguesa de Arqueólogos e na respectiva secção de genealogia e Heráldica. Trata-se de Álvaro de Azeredo Leme Pinto e Mello.

Álvaro de Azeredo

Origens sociais e geográficas e grupos etários

Álvaro de Azeredo nasceu em 1870 e faleceu em 1942. A sua família era originária de Mesão Frio e conferia-lhe uma origem aristocrática.

Formação e Habilitações Académicas

Enquanto genealogista, Álvaro de Azeredo insistiu em estabelecer a respectiva árvore genealógica num exercício que configura uma prática de investigação e um auto-reconhecimento, antecipando-se quatro anos a Afonso de Dornelas na realização de um gesto a um tempo erudito e pessoal, possuidor de características análogas.

Actividade Profissional, Cargos, Títulos, Produção Intelectual

Em 1908, Álvaro de Azeredo publicou a obra sobre os ascendentes remotos ou próximos da sua família intitulada *Os Meus Parentes*. As suas intenções encontram-se plasmadas no póstico do seu esforço intelectual. Para epigrafe contextualizadora do seu trabalho, o cultor de Clio escolheu as seguintes palavras retiradas do Cancioneiro da Ajuda, organizado por Carolina de Michaelis: *E a quem a linhagem quer bem / tenho eu que faz direito e seu*. Este excerto demonstra o carácter afectivo do empreendimento levado a cabo por Álvaro de Azeredo que a seguir aduz as virtudes inerentes à vertente erudita desse estudo, sublinhando o escrúpulo com que o encara: «Compreende este livro uma árvore de costados em que relaciono os meus antecedentes até terceiros avós que faço troncos das oito árvores de geração seguintes, onde apresento a sua descendência, quanto possível completa. O estudo que tenho feito da família Azeredo, tão mal estudada em todos os nobiliários, abilitava-me, na linha da minha varonia – Azeredo – e em mais algumas, embora com menor desenvolvimento, a subir mais acima algumas gerações, para então principiar a desdobrar a respectiva árvore: mas como noutras linhas só de meus terceiros avós conheço a descendência completa, a estes ponho, como origem, em todas as árvores de geração que apresento. Não foi um desejo de satisfazer tôlas vaidades fidalgas,

²⁶⁵ Cfr. no mesmo sentido, a informação contida em: *Moderna Lexicoteca Universal*, vol. 7 (Din-Est). Lisboa: Círculo de Leitores, [s.d.].

que não tenho, mas unicamente o amor de família e a veneração pelos meus antepassados, que me levou a estudar a genealogia dos meus avôs; e, depois, o procurar desenvolver a sua descendência até ao presente, é produto duma simples curiosidade, àlías bem natural, de conhecer os meus mais próximos parentes. Eis a razão destas árvores. É unicamente aos que nellas figuram que pode interessar este livro. A elles o ofereço, pois»²⁶⁶.

Esta introdução, sob a forma de dedicatória, reforça o cariz emocional respectivo. Azeredo parece querer reduzir retoricamente a amplitude da recepção do seu trabalho a um âmbito familiar. Todavia, esse arremedo não ilude a natureza técnica da construção das árvores de costados encaradas enquanto instrumentos de pesquisa. Azeredo tem disso plena consciência, bem patente nas primeiras linhas da sua declaração de interesses, que usa o tom confessional para atenuar a responsabilidade do autor perante os seus pares, mas não deixa de se mostrar conhecedor do campo de estudos em que se insere e das metodologias neles utilizadas, apontando insuficiências aos nobiliários no tratamento dos seus antecedentes. Por outro lado, embora coloque o seu estudo sob a égide e os auspícios da curiosidade, fá-lo eventualmente por razões tácticas inerentes à demarcação de um sub-domínio disciplinar nascente e a dar os primeiros passos que exigem cautelas no plano discursivo. Talvez por isso, Álvaro Azeredo exime-se a fazer comentários críticos à medida que apresenta a sua árvore genealógica. De facto, o autor é mais do que um curioso, ou pelo menos, se a sua intervenção se limita à vontade sincera e descomprometida de querer saber mais, esse apetite é reiterado e aprofundado num trabalho de 1914 intitulado *Azeredos de Mesão Frio: Seus ramos e ligações*, no qual o genealogista regressa ao tema da sua família, anteriormente abordado, prossequindo a elaboração de um recurso historiográfico da mesma natureza. Este estudo requereu a frequência de arquivos em Mesão Frio e o da Misericórdia não terá fugido à regra. Na sequência deste labor heurístico, Azeredo encontrou, na última instituição citada, uma caderno de um irmão bastardo do seu oitavo avô, chamado António de Azeredo e Vasconcelos, no qual este conta o seu percurso como *Um soldado Português na Índia (1564-1578)*. Este é, precisamente, o título do artigo de Álvaro de Azeredo dado à estampa na *Revista de História* ainda em 1914, no derradeiro trimestre.

Por seu turno, o autor que se segue, Anselmo Braamcamp Freire, genealogista como Afonso de Dornellas e Álvaro de Azeredo, colocou o seu saber ao serviço da *Revista de História*, dedicando-se a uma questão literária, mas enveredando por uma

²⁶⁶ Álvaro de Azeredo Pinto Leme e Melo – *Os meus parentes*. Lisboa: Oficina Tipográfica Calçada da Cabra, 1908, [s.n]

abordagem biográfica, devedora do foco de interesses do autor direccionado para matérias no âmbito da ciência auxiliar da História ante-citada. No Texto *Gil Vicente, o mestre da Balança*, discute-se a identidade, a data de nascimento e as origens familiares do dramaturgo português.

Anselmo Braamcamp Freire

Origens sociais e Geográficas e grupos etários

Anselmo Braamcamp Freire nasceu na cidade de Lisboa em 1 de Fevereiro de 1849, tendo morrido na mesma cidade no ano de 1921. Tinha origens aristocráticas e conhecia de perto e por dentro a corte já que fora moço fidalgo com exercício na Casa Real. O seu tio Anselmo Braamcamp era político e chefiara o partido progressista. Todo este ambiente fez com que aquele futuro colaborador da *Revista de História* tivesse desde cedo sentido vontade de intervir na sociedade como cidadão, preocupado com o rumo da política, nela se envolvendo desde cedo.

Formação e Habilitações Académicas

Anselmo Braamcamp Freire era, como já se disse, escritor, genealogista e arqueólogo, desenvolvendo actividades profissionais nestas áreas.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Braamcamp Freire publicou diversos estudos nos quais pôs em prática investigação com incidência em matérias do foro arqueológico e do âmbito da Genealogia, reflectindo acerca dos métodos e técnicas utilizados por si e pelos seus pares relativamente a esta última actividade, contribuindo para a sua afirmação como disciplina dotada de alguma autonomia no seio da História. Note-se que este cultor de Clio, tal como Afonso de De Ornellas, dava muita importância à recolha, selecção e inventário dos documentos, que funcionavam como fontes primárias dos seus esforços críticos e, mesmo quando este não ocorriam ou tinham escassa expressão, os traços ou vestígios do passado eram trazidos até ao presente do historiador através de suportes que mediavam a respectiva comparência: «Dos seus trabalhos de arqueólogo e genealogista, em que se revela a sua rara cultura e sólida probidade, são bem conhecidos os que publicou com os títulos: *Brasões da Sala de Sintra*, 2 vol., Lisboa, 1899; *As sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, 1901; *O conde de Vila Franca e a Inquisição*, Lisboa, 1899, *Índice do Cancioneiro Geral de Garcia de Resende e Autos de Gil Vicente*, de colaboração com o Visconde de Castilho. Destas obras fizeram-se

tiragens muito resumidas, de que *quasi* todos os exemplares foram destinados a ofertas»²⁶⁷.

Talvez esta escassez de tiragens ajude a explicar o interesse de Brancaamp Freire em divulgar a obra mas também a vida de Gil Vicente perante o público erudito, mas presumivelmente mais alargado, da *Revista de História* em 1917. Note-se que o autor estava muito habituado a este meio de comunicação uma vez que fundara, em 1903, com D. José Passanha, o Arquivo Histórico Português para o qual contribuiu, entre outros, com alguns artigos, sobretudo dedicados à História política local, nacional e ultramarina e, dentro desta, às Chancelarias de alguns monarcas da segunda dinastia.

Braamcamp Freire teve um percurso político multifacetado antes de ter escrito para o periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, dado que, em protesto contra a ditadura de João Franco, «aderiu à oposição republicana em 1907, foi presidente do município de Lisboa na sua primeira vereação republicana, que o administrou nos dois últimos anos de vigência do regime monárquico. Proclamada a República em 1910, continuou no desempenho dessas funções e, eleito para as Constituintes de 1911, foi presidente do Congresso até a proclamação da constituição nesse mesmo ano. Foi depois candidato à presidência da República, desistindo antes da eleição por escrúpulos pessoais»²⁶⁸.

Joaquim Veríssimo Serrão retrata o tempo da Ditadura de Pimenta de Castro, durante o qual Braamcamp se desiludiu com a política: «Mas fortes desilusões haviam-se acumulado no seu caminho político, que se transformou num drama íntimo quando da revolução de 14 de Maio de 1915. Viu então saquearem-lhe a Quinta da Aldeia, em Sacavém, o que o levou a afastar-se para sempre do regime a que tinha aderido»²⁶⁹. Quando publicou o artigo *Gil Vicente, Trovador e Mestre da Balança* na *Revista de História*, Braamcamp Freire tinha renunciado há dois anos o campo republicano, podendo então dedicar-se, quase em exclusivo à investigação. Foi o que fez outro sócio da Sociedade Nacional de História, que conciliou a actividade política com a investigação. Trata-se de António Aurélio da Costa Ferreira, ainda que em áreas de intervenção bem diversas das patenteadas por Braamcamp Freire. Todavia, partilhou com ele uma experiência política na edilidade lisboeta.

²⁶⁷ *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Vol. 4 (Bail-Brag), 2ª ed., S/I: Página Editora, [s.d.], p. 1011.

²⁶⁸ *Ibid.*

²⁶⁹ Joaquim Veríssimo Serrão – Estudo crítico à segunda edição do Arquivo Histórico Português. In *Arquivo Histórico português*, vol. 1. Santarém: Câmara Municipal, 2001, p. IV.

António Aurélio da Costa Ferreira

Origem Geográfica e Social

Nasceu no Funchal a 18 de Janeiro de 1879 e suicidou-se em Lourenço Marques a 15 de Julho de 1922.

Habilitações Académicas

Terminado o curso do liceu na cidade natal, na ilha da Madeira, Costa Ferreira rumou ao continente e matriculou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, onde se licenciou em 1899. Contudo, prolongou a experiência da discência universitária na mesma cidade, com a qual estaria familiarizado e começou pouco tempo depois o Curso de Medicina na mesma instituição. Terminou-o em 1905. Retenha-se o facto de que, em ambas as experiências, Costa Ferreira revelou ser um aluno com bom aproveitamento, circunstância que lhe valeu alguns prémios. Na sequência deste êxito foi viver para a capital francesa em 1907 e aí frequentou uma clínica de doenças de crianças. Essa frequência influenciou o gosto pelo trabalho público no que respeita ao universo pediátrico²⁷⁰.

Actividade Profissional, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Ainda em 1907, Costa Ferreira realizou provas públicas que lhe permitiram ser professor de liceu em Lisboa, primeiro no Largo de S. Domingos, depois no Liceu Camões. No ano de 1910 iniciou actividade política, tendo sido eleito deputado por Setúbal. Em 1911 recebeu a nomeação para director da Casa Pia, possivelmente na sequência da experiência clínica em França. O exercício deste cargo pode ter influenciado a escolha do médico, pelo poder central, para ser o primeiro provedor da assistência pública, vogal do Conselho Superior de Instrução pública e, em seguida, Ministro do Fomento entre 1912 e 1913, sendo presidente do Conselho de Ministros Duarte Leite. A partir de então, abandonou, quase completamente, a actividade política, situação que lhe permitiu dedicar-se em exclusivo à medicina e à investigação.

A publicação de um artigo na *Revista de História* não desmente essa dedicação; comprova-a e insere-se no respectivo contexto. Todavia, este afastamento da participação política não pode escamotear o facto de, desde finais do século XIX, se desenvolver em Portugal uma área de estudos na qual Costa Ferreira estava envolvido, comprometendo-se com o seu desenvolvimento e empenhando-se nele. Trata-se da Antropometria que era antes do mais uma prática de investigação científica, um subdomínio da Antropologia Física e que foi utilizado pelo estado como

²⁷⁰ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 7, 2ª ed. S/L: Página Editora, [s.d.], p. 899.

forma de exame detalhado dos criminosos, dado que como o próprio nome indica, a respectiva prática consistia na obtenção de estatística do corpo dos delituosos. Costa Ferreira dedicava-se à Antropologia Física, sobretudo numa vertente heurística mais genérica ligada à paleontologia e à arqueologia nascentes, mas o seu labor não pode ser desligado do dos seus colegas, dado que eram testemunhas do trabalho uns dos outros. Os governos pediam os resultados das técnicas antropométricas em favor das suas estratégias de segurança, vigilância e controle das populações. Torna-se impossível aferir se Costa Ferreira sofreu pressões ou condicionamentos análogos, mas viveu numa época em que os contactos promovidos por essa via entre políticos com funções governativas e os médicos especialistas em antropometria eram frequentes.

Acresce que o controlo destes por aqueles submetia o saber ao poder e tendeu para o esvaziamento progressivo dos conhecimentos científicos em nome da burocracia política. Conforme assegura Nuno Madureira: «Antropometria é a designação atribuída à estatística do corpo. A adopção desta técnica como método de identificação criminal apresenta uma História complexa onde se cruzam várias influências. Quando as autoridades decidem fazer da antropometria um método oficial e obrigatório nas cadeias portuguesas há um manancial prévio de estudos, experiências e dados acumulados que garante a viabilidade dos procedimentos, pois há muito que os cientistas testam e comparam resultados de mensurações do corpo. Estamos assim perante um momento singular da transposição de saberes científicos para técnicas de vigilância utilizadas pelo estado para melhorar o controlo sobre populações perigosas, um tópico analisado por Michel Foucault sob a perspectiva das condições de emergência de práticas de saber-poder. Segundo este autor, trata-se de perceber como a segurança e a vigilância se tornam componentes fundamentais da racionalidade do estado contemporâneo, instaurando um vínculo entre a construção dos objectos da ciência e a construção dos objectos de governo»²⁷¹.

Convém, todavia, ter em conta que, de um modo ou de outro, Costa Ferreira fez parte do primeiro momento dos estudos de antropometria e antropologia física iniciadas na antepenúltima década do século XIX: «Antes de começarem a ser aplicadas a seres vivos, as mensurações sistemáticas do corpo são feitas, em Portugal, a partir de exumações de cadáveres no âmbito da arqueologia e no âmbito da paleontologia. A fundação da Comissão de Trabalhos Geológicos, no ano de 1857, aglutinando Pereira da Costa, Carlos Ribeiro, Nery Delgado e outros investigadores,

²⁷¹ Nuno Luís Madureira – Estatística do corpo: antropologia física e antropometria na alvorada do século XX In *Etnográfica*, vol. 7, n.º 2. Lisboa: ISCTE, 2003, pp. 283-284.

com o contributo de estudiosos estrangeiros, como Emile de Cartailhac, constituiu o núcleo impulsionador desta área de estudos.

Na década de 1880, assiste-se a um surto de interesse por estes temas. A acumulação de dados antropométricos tende a concentrar-se progressivamente em medições do crânio, consolidando a craniometria como subespecialização da antropologia física. A anatomia da cabeça torna-se o objecto antropológico por excelência, pois permite distinguir nitidamente os diferentes tipos humanos, descobrir as anomalias biológicas das raças e, até, revelar grandes linhas da psicologia étnica. Remonta precisamente a esta década o aparecimento de um conjunto de estudos sistemáticos de craniometria, onde se distinguem as investigações de Silva Amado, Arruda Furtado, Aurélio da Costa Ferreira e Ferraz de Macedo. A classe médica reivindica que a antropologia física está dentro da sua jurisdição, devendo ser entendida

como um prolongamento natural da anatomia descritiva e da osteologia. Nas escolas médicas de Lisboa e do Porto desenvolvem-se projectos e na Universidade de Coimbra inicia-se o ensino da antropologia geral com um programa que inclui a História natural, associando a disciplina ao estudo das propriedades físicas da espécie. A ideia de descrever os traços morfológicos que distinguem um determinado tipo humano de outro, através de mensurações detalhadas da cabeça e dos ossos, torna-se a chave para compreender não só as origens do homem, mas o próprio homem.

Na senda de autores como Saint-Hilaire e Paulo Brocca, considera-se que os caracteres físicos se transmitem relativamente inalterados através do tempo e que a reconstituição dos tipos humanos, com o lastro de cruzamentos e mestiçagens, é a chave para desvendar os segredos da História natural. O estudo dos indivíduos procura abstrair as variações particulares e apreender os traços mais gerais do agrupamento humano, postulando que os “tipos naturais”, “tipos étnicos” ou “raças” configuram uma matriz biológica estável. Para detectar essa matriz há que partir da medição dos caracteres físicos individuais, agregar estatisticamente os resultados, apurar uma classificação das populações e seriar os agrupamentos humanos numa escala ordenada. Por esta via, não só se reconstituem os elos perdidos com o passado como se abrem as portas para que os sinais do passado possam ser lidos no presente²⁷².

Sobre a natureza e os primórdios da Antropologia Física e a matriz francesa do trabalho alegadamente pioneiro em Portugal de Fonseca Cardoso sobre *O Indígena de Satary*, (1897), Ricardo Roque sintetiza: «Antes de prosseguir, importa esclarecer

²⁷² *Ibid.*, p. 284.

qual o significado da “Antropologia” praticada por esse oficial e antropólogo, Fonseca Cardoso. Não se tratava da ciência antropológica tal como a entendemos na definição académica actual, (a Antropologia social e cultural, na herança do trabalho de campo de Malinowski), mas de uma antropologia aproximada à concepção de “Antropologia física”, e à qual associamos o rótulo de “racista”»²⁷³.

A definição de antropologia, no conteúdo dado por Fonseca Cardoso, associava-se às propostas programáticas emergentes em França na segunda metade e do século XIX. No contexto da discussão do evolucionismo, a disciplina científica da antropologia (a *Anthropologie*) foi então definida pelos franceses Paul Broca e Paul Topinard como a História natural do Homem. Inspirada na tradição experimental e laboratorial das ciências físicas e naturais, a Antropologia impunha-se classificar todas as raças humanas do globo – nomeadamente as “exóticas” e “selvagens” como aquelas da Índia Portuguesa – e fazer a sua genealogia. A base residia no estudo anatómico do corpo humano (de ossos, de crânios ou de corpos vivos), na multiplicação de observações laboratoriais controladas, socorrida de técnicas complexas de medida (a antropometria) que exigiam o apoio de diversa instrumentação material²⁷⁴.

A antropometria era, pois, uma característica da ciência laboratorial moderna. Aurélio Costa Ferreira era colega de Francisco Ferraz de Macedo e seu amigo. Uniam-nos certas afinidades científicas e pessoais, em nome das quais o futuro colaborador da *Revista de História* fez o elogio fúnebre do seu homólogo no Cemitério do Alto de S. João, aquando da morte deste. Os estudos de Costa Ferreira sobre Crânios começaram a ser publicados na Revista *O Instituto* mas continuaram noutras publicações. Resulta clara e natural e não é fruto do acaso, a contribuição de Costa Ferreira do sócio da Sociedade Nacional de História, para o órgão comunicacional respectivo, logo no segundo volume deste, no qual o autor, na esteira de Saint-Hilaire, Broca e Ferraz de Macedo analisa crânios que funcionam como vestígios arqueológicos existentes em cemitérios portugueses, tentando o antropólogo datá-los e estabelecer a respectiva origem. Acresce que o autor preferiu estudar crâneos de antepassados portugueses, em qualquer circunstância, afastando-se de uma prática comum em vários países europeus nos quais vigorava uma perspectiva *imperialista* segundo a qual eram adquiridos crâneos de outros povos e raças.

Em Portugal este tipo de atitude científica nunca teve um acolhimento generalizado, ou sequer maioritário, limitando-se a alguns casos, que se foram dissipando com a entrada no século XX. Entre eles encontra-se a colecção, existente

²⁷³ Cfr. Ricardo Roque – Poder e acção, Coisas e sujeitos na prática científica: um caso da antropologia colonial do século XIX. In *IV Congresso Nacional de Sociologia*. Lisboa, 2000, p. 2

²⁷⁴ *Ibid.*

no Museu de História Natural da Universidade de Coimbra, de crânios timorenses. Segundo Ricardo Roque: «Em 1882, a Universidade de Coimbra acolheu uma colecção de crânios humanos da ilha de Timor. O crânio era então tido como a principal base empírica para aferir similitudes e diferenças entre tipos humanos, abrindo assim caminho para o grande projecto de taxonomia das raças. No quadro do recém-criado curso de antropologia, os crânios foram objecto de um estudo antropológico que concluía acerca da raça “Papua” dos povos timorenses. A posição etnológica de Timor era um problema sobre o qual não existia acordo entre investigadores»²⁷⁵.

A pedagogia era, como já se disse, outra das áreas de interesse do sócio da Sociedade Nacional de História António Aurélio da Costa Ferreira, tendo sido encarregado em 1915 da regência da cadeira respectiva na Escola Normal em Lisboa. Exerceu esta actividade até 1918. Nesse ano, foi criada a Escola Normal Primária, com a qual o estudioso colaborou activamente desde o início. Após a Morte de Sidónio Pais, Costa Ferreira debruçou-se sobre o seu perfil na Secção de Factos e notas da *Revista de História*, através de um estudo dado à estampa no primeiro trimestre do século XIX e no qual se pormenorizam alguns indícios da Antropologia Física do Presidente-Rei por forma a enaltecer o respectivo perfil de líder carismático. Esta situação demonstra que, apesar de estar longe de cargos partidários ou governativos, Ferreira fazia política através da investigação científica e procurou perceber traços psicológicos que fizeram de Sidónio Pais líder político. Ainda no ano de 1919, o médico tornou-se segundo assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa (onde era assistente voluntário de anatomia desde 1917), situação que lhe valeu a nomeação de Professor livre em 1921. Nesta fase do seu percurso intelectual Costa Ferreira não se interessava apenas ou maioritariamente pela antropologia física, procurando entender o Homem como um todo, dotado de uma dimensão psicológica. Nesse sentido, no ano anterior dera à estampa, em 1920, *Algumas Lições de Psicologia e Pedagogia*. Esta obra concretiza, por escrito, o essencial das aulas de formação pedagógica dadas na Escola Normal de Lisboa a futuros professores.

O médico considera que a educação de uma criança passa por dotar o docente de conhecimentos acerca do funcionamento do cérebro do educando, da respectiva fisionomia e personalidade. Deste modo, entende que tal como um animal, possuidor de cabeça, corpo e cauda, também assim funciona uma turma, na qual a cabeça é formada pelos melhores alunos, o corpo abarca os intermédios, enquanto que na cauda se encontram aqueles que patenteiam maiores dificuldades de aprendizagem.

²⁷⁵ Ricardo Roque – *Histórias de crânios e o problema da classificação antropológica de Timor*. Marta Araújo, Marisa Matias e José Manuel Mendes (Organizadores), In *Debates Contemporâneos: Jovens Cientistas Sociais*, e-cadernos ces, n.º 1, Coimbra: CES, 2008, p. 13.

Assevera Costa Ferreira que predominam as turmas microcéfalas. Para ultrapassar estas dificuldades propõe que não basta diagnosticá-las nos discentes, sendo imperioso perceber as respectivas causas e observar comportamentos. Cabe ao professor educar, como ao médico cumprir curar, mas o docente não deve ser alheio a um desiderato: orientar aprendizagem, adestrá-la, antecipar a sua natureza futura, moldando-a, inclinando-a e construindo-a num certo sentido. Para o professor da Escola Normal Superior, a educação de uma criança possui similitudes com a dos animais, sendo necessário usar métodos diferenciados de inculcação de conhecimentos consoante as necessidades de cada aluno - Costa Ferreira defende uma psicologia experimental adaptada à pedagogia, e que comporte, alargando-as e extravasando-as, duas componentes: uma que contemple a anatomia e a psicofisiologia e outra que salvaguarda a observação da *psique* e da personalidade dos discentes, denominada psicologia objectiva. Nesta medida, segue a lição do psicólogo Cleparède e de Binet. O sócio da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos não coloca de parte a necessidade de entender a vertente de introspecção e subjectividade dos seus alunos, ainda que considere ser difícil determiná-las. Por outro lado, julga fundamental que cada professor aplique um exercício congénere a si próprio, e se questione acerca da exequibilidade ou do êxito das suas práticas pedagógicas.

A Psicologia experimental deve ser suficientemente abrangente, de modo a albergar um exame do sub-consciente dos discentes. Neste ponto, Costa Ferreira aproxima-se da lição de Freud, considerando-a válida, desde que despida de exageros, misticismos, relacionados com a defesa de um *pansexualismo*²⁷⁶.

De imediato, descreveremos sumariamente o percurso de outro intelectual preocupado com questões pedagógicas, novamente de índole experimental.

António Diogo do Prado Coelho

Origem Social e Geográfica

Nasceu em Lisboa a 13 de Junho de 1885

Habilitações Académicas

Frequentou e concluiu, no Curso Superior de Letras, o curso de habilitação para o magistério secundário oficial, que lhe permitiu dar aulas, nomeadamente em dois liceus.

²⁷⁶ Cfr. António Aurélio da Costa Ferreira – *Algumas lições de psicologia e pedologia*. Lisboa: Lúmen, 1920, pp. 7-26.

Actividade Profissional, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

António Diogo do Prado Coelho demonstrou, desde cedo, interesse pelo ensino e pelas questões pedagógicas que envolvem e consubstanciam as respectivas práticas na sala de aula. Enquanto professor, o sócio e colaborador da *Revista de História* pôde experimentar e materializar as teorias e doutrinas aprendidas durante o seu curso superior, muito voltado para a conciliação das ideias com o processo educativo, segundo o qual o ensino do professor deveria estar atento às necessidades do aluno, tendo-as em conta como fortes influências do seu magistério. O percurso de Prado Coelho comprova a imbricação, realizada durante o respectivo trajecto, entre a vertente profissional e a passagem a escrito sob a forma de reflexões das experiências docentes no Liceu de Lamego e no Pedro Nunes, em Lisboa. Quanto ao primeiro, nele trabalhou o colaborador da *Revista de História* entre 1907 e 1914, tendo começado a sua actividade neste estabelecimento provavelmente pouco tempo depois da conclusão dos seus estudos. Três anos volvidos, a 25 de Maio de 1910, casou naquela cidade, em S. Silvestre, Britiande, com Palmira Firmina Almeida, natural daquela localidade (mais precisamente do lugar de Almacave). Na escola lisboeta, o professor passou grande parte da sua carreira, entre 1914 e 1930.

Torna-se legítimo inferir que a obra *O ensino do francês pelo método directo na Instrução Secundária (esboço didáctico)* - dada à estampa em 1908 - possa ter resultado, parcialmente da prática docente no Liceu Lamecense. O título e subtítulo deste trabalho comprovam que Prado Coelho utilizava, possivelmente, o método directo nas suas aulas daquela língua estrangeira. Antes de expor a sua metodologia, o professor do ensino secundário apresenta uma citação de Comte sobre o alegadamente necessário adestramento da natureza humana pela instrução e dedica-se a abordar, genericamente, o perfil de professor que defende e tenta, certamente, encarnar nas suas aulas. Começemos pela referência epigráfica ao *Cours de Philosophie Positive* que diz o seguinte: «uma sã apresentação da nossa natureza, em que primeiro predominam, necessariamente, as disposições viciosas ou abusivas, tornará vulgar a obrigação unanime de exercer, sobre as nossas diversas inclinações, uma habil disciplina comedida, destinada a estimulá-las e a contê-las, segundo as suas tendencias respectivas. A concepção fundamental, ao mesmo tempo scientifica e moral, da verdadeira situação geral do homem, como chefe espontaneo da economia real, fará sempre nitidamente ressaír a necessidade de desenvolver sem cessar, por um judicioso exercicio, os nobres atributos, não menos afectivos que intellectuais, que nos colocam á testa da hierarquia viva»²⁷⁷.

²⁷⁷ Op. Cit. António Diogo do Prado Coelho – *O ensino do francês pelo método directo na instrução secundária: esboço didáctico*. Porto: Imprensa Moderna de Manuel Lello, 1912, p. 5.

Esta transcrição enquadra o texto de Prado Coelho e extravasa o respectivo âmbito, podendo discutir-se em que medida o pensamento comteano influenciou o educador português e ajudou a configurar o seu humanismo, patente nos artigos que adiante estudaremos, publicados no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo. Sublinhe-se, desde já, que em alguns deles se sente a preocupação pedagógica do seu autor no modo como expõe os assuntos literários e de História literária versados nesse órgão de comunicação. O texto em análise sobre a *doutrina do método directo e sua aplicação prática* assume a defesa de um perfil de professor da língua francesa que salvasse, em qualquer patamar do ensino secundário, a interpenetração entre a prática e a teoria, sendo a primeira mais importante do que a segunda, mas a sobrevivência de cada uma depende da relação que mantenham. No entender de Prado Coelho: «É axiomático que não há ensino sério, sem método, e que não há verdadeiro aproveitamento sem bom método. O conhecimento íntimo do método directo é indispensável a todo o professor de línguas vivas. Mas precisa, para que este conhecimento lhe seja útil de estar habilitado a falar e a escrever, corrente e correctamente, a língua estrangeira que ensina. Não me detenho no comentário do preconceito vulgar de que a experiência do ensino supre o estudo teórico dos processos pedagógicos. O estudo é, de facto, essencial, embora, sem a experiência, não possa levar, creio, à inteligência perfeita do espírito do método e do seu alcance prático. Na execução do trabalho lectivo, o senso pedagógico condiciona tudo. A aplicação dos meios de acção pedagógica requer o mais apurado tacto, a maior segurança de critério»²⁷⁸. Para o professor liceal, o método directo deve enraizar-se numa actualidade segundo a qual as turmas são extensas e o número de aulas dedicado ao francês é reduzido.

Em seguida, o autor apresenta a finalidade essencial da metodologia que considera necessária no dealbar da Primeira República: «O seu objectivo capital consiste, pois, em determinar o aprendizado prático da língua e o conhecimento geral do carácter da nacionalidade respectiva: ao mesmo passo, e ainda pela cultura filológica- linguística e literária- contribui para a construção e disciplina dos espíritos sob o ponto de vista intelectual e moral.». Esta exigência ético-moral encontra-se patente em todos os artigos publicados por Prado Coelho no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, entre 1912 e 1916. Logo no texto sobre literatura, mais especificamente dedicado aos *Líricos amorosos portugueses* a defesa do amor físico não dispensa a virtude moral como correlato dessa entrega e do comprometimento correspondente. A referência a questões do foro ético enquadra, de modo peremptório, a especificação e pormenorização do método directo no ensino do

²⁷⁸ *Ibid.* pp.5-6.

francês, a cuja análise regressamos. Assim, este aplica-se ao ensino oral e ao escrito. Quanto ao primeiro abarca matérias como: a pronúncia, o vocabulário, a conversação, a gramática, os quadros morais, o livro de leituras, a leitura, a interpretação, a reprodução oral, a recitação, o canto coral, a tradução e a cultura literária. As propostas de Prado Coelho preconizam, numa fase elementar de ensino, uma fase inicial de aprendizagem sem recurso a livros ou cadernos, assente na repetição de frases. Por outro lado, a sua acção pedagógica centra na exigência de fidelidade na dicção. No princípio do ensino secundário o vocabulário estudado deve ser concreto, preso ao quotidiano e às respectivas experiências, tornando-se progressivamente mais complexo à medida que o aluno avance patamares. Por outro lado, o ensino nunca deve ser apenas expositivo, por forma a que a comunidade discente nunca dele se desligue, dialogando com o professor, dado que tal prática pedagógica estimula a reflexão. No entender de Prado Coelho, na esteira de Montaigne, Dupanloup, Guyau ou Pape-Carpentier, o professor deve ser um guia, um orientador, alinhando pela implementação de um método que coloca a educação sugestiva e directiva acima de preocupações legítimas e necessárias com a instrução. Na conversação, o abuso da língua materna deve ser paulatinamente cerceado, existindo quase em exclusivo nas classes preparatórias. Por seu turno, nessa mesma fase, a gramática – que exige sempre o cumprimento disciplinado de um plano prévio – dirige-se para a observação das generalidades linguísticas, deixando-se as particularidades para o período complementar dentro do ensino secundário, no qual estas são associadas ao ensino dos estudos literários.

A Gramática estabelece um nexó entre o pensamento e a sua expressão por palavras. Na abordagem deste assunto, Prado Coelho prefere o *impressionismo* de Daudet ao *estilismo subjectivo* de Michelet. O professor de francês no Liceu de Lamego pronuncia-se sobre o modo de explicar adjectivos e verbos, sublinhando que nas classes iniciais aqueles devem privilegiar cores e dimensões, enquanto estes se alicerçam no emprego (não excessivo mas dominante) do modo indicativo e do imperativo, em detrimento do conjuntivo e do condicional, ensinados em momentos posteriores da aprendizagem.

Em seguida, Prado Coelho volta a referir-se a questões morais, debruçando-se sobre a construção de quadros nelas baseados como recursos educativos, dado que são privilegiados os que versam sobre questões quotidianas: «os quadros murais são auxiliares prestimosos do ensino. Concentram a atenção, solicitando a inteligência, e alimentam a conversação, fornecendo assunto variado e sugestivo. Escolhem-se em especial os relativos á vida corrente. O seu uso deve restringir-se ás classes elementares. No estudo sobre quadros murais, partir-se-á do geral para o particular,

precedendo a noção de conjunto a das particularidades e evitando-se o excesso de análise. O estudo far-se-á ordenadamente, a começar pelas pessoas, sobre o que mais importe ao conhecimento, incidindo, por ultimo, e mais insistentemente, sobre as acções que são a parte viva do quadro»²⁷⁹.

Resulta subentendida a doutrina personalista de Prado Coelho, que mais adiante trataremos quando voltarmos a referir os seus artigos para a *Revista de História*, mormente o inaugural, anteriormente afluído. Fica contudo patente o destaque conferido às acções humanas, usadas como instrumentos de inculcação do método directo desde 1908, ancorado na vontade de concretizar um ensino que responda às necessidades dos indivíduos e reflita os anseios e as vicissitudes plasmados nas respectivas vivências. Dentro desta filosofia, o livro de leituras é encarado como a base do ensino do francês após a fase preparatória, no secundário, altura em que começa a solicitar-se e alimentar-se a imaginação dos alunos, que recebem incentivos para ler, de forma correcta, mas crescentemente expressiva, fazendo os educadores apelo à interpretação dos textos, baseada numa compreensão que caminha dedutivamente, do geral para o particular. Por seu turno, o comentário gramatical, efectuado oralmente, permite aos alunos uma análise e classificação das palavras pertencentes à linguagem comum, ao arrepio de abstracções, já que: «Definições vagas, abstractas, desprovidas de carácter científico, são tão inconvenientes como as teorias, quando artificiosas e sobre factos miudos da lingua, rebuscados por sua raridade. Teorias, como definições, revelam-se, frequentemente, estreitas, falsas, absurdas, chegando a repudiar ao uso corrente da lingua, a contrariá-lo. (...). A análise da natureza e função das palavras, grupos de palavras, proposições é, sem duvida util, mas cinge-se a um ou outro passo mais tipico do texto. Enfim, atenda-se a que, ainda mais do que a gramatica das palavras, importa a gramatica das idéias»²⁸⁰.

Este tipo de gramática garante a ligação da língua ao mundo e às respectivas realidades, como fica subentendido das palavras precedentes. Prado Coelho defende, complementarmente, que os textos lidos devem ser reproduzidos oralmente, fechando-se o livro de leitura. Os contos de significação moral são encarados como objectos preferenciais deste exercício, devendo ser simplificados, procedendo o docente a um resumo do seu conteúdo. Paralelamente, o professor de francês em causa encoraja recitação de poesia em voz alta e o canto coral como catalisadores do ensino oral. Prado Coelho deixa um aviso, segundo o qual as traduções e retroversões deveriam limitar-se às aulas ministradas às classes de aperfeiçoamento, cabendo

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 20.

²⁸⁰ *Ibid.*, pp. 24-25

apenas a estas a leitura de obras literárias. O autor considera que o treino da língua, materna ou francesa, passa pelo incentivo desse tipo de práticas, que, por seu turno, nutrem a História literária: « O ensino literario propriamente dito, pela leitura e exame de obras literarias(...) pode tornar-se um dos agentes mais poderosos da cultura da intelligencia e dos sentimentos esteticos e constitue o modo mais seguro e proveitoso de fazer penetrar no pensamento do povo, como complemento do aprendizado da lingua. O estudo da historia literaria, na escola, nunca poderá substituir a leitura directa das obras literarias»²⁸¹.

A História literária surge sob a égide do método directo do ensino do francês em 1908, todavia, sete anos volvidos, Prado Coelho dedica-se-lhe autonomamente num artigo dados à estampa na *Revista de História*, intitulado. *O ensino secundário e superior da História Litterária*. Entretanto, no mesmo periódico demonstrara o seu gosto pessoal não só pelo ensino da História literária mas também pela investigação nesta área e na da crítica literária. Assim, em 1914 debruçara-se sobre um historiador da literatura francês, Ernest Renan. No ano anterior escrevera sobre o crítico literário Jules Lemaitre e respondera a uma crítica de Fidelino de Figueiredo publicada no órgão de comunicação da Sociedade Nacional de História no primeiro trimestre de 1913, intitulada *Do estudo psicológico dos auctores na sua crítica Literária*. Enquanto o director da publicação defende uma História e crítica literária de base psicológica, Prado Coelho prefere um ângulo de incidência *realista* sob estas matérias, conforme deixa claro no texto seminal e antecipatório de 1908 sobre o método directo no ensino do francês, no qual afirma, a propósito de cultura literária indispensável à consolidação do ensino oral, que: «O ensino literario não deve ser unilateral, deve fornecer o maior numero de elementos de apreciação geral sobre a literatura considerada em globo. Não entendo que se possam regeitar de todo os autores de feição puramente idealista. Mas, atenta a impossibilidade de dedicar o mesmo detido exame a todos os autores que o merecem, deveria o estudo literario, a meu vêr, recair mais fundamentalmente sobre os grandes criadores, realistas ou naturalistas do seculo de Luís XIV e do seculo XIX, do teatro, especialmente, quanto ao primeiro, e do conto, da novela e do romance, quanto aos segundo. Como foi dito noutro lugar, o grau de função educativa da obra literaria depende sobretudo, além da sua perfeição organica como construção estetica, da intensidade do seu valor humano. Além do aspecto humano, universal, eterno que as distingue e lhe imprime o que ha de mais imponente na superioridade do seu relevo estetico, teem as obras consagradas dos realistas um aspecto particular, nacional, em que tambem primam, com o rigor de documentos, e que permite que se colham nelas informações abundantes, preciosas

²⁸¹ *Ibid.*, pp. 38-39.

sobre o meio moral e social, pela representação da vida íntima ou familiar e da vida pública, e - particularmente nos autores do século XIX - sobre o meio físico, através de descrições, em que os artifícios de estilo não embotam a justeza da observação. Imprimir fisionomia, gesto a tipos de humanidade pô-los de pé, á força de verosimilhança, criar almas, eis, a partir de Honoré de Balzac, o ideal máximo do romancista que, por seu engenho, tenha jus a aspirar a tamanha glória literária. O realismo moderno (...) não fez outra coisa senão permitir á visão o penetrar mais fundamente na vida real e mostrar-nos o lado sério onde se estava habituado a achar apenas uma vida banal e histórias de todos os dias. A arte exerce aqui uma acção educadora (...)»²⁸².

Esta actividade, simultaneamente pedagógica e reflexiva, impeliu Prado Coelho a realizar outras actividades profissionais para as quais terá sido convidado devido ao reconhecimento dos seus méritos científicos. No desempenho de funções administrativas oficiais, o sócio e colaborador da *Revista de História* foi vogal de júris de Exames de Estado em 1917²⁸³.

Note-se que o contacto com a língua francesa enquanto professor permitiu a Prado Coelho frequentar, primeiro como leitor, e depois na pele de estudioso, o universo literário e cultural francófono dos séculos XVIII e XVIII que condicionou amplamente a sua idiossincrasia e a perspectiva ideológica e cultural que se foi afirmando e desenvolvendo, com avanços e recuos, obstáculos, impasses e conquistas. Ora, o fascínio pelos textos escritos de escritores realistas contaminou as aulas do professor liceal, segundo o qual o ensino escrito constituía uma parte significativa de aplicação do método directo ao ensino do francês. Os alunos eram convidados a complementar o seu treino linguístico oral de várias formas que passavam pela fixação, em exercícios escritos realizados em casa, das matérias aprendidas. Este trabalho implicava uma auto-avaliação de conhecimento e auto-correcção primária de erros, posteriormente corrigidos pelo professor. Todas estas actividades pressupunham uma organização pessoal e disciplinada dos assuntos estudados num caderno por parte do discente, que nele registava exercícios gramaticais escritos, ditados instigados pelo professor e composições, normalmente orientadas pelo docente que fazia com que o aluno exercitasse a sua imaginação nas classes de aperfeiçoamento, enquadrada, nos primeiros níveis de aprendizagem, por um questionário dirigido pelo responsável pela aula de francês²⁸⁴.

²⁸² *Ibid*, pp. 42-51.

²⁸³ Esta prática prolongou-se nos anos de 1930, 1933 e 1934, conforme se pode verificar através da consulta de: *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. 23, (Provor-Quere), 2ª edição. S/l: Página Editora, [s.d.], p. 22.

²⁸⁴ Cfr. A. D. P. Coelho – *O ensino do francês pelo método directo...*, pp. 56-75.

Ao ensinar vultos da literatura francesa, investigando o seu percurso nas páginas da *Revista de História*, Prado Coelho alinha por uma perspectiva historiográfica que valoriza os indivíduos e preludia, antecipando-a, a assunção teórica mais estruturada dessa ideia, assente na defesa de um discurso crítico enquanto modalidade narrativa atenta à actualidade literária, cultural e política. Deste modo configura-se a noção de intelectual que o professor reivindica para si próprio, de modo explícito, num texto que dedica a Teófilo Braga – que fora seu professor de Literatura no Curso Superior de Letras – e que na prática historiográfica estava patente na actividade do articulista do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo: «A crítica moderna, exerça-se ela no campo literário, no científico ou no político, tem, desde que se ocupe de individualidades, de as situar, para lhes fazer justiça condigna, no meio social e no momento histórico em que viveram. Nem é possível compreendê-las, sem entrar em linha de conta com o modo porque o ambiente moral do seu tempo actuou sobre elas e com aquele, não menos importante e curioso, por que reagiram, influenciando nele, como verdadeiras forças organizadas. Estudadas por esta luz (...), fica-se sabendo o que se deve, o que o país ou a humanidade devem às individualidades; não há melhor meio para aferir, sem ilusões, o valor relativo dos homens»²⁸⁵.

No entanto, antes de se debruçar sobre Teófilo Braga, Prado Coelho inscreve-se numa linhagem intelectual da qual é herdeiro e que remonta a Auguste Comte, que o colaborador da *Revista de História* defendia, igualmente como um exemplo a seguir, embora nunca o tinha feito de modo declarado enquanto escreveu para a publicação, até ao ano de 1914. No texto sobre o seu mestre português de literatura, aquele professor analisa o positivismo comteano como um referencial de ordem e disciplina para reagir aos tempos da Primeira Guerra Mundial e aos que se lhe seguiram, caracterizados como alegadamente anárquicos: «Doutrina da ordem, o positivismo não bastou para refrear a anarquia espiritual. O século faliu e assim tornou-se possível a enorme conflagração mundial de 1914-1918. Como de um pavoroso incêndio fica rescaldo para muitos dias, essa conflagração, apesar de se haver encerrado com uma solução de justiça, deixou as consciências num cáos ainda maior, que parece destinado a subsistir. (...) Agravada incomensuravelmente a anarquia mental, moral e social da humanidade, depois da grande guerra de 1914-1918, não é fácil calcular-lhe as mais próximas consequências, podendo a crise tornar-se em retrocesso tremendo»²⁸⁶.

Em 1921, Prado Coelho critica abertamente o meio intelectual no qual se move – povoado por sofistas e retóricos, eventualmente herdeiros dos metafísicos e dos

²⁸⁵ António Diogo do Prado Coelho – *Teófilo Braga: subsídios para a história literária contemporânea, com documentos inéditos*. Lisboa: Tipografia Eduardo Simões, 1921, p. v.

²⁸⁶ *Ibid.*, pp. VIII e XI.

intermediários entre estes e a filosofia positiva, opositores de Comte – e expressa um desejo segundo o qual essa *filosofia* não deve ser apenas respeitada como método no âmbito das Ciências, extravasando os limites destas e impregnando os modos de vida: «De certo que no domínio da ciência pura, da filosofia pura, a disciplina mental, o método sistematicamente instituído pela filosofia positiva nem de momento se pode dizer que faliu: impôs-se em toda a parte, e definitivamente, valendo como uma das mais altas aquisições do espírito humano, no seu curso normal evolutivo (...). Para que a fase positiva do pensamento filosófico possa influir eficazmente na constituição moral da humanidade e na vida das sociedades, (...) é preciso que, ao contrário do que sucedia já no seu tempo [o de Comte] e se tem acentuado cada vez mais, sobretudo nos nossos dias, a direcção espiritual não seja exercida pelos mais incompetentes, sofistas e retóricos, que, mais ou menos inconscientemente, vêm aumentar, dia a dia, a desordem intelectual e moral, utilizando não as grandes correntes orgânicas, mas as que levam à degradação, antepondo ao regime essencialmente intelectual, que se faz mister, as paixões, as mais das vezes irremediavelmente desorientadoras, fonte de aberrações de vária espécie (...)»²⁸⁷.

Parece plausível avançar hipóteses de explicação para a ausência de sistematização da doutrina positivista nas intervenções de Prado Coelho, no órgão de comunicação da Sociedade Nacional de História, embora no plano temático ou metodológico o seu posicionamento tenha sido atravessado pela presença implícita e matizada de tal perspectiva filosófica, mormente aquando da revisitação da juventude de Renan – percorrida por dúvidas que o fizeram oscilar entre a procura de uma entidade superior do foro teológico e metafísico, tendo o autor francês optado depois por um percurso no qual secularizou, alegadamente, a sua indagação interior, até ao ponto em que, já mais adulto, escreveu *A vida de Jesus*, fazendo a exegese histórica de tal personalidade, vista como um homem, interpretado à luz da razão e não apenas da fé, ao arrepio de abstracções ou identificações com a pura transcendência –, na qual a individualidade do autor surge permeável a contradições que levam Prado Coelho a tratar o historiador da literatura como um positivista heterodoxo, ainda que não use expressamente esta designação, eventualmente por conhecer os seus colegas da Sociedade Nacional de História e da respectiva *Revista*, tendo percebido que a maioria não advogava a doutrina positivista, sendo muitos deles críticos face a Teófilo Braga.

Essa animadversão é patente ao longo da existência da publicação em todas as secções. Este ambiente pode ter condicionado o tom discreto e sóbrio de Prado Coelho, mas também é possível que, até 1914, não tivesse sentido estar na posse de

²⁸⁷ *Ibid.*, pp. VIII-X.

condições de amadurecimento intelectual para elogiar, no periódico, a figura de Teófilo ou debruçar-se de modo organizado sobre Comte. Também se deve colocar a hipótese segundo a qual o autor pode ter sido sensibilizado ou condicionado pelos responsáveis da *Revista de História* para não versar assertivamente sobre tais matérias. Em 1921, contudo, o panegírico ao antigo professor do Curso Superior de Letras irrompe sem hesitações: «Teófilo Braga, o mais alto representante do positivismo entre nós, tem, no curso de mais de meio século, assistido ao espectáculo depressivo da derrocada intelectual e moral, sem que a sua crença inabalável nos princípios fôsse abalada alguma vez. É também, digam o que disserem, um grande exemplo de ordem e disciplina interior, que deve à sua clara compreensão da doutrina positiva, ao influxo radical do método positivista, que nunca lhe permitiu tergiversar, na sustentação dos ideais sociológicos. Esta justiça primacial, quem lha negar, com quaisquer simulados pretextos, comete um erro. A individualidade característica de Teófilo Braga há-de avultar com o tempo e grangear a consagração definitiva da posteridade; e quanto há de patente nessa individualidade proveio da disciplina filosófica, de que tanto carecem os homens da nossa terra, de ontem e de hoje. Foi uma luz de construtividade espiritual que completamente faltou à quase totalidade das excepcionais mentalidades que tivemos no século XIX em Portugal e de aí derivaram os nocivos efeitos da sua acção literária, sendo evidente na grande maioria a disposição, progressivamente agravada para a desnacionalização. Se atentarmos nas primaciais figuras da nossa história literária do século passado, reconheceremos nelas, por via de regra, uma negligência, um desprezo, mais ou menos declarados, pelo movimento das ideias das ideias filosóficas no estrangeiro. E, se um ou outro parece ter sido levado, por curiosidade incidental, ao estudo dêsse movimento, ele vem a dar-nos o triste espectáculo da inconsequência, da frivolidade, passando, de convicção em convicção, sem nexos lógicos, sem qualquer critério normativo fixo. De entre todos, emerge Teófilo Braga, como uma força orgânica, e é precisamente este seu espírito de ordem e disciplina que constitui a melhor garantia de vitalidade da sua obra, em todos os campos»²⁸⁸.

Resulta evidente que Prado Coelho aprecia o nacionalismo cosmopolita teofiliano, partilhando dessa visão na *História Literária* por cuja escrita pugna, atacando pretensos cosmopolitismos, alegadamente assistemáticos e permeáveis à *desnacionalização*.

Prado Coelho colaborou na *Revista de História* entre os 27 e os 31 anos mas faleceu aos 57, tendo sobrevivido mais de duas décadas à extinção do periódico. Desconhecemos os motivos da cessação de uma colaboração tão assídua e

²⁸⁸ *Ibid.*, pp. XII-XIII.

concentrada no tempo, ocorrida nos quatro primeiros volumes da publicação. Consideramos, todavia, que a experiência – eventualmente incipiente, titubeante ou hesitante nalguns momentos-neles desenvolvida, e iniciada anteriormente, pode ter favorecido a consolidação de uma prática pedagógica e de crítico e historiador literário atento às vicissitudes da intelectualidade coeva, acerca de cujo papel se expressou deste modo, em 1921, no estudo sobre Teófilo Braga, deixando claro o dever das elites nos seu entender: «Mas tanto mais impende ás elites o dever de se nortear por uma disciplina filosófica da inteligência e da acção, para pôr cobro à degeneração de todas as energias vitais dos povos. Comte, como metodologista do espírito e teórico da sociologia, está ainda hoje de pé. Os cientistas especializados, os eruditos dispersivos e os baixos sectários de todos os ideais que se debatem na hora presente poderão olhar para êle de alto, na inconsciência da sua vaidade, na estreiteza lamentável dos seus pontos de vista, mas isso nada significa, senão mais um sintoma da mencionada anarquia, que caracteriza o momento histórico actual, do mais profundo apoucamento e desvairamento, bem sensível no fervilhar desencontrado das correntes de opinião. Impõe-se uma obra de reconstrução, para a qual, ao menos, o altíssimo exemplo de Comte deve servir de guia»²⁸⁹.

Pode também aventar-se a hipótese segundo a qual Prado Coelho se sentia identificado, provavelmente de modo parcial, com o rumo político durante os primeiros anos da República, divergindo claramente do percurso trilhado nos últimos tempos do regime, optando por resguardar as suas convicções políticas e deixá-las apenas implícitas no substrato das suas intervenções científico-pedagógicas na secção de artigos da *Revista de História*, evitando, na maior parte das vezes, polémicas ostensivas com outros colaboradores do periódico. Contudo, a divergência com Fidelino de Figueiredo, relacionada com questões concretas e específicas da História literária continha, possivelmente, no seu seio, apreensões de teor vivencial, relacionadas com a intervenção cívica na *Polis*. Todavia, ainda no desempenho de funções oficiais, Prado Coelho foi encarregado de Sindicâncias, no âmbito da instrução, em 1924 e 1928, tendo sido agregado ao Conselho Superior de Instrução Pública em 1933.

Outro sócio da *Revista de História*, menos dedicado do que Prado Coelho a questões pedagógicas ou actividades políticas, António Baião, distinguiu-se sobretudo pelo exercício de funções administrativas ligadas aos arquivos, ou pela prática das respectivas atribuições filiáveis no âmbito da criação de condições estruturais para guardar os documentos em segurança em locais dotados de condições logísticas para o efeito, seleccionando em seguida as fontes, agrupando-as e classificando-as, por

²⁸⁹ *Ibid.*, p. XI.

forma a que pudessem ser estudadas e investigadas pelos eruditos que eles quisessem aceder, correspondendo aos anseios que esse fito ditava. O próprio Baião conciliava a dimensão de arquivista com a de erudito, tal como Pedro de Azevedo, do qual falaremos e cujo percurso abordaremos mais adiante. Acresce que ambos os autores foram várias vezes convidados por Anselmo Brancaamp a colaborar no Arquivo Histórico Português, desiderato que cumpriram e que comprova que houve, em vários momentos, circulação de personalidades e ideias entre este periódico e a *Revista de História*.

António Baião

Origens Geográficas e Sociais

António Eduardo Simões Baião nasceu em Ferreira do Zêzere e era filho de António Simões Baião e de D. Emília Cotrim de Carvalho Baião

Habilitações Académicas

António Baião licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo cumprido o exercício do magistério no liceu de Santarém. Em 1902 tentava conseguir uma carreira noutra área bem diferente, sujeitando-se a provas públicas para entrar nos quadros do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Logrou vencê-las e tornou-se segundo conservador de Instituição.

Actividade Profissional, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Aos arquivos dedicou António Baião grande parte da sua vida profissional e foi nomeado primeiro conservador da Torre do Tombo em 1906, ascendendo ao Cargo de Director dois anos volvidos²⁹⁰.

Esta situação permitiu a este responsável conhecer de modo aprofundado o lugar de saber e cultura que era o referido Arquivo Nacional. No entanto, o autor começou a publicar antes desta sua experiência como arquivista, tendo dado à estampa textos de índole diversa, ficcional ou confessional como testemunham os títulos *Fantasias Verdes* (1905) e *A Minha Despedida*. Entretanto, o interesse pela erudição historiográfica foi crescendo, dando origem a dois trabalhos sobre Fernão de Magalhães e respectivas actividades enquanto navegador. O primeiro estudo neste âmbito intitula-se *Fernão de Magalhães e a primeira circum-navegação do globo*, e o segundo foi denominado *Fernão de Magalhães, dados inéditos para a sua biografia e saiu no Arquivo Histórico Português*, encontrando-se já o seu autor na Torre do Tombo e revelando preocupação com a incidência da investigação sobre fontes não

²⁹⁰ Cfr. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. 3, 2ª ed. S/I: Página Editora, [s.d.], p. 1031.

trabalhadas anteriormente e portadoras de ineditismo. António Baião centrava-se, essencialmente em temática situadas cronologicamente na época Moderna, ligadas aos Descobrimentos mas também na educação dos monarcas, como comprova o título *Bastidores da Educação de El Rei D. Sebastião*. O trabalho de historiador desenvolvido por este futuro sócio da *Revista de História* era alimentado e favorecido pelo esforço do arquivista. A íntima conexão entre as duas vertentes profissionais encontra-se patente na parceria com Pedro de Azevedo, na qual António Baião se debruça sobre *O Arquivo da Torre do Tombo, sua História, corpos que a compõem e organização*.

Note-se que a historicidade desta instituição não se desliga do papel nela exercido por antigos detentores do Cargo de Guarda-Mor, daí que não causa estranheza que António Baião tenha escrito em 1908 um pequeno opúsculo, publicado pela Universidade da qual tinha sido aluno, no qual o interesse por uma vertente biográfica específica da personalidade estudada se tornou bem patente, desde o título. *O Visconde de Santarém como Guarda Mor da Torre do Tombo*. Acresce que o referido aristocrata também tinha paixão pela História dos Descobrimentos e pelas colecções documentais, sendo nisso precursor de Baião, que assim definiu os limites do seu esforço biográfico acerca do antigo responsável máximo pelos referidos Arquivos Nacionais em meados de Oitocentos, ainda antes destes serem designados deste modo: «Entre as figuras notáveis da nossa história literária na primeira metade do século XIX destaca-se singularmente o segundo Visconde de Santarém; figura principalmente posta em foco após a última exposição de Cartografia Nacional. E se algum estabelecimento tem jus a orgulhar-se com as homenagens prestadas em sua memória esse é seguramente o Archivo Nacional da Torre do Tombo. Qual a sua missão nesse archivo, quais os trabalhos da sua gerencia, tal é o assumpto que nos propomos estudar e que até, por dever profissional, nos cumpria abordar. Outros lhe farão a biographia, estudarão o papel que desempenhou na sociedade portuguesa sob variados aspectos, que nós, mais restrictos no nosso plano, queremos apenas vê-lo sob o ponto de vista burocrático e literário, como chefe do Archivo Geral do Reino. E, para isso, nada melhor do que publicar a parte mais interessante da sua correspondencia official, já hoje de interesse puramente historico, precedida apenas desta despreziosa e ligeira exposição»²⁹¹.

Baião esboça a necessidade de explorar a interdependência entre a História e a Arquivística em estado nascente e incipiente, partindo de uma plataforma de incentivo da prática de uma História dos arquivos que não se confunda inteiramente

²⁹¹ António Baião – *O Visconde de Santarém como guarda-mor da Torre do Tombo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909, p. 3.

com a História geral e que comece a trilhar um caminho próprio sem postergar os legados de Clio mas acrescentando-lhes outras dimensões que incentivem a desejavelmente crescente autonomia da sua área profissional de eleição.

Apesar desta declaração de despretensão, possivelmente sincera e conforme com certas fórmulas de polidez, cortesia e humildade, muito comuns na retórica aparentemente despojada de alguns eruditos no dealbar do século XX, certo é que António Baião, então recém-empossado director da Torre do Tombo, aproveita o estudo sobre o Visconde de Santarém para associar a instituição à homenagem devida a este aristocrata e cultor de Clio. Esta homenagem decorre ao arrepio de qualquer elogio fácil, de um panegírico ou de outro discurso essencialmente laudatório, uma vez que se estriba em fontes primárias como as correspondências que documentam o percurso de Santarém como Guarda-Mor da Torre do Tombo. Assim António Barão começa por traçar a cronologia dos factos, surpreendendo o aristocrata aos 28 anos, em 1819, ordenando, enquanto utilizador, a cópia de todos os documentos diplomáticos existentes ao Arquivo da Torre do Tombo. Tal ordem causou embaraço e reacção negativa pronta da parte do escrivão da instituição, Gaspar Feliciano de Moraes, que reportou o caso ao então Guarda-Mor, Visconde de Azurara, e sublinhou as dificuldades para cumprir a encomenda, alegando que o número de escriturários que poderia ser incumbido da tarefa era escasso, e normalmente mal pago, sendo necessário proceder a emolumentos suplementares por forma a responder às solicitações de Santarém.

Quando às donatarias faziam pedidos alheios ao funcionamento normal inerente ao expediente do arquivo pagavam gratificações. Assim deveria fazer Visconde de Santarém que, por outro lado, contou com a resistência aos seus desígnios por parte de um alto dignitário da instituição, o oficial-mor Nunes Franklim, que se encontrava, alegadamente, a fazer a recolha da mesma documentação diplomática para, sobre ela, realizar um trabalho de investigação. Franklim colocou entraves a empresa análoga por parte do Visconde de Santarém por sentir-se pressionado por esta personalidade e temer a sua concorrência. No entanto, viria a ser protegido pelo aristocrata quando este, em Agosto de 1824, tomou posse como Guarda-Mor da Torre do Tombo, tendo estes, tempos volvidos, elogiado o seu subordinado e reclamado o respectivo usufruto de maiores rendimentos na sequência da qualidade reconhecida dos serviços prestados.

O Visconde de Santarém, no exercício do seu alto cargo, terá pugnado pelo tratamento e conservação dos documentos que pertenciam à instituição, mormente os que se encontravam em mau-estado ou em piores condições físicas. Paralelamente, urgia proceder à catalogação daqueles sobre os quais não tivesse ainda sido

efectuado um procedimento análogo. Sublinhe-se que António Baião considerava, certamente, estas actividades prioritárias, daí o destaque conferido à acção pioneira de Santarém. O retrato deste reflecte, eventualmente, as linhas de orientação e aperfeiçoamento levadas a cabo pelo colaborador da *Revista de História* na sua prática arquivística.

No entanto, convém lembrar que António Baião, ao historiar a actividade arquivística do Visconde de Santarém na Torre do Tombo, demonstra interesse em aprofundar a História da instituição, entretanto ensaiada, por um outro prisma. De resto, a História Institucional constituiu uma das suas principais áreas de investigação, mormente no que tange à questão da Inquisição.

O sócio da Sociedade Nacional de História continua a desenvolver, no âmbito da sua política de administração do Arquivo Nacional, uma prática na qual o aristocrata sobre o qual se debruça fora pioneiro: «Uma das primeiras questões que se antolhou ao novo Guarda-Mor [Visconde de Santarém] foi o recolhimento dos cartórios da Inquisição, extinta havia poucos annos. Com efeito o Aviso Regio de 30 de Julho de 1824 tinha determinado que o Guarda Mor da Torre do Tombo informasse se nesse Archivo haveria espaço para os taes cartórios, que se conservavam no armazem destinado ao expediente da censura. Por isso, o Visconde de Santarém, respondendo a esse aviso em 4 de Agosto, ponderava a pequenez do edificio do Archivo e ao mesmo tempo a urgencia de o alargar á custa do mosteiro de S. Bento, pois os papéis de que se tratava, sendo de muita importância, deviam ser guardados na Torre do Tombo, em especial, escrevia o Visconde, os pertencentes ao Conselho geral (...). Todavia, entendia o Guarda-Mor que esse recolhimento se devia começar immediatamente pelos documentos da inquisição de Lisboa e do Conselho Geral do Santo Officio, guardados na sala de manuscriptos da Bibliotheca Publica da capital, enquanto se arranjava alojamento para os cento e vinte e dois caixotes onde dormiam os processos das Inquisições de Evora e Coimbra. Tudo isto porém levou o seu tempo a realizar» (...)²⁹².

Tanto assim que, o responsável máximo pela Biblioteca Nacional reclamou a permanência de todo o acervo na sua Instituição. O Visconde de Santarém protestou reiteradamente, primeiro a 13 de Setembro de 1824, depois a 26 de Novembro, e a 5 de Maio do ano seguinte. As suas exigências só foram atendidas a 12 de Julho.

Na época de António Baião como director do Arquivo Nacional, a passagem do regime Monárquico para o Republicano trouxe novas regras, mudanças e alterações, mas a instituição continuou a funcionar como instância centralizadora e aglutinadora da documentação proveniente de diversas origens, debatendo-se, de

²⁹² *Ibid.*, p. 6.

novo e sempre, a Torre do Tombo com problemas antigos derivados da falta de espaços para guardar, acomodar e distribuir os acervos recebidos: «Da mudança do regimen constitucional para o regimen republicano resultou também grande aumento nas collecções do Archivo e ainda mais aumentariam se o edificio não fosse tão acanhado e não estivesse já repleto. Assim vemos entrar em 1911 parte do Archivo da Contabilidade do ministrio do reino, relatorios referentes ao movimento de 1910, livros da mitra episcopal e em 1912 dos seguintes conventos que haviam anos se conservavam na Inspeção das Bibliotecas (...). De entre todos destacaremos, pela sua excepcional importância, o convento de Santa Cruz de Coimbra, que bem se pode por a par de S. Vicente de Fora de Alcobaça e de Lorvão. São notaveis os seus Tombos, os seus livros de assentos de capitulo, livros de sentenças, de doações regias, de registos, de escripturas, de contratos e posses, de confirmações de privilégios, de aceitação e expulsão de noviços, livros de obitos, de visitasões, livros de profissões, *inquirições de genere, livros de assentos e resoluções do convento*, definições do capitulo geral, livros de bulas, descarga das missas, de demarcações de propriedades, acrescentando 43 pastas com pergaminhos e 222 maços»²⁹³.

No pequeno opúsculo sobre o Visconde de Santarém como Guarda-Mor da Torre do Tombo, António Baião continua a temática inaugurada cerca de duas décadas antes pelo mesmo cultor de Clio em parceria com Pedro de Azevedo. A minucia colocada por António Baião na descrição das colecções existentes na Torre do Tombo revela orgulha na instituição da qual é o máximo responsável no momento descrito.

Por outro lado, esta enumeração demonstra que inventariar é um dos imperativos da função de Arquivista. Todavia, mais importante ainda é a referência aos fundos de Conventos, que nos primeiros dois anos da Republica foram alvo de disputas e discussões, suscitando manifestos e o envolvimento de destacados membros da Sociedade Nacional de História como Pedro de Azevedo, que agiu em nome da instituição fundadora da *Revista de História*, conforme explicámos no capítulo anterior. Diga-se que António Baião usou um tom mais discreto nas afirmações antetranscritas e na *Revista de História* compareceu apenas como agente da transcrição e publicação de documentos, precisamente no ano em que se realizou a passagem de cartórios dos Conventos para os Arquivos Nacionais. Nessa ocasião preferiu debruçar-se sobre um acervo, o inquisitorial, que se encontrava nessa instituição desde o tempo do Visconde de Santarém e devido ao esforço deste. Após 1910, os bens do Clero Regular passaram, conforme ficou patente para as mãos do Estado que, por outro

²⁹³ António Baião – *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Exposição Portuguesa de Sevilha*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929, p. 36.

lado, expulsou ordens religiosas do país, nomeadamente os Jesuítas. Um deles, o padre António Antunes Vieira, viveu esse processo e as respectivas vicissitudes. Este sócio da Sociedade Nacional de História colaborou na *Revista de História*. Importa enquadrar uma parte do seu percurso biográfico.

António Antunes Vieira (cujo pseudónimo literário era Artur Viegas)

Origens geográficas e sociais

António Antunes Vieira nasceu em Torres Novas, mais precisamente na localidade de Mata, a 15 de Maio de 1868 e faleceu em La Guardia, na Galiza, a 1 de Fevereiro de 1929 com sessenta anos.

Habilitações Académicas

Antunes Vieira cursou e terminou o ensino primário na terra de onde era oriundo, aprendendo então os primeiros fundamentos das línguas portuguesa e latina. Após o exame final, a partir de 1881 aprofundou os seus conhecimentos linguísticos no Colégio de Nossa Senhora dos Anjos, situado no Barro, próximo de Torres Vedras. Depois desta experiência entrou para a Companhia de Jesus, encetando o noviciado a 12 de Agosto do ano seguinte. Formou-se com distinção em Filosofia no Colégio setubalense de S. Francisco entre 1884 e 1890, mas continuou estudos, desta vez no âmbito da Teologia e fora de Portugal, mais concretamente em França, na localidade de Vals e na Bélgica, em Enghien, entre 1897 e 1901. Terminada a sua formação religiosa no ano seguinte, prosseguiu no ensino, em cujas lides se iniciara antes de terminar o percurso do sacerdócio²⁹⁴.

Actividades Profissionais, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

António Antunes Vieira começara a educar a juventude entre 1890 e 1897, dando cumprimento a uma das missões centrais confiadas, desde a fundação, aos inicianos. Ensinou nos colégios jesuítas de S. Fiel, em Castelo Branco, e de Campolide, em Lisboa. Acerca do estabelecimento situado na Beira Interior, nele pontificavam mestres que aí terão sido colegas da personalidade em estudo, como o Padre Joaquim Silva Tavares: «Dirigido por Padres Jesuítas, com um corpo docente esclarecido e de elevado nível científico, no qual se destacou o P. Joaquim Silva Tavares(...), o colégio de S. Fiel tornou-se um pólo dinamizador de cultura neste interior beirão e um centro educacional de valor indiscutível (...)»²⁹⁵. Antunes Vieira foi

²⁹⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. 35, 2ª ed. S/I : Pé de Página Editora, [s.d.], p. 208.

²⁹⁵ Maria Adelaide Neto Salvado – O Colégio de S. Fiel: centro difusor de ciência no interior da Beira.

In Hermínio Rico e José Eduardo Franco (coord.) – *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 2003, pp. 211-212.

ordenado sacerdote em Tournai, na Bélgica a 26 de Agosto de 1900. Presidiu à cerimónia D. Carlos Gustavo Walarens. A profissão solene foi cumprida em Campolide no dia 15 do mesmo mês mas quatro anos volvidos²⁹⁶.

Encontrava-se Antunes Vieira neste estabelecimento de ensino quando eclodiu a Revolução republicana. Uma semana depois do 5 de Outubro foi preso e encarcerado no Limoeiro, de onde partiu no dia 22 para a Holanda, vivendo em Amesterdão escassas semanas, o suficiente, de modo a preparar a ida para o Brasil, concretizada no princípio de Novembro de 1910. No entanto, pôde deixar testemunho escrito da sua presença nos Países Baixos, publicado pelo também jesuíta Luís Gonzaga de Azevedo na obra intitulada *proscritos*: «Este passeio foi para mim um passeio pittoresco e palpitante de interesse, em que pude surpreender, com toda a cor local, a curiosa colmeia israelita, composta de milhares e milhares de descendentes de antigos Judeus portugueses, expulsos por el rei D. Manuel. Conservam os traços étnicos inconfundíveis, no meio desta raça loura do norte; homens de tez morena e nariz adunco, mulheres e crianças de cabelo escuro, desgrenhado, e grandes olhos negros, peninsulares. Saí, porém, dali com a desagradável impressão de que aqueles nossos patrícios, em questão de higiene e limpeza vivem divorciados desta asseada população de Amesterdão»²⁹⁷.

Estas impressões de circunstância sobre os Judeus demonstram que, tal como eles no Tempo de D. Manuel, Antunes Vieira foi forçado, séculos volvidos, a sair da sua pátria. Perpassa nas suas palavras um sentimento de solidariedade para com a situação vivida após 1497 pela gente nação, embora admiração pelos descendentes desta que vivem em Amesterdão se fique por aí, dado que o futuro colaborador da Revista de Historia denuncia a respectiva falta de limpeza. A expulsão de Portugal da qual foi alvo Antunes Vieira pode ser analisada no seio de um quadro epocal e societário mais vasto, no qual o anti jesuitismo atingia dimensões consideráveis, tendo sido iniciado bem antes do 5 de Outubro de 1910. Confrome nota António de Araújo: «É necessário, todavia, ver para além destes dias tumultuosos e compreender que o ódio à «padralhada» não era uma reacção epidérmica da turba lisboeta, inflamada pela Carbonária, ou pela marinhagem estacionada em Macau. Era, desde logo, uma reacção ideológica ao «Renascimento Católico» que vinha de finais do século dezanove e que, no caso dos jesuítas, teve no padre Carlos João Rademaker o seu principal protagonista. Era também uma reacção que vinha de muito antes de 5 de Outubro e que teve um dos seus pontos culminantes nos ataques desferidos contra o jesuitismo do Partido Nacionalista e de Jacinto Cândido e a um pretenso compromisso

²⁹⁶ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 35, 2ª ed. S/I: Pé de Página Editora, [s.d.], p. 208.

²⁹⁷ Ibid., p. 208.

com o governo de João Franco (...). Mas a dinâmica anti jesuítica não era meramente reactiva (...).O anti jesuitismo foi mais do que isso. Foi um poderoso elemento identitário da cultura republicana»²⁹⁸.

Assim se compreende melhor o ambiente que implicou os exílios forçados de Antunes Vieira. Em Terras de Vera Cruz foi um dos primeiros professores no Colégio António Vieira, em Salvador da Baía. Todavia, teve de regressar à Europa e viveu em Alseberg (Bruxelas), Marin e Pontevedra (Espanha). Na primeira cidade referida, o autor, sob o pseudónimo literário Artur Viegas, publicou – em 1914 – um trabalho intitulado, *O Poeta Santa Rita Durão. Revelações Artísticas da sua vida e do seu século* e publicado pela editora Gaudio. Neste estudo, o futuro colaborador da *Revista de História* biografa um escritor brasileiro nascido em meados do século XVIII. Aparentemente, este esforço intelectual parece desligado da problemática do anti jesuitismo do qual Antunes Vieira fora vítima. Puro engano, e basta conhecer uma parte do percurso de Santa Rita Durão para percebê-lo. Este poeta brasileiro seguiu a vida religiosa, mormente enquanto frade agostinho e foi o mentor e talvez o verdadeiro autor de uma pastoral publicada em 1759 pelo Bispo de Leiria, D. João Cosmena na qual este atacava os Jesuítas por forma a merecer favores, privilégios e o alto patrocínio da parte do Marquês de Pombal. Certo é que aquele representante do clero secular foi promovido a Arcebispo de Évora, tornando-se consecutivamente Inquisidor-Geral, Regedor das Justiças, ministro assistente do despacho e, finalmente, Cardeal²⁹⁹.

Em troca dos serviços prestados de forma sigilosa ao referido membro da Igreja, Santa Rita Durão exigia somas avultadas em dinheiro. Os seus intentos saíram gorados, dado que o bispo que servira passou a odiá-lo quando dele já não precisava. Foi perseguido e forçado a ir para Roma em 1762 e a retratar-se junto do Papa Clemente XIII. Esta é a novidade e a tese central do estudo de Artur Viegas sobre Santa Rita Durão. Das palavras do futuro colaborador do órgão de comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos parece sobressair um sentimento de profunda antipatia por Sebastião José de Carvalho e Melo, encarado como o catalisador do antijesuitismo. Aliás, para Artur Viegas a censura Pombalina terá obviado à existência em Portugal de fontes da época que documentem a retratação de Santa Rita Durão na década de sessenta de setecentos e a atitude alegadamente despótica do governante explica este vazio e o retraimento dos intelectuais nacionais que ousassem contestar as verdades estabelecidas: «A espionagem incessantemente exercida pelos esbirros e jagunços de Carvalho [e Melo] era extremamente rigorosa e

²⁹⁸ António de Araújo – *Jesuítas e anti-jesuítas no Portugal republicano*. Lisboa: Roma Editores, 2004, pp. 49-51.

²⁹⁹ Cfr. Artur Viegas – *O poeta Santa Rita Durão: revelações artísticas da sua vida e do seu século*. Bruxelas: Gaudio, 1914, p. XI.

inexorável com qualquer escripto favorável aos Jesuítas. Assim o ordenava o dictador em cujo cérebro andava, a esse tempo em gestação a famosa *Dedução Cronologica* e outros libellos de igual imparcialidade e criterio. Envolvia o país inteiro um ambiente envenenado de tyrannia e susto. A sociedade portuguesa parecia composta de escravos autómatos. Às ruínas materiais de uma grande cidade, [Lisboa], arrasada pelo terramoto [de 1755], sobre pusera o governo despótico de Pombal outra ruína bem mais deplorável, a do carácter nacional. Se aquela se ergueu ainda este ficou desde então – quem sabe? – irremediavelmente derrancado. Uma situação política e social assim avêssa á entrada ou diffusão de escriptos que de longe beliscassem a philautia do tyranno, explicava-me sufficientemente a ausencia, nos archivos portuguezes, da *Retractação* do frade-poeta. Desisti, pois, de ulteriores investigações»³⁰⁰.

Antunes Viera utiliza palavras duras e enfáticas, próprias de um manifesto anti-pombalino que parecem traduzir a vontade de emblematizar o alegado mau exemplo deste até ao presente republicano da política portuguesa. A prática historiográfica do jesuíta expulso de Portugal parece tributária de um espírito ideologicamente marcado por uma tendência contrária a Pombal e aos seus sucessores. Esta constatação resulta curiosa, dado que, no plano metodológico, Artur Viegas reclama o uso de fontes primárias nos seus trabalhos e assume um discurso que pretende desvanecer lendas e fantasias vigentes sobre Santa Rita Durão. Deste modo, lança mão de documentação inédita em Portugal para provar a sua tese anteriormente explicada acerca da retratação do poeta frade. Assim, arrola, consecutivamente, quatro fontes que enumera: «1 – *Um livro anónimo e hoje pouco vulgar*, publicado em Roma em 1814, intitulado *Gloria Posthuma Societatis Jesu (...)*; 2 – No mesmo livro allude-se frequentes vezes a outra obra latina, publicada vinte e cinco annos antes que tem por titulo: *Vita Venerabilis Patris Emmanuelis Correia e Societ. Jesu, cum animadversionibus historicis (...)*; 3 – Outro testemunho ainda mais importante e decisivo que os referidos, é a declaração autógrapha e juramentada do P. Vicente Giorgi, afamado prégador e theologo da Penitenciaria, o qual conviveu intimamente com Durão em Roma, pelos annos de 1776 e 77 (...); 4 – Encontra-se effectivamente uma nota ao livro que tem por titulo-*Il buon raziocinio dimostrato in due scritti, o sieno saggicritico-apologetici sul famoso processo e tragico fine del p. Gabriele Malagrida* - impresso a primeira vez em Veneza em 1782 e a segunda em Lugano em 1784 (...))»³⁰¹.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. XXIV.

³⁰¹ *Ibid.*, pp. XIII; XIV; XV e XXI.

Esta pormenorização das fontes compulsadas demonstra preocupação com as informações nelas contidas. Todavia, todos os documentos citados, ainda que exibam Santa Rita Durão em discurso directo, e na primeira pessoa, não deixam de acusar proveniência jesuítica. Ignora-se se Viegas teve acesso a testemunhos *italianos* oriundos de outras instituições. Para mais, o autor limita-se a validar, através da transcrição, os factos arrolados. Procura uma narrativa que se ajuste, supostamente, à realidade alegada, mimetizando-a e segue a diacronia dos acontecimentos sem problematizá-los, eximindo-se a uma crítica interna dos documentos. Agita a *bandeira* da objectividade, faz trabalho de arquivo, mas não explora todas as suas potencialidades. Contudo, no plano retórico, denuncia práticas historiográficas contra as quais se coloca.

Pode dizer-se que parcialmente cumpre, mas em alguns aspectos não logra tal desiderato de modo cabal. Num artigo recente, a historiadora brasileira socorre-se do elogio de Sérgio Buarque de Holanda ao estudo de Artur Viegas sobre Santa Rita Durão para enaltecer o trabalho deste mas salvaguardando que nele se perfila um retrato psicológico do poeta frade que não tem em conta as condições espaço-temporais dos dispositivos retóricos que este coloca em prática na sua retratação efectuada em Roma, perante Clemente XIII, em 1763: «Sérgio Buarque de Holanda nota em seu ensaio sobre “o mito americano”, que não é exagero dizer-se que “de nenhuma outra figura de nossas letras coloniais, exceção feita do padre António Vieira, dispomos presentemente de informações tão circunstanciadas”. No caso, Sérgio Buarque refere-se à minuciosa pesquisa feita pelo Padre António Antunes Vieira, que, com o pseudónimo de Artur Viegas, publicou em 1914, o livro *O Poeta Santa Rita Durão: Revelações Históricas de sua vida e do seu século* vasculhando e refazendo as andanças de Durão, aqui considerado como individualidade psicológica e não como sujeito inserido num tempo e num espaço, determinados por preceptivas retóricas, o autor da obra insere a ideia de que, para usarmos um resumo de António Cândido, “Durão foi homem de paixões descontroladas, que chegou à vilania e soube resgatar-se por uma longa, estrénua penitência, não só religiosa como principalmente moral e intelectual”. Na obra do Padre Viegas, há a retratação escrita por Santa Rita Durão ao Papa Clemente XIII na qual penitencia da Pastoral que escreveu em 1759, em Portugal, contra os jesuítas, mas assinada pelo Bispo de Leiria, D. João Cosme. O problema é que esta retratação é lida sem se levar em conta as regras retóricas, que norteavam as produções escriturais da Companhia de Jesus e utilizando-se critérios românticos, como o de sinceridade»³⁰².

³⁰² Luciana Gama – Sobre a Superioridade da Poesia em Relação à História: O Canto VII do Caramuru. *Revista Cantareira*, n.º 2. Rio de Janeiro: UFF, 2009, pp. 1-12.

O inaciano, Artur Viegas, residente em Bruxelas em 1914, opôs-se à ideia vigente em parte da intelectualidade portuguesa sua contemporânea, segundo a qual a *retratação* de Santa Rita Durão e consequente aproximação aos jesuítas ocorrera apenas no poema *Caramuru*, publicado em 1781. Com esta crítica, Teófilo Braga é visado, bem como a respectiva teoria exposta em livro intitulado *História da Literatura Portuguesa – A arcádia Brasileira*. Note-se a apreciação que dele faz Artur Viegas: «Acudiram-me estas reflexões percorrendo ha pouco um breve estudo sobre Santa Rita Durão, devido á penna de um historiador da nossa litteratura [Teófilo Braga] para quem o respeito da verdade não parece ser a primeira das preocupações. Este rapido escôrço – uma dezena de folhas, se tanto, – é um attestado lastimoso da indesculpavel leviandade com que o seu autor se aventura a escrever e *definir* em assumptos históricos sem a menor inquirição de dados certos. Abundam alli supposições pessoais inadmissiveis, numerosas contradições e erros que um minuto de attenção poderia ter atalhado; isto sem falar do inveterado *àpriorismo* que nada explica, mas que é para certa escola o *deus ex machina* (...). Para desaffronta da historia portuguesa, urge banir. e cêdo – estes processos retrógrados muito mais condemnaveis e perigosos do que os de chronistas *ad usum delphini* (...)»³⁰³.

Em alternativa a esta forma teofiliana de escrever História, Artur Viegas defende uma escrita alicerçada na pesquisa e no exame de fontes. Procura seguir o exemplo de Foustel de Coulanges, que alegadamente, substitui a observação directa e empírica da realidade proveniente da biologia pela análise e síntese de documentos, visando a objectividade. O futuro colaborador da *Revista de História* matiza um pouco esta ultima característica, considerando que o trabalho do cultor de Clio alberga sempre, e em certa medida, alguma componente subjectiva: Numa desenvolvida nota sobre este assunto, o autor diz o seguinte, num comentário aos procedimentos metodológicos utilizados pelo seu colega francês ante-citado: «Claro está que estas noções de tão auctorizado mestre [acerca da ausência de imaginação na História como ciência e da necessidade advogada de esta constatar factos, analisando-os e estabelecendo nexos entre eles] não se devem nem podem tomar tanto ao pé da letra que hajamos de excluir totalmente da historia o character subjectivo que ella reveste forçosamente desde que o historiador aplique as suas operações mentais á analyse e synthese dos factos e documentos historicos que utiliza. Estes, sendo como são, differentes dos das demais sciencias não podem ser estudados por um methodo absolutamente identico. A paridade pois entre o objecto da historia e o das sciencias biológicas não é total; nestas a analyse e synthese exercem-se directamente sobre a realidade objectiva do animal ou da planta examinados; ao passo que na historia

³⁰³ Artur Viegas – *O poeta Santa Rita Durão...*, pp IX-X.

essas operações se acham por vezes mescladas de uma inevitável subjectividade resultante dos proprios documentos(...)»³⁰⁴.

A colaboração em periódicos era o modo mais frequente utilizado por Artur Viegas para tratar matérias que suscitavam a sua atenção, nomeadamente no âmbito da História e da Literatura. Encontrando-se em La Guardia no ano de 1919, aí retomou outra actividade que muito apreciara e que marcara os seus primeiros anos de actividade profissional; o ensino, conjugado com a escrita para diversas publicações, entre as quais se conta, logo a partir de 1920, a colaboração com a *Revista de História*. Esta intervenção manteve-se, assídua, nos quatro anos seguintes, durante os quais foram redigidos cinco estudos para a respectiva secção de artigos. Todos prolongam, em nosso entender, de modos diversos os preceitos e práticas historiográficos enunciados no trabalho realizado acerca de Santa Rita Durão, replicando mais estas do que aqueles. Este quadro analítico pode aplicar-se, nomeadamente, aos textos sobre *Ribeiro Sanches e os Jesuítas* (1920) e *Ribeiro Sanches e o padre Policarpo de Sousa*. A vertente biográfica inerente a estes esforços intelectuais resulta evidente, bem como o recurso a fontes primárias, nestes dois casos à correspondência das personalidades citadas. A narrativa diacrónica dos factos em que estas se envolvem tem um papel de destaque nestes trabalhos, a par da erudição que exibem. Curioso é verificar que, sob a égide de um relato historiográfico objectivo, insinua-se e impõe-se a subjectividade do historiador, de modo discreto mas incisivo, mormente no que tange à prática de uma *Historiografia de tendência*, ideologicamente implicada.

Contudo, os dois primeiros estudos referidos, dados à estampa no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo não se baseiam na reacção a uma ideologia que pretendem combater, mas concentram-se na afirmação, pela positiva, de uma atitude e de uma cultura filo-jesuítas. Ainda assim, Ribeiro Sanches é sobretudo um político e diplomata devotada a questões de educação que inicialmente possuía sentimentos tidos como contraditórios face aos jesuítas, mas que através da amizade com inacianos passou a simpatizar com eles, não necessitando todavia de proceder a qualquer *retratação*, ao contrário de *Santa Rita Durão*. A partir de 1922, os textos escritos por Artur Viegas para o órgão de comunicação e informação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos abandonam a temática religiosa e assumem um cariz filiado na História política. Esta dimensão está presente em dois artigos consecutivos: *Uma Visita Real ao Mosteiro de Alcobaça* – que versa prioritariamente o protocolo então observado pelo monarca e os seus costumes evidenciados neste tipo de situação – e, sobretudo, *Duas tentativas de Reconquista de Angola em 1645*, trabalho em que, pela escolha de um território ultramarino para a análise, se percebe

³⁰⁴ *Ibid.*, p. VIII.

que Artur Viegas pode ter sido influenciado pela sua experiência de vida, que não se confinou a Portugal Continental, na escolha deste assunto. Finalmente, Antunes Vieira regressa à literatura que o ocupara em 1914 – para debruçar-se sobre D. Francisco Manuel de Melo, detendo-se mais sobre o ineditismo de alguns dos seus versos do que na respectiva biografia. Este seu trabalho procura uma osmose entre o que a poesia transmite e a vertente mimética que pode acarretar face à realidade, que alegadamente documenta sem transições, abstraindo-se a componente imaginativa do trabalho lírico. Ora, as questões de estilo, de natureza e incidência formal são fulcrais no esforço intelectual de D. Francisco Manuel de Melo. Todavia, no estudo realizado sobre este poeta, Artur Viegas negligenciou, ou pelo menos colocou de lado, essa dimensão, eximindo-se a abordá-la ou a compulsar fontes que a enquadrassem.

Do mesmo modo, Baltasar Osório, ao colaborar na *Revista de História*, situação que ocorreu apenas uma vez alinou pela compilação avulsa de episódios históricos sem recorrer, na maior parte das circunstâncias à análise de documentação de arquivo ou bibliográfica. Optou por apresentar cenas da História política e institucional de modo impressivo, visualista, apostando em descrições vivas da realidade retratada, eximindo-se a interpretações sobre o material compilado. Emerge deste escrito dado à estampa em 1919 um espírito curioso, um amador das questões históricas, mais do que um cultor de Clio que tenta comportar-se como um proto-cientista nestas matérias. No entanto, em todo o seu percurso profissional precedente, Baltasar Osório foi um eminente clínico e investigador no âmbito das Ciências Naturais. A História surgiu, certamente, como um complemento, sério mas descomprometido a essas actividades. Importa registar o seu percurso pessoal e compreender, contextualizando-as, as respectivas implicações.

Baltasar Osório

Origem sócio – geográfica

Baltasar Osório nasceu em 5 de Agosto de 1855 e morreu no ano de 1926.

Habilitações Académicas: Licenciou-se em Medicina e tornou-se naturalista devido ao seu interesse por uma área de investigação específica no âmbito da biologia; a Zoologia.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Baltasar Osório foi médico-cirurgião no Hospital de S. José e director de uma enfermaria no Hospital do Reino, tendo sido nomeado, em 1892, lente substituto da oitava cadeira (de Zoologia) da Escola Politécnica. Entretanto, começou a publicar uma extensa bibliografia sobre este seu domínio de eleição na década de 80, mesmo

antes de ter assumido o cargo ante-citado, situação que demonstra o seu amor por matérias relacionadas com o estudo da natureza e, dentro desta, com a fauna. Merecem destaque imediato os trabalhos de inventariação e catalogação de crustáceos (aos quais dedicou numerosos textos, nomeadamente o *Catálogo de Crustáceos de Portugal* existentes no Museu de História Natural de Lisboa (1889). Sublinhe-se que o sócio da Sociedade Nacional de História conhecia bem o acervo desta instituição museológica, onde trabalhava desde 1886, e que viria a dirigir, a partir de 1902, eventualmente na sequência da familiaridade decorrente desse conhecimento. Por outro lado, também o estudo ictiológico de várias espécies de peixes cativou a atenção de Baltasar Osório, que se devotou à correcção minuciosa e revisão permanente dos catálogos que realizava, atualizando-os e impondo-se sobretudo como um pesquisador atento ao arrolamento e classificação de espécies, aprofundando o estudo de algumas delas.

Todavia, o seu esforço no âmbito da Zoologia não se restringiu ao ensino da disciplina ou à prática científica correspondente. Tentou, igualmente, contribuir para a História deste domínio de investigação, através do esboço de biografia de Brotero, do químico José Júlio Rodrigues e do Naturalista José Vicente Barbosa du Bocage. Sobre esta personalidade, Baltasar Osório deu à estampa, em 1915, o *Elogio Histórico do Ilustre Naturalista e Professor J. V, Barbosa du Bocage*. Este estudo corresponde e obedece a uma transcrição de uma sessão organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, dado que o futuro colaborador da *Revista de História* era sócio da Instituição. Baltasar Osório classifica o seu texto biográfico. Chama-lhe elogio e panegírico e confere-lhe um cunho próprio. Compara o seu esboço biográfico com a erudição clássica dos romanos como Plínio o Novo, biógrafo de Trajano e herdeiro do seu homónimo que o antecederia neste ofício. Também Plutarco se ocupara da vida dos romanos ilustres. Seguidor desta linhagem antiga, sob cuja protecção se coloca, Baltasar Osório começa o elogio histórico de Barbosa du Bocage pelas considerações expostas, dissertando, acto contínuo, sobre as qualidades que deve ter um escritor ou as virtualidades inerentes ao texto de cariz laudatório: «Antes de começar a sua obra, o escriptor, como qualquer outro artista, tem sem duvida de escolher o estylo, como o pintor as tintas e as dimensões da tela, como o esculptor o metal ou a marmore, a substancia que melhor se adapte á reconstrucção da scena, que mais se case a exprimir o facto, a representar os seres, as creaturas a que se pretende dar vida ou fazer surgir. Mas não só a materia, a côr, a attitude, o gesto, a alma que anima os diversos personagens, importa a quem deve proceder a um acto de evocação ou gestação; precisa também vestil-os conforme aos tempos e ornal-os conforme os sentimentos que os animam. (...) O estylo de panegyrico deve ser como a clamyde

ostentosa em que á nossa imaginação nos apparecem envoltos aquelles que tendo abandonado o mundo, deixaram todavia n' elle, pela sua obra, pela sua vida, fama perduravel, nome fulgurante, inscripto para sempre na historia»³⁰⁵.

Desde logo, o sócio da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos encara a História (dos homens) como arte, não dispensando uma dimensão científica deste saber. Cumpre-se um fosso entre Clio (*tout court*) e a História natural ou das ciências naturais. O trabalho biográfico realizado acerca de Barbosa du Bocage reflecte as preocupações inerentes a uma História dos grandes homens atenta ao trajecto, à Psicologia, aos sentimentos das personalidades estudadas, mas também ao tempo no qual inscreveram as respectivas actividades não sendo, igualmente, negligenciável o meio em que viveram e que moldou as suas acções. No entender de Baltasar Osório, os seres humanos que se ergueram e destacaram no seio da sociedade à qual pertenciam tiveram uma de duas atitudes perante a sua época; projectaram o futuro a partir do seu presente, ou então prestaram culto ao passado e à tradição, resistindo ao carácter efémero da actualidade, que não lhes devotou, em qualquer dos casos, atenções especiais. Os *grandes homens* não são encarados como santos ou hagiografados na visão do futuro colaborador da *Revista de História*, mas este trata José Vicente Bocage como um ser excepcional, enquanto génio, no sentido romântico do termo, alguém fora do tempo: «Mas insistirei, volvendo ao que já disse, qualquer homem não pertence inteiramente ao seu tempo, como igualmente lhe não pertencem, d' uma maneira completa, quaisquer dos organismos que em volta d' elle nasceram e se desenvolveram. Sem dificuldade se concebe que um cedro ou um carvalho actual não diffirirá grandemente dos seus muito remotos antepassados, o preterito fica assim intimamente ligado ao presente. Como não acreditareis que um homem antigo possa surgir no meio de uma sociedade moderna? Sem duvida o meio modifica a civilisação, imprime alterações importantes no character, mas não impede que appareça no mundo contemporaneo uma alma de outrora, embebida da austeridade d'uma nação que viveu ha seculos que, justamente porque se isolou, no estudo por exemplo, encontramos pouco vulnerada pelas influencias e atrictos da sociedade contemporanea»³⁰⁶.

Contudo, a excepcionalidade de Bocage não é encarada ou retratada por Baltasar Osório, como esotérica, ou sobrenatural, situando-se no âmbito estrito da suas aptidões ou capacidades biológicas. Era um homem descrito como alguém que não vogava ao sabor do acaso, possuindo um fito, um rumo, em nome do qual prosseguia, perseverando na ultrapassagem de obstáculos que se lhe deparavam. Era

³⁰⁵ Baltasar Osório – *Elogio histórico do ilustre naturalista e professor J. V. Barbosa du Bocage*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1915, p. 2.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. v.

preciso conhecê-los e determinar as respectivas causas, bem como as que determinam todo o tipo de acções humanas. O respectivo apuramento constitui a função principal da biografia, no entender de Baltasar Osório, que considera, também, que esta deve mobilizar um imperativo moral, materializando a respectiva narrativa a invocação de um exemplo a seguir: «A biographia d'um homem tem portanto de ser não sómente a exposição dos factos da sua vida, mas um estudo das causas que influíram no seu character, na formação do seu cerebro, na tempera da sua vontade. (...) Da vida dos homens illustres temos de tirar lição para a nossa vida, o seu proceder não deve porém ser apontado só aos da nossa idade, mas igualmente aos vindouros para que d'elle lhe derive o exemplo de conduta, e para que seja tambem um espelho a que todos concentrem o seu viver. Deve ser conforto e estímulo, porque elles em geral, não atingiram a gloria, a consideração, o renome, senão atravez das difficuldades e estorvos que por vezes lhe oppozeram os seus emulos»³⁰⁷.

No que respeita especificamente ao percurso de Bocage, em 1851, ainda como estudante na Universidade de Coimbra, entrou, com um grupo de amigos, no confronto com o Marquês de Saldanha e saiu derrotado. O marechal tornou-se ministro do Reino e, vingando-se do episódio de oposição referido, vetou a proposta de candidatura de José Vicente a uma vaga de professor de Zoologia na Escola Politécnica, ao arrepio da vontade da instituição, expressa em sentido contrário ao da sua decisão.

Desiludido, Vicente voltou ao seu gabinete e à actividade erudita que muito o motivava e preenchia. Todavia, este afastamento foi transitório e momentâneo. O regresso ao comprometimento público não tardou e ocorreu na sequência do protesto contra o cerceamento da liberdade de imprensa, entretanto verificado. Baltasar Osório sentiu dificuldades para realizar o esboço biográfico desta personalidade, dado que Bocage é retratado como um homem que não se dedicava a dizer bem de si próprio, evidenciando uma postura tímida e reservada em relação às suas qualidades, preferindo elogiar aquelas que testemunhava nos outros. Este retraimento obrigou o seu biógrafo a um esforço de imaginação que suprisse ou atenuasse lacunas, através do recurso a uma metodologia assente nos procedimentos de raiz indutiva patentes nas ciências Naturais: «Fallando d'um naturalista illustre é concebivel como os dados relativos á sciencia que elle tão profundamente cultivou me ocorram (...). Por vezes, com pequenas porções de um esqueleto, por fragmentos d' um animal, chegava um grande sabio que se chamou Cuvier a reconstituir, com a imaginação e d'uma maneira completa, a forma do organismo a que tinham pertencido em vida. Tomai uma acção d'um homem, julgae-a, interpretae-a e só por ella podereis constituir e conhecer

³⁰⁷ *Ibid.*, p. VI-VII

inteiramente o seu character. Os nossos actos repetem-se, por vezes, apresentam-se diversos pela modalidade, pelos accidentes, pelas circumstancias que intercorrem, mas fundamentalmente são manifestações do mesmo modo de pensar, do mesmo sentir (...)»³⁰⁸.

Após a intervenção na questão da Liberdade de Imprensa, José Vicente Barbosa du Bocage voltou à investigação, mas de novo durante pouco tempo, dado que foi convidado, já depois dos sessenta anos, para Ministro do Ultramar. Inicialmente não aceitou e incentivou o Conde de Ficalho a ocupar o cargo. Este recusou e, nessas circunstâncias, o eminente naturalista tornou-se Ministro em 1883 e exerceu a pasta durante meses, tendo depois aceite ser Ministro dos Negócios Estrangeiros até 1886. Em seguida, após este interregno voltou ao ensino e os livros. Foi nesta altura que, no Museu Zoológico, Baltasar Osório o conheceu, dando disso nota pessoal: «Foi depois da saída desse primeiro ministério que tive a honra de o conhecer no Museu zoológico, quando ali iniciava os primeiros estudos de systemática, e guardo mais no coração do que na memória, as palavras que me disse depois de ter examinado o trabalho que eu tinha feito no instituto que voltava a dirigir. Essas palavras formam não só de louvor mas de incitamento. Guardo-as como outras que me mandou em certa ocasião, e que não repito (...)»³⁰⁹. O naturalista José Vicente Barbosa du Bocage, biografado por Baltasar Osório, teve um filho, Carlos Roma du Bocage, que se tornou colaborador da *Revista de História*, cujo percurso urge acompanhar. Todavia, antes de descrevermos esse perfil biográfico vamos ocupar-nos de Carlos Fernandes de Passos

Carlos de Passos

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu no Porto a 24 de Dezembro de 1890. Era filho de Luís Carlos Fernandes de Passos e de Sofia Silva Ferreira.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Frequentou e terminou o curso dos Liceus no Porto, tendo obtido a licenciatura na Faculdade de Letras de Coimbra

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Exerceu, temporariamente o Magistério em liceus do Porto. Dedicou-se, entretanto, à política, tornando-se Presidente da Câmara de Ponte de Lima. Era um

³⁰⁸ *Ibid.*, p. x
³⁰⁹ *Ibid.*, p. XV

monárquico erudito e culto que realizava amiúde conferências em Viana do Castelo, Porto, Viseu e Lisboa. Em 1921 publicou, na *Revista de História*, o artigo, Luís António Verney, secretário régio em Roma, no qual manifestou o seu interesse pela vida deste diplomata, instrumentalmente utilizada para expressar as convicções católicas, conservadoras e o anti-pombalismo do biógrafo. Bem diferente foi o percurso de Carlos Roma do Bocage.

Carlos Roma do Bocage

Origem Social e Geográfica

Carlos Roma do Bocage nasceu no Porto em 1853 e faleceu a 19 de Março de 1918.

Habilitações Académicas

Frequentou a Escola Politécnica, tendo entrado na Escola do Exército, em virtude de ter sido o primeiro classificado no curso preparatório para as armas científicas. Na sequência deste desiderato, cursou e concluiu Engenharia Militar³¹⁰.

Percurso profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Em 1876, Roma do Bocage foi mandado servir na Comissão de Defesa de Lisboa e do seu Porto. Apresentou à referida instituição um estudo, posteriormente ampliado, no qual propunha a reforma e reorganização do Exército Português. Este trabalho mereceu uma medalha de prata por parte da Academia de Ciências de Lisboa, que reconheceu o respectivo valor, publicando-o sob a forma de Memória, intitulada, *Estudos sobre o mais eficaz sistema de defesa do país, subordinado aos meios de que podemos dispor, discutindo as hipóteses prováveis em que possa realizar-se a agressão, e formulando ao mesmo tempo os princípios em que deve basear-se a melhor organização e constituição do exército português, de maneira que seja fácil e profícua a sua mobilização*³¹¹.

Provavelmente por lhe terem sido reconhecidos interesses e capacidades na matéria ante-citada, Roma do Bocage foi nomeado vogal da Comissão encarregada da organização da arma de Engenharia em 1879. No ano de 1881 tornou-se vogal da comissão consultiva da defesa do reino. Foi secretário do pai, dois anos volvidos, quando este se tornou Ministro da Marinha e das colónias. Na sequência do concurso para secretário da legação, Carlos Roma do Bocage foi nomeado para a secretaria berlinense, cargo do qual se exonerou, passando a adido militar em Berlim. No mesmo

³¹⁰ cfr. Bocage, *Carlos Roma do*, in: Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume IV [BAIL-BRAG], Lisboa: Página Editora, s/d, p. 804.

³¹¹ *Ibid.*

ano, tornou-se vogal da comissão de reorganização do exército. Todavia, aquando da Conferência de Berlim, o militar e diplomata reocupou o seu lugar junto da legação, tendo sido enviado a Paris para conhecer a sensibilidade francesa e da Associação Internacional quanto à questão africana e, mormente, à situação na bacia do Zaire. As negociações entre a França e a comunidade internacional saíram goradas, devido a excessivas exigências por parte desta última. Nesta sequência, Roma do Bocage voltou a Berlim em Janeiro de 1885 para aí assistir ao fim da Conferência. Entretanto, em Portugal, o futuro colaborador da *Revista de História* fora eleito pela primeira vez, na legislatura de 1884-1887, deputado pelo círculo de Portalegre, conseguindo a reeleição em 1890, tendo-se mantido no cargo até 1894.

Quinze anos volvidos, de 14 de Maio a 22 de Dezembro de 1909, fez parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros do governo liderado por Venceslau de Lima³¹². Três dias volvidos sobre a tomada de posse, Jaime Batalha Reis iniciou, a partir de Torres Vedras, uma série de cartas que lhe dirigiu, acerca das quais não localizámos as respostas do destinatário, apenas presumidas nos interstícios da argumentação do cônsul português em Londres que, desde a primeira missiva, informou o seu superior hierárquico acerca dos preparativos do Congresso Colonial do ano seguinte, no qual iria defender teorias que estava a elaborar sobre *o estudo do trabalho agrícola e o emprego dos indígenas em países tropicais*. Estas informações, datadas de 27 de Julho de 1909, são dadas por Batalha Reis já a partir de Londres, tendo informado Bocage à cerca da continuação dos seus trabalhos em carta de 5 de Outubro. No dia 14 manifestou o seu desagrado por ter sido alegadamente preterido por Roma do Bocage na negociação do tratado comercial português com a Inglaterra e por ter sido ultrapassado, ao fim de trinta anos de carreira diplomática por jovens que considerava inexperientes. Nesta conjuntura desfavorável, pediu, a 13 de Outubro de 1909, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros o obséquio de colocar, com carácter de urgência, o seu filho no vice-consulado de Southampton, que entretanto vagara. Batalha Reis aproveitava a ocasião para se queixar do desprezo ao qual fora supostamente votado, mostrando amargura pela desconsideração do seu trabalho teórico em preparação para o Congresso citado³¹³.

Em 1911, Roma do Bocage passou à reserva, mas manteve-se atento à realidade nacional e em 1914, ano durante o qual começou a Primeira Guerra Mundial, publicou em livro uma série de *Chronicas Internacionaes, publicadas no Diário de Notícias em 1906-1907*, consideradas actuais pelo próprio autor, que se pergunta na introdução ao seu labor intelectual: «Poderão ainda ter interesse chronicas semanaes,

³¹² *Ibid.*

³¹³ Cfr. Alice Godinho Rodrigues— *Correspondência de J. Batalha Reis para Barbosa Du Bocage*. Lisboa: Imprensa Nacional de Investigação Científica, 1990.

escriptas ao correr da penna, sobre acontecimentos que se iam sucedendo por este mundo fora há sete ou oito annos? (...). O público responderá; mas sempre lhe queremos dizer porque nos abalançámos a oferecer-lhe agora, outra vez, estas *Chronicas Internacionaes* que o *Diario de Notícias* tão lisonjeiramente acolheu, em tempos para nós saudosos. O motivo para tanta ousadia é a frequencia com que ainda hoje nos falam nas «nossas chronicas», perguntando se nos não resolvemos a continuá-las ou lamentando que não as reunamos n'um livro (...). Continuá-las é claro, seria impossível; só do passado deve falar quem ao passado pertence, se não conforma com o presente e ou só no futuro confia. De mais, não correm os tempos para que diga a sua opinião alguém que nunca soube acomodá-la ao sabor das circumstancias. Assim, limitamo-nos a manifestar, a proposito de factos passados, velhas convicções que não mudaram. Já agora, com ellas ficaremos; e se o leitor alguma vez reconhecer que eram fundadas, tanto melhor»³¹⁴.

Estas crónicas cobrem e analisam político-diplomaticamente a política externa de diversas potências em 1906 e 1907, desenhando-se e perfilando-se as alianças que entraram em contenda na Primeira Guerra Mundial. Em 1914, fazendo apelo à sua experiência no âmbito diplomático, Roma du Bocage vê reeditadas as suas opiniões expressas primeiramente em meados da década anterior nas quais sublinhara, com antecendência e ambicionado sentido de previsão, a necessidade e até a realidade então notada de uma liga ocidental entre França, Inglaterra, Portugal e Espanha. Note-se que o diplomata temia alguns excessos e tergiversações aventureiros por parte do Monarca Afonso XIII, cuja força admirava – colocando de lado rivalidades antigas, afastando, todavia, com igual energia, quaisquer reminiscências de reatamento de União Ibérica – mas opondo reservas a voluntarismos espanhóis exagerados que, em seu entender, poderiam verificar-se. Os factos confirmaram, parcialmente, as antevisões de Roma du Bocage, que deplorou a escassa intervenção de Portugal junto dos seus aliados na Paz de Algeciras em Março de 1906. Admirava a descrição do Conde de Tovar e do Ministro de Portugal em Tânger mas considerava-as demasiado propicias a um apagamento português nesse cenário internacional estratégico.

Do ponto de vista ideológico, Roma du Bocage era um apoiante da Liga Ocidental mas preferia Eduardo VII à democracia Francesa, responsável, segundo ele, pela progressiva redução de poderes do elogiado presidente Loubet, e pelo enfraquecimento da sociedade hierarquizada de ordens, defensora dos valores conservadores e protagonizada pela igreja e pelos militares. Roma du Bocage era

³¹⁴ Carlos Roma du Bocage – *Chronicas internacionaes*, publicadas no *Diário de Notícias* em 1906-1907. Lisboa: Ferin Torres & C^a, 1914, pp. 5-6.

contrário à crescente valorização do parlamentarismo, em detrimento do presidencialismo americano – de cariz forte e executivo – ou dos imperialismos propugandos por Francisco José na Áustria-Hungria, Guilherme II da Alemanha, ou Victor Emanuel na Itália. Todos estes estadistas foram elogiados nas suas *Crônicas Internacionais*, revelando-se um autor monárquico nessas apreciações. A forma como Portugal preparou a entrada na Primeira Guerra Mundial, enquanto República, ainda que sob os auspícios desejados do aliado britânico preocupava-o, mais pelo novo regime português do que pela inevitável entrada no conflito junto dos parceiros considerados adequados³¹⁵

Ainda antes da republicação das *Chronicas Internacionaes*, a Academia de Ciências de Lisboa dera, a 2 de Junho de 1912, o seu parecer favorável à publicação de um estudo de Roma do Bocage-sócio correspondente da agremiação –, dado à estampa pela referida instituição apenas em 1916, intitulado *Subsídios Para o estudo das Relações Exteriores de Portugal em seguida à Restauração*. O parecer foi assinado por Gama Barros, José Leite de Vasconcelos e Ramos Coelho (relator). Os signatários desta avaliação reconheceram que o maior mérito da investigação de Roma do Bocage se tinha centrado na investigação e análise de documentos existentes em chancelarias estrangeiras, mormente as da França, por forma a não reduzir as Guerras da Restauração a uma luta das Tropas de D. João IV contra Filipe IV, integrando-as no conspecto internacional mais vasto do conflito entre a França e a Casa de Áustria e da Guerra da Sucessão de Espanha. Sem o entendimento deste contexto externo não se procederia à relativização do diferendo luso-castelhano, tido como importante e decisivo mas não isolável de uma dinâmica extensa do qual era devedor.

A palavra deve ser atribuída à comissão de avaliação da obra de Barbosa do Bocage: «A amplitude que o autor [Carlos Roma do Bocage] concedeu às nossas relações com a França, proporcionou-lhe ensejo de avaliar a história nacional á luz da verdadeira critica, como, por exemplo, quando judiciosamente defende a nossa primeira embaixada (a do Monteiro-Mor Francisco de Mello e António Coelho de Carvalho) que prova ter alcançado da Côte de Paris o mais que se podia alcançar, e o que então nos era mais util, ponto em que alguns escriptores contemporaneos dos factos, e mesmo alguns posteriores, manifestaram falso criterio, amesquinhando-a e censurando-a (...). Tratando especialmente da França, como se disse, o Sr. Bocage não deixa de prestar atenção às nossas relações com outros paizes (...). Para levar a cabo a sua interessante obra foi o senhor Bocage mais feliz em França do que em Portugal pelo pequeno numero de publicações diplomaticas que possuímos em

³¹⁵Cfr *Ibid.*

comparação das que conta aquelle paiz (...), mas, apesar d'isso tirou dos poucos meios que lhe proporcionou a litteratura respectiva bom partido, supprindo em parte os documentos que não tinha com a maneira de encarar os factos e avaliá-los, para o que se fiou, sempre que poudes, mais nos documentos do que nas publicações contemporaneas, muita vez indignas de credito»³¹⁶.

Na introdução ao seu trabalho historiográfico, Roma do Bocage lamenta a escassez de estudos coevos à Restauração ou contemporâneos do militar e diplomata. No primeiro caso, cita as obras do Conde de Ericeira, *História de Portugal Restaurado* ou de António Caetano do Amaral, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Da Historiografia de oitocentos destaca os tentâmes de Rebello da Silva, sem esquecer, à entrada do século XX, o esforço de Ramos Coelho. O autor procura agregar o contexto militar europeu à luta seiscentista pela autonomia Portuguesa. Quanto à metodologia utilizada, o futuro colaborador da *Revista de História* admite que se baseia em documentos, procurando deles extrair a verdade histórica, parcelar mas significativa, arredia a exercícios de imaginação affectos à congeminação de hipóteses arriscadas: «Não deixa de ser laborioso, e por vezes desanimador, o processo que seguimos procurando levar até ao fim a rigorosa averiguação dos factos, sem nos deixarmos arrebatados pela imaginação, sem nos atrevermos a formular hipóteses que não pudéssemos apoiar em demonstração segura»³¹⁷.

O militar, cultor de Clio, refere que se baseou sobretudo em documentação patente em arquivos estrangeiros porque, ao contrário desta, a nacional se encontrava desorganizada e por catalogar, inviabilizando aprofundamentos, desejáveis mas inexequíveis. Torna-se curioso verificar que, apesar de Roma do Bocage ter-se eximido a estabelecer relações de causa–efeito entre as relações exteriores de Portugal após a Restauração e a Primeira Guerra Mundial, evitando ler as vésperas da participação portuguesa nesta em função daquelas, certo é que a aliança com a França, estabelecida depois de 1640, se repetiu aquando da criação da liga ocidental e do conflito mundial que se lhe seguiu em 1914. Em 1918, pouco antes de morrer, Roma do Bocage escreveu para a *Revista de História* sobre um assunto militar ocorrido na Idade Média, *O Cartel de desafio do Duque de Bourbon aos Infantes d:Pedro e D. Henrique*, em resposta a um artigo sobre a mesma temática publicado pelo Conde de Tovar no ano anterior. É possível que Bocage se tenha interessado pela questão do cartel quando pesquisava informação no *British Museum* sobre a Restauração. Ali terá encontrado, na mesma ocasião, documentos originais e esclarecedores sobre a posição aquando do confronto militar medieval em apreço. Tal

³¹⁶ Carlos Roma do Bocage – *Subsídios para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração*, vol. 1. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1916, p. 9.

³¹⁷ *Ibid.*, p. 16.

como no trabalho sobre a Restauração, o autor procurou contextualizar internacionalmente o *desafio*, enquadrando-o no seio das lutas internas francesas entre os Duques de Bourbon e da Borgonha, sem esquecer os conflitos externo com a Inglaterra. O interesse do autor pela França volta a ser patente, acusando o Conde de Tovar pela utilização de cópias na respectiva investigação. Lembre-se, a propósito, as reservas de Bocage face à não actuação do Conde no processo da paz de Algeciras em 1906, apesar de lhe reconhecer valor e de nutrir por ele confessada estima pessoal.

No ano em que Roma do Bocage faleceu, regressava o diplomata César de Sousa Mendes do Japão, onde vivera a partir de 1913, debruçando-se sobre essa experiência. Já antes o primeiro nome citado, nas suas *Chronicas Internacionais*, dirigira palavras elogiosas ao Império voltado para o progresso económico, mas respeitador das tradições políticas, existente no país do sol nascente.

César de Sousa Mendes

Origens Sócio-Geográficas

César de Sousa Mendes de Amaral e Abranches nasceu a 18 de Julho de 1885.

Habilitações Académicas

Era Bacharel em Direito.

Percurso profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

César de Sousa Mendes fez a carreira diplomática, tendo sido nomeado cônsul no Pará a 16 de Junho de 1910, aproveitando a experiência entretanto adquirida para gerir interinamente o consulado de Ayamonte a partir de 24 de Fevereiro do ano seguinte. Entretanto, ordenaram-lhe a prestação de serviços na Direcção Geral de Negócios Comerciais e Consulares, tarefa desempenhada desde 12 de Dezembro de 1911. Na sequência do exercício deste cargo, César de Sousa Mendes foi nomeado secretário da legação de Tânger, a 27 de Janeiro de 1912, todavia não tomou posse, dado que foi convidado para assumir função análoga em Madrid. Tomou posse a 17 de Fevereiro e começou a gestão interina do consulado a 4 de Agosto. De Espanha seguiu para Londres a 19 de Abril do ano seguinte, tendo sido encarregue de representar o governo português no V Congresso Internacional para a repressão do tráfico de brancas, que teve início a 26 de Junho de 1913. Entretanto, a 18 de Dezembro, começou uma nova etapa na vida do diplomata, dado que rumou ao continente asiático, desempenhando no Japão as funções de primeiro secretário da

legação e, desde 26 de Junho de 1914 até 14 de Maio de 1918, de encarregado de negócios. Aí assistiu, no desempenho do seu cargo, à entronização do imperador loxiito, ocorrida a 3 de Novembro de 1915³¹⁸.

No dia 9 de Dezembro de 1916, César de Sousa Mendes assinou, em Tóquio, o prólogo da sua obra intitulada *Política Japonesa Imperialismo e Democracia*, na qual as qualidades de historiador se subordinaram às do diplomata, essencialmente apostado em dar a conhecer o Japão onde vivia aos Portugueses. Sobre o seu trabalho de divulgação, o autor diz o seguinte: «Dando-o a público, apenas temos em vista contribuir, ainda que modestamente para tornar conhecido dos nossos concidadãos êste remoto país»³¹⁹. Com este esforço intelectual, Sousa Mendes pretende contribuir no suprimento de outras duas lacunas: a bibliografia sua contemporânea sobre o Japão, apesar de abundante, encontra-se escrita em japonês e em Inglês, centrando-se sobre aspectos relacionados com o desenvolvimento económico, mormente industrial, do país do sol nascente, concretizando-se neste plano específico a europeização desse território do Extremo-Oriente.

Todavia, esse mimetismo face à Europa não se efectivou na política, abordada com novidade pelo diplomata cultor de Clio, na qual se assistiu alegadamente, desde sempre e até à actualidade em causa, à vigência de um Imperialismo patriarcal, teocrático e conservador, mas progressivamente permeável ao constitucionalismo, defensor de certas liberdades. Antes de debruçar-se sobre a organização política do Japão contemporâneo, Sousa Mendes centrou-se nas respectivas origens e na História passada do território, constituído por 4000 ilhas e que sofreu a influência marcante dos pigmeus, da raça Aino – de proveniência duvidosa, habitante da ilha de Lezo – dos mongóis, vindos do Norte, da Coreia e da China e dos malaio do Sul. Para além da questão étnica, o meio geográfico também influenciou a fisionomia nipónica. O clima temperado foi sempre permeável a ciclones e tornados. A dispersão de ilhas levou ao isolamento do Japão, agravado pelas catástrofes naturais,

Para combater estas adversidades, o povo destacou-se pela sua coesão e pela lealdade entre os seus membros. Do ponto de vista político, o poder máximo e executivo cabiam a o Imperador, que não se impunha pela força e era visto como um *pater famílias*, representante de Deus na Terra. Cada família dividia-se em grupos de cinco, tinha um chefe e colocava-se sob protecção imperial. A partir do século VII, o imperador manteve apenas o poder representativo, passando o efectivo para as mão de civis, sacerdotes afectos ao budismo e militares. Com a chegada do século XII, o domínio destes últimos, os xoguns, recrudesceu, tendo regredido com a recuperação

³¹⁸ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 16. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 871.

³¹⁹ César de Sousa Mendes – *Política japonesa: imperialismo e democracia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1917, p. 15.

de poder executivo por parte do Imperador, a partir de 1867 e, sobretudo, desde 1871, altura em que passou a ter conselho consultivo e começou a preparar uma constituição, concluída em 1889, que escutasse o povo e desse prioridade à preparação científica³²⁰.

No momento em que vive no Japão, César Sousa Mendes toma conhecimento das tendências teórico-doutrinárias e ideológicas que, depois de um período de fermentação, coincidente com a Restauração Imperial e suas consequências, começam a enraizar-se irradiar, matizando o conservadorismo do país, sem colocá-lo em risco, mas abrindo nele fissuras de pendor mais liberal. Teóricos como Fucusaua ou Nacamura, defendiam, desde finais de oitocentos, respectivamente, a adopção nipónica do modelo liberal, baseado, no primeiro caso, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração de independência dos Estados Unidos da América. O segundo autor traduziu a obra de Adam Smith *On Liberty*, defendendo ambos os intelectuais as ideias do economista referido, mas também as Bentham ou Rousseau. Mais moderado, o Dr. Cato pedia supervisão e superintendência do Estado. Em 1874, e sobretudo após 1881, quem governava o Império alertou para a necessidade de elaboração de uma constituição, que veio a ser aprovada em finais da década, mas também de um parlamento, projectado para 1890.

A partir desta conjuntura, finissecular congeminaram-se e foram criados três partidos políticos: um primeiro liberal, defensor dos poderes parlamentares; um segundo progressista, que pretendia conciliar o governo ministerial, os poderes representativos centrais do Imperador com o parlamento, e o partido Imperial que tentava reforçar as Incumbências do Imperador. A partir de 1913, subiu ao poder executivo Ocuma, que pretendia governar acima dos partidos, compaginando as ambições parlamentares – que nunca efectivou realmente – com os poderes imperiais. Todavia, se comparado com o Imperador Ito, adepto inequívoco do modelo imperialista germânico, aquele alto dirigente defendia ideias mais e liberais. Em 1915, as forças políticas ante-descritas mudaram de nome, surgindo respectivamente os nacionalistas, os defensores do Imperador e os adeptos de um constitucionalismo imperial e popular. Aquando da entronização do imperador as tensões eram latentes, mas continuava presente na mente e na prática política de todos a necessidade de existência central e tutelar de um *pater família*. Do ponto de vista económico, a europeização forçou ao reconhecimento de soluções políticas diferenciadas, mas assentes na autoridade do líder imperial. Assim, enquanto Ocuma defendia que o desenvolvimento passava pela reforma do sistema fiscal, os seus opositores propugnavam por uma abertura ao estrangeiro baseada em investimentos canalizados

³²⁰ Cfr. *Ibid.*, pp. 20-40.

para obras públicas como portos e Caminhos-de-Ferro. Os proventos económicos destinavam-se ao reforço dos efectivos militares. Todavia, enquanto Ocuma escolheu via moderada nesta matéria, desde 1914, os seus contendores entendiam ser necessário estender o serviço militar a todo o povo. Do ponto de vista de política externa foi tentado um acordo entre forças políticas em meados de Maio.

No seu livro sobre o Japão, Sousa Mendes demonstra simpatia pela conjugação de um Constitucionalismo Liberal com o Imperialismo. Aliás, sublinha que o seu trabalho não é o de um historiador, deixando entrever, nos interstícios das suas afirmações, que utiliza a História para fins diplomáticos que promovam e concretizem um conhecimento do país no qual viveu entre 1913 e 1918, projectando as respectivas relações externas com Portugal. Neste quadro de cooperação internacional inscreve-se o artigo sobre a História portuguesa no Japão, publicado na *Revista de História* em 1920, mas no qual o seu autor principia o seu trabalho pela referência à entronização de Ito em 1915, eximindo-se a descrever e comentar as respectivas incidências ou circunstâncias, dado que esse exercício intelectual ficou consagrado na obra *Política Japonesa*. Depois do regresso a Portugal, Sousa Mendes prestou serviços na Direcção Geral de Negócios Políticos e Diplomáticos, a partir de 14 de Novembro de 1918, passando para a embaixada do Rio de Janeiro no ano seguinte, a 17 de Fevereiro de 1919, onde desempenhou a função de encarregado de negócios desde 1 de Junho até 6 de Dezembro.

Entretanto, no ano em que começou a colaborar com artigos para a *Revista de História*, foi colocado nos Balcãs, a 22 de Junho de 1920, mas não chegou a assumir o cargo, tendo sido encarregue de representar o governo nas cerimónias de tomada de posse do presidente brasileiro Epitáfio Pessoa, ocorridas a 27 de Julho. Sousa Mendes assumiu um lugar na legação de negócios de Berlim a 23 de Outubro do ano citado, aí desempenhando o papel de encarregado de negócios interino. O diplomata percorreu, em escassos anos, três continentes, mudando assiduamente de posto diplomático. De tal modo que tornou-se conselheiro da legação de Helsínquia a 31 de Maio de 1922, como consequência de ter sido nomeado encarregado de negócios na capital finlandesa, cargo que ocupou desde 12 de Maio daquele ano até 28 de Outubro de 1924³²¹.

O autor ainda se encontrava no referido país do Norte da Europa quando foi publicado na *Revista de História*, no primeiro trimestre de 1924, o seu artigo sobre as origens e a natureza da epopeia Kalevala, texto fundador e seminal da identidade Finlandesa.

³²¹ Cfr César de Sousa Mendes, in Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira..., p. 871

Neste trabalho, Sousa Mendes volta a comparecer essencialmente enquanto um diplomata que gostava de divulgar as tradições dos países onde era colocado, colocando-as ao dispor dos portugueses que eventualmente as desconhecassem, utilizando a História como forma de diplomacia cultural e de prolongamento menos formal dos exercícios dos cargos para os quais fora nomeado. A 30 de Novembro do último ano referido, Sousa Mendes regressou a Portugal, passando de imediato para a Direcção-Geral do Gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros. Em seguida, foi nomeado ministro plenipotenciário de 2ª classe e chefe da primeira repartição da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos a 23 de Dezembro de 1926, em plena vigência da Ditadura Militar³²².

O interesse pelas viagens não era um exclusivo do percurso do autor em análise. Manifestavam-no outros cultores de Clio que, sendo igualmente sócios da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, desenvolveram particular gosto pelas matérias e explorações de natureza geográfica. Entre eles avultavam alguns estrangeiros que se apaixonaram por Portugal, como Clements Markham.

Clements Robert Markham

Origem Sócio-Geográfica

Clements Markham nasceu em Stillingfleet (condado de Iorque), em Inglaterra a 20 de Junho de 1830, tendo falecido em Londres, a 30 de Janeiro de 1916, na sequência de ferimentos decorrentes de um incêndio que lhe danificou a habitação³²³. Sobre o local de nascimento do referido autor, o seu biógrafo e amigo íntimo Albert Markham escreve, na biografia que lhe dedica, o seguinte trecho, preciso quanto à localização geográfica de Stillingfleet: «In the East Riding of Yorkshire, on that small tract of land between the rivers Ouse and Derwent (which, flowing almost parallel to each other for a distance of about seventeen miles through the Vale of York, give their name to that particular wapentake), lies the old English village of Stillingfleet. This parish, forming one of the thirteen included in the wapentake, is mentioned in Domesday Book, and the village itself has been in existence since the first Anglian occupation of the country (...). It was to this parish, with its fine old church, that the Rev. David F. Markham was inducted as Vicar in May, 1826. He was the son of William Markham»³²⁴.

³²² *Ibid.*

³²³ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, *Markham (Clemente Roberto)*, vol. 16. Lisboa: Pé de Página Editora, [s.d.], p. 376.

³²⁴ Albert Hastings Markham - *The life of Sir Clements Markham*. Londres: John Murray, 1917, in <http://archive.org/details/lifeofclement00markiala> (acedido em 22 de Abril de 2011).

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Desde cedo, Clements começou a viajar. Integrado na Armada Britânica a partir dos 14 anos, rumou com a Guarda-Marinha à América Latina (do Sul e Central) e à América do Norte. Aportou, respectivamente, no Chile, Brasil, Peru, Sandwich e Califórnia. Estas experiências influenciaram o trajecto deste explorador e Geógrafo Inglês. [³²⁵]

Percurso profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Markham tomou parte no combate realizado aos piratas rifeiros no Mediterrâneo, partindo com um grupo de bravos à procura dos restos da Expedição de Franklin, no ano de 1851. Dois anos volvidos, tornou-se sócio da Sociedade de Geografia de Londres, da qual foi secretário entre 1863 e 1888. Entretanto, de permeio, participou nos serviços secretos britânicos aquando da Guerra da Pérsia e colaborou enquanto geógrafo na Guerra da Abissínia em 1868. Contava, então, 38 anos. O geógrafo tornou-se posteriormente presidente da agremiação ante-citada entre 1893 e 1905.

Francisco de Sousa e Holstein

Origem Sócio-Geográfica

De seu nome completo Domingos Maria do Espírito Santo José Francisco de Paula de Sousa e Holstein Beck, o quinto Duque de Palmela terá nascido a 6 de Julho de 1897 e era moço-fidalgo da casa real, com exercício no paço³²⁶. No entanto, sobre a data de nascimento do aristocrata resistem e impõem-se divergências, dado que o seu futuro cunhado Aires de Ornellas afirma que viera ao mundo a 5 de Setembro de 1871, em Santarém: «(...) D. Francisco de Sousa e Holstein era filho dos primeiros Marqueses de Cezimbra, D. Thomaz de Sousa e Holstein, ultimo filho dos primeiros Duques de Palmella e D. Anna Gonçalves Zarco da Câmara, filha dos primeiros Marqueses, oitavos condes da Ribeira Grande. Nasceu a 5 de Setembro de 1871, em Santarém, onde o seu pae era Governador Civil»³²⁷.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

D. Francisco de Sousa e Holstein concluiu com sucesso os estudos preparatórios no Colégio jesuíta de Campolide. Mais tarde, formou-se em Engenharia Civil na Universidade de Cambridge e cursou matemática em Coimbra, mas não

³²⁵ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, *Markham...*, p. 376.

³²⁶ Sobre este assunto, ver: Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 20, Lisboa, Pé de Página Editora, [s.d.], p. 128

³²⁷ Aires de Ornellas – *Dados biographicos*. In D. Francisco de Souza e Holstein – *Litteratura & História*. Lisboa: Escola Tipographica das Oficinas de S. José, 1929, p. XIX.

chegou a terminar a licenciatura porque começou a padecer dos primeiros sinais da doença que o vitimou.

Percurso profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Embora não tenha concluído, por razões de força maior, alheias à sua vontade, o referido curso de Matemática, nem por isso D. Francisco desistiu, nem se deu por derrotado, vencendo o concurso para professor liceal de letras, carreira que apenas abandonou, em coerência com a sua convicção monárquica, aquando da implantação da República que esteve na génese de um exílio em vários países europeus: «Professou sucessivamente em Braga, Funchal, Leiria, demitindo-se quando o regimen triunfante do 5 de Outubro invadiu a Instrução Pública. Successivamente esteve com a sua família em Itália, Suíça, Belgica e Paris; e no seu regresso ocupou o seu tempo pondo em ordem e catalogando o arquivo da casa Galveias, e depois trabalhando na arrumação e cathalogo da Livraria da Casa Sabugosa. Publicou na *Revista de Historia* alguns notáveis estudos sobre o Conde de Castello Melhor e depois assumiu no *Diário Nacional* e no *Correio da Manhã* a critica litteraria»³²⁸.

A participação no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo efectivou-se no ano de 1916 com um artigo sobre o Conde de Castelo Melhor, no qual a figura do diplomata foi exaltada, conciliando-se a investigação dos documentos de época com alguma permeabilidade aos detalhes da intriga diplomática. Ao escolher este tema específico, Holstein teve ocasião de se debruçar sobre o período histórico da Restauração, propício à demonstração de fulgor patriótico e nacionalista, na linha do reavivar do espírito de cruzada, muito do agrado do aristocrata em causa. Numa homenagem póstuma, o seu amigo João Lúcio de Azevedo - também colaborador da *Revista de História* - deixou escrito o seguinte depoimento, revelador das preferências e das práticas historiográficas evidenciadas por D. Francisco: «Quanto á historia, que lhe era estudo predillecto, os artigos da série *Gente d'* Algo mostram o muito que sabia, o carinho com que investigava as cousas do passado, e como via de alto certos problemas, que requerem ser versados. (...) Tanto basta para justificar recolhessem mãos carinhosas um espolio de outra forma perdido na vida fugaz das gazetas. As notícias históricas são de permanente interesse; nas de critica, os conceitos, exarados por ocasiões certas, não perdem por isso a actualidade»³²⁹.

Na publicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Holstein apenas se dedicou à História, deixando de lado a crítica literária, mas sabe-se quanto as duas actividades eram do agrado do director do periódico, por certo conhecedor do

³²⁸ *Ibid.*

³²⁹ João Lúcio Azevedo – *In Memoriam D. Francisco de Souza e Holstein, op. Cit. idem, ibidem*, pp. XII-XIII.

perfil intelectual do aristocrata em análise, tendo sido sensível a isso na escolha de um artigo dele para publicação. No entanto, apesar de erudito, D. Francisco não se enclausurava, alegadamente, num saber apenas livresco, conforme notou Ayres de Ornellas: «Sendo os livros o seu encanto, o seu saber nada tinha de livresco nem de pedante, antes parecia natural, quase herdado, como o raro conjuncto de dons que o tornaram um dos ultimos representantes daquela nossa fidalguia erudita, por designios especiaes da Providência desaparecida em uma, quando muito duas, gerações (...). Os dons de bom gosto litterario, de afinado bom senso historico e fidalguia do seu pensar, tornaram-no critico, sem preconceito algum de escola (...)»³³⁰.

Apenas dois anos depois de ter colaborado na *Revista de História*, Sousa e Holstein aproveitou a experiência e o balanço com ela adquirido para continuar a publicar notícias históricas, desta vez em jornais lisboetas, entre 1918 e 1924. Desses artigos pode destacar-se a concentração em recensões críticas a livros dos amigos, ampliando, através delas, o estudo estritamente dedicado a acontecimentos históricos, presente no texto sobre o *Conde de Castelo Melhor*, acrescentando ao rigor documental juízos de valor ao jeito da crítica literária. A leitura em pormenor da participação na *Revista de História* revelava já alguma propensão para certo fulgor narrativo de natureza literária, patente na atenção aos pormenores curiosos e portadores de carga vivencial quase romanesca, conciliando-os com o rigor no apuramento dos factos. No Diário Nacional ou no Correio da Manhã, o autor demonstrou fidelidade aos seus amigos, publicitando-lhes as obras, dado que com eles compartilhava a circunstância de serem, muitos deles, sócios da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos.

Do rol dos recenseados faziam parte Edgar Prestage, Aires de Ornelas ou Fidelino de Figueiredo. Esta rede de cumplicidades estendeu-se para além da *Revista de História* mas encarou-a como sede catalisadora de afectos e afinidades. No introito à Recensão sobre os últimos trabalhos de Edgar Prestage, Sousa e Holstein utilizou um conceito de História próprio do aristocrata, que importa reter, por forma a compará-lo com a sua prática historiográfica sobre o conde de Castelo Melhor: «Nada ha, com certeza, que mais importe aos de uma nação, que o conhecimento da própria historia, que só pode ser levado ao cabo pelo estudo das fontes originaes, documentos e correspondencias do tempo. Tudo quanto não for assente em base sólida, vem a dar em devaneios, tanto mais perigosos quanto maior talento litterario tiverem os seus auctores. É o caso, em França, de Michelet, em Portugal de Oliveira Martins, que deram o nome de historia aos romances que as suas imaginações inventaram(...) e, em parte, autorizaram as ineptias monstruosas d'um Theophilo Braga, ou d'um José

³³⁰ Aires de Ornellas – *In Memoriam D. Francisco de Souza e Holstein*, op. Cit. *idem, ibidem*, p. XVIII.

Caldas, que são hoje evangelho para os idolatras da palavra *Republica*. Pois a História, documentada com verdade e methodo, tinha em Portugal a sua tradição bem honrosa e fidalga, desde a Academia Real, fundada por D. João V; e póde dizer-se está hoje reatada a tradição, por um grupo de investigadores conscienciosos, pacientes, cheios só do amor da verdade, pouco conhecidos do grande publico, mas que estão prestando à nossa terra o melhor serviço. D'entre estes, Edgar Prestage é dos de maior valor. Não nasceu em Portugal, mas dedicou por completo a vida ao estudo da nossa historia, empregando nelle as grandes qualidades que tem, de trabalho, perspicacia e bom senso»³³¹.

No entanto, a teoria e a prática historiográfica de Holstein na *Revista de História* revelaram-se, em nosso entender, algo contraditórias, dado que, apesar de documentar a História com verdade e método, e de ter privilegiado as fontes primárias, mormente a correspondência diplomática, o autor cedeu parcialmente, nos seus escritos, à tentação de algum adorno narrativo, menos permeável à metáfora do que o de Oliveira Martins, todavia, igualmente aberto a um tom elegíaco e próprio do panegírico. Contudo, Holstein estava consciente da linhagem tradicional na qual se inscreveu e não desiluiu totalmente no artigo escrito para a *Revista de História*, optando por um estilo menos austero na apresentação dos factos e eximindo-se ao rigor da crítica documental esboçada por Prestage. A admiração de Holstein pelo historiador inglês não deriva apenas ou essencialmente da amizade entre ambos, derivando esta do apreço pela actividade historiográfica do britânico, desde logo debruçada sobre temáticas caras a D. Francisco, relacionadas como século XVII e/ ou a diplomacia da Restauração. Prestage trabalhara sobre D. Francisco Manuel de Mello ou as campanhas diplomáticas desenvolvidas no estrangeiro para reconhecimento da independência de Portugal, em Londres, Paris ou Roma, documentadas na correspondência entre embaixadores nos anos de 1642 a 1646. Note-se que estes assuntos interessavam a Holstein, dado que o Conde de Castelo Melhor servira na primeira das capitais estrangeiras até ser afastado.

O recenseador de Prestage e ele próprio partilhavam uma interpretação semelhante acerca do período da Restauração, considerando a acção diplomática externa mais decisiva na respectiva consolidação do que as guerras intestinas, também importantes, embora menos. Holstein apreciava a suposta Revolução protagonizada por D. João IV, talvez pelo facto de esta não ter partido da iniciativa das camadas populares: «É bom de ver, como no decorrer da historia, sempre que uma Revolução partida das camadas ultimas chega a vencer os homens que vêm ao de cima têm exatamente as mesmas feições. Puritanos de 1648, jacobinos de 1793,

³³¹ D. Francisco Holstein, *Os Últimos Estudos de Edgar Prestage*, op. Cit., *idem, ibidem*, p. 6.

miguelistas de 1828, comunistas de 1871 e democratas d'outros tempos mais chegados, que bem conhecemos, são, tal qual, a mesma gente. Até as petas que acreditam são as mesmas»³³².

Este trecho demonstra quanto as convicções ideológicas do historiador podem ter contribuído para que tenha versado sobre o Conde de Castelo Melhor na *Revista de História*. Mesmo ao analisar temas do passado, o cultor de Clio intromete neles o seu presente e a respectiva atualização. Quando, a 24 de Abril de 1918, Holstein discorreu sobre a obra de Aires Ornelas dedicada ao *Segundo ano da Guerra* [a Primeira Guerra Mundial], alertou para as dificuldades do tipo de História que ele próprio gostava de fazer ao escolher debruçar-se sobre os estudos dos seus amigos: «Contar a historia do presente é por certo tão difficil ou mais do que contar a historia do passado. Foi arte que os Portugueses levantaram ao mais alto, na serie do chronistas, de Fernão Lopes ao conde da Ericeira. Temos nas nossas letras um seguimento da narrativa dos tempos do seculo XIV ao século XVII, d'um valor litterario, como creio que o não há em nenhuma outra literatura. É a tradição continuada por Ayres D'Ornellas, com a sua obra, *História da Guerra d'hoje*, cujo segundo volume foi agora publicado. Mas que diferença de amplidão, de tema, de complexidade de idéas, entre contar a vida e feitos d'um só Rei, ou mesmo as acções dos sós portuguezes na Africa e na Asia, e contar a lucta tremenda d'estes annos últimos em que se póde dizer estar empenhado o mundo inteiro! Para tal emprêsa foi preciso, a par de um conhecimento muito minucioso de certo dos factos, uma intelligencia poderosa o bastante, para saber fazer uma escolha entre a multiplicidade de notícias e acertar com aquelas que são representativas dos efeitos essenciais»³³³.

D. Francisco solidariza-se com uma tradição cronística com origem em Fernão Lopes, da qual se notam reminiscências no seu artigo para a *Revista de História*, mormente no visualismo herdado do autor da Crónica de D. João I ou no apego partilhado à verdade. Todavia, considera o trabalho de Aires D'Ornellas mais complexo, dado que se debruça sobre a actualidade candente da Primeira Guerra Mundial. Holstein louva no seu cunhado a minúcia no rateio dos factos e a inteligência na respectiva selecção. Estas características estão de algum modo patentes, sem a urgência do quotidiano, no texto sobre o Conde de Castelo Melhor, onde a descrição detalhada dos factos não é tão pormenorizada e seca quanto a patenteada por Ornelas, notando-se naquele ainda maior esmero na selecção de acontecimentos presentes na sequência narrativa, ideologicamente mais vincadamente subjectiva.

³³² *Ibid.*, p. 7.

³³³ D. Francisco de Souza Holstein, *Segundo Anno de Guerra Por Ayres d' Ornellas*, op. cit, p. 10.

Acresce que sobre o primeiro conflito à escala mundial, Holstein partilhava a visão filobritânica do seu familiar, solidarizando-se com a entrada de Portugal na Guerra, mas criticando o modo como isso aconteceu: «Que havíamos de entrar nella era fatal, porque temos colonias que queremos conservar e porque somos aliados da Inglaterra. Mas o modo como essa entrada foi feita, descurando as campanhas d'Africa, que foram desastrosas, foi mais do que erro, foi crime»³³⁴.

Na sua recensão-realizada a 30 de Maio de 1918, sobre a *História de António Vieira*, da autoria de João Lúcio de Azevedo, Holstein elogiou a clareza e a imparcialidade do seu amigo e defendeu o respectivo tipo de trabalho biográfico, afastado do panegírico, tido como alvo de crítica, por contraponto a todo o percurso historiográfico de João Lúcio: «Com a publicação d'este segundo tomo, J. Lucio de Azevedo vem pôr remate a uma das obras mais perfeitas e completas de que se poderá ficar orgulhando a litteratura historica portuguesa. Para levar a cabo o conhecimento intimo da vida e genio do grande orador seiscentista, empregou o autor muitos annos de estudo: d'ele são prova os outros livros que, como preliminares à obra principal, deu à estampa nos ultimos anos. São os principaes os das missões dos Jesuitas no Grão Pará, o estudo sobre os cristãos-novos e o da evolução do Sebastianismo, tudo pontos que se prendem intimamente com a vida do Padre António Vieira.(...). É um livro de historia, feito segundo os princípios modernos, tão longe das antigas biographias panegyricas como dos devaneios romanticos, que imaginou fazer a synthese d' uma epoca com três ou quatro traços (...). Tambem por cá tivemos essa escola, e com representantes que ainda hoje é tido muito em conta por alguns (...)»³³⁵.

Mais uma vez se configura uma crítica às sínteses apressadas de Michelet e Oliveira Martins, sem que o respectivo nome seja expressamente veiculado. No seu estudo sobre Castelo Melhor, Holstein desenvolvera um estudo monográfico sobre um aspecto específico da vida do biografado, ao arrepio de generalizações pouco sólidas. Contudo, a sua prática biográfica não o colocou, em nosso entender, a salvo do *panegyrico* que repudiava nas suas considerações teóricas. Acresce que esta obra recenseada e todas as outras da autoria de Lúcio de Azevedo citadas-com a excepção da dedicada ao sebastianismo-foram sendo publicadas na *Revista de História*. Holstein confere um papel axial à biografia de Vieira e informa que se divide em seis capítulos, o primeiro sobre a faceta de religioso, o segundo relativo ao político, o terceiro versando o missionário, o quarto centrado no místico, o quinto alicerçado no perfil do revoltado e o derradeiro voltado para o regresso ao Brasil, coincidente com a

³³⁴ *Ibid.*, p. 11.

³³⁵ Francisco de Sousa Holstein – *História de António Vieira, com factos e documentos novos*. Tomo segundo, por J. Lúcio de Azevedo. op.cit, p. 31.

velhice e a publicação dos Sermões. Holstein concordou com a ideia expressa por Lúcio de Azevedo, segundo a qual Vieira foi melhor pregador do que negociante ou político.

A 11 de Novembro de 1918, Sousa e Holstein elogiou-numa nota muito breve e escassamente pormenorizada- a sinceridade e a exposição da História de uma vida patentes na poesia de um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Cristovam Aires, intitulada *Cinzas Ao Vento*: «Nem o ha-de levar o vento, nem é cinzas este livro que Christovam Ayres diz ser o seu canto do cysne, porque a sua forma despretensiosa transparece sempre a sinceridade, que é a qualidade que mais importa em litteratura»³³⁶.

Quando, a 21 de Maio de 1921 se pronunciou sobre o terceiro volume *Estudos de Litteratura* de Fidelino de Figueiredo, Sousa e Holstein considera-o sobretudo um crítico inovador, preocupado com a génese e filiação das ideias. Ora, aquele aristocrata também desenvolvia actividade crítica, daí a sua afinidade com o director da *Revista de História*, em nome da qual - talvez - este o convidou a escrever no periódico. A retribuição deste gesto surgiu sob a forma de elogio: «Fidelino de Figueiredo é sobretudo um critico; o principal ponto de vista que o guia é o da génese e filiação das ideias, pelo decorrer dos tempos. É cousa nova na litteratura portugueza. A Historia de Mendes dos Remédios é muitissimo bem feita, mas porque destinada ao ensino de creanças, bastante resumida. A de Theophilo Braga não é mais do que um amontoado gigantesco, mas informe, de apontamentos para a vida dos escriptores; e os documentos que apresenta nem sempre são de confiança. Ideias não tem, a não ser que se chame ideia a um gasto jacobinismo tacanho e casmurro, que já hoje não tem curso em parte nenhuma»³³⁷.

No entender de Holstein, Fidelino seguiu o modelo de Brunetiére, decisão considerada implicitamente acertada. O aristocrata só não concorda como destaque dado pelo secretário da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos a Menéndez y Pelayo nos seus estudos, dado que o castelhano procuraria, alegadamente, anexar a literatura portuguesa à espanhola, facto como qual Holstein se encontrava frontalmente em desacordo.

Ao contrário de Fidelino de Figueiredo- que possuía alguma simpatia pelo iberismo cultural, sem a ele aderir, apenas na vertente de intercâmbio cultural entre Espanha e Portugal, mas respeitador da autonomia de ambos os países - Sousa e Holstein apenas admita certa *anexação* da cultura portuguesa no âmbito das

³³⁶ D. Francisco de Sousa e Holstein, *Cinzas ao Vento*, por Christovam Aires-Rosário, de *Ilusão por João do Rio-Tantalo*, sonetos de Américo Durão, com Prefácio de Leonardo Coimbra, op.cit, p. 107

³³⁷ Francisco de Sousa e Holstein – *Estudos de Litteratura*, Terceira série, por Fidelino de Figueiredo, Livraria Clássica Editora, Lisboa-Milagres de Portugal, por Sousa Costa, Portugal-Brasil Limitada, Lisboa - A Expição, por Manuel Rubeiro, Secção Editorial da «Batalha», p. 113.

actividades teatrais, salvaguardando uma postura de defesa da identidade portuguesa, independente em todos os âmbitos da cultura, e nos outros ramos de actividade social, económica, política. Defendia, inclusive, a vigência, desde o século XVI, e após o concílio de Trento, de um catolicismo regulador e regenerador dos vícios do clero, com vista à reforma dos seus costumes e à restituição da respectiva pureza doutrinária, pastoral e disciplinar. Deste modo, Holstein admirou a actividade cultural de D. Manuel e D. João III, que contribuíram muito para a reforma da igreja católica, que se terá mantido incólume aos ímpetus e apelos exteriores provindos do erasmismo. Analisamos, em seguida, o percurso de um historiador que, como o aristocrata sobre o qual nos temos vindo a debruçar também se interessou sobre as origens de Portugal. Trata-se de Damião Peres.

Damião Peres

Origem Sócio-Geográfica

Damião Peres nasceu em Lisboa a 8 de Julho de 1889.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Damião Peres completou o Curso Superior de Letras e licenciou-se em Letras pelas Universidades do Porto e de Coimbra³³⁸

Percurso profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Depois da sua formação universitária, Damião Peres ficou habilitado a leccionar no ensino médio. Assim, foi professor e Reitor do Liceu do Funchal entre 1912 e 1915. Enquanto se encontrava ainda nessa instituição, mormente no derradeiro ano da sua estadia, deu-se a publicação, na *Revista de História*, de um artigo seu, intitulado *Portugal e o Scisma*, no qual analisou o posicionamento tendencialmente dominador do poder político no século XIII português sobre a esfera cindida do espiritual, dando corpo a uma tendência que começara com D. Afonso II, continuara no tempo de D. Dinis e de D. Pedro que, através do Beneplácito Beneplácito Régio, impôs-se à Igreja, fiscalizando as respectivas leis. Nota-se em Damião Peres alguma contida nostalgia dos primeiros tempos da Monarquia Portuguesa, durante os quais o poder eclesiástico era forte e fazia valer as suas aspirações. Ainda no ano de 1915, o autor mudou de residência, ensinando até 1919, no Liceu Gil Vicente de Lisboa. Nesse ano, voltou a alterar-se a sua vida profissional, dado que foi convidado para leccionar no ensino universitário, na recém-criada Faculdade de Letras do Porto, onde permaneceu até 1930. A anteceder essa experiência, fez um périplo pela Suíça,

³³⁸ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 21. Lisboa: Pé de Página Editora, [s.d.], p. 241.

França e Espanha, para perceber como se processava o ensino liceal de geografia nessas paragens, eventualmente para adaptar as respectivas incidências à realidade portuguesa.

No ensino universitário, o perfil do professor foi o seguinte: «Na Faculdade de Letras do Porto, Damião Peres desempenhou funções como professor contratado do 4.º Grupo (Ciências Históricas). Findo o contrato de dois anos, foi reconduzido pelo Governo na qualidade de professor ordinário (professor catedrático depois da Reforma de 1926), tendo regido as cadeiras de Propedêutica Histórica, História de Portugal, História dos Descobrimentos e Colonização Portuguesa, História Geral da Civilização, Numismática e Esfragística, Epigrafia, Paleografia, Diplomática e História das Religiões. Entre Janeiro de 1920 e Julho de 1926 desempenhou as funções de Secretário da Faculdade, cargo para o qual foi eleito pelo respectivo Conselho Escolar. Durante a segunda passagem de Leonardo Coimbra pelo Ministério da Instrução Pública (1925 a 1927), Damião Peres exerceu as funções de Chefe de Gabinete do Ministro durante um curto período de tempo. Desde 1922 que Damião Peres se destacou como impulsionador da promoção científica das Ciências Humanas e Sociais na Universidade do Porto. Nesse ano fundou o Museu de Arqueologia Histórica, anexo à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cuja direcção assumiu durante a sua breve existência. Um pouco mais tarde iniciou a publicação da "*Revista de Estudos Históricos*" (1924-1926) e, em 1925, obteve a anuência para a criação do Instituto de Investigação Histórica da Universidade do Porto, destinado à orientação e difusão dos trabalhos de investigação científica no âmbito das Ciências Históricas, de que foi director. Em 1925 assumiu a direcção do Arquivo Histórico da Cidade do Porto, cargo que exerceu durante a sua estadia na cidade»³³⁹.

A carreira profissional e académica de Damião Peres continuou a desenvolver-se, de tal forma que: «Entretanto, a 12 de Fevereiro de 1926, por decisão do Conselho Escolar da Faculdade de Letras do Porto, foi-lhe conferido o grau de Doutor em Letras – Ciências Históricas. Posteriormente, foi nomeado director desta Faculdade, entre 1926 e 1930. Após a promulgação do Decreto n.º 15 365, de 12 de Abril de 1928, que decretou a extinção da Faculdade de Letras na Universidade do Porto, passou a exercer funções no Liceu Rodrigues de Freitas, onde leccionou até 28 de Fevereiro de 1930»³⁴⁰. Numa área de estudos diversa da cultivada por Damião Peres, salientou-se David Lopes, alguns anos mais velho, que era professor do Curso Superior de Letras na mesma altura me que Peres aí era aluno.

³³⁹ *Ibid.*

³⁴⁰ AAVV, Damião António Peres, *in* Docentes e Estudantes da Primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto, http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004203 (acedido em 30 de Abril de 2009).

David de Melo Lopes

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Nesperal, concelho da Sertã, em 7 de Abril de 1867 e faleceu em Lisboa, em 3 de Fevereiro de 1942

Formação Profissional e Habilitações Académicas

David Lopes mudou-se para Lisboa para aí frequentar o ensino secundário, tendo em seguida saído do país e rumado a Paris, influenciado pelas leituras que fizera de Alexandre Herculano e que lhe despertaram o interesse pela cultura árabe e pelas línguas orientais. Na capital francesa frequentou a Escola de Línguas Orientais e a Escola de Altos Estudos, onde aprendeu a investigar na área da Filologia. Para complementar a sua formação regressou a Lisboa, matriculando-se no Curso Superior de Letras, do qual foi aluno entre 1892 e 1895.

Percurso profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

No ano seguinte, terminado o seu curso, David Lopes passou a dar aulas de francês no ensino liceal, língua que conhecia bem, possuindo uma expressão oral correcta. Em 1901, as suas qualidades como docente podem ter despertado o interesse dos responsáveis pela escola na qual se formara. Estes formalizaram o convite para que Lopes se tornasse professor do Curso Superior de Letras. Assim aconteceu e o autor ocupou-se da cadeira de Língua e Literatura Francesa. Entretanto, a percepção acerca da personalidade e do perfil intelectual do filólogo pode formar-se por via directa, mas também indirecta, através da análise de alguma da correspondência passiva que lhe foi dirigida. Interessa-nos, sobretudo, a expedida por eruditos que estiveram ligados, de modo imediato, ou de forma implícita, à criação da Sociedade Nacional de História, nomeadamente, um dos seus fundadores, Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda e aquele que viria a ser secretário da Instituição, Fidelino de Figueiredo. Através destas missivas compreende-se algum do ambiente que esteve na génese da referida instituição. O primeiro erudito, reconhecendo o estatuto e a importância de David Lopes, começou por interpelá-lo a 14 de Fevereiro de 1903 para lhe pedir que lhe arranjasse e enviasse um livro do escritor e investigador Donald Fergusson que, em 1902, escrevera sobre os cativos portugueses em Cantão e era amigo do filólogo português.

A 15 de Maio do ano seguinte, Cristóvão Ayres procurou capitalizar outra vertente de David Lopes, pedindo-lhe o fornecimento de um rol de contactos institucionais e pessoais aos quais o militar pudesse ofertar e dar a conhecer as suas *Memórias* sobre Fernão Mendes Pinto, recém-elaboradas. Tentou ainda aproveitar o

papel de mediador do arabista como catalisador de uma rede de conhecimentos: «Tambm ponho à sua disposição alguns exemplares, se assim o deseja³⁴¹.

Ainda antes de novo contacto de Cristóvão Aires foi a vez de Fidelino de Figueiredo dirigir-se a David Lopes. No dia 12 de Setembro de 1907 agradeceu a simpatia e indulgência do mestre para com uma obra sua, claramente de juventude, intitulada *Os Humildes*, devotada à expressão de estados de alma de forma imatura. Em seguida, Figueiredo lamentou o facto de David Lopes não ter sido seu professor no Curso Superior de Letras que se encontrava a terminar, antevendo o futuro. Informa o mestre de que se candidatará a uma vaga de professor de Português Francês em Lisboa. Implicitamente parece convocar a influência do especialista nessas ares caso dela necessitar, embora Fidelino tivesse a consciência de que isso não seria preciso, dado que o seu principal concorrente para a vaga ficara em Bragança. A terminar a epistola, Fidelino parece estimular os conhecimentos de David Lopes em Literatura Portuguesa, aguçando-lhe o apetite para a sua *História da Crítica Literária* em fase de construção, denunciando o presumível interesse do mestre sobre essa matéria.

Em 8 de Outubro de 1909, Fidelino volta a concitar o suporte intelectual de David Lopes e a reconhecer o seu peso no Curso Superior de Letras e junto das mais altas instâncias do governo do país ao nível da Instrução, solicitando os seus préstimos, de modo subtil e sub-reptício, caso a eles tivesse que recorrer, uma vez que os estudantes, que Fidelino representava, contribuíram para a desaprovação de uma portaria ministerial. Figueiredo, activo no processo, viu o seu nome dois dias depois nos jornais, e assustou-se, dando disso conta ao filólogo docente do Curso Superior de Letras. Em 1914, David Lopes passou a leccionar a cadeira de língua e cultura árabe -criada no ano anterior - na Faculdade de Letras de Lisboa, até 1937, ano da sua aposentação. Entretanto, dentro dos limites do lapso temporal apontado, acumulou as funções docentes com outras, decorrentes do exercício de cargos, por vezes em substituição de amigos, fazendo-lhes um favor em nome da ligação que os unia.

No ano de 1924, Cristóvão Aires era secretário da Academia de Ciências de Lisboa e pediu ao seu consócio que ocupasse o seu lugar enquanto estivesse ausente. O filólogo assentiu e assim fez, mas sentiu-se desagradado pelo ambiente que encontrou e terá querido desistir da sua tarefa, dado que nas sessões da instituição haveria líricos e retóricos que se manifestavam e obtinham apoios consideráveis, contra os quais David Lopes se situava, indiciando esta circunstância

³⁴¹ Christovão Ayres – *Cartas dirigidas a David Lopes*, comp. e anot. João Pedro Machado. Lisboa: Revista de Portugal, 1973, p. 208.

que seria partidário de uma forma mais objectiva e circunspecta de expressão da actividade intelectual, longe de alaridos e polémicas inconsequentes. A 10 de Dezembro de 1924, Cristóvão Aires pediu-lhe que aguentasse até ao seu regresso, apesar de se encontrar melindrado com o que estava a passar. Um pouco menos austero na actividade científica, Edgar Prestage também defendia o rigor na pesquisa documental.

Edgar Prestage

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Manchester ao 20 de Julho de 1869. Era filho do advogado John Eduard Prestage e de Elisabeth Rose, ambos de High Wycombe, no condado de Bucks³⁴².

Formação Profissional e Habilitações Académicas³⁴³

Edgar Prestage fez os estudos primários e preparatórios na *Public School* de Radley e na Universidade de Oxford, onde, entre 1887 e 1891, cursou História Moderna. Finda a licenciatura, sentiu a necessidade de continuar com a profissão e o escritório do pai, negócio de família que convinha perpetuar nas suas mãos. Para esse efeito, e sem perder tempo, matriculou-se no curso nocturno de Direito, na Universidade da sua terra natal, logo em 1892, já que durante o dia trabalhava com o progenitor e ia ganhando conhecimentos práticos na firma da qual o velho John Eduard era sócio, a Allen & Prestage.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Contudo, Edgar não parecia estar completamente satisfeito, nem sentir-se preenchido com esta actividade laboral, que lhe absorvia os dias numa cidade industrial, pesada e sombria, complementando-a com artigos de teor cultural para revistas britânicas, como a *Academy*, que lhe permitiam manter viva, ainda que em plano secundário, a sua veia humanística, decorrente da formação académica inicialmente obtida.

Conforme Edgar Prestage deixou testemunhado nas suas *Notas Auto-biográficas*: «De 1893 a 1907 eu era advogado em Manchester, e se não perdi o amor das letras no meio comercial daquela cidade de fabricas e chaminés fumegantes,

³⁴² Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira

³⁴³ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 23. Lisboa: Página Editora, [s.d.], pp. 205-206.

devo-o em grande parte ao estímulo do novo amigo que Deus me mandou, Jaime Batalha Reis»³⁴⁴.

Jaime Batalha Reis era, em 1893, Cônsul de Portugal em Inglaterra, destacara-se na defesa dos interesses colónias Portugueses em África e esforçava-se por divulgar a cultura portuguesa em Inglaterra, como forma de aperfeiçoamento e alargamento da sua actividade diplomática, para lá dos seus limites oficiais e burocráticos. A 2 de Novembro de 1893, encetou correspondência com o intelectual britânico.

Teresa Pinto Coelho descreve este primeiro contacto: «O motivo da missiva reside no facto de Batalha Reis ter encontrado na revista *Academy* um artigo de Prestage sobre o desconhecimento da literatura portuguesa em Inglaterra, «English Neglect of Portuguese Literature». Assim como a tradução de alguns sonetos de Antero. Batalha Reis apresenta-se como amigo do poeta e salienta o prazer que teria em corresponder-se com Prestage, já que partilham os mesmos interesses. A resposta não se fez esperar. Dois dias depois, Prestage escreve a Batalha Reis, dizendo-lhe que lhe envia a sua versão de *Na Morte de Antero*, de Joaquim de Araújo, assim como a tradução do soneto que Antero havia dedicado a Batalha Reis, acrescentando que prepara a tradução de cinquenta ou sessenta dos *Sonetos Completos Anterianos*»³⁴⁵.

As cartas referidas marcaram o arranque de uma forte amizade, solidificada em torno de interesses comuns e partilhados pela Literatura e Cultura portuguesas. Prestage estava ávido de saber mais sobre elas e Batalha Reis viu nele alguém a quem podia transmitir os seus conhecimentos e o respectivo amor sobre a matéria respeitante ao país onde nascera e do qual se encontrava fisicamente afastado, devido a afazeres diplomáticos. O período mais intenso e frutífero de troca de correspondência entre as duas personalidades situou-se entre 1893 e 1898, podendo contabilizar-se cerca de 200 missivas no decurso desse lapso temporal. O segundo ponto alto do referido intercâmbio foi bastante menos pródigo, plasmando-se o diálogo em análise ao longo de 59 cartas e ocorreu entre 1904 e 1906. Note-se que entre 1898 e 1904 verificara-se uma considerável diminuição de contacto entre o historiador britânico e o cônsul português, eventualmente devido ao facto de aquele ter deixado de frequentar, devido ao seu trabalho como advogado, o *Manchester Literary Club*, que o mantinha a par de novidades culturais, mormente as de natureza literária, propiciando o aumento de contactos com outros intelectuais.

No decurso do quarto ano do século XX, a actividade no referido clube foi retomada por Prestage, e com ela restabeleceu-se a regularidade nos contactos com

³⁴⁴ Edgar Prestage – Notas auto-biográficas. In *O Instituto*, n.º 66. Coimbra, 1919, pp. 174-175.

³⁴⁵ Teresa Pinto Coelho-A *agulha de Cleópatara* Jaime Batalha Reis e as relações diplomáticas e culturais luso-britânicas, Lisboa: Cosmos, Outubro de 2000, p.64.

Batalha Reis. Todavia, esta estabilidade na correspondência foi momentânea, revelando-se, uma vez mais, transitória e instável, tendo sido afectada pelo casamento do estudioso inglês-corria o ano de 1907-com Cristina Crespo, filha dos escritores portugueses, Gonçalves Crespo e Mara Amélia Vaz de Carvalho, intelectuais respeitados que passaram a cumprir na vida do genro o papel de facilitadores da entrada e da permanência deste no meio intelectual portuguesa e nomeadamente lisboeta.

Esta era a tarefa até então cumprida por Batalha Reis, que deixou de ser nela tão imprescindível como fora entre 1895 e 1904, conforme descreve Teresa Pinto Coelho: «As cartas aqui reunidas mostram que sobretudo nos primeiros tempos de actividade de Prestage como tradutor, os dois se correspondiam com regularidade e que Batalha Reis frequentemente recebia Prestage em sua casa com agrado, passando este a ser um amigo da família, e que apesar de ter muito que fazer, o cônsul português procurava sempre satisfazer os múltiplos pedidos de Prestage, o que nem sempre é reconhecido por este. Para além disso, é através de Batalha Reis que Prestage renova e amplia os seus contactos sociais em Portugal. Como mostram as cartas datadas de 11 de Outubro de 1895 (XI) e de 5 de Outubro de 1904 (LXVII), aquando das visitas de Prestage a Portugal, Batalha Reis dá-lhe cartas de recomendação para muitos dos seus amigos assim como para variadas figuras do mundo cultural da época, a que Prestage não teria facilmente acesso e que se apressa a visitar. A partir de então começa a estabelecer uma rede de contactos que se revelaria imprescindível no prosseguimento dos seus trabalhos»³⁴⁶.

Após o matrimónio, Prestage fixou residência em Portugal, ampliando, por via dos sogros, a rede de contactos que Batalha Reis iniciara. Convém recuar um pouco no tempo, e tentar perceber a génese da curiosidade do tradutor inglês pelo país estrangeiro no qual viria a residir. Na senda do inquérito desenvolvido por Teresa Pinto Coelho, solidarizamo-nos com as inquietações às quais procurou dar resposta: «Poderemos interrogar-nos sobre as razões que terão levado Prestage a interessar-se por Portugal. Ele próprio no-lo explica quer em reminiscências quer nas suas Notas». Nas palavras de Prestage teriam sido as viagens marítimas dos Portugueses, sobretudo a descoberta do caminho marítimo para a Índia, que, correspondendo a um determinado imaginário de aventura, alimentado pelas Histórias infanto-juvenis produzidas na Inglaterra victoriana, haviam despertado o seu interesse por Portugal e a sua Literatura. Prestage era um rapaz do seu tempo. A literatura do império produzida na época em Inglaterra, com protagonistas que se distinguiam nos seus combates e aventuras além-mar apregoando a ideologia colonial, combinada e

³⁴⁶ *Ibid.* p.68.

complementada pela *public school* (Prestage fora aluno em Radley), não deixava de inflamar a imaginação dos jovens do final do século, que sonhavam com mundos de heroísmo e aventura». ³⁴⁷

Este entusiasmo de Prestage cresceu, ainda na escola, através da leitura de uma das traduções inglesas de *Os Lusíadas* de Luís de Camões, efectuada por Aubertin, e publica em 1878. Acresce que o interesse pelo poeta português foi ainda mais alimentado na Universidade em Oxford pelas aulas de História leccionadas por Frederick York Powell, grande admirador da escrita camoniana: «O interesse de Prestage por Camões continuaria nos seus tempos de Universidade onde a influência do professor de História, Frederick York Powell seria determinante. Powell era, ele próprio, um entusiasta de Portugal como se vê pelos seus escritos que incluem um Soneto a Camões datado de 9 de Abril de 1890» ³⁴⁸.

Recuemos ao *Ultimato Inglês* a Portugal. Prestage visitou o nosso país. Esteve, entre outros locais, em Lisboa, Sintra, Alcobaça, Coimbra e Porto. Na penúltima localidade citada sentiu a hostilidade dos portugueses pelo facto de ser oriundo de Inglaterra, apesar de se ter associado à petição dos revoltosos contra a coroa do seu próprio país, contribuindo para subvencioná-la.

A estadia de Edgar Prestage em Portugal foi muito proveitosa num outro plano, já que aqui conheceu Oliveira Martins, que se dispôs a redigir uma carta de apresentação a Teófilo Braga. Todavia, esta diligência não pôde concretizar-se no imediato e o tradutor inglês esperou por melhor oportunidade, tendo-se dirigido por carta a Teófilo no dia 19 de Maio de 1892. Esta missiva abriu caminho a uma correspondência vasta com aquele escritor micaelense e com outras personalidades açorianas, como Alice Moderno, que viria a contrair matrimónio com Joaquim de Araújo. Na primeira carta a Teófilo Braga, Prestage dá-lhe conta do seu enorme interesse pela literatura portuguesa, plasmado na tradução e no estudo da obra e biografia de D. Francisco Manuel de Melo, nomeadamente, entre outros títulos, do *Guia de Casados*, vertido pela primeira vez para inglês por John Stevens, em 1697.

Prestage procurava capitalizar o apoio e a influência de Teófilo Braga, do qual lera a respectiva *História da Literatura Portuguesa*, para realizar a empreitada intelectual de monta dedicada àquele escritor seiscentista, desenvolvendo ainda esforços para que alguém custeasse a ida à Torre do Tombo para pesquisar um manuscrito inédito da autoria de D. Francisco. A segunda carta dirigida por Prestage ao poeta micaelense foi escrita a 12 de Setembro de 1892, na qual noticiou que estava a ultimar a tradução de sessenta e quatro sonetos de Antero de Quental para inglês,

³⁴⁷ *Ibid.* p.73.

³⁴⁸ *Ibid.* p.68.

esperando com isso alegrar e entusiasmar o amigo Braga. Enviou-lhe, para sensibilizá-lo, a tradução de *Na Morte de Antero*, da autoria de Joaquim Araújo. Este pediu a Prestage o envio de um exemplar à noiva, certamente para impressionar Alice Moderno. Prestage dirigiu-se em missiva à literata no dia 18 de Setembro, confirmando-lhe a oferta da tradução de *Na Morte de Antero*³⁴⁹.

Em 1893, Prestage começou a corresponder-se com Batalha Reis e publicou a tradução das cartas de Mariana Alcoforado, movido provavelmente pelo teor religioso destas, que muito tocou um recém-convertido ao catolicismo, tal como a sua mãe, no ano de 1886. Por outro lado, actividade de tradutor do britânico continuou a prosperar, dedicando-se, no prefácio à tradução dos sonetos de Antero, a considerar este último um dos mais relevantes poetas portugueses contemporâneos, de par com Garrett e João de Deus, este provavelmente admirado, dentre outros aspectos, pelo catolicismo devoto que emanava de alguma da sua lírica. Batalha Reis insistiu em acrescentar o nome de Guerra Junqueiro com força decorrente de convicção profunda.

Todavia, apesar de ter acolhido racionalmente o conselho do mestre português, nunca Prestage interiorizou essa escolha, eximindo-se a aderir intimamente a poemas como *A Morte de D. João*, incluído no livro *Pátria* ou *A Velhice do Padre Eterno*, talvez pelo facto de ter considerado ambos os textos anticlericais e panteístas. Ao contrário do seu amigo, Batalha Reis muito admirava Junqueiro, e tentou, em vão, durante o ano de 1894, que este se correspondesse com Prestage que, apesar de tudo, e por cortesia para com o cônsul, a isso estava disposto.

Eduardo Burnay

Origem Sócio-Geográfica

Eduardo Burnay era filho do médico Henrique Burnay e de D. Lambertina Forgueur Burnay. Nasceu em Lisboa em 3 de Julho de 1853 e faleceu, aos 71 anos, em 8 de Dezembro de 1924³⁵⁰.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Eduardo Burnay licenciou-se em Medicina e tornou-se bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra.

Percurso profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Burnay foi nomeado em 1883 lente de zoologia na Escola Politécnica de Lisboa e facultativo extraordinário do Hospital de S. José dois anos volvidos. No entanto, o

³⁴⁹ Maria da Conceição Vilhena – Edgar Prestage e os escritores açorianos. In *Revista Arquipélago*, número especial. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1988, pp. 252-253.

³⁵⁰ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 5 [BRAG-CARR], Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 211.

concurso para o lugar naquela escola lisboeta tinha aberto três anos antes e o autor em estudo concorrera com uma dissertação que lhe permitiu a vitória, intitulada *Da craneologia como base da classificação antropológica*. Este trabalho suscitou reacções e gerou controvérsia, ultrapassando o estrito âmbito da discussão universitária e ancorando-se nas páginas dos jornais. Segundo Carlos Almaça: «Durante o ano de 1881 pôde seguir-se no Jornal «Comércio de Portugal» uma interessante série de artigos assinados por Eduardo Burnay e publicados de 27 de Agosto a 4 de Dezembro, sob o título global de «Uma controvérsia antropológica». Tratou-se da resposta ao comentário crítico de Oliveira Martins a uma dissertação de Burnay, publicado no mesmo ano em apêndice à segunda edição de «Elementos de Antropologia (História natural do Homem)». A elevação do debate e o seu interesse histórico-científico, tanto maior quanto é certo que a Antropologia apenas despontava em Portugal, merecem uma referência particular»³⁵¹.

Esta controvérsia científica enquadra-se nos primeiros tempos da Antropologia enquanto disciplina científica em Portugal, para cujo desenvolvimento contribuíram os dois contendores. Antes de entrar na questão que dirimiram, convém perceber que o processo de autonomização disciplinar em curso teve antecedentes desde o dealbar do Renascimento, época na qual a Antropologia se ocupava do espírito e do corpo humano, deixando depois este em detrimento daquele, para voltar, no século XVIII, à consignação de ambos, através dos esforços taxonómicos de Lineu (que colocou o Homem no grupo dos mamíferos-); o seu continuador Buffon (que se dedicou ao estudo da História Natural do Homem, descrevendo num volume o *Musée d'Histoire Naturelle de Paris*) e Blumenbach, que comparou o homem com outros mamíferos, tendo procedido à distinção entre *Bímanos* e *Quadrúmanos*. Este último estudioso foi o fundador da Antropologia Física e iniciador da Craniologia na qual se inscrevia a dissertação de Eduardo Burnay em vertente análise.

Antes de procedermos à compreensão deste estudo e das respectivas implicações importa perceber que desde a Antropologia Clássica havia duas linhas de estudo dominantes neste âmbito.

A primeira centrava-se na pesquisa de causas próximas de evolução de humanidade, privilegiando a descrição das respectivas estruturas orgânicas, enquanto a segunda focou-se na diacronia da História natural, fixando-se nas respectivas causas últimas e numa via etnológica. Após o século XVII, a primeira linha foi sendo posta de lado, em detrimento da segunda, favorecendo-se o afastamento progressivo da Antropologia face à Medicina e a aproximação à Pré-História. Esta abordagem considerava diferenças culturais resultantes das biológicas.

³⁵¹ Carlos Almaça – *Uma controvérsia antropológica de 1881*. Lisboa: Museu Natural de História Natural, 1995, p. 5.

A especialização da biologia na segunda metade do século XIX condicionou a Antropologia que optou pela junção das duas perspectivas ante-citadas, concretizando um sincretismo entre ambas, propugnado por Broca e Topinard, cultores da interpenetração entre a interpretação biológica e a etnológica, cruzando a Antropologia Física com os primórdios incipientes da Cultural.

Eduardo Burnay terá seguido a lição dos mestres franceses no seu trabalho sobre craniologia, embora pendendo para a Biologia. Terá sido, no entender de Carlos Almaça, o primeiro dos evolucionistas portugueses – asserção discutível –, compaginando um Darwinismo inicial com um Lamarckismo por intermédio da leitura deste realizada por Haeckel, favorável ao paralelismo morfológico e craniológico defendidos por Lamarck. O primeiro assentava na consideração em paralelo das séries zoológica, paleontológica e ontológica, enquanto o segundo considerava o homem e o crânio humano como o elo último e mais perfeito da Zoologia. A perspectiva de Burnay sobre esta matéria inscreve-se nesta linha, deixando de lado o fixismo de Cuvier, contrário a uma tendência para a defesa da perfectibilidade da evolução. Nesta medida, o futuro colaborador da *Revista de História* postergou três dos quatro critérios próprios da perspectiva fixista na sua análise acerca do crânio humano, perfilhando apenas o último. Quanto aos aspectos rejeitados são os seguintes: «a filiação primitiva comum e exclusiva, por não ter verificação possível; a reprodutibilidade morfológica indefinida, pela variabilidade existente no seio das espécies; e a esterilidade das alianças heteromorfos, por se conhecerem os híbridos interespecíficos»³⁵².

Burnay aceita, todavia, a semelhança morfológica como bom critério específico, considerando que a raça deve ser entendida como uma espécie que começa, destacando a inteligência humana como factor distintivo face a outras espécies. Burnay estima o estudo do crânio como o elemento mais importante a ter em conta em Antropotaxia, tomando-o como mais relevante do que a cor da pele ou os pêlos. Encara os crânios como peças mais resistentes e significativas para conhecer as formas humanas pré-históricas.

Pelo contrário, Oliveira Martins desvaloriza as investigações e minuciosas em torno das medidas, das formas e dos volumes do crânio, considerando que a evolução da raça resulta melhor explicada pelo recurso a factores morais e sociais, justificando-a através da valorização da pregnância da força imanente e da lei da continuidade de Leibniz, entendendo que a perfectibilidade na natureza atinge-se pela via de um progresso assente numa genealogia cultural que não traduzia a evolução biológica. Burnay contrapôs o seu monismo e materialismo de base biológica à ideia de

³⁵² *Ibid.*, p. 11

progresso defendida pelo seu contendor e defendeu os princípios da adaptação e da variabilidade, inerentes à selecção natural.

Paralelamente, Burnay continuou a sua carreira como médico substituto da Misericórdia de Lisboa, tornando-se chefe da *Administração Geral dos Tabacos e delegado de saúde de Lisboa*³⁵³.

Em 1886, por nomeação superior, acompanhou os doentes que se dirigiram ao Instituto Pasteur para serem tratados à raiva pelo método inovador posto em prática pelo patrono da referida instituição. Entretanto, não abandonou a sua carreira universitária e assumiu o cargo de lente de Química, regendo as cadeiras de Química Mineral e Orgânica na Escola Politécnica para as quais transitou em 1890. No entanto, o autor nunca deixou de se interessar pelo publicismo, pela divulgação da ciência e por actividades culturais mais amplas. Nessa medida, dirigiu a orientação política do Jornal no qual debatera com Oliveira Martins. Fez-se sócio da Academia de Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Na primeira fez o elogio de Agostinho Lourenço e na segunda realizou, em 1903, o elogio do seu mestre José Vicente Barbosa do Bocage, também louvado por Baltasar Osório. No mesmo ano, enquanto deputado da nação, interessado por questões de política educativa, segundo Burnay redigira uma proposta de *Bases para a reorganização do ensino secundário* apresentadas em sessão de 14 de Janeiro³⁵⁴.

Nesta proposta, o deputado Burnay dirige-se contra a lei em vigor, considerando-a demasiado radical e ofensiva face a uma desejável liberdade de ensino, que pretendia que assentasse na livre concorrência entre o ensino secundário público e o privado. As críticas de Burnay dirigiram-se contra o carácter alegadamente dispendioso dos cursos em vigor, não aceitando o fecho dos cursos superiores para os quais o ensino secundário deveria funcionar – em seu entender – como necessária plataforma preparatória. Por outro lado, atacou a ausência de noções gerais orientadoras do ensino mediano, até então desligado das exigências utilitárias da vida e da Educação Física e portador de uma fisionomia demasiado clássica que favorecia a acumulação e dispersão de disciplinas e o ensino discutível das línguas vivas. Burnay não entendia a obrigatoriedade do Alemão e a consequente exclusão do Inglês. Por outro lado, criticava a existência de programas excessivamente sobrecarregados de matéria e pouco promotores da ligação entre o ensino primário e o superior. Burnay bateu-se por um regime não exclusivista de escolha de compêndios, compatível com a promoção de salas de estudo organizadas e de um ensino secundário mais experimental. O autor considerava que o grau de exigência do

³⁵³ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, id.

³⁵⁴ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, id.

modelo alemão não era aplicável a Portugal identificado com uma mentalidade latina, viva mas preguiçosa incompatível com uma erudição demasiado estrita e restritiva³⁵⁵.

A vertente de publicista multifacetado, cujo perfil intelectual se encontra em análise, assumiu uma nova faceta, ao publicar em três partes, em datas diferentes- respectivamente 11, 12 e 15 de Novembro de 1915- uma longa carta dirigida ao amigo monárquico Luís de Magalhães como fito fundamental de defender e proteger a imagem pública de Ramalho Ortigão, ferida alegadamente por dois equívocos cuja desmontagem urgia. Burnay dedicou os seus esforços a esta tarefa, transmitindo através dele, a sua própria ideia quanto ao que deveria ser o estatuto e o papel dos intelectuais, bem representados, em seu entender, pelo seu sogro e autor das *Farpas*. O desagravo em presença apresenta um cariz íntimo e familiar nítido, mas pretende não se esgotar nele, pormenorizando argumentos que posicionam Ramalho Ortigão no espaço público, como figura de referência da cultura portuguesa, elogiado por possuir maleabilidade intelectual, em contraponto ao fixismo de cerebrais, sectários ou filósofos. Burnay, no seu próprio trajecto, parece identificar-se implicitamente com o perfil do familiar. Também terá querido evitar o estrito *cerebralismo* ao evitar o fixismo intelectualista no tocante à evolução do Homem. A vertente puramente especulativa de certo tipo de atitude filosófica foi contornada através da defesa e da prática da intervenção dos homens de cultura na vida cívica e política. Assim o fez enquanto deputado, auto-representando-se como avesso ao radicalismo das leis que regulavam a Instrução em 1903.

Por outro lado, Burnay revelou-se apreciador das *Farpas*, louvadas pela sua pressuposta capacidade crítica, não as encarando como introdutoras do Republicanismo mas vendo-as enquanto expressões prioritárias de desígnios morais e sociais. A tentativa de evitar sectarismos formalizou-a o futuro colaborador da *Revista de História* ao reconhecer, ele que era monárquico, que os Republicanos não cederam à tentação de alinhar a favor dos equívocos em torno de Ramalho Ortigão. O primeiro mal-entendido consistia na passagem abrupta de Republicano a monárquico.

Burnay esclarece que o seu sogro tinha um espírito republicano na mocidade mas nunca pertencera ao partido homónimo nem escrevera nunca nada de excluir ou essencialmente partidário. Apenas seguira com louvor, de modo explícito e civicamente empenhado, João Franco e o Franquismo. Era, alegadamente, um aristocrata no plano social. Contactara com Canovas em Espanha e defendia, enquanto conservador (tal como Burnay), a tradição Portuguesa. O segundo equívoco

³⁵⁵ Cfr. Eduardo Burnay – *Bases para a reorganização do ensino secundário apresentadas em sessão de 14 de Janeiro de 1903*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, pp. 3–7.

pretensamente desmontado acerca de Ramalho Ortigão prende-se com a sua suposta passagem, à hora da morte, do ateísmo para o catolicismo.

Ora, de facto, o autor das *Farpas* terá educado os filhos numa casa religiosa com uma imagem de Cristo à cabeceira como o próprio reconheceu. O que vivamente repudiava era o ritualismo pietista de certas hierarquias da Igreja Católica, identificadas eventualmente com um espírito tridentino e inquisitorial, liminarmente afastado. Burnay, católico, apoiava a rejeição de certas exterioridades da Igreja: «De facto, o que trouxe nas *Farpas* o seu auctor tão vivamente voltado contra os domínios da Religião foram as suas exterioridades e visinhanças. É aos padres (o padre político, o padre de sala, o padre janota e análogas variedades ecclesiásticas), às sacristias, aos bastidores da Igreja, às explorações milagreiras e outras incoerentes investidas da Religião que ele dedica as lancinantes *Farpas*, e não duvido, pela minha parte, dizer n'este momento em que estou como que fazendo acto de consciência pelo nosso valoroso amigo, que elle tinha então e teria ainda hoje carradas de razão»³⁵⁶.

Quando Burnay escreveu para a *Revista de História* um artigo onde avulta a sua vertente de coleccionador de antiguidades, no caso um retrato de D. Miguel, no ano de 1917, demonstrou mais apêgo às curiosidades históricas, dado que era possuidor de alguma erudição, conhecedor de leilões e das principais figuras da Monarquia- que apoiava e defendia na sua feição constitucional e não pelo suporte conferido à linha legitimista, não se revelando um afincado cultor de Clio ou historiador. Nesse mesmo ano, Sidónio Pais, o *Presidente Rei*, subira ao poder certamente com o seu beneplácito. Certo è que em 1918, no dia 14 de Dezembro, aquele em que foi assassinado o governante, o colaborador do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo confessou, em carta dirigida ao Director do Diário de Notícias, que terminara um balanço sobre a governação em causa intitulado, de modo quase premonitório *Um ano depois*. Este balanço, transformado em elogio fúnebre acabou por ser dado à estampa no dia 24 com o subtítulo... *A Morte!*. Neste panegírico afirma o seu autor sobre Sidónio: «(...) O seu lugar na historia, entre os vultos da propria antiguidade e na infinita perduravel saudade nacional, conquistou-o e é já agora intangivel na consagração que a tragica morte lhe deu (...). Mas, para o desgraçado paiz que não logrou aproveitar o homem providencial que lhe viera levantar a alquebrada fé, e de que tanto poderia esperar, a perda é imensa, incomensuravel (...) e sobre tudo sejamos expurgados de todas as deleterias vaidades, activos, leais e corajosos na defesa de principios da ordem e de conservação social, sem os quais a nacionalidade portuguesa é insubsistente»³⁵⁷.

³⁵⁶ Eduardo Burnay – *Ramalho Ortigão, carta a Luiz Magalhães*. Lisboa: A Editora, 1916, p. 34.

³⁵⁷ Eduardo Burnay – *Um ano depois... a morte*. Lisboa: Typographia Universal, 1918, pp. 8-9;11.

O estilo patenteado nesta missiva é fervoroso, laudatório, encomiástico face a homem tido como providencial, que o povo não terá sabido merecer, e que encarnava alegadamente na perfeição, os valores da ordem e da conservação social, partilhados por Burnay, que não utiliza qualquer distanciamento crítico, dado que o louvor de Sidónio serve um propósito de intervir numa possível polémica acerca da preservação dos respectivos restos mortais. O colaborador da *Revista de História* defende a ida do túmulo para O Mosteiro da Batalha onde se encontravam parte da Dinastia de Avis e D. Nuno Álvares Pereira. Burnay encarou o *Presidente-Rei* como herdeiro do espírito dessa linhagem: «e se no destino a dar ao venerando despojo mortal quizermos por alguma significação simbólica, a meu ver seria na secular quietação do remansado Mosteiro da Batalha que deveria ser colocado, longe da vulgarização das mesquinhas coisas destes mesquinhos tempos e ao abrigo das suas inclementes vicissitudes. Sidónio Paes pertence pela alma intrepida e sonhadora ao século XV, é da raça d'Aviz, da têmpera de Nun'Álvares»³⁵⁸. Fica clara a desolação do autor acerca dos tempos vividos após a Morte de Sidónio Pais.

Uma outra forma de devoção, desta vez, por via da Religião, sobressai do percurso de um outro colaborador de periódico dirigido por Fidelino Figueiredo. Trata-se do protestante Eduardo Moreira

Eduardo Moreira

Origem Sócio-Geográfica

Eduardo Henriques Moreira nasceu em Lisboa, a 26 de Fevereiro de 1886³⁵⁹. Passou parte da sua infância na Rua do Duque, junto ao Rossio. Os seus pais chamavam-se José Henrique Moreira e Maria do Carmo Lima, que faleceram tinha o seu filho nove e onze anos respectivamente. A progenitora iniciou na educação protestante, tendo frequentado a Igreja Lusitana de S. Pedro às Taipas. Esta formação evangélica foi interrompida pelo falecimento de Maria do Carmo. O jovem Eduardo apenas recebeu a *Luz da Graça* numa terça-feira de carnaval na Igreja de Santa Catarina, na qual presidia ao culto o pastor Santos Silva, secretariado pelo futuro colaborador da *Revista de História*. Três anos antes, Eduardo Moreira frequentava a Escola Bíblica Dominical na Igreja Presbiteriana nos Marianos, cujo obreiro era Manuel Santos Carvalho. Em 1898, com apenas 12 anos, assistiu-acompanhado da irmã mais nova, Virgínia, de apenas 10 anos - à inauguração da União Cristã da mocidade portuguesa, situada na Travessa de Santa Catarina.

³⁵⁸ Eduardo Burnay, *op. cit.*, p.11.

³⁵⁹ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, id. Sobre este autor acrescentaremos mais elementos no segmento dedicado à História das Religiões. Para mais informações Cf. Albertina Nunes Viana, *Eduardo Moreira, Um Construtor da diferença*, Porto: Faculdade de Letras, 2000.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Eduardo Moreira, por ter ficado órfão tão cedo, foi de Lisboa para a Azambuja, onde frequentou e concluiu a instrução primária, terminando a instrução normal após o regresso à Capital, onde criou, em 1900, *a Folha Evangélica*, *O Pequeno Mensageiro*, publicação com êxito crescente, na qual o jovem deu os primeiros passos como escritor evangélico.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Em 1901, Eduardo Moreira secretariou o pastor Henry Maxwell Wright, ajudando-o a traduzir e adaptar uma obra deste para português - Entretanto, o futuro colaborador da *Revista de História* auxiliou também o pastor Santos Silva, que descolara a retina. Aos 16 anos, em 1902, já pregava o Evangelho na Igreja Metodista, dirigindo uma classe na Escola Bíblica, a convite do respectivo pastor, Artur H. Wilks. Paralelamente, trabalhava no Comércio, tornando-se economicamente independente. Nesse período. Eduardo Moreira publicou o seu primeiro hino. A partir de 1904, acompanhou a actividade pastoral do substituto de Wilks - regressado por doença psíquica a Inglaterra-, Tomás Artur Spencer, que conferiu uma melodia ao poema de Eduardo intitulado *Cântico a Deus*. Em 1905, este inaugurou a sua produção lírica, publicando o poema *Pur Asbeston*. Aos 20 anos aderiu ao Partido Republicano Português, tornando-se o militante 2286 e mantendo-se fiel a esta organização política. Em Junho de 1907, o futuro colaborador da *Revista de História* tornou-se redactor do *Mensageiro*, de certo modo sucessor do extinto *Pequeno Mensageiro*. Em 1908, Eduardo Moreira foi orador numa conferência sobre a vida no campo ou na cidade e numa outra sobre *Escretores Protestantes em Portugal*. Em 1909 fez parte da comissão da recepção do III Congresso Evangélico Unionista, intervindo em Abril numa série de debates organizados pela União Cristã da Mocidade. Em Janeiro de 1910, o evangélico proferiu uma conferência sobre a “Educação Profissional”. Dois dias depois da Revolução Republicana, vivida com emoção positiva, nascia o filho Ernesto.

No primeiro aniversário do novo regime, Eduardo Moreira fez um discurso na União Cristã da Mocidade, de teor apologético, dado que a Republica representava a esperança depositada no fim do monopólio da Igreja Católica no conspecto das religiões, propugnando pela progressiva liberdade e igualdade religiosa. Este espírito pastoral e proselitista foi levado pelo autor para as páginas da *Revista de História*, onde procurou dar a conhecer, com rigor Histórico, as diversas declinações das *Origens Históricas do Protestantismo em Portugal*, sem se eximir a biografar figuras emblemática nesse processo como Damião de Góis, sublinhando, noutra ocasião a

missionação seiscentista no Brasil. Tal como Eduardo Moreira, Ernesto Sales era religioso. Todavia, trata-se de um padre católico e não de um pastor protestante.

Ernesto Sales

Origem Sócio-Geográfica

Eduardo Augusto Pereira de Sales nasceu em Mogadouro a 23 de Novembro de 1864 e faleceu em Lisboa a 20 de Novembro de 1946³⁶⁰.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Eduardo Sales, uma vez ordenado sacerdote, tornou-se capelão do exército, situação que lhe valeu a promoção a capelão a 18 de Abril de 1907. Nesta condição - dado que a reforma militar apenas ocorreu a 23 de Novembro de 1934 - o autor colaborou na *Revista de História* entre 1920 e 1923. A esta circunstância não terá sido alheio o trabalho desenvolvido no Arquivo Histórico Militar³⁶¹.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Logo no ano de 1920, o gosto pela publicação de documentos aliou-se ao facto do autor ser transmontano. Daí o estudo sobre uma personalidade de Mirandela, D. Francisco da Fonseca Henriques. Esta investigação prolongou a abordagem biográfica seguida por outros autores, mormente Maximiano de Lemos. O texto sobre o *Mirandela, médico de D. João V* surge sob a égide da bibliofilia e da divulgação de documentos. No ano de 1921, o sócio da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos deu à estampa no respectivo periódico, *Apontamentos de História Transmontana*.

Esta procura da História Local era movida por afectos, não só pela região onde Sales nascera mas também pela capital, onde se radicara e exercia a sua actividade. Nesta sequência publicou um instrumento heurístico para a identificação dos Inquisidores Gerais. Deve lembrar-se que o autor era religioso e sentia necessidade de estudar a Inquisição, tendo aplicado este ímpeto de conservação da memória institucional da Igreja Católica à investigação de *Três jazidas de Vice-Reis da Índia*, situadas na Igreja de Nosso Senhor dos Passos, da qual era capião, etendendo a sua actividade à respectiva irmandade, que por isso lhe aguçara a curiosidade.

O texto vindo a lume na *Revista de História* em 1923 pode ter servido de mote e de base inicial a uma monografia aprofundada da referida capela, realizada fora do órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Esta obra foi prefaciada por outro articulista da publicação dirigida por Fidelino de

³⁶⁰ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, Vol. 26. Lisboa: Página Editora, p. 720.

³⁶¹ *Ibid.*

Figueiredo, Pedro de Azevedo, que se pronunciou sobre o labor do seu amigo religioso louvando o trabalho deste no cartório da irmandade de S. José, uma vez que: «Os cartórios das irmandades devem ser manancial profundo de investigação histórica, se bem é muito para rezear que a maior parte tenha desaparecido (...). É de uma inteligente pesquisa nos papéis da irmandade do Senhor dos Passos da Graça, que nasceu o livro, que tenho a honra de prefaciá-lo, pesquisa efectuada por quem se acha rigorosamente preparado pelos seus conhecimentos paleográficos e diplomáticos para fazê-lo. Mas este livro não é só útil para quem pretenda saber a História da irmandade, da sua acção social, e da veneranda imagem confiada à guarda dela, é também útil para a História das associações religiosas em geral, das vicissitudes por que teem passado, em estreita ligação com as da Pátria, de que aquelas são reflexo. Queira Deus que, com o exemplo da publicação desta história, outras irmandades, mesmo humildes, tenham também os seus historiadores, os quais por este meio robusteçam e fortaleçam a vida dessas instituições, tantas vezes seculares, criadas por aqueles que espalharam a Fé pelas regiões afastadas e adquiriram os domínios de que Portugal é ainda senhor»³⁶².

Implicitamente, Pedro de Azevedo elogia uma dupla vertente no trabalho de Ernesto Sales: a investigação histórica como instrumento de uma acção pastoral consequente. Todavia, ainda no interior da *Revista de História* este sacerdote mostrara interesse pelo poder temporal que excede e exorbita o espiritual, dando à estampa, respectivamente, em 1922 e no ano seguinte, os *Juramentos de D. Afonso IV e de Filipe II de Espanha*. Em seguida, ocupar-nos-emos do percurso biográfico de um outro católico, mas que não pertencia ao clero. Trata-se de Fortunato de Almeida.

Fortunato de Almeida Pereira de Andrade

Origem Sócio-Geográfica

Fortunato de Almeida nasceu em 1869, no lugar do Folhadal, Vilar Seco, Nelas, concelho de Viseu e morreu a 27 de Setembro de 1933

Formação e Habilitações Académicas

Fez a sua educação religiosa e humanística no seminário de Viseu; mas a sua vocação não era para o altar³⁶³. Entretanto, matricula-se na universidade de Coimbra onde conclui o bacharelato em direito (1896)

³⁶² Ernesto Sales – Nosso Senhor dos Passos da Graça (de Lisboa): Estudo histórico sobre a sua irmandade com o título “Santa Cruz e Passos”. Lisboa: Ernesto Sales, 1925, pp. VI-VII.

³⁶³ Cfr. Carlos Figueiredo Montengro de Sousa Miguel – Fortunato de Almeida. in Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão vol. 1. Porto: Figueirinhas / sd pp. 115.

Percurso Profissional: Cargos e Títulos

Fortunato de Almeida concorre após o bacharelato a professor do ensino secundário e é provido em lugar do liceu central de Coimbra, tendo exercido, para além das funções de professor, até que a morte lhe sobreveio, aos 64 anos. Consagrou toda a sua vida ao estudo e ao ensino. O autor interessou-se pelos estudos históricos e geográficos e pela obra de outros historiadores. Foi admitido em finais do século, como sócio do Instituto de Coimbra e da sociedade de Geografia de Lisboa. Após 1910, tornou-se sócio da Academia de Ciências de Lisboa.

Em 1911, Fortunato de Almeida entrou para a Sociedade Nacional de História, tal como vários outros intelectuais, solidarizando-se com uma renhida campanha de defesa de bibliotecas e arquivos religiosos, atingidos pela legislação sobre as relações do estado com as igrejas. Do ponto de vista historiográfico, Fortunato de Almeida estreou-se em 1894 na obra *O Infante D. Henrique* comentada por Sérgio Campos Matos: «estreou-se, ainda estudante, com uma monografia sobre o infante D. Henrique, obra premiada em segundo lugar por um júri nomeado aquando do V centenário da morte infante (1894) de que faziam parte Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e Luciano Cordeiro. Nela tecia um retrato épico de D. Henrique, muito marcado pela obra de Oliveira Martins, dando expressão a uma imagem lendária do herói dos descobrimentos, visto como autor do *Plano da Índia*, cientista versado em estudos matemáticos, astronómicos e cosmográficos, criador da suposta Escola de Sagres, do primeiro observatório astronómico que teria existido em Portugal e até de uma cadeira de matemática na universidade de Coimbra. Note-se que todas estas tradições acentuavam a ideia da prioridade dos descobrimentos portugueses, que havia sido muito contestada em França desde o século XVII (e sobretudo na primeira metade do século XIX). Mas algumas delas tinham já sido postas em causa muito antes e o próprio autor viria mais tarde a distanciar-se da chamada Escola de Sagres. Nesta obra de juventude, Fortunato de Almeida dava, pois, guarida a diversas tradições legendárias muito cultivadas pela historiografia romântica³⁶⁴.

Com o trabalho sobre D. Henrique, Fortunato de Almeida concorreu a um prémio. Maria Isabel João descreve todo o processo: «o júri decidiu atribuir o primeiro prémio a um trabalho do jornalista Alfredo Alves, centrado na descrição da vida do infante, e remeteu para o segundo lugar a obra do jovem Fortunato de Almeida, ainda estudante universitário, voltada para a História Geral dos Descobrimentos e da Expansão. O primeiro texto é uma narrativa bem escrita e ligeira, em estilo vivo e colorido, onde abundam as reconstituições de cenas e de diálogos, estabelecendo um

³⁶⁴ Sérgio Campos Matos, *Fortunato de Almeida*, In *Dicionário dos Educadores Portugueses*, Direcção de António Nóvoa. Porto, Asa, 2003, pp 63-65.

compromisso entre os factos históricos e a imaginação do autor. Decerto estas características agradaram ao júri e tornaram a obra mais acessível ao público. E reencontramos a imagem de um combatente, valente e leal, como os cavaleiros da tábola redonda (...). Depois do desaire de Tânger, cuja responsabilidade Alfredo Alves não deixou de imputar à teimosia e obsessão guerreira do infante, recolheu-se em sagres, mais soberbo e mais austero, só devotado à empresa das navegações. Ilibou-o de responsabilidades na morte do infante D. Pedro, atribuindo-lhe a intenção de interceder com boas razões junto do rei, seu sobrinho, para evitar o confronto militar, mas teria sido ultrapassado pelos manejos insidiosos e pelos acontecimentos. Por conseguinte, a imagem da biografia oficial das comemorações reforçou o estereótipo e purificou o infante das máculas. Se não fosse a dureza do retrato, inspirado em Oliveira Martins, podia tornar-se, certamente, uma figura mais popular. Fortunato de Almeida preferiu seguir de perto as fontes, nomeadamente Zurara. O seu bosquejo do infante colocou a ênfase na figura cavalheiresca e senhorial e acrescentou-lhe virtudes cívicas e patrióticas anacrónicas, mas bastante valorizadas pela ideologia liberal».³⁶⁵

Justino Mendes de Almeida descreveu sumariamente a obra de Fortunato de Almeida em causa: «esse trabalho, *O Infante de Sagres*, estudo pormenorizado de mais de 350 páginas, com amplo aproveitamento de informações recolhidas nos cronistas, é uma análise erudita, mas também crítica, do período que vai dos finais do século XIV à conquista de Alcácer Ceguer e à morte do infante em 13 de novembro de 1460, sem deixar de consagrar alguma atenção aos *resultados da obra do infante* e à viagem de Fernão de Magalhães; não é de todo original, sem dúvida sobretudo se o aproximarmos dos trabalhos do Visconde de Santarém, mas não deixa de conter um certo interesse, mormente no tratamento de temas momentâneos, como sejam a *originalidade das navegações e Descobrimentos Portugueses*, ou a decisiva *influência do infante nos destinos de Portugal*».³⁶⁶

Em 1895, Fortunato de Almeida pronunciou-se muito criticamente sobre a visão de Afonso Costa acerca da *Questão Social*, tema com o qual este último concorrera a uma cátedra na Faculdade de Direito de Coimbra, limitando-se, segundo o futuro colaborador da *Revista de História*, a alegadamente destruir, sem bases ou provas, a encíclica de Leão XIII sobre a matéria em apreço (1891). Fica delineado o rigoroso catolicismo de Fortunato de Almeida que denuncia o alegado anticlericalismo de Afonso Costa. No artigo relativo a Miguel de Anunciação e, eventualmente, nos outros que escreveu para o periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo,

³⁶⁵ Maria Isabel João, *Memória e Império Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 63-648

³⁶⁶ Justino Mendes de Almeida, *Fortunato de Almeida: O Homem e o historiador*. In *Anais da Academia Portuguesa de História*, Segunda Série, volume 31. Lisboa, 1986, pp. 467-481.

Fortunato de Almeida alia as suas convicções religiosas, e talvez as políticas, ao rigor científico, não sendo possível separar ambos os aspectos, sob pena de se perder a riqueza de uma relação. O posicionamento metodológico do autor serve, segundo julgamos, pressupostos ideológicos, estribados em investigação documental e de fontes, de natureza empírica e preocupada com elementos de prova. Entretanto, antes de publicar no periódico em análise, e depois de cessar a sua colaboração nele, Fortunato de Almeida publicou um *Curso de História de Portugal* (1869) e outro sobre *História Universal*.

A historiadora Cristina Bastos pronunciou-se sobre o *Curso de História Universal*, cuja publicação foi posterior à participação de Fortunato de Almeida no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo: «primeiramente os desvios da obra traduzem-se na omissão de rúbricas incluídas nos novos programas (decreto nº 27: 85); em segundo lugar, o autor do compêndio interpretou de forma deficiente e incompleta o pensamento do legislador. Deste modo, os relatores concluíram que este trabalho foi uma mera tentativa de aproveitamento de uma obra mais antiga elaborada em conformidade com programas desactualizados e incorreu no de feito de aproveitar, excessivamente, o antigo texto o segundo parâmetro apreciou a pureza.

Da doutrina «(...) a mesma apreciação favorável foi dirigida ao parâmetro correcção e clareza da linguagem. A avaliação do parâmetro *respeito pelas leis e interesses da nação* e respectiva componente ideológica-destacou o desajustamento do compêndio em relação à grande obra de ressurreição nacional em curso. Quanto à observação dos preceitos pedagógicos, os relatores consideraram que a obra enfermava de vários males, a saber, pouca vivacidade, pouca vibração, rigidez e secura acentuadas, mas de uma indiscutível clareza na exposição, na parte redigida pelo professor (com preocupação pelos factos, nomes e datas)»³⁶⁷.

Ainda antes de ter escrito para a *Revista de História*, Fortunato de Almeida encetara a *História da Igreja em Portugal*, contextualizada e analisada por Sérgio Campos Matos: «Todavia os debates políticos e ideológicos dos últimos decénios da vigência da monarquia constitucional e da I república, em que a questão religiosa ocupava lugar central, o radicalismo da propaganda anticlerical e da atitude oposta de reacção ultramontana e de defesa do tradicional lugar político da igreja no Estado e na nação, tal como era reconhecido na Carta Constitucional, não favoreciam a construção de uma atitude científica, de algum modo distanciada desses problemas. Disso se ressentia a ainda hoje imprescindível *História da Igreja em Portugal* (primeira edição 1910-1928) de Fortunato de Almeida, monumento de erudição que encerra um imenso

³⁶⁷ Cristina Soares Pereira Bastos, *O ensino da História*, Braga, Universidade do Minho, 1998, pp. 159-162 e 199-208 [Dissertação de Mestrado em História]

manancial informativo. A narrativa pormenorizada de sucessos, profusão de notas e de referências a fontes e bibliografias abrem portas para inúmeros trabalhos de pesquisa e tornam a sua consulta obrigatória: vejam-se, por exemplo as páginas que dedica ao confronto entre a administração pombalina e a Companhia de Jesus ou ao regresso das Congregações a Portugal. Fornece elementos do maior valor sobre a organização do clero, os seus benefícios e rendimentos e a sua função social, papel na educação e cultura, aspectos de culto e liturgia. O ponto de vista apologético da igreja e das ordens religiosas, e a posição crítica que adopta em relação aos seus adversários (liberais jacobinos, maçons, republicanos), ao condicionar a sua escrita, exige algumas cautelas por parte do leitor. No centro do confronto entre as posições regalistas e o ultramontanismo e do debate da separação do estado e da igreja, da escola e da igreja, encontrava-se a Companhia de Jesus. (...)»³⁶⁸.

Sobre a *História da Igreja em Portugal*, Campos Matos faz a observação que se segue «(...) constitui uma valiosa perspectiva geral que vinha preencher uma lacuna nos estudos históricos (as tentativas de D. Tomás da Encarnação, de João Pedro Ribeiro ou do padre Sousa Amado eram incompletas ou estavam há muito desactualizadas). Colocando-se do ponto de vista apologético da igreja e das ordens religiosas, Fortunato de Almeida reúne uma massa considerável de informações muito diversificada, abrangendo desde os rendimentos eclesiásticos, das ordens militares e das ordens monásticas, até a figuras de membros ilustres da igreja, passando pelas questões políticas, a instrução do clero, literatura, artes e costumes etc. Por tudo isto, pela narrativa pormenorizada dos sucessos e as inúmeras pistas de pesquisa que aponta, a *História da Igreja em Portugal* deve, ainda hoje, considerar-se uma obra de consulta obrigatória nos estudos de história religiosa»³⁶⁹.

Francisco Lopes Vieira de Almeida³⁷⁰

Origem Sócio-Geográfica

Francisco Lopes Vieira de Almeida nasceu a 9 de Agosto de 1885.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Francisco Vieira de Almeida concluiu o curso de História e Geografia no Curso Superior de Letras

³⁶⁸ Sérgio Campos Matos, *Historiografia. In* Dicionário de História religiosa de Portugal Direcção de Carlos Azevedo, vol. c-i. Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p. 372

³⁶⁹ Sérgio Campos de Matos, *op. cit.*, p. 64

³⁷⁰ As indicações biográficas sobre este autor são muito reduzidas neste *andamento*, dado que no sétimo capítulo voltaremos a abordá-las, quando analisarmos os artigos de Vieira de Almeida sobre Teoria da História.

Percurso Profissional:Actividades,cargos,títulos e Produção Intelectual

Francisco Vieira de Almeida foi nomeado professor da Secção de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, da qual se tornou, por concurso, catedrático no ano de 1932. Para catapultar e consolidar esta carreira académica podem ter contribuído os trabalhos sobre questões histórico filosóficas e teoria da História, publicados na Revista dirigida por Fidelino de Figueiredo entre o segundo e o quarto ano do periódico. Nestes artigos assoma um intelectual dotado de um espírito sistemático que concilia um pensamento lógico de cariz dedutivo com a respectiva aplicação empírica a problemas e casos concretos, colocando em causa o aparentemente já sabido, interrogando-o incessantemente³⁷¹.

Bem diferente do trabalho filosófico foi o labor de outro colaborador da *Revista de História*, Francisco Manuel Alves.

Francisco Manuel Alves

Origem Sócio-Geográfica

O padre Francisco Manuel Alves nasceu na freguesia de Baçal, no Concelho de Bragança, em 9 de Abril de 1865.Os seus ascendentes mais directos eram pequenos lavradores e chamavam-se Francisco Alves Barnabé e Francisca Vicente³⁷².

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Francisco Manuel Alves frequentou os estudos preparatórios no liceu de Bragança, em cidade em cujo seminário concluiu Teologia, tendo sido ordenado sacerdote aos 24 anos, a 13 de Junho de 1889.

Percurso Profissional:Actividades,cargos,títulos e Produção Intelectual

A ordenação como sacerdote valeu a Francisco Manuel Alves a nomeação para exercer o cargo de reitor de Baçal. Embora tenha passado por funções na Câmara Municipal de Bragança, o abade de Baçal era um estudioso, um erudito interessado pela pesquisa, inventariação e transcrição de fontes históricas inéditas, sem recurso à crítica histórica, mas exumando documentos, factos e acontecimentos da História Local, cuidando do respectivo património sob a égide de uma arqueologia tradicional, enciclopédica e memorialista, dedicada à compilação de informação, em detrimento da respectiva interpretação, salvaguardando sobretudo o processo e o valor heurístico na e da recolha aumulativa de dados. Entre 1909 e 1911 foram dados à

³⁷¹ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 2. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 48.Sobre este autor e as suas ideias, reservámos maiores desenvolvimentos para o capítulo sétimo desta dissertação, dedicado à análise de conteúdos da *Revista de História* nos âmbitos da História da Historiografia e Teoria da História.

³⁷² Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira...., p. 218.

Estampa os 4 primeiros volumes das *Memórias Histórico-Arqueológicas do Distrito de Bragança*, apreciadas, desta forma, por Gaspar Martins Pereira: «O objectivo primordial de coligir um vasto repositório de documentos e informações sobre a História do Nordeste transmontano conduziu o autor a desprezar, por vezes voluntariamente, a interpretação histórica. Em muitos casos, limitou-se a apresentar os documentos, com a consciência de que, só por si, eles representavam um património enriquecedor da memória local. É como se dos seus Couseiros ou da sua sacola de andarilho culto, em constante pesquisa pelas bibliotecas e arquivos, conhecedor de cada palmo da terra, fosse retirando maços de fichas sobre os vários temas, arrumando-as naquela escrita miudinha com que enchia os seus cadernos de papel almaço. Neste sentido, o Abade de Baçal agia mais como documentalista, movido por devoção cívica de defesa de um património, do que como historiador. Por isso, a maior parte dos capítulos que escreveu não tinha um plano de desenvolvimento exaustivo do tema proposto, uma interpretação crítica das fontes ou uma matriz teórica de orientação. A erudição do Abade de Baçal, com sólido conhecimento da bibliografia local e nacional e da documentação dispersa pelos arquivos, contando com uma vasta rede de relações com outros eruditos do seu tempo e com a colaboração de numerosos correspondentes e amigos, a começar pelos párocos do distrito de Bragança, permitiu-lhe construir uma obra monumental, abrangendo todos os domínios e épocas históricas. Frequentemente, assume posições polémicas. Mas, quando isso acontece, é mais frequentemente o homem, o clérigo e o cidadão activo que sobreleva o historiador. E o mesmo poderíamos dizer relativamente às posições, muitas vezes apaixonadas, ora apologéticas ora críticas, que assume perante homens e acontecimentos. Mas, em contrapartida, o Abade de Baçal revela, no conjunto da sua obra, uma atitude saudavelmente aberta, o que lhe permite não só a abordagem descomprometida de determinados temas e eventos como a ruptura com certas interpretações tradicionais»³⁷³.

A participação de Francisco Manuel Alves na *Revista de História* ocorreu entre 1915 e 1917, sob o signo da repercussão e do alargamento das marcas distintivas das suas operações historiográficas patentes nas *Memórias (...)*, para as quais foram realizadas investigações em todos os Arquivos Brigantinos, sem esquecer os do cabido, também trabalhados em matérias de natureza nacional que extravasam o âmbito local dominante nas *Memórias* mas igualmente no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo.

³⁷³ Gaspar Martins Pereira – *Memórias histórico-arqueológicas do distrito de Bragança, de Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal*. Bragança, 2000-2001.

A única exceção na publicação, referido em 1915, foi constituída por dois documentos relativos à governação da Duquesa de Mântua, D. Margarida de Saboya, ocorrida entre 1635 e 1640. Trata-se de cartas nas quais confessa a necessidade de recurso a rendas eclesiásticas utilizadas como fundo de reserva para obviar a necessidades públicas. Por outro lado, ainda mais próxima das *Memórias* encontra-se a estratégia de índole biográfica patente no estudo sobre as Notabilidades de Ansiães localidade do distrito de Bragança, dado à estampa em 1916 e 1917. Por isso, como corolário e comprovativo da linha de continuidade exposta recuemos para sublinhar o valor matricial das *Memórias*, caracterizadas do seguinte modo: «Vocação decidida para trabalhos de investigação histórico-arqueológica, estudioso persistente e de larga visão, o abade de Baçal tem o seu nome ligado a obras de alto valimento, manifestando a todo o momento uma apreciável erudição e um superior espírito de análise, de que são exemplo os seus livros, entre os quais avulta o que se intitula *Memórias* (...) obra de fôlego, em que a região brigantina é encarada em todos os seus mais notáveis aspectos. São nove tomos de aturadas pesquisas reveladoras de uma fina percepção crítica e de uma soma de conhecimentos pouco vulgares. O abade de Baçal cuja existência se divide exclusivamente entre os seus trabalhos de investigador e as suas curiosidades de agricultor é uma curiosíssima figura de arqueólogo que não encontra par nos seus contemporâneos. Dotado, ao mesmo tempo, de uma docilidade de criança e de uma rusticidade de montanhês, tem conseguido impor o seu talento»³⁷⁴. Estas informações encomiásticas talvez exagerem na atribuição de pendor analítico ao trabalho do Abade de Baçal, mas traçam dele um retrato profissional e psicológico que mutuamente se iluminam.

Francisco Xavier da Silva Teles

Origem Sócio-Geográfica

Francisco Xavier da Silva Teles nasceu a 02 de Setembro de 1860, em Pondá (Índia) e morreu a 21 de Maio de 1930

Formação e Habilitações Académicas

Francisco Xavier da Silva Telles concluiu do curso da escola médica – cirúrgica de Lisboa em 1885. Em seguida, realizou estudos de antropometria em Paris, onde recebeu lições de *Ranouvier* na escola de antropologia.

³⁷⁴ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 2. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 218.

Percurso Profissional: Cargos e Títulos

Silva Teles foi médico da armada, ministro, reitor, professor da universidade. Iniciou a sua carreira militar em 28-11-1881. Assentou praça como aspirante - facultativo do Ultramar sendo transferido para a armada em 31 de Dezembro de 1883. Foi promovido a médico naval da segunda classe em 30 de Julho de 1885; de primeira em 30 de Julho de 89; a capitão – tenente em 12 de Julho de 1913; a capitão-de-fragata em 31 de Julho de 1915 e a capitão-de-mar-e-guerra em 14 de Março de 1918.

Anteriormente, em 1900, representou o serviço médico-naval da marinha de guerra portuguesa no XII Congresso Internacional de Medicina de Paris. Em 1905 representou a classe médica naval no congresso nacional da tuberculose em Coimbra. Entretanto, foi professor num curso de antropologia na Academia de Estudos Livres, em Lisboa, em 1891, onde redigiu um programa de observações antropológicas a realizar na expedição científica que a Sociedade de Geografia de Lisboa promoveu, em 1881, à Serra da Estrela e publicou mesmo alguns trabalhos de índole exclusivamente antropológica.

Numa conferência realizada em 1894 no Clube Militar Naval, Silva Teles debruçou-se sobre o seguinte tema: *O Infante D. Henrique e a Renascença Científica Europeia*. Nesta conferência, Silva Telles começa por abordar questões do foro metodológico que justificam o título e o tema tratado, ainda que não nomeie explicitamente a natureza deste extenso esforço introdutório. Nele sublinha que a figura e personalidade histórica de D. Henrique nada seriam, se tomadas individual e isoladamente. O infante ganha expressão porque deriva de um colectivo, o que lhe permite ser encarado como um dos seus mais ilustres representantes e símbolos. Para Telles, a Itália foi pioneira numa forma nova de encarar as artes e o homem, a França corporizou um modo diverso de viver o estado, e a Portugal coube a renascença científica, através dos descobrimentos, que permitiram a aplicação empírica de conhecimentos obtidos, através do contacto com outros povos e culturas de geografias distantes. Esta é, na sua vertente tríplice, a tese central deste artigo, subsequente à introdução. O autor glorifica a idade moderna e demoniza a idade média, identificando-a como época de trevas e de obscurantismo. Na última parte do artigo Telles regressa ao infante considera-o espírito de um povo, mentor maior da renascença científica portuguesa³⁷⁵. Silva Telles organizou o primeiro congresso colonial em 1901 na Sociedade de Geografia de Lisboa e deu grande impulso de reorganização da Faculdade de Letras da mesma cidade. Teve efectiva intervenção na

³⁷⁵ Francisco Silva Telles, *O Infante D. Henrique e a Renascença Científica Europeia*. Conferência feita em 28 de Fevereiro de 1894 no Clube Militar Naval. Lisboa, Imprensa Nacional, 1894.

organização da Liga de Educação Nacional. Assinou o programa da liga como sócio fundador.

Silva Telles foi professor no curso de Medicina Tropical desde 1902, leccionando na cadeira de Higiene e Climatologia e na Faculdade de Letras de Lisboa (1921). Aí regeu, como professor extraordinário, da décima quarta e decima quinta cadeiras, respectivamente, Geografia Económica Geral e Especial, Geografia Económica de Portugal e suas colónias, Geografia Económica do Brasil e em 18 de novembro de 1927 foi nomeado professor da décima oitava cadeira, administração colonial. O autor foi Reitor da Universidade de Lisboa (1928-29), nomeado por decreto de 24 de novembro de 1928. Tornou-se Ministro da instrução (1929) nomeado em 8 de julho e exonerado, a seu pedido, em 11 de setembro de 1929. Também exerceu o cargo de Secretário-geral da Sociedade de Geografia e, em 1912, foi eleito socio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa. Silva Telles foi presidente da Sociedade Nacional de História e iniciador da Geografia científica em Portugal; Era considerado o criador do respectivo estudo em Portugal. Manuel Busquets de Aguilar traça dele o seguinte perfil: «fui seu aluno por pouco tempo, mas o suficiente para o apreciar. Era uma pessoa que se impunha quer pela sua apresentação, quer pelo seu saber. Todavia não despertava simpatia, aquele homem alto, de barbas brancas, bamboleando-se um pouco, com um olhar penetrante, mas malicioso, que abusava da ironia, magoando susceptibilidades. Os alunos não o estimavam, respeitavam-no pelo seu saber e rectidão, e mais tarde recordar-se-iam da sua maneira de ensinar»³⁷⁶.

Silva Telles publicou estudos históricos, antropológicos e geográficos, manifestando interesse pelos assuntos coloniais. No plano das ideias, o autor defendia, à semelhança de outras personalidades ligadas ao ensino colonial da primeira república, a transformação da escola colonial numa instituição de carácter universitário. Numa tese apresentada ao segundo Congresso Colonial nacional, realizado em 1924, Silva Teles lembrou que potências coloniais mais recentes do que Portugal – como é o caso da Alemanha – desenvolveram mais cedo o respectivo ensino, estendendo esses estudos às suas universidades e apostando na formação de funcionários coloniais especializados no nosso país. O autor reconheceu que as ideias expostas no Primeiro Congresso Colonial, e todo o movimento que aí germinou em prol da instrução, não tiveram continuidade, nem foram acompanhados por uma nova forma de recrutamento do pessoal da Administração Ultramarina. Em 1908, Silva Teles publicou *Introdução geográfica: as notas sobre Portugal*. Nesta obra comparece, pela primeira vez, o conceito de *autonomia geográfica* de Portugal: por seu turno, no texto intitulado *Goa – estudo de Geomorfologia*, o estudioso inaugura o uso de temo

³⁷⁶ Manuel Busquets de. Aguillar, *O Curso Superior de Letras*. Lisboa:1939, p. 269.

Geomorfologia, sendo nisso pioneiro no nosso país. Nesta obra ensaiou reflexões de teor metodológico.

Henrique Campos Ferreira de Lima

Origem Sócio-Geográfica

Ferreira de Lima nasceu em Lisboa a 13 de Dezembro de 1882, tendo como ascendentes directos os Viscondes de Ferreira de Lima.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Em 9 de Agosto de 1901, Ferreira de Lima encetou uma carreira militar. Começou por assentar praça, entrando posteriormente para a Escola de Artilharia, tornando-se: alferes em 1 de Novembro de 1904; tenente em 1 de Dezembro de 1906; capitão exactamente dois anos volvidos; major a 28 de Setembro de 1918; Tenente Coronel em 9 de Fevereiro de 1920 e coronel em 14 de Abril de 1928³⁷⁷.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Este percurso bem sucedido pela carreira militar não impediu Ferreira de Lima de encetar um caminho como bibliófilo e admirador de Almeida Garrett, compaginando as duas actividades, a profissional no seio do exército, e a intelectual, para as quais eram necessárias qualidades comuns como o respeito pela ordem ou a disciplina e o rigor. Curioso é que sobre Garrett dedicou-se a explorar várias facetas de índole biográfica, às quais não podia escapar a vertente militar, para além da académica, política e literária. Logo em 1912, quando já era capitão, Ferreira de Lima publicou *Subsídios para a bibliografia Garrettiana*. Na *Revista de História* continuou a dedicar-se aos Estudos Garrettianos, mais pródigos na compilação de informação do que na respectiva análise. Sendo certo que Henrique Campos Ferreira de Lima era militar, não é menos verdade que outro colaborador da *Revista de História* não versou assuntos de natureza afim. Mas quase, trata-se de Henry Thomas, estudioso de *Amadis de Gaula*.

³⁷⁷ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 11. Lisboa: Página Editora, s/d, [s.d.], p. 200.

Henry Thomas

Origem Sócio-Geográfica

Henry Thomas nasceu na Inglaterra, em Eyresham em 1878.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Thomas estudou línguas e literaturas na Universidade de Birmingham, tendo manifestado, desde logo, especial interesse por estudar as matérias nas quais de formou, mormente as relativas ao espaço geográfico da Península Ibérica

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Henry Thomas não se limitou a investigar a literatura portuguesa e espanhola, mas também inspeccionou o respectivo ensino na Universidades do seu país, como: Liverpool, Cambridge, Oxford, Birmingham, Belfast, tendo sido nomeado professor em Cambridge. Demonstrou, desta forma, interesse em divulgar e transmitir, por via pedagógica a cultura peninsular à qual tinha acesso através do seu conhecimento científico, que lhe terá permitido contactar com intelectuais portugueses, interessados pelos mesmos assuntos, ou curiosos acerca do seu percurso de lusófilo e lusitanista. Neste enquadramento vivencial entende-se melhor a publicação de um trabalho do autor na *Revista de História*, no ano de 1916, dedicado ao *Amadis de Gaula*.

Esse texto não permaneceu único ou isolado, embora um outro que dedicou ao *Palmeirim de Inglaterra* não tenha sido dado à estampa na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo. Desconhecemos os motivos desta situação, de facto extremamente curiosa, dado que as duas investigações participam de uma intenção comum de pesquisa das origens dos Romances de Cavalaria, género ao qual pertencem as duas obras literárias referidas. Henry Thomas escalpelizou-as e «(...) Estudou a origem e a evolução da literatura dos romances como os de Amadis de Gaula e o Palkmeirim de Inglaterra, discutindo a questão de saber se os primeiros, nesta matéria, foram os portugueses ou os castelhanos.

Quanto ao segundo livro não hesita em atribuir-lhe uma origem portuguesa, com a comprovação do seu compatriota W. E. Pusser, no seu *Palmeirn of Englad*, Dublin, 1904³⁷⁸. No entanto, o artigo sobre o Amadis parece reclamar para ele uma tendência e tradição díspar, dado que Thomas afirma que a primeira edição da obra na Península Ibérica, na sua versão impressa, terá acontecido em Medina del Campo em 1506. Henry Thomas possuía amplo conhecimento da resistência clerical aos Romances de Cavalaria, ocorrida desde o século XVI, altura em que este tipo de obras detinha, paradoxalmente, os favores do sucesso público. O labor do historiador inglês

³⁷⁸ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 31. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 599.

documenta este paradoxo, e dirige-se implicitamente contra os preconceitos patentes na leitura religiosa persistente.

Conforme enquadra Ettore Finnazi-Agró: «O grande favor do público de que gozaram os Romances de Cavalaria durante todo o século XVI, não deve fazer supor, no que se refere à Península Ibérica, que à difusão deste género narrativo não se intrepôs nenhum obstáculo. Pelo contrário: encontrou, quase desde o seu aparecimento, aberta hostilidade de grande parte da *Intelligentsia Clerical*, a que se associaram alguns humanistas fiéis aos princípios de verosimilhança em arte. Frequentes e ilustres foram as vozes que se levantaram contra o hábito de tais leituras; e se a quantidade e qualidade de críticas não podem considerar-se notáveis até cerca de meados do século XVI, a partir de então o número de opositores torna-se tão relevante que a censura da narrativa cavaleiresca acaba por transformar-se num *topos* para toda a literatura eclesiástica e moralizante. Quer Henry Thomas, no seu livro sobre Romances de Cavalaria espanhóis e portugueses, quer Edward Glaser (...) forneceram uma ampla documentação sobre esta matéria»³⁷⁹.

Alguns anos depois de ter colaborado coma *Revista de História*, Henry Thomas e a sua Bibliografia mereceram destaque na Academia de Ciências de Lisboa devido à iniciativa de Pedro de Azevedo, também colaborador do periódico, que, sendo arquivista, fez um inventário das obras do historiador Inglês, atribuindo-lhe pioneirismo no estudo de Amadis de Gaula em Portugal. O cultor de Clio lusófilo agradeceu a atribuição, mas afirmou que fora Teófilo Braga o introdutor dos estudos contemporâneos sobre o romance de cavalaria em apreço e aproveitou para contestar a leitura teofiliana, segundo a qual a primeira tradução hebraica da obra fora feita em Portugal, avançando, em alternativa, que tal pioneirismo na impressão acontecera em Constantinopla, em meados do século XVI.

Jacinto de Andrade e Albuquerque Bettencourt

Origem Sócio-Geográfica

Jacinto de Andrade Albuquerque e Bettencourt veio ao mundo em Ponta Delgada (Açores), em 16 de Novembro de 1876

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Andrade Bettencourt tomou contacto com a vida militar, frequentando os preparatórios da Politécnica para a arma de Cavalaria e parte do Conselho Superior de Agronomia.

³⁷⁹ Ettore Finnazi-Agró – *A novelística portuguesa do século XVI*. ICALP-Colecção Breve, 1978, pp. 55-56.

João Lúcio de Azevedo

Origem Sócio-Geográfica

João Lúcio de Azevedo veio ao mundo em Sintra a 16 de Abril de 1855, tendo sido baptizado na Igreja de S. Martinho, pertencente à referida vila. Em criança frequentou a Escola Real de Mafra.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Lúcio de Azevedo ingressou em seguida no Instituto Industrial e Comercial, terminando os seus estudos através da conclusão dos exames de Português, Francês, Inglês, Alemão, Matemática, Desenho e Filosofia do Liceu Nacional de Lisboa: «Quando, antes dos vinte anos, seguiu para o Brasil tinha já uma bagagem de conhecimentos técnicos e literários que muito o havia de auxiliar na carreira comercial que ia encetar, e nos estudos a que, depois, se dedicaria com imenso êxito. Falar-se de autodidactismo a propósito de João Lúcio de Azevedo, é ignorar as bases sólidas de cultura que ele adquiriu na fase da juventude»³⁸⁰.

Pode discutir-se o *amadorismo* ou o *autodidactismo* na formação e nos primeiros anos de actividade de Lúcio de Azevedo. Certo é que não se limitou aos estudos primários, tendo concluído um curso médio na área industrial e comercial, ainda que não tenha entrado na Universidade.

A bagagem que adquiriu foi-lhe útil durante a estadia brasileira, a partir de 1873: «(...)emigrou para o Brasil, onde contactou, profissionalmente, com duas realidades que lhe seriam muito queridas e que vieram a ter repercussão na sua obra: os livros e a paisagem brasileira do Pará e do Amazonas. Tendo começado a trabalhar na Livraria Tavares Cardoso, do Pará - do seu tio Botelho -, veio a tornar-se seu proprietário, pois entretanto veio a casar-se com sua prima Ana Conceição Botelho (filha daquele). Esteve igualmente ligado a uma importante empresa de borracha e a uma companhia de navegação fluvial, igualmente dirigidas pelo mencionado tio»³⁸¹.

Percorso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

João Lúcio de Azevedo aliou os seus conhecimentos práticos e pragmáticos a uma paixão pelos livros, fortalecida pela sua experiência editorial. Estas circunstâncias favoreceram e alimentaram o seu interesse por matérias de erudição, que o levaram a escrever trabalhos devotados a Clio e à descrição da estadia brasileira. São disso exemplo: *A História Paraense (1893)*; *Notas de um Viajante (1897)* e *Vida Nova (1899)*,

³⁸⁰ Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento de João Lúcio de Azevedo. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Palácio das Galveias, 1955, p. 5.

³⁸¹ José Maria Amado Mendes – *Desenvolvimento e estruturação da Historiografia portuguesa*. In Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga (orgs.) – *História da História em Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 202.

e a *A Província do Pará*. Esta última obra é a compilação das anteriores. Em 1900, na sequência da liquidação do seu negócio comercial, com o qual prosperou, o autor regressou à Europa, vivendo primeiro em Paris e posteriormente em Portugal. Depois de ter iniciado o percurso historiográfico do outro lado do atlântico, Lúcio de Azevedo continuou-o, de modo permanente e decidido em 1901, com a publicação de *Os Judeus do Grã Pará*.

A atenção do futuro colaborador ad *Revista de História* repartiu-se por três núcleos centrais «(...) alguns temas preocupam, durante anos, fundamentalmente, a sua paixão de erudito:- O pombalismo, o sebastianismo e, a vida do Padre António Vieira. Em 1909 sai *O Marquês de Pombal e a sua época* (...). Em 1916, em separata do Arquivo Histórico Português (...) aparece *A evolução do Sebastianismo*. Entre 1918 e 1921, respectivamente, dá-nos o primeiro e o segundo volume da *História de António Vieira* (...) Entretanto, como dissemos, em revistas eruditas e boletins académicos saem da pena de João Lúcio d'Azevedo centenas de páginas preparatórias ou complementares destas obras fundamentais. No *Arquivo Histórico Português, na Revista de História, No Boletim da Academia de Ciências de Lisboa, multiplicam-se os seus trabalhos, sempre* impregnados do mais puro espírito historiográfico. Em 1922 surge outra obra de enorme categoria, e para a qual também se preparava há muito, publicando, aqui e além, alguns dos seus principais capítulos – a *História dos Cristãos Novos Portugueses*, que foi recebida pela crítica com unânimes aplausos»³⁸².

Antes de ter sido publicada sob a forma de livro, esta última obra foi gerada e testada no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, desde 1912, tendo a Revista servido como respectiva plataforma de lançamento. Ora, nos seus artigos preparatórios, avulta o reconhecimento do papel dos cristãos-novos na economia portuguesa, gerando dividendos na finança e no comércio. Sabe-se o quanto as questões comerciais tinham influenciado o percurso biográfico anterior de Lúcio de Azevedo, que avança a tese segundo a qual perseguição inquisitorial à *Gente da Nação* decorrerá menos de questões religiosas do que da importância dos Judeus e dos Cristãos Novos para o tecido económico nacional, nele concorrendo, com vantagem, com os Cristãos-Velhos.

No órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Lúcio de Azevedo acompanhou ainda *Os Judeus na Diáspora*, mas também se desenvolveu estudos sobre dois dos seus núcleos fundamentais de investigação como o Pombalismo-para o qual contribuiu com um texto complementar sobre um manuscrito de um historiador anónimo anti-pombalino – e a Vida de António

³⁸² Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento de João Lúcio de Azevedo..., pp. 7-8.

Vieira, que, curiosamente, ou talvez não, passou parte significativa do seu percurso biográfico no Brasil. A colaboração de Lúcio de Azevedo na *Revista de História* estendeu-se por todo o período de vigência desta.

Maioritariamente coincidente com esta trajetória desenvolveu-se, entre 1916 e 1927 a correspondência epistolar entre o investigador português e o seu amigo brasileiro Capristano de Abreu.

As cartas trocadas tiveram como mote o falecimento de José Veríssimo. Conforme nota Paula Virgínia Pinheiro Batista: «Foi nesse ambiente, propício a relações epistolares, que Capristano escreveu uma das cartas ao historiador português João Lúcio de Azevedo, datada de 7 de Fevereiro de 1916. Esta carta foi escrita cinco dias após a morte de José Veríssimo, amigo em comum de Capristano e João Lúcio, ocorrida em 2 de Fevereiro de 1916 (...). Diante da morte do amigo José Veríssimo, os dois historiadores se aproximaram, estimulando uma densa troca de correspondência e estreitando laços de amizade (...). Tanto José Veríssimo como João Lúcio de Azevedo colaboraram para jornais de província como o *Liberal do Pará* e *Província do Pará*. Ambos escreveram sobre a região da Amazónia em trabalhos iniciais das suas carreiras (...). Sem Veríssimo, Capristano e João Lúcio iniciaram uma cumplicidade intelectual, incentivada pela escrita cotidiana de cartas (...). Cartas são conversas com os que estão ausentes. Essa correspondência foi gerada, sobretudo, em função da distância física entre eles, posto que um vivia no Rio de Janeiro, e o outro, em Lisboa. O que fascina, nestas cartas, é a cumplicidade do ofício de historiador que eles partilhavam, tendo a correspondência como espaço de discussão sobre o trabalho historiográfico de ambos. Contudo, a frequência das cartas, juntamente com o tom íntimo empregado entre esses dois correspondentes revela mais: apresenta a trajetória de uma amizade intelectual que vai sendo construída a partir da ajuda mútua. Além disso, a intimidade favorece as confissões recíprocas entre Capristano e João Lúcio sobre a família, a solidão, a velhice, dentre outros temas»³⁸³.

As questões historiográficas eram um traço comum aos diálogos epistolares entre Capristano de Abreu e Lúcio de Azevedo e à prática deste último na *Revista de História*, a cujo labor pode aplicar-se o seguinte diagnóstico: «Se, porém, [Lúcio de Azevedo] muito mais efectuou com os recursos da erudição que com os da intuição, não foi um mecânico e frio compilador de factos, pois que soube compor quadros de grande movimento e animá-los com sopros de vida, soube erguer luminosamente algumas épocas e figuras do passado. Os documentos e a investigação formavam os

³⁸³ Paula Virgínia Pinheiro Batista – *Bastidores da escrita da história: a amizade epistolar entre Capristano de Abreu e João Lúcio de Azevedo: 1916-1927*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008, p. 11.

seus elementos de conquista da verdade; depois, quando seguramente já dominava factos e se julgava senhor da realidade, os quadros históricos amplos e firmes recebiam o influxo da sua emotividade. Investigava e deduzia: no entanto, nem se alheava espiritualmente da obra, nem deturpava o sentido, o significado dos documentos. Embora não menosprezasse qualquer minudência não se inibia de corrigir uma deficiência, um desacerto da visão, quando reconhecia a falta»³⁸⁴.

Fora da *Revista de História*, eventualmente por esta ter terminado entretanto, Lúcio de Azevedo aplicou a conjugação do apuramento de factos e documentos com um juízo interpretativo e a criação de um quadro narrativo de teor vivencial e panorâmico às suas *Épocas do Portugal Económico, esboços de História*, obra dada à estampa no ano de 1929. No entender de Amado Mendes: «Sem negar, obviamente, a possível influência do pensamento sergiano em Lúcio de Azevedo – aliás expressamente citado por este quanto à importância do factor económico na História- apenas acrescentaremos que o projecto da dita História económica, já então (1925) se encontrava em curso, pelo que se devem procurar outras influências. Para esclarecer o assunto, a correspondência entre João Capristano de Abreu (1853-1927) e o autor das *Épocas do Portugal Económico presta um bom auxílio*»³⁸⁵.

Enquanto Lúcio de Azevedo dedicou parte da sua vida ao negócio, revelando pragmatismo, esta característica encontra-se presente noutro colaborador da *Revista de História*, Augusto César Pires de Lima, erudito devotado ao ensino técnico.

Augusto César Pires de Lima

Origem Sócio-Geográfica

Augusto César Pires de Lima nasceu em. Tiago de Areias, Santo Tirso, a 29 de Agosto de 1888.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, candidatando-se, quando ainda era aluno do quinto ano, a professor liceal das escolas técnicas.

Percurso Profissional:Actividades,cargos,títulos e Produção Intelectual

Pires de Lima foi colocado, no ano de 1905, no Liceu de Vila Real. Posteriormente conseguiu a transferência para o Porto, nomeadamente para o liceu Rodrigues de Freitas e a Escola Comercial de Mouzinho da Silveira. Paralelamente, exerceu sempre a advocacia e nunca se desligou da aplicação prática de programas

³⁸⁴ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 3. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 920.

³⁸⁵ J. M. Amado Mendes – *Desenvolvimento e estruturação...*, p. 203

pedagógicos, tendo realizado livros de leitura para o ensino liceal e técnico nos quais dava aulas. Para tal, efectuou a compilação, dotada de noas críticas pessoais, de obras de Gil Vicente, Camões, Almeida Garrett, entre outros.

O seu percurso decorreu essencialmente no norte do país, valorizando aspectos ligados à realidade e às dificuldades da sua actualidade, como a referida instrução pública, *O problema da assistência no Porto* e a agricultura. Em 1924, Augusto César Pires de Lima procurou, na *Revista de História*, analisar a História Nacional à luz de uma fonte local, permeável a uma nota pessoal, dado que se trata da publicação de um Diário de Um Soldado Miguelista, José Bento Fernandes, conterrâneo do colaborador do periódico, ascendente da casa da cortinha da freguesia de S. Tiago das Areias. Pires de Lima evidencia no seu artigo, de modo ainda incipiente mas relevante, interesse que tinha pela personalidade dos indivíduos, pelos costumes e hábitos destes e da comunidade à qual pertencem. Germinam aqui os *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, compilados no anos 40 do século XX.

O autor demonstra empatia com as ideias monárquicas da personalidade escolhida, aproveitando a autorização dos familiares para a transcrição da fonte em causa para dar voz a uma nostalgia da sua própria infância na aldeia onde nasceu. Aliás o resgate da ruralidade e da respectiva tradição comprovam que Augusto César Pires de Lima combatia, de modo discreto mas efectivo, a tendência para encarar a realidade portuguesa de modo uniforme. Cada região ou localidade possuía a sua especificidade etnográfica, que coube ao autor perscrutar ao arrepio de um centralismo que apagasse diferenças e peculiaridades. É inegável o apego de Augusto César Pires de Lima à sua terra natal. O gosto pelo telúrico encontra-se patente, de forma menos romântica, nas prospecções de terreno de teor arqueológico, realizadas por Joaquim Moreira Fontes³⁸⁶.

³⁸⁶ Francisco Topa proferiu uma conferência sobre a personalidade em causa, na qual ressaltou as três características fundamentais do respectivo trajecto profissional, debruçando-se sobre as facetas de professor, filólogo e etnólogo, patentes no trabalho de Pires de Lima. Cfr. Francisco Topa – *Augusto César Pires de Lima, um exemplar vivo para o nosso tempo – no vigésimo aniversário da escola de que é patrono*. Porto: Câmara Municipal, 1993.

Joaquim Moreira Fontes

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Lisboa em 23 de Fevereiro de 1892. Era filho de António Ferreira Fontes e Elisa da Conceição Moreira Fontes.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Em 1909, ainda estudante de liceu, Joaquim Fontes começou a interessar-se por um âmbito cultural específico, acerca do qual viria a escrever os seus primeiros trabalhos dotados de uma componente científica rigorosa

Antes de cursar Medicina, o intelectual português desenvolveu e cultivou uma área de estudos sem tradição universitária autónoma, a arqueologia, na qual não adquiriu formação enquadrada institucionalmente, devido provavelmente à respectiva inexistência. No entanto, não desistiu nunca de dedicar-se à sua paixão por materiais arqueológicos. Este seu afã culminou, aos 17 anos com a descoberta de uma importante estação do paleolítico português, o Casal do Monte na Póvoa de Santo Adrião. Entretanto, «em 1911, foi membro titular do Congresso Pré-Histórico de França, realizado em Nimes, e em 1912 em Angoulême, e ainda no mesmo ano do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, em Genebra. Entre 1915 e 1916 começou o estudo de magníficas colecções dos tempos quaternários, depositadas no serviço geológico, publicando uma série de monografias»³⁸⁷.

Nos escritos publicados na *Revista de História* em 1912 existem reflexos das explorações arqueológicas do autor, da sua capacidade de se encontrar a par da actualidade internacional nessa área. Pode mesmo afirmar-se que, mesmo antes da formação universitária, ocorrida noutro âmbito, Fontes demonstrava conhecimentos científicos e vontade de aprofundá-los. Note-se que, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, antecipou 3 anos a referida interpelação de quaternário, consubstanciada em estudos como *Note sur Le Cheleén du Casal do Monte*, publicado no volume VII do Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais ou *Instruments Paleolithiques des environs de Porto* dados à estampa na mesma ocasião no periódico referido³⁸⁸.

Convém sublinhar que na *Revista de História* o erudito listara artefactos líticos paleolíticos, comprovando-se que a publicação funcionara como uma das primeiras plataformas de apresentação de resultados da investigação empírica realizada, catapultando as investidas que acabámos de referir. Este esforço de mediação entre o

³⁸⁷ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 11. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 596.

³⁸⁸ Cfr. *Revista Tripla* v de Artes, Religiões e Ciências, in http://triplov.com/biblos/joaquim_fontes.htm (acedido em 18 de Julho de 2011).

trabalho de campo e a consolidação científica é assinalável. Ainda em 1915, no boletim ante-referenciado Fontes realizou o elogio necrológico de um arqueólogo francês que citara no órgão de Informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Trata-se de Joseph Déchellette.

Quatro anos depois de ter colaborado com a *Revista de História*, Joaquim Fontes licenciou-se em Medicina na respectiva Faculdade da capital em 7 de Agosto de 1916, com a classificação final de 18 valores e após a conclusão da tese de Licenciatura realizada, no ano anterior, e intitulada *Contribuição para o estudo da Tatuagem*, título com claras ressonâncias etnográficas. Este percurso valeu-lhe, no mesmo ano, o reconhecimento, através dos prémios *Abel Jordão e Sousa Martins*.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

No entanto, o interesse de Joaquim Fontes pela arqueologia não esmoreceu, apesar de não mais ter sido plasmado nas páginas da secção de artigos do referido periódico, dando continuidade a um percurso multifacetado comprovado pelo seu discípulo Jacinto Betencourt na obra *Professor Joaquim Moreira Fontes*: «Desde 1909. data em que descobriu a mais importante estação do paleolítico português, até à sua morte (...), o Professor Joaquim Moreira Fontes desenvolveu uma infatigável actividade, abrangendo os mais variados campos. Tal como nos grandes vultos do Renascimento, a curiosidade do seu espírito era demasiadamente pujante e inquieta para circunscrever-se a um único sector de estudo ou da investigação. Assim, foi ao mesmo tempo, arqueólogo, médico, cirurgião e professor de duas cadeiras diferentes da Faculdade de Medicina (...) A esta multiplicidade de interesses intelectuais correspondia no entanto uma invulgar unidade de espírito. No dia já longínquo em que pela primeira vez penetrei no seu gabinete de fisiologista fiquei impressionado pelas importantes colecções arqueológicas que o ornamentavam. Só depois compreendi que entre actividades tão díspares havia um elo comum: a curiosidade científica, a paixão do investigador. O entusiasmo que o levou a pesquisar na terra vestígios do homem pré-histórico, levou-o depois a investigar no Laboratório as particularidades da contracção muscular e a procurar esclarecer na Maternidade os mecanismos do trabalho de parto»³⁸⁹.

Do ponto de vista temático, Moreira Fontes desenvolvia sempre estudos sobre o homem, desde as respectivas origens enquanto espécie, às primícias biológicas de cada indivíduo, passando pelos mecanismos musculares. Enquanto articulista na *Revista de História*, o autor demonstrara o seu humanismo e ecletismo, mais pela escolha temática dos artefactos líticos utilizados pelo homem, do que pela via formal

³⁸⁹ Jacinto Moniz de Bettencourt – *Professor Joaquim Moreira Fontes*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1959.

de uma retórica humanista, exuberante ou vincada. Todavia, nos seus artigos, relativamente austeros, por serem essencialmente descritivos, comparecia já, de modo incipiente, o gosto pela beleza. Conforme afirma Mário de Sampaio Ribeiro, referindo-se aos últimos anos da vida de Joaquim Fontes: «A personalidade do Prof. Joaquim Fontes, porém, não se repartiu só por essas duas facetas [a de arqueólogo e a de médico] – houve nele, pelo menos, uma outra, que só se evidenciou tardiamente e não chegou, talvez, a desenvolver-se por completo (...). Porventura a propensão bucólica do seu ânimo – que tanto se comprazia nas contadas horas de ócio, em viver de algum modo (no seu «Casal Saloio» em Mem Martins) a quietude patriarcal de certas modalidades agro-pecuárias do velho termo da capital-podia parecer estranhável a quem só o conhecesse pelas aparências: feitio desprendido e algo reservado, um tanto seco (quase brusco mesmo) e pouco amigo de desperdiçar palavras. É certo, contudo, que havia nele um fundo contemplativo, ávido de beleza (...) que só à Música da mais alta estirpe é dado atingir». Centremo-nos, contudo, de novo, no final da segunda década do século XX: «em 1917, [Joaquim Fontes] fez parte do Congresso Espanhol para o Progresso das Ciências, reunido em Sevilha. No mesmo ano, fez escavações nas Astúrias, e, durante uma visita à Galiza, descobriu a primeira estação paleolítica daquela província espanhola, em Campo de Lemos, Pontevedra.

A morte de Possidónio da Silva, em 1896, até aos primeiros anos da República, as relações luso-espanhola no âmbito dos trabalhos arqueológicos sofreram uma desaceleração que conduziu a um interregno. Coube a dois portugueses reverter esta situação, sendo um deles Joaquim Fontes. O tipo de intercâmbio encetado era mais baseado em contactos pessoais, do que na criação de espaços públicos alargados. Fontes tentou ou criar uma Comissão para o desenvolvimento da Arqueologia em Portugal, a exemplo da congénere espanhola e nela inspirado, procurando recuperar o atraso português na institucionalização da Arqueologia.

No entender de Ana Martins: «Contrary to more scientifically advanced countries at the time, Portugal did not yet possess the means essential to affirm, or officially recognise, the practice of archaeology. There were no research institutes, seminars and university courses in this subject, and there was, above all, a lack of researchers holding degrees in this academic field, even though there were certain individuals who were interested in archaeology and devoted their time and resources to studying it. Portugal's peculiar situation, within Europe's chessboard of nations, seems understandable if one recalls that Portugal, unlike other nations, did not need to use archaeological evidence to legitimize its political, geographic and cultural existence. It also lacked regionalist arguments, like those experienced in Spain, for interpreting the past. In contrast, Portuguese political agendas were interested, primarily, in its

Medieval past, that witnessed the formation of the kingdom, and that relegated both Prehistory and Proto-History into the background. This trend became less obvious over time, but it was insufficient enough to guarantee public funding.(...) 1917 was an important year in the history of the AAP(Associações dos Arqueólogos Portugueses), as this institution took the path that would, from then on, define archaeology in Portugal. It became the home for archaeologists, promoting related activities, including excavations. This new phase in the history of the association began in the best possible way with individuals, such as Fontes, being invited to excavate in Spain, and financed by scientific institutions based in Madrid. The AAP gained prestige through this (re)introduction back into the Iberian scientific network. Participation in this network had waned since the death of Possidónio da Silva. However, there were asymmetries. The early twentieth century witnessed the launch of the basis for a solid, albeit intermittent, collaboration with Spanish scholars, especially with those from Asturias and Galicia, a sign of the undoubted vitality of the *République des Lettres*. The role played by the president of the AAP was, in a way, transferred to Fontes. The latter represented the AAP at major international archaeological conferences, even when the focus was mainly towards Spain, giving rise to a long and profitable official relationship between Iberian researchers, as seen in their participation at the Congreso de Sevilla de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias (1917).While these events unfolded, Fontes worked towards his goal, exchanging correspondence with Spanish individuals directly associated with the study and safeguard of archaeological remains. Fontes wrote frequently to Juan Cabré de Aguiló (1882–1947) and E. Hernández-Pacheco, and often visited Spain to participate in excavations with Hernández-Pacheco, while struggling to achieve the institutionalisation of archaeology and the protection of archaeological remains in Portugal»³⁹⁰.

Joaquim Fontes contribuiu para a institucionalização da Arqueologia Portuguesa, tendo viajado pelos principais centros de saber europeus. O gosto por viagens também prendeu José Ferreira Martins tendo vivido na Índia Portuguesa.

³⁹⁰ Cfr. Ana Cristina Martins - Iberian crossroads: archaeology and dictatorships. In *Bulletin of the History of Archaeology*, vol. 20, nº 2. Londres: Ubiquity press, 2010, pp. 23e ss.

José Ferreira Martins

Origem Sócio-Geográfica

José Frederico Ferreira Martins nasceu em 1874 e faleceu em 1960.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

José Ferreira Martins frequentou escolas e universidades inglesas, tornando-se professor de liceu em Lisboa e na Índia³⁹¹.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Na colónia portuguesa, o futuro colaborador da *Revista de História* desempenhou o cargo de vogal do Conselho de instrução pública. Aos 53 anos, a 1 de Julho de 1913, concluiu o único artigo que enviou desde Nova Goa para a redacção do periódico, intitulado *A Galeria dos Retratos dos Vice Reis da Índia*. Trata-se de um monumento situado no interior de um palácio goês, demonstrativo da alegada grandeza dos Portugueses no que tange à edificação patrimonial. O facto de Ferreira Martins exercer o cargo de professor na Índia contribuiu para que tenha tentado colocar os seus dotes pedagógicos aos serviço da divulgação dos alegados feitos de Portugal para a construção de uma memória própria naquele território ultramarino³⁹².

No seu artigo, o autor irrompe como testemunha ocular daquilo que narra e percebe-se que pretende substituir-se aos cronistas mortos na tarefa de rememoração do passado, tornando-o o vivo no presente que partilha. O estudo publicado no órgão de informação e comunicação da Sociedade Nacional de História faz parte de um conjunto mais vasto que o precedeu ou que resulta seu contemporâneo: neste conspecto convém ressaltar trabalhos sobre instituições indianas, como: *História da Misericórdia da Índia*; *Os Provedores da Misericórdia*; *Crónica dos Vice-reis e Governadores da Índia*.

Por outro lado, Ferreira Martins não deixou de registar a sua visão política nacionalista e favorável à independência face à Espanha ou a sua visão cristã sobre os descobrimentos do território colonial em que viveu através de escritos como: *A Restauração e aclamação de D. João IV na Índia*; *A Restauração e o Império Oriental* ou *O Misticismo Religioso ao serviço da expansão e do domínio português no Oriente*.

O colaborador da *Revista de História* também se interessara, fora do periódico, pelo *Domínio de Castela e o Império Oriental*. Pelos seus títulos percebe-se que praticava uma História institucional e política, de pendor factual, mas permeável às suas memórias afectivas sobre os lugares percorridos. Este esforço memorial

³⁹¹ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, Vol. 11. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 202.

³⁹² *Ibid.*

encontrou guarida parcial na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo, a qual publicou uma parcela monográfica de um edifício historiográfico de síntese ao qual o artigo se antecipou, intitulado *Estado da Índia o Passado e o presente da mais antiga colónia*, obra publicada em 1939 e em cuja introdução. Ferreira Martins escreveu as seguintes palavras, que podem ajudar a explicar o espírito e as motivações do seu autor, provavelmente já presentes, de modo não explicitado em *A Galeria dos Retratos dos Vice-Reis da Índia*: «De tôdas as colónias, é o Estado da Índia Portuguesa a mais antiga. Foi nela que se desenvolveu a nossa vertiginosa actividade na conquista e expansão do Império Colonial. Do Mandovi, que desagua no Índico, partiram as Armadas em defesa do nosso prestígio nas terras, portos, cidades e rios por nós ocupados. A cidade dos Vice- reis, de gloriosas tradições, festejava-as quando do seu regresso. Quem percorrer o Estado da Índia, pequena nesga na costa do Malabar, dum extremo a outro, encontrará belos monumentos dos tempos da conquista e da opulência, os quais representavam as mais ricas páginas de pedra, que objectivam e esclarecem factos, que se não lêem em nenhuma das obras dos nossos cronistas»³⁹³.

A galeria dos retratos dos vice-reis da Índia faz parte das *páginas de pedra* evocadas por Ferreira Martins, que dela não se esquece na sua análise do passado do Estado da Índia mas também do presente, patente por exemplo na descrição da população, clima e da vegetação, da língua ou da geografia indianas. A obra o *Estado da Índia* termina com a apresentação dos palácios e Fortalezas. Entre eles conta-se a Galeria dos Retratos dos Vice-Reis «Para findar, mencionaremos ainda a célebre Galeria dos Vice-Reis e Governadores Gerais, a qual guarnece a sala nobre do palácio do govêrno da Índia. Foi D. João de Castro que deu início a essa obra, tendo por auxiliar o cronista Gaspar Correia, que conheceu de vista os antecessores do grande Vice-Rei»³⁹⁴.

No artigo publicado no órgão de informação e comunicação da Sociedade Nacional de História, Ferreira Martins, citara em pormenor, passagens do cronista Gaspar Correia. Também cristão, mais propriamente católico, mas de origem aristocrática, destacou-se um outro sócio da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Trata-se de D. José Manuel de Noronha

³⁹³ José Ferreira Martins – *Estado da Índia: o passado e o presente da mais antiga colónia*. Lisboa: Editorial Cosmos, 1939, p. 4.

³⁹⁴ Id., p.39. Mais informações sobre José Ferreira Martins encontram-se patentes na Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 18,. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 893.

José Manuel de Noronha

Origem Sócio-Geográfica

É curioso verificar que este que viria a ser escritor e jornalista português não nasceu nem morreu em território nacional, dado que veio ao mundo em Milão a 23 de Agosto de 1895 e faleceu em Lausanne, na Suíça, a 10 de Outubro de 1924.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

José Manuel de Noronha licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Terá sido «um dos mais brilhantes estudantes do seu tempo na Universidade de Coimbra e uma figura que se destacou no seu meio intelectual³⁹⁵».

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Antes de colaborar na *Revista de História*, José Manuel de Noronha foi ganhando experiência de escrita e de direcção num periódico católico coimbrão, intitulado. *O imparcial, mas também* no órgão do integralismo lusitano, a *Nação, cujos valores partilharia*. Aliás, era fervoroso defensor da independência portuguesa. De resto, estudou, de modo apologético, *D. Nuno Álvares Pereira, Herói e Santo*, logo no ano de 1915. O Título desta obra não esconde os epítetos com os quais Noronha adjectiva a personalidade mais marcante da vitória portuguesa face a Castela em 1383-1385. No ano de 1916, fora da publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo, José Manuel de Noronha publicou um artigo numa revista que não por acaso era coimbrã. Trata-se do Instituto. Esta situação comprova o quanto o autor em análise se encontrava ligado à cidade na qual se formara. O texto em questão intitula-se *Cartas do Marquês de Pombal, 1770-1780*.

Contudo, como jornalista que era, a actividade do futuro colaborador da *Revista de História* não se quedava nunca pela vertente erudita de publicação de documentos. No mesmo ano foi dado à estampa um trabalho que demonstra a preocupação do seu autor com a entrada de Portugal na primeira Guerra Mundial, através do envio de um Corpo Expedicionário ao lado da Inglaterra. Noronha contribuiu para a discussão acerca dessa entrada e exercitou uma posição filo-britânica contrária à ameaça germânica na obra *Uma Campanha Patriótica A Aliança Inglesa (Páginas de Ouro e glória)*, sugestivamente dedicada *à memória sagrada de Nun'Álvares - o maior soldado português que lado a lado de ingleses se bateu-consagra o autor*³⁹⁶.

Tal como em Aljubarrota, os Ingleses ajudaram Portugal a derrotar Castela em 1385. Era o momento pra reactivar a mesma aliança, desta vez contra adversário

³⁹⁵ *Ibid.*

³⁹⁶ José Manuel Noronha – *Uma campanha patriótica: a aliança inglesa: páginas de ouro e glória*. Lisboa: Aillaud Bertrand, 1916, p. 6.

alemão: «No momento verdadeiramente crítico para a nacionalidade, que na quadra actual atravessamos, devem cessar todas as querelas de partido e emudecer todas as ambições que não tenham por objecto o engrandecimento e defesa da Patria. (...) Ninguém duvide que, numa hipotese duma vitoria germanica, estas ameaças sejam cumpridas (...). Monarquicos ou republicanos, todos nós, os que reclamamos como património comum as glórias e os loiros d' outrora (...) temos a obrigação, temos o dever de nos unir! O nosso lugar é ao lado da Inglaterra (...)»³⁹⁷.

O autor apela a uma suspensão de divergências entre monárquicos e republicanos, em nome de uma *União Sagrada*. Apesar dos mortos portugueses, a *Tríplice Entente* venceu a Guerra, mas no ano de 1918 ainda faltava assinar o tratado de paz, que se concretizou em 1919. Naquela data, José Manuel de Noronha, publicou um artigo para a *Revista de História*, intitulado *Gomes Freire nas Rússia*, trabalho no qual é criticado o filopombalismo do biografado. Finda a Guerra, a vertente erudita de Noronha encontra-se, mas comprometida com o quotidiano, dado que estuda uma questão do século XVIII mas vinca uma posição contra Pombal e seus defensores ao tempo de Noronha como António Ferrão. Terminado o primeiro conflito à escala mundial as clivagens no seio dos republicanos e entre estes e monárquicos voltaram, com um conservador a opor-se a um alegado jacobino. Outro conservador, que pugnava pela conservação do património histórico português, desta vez de natureza artística, era José de Queiroz.

José de Queirós

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Lisboa, a 13 de Julho de 1856, e faleceu a 31 do mesmo mês no ano de 1920. Era filho de José Maria de Lorena Queirós, que lhe proporcionou o convívio e a aprendizagem da pintura com mestres como Colombano, primeiro, e Malhoa, depois. Ambos os artistas despertaram e fizeram frutificar no jovem neófito o gosto pela pintura³⁹⁸».

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Como pintor, José de Queirós privilegiava os temas de ar livre. Esta indicação será relevante para enquadrar o artigo publicado em 1913 para a *Revista de História*. Antes de se dedicar à investigação na área da História da Arte, o autor percorreu um longo caminho de experiência feito e de vocação empírica, enquanto pintor. Entretanto, continuou os seus estudos na Academia de Belas Artes, dirigida por

³⁹⁷ *Ibid.*, pp. 7-8.

³⁹⁸ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 23. Lisboa: Página Editora, [s.d.], pp. 894-895.

Simões de Almeida. De 1873 a 1887, o futuro colaborador da *Revista de História* fez parte da Comissão Promotora das Belas Artes em Portugal e ajudou a fundar o Grémio Artístico, que viria a dar origem à Sociedade Nacional de Belas Artes. Estas duas iniciativas, de carácter institucional, mostram o papel de José de Queiroz para o progressivo, ainda que incipiente, enraizamento da Arte e da respectiva História em Portugal³⁹⁹.

No entanto, «o seu principal mérito consistiu no impulso dado ao desenvolvimento das indústrias artísticas, principalmente à cerâmica, ramos em que, com relativa propriedade, pontificou. No respeitante à Tapeçaria, conseguiu, pela sua actuação, que se restabelecesse a velha indústria de tapetes de Arraiolos, em risco de perder-se»⁴⁰⁰. O resgate do património artístico e das indústrias tradicionais estendeu-se aos Azulejos de S. Vicente de Fora, Terraço Grande. Estes materiais situavam-se ao ar livre, nos claustros e corriam o risco da usura e do desgaste do tempo, contra os quais José de Queirós ergueu a sua voz, eivada de preocupações morais, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo.

José de Queirós seguiu a linhagem de outros estudiosos no estudo das indústrias artísticas, como Joaquim de Vasconcelos. Note-se que ambos eram Sócios da Sociedade Nacional de História. A pertença de Queirós a esta agremiação surge na sequência das filiações institucionais anteriormente citadas, e pode ter sido influenciada por elas: «Outro paladino, no estudo das indústrias tradicionais e artísticas portuguesas, foi José Queirós (1856-1920). De forma algo invulgar em José de Queirós conjugam-se diversas vertentes: de artista, investigador, estudioso e defensor acérrimo e intransigente, do nosso património artístico-histórico. (...) José de Queirós defendia uma perspectiva nacionalista quanto às nossas tradições artísticas. Opunha-se pois à corrente que negava a especificidade da nossa tradição histórica e artística, em ligação com a tese decadentista, assumida por elementos da Geração de 70»⁴⁰¹.

O estudo da azulejaria relaciona-se com o da cerâmica. Neste último âmbito, Amado Mendes sintetiza a actividade intelectual de José de Queirós: «O autor, no que respeita fundamentalmente à cerâmica artística, conseguiu reunir uma quantidade enorme de elementos, adoptando, na elaboração do respectivo estudo, uma perspectiva multivariada-partindo das fontes escritas, mas, sobretudo, das próprias fontes materiais -, pela qual contemplou as matérias-primas e as tecnologias, os centros produtores e os artistas, os produtos, estilos e marcas. Acresce a tudo isto o facto de ter considerado a História da cerâmica nas suas várias dimensões temporais,

³⁹⁹ *Ibid.*

⁴⁰⁰ *Ibid.*

⁴⁰¹ J. M. Amado Mendes – *Desenvolvimento e estruturação...*, pp. 196-197.

desde o passado remoto e próximo, até ao seu próprio tempo. Nesse sentido, foi também, à sua maneira, um cultor da «História do Presente»⁴⁰².

No artigo publicado na *Revista de História* o autor pratica a História do presente, baseada essencialmente em fontes matérias, aludindo José de Queirós à história do edifício estudado, mas eximindo-se a aprofundar a respectiva diacronia ou questões técnico-estilísticas relativas aos Azulejos. Uma outra forma de considerar a nação portuguesa é patenteada por Luciano Pereira da Silva, que não se dedica à vertente artística do nosso património, devotando-se, por outro lado, à Ciência Náutica da época dos Descobrimentos.

Luciano Pereira da Silva

Origem Sócio-Geográfica

Luciano António Pereira da Silva nasceu em Caminha a 21 de Novembro de 1864 e morreu na mesma localidade, tendo sido vítima de homicídio, a 18 de Agosto de 1926⁴⁰³.

Veio ao mundo no terreiro da casa da farmácia, dado que era filho do farmacêutico local António Pereira da Silva, e de D. Isabel Joaquina Coelho da Silva⁴⁰⁴. É possível que o trajecto paterno o tenha motivado para a importância dos estudos na área das ciências naturais e exactas.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

O futuro colaborador da *Revista de História* fez as suas primeiras letras na terra natal e, findo esse trajecto, realizou o exame da quarta classe em Viana do Castelo, «onde estudou depois preparatórios sob a direcção de José Ramos Paz, conhecido mestre de então. Completou os preparatórios no Colégio de S. Carlos, no Porto, em 1879»⁴⁰⁵.

Luciano Pereira da Silva matriculou-se, a 15 de Outubro de 1878, na Universidade de Coimbra, aí concluindo o bacharelato em Matemática, volvidos cinco anos. Todavia, não se quedou por estas habilitações, ingressando, em seguida, na Escola do Exército, onde terminou o curso de Engenharia Civil, findo o qual, e mediante os conhecimentos adquiridos, julgou ter chegado momento de voltar a matricular-se, já enquanto capitão, na Faculdade, frequentando e completando aí o quinto ano de Matemática, que abrangia a Mecânica celeste, a Matemática e a

⁴⁰² *Ibid.*

⁴⁰³ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 21. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 206.

⁴⁰⁴ Cfr. Bento Coelho da Rocha – *No centenário do Prof. Luciano Pereira da Silva*. Braga: Edições Franciscana, 1965, p. 3.

⁴⁰⁵ *Ibid.*

Mineralogia e Geologia. Doutorou-se no décimo terceiro dia do mês de Janeiro de 1889⁴⁰⁶.

Entretanto, foi nomeado lente substituto de Matemática, tornando-se catedrático em Janeiro de 1902, situação que lhe permitiu reger, de modo estável, a cadeira de Mecânica celeste⁴⁰⁷.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Em consequência deste enriquecimento curricular, Luciano Pereira da Silva ocupou o cargo de terceiro astrónomo e foi despachado lente catedrático, tornando-se professor de cálculo diferencial e integral. O futuro colaborador da *Revista de História* acumulou, a partir de 1913, as actividades lectivas na sua faculdade com as aulas de Metodologia das ciências Matemáticas e de História da Pedagogia, na Escola Normal Superior, da qual se tornou director, por nomeação, a a 20 de Novembro de 1915.

Para além das actividades académicas, o matemático dedicou-se à política, tendo sido deputado entre 1901 e 1903 e Governador Civil de Coimbra seis anos depois, entre 20 de Janeiro de 1909 e a mesma data no ano seguinte: «Não conseguiu a política interessá-lo, ficando porém da sua actuação parlamentar um discurso (...) sobre a educação nacional. A atenção do seu espírito voltou-se, nessa altura, para os estudos cosmográficos e procurou estudar todos os fundamentos científicos dos Descobrimentos dos Portugueses. Por esse tempo, era corrente entre investigadores e historiadores estrangeiros a tese de que os descobrimentos dos portugueses resultavam somente do acaso e da sorte de um grupo de aventureiros. Na Alemanha era o mais alto e categorizado detractor dos nossos descobrimentos. A reacção portuguesa, quer com o Visconde de Santarém, quer com Joaquim Bensaúde, procura desfazer essa lenda, mas é com Luciano Pereira da Silva que se fez a prova científica de serem os descobrimentos portugueses produto de um plano elaborado nos tempos de D. João I e cumprido pelos reis que o sucederam. Luciano Pereira da Silva demonstra ainda o avanço técnico que os nossos cientistas da época deram aos instrumentos de navegação principalmente ao «astrolábio» da autoria de Pedro Nunes»⁴⁰⁸.

Luciano Pereira da Silva não se contentou com a posse de uma cultura erudita exclusivamente livresca. Aproveitou a sua posição social e o conforto dela decorrente, para fortalecer os seus conhecimentos científicos e sociais, viajando por toda a Europa, situação que lhe permitiu construir uma plêiade de contactos que lhe foram muito úteis e talvez tenham resultado da sua personalidade, descrita como afável, por

⁴⁰⁶ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 21. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 206.

⁴⁰⁷ Bento Coelho da Rocha – *No centenário do Prof. Luciano Pereira da Silva...*, p. 3.

⁴⁰⁸ *Ibid.*, p. 4.

Bento Coelho da Rocha: «O Dr Luciano (...) era um homem elegante, verdadeiramente aristocrata nos seu feitio, cheio de uma afabilidade que cativava todos: Muitas vezes arvorava um sorriso bondoso, a que não faltava a pimenta de uma certa ironia. Deu-se com toda a gente, frequentava todos os meios e foi um viajante cheio de interesse pelas terras onde o levavam as suas andanças. Percorreu a Europa, e foi ao Médio Oriente, Palestina e Egipto. Destas suas viagens trouxe ensinamentos úteis e a sua personalidade avigorou-se no contacto com as gentes estranhas, professores, estudiosos, sábios (...)»⁴⁰⁹.

A combinação da visão científica dos descobrimentos portugueses com o cosmopolitismo, encontra-se patente numa obra intitulada *A Astronomia dos Lusíadas*, publicada em 1913 e que preludiou os estudos sobre ciência náutica publicados na *Revista de História*, em 1916, tendo-os influenciado eventualmente, mormente através do exemplo proveniente de descrições técnicas dos instrumentos náuticos.

Sobre aquela obra seminal pronunciou-se, numa homenagem, Frederico Oom: «Solicitado pelos fundadores da Revista da Universidade [de Coimbra] e pela instigação de alguns amigos, empreendeu êle em 1913 a publicação desse estudo sobre a *Astronomia dos Lusíadas*, que por largos anos tinha meditado na preparação das suas lições de Mecânica Celeste: Imediatamente, desde os primeiros artigos, brilhou a forma clara, apropriada e elegante como o autor ia encarando e versando a questão, com uma competência, uma erudição e uma pureza de linguagem que desde logo se impunham à atenção e ao agrado dos leitores»⁴¹⁰.

No mesmo sentido, Luís de Albuquerque apontou possíveis modelos da obra em análise, mas aventou a sua ultrapassagem por Luciano Pereira da Silva: «A leitura assídua e reflectida da epopeia de Camões, a que o teriam talvez estimulado as relações de convivência com os doutores José Maria Rodrigues e Gonçalves Guimarães, ter-lhe-iam sugerido a ideia de empreender a interpretação de todos os versos do poema com alusões a factos astronómicos à luz de teorias que o poeta sem dúvida conheceu. Luciano Pereira da Silva lera, de resto, dois livros do género de trabalho que escreveu, e que podem ter exercido nele considerável influência: *Astronomia nell antico testamento* de Schiapparelli, editado em Milão em 1903, que cita numa nota de rodapé do seu ensaio; e um estudo de F. Angelliti, sobre as referências de Dante a estrelas e constelações, que extensamente analisa no final do seu trabalho.

No entanto, para além de uma sugestão inicial, *A astronomia de «os Lusíadas» nada fica a dever a esses presumíveis modelos*, em que o seu autor se teria,

⁴⁰⁹ *Ibid.*

⁴¹⁰ Frederico Oom – *À memória do saudoso amigo Dr. Luciano Pereira da Silva*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927, p. 3.

porventura, inspirado. Convém salientar que a obra portuguesa não se limita a esclarecer certas subtilezas verbais de Camões, quando estas envolvem interpretações astronómicas, actualmente estranhas a quem não possua profundos conhecimentos de História da Astronomia; de facto, a par disso, Luciano Pereira da Silva descreve também, com alguma minúcia, técnicas e instrumentos de observação usuais no século XVI (...) detendo-se ainda nas regras fundamentais da arte de navegar desta época⁴¹¹.

No prefácio à primeira edição deste seu trabalho, Pereira da Silva afirma o seguinte: «O nosso estudo mostra que Camões tinha um conhecimento claro e seguro dos princípios fundamentais da Astronomia, como ela se professava no seu tempo. Ele tinha por esta ciência um gosto especial, pois que sobretudo inveja aos que gozam a vida tranquila do campo é poderem dedicar-se à astronomia»⁴¹². Para perceber melhor as concepções historiográficas, os métodos de trabalhos, as ideias e os contactos intelectuais de Luciano Pereira da Silva convém analisar a correspondência enviada pelo autor, desde Caminha, a Joaquim de Carvalho, director da Revista da Universidade de Coimbra. Estas missivas foram escritas entre 1922 e 1926 e ajudam a aclarar, indirecta mas efectivamente, as implicações do artigo sobre ciência náutica publicado na *Revista de História*⁴¹³.

Logo na primeira epístola, escrita a 28 de Dezembro de 1922 o seu autor confirma que continua a interessar-se por essas matérias, fazendo força para que Joaquim de Carvalho dê à estampa estudos do alemão Heimmerich, o primeiro deles relativo à primeira viagem de Vasco da Gama.

Em 1 de Janeiro de 1923, Pereira da Silva insiste na urgência do assunto pendente em torno dos textos da obra do germânico referido e dá conta, em *post scriptum* do recebimento das *Cartas de Ribeiro Sanches* enviadas pelo seu interlocutor. No fim de Janeiro de mesmo ano, Pereira da Silva comenta que acabou de ler um livro de Heimmerich, diferente dos artigos em publicação, e aprecia negativamente uma *História da Geografia, da autoria do basco Segundo de Ispizua*. Numa missiva de oito de Junho de 1923, o matemático português reincide na pressão a Joaquim de Carvalho para publicar os textos de Heimmerich. Derivaria esta insistência do facto de o autor depositar esperanças em que o seu colega alemão lhe abrisse as portas do meio intelectual germânico, provavelmente recalcitrante face aos ataques de Pereira da Silva às posições de Humboldt acerca dos Descobrimentos?

⁴¹¹ Luís de Albuquerque - introdução a Luciano Pereira da Silva - *A astronomia de «Os Lusíadas»*, 2ª ed. Lisboa: Junta Nacional de Investigações do Ultramar, 1972, pp. V-VI.

⁴¹² *Ibid.*

⁴¹³ *Ibid.*, p. 2

Em 13 de Setembro, o astrónomo português informou o destinatário das suas cartas de que estava a tratar da republicação revista da *Astronomia dos «Lusíadas»*, facto que comprova a centralidade desse estudo no respectivo percurso. Oito dias volvidos, o autor demonstra que esse assunto é para ele urgente, apontando a reedição para o fim de Outubro ou para o Natal.

Na mesma carta, refere que receberá na sua casa de Caminha mais dois eruditos alemães, o berlinense Leopold Wagner e o filólogo de Hamburgo, professor Schedel. treze dias volvidos, Pereira da Silva debruçou-se brevemente sobre a bibliografia de Pedro Nunes, a propósito da *Astronomia*(...).Convém lembrar que a presença tutelar do autor do *Tratado da Sphera* no artigo publicado na *Revista de História* é uma realidade. A terminar esta epístola, o seu emissor referiu-se a um outro sócio da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e colaborador do respectivo órgão de informação e comunicação, o mexicano Carlos Pereyra, que escrevera *Conquista de las Rutas oceánicas*.

A 19 de Dezembro de 1923, Pereira da Silva transmite a Joaquim de Carvalho que tinha sido convidado para vogal da Junta Orientadora de Estudos. Confirma que aceitou, essencialmente por amizade ao Ministro da Instrução, António Sérgio. A 2 de Março de 1924,o matemático português solidariza-se com Heimmerich, que não gostara da impressão da separata do seu artigo e queixa-se ao destinatário da epístola. Na mesma ocasião, elogia um trabalho de Jaime Cortesão publicado no número mais recente da Revista Lusitânia e manifesta-se a favor de José Figueiredo contra Virgílio Correia na polémica entre ambos relativa a questões artísticas e arqueológicas. No dia 16 de Julho, Pereira da Silva pronuncia-se sobre o *Libro das Longitudes* do cosmógrafo quinhentista espanhol, Alonso de Santa Cruz, que o matemático português acusou de pelágio relativamente a Pedro Nunes, advogando a precedência portuguesa nas ciências náuticas, ideia defendida, de outro modo, anteriormente, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo. Aliás, nesse artigo, o autor praticou uma Historiografia assente no apuramento documental, bastante distante da percepção que tinha acerca do trabalho de Oliveira Martins, expressa em missiva de 11 de Agosto de 1924: «(...) vê-se que o Oliveira Martins vai passando à categoria de artista historico, descarrilando frequentes vezes fora da historia»⁴¹⁴.

Outro colaborador da *Revista de História* que muito viajou, desta feita pelos seus afazeres profissionais, de natureza diplomática, foi Luís Teixeira de Sampaio que, no ano de 1926, no qual Luciano Pereira da Silva foi assassinado, exerceu funções governamentais e ministeriais relevantes em plena Ditadura Militar.

⁴¹⁴ Luciano Pereira da Silva – *Correspondência de Luciano Pereira da Silva para Joaquim de Carvalho*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1984, p. 34.

Luís Teixeira de Sampayo

Origem Sócio-Geográfica

Luís Teixeira de Sampayo nasceu em Lisboa em 29 de Agosto de 1875, tendo falecido na mesma cidade a 4 de Junho de 1945. Era filho dos segundos condes do Cartaxo

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Embora não tivesse adquirido formação superior, Luís Teixeira de Sampayo foi admitido no Ministério dos Negócios Estrangeiros como amanuense, cargo para o qual foi nomeado depois de um concurso público a 9 de Abril de 1896.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

No dia 24 de Dezembro de 1901 foi promovido à categoria de *segundo secretário da legação* e em 10 de Novembro de 1903 conseguiu a designação da graduação de primeiro secretário. A 14 de Março acedeu a esse cargo na Direcção Geral do gabinete do Ministro. A 25 de Abril passou também a pertencer à Direcção-Geral de Negócios políticos e diplomáticos, No mesmo ano, tornou-se secretário de Luís Magalhães, Ministro de Negócios Estrangeiros de João Franco⁴¹⁵.

Teixeira de Sampayo era, como o seu superior, monárquico, tendo presumivelmente aceite o convite deste para o secretariar em parte devido a esse motivo. A colaboração de Luís Teixeira de Sampayo com a secção de artigos da *Revista de História* principiou durante o primeiro trimestre de 1918, ano durante o qual secretariou, em simultâneo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Sidónio Pais, Espírito Santo Lima. Esta circunstância comprova que havia quem, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, comungasse da ideologia política do director.

É difícil perceber até que ponto essa convergência de pontos de vista poderá ter pesado no convite para Teixeira de Sampayo colaborar com o órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. O primeiro artigo aí publicado diz respeito a uma questão militar do passado histórico com implicação diplomáticas, que podem ter motivado o autor a investigar. Trata-se do *Cartel de desafio do Duque de Bourbon*, tema que causara uma polémica nas páginas da publicação entre Carlos Roma do Bocage e o conde de Tovar, na qual Sampaio interveio, funcionando a sua posição como fiel da balança, ponto de equilíbrio entre os contendores.

Entretanto, em 1919, meses volvidos sobre o assassinato de Sidónio Pais, Teixeira de Sampayo, voltou ao periódico para tratar de uma matéria eventualmente

⁴¹⁵ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 31. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 58.

mais pacífica, provavelmente para evitar melindres num período conturbado. Todavia, a sua origem aristocrática pode tê-lo impulsionado a começar os seus *Estudos de História Regional* pela análise de uma propriedade rural em avançado estado de degradação, *Os Chavões*, que se situava perto de Santarém, e do Cartaxo, região à qual os seus ascendentes directos se encontravam ligados pela posse de um título nobiliárquico. Este trabalho terá sido catalisado por razões afectivas. A Historiografia praticada por Teixeira de Sampaio na *Revista de História* entre 1919 e 1923 aconteceu ao arremio da temática nacional que anteriormente o ocupara, para se centrar em assuntos de incidência local, que podem ter funcionado como testemunho de um apego telúrico, muito comum a certas correntes dos defensores da Monarquia, cujo municipalismo é uma forma de afirmação das convicções políticas. Acresce que o acolhimento dos *Estudos Regionais* na revista dirigida por Fidelino de Figueiredo pode ter funcionado como plataforma de protecção ao autor e de apoio à transmissão das suas ideias, tanto mais que, alguns meses depois de *Os Chavões terem começado a ser dados à estampa*, Teixeira de Sampaio passou por dificuldades no Ministério dos Negócios Estrangeiros devido à sua colaboração com o Sidonismo. Assim, a 7 de Julho de 1919, o autor passou à disponibilidade. Esta circunstância terá motivado o passo seguinte, dado por iniciativa própria. A 24 de Julho de 1919, a seu pedido, o colaborador da *Revista de História* cessou as funções de secretário da secção diplomática da delegação portuguesa para a Comissão de Limites entre Portugal e Espanha⁴¹⁶.

Talvez este impasse possa ter levado Teixeira de Sampaio a nunca ter tratado questões diplomáticas como tema central das suas investidas intelectuais no Órgão de Informação e Comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Todavia, o autor continuou a sentir-se ligado a tudo o que dissesse respeito ao Ministério ao qual pertencia, mas os acontecimentos pelos quais passou terão levado a um tempo de espera para tornar público um estudo, dado à estampa em 1925, no segundo volume de História e bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra, intitulado *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Subsídios para o Estudo da Diplomacia Portuguesa)*, em cuja advertência se pronunciou sobre o estado actual da prática diplomática, tido como problemático e difícil. Contudo, a este quadro carregado de apreensões, Teixeira de Sampaio contrapôs a sua visão optimista sobre o florescimento de estudos sobre a matéria em apreço, tanto os saídos da pena de historiadores profissionais como os realizados por amadores de Clio.

No entender do diplomata: «Nunca as atenções de todo o mundo estiveram tão continuamente presas aos debates internacionais como neste nosso tempo. Nunca

⁴¹⁶ *Ibid.*

os diplomatas tiveram de desvelar-se por mais numerosos e mais transcendentos problemas. Contudo, todos os dias escritores vários nos dizem não ser presentemente grande a popularidade da diplomacia (...). Assim será; mas algumas destas razões, que diminuem o aplauso contra o presente, mantêm o prestígio quanto ao passado. Ninguém supõe nos diplomatas dos nossos dias a elegância de Metternich ou o espírito de Talleyrand; menos ainda se lhe atribuiu o génio de Richelieu ou a habilidade de Mazarino; continua porém a ligar-se aos de outrora aquela ideia de maquiavelismo, e a conceder-se aos seus despachos o valor de depoimentos de testemunhas argutas (...). A diplomacia terá talvez descido, injustamente, no conceito vulgar, mas os documentos diplomáticos (...) conservam com justiça os seus créditos. Os documentos diplomáticos não interessam porém somente ao número reduzido de profissionais (...). Experimentam a mesma atracção simples amadores da história (...).»⁴¹⁷.

Embora a interpretação que se segue possa parecer ou resultar arriscada, dado que é delicado incorrer em abordagens de índole psicológica, pode depreender-se das afirmações de Teixeira de Sampaio alguma tensão face ao estado da prática diplomática sua contemporânea, a cujos protagonistas reconhece menor valor do que aos seus congéneres clássicos. Neste sentido, o aristocrata cujo percurso se encontra em análise toma partido dos historiadores da diplomacia-embora alguns cultores de Clio também tenham sido críticos da prática em apreço- face ao negativismo exibido pelos políticos acerca de matérias de natureza diplomática: «Deveremos então tomar ao pé da letra as críticas de [Cunha] Brochado e Bismarck? retirar o crédito aos documentos da diplomacia e buscar somente os que na sombra os desmentem? De modo nenhum. (...) Os escritos de diplomacia, especialmente os da velha diplomacia, têm as suas entrelinhas, as suas subtilezas, os seus artifícios e as suas sombras, como as obras de literatura ou de dialéctica. O conhecimento de uns e de outros é indispensável para a sua crítica, e esse conhecimento só a prática o pode dar. A estes dois pensamentos obedeceu a feitura do presente trabalho: 1.º o interesse que os documentos diplomáticos e as suas colecções têm para os investigadores; 2.º, a necessidade de os pesquisar e abordar munido de noções (...) sobre a sua natureza especial»⁴¹⁸.

Pelo exposto se depreende Luís Teixeira de Sampaio se dedica à História do Arquivo dos Negócios Estrangeiros como forma de reconhecimento da sua importância e enquanto reacção à actualidade política vivida no interior do Ministério. Durante a ditadura militar, a partir de 1929, Teixeira de Sampaio exerceu funções

⁴¹⁷ Luís Teixeira de Sampaio – *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros: subsídios para o estudo da diplomacia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925, pp.4-5.

⁴¹⁸ *Ibid*, p.6.

importantes sucessivas dentro do Ministério de Negócios Estrangeiros. Foi inclusivamente embaixador, e sucessivamente chamado para exercer várias funções e missões por Oliveira Salazar, de quem era próximo, conforme atesta Pedro Aires de Oliveira: «A sua sorte começou a mudar com o advento da ditadura: em Dezembro de 1926 é promovido a ministro de 2.^a classe e em 1929 o integralista Trindade Coelho nomeia-o secretário-geral. A partir de então, Sampaio torna-se uma figura indispensável para todos os ministros dos Negócios Estrangeiros, não apenas para a gestão quotidiana do MNE, mas, inclusivamente, para a própria orientação da política externa (e tudo isto sem nunca ter servido em qualquer posto no estrangeiro). Quando Salazar ascende à Presidência do Conselho de Ministros, em Abril de 1932, é a Sampaio que recorre para se familiarizar com as linhas mestras da política externa portuguesa e as grandes questões internacionais. O secretário-geral guia-o nos meandros da diplomacia e torna-se o seu «braço oculto» no Palácio das Necessidades (tão íntima se tornou a colaboração entre ambos que alguém um dia a descreveu como o «eixo Santa Comba-Cartaxo», numa alusão às terras natais de Salazar e Sampaio»⁴¹⁹.

Manuel Silva Gaio

Origem Sócio-Geográfica

Manuel da Silva Gaio nasceu em Coimbra a 6 de Maio de 1860. Era Filho do Doutor e lente de Medicina na Universidade local, António de Oliveira e Silva Gaio (1830-1870) e de Emília Augusta de Campos Paredes. Cresceu, portanto, no seio de uma família da alta burguesia, influente no meio social coimbrão⁴²⁰.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Habitado que estava à sua cidade, Silva Gaio nela cursou Direito, área na qual se licenciou, mas que não exerceu.

Enveredando pelo funcionalismo público, ocupou lugares administrativos em Lisboa e Coimbra, sendo secretário de liceu e, mais tarde, da Universidade. Entre 1888 e 1891 praticou jornalismo no periódico católico *Novidades*, dirigido por Emídio Navarro. Também foi convidado para secretário da *Revista de Portugal*, chefiada por Eça de Queirós. Fundou, com Eugénio de Castro, a *Revista Arte*, perfilando-se como

⁴¹⁹ Pedro Aires de Oliveira – O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974). In *Análise Social*, vol. XLI, n.º 178. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2006, p.149

⁴²⁰ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 12. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 31.

um dos principais arautos do nacionalismo literário, próprio da Geração de 1890 e, depois, da de 1910⁴²¹.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Ainda antes da proclamação da República, Silva Gaio encabeçou um movimento de valorização do nacionalismo de cariz neo-lusitano, estendendo-se o seu exemplo de mestre e a respectiva lição a personalidades como António Sardinha, estudado por Ana Isabel Desvignes, que se pronunciou deste modo sobre Gaio: «Manuel da Silva Gaio é figura esquecida da literatura portuguesa do início do século XX. A sua contribuição para a estruturação do pensamento de António Sardinha é vasta e subtil. Reflecte-se na poesia que Sardinha começa a escrever nos anos de 1907-1910, e está nas próprias origens do Integralismo Lusitano, é uma das suas matrizes ideológicas (...). O nacionalismo que Gaio revindica e reconhece como precoce traço do seu próprio carácter, é assim mais estético do que político. Com ele tentava conciliar o culto da beleza, caro às suas aspirações de esteta, com o sentimento de necessidade de se fundar uma nova cultura assente no que de melhor produzira o génio lusíada-o quinhentismo, sem perder de vista a vocação universalista portuguesa. Uma cultura(...) capaz de superar a crise de consciência nacional que, herdada de século há bem pouco findo, continuava no princípio do seguinte a fazer sentir os seus efeitos corrosivos»⁴²².

Enquanto Silva Gaio era sobretudo um artista, outro colaborador da *Revista de História* tinha perfil diverso. Trata-se de Manuel João Paulo da Rocha, cultor da História Local de Lagos.

Manuel João Paulo Rocha

Origem Sócio-Geográfica

Manuel João Paulo Rocha nasceu em Estombar a 24 de Junho de 1856 e faleceu a 15 de Outubro de 1915⁴²³.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Não dispomos de quaisquer elementos acerca da formação académica de Manuel João Paulo Rocha mas sabemos que exerceu, desde cedo, e durante largos anos, funções administrativas na Câmara Municipal da sua terra natal⁴²⁴.

⁴²¹ *Ibid.*, p. 33.

⁴²² Ana Isabel Sardinha Desvignes – *António Sardinha (1887-1925): um intelectual no século*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2006, pp. 70-72.

⁴²³ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 25. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 848.

⁴²⁴ *Ibid.*

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Manuel João Paulo Rocha (Lagos) foi secretário da edilidade lacobrigense e em 1904 publicou, sob os auspícios do patrocínio camarário, um estudo sobre o décimo quinto regimento de Infantaria de Lagos. Em 1909, aquando da comemoração do primeiro centenário da Guerra Peninsular, o autor dedicou à sua cidade mais um trabalho de investigação, intitulado *As Forças Militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela Liberdade*, sobre o qual se pronunciou numa sessão pública de agradecimento pelo apoio prestado pelo Presidente e Vereadores da Câmara de Lagos à publicação deste seu esforço intelectual em prol da História Local, à qual se dedicou este cultor de Clio não profissional mas devotado à divulgação de materiais e documentos sobre a sua terra. A intervenção pública em apreço começou pela auto-apresentação do percurso do investigador, que considera Lagos a cidade mais rica do Algarve no plano da acumulação de fontes históricas. Descontado o panegírico, fruto de um indiscutível amor pela localidade que o viu nascer, Manuel João Paulo Rocha demonstra conhecer em profundidade e extensão os respectivos arquivos, desde logo os municipais porque tinha acesso privilegiado aos mesmos, dada a sua função camarária, mas também os da misericórdia e os paroquiais.

O futuro colaborador da *Revista de História* agradece também o apoio das elites e oligarquias na realização do seu trabalho mas não esquece as gentes mais humildes, sublinhando a dificuldade que teve na organização e classificação dos espólios particulares, sem esquecer a importância de uma fonte de natureza íntima, os diários: «A convicção de que a cidade de Lagos, como nenhuma outra do Algarve, podia fornecer, pelo lado historico, elementos de estudo, levou-me a procurar esses elementos nos archivos do Município, passando d' ahi aos archivos da misericordia, compromissos maritimo, parochiais e ecclesiásticos, aos cartorios judiciais e de notarios. Julgando, depois, que em poder dos particulares existiram tambem documentos valiosos, dirigi-me, em seguida, a alguns dos principaes da cidade, pedindo que me facilitassem o exame d' antigos papeis que possuissem. Fui por elles atendido neste meu pedido, pelo que lhes serei sempre grato, mas não o serei menos para com outros, entre os quais se contam individuos pobres (...). Este exame foi ainda, se é possível, mais fatigante do que o exame dos archivos e cartorios, pois na leitura difficilima de dezenas de kilos de papel, empreguei por muito tempo, as horas que me ficavam vagas do trabalho da secretaria da Camara Municipal de Lagos.(...) E não admira o exposto: ainda hoje individuos não só dos mais eruditos da cidade mas

ainda da classe artistica teem diarios, em que tomam nota de tudo o que, de certa importancia, aqui se passa»⁴²⁵.

Desta exposição resulta ainda mais clara a relação umbilical entre a função de secretário da Câmara desempenhada por Manuel João Paulo Rocha e o seu trabalho heurístico, promotor da exploração de vários arquivos, tratados pelo autor como partes de um conjunto vasto. Sobre a sua maneira de investigar, Manuel João Paulo Rocha ressalta o interesse por esforços de índole biográfica e termina a sua apresentação pública sublinhando a necessidade de colegas algarvios, secretários de outras câmaras, procederem a trabalhos análogos, dado que são muito úteis, uma vez que a História dos povos depende das Histórias locais, delas se nutrindo. O autor chama a atenção para a urgência na realização de *Anais Municipais*, legislativamente consignados desde 1848, mas sucessivamente incumpridos na maior parte dos casos: «Durante o meu trabalho de coleccionador tive sempre em vista fazer ressurgir do passado não só os filhos de Lagos, mas ainda os extranhos, por ella abrigados por muito tempo, dentro dos seus muros, a quem a posteridade deve a alta consagração, a que lhes dão jus as suas extremes virtudes moraes e cívicas (...). As ditas biographias além de curiosas para todos os habitantes de Lagos, pois digficilmente se encontrará qualquer d'elles que não tenha nos biografados alguns dos seus ascendentes, serão incentivo para que todos os lacobrigenses, mesmo com risco de vida, defendam a integridade, a independencia do sólo da pátria e luctem pela conservação da liberdade (...). Se essa benevolencia me fôr dispensada, como espero, poderá ella servir de incentivo aos outros secretsrios das camaras muncipaes do Algarve (...). Mas estas investigações locaes serão proveitosas para a historia do Paiz? São proveitosissimas: a historia dos povos é, por assim dizer, a historia dos seus municipios e isto implicitamente é reconhecido pela até hoje não cumprida portaria de 8 de Novembro de 1847, que determina, haja em todas as camaras muncipaes o livro «*Annaes do Municipio*»⁴²⁶.

Manuel João Paulo Rocha utiliza essencialmente as suas características heurísticas e de coleccionador nos artigos publicados na *Revista de História*. No primeiro, dado à estampa em 1912, dedica-se a uma monografia descritiva da principal freguesia lacobrigense: *Nossa Senhora da Luz*, dando continuidade a investigações sobre a terra natal, acerca da qual era considerado um grande especialista, tendo sido instigado, pelos responsáveis do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, a redigir, em 1913, um *Parecer sobre a História das Luctas Liberaes*, obra de um outro erudito local, entretanto falecido. Este título demonstra a conciliação da História

⁴²⁵ Manuel João Paulo Rocha – *Monografia de Lagos*. Lagos: Algarve em Foco Editora, [s.d.],[s.n].

⁴²⁶ *Ibid.*

Política com a História Militar. Esta última fora praticada por Manuel João Paulo Rocha nos estudos citados publicados em 1904 e 1909, prolongando-se essa abordagem disciplinar no periódico em análise sob a égide da História das Ideias, num artigo de 1914 sobre as repercussões do sebastianismo em lagos no século XIX. Por seu turno, outro colaborador da *Revista de História*, Paulo Merêa não enveredou pelo cultivo da História Local.

Manuel Paulo Merêa

Origem Sócio-Geográfica

Segundo o livro 14 dos baptismos da Paróquia de S. Julião de Lisboa «no dia 9 do mês de Outubro de 1889 foi baptizado um indivíduo do sexo masculino, a quem foi dado o nome de *Manuel*, e que nasceu nesta freguesia, rua do Ouro número 75 – 4.º andar, pelas duas horas e meia da tarde do dia 2 de Setembro do corrente ano. Filho legítimo de Adriano Merêa, ourives, e de D. Lucinda Merêa, naturaes, baptizados e recebidos na Freguesia da Conceição da Cidade de Lisboa»⁴²⁷. Este assento detalha a identificação e as origens de Manuel Paulo Merêa.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Manuel Paulo Merêa concluiu o ensino liceal na cidade na qual nasceu e matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1906-1907, terminando o curso em 1912, com a classificação final de 19 valores, um ano depois dos seus colegas, por motivos de doença.

A respeito das incidências daquela matrícula, o seu colega Cabral de Moncada pronunciou-se do seguinte modo, sublinhando a escassa vocação de Merêa para os estudos jurídicos: «Equivocadamente orientado para os estudos jurídicos, por efeito daquelas circunstâncias que, no começo deste século, obrigavam a maior parte dos filhos da burguesia a abraçarem carreiras tidas por as mais imediatamente lucrativas, como era a advocacia, não foi sem constrangimento que Merêa, sempre saudosos do seu primeiro sonho irrealizado de se matricular no Curso Superior de Letras, única Faculdade de Letras de então existente no país, para fazer a vontade à família, acabou por se matricular enfim na de Direito de Coimbra naquele já referido ano de 1906»⁴²⁸.

Fica claro, pelas palavras de Cabral de Moncada, que a apetência maior de Paulo Merêa possuía um pendor humanista, direccionado para a área de Letras. Todavia, ao que tudo indica essencialmente por razões económicas, o curso de Direito

⁴²⁷ Op. Cit. Mário A. dos Reis Faria – Doutor Manuel Paulo Merêa (1889-1977). In *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVIII, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Românicos, 1979, p. 1168.

⁴²⁸ *Ibid.*, p. 1169.

tomou a dianteira, conforme se comprovará a seguir quando nos debruçarmos sobre as actividades profissionais exercidas, já que, no plano da reflexão escrita, plasmado bibliograficamente, o jurista revelou sempre uma acentuada faceta de historiador com a qual terá, eventualmente, contornado a não ida para o curso predilecto e ultrapassado o constrangimento que, possivelmente, isso lhe pode ter causado.

Percurso Profissional:Actividades,cargos,títulos e Produção Intelectual

Ainda estudante, em 1910, o autor escreveu *Idealismo e Direito*, obra publicada apenas em 1913 e precedida, nos prelos, por três trabalhos dados à estampa em 1912: *Introdução ao Problema do Feudalismo em Portugal*, *A propósito do Feudalismo*; e *O Pluralismo no Direito Público (a propósito de um livro de Hariou)*.

Esta actividade do pensamento precedeu o exercício da docência universitária, iniciada enquanto assistente do Primeiro Grupo da Faculdade de Direito de Coimbra por decreto de 7 de Março de 1914, e continuada em Setembro do mesmo ano, com a vitória no Concurso para professor extraordinário, conseguida através da tese apresentada no ano anterior e intitulada: *Contribuições para a História do Direito Português*⁴²⁹.

A 6 de Fevereiro de 1915 Paulo Merêa tornou-se Professor Ordinário. Na Faculdade ensinou *Direito Romano*, Legislação Civil e Comparada, fixando-se em 1918 na regência da disciplina da sua preferência *A História do Direito Português*. Entretanto, conseguida esta estabilidade, eventualmente favorecido por ela, Paulo Merêa começou a colaborar com a *Revista de História*, primeiro, em 1919, debruçando-se sobre o *Tratado da Virtuosa Benfeitoria e depois em 1924, através de um estudo sobre as implicações jurídicas do conceito de Mare Clausum*. Note-se que já no artigo inaugural para o periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo o Direito e a História Política se tinham cruzado na abordagem a uma obra situada no âmbito da Tratadística.

É importante sublinhar que durante dois anos, entre 1920 e 1922, Paulo Merêa leccionara no grupo de História da Faculdade de Letras de Lisboa. Convém referir que, entre os dois estudos auto-citados, mais propriamente no ano de 1923, Paulo Merêa dera à estampa, fora do periódico em análise, duas compilações resultantes da junção das áreas disciplinares focadas. Trata-se dos *Estudos da História do Direito* e das *Lições de História do Direito Português*. Sobre os referidos *Estudos* o catedrático da Universidade de Oviedo, Ramon Prieto Bances pronunciou-se, neles destacando o ímpeto comparatista de Merêa – consubstanciado na investigação efectuada sobre as

⁴²⁹ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira, vol. 16,Lisboa:Página Editora,[s.d], p. 988.

Histórias do Direito português e espanhol – e a influência sobre ele exercida pelo mestre espanhol Eduardo Hinojosa⁴³⁰.

Nos artigos publicados na *Revista de História*, Paulo Merêa colocou em prática as suas preocupações pedagógicas, vertidas na clareza de exposição das matérias em apreço. Pode aplicar-se parcialmente a estes textos o raciocínio mais genérico e abrangente de Torquato Sousa Soares sobre o autor: «Realmente, o que torna essa obra [a do Professor Paulo Merêa encarada no seu conjunto] sem par, o que dá às conclusões do Doutor Merêa uma tão grande robustez (...) é a agudeza do seu espírito crítico, o poder verdadeiramente inexcedível de aprofundar as questões-de as ver em todas as suas facetas – desfibrando-as fibra por fibra, com uma subtileza e um engenho tão grandes que, mesmo quando analisa, o Professor Paulo Merêa consegue construir. Porque não é o esquema rígido e abstracto que avulta da visão penetrante do historiador, mas os laços que unem os factos e os informam, sugerindo-nos e permitindo-nos abranger a síntese (...)»⁴³¹. Entre 1924 e 1931, Paulo Merêa ensinou na Faculdade de Direito de Lisboa, voltando a Coimbra nesta última data. Ao contrário de Paulo Merêa, Manuel Silva dedicou-se à História Local, tal como Manuel João Paulo Rocha.

Manuel Silva

Origem Sócio-Geográfica

Manuel Silva nasceu em Galega de Merceana (Alenquer) em 17 de Julho de 1897.⁴³²

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Manuel Silva licenciou-se em Filologia Românica, tendo sido aprovado em exame de estado como professor do oitavo grupo do ensino técnico-profissional⁴³³.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Manuel Silva escreveu na *Revista de História* entre 1913 e 1922. Na primeira data debruçou-se sobre um historiador, Oliveira Martins, estendendo-se a sua preocupação sobre questões de incidência Historiográfica ao estudo intitulado *Schema de História Local*, no qual discute as razões do atraso deste âmbito de estudos na sua época e avança algumas soluções para reverter este quadro.

Conforme nota José Maria Amado Mendes: «A multiplicação dos trabalhos sobre História Local, que iam sendo publicados, induzia à reflexão sobre os métodos

⁴³⁰ Cfr. Mário A. dos Reis Faria – Doutor Manuel Paulo Merêa..., p. 1170.

⁴³¹ Torquato de Sousa Soares – *Professor Doutor Manuel Paulo Merêa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1949, [s.n.].

⁴³² Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 28. Lisboa. Página Editora, p. 823.

⁴³³ *Ibid.*

utilizados. Daí que Manuel Silva, em 1913, sublinhando a inexistência de uma metodologia destes estudos, propusesse a adopção de um "Esquema de História Local". Assim, após classificar a História Local como uma "ciência subsidiária", sugeria que se estudassem os múltiplos aspectos da realidade – de ordem geológica, geográfica, económica, social e cultural –, explorando diversos tipos de fontes, com o contributo das ciências que geralmente os utilizam. Indicava, expressamente, as seguintes: geologia, antropologia, arqueologia, etnografia e nomologia (fontes modernas, científicas); literatura, diplomática e arte (fontes clássicas, literárias e artísticas)»⁴³⁴.

A presença das reflexões sobre História Local no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo não resultará fortuita, nem é fruto de um acaso dado que o próprio director, numa carta endereçada em 1915 ao responsável máximo da Revista Limiana, encara os estudos de âmbito local como indispensáveis ao desenvolvimento de uma ideologia e de uma política que conjuguem tradicionalismo e municipalismo, recolhendo no caso deste último a lição de Herculano, metodologicamente aproveitada por Manuel Silva no seu estudo. Resultam naturais as seguintes afirmações de Armando Malheiro da Silva: «Manuel Silva e Fidelino de Figueiredo foram particularmente sensíveis ao clima de revivalismo municipalista e regionalista que, então, muito se fez sentir. Por imperativos positivistas perfilharam a hegemonização de uma concepção única de fazer História (distanciada da mera curiosidade anedótica e valorizadora da função interpretativa no plano amplo das ciências sociais), tanto através dos diversos graus de ensino, como dos eruditos locais. É que a História era(...)a coluna vertebral dos estudos que deveriam ser feitos nas aldeias, nos concelhos e nas províncias»⁴³⁵.

Outra forma de interesse pelo quotidiano local foi evidenciada na *Revista de História* por Maria Melo, natural de Recife, que dedicou parte da sua vida ao jornalismo.

⁴³⁴ José Maria Amado Mendes – História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização. In *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIV, Coimbra: Faculdade de Letras, 2000, p. 358.

⁴³⁵ Armando Barreiros Malheiro da Silva – *Coração, razão e informação, amar e conhecer em Melgaço pelo formato da Enciclopédia Corográfica*. Melgaço: Câmara Municipal, 2007, pp. 146-147.

Mário de Mello

Origem Sócio-Geográfica

Mário Carneiro do Rêgo Mello nasceu a 5 de Fevereiro de 1885 no bairro de Ipatinga, no Recife. Era filho do Juiz federal Manuel do Rego Mello e de Maria da Conceição Carneiro da Cunha do Rego Melo.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Realizou o ensino primário em Campina Grande, Paraíba e Paudulho, em Pernambuco, localidades pelas quais o seu progenitor passou no exercício da respectiva profissão. O secundário decorreu no Colégio Salesiano e no Ginásio Pernambucano, ambos no Recife.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Mário Melo começou a carreira profissional fora da intelectualidade, dado que trabalhou como telegrafista nos correios de Pernambuco, do Ceará, do Pará e do Rio de Janeiro, onde se tornou secretário de José Mariano, colega de Joaquim Nabuco na Faculdade de Direito e jornalista. Em 1907, aquele futuro colaborador da *Revista de História* casou com Adalgisa Cruz Ribeiro, de quem teve dez filhos e ingressou na faculdade na qual se formou o homem que secretariou. Como jornalista Mário de Mello, iniciou o seu trabalho no jornal *Álbum*, do qual era proprietário mas também escreveu para outros periódicos como a *Folha do Povo*; o *País* ou a *Gazeta da Tarde no Rio de Janeiro* mas também no *Diário de Pernambuco* ou no *Jornal do Comércio, no Recife*.

O autor entrou na Maçonaria, onde se tornou Grão-mestre da Loja 6 de Março. Lúcia Gaspar traçou-lhe um perfil sumário: «Era um grande defensor das coisas da sua terra, amando e defendendo o folclore, o carnaval, o frevo e as tradições. Era sobretudo um cronista do cotidiano da cidade do Recife. Cultivava costumes indígenas como dormir em rede, tomar guaraná e fumar cachimbo. Dizia o que pensava "sem papas na língua" e por isso criou várias inimizades. Quase foi apunhalado e morto num trem de Caxangá. Morou por muito tempo na rua Santo Helias, nº 292, no bairro de Espinheiro, onde morreu, na madrugada do dia 24 de maio de 1959. Seu enterro teve um grande acompanhamento popular»⁴³⁶.

No entanto, o amor à terra aludido ficou bem provado pelo seguinte gesto. Muito antes de morrer Mário de Mello participou, no ano de 1928, da homenagem ao seu mestre e conterrâneo Oliveira Lima, recentemente falecido, nas páginas do

⁴³⁶ Lúcia Gaspar – *Mário Melo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, in <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar> (acedido em 6 de Agosto de 2009).

periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, no qual também o homenageado escrevera.

Maximiano de Lemos

Origem Sócio-Geográfica

Maximiano Augusto de Oliveira Lemos Júnior nasceu na Régua, mais precisamente em S. Faustino no dia 8 de Agosto de 1861.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Formou-se em Medicina em 1881, situação que lhe permitiu pensar em Concorrer a um lugar de professor na Academia Politécnica do Porto, mas não chegou a prestar provas para esse efeito. Era ainda muito inexperiente, dado que há pouco deixara de ser aluno, tendo sido colega de Alfredo Magalhães, Ricardo Jorge ou Sampaio Bruno, que o consideravam extrovertido e bem-disposto, conforme testemunhou Hernâni Monteiro: «No seu tempo de estudante, como referem Sampaio (Bruno), Alfredo Magalhães e Ricardo Jorge, era alegre e folgazão e dado às musas»⁴³⁷.

Entretanto, Maximiano de Lemos não se cingiu à vida académica, participando, ainda antes de terminar o curso, nas Festas do Tricentenário de Camões, na qualidade de Secretário-Geral da Academia do Porto. Tomou-lhe o gosto e também participou na comemoração dos centenários do Infante D. Henrique e de Pombal, enquanto delegado dos estudantes. Em 1880 tornou-se membro da Sociedade Nova Euterpe, que passou a designar-se Ateneu Comercial do Porto. Entretanto, fez parte da criação da Sociedade *União Médica*, da qual os Médicos Pereira Reis e Andrade Gramaxo foram respectivamente o primeiro presidente e vice-presidente.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Em 1884, Maximiano de Lemos começou a publicar o *Anuário dos Progressos da Medicina em Portugal*. Dois anos volvidos fundou o periódico intitulado *Arquivos da História da Medicina, contando coma presença dos seus mestres Carlos Lopes e Pedro Dias*, pioneiros da matéria em apreço, e do colega de curso Ricardo Jorge. Paralelamente, Lemos iniciara o exercício da sua profissão de médico no seio do exército, primeiro em Estremoz, e depois em Gaia. Atingiu o posto de Tenente-Coronel. Muito depois de ter regressado ao Porto concorreu a um lugar na Escola Médica do Porto, no ano de 1889, tendo como opositores Magalhães Lemos e

⁴³⁷ Hernâni Monteiro – Escorço biográfico de uma grande figura da medicina portuense: Maximiano de Lemos. In *Revista O Médico*, n.º 489, Porto, 1961, p. 13.

Agostinho de Sousa. Defendeu então uma dissertação sobre *O Problema da Imunidade da Tuberculose*, que lhe valeu o provimento como lente substituto, tomando posse da cátedra de Medicina legal em 1895. Contudo, só começou a leccionar esta disciplina em 1900, dado que até aí ensinara Patologia Geral⁴³⁸.

Simultaneamente, estas actividades académicas não tinham impedido Maximiano de Lemos de continuar os seus trabalhos como historiador da medicina, área na qual foi muito inovador, desbravando terreno. Em 1889, o material publicado nos citados *Arquivos (...)* deu origem à publicação, em dois volumes, da primeira *História da Medicina em Portugal*, encetando em seguida a *História do Ensino Médico do Porto*. Entretanto, os *Arquivos (...)* passaram por dificuldades. Encerraram em 1894, mas reabriram dois anos volvidos⁴³⁹. Em paralelo com a cátedra de Medicina Legal, Maximiano de Lemos realizou a biografia de três médicos expatriados por serem Judeus. Assim dedicou-se a Amato Lusitano (1907), Zacuto Lusitano (1909) e Ribeiro Sanches (1911). Também se dedicou a biografar médicos espanhóis como André Laguna e Deza Chacon. Publicou ainda um estudo sobre médicos portugueses em Salamanca no século XVI, mas também não se esqueceu de pesquisar em torno de *Camilo e os médicos*, ou de *Gil Vicente Naturalista*.

Sublinhe-se que Maximiano de Lemos encontrou no Cancioneiro de Resende a primeira referência à sífilis em Portugal. O autor não se interessava apenas por biografar médicos, nem o fazia por corporativismo profissional. O seu principal interesse era implicar a História da Medicina na História da Cultura Portuguesa, integrando aquela nesta. Hernâni Monteiro descreveu uma parte do dia-a-dia do futuro colaborador da *Revista de História* até 1911, ano no qual deixou a Medicina Militar e a Faculdade, devido a uma deliberação da Junta Hospitalar de Saúde, em virtude de ter-lhe ter-lhe sido diagnosticado um problema de surdez: «tempos felizes aqueles em que a Escola terminava os trabalhos e encerrava as suas portas às três horas da tarde e os professores, depois, iam tranquilamente para a sua clínica ou para o remanso das suas Bibliotecas. (...) E, desta forma, a vida de Maximiano de Lemos deslisou suave, até que a surdez, que a pouco e pouco ia aumentando, o obrigou, em 1911, a apresentar-se à Junta Hospitalar de Saúde que o julgou incapaz de serviço activo⁴⁴⁰. Maximiano de Lemos articulou, enquanto pôde, o ensino com a investigação. Quando foi forçado a deixar aquele, por doença passou a ter mais tempo para esta, dado que era um assíduo frequentador de arquivos e bibliotecas, como reconhece Alberto Saavedra: «Absorvido em seu labor, assíduo freguês das bibliotecas, dos arquivos, folheando, sondando sem pausa velhos livros, velhos papéis, vencendo mil estorvos,

⁴³⁸ Cfr. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. 14. Lisboa: Página Editora.

⁴³⁹ Cfr. Hernâni Monteiro – Escorço biográfico..., p. 14.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p. 17.

mil canseiras, Maximiano faz-me lembrar o cavador do Douro, a lidar, sem parança, à chuva, ao vento, ao frio, ao sol-ferrenho, obstinado, sonhador, enamorado da terra e escravo da terra»⁴⁴¹.

Nesta conjuntura propícia a colocar em prática o amor pelos livros e a prática de investigação, Maximiano de Lemos começou a colaborar em 1913 na *Revista de História*, acrescentando novos dados ao seu trabalho anterior sobre *Amato Lusitano*. Entretanto, em 1916 foi convidado a regressar à Faculdade, para reger as cadeiras de Ética Profissional e História da Medicina.

Todavia, apenas começou a leccionar em 1920. No entanto, a sua investigação histórica nunca parou e, revigorado por este novo estímulo na carreira docente, deu à estampa, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, uma biografia de Damião de Góis que começou a publicar-se no último ano referido e foi saindo até 1922, denotando um trabalho de pesquisa e escrita bem mais antigos. No ano de 1923, acometido por uma Leucoplasia lingual, que o obrigou a deixar de falar, Maximiano de Lemos abandonou o ensino, vindo a falecer a 6 de Outubro desse ano. Bem diferente foi o percurso do jesuíta Francisco Rodrigues.

Francisco Rodrigues

Origem Sócio-Geográfica

Francisco Rodrigues veio ao mundo numa localidade pertencente a Torres Novas denominada Mata.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Francisco Rodrigues entrou no noviciado de Nossa Senhora dos Anjos do Barro em Torres Vedras a 20 de Setembro de 1888. Os primeiros votos foram concretizados a 21 de Setembro de 1890, tendo a profissão solene ocorrido a 2 de Fevereiro de 1908. No Colégios do Barro e S. Francisco de Setúbal completou a formação intermédia na área de letras, tendo a de ciências ocorrido no Colégio de S. Fiél. Os conhecimentos adquiridos permitiram-lhe ensinar, aos estudantes da sua ordem, língua e Literatura Portuguesa, latina e grega. Esta actividade prolongou-se até ao verão de 1902, altura em que o religioso partiu para Roma, de forma frequentar o curso de Teologia da Universidade Gregoriana. Todo este percurso conduziu à ordenação de Francisco Rodrigues como sacerdote a 10 de Agosto de 1905. Em 1906 concluiu o curso com distinção.

⁴⁴¹ Alberto Saavedra – *Maximiano de Lemos (1860-1923): no primeiro centenário do seu nascimento palavras proferidas na Biblioteca de Maximiano de Lemos (Peso da Régua) em Dezembro de 1960*. Porto: Araújo e Sobrinho e Sucrs, 1960. p. 14.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Quando regressou a Portugal, em 1907, Francisco Rodrigues foi leccionar para o Colégio do Barro, que conhecia bem. Aí se encontrava quando a Revolução de Outubro de 1910 eclodiu. Foi preso e levado primeiro para o Governo Civil de Lisboa e depois para o Limoeiro. No dia 22 do mesmo mês partiu para Amesterdão no paquete holandês Vexel, tendo sido, nesta sequência, levado para o Castelo de Exaten, junto a Bexem (Roermond), no Limburgo. Nos finais do mês aí chegou também a comunidade do Barro, presa durante um mês em Caxias.

Francisco Rodrigues permaneceu no local referido até Julho de 1911, posto o que, findo este período, encetou um périplo por alguns dos principais países europeus, entre os quais se contavam a Bélgica, a Holanda, a França, Itália e Espanha. Nessas paragens recolheu materiais para o projecto editorial da sua vida, que dava sentido às suas investigações, consumindo-lhe o engenho e as energias.

Trata-se de um empreendimento que cruza a reflexão de cariz auto-biográfico com a dignificação do nome da sua Ordem, alegadamente, abastardado e vilipendiado por alguns sectores mais radicais da elite republicana. Esta empreitada apenas ficou concluída em 1953 e intitula-se *História dos Jesuítas na Assistência*. Contempla sete volumes, cujos conteúdos foram sendo publicados, ao longo dos anos, até à década de 50 do século XX em Revistas com a dirigida por Fidelino de Figueiredo.

Por vezes a investigação arquivística surge subordinada aos efeitos apologéticos de um discurso de teor polémico filojesuíta. Obras Como *Os Jesuítas e a Monita secreta, publicada em Roma em 1912; Jesuitophofia (1917) ou A formação do intelectual Jesuíta (1917)* foram publicadas fora do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo onde a intenção de denúncia dos detractores dos jesuítas se imbrica com a defesa de alguns perfis intelectuais, aos quais se agrega a descrição de algumas missões evangelizadoras ultramarinas.

Em 1920, três anos depois de ter iniciado a sua participação como articulista no órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Francisco Rodrigues foi convidado para representar Portugal na Convenção dos Procuradores da Igreja Católica (tendo-se repetido tal desiderato em 1927). O religioso Jesuíta também marcou presença na XXVII Congregação Geral realizada em 1927. Estes cargos de prestígio conferiam relevância à *Revista de História*, onde o inaciano expendia as suas opiniões, permitindo, eventualmente, aos respectivos directores e redactores ter um interlocutor com a diplomacia cultural da Santa Sé. Ao contrário de Francisco Rodrigues, Pedro de Azevedo subordinava a polémica à erudição e articulava, em torno desta, um *sacerdócio* não religioso.

Pedro de Azevedo

Origem Sócio-Geográfica

Pedro Augusto de S. Bartolomeu de Azevedo nasceu em 1875 e era filho do Professor de ensino secundário Ventura Faria de Azevedo⁴⁴².

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Entrou na Torre do Tombo como amanuense paleógrafo. Fez o Curso Superior de Bibliotecário Arquivista onde leccionou Paleografia e Diplomática. Em 1894 foi nomeado primeiro oficial daquela instituição, tornando-se Conservador em 1902⁴⁴³.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Este sócio da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos percorreu todos os patamares. No Serviço de Bibliotecas e Arquivos. Colaborou com o Arquivo Histórico Português, aí publicando documentos e estudos portadores, por vezes, de uma exegese proto-filológica, detentora de uma crítica externa em gérmen. Esta experiência na Imprensa periódica catapultou outra do mesmo cariz na *Revista de História*, onde também conciliou a dedução Histórica com a intuição crítica⁴⁴⁴, servindo-se dos seus conhecimentos paleográficos para tratar os documentos, apresentando, em certas ocasiões, o contexto histórico da respectiva produção material e dos assuntos neles versados. Outro autor também interessado na pesquisa de documentos e de factos foi o segundo Conde de Tovar, Pedro Tovar de Lemos.

Pedro Tovar de Lemos

Origem Sócio-Geográfica

Pedro Tovar de Lemos, segundo conde de Tovar era filho do primeiro Conde António Maria Tovar de Lemos Pereira, bacharel formado em Direito embaixador e Ministro Plenipotenciário. O futuro colaborador da *Revista de História*, nasceu em Paris a 4 de Janeiro de 1888.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Tovar de Lemos licenciou-se em Filosofia e Letras na Universidade de Lovaina e tornou-se adido da legação a 2 de Novembro de 1905

⁴⁴² Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 2. Lisboa: Pé de Página Editora, p. 927.

⁴⁴³ Cfr. Maria Antonieta de Sousa Azevedo – *Azevedo, Pedro de*,

Joel Serrão (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, [s.d.].

⁴⁴⁴ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 2. Lisboa: Pé de Página Editora, p. 927.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

O futuro colaborador da *Revista de História* seguiu os passos de seu pai e enveredou pela carreira diplomática, tendo sido nomeado embaixador em Madrid. Corria ainda o ano de 1905. Cerca de dois anos volvidos, a 8 de Outubro de 1907, regressou à Direcção-Geral de Negócios políticos e diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Após submissão a provas públicas foi nomeado segundo secretário da Legação a 17 de Novembro de 1910, até que em 26 de Maio do ano seguinte tomou posse do lugar de encarregado de Negócios efectivos, exercendo o cargo de 28 de Setembro até 5 de Maio de 1912. No último dia de Agosto deu-se a promoção a primeiro secretário, que implicou a partida para a Legação de Londres, onde foi encarregado de negócios em diversos períodos até 1919. A 6 de Dezembro desse ano passou à disponibilidade. Contudo, a participação na *Revista de História* ocorreu na totalidade durante a missão londrina, mais precisamente entre 1916 e 1918.

Nos seus artigos, Tovar de Lemos entrou em polémica científica com o seu colega de profissão da Geração anterior, Carlos Roma do Bocage acerca de *Um Cartel de Desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique em 1415*. No entanto, a colaboração do autor alargou-se a uma parte do percurso biográfico do diplomata Dinis de Alencastre que, durante a Restauração, cumpriu funções em países como a França e a Holanda, tentando sensibilizar os governantes desses países para a legitimidade do movimento restaurador encabeçado por D. João IV. Não por acaso, certamente, a Inglaterra, onde Tovar de Lemos trabalhou era a aliada preferencial de Portugal.

Os estudos desenvolvidos por este cultor de Clio alicerçavam-se numa desenvolvida crítica documental, avessa a impressionismos, reveladora de uma identificação efectiva e não apologética à pátria, cujas origens históricas procurou pesquisar num artigo - publicado fora do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo - dedicado à política externa de D. Afonso Henriques, dado à estampa em 1939 na Academia Portuguesa de História, realizado com o intuito de celebrar o oitavo centenário da formação de Portugal. Neste trabalho, o seu autor adverte que excluiu das suas indagações a consideração das relações de Afonso Henriques com a Inglaterra ou o Condado de Moriana ou outros Reinos da Península Ibérica, concentrando-se nos diferendos com o Rei de Castela Afonso VII e com a Santa Sé. Também Alexandre Herculano trabalhou estas matérias, daí que este trabalho de Tovar de Lemos nos sirva sobretudo para com ele percebermos melhor a sua linhagem intelectual e a forma como encarava o ofício de Clio, retroprojectando ambas as facetas nos artigos anteriormente publicados na *Revista de História*.

O autor cultivou uma proximidade crítica com o labor de Herculano, louvando o respectivo escrúpulo documental, não deixando de apontar reservas a alguns dos seus escritos sobre as origens da Nacionalidade, aproveitando a ocasião para contrapor uma visão historiográfica própria a estes reparos: «Aos historiographos da nossa geração cumpre agora numa longa série de estudos parciais triturar, analisar, dissecar os materiais contidos nessas grandes colecções documentaes. Deverão, em particular, recorrer a obras estrangeiras para familiarizar-se com os usos, os costumes e doutrinas que prevaleciam na Cristandade, em determinado momento historico, e que constituem por assim dizer o ambiente ou pano de fundo no qual encaixarem os acontecimentos do nosso paiz «(...) Incurrerão infalivelmente em erros graves os eruditos portugueses que, nos seus estudos interpretativos da grande massa documental agora posta à sua disposição, caírem no erro de considerá-los sob um aspecto puramente nacional, sem relacioná-los com as situações que na mesma epoca prevaleciam nos paizes estrangeiros. O nosso grande historiador Alexandre Herculano ficará para todo o sempre com o grande e glorioso merito de ter sido o primeiro a tentar em Portugal a reforma da Historiographia dos séculos XVII e XVIII, e a introdução de uma técnica racionalizada, baseada no estudo critico das fontes. É prodigiosa a soma de trabalho que produziu, mas é fora de dúvida que não mediu com exactidão a imensidade da obra que emprehendia, e a limitação implacavel das forças humanas. Animado de uma confiança extraordinaria em sua força de trabalho, Herculano empreendeu *quasi* sozinho e por assim dizer simultaneamente todos os escalões do trabalho historico moderno: pesquisa, collocamento e publicação de todas as fontes documentaes; estudo critico dos materiais collocados, e aproveitamento dos mesmos para a reconstrução historica do passado (...). Não contente com isto, deixou-se desviar dos seus trabalhos historicos para enveredar em polemicas de natureza mais ou menos politica»⁴⁴⁵.

Tovar de Lemos admira a crítica documental herculaniana mas lastima implicitamente a concentração exclusiva em matérias portuguesas, a extensão gigantesca das actividades historiográficas levadas a cabo e a vulnerabilidade de Herculano a polémicas políticas. Estará em causa, nesta última acusação velada, um repúdio de Tovar de Lemos pelo liberalismo defendido por aquele historiador? O colaborador da *Revista de História* contorna esta questão e prefere continuar a desfiar reparos metodológicos, eventualmente mais pacíficos e menos susceptíveis de gerar fricções, dirigindo-os ao precursor de Herculano, e introdutor da Diplomática em

⁴⁴⁵ Pedro de Tovar – D. Afonso Henriques Infante Príncipe, Duque e Rei: estudo de política externa portuguesa. In *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 9. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1939, pp. 269-270.

Portugal, João Pedro Ribeiro, apodando-o de hipercrítico pelo facto de considerar, ao contrário de Tovar de Lemos, que todos os documentos não autênticos são falsos.

4.2. Colaboradores da Secção de Artigos não sócios da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos

Adolf Rein

Origem Sócio-Geográfica

Adolf Rein nasceu na Alemanha, em Eisenach, a 16 de Agosto de 1885 e faleceu em Hamburgo no dia 6 de Janeiro de 1979. Era filho do pedagogo Wilhelm Rein, circunstância que pode ter despertado a curiosidade por matérias do foro humanístico que constituíram o cerne da sua formação académica⁴⁴⁶.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

De certo possuidor de condições económicas favoráveis proporcionadas pela sua origem e pelo conforto económico dela decorrente, Adolf Rein teve a oportunidade de frequentar o curso de História nas Universidades de Jena, Florença, Paris e Leipzig. Foi aluno de Karl Lamprecht e licenciou-se em 1910.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Rein começou a leccionar na Universidade de Hamburgo em 1919, tendo-se especializado em assuntos respeitantes à América do Norte.

Este interesse foi-se apurando e não deixou de lado matérias respeitantes à História da América Latina, comparecendo na *Revista de História*, em 1928 um artigo crítico sobre os ímpetus independentistas que em oitocentos irromperam pondo em causa os moldes vigentes, e anteriores da colonização Espanhola. Indirecta e obliquamente, esboça-se uma reacção igualmente negativa face à independência do Brasil proclamada em 1822. Todavia, esta temática específica não foi encarada de frente, provavelmente devido ao melindre de que se revestiu.

Assim, a contribuição de Adolf Rein para o periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo-enviada de Hamburgo- relaciona a insurgência ocorrida na América Espanhola com a rivalidade europeia entre franceses e ingleses existentes desde as Idades Média e Moderna. Desde logo, é curioso este tipo de foco eurocêntrico em matérias de matriz colonial, tornando clara a recusa de abordá-las como autónomas, eximindo-se a aceitar a respectiva singularidade. O estudioso germânico, no trabalho

⁴⁴⁶ Cfr. *Adolf Rein* in http://en.wikipedia.org/wiki/Adolf_Rein (acedido em 19 de Agosto de 2011).
In *Wikipedia, The free encyclopedia*, http://en.wikipedia.org/wiki/Main_Page (acedido em 19 de Agosto de 2011).

dado à estampa no órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos debruça-se desde o título da sua intervenção sobre a ideia da *Universalidade Mundial*, reagindo implicitamente aos movimentos republicanos que, desde finais do século XIX, na América Central e do Sul, aproveitaram para reforçar as Independências de alguns países desses continentes.

A *Revista de História* parece ter funcionado como porta de entrada das ideias de Adolf Rein em Portugal, permitindo a respectiva divulgação e propiciando o interesse do Instituto Alemão sobre elas, consubstanciado na publicação, em 1937, do artigo *A Ideia da Universidade Política*, traduzido por Providência da Costa. Neste texto, o reitor da Universidade de Hamburgo interessa-se prioritariamente sobre assuntos relacionados, em sentido lato, com a sua actividade reitoral, dado que se pronuncia sobre o conceito de Universidade, mas não o toma como algo apenas dotado de natureza abstracta ou filosófica, vinculando-o a uma historicidade concreta, empiricamente comprovável, patente numa diacronia não escamoteável. Todavia, apesar de diferente do artigo publicado em 1928, aquele último acolhe ressonâncias formais deste, patentes desde o título de ambos. Justifica-se, deste modo, uma análise circunstanciada de *A Ideia de Universidade Política*. Neste estudo, Rein distingue a Universidade Política sua contemporânea, e vigente na Alemanha durante a República de Weimar, da Universidade Teológica (decorrente das Reformas e Contra-Reformas religiosas dos séculos XIV a XVII) e da Universidade Humanista(fruto do Iluminismo Setecentista).

O propósito central do autor, com esta comparação, é denunciar os propósitos democratizantes da Universidade Política, assentes numa perspectiva repudiada de massificação do ensino. No entanto, Rein procura não destruir ou erradicar sumariamente este tipo de Universidade, compaginando-a com contributos e tradições provenientes dos modelos anteriores. O teológico medieval baseava a sua força na fé, em nome da qual procurava a ciência como conhecimento outorgado por Deus, perseguindo como fim último a manutenção da doutrina cristã. Por seu turno, a Universidade Humanista ancorava a sua força na razão humana e no conceito de humanidade, comparecendo a filosofia enquanto fim último e conteúdo de toda a ciência. Alternativamente, a Universidade Política em curso alicerçava-se na força do poder alemão e na vontade política da qual esta emanava, confundindo-se o espírito científico com a realidade do Estado e com a promoção da Política como área científica autónoma na qual se formam técnicos. Rein põe em causa este tecnicismo estrito, e reage contra a incompletude da ciência positiva e repudia o nihilismo que dela pode reular. Pugna por uma Universidade política que não tenha um pendor liberal, historicista e relativista, abrindo-se uma orientação espiritual. O objectivo do

professor alemão parece condensado nesta declaração: «Mas não devemos esquecer que o ideal seria atingido, se a teologia, Filosofia e Política, Fé, Sabedoria e Poder se unissem num harmónico trio de existência humana»⁴⁴⁷. Outro autor que se preocupou com a política do Estado foi Augusto Bettencourt de Ataíde, que se debruçou sobre o património arquivista português.

Augusto Bettencourt de Ataíde

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Augusto Pereira Bettencourt de Ataíde era um profissional da área das bibliotecas e Arquivos, desempenhando o cargo de primeiro conservador quando, em 1919 colaborou pela primeira e única vez na secção de artigos da *Revista de História*, apresentando um instrumento heurístico de apoio e suporte à actividade dos investigadores, pondo em prática e à prova uma das suas actividades principais; a catalogação de documentos, no caso, fontes primárias e secundárias.

A temática escolhida para essa operação arquivística interessava decerto muito ao seu autor, dado que procedeu a um inventário sugestivamente intitulado *Bibliographia Portuguesa de Biblioteconomia e Arquivologia. Subsídio para o estudo do nosso problema bibliotecário e arquivístico*. Este título constitui um programa abreviado mas incisivo do trabalho realizado, dado que introduz o leitor no convívio com o procedimento técnico concretizado e, ao mesmo tempo, lança reflexão sumária sobre a relevância teórica do objecto em causa para a legitimação da área de estudos na qual este se filia. Acresce que a segunda parte da designação do levantamento realizado retoma uma terminologia semelhante, utilizada num estudo anterior, seguido de um projecto denominado *O problema das Bibliotecas em Portugal e o nosso projecto relativo a nomeações e promoções dos funcionários das Bibliotecas e Arquivos, dado à estampa fora da publicação* dirigida por Fidelino de Figueiredo dois anos antes, em 1914.

Nessa ocasião o arquivista discute a Lei Republicana de 18 de Março de 1911, na qual se promoveu a centralização orgânica e administrativa das Bibliotecas e Arquivos a haver sob a tutela do Instituto Geral de Bibliotecas e Arquivos, criado em 1836 - 40 anos depois de ter sido fundada a Real Biblioteca Pública - no mesmo ano da passagem da instituição tutelada a Biblioteca Nacional, que deixou na ocasião o Terreiro do Paço para se instalar no Convento de S. Francisco. Até 1865, a Biblioteca possuía apenas uma natureza administrativa, dedicando-se à separação e catalogação de documentos e duplicados.

⁴⁴⁷ Adolf Rein – *A ideia da universidade política*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1937, p. 30.

O principal foco de atenção de Bettencourt de Ataíde não era a exposição circunstanciada de acontecimentos em diacronia, servindo esta como quadro de suporte à ideia central do autor, que consistia na defesa da promoção em Portugal de Bibliotecas, não apenas enquanto lugares de conservação técnico-burocrática de documentos, mas essencialmente como centros de instrução e cultura num sentido mais lato, interpenetrando-se ambas as realidades, a ponto de sobreviverem à custa uma da outra: «Emquanto que, entre nós, o vulgo considera a biblioteca apenas como elemento util para auxiliar a instrução de certas classes mais ilustradas, vão os paizes mais avançados da Europa e da America apreciando já esta instituição como o mais poderoso factor da educação nacional. Novos pontos de vista, novas conclusões, tendem a transformar todo o systema de instrução publica n'um machinismo novo, especialmente preparado, não somente para que cada cidadão estude certa ordem de acontecimentos, mas para tornal-o apto a exercer amplamente toda a sua actividade em qualquer campo, como elemento valido da civilização do seu paiz. A tendencia utilitaria e pratica do nosso seculo, de lucta tão complicada e difficil, não é já para tudo saber, mas para tudo poder aprender, por isso a escola se vae transformando cada vez mais n'uma especie de arena, em que se procura adestrar e fortalecer inteligencias»⁴⁴⁸.

Bettencourt de Ataíde louva o exemplo das *Free Libraries* americanas e inglesas, seguidas em países europeus como a Alemanha (em 1870-80), a Holanda, a Suíça ou a Bélgica. Portugal atrasou-se nestas iniciativas, como as do empréstimo Domiciliário, as Bibliotecas Circulantes e Municipais, ou ainda as Populares, ainda que na letra de lei estas últimas existissem desde 1871, mas sem concretização prática correspondente. Em 1903 não se evoluira nesta matéria no âmbito nacional, tendo sido então instituído o cargo de Bibliotecário-Geral.

O autor de *O problema das Bibliotecas em Portugal* reconheceu que a lei publicada no início do Governo Republicano provisório acolheu, no plano dos princípios, algumas das suas ideias, nomeadamente aquelas que identificavam, desde os textos da imprensa, as Bibliotecas com o progresso da consciências cívicas, capitalizado pelo incremento da instrução: «Ao proclamar-se a Republica, em Outubro de 1910, sentiu o paiz uma legitima aspiração a uma remodelação completa da questão financeira, tinha o novo governo da Republica o dever de resolver os problemas de fomento da metropole e das colonias (...) que dependiam da cooperação do paiz. Quando apareceu o Decreto de 18 de Março de 1911, vimos com agradável surpresa que o Governo Provisorio adoptara as linhas geraes do plano por

⁴⁴⁸ Augusto Pereira Bettencourt de Ataíde – *Bibliographia portuguesa de biblioteconomia e archivologia: subsídio para o estudo do nosso problema bibliotecário e arquivístico*. Lisboa: Tipografia Mendonça, 1914, p. 5.

nós exposto na imprensa, creando no paiz uma vasta organização de bibliotecas eruditas, populares e móveis, subordinadas à Inspeccção Geral das Bibliothecas e Archivos, formando um unico systema.(...). Mas esse decreto que lançava as bases de uma instituição nova devia, por isso mesmo, marcar as condições da criação, organização e desenvolvimento das bibliotecas populares, o que não fez. Limitou-se a traçar as linhas geraes do plano da nova instituição, mal esboçando a parte da fundação das bibliotecas, que está toda por fazer, demandando um decreto especial sobre as bibliotecas populares»⁴⁴⁹.

Esta diferença entre a lei e a prática demonstra que em Portugal não havia, ao contrário do que acontecia nos países ante-citados, Sociedades de Instrução dedicadas à promoção do fenómeno bibliotecário em toda a sua amplitude. Foi criada uma Comissão para tornar mais ágil o processo e incentivar as bibliotecas móveis enquanto elo da cadeia para estimular as populares e contornar as dificuldades na operacionalização respectiva.

Bettencourt de Ataíde foi convidado para essa Comissão. Elaborou um programa e a bibliografia em análise para reflectir sobre o problema das bibliotecas. Freqüentador assíduo de arquivos e bibliotecas, bibliófilo convicto, Adolfo Bonilla y San Martin também escreveu para a *Revista de História*.

Adolfo Bonilla Y San Martin

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Madrid em 1875 e faleceu na mesma cidade a 17 de Janeiro de 1926. O seu pai, Saturnino Bonilla Sevilla era comandante de Cavalaria, enquanto a mãe, Patrocínio San Martin Arrieta, era sobrinha do compositor Emílio Arrieta, que viria a ser escolhido para padrinho do seu filho. Quando Saturnino foi colocado em La Mancha, Adolfo começou a estudar no instituto Ciudad Real, interessando-se por uma das personalidades espanholas mais emblemáticas da região; Cervantes.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Adolfo Bonilla y San Martin cursou dois âmbitos disciplinares diversos, Direito e Filosofia e Letras na Universidade Central, onde conheceu aquele que viria a reconhecer como seu mentor, e cuja obra editou mais tarde. Em 1896, ainda muito jovem doutorou-se com uma tese intitulada *Teoria Y Concepto del Derecho Luís Vives y los três libros De Anima Et Vita*⁴⁵⁰.

⁴⁴⁹ *Ibid.*, p.13 e 15.

⁴⁵⁰ Adolfo Bonilla Y SanMartin – *Programa de história de la filosofía*. Madrid: Escola de Estudos Superiores do Ateneu Científico Literário e Artístico de Madrid, 1905. In <http://www.filosofia.org/his/1905absm.htm> (acedido em 14 de Setembro de 2011).

Percurso Profissional:Actividades,cargos,títulos e Produção Intelectual

Em 1898 tornou-se primeiro secretário da Secção de Ciências Morais e Políticas do Ateneu de Madrid. Em 1904 começou a aplicar e explicar um curso de História da Filosofia Espanhola na Escola de Estudos Superiores do Ateneu Científico Literário e Artístico de Madrid. No primeiro ano deu 17 lições a 28 alunos matriculados. O programa em questão contempla ampla diacronia, que se estende dos tempos primitivos à actualidade. Todavia, não nos interessa a descrição detalhada deste plano. Apenas nos iremos deter no primeiro e no último ponto, o décimo. Quanto às noções preliminares expostas, acolhem a definição da História da Filosofia em geral e, principalmente, a espanhola, sem esquecer a respectiva conceptualização e possibilidade científica, abertas a uma sistematização planificadora, de modo a que, no final do percurso, os discentes possam chegar à conclusão «De cómo la evolución histórica del pensamiento filosófico español autoriza para afirmar la existencia en la Península Ibérica de una filosofía con caracteres propios y definidos»⁴⁵¹.

Efectivamente, Bonilla Y San Martin defendia a existência de uma identidade peninsular nas filosofias de Espanha e Portugal. Aliás, sem ser um iberista ortodoxo, ou *strictu senso*, também Fidelino de Figueiredo defendia uma aproximação cultural entre os dois países. Pode ter sido esta comunhão de ideias - vertida num desiderato com pontos em comum - o móbil propulsor do convite ao erudito espanhol para participar na *Revista de História*, tanto mais que nesse artigo se faz eco do ideal antecitado. Por outro lado, Bonilla é discípulo de um eminente hispanista, Menéndez y Pelayo, estudado no órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos por Miguel Artigas, tendo nela sido republicado um trabalho do mestre. Em 1905, Bonilla y San Martin iniciou o *Arquivo de História da Filosofia*, começando três anos depois a publicar em volume a *História da Filosofia Espanhola*. O primeiro estendia-se dos primórdios ao século XII e o segundo, de 1911, debruçou-se sobre os judeus (séculos VIII-XII). Entretanto, a publicação desta obra foi interrompida, suspendendo-se quatro volumes projectados.

Todavia, em 1927, esta incitativa editorial foi recuperada, já depois da morte do seu autor, sendo portadora de uma inflexão no respectivo pensamento, cuja vertente nacionalista sofreu assinalável reforço. Bonilla Y San Martin assimilou algumas das ideias de Menéndez y Pelayo-conjugando o hispanismo com um nacionalismo promotor da alma nacional- e de Schoppenauer, sem deixar, contudo, de se interessar por outras civilizações, como a Indiana, realizando inclusive uma volta ao mundo, da qual regressou em 1924, para se comprometer coma vida pública do seu país,

⁴⁵¹ *Ibid.*

tornando-se conselheiro da instrução pública: «Dos litografías hay en su cuarto de estudio: la de Menéndez y Pelayo y la de Schopenhauer; símbolo exacto de la doble orientación de su pensamiento. Como discípulo de Menéndez y Pelayo, era un enamorado de la tradición cultural de España; defendió que se podía hablar de una Filosofía española; consideró siempre que España no era solamente Castilla, y en toda ocasión hizo gala de su estima por las diversas culturas y diversas lenguas españolas, y muy en especial por el catalán en estos últimos tiempos. (...) Como discípulo de Schopenhauer, la enseñanza filosófica del doctor Bonilla se desenvolvió siempre en torno de las concepciones fundamentales del gran filósofo alemán. La cuádruple raíz del principio de razón suficiente, de Schopenhauer, ha sido año tras año la obra comentada en la clase de Psicología Superior que tuvo acumulada el doctor Bonilla; obra de Schopenhauer que el maestro consideraba indispensable para toda preparación filosófica. Desde la reforma por Silió del Consejo de Instrucción Pública, era el doctor Bonilla consejero por las Facultades de Filosofía y Letras; entonces también, bajo el régimen de autonomía universitaria, la Facultad de Filosofía y Letras de Madrid lo eligió Decano por unanimidad, cargo que no dejó de ostentar hasta su muerte. Espanta el número de informes que como ponente redactó el doctor Bonilla respecto de obras presentadas a informe de las Academias o del Consejo de Instrucción Pública; informes, resultado siempre del estudio objetivo de la obra; informes que, cuando la justicia no obligaba a que fuesen contrarios, eran siempre una voz de aliento para el autor novel, combinada con indicaciones de maestro. Siendo ministro de Instrucción pública el señor Rodés, fue el doctor Bonilla inspector general de Enseñanza. Últimamente, como embajador extraordinario, había representado a nuestra patria en las Fiestas de Cuba. Fue el doctor Bonilla un enérgico defensor de la libertad de cátedra y un fervoroso amante de las libertades ciudadanas (...).»⁴⁵².

A participação do autor espanhol na *Revista de História* ocorreu quase no final da vida, em 1925, e nela Bonilla y San Martín pronunciou-se sobre *Camões* e a Espanha. Destacou, com algum didatismo pedagógico, o classicismo do autor português e o seu amor à pátria, ressaltando-os e instrumentalizando-os em favor do elogio de Luís Vaz de Camões. O poeta português foi considerado nacionalista e hispanista. Esta leitura de Bonilla prolonga e reproduz a do seu biografado Menéndez Pelayo sobre aquele escritor português. O colaborador do periódico português dirigido por Fidelino de Figueiredo foi homenageado após a sua morte. Num prefácio ao *Estudios de Homenajes* entretanto publicados, Jacinto Benavente reconheceu que a principal

⁴⁵² AAVV, *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu-Americana: apêndice*, tomo 2, Madrid: Espasa Calpe, 1931, pp. 391-392.

qualidade de Bonilla era a cordialidade, compaginando ciência e caridade⁴⁵³. O artigo publicado na *Revista de História* põe em prática a defesa da cordialidade entre os povos peninsulares, expondo dados científicos sobre a vida e obra de Camões sob a égide da compaixão, promotora do encontro de culturas.

Aires de Sá

Origem Sócio-Geográfica

Aires Augusto Braga de Sá Nogueira nasceu em Lisboa a 13 de Setembro de 1873 e faleceu na mesma cidade a 8 de Fevereiro de 1951. A sua família conferiu-lhe uma ascendência aristocrática.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

A sua origem nobiliárquica facilitou e promoveu a frequência do ensino superior no Curso Superior de Letras entre 1894 e 1897. Este trajecto possibilitou a nomeação para dirigir a Biblioteca do Paço Real de Mafra, da qual se exonerou a 5 de Outubro de 1910, provavelmente devido à sua simpatia pela Monarquia. Aires de Sá organizou, em 1916, o *V Centenário da Abertura do Caminho entre a Europa e a Índia*⁴⁵⁴.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, títulos e Produção Intelectual

Interessado pela História dos Descobrimentos Portugueses, Aires de Sá era sócio do Instituto Histórico do Minho que foi «fundado em Viana do Castelo em 5 de Julho de 1916, tem por fim a cultura de todos os ramos de saber humano e principalmente dos estudos que mais interessam à região a que pertence»⁴⁵⁵. No primeiro número do registo escrito das actividades da instituição, publicado em 1921, Aires de Sá debruçou-se sobre a biografia de Gonçalo Velho, que esteve ligado à descoberta de algumas ilhas dos Açores, envolvendo-se directamente no projecto ultramarino do Infante D. Henrique e na expedição às Terras Altas. Convém dar a palavra a Aires de Sá para não trair as descrições biográficas empreendidas sobre a personalidade quinhentista em causa: «Frei Gonçalo Velho- o famoso - «*militem generosum*», comendador, na Ordem de Cristo, do castelo e ilha d' Almourol, das Pias, da Beselga e da Cardiga, comendador das ilhas dos Açores, primeiro chamadas ilhas de Gonçalo Velho, e capitão, pelo Infante D. Henrique, das Ilhas de Santa Maria, que, primeiro, se chamou ilha de Gonçalo Velho, e de Sam Miguel, nos Açores; filho de Fernão Velho, da varonia dos Velhos, conhecida até ao século VIII, Cavaleiro da

⁴⁵³ Jacinto Benavente— Prólogo. In *Estúdios Eruditos en homenaje a Adolfo Bonilla Y San Martin (1875-1926)*, tomo 1. Madrid: Facultad Central de Filosofia y Letra, 1927, p. XIV.

⁴⁵⁴ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 26. Lisboa: Página Editora, p. 439.

⁴⁵⁵ Instituto Histórico do Minho. Viana do Castelo: Instituto Histórico do Minho, 1921, p. 1.

Ordem de Santiago, comendador de Aldêa Seca, senhor, de juro, de herdade, do castelo e terra de Aveleda (...). Abriu o caminho marítimo da Europa à Índia, chegando à Terra Alta, muito além do cabo Bojador, em 1416 (...). Abriu o caminho das Índias Ocidentais (Américas), descobrindo o arquipélago dos Açores, em 1431-1432, do qual foi colonizador»⁴⁵⁶. Neste excerto nota-se a vertente de genealogista patenteada pelo futuro colaborador da *Revista de História*, que ao centrar-se em Gonçalo Velho lhe reconhece um lugar importante para a História dos Açores e dos Descobrimentos Portugueses. Estas matérias comparecem interligadas no artigo dado à estampa em 1925 no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, significativamente intitulado *O descobrimento dos Açores e da Terra Alta Na Carta de Gabriel de Valsequa de 1439*.

Neste instrumento cartográfico comparecem nomeados os Açores. Contudo, para Valsequa, a descoberta do território teria acontecido em 1426 e não em 1431, como pensava Aires de Sá, que reconhece pioneirismo na representação de Valsequa e considera a chegada aos Açores como motor da abertura do caminho equatorial das Américas cujo quinto centenário se comemoraria em 1931. Todavia, o texto em análise constitui um contributo antecipado de Aires de Sá para a efeméride. Contudo, não foi a única intervenção do seu autor nesse sentido. Fora do órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, o historiador prolongou a assunção do papel de estudioso da cartografia aí desenvolvido e publicou, em 1928, o trabalho intitulado *Um Dogma Anti-geográfico Cartólogos Furta-Cores*, no qual critica o procedimento de certos colegas de ofício nos seguintes moldes: «É um dogma para os que atacam a prioridade dos nossos descobrimentos, a intangibilidade dos portulanos, depois de assinados ou não – assinados, de datados ou não datados; depois de saírem das mãos do cosmógrafo (...). Este dogma é tudo quanto teem, a sua riqueza, o seu haver; perdel-o é perderem-se; eles, mesmos, o disem; não ha mais nada, senáo aquilo, são os unicos e últimos cartuxos de pólvora sêca. Não sei se o leitor é alpinista, se gosta de andar pelos montes e vales, se não téme as encruzilhadas»⁴⁵⁷. Aires de Sá estudou uma parcela da História dos Descobrimentos Portugueses, enquanto o brasileiro Alberto de Faria se dedicou à crítica de um historiador português da literatura seu contemporâneo, Teófilo Braga.

⁴⁵⁶ Aires de Sá – *Frei Gonçalo Velho*. Viana do Castelo: Instituto Histórico do Minho, 1921, p. 22.

⁴⁵⁷ Aires de Sá – *Um dogma anti-geográfico cartólogos furta-cores*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1928, p. 7.

Alberto Faria

Origem Sócio-Geográfica

Alberto Faria veio ao mundo no Rio de Janeiro a 19 de Outubro de 1869, tendo falecido em Paquetá, localidade do mesmo estado, no dia 8 de Setembro de 1925. Era filho de José e Leocádia Lopes Faria.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Desde cedo evidenciou apetência pelas letras, situação que o levou a encetar experiências familiares e amadoras no âmbito do Jornalismo. Em 1881 colaborava com o jornal *O Arauto*, e, dois anos volvidos, criou, já em S. Paulo, na cidade de S. Carlos, o periódico *A Alvorada*. Em Campinas fundou o jornal *O Dia*, em 1894. Simultaneamente contribuía com escritos para o *Correio de Campinas*, que passou a dirigir nos dois anos seguintes. Entre 1897 e 1904 criou e chefiou *A Cidade*, ainda em Campinas. Aí obteve grande êxito a secção *Ferros Velhos*. Pode admitir-se que a migração do Rio de Janeiro para o interior do Estado de S. Paulo tenha decorrido da inexistência de oportunidades para os jornalistas jovens naquela cidade, onde pontificavam os consagrados. Alberto Faria queria singrar, fazer carreira no meio jornalístico e ganhar experiência que lhe permitisse angariar prestígio profissional. S. Carlos e Campinas ofereceram-lhe um meio propício à realização dos seus objectivos mais imediatos.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Progressivamente, Alberto Faria foi conseguindo os seus intentos e aproveitou o impulso conferido pelo jornalismo para influenciar crescentemente a opinião pública. Ganhou estatuto e presumível confiança, cruciais para o desenvolvimento de actividades de pesquisa e investigação, nomeadamente na área da Literatura. Foi decisiva no seu percurso a vitória, em 1901, no Concurso para Professor de Literatura em Campinas, derrotando, para o efeito, Coelho Neto e Baptista Pereira. Em paralelo com a docência, e provavelmente por ela acicatado, desenvolveu estudos de crítica literária, externa e interna de documentos, contribuindo no âmbito da primeira, para o estabelecimento e a fixação de autorias e datações de obras. Este labor encontra-se patente nas *Cartas Chilenas de 1913* ou no texto *Aérides, Crítica e Folclore, de 1920*. A Academia Brasileira de Letras reconheceu e premiou os méritos de Alberto Faria e fez dele seu sócio, através de eleição ocorrida a 10 de Outubro de 1918. Substituiu o Barão Homem de Mello. Tomou posse a 6 de Agosto do ano seguinte.

Em 1920, a actividade crítica continuou a ser materializada pelo futuro colaborador da publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo, dando à estampa.

Acendalhas. Literatura e Folclore. Enquanto membro da Academia Brasileira de Letras, Alberto de Faria foi o editor literário de *Thomaz A. Gonzaga Marília de Dirceu (selecção de Lyras Authenticas)*. Desde o título, percebe-se que a autenticidade é um dos critérios indispensáveis ao exercício crítico, conforme sublinha o próprio editor numa advertência anteposta à obra em causa: «Às duas primeiras partes da *Marília de Dirceu*, unicas de authenticidade incontestada até hoje, tomaram-se as lyras mais significativas para formar esta pequena edição do *Annuario do Brasil e Renascença Portuguesa*. Precedemol-as de uma noticia da vida do autor, em bosquejo isento de conjecturas e de fantasias, pois que é synthese de pesquisas documentaes. E aditamos-lhes notas algo curiosas, relativas ao estudo de fontes literarias, ou á corrigenda de erros criticos e typographicos (estes em via de perpetuação), contribuindo assim para a melhor intelligencia dellas. Mas o que recommenda o volume diminuto, nem fica mal declaral-o aqui, são as peças officiaes constantes do *Appendice*, geralmente desconhecidas ainda. Uma, -defesa de Thomaz Antonio Gonzaga, escripta do próprio punho do réo da Inconfidência Mineira, - prova sua nenhuma comparticipação no delicto e sua muita capacidade juridica. Outra, - auto de sequestro dos respectivos bens, attestadores da pobreza do honesto magistrado de Villa Rica -, serve ao exame da sumptuaria brasileira no periodo colonial. Foram copiadas, directa e integralmente, da *Devassa* de 1789, na Bibliotheca nacional do Rio de Janeiro. Admira que passassem despercebidas aos historiadores, dous ou tres dos quaes apenas se aproveitaram de fraguementos das mesmas, colhidas já em nossos trabalhos de imprensa, alguns ora compendiados em *Aérides* e *Accendalhas*⁴⁵⁸».

Nesta longa exposição da totalidade da advertência de Alberto Faria, exposta na íntegra, assoma um dado que pode ajudar a situar temporalmente a edição literária em causa, dado que não comparece datada. Compreende-se agora que esta iniciativa é posterior a obras como *Aérides* e *Accendalhas*. Contudo, Alberto Faria não refere artigo análogo publicado na *Revista de História* em 1924, intitulado, *O Senhor Teófilo Braga e os Poetas Mineiros*. Esta omissão leva a crer que a edição de *Marília de Dirceu* é anterior a esta última data. As semelhanças de prisma de análise crítico e de conteúdos entre as duas investigações são bastante assinaláveis. Procede-se em ambos os casos a uma biografia de Thomas António Gonzaga e a uma crítica de defeitos e correcção de fantasias sobre ela e acerca da *Marília de Dirceu*.

Dentre os fantasistas não nomeados na edição crítica citada conta-se Teófilo Braga. Parece que a nomeação deste autor no órgão de Informação e Comunicação da Sociedade Potuguesa de Estudos Históricos pode ter decorrido da aceitação de

⁴⁵⁸ Thomaz A. Gonzaga – *Marília de Dirceu: selecção de lyras authenticas*. Rio de Janeiro e Porto: Annuario do Brasil e Renascença Portuguesa, [s.d], pp. 7-8.

Alberto de Faria pela intelectualidade da Academia Brasileira de Letras, sediada no Rio de Janeiro, sendo igualmente favorecida pela abertura editorial do *Anuario do Brasil e da Renascença Portuguesa*.

Acresce que, aos 54 anos, prenhe de experiência profissional, Alberto Faria adquiriu um desassombro, alicerçado na sua investigação científica, que tornou o seu trabalho apetecível aos responsáveis editoriais da *Revista de História*, que nele viram um aliado no confronto com o labor e o ideário teófiliano, cujos supostos erros foram aí corrigidos no que tange a Tomás António Gonzaga e à Marília de Dirceu. De resto, ao contrário de Teófilo Braga, Alberto de Faria, comprova o alegado afastamento do literato brasileiro face à *incidência mineira*. A participação de Intelectuais estrangeiros na *Revista de História*, mormente na secção de artigos, é mais patente na segunda metade do período de vigência do periódico, acentuando-se esta tendência entre os articulistas não associados à Sociedade Portuguesa de Estudo Históricos. Em seguida, debruçamo-nos sobre González Palência.

Angel González-Palencia

Origem Sócio-Geográfica

Cândido Angel Gonzalez Palencia nasceu em Horcajo de Santiago (Cuenca) a 4 de Setembro de 1889, conforme consta da sua certidão de nascimento, estudada e publicada por Fernando de Agreda Burillo, segundo a qual compareceu perante as autoridades locais, o pai, Vicente González Cabello, Guarda Civil, natural de Torrejonvillo Del Rey, província de Cuenca, da qual era oriunda também a progenitora, Cristina Palência, dedicada a actividades do foro doméstico. Aos 2 anos, a mãe de Angel foi acometida por uma febre terçã, que obrigou a uma mudança de casa da família para Betete, onde posteriormente o jovem aprendeu as primeiras letras, continuando, aos 9 anos, a sua aprendizagem no Colégio de São Miguel de las Victórias de Priego, onde entrara por influência do pároco local. No dealbar do século XX, ingressou no seminário de Cuenca, iniciando anos que o próprio Gonzalez-Palência consideraria duros:

«El seminario menor tiene su siede en el Convento de San Pablo de Cuenca, donde habia el sacrificio de ir quatro veces a clase al Seminario, cuando no habia la puente actual (yo la vi construir) y teniamos que recorrer mas de três Kilómetros de camino, de cuestras por quatro veces. Yo era el que abria camino por ser el mas pequeno y recuerdo que apenas si podia com el peso de mi manto sanpablista y mi monton de libros y mi espléndida cosecha de sabanones»⁴⁵⁹.

⁴⁵⁹ Angel Gonzalez-Palencia – Discurso pronunciado al 7 de Noviembre de 1948, com motivo de la inauguración de la Biblioteca Municipal Gonzalez Palencia en Santiago de Horcajo (Cuenca). *Op. cit* por Fernando Agreda Burillo - Don

Aníbal Fernandes

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Nazaré da Mata, Pernambuco, a 30 de Novembro de 1894.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Frequentou o ensino secundário no Colégio Salesiano do Recife e no Seminário de Olinda. Em 18 de Outubro 1911 houve uma revolta no Recife, que levou à fuga do Presidente do Governo, Estácio Coimbra, que abdicara nas vésperas. O inspector da polícia Renato Medeiros foi sujeito à ira popular e preso. O jornal *A Província* onde colaborava Aníbal Fernandes foi incendiado, conforme descreve o historiador Ronildo Maia Leite: «Renato de Medeiros continua atrás das grades, na cadeia de Olinda, submetido ao escárnio popular. *Em exposição* - disse o título de primeira página do *Jornal do Recife* e Exposto a chaceta pública, como um verdadeiro Cristo, e a quem até no rosto cuspiram - acrescentou, cinco anos depois, o jornalista Aníbal Fernandes, principal redator de *A Província*, órgão oficial incendiado na avalanche vingadora. Inspetor de Polícia Marítima, Renato fora preso em Campo Grande (...) pelo sargento Aristóteles, do 21º Batalhão de Caçadores. Sua casa foi totalmente destruída, incendiada, saqueada. A ira popular contra os elementos despojados do poder - que João Barreto de Menezes justificava como sendo *ardores do movimento e o novo governo de embriaguez do triunfo* - somava-se à sede de vingança da nova polícia».

Entretanto, Aníbal Fernandes já era estudante universitário quando, no ano de 1912, começou a colaborar no *Jornal de Pernambuco*, propriedade de Henrique Millet. Não se pense, todavia, que foi logo convidado para a redacção. Antes disso, tomou contacto com funções mais técnicas, como as de revisão, ganhando experiência através delas. O seu primeiro artigo, sob a forma de crónica, foi publicado a 19 de Janeiro de 1913 e intitulava-se *Ano Novo*. Entretanto, a 12 de Dezembro de 1914 o jornal fechou. Em 1915 o jornalista concluiu o curso de Direito na Faculdade de Direito do Recife.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, títulos e Produção Intelectual

O gosto pela imprensa manteve-se e, em 1917, Aníbal Fernandes escrevia no Diário de Pernambuco. O seu estatuto, derivado da recente formação académica, mudara, permitindo-lhe aguçar a sua veia cronística num tema premente da actualidade política europeia e mundial: A Primeira Guerra. Acompanhou

Angél Gonzalez Palencia (1889-1949): apuntes biográficos, in *Anaquel de Estudios Árabes*, n.º IX, 1998, http://www.ucm.es/info/arabdep/anaquel/AUT_ANQE.PDF (acedido em 16 de Setembro de 2011).

semanalmente o evoluir dos acontecimentos na coluna *Em Torno da Guerra*, que com o evoluir da situação se passou a denominar *Em Torno da Paz*. Ainda em 1917, o fascínio do autor pelo velho continente impeliu-o a concretizar uma viagem a países como a França, a Suíça, ou a Itália.

Este périplo deveu-se ao estudo de História Religiosa, que era objecto do interesse de Aníbal Fernandes, em parte relacionado, possivelmente, com a sua formação católica. De regresso a Pernambuco, foi eleito deputado estadual e apresentou, nessa condição, um projecto para a criação da *Inspectoria de Monumentos Nacionais*, destinada a restaurar e conservar o património artístico e arquitetónico local e nacional. Esta iniciativa pode ter sido influenciada pelos conhecimentos museológicos adquiridos por Aníbal Fernandes na Europa. Percorreu vários cargos políticos: «Ocupou vários cargos administrativos no Estado, como oficial maior do Tribunal de Justiça, oficial de gabinete do governador Sérgio Loreto e secretário de estado para os negócios da Justiça e Instrução Pública, no mesmo governo»⁴⁶⁰.

Em 1915 o jornalista, começou a assinar no Diário de Pernambuco, a rubrica, *De uns e de outros*. Nessa mesma altura leccionava português e francês no ginásio local⁴⁶¹.

Quando no volume publicado na *Revista de História* nos anos de 1927-28, Aníbal Fernandes homenageia o seu conterrâneo, amigo e colega de profissão Oliveira Lima, procede ao elogio fúnebre em nome destes três elos que o uniam à personalidade recém-falecida, confirmando-se, paralelamente, a permanência da ligação de Aníbal Fernandes à Europa, e, particularmente, a Portugal.

Também Gilberto Freyre se pronuncia na mesma ocasião sobre o amigo desaparecido, a quem confessara em vida a admiração pela cultura inglesa, Shakespeare ou Milton, que o encantavam mais do que o próprio Camões. Estas confissões também as fizera na correspondência trocada com o jornalista pernambucano cujo percurso estamos a analisar. Conforme sublinha Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke: «(...) Freyre também registou em seu caderno de notas essas significativas considerações(...) Camões está longe de significar para mim o que significam um Shakespeare ou um Milton: Não terá o espírito sua árvore genealógica? pergunta Freyre usando a mesma expressão que seria utilizada em cartas aos amigos Aníbal Fernandes ou Oliveira Lima»⁴⁶².

Sobre Gilberto Freyre debruçar-nos-emos mais adiante. Por agora, interessa reter que o perfil de Aníbal Fernandes, publicista atento ao quotidiano, era bem

⁴⁶⁰ AAVV, *PERNAMBUCO de A/Z*, in <http://www.pe-az.com.br/> (acedido em 17 de Setembro de 2011).

⁴⁶¹ Maria do Carmo Andrade – *Aníbal Fernandes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=332&Itemid=180 (acedido em 17 de Setembro de 2011).

⁴⁶² Mara Lúcia Pallares-Burke – *Gilberto Freyre: um victoriano dos trópicos*. S. Paulo: Edusp, 2005, p. 117.

diferente do evidenciado pelo erudito bibliógrafo e bibliófilo António Joaquim Anselmo, também ele atento às suas origens.

António Joaquim Anselmo

Origem Sócio-Geográfica

António Joaquim Anselmo nasceu em Borba em 1876, tendo falecido 50 anos depois em Lisboa.⁴⁶³

Formação Profissional e Habilitações Académicas

O autor deslocou-se da sua terra natal para Évora onde completou o curso de seminário e conseguiu destacar-se no curso complementar dos liceus, obtendo excelentes notas⁴⁶⁴. A experiência de seminarista foi uma catapulta para o percurso académico referido, mas também contribuiu para o despertar de uma vocação religiosa, consubstanciada na ordenação como pároco e no exercício das respectivas funções em Veiros, Concelho de Estremoz.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Certamente estimulado pelo contacto directo com as populações e dotado de um gosto pela História, aliado a grande respeito pelas suas raízes familiares, António Joaquim Anselmo começou a escrever textos na senda de Clio através de exercícios monográficos ambos publicados em 1907, um deles dedicado à sua terra natal *Borba* e o outro à localidade onde iniciou a sua actividade profissional, *Veiros*. Um breve relance pelo índice da primeira obra citada, permite traçar breve itinerário da trajectória de escrita e das concepções historiográficas nela indicadas.

O autor dividiu o seu estudo em duas partes; a primeira, dotada de seis capítulos, dedicada às coordenadas geográficas de Borba, e a segunda é consagrada a apontamentos históricos. Quanto à caracterização geográfica da localidade, António Joaquim Anselmo opta por uma abordagem essencialmente descritiva, factual, avessa a problematizações, expressa numa escrita sóbria, com pretensões de isenção e imparcialidade, assente num respeito escrupuloso pelos documentos coligidos. Assim, o cultor de Clio começa por destacar «O planalto alentejano e as serras d'Ossa e de Borba. – O concelho de Borba: posição, limite, divisões, etc.- Orographia e constituição geologica – Hydrografia-clima»⁴⁶⁵.

⁴⁶³ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 2. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 767.

⁴⁶⁴ *Ibid.*

⁴⁶⁵ António Joaquim Anselmo – *O Concelho de Borba*. Elvas: Progresso, 1907,[s.n].

Sublinhe-se o grau de pormenorização de diversas vertentes da geografia física. Todavia, esta perspectiva, assente na fisionomia do meio em questão, foi acompanhada, no momento seguinte, pela descrição da distribuição da «População por freguesias. – Borba e os seus arredores. - As duas freguezias da villa: o castelo, largos, ruas, etc. – As freguezias rurais»⁴⁶⁶.

Em seguida, na sequência do exposto, Anselmo debruça-se sobre os edifícios públicos e religiosos, sem esquecer a descrição económica do concelho (Agricultura, Indústria, Comércio), bem como as instituições sociais dedicadas à instrução, assistência, saúde e higiene. A preocupação com a quantificação estatística é notória, apesar de revelar-se tecnicamente rudimentar. A precedência do perfil geográfico face ao histórico deriva da necessidade de chamar atenção para a actualidade de Borba, permitindo despertar, de modo discreto e distanciado, o interesse turístico pela região. Quanto aos *Apontamentos Históricos*, através deles António Joaquim Anselmo apresenta uma exposição diacrónica da evolução do local onde nasceu, sem recurso a estados de alma, ou derrames emocionais. Refere-se à Origem da Vila e do respectivo nome, evidenciando a conquista aos Mouros, a criação do Concelho, consubstanciada na atribuição de um foral e na fundação do Castelo. Os reinados de D. Fernando e D. João I são acompanhados de perto, bem como a doação a Nun'Alvares, ou o foral de 1512. O patriotismo de António Joaquim Anselmo nota-se na descrição da dominação filipina (1580-1640) como período de decadência, detalhando em seguida a Guerra da Restauração, a tomada de Borba por D. João d'Áustria e a ocupação pelo Marquês de Caracena. Em seguida, o cultor de Clio descreve a Guerra da Sucessão, as Invasões francesas, as lutas liberais, as reforma de 1834 e o estado da vila, da Regeneração até à actualidade.

Esta preocupação com as origens levou o autor a procurar comprovar as suas afirmações através do recurso a fontes primárias. A investigação documental era uma das suas paixões, materializada fortemente por via da entrada como profissional na Biblioteca Nacional em Lisboa, onde se dedicou, a partir de 1914, à conservação e catalogação de documentos. Em 1915, denotando um saber de cunho e pendor humanistas, aliado a uma bibliofilia evidente, António Joaquim Anselmo traduziu uma obra emblemática da heterodoxia católica, *O Elogio da Loucura*, de Erasmo de Roterdão. Desconhecemos até que ponto esta tradução derivou apenas da admiração pela envergadura intelectual do homem de cultura que pretendeu reformar a igreja católica por dentro, sem dela sair, ou, se a essa admiração pode acrescentar-se solidariedade com as ideias então expostas. De qualquer modo, António Joaquim Anselmo evidenciava uma visão aberta, que compaginava a História Local com a

⁴⁶⁶ *Ibid.*

preservação do património nacional e uma visão possivelmente abrangente e alargada acerca da religião e do papel do ser humano no mundo. Em 1919, o autor foi promovido a primeiro bibliotecário. Independentemente do eventual carácter automático da promoção, ela também derivou do reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, mormente na elaboração de um instrumento de investigação que se pretendia exaustivo e que, na origem, era destinado à circulação no Interior da Biblioteca Nacional. Intitula-se *Bibliographia das Bibliographias Portuguesas*. Fidelino de Figueiredo, antigo companheiro de Anselmo na referida Instituição considerou que o respectivo trabalho merecia divulgação mais vasta e deu-o à estampa na Revista de Historia no número dedicado ao primeiro trimestre do ano em causa, em sinal de admiração pelo pioneirismo do trabalho heurístico efectuado, apesar de este não conter uma perspectiva ideográfica e muito menos crítica na Catalogação das espécies. O mesmo método algo caótico foi repetido por Anselmo em 1923 quando, fora do periódico, publicou a *Bibliographia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*. Este inventário constitui uma particularização e especificação do anterior, dele sendo uma parcela sujeita a micro-análise do conspecto mais vasto assinalado, para a qual contribuiu a experiência bibliográfica anteriormente adquirida. Acresce que a época quinhentista comparece, uma vez mais, como período de eleição no percurso do colaborador do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo sobre a *Bibliographia das Obras Impressas em Portugal*, Ruth Arons diz o seguinte: «Pareceu-me ser trabalho útil para os estudiosos a actualização deste livro que é ainda único no seu género, mas que, no entanto, já se encontra ultrapassado»⁴⁶⁷. De origem social e geográfica diversa, mas também atento a uma disciplina auxiliar da História, no Caso a Genealogia e Heráldica, António Pedro de São Payo Mello e Castro também colaborou na *Revista de História*.

António Pedro de São Payo Mello e Castro

Origem Sócio-Geográfica

António Pedro Maria da Luz de São Paio Mello e Castro Moniz Torres e Lusignan nasceu no Porto a 24 de Julho de 1902. Antes de nos determos sobre a sua ascendência directa convém centrar a atenção sobre antepassados mais remotos que atestam a antiguidade da sua família, tais como o primeiro conde de São Paio, António José, estudado por Celestino Fernandes Silva, que chegou às seguintes conclusões: «os São Payo que se tinham conservado no primeiro círculo da primeira nobreza de Corte tiveram de esperar mais de um século para ascederam à Grandeza. D. José I

⁴⁶⁷ Ruth Gertrud Hedwig Sara Arons – *Uma tentativa de bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI e alguns problemas por ela levantados*. Lisboa: [s.n.], 1953, p. 6.

faz mercê a António José de São Payo do título de Conde em 18 de Dezembro de 1764, como categoria de nobreza, sem que por isso lhe estivesse adstrito o exercício de função pública. Como Conde, faz parte do Conselho de Estado, muito provavelmente, pela mão do Ministro Sebastião José de Carvalho (1760), que também se tornara em 6 de Junho de 1759, um Grande de Portugal.

Era Brigadeiro da Cavalaria do Cais, quando, no ano de 6 de Abril de 1765, por mercê de alvará de D. José I e com Sebastião José como Mordomo-mor: teve foro de Moço Fidalgo. No mesmo ano em 13 de Abril, por carta de mercê de D. José I ao Conde António José de São Payo, terá foro de Fidalgo Escudeiro de sua Casa, foros estes, que davam nobreza hereditária. Exercia o posto de Marechal General dos Exércitos da Corte, quando em 29 de Setembro de 1768, Sebastião José de Carvalho e Mello, seu sogro nomeia-o, para Gentil - homem das Câmaras do Infante D. Pedro. A elevação ao título de Conde (o 1.º) será o corolário do património, em sentido amplo, de várias gerações de Donatários, com serviços nas armas reais e na Corte. Também à qualidade e merecimento de António José de São Payo, quer na sua carreira honorífica, com longa vida de militar, quer no desempenho de cargos palatinos. O casamento com Eva de Carvalho Daun, filha do político Sebastião José de Carvalho e Mello, seria favorável a esta ascensão»⁴⁶⁸. Seu filho Manuel será Conde ainda em vida de António José de São Payo e depois Marquês de São Payo ⁴⁶⁹.

A mulher com quem casou era oriunda da freguesia da Sé do Porto, facto que explica a naturalidade do primogénito referido. O casamento de Manuel e Maria Madalena ocorreu na Sé do Porto a 18 de Abril de 1901⁴⁷⁰.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

António Pedro de São Payo Mello e Castro bachalerau-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa⁴⁷¹.

⁴⁶⁸ Celestino José Fernandes Silva - *António José de São Payo, 1.º Conde de São Payo (1720-1803): Donatário, Guerreiro e Homem de Corte*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.[Dissertação de Mestrado em História]. Por seu turno, D. António Pedro era filho de Manuel António de S. Paio Mello e Castro, sexto conde de S. Paio e de Maria Madalena de Azeredo Teixeira de Aguiar

⁴⁶⁹ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 17. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p 588.

D. António Lusignan, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=6643 (acedido em 19 de Setembro de 2011), in Genneall, <http://www.geneall.net/P/> (acedido em 19 de Setembro de 2011).

O seu pai era o primogénito dos 5 Condes. Viera ao mundo a 22 de Maio a 16 de Abril de 1846, em Lisboa, na freguesia de S. Vicente de Fora.

⁴⁷⁰ Maria Madalena Aguiar, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=52382 (acedido em 19 de Setembro de 2011), in Genneall, <http://www.geneall.net/P/> (acedido em 19 de Setembro de 2011).

O futuro colaborador da *Revista de História* teve dois irmãos, D. Henrique e D. Maria do Carmo, nascidos respectivamente a 14 de Fevereiro de 1905 e 23 de Junho de 1909.

⁴⁷¹ António Pedro São Payo, in http://www.cbg.org.br/galeria_antonio_sao_payo.html (acedido em 19 de Setembro de 2011), in Colégio Brasileiro de Genealogia, <http://www.cbg.org.br/index.php> (acedido em 19 de Setembro de 2011).

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

António Pedro de São Paio Mello e Castro foi secretário da legação ao serviço do protocolo de Estado no Ministério de Negócios Estrangeiros, mas abdicou desta carreira para dedicar-se aos estudos históricos que tanto o cativavam, mormente os respeitantes à Genealogia e Heráldica, nos quais o seu percurso familiar encontrava reflexos directos. O autor foi Presidente do Instituto Português de Heráldica. Na *Revista de História* escreveu e publicou, em 1920, sobre dois coutos do Entre Douro e Minho no século X. Este objecto de estudo pode ter sido escolhido pelo ineditismo das fontes compulsadas mas também devido ao entusiasmo do sétimo Conde e terceiro Marquês de São Paio pelo Norte de Portugal, região à qual pertencia o território do qual o seu título era oriundo.⁶ anos depois, D. António Pedro casou, a 8 de Julho, com Maria do Carmo de Sárrea Caldeira Castelo Branco, com quem teve três filhas, Maria do Carmo, Maria Madalena e Maria Inês. Dando continuidade a uma política de internacionalização do periódico, a *Revista de História* promoveu laços com intelectuais da América Latina e não apenas os brasileiros, como é o caso do chileno Armando Donoso.

Armando Donoso

Origem Sócio-Geográfica

Armando Donoso Nóvoa nasceu em Taíca, no Chile, em 1886 e faleceu em Santiago no mês de Janeiro de 1946⁴⁷².

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Fez estudos secundários no Liceu de *Los Hombres* na sua terra natal, que era dirigido à época pelo filósofo Enrique Molina Garmendia. Aí foi colega e condiscípulo do futuro escritor Domingos Melfi. O reitor da Universidade de Santiago do Chile viu nele qualidades e encorajou-o a seguir estudos em Lubeck na Alemanha.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Note-se que esta estadia de Sul-americanos para efeitos de formação académica na Europa era tão comum que o percurso de Aníbal Fernandes, já abordado, foi semelhante nesse ponto específico. As semelhanças entre os dois não se quedaram por aqui, dado que, quando regressou ao seu país, Donoso também se dedicou ao jornalismo, destacando-se pela crítica literária desenvolvida no *Diário*

⁴⁷² Sobre este autor ver: Armando Donoso, http://es.wikipedia.org/wiki/Armando_Donoso (acedido em 22 de Setembro de 2011). In *Wikipedia*, La Enciclopedia livre, <http://es.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Portada> (acedido em 22 de Setembro de 2011).

Ilustrado, periódico de tendência conservadora, criado em 1902, que passou a funcionar numa ala do palácio de la Moneda a partir da finalização da construção deste em 1914. O jornal foi inovador ao nível da fotografia, da cor nos suplementos e das caricaturas, através da actividade intelectual de Jorge Délano Frederick (conhecido por Coke) Armando Donoso chegou a dirigir as revistas *Para Todos*, *Pacífico Magazine* e *Zig Zag*. A segunda das três publicações citadas foi fundada em Janeiro de 1913 por Joaquín Díaz Garcés. Estendeu-se até Agosto de 1921, tendo sido publicados 104 números. Quanto à *Zig-Zag* foi criada em 1905 por Agustín Edwards Macclure. Foi, ao longo do século XX, uma das revistas literárias mais importantes do Chile e registou a colaboração de nomes como Manoel Rojas, Alicia Morel, Margarida Guiraldes, entre outros. Fruto desta experiência de direcção, Donoso foi sub-director e redactor do *El Mercurio*, onde era responsável pela redacção de editoriais e pela secção *Día a Día* Para além da actividade como jornalista, o autor dedicou-se desde cedo e em paralelo à reflexão literária, no âmbito da qual escrevera, em 1900, *A Sombra de Goethe*. Em 1910 demonstrou ser estudioso e conhecedor de novos poetas, coligindo os respectivos poemas na obra *Parnaso*, na qual arriscou dar voz a escritores inovadores, que não se limitavam a repercutir a tradição anterior, embora a respeitassem e assimilassem criativamente. Armando Donoso estava mais à vontade nos trabalhos dos outros do que na inovação literária em nome próprio, enquanto poeta ou prosador. O ensaísmo foi a dimensão predilecta e maioritariamente cultivada. Cinco anos volvidos uniu a paixão pela Literatura e Cultura chilenas à função de entrevistador de personalidades do seu país, tais como: Isidoro Errázuriz, José Toribio Medina, Enrique Mac-Iver, Abdón Cifuentes, Vicente Reyes, Crescente Errázuriz, Gonzalo Bulnes, Estanislao del Canto, Jorge Boonen Rivera, Eduardo de la Barra y Marcial Martínez⁴⁷³.

Estas entrevistas eram acompanhadas de resumos e síntese sobre os entrevistados, dando origem a obras independentes uma das outras. Prova disso é o artigo sobre Turíbio Medina publicado na *Revista de História* em 1923, funcionando a publicação como plataforma de internacionalização da Historiografia chilena, dado que o biografado muito se debruçara sobre as fontes literárias fundamentais do seu país. Em 1927, Armando Donoso reflectiu, fora do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo sobre Ruben Dário, jornalista e poeta nascido em Leon na Nicarágua, que viveu no Chile e influenciou a respectiva cena poética. O interesse por este autor terá derivado da relevância reconhecida à sua actividade literária mas também do facto de terem sido ambos, biógrafo e biografado, jornalistas.

⁴⁷³ *Ibid.*

Em *Ruben Dario en Chile*, o cultor de Clio que invetigou o seu percurso retrata a mudança de cânone literário no Chile após a Primeira Guerra Mundial, tendo o Dadaísmo e o vanguardismo substituído o rigor, o equilíbrio, a harmonia clássica conjugadas com abordagens românticas ou a pender, por vezes, para o proto-realismo, ao gosto de Victor Hugo ou Goncourt, evidenciadas por Ruben Dario, considerado inovador e pioneiro em 1900, mas abruptamente ultrapassado pela força das circunstâncias uma década e meia depois. Donoso dá conta deste quadro em ebulição num tom instrumentalmente neutral, que aceita as transformações mas exprime nostalgia implícita e subreptícia por aquilo que renegam tamanhas rupturas: «Con razón podría decir André Gide que dada fué el diluvio tras el qual todo ha vuelto a comenzar. Hay, en verdad, un nuevo estado de la sensibilidad y un nuevo estado de consciencia en el arte, que presenta como vértice de un cambio total el final de la guerra europea, cintura del reloj de arena que senala una terminación y marca el comienzo de un renacimiento. Ni en los días del simbolismo la negación ha sido más radical: un poeta de hoy no concibe la lectura del que lo ha precedido en su generación, de tal modo que se ha operado sustancialmente un cambio definitivo en la ideología, en el concepto, en la forma. El más audaz de ayer, valga el caso de Rubén Dario, no pasa de ser más que un adocenado en la actualidad, en cuya prosodia apenas se reconocen virtudes de lirismo inferior.»⁴⁷⁴.

Do retrato biográfico de Dario por Donoso avulta um escrito assente num ritmo narrativo acentuado. O aparato crítico é invisível, de modo a tornar o texto mais ágil, próximo de um relato discreto e sóbrio de Viagens, não enfático nem elegíaco ou muito menos efabulatório. A narrativa aposentada é diacrónica, privilegia alguns factos mas não se esquece de projectar o modo como Dario tê-los-à vivido. Durante a infância em Leon foi aluno de um Colégio Jesuíta- embora o seu pai o tivesse anteriormente sensibilizado com a defesa de um ideário jacobino, claramente do desagrado de Donoso- que influenciou e catalisou o amor pela leitura, experimentado através de um modo de vida sempre portador de um fundo melancólico, inadaptado ao quotidiano social. Dario cresceu entretanto e dirigiu-se à capital do seu país, El Salvador, e, depois, a Manágua. Em seguida, tentou a sua sorte na capital do Chile, vista como mais cosmopolita e encarada, por isso mesmo, com algum choque. O escritor salvadorenho não se sentiu acolhido ou resguardado na capital chilena. Antes pelo contrário. Viveu o desajuste entre a sua personalidade e o meio exterior de modo melancólico, nas margens da sociedade dominante, experimentando voluntariamente as argyras das carências materiais, avolumadas pelo exercício consciente e voluntário da boémia. Resulta curiosa a complacência do patriota chileno Armando

⁴⁷⁴ Armando Donoso – *Ruben Dario en Chile*. Santiago do Chile: Editorial Nascimento Arturo Prat, 1927, p. 7.

Donoso com a percepção disfórica de Dario acerca do Chile. No entanto, o biógrafo ressalta boa e fulcral influência de alguns intelectuais chilenos sobre o biografado, como são os casos de Rodriguez Mendoza e Pedro Balmaceda. O primeiro era um cosmopolita, extremamente culto e ajudava Dario a relativizar a hostilidade sentida por parte de alguns membros da redacção do *La Epoca*, cujo austéro director *Eduardo Mac Clure*, apenas recrutava Ruben para trabalhos menores: Note-se que Armando Donoso conheceria Macclure desde os tempos da Zigzag? Terá usado a biografia de Dario para, por entreposta pessoa, referir-se ao meio jornalístico chileno, aprofundando as respectivas vicissitudes?

Desiludido com Santiago, Ruben saiu da Capital do Chile tendo pronta a obra *Abrojo*. Deslocou-se para Valparaíso onde escreveu *Azul, onda a harmonia, a musicalidade e o uso dos adjectivos eram* evidentes. Todavia, o texto que canonizou o autor e o tornou definitivamente respeitado entre a elite chilena, marcando uma época, intitulava-se *Prosas Profanas*.

Artur Magalhães Basto

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu no Porto a 5 de Março de 1894⁴⁷⁵.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Licenciou-se em Direito em Lisboa no ano de 1922, mas preferia o ensino à advocacia⁴⁷⁶.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

No ano de 1923 Magalhães Basto pôde por em prática a dimensão pedagógica que tanto o atraía, tendo sido convidado para leccionar na Faculdade de Letras da localidade onde nascera, materializando-se um regresso à cidade natal. Quando começou a dar as suas aulas, o ambiente universitário estava agitado dado que tinha eclodido na escola uma polémica iniciada em Dezembro de 1922 entre o Professor de História Medieval, Homem Cristo, e dois dos seus alunos, Baltasar Cardoso Valente e José Marinho, que tinham-se sentido anteriormente prejudicados pelo docente no exame da disciplina ocorrido em Abril do mesmo ano. Já nessa altura, o professor exigira expulsão dos discentes, apenas repreendidos verbalmente, e que não desistiram das suas queixas oito meses volvidos, acusando Francisco Homem Cristo

⁴⁷⁵ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 15. Lisboa: Páginia Editora, [s.d.], p. 906.

⁴⁷⁶ *Ibid.*

de centrar as suas aulas em exclusivo em comentários às obras de Fustel de Coulanges, dando-as num estilo alegadamente grosseiro, prenhe de alusões investidas de teor sexual.

O professor repudiou as críticas, voltou a querer medidas severas contra os alunos, mas estes apenas voltaram a ser alvo de repreensão verbal. Sentindo-se desrespeitado, Homem Cristo suspendeu a actividade docente até que as suas exigências fossem acolhidas. Entretanto, desde Fevereiro de 1923 difamou a Faculdade de Letras no Jornal *O Aveiro*, assentando a sua argumentação em três vectores: a admissão dos Professores António Luís Gomes e Augusto Ferreira Nobre; o peso alegadamente excessivo de Leonardo Coimbra na Instituição e o acto insurreccional dos alunos referidos⁴⁷⁷. Logo no ano seguinte à sua contratação, Artur Magalhães Basto escreveu um artigo intitulado *O Porto Contra Junot*, para o primeiro número da recém-criada revista *Estudos Históricos*, não tendo entretanto participado na até então existente Revista Da Faculdade de Letras. Sublinhe-se que Magalhães Basto fora contratado sob a égide da política de Leonardo Coimbra que dispensava os concursos públicos e recrutava os docentes providos directamente da sociedade.

No exacto momento em que colaborou com a Revista Estudos Históricos, Magalhães Basto demonstrou que não quebrar vínculos com a cidade onde se formara em Direito, escrevendo um artigo para a *Revista de História* intitulado *Limiar da Tragédia-Reflexos no Porto da Tragédia de Alfarrobeira*. Medieval ou moderna, a História era o principal foco do qual irradiava a investigação do autor, relacionando, uma vez mais, a História nacional com a local, sendo o burgo onde nascera o assunto preferido de Magalhães Basto. Depois de analisar o percurso de um autor devotado à História Local, interessa perceber o perfil derivado do itinerário intelectual de um inglês sobre Portugal, Aubrey Bell.

Aubrey Bell

Origem Sócio-Geográfica

Aubrey Fitzgerald Bell nasceu no Norte de Inglaterra, na região de Cumberland, em 1881. No entanto, cedo se afirmou uma tendência que se repercutiria por toda a sua vida, dado que apenas passou os primeiros anos na terra natal, tendo sido levado para a Irlanda aos 5 anos e para o sul de França aos oito. No regresso a solo britânico foi motivado para a leitura de literatura espanhola por dois professores e humanistas seus compatriotas⁴⁷⁸.

⁴⁷⁷ Sobre este assunto ver: Francisco Veloso Araújo – *Faculdade(s) de Letras do Porto: da recriação à revolução*. Porto: Faculdade de Letras, 2008.

⁴⁷⁸ Sobre este assunto ver:

Formação Profissional e Habilitações Académicas

O amor por matérias do foro literário foi-se consolidando de tal forma que Bell manifestou interesse por aprender as duas línguas matriciais da Cultura Clássica europeia, o latim e o grego, concretizando essa aspiração em Oxford entre 1900 e 1904, estudando quatro anos no colégio de Keble⁴⁷⁹.

Percurso Profissional: Actividades, Cargos, Títulos e Produção Intelectual

Audrey Bell viajou pela Europa durante alguns meses (passando por Brunswick, Hanover e Grenoble) e acedeu, em seguida, por concurso, a um lugar no Museu Britânico, mais concretamente o de assistente de bibliotecário, exercido entre 1905 e 1908. Em diálogo com esta actividade de carácter técnico, o erudito inglês exercitou a lira, publicando dois livros de poemas consecutivos intitulados *Songs of Rest* e *In Grey and Gold*. Veio para Portugal em 1911, fixando residência no Monte Estoril, em Manique de Baixo. Foi, a partir de então, correspondente do *Morning Post* (até 1928) em Portugal e Espanha e colaborador do *Ene Brit*⁴⁸⁰.

Na *Revista de História*, Aubrey Bell recolheu a lição dos seus mestres ingleses e, deixando de lado os seus estudos universitários, resolveu enveredar pela cultura e literatura espanhola, acrescentando ao seu esforço trabalhos sobre a portuguesa. A sua participação no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo ocorreu ao longo de toda a publicação. Em 1913 debruçou-se sobre o místico Frey Luís de Leon; dois anos volvidos dedicou-se à discussão da biografia de Gil Vicente, intentando no ano final do órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos uma caracterização da literatura espanhol do século XVI. Entre o segundo e o terceiro texto referidos, o historiador da Literatura Britânica resolveu destacar, fora da *Revista de História*, em 1924, *Alguns Aspectos da Literatura Portuguesa*.

O prisma de análise *caracteriológica* havia sido realizado por Fidelino de Figueiredo que incidira sobre o mesmo tema. No ano a seguir ao esforço intelectual de Bell, Nicolas D'Olwer realizou trabalho análogo, incidente sobre a literatura catalã. Nota-se, portanto, receptividade redaccional a análises similares. Por que motivos o estudo de Aubrey Bell não foi publicado, uma vez que tal circunstância favorecia uma avaliação comparativa face ao labor fideliniano? Terá sido esta situação, ao invés, encarada como um constrangimento que poderia criar desinteligências entre autores? Os artigos de revista funcionam amiúde como plataformas de lançamentos posteriores em livro. O mecanismo inverso parece menos frequente e pode ter sido visto como

Agostinho Campos – Prefácio. In Aubrey Bell – *Alguns aspectos da literatura portuguesa*. Lisboa: Livrarias Bertrand, 1924, p. 9.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p.10

⁴⁸⁰ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 4. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 484.

redundância ou repetição desnecessária. Ora, *Alguns Aspectos da Literatura Portuguesa* mereceu edição prévia sob a forma de livro e constitui um prolongamento da compilação que ocorrera no mercado editorial inglês, no ano de 1922, da *Portuguese Literature*.

No prefácio, Agostinho de Campos destacou o mérito de Bell como tradutor e divulgador dos clássicos da literatura portuguesa, diferenciando-se, alegadamente de outros ingleses coevos que se deslocavam a Portugal supostamente em busca do lucro económico: «Entre êsses crédores do nosso reconhecimento nacional avulta o Sr Aubrey Bell, que de mais a mais não é *persona grata* às nossas autoridades políticas, porque tem, como correspondente estrangeiro, dissentido por vezes da maneira oficial portuguesa de compreender a civilização e o progresso. Os poderes públicos apreciam mais os Inglêses que enriquecem a explorar a nossa preguiça económica, e por isso mesmo nos desprezam como a gente de raça inferior, do que aqueles que gastam tempo e dinheiro a demonstrar com factos que o tempo não é só dinheiro para todos os Inglêses, e que em vez de enriquecerem com a nossa pobreza material, empobrecem no estudo e na exaltação das nossas opulências intelectuais»⁴⁸¹. Para Agostinho de Campos, o governo republicano desprezava a actividade intelectual de Bell e á respectiva originalidade: «Que o sr Aubrey Bell tenha dado mundial relêvo à originalidade das nossas líricas primitivas e ao valor literário enorme de Fernão Lopes e de Gil Vicente; que tenha escrito e editado a mais fidedigna biografia de Camões; que haja traduzido e propagado no mundo inglês amostras dos nossos maiores poetas, desde D. Dinis a Eugénio de Castro; que de todas as suas obras sôbre Portugal e as letras portuguesas transpire sincero amor do nosso povo e das suas aptidões e virtudes; que êle se prepare para fazer, com o Sr. Edgar Prestage, a primeira tradução volumosa do nosso grande cronista medieval, num tÔmo de quatrocentas ou quinhentas páginas (...) – tudo isto importa pouco a quem nos governa o Estado. O importante e grave, para êsses, é que o senhor Bell não esteja sempre em êxtase diante do génio político do nosso grande estadista contemporâneo Zé dos Anzóis Carapuça»⁴⁸².

Um dos autores mais elogiados por Bell em *Alguns Aspectos da Literatura Portuguesa* é *Fernão Lopes* de cujas crónicas o autor ultima uma primeira tradução completa com o sócio da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos Edgar Prestage. Antes de destacarmos as ideias fundamentais do estudo de índole caracteriológica convém ressaltar as palavras de Bell no prefácio às posteriores *Hispanic Notes*, onde refere a falta de uma boa edição completa da cronística de

⁴⁸¹ Agostinho Campos – Prefácio..., p. 15.

⁴⁸² *Ibid.*, pp. 15-16.

Fernão Lopes, dado que a da *Biblioteca de Clássicos Portugueses* é apontada pela sua falta de cuidado: «It is characteristic of portuguese “desleixo” that Fernam Lopez, “the best chronicler of any age or nation,” cannot be read in a good edition. That of the *Biblioteca de Classicos Portugueses* is careless and unreliable, while the excellent edition by Senhor Braamcamp Freire includes only the first part of one chronicle and its retention of the original spelling in every particular (...) makes it isomewhat difficult reading. The spelling will have to be slightly modernized when Fernam Lopez chronicles are included in the definitive *Biblioteca de Autores Portuguezes* (...). Fernam Lopez wrote for the people (*ao povo*) and should be read by hundreds of thousands(...)»⁴⁸³. Sublinhe-se que a qualidade do trabalho de Braamcamp Freire é salvaguardada, apesar da sua incompletude. As afinidades entre o historiador português e o inglês são reiteradas neste excerto do britânico mas eram evidentes desde os estudos de ambos sobre Gil Vicente na *Revista de História*. Por outro lado, Bell preocupa-se com a vulgarização das crónicas de Fernão Lopes que não terão, em sua opinião, sido escritas para uma elite.

Na *Revista de História*, Bell dedica-se a apurar dados sobre a Biografia de Gil Vicente nos planos documental e factual, defendeu a tese da coincidência biográfica entre o escritor e o ourives, propugnada nas mesmas páginas por Anselmo Brancaamp Freire. Ainda no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, o inglês defendeu ideias semelhantes às do director quanto ao carácter essencialmente lírico e à ausência de crítica da e na Literatura Portuguesa. As questões de tradução e edição também estiveram em foco na participação de outro colaborador na *Revista de História*. Trata-se de Basílio de Vasconcelos.

Basílio de Vasconcelos

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Na *Revista de História*, Basílio de Vasconcelos iniciou, em 1913, a tradução do latim de *Quod Nihil Scitur* da autoria de Francisco Sanches. Sobre este trabalho pronunciou-se Rui Bertrand Romão em nota de pé de página qual se refere a «uma versão portuguesa do QNS, de 1913, da autoria de Basílio de Vasconcelos, muitas vezes reimpressa (curiosamente, nunca foi reeditada), por a considerarmos, apesar de não poucas qualidades (entre as quais o esmero com que foi feita e a elegância literária-qualidade esta que, porém, é muitas vezes, neste caso, um defeito, pois a prosa original é tudo menos elegante), no geral, assaz datada, e, de resto, nem sempre

⁴⁸³ Aubrey Bell – *Gil Vicente, Hispanic notes*. Londres: Oxford University Press, 1921, p. v.

fiável (casos há de supressões de passagens e de alterações de sentido do texto (...))»⁴⁸⁴.

Ao longo da sua vida, e fora do periódico em análise, aquele tradutor dedicou-se a esta actividade intelectual, demonstrando versatilidade e conhecimento de outras línguas como a germânica, preocupando-se em divulgar um autor alemão quatrocentista que viajou até Portugal, registando as impressões recolhidas sobre o país. Na introdução ao seu labor, Basílio de Vasconcelos dedica-se ao enquadramento cultural do autor e da obra traduzidos, historiando o percurso plasmado no «*Itinerário do Dr. Jerónimo Muntzer (excertos)*», cujas características são sucintamente analisadas. Note-se que a indicação dos dados acerca da morte e a incerteza face ao nascimento de Munzer apenas são expostos após a breve descrição das peripécias da viagem do humanista alemão, preferindo Basílio de Vasconcelos ressaltar este trajecto, e as acções nele incisas, de modo prioritário, demonstrando que o que se faz na vida é visto como mais importante do que os limites cronológicos dela: «Jerónimo Muntzer nasceu em Feldkirsh (Vozelberg), doutorou-se em Medicina em 1478 na Universidade de Pavia e foi viver para Nuremberg, onde exerceu a sua arte, obtendo ao fim de dois anos o direito de cidadão. Tendo-se declarado a peste nesta cidade em 1484, foi para a Itália, regressando em 24 de Janeiro de 1485. Em 1494, grassando novamente a referida epidemia em Nuremberg, Muntzer resolveu visitar a Espanha e Portugal. Combinou essa viagem com Três comerciantes: António Herwart, de Augsburg, Gaspar Fisher e Nicolau Volkstein. Visitou realmente a Espanha, onde foi recebido pelos Reis Católicos, e Portugal, onde teve varias entrevistas com D. João II, que então se encontrava em Évora. Deixou uma relação da sua viagem, relação extensa, mas desordenada; é mais uma colecção de apontamentos, uma serie de notas apressadas, uma especie de diário de impressões. Como bom alemão, Muntzer não deixa de pôr em relevo a acção dos seus compatriotas onde quer que a pode vislumbrar, e por isso é minucioso em tudo o que se refere a alemães. Chega a derivar Almada de Almanian e atribuir a conquista de Lisboa aos alemães. Muntzer morreu em Nuremberg a 27 de Agosto de 1508; ignora-se a data do seu nascimento»⁴⁸⁵. Torna-se interessante ressaltar o ponto de vista de Basílio Teles sobre a Alemanha, considerando Muntzer um defensor tão acérrimo do território onde nascera a ponto de tentar encontrar na História de Lisboa certas palavras origem germânica. Outro estrangeiro que encontrou acolhimento em Portugal foi Benetto Croce, vários séculos depois da presença de *Jerónimo de Muntzer*.

⁴⁸⁴ Rui Bertrand Romão – *Estudos sobre Francisco Sanches*. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 15.

⁴⁸⁵ Basílio de Vasconcelos – *Itinerário do Dr. Jerónimo Munzer: excertos*.

Separata de O Instituto, vol. 80, número 5, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Benedetto Croce

Origem Sócio-Geográfica

Benedetto Croce nasceu em Pescasseroli, a 25 de Fevereiro de 1866 na região de Abruzzo numa família abastada e com estatuto social elevado. Era filho de Pasquale e Luísa Sipari.

Formação e Habilitações Académicas

Benedetto Croce fez os seus primeiros estudos num colégio religioso destinado aos filhos da alta burguesia napolitana. Aos 17 anos, abateu-se uma tragédia sobre a sua família, vitimando os seus pais e a irmã, que faleceram num terramoto. O Futuro colaborador da *Revista de História* ficou soterrado mas sobreviveu.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Em 1903 Benedetto Croce fundou e começou a dirigir a *Rivista La Critica*, onde expressou boa parte do seu pensamento, sobretudo aquela que se solidariza com a defesa da necessidade inexorável de uma actividade intelectual como a crítica literária⁴⁸⁶. Em 1910, Croce iniciou a sua actividade como senador. Em 1912, publicou em livro *Teoria e Storia della Storiografia*, texto republicado parcialmente na *Revista de História*, sintetizado e sem a secção correspondente à dimensão diacrónica da evolução da Historiografia, de modo a divulgar o seu labor junto dos historiadores portugueses, reconhecida que era a admiração que por ele tinha Fidelino de Figueiredo, que terá tido influência nesta republicação, dado que pretendia que a vertente teórica dos estudos crocianos tivesse repercussão e fosse encarda como modelo em Portugal. No artigo dado à estampa no órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos encontra-se patente a exposição de quatro patologias a evitar na escrita historiográfica, corroboradas e sistematizadas pelo historiador Mário Caronna: «1- filologia, che e scienza altamente meritoria (il filosofo napoletano in un passo definisce i filologi «animalati innocui e benefici», quasi fossero scarabei stercorari). La storia filologica? priva della critica, e semplice elencazione di documenti. 2. La storia poetica. Questa vuol superare la storia filologica mantenendone per i presupposti. Tanti sono i tipi di storie poetiche possibili: patriottiche, razziali, universali (liberaliste, umanitariste, socialiste), ricche di tutte le sfumature del sentimento odio-amore. 11 valore nella storia -ribadisce Croce – non puessere un valore di sentimento ma un valore di pensiero. La storia poetica si riduce a poesia, quando (...). 3. La storia praticista. Questa forma patológica della storia e

⁴⁸⁶ Não vamos abordar esta matéria que se prende com as características deste periódico italiano, devido ao facto de termos feito referência à sua existência no segundo capítulo desta dissertação.

quella che assume un fine pratico: movere, delectare, docere. 4. La storia di tendenza. Essa un misto di storia poetica e di storia praticista»⁴⁸⁷. Movido por um fim prático, outro colaborador da *Revista de História*, Bettencourt Ferreira, nela publicou um artigo.

Júlio Guilherme Bettencourt Ferreira

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Lisboa a 22 de Março de 1866, no lugar de S. Mamede, e faleceu no Porto a 8 de Novembro de 1948⁴⁸⁸. Casou com Laura Gomes da Silva a 26 de Novembro de 1891. Tiveram 5 filhos: Eduardo, Fernanda, José Manuel, Armando e Jorge⁴⁸⁹.

Formação e Habilitações Académicas

Bettencourt Ferreira licenciou-se em Medicina na capital, mais propriamente na Escola Médico-cirúrgica⁴⁹⁰

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Exerceu clínica na cidade onde nasceu, tendo trabalhado como naturalista no Museu Bocage, tal como Baltasar Osório ou Eduardo Burnay⁴⁹¹. Bettencourt Ferreira foi também assistente das Faculdades de Ciências de Lisboa e Porto e não se eximiu a dar lições em liceus de ambas as cidades. Desde os anos 90 de oitocentos a sua produção bibliográfica foi abundante, estudando répteis e batráquios, mas também versou, em 1892 e 1893, o museu de História natural que bem conhecia⁴⁹². Tomou parte, a convite de Carlos França, da Comissão Médica que, em 1910, acompanhou e tratou a epidemia de cólera na Madeira. Quatro anos antes, em 1906, participara no Congresso Internacional de Medicina de Lisboa⁴⁹³.

Em 1924 colaborou coma *Revista de História*, comparecendo o seu esforço num âmbito bem distinto dos afazeres de naturalista, (na área da medicina, da biologia, zoologia e saúde pública), dado que, aproveitando o conhecimento íntimo das vicissitudes da prática docente no plano pedagógico-didáctico, independentemente das matérias sobre as quais aquela incida, o autor resolveu homenagear, através de

⁴⁸⁷ Mário Caronna- Il concetto di storia in Benedetto Croce, <http://www.raco.cat/index.php/enrahonar/article/viewFile/42348/90302> (acedido em 22 de Setembro de 2011)

⁴⁸⁸ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 4. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 620.

⁴⁸⁹ Júlio Guilherme Ferreira, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=1057885 (acedido em 1 de Outubro de 2011). Geneall, <http://www.geneall.net/P/> (acedido em 1 de Outubro de 2011).

⁴⁹⁰ Cfr. Ferreira, Júlio Guilherme Bettencourt, http://memoria.ul.pt/index.php/Ferreira,_J%C3%BAlio_Guilherme_Bettencourt (acedido em 1 de Outubro de 2011), in *Memória da Universidade*. Universidade de Lisboa, http://memoria.ul.pt/index.php/P%C3%A1gina_principal (acedido em 1 de Outubro de 2011).

⁴⁹¹ Referido no dealbar deste capítulo.

⁴⁹² Sobre a bibliografia do autor, vide:

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira .e, para uma abordagem mais completa: José Júlio Bettencourt Ferreira, http://triplov.com/biblos/bethencourt_ferreira.htm (acedido em 1 de Outubro de 2011).

⁴⁹³ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, idem, ibidem.

um artigo, um outro professor, seu mestre, Ferreira Deusdado, ao qual faltaria, alegadamente, um reconhecimento alargado por parte dos homens de cultura, que formavam a opinião pública. Se no caso da cólera, a filantropia se associara em Bettencourt Ferreira ao exercício deontológico da profissão e ao cumprimento do dever, no órgão de comunicação e informação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, surge, uma vez mais, embora transmutada, a vontade de agir sobre o espaço público, nele intervindo por imperativos de consciência cívica e preenchendo uma lacuna. Nesta ocasião, Bettencourt Ferreira assume o papel de cultor de Clio amador, que não descarta o apuramento que pretende fidedigno de dados biográficos, mas temperado pela mais relevante concretização de um elogio. Note-se que o autor publica o trabalho em questão aos 58 anos, quando a sua carreira se encontrava estabilizada há muito, com créditos firmados e reconhecidos no plano técnico, no âmbito das Ciências Naturais, sendo compreensível o estilo mais solto e descomprometido patenteado na *Revista de História*, situação que não o impediu de continuar a ser solicitada a sua colaboração na sua área de formação, na qual auferia de um prestígio internacional, que lhe permitiu a presença, por convite, que lhe fora no X Congresso Internacional de Biologia, em Budapeste. Também reconhecida na *Revista de História* pela sua estatura intelectual foi Blanca de Los rios Lamperez, a tal ponto de ter sido a única mulher acolhida nas páginas do periódico.

Blanca de los Rios Lamperez

Origem Sócio-Geográfica

Blanca de Los Rios Lamperez nasceu em Sevilha a 15 de Agosto de 1862 e faleceu em Madrid, no ano de 1956, atravessando quase um século, repleto de vivências, iniciadas no seio de uma família culta, pródiga no convívio com homens de letras, ao qual a neófita se encontrava, desde sempre, habituada, incorporando esse hábito na sua rotina sem se dar conta: «rodeada de un ambiente familiar de escritores, políticos, artistas y médicos, su educación se benefició de la riqueza de estímulos y de posibilidades que ese contexto cultural le iba proporcionando. Su padre, arquitecto, su abuelo materno, médico, sus tíos, escritores y políticos, fueron una referencia a la que ella se supo acoger inteligentemente, aunque supiera que, por su condición de mujer, no todos los caminos le eran igualmente fáciles⁴⁹⁴.

⁴⁹⁴ Flecha, Consuelo (2000), cit por Wikipedia: http://es.wikipedia.org/wiki/Blanca-_de_los_R%c3%A9dos (acedido em 1 de Outubro de 2011)

Formação e Habilitações Académicas

Não obstante ter sido a única mulher a escrever na *Revista de História*, Blanca de Los Rios preocupava-se com a condição feminina, incentivando desde cedo, fora do periódico, as relações ente a Espanha e a América Espanhola, estudando figuras da literatura como Tirso de Molina ou O Quixote de Cervantes, prodigalizando o exemplo de seu mestre Menéndez y Pelayo, cuja linhagem intelectual seguiu em periódicos espanhóis como *El Imparcial* ou no *Ateneu Comercial de Madrid*.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo foi dada à estampa uma homenagem de D.Blanca de Los Rios a D. Marcelino, publicada em 1926, enquanto a erudita desempenhava funções políticas na Ditadura de Primo de Rivera (na qual participou entre 1925 e 1927): «La preocupación por la mujer y por las relaciones entre España e Hispanoamérica estuvieron siempre presentes en su reflexión y en su participación en diversas asociaciones y actos como: la Asamblea Americanista de Barcelona y los Centros de Cultura Hispanoamericana de Cádiz y de Madrid, la Junta Superior de Beneficencia de Madrid y la Unión de Damas Españolas, en la que se preocupó por el avance en medidas de protección para las mujeres en el trabajo, perteneció al Ateneo de Madrid y formó parte de la Asamblea Nacional entre los años 1927 y 1929 durante la Dictadura de Primo de Rivera. Aunque el ámbito en el que más destacó y por el que fue abandonando la creación literaria fue, sin duda, el del estudio tomando como maestro a Marcelino Menéndez Pelayo y siguiendo las normas de investigación y crítica históricas que éste propuso. Una de sus principales obras es d'el siglo de Oro publicada en 1910, en la que contó con Menéndez Pelayo para la realización del prólogo, en el que decía de ella: "No necesita la ilustre dama autora de este libro que nadie la presente al lector con oficiosos encomios. Siempre resultarían inferiores a sus probados méritos y a la justa notoriedad de que goza como artista de noble ingenio lírico y narrativo" (De los Ríos, 1910: 9). A Blanca de los Ríos se deben numerosos estudios sobre Tirso de Molina, así como la edición crítica de sus Obras completas. Esta labor le valió el reconocimiento por parte de la Real Academia Española, de la que no llegó a formar parte pese a que fue presentada su candidatura. Otros textos que merecen ser destacados son los que publicó sobre Calderón de la Barca, De Calderón y de su obra y La vida es sueño y los diez Segismundos de Calderón, sobre el Quijote Sevilla, cuna del Quijote»⁴⁹⁵.

⁴⁹⁵ cit por Wikipedia: http://es.wikipedia.org/wiki/Blanca-_de_los_R%c3%ADos (accedido em 1 de Outubro de 2011)

Percebe-se que a ligação a Menedez Pelayo por parte de Blanca de Los Rios Lamperez era tão forte que podia ser evocada em 1925 devido ao facto de ter raízes tão longínquas que, em 1910, D. Marcelino prefaciara uma obra sua acerca *De lo Siglo d'oro*.

Ainda a propósito de raízes, a escritora espanhola lera uma comunicação – não implicada na *Revista de História* que funcionara como uma exortação, realizada a 1 de Fevereiro de 1910, destinada à *Afirmacion de la Raza Ante el Centenario de la Independencia de las Republicas Hispano-Americanas*. Nesta intervenção pública, D. Blanca apelava, num momento sensível de comemoração de independência das colónias espanholas, mormente a Argentina a que estas não esquecessem as suas raízes linguísticas, étnicas, nem delas fizessem tábua rasa, em nome de um fervor revolucionário voraz e iconoclásta. Todavia, cabia aos espanhóis deixarem a letargia que os invadia supostamente e ajudar os povos por eles descobertos a operar uma reconciliação com a memória que não anestesiasse os erros dos colonizadores, que se deviam penitenciar por eles mas com o dever de os superar.

Esta atitude de Regeneração fora colocada em prática na sua leitura conciliatória acerca dos Judeus Espanhóis, erigida como exemplo do reencontro de culturas exigido pela sua discípula numa hora difícil: «Con razón afirma Valera que «Menéndez y Pelayo vino a tiempo a la vida», para cumplir la misión augusta de reedificar la historia de nuestra mentalidad, y, con ella, el concepto de nuestra propia estimación (...). En efecto, Menéndez Y Pelayo sobre vindicarnos triunfalmente de calumniosas inculpaciones, como la de Draper, que nos acusa de haber destruido la cultura hispano semítica, evidenciando que ocurrió todo lo contrario, en sus *Heterodoxos Espanoles*, en su monumental *História de las Ideas estéticas*, en sus dos *Antologias de poetas liricos catelhanos y hispano americanos* (...). Importa y urge que de esa rehabilitación nos rehabilitemos, y que de esa resurrección étnica resucitemos todos, poseídos de lo mucho a que nos obliga y nos impulsa nuestra historia de titanes de la acción y gigantes del espíritu⁴⁹⁶.

Não por acaso, Menéndez y Pelayo foi objecto de republicação de um texto seu na *Revista de História* onde foi homenageado por Blanca de Los Rios e Miguel Artigas. Aquela erudita já em 1910 se referia a Juan de Valera como obreiro da recuperação do *orgullo espanhol* enquanto raiz de uma mentalidade comum hispano-America. Ora, Valera comparece também, a propósito embora de outra matéria, *O Donjuanismo*, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, com o qual Blanca de Los Rios partilha, na referida conferência pública de 1910, o *dever intelectual, a missão dos intelectuais*

⁴⁹⁶ Blanca de los Rios Lamperez – *Afirmacion de la Raza ante el centenario de la independencia de las Republicas Hispano-Americanas*. Madrid: Imprenta de los Hijos de M. G. Hernandez, 1910, p. 23.

*dirgirem as massas quando as não pudessem mais ignorar: «Deber de gobernantes y de educadors es el comunicar à las masas ese impulso vivificador, porque las masas que, inertes, se vician y corrompen, movidas por fuerzas de lo alto addquieren virtudes milagrosas»*⁴⁹⁷.

O esboço do perfil biobibliográfico de Blanca de Los Rios Lamperez foi por nós apresentado, por razões que se prendem com o respeito pela ordem alfabética das exposições, de permeio entre dois colegas e amigos. Bettencourt Ferreira e Carlos França. Carlos França bastante mais novo do que Bettencourt Ferreira, nasceu perto dele, em Torres Vedras, em 1877 e morreu em Lisboa a 17 de Julho de 1926⁴⁹⁸.

Carlos França

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Torres Vedras a 9 de Junho de 1877 e faleceu a 17 de Julho de 1926. Era filho do médico Inácio França

Formação e Habilitações Académicas

Cursou e concluiu Medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, onde defendeu, em 1898, a tese intitulada *O método de Nissl no estudo da célula nervosa*. Esta experiência não fora a primeira no âmbito de estudos devotados à neurologia pelo autor. Tinha sido preparada e treinada anteriormente, através da realização de um trabalho intitulado *Alerações Cadavéricas das Células Radiculares da Medula*, dado à estampa nos *Arquivos de Medicina*, revista fundada e dirigida por Câmara Pestana.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

No ano de 1908, o futuro colaborador da *Revista de História* não se limitou a fazer estudos teóricos ou laboratoriais, ancorando-os no terreno, em missões clínicas realizadas em prol do tratamento das populações carenciadas. Assim aconteceu quando, em 1899, grassava então a peste bubónica, Carlos França envidou esforços para minorar o sofrimento dos portuenses infectados. Todavia, o médico e Câmara Reis contraíram a doença. Contudo, aquele resistiu à adversidade, enquanto este último acabou por falecer. Nesse mesmo ano, e no seguinte, França publicou dois estudos com o seu mestre Mark Athias – de quem também o já abordado Joaquim Fontes foi discípulo – respectivamente intitulados: *A destruição da Célula Nervosa pelos Leucócitos* e *As Lesões Histológicas na paralisia geral e na doença do sono*.

⁴⁹⁷ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁹⁸ Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira, vol. 11. Lisboa: Página Editora, [s.d.], pp. 762.

Entretanto, entre 1900 e 1905, fruto da sua experiência de campo, o médico cruzou a neurologia com o estudo da peste na série de estudos denominada *As alterações dos centros nervosos e da pele na peste humana* (em colaboração com Gomes de Resende). Simultaneamente, França entrou para os quadros dos Hospitais Civis de Lisboa, ingressando no respectivo Instituto de Bacteriologia, do qual se tornou sub-director, precisamente em 1905. Nesse ano, o seu mérito foi reconhecido e entrou no Museu de Zoologia da Escola Politécnica como naturalista (seguindo um caminho paralelo e afim ao de Eduardo de Burnay e Bettencourt Ferreira).

Entre 1900 e 1911, França publicou trabalhos sobre a raiva ou a meningite e chefiou a missão à Madeira – já referida – em 1910 para tratar a cólera. No ano seguinte, deixou o Instituto Câmara Pestana e passou a dedicar-se com A. Bettencourt e Mark Athias aos tripanossomas, consagrando-se como zoologista e parasitologista, áreas a cujo estudo se dedicou a partir de sua casa em Colares até ao fim da sua vida. Sublinhe-se que esteve ligado ao arranque do Instituto de Medicina Tropical: «Carlos França tem igual direito a ser recordado entre os pioneiros da Medicina tropical. Os seus trabalhos sobre os tripanossomas iniciam-se em 1905 com a publicação de um artigo registando a sua observação de um caso da doença do sono. No sangue do paciente ele encontrou tripanossomas, os quais inoculou experimentalmente em ratos; alguns dias mais tarde, ele encontrou os parasitas no sangue dos ratos inoculados. Faremos também menção do seu trabalho no campo das *glossinae*, consideradas como vectores da doença do sono africana. A mosca tsé-tsé (*glossina morsitans*) é também uma praga e flagelo do gado, ao qual transmite a doença nagana. "Quem quer que viaje com animais domésticos, escreveu Livingstone nas suas memórias, jamais esquecerá o particular zumbido da mosca tsé-tsé, uma vez que a tenha ouvido"⁴⁹⁹».

Mais recentemente Bruce torna a referir que entrar numa zona de mosca tsé-tsé resulta numa inquietação, intranquilidade e desespero tanto para homens como animais. Alguns historiadores consideram ser a mosca tsé-tsé a razão do estilo de vida nómada de algumas populações nativas africanas; a constante fuga à praga, argumentam eles, é responsável pelo grande êxodo dessas populações. Carlos França também estudou em 1905 a mosca do Cazengo, Angola. Ele acreditava que fosse uma espécie por descrever de Diptera, e propôs-lhe o nome de *glossina bocagei*. No mesmo ano, descreveu *glossinae* da África Oriental conservada no Museu Bocage de Lisboa Faculdade de Ciências, onde ele era naturalista, considerando-as de especial interesse em relação à etiologia da doença do sono. Ele continuou a

⁴⁹⁹ Cfr. A sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, <http://colares.blogs.sapo.pt/38384.html> (acedido em 1 de Outubro de 2011), in Colares, <http://colares.blogs.sapo.pt/> (acedido em 1 de Outubro de 2011).

interessar-se pela entomologia médica exótica, com séries de estudos, principiando em 1913, sobre insectos hematofagos. Em todos os seus trabalhos sobre parasitologia, Carlos França preocupou-se não só com a pesquisa científica mas também com a aplicação prática das suas descobertas. Esta tendência é bem visível nos seus estudos sobre a bilharziose. A bilharziose, raramente encontrada na Europa, apareceu em Portugal em 1921. Num artigo sobre bilharziose, Carlos França situa a sua frequência, a escala e a incidência da doença, uma descrição biológica do *hematobium shistosoma*, medidas preventivas tomadas no passado, e as suas próprias recomendações para a prevenção futura e tratamento. Desejando dar ao seu trabalho uma dimensão prática, incluiu duas ilustrações e escreveu um anexo para ser traduzido nas línguas nativas e distribuído às populações indígenas como um meio de propagar conhecimentos básicos na prevenção da doença. Mais tarde voltou a pronunciar-se sobre a eclosão da bilharziose em Portugal, promovendo a hipótese que a doença tinha sido importada por soldados de regresso de expedições tropicais. Outras áreas da parasitologia exploradas por Carlos França incluem a filariose, uma doença parasitária causada pela filária *wuchereria bancrofti*. A filariose encontra-se por toda a parte no mundo, predominantemente em África e é inoculada no homem pelos mosquitos *Anopheles Culex* e *Stegomyia*.

No ano de 1924 o conselho da Faculdade de Medicina de Lisboa votou por unanimidade a nomeação de Carlos França como professor de Parasitologia. Por ocasião do centenário da Escola Régia de Cirurgia de Lisboa (1925), Carlos França deu quatro lições de parasitologia, uma das quais o título "Ciclos da evolução de certos parasitas", contendo muita matéria original. Fora porém por volta de 1896 que com Câmara Pestana, um dos maiores nomes da Medicina portuguesa, se iniciara a sua longa caminhada de cientista. Homem de muitos talentos, capaz de inspirar outros com o seu próprio entusiasmo, um homem de ciência e ensino, médico parasitologista e historiador, Carlos França foi acima de tudo um Português e um patriota. Depois de 1921, dedicou-se ao estudo das descobertas portuguesas nos campos da Medicina e Biologia, principiando com o estudo "*An early Portuguese contribution to Tropical Medicine*", apresentado em Londres à Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene. Os seus estudos mais importantes neste domínio foram contudo "Os Portugueses da Renascença, a Medicina Tropical e a parasitologia" (França) e "Os Portugueses do século XVI e a História Natural do Brasil". Terminaremos com as suas próprias palavras: «Deixem-nos glorificar os reconhecidos grandes homens de ciência, aqueles

que vieram no tempo certo para trazer a verdade em triunfo. Mas não esqueçamos aqueles que vieram antes, os quais com o seu trabalho prepararam o triunfo»⁵⁰⁰.

Aliás, poucos meses antes de Carlos França falecer, e escasso tempo decorrido sobre a sua Contratação como professor de parasitologia, foi dado à estampa, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, um trabalho de História – tendo sido escolhido como objecto de estudo, não por acaso, certamente, um território tropical – intitulado *Os Portugueses e a História Natural do Brasil no século XVI*, título que demonstra o amor de Carlos França pela História Natural. O seu trabalho como cultor de Clio nunca é específica ou especializadamente historiográfico. Nele avulta avocação de naturalista até ao fim⁵⁰¹. Ao médico torreense interessaram as relações entre Portugal e Brasil, enquanto Carlos Pereyra estudou a ligação entre a Espanha e os seus territórios coloniais.

Carlos Pereyra

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Saltillo, Coahuila no México em 1871 e faleceu em Madrid em 1942.

Formação e Habilitações Académicas

Tornou-se advogado, sobretudo na cidade natal, em cuja imprensa participou.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Para além da advocacia e do jornalismo, exerceu diplomacia: «Como abogado fue defensor de oficio en la ciudad de México, agente del ministerio público y miembro de la comisión calificadora de Hacienda del estado de Coahuila. Dirigió el periódico El Espectador en la ciudad de Monterrey, colaboró en el periódico El Norte de Chihuahua, en la Revista Positiva, El Imparcial y El Mundo Ilustrado en la ciudad de México. Debido a su corriente positivista colaboró con Justo Sierra, pero fue de ideología contraria a Francisco Bulnes. Ejerció la docencia en la Escuela Nacional Preparatoria y en la Escuela Nacional de Jurisprudencia de la Universidad de México; fue diputado y Secretario de la Embajada de México en Washington, encargado de negocios en Cuba, ministro plenipotenciario en Bélgica y Holanda; fue miembro del Tribunal Internacional de Arbitraje de La Haya en 1913. Realizó un análisis de las relaciones de Estados Unidos y México, criticó la ideología del expansionismo

⁵⁰⁰ *Ibid.*

⁵⁰¹ *Ibid.*

estadounidense, a la que consideró cínica e injusta, reflejó sus críticas en los libros dedicados al análisis de la Doctrina Monroe. Junto con el argentino Manuel Ugarte y otros pensadores latinoamericanos se pronunció en contra de la creciente influencia de Estados Unidos en Latinoamérica. Sin considerarse un antiliberal, no concordó con las ideas de la Revolución mexicana, y criticó a los caudillos revolucionarios Francisco I. Madero, Pancho Villa, Venustiano Carranza, y Plutarco Elías Calles. Por otra parte, se declaró como admirador de la ideología de Karl Marx»⁵⁰².

Carlos Pereyra ensinou na Escola Nacional de Jurisprudência e na Universidade do México, devido eventualmente ao prestígio granjeado no local em que nascera e que lhe permitira atrair atenções na capital. Por outro lado, era politicamente um conservador moderado, que verberava aquilo que considera a demagogia revolucionária independentista americana. Também não aderiu à Revolução Mexicana. Como historiador parece destacar-se o seguinte percurso: «Comenzando con su estado natal escribió *Historia de Coahuila*, lejos de pronunciarse como indigenista o regionalista, la obra apunta a inclinarse a un estilo de americanista. Se describen de forma indirecta las hazañas de Fernando de Magallanes, Juan Sebastián Elcano, Francisco Vázquez de Coronado y Pánfilo de Narváez; no obstante, Pereyra criticó las acciones de Nuño de Guzmán y resaltó el exterminio de la población nativa de Coahuila. En 1916 se estableció en España, a pesar de no haber solicitado la nacionalidad, consideró a este país de residencia como su nueva patria; conoció al venezolano Rufino Blanco Fombona y colaboró para *Editorial América*. A finales del siglo XIX y principios del siglo XX, existía una corriente antiespañola, las investigaciones de los historiadores de habla inglesa como el escocés William Robertson, y el estadounidense William H. Prescott habían causado un gran impacto de naturaleza negativa hacia las acciones de los conquistadores españoles. Autores como el economista inglés William Cunningham o el historiador francés Charles Seignobos juzgaban severamente el período de dominación del Imperio español. Pereyra se fijó el objetivo de reivindicar todo lo hispanoamericano e ibero, por lo que se dio a la tarea de revisar la historia de la obra de España en América, convirtiéndose en un reconocido hispanista, a tal punto que se dijo que era un "*hispanista más hispanista que los propios españoles*". Se especializó en las exploraciones marítimas, en las fundaciones en América y en la vida social hispanoamericana, realizando comparativos con la civilización inglesa en Norteamérica. En su obra plasmó su gran admiración por Vasco de Gama y Vasco Núñez de Balboa. Defendió la obra de Bernal Díaz del Castillo de las críticas de Robertson y Prescott.⁶ Supo valorar los distintos

⁵⁰² Cfr. Carlos Pereyra, http://es.wikipedia.org/wiki/Carlos_Pereyra, (accedido em 1 de Outubro de 2011), in *Wikipedia*, la enciclopedia libre, <http://es.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Portada>, (accedido em 1 de Outubro de 2011).

factores históricos según la época de que se tratara. No siempre intervinieron con igual intensidad las causas económicas, políticas e ideológicas. Cada tiempo histórico ofrece su peculiar dimensión que es preciso estudiar sin prejuicios elaborados de antemano. Pereyra mantuvo una constante apertura hacia todas aquellas personas que se acercaban con el noble afán de aprender. Entre sus alumnos, se encuentra Vicente Rodríguez Casado»⁵⁰³.

Apesar de ter nascido no México, Carlos Pereyra era um hispanista – mais do que alguns historiadores espanhóis e a sua obra historiográfica, centrada na descoberta, conquista e exploração de territórios ultramarinos, contrariava o anti-hispanismo de autores norte-americanos de finais do século XIX, como Robertson ou Prescott. Fora da *Revista de História*, o historiador mexicano prefaciou e elogiou a crónica *História Verdadeira de La Conquista de la Nueva España*, da autoria do oficial do exército e testemunha dos acontecimentos narrados Bernal Del Castillo que, segundo o seu prefaciador, conjugava o amor pela verdade e a beleza e agilidade dos relatos, rápidos, condensados em capítulos suficientemente curtos para poderem ser ritmados e apelativos, não apenas para um público culto. Carlos Pereyra demonstra ser solidário com estes ímpetus de vulgarização. Defende a verdade e a beleza como critérios aferidores da qualidade da escrita historiográfica: «Para mi las grandes plumas soldadescas tienen uno de los caracteres más destacados del verdadero artista. Detestan la pomposidad y el énfasis. Llegan a la emoción épica por los caminos de la naturalidad. De allí el error de crítica en que incurren muchos de los que juzgan a estos historiadores. Se cree que los hechos hablan por si mismos y que los indoctos narradores no hacen sino traducir lo que cuenta la vida. No hay tal. El acontecimiento relatado no existe para nosotros sino a través del ojo que lo ve, del temperamento que lo siente, del espíritu que lo interpreta y de la imaginación que lo reconstruye (...)»⁵⁰⁴.

Destas palavras assoma um sucinto programa historiográfico, segundo o qual o estilo pomposo deve estar arredado das crónicas, das quais o historiador contemporâneo não se deve limitar a extrair factos, tomando em linha de conta, o testemunho preñado de vivências, sentimentos e emoção veiculado pelos cronistas que aprecia, como Bernal Del Castillo.

⁵⁰³ *Ibid.*

⁵⁰⁴ Carlos Pereyra – Prefácio a Bernal del Castillo.
In História verdadera de la conquista de la nueva España. Madrid: Espasa Calpe, 1955, p. 28.

Celso Vieira

Origem Sócio-Geográfica

Outra personalidade que comprova o extenso rol de colaboradores da *Revista de História* não nascidos em Portugal mas, particularmente, do outro lado do atlântico, mais especificamente ainda no Recife – localidade muito representada nas páginas do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo –, é Celso Vieira, que veio ao mundo a 12 de Janeiro de 1879 e faleceu terra natal a 12 de Dezembro de 1954. Era filho de Rafael Francisco Pereira e de Marcionila Vieira de Melo Pereira e, tal como Carlos Pereyra, tornou-se advogado.

Formação e Habilitações Académicas

Mudou-se para Belém, onde, no Colégio Paes Leme, iniciou o Curso de Direito, que viria a terminar no Rio de Janeiro em 1899. Celso Vieira exerceu na capital do país os cargos públicos de auxiliar do chefe de Polícia no Rio de Janeiro; diretor do gabinete do Ministro da Justiça e Secretário do Tribunal de Apelação.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Uma vez concluído o curso, principiado fora da cidade natal – como aconteceu com vários dos seus compatriotas e contemporâneos que também vieram a frequentar as páginas do órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos História –, Celso Vieira completou o mesmo itinerário de vários intelectuais brasileiros, regressando à cidade onde nascera, na qual participou da criação e fundação da Academia de Letras de Pernambuco, ocupando a cadeira número 20, antes de dirigir a instituição. O seu patrono na referida cadeira foi Demóstenes de Olinda e Almeida, enquanto o sucessor de Celso Vieira se chamava Mauro da Mota e Albuquerque.

Em 1919, o escritor brasileiro publicou várias obras no seu país: *Endimião* e *O Semeador* são apenas dois exemplos no trajecto de um intelectual que, ao longo da sua vida, muito investiu em estudos biográficos. O ano ante-citado foi tão prolífico e encorajador que permitiu ao autor despertar o interesse dos responsáveis pela *Revista de História* onde, sem delongas, deu logo à estampa um artigo sobre *A Vénus Camoneana*, publicado eventualmente pelo seu interesse literário num órgão de informação e comunicação com apetência pela literatura. Outro estrangeiro interessado pela cultura portuguesa, no caso ultramarina, foi o britânico Charles boxer.

Charles R. Boxer

Origem Sócio-Geográfica

Charles Ralph Boxer nasceu em Sundown, ilha de Wight a 8 de Março de 1904 e faleceu a 27 de Abril de 2000, em St Albans, Hertfordshire. Em 1945 desposou Emily Hahn, com quem teve duas filhas. Era filho do Coronel Hugh Boxer e de Jane Patterson⁵⁰⁵.

Formação e Habilitações Académicas

Frequentou o Wellington College e o Royal Militar College, em Sandhurst. Este percurso indicia que Boxer foi desde sempre preparado para seguir a carreira do seu progenitor.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Em 1923, Boxer tornou-se Tenente no Regimento de Lincolnshire, divisão que serviu durante 24 anos⁵⁰⁶. Tal significa que, quando em 1927-1928 foi publicado um artigo seu na *Revista de História*, fê-lo na condição profissional supra-citada, que lhe conferia alegada estabilidade para se dedicar a outros interesses, nomeadamente a pesquisa da História ultramarina portuguesa. Esta ocupação fez do intelectual uma personalidade mais conhecida em Portugal do que no seu próprio país. Conforme reconhece o jornalista António de Figueiredo: «*As such, he was perhaps better known and honoured internationally than in his native England. Upon the news of his death in Portugal, he was hailed as the academic who had opened the "musty store-chests" of the past to disclose a vast panorama of corruption and exploitation behind the image of golden ages promoted by cultural diplomacy. Boxer's main subjects were the Portuguese and Dutch overseas expansions and rival conquests in Asia, Brazil and Angola, on which he produced more than 350 writings, including a dozen major essays in book form*»⁵⁰⁷.

No periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, Charles Boxer republica uma *Relação (...) dos sucessos da armada (...) do Capitam Geral Nuno Alvares Botelho(...)* de 9 de Dezembro de 1624. Este capitão venceu então os ingleses no Golfo Pérsico. Apoiando-se num manuscrito guardado no India Office de Londres, e no original que teve o escrúpulo de examinar pessoalmente-conferindo relevância à origem e natureza do documento, ainda que não tenha aprofundado a sua crítica

⁵⁰⁵ Cfr. http://es.wikipedia.org/wiki/C._R._Boxer (acesso electrónico em 2 de Outubro de 2011)

⁵⁰⁶ Ibid. Ver também: Michel Cooper – *In Memoriam Charles Ralph Boxer (1904-20009)*.

In The Asiatic Society of Japan, Memorial Wall, http://asjapan.org/Memorial_Wall/boxer.htm (acedido em 2 de Outubro de 2011).

⁵⁰⁷ FIGUEIREDO, António de – *Charles Boxer magistral historian of Portugal and its dark past*. The Guardian, 16 de Maio de 2000 in http://www.guardian.co.uk/news/2000/may/16/guardianobituries_1 (acedido a 2 de Outubro. 2011).

externa ou interna-, o historiador inglês defendeu, num breve apontamento introdutório á fonte apresentada, que se Nuno Álvares Botelho tivesse vivido mais tempo o império português no Oriente não teria decaído. Trata-se de uma conjectura, que materializa um exercício historiográfico no condicional, baseado em projecções derivadas do historiador que, num primeiro momento, alicerçara a sua prática historiográfica numa heurística sólida que acabou por não apurar, dela se desprendendo para apressar juízos de valor não provados documentalmente. Estes pontos de vista substituíram um eventual etnocentrismo chauvinista britânico pelo louvor à acção concreta de um militar português. Percebe-se bem o interesse manifestado por Boxer acerca de Nuno Álvares Botelho, uma vez que, apesar dos séculos de distância entre eles, ambos abraçaram a mesma carreira, havendo afinidade propiciadora da curiosidade do britânico. No órgão de informação e comunicação da *Revista de História* ocorre uma desmistificação genérica, que se exime a ser circunstanciada, de eventuais atitudes de corrupção e exploração por parte dos ingleses no Golfo Pérsico, em meados de seiscentos, no episódio citado. Boxer também não ilude nem cobre com sofismas a decadência portuguesa posterior no Oriente, mas a sua análise acerca do capitão Português é laudatória e possuiu um tom de conviência com o Imperialismo subjacente à conquista resultante da luta armada referida, utilizando instrumentalmente o rigor da pesquisa para esse efeito

Ciríaco Perez Bustamante

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em 1896, em La Hermida, na Cantábria

Formação e Habilitações Académicas

Tornou-se Bacharel em Santona e concluiu os estudos em Filosofia e Letras da Universidad de Madrid.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Na capital espanhola, Ciríaco Perez Bustamante ensinou História Geral de Espanha e atingiu o nível de catedrático. Do ponto de vista do seu itinerário intelectual cumpre destacar o seguinte: «En 1918 escribía su primer estudio sobre Cláudio Coello y, diez años después, en 1928, publicaba su obra *Los orígenes del gobierno virreinal en las Indias españolas*. Don Antonio de Mendoza I virrey de Nueva España, declarada de mérito por la Real Academia de la Historia, que le consagró como americanista, cuya tarea le llevó con el tiempo a dirigir el Instituto Fernández de Oviedo, del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, desde 1950, y desplegar

una importante labor en la Revista de Indias y en los países de América de habla hispana.»⁵⁰⁸. Note-se que a colaboração de Ciriaco Perez Bustamante na *Revista de História* decorreu dentro dos limites impostos pelo decénio ante-citado, dado que a biografia de Carlos Coello foi reeditada no periódico português três anos depois ter sido originalmente dada à estampa em Espanha. Esta republicação pode ter correspondido a imperativos de aprofundamento do diálogo peninsular, sob o signo e os auspícios da internacionalização da cultura espanhola. Sublinhe-se que o próprio autor cantábrico parecia estar consciente da conjugação de ambos os desideratos, tendo contribuído para a consolidação do primeiro deles, dado que, apostado no lançamento de pontes culturais entre Portugal e Espanha, Ciriaco Perez Bustamante incidiu, em 1928, sobre um monarca que governou Portugal e deu à estampa, na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo, um artigo significativamente intitulado *Las Instrucciones de Filipe II a Juan Bautista de Tarsis*. Suspiraria o historiador cantábrico pela restauração da União Ibérica quatro séculos depois?

Ernesto de Campos de Andrada

Origem Sócio-Geográfica

De origem aristocrática, nasceu em Lisboa a 4 de Setembro de 1882 e faleceu na Parede a 10 do mesmo mês, corria o ano de 1943. Era filho de Ernesto de Campos de Andrada (nascido a 22 Outubro de 1839) e de Júlia de Faria (que veio ao mundo a 21 de Abril de 1851). Casou na Parede a 31 de Agosto de 1908, com Alda Hansler de Azevedo Gomes (que nascera a 14 de Agosto de 1884). O matrimónio apenas se processou quatro anos volvidos sobre a licenciatura de Campos de Andrada. O casal teve quatro filhos, Maria Manuela (1909), António (1911), Eduardo (1913) e Maria Margarida (1915).

Formação e Habilitações Académicas

O futuro colaborador da *Revista de História* concluiu o curso de Direito em Coimbra no ano de 1904 e dedicou-se à sua profissão, conciliando-a com os estudos históricos, devotados à genealogia, à biografia e à História de Portugal.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

No plano jurídico, redigiu as Actas da Comissão Revisora do Código do Processo Civil, em parceria com Paulo Cancela de Abreu e durante 5 anos entre 1917 e 1922. Concluiu este trabalho aos 40 anos, uma idade na qual acumulara várias experiência, que o habilitavam a terminar, de modo porventura mais ponderado,

⁵⁰⁸ Escritores Cántabros, <http://www.escritorescantabros.com/> (acedido em 2 de Outubro de 2011).

tamanha empreitada, com reflexos no ordenamento dos hábitos e costumes então vigentes. Por outro lado, Campos de Andrada repercutia nos seus escritos a sua origem aristocrática e procurava saber, ainda em 1922, as origens do ramo primogénito da sua família e dos Andrade Pinto (do Brasil). Na mesma linha de investigação, e devidamente enquadrado pelos esforços intelectuais anteriores, surgiu o estudo publicado em 1923 na *Revista de História*, intitulado, *O Palácio dos Marquezes de Frontera e os seus manuscritos*, escrito em S. Domingos de Benfica, onde residia o seu autor, e terminado a 30 de Maio.

Neste texto, o erudito expõe, logo de entrada, o brasão dos donos do edifício. Em seguida descreve, sem intuitos críticos, a genealogia dos Marqueses de Alorna. Por fim, inventaria, sem qualquer rasgo interpretativo, o espólio bibliográfico do Palácio. O seu principal objectivo é o resgate e a divulgação do património e do passado de uma das principais famílias portuguesas. Este primeiro esforço teve continuidade, uma vez que, entre 1926 e 1932, Ernesto Campos de Andrada prefaciou e publicou, fora do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, as *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna, D. José Trazimundo, ditadas por êle próprio, em 1861*. Por duas vezes, durante a vida deste aristocrata houve balbúrdia no Palácio onde residia e que tinha sido estudado por Andrada no órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Essa confusão ditara deslocações e transvios da biblioteca do Edifício. Estes acontecimentos poderão ter ditado ou aprofundado a vontade do colaborador da *Revista de História* no sentido de editar as referidas memórias, cumprindo assim um gesto inédito até então, e suprimindo uma lacuna evidente.

Por outro lado, Campos de Andrada suprimiu o galicismo e corrigiu erros de copistas, exercendo uma muito ligeira e quase imperceptível crítica de defeitos do original, respeitando de modo incisivo a sua integridade. Contudo, numa advertência anteposta às *Memória*, Campos de Andrade deixa escapar simpatia para com certas características do estilo do autor, sendo claro que as admirava, podendo partilhar algumas delas: «É familiar o seu estilo, simples e despretensioso, ao correr da pena, como elle próprio declara; contudo, não é isento, por vezes, de galicismos, sendo-me forçoso, aqui e além emendar uma ou outra incorrecção do copista, respeitando, tanto quanto possível a redacção do Marquez. Da mesma forma procedi, emendando os nomes próprios, sempre que verifiquei inexactidão, mas, dentre esses, alguns houve que não consegui estabelecer com segurança, e que, por isso, no índice alfabético de que julguei útil acompanhar este livro, fiz preceder de um asterisco. O Marquez de Fronteira, fiado talvez na sua extraordinária memória, não isenta contudo de lapsos,

parece ter descurado a revisão, entregue sem dúvida a indivíduos de óptima letra, mas cuja ilustração se demonstra mais do que duvidosa⁵⁰⁹.

Campos de Andrade elogia a expressão clara e a narrativa fluente do Marquês de Fronteira e Alorna, embora considere que esta última, apesar do seu valor vivencial e testemunhal, deve ser alvo de censura técnica e crítica, no sentido de corrigi-la e complementá-la. No trabalho que publicara na *Revista de História*, o colaborador do periódico também escreve de modo simples, vivo, escoreito, e esforça-se por ser imparcial e isento nas descrições que empreende, de tal modo que constrói um inventário bibliográfico, incentivador de futuras pesquisas. No mesmo plano de suporte encontra-se o índice onomástico que acompanha as *Memórias*. A admiração de Campos de Andrade pelo Marquês de Fronteira e Alorna estende-se ao reconhecimento de traços de personalidade com os quais empatiza, podendo eventualmente identificar-se com eles e partilhá-los: «Religioso sem ser fanático; aristocrata sem os falsos preconceitos da casta; liberal mas sem exageros (...); inteligente, espirituoso e por vezes mordaz; amigo devotado da sua pátria (...)»⁵¹⁰.

Esboça-se nestas linhas um auto retrato por interposta pessoa? Projecta-se um auto-conceito em busca de uma auto-imagem desejada?

Félix de Llanos y Torriglia

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em San Fernando (Cádiz) a 2 de Março de 1868, tendo que se dirigir a Madrid para prosseguir estudos superiores⁵¹¹.

Formação e Habilitações Académicas

Félix de Llanos Y Torriglia licenciou-se em Direito. Esta licenciatura habilitou-o a ser convidado para consultor jurídico do Banco Hipotecário de Espanha, tornando-se Vice-Presidente da Junta Provincial de Madrid, protegendo menores e camadas mais desfavorecidas da população⁵¹².

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

O futuro colaborador da *Revista de História* aderiu ao partido conservador e foi deputado por Ponferrada e Garzola, respectivamente em 1907 e 1910⁵¹³. Estas circunstâncias atestam que o andaluz não era um intelectual divorciado da

⁵⁰⁹ ANDRADA, Ernesto Campos de, Advertência às *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, D. José Trazimundo, dadas por ele próprio, em 1861, Lisboa: 1926-32, p. IV.

⁵¹⁰ *Ibid.*, p. VII.

⁵¹¹ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 15. Lisboa: Página Editora, p. 336.

⁵¹² *Ibid.*

⁵¹³ *Ibid.*

participação cívica e do empenhamento político activo. Bem pelo contrário. Escreveu para jornais de tendência católica ou tradicionalista, como *La Union Católica*, *La Epoca*, ou ABC. Esta participação na vida social do seu país não impediu o autor de se interessar por assuntos relacionados com a sua área de formação, o Direito Penal, mas também com a História, cruzando-a por vezes com a sua experiência no âmbito bancário e da finança, ou da assistência, conforme comprova a obra que escreveu intitulada *De los delitos antisociales: Apuros de la Hacienda y enfermedad de la moneda española en el tiempo de Cervantes y ineficácia y inconvenientes de la Limosna Collejera*⁵¹⁴

Em 1914, Don Félix de Llanos y Torriglia, que era amigo e discípulo de Miguel de Unamuno – sabendo das viagens deste a Portugal e da ligação que delas resultou ao nosso país –, manifestou curiosidade análoga pelo território mais ocidental da Península Ibérica, talvez por influência do seu mentor. Esta situação conduziu-o à exposição de três conferências na Academia de Jurisprudência Espanhola, à qual pertencia, relativas à Revolução Portuguesa de 1910. Nas suas observações, Llanos y Torriglia, como monárquico convicto, demonstrou reservas e apreensões face ao sucedido que interpretou como irrupção de uma neurastenia colectiva. Estas impressões alcançaram algum sucesso e foram transpostas para livro. Nelas o seu autor oscila entre uma imparcialidade retoricamente afirmada e pretendida e a compreensão da História como mestra da vida, funcionando enquanto farol e guia orientador das acções humanas. Llanos Y Torriglia reconhece que a neurastenia colectiva provocada pelos preparativos da Revolução Portuguesa causara o suicídio de vários intelectuais portugueses-entre eles Antero de Quental - bastante antes do dia decisivo chegar.

Simultaneamente, quando o processo revolucionário culminou, a população vivia entre a violência vigente e a anestesia face ao temor por ela provocado: «Pêro, igualmente, segundo el espanhol [Llanos Y Torriglia] también formaba parte de la neurastenia colectiva lo mismo la indiferencia por la política que ele messianismo o la intransigência más violenta. El (...) español, monárquico confeso, relacionará en este sentido los origines de La Revolucion Portuguesa-la rebellion de Oporto de 1891, avivada pelos ardores republicanos de la Revolución Brasilena - com la malograda intetona española que 18 anos antes se cocio al calor de La República Española»⁵¹⁵.

Acresce que Llanos Y Torriglia possuía diversos amigos e leitores em Portugal, entre os quais se contava Leonardo Coimbra, que tinha livros seus e de

⁵¹⁴ *Ibid.*, pp. 336-337.

⁵¹⁵ Manuel Moreno Alonso – La cultura de la republica portuguesa ante los republicanos españoles. In Elio Árias Castanon (et al) (dir) – *Comunicación, História y Sociedad: Homenaje a Alfonso Braojos*. Sevilla: Secretariado de La Universidad, 2001, p. 267.

outros estrangeiros na respectiva biblioteca particular: «Dentro deste grupo (de amigos de Leonardo Coimbra) sabemos que alguns deles usufruíram da sua amizade, demonstrando por Leonardo uma grande admiração intelectual. Entre eles destacam-se: Teixeira de Pascoaes, Raul Brandão, Guerra Junqueiro, Jaime Cortesão, Sant'Ana Dionísio, Teixeira Rego, Aarão de Lacerda, António Sérgio, Hernâni Cidade e Damião Peres. Dos estrangeiros temos: Miguel de Unamuno, Francisco Suarez, Félix de Llanos y Torriglia, Fernando Lles y Berdayes, Ramon Villar Ponte, Manuel G. Morente e Vicente Risco, entre outros.⁵¹⁶».

Em 1917, Llanos Y Torriglia voltou a debruçar-se sobre o vizinho peninsular na obra *Mirando a Portugal El Interés de España. Oito anos volvidos* prosseguiu esse interesse, dando à Estampa *El Homenaje de España a Camões*. A colaboração com a *Revista de História* ocorreu neste contexto de proximidade, embora o autor tenha escolhido debruçar-se sobre *Um Jantar Histórico no refeitório de Guadalupe* no qual participara Filipe II de Espanha antes de ser Rei de Portugal. Neste artigo percebe-se o apoio de Llanos Y Torriglia à União Ibérica⁵¹⁷. O cultor de Clio foi sócio da Academia de Ciências de Lisboa, tal como José Fernandes Costa.

José Fernandes Costa

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Lisboa a 5 de Julho de 1848 e faleceu a 30 do mesmo mês no ano de 1920, sendo então General aposentado⁵¹⁸.

Formação e Habilitações Académicas

O autor seguiu, portanto, a carreira militar. Assentou praça em 1866, tornando-se sargento-aspirante. Entretanto cursou a Escola Politécnica, situação que lhe possibilitou subir na hierarquia militar, atingindo o posto de alferes⁵¹⁹.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Os conhecimentos técnicos entretanto adquiridos permitiram-lhe ser escolhido para presidir à Comissão de Trabalhos Balísticos e secretário da Comissão de Aperfeiçoamento da Arma de Artilharia e bibliotecário da Direcção geral da mesma arma⁵²⁰. Esta circunstância específica revela que Fernandes Costa não era apenas um

⁵¹⁶ Amílcar Baião Pinto – *Portal Leonardo Coimbra Biblioteca Memorial Leonardo Coimbra*. Porto: Universidade Católica Portuguesa in http://www.biblioteca.porto.ucp.pt/coimbra/site/custom/template/home_00.asp?SSPAGEID=2&lang=1 (acedido em 4 de Outubro de 2011).

⁵¹⁷ Conforme comprovaremos no próximo capítulo desta dissertação.

⁵¹⁸ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 11. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 115.

⁵¹⁹ *Ibid.*

⁵²⁰ *Ibid.*

profissional na sua área e, mesmo nela, procurava exercer tarefas que convocassem a sua bibliofilia. Aliás o gosto pelos livros e por uma cultura humanística pode ter sido reforçado e estimulado pela frequência do Curso Superior de Letras (que em 1911 foi substituído pela novel Faculdade de Letras de Lisboa).

Paralelamente, e ainda antes da progressão na carreira militar referida, Fernandes Costa participou, na segunda metade da década de oitenta de oitocentos, na continuação da edição de um *Dicionário Universal*, – iniciada por Zeferino Albuquerque – a partir do segundo tomo, conforme relata Telmo Verdelho: «Entre o conjunto das obras citadas, a que mais se aproximaria do modelo enciclopédico, seria o Dicionário Universal editado por Henrique Zeferino de Albuquerque (1842-1925) mas ficou muito longe de ser concluído. Foi coordenado e revisto primeiro por Francisco Augusto de Almeida (1838-1918), e a partir do segundo tomo por José Fernandes Costa Júnior (1848-1920), mas foram publicados apenas quatro grossos volumes; dois com as entradas da letra A; um da letra B e outro com parte da letra M(1884). É essencialmente uma enciclopédia e não especificamente um Dicionário de Língua traz uma epigrafe na página de rosto “*Enciclopédia das Enciclopédias*”. Foi elaborado segundo o plano do Larousse, traduzindo, em grande parte, o texto francês. Por sua vez, a infomação linguística, lexicográfica e gramatical, parece bastante criteriosa e abundante, com alguns excessos de terminologias técnicas»⁵²¹.

Em 1890, sendo então General de Brigada, Fernandes Costa acumulou a pertença à Revista Militar com a entrada como sócio correspondente na Academia de Ciências de Lisboa, volvidos dez anos. Havia mais oito militares que obtiveram este estatuto nos anos finais da monarquia, com particular destaque para Carlos Roma do Bocage, Sócio da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e colaborador do respectivo periódico, entre outros: «General de Divisão, Januário Correia de Almeida, letras, correspondente eleito em 27/01/1858; General de Divisão, Carlos Roma do Bocage, ciências, correspondente eleito em 04/03/1880; General de Brigada, José Fernandes da Costa Júnior, letras, eleito correspondente em 20/11/1890 e efetivo em 29/03/1900; General de Divisão, Sebastião Custódio de Sousa Telles (sócio honorário), letras, correspondente eleito em 28/01/1892; Coronel de Engenharia, Rodolpho Ferreira Dias Guimarães, ciências, eleito correspondente em 28/04/1892 e efetivo em 15/04/1915 (República); Coronel de Engenharia, Frederico Oom, ciências, eleito correspondente em 18/03/1897 e efetivo em 06/02/1919 (República); Coronel de Artilharia, José Nunes Gonçalves, ciências, correspondente eleito em 06/12/1900; Major de Cavalaria, Fernando da Costa Maya, ciências, correspondente eleito em

⁵²¹ Telmo Verdelho – Dicionários portugueses: breve história. In José Horta Nunes e Margarida Petters (org.) – *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. S. Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2002, p. 18.

24/04/1904; General de Divisão, José Estêvão de Moraes Sarmento, letras, correspondente eleito em 14/07/1910»⁵²².

Em 1914, o relatório de actividades da Academia de Ciências de Lisboa confirma que Fernandes Costa aí realizara, em Janeiro desse ano, três conferências: «O sr. Fernandes Costa, em sessão da Segunda Classe do ano findo, fez as seguintes comunicações: 1. Sobre um extenso e interessante estudo histórico e literário intitulado «Um viajante inglês em Portugal (Guilherme Wrazall), no reinado de D. José. Alfieri (o grande poeta trágico italiano) em Lisboa na mesma época». 2. «Camões exemplo e modelo de modernos sonetistas — Isabel Browniz e Catharina de Athayde». 3. Sobre um valioso estudo crítico de uma notícia histórica referente à embaixada enviada ao reino de Sião, em 1685, por Luis XIV de França, recebida pelo monarca reinante»⁵²³.

Na *Revista de História*, num artigo publicado em 1917, Fernandes Costa regressa a questões histórico-literárias e glosa parcialmente a temática presente na primeira comunicação efectuada na Academia de Ciências de Lisboa. No periódico não se refere a um viajante inglês mas destaca um intelectual português seu contemporâneo, Antero de Figueiredo, que tanto apreciava viajar. Note-se que neste texto o seu autor critica a abordagem fideliniana do poeta e romancista em causa, reclamando uma análise técnica e naturalista da sua biografia. Também dedicado à Literatura, Ferran Soldevilla estudou-a na *Revista de História*.

Ferran Soldevilla

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu e morreu em Bracelona, respectivamente em 24 de Outubro de 1894 e 1971. Era oriundo de uma família burguesa e liberal⁵²⁴. Os seus pais eram provenientes da mesma cidade. O progenitor tinha a advocacia como profissão e distinguiu-se por ser um homem de causas, procurando transmitir-las ao seu filho, nomeadamente o *catalanismo literário e político*, expresso em periódicos militantes como o *Quatre Barres ou o Renaixensa*⁵²⁵.

⁵²² António Pena – *Influência dos militares na ciência portuguesa*, http://www.revistaautor.com/index.php?option=com_content&task=view&id=256&Itemid=38 (acedido em 4 de Outubro de 2011).

⁵²³ http://www.archive.org/stream/historiaememoria14acaduoft/historiaememoria14acaduoft_djvu.txt (acedido a 11 de Outubro de 2011)

⁵²⁴ Cfr. Toni Terrades Oliver – *Ferran Soldevilla, Associació de Escriptors et literats catalans*, in <http://www.escriptors.cat/autors/soldevillaf/pagina.php?id-sec=3681> (acedido em 4 de Outubro de 2011).

⁵²⁵ *Ibid.*

Formação e Habilitações Académicas

No plano da formação, Ferran Soldevilla estudou no Liceu de Barcelona, cursando, em seguida, Filosofia e Letras na Universidade Local, onde teve como mestre Antóni Rubio Y Lluh⁵²⁶.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

O trajecto profissional de Ferran Soldevilla nos anos que se seguiram à licenciatura foi muito ligado à investigação, tornando-se secretário do Instituto de Estudos Catalães: doutorando-se em Madrid, no ano de 1916: «entre 1918 i 1920, és secretari-redactor de la Secció Històrico-Arqueològica de l'IEC. L'any 1916 se doctora a Madrid i el 1922 és nomenat professor auxiliar a la Facultat de Lletres de la Universitat de Barcelona. Aquest mateix any obté el Premi Extraordinari amb la seva tesi doctoral titulada *La reina Maria, la muller del Magnànim* i publicada, l'any 1928, a *Sobiranes de Catalunya*. Fa oposicions per entrar al Cos d'Arxivers i Bibliotecaris de l'Estat i exerceix com a tal a Maó, entre 1922 i 1924, a Logroño durant tres mesos, més endavant a l'Arxiu de la Corona d'Aragó, entre els anys 1931 i 1932 i finalment és bibliotecari de la Universitat de Barcelona, des del 1932 fins al 1938. Entre 1926 i 1928 fa de lector d'espanyol a la Universitat de Liverpool i el 1928 segueix els estudis a l'École de Chartres de París.»⁵²⁷.

A Historiografia praticada por Ferran Soldevilla parece indiciar uma ideologia liberal, centrando as suas atenções na literatura medieval catalã: «Dentro de una tradición historiográfica de carácter liberal y una metodología erudita, centró la mayoría de sus estudios en la historia medieval catalana». A experiência de leitor de espanhol em Londres e de aluno na Escola de Chartres fora precedida de uma colaboração na *Revista de História* no ano de 1923, intitulada *Erudição e Literatura na Catalunha Actual*⁵²⁸.

Esta experiência num periódico português pode ter sido expressão cosmopolita de uma vontade de conhecer a cultura de outros países, aguçando-a. Enquanto historiador, o trabalho publicado pelo catalão no órgão de informação comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, antecipa, de algum modo, e revela, os traços da caracterização psicológica patente *História de La Catalunya*, que começou a dar á estampa em 1924, na qual eram patentes a preocupação com a síntese historiográfica e a herança de historiadores ingleses, que possuíam um recorte literário no estilo, tratando as personalidades históricas como personagens – embora este

⁵²⁶ *Ibid.*

⁵²⁷ *Ibid.*

⁵²⁸ Ferran Soldevilla, [biografiasyvidas.com/biografia/s/soldevilla_ferran.htm](http://www.biografiasyvidas.com/biografia/s/soldevilla_ferran.htm) (acedido em 4 de Outubro de 2011).
In Biografias Y vidas, <http://www.biografiasyvidas.com/> (acedido em 4 de Outubro de 2011).

tratamento seja menos vincadamente literário e mais austero no periódico português-dotadas de densidade psicológica: «Com hem pogut veure, l'activitat intel·lectual de Ferran Soldevila s'ha orientat fonamentalment cap a la investigació i a les grans síntesis històriques. Fins i tot com a periodista – o col·laborador de periòdics, si volem distingir la seva intervenció a diaris i revistes de la més quotidiana i obscura del redactor o informador de l'actualitat mes fugissera –, els seus escrits es basen gairebé sempre en fets remots o contemporanis del país. Però, escriptor de raça, com ho fou Antoni Rovira i Virgili i no gaires historiadors més, posseeix unes qualitats literàries que fan que els seus manuals d'història, les seves biografies, les seves monografies, tinguin, ultra l'autoritat que els dona l'erudició escrupolosa i l'amplitud de visió, la sobrietat eloqüent de l'estil, el domini de l'idioma, la psicologia dels personatges i l'aguda penetració del traç que caracteritza els més grans d'aquests rars personatges que són els historiadors-escriptors, es diguin Macaulay o Michelet, Gibbons o Mommsen, Carlyle o Toynbee. Aquestes condicions excepcionals, Ferran Soldevila les ha demostrades de bell antuvi. *La seva Historia de Catalunya* abunda en pàgines descriptives, en estudis psicològics, en anàlisis de situacions individuals o col·lectives que duen el segell del gran escriptor que ha sabut imposar a la seva *Historia d'Espanya*, partint de fets indiscutibles, una visió que era, si més no, inèdita, per no dir heterodoxa, en els estudis del passat peninsular. [...] L'esperit bel·licós, l'assaig de Ferran Soldevila contingut en aquest volum, és un exemple perfecte del mètode i de les intencions de l'autor. La seva primera part, recordem-ho, obria les pàgines de la «*Revista de Catalunya*», en el núm. 1 de l'etapa en què el vell títol prestigiós, reprès per Antoni Rovira i Virgili, inauguraria una sèrie de volums mensuals que, amb diferents interrupcions i nombroses vicissituds, arribaria fins al núm. 105, de 1956. La primera part apareix, doncs, pel juliol de 1924; la segona és publicada al número 3 de la mateixa revista, pel setembre d'aquell any. Anuncia una tercera part, la qual per raons circumstancials no podrà fer-se pública fins a 1929, en què l'assaig apareix sencer, ocupant 43 pàgines del volum *Recerques i Comentaris*. Aquell estudi incloïa, entre els fets històrics que l'historiador examinava per deduir-ne l'existència o no existència i la intensitat relativa, segons les èpoques, de l'instint bel·licós dels catalans, els incidents polítics produïts durant els anys de la Dictadura del general Primo de Rivera, que en aquell temps arribava a les acaballes. Per a la seva inclusió en el present volum, Ferran Soldevila ha reprès, amb importants ampliacions, el text de 1924 i 1929 i li ha afegit una nova part molt extensa en la qual es refereix als fets que s'han produït d'aleshores ençà –i singularment a la guerra civil espanyola de 1936-1939 – que poden modificar o qualificar el concepte que un historiador podria formar

de les aptituds que els catalans tenim per a l'exercici bèl·lic i per a les virtuts o els defectes que aquest porta involucrats»⁵²⁹.

O historiador catalão considerava que os factos històrics possuem uma dimensão teatral, confirmando isso mesmo quando questionado nesse sentido: «Exactament, i fins em sorprèn de sentir-ho expressat amb tanta exactitud. Espectacle i també repertori fins al punt que sovint, al costat de l'anècdota històrica, se m'ha aparegut el tema teatral: personatges, acció, peripècia, desenllaç. Les meves primeres obres dramàtiques van ésser de tema històric i llegendari: Matilde d'Anglaterra, adaptació de la llegenda de l'emperadriu alemanya deslliurada pel bon comte de Barcelona; Guifré, adaptació de la llegenda de Guifré el Pilós. Si cercava entre vells papers deixats enrere definitivament, hi trobaria versos d'un Pere Ramon, d'un Guillem de Cabestany. Contra allò que molta gent suposa, jo vaig anar a la dramàtica a través de la Història, la meua activitat fonamental»⁵³⁰.

Esta dimensão dramática não vibrava no artigo escrito na *Revista de Història*, centrado num esforço de inventariação e mapeamento da erudição e da literatura catalã coeva. A erudição histórica e a literatura constituem, por esta ordem, as temáticas preferenciais tratadas na *Revista de Història*. Ferran Soldevilla dedicou um estudo a D. Juan, personalidade tratada como personagem, no limiar resultante do cruzamento entre a História e a literatura. Este trabalho não foi dado à estampa no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, mas repercute a leitura nele efectuada por outros autores daquele objecto de estudo, encarada como um ser desprovido de uma sensualidade eruptiva: «En el prefaci del Don Joan dic que, en la galeria de les nostres figures històriques i llegendàries, podem trobar-ne algunes que ofereixen, no pas precisament les característiques del Don Joan tradicional, però sí algunes qualitats que m'apareixen com l'essència mateixa del personatge mític i que, sense anar més lluny, trobo en un personatge històric, per a mi tan familiar, com el rei Jaume I: ell m'apareix com una de les múltiples encarnacions del Don Joan: un Don Joan mediterrani i ben allunyat del maniqueisme. Recordeu que jo col·loco el meu a Barcelona i a València.»⁵³¹.

Para além de se ter distinguido como historiador, Ferran Soldevilla foi dramaturgo e poeta: «Como poeta, el *Poema de l'amor perdut* aparce en 1916 y publica, además, tres poemarios: *Exili* (1918), *Càntics de mar, d'amor i de mort* (1921)

⁵²⁹ Rafael Tasis – *Pròleg a els catalans i l'esperit bel·licós*. Barcelona: Edicions 62, 196, pp. 9-12

⁵³⁰ Maria Aurèlia Capmany – *Entreviu amb Ferran Soldevila*, *Serra d'Or*, n.º 10, octubre de 1964, in http://www.escriptors.cat/autors/soldevila/pagina.php?id_sec=3656 (accedido em 15 de Dezembro de 2011).

⁵³¹ *Ibid.*

y, posteriormente, *La ruta invisible* (1949). En el terreno del teatro es autor de obras de relativa repercusión como *Matilde d'Anglaterra* (1923), *Guifré* (1927)»⁵³².

Em grande parte da obra de Ferran Soldevilla, e no texto dado à estampa no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo persiste um ímpeto autonomista, sempre renovado, como o próprio acaba por convir: « En el pròleg de la primera edició de la meua *Història de Catalunya* comento una frase de Goethe: *Cap nació no pot guanyar-se un bon judici en el món fins que no sap judicar-se ella mateixa*. Per a guanyar aquest bon judici i per a jutjar-se, cal conèixer-se. Això he cercat i cerco.»⁵³³. Outro autor que também se devotou a questões literárias, preferindo, todavia, D. Quixote a D. Juan foi o espanhol Francisco Rodriguez Marin.

Francisco Rodriguez Marin

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Osuna, Sevilha, a 27 de Fevereiro de 1855⁵³⁴.

Formação e Habilitações Académicas

Francisco Rodriguez Marin estudou no Instituto Ursaonense entre 1884 e 1889. Devido a problemas de saúde não lhe foi possível encetar, no imediato, estudos universitários. Durante cinco anos dedicou-se a ler clássicos, coleccionar folclore e ouvir música, conjugação que lhe permitiu nutrir a inspiração poética. Publicou, entretanto, no âmbito da lírica, dois trabalhos: *Suspiros* (1875) e *Auroras e Nuvens* (1878), obras preparadas antes, mas dadas à estampa no período de frequência universitária do curso de Direito em Sevilha, iniciado em 1874 e concluído em 1880⁵³⁵.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

De 1880 a 1883 Rodriguez Marin, dedicou-se ao jornalismo no jornal *El Alabardero*, demonstrando o cuidado com a inventariação de acervo documental, cuja reunião deu origem ao trabalho intitulado *Cuentos Populares* (1882). Até 1895 dedicou-se à advocacia em Osuna e, a partir daí, em Sevilha, onde passou a residir, debruçando-se também sobre outra das suas paixões, a erudição clássica. Devido à morte do humanista Pedro de los Rios, a segunda parte da reimpressão de *Flores de Poetas ilustres*, de Pedro Espinosa, ficou em suspenso. Menéndez Y Pelayo convidou Rodriguez Marin para desempenhar essa tarefa. Este autor era, desde 1895, sócio

⁵³² T. Terrades Oliver – *Ferran Soldevilla...*

⁵³³ M. A. Capmany – *Entreviu amb Ferran Soldevilla...*

⁵³⁴ Cfr. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 26. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 41.

⁵³⁵ *Ibid.*

numerário da real Academia Sevillana de Buenas Letras. Entretanto, por razões de saúde, abandonou a advocacia: «entonces perdió la voz casi por completo a causa de una operación de laringe, con lo que se dedicó íntegramente a las letras»⁵³⁶.

Dois anos volvidos, tornou-se sócio correspondente da Academia Española, passando a efectivo em 1905. Na sessão solene que institucionalizou essa passagem, o autor apresentou um trabalho, portador de erudição documental, sobre o humanista Mateus Aleman, motivando o elogio de Pelayo, que se dedicou a estudar a obra de Rodríguez Marín nas suas diversas vertentes de poeta, folclorista, estudioso da literatura e, dentro desta, especialista em Cervantes⁵³⁷.

Todavía, enquanto tal, embora auto-intitulasse o seu trabalho de crítico, Rodríguez Marín trabalhou a obra de Cervantes como bibliófilo, bibliotecário, jornalista e recolector de contos populares, mas não enquanto filólogo. Não lhe interessavam as obras completas do autor por ele estudado, entrado em conflito com especialistas em Filologia como Adolfo Bonilla Y San Martín ou Rodolfo Schevill: «Cuando, hace unos quince años, me puse a trabajar en las cuestiones textuales de Don Quijote, me di cuenta de otro aspecto de lo que poco después llegaría a calificar de imperialismo cervantino de Rodríguez Marín. Rodríguez fue muchas cosas – bibliotecario, académico, abogado, periodista, editor, empresário – pero no era filólogo. Aunque redactó notas sobre todo lo popular y andaluz en las obras de Cervantes, no se molestó en informarle al lector de las diferencias textuales entre las ediciones de Juan de la Cuesta. Las cuestiones textuales, la depuración del texto de Cervantes, le tenían sin cuidado. Lo arreglaba a su manera, a lo que «le parecía bien», y ya estaba. Peor todavía, no dejó constancia de sus cambios. Para el colmo, calificó sus ediciones más importantes de «críticas». Tal término, para el filólogo, significa una edición cuyo texto ha sido estudiado, depurado y, cuando necesario, reconstruido. Se exige el uso de todas las versiones relevantes del texto de la obra, y una documentación minuciosa de las decisiones tomadas. Pero Rodríguez Marín, director de la Biblioteca Nacional, incluso no entendía lo que era una edición crítica. Sus ediciones tenían y tienen mucha utilidad, nos brindan sobrados datos, pero críticas? Ni cosa que se le parezca. Su mal uso del término ha tenido, en España especialmente, muchos seguidores. No tanto por actos explícitos suyos, sino por un vasallaje espontáneo de parte de los editores, lo que estaba en contra de la línea de Rodríguez Marín no encontraba salida al público. El caso más serio, en cuanto a los textos de Cervantes, es la edición elaborada por dos filólogos, Adolfo Bonilla y San Martín, y Rodolfo Schevill. Preparada con un rigor

⁵³⁶ Francisco Rodríguez Marín, http://es.wikipedia.org/wiki/Francisco_Rodr%C3%ADguez_Mar%C3%ADn (acedido em 4 de Outubro de 2011), in *Wikipedia*, La enciclopedia, <http://es.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Portada> (acedido em 4 de Outubro de 2011).

⁵³⁷ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 26. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 41.

textual no superado hasta la reciente edición del filólogo Francisco Rico, ofrecía una edición con notas textuales y con documentación de las enmiendas introducidas. Esta edición no despertó ningún interés en España. Tuvo que publicarse particularmente, por cuenta de los filólogos aludidos, con una subvención de una particular norteamericana, según consta en la edición misma. Apenas se reseñó. Se trata también, en el caso de la edición de Schevill y Bonilla, de otra cosa que a Rodríguez Marín no se le ocurrió. La edición de los dos filólogos es una edición de las Obras completas de Cervantes. Las obras completas de Cervantes incluso no creo que le interesaran a Rodríguez Marín. Lo que sí le gustaron eran las obras que pintaban las clases populares, sobre todo en un contexto andaluz. Su edición de las Novelas ejemplares para Clásicos La Lectura (1914-1917) no incluye sino la mitad de ellas: «La gitanilla», «Rinconete y Cortadillo», «La ilustre fregona», «El licenciado Vidriera», «El celoso extremeño», «El casamiento engañoso» y «El coloquio de los perros». Son precisamente las que hoy se leen más, y hay que reconocer el influjo de nuestro erudito ursonense»⁵³⁸.

A participação de Rodriguez Marin na *Revista de História* deu-se numa fase avançada da sua vida, no volume do periódico correspondente aos anos de 1927-1928. Nesta última data contava o autor setenta e dois anos, devotando-se apenas e em exclusivo aos seus estudos, longe das azáfamas de uma exposição pública potencialmente desgastante. Embrenhado nas suas fontes comparece no periódico com um trabalho à partida eventualmete menos típico no seu trajecto, dado que não se devota à Literatura (de modo directo ou em primeira instância), nem aos estudos clássicos ou à poesia. Prefere centrar-se, à primeira vista, na História Política, presente desde o título do seu esforço intelectual *Quixotesco Cartel de desafio fechado en el Toboso, ano de 1641*. Todavia, a clareza do objeto enunciado, um cartel de desafio, é antecedida de um adjetivo, que numa leitura imediata pode parecer neutro, mas não o é se tivermos em conta o perfil do autor que temos vindo a abordar, confirmando a necessidade dessa abordagem, ou não fora Rodriguez Marin um ilustre cervantista, para quem o Quixote e o Quixotismo eram muito mais do que figuras literárias, possuindo densidade moral, sinónima de qualidades como o arrojo, a valentia, a utopia, mas também detentora de um lastro de temeridade e possível inconsciência.

No periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, o historiador da Literatura trata a passagem do cartel de D. Gaspar Alonso Pérez Guzman a D. João IV como uma

⁵³⁸ Daniel Eisenberg- *Balance del cervantismo de Francisco Rodríguez Marín*. http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/balance-del-cervantismo-de-francisco-rodriguez-marin-0/html/ff6d6caf8-82b1-11df-acc7-002185ce6064_2.html#_1_1 (acedido em 4 de outubro de 2011), in Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, <http://www.cervantesvirtual.com/> (acedido em 4 de outubro de 2011).

traição ao monarca português, dado que antes deste se tornar rei, aquele catapultara a sua subida ao trono, como o intuito de, num momento posterior propício, exigir a independência da Andaluzia. Ora, Rodriguez Marin era oriundo do Sul de Espanha e interessava-se sobre as matérias que lhe excitassem a sua curiosidade acerca da sua região de origem. Todavia, era centralista, não possuía os ímpetos independentistas do catalão Ferran Soldevilla e, para além disso, tal como Llanos Y Torriglia, era favorável à união de Portugal e Espanha, desfeita em 1640. Acresce que, no seu estudo introdutório à publicação do cartel, Rodriguez Marin explica a génese do seu trabalho, referindo que o interesse por P'erez de Guzmán começara quando lhe dedicara um capítulo na homenagem a Pedro Espinosa – ocorrida em 1907-, precisamente aquele que escrevera *Flores de Poetas Ilustres*. A publicação do estudo de Marin na *Revista de História* pode ter decorrido do seu prestígio como historiador da literatura ou da sua proximidade face Menéndez y Pelayo, aliás comum a discípulos deste como Bonilla Y San Martin (Blanca de los Rios ou Miguel Artigas), cujo percurso já abordámos.

Frei Simão Coelho

Origem Sócio-Geográfica

O próximo autor cujo trajecto biobibliográfico vamos analisar viveu no século XVI. Não era, portanto, contemporâneo dos restantes, e foi chamado pela redacção às páginas da *Revista de História* no mesmo ano de Ferran Soldevilla, por ter escrito uma crónica de Nun'Alvares, personalidade admirada por muitos colaboradores do periódico. Nasceu em Lisboa, em 1514, e faleceu no Convento do Carmo em 13 de Maio de 1606. O seu pai era o edil de Safim, Gaspar Coelho⁵³⁹.

Formação e Habilitações Académicas

Formou-se em Teologia em Salamanca e no regresso, em 1543, tomou o hábito do carmelitas a 15 de Agosto e professou dois dias depois. Doutorou-se no ano seguinte.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Frei Simão Coelho exerceu a missão de prior e as funções inerentes, primeiro no Alentejo, em Moura, em 1556, e depois em Lisboa (1558;1576;1595). Foi eleito *definidor* e *provincial* a 7 de Maio de 1588. Paralelamente, dedicou-se à recolha de manuscritos como *Primeira parte do compêndio de crónicas da Ordem da mui bem aventurada sempre virgem Maria do Monte do Carmo* (1572). Este trabalho demonstra que procura compilar documentos relativos à sua Ordem, cuja História lhe interessava,

⁵³⁹ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 7. Lisboa: Pé de Página, [s.d.], p. 56.

provavelmente para viver a sua fé quotidiana de modo a engrandecer o passado da instituição religiosa. Descreveremos, em seguida, o percurso de um outro religioso que nasceu cerca de trezentos anos depois de Simão Coelho. Trata-se de Georg Schurhammer.

Georg Schurhammer

Origem Sócio-Geográfica

Georg Schurhammer nasceu em Unterglöttental. WaldKirch, em Baden, na Alemanha a 25 de Setembro de 1882⁵⁴⁰.

Formação e Habilitações Académicas

Efectuou estudos liceais em Durlach e Karlsruhe. Dirigiu-se para a Universidade de Friburgo, onde frequentou o curso de Teologia entre 1901 e 1930, concretizando um percurso longo, acidentado, prenhe de inquietações e rotas paralelas. Este projecto motivou-o a não se ficar pelo interesse intelectual sobre esta temática, entrando no noviciado em Xisis, Felkirch no Tirol, na Áustria, a 30 de Setembro de 1903. No entanto, esta escolha de vida não impediu de seguir estudos, conciliando a profissão de fé com a actividade intelectual, imbricando-as. Assim, estudou letras durante um ano em Exaeten (Rossermond, Holanda) e Filosofia entre 1906 e 1908 em Valkenburg⁵⁴¹.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Este cabedal intelectual apetrechou este jesuíta com conhecimentos em diversas áreas, dando à sua actividade uma feição humanista, entendida esta num plano que extravasa a erudição, aplicando-a à vida diária. O autor esteve presente em Goa na exposição do corpo de S. Francisco Xavier em 1901, por ocasião da comemoração do centenário da conquista desse território por Afonso de Albuquerque. A visita missionária de Francisco Xavier ao oriente e, em particular, à Índia inspirou o jesuíta alemão a um tal ponto que decalcou o mesmo itinerário, do qual teve conhecimento porque fez dele objecto de pesquisa e investigação- fixando-se em Bombaim em 1908. Acontece que a exposição do corpo de S. Francisco Xavier, ocorrida sete anos antes impressionara-o de tal modo que prometeu escrever a biografia do santo se este o curasse de um colapso nervoso, entregando-lhe e encomendando-lhe o seu corpo. Nota-se a profunda interpenetração entre a devoção de Schurhammer e a sua actividade erudita, resultando esta do aprofundamento

⁵⁴⁰ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 27. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 893.

⁵⁴¹ *Ibid.*

daquela. Poucos meses volvidos sobre a promessa terá recebido um tratado do médico alemão Berchmann intitulado *Selbstbefeueing aus nervosen Leiden*, cuja leitura lhe permitiu aplicar ensinamentos ao tratamento da enfermidade da qual padecia, melhorando o seu estado de saúde.

Esta circunstância possibilitou o regresso de Schurhammer à Europa, em 1912, para concluir o curso de Teologia e lograr a ordenação como sacerdote em Valkenburgo. Em 1915 e 1916 terminou em Exaten a formação religiosa e mística, realizando a profissão solene a 2 de Fevereiro de 1919⁵⁴². Na sequência destas experiências não são estranhas as participações de Schurhammer em 1923 e 1924 na secção de artigos da Revista Na primeira executa uma biografia prometida de S. Francisco Xavier. Na segunda dá a conhecer um documento inédito de Fernão Mendes Pinto, demonstrando que tudo o que respeitasse ao Oriente lhe interessava. Todavia, em ambas as ocasiões comparece sobretudo o historiador erudito, preocupado com a heurística e crítica documental, subordinando a fé, sempre presente, a ambos os imperativos, e não o contrário. Fora do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, Schurhammer coligiu os documentos originais de Francisco Xavier que canalizou para a respectiva biografia. Acresce que, neles, o *santo* missionário incluía muitas orações, facto que não desagradaria ao alemão que nesses termos se lhe dirigira numa aflição. Conforme sublinha Cristina Osswald, não poupando elogios a Schurhammer: «Conhecemos cento e trinta e sete documentos, os quais foram considerados pelo P. Georg Schurhammer como tendo sido escritos, ditados ou pelo menos inspirados por Francisco Xavier. Entre estes cento e trinta e sete documentos, trinta e sete são importantes para o tema da oração. Trata-se de textos que podem incluir referências mais ou menos vagas a textos que são quase tratados acerca da oração. Não será ainda demais mencionar o facto de que as biografias escritas pelos primeiros hagiógrafos de Francisco Xavier, entre eles, Manuel Teixeira e João de Lucena, incluem cartas ou trechos de escritos de S. Francisco Xavier. (...) Georg Schurhammer SJ, o maior especialista em S. Francisco Xavier de todos os tempos, considera no artigo *Die Xaveriusreliquien und ihre Geschichte* que os documentos 2, 4, 5, 9, 99 foram escritos pelo próprio Santo, os documentos 52, 58, 59, 67, 77, 100, 102, 115, 122, 23, 125, 128, 132 como cartas com endereço ou assinatura de Xavier, os documentos 139, 140, 141 extractos e carta completamente de sua mão, enquanto os documentos 151 153 162, 362 teriam sido apenas assinados por

⁵⁴² *Ibid.*

ele»⁵⁴³. Tal como Georg Schurhammer, também Gilberto Freyre adorava viajar, ainda que preferencialmente para outras paragens.

Gilberto Freyre

Origem Sócio-Geográfica

Gilberto Freyre nasceu no Recife a 15 de Março de 1900 e pertencia à alta burguesia brasileira, contando entre os seus ascendentes mais remotos, por via da mãe, Francisca Teixeira de Mello, senhora de Engenho, os primeiros colonizadores portugueses do Brasil. Nas suas veias corria também sangue espanhol, holandês e indígena. Esta circunstância poder ter influenciado posições conservadoras do autor durante a sua maioridade. O seu pai, Alfredo Freyre possuía uma posição social privilegiada, sendo simultaneamente juiz e Catedrático de Direito, na Universidade do Recife.

Formação e Habilitações Académicas

O duplo estatuto enunciado conferia peso na sociedade local a Alfredo Freyre. Ajudara, inclusive, a fundar o colégio João Baptista Gilreath, onde o filho começou os estudos primários em 1908, num meio certamente favorável por funcionar como extensão de um ambiente familiar protegido, sendo a transição para as aprendizagens escolares paulatina e nada abrupta. Antes de entrar na escola, Gilberto Freyre foi muito estimulado intelectualmente: «É nesse antagonismo entre a intelectualidade do pai e a fé da mãe que Gilberto Freyre cresce, doseando suas leituras entre escritores cristãos, às do positivismo de Augusto Comte e do evolucionismo de Hebert Spencer. Inicialmente o catolicismo inclina Gilberto Freyre a tornar-se um missionário na Amazônia, no entanto, mais tarde, Freyre abandona de vez a fé católica e ingressa no protestantismo, o que descontenta sua mãe. Mas o gosto pela intelectualidade inspirado pelo pai, Freyre nunca abandonaria. É também pela influência paterna que Gilberto Freyre faz sua primeira leitura, *As Viagens de Gulliver*, do irlandês Jonathan Swift. O livro foi lido em sua língua original, já que Freyre apresentava dificuldades com o português. Mas antes mesmo de ingressar na escola, aos oito anos, Freyre tem uma das experiências que acabam por despontar, anos mais tarde, em sua obra. Acontece que aos seis anos de idade, o menino fugiu de sua casa e foi abrigar-se na cidade de Olinda, isso acabou por gerar-lhe um sentimento de carinho pela cidade,

⁵⁴³ Cristina Osswald— A oração nos escritos de S. Francisco Xavier. In *Revista Via Spiritus*, n.º 14. Porto: Faculdade de Letras, 2007, p. 7.

vindo a denominá-la de “materna Olinda” e consagrando a ela um de seus livros, publicado em 1939, o *Guia Prático, Histórico e Sentimental*»⁵⁴⁴.

De tal modo estes périplos intelectuais e geográficos eram instigadores, que Gilberto Freire tardou em familiarizar-se com as primeiras letras, ensinadas por Telles Júnior preferindo o desenho. Igualmente desvoluta foi a aprendizagem da língua inglesa com o mestre Williams, que elogiava os dotes de desenhador do seu aluno. Entretanto, as dificuldades com a escrita continuavam. Em 1909, a avó materna, que muito mimava Gilberto, dando-lhe alento para suportar esta lacuna, faleceu. Por essa altura começou o jovem a passar férias na Roça de S. Severino do Remo, afeiçoando-se mais facilmente ao usufruto da natureza e da paisagem-que mais tarde seria fixado por escrito na obra *Pessoas e Animais*- do que a ambientes fechados destinados a aprendizagens escolares. Estas revelaram-se, contudo, inevitáveis e essenciais⁵⁴⁵. Em 1911, o futuro colaborador da *Revista de História*, passou o primeiro verão na praia da Boa Viagem, cenário que aproveitou para nele escrever o seu primeiro soneto camoniano, exercitando a habilidade precoce para o desenho. Em 1913 deu as primeiras aulas no Colégio e aproveitou para ler, entre outros, José de Alencar, Gonçalves Dias, Victor Hugo, Milton, Shakespeare. No ano seguinte, começou a ensinar latim-que aprendera com o pai-, tomando parte activa na Sociedade Literária do colégio no qual fora aluno, assumindo-se como redactor-chefe do respectivo jornal, *O Lábaro*.

Em 1915, Freyre teve aulas de francês com Madame Meunier, indispensáveis à leitura de obras de Molière ou Racine. Também leu autores portugueses como Antero de Quental, Alexandre Herculano ou Oliveira Martins. No ano seguinte começou a corresponder-se com Carlos Dias Fernandes – cuja vida boémia não aperciva – que o encorajou a fazer a sua primeira conferência pública no Cine Teatro Pathé, subordinada a Spencer e à educação Brasileira. Ainda no mesmo ano, influenciado pelos mestres do colégio, toma contacto com o texto *O Peregrino de Bunyan* e com uma biografia de Livigstone. Aproximou-se dos Mocambos do Recife, testemunhando o modo como viviam. Começou a fermentar em Gilberto Freyre um socialismo cristão, cuja dimensão mística era temperada pelos escritos de Comte ou do já referido Spencer. Entretanto, foi eleito presidente do Clube de Informações mundiais, pertencente à Associação cristã dos moços do Recife. Novas leituras assolaram-lhe o espírito, das quais se destacam, Nietzsche, Joaquim Nabuco ou Oliveira Lima. Em 1917 concluiu o curso de Bacharel do Colégio Americano Gilreath,

⁵⁴⁴ Ana Paula Nunes [et al] – Enlaces Freyrianos: vida, obra e contexto histórico. In *Contemporâneos, Revista de Artes e Humanidades*, n.º 3. Universidade Federal de Vila Viçosa Novembro 2009, in <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n3/pdf/freyre.pdf> (Acedido em 5 de Outubro de 2011).

⁵⁴⁵ *Ibid.*

fazendo-se notar o discurso como orador da turma, que teve a apadrinhá-lo Oliveira Lima, experiente historiador e conterrâneo, que desde então se tornou seu amigo⁵⁴⁶. Contudo, o impulso para viajar e conhecer outras culturas conduziu Gilberto Freyre à frequência, a partir de 1918, de Estudos Superiores na Universidade de Columbia nos Estados Unidos. A familiaridade com a língua inglesa desde o colégio pode ter influenciado a escolha do referido país para frequência universitária, durante a qual foi aluno e discípulo do Antropólogo Boas.

Percorso Profissional: Cargos, Títulos

Como ponto culminante dos seus estudos Gilberto Freyre, tornou-se mestre em artes no ano 1922, publicando a sua tese intitulada *Vida Social do Brasil nos meados do século XIX* na *Hispano-American Historical Review*. Note-se que, em 1928, Gilberto Freyre participa numa homenagem ao seu mestre Oliveira Lima, entretanto desaparecido, que conhecera desde os tempos do colégio. O local desse elogio foi precisamente a *Revista de História*, que pode ter funcionado como primeira plataforma de publicação e divulgação do pensamento de Freyre em Portugal. Ao falar sobre uma das suas principais influências intelectuais, o colaborador do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo não cumpre apenas um itinerário biográfico do seu conterrâneo falecido, lançando-se, outrossim, num exercício indirectamente autobiográfico.

Esta participação de Gilberto Freire na publicação portuguesa pode ter sido fundamental para que, em 1930, quando se exilou, o autor tivesse escolhido Portugal para aqui permanecer, cumprindo uma viagem começada no Brasil, com passagem por Africa, cujas ressonâncias se encontram em *Casa Grande e Senzala* de 1933. A esse respeito, pronuncia-se Fernando Nicolazzi: «Três espaços principais definem a cartografia do viajante, África, Europa e América: No Brasil, regiões diversas são contempladas, desde o nordeste até ao sudeste. Dentre as gentes conhecidas, as camadas sociais e faixas etárias mais variadas(...) Além disso outras tantas expressões religiosas são atravessadas pelos caminhos do viajante. A hipótese que perpassa este capítulo, pois, sugere a experiência de Freire, e neste caso a experiência de viagem, transcende a mera descoberta pessoal, operando, por sua vez, fundamentalmente no âmbito da argumentação histórica, tal como é possível vislumbrar na escrita de *Casa Grande e Senzala*⁵⁴⁷.

⁵⁴⁶ Sobre a Cronologia Circunstanciada de Gilberto Freire, ver: Gilberto Freire— *A vida (cronologia)*. In *Biblioteca Virtual Gilberto Freyre*, <http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/vida/cronologia.htm>, (acedido em 5 de Outubro de 2011).

⁵⁴⁷ Fernando Nicolazzi – *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa – Grande & Senzala e a representação do passado*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p. 228.

Se Gilberto Freyre leu, na sua juventude, autores como Spencer ou Comte, certamente que o português José Augusto Coelho não deixou de fazer estas e outras leituras ao longo da sua vida, marcada por uma perspectiva pedagógica e evolucionista acerca do homem e da sociedade. O seu evolucionismo estava longe de ser dominante entre os colaboradores da *Revista de História*. Bem pelo contrário. Tal circunstância não impediu que aquele fosse acolhido nas páginas da publicação.

José Augusto Coelho

Origem Sócio-Geográfica

José Augusto Coelho nasceu em Sendim, Tabuaço, a 2 de Janeiro de 1850 e faleceu no Porto, onde passou boa parte da sua vida, em 1927. No entanto, fez o ensino primário no Concelho ao qual pertencia. Aos 15 anos dirigiu-se para o Seminário de Lamego, que abandonou ao fim do segundo ano, dirigindo-se para o Porto, onde foi recrutado para dar aulas no ensino particular, tendo tido igualmente a oportunidade de ser redactor-chefe do Jornal *Actualidades*.

Formação e Habilitações Académicas

Em 1882, enquanto decorria o Centenário de Froebel, foi inaugurado em Lisboa o primeiro jardim de infância Português, gesto solene integrado nas comemorações. Neste mesmo ano, em consequência de um ambiente favorável à germinação de uma nova Pedagogia, José Augusto Coelho deu aulas na Escola Normal do Porto, ente 23 de Fevereiro de 1882 e 17 de Janeiro de 1894. Até esta data e desde Novembro daquele ano era, igualmente, Bibliotecário da referida instituição. A partir do quarto ano da década de noventa de oitocentos transferiu-se para a Escola Normal de Lisboa (sexo masculino), dirigindo a parte feminina a partir de 1903. Por outro lado, foi vogal do Conselho Superior de Instrução Pública⁵⁴⁸.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

O percurso biobibliográfico de José Augusto Coelho resulta difícil de seguir, dados os silêncios, as lacunas, que o povoam, conforme reconhece Manuel Lázaro Ferreira Fernandes, que estudou o seu pensamento educacional: «Sobre José Augusto Coelho são bastante escassas as referências bibliográficas. E da leitura da sua obra retiramos poucas indicações auto-biográficas. Quase poderíamos afirmar que um dos seus traços característicos fundamentais consistia no «escondimento» da sua

⁵⁴⁸ Manuel Lázaro Ferreira Fernandes – *O Pensamento Educacional de José Augusto Coelho*. Braga: Universidade do Minho, Abril de 1995, nota da p. 70.
Cfr. no mesmo sentido, Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 7. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 52.

personalidade, com a intenção de «mostrar» apenas a sua obra, ou seja, as ideias que pudessem ser objectivamente analisadas, avaliadas, criticadas. E é sobre esta obra, sobretudo os *Princípios de Pedagogia que recai o nosso interesse mais imediato*»⁵⁴⁹.

Este trabalho foi publicado em quatro volumes entre 1891 e 1893. Desde o título se percebe que o autor - aproveitando a sua experiência no âmbito da prática pedagógica, dado que leccionara ciências naturais - procura construir doutrina na matéria, preenchendo uma lacuna no espaço bibliográfico português. Assim, elogiou o humanista Cuménio por lançar as bases incipientes da pedagogia construtiva. Acerca de Rousseau, o colaborador da *Revista de História* destacou a sua capacidade de romper com o paradigma constituído por séculos de tradição jesuítica, sendo nisso alegadamente revolucionário. José Augusto Coelho apreciava os ideais educativos de Condillac essencialmente num ponto; a defesa do equilíbrio entre o indivíduo e a raça, perspectiva recuperada pelo futuro colaborador da *Revista de História* nos textos aí publicados, transpondo a sua doutrina educativa para o plano historiográfico. Outro dos conceitos caros ao autor expressos no periódico é o de intuição, que em Pestalozzi se associava à educação popular, à qual sobrava em alegada incoerência sentimental, o que faltava na articulação sistemática da teoria à prática, propugnada por Coelho.

Essa coordenação encontrava-a em Froebel, fundador dos Jardins de Infância. Todavia, o autor que no entender do pedagogo português mais terá contribuído para o desenvolvimento e a afirmação da pedagogia moderna foi Spencer, elogiado no plano pedagógico, mas também filosófico e da teoria evolucionista. Este autor é abundantemente referido e seguido por Coelho nos estudos dados à estampa em 1915 e 1916 na *Revista de História*. Manuel Lázaro Ferreira Fernandes sintetiza esta problemática: «Apesar da inevitável influência destes e de outros imortais nomes da pedagogia é fundamental a leitura de Spencer, nomeadamente o notável livro *A Educação intelectual, Moral e Física*, que vai ter, como já afirmámos, um efeito determinante na orientação do seu pensamento pedagógico (...). Esta leitura casual (...) terá despertado e mesmo espicaçado em Coelho a necessidade de organizar as ciência pedagógicas em bases positivas. Esta opção vai obrigá-lo, digamos, a enveredar pelo estudo de outras disciplinas, a fim de adquirir a formação enciclopédica de que precisava. Como resultado de todo este trabalho surgem os monumentais 4 volumes dos *Princípios de Pedagogia*, publicados entre 1891 e 1893, e que constituem, por um lado, a base essencial do seu pensamento pedagógico, e, por outro, um marco histórico no processo algo complicado, ou pelo menos significativamente sinuoso, da introdução da pedagogia científica em Portugal e no

⁵⁴⁹ M. L. Ferreira Fernandes – *O Pensamento Educacional...*, p. 70.

contexto das correntes de pensamento que visavam a instauração do que se chamou a *Escola Nova*». Um outro colaborador que se dedicou à educação, tendo sido professor, foi José Joaquim Nunes, também colaborador da *Revista de História*.

José Joaquim Nunes

Origem Sócio-Geográfica

Veio ao mundo em Portimão a 4 de Dezembro de 1852 e morreu em Lisboa a 20 de Julho de 1932. Tinha origens familiares modestas, que lhe marcaram a personalidade, mais voltada para a descrição do estudo do que para uma vincada exposição pública das suas ideias⁵⁵⁰.

Formação e Habilitações Académicas

José Joaquim Nunes realizou o ensino primário na sua terra natal, segundo para o Seminário de Faro onde se tornou sacerdote, desempenhando a função de pároco⁵⁵¹.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Todavia, devido a um concurso público, exerceu o cargo de capelão militar em Lagos, em 1889, - onde chegou a fundar um Colégio - no Regimento de Infantaria 15. Dirigiu-se depois para Santarém, onde se encontrava o Regimento de Caçadores 7, dedicando-se aí à filologia e ao ensino particular. Em 1895 um artigo de José Joaquim Nunes foi publicado no Terceiro Volume da *Revista Lusitana*, dirigida por Leite de Vasconcelos. Quando eclodiu a Revolução de Outubro de 1910, o futuro colaborador da *Revista de História* residia em Beja, leccionava no liceu local, e tinha sido transferido para Infantaria 17. Com o advento do novo regime, foi convidado para reitor do liceu bejense e aceitou. Entretanto, em 1911, os seus conhecimentos foram reconhecidos e colocou o seu saber no âmbito da língua portuguesa a serviço da Comissão da Reforma Ortográfica. Em 1911 as capelanias foram extintas e o autor passou a concentra-se ainda mais no ensino em Santarém, e, em 1912, em Lisboa, onde transitou em 1914 para o Ensino Superior, leccionando Latim e Grego na Faculdade de Letras, da qual se tornou Doutor três anos volvidos, devido à concessão de grau em reconhecimento dos seus méritos. Do ponto de vista pedagógico da pesquisa, o rigor e disciplina militares podem ter sido úteis a José Joaquim Nunes que, enquanto docente de Latim, comparava a Língua Clássica com a Portuguesa, não dispensando as suas representações vernaculares ao longo da História da Língua. Ora, foi sobre esta História que se debruçou na *Revista de História* em 1919.

⁵⁵⁰ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 19. Lisboa: Página Editora, [s.d.], p. 49.

⁵⁵¹ *Ibid.*

José Júlio Rodrigues

Origem Sócio-Geográfica

José Júlio Bettencourt Rodrigues, nasceu em Lisboa em 1874, no seio da burguesia urbana nascente, assente na formação intelectual como factor predominante de ascensão e legitimação. Era filho de José Júlio Rodrigues, que nasceu em Nova Goa, formando-se em Matemática na Universidade de Coimbra. O progenitor do autor em apreço leccionou no ensino liceal, criou cursos práticos e vulgarizou conhecimentos técnicos. Terá sido um dos grandes responsáveis pela transmissão ao seu filho de certos valores estruturantes da mentalidade, como aquele princípio que consagra a prevalência de um conjunto de saberes úteis à formação dos indivíduos que não se restringissem a uma dimensão livresca, eventualmente de pendor essencialmente abstracto.

Formação e Habilitações Académicas

José Júlio Bettencourt Rodrigues, ao arrepio da formação do pai, e parecendo contrariar inicialmente o percurso que este academicamente trilhara, ingressou em Filosofia na Universidade de Coimbra, em 1891 mas cedo manifestou inquietude que o levou a cursar Belas Artes em Paris, dois anos volvidos, em busca de se munir de estudos presumivelmente mais imbricados com os sentidos, as percepções, aprofundando uma acuidade visual que de certo o progenitor lhe estimulara, dado que este para além da Matemática e da Química se dedicara, em paralelo, à fotografia, na qual fora um dos pioneiros em Portugal, mormente no respectivo aperfeiçoamento técnico: «A Secção Photographica e o seu Director José Júlio Rodrigues foram pioneiros na introdução em Portugal da aplicação dos processos fotomecânicos na elaboração de mapas, tendo desenvolvido e aperfeiçoado alguns destes processos, nomeadamente, a fotozincografia, a fotolitografia com placas de estanho, a toponímia, bem como a impressão a cores. Como futuras investigações pretendemos realizar um estudo detalhado dos processos químicos utilizados na fotografia e nos processos fotomecânicos bem como dos aparelhos fotográficos e objectivas empregues na sua execução. Pretendemos igualmente aprofundar o papel de Rodrigues nas expedições científicas a África, a correspondência e colaboração com outros institutos geográficos europeus e ainda as relações que estabeleceu com o Brasil»⁵⁵².

Todavia, o filho não terminou a experiência parisiense, regressando a Portugal para concluir o curso que deixara suspenso, mas viria a desenvolver o mesmo amor

⁵⁵² Maria Estela Jardim; Fernanda Madalena Costa e Isabel Marília Peres – *José Júlio Rodrigues e a sua contribuição para o desenvolvimento da cartografia portuguesa e dos processos fotomecânicos do século XIX*. Lisboa: II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2007.

que o seu pai expressara por Terras de Vera Cruz, beneficiando mais tarde, eventualmente, dos contactos que este aí promovera. No entanto, a insatisfação era uma constante e não logrou os seus intentos imediatos, abandonando-os para dedicar-se a algo pretensamente mais prático, ingressando por concurso no Magistério Liceal.

Percurso Profissional: Cargos, Títulos

Desde logo, José Júlio Rodrigues foi colocado no ensino técnico, sendo docente na Escola Agrícola de Coimbra, percorrendo o país, das ilhas a territórios Ultramarinos. Esteve em Angra do Heroísmo, Lamego, Goa, Leiria, Lisboa (no Liceu Camões), Portalegre, Viseu, Évora, Faro (onde ocupou o cargo de Reitor), fixando-se depois no Porto, nos Liceus Alexandre Herculano e Rodrigues de Freitas. A itinerância marcara já o seu ascendente mais directo que era goês. Entretanto, enquanto realizava este périplo por várias cidades do país, José Júlio Bettencourt Rodrigues deslocou-se ao Brasil em 1914, onde fundou uma Escola de Altos Estudos, tendo sido incumbido, nessa ocasião, por parte do Governo Português, do estudo da reorganização dos diferentes ramos de estudo. Note-se que esta estadia do outro lado do atlântico revelou-se importante de tal modo que, José Júlio Bettencourt Rodrigues possuía vários amigos brasileiros. Entre eles contava-se o historiador Oliveira Lima, em cuja homenagem José Júlio Rodrigues participou, colaborando no volume comemorativo da morte do cultor de Clio, publicado em 1928. A Reforma por limite de idade surgiu em 1944, levando o autor a regressar ao Brasil, onde residiu até falecer. Em seguida, consagraremos a nossa atenção à América Latina, desta feita não ao Brasil mas à Argentina, mais precisamente a um historiador oriundo deste país, Juan Beverina.

Juan Bartolomé Beverina

Origem Sócio-Geográfica

Juan Bartolomé Beverina nasceu na cidade argentina de Córdoba a 24 de Agosto de 1877, falecendo no mesmo local a 10 de Julho de 1943.

Formação e Habilitações Académicas

Ingressou no Colégio Militar e aí estudou até obter o grau de Alferes de Artilharia, a 2 de Dezembro de 1897, que lhe permitiu lograr a vigésima segunda promoção, conseguindo o quarto lugar na Ordem do Mérito.

Percorso Profissional: Cargos, Títulos

Entretanto, em 1924, participou na *Revista de História*. Estava, nessa altura, prestes a ascender ao posto de Coronel, situação que se verificou no ano seguinte. No periódico dirigido por andar a primeira divisão de artilharia do exército argentino. A sua actividade historiográfica surgiu na sequência da carreira militar, procurando o autor debruçar-se sobre alguns acontecimentos pertencentes à Historiografia militar com implicações políticas: «El coronel Beverina (1877-1943) es uno de los máximos exponente de la larga tradición historiográfica del Ejército Argentino. Entre sus obras editadas por la Biblioteca del Oficial, destacamos "Las Memorias Póstumas del General Paz", con notas y comentarios suyos, "El General José María Paz, sus campañas y su doctrina de Guerra", "La Guerra contra el Imperio del Brasil", "El Virreinato de las Provincias del Río de la Plata. Su organización militar", y numerosos artículos en la Revista Militar y en los diarios La Nación y La Prensa. De su obra "La Guerra del Paraguay" dijo Miguel Ángel Scenna: "estrictamente atendida al plano militar, sigue las operaciones a través de seis densos volúmenes y un amplio apéndice cartográfico hasta la batalla de Curupaytí. Terminada de publicar en 1933, es aún una obra no superada y uno de los mayores esfuerzos intelectuales realizados por un historiador. Algo similar podría decirse de "Las Invasiones Inglesas..." obra considerada modelo en su género, aunque a diferencia de la anterior, no es lo acontecido en el orden militar lo que tiene preeminencia en el examen del período observado, sino el estudio de los factores políticos previos y desencadenados por la intervención militar británica en el Río de la Plata, de acuerdo a lo expresado por el propio autor».

Júlio de Urquijo e Ibarra

Origem Sócio-Geográfica

Júlio de Urquijo e Ibarra nasceu em Deusto, Biscaia, a 3 de Abril de 1871 e faleceu em S. Sebastian, Gupuscua, a 28 de Outubro de 1950. Pertencia a uma família nobre dos condes de Urquijo e o seu irmão José era político e fundou a Gaceta Del Norte.

Formação e Habilitações Académicas

Júlio de Urquijo e Ibarra estudou Direito no Colégio dos Jesuítas da sua terra natal e doutorou-se em 1892 na Universidade de Salamanca, em Linguística, área pela qual se interessou por influência do pároco Ressurrección Maria de Azkue, capelão da família. Inicialmente interessou-se pelo Volapuk, língua artificial criada em 1879 por um padre alemão e escreveu Konils Volapukik (Contos). Em seguida, dirigiu a sua

atenção para a língua basca. Em 1905 encontrou as obras desaparecidas de Joahannes de Etcheberry e, em 1907, com Lacombe, fundou em Paris a *Revista Internacional de Estúdios Vascos*. Em 1908 presidiu ao Euskeltzaleen, celebrado a cada ano em 1908 em Kanbo (Lapurdi). Em 1909 foi nomeado académico na Real Academia de História e fundou a Euskalerriaren Aide. Viveu alguns anos em Donibane Lohizune (Lapurdi), mas regressou em 1918 a S. Sebastian por causa do seu apoio aos alemães durante a Primeira Guerra Mundial. No mesmo ano, participou na fundação da Sociedade de Estudos Bascos. Em 1922 foi nomeado director da Revista da instituição, tornando-se Doutor Honoris causa pela Universidade de Bona em 1924.

Nicolau d' Olwer

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Barcelona a 20 de Janeiro de 1888 e faleceu na cidade do México a 24 de Dezembro de 1961. Era filho de um representante da classe média, o notário José Nicolau e a sua mãe, chamada Ana d' Olwer tinha ascendência irlandesa

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Em 1904 estudou Filosofia e Letras na Universidade de Barcelona, onde teve como professores Rubio i Lluch, Ramon d' Abadal i Vinyals ou Ferran Vals i Taberner.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Os mestres referidos ajudaram Nicolau d' Olwer a construir um perfil intelectual defensor da autonomia cultural e política catalã. Publicou, para o efeito, a *História da Literatura Catalã* em 1917. Este esforço pode ter estado na base do artigo dado à estampa na *Revista de História*, publicado oito anos volvidos, intitulado. *Características da Literatura catalã*. Este trabalho foi precedido e condicionado pela actividade política do autor começada precisamente em 1917, ano no qual se tornou regedor na câmara de Barcelona, pela liga regionalista. Paralelamente, ingressou no Instituto de Estudos Catalães. Em 1922 fundou o partido catalanista *Acció Catalana* e colaborou no jornal *Publicitat*. Em 1923 ingressou na *Unió Acadèmica Internacional*. Totalmente diferente foi a época histórica na qual viveu D. Lopo de Almeida.

D. Lopo de Almeida

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em 1416 e faleceu em 13 de Maio de 1508. Era filho de D:Diogo Fernandes de Almeida alcaide-mor de Abrantes e Punhete (actual Constância). Todavia, a ascendência nobre desta personalidade não se resumia ao seu pai .Era

bem mais antiga, dado que o seu avô, Fernão Álvares de Almeida estivera em Ceuta com D. João I, de quem era vedor, cabendo-lhe igualmente a tarefa de ser aio dos filhos do monarca, que o tornou comendador de Vila Viçosa e Jurumenha, no seio da Ordem de Cristo. D. Lopo foi feito Conde de Abrantes em 17 de Novembro de 1450 por D. Afonso V, na sequência de serviços prestados. Casou com D. Brites ou Beatriz da Silva, que foi dama da rainha D. Leonor (mulher de D. Duarte) e camareira-mor da rainha D. Isabel (mulher de D. Afonso V)⁵⁵³

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Dentre os serviços prestados por D. Lopo de Almeida a D. Afonso V conta-se a viagem que realizou à Alemanha em 1451, acompanhando a filha do monarca, que nessa ocasião desposou o imperador Maximiano I. D. Lopo registou as suas impressões acerca de toda a sua missão em Cartas, publicadas pela primeira vez alguns séculos depois por D. António Caetano de Sousa, nas suas Provas da História Genealógica da Casa Real portuguesa e republicadas em 1919 na *Revista de História*. Desconhecemos os motivos de tal situação, mas podem prender-se com a importância da documentação para a História Política Portuguesa. Nessa medida, a redacção do periódico sentiu, eventualmente, necessidade de divulgar as missivas, exactamente no ano em que a Conferência de Paris se realizou e uma aproximação à Alemanha era passível de ser tentada. Acresce que sobre a fonte publicada no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo recaiam, eventualmente, o interesse e a curiosidade de intelectuais contemporâneos da Revista, dada a relevância heurística do material em apreço.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

O percurso profissional de D. Lopo de Almeida teve um dos seus pontos culminantes na viagem à Alemanha, mas não se restringiu a esse acontecimento. Foi alcaide-mor senhor do Sardoal, Mação e Amêndoa e vedor da Fazenda (1471), mordomo-mor, contador-mor e escrivão da puridade da Rainha D. Joana. O filho primogénito de D. Lopo de Almeida tornou-se segundo Conde de Abrantes. Bem diferente foi o percurso do italiano Luigi Tonelli, contemporâneo da *Revista de História*. Regressemos agora às personalidades que viveram entre os séculos XIX e XX.

⁵⁵³ Cfr Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 1 [A-Alma]. Lisboa: Página Editora, S/d p. 109

Luigi Tonelli

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Itália em 1890 e faleceu em 1936.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Participou na secção de artigos da *Revista de História* em 1925, com o objectivo, não declarado, mas efectivo, de dar a conhecer o pensamento de dois filósofos do seu país, Benedetto Croce (que se notabilizou como liberal) e Giovanni Gentile (que veio a aderir ao fascismo), ambos idealistas, de modos diferentes, como aliás era o colaborador da *Revista de História*, que procurou situar-se ideologicamente, de modo implícito, a meio caminho entre os dois biografados, mas tendo mais afinidade com o primeiro inscrevendo-se também nas correntes tradicionalistas que não enjeitam a modernidade, de forma eventualmente instrumental. No mesmo ano, publicou o artigo *Vida Italiana. Esboço da Cultura Italiana*, noutro periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, intitulado *Portugália* e escrito em Parma, em Setembro de 1925 sob a forma de carta. Nessa missiva, o intelectual transalpino debruça-se sobre a vida cultural do seu país entre a Unificação e o momento em que escreve. Considera que Jesué Carducci foi o intelectual que mais se destacou entre 1870 e 1890, tendo sido substituído nessa data por Gabriele D'Annunzio, cuja actividade intelectual é vista mais criticamente por Luigi Tonelli, dado que aquele substituiu, alegadamente, a concepção estoica, regionalista e nacionalista do sentido da vida, propugnada pelo seu antecessor, colocando em seu lugar uma cosmovisão estética, hedonista e imperialista. Na primeira década do século XX impôs-se o pensamento croceano, recebido com agrado por Tonelli, que enfatiza a importância da ideia e do espírito no pensamento croceano, acerca do qual afirma que não tinha, em 1925, sucessor, uma vez que aquele considerava a filosofia de Giovanni Gentile muito abstracta⁵⁵⁴. Assim se comprova que o trabalho realizado por Tonelli na *Revista de História* deu frutos, teve continuidade em Portugal e pode ter funcionado como catalisador e plataforma dessa permanência do autor nas letras portuguesas.

Outro autor que também colaborou na *Revista de História* e na *Portugália* foi o português Luís Chaves.

⁵⁵⁴ Cfr. Luigi Tonelli, *Vida Italiana. Esboço da Cultura Italiana*. Lisboa, Revista Portugália, 1925

Luís Chaves

Origem Sócio-Geográfica

Luís Rufino Chaves Lopes nasceu a 9 de Maio de 1889.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Concluiu os cursos de Matemática da Escola Politécnica e da Universidade de Coimbra

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Luís Chaves foi professor do ensino secundário particular e da oitava cadeira do Curso Superior de Letras, dedicada à história de arte e à iluminura. Esta última situação pode ter estado parcialmente na base da sua colaboração como articulista no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo. Acresce que Luís Chaves era também arqueólogo e dirigiu o Museu Etnográfico Leite de Vasconcelos. O seu gosto pelo estudo da tradição deu origem, fora da publicação em análise a *O Amor Português, estudo etnográfico*, dado à estampa em 1922, mas essa vocação etnográfica prolonga-se no artigo que dedicou à *Tradição da Rainha Santa*, surgido nas páginas da *Revista de História* em 1923, no qual o autor acompanha a *imagem* de D. Isabel ao longo da história no seio da devoção popular. A cultura do povo recebe a atenção do estudioso em 1924, data na qual colige *Contos Populares Portugueses*, e em 1925, através da divulgação dos *Bairristas Portugueses*⁵⁵⁵.

A vertente monárquica de Luís Chaves afirma-se acentuadamente no artigo escrito para a Revista Portugália, intitulado, *Viriato, o heroe da Lusitânia*⁵⁵⁶, no qual o autor procura as origens histórico-etnográficas portuguesas, convencido de que as pátrias possuem uma linhagem, tal como acontece com as famílias.

Tal como Luís Chaves, também Manuel Sousa Pinto se dedicou à História de Arte

Manuel de Sousa Pinto

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu no Rio de Janeiro, a 3 de Maio de 1880, e morreu em Lisboa a 7 de Junho de 1934. Com três anos de idade veio para Portugal na companhia dos seus pais, que passaram a residir em Coimbra.

⁵⁵⁵ Cf Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 6 [Carr-Coca]. Lisboa: Página Editora, s/d pp. 639-640

⁵⁵⁶ Luís Chaves, *Viriato, o heroe da Lusitânia*, Revista Portugália, Lisboa, 1925, pp. 149 e ss

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Manuel Sousa Pinto tornou-se bacharel em Direito e Letras na cidade do Mondego.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Devido ao facto de ter nascido no Brasil, Manuel de Sousa Pinto nunca renegou as suas raízes relacionadas com a naturalidade geográfica. Essa circunstância pode ajudar a explicar a sua nomeação, por despacho ministerial, para Professor Ordinário da cadeira de Estudos Brasileiros, na Faculdade de Lisboa. Tal ocorreu a 8 de Dezembro de 1923. A tomada de posse teve lugar exactamente um mês depois. Fácil se torna compreender que Sousa Pinto tenha sido escolhido pelo Senado da instituição universitária onde leccionava como seu representante na viagem ao Brasil, realizada pelo orfeão académico de Lisboa. Este acontecimento teve lugar em 1925. Em 23 de Julho, o autor tornou-se sócio correspondente de segunda classe da Academia de Ciências de Lisboa. No ano seguinte, na sequência desta ligação ao Brasil, o historiador de arte dedicou-se ao estudo de uma obra do poeta brasileiro seiscentista Manuel Botelho de Oliveira, intitulada *Música do Parnaso*. Acresce que o autor desta obra também se formou em Portugal. Esta coincidência biográfica com Sousa Pinto resulta relevante⁵⁵⁷.

Na *Revista de História*, o intercâmbio com o Brasil, a Espanha e outros países, revelou-se frutífero, daí que não seja de estranhar que o periódico tenha acolhido a republicação de um artigo de uma das referências de Fidelino de Figueiredo, Marcelino Menéndez e Pelayo, estudado no órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos

Menéndez y Pelayo

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Santander a 3 de Novembro de 1856 e aí faleceu a 19 de Maio de 1912⁵⁵⁸.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Estudou na Universidade de Barcelona, onde teve como professor Mila y Fontenels, e na de Madrid, onde se tornou professor de Literatura Espanhola, sucedendo a Amador de Los Rios. Corria o ano de 1878.

⁵⁵⁷ cf Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 29 [Silve-Soute]. Lisboa: Página Editora, S/d, p. 904

⁵⁵⁸ Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 16 [Maldo-Mermi]. Lisboa, Página Editora, s/d, p. 918

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Em 1881 ingressou na Academia Espanhola, entrando, no ano seguinte, na de História, da qual se tornou bibliotecário dez anos depois. Entre 1893 e 1895 foi representante do Senado da Universidade de Oviedo. Esta experiência acumulada valeu-lhe o convite para dirigir a Biblioteca Nacional em 1898. A partir do ano seguinte, tornou-se representante da Academia Espanhola. O Menéndez y Pelayo valeu-se da sua experiência arquivística, bibliotecária, universitária e académica, para pesquisar as Origens do seu país, mormente no plano literário, dado que o considerava como importante substrato da nação. Assim, procurou estudar os períodos mais obscuros e menos conhecidos, tendo sempre em conta o rigor na pesquisa documental, conciliando-o com a expressão de juízos de valor e a defesa do património cultural espanhol e da respectiva especificidade. Deste modo, as obras *Ciência Espanhola* (1876), *História de los Heterodoxos Espanoles* (1880-1882) procuram resgatar o passado menos conhecido no âmbito científico e na religião. Esse resgate prosseguiu e aprofundou-se, estendendo-se ao campo de eleição do autor, a história e crítica literárias, temas muito abordados na *Revista de História*, que despertaram o respectivo interesse na republicação de *Letras y Literatos Portugueses* (texto cuja primeira versão é de 1876). Um extenso trabalho de Pelayo foi devotado à *Antologia dos Poetas Hispano-Americanos*, dada à estampa entre 1890 e 1908, em 13 volumes), que serviu de base à *História de la Poesía Espanola (publicada em dois volumes, em 1911-1912)*. No âmbito da prosa, o autor realizara igual trabalho de pesquisa de fontes e de valorização do passado em *Orígenes de La novela* (quatro volumes, saídos entre 1905 e 1915), obra na qual recenseou a História da narrativa espanhola anterior a Cervantes. O seu discípulo Miguel Artigas encarregou-se de divulgar parte do património de Menéndez y Pelayo na *Revista de História*

Miguel Artigas

Origem Sócio-Geográfica

Miguel Angel Artigas y Ferrando nasceu na cidade de Teruel, em Blesa, Espanha, a 29 de Setembro de 1887 e faleceu em Madrid, a 10 de Março de 1947. Foi baptizado na igreja de Santa Cruz. O seu pai, Pedro Artigas Pérez era, à época, secretário municipal e trabalhou em vários municípios da província de Teruel. Quando Miguel tinha oito anos mudou-se com os pais para Cella, encontrando-se, quatro anos volvidos, em Villarquemado, onde estudou latim com o pároco da localidade. Em Setembro de 1899, ingressou no Seminário de Teruel⁵⁵⁹.

⁵⁵⁹ in http://es.wikipedia.org/wiki/Miguel_Artigas. Acesso Electrónico em 27 de Março de 2012

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Em Setembro de 1899, ingressou no Seminário de Teruel. Em 1903 terminou os estudos nessa instituição. Em 1905 ganhou um prémio no âmbito da comemoração do terceiro centenário de D. Quixote de La Mancha, na sequência de um estudo sobre a obra, intitulado *Veinte faltas sintácticas del Quijote*. No ano de 1906 tornou-se Bacharel pela Universidade de Saragoça. Em 26 de Abril de 1911 concluiu o curso de Artes em Salamanca, mas antes tinha cursado Direito. Depois da licenciatura ingressou no Doutoramento, terminado com nota máxima.

Percurso Profissional:Actividades,cargos,títulos e Produção Intelectual

Na sequência do seu trajecto académico, Miguel Artigas ingressou no Curso de Arquivistas do Estado, tendo sido colocado em Sevilha (1911), Barcelona (1912) e Madrid (1913). Para aprofundar ainda mais os seus estudos dirigiu-se à Alemanha, onde foi surpreendido pelo início da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

No regresso, Miguel Artigas foi convidado a 15 de Abril de 1915 para Director da Biblioteca Menendez Pelayo, em Santander. Tomou posse a 14 de Maio. A sua primeira ordem consistiu em abrir a instituição ao público. Colaborou na criação da Sociedade Menendez Pelayo e do Boletim da biblioteca (1919), bem como do Curso para estrangeiros em Santander (1927). Entretanto, ganhou em 1925 um prémio instituído pela Real Academia Espanhola e, em 1928, o prémio nacional de Literatura com estudos sobre Gôngora. Em 1930 organizou, com Pedro Sainz Rodriguez, o *Epistolário* de D. Juan de Valera y Menéndez Pelayo⁵⁶⁰. Convém ter em conta que na *Revista de História* foi analisado o D. Juan de Valera por Fidelino de Figueiredo. Aliás, este autor espanhol esteve na legação de Espanha em Lisboa e falou dos costumes portugueses na correspondência com Pelayo. Acresce que o facto de Miguel Artigas ter dirigido a Biblioteca deste mestre serviu-lhe de base para, a partir do respectivo espólio, escrever e publicar um artigo na *Revista de História*, intitulado *Los Manuscritos Portugueses de la Biblioteca de Menéndez y Pelayo*, dado à estampa em 1921. Este tema que interessaria ao periódico nacional e ao articulista, interessado a promover a sua actividade de arquivista e crítico literário numa publicação sensível a esses domínios do saber, materializando acções de diplomacia cultural. Outro autor que cultivou a crítica literária cara ao mestre de Miguel Artigas foi Guilherme Moniz Barreto, de quem foram republicados textos na *Revista de História* após a sua morte

⁵⁶⁰ cf Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira,volume3 [Apua-Bail]. Lisboa: Página Editora, s/d p. 434

Moniz Barreto

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Goa em 1863 e morreu em Paris em 1896. Teve uma vida curta mas frutífera no plano intelectual»⁵⁶¹.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Sobre a formação de Moniz Barreto, Carlos Leone diz o seguinte: «De origem goesa, onde cursou o Liceu e se familiarizou com a Literatura e a língua inglesas (algo incomum na cultura portuguesa de então, sobretudo francófona), Moniz Barreto (1863-1899) terá sido o principal autor entre os que ensaiaram uma via científica na crítica literária, muito embora a sua morte prematura não lhe tenha permitido alcançar uma influência sobre o seu tempo, com o qual veio a partilhar uma antipatia a Inglaterra por força da questão do Ultimato de 1890. Em Lisboa frequentou desde 1880 o Curso Superior de Letras, escola onde foi aluno de Teófilo Braga, Jaime Moniz, Ferreira-Deusdado, Adolfo Coelho, entre outros. Os ensaios que escreverá evocam-nos várias vezes, quase sempre saudosamente; no entanto não se distinguiu entre os colegas (o que não significa que estes o desconsiderassem). Mas a instituição teve influência duradoura no espírito do jovem Moniz Barreto pelo ambiente positivista instaurado por Teófilo e seus seguidores (mesmo se tratava de um positivismo com originalidades pouco comteanas). Assim, a uma formação juvenil tradicionalista sucedeu uma imersão na variante local do espírito materialista não dialético corrente em Portugal à época, com toda a singularidade que isso acarretava e que decerto terá transparecido aos olhos de Moniz Barreto quando, na década seguinte, frequentou em Paris vários seminários da Universidade local. Uma combinação improvável e de árdua conciliação, mais a mais tendo Moniz Barreto experimentado desde muito cedo as manhas do *Portugal histórico*: sem oportunidade de desenvolver a atividade científica regular que talvez o tivesse feito aprimorar o seu genuíno compromisso com o trabalho intelectual, começou por ser bibliotecário (na Câmara Municipal de Lisboa) e deu início a uma intensa atividade como crítico e publicista na Imprensa do seu tempo: *Jornal de Comércio*, *O Repórter* e, entre outros, sobretudo a *Revista de Portugal* dirigida por Eça, foram tribunas de distinção para o jovem letrado que assim persistiu na exposição das suas tendências intelectuais sincréticas mais do que as questionou. O golpe de misericórdia deu-se na forma, ainda hoje tão usual, de um concurso simulado para admissão ao professorado (nos caso um lugar de docente de História no Colégio Militar) do qual Moniz Barreto foi excluído para se proceder a um ajuste direto. Ainda tentou o jornalismo no Brasil, onde a desilusão chegou rápida, e a partir de 1894 fixou-

⁵⁶¹ cf Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 17 [Mermo-Moura] ; Lisboa: Página Editora, p. 638

se em Paris. Aí, as desilusões anteriores, os problemas de saúde e a escassez de meios de subsistências, aliadas a um temperamento dado ao isolamento, foram o bastante para o seu pensamento e o seu estilo não evoluírem. Morreu literalmente consumido em 1899, consumido por si e pelo país que amava, ignorado pela Pátria de acolhimento»⁵⁶².

Esta longa citação justifica-se, dado que traça um perfil de Moniz Barreto e demonstra que foi aluno do Curso Superior de Letras, como Fidelino de Figueiredo e outros colaboradores de *Revista de História*. Recebeu lições de Ferreira Deusdado e de Teófilo Braga. O primeiro foi estudado no periódico em análise e o segundo aí foi alvo, maioritariamente, de duras críticas. Os artigos de crítica dados à estampa no *Jornal do Comércio* e no *Repórter* foram acolhidos no órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no ano de 1918.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Fora do periódico por si dirigido, Fidelino de Figueiredo adiantou possíveis razões que ajudam a explicar a republicação de artigos de Moniz Barreto, um autor que alinhava pela conciliação do tradicionalismo com o apuramento de factos positivos, de par com alguma influência teofiliana e a expressão de retratos psicológicos e de juízos de valor sobre autores estudados. O director da *Revista de História* passou ao lado do alegado materialismo não dialéctico do autor, ignorando-o, preferindo destacar a densidade estilística ou psicológica da respectiva crítica literária: «Crítico psicológico e crítico de ideias, em que ao dom de dissecar os caracteres e discernir nas obras de arte a marca típica do espírito que as produziu, junta uma especial capacidade filosófica e grande poder de abstracção, poucos espíritos ainda exerceram entre nós exerceram a crítica tão bem apetrechados e naturalmente tão inclinados como Moniz Barreto»⁵⁶³. Outro colaborador da *Revista de História* que se interessou por matérias literárias foi Robert Ricard, mais por via da história do que da crítica.

⁵⁶² Carlos Leone, *Moniz Barreto*, in <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/1288-moniz-barreto.html>

⁵⁶³ Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 17 [Mermo-Moura]. Lisboa: Página Editora, p. 638

Robert Ricard

Origem Sócio-Geográfica

Robert Paul-Marie Ricard nasceu em Paris em 27 de Janeiro de 1900⁵⁶⁴

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Cursou a Escola Normal Superior entre 1918 e 1920, tendo aí conseguido a habilitação para professor liceal na área de Letras. Foi leitor de Francês na Faculdade de Letras de Lisboa entre 1920 e 1922. Esta circunstância favoreceu, certamente, a sua participação na *Revista de História* nesse mesmo ano e no seguinte, versando matérias relativas à História da Literatura seiscentista.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Entre 1922 e 1925, Robert Ricard foi membro da Escola Francesa de Estudos Hispânicos, em Madrid, seguindo para Rabat neste último ano, aí exercendo a função de professor liceal no liceu Gerbaud. Ainda em 1925 foi desafiado por Fidelino de Figueiredo para prefaciar a obra deste intitulada *Sob a Cinza do Tédio Romance duma consciência*. Aceitou essa tarefa para demonstrar apoio ao amigo num momento em que este estava a ser muito atacado no e pelo meio intelectual português⁵⁶⁵. Esta amizade pode ter estado na base da participação de Robert Ricard como articulista na secção de artigos da *Revista de História*. Os estudos do historiador nesta publicação demonstram o escrúpulo do cultor de clío no apuramento dos factos. Por seu turno, outro católico, o Padre Manuel dos Santos Farinha pratica um rigor semelhante, mas instrumentaliza-o de modo discreto em favor do seu catolicismo.

Santos Farinha

Origem Sócio-Geográfica

Manuel José dos Santos Farinha nasceu e morreu em Lisboa a 9 de Agosto de 1933⁵⁶⁶.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Estudou na Escola Académica e depois no Seminário de Santarém, onde cursou Teologia e Filosofia. Em 1890 ingressou na Universidade de Coimbra para estudar Teologia. Tornou-se bacharel cinco anos volvidos, tendo obtido a nota de bom.

⁵⁶⁴ Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 25 [Relat-Rodri]. Lisboa: Página Editora, s/d p. 641

⁵⁶⁵ cf Fidelino de Figueiredo, *Sob a Cinza do Tédio Romance duma consciência*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925, p. p. VII

⁵⁶⁶ Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 27 [cfsanch-seare]. Lisboa: Página Editora, s/d, p. 393

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Começou a sua actividade como padre em Lisboa como capelão do Recolhimento da Calvário entre Junho e Setembro de 1895. Três anos depois era prior da Madalena, na mesma cidade, da qual se tornou, em 1903 secretário da Comissão do Patronato, função na qual foi muito apreciado pelos filhos dos presos, para os quais pretendia fundar um albergue. A partir de 1903 foi pároco na freguesia de Santa Isabel, tendo tomado posse do cargo a 6 de Dezembro. Foi professor de Língua e cultura Portuguesa e Hebraica, destacando-se também como orador. O amor a Lisboa e às suas Igrejas é um traço distintivo do perfil de Santos Farinha, sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses a partir de 1 de Janeiro de 1914. No ano seguinte começou a escrever na *Revista de História* sobre a *Capella Real*, tendo-se dedicado em 1922 ao *Palácio de Palhavã*. Situamos o primeiro artigo no âmbito da história política e o segundo no da arte. Em ambos encontra-se patente um *patrimonialismo* arqueológico e a defesa implícita da sociedade de ordens do Antigo Regime. Outro colaborador da *Revista de História* que manifestou interesse pela Arqueologia foi Francisco Sousa Viterbo. Efectivamente, a sua colaboração no periódico não foi directa. Deu-se por interposta pessoa, através da republicação de artigos seus considerados importantes pelos responsáveis da publicação, dado que este erudito falecera em 1910, cerca de dois anos antes do primeiro número do órgão de informação e comunicação da Sociedade Nacional de História ter sido dado à estampa.

Francisco de Sousa Viterbo

Origem Sócio-Geográfica

Francisco Marques de Sousa Viterbo nasceu na Freguesia de S. Nicolau, no Porto, a 29 de Dezembro de 1845, segundo uns, ou um ano volvido, segundo outros. Era filho de um pequeno comerciante, Henrique de Sousa, que tinha uma retosaria no largo de S. Domingos, e de Maria Marques da Nova, natural de Valongo, sobrinha daquele que viria ser escolhido para apadrinhar o filho. Trata-se do primeiro director da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Francisco Pedro Viterbo, de quem o afilhado herdou o último nome do apelido. A vontade dos progenitores de Francisco de Sousa Viterbo era que ele seguisse a vida religiosa⁵⁶⁷.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Frequentou o primeiro ano do Seminário Episcopal do Porto, mas não se sentiu vocacionado para a vida eclesiástica. Sentia-se atraído pela Medicina, tendo-se

⁵⁶⁷ Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, número 36, [Vilar-Worce]. Lisboa: Página Editora, p. 462

matriculado na Escola Médico-cirúrgica, eventualmente mobilizado pelo exemplo do padrinho. Não foi logo aprovada a sua entrada no primeiro ano, mas Sousa Viterbo não esmoreceu. Concluiu o curso em 1876 com a tese intitulada *Da irritabilidade-Ligeiras Considerações sobre as propriedades da matéria viva*. Esta obra constituiu um arranque para um plano mais vasto, que não conseguiu finalizar, subordinado ao tema *A resistência da matéria*.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Entretanto, Sousa Viterbo tornou-se médico-naval, na armada. Quando regressou ao Porto deixou a Medicina para se entregar á poesia, às Belas Artes e à Arqueologia. No primeiro domínio publicou em vários jornais do Porto vários poemas, tornando-se jornalista em alguns deles. O seu primeiro livro no âmbito da lírica, *O Anjo do Pudor* fora publicado na cidade natal em 1870. Era um bibliófilo infatigável, com vários estudos desenvolvidos no domínio da história da literatura. Alguns destes foram dados à estampa na *Revista de História*, tendo sido escritos em condições precárias, dado que, no ano referido, o autor cegou. Valeu-lhe a ajuda da filha Clementina Sousa Viterbo, que redigiu estes estudos, entre os quais se contam um sobre as línguas orientais e outro relativo a Gil Vicente. O erudito foi homenageado ainda em vida, corria o ano de 1906, pela Associação dos Arqueólogos Portugueses⁵⁶⁸. Faleceu a 29 de Dezembro de 1910. Tal como Sousa Viterbo, Tiago de Almeida também seguiu e concluiu o curso de Medicina.

Tiago de Almeida

Origem Sócio-Geográfica

Tiago Augusto de Almeida veio ao mundo em Santa Maria de Gandra, concelho de Esposende em 1864⁵⁶⁹.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Formou-se na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1893. Foi nomeado, em 1906, lente da Secção Médica (precedendo concurso).

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Foi secretário da escola entre 1907 e 1910. Em 1907 foi promovido a lente proprietário. Ensinou Matéria e Clínica Médica. Nesta última cadeira esteve interinamente até 1919, data em que a disciplina passou a ser regida por Tiago de

⁵⁶⁸ *Op. cit, idem, ibidem*

⁵⁶⁹ Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 2 [ALMA- APUA]. Lisboa: Página Editora, S/d, p. 67

Almeida. Este docente era, desde 1911, professor extraordinário (com categoria de ordinário) de Medicina Interna. O futuro colaborador da *Revista de História* investigava assuntos relacionados com a Tuberculose desde 1895, pelo que não é de estranhar que se tenha tornado sócio da Sociedade de Ciências Médicas, da Associação Internacional contra a Tuberculose de Berlim e da Academia de Ciências de Lisboa. Em 1921 publicou na *Revista de História* um artigo sobre *As Vertigens de Damião de Góis*, no qual são notórios os seus conhecimentos de *Clínica Médica*. Outro colaborador da *Revista de História*, Vítor Ribeiro, embora não fosse médico dedicou-se a uma actividade que implica cuidar dos mais necessitados, a beneficência.

Vítor Ribeiro

Origem Sócio-Geográfica

Nasceu em Lisboa a 3 de Julho de 1862 e faleceu na mesma cidade em 1930

Formação Profissional e Habilitações Académicas

Concluiu o curso Superior de Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

Durante vários anos utilizou a sua formação académica como arquivista da Contadoria da Misericórdia de Lisboa, instituição sobre a qual escreveu fora da *Revista de História*. No centenário de António Feliciano de Castilho, comemorado a 26 de Janeiro de 1900, Vítor Ribeiro foi encarregado de dirigir uma edição especial dele resultante. No entanto, continuou a interessar-se por matérias relacionadas com a assistência, tendo tomado parte no primeiro Congresso português de beneficência. Também participou num certame mais ligado à sua área de Formação, o quarto Congresso Internacional de turismo, que se realizou em Lisboa em 1911. Neste mesmo ano foi membro da Grande Comissão Patriótica e da Comissão de Comemoração de Sousa Viterbo, autor que teve textos republicados na *Revista de História* a título póstumo. Nesta publicação, Vítor Ribeiro defendeu *O tradicionalismo em História*, trabalho que ia apresentar no projectado Congresso de História e Ciências Correlativas, organizado pela Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e que teria lugar em 1915. No mesmo ano, Vítor Ribeiro esteve ligado às *comemorações da conquista de Ceuta e do centenário de Afonso de Albuquerque*⁵⁷⁰. O autor era admirador de Alexandre Herculano, dado que pertencia à

⁵⁷⁰ Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, número 25 [RELAT-RODRI]. Lisboa: Página Editora, s/d, pp. 612-613

Sociedade literária dedicada a este intelectual e dirigiu a respectiva revista, intitulada *Eurico*.

Visconde de Meireles

Origem Sócio-Geográfica

Francisco de Freitas Meireles do Canto e Castro nasceu em Moçambique a 30 de Março de 1878. Faleceu a 17 de Maio de 1917. Era oriundo de uma família aristocrática. O seu pai, o primeiro visconde de Meireles Francisco de Meneses Meireles do Canto e Castro era fidalgo da casa real, e foi funcionário superior da fazenda das colónias e Ministro plenipotenciário em Buenos Aires, Montevideu, Belgrado, Sofia e Bucareste. Os serviços diplomáticos prestados valeram-lhe a nomeação para cônsul de segunda classe na Índia Inglesa (Bombaím) a 2 de Outubro de 1882, sendo adjunto de António Augusto Aguiar na negociação portuguesa do tratado com Inglaterra acerca daquele território ultramarino, que se encontrava em situação melindrosa.

O filho do primeiro Visconde de Meireles nasceu então num território situado no Índico no qual o pai fora Director da Alfândega nomeado em 1875, antes de ir para a Índia. O seu primogénito tornou-se segundo visconde de Meireles por alvará de 9 de Abril de 1900: Tinha casado uns meses antes, a 28 de Setembro do ano anterior⁵⁷¹.

Formação Profissional e Habilitações Académicas

O futuro colaborador da *Revista de História* formou-se em Agronomia, pelo Instituto Superior de Agronomia.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

A formação de Francisco Melo e Castro permitiu-lhe ser funcionário do Ministério de Obras Públicas, cargo do qual se demitiu quando foi instaurada a República, demitindo-se por dele ser opositor. Na *Revista de História* escreveu sobre a Índia, território que bem conhecia desde criança, devido aos afazeres do pai. Na sua escrita revelou-se filobritânico, replicando a tradição familiar: no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo foram dadas à estampa cartas enviadas ao responsável máximo pela publicação, escritas no Palácio do Dafundo onde o Visconde veio a falecer. Nessa correspondência, o aristocrata pronunciou-se sobre *O sentido da*

⁵⁷¹ Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 16 [MALDO-MERMI]. Lisboa, Página Editora, S/d, pp. 752-753

proporção em História, trabalho incipientemente teórico no qual defendeu o rigor e a tradição.

William Entwistle

Origem Sócio-Geográfica

William James Entwistle nasceu na China, em Chen-Yang-Kuan, a 7 de Dezembro de 1895. Era filho de William Edmund Entwistle e de Jessie Buchan⁵⁷².

Formação Profissional e Habilitações Académicas

William James Entwistle tornou-se mestre em Artes pelas Universidades de Aberdeen, em 1916, e de Oxford, em 1932. No intervalo entre as duas datas interessou-se pela história medieval portuguesa, eventualmente na sequência dos seus interesses por matérias hispânicas.

Percurso Profissional: Actividades, cargos, títulos e Produção Intelectual

O cultor de Clio era membro de associações hispânicas na América Latina e em Inglaterra. Foi lente do *Instituto de Estudos Hispânicos* em Manchester entre 1921 e 1925 e de Espanhol em Glasgow, entre esta última data e 1932. Encontrava-se a leccionar nesta última cidade quando materializou em investigação científica os seus interesses pedagógico-didácticos e institucionais pela história medieval de Espanha e Portugal. Em 1928 publicou um artigo no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, portador de uma natureza erudita e descritiva, apoiando-se em documentos escritos e *deixando-os falar*. Este estudo intitula-se, *The english Archers of Aljubarrota, 1383*, texto no qual traça percurso biográfico breve da participação de arqueiros do seu país na contenda luso-castelhana. O artigo publicado no órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos pode ter ajudado Entwistle a ser conhecido como lusófilo, integrando-se no meio intelectual português. A prova dessa ligação está presente na Direcção que lhe foi confiada do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade de Oxford, a partir de 1933, entrando, cinco anos volvidos, para a Academia Portuguesa de História, como sócio correspondente⁵⁷³.

⁵⁷² Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 9 [Dilat-Escar], Lisboa: Página Editora, s/d, p. 826

⁵⁷³ Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, *idem-ibidem*

4.3. Síntese do Capítulo

Em resumo, do ponto de vista descritivo, pode considerar-se que o esboço dos perfis biobibliográficos dos articulistas da *Revista de História* repercute a tese que temos vindo a defender, segundo a qual estamos a estudar um periódico eclético e sincrético. Conforme verificámos neste capítulo, predomina na publicação uma elite intelectual clássica ou tradicional, que mimetiza parcialmente a antiga *sociedade de ordens*, dado que é constituída por alguns aristocratas, religiosos e militares, mas também contempla profissionais liberais, essencialmente professores do ensino liceal e universitário, aqueles que dentro da média burguesia urbana nascente são os mais antigos e privilegiados. Todavia, ao contrário da secção de artigos onde, como veremos, estão praticamente ausentes assuntos internacionais, existem muitos colaboradores estrangeiros no periódico, sobretudo após 1919, mas esta tendência começou a desenhar-se antes. Estes contactos confirmam uma vontade cosmopolita por parte da *Revista de História*, mais ao nível das relações interpessoais entre membros e da colaboração destes, do que no que tange ao perfil ideológico dos cultores estrangeiros, sobretudo conservadores. Nos próximos cinco capítulos descrevemos e explicamos as práticas e os discursos historiográficos produzidos por portugueses e cultores de Clio nascidos fora de Portugal. Os primeiros são maioritários entre os articulistas sócios da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Dentre os não-sócios da instituição existe um maior equilíbrio de nacionalidades. Na segunda parte desta dissertação procedemos a uma análise qualitativa de conteúdos dos artigos da *Revista de História*, de modo a confirmar a respectiva diversidade temática, que parece mais clara do que qualquer tentativa de abordagem verdadeiramente interdisciplinar.

Parte 2: Análise qualitativa de artigos da *Revista de História*: Práticas e discursos historiográficos

CAPÍTULO V: Da História Política à História dos Descobrimentos na Secção de Artigos

5.1. Ponto Prévio Sobre a Secção de Artigos

Esta secção ocupa um lugar central no seio da *Revista de História*. Participa, de modo activo e relevante, na respectiva estrutura, situação para a qual concorre o facto de o andamento possuir uma extensão bastante superior à patenteada nas restantes partes do periódico. Esta circunstância pode derivar da natureza do espaço ocupado pelos artigos, no qual são privilegiados estudos e pesquisas com pretensões a construir e consolidar um estatuto de cientificidade, dependente de um processo em curso e ainda longe de estabilizar-se. Em países como a Alemanha ou a França, de modos diversos, a autonomia de saberes reconhecíveis como ciências sociais deu-se a partir de meados do século XIX, solidária com os efeitos próximos ou de mais longa duração das Revoluções Industriais, do crescimento demográfico das cidades nas quais viveram e se desenvolveram burguesias de diversa índole com acesso à escola e à alfabetização. As universidades tinham uma dinâmica que as afastava crescentemente de tutelas ou poderes antigos, como os da Igreja.

Os Estados-Nação eram um anseio e uma realidade a tomar forma, na sequência da conjugação de alguns dos factores apontados. Em Portugal, o Curso Superior de Letras foi criado em 1858, por iniciativa de D. Pedro. Vigorou até 1911, data na qual serviu de base e origem à Faculdade de Letras de Lisboa. Em Coimbra, no mesmo ano, concretizou-se Instituição idêntica, que viria a funcionar como substrato de uma polémica que despoletou, em 1919, o surgimento da Faculdade de Letras do Porto⁵⁷⁴.

Na secção de Artigos, a *Revista de História* parece efectivar essencialmente uma das funções para as quais fora criada a instituição que lhe dera origem – a sociedade nacional de História –, patente em terceiro lugar na circular que estipula os objectivos da agremiação cultural: «contribuir para melhorar o nosso acanhado meio científico»⁵⁷⁵. A designação *Artigos* permite cumprir este desiderato, dado que possui carácter descritivo e instrumental, comportando pretensões de objectividade.

Convém arrolar algumas das definições possíveis de *artigos*, de modo a perceber se todas se aplicam à realidade patente na *Revista de História*, ainda que em graus diversos e de formas diferentes. Trata-se, em primeira instância, de um conjunto de textos, na maioria dos casos sem ligações entre eles, mesmo quando o autor se

⁵⁷⁴ Cfr. João Paulo Avelãs Nunes – *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: o historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.

⁵⁷⁵ Sociedade Nacional de História – *Boletim da Sociedade Nacional de Geografia*, 29 série, n.º 7. 1911, pp. 120-125.

repete, que se agrupam sob designação genérica partilhada por pertencerem a uma publicação periódica da qual são parte e onde instauram um espaço e circuito de comunicação dos resultados de estudos, investigações ou pesquisa que alberguem. Na *Revista de História* a maioria dos artigos aspira a um estatuto de cientificidade, por via da investigação, do ensino ou da divulgação. Nem sempre estas áreas de actuação são discerníveis, autónomas, independentes ou, muito menos, estanques. Pelo contrário, parece dominar na investigação, mas sem deixar de convocar, muitas vezes, as restantes.

A situação complica-se se alargarmos o espectro taxonómico e contemplarmos a natureza eventualmente ensaística de alguns textos, que não entra em contradição com a designação *Artigos*. Antes pelo contrário. Os ensaios são difíceis de delimitar do ponto de vista genológico, o que acarreta ambiguidade na respectiva definição, que alberga características diversas, plurais, por vezes contraditórias. Há autores que defendem que esse género ensaístico é híbrido; para outros comporta e integra todos os géneros literários e não se esgota neles. O ensaio é geralmente aberto, inacabado, abre espaço para a expressão de opinião autoral. Segundo alguns especialistas pode assumir carácter científico, consoante as metodologias utilizadas ou as temáticas versadas, mas um dos critérios distintivos mais comuns e frequentes reside no estilo, impregnado, por vezes, de imaginação e figuras de retórica.

Esta variável estilística está quase ausente na secção em análise: «Encarado de um ponto de vista genológico, o ensaio tem-se revelado bastante incómodo para os seus estudiosos (...) ele é mesmo o género que mais se tem prestado a confusões na História da Literatura, na medida em que tem servido para classificar obras muito heterogéneas do ponto de vista temático e formal, o que se traduz na impossibilidade da aplicação do termo a um tipo determinado e único de texto. Sem prescrições de ordem temática ou compositiva, ele é, no dizer de Pedro Aullon de Haro (a quem se deve um notável contributo para uma teoria do ensaio), um género não marcado, que não tem, portanto, um lugar bem definido no sistema global dos géneros, embora também não possa ser entendido fora de um quadro genológico.»⁵⁷⁶

Os discursos referidos, à excepção do crítico e de aspiração científica, são escassos ou primam pela ausência na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo. O mesmo se passa com as áreas disciplinares citadas, com a ressalva da presença da Literatura, da Filosofia, da Geografia e, sobretudo da História, que não consta do rol apontado. Para além do carácter científico, e em simultâneo com essa circunstância

⁵⁷⁶ Rosa Maria Martelo – Teorias do ensaio. In *Largo Mundo Alumiado, Estudos em Homenagem a Vítor Aguiar e Silva*, vol. 2. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2004, pp. 1025-1038.

de base, os *artigos* podem acolher duas tipologias; a que consagra a originalidade e a que se refere à revisão.

Convém perceber – quando isso for viável e não coincidirem – qual delas é mais frequente no periódico e as implicações do cenário a verificar. Enquanto os *artigos* originais reportam a investigações, estudos e publicações de documentos inéditos, os de revisão apresentam, eventualmente, palavra de ordem mais difusa, estilo menos formal, e visam público potencialmente alargado, interessado em assuntos de divulgação. Por vezes, a revisão significa repetição de textos através da republicação. Certos trabalhos são repescados de livros, ou então dão origem a monografias que os aproveitam e retomam.

Na *Revista de História* publicam-se *artigos* que confirmam uma natureza inacabada, dado que acompanham processos de pesquisa mais vastos e mimetizam as respectivas estratégias de execução, dependentes das intenções plasmadas em pensamentos dos intelectuais. Quando participam de monografias, aquelas peças textuais podem relacionar-se com trabalhos de carácter mais amplo, que às análises acrescentam sínteses. Os *artigos* aspiram a *certas* totalidades, mas sujeitam-se ao momentâneo, ao episódico ou ao carácter circunstancial que os configuram para transcendê-los. São, com frequência, ontologicamente e na forma que os materializa, parcelas de um saber maior. Incorporam, não raro, a noção de *Fragmento*, prodigalizada por alguns entendimentos no seio do Romantismo Alemão – matizada e transporta, através de metamorfoses, para um espaço público em construção, no início do século XX –, segundo a qual, a propensão para o *Universal* se aloja no concreto, dotado de uma existência particular.

Procuraremos concretizar um exercício que acompanhe a tensão entre dimensões – ou a falta dela – numa sociedade que caminha para a massificação dos meios de comunicação e de acesso à alfabetização e cultura. A *Revista de História* tenta resistir a estes movimentos e acrisola-se parcialmente na salvaguarda, reprodução e fechamento das elites, embora desejem alguns dos colaboradores, para o grupo social a que pertencem, um desenvolvimento cultural cosmopolita, pelo menos ao nível dos discursos que produzem. Os *artigos* com pretensões de cientificidade podem cumprir, no periódico que os alberga, *diversas* funções, que passam pela construção e comunicação de conhecimentos – tanto a nível das vicissitudes processuais, quanto dos resultados obtidos –, incluem a promoção dos textos e do prestígio dos seus autores e reflectem o ponto de situação na análise de dado assunto, em determinado momento ou período de tempo.

No que respeita à estrutura, os trabalhos desta secção em análise da *Revista de História* demonstram concentração nos elementos textuais, segundo um modelo

clássico baseado na *introdução*, *desenvolvimento* e *conclusão* relativos às temáticas versadas, mas nem sempre delimitáveis ou discerníveis. Quanto à primeira contempla, sempre que possível, a indicação do âmbito de estudos em causa, e do assunto respectivo; a identificação das motivações e objectivos do autor e a referência a outras pesquisas suas ou de colegas. O desenvolvimento integra a explicação da investigação e das respectivas incidências. A fase de síntese promove o reconhecimento das dificuldades ou dos obstáculos impostos pelo objecto de estudo, bem como o balanço dos avanços conquistados na pesquisa. Os aspectos pré-textuais são exíguos. Limitam-se ao nome do autor, sem recurso ao seu percurso biográfico, nem descrição da respectiva formação ou dos cargos ocupados, nem das distinções e títulos como quais foram porventura agraciados.

Esta circunstância parece e pode decorrer do facto das elites serem escassas, funcionarem em circuito bastante fechado, e conhecerem-se bem, o que dispensaria apresentações pormenorizadas. Por outro lado, os títulos dos artigos são, regra geral, claros, concisos e denotativos, não manifestam tendência para incursões de teor simbólico ou imaginativo. A ambiguidade geradora de surpresa e da irrupção do inusitado está ausente, tal como discussão, em detrimento do envio imediato e sem desvios ou transições par os assuntos tratados. Os resumos destacados graficamente são dispensados, tal como os créditos ou agradecimentos. A descrição de mensagens e ideias sobrepuja a encenação ou ritualização que as enquadrasse e preparasse, em nome da sobriedade e de certas iconoclastias, eventualmente consideradas como signos e sinais da vontade de cientificidade, identificada esta com a referida descrição e materializada pela presença frequente de citações e elementos bibliográficos - sem direito, na maioria dos casos, a espaço autónomo.

Esta situação encontra paralelo na parcimónia verificada com os caracteres pós-textuais, nomeadamente, anexos, apêndices, descritores. Apenas os primeiros comparecem algumas vezes, sob a forma de transcrições documentais, que suportam, enquanto provas, os argumentos defendidos nos *artigos*. Funcionam como certificados na procura de almejada verdade, em busca do mimetismo como os acontecimentos, dos quais as fontes são veículo indirecto mas que se encara como fidedigno. Quanto ao tipo de abordagem presente nesta secção da *Revista de História*, os *artigos* podem ser argumentativos, classificatórios, analíticos. Avaliaremos o peso relativo de cada um destes tipos recenseados, cientes de que no mesmo texto podem coexistir todos, de forma mais ou menos preponderante e nem sempre passível de distinção. No primeiro caso, os artigos apresentam teses, defendem pontos de vista, que refutam ou confirmam opinião anterior, própria ou alheia. No segundo, impera a explicação e classificação de determinado assunto. A terceira possibilidade consagra a divisão do

conteúdo em partes e a sua relação com o todo. Os *artigos* explicativos e analíticos parecem mais frequentes, em detrimento da originalidade argumentativa e da novidade dos discursos historiográficos. Todavia este exercício de contabilidade é apenas provisório e uma hipótese de investigação.

5.2. História Política

Desde o título, este andamento coloca um problema interessante que importa enfrentar e desenvolver e norteia ou percorre todo o texto que se segue, enquanto eixo axial em torno do qual diversas situações e perspectivas são apresentadas e dirimidas. Desde o início da humanidade, poder e política como realidades concretas - e, progressivamente, sob a forma de conceitos - consubstanciam entidades e fenómenos diversos mas paralelos. O primeiro abrange e engloba a segunda sem anulá-la ou esgotá-la. Todavia, as distinções são complexas, parcelares ou provisórias: «História e poder são como irmãos siameses - separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível. (...). O termo *poder* não é só problemático do ponto de vista conceitual como carrega consigo, na Historiografia, um complicador - a frequência com que os historiadores se referem à *política* ou ao *político* como equivalentes (sinónimos) de poder. Temos aqui uma dificuldade adicional cuja análise transcende os nossos limites actuais»⁵⁷⁷.

Esta apreensão, vertida em limitação efectiva, pode aplicar-se ao trabalho que se segue. Contudo, convém matizá-la e contorná-la. Assim, o poder corresponde a um atributo ou a relações entre pessoas e instituições, de cariz assimétrico e desigual, nas quais há dominadores e dominados. É passível de assumir carácter potencial ou efectivo. A política também pode albergar as duas naturezas mas constitui frequentemente uma actividade humana baseada em ideias, acções, ou na combinação de ambas que materializa o poder, conferindo-lhe corpo e formas.

De meados do século XVIII ao terceiro quartel do século XIX impuseram-se o Iluminismo e o Romantismo.

Quanto à ilustração, seguiu duas tendências: a filosófica - interpretativa, racional e explicativa da totalidade do processo histórico através do recurso a conceitos como *civilização, cultura e liberdade* - e os historiadores eruditos, herdeiros de tradição anterior e precursores da Historiografia erudita, dedicados a objectos locais e regionais. Na *Revista de História*, a Historiografia filosófica, que procura um sentido para as acções humanas, é residual e quase inexistente, ao contrário da vertente erudita, prevalecente numa perspectiva que salvaguarda o papel dos

⁵⁷⁷ Francisco José Calazans Falcon - História e poder. In Ciro Flammarion Cardoso (dir.) - *Domínios da História, Ensaio de História e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 61.

antiquários que colecionam eventos políticos mas sem descurar preocupações com a crítica documental, sublinhadas pelo Romantismo que consagrou o historicismo e colocou-se ao serviço dos Estados-Nação, entendendo a História como singular colectivo. No periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo o colectivo subordina-se ao singular e aparece episodicamente, sempre em função dessa subjugação. A escola histórica alemã surgida em meados do século XIX aprofunda o Romantismo Crítico, já não para fazer reviver o passado no presente, mas com o intuito de procurar a verdade do passado nos documentos.

Na *Revista de História* verifica-se um trânsito entre o *Romantismo Crítico* e a escola histórica alemã, mas a importância da segunda começa a desenhar-se, sobretudo ao nível das intenções. Por seu turno, a busca de leis gerais que enquadrassem e determinassem os acontecimentos, própria da leitura positivista, está ausente no periódico.

No entender de José Maria Amado Mendes, assistiu-se, desde meados do século XIX, e com a duração de mais de cem anos, ao primado da Historiografia Político-Militar, em Portugal, no que respeita a um rastreio genérico dos domínios abordados. O historiador procurou indagar os motivos que conduziram a essa situação e destacou três: «Por um lado, o prestígio de que então ainda gozava a chamada *História Metódica* com as suas características bem conhecidas (...) (eminentemente político-militar, factual, descritiva, e subordinada à mensagem expressa no próprio documento). Por outro lado, a ideologia dominante nos períodos da respectiva produção historiográfica. Tratou-se, aliás, de uma tendência igualmente em voga noutros países, inerente ao historicismo, a qual recomendava que se escrevesse e ensinasse a História que mais conviesse aos regimes e que, simultaneamente, mais contribuísse para a sua preservação. Por último, dado que muitos dos que então se dedicavam à História o faziam mais por vocação do que por profissão – não tendo adquirido formação específica como historiadores – uma História de tipo político-militar, um tanto generalista, era-lhes mais acessível do que outros ramos historiográficos, a exigirem um mais elevado grau de especialização. Daí que, além de historiadores propriamente ditos, também juristas, políticos, escritores e intelectuais, jornalistas ou simples *curiosos* se tivessem sentido atraídos pelos domínios de Clio»⁵⁷⁸.

Tentar-se-á testar a aplicabilidade deste quadro à secção de artigos da *Revista de História*, de modo a compreender se nela se repercutem as práticas historiográficas da escola metódica – e, em caso afirmativo, sob que prisma ou em que moldes – e

⁵⁷⁸ José Maria Amado Mendes – *Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa*, in Luís Reis Torgal; José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga (org.) – *História da História em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 391.

entender qual o posicionamento dos autores dos artigos face ao Republicanismo prevalecente na sociedade da época, portador de diversas sensibilidades e correntes, muito diferentes entre si, mais próximas ou afastadas das instâncias governativas e de poder, consoante as circunstâncias ditadas pelos momentos históricos. Por outro lado, fixámos anteriormente o perfil profissional e biobibliográfico dos colaboradores do periódico para confirmar a tendência mais generalista, inerente a um conjunto de interesses mais ou menos vasto, de tendência ou perfil humanista, permeável à curiosidade.

Um breve relance sobre a Historiografia política portuguesa em finais do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, permite estabelecer alguns dados, que funcionem enquanto pontos de partida ou catalisadores da investigação, na medida em que ampliam o campo de análise e permitem comparações.

«Ao longo de mais de um século – de meados de Oitocentos à década de 60 da nossa centúria –, a História político-militar e institucional foi, efectivamente, a mais cultivada, como se infere da produção historiográfica de diversos autores (...). Recordem-se, apenas a título de exemplo, os estudos do próprio Herculano – não obstante a sua receptividade também aos factores sociais – bem como de Rebelo da Silva, Fortunato de Almeida, Damião Peres, Paulo Merêa, Gama Barros, João Ameal, Alfredo Pimenta, Torquato Soares. É certo que, como que remaram contra a maré, foram surgindo igualmente outros contributos importantes, de um Costa Lobo a um Fidelino de Figueiredo, de um João Lúcio de Azevedo a um Jaime Cortesão»⁵⁷⁹.

Confirmam-se as presenças de Fortunato de Almeida ou Paulo Merêa na prática da história Política na secção de artigos em análise. O primeiro dá o seu contributo em duas ocasiões e centra-se a sua colaboração na publicação de documentos, praticamente sem o recurso à intervenção do historiador, que deixa as fontes falarem por si. Inversamente, o jurista intenta divisar e aprofundar as teorias Medievais subjacentes ao Tratado da Benfeitoria. Entre o *minimalismo* interpretativo de Almeida e o investimento teórico jurídico singular – não retomado por outros colaboradores – de Paulo Merêa, ergue-se um conjunto de trabalhos que permite lançar a questão segundo a qual é legítimo pensar que o espectro do historicismo e de uma História Metódica, inquietante e frustrante é vasto, rico em adjacências, particularidades, adaptações, que obrigam a comparar os dois âmbitos e a estabelecer diferenças e proximidades entre eles e no interior de cada um.

A História política de Portugal domina quase inteiramente os artigos apresentados no periódico. Os únicos historiadores estrangeiros presentes são dois espanhóis e versam assuntos que envolvem protagonistas do extremo ocidental da

⁵⁷⁹ *Ibid.*

Península Ibérica. Por outro lado, no que respeita às épocas abordadas, a prevalência é claramente conferida a assuntos do período moderno, seguido pela época medieval e contemporânea, por esta ordem. Esta situação pode dever-se à observação do postulado segundo o qual a maior distância temporal das temáticas face ao historiador que as aborde favorece a imparcialidade, ou pelo menos o distanciamento deste, e também permite o acesso a um conjunto mais extenso de documentos e a verificação da sua validade com mais serenidade, recorrendo-se a uma tradição crítica anterior que permite comparações alegadamente avalizadas. Acresce que, os colaboradores da *Revista de História* podem ter-se eximido a polémicas ideológicas explícitas, dispensando a abordagem de questões candentes, deixando as divergências para um plano sub-reptício e indirecto, indutor de segundas leituras, portadoras de um carácter menos imediato.

A História política pode, do ponto de vista dos agentes envolvidos, privilegiar indivíduos ou organização sociais mais vastas, de expressão colectiva, como os Estados e, dentro destes, os governos, que abarcam os chefes de Estado, mormente os monarcas, os Ministros, os Conselheiros, as Cortes. Do ponto de vista conceptual e temático a política abrange as leis e medidas públicas que perseguem o bem comum, as teorias que subjazem a diplomas jurídicos e acções concretas, as correlações de forças que exercem o poder, que o influenciam ou contestam. Muitas vezes, as estratégias militares, ligadas à organização do exército à decisão de entrada (ou não) numa Guerra, implicavam decisões políticas que as consubstanciavam e alimentavam, constituindo o corolário lógico das respectivas investidas. Daí que nem sempre fosse possível distinguir o âmbito político do militar em meados de oitocentos e no dealbar do século XX, estendendo-se esta dificuldade à História Diplomática. Proceder-se-á a uma separação heurística e instrumental dos domínios em causa, sempre que a coerência temática, a definição metodológica ou o ângulo de abordagem escolhido o permitam.

Uma das dificuldades com que nos deparamos na delimitação da História Política no periódico em análise prende-se com a remissão de tudo o que a esta temática diz respeito ao nível de territórios do além-mar português para a História dos Descobrimentos e da Expansão, que cobre amplo lastro de assuntos ao nível quantitativo e qualitativo, característica que justifica uma abordagem autónoma. A História política tradicional concita certas limitações, no entender de Jacques Julliard, citado por Amado Mendes: «A História política é psicológica e ignora condicionamentos; é elitista, biográfica mesmo, e ignora as massas que a compõem; é qualitativa e ignora o serial; visa o particular e ignora a comparação; é narrativa e ignora a análise; é materialista e ignora o material; é ideológica e não tem disso

consciência; É parcial e não sabe que o é; atem-se ao consciente e ignora o inconsciente; é pontual e ignora o longo prazo; numa palavra, porque esta política resume tudo na gíria dos historiadores; é factual. Em suma, a História política confunde-se com a visão ingénua da coisa, visão que atribui a causa dos fenómenos ao seu agente mais evidente, mais elevado na escala, e que avalia a sua importância real de acordo com a repercussão na consciência imediata do espectador. É evidente (...) que uma concepção destas é pré-crítica; não merece o nome de ciência, ainda que disfarçada com o epíteto de humana e, sobretudo, o de social»⁵⁸⁰.

Ver-se-á se estes pressupostos são aplicáveis, total ou parcialmente, à publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo, que não contribui com qualquer artigo no âmbito da História Política. Será importante tentar perceber as razões deste comportamento. É legítimo aquilatar se a perspectiva social da Historiografia política de Herculano, de feição poliédrica e tendente ao alargamento da matriz do Romantismo crítico, recebe ou obtém ecos na revista em análise e, em caso afirmativo, de que modo se manifestam essas ressonâncias.

A construção da memória historiográfica é permeável à comemoração de certas datas longínquas, sobretudo se subordinada a imperativos nacionalistas comuns a várias escolas e ideologias.

Refira-se, como ponto introdutório à explanação que se segue, que os momentos da independência portuguesa são escassamente tratados, pelo menos no que tange à concessão de autonomia temática específica e explícita. Aljubarrota é versada num texto, enquanto a Restauração de 1640 e o respectivo processo nem sequer merecem destaque. Convém procurar as razões de tais atitudes e silenciamentos. No que respeita aos ritmos de publicação, regista-se um menor número de artigos saídos até 1919, invertendo-se claramente a tendência após essa data até 1928, situação que pode indiciar que o interesse pela política como temática não depende apenas da conjuntura político-social dominante quando os artigos são dados à estampa. Todavia, tal enquadramento é importante. A título de exemplo, comprovativo do que acaba de afirmar-se, sublinhe-se que no ano seguinte à governação de Sidónio Pais foi publicado o maior número de artigos (4) que a revista dirigida por Fidelino de Figueiredo albergou em cada doze meses. Coincidência, fruto do acaso, ou resultado de uma determinada leitura político-ideológica prevalecente? A História Política, se considerada autonomamente, ocupa uma fatia considerável do total de contributos, mas deve ser articulada e comparada com a abordagem dessa faceta no âmbito da História dos Descobrimentos, sem esquecer a conciliação com a História Militar e Diplomática. Antes desses percursos comparativos, confira-se o

⁵⁸⁰ *Ibid.*, p. 393.

devido destaque ao tratamento da História Política. Em 1903, François Simiand publicou um trabalho no qual acusa a Historiografia europeia e francesa, até então dominantes, de padecer de três males assentes na reverência a *ídolos*: o político, o individual e o cronológico. Pode perguntar-se se os colaboradores da *Revista de História* leram o estudo de Simiand e de modo a assimilaram, de forma a perceber se perpetuaram a primeira idolatria criticada.

Até 1918, inclusive, foi publicado um artigo de História Política por ano com as excepções de 1914 e 1916, nos quais não foi dado à estampa nenhum texto. Em 1912 e 1913 coube a Fortunato de Almeida o exclusivo das intervenções. Lembre-se que a sua História de Portugal começou a ser publicada em 1910 e exibia preocupação e faceta de cariz político, ao nível temático mas também no plano ideológico. Em, *O Duque de Lafões, Elementos para a sua Biografia*, o erudito começa por apresentar a tradição bibliográfica sua contemporânea acerca da personalidade aristocrática escolhida como objecto de estudo comum.

Os estudiosos referidos exibiam opiniões diversas sobre o exílio do Duque no ano de 1857. Mendes Leal considerava que o aristocrata foi forçado pelo Ministro de D. José, O Marquês de Pombal a sair do país, na sequência de lhe ter sido vedada a posse por sucessão da comenda de seu pai Joaquim de Vasconcelos, pelo contrário, destaca o carácter voluntário do referido exílio. Fortunato de Almeida defende a primeira tese.

Na introdução à publicação de documentos, Fortunato de Almeida serve-se do testemunho e da intermediação de Joaquim de Sampaio (Bruno) que lhe indicara uma fonte respeitante às memórias de um estrangeiro que visitara Portugal no século XVIII, na qual se avançava um motivo para a hostilidade Pombalina.

Fortunato Instrumentaliza certos documentos em favor Duque de Lafões, de modo a deixar nas entrelinhas a ideia segundo a qual Pombal foi o único responsável pelo exílio do nobre, na sequência da oposição deste à aplicação de certos impostos. Almeida isola um acontecimento, toma-o – ainda que com cautelas – como causa única de um procedimento, eximindo-se a inseri-lo num contexto mais vasto, no qual o comparasse e contrastasse cm outros. Fortunato de Almeida silencia referência à tentativa do Marquês de Pombal chamar a si a nobreza que não fosse de corte, de forma a coloca-la ao seu serviço. Todavia, essa atitude revelava vontade de transformar o perfil de certa aristocracia, mais desfavorecida, tornando-a letrada e culta, menos voltada para as actividades militares ou eclesiásticas. Neste sentido, compreende-se a criação do Colégio dos Nobres em 1760, que não terá dado os resultados pretendidos nem obtido o êxito desejado. Fortunato de Almeida demonstra-se solidário com a nobreza de corte, como se fosse a única existente, e faz tábua rasa

da restante, revelando afinidade com uma Historiografia elitista, protectora das camadas superiores dos grupos sociais privilegiados no Antigo Regime, entendidas enquanto garante da ordem e da hierarquia tradicionais. No seu tempo, Almeida era adversário da mobilidade social, do possível crescimento das classes médias emergentes no início da primeira república. Pode concluir-se que a História política praticada por colaborador da *Revista de História* ignora a sociedade global e as massas, bem como o proto-serial, atendo-se ao consciente e ao pontual. Logo desde o subtítulo do artigo se percebe que a intenção primeira é carrear elementos para uma biografia, mas não realizava nenhuma reflexão integrada sobre a vida de um indivíduo. Almeida recorta alguns acontecimentos de uma diacronia articulada implícita, sem a preocupação de fazê-la emergir. É ainda um erudito mais preocupado em evidenciar certos materiais do que em acumulá-los ou contextualizá-los.

Esta tendência acentua-se no trabalho de 1913, intitulado significativamente *Duque de Saldanha (Documentos Inéditos)*, texto no qual a introdução quase desaparece, cedendo posto à transcrição documental. Fortunato de Almeida limita-se a sumariar o conteúdo de três documentos, cartas nas quais o Duque de Saldanha se dirige ao chefe do estado e ao ministro do exército que o substituiu, em 1756, José Jorge Loureiro, aquando do seu pedido de demissão. O duque alega sempre que esta atitude supõe a renúncia ao cargo de chefe do exército e fá-lo em nome da disciplina que diz ser seu apanágio. A única nota crítica por parte do compilador comparece apenas esboçada, e não concretizada, no passo seguinte:

«Todos os três documentos merecem ser confrontados com outros já conhecidos e respeitantes ao mesmo assumpto»⁵⁸¹.

A preocupação com o ineditismo das fontes e a defesa implícita da sua correspondência com a realidade são dados a reter nesta exposição de uma biografia a fazer que, uma vez mais, não se realiza. Parece poder depreender-se que Fortunato consideraria ter condições para tal, dado que afirma conhecer outros documentos sobre o assunto versado, mas, nesta ocasião, exime-se a citar bibliografia secundária, ou a explicar se essa omissão decorre de desconhecimento. Nota-se, todavia, pela leitura das missivas de Saldanha que, nos cargos de que abdica, é grande a imbricação e dependência entre os âmbitos político e militar. Torna-se legítimo questionar até que ponto a posição defendida por Saldanha é questionada por outros documentos ou historiadores coevos de Fortunato, aos quais este pode não ter querido ou conseguido. Por outro lado, quais os critérios subjacentes à escolha das três fontes primárias carreadas, para além de não terem sido publicadas até então.

⁵⁸¹ Fortunato de Almeida – Duque de Saldanha: documentos inéditos. In *Revista de História*, vol. 2, n.º 5. Lisboa: Clássica Editora, 1913, p.42.

Saldanha é muitas vezes conotado com o sector mais conservador da Revolução liberal. Terá Almeida sentido a afinidade e solidariedade com esse percurso, cristalizando-as num acontecimento particular, descrito narrativamente na primeira pessoa, ocorrido entre 6 de Junho de 1856 e o dia vinte do mesmo mês, concretizando-se uma micro-narrativa significativa?

É sabido o quanto a História Religiosa praticada por Fortunato de Almeida é tributária da sua História Política e vice-versa. No artigo seguinte, da autoria de Santos Farinha, publicado durante o último trimestre de 1915, avulta a mesma interpenetração de domínios, tornando-os quase indiscerníveis desde o título escolhido: *A Capella Real Subsídios para a História Política e Religiosa de Portugal*. O colaborador da *Revista de História* era um sacerdote, que exercia em Lisboa, em diversas Paroquias, tendo-se tornado, em 1903, secretário da Comissão do Patronato. Tinha levado interesse pela História da Cidade em que nasceu, dedicando um opúsculo, em 1908, à Igreja dos Anjos. Anteriormente, de Julho a Setembro de 1895, fora capelão do Recolhimento do Calvário. O exercício dessa função decorreu da licenciatura em Teologia e pode ter conduzido ao interesse pela Capela Real.

Acresce que as preocupações com a História e as actividades Historiográficas receberam acolhimento por parte da Associação dos Arqueólogos Portugueses que convidou o clérigo para ser seu sócio desde 24 de Janeiro de 1914.⁵⁸² O estudo em vertente equação consubstancia o percurso brevemente enunciado, integra-se e filia-se nele, daí a relevância da respectiva enunciação sumária. Tanto assim que Santos Farinha faz preceder a explicitação do assunto que o motiva de uma secção introdutória, a qual designa como *Antelóquio*, termo eventualmente tomado de empréstimo da estrutura da sermonária e da oratória sacra. Neste andamento, o autor explica que o seu artigo resulta de um labor historiográfico em detrimento da abordagem de implicações teológicas.

Desde logo aponta as motivações e objectivos da sua escrita: «Nada ha mais complexo do que a historia d'um povo. Para ser completa, se completa (...) tem de ser trabalhada sobre o estudo cuidado das diversas instituições sociaes, que mais influência tiveram nos destinos da nacionallidade; e tantas e tão variadas são ellas! As mais pujantes energias moraes e intellectuais da patria portugueza consumiram-se nos paços régios, cuja História pormenorizada ind' agora está por fazer, e difficilmente se levará a cabo, desprevenida das paixões que, quasi sempre actuam sobre aquelles que sobre si assumem o encargo de estudar uma determinada epocha ou qualquer escolhida instituição. Contudo, ninguém o contestará, a história dos paços reaes com

⁵⁸² Sobre este assunto ver a breve biografia de Santos Farinha, em: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. 27. Lisboa: Página Editora, [s.d], p. 393.

as suas intrigas e com os seus heroísmos, com os seus ridículos e com as suas grandezas, com a suas vaidades e com as suas abnegações, com as suas valentias e com os seus esmorecimentos, é manancial (...) inexgotável até, onde há muito que estudar e que aprender»⁵⁸³.

Avulta destas palavras um intenção patente pela primeira vez no periódico em análise no que tange à História Política e que se prende com um estudo que extravase os casos individuais e se centre numa instituição. Por outro lado, o labor do erudito sacerdote cobre um amplo lastro temporal e tenta abarcar três épocas da História de Portugal, encarada um tanto ao estilo romântico como *História de um Povo*. O nacionalismo do autor leva-o a situar nos paços régios o maior móbil do carácter e das pátrias. Estamos perante um esforço historiográfico que no plano retórico aspira a certas totalidades, ainda que condicionadas e não absolutas, mas que não deixa de abordar as instituições a partir da individualização dos monarcas, esquecendo os seus conselheiros ou as equipas ministeriais, colocando ainda mais de parte os funcionários menos diferenciados da Capela ou o aprofundamento do perfil dos seus frequentadores.

O texto de Santos Farinha defende o rigor e austeridade nas práticas culturais, mas não se isenta a sua análise de certa cumplicidade com um pensamento centralista no que respeita aos poderes do Estado, de algum modo permeável a uma corrente integrista -baseada na interpenetração entre o poder temporal e o espiritual - aberta ao espírito de cruzada, patente nas conquistas feitas por D. Afonso V no Norte de África como pretexto para alicerçar fé cristã, funcionando a Capela Real como símbolo desse esforço.

Por outro lado, Santos Farinha apoia-se no exemplo historiográfico de João Pedro Ribeiro ou D. António Caetano de Sousa, mas esta inspiração serve de suporte a um nacionalismo segundo o qual alguns dos piores tempos da Capela Real coincidiram com o jugo espanhol. O clérigo escritor aposta num encadeamento diacrónico dos acontecimentos mais vasto e estruturado do que o apresentado nos textos de Fortunato de Almeida. Aposta numa feição narrativa de teor comparativo e não se furta a determinadas articulações, ainda que se exime a materializar séries. Não ignora um horizonte mais amplo do que o do curto prazo, mas a respectiva consideração alheia-se de nexos internos de causalidade entre os acontecimentos, O contexto epocal e social de cada rei é largamente obliterado, em função de uma síntese, por vezes apressada, dos feitos de cada monarcas, sem se centrar na respectiva pormenorização.

⁵⁸³ Manuel dos Santos Farinha – *A capella real: subsidios para a historia politica e religiosa de Portugal*. In *Revista de História*, vol. 4, n.º 16. Lisboa: Clássica Editora, 1915, p. 331.

Ainda em 1915, Manuel da Silva Gaio publicou, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, um artigo que configura certa originalidade, dado que é um dos poucos dedicados à História da Antiguidade, intitulado *As Conquistas de Roma*. O artigo divide-se em três partes, todas portadoras de um substrato político, narrativo, cronológico, exedendo-o em nome de uma abordagem mais ampla e exaustiva. Assim, num primeiro momento, Silva Gaio dá à estampa *As conquistas de Roma (excerpto)*. Em seguida, o autor acompanha as respectivas *Consequências Sociaes e economicas*. O estudo termina com o aprofundamento da diacronia de conceitos, ancorando-se nas *Accepções da desingnação histórica da Hélada*⁵⁸⁴.

Após interregno de quatro anos, Fortunato de Almeida volta a escrever História Política nas páginas da *Revista de História* e retoma as temáticas circunscritas a uma época histórica específica. Em 1917, dá à estampa, *A questão do apresamento da barca Charles et Georges e o Conselho de Estado*, trabalho onde se faz a defesa do espírito de cruzada em favor da Civilização, posto alegadamente em prática pelos Portugueses durante o reinado de D. Pedro V, que enfrentara epidemias graves que afectaram e debilitaram a população. A cruzada à qual o colaborador da *Revista de História* se refere tem uma natureza e um peso simbólico, dado que se afasta de carácter religioso e implica-se numa questão social com reflexos ao nível político e diplomático. Uma vez mais, a política comparece ligada a outros âmbitos, desta vez numa encruzilhada ainda mais intrincada, protagonizada pelo apresamento da barca francesa Charles et Georges pelas autoridades portuguesas, aquando da sua chegada a Moçambique, a 20 de Novembro de 1857.

Esse aprisionamento ocorreu devido à violação efectuada pela barca *Charles et Georges* das disposições e dos diplomas legais e tratados internacionais, anteriormente consignados, e nos quais se envolveu empenhadamente o governo de Portugal, com vista a proibir-se o tráfico de escravos. Basta lembrar as deliberações nesse sentido em 1836 ou 1856 e o tratado Luso-britânico de 1842. Fortunato de Almeida conferiu primazia e destaque ao *apresamento* na economia do seu texto, consagrando aos respectivos acontecimentos apertado acompanhamento, através de um registo quase diário dos factos, sempre que as respectivas incidências o exigiram. Mas a contextualização prévia não foi menos exaustiva, atingindo a descrição de níveis apreciáveis de pormenorização. No artigo em análise, Fortunato de Almeida apresenta uma narrativa permeável à consideração de diversos factores condicionantes do episódio relatado, mas também aberta às diversas sensibilidades dos países nele envolvido e, ainda a peculiaridades no seio de cada um deles. Em

⁵⁸⁴ Manuel da Silva Gaio - I- *As Conquistas de Roma (excerpto)* II-*Consequencias sociaes e económicas*, III-*Accepções da designação Histórica da Hélada*, In *Revista de História*, volume 4, números 13 a 16. Lisboa: Clássica Editora, de A.M.Teixeira, 1915, pp.1-15;129-136; 229-241

1854, antes do aprisionamento da barca, França pedira às autoridades portuguesas que deixassem recrutar dois africanos que iriam trabalhar para a Ilha de Reunião com o estatuto de *Libertos*. Esse pedido não foi concedido e levou os Franceses a tentarem contornar de novo as leis, voltando à carga, através do transporte de 11 escravos na *Charles et Georges*, capitaneada por Rouxel. Este foi preso pelas autoridades portuguesas, condenado a pagar multa e as custas do processo, mas persistiu na negação da acusação de tráfico de escravos. A barca *Charles et Georges* foi mandada para Lisboa mas, nos inícios de 1859, os Franceses insistiam na defesa da licitude dos seus actos. O Conselho de Estado Português reuniu amiúde para fazer face a esta situação e manter a firmeza, apesar do peso político internacional francês, com o qual teve que lidar, procurando nunca ceder inteiramente.

Ainda no âmbito da História Contemporânea e no domínio do memorialismo, A. Lobo Alves publica, em 1918, *Subsídios para a História do Constitucionalismo (Excertos do diário de um liberal)* de 1821 a 1847. Trata-se da descrição de um período político da História portuguesa, à luz das transcrições comentadas de um diário do oficial português Agostinho Luís Alves, avô do colaborador da *Revista de História* e autor do texto sobre aquela personalidade. O artigo começa com um intróito á fonte primária publicada, no qual a humildade retórica, patente desde o título na palavra *subsídios*, se prolonga e traduz na exposição dos motivos pessoais de ordem familiar aduzidos para dar à estampa o tema em vertente análise. Alves entende estar na posse de um manuscrito que pode ajudar a complementar as leituras conhecidas existentes sobre a primeira fase do liberalismo oitocentista não explicitadas, talvez por se supor que seriam conhecidas dos eruditos que se interessava por estes assuntos.

A intenção de Lobo Alves é divulgar uma temática delicada, sujeita a múltiplas interpretações, sob um ângulo de abordagem que permita correcções, acrescentos, ou, pelo menos, a transcrição de uma fonte que não é muito comum no plano quantitativo, dado que as famílias nem sempre guardam os testemunhos dos seus familiares, que constituem relatos de época em primeira pessoa e, quando o fazem, abstêm-se de lhes dar publicidade. A atitude de Lobo Alves insere-se numa trajectória que pretende inverter tendências: «A historia das nossas luctas liberaes e do constitucionalismo, tão rica de dados e sobre a qual tanto ha escrito e definitivamente assente, está, sob alguns aspectos, e talvez no seu conjuncto perfeito, por fazer, havendo lacunas a preencher e porventura êrros a corrigir. Permitida, senão útil, é por isso a apresentação de quaesquer subsídios, mesmo que não traduzam critérios ou impressões diferentes dos conhecidos, a respeito de factos e pessoas que nêles intervieram. Porque nos papeis do meu avô paterno – o Marechal de campo Agostinho Luís Alves – e no diario da sua vida alguma coisa haja de interessante, mesmo para

quem não tenha, como eu, razões para muito se honrar com o culto do nome, memória qualidade e caracter desse valente soldado e flaviense ilustre, não hesito em transcrever das sua efemerides o que, biografando-o e descrevendo a sua intervenção militar e patriota nas luctas do liberalismo, os sacrifícios passados e os serviços marcados nos transmite o seu criterio com a descrição ou comentário de factos, pessoas e atitudes d'esse longo e acidentado período da História de Portugal»⁵⁸⁵.

Nestas palavras constata-se a relevância conferida à publicação de documentos, qualquer que seja o seu valor. Esta postura prodigaliza a defesa do levantamento, inventariação e tratamento de um património histórico, nem sempre respeitado. Fica implícita a sugestão segundo a qual convém frequentar mais a temática do constitucionalismo liberal, por forma a colmatar ou atenuar lacunas. Lobo Alves assume o parentesco com Luís Alves para dar o exemplo do que considera dever fazer-se com certas heranças, mas também de forma a transcender tais circunstâncias, e almejando a certa imparcialidade que sobreponha o interesse público de determinados documentos a desinteligências pessoais, das quais Lobo Alves não deixa de dar nota genérica, sem entrar em pormenores que transgridam o foro da intimidade a preservar.

No ano de 1919 foram publicados na *Revista de História*, dedicados à História Política quatro artigos, respectivamente da autoria de Paulo Merêa, Pedro de Azevedo, Lúcio de Azevedo e D. Pedro V. Respeitaremos a cronologia das temáticas versadas. Paulo Merêa concretiza um esforço interpretativo pouco comum na História Política patente no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, materializando um exercício teórico em torno do Tratado da Benfeitoria de D. Pedro, intitulado “*As teorias políticas medievais no Tratado da Virtuosa Benfeitoria*”. A análise do especialista em História do Direito denuncia, indirectamente, o fulcro lógico do seu modo de raciocinar ligado à implementação pela prática da ciência jurídica, a qual se preocupa com os fundamentos das acções humanas e sua concretização, com vista a propiciar o bem comum através da instauração da ordem pública, na qual todos os cidadãos possam reconhecer-se, identificando-se com ela. A ciência política comunga de alguns destes pressupostos, mormente aqueles que se situam no provimento de uma organização social que enquadre os comportamentos individuais.

O artigo de Paulo Merêa comporta uma novidade; é o primeiro e o único no andamento dedicado à História Política a versar sobre tratadística, que configura um género caro a príncipes e governantes. O jurista, colaborador da *Revista de História* dedica-se, noutros momentos, à História do Direito, pelo que o fomento da ciência de

⁵⁸⁵ A. Lobo Alves – Subsídios para a história do constitucionalismo: excertos do diário de um liberal: de 1821 a 1847. In *Revista de História*, vol. 7, n.º 27. Lisboa: Clássica Editora, 1918, p. 177.

Clio não lhe é estranho. Reconhece, desde as primeiras linhas do artigo em análise que incidirá sobre as doutrinas políticas, servindo o objecto de estudo eleito para perceber a personalidade do monarca e, através dela, da cultura Medieval. Merêa faz a genealogia do tratado e regozija-se por ter sido publicado pela primeira vez impresso este manuscrito da Biblioteca Pública do Porto em 1910.

D. Pedro começa a sua reflexão pela consideração do poder em abstracto para depois se deter sobre as origens do senhorio e distinguir dois tipos de Poder: o directivo e o coercivo, sendo em qualquer dos casos derivado de Deus mas não escolha deste.

O colaborador da *Revista de História* pratica a síntese historiográfica quase no final do seu artigo, expondo em seguida uma avaliação seguida de juízo crítico sobre o Tratado da Virtuosa Benfeitoria: «Creio que poderemos resumir do seguinte modo as opiniões do Infante D. Pedro sobre os problemas fundamentais da sciencia política: A) O Poder abstracto vem de Deus (...); B) O Poder em concreto origina-se em Deus (...); C) o rei desempenha um ofício, cujo objecto é promover o bem do povo, e de cujo cumprimento há-de prestar contas a Deus (...); D) O rei deve, designadamente, fazer justiça (...); E) O rei deve ter um conselho no qual estejam representados os tres estados da nação»⁵⁸⁶.

Embora se exima a aprofundar o contexto social do Tratado, Merêa desenvolve um exercício interpretativo pouco comum na Historiografia política patente no periódico, no qual envereda por uma apreciação da obra em causa: «A sua obra, se não tem o mérito de nos fornecer um sistema fortemente pessoal e bem vincado, qualidade de resto difícil de encontrar nos escritores do tempo – nem sequer um sistema acabado – o que nele não seria de esperar, dado o character do seu Tratado – tem no entanto o incontestável interesse de nos patentear, através da prosa severa do *moralista*, os pontos culminantes do pensamento político contemporaneo, com o qual o seu pensamento vibrava em unisono. Não era evidentemente das tendencias mais democráticas que formavam a «extrema esquerda» da política medieval, que nós podíamos esperar um eco na obra do Infante, mas, dentro a sua situação social, elle pensa como os homens illustrados do seu tempo. Inspiram-no por um lado as doutrinas eruditas da política medieval, por outro as idéas correntes no ambiente feudal. Como tratadista, isto é, apreciado através da sua obra literária, e abstraindo da interpretação (discutível) da sua acção política, elle não é pois um precursor da

⁵⁸⁶ Manuel Paulo Merêa – As teorias políticas medievas no “Tratado da Virtuosa Benfeitoria”. In *Revista de História*, vol. 8, n.º 29. Lisboa: Clássica Editora, 1919, p. 21.

Renascença, ou se assim se prefere, e talvez mais rigorosamente, não o é senão no sentido e na medida em que, de um modo geral, o foi a Idade Média (...)»⁵⁸⁷.

Paulo Merêa preocupa-se com a fixação das épocas históricas e a respectiva comparação, na qual considera que a Idade Média não deve ser vista em oposição ao Renascimento, promovendo-se antes uma linha de continuidade arredia a diabolizações ou menosprezos do período medievo da História. Por outro lado, o historiador do Direito analisa o tratado de D. Pedro enquanto expressão da historicidade epocal, mas atém-se à especificidade textual.

Por seu turno, Pedro de Azevedo comparece com um artigo sobre a História Moderna, no qual concretiza a transcrição de cartas do cardeal D. Henrique ao Papa Gregório VII e ao embaixador Português Gomes da Silva, consideradas estas missivas complementares face às primeiras. O colaborador da *Revista de História* não procede à crítica Interna das fontes primárias reunidas, nem versa sobre o respectivo conteúdo, dado que lhe interessa prioritariamente encarar esses documentos no seu aspecto estritamente material. Azevedo é um arquivista e demonstra-o na introdução realizada. Nela procura chamar a atenção para o valor patrimonial da conservação e preservação dos testemunhos do passado. Centra-se na forma como estes lhe foram transmitidos pelo erudito Rafael Basto, cujo trabalho elogia, dado que este retirara os documentos do Arquivo da Marinha e colocara-os na Inspeção de Arquivos, de onde foram trasladados em 1910 para a Biblioteca Nacional. Fica claro que Pedro de Azevedo é um defensor do paradigma custodial da organização dos Arquivos, ao qual está subjacente a centralização dos documentos nas estruturas principais que os acolham, sempre que a importância destes o justifique, sem esquecer a relevância dos arquivos locais, integráveis numa política de conjunto.

O colaborador da *Revista de História* revela algum paternalismo ao dirigir reparos ao Corpo Diplomático Português por este não ter aceite as *Cartas do Cardeal D. Henrique*, quando Rafael Bastos desenvolveu esforços nesse sentido: «O mesmo Basto comunicou a existencia de documentos aos paleografos do Corpo Diplomático Português, publicação então dirigida por Jaime Moniz, mas ao que parece sem resultado, pois não vem ahi transcritas»⁵⁸⁸.

Pedro de Azevedo carrega materiais para uma biografia do Cardeal-Rei, mas não esboça qualquer interpretação que permita indiciá-la.

Quanto ao artigo de Lúcio de Azevedo, nele, o colaborador da *Revista de História* retoma a tradição de publicação de documentos, no caso *Excertos de um Historiador Anónimo do Marquês de Pombal*. Azevedo começa por referir, em jeito de

⁵⁸⁷ *Ibid.*

⁵⁸⁸ Pedro de Azevedo – Doze Cartas do Cardeal D. Henrique. In *Revista de História*, vol. 8, n.º 30. Lisboa: Clássica Editora, 1919, p.107

introdução, que Pombal gera paixões, ódios, polémica permanente. O historiador estabelece, em seguida, a crítica externa do documento por si escolhido. Indica três cópias encontradas. A primeira, patente na biblioteca nacional, datada de 1803. Da segunda não consegue precisar a data. A terceira foi efectuada por António Joaquim Moreira em 1861, baseada em traslado de 1781. Foi esta a escolhida por João Lúcio, que a considerou mais genuína.

O desembargador José Godinho comenta criticamente o referido manuscrito de um historiador jesuíta anónimo, acusando-o de anti-pombalismo. Lúcio de Azevedo parece solidário com o comentador e denuncia a mistificação desenvolvida pela crónica copiada: «Se aceitarmos o parecer do commentador da obra, ficará em extremo duvidosa a imparcibilidade que affirma o auctor. Por sua vez o commentador do comentário, inimigo de Pombal, a defende. O certo é que corre algum risco de se enganar quem admittir como inconcussas todas as asserções do anonymo. Parte d'ellas são os depoimentos que usa recolher a malevolencia contra os depositarios do poder. Mixto de notícias exactas e de falsos boatos; deturpação às vezes acintosa de factos, atravez da qual se discerne a verdade. D'esse defeito achacam quasi sempre as memorias onde pensamos surprehender palpitante a vida do passado. E comtudo esta história facticia contem amiude mais realidade que a verdade propria, porque os traços exagerados e deformações correspondem á representação que dos homens e factos ideam os contemporaneos, e de onde resultam os factos que constituem efectivamente Historia»⁵⁸⁹.

Note-se que o tom desmitificador de João Lúcio de Azevedo é portador de alguma novidade interpretativa, ressaltando que o discurso historiográfico cronístico não medeia apenas a realidade factual a que se reporta, nem se fixa unicamente na noção de facto segundo a qual este designa o que acontece e flui, independentemente do que sobre ele é dito. Pelo contrário, o colaborador da *Revista de História* consigna a realidade factual das opiniões do cronista enquanto expressões do seu modo de pensar e sentir, mesmo se percorrido por erros, mal-entendidos, que devem ser tidos em conta, em si mesmos, como configurações da construção historiográfica. Azevedo compara o cronista jesuíta a Tácito, ainda que não lhe reconheça talento equivalente ao nível do estilo literário. Todavia, Azevedo não se limita a expôr preocupações historiográficas e aponta os reparos à crónica jesuítica que falha: no apuramento das datas de nascimento, casamento do Marquês de Pombal.

O derradeiro artigo publicado no ano de 1919 relativo à História política é diferente dos restantes quanto à natureza da sua autoria ou ao tipo de fonte que

⁵⁸⁹ João Lúcio de Azevedo – Excerptos de um historiador anonymo do Marquês de Pombal. In *Revista de História*, vol. 8, nº 31. Lisboa: Clássica Editora, 1919, p. 227.

constitui, dado que nele se dá voz ao testemunho directo e pessoal de um protagonista máximo da acção política, o rei D. Pedro V.

Esta sobriedade formal e expositiva não é explicada, mas pode derivar da necessidade de dar um maior espaço às palavras do monarca que, a 18 de Maio de 1856, se pronuncia sobre a posição de Portugal no conspecto político das nações europeias após o final da Guerra da Crimeia. O redactor silencia o enquadramento histórico do procedimento histórico de D. Pedro para relevar o seu documento e o que nele se diz, sem recurso a intermediários, ou interpretações que cortassem o ritmo argumentativo do rei ou a amplitude do seu discurso. Todavia sabe-se que este ocorreu num momento em que o monarca via desenhar-se um conflito no horizonte da sua governação, percorrida por dissensões com Fontes Pereira de Melo e o Regenerador Saldanha, cujas políticas tinham gerado contestação, nomeadamente a abertura da Câmara de Pares a uma *fornada* de pessoas que anteriormente não tinha tido acesso a essa instância, perdendo-se o controle apertado que então presidia ao recrutamento para aquele órgão de Estado. D. Pedro V era avesso e estas mudanças que permeabilizaram a aristocracia de sangue e a expuseram ao contacto com indivíduos que não lhe pertenciam, movidos por interesses pessoais e que representavam mais votos de apoio ao Governo.

Os redactores da *Revista de História* passaram ao lado desta atmosfera conflitual, talvez para transmitir uma imagem do reinado de D. Pedro V como uno e unificado perante o estrangeiro, cujo apoio interessava capitalizar sem expor fragilidades internas. Certo é que poucos meses depois do documento no qual o rei avalia a Guerra da Crimeia, este nomeou o histórico Duque de Loulé para chefiar o Governo. No entanto, a nota de redacção honra em bloco a inteligência política de D. Pedro V em todos os seus escritos, sem distingui-los, situação que comprova o que temos vindo a afirmar. Contudo, o reconhecimento da *inteligência política do monarca* materializa uma terminologia suficientemente genérica e ampla para se furtar a especificações eventualmente embaraçosas para a construção de determinada imagem acerca de D. Pedro V. É possível que Fidelino de Figueiredo tenha sido o fiel depositário das cópias do depoimento em análise da Biblioteca Nacional, dado que o facto de a ter dirigido entre 1918 e 1919 lhe permitia um conhecimento e acesso privilegiados do e ao acervo da instituição, que assim demonstra cooperar com a *Revista de História* na consolidação e enraizamento sócio-cultural desta.

Sublinhe-se, todavia, que a publicação do inédito em vertente análise ocorre alguns meses depois da conferência de Paz na qual a Europa começara a redefinir-se. Pode alegar-se que houve coincidência de datas e só nessa altura os responsáveis do periódico tiveram acesso ao espólio ante-citado. Sem colocar de lado essa

possibilidade, convém conciliá-la com aquela que considera a reestruturação político-diplomática do Pós-Guerra. A não ser assim, podia ter sido escolhido outro documento de D. Pedro V e não este que faz o balanço da Guerra da Crimeia. A linha editorial da *Revista de História* parece favorecer, implicitamente, a leitura permeável ao paralelismo histórico entre acontecimentos de dois séculos diferentes.

No seu manuscrito, D. Pedro V refere que a França e a Prússia saíram vencedoras da Guerra da Crimeia. Ao invés, os perdedores foram a Inglaterra, a Áustria e a Prússia. O monarca apoia o aliado britânico. Elogia a ideia de neutralidade proposta por Guizot ao Marquês do Lavradio mas critica a realeza espanhola, dada a influência francesa crescente em Madrid. A sua posição pró-inglesa deriva da necessidade de Portugal recuperar Olivença (conforme o que havia sido consignado no Congresso de Viena, em 1815) e discutir o Ambriz, pressionando a Inglaterra a respeitar os interesses nacionais neste último território. No final do texto, D. Pedro V ameaça apoiar a França se o que defende não for atendido. É certo que o paralelismo com a Conferência de Paz é apenas genérico, dado que as alianças que se manifestaram durante a Primeira Guerra Mundial são diferentes, em substância e quanto aos intervenientes, das desenvolvidas durante a após a Guerra da Crimeia, mantendo-se apenas, como ponto comum, a aliança luso-britânica. Relembre-se que D. Pedro V era um homem de cultura que viajara, sobretudo nos dois anos anteriores ao documento em análise, dava nota de um cosmopolitismo cultural aliado à crescente tendência para orientar num sentido mais conservador o seu liberalismo político. Parece-nos que a *Revista de História* concilia, pela voz de alguns dos seus colaboradores, e de forma parcelar, estes dois desígnios.

O jesuíta Luís Gonzaga de Azevedo contribuiu, no ano de 1921, com um artigo intitulado *Notas de História Medieval*,⁵⁹⁰ para a *Revista de História*. Este título encerra uma preocupação de afirmar um discurso historiográfico no qual as interpretações pessoais do historiador, eventualmente patentes numa narrativa reflexiva, são secundarizadas em favor de apontamentos, que parecem *soltos*, mas possuem lógicas internas e detêm uma História própria, inerente às respectivas características. O padre Azevedo formara-se em Teologia em Coimbra e, desde 1910 dedicara-se a desmistificar, pelo recurso a fontes primárias, a visão republicana jacobina sobre a sua ordem religiosa.

Começa o autor por transcrever um a um documentos relativos à época escolhida. O comentário das fontes também é individualizado e segue-se a cada transcrição. Azevedo não procura estabelecer uma narrativa que ligue e relacione os

⁵⁹⁰ Cfr. Luís Gonzaga de Azevedo – *Notas de História Medieval*. in *Revista de História*, volume 10, número 38. Lisboa: Clássica Editora, 1921, pp.131-142.

factos apurados nos vários textos; circunscreve a exposição dos materiais reunidos à respectiva caracterização física ou crítica externa, dado que a crítica interna se circunscreve à procura da autenticidade dos testemunhos. Esta atitude atende a um substrato filológico, segundo o qual a verdade histórica repousa nos documentos escritos. Existe a preocupação de compilar inéditos, dando-os a conhecer. Este desvelo com o ineditismo e a novidade confirma a percepção da actividade do historiador como um erudito cuja principal actividade consiste em exumar o passado através do estudo erudito de fontes que o transportem até ao presente. No periódico em análise, a História política faz-se prioritariamente dentro desta linha historiográfica, mas com Gonzaga de Azevedo assiste-se a uma inversão da estrutura expositiva, dado que o seu artigo não usa os documentos como suporte da narrativa do cultor de história, colocando-os no fim do seu texto. Bem pelo contrário, a sua crítica exerce-se na sequência da apresentação das fontes, gesto que revela a centralidade destas.

O erudito faz anteceder a respectiva publicação de um sumário breve do assunto versado. Cumpre regras paleográficas e torna-as explícitas. Os inéditos compilados tratam, por esta ordem, os temas sumariados por Azevedo, que assim pretende ressaltar a relevância do conjunto e simplificar a tarefa do leitor, orientando-o através da descrição de coordenadas de leitura. O primeiro documento refere-se ao domínio de D. Afonso Henriques em Salamanca. O segundo destaca a repovoação de Ciudad Rodrigo por Fernando II de Leão em 1161, o terceiro consagra-se ao testamento de Sancho I, às desavenças e Guerras com Leão, enquanto a quarta fonte debruça-se sobre o vencedor de Navas de Tolosa, em Coimbra, no ano de 1222. O derradeiro documento dedica-se às pazes celebradas no Lima, no Vale de Varoncelli, em 1219. Todos estes inéditos reportam-se aos primeiros períodos da consolidação de Portugal como país independente.

O erudito jesuíta põe em causa as afirmações de Alexandre Herculano publicadas na *História de Portugal*, segundo as quais alguns factos aludidos anteriormente – relativos ao documento citado – se passaram após 166. Azevedo situa-os cinco anos antes. O autor revela cautelas na discordância, dado que reconhece a autoridade historiográfica herculaneana. No entanto, não abdica dos seus pontos de vista, deixando ao leitor a liberdade de decidir de quem se aproxima ou afasta: «Ora, eu sinto ter de discordar da opinião do mais célebre e também do mais diligente e sagaz dos nossos historiadores; mas, como os direitos da verdade sobrelevam o respeito devido às pessoas mais ilustres (nem de outra forma se compreende qualquer progresso científico) exporei brevemente as razões do meu asserto e deixarei intacta ao leitor a liberdade de seguir o que melhor lhe parecer. Se, como diz A. Herculano, os cronistas tudense e toledano fazem começada a lucta entre

Afonso Henriques e Fernando II depois do consorcio realizado em 1165, pergunto: como aparece e domina Afonso Henriques em Salamanca, em 1163, como consta do documento transcrito? (...) Ora, apesar dessas luctas constantes em que andavam empenhados os dois monarchas, o rei de Leão em 1165 pediu ao contendor a mão da sua filha, e este anuiu: tais eram as dificuldades em que lançaram a D. Fernando as coisas de Castela, que começaram a correr-lhe mal, e a esperança de que com o apoio, ou sequer com a não hostilidade do Rei de Portugal, pudesse repor-se em estado mais favoravel as suas ambições»⁵⁹¹.

Num documento inédito, expedido em Santarém a 29 de Dezembro de 1210, D. Sancho I toma precauções para que o filho D. Afonso cumpra o testamento. Acresce que a peça jurídica a que se refere fora publicado em Outubro e sofrera aditamentos naquele mês de Dezembro.

Gonzaga de Azevedo confirma a existência de um ambiente de tensão dentro da família real através da publicação de um Documento presente em Zamora e publicado a 12 de Março de 1212: «Este documento que transcrevi contribue para fixar a cronologia e para esclarecer a sucessão de factos da guerra civil entre Afonso II e suas irmãs, convertida logo em perigosa guerra com o estrangeiro (...) Alexandre Herculano, por exemplo, induz, pela ordenação dos factos, que a invasão do rei de Leão pela fronteira do Minho e Trás-os-Montes havia de ocorrer por Junho de 1212.(...)O documento acima transcrito antecipa esses acontecimentos em alguns meses»⁵⁹².

Hermínia Vilar corrobora as informações exaradas dos documentos por Gonzaga de Azevedo: «Não sabemos com pormenor quando se terá iniciado o conflito entre Afonso e as suas irmãs Teresa e Sancha sobre as terras doadas por seu pai: Sabemos, como já referimos, que, pouco após a morte de Sancho e na sequência da confirmação do seu testamento feita pelo Papa, as infantas terão requerido a ratificação específica das doações feitas, pedido que Inocêncio III satisfizes, concedendo-lhes a posse de bens legados e de outros que legitimamente possuíssem. Estas cartas de protecção exaradas em Outubro de 1211, não incluem qualquer referência a anteriores conflitos ou batalhas travadas, já que a frente militar deste conflito apenas se terá iniciado em Novembro de 1211, de acordo com a cronologia proposta por historiadores como Gonzaga de Azevedo»⁵⁹³.

Entretanto, a guerra de D. Afonso II com Afonso IX, encontrava campo aberto para germinar.

⁵⁹¹ *Ibid.* pp 132;135

⁵⁹² *Ibid.*

⁵⁹³ Hermínia Vasconcelos Vilar – *D. Afonso II, um rei sem tempo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp. 97-98.

Em 1922 e em 1924, Ernesto Sales publica documentos de teor e localização idênticas, diferindo apenas no rei ao qual se referem, situação que justifica o respectivo tratamento em conjunto para ressaltar similitudes e evitar redundâncias expositivas. O compilador comparece nas duas situações, quase exclusivamente enquanto tal, dado que a crítica documental externa é reduzida e centra-se em escassos elementos comuns. A introdução aos manuscritos possui um teor instrumental, dado que se limita ao carácter lacónico de certas informações úteis. Sales nela assoma como um antiquarista coleccionador de peças textuais raras, vistas como relíquias, na sua materialidade. A transcrição documental domina as atenções e assume o respectivo fulcro. Trata-se de dois juramentos, o de D. Afonso, filho de D. João II, ocorrido em 6 de Março de 1476 – entretanto, o futuro monarca viria a morrer a breve trecho, inviabilizando a sucessão por esta via – e o de Filipe II de Portugal, que teve lugar em 31 de Janeiro de 1583.

Ambos os documentos são cópias do século XVII, elaboradas por um português há muito radicado em Espanha, situação que o deixou permeável a um mais deficiente domínio da língua do país em que nascera. Todavia, a semelhança entre os intróitos produzidos para enquadrar os dois juramentos não se quedam pelas enunciadas. Veja-se o modo como Sales termina o enquadramento dos autos de Filipe III de Espanha: «Parecem-nos interessantes, sob o ponto de vista histórico,êstes autos de Côrtes, quer pelas pessoas que lá figuram, quer pelo cerimonial nelas adoptado, quer emfim por certas particularidades históricas que nos fornecem»⁵⁹⁴.

Sublinhe-se o interesse comum pela lista de personalidades presentes. Todavia, tal acometimento restringe-se à enumeração de ilustres, sem indagar o respectivo percurso de vida, os cargos ocupados, os títulos recebidos. Por outro lado, onde se ressalta o lado exterior do discurso – o formulário – e o cerimonial faltam as implicações sociais mais alargadas das Cortes ao nível das sensibilidades dos que ficam de fora, os membros dos Concelhos. Este aspecto não é de estranhar, já que nem a filosofia jurídica, nem as ideias políticas ou filosóficas inerentes aos juramentos são abordadas. Até os momentos históricos escapam a uma pormenorização e circunscrevem-se a determinadas circunstâncias marcadas pelo episódico ou emergentes sob o signo da exemplaridade. Ernesto Sales furta-se, em ambos os casos, a descrever o perfil intelectual e psicológico dos príncipes, a teia de interesses e oposições que giram à sua volta, ou os mecanismos de sucessão que antecederam o juramento, ficando de fora a acção dos respectivos pais.

⁵⁹⁴ Ernesto Sales – Cortes de Lisboa em 31 de Janeiro de 1583 para juramento do Príncipe D. Felipe, filho del rei D. Filipe I de Portugal. In *Revista de História*, vol. 12, n.º 45. Lisboa: Clássica Editora, 1923, p. 29.

Ainda em 1923, o padre jesuíta Artur Viegas publicou *Uma Visita Real ao Mosteiro de Alcobaça no século XVII*. Trata-se, uma vez mais, da transcrição de um documento, encontrado pelo erudito religioso numa deslocação ao Arquivo de Madrid, como o próprio reconhece.

O artigo em vertente análise coloca-nos perante um coleccionador de curiosidades, um cultor de uma História anedótica ou episódica, mas que se dispensa de aprofundar os factos quedando-se à sua superfície. O autor comporta-se como um bibliófilo zeloso, que cuida da sobrevivência física dos documentos, não chegando a utilizá-los como fontes crítica ou filologicamente. Artur Viegas afasta-se, neste ponto específico, da prática de Gonzaga de Azevedo para se aproximar da desenvolvida por Ernesto Sales, prolongando-a, ainda que com matizes diversas, que convém apontar. Viegas publica uma Relação da qual adianta o assunto: uma visita de D. João IV ao Mosteiro de Alcobaça, em Setembro de 1645, na sequência da ida a banhos nas Caldas para tratar o reumatismo. O rei passou então por Alcobaça onde o esperavam festas, danças e banquetes. Na hora da despedida o monarca esteve hospedado na Nazaré, tendo esta vista ocorrido entre 25 e 28 de Setembro. Numa análise inicial e imediata, o contributo de Viegas para a História e Historiografia Política na *Revista de História* parece desenquadrado, dado que o seu comentário introdutório e o documento que transcreve susceptíveis de dar mais directamente nota de usos, costumes, tradições, cerimoniais e rituais do que de se filiarem e de se inserirem no âmbito sócio-cultural, ainda que algo distante da História das mentalidades, mas o autor não deixa de descrever alguns hábitos nos quais os diversos grupos sociais participam, sendo encarados em função do rei e da visita real, ao arrepio da sua consideração autónoma.

Observados este contexto e respectivas características, e apesar das evidências em sentido contrário, reiteramos a inserção do trabalho de Viegas na História Política. O próprio autor conjuga indícios nesse sentido, quando emite a sua opinião sobre o texto que acabara de transcrever: «A bizarra prodigalidade dos Bernardos no recebimento e trato que nesta ocasião dispensaram ao Rei e à sua comitiva não representam apenas um mero acto de cortesia e dispendiosa homenagem de vassallos honrados pela visita do seu soberano; significava mais. Era a irreprimível expansão do reconhecimento de uma comunidade inteira ao Monarca benfeitor, que num rasgo de régia magnificência lhes outorgava de novo antigas prerrogativas perdidas, erguendo o historico mosteiro da humilhante decadencia a que tinha baixado nos reinados precedentes. Havia três annos que El Rey D. João IV, por carta pendente de 4 de Fevereiro de 1642, restituira ao abade de Alcobaça todas as

regias jurisdições que os seus antecessores haviam usado antes da separação das rendas»⁵⁹⁵.

Sublinhe-se que o processo de consolidação militar da Restauração da independência não comparece senão de modo indirecto no texto de Artur Viegas, apenas sendo notado ao nível da restituição de direitos e rendas ao Mosteiro de Alcobaça. Percebe-se, no entanto, nos interstícios do comentário de Artur Viegas que este considera o período filipino em bloco, sem cuidar de encarar as várias fases do governo de cada monarca, ou as diferenças entre eles. Esta atitude acentua uma intenção subliminarmente exposta de rejeitar a União Ibérica, durante a qual, em momentos distintos, parte substancial do alto clero estivera solidária com as políticas dos Filipes, apoiando-os e recebendo privilégios por isso.

No último trimestre 1924, Artur Magalhães Basto dá à estampa o seu único artigo para a *Revista de História*, significativamente intitulado *Limiar da Tragédia, Reflexos no Porto das vésperas de Alfarrobeira*.⁵⁹⁶ Este trabalho inscreve-se na continuidade dos interesses e motivações deste portuense, que dedica parte significativa do seu labor à História da sua cidade, neste caso, aos reflexos que tiveram no burgo referido a batalha de Alfarrobeira – mas também os respectivos antecedentes.

Desde o título de Basto impera – ainda que noutro contexto – o visualismo do termo tragédia, derivado da esfera teatral, cuja ressonância se sente numa toada cronística, que faz mais apelo ao *dramático* do que uma tonalidade trágica nos momentos iniciais do artigo do autor, compaginando-os em seguida, com a tradição historiográfica relativa às matérias em apreço e ao apuramento de uma data concreta: «Apenas chegou a Trás-os-Montes a notícia de que o infante D. Pedro, Duque de Coimbra, havia deixado a Regência do Reino, logo o Duque de Bragança saíu de Chaves, onde residia, e acompanhado dos seus homens de armas passou ao Pôrto, a Guimarães, a Ponte do Lima e outras povoações, de toda a parte expulsando os criados e parciais do antigo regente, aos quais acusava de traição contra o rei. Era o extravasar de ódios e despeitos longo tempo a custo reprimidos, ódios e despeitos que haviam conseguido levar D. Afonso V a suspeitar da lealdade de D. Pedro e que procuravam agora lançar entre o povo, contra os seguidores dêste, o labéu de traidores (...). Não tem sido os historiadores unânimes quanto ao ano em que êstes factos se passaram, pois, embora não haja duvidas que o Duque de Bragança começou as suas tropelias pelo norte, apenas soube que D. Pedro havia feito entrega

⁵⁹⁵ Artur Viegas – Uma visita real ao Mosteiro de Alcobaça no século XVII. In *Revista de História*, vol. 12, n.º 46. Lisboa: Clássica Editora, 1923, p. 146.

⁵⁹⁶ Cfr. Artur de Magalhães Basto – Limiar da Tragédia: Reflexos no Pôrto das vésperas de Alfarrobeira. In *Revista de História*, vol. 13, número 52. Lisboa: Empresa Literaria Fluminense, 1924, pp. 241-271.

da regência, uns dizem que essa entrega se efectuou em 1147, outros em 1148. Shaeffer, Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e outros, apoiados em Ruy de Pina, escrevem que foi em Maio de 1447 que Afonso V assumiu o govêrno do reino e celebrou as suas núpcias com a filha de D. Pedro, vindo êste, pouco depois, em finais de Julho, a retirar-se para as suas terras de Coimbra. Alguns, porém como Lequien de la Neufville, João Pedro Ribeiro, Fortunato de Almeida, de acôrdo com Duarte Nunes de Leão, afirmam que tudo se passou em 1448»⁵⁹⁷.

Magalhães Basto coloca em confronto, eventualmente sem o pretender, duas linhagens de historiadores, se é que *grosso modo* e com cautelas assim podem ser consideradas: a dos Românticos Oitocentistas e a tradição erudita. Parece, desta vez, inclinar-se para o argumento exposto pelos elementos deste último grupo, mas não lhe chegam os testemunhos das autoridades historiográficas. O historiador portuense apoia-se numa carta de D. Pedro ao Duque de Arraiolos, que anteriormente transcrevera como ponte de ligação entre a parte cronística, que encimara o texto, e a parte heurística que se lhe seguiu. Na missiva, D. Pedro confirma que regia ainda o reino em Fevereiro de 1448. Esta informação foi corroborada pelo recurso à missiva de D. Afonso V ao Conde de Arraiolos – datada de 10 de Março do mesmo ano - e pelos livros de Vereações do Porto, nomeadamente a acta de 7 de Agosto, na qual se diz explicitamente que D. Afonso V recebera o reino há pouco tempo.

No ano de 1925, o espanhol Félix Llanos y Torrriglia, formado em Direito, membro da Academia de Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa, continua e aprofunda as suas ligações a Portugal, através de um artigo sobre a História Portuguesa para a *Revista de História*, intitulado *Um Jantar histórico no refeitório de Guadalupe*, no qual tematiza um acontecimento específico, no caso um repasto, com significado político. Nele, D. Sebastião encontra-se com o seu tio Filipe II de Espanha, tenta aproximar-se dele, convencê-lo da bondade e acerto das suas propostas no sentido de concretizar uma jornada militar a África, a Alcácer-Quibir, episódio que constituiria a materialização de uma estratégia política e diplomática com implicações ao nível de um epicentro de natureza militar. O encontro ocorreu a 22 de Dezembro de 1576. O pretexto utilizado pelo monarca português foi o pedido da filha do rei espanhol, Isabel Clara Eugénio, em casamento. Llanos y Torrriglia escrevera anteriormente sobre esta princesa, daí o seu interesse pelo assunto em análise. Mas também tivera ocasião de debruçar-se sobre questões portuguesas em 1914, através da obra *Como se hizo la Revolucion n Portugal* e no ano de 1917, através do estudo: *Mirando a Portugal: El Interés de España*.

⁵⁹⁷ *Ibid.*

No artigo dedicado ao “*Jantar (...)*”, o *autor* narra brevemente os preparativos e as incidências que o rodearam, bem como os pormenores acerca da estadia do monarca Português em Guadalupe. Todavia, o seu fito historiográfico centra-se no elogio à prudência e razoabilidade de Filipe II, por contraposição ao carácter temerário do sobrinho.

Torriglia interpreta os acontecimentos passados à luz de um providencialismo, segundo o qual a História é escrita por Deus e, no jantar de Guadalupe, o *fatum* parecia imperar. Filipe II tentou avisar D. Sebastião no sentido de impedir a sua partida para África: «A Historia, definitivamente, como toda a obra humana – não presumamos nesciamente – só tem um Auctor. Só Elle sabe por que razão, secundando os seus mysteriosos designios, teriam de se frustrar as esperanças que D. Sebastião poz na conferencia de Guadalupe; por que razão Fillipe se não deixaria convencer por seu sobrinho; por que não deveria ser Isabel Clara Eugénia rainha de Portugal; porque motivo a exaltação aventureira do taciturno quanto cavalheiroso monarcha teria de o conduzir ao trágico desenlace de Alcácer-Kibir»⁵⁹⁸.

A prática historiográfica do cultor espanhol de Clio assenta numa exploração da causalidade e do tempo histórico baseadas na interferência decisiva e determinante da transcendência sobre a imanência. Resulta implícita, em esboço, a visão agostiniana sobre Deus, o Homem e o Mundo, de matriz platónica, e que configura uma Filosofia da História patente na *Cidade de Deus*. Apesar de deixar *margem*, diminuta e subalterna para as acções humanas no curso dos acontecimentos, Llanos y Torriglia abandona um relato atento à materialidade dos factos em favor de um discurso enfático, adjectivante e majestático, no qual o estudo crítico dos documentos ou a sua acumulação, cedem o seu lugar à subserviência face a uma única fonte, a *História Manuscrita* de Frei José de Alcalá. Pretende o intelectual espanhol defender que a efectivação do conselho de Filipe II poderia ter evitado a morte em batalha do monarca Português. Oculta, todavia, a estratégia político-diplomática que subjaz à propalada preocupação e protecção familiar.

Do exposto resulta que Torriglia inclinou-se, de imediato, sem transições ou explicações, para a tentativa de D. Filipe dissuadir o sobrinho da campanha africana, sem se deter sobre a multiplicidade de factores em jogo, enveredando por uma opção enfeudada na caracterização psicológica genérica das personalidades tidas como personagens centrais envolvidas no processo – e apenas dessas – e baseada em qualidades morais, como a prudência ou o seu oposto, enunciadas sem recurso a exemplificação concreta das respectivas implicações.

⁵⁹⁸Félix de Llanos y Torriglia – Um jantar histórico no refeitório de Guadalupe. In *Revista de História*, vol.4, número 54. Lisboa: Empresa Litteraria Fluminense, 1925, pp.90-91.

O autor espanhol insufla uma leitura providencialista no registo cronológico e aparentemente linear dos acontecimentos ocorridos no *Jantar de Guadalupe*, mas pretende salvaguardar essa aparência de sequencialidade e respeito pelos factos, de modo a atingir suposta objectividade. Se, por um lado, assume um tom desmistificador ao confirmar, de modo discreto mas efectivo, a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir – contrariando todas as utopias sebastianistas, por outro, não deixa de divinizar o comportamento de Filipe II, de algum modo antecipador da tragédia. A verdade histórica seria a intersecção entre os dotes divinatórios e de previsão de alguns protagonistas, encarados enquanto seres superiores, e o curso dos acontecimentos. Resulta patente uma declinação da História dos grandes homens em conjugação com a História mestra da vida, inscritas ambas sob um fundo narrativo e descritivo, entre a crónica e o apuramento instrumental de factos positivos, situação que comprova as ambiguidades e diversas modalidades de um História política que se pretende factual, mas, ao invés, e sob o pretexto de propalada imparcialidade, toma partido e insinua uma ideologia política.

Llanos y Torriglia não a afirma explicitamente, mas pode depreender-se das suas palavras uma adesão a um projecto de União Ibérica no qual Portugal mantivesse certa autonomia, mas baseada na subordinação a Espanha em matéria política, conforme veio a confirmar-se em 1580. Parece perfilar-se a hipótese segundo a qual Portugal deveria ter aceite a influência política espanhola, sem que esta se tivesse imposto pela força das armas, após a crise dinástica, que se abriu aquando da morte do Cardeal D. Henrique, em Janeiro de 1580, cerca de dois anos após a derrota portuguesa no Norte de África, que ditara a morte de D. Sebastião.

O tema em apreço é alvo de recuperação no biénio derradeiro de publicação da *Revista de História* (1927-1928). Nesta ocasião pronuncia-se, mais uma vez, um historiador espanhol, no caso, Julian Maria Rubio Esteban, professor na Universidad de Valladolid, Esta reiterada presença de cultores de Clio vindos do outro lado da península ibérica mimetiza e reproduz idêntica situação patente relativamente a outras dimensões e domínios de estudo. Nos anos finais do periódico acentua-se a sua internacionalização. No tocante às colaborações de Llanos y Torriglia e de Rubio Esteban a escolha comum – ou pelo menos contígua - de temáticas não é fortuita ou fruto do acaso, dado que ambos incidem sobre matérias que versam - directa ou indirectamente - sobre o seu país de origem. O último articulista citado incide sobre D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, adversário de Filipe II, prolongando a permeabilidade anteriormente verificada entre História política, diplomática e militar. Neste caso, desde o título do artigo até ao seu conteúdo, essa imbricação é particularmente notória. O autor começa por uma breve biografia da personalidade,

situa o seu nascimento no espaço e no tempo e salvaguarda a origem nobiliárquica e a pertença a uma família em rota de colisão com os Duques de Bragança e próxima do Duque de Aveiro.

Estas desavenças e dissensões familiares no seio da aristocracia revelam particular acuidade e premência pós a morte do Cardeal D. Henrique, no âmbito da crise dinástica então aberta e que envolve três pretendentes ao trono Português. Filipe II de Espanha; D. Catarina de Bragança e D. António Prior do Crato. Todavia, Rubio Esteban não entra directamente nesta questão. Prefere insistir no percurso de vida que a antecede, enquadra e contextualiza. D. Francisco incentivara a jornada africana a Alcácer-Quibir, aludida por Llanos Y Torriglia, e nela tomou parte, tendo sido feito cativo pelos mouros, em conjunto com outros nobres. Essa circunstância não impediu que mantivessem alguns privilégios consentidos, o que permitiu a negociação de verbas para o resgate com os Judeus. Filipe II, na procura de apoios no seio da nobreza contribuiu decisivamente para a libertação de D. Francisco e de outros aristocratas nos primeiros meses de 1578, após o fim da batalha de Alcácer-Quibir, perdida por Portugal.

Rubio Esteban pratica uma Historiografia com pontos de contacto em relação à do seu compatriota Llanos Y Torriglia, no plano ideológico, mas diferente ao nível das metodologias aplicadas ou dos conceitos e perspectivas implicados. Desde logo, pelo enfoque biográfico escolhido por aquele cultor de Clio que logo nas primeiras linhas do seu escrito indica que se eximirá a aprofundar a biografia de D. Francisco sempre que se deparar com falta de documentos. Usa portanto mais do que um testemunho e cruza os dados patentes nas fontes trabalhadas, sitas no Arquivo de Simancas e possuidoras de origem e natureza análoga. O autor analisa três cartas provenientes da correspondência trocada entre o Marquês de Agebe e o nobre Português. Note-se a preocupação com a selecção de fontes manuscritas primárias, portadoras de informes directamente provenientes das personalidades envolvidas nos acontecimentos.

Admite-se a leitura segundo a qual Rubio Esteban interpretou a União Ibérica ocorrida em 1580 à luz do iberismo avesso a radicalismos, patentes noutros momentos e no tratamento de temáticas diversas no seio da *Revista de História*: «No le faltaba razón al Conde de Vimioso al considerar la guerra con Portugal como una de las mayores calamidades que podían ocurrir tanto para los castellanos, como para los Portugueses, ya que éstos no habrían nunca de suportar con agrado una dominación que pudiéndose haber logrado por la vía pacífica, era impuesta con el supremo argumento de las armas (...)»⁵⁹⁹.

⁵⁹⁹ Julian Maria Rubio Esteban – D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, adversário de Filipe II. In *Revista de História*, vol. 16, número 62. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1927-1928. p.84.

Sublinhe-se um traço sóbrio de exemplaridade e uma reminiscência do relevo especial alegadamente merecido pelo Conde de Vimioso em causa, ambos numa lógica discursiva na qual subsiste ainda a história dos grandes homens, mas encarada de modo diverso.

O artigo de Rubio Estebán é difícil de classificar historiograficamente, dado que concita diversas características da História Política tradicional – e não evita a descrição de investidas militares determinadas por contextos políticos – que impedem que esta seja encarada como um bloco homogêneo e que noutros textos comparecem isoladas ou agrupadas duas a duas. O estudo em análise concilia a publicação de documentos e a respectiva crítica com a narrativa de acontecimentos, a biografia histórica, a ideologia do historiador. Note-se, todavia, que outros cultores de Clio experimentaram algumas destas modalidades de escrita mas de modo distinto, dado que as não concentraram todas num único trabalho, distribuindo-as por vários. A prática Historiográfica de Fortunato de Almeida no âmbito da História Política na *Revista de História* é desafiadora por ser disso eloquente exemplo. Em artigos diferentes publicou e criticou documentos, narrou acontecimentos e não se furtou a opiniões do foro ideológico. Lúcio de Azevedo cruzou a História da Historiografia com a crítica de um documento anónimo com implicações políticas, sem deixar de se pronunciar em termos pessoais e problematizantes sobre o Marquês de Pombal. A reflexão teórica sobre a tratadística dos príncipes é minoritária na *Revista de História*, avulta numa única ocasião pela pena de Paulo Merêa e constitui uma novidade no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, dado que consigna a investigação sobre um tipo de fonte pouco estudado. Na mesma medida, também configura algum ineditismo a apresentação de ideias e doutrinas políticas através de um interveniente Política Tradicional, acrescentaram-lhe aspectos novos, transformaram outros, mas não abandonaram ou suspenderam por completo aquela matriz. Assim, Merêa desenvolveu uma crítica documental e D. Pedro não dispensou a narrativa parcial de acontecimentos para a partir deles apontar acções e soluções concretas futuras. Estas relativas excepções confirmam e reforçam as regras mais observadas nas práticas historiográficas tradicionais dominantes, reconfigurando-as. O texto de D. Pedro é exemplo pontual no que concerne à consideração da História política europeia não ibérica, imperando a sombra do caso português como ponto de referência.

Na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo os reinados, as Cortes e os conselhos do rei são temáticas dominantes, ditadas por certo centralismo ideológico conservador evidenciado por alguns historiadores. Todavia, esses reinados são escassamente abordados na globalidade da sua acção governativa, maioritariamente recortada através da concentração em determinados acontecimentos de curta duração

circunscrita. A comparação entre eles converge para matérias específicas, como no caso das *Notas de História Medieval*, de Luís Gonzaga de Azevedo. A História de uma instituição que atravessa períodos e monarcas diversos é apenas consignada por Santos Farinha e não visa um prisma directamente ligado ao poder, dado que se refere á Capela Real sob uma perspectiva que se exime à interpenetração das matérias versadas. A colaboração de intelectuais estrangeiros apenas figura, timidamente, nos anos finais do periódico e demonstra que este, para se internacionalizar, é permeável a leituras defensoras da União Ibérica.

Do ponto de vista das escolas históricas patentes nos artigos sobre História Política, o antiquarismo de base colecionista – muito presente ao longo da publicação – convive com o respeito rankeano pelos arquivos – vejamos-se, a título de exemplo, as considerações isoladas de Pedro de Azevedo sobre as políticas culturais coevas no sector – e pela verdade dos documentos, ou neles inscrita. Por outro lado, esboça-se, indiciária mas significativamente, a crítica documental de base filológica e inspiração metódica, mas domina a crítica externa sobre a interna.

Embora não seja maioritária na *Revista de História* – sobretudo se considerada isoladamente –, a Historiografia política ocupa uma posição que, sem ser central, lhe confere alguma importância no todo do alinhamento redactorial, sobretudo se tivermos em conta a sua inserção no âmbito da História e Historiografia dos Descobrimentos⁶⁰⁰. Outra questão relevante, e a merecer destaque, prende-se com o teor dessa Historiografia assente em temáticas políticas praticada na Secção de Artigos da *Revista de História*. Neste periódico, a História Política persiste essencialmente na consideração do *ídolo político*, inscrevendo-se, intuitiva e primordialmente numa Historiografia tradicional biográfica, psicológica, qualitativa, centrada no particular, avessa a comparações, baseada numa visão ingénua de causalidade e alicerçada numa ideologia conservadora. Esse mesmo diagnóstico parece aplicar-se à História Diplomática presente na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo.

5.3. História Diplomática

A diplomacia como conceito e actividade – ambas essenciais para a estabilização, sempre precária, de uma definição – concita pelo menos duas dimensões. A primeira refere-se às relações entre estados, cuja tipologia aponta para diversas possibilidades. Essas relações podem ser de dependência, independência, cooperação, confronto, implicando instrumentos de concretização diversos que se estendem dos acordos às rivalidades. Convém perceber a forma como estas

⁶⁰⁰ Essa inserção será analisada no capítulo VI desta dissertação.

realidades são encaradas na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo. Por outro lado, a diplomacia pode lançar luz sobre a História de países, áreas, comunidades, auxiliando na compreensão de outros âmbitos historiográficos (História política, militar, social, cultural, artística) afirmando-se como História diplomática. O peso de cada uma das circunscrições territoriais e dos domínios de estudo aludidos pode ser diferenciado e importa seguir-lhe os trilhos. Parece lícito configurar-se maior inclinação historiográfica para aproximações à História política e militar, destacando-se uma valorização do campo dos poderes.

Os acontecimentos de índole diplomática diferem da respectiva Historiografia. Enquanto os primeiros existem desde os alvares de Portugal, patentes na assinatura do Tratado de Zamora em 1143, e comportam os acontecimentos históricos que desde então se verificaram, sofrendo eventual aceleração após 1640, a segunda concita as narrativas e os discursos incidentes sobre aquelas realidades e abrange a consideração da História diplomática enquanto área de saber consignada como tal, mormente a partir de meados do século XIX. José Maria Amado Mendes resume este quadro: «A História diplomática portuguesa remonta aos alvares da nacionalidade (...), embora o seu interesse tivesse aumentado após 1640. Porém, só a partir de meados do século XIX, se começaram a construir os alicerces, em bases sólidas, da respectiva Historiografia. Com efeito, foi então que o visconde de Santarém e Luís Augusto Rebello da Silva, entre outros, lançaram as bases das conhecidas obras monumentais: *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo* (18 vols., Paris - Lisboa, 1842-1876) e *Corpo Diplomático Português Contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas com as Diversas Potências do Mundo* (15 vols., Lisboa, 1862-1959), tendo a publicação desta última sido prosseguida durante cerca de um século. Nestas e noutras obras da primeira fase da nossa História diplomática, a tónica era colocada na divulgação e crítica de fontes e, bem assim, no apuramento de factos, sem grandes explicações teórico-explicativas. Com a evolução da metodologia e as novas exigências da pesquisa histórica, começaram a ser detectadas as limitações daquele tipo de Historiografia. Ao facto se referia António Ferrão em *Os Estudos de História Diplomática de Portugal*.⁶⁰¹

O texto de António Ferrão é relevante pelas críticas que dirige aos seus antecessores, mas também por ter sido publicado no mesmo ano em que a *Revista de História* foi dada à estampa pela última vez. Resulta interessante o facto segundo o qual a publicação vigorou durante a primeira fase da Historiografia Diplomática Portuguesa e foi extinta em simultâneo com a afirmação pioneira de um ímpeto renovador. Para que lado penderam os esforços patentes naquela iniciativa editorial?

⁶⁰¹ J. M. Amado Mendes - *Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa...*, p. 395.

Terá a publicação tentado ou efectuado a síntese entre tendências, ou prioritariamente a herança tradicional da publicação e crítica de fontes e do apuramento de Factos positivos? Tentar-se-á, em seguida, esclarecer estas questões, de modo a traçar um retrato da História e Historiografia diplomáticas na publicação. Parece, contudo, insinuar-se uma prevalência forte da derradeira hipótese apontada, num sentido que confirma e prolonga as averiguações concretizadas no âmbito do tratamento das temáticas políticas e militares. Desde o Ultimato Inglês, e durante a Primeira República, é possível que os acontecimentos político militares e diplomáticos da História portuguesa tenham influenciado a respectiva Historiografia. Na apresentação de Estudos sugestivamente intitulados *Diplomacia e Guerra Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*, Fernando Martins afirma que: «(...) num intervalo cronológico que se estende do Ultimato à queda do governo e do regime chefiados por Marcelo Caetano (...), tanto do ponto de vista português como internacional, foram as guerras - internas ou externas - e a diplomacia os factores essenciais no exercício do poder. Reconhece-se, por outro lado, ter sido o Estado-Nação a unidade privilegiada para a análise e síntese histórica»⁶⁰².

O perfil dos articulistas da *Revista de História* resulta relevante para perceber qual a representatividade dos historiadores, dos diplomatas, e daquelas personalidades que juntam ambas as vertentes, com prevalência alternativa para a primeira ou a segunda. Esta destrição é fundamental, sobretudo se tivermos em conta que a formação e experiência profissional dos intelectuais afectam e o contaminam as respectivas práticas e escritas historiográficas.

«Sob o ponto de vista da História da Historiografia, poder-se-ia dizer que, enquanto a História diplomática, saída da pena de “oficiais do respectivo ofício” (ou seja, dos próprios diplomatas) se aproxima mais da “*velha História*” político-militar – em que o descritivo, o factual e o cronológico, em sintonia com o tipo de fontes utilizadas, ocupam lugar de destaque – a História diplomática devida a historiadores, se apresenta mais marcada pela “*Nova História*”, não só por se apresentar com pendor mais problemático e explicativo, como ainda por abarcar a totalidade do devir histórico, ou, pelo menos, por se aproximar mais deste desiderato»⁶⁰³.

Estas palavras de Amado Mendes surgem influenciadas pela actualidade do historiador, mas podem ser transpostas para o contexto da *Revista de História*, desde que respeitem a respectiva especificidade. No dealbar do século XX, e no seio da publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo, a Nova História ainda não tinha

⁶⁰² Fernando Martins – *Apresentação de Diplomacia e guerra política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*. Lisboa, Évora: Edições Colibri ECIDEHUS, Universidade de Évora, 2001, p. 7.

⁶⁰³ J. M. Amado Mendes - *Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa...*, p. 397.

chegado, nem estaria para chegar, no que tange à História Diplomática praticada por colaboradores do periódico.

No decurso da primeira República, a natureza colonial de Portugal continuava a ser discutida, embora recebesse parecer favorável de membros das várias forças políticas que sentiam o império africano ferido desde o *Ultimato Inglês*, e disputado a partir da Conferência de Berlim. A História diplomática incidente sobre o passado histórico poderia ter implícita e indirectamente sob ponto de mira a questão imperial. Veremos que não foi directamente tratada na *Revista de História*, para perceber continuidades, oscilações, discrepâncias de tom. Entre 1910 e 1926, com prolongamento nos anos seguintes, os defensores mais radicais da República, bem como os moderados e conservadores, sem esquecer os detractores do regime alimentavam a nostalgias dos tempos mais fortes do Império Português e é lícito pensar na História diplomática como instrumento para se atingir tal desiderato.

Na *Revista de História*, o colaborador mais assíduo no âmbito da História Diplomática é Edgar Prestage. Essa insistência nestes assuntos talvez possa ser explicada pelo recurso a pormenores biográficos do autor, inglês por nascimento, mas que casou com uma portuguesa e veio viver com ela para Portugal.

Prestage começou a escrever sobre questões diplomáticas no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo no derradeiro trimestre de 1913. Note-se que a publicação estava então a concluir o seu segundo ano de actividade. Era, por isso, bastante jovem. A escrita do britânico pode ter-se alimentado da sua actividade cosmopolita, consagrada a uma espécie de diplomacia cultural, patente no ensino de língua portuguesa em Inglaterra.

Sublinhe-se que o historiador pertencia à Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, facto que terá favorecido e impulsionado a participação no respectivo órgão científico e informativo. Certamente por coincidência, mas não na sequência de um motivo auto-biográfico, o artigo inicial do autor na *Revista de História* incide sobre *Henrique IV de Castilla and The Excelente Senhora*⁶⁰⁴. No final deste trabalho aborda-se o casamento da filha do monarca referido, D. Joana, com D. Afonso V de Portugal, que disputou com Isabel a Católica, em nome da mulher, os direitos alegados desta à coroa espanhola com Isabel a Católica. O historiador inglês toma o partido de Portugal nesse contencioso. Convém não esquecer que os casamentos eram, no século XV, peças jurídicas relevantes para se perceber e interpretar as relações políticas e diplomáticas entre coroas, constituindo-se como microcosmos de análise e postos de observação privilegiados a esses dois níveis. O intelectual inglês,

⁶⁰⁴ Cfr. Edgar Prestage – Henrique IV of Castilla and the Excelente Senhora. In *Revista de História*, vol.2, número 8. Lisboa: Clássica Editora, 1913, pp.203-225.

habituação enquanto solicitador, formado em Direito, a decifrar, explicar e aplicar as leis, interessa-se, no seu artigo, pelas relações luso-castelhanas, sob o prisma prévio da legitimidade no acesso ao trono dos vizinhos peninsulares dos portugueses na segunda metade de quatrocentos.

O Rei D. João II de Castela casou duas vezes, na primeira com D. Maria, de quem teve o filho Henrique, que viria a ser o futuro monarca e, na segunda, desposou D. Isabel de Portugal, que viria a ser a mãe de Isabel, a católica e de D. Afonso. Estes dois nobres nunca aceitaram o meio-irmão como rei. De tal modo que, em 1466, este assinou com aqueles um pacto em Toros de Guisando no qual reconhece a meia-irmã como herdeira e divorcia-se de D. Joana, mãe da filha homónima de ambos, nascida em 1462. Corria, desde esta época, uma polémica segundo a qual a menina não seria filha de D. Henrique, sendo seu pai D. Beltran. Esta tese foi usada por D. Afonso e D. Isabel para fazerem pressão em favor dos seus interesses, e que culminou no pacto referido, quatro anos volvidos.

No leito de morte, ocorrida em 1473, Henrique IV inverteu a sua posição, em favor da filha Joana. Edgar Prestage congratula-se com esta mudança de perspectiva e mostra-se solidário com ela, materializando um ponto de vista afecto à causa castelhano-portuguesa. Por uma vez, parece aproximar-se de Henrique IV, de quem traçara um retrato eminentemente psicológico, tendente a ressaltar-lhe os traços que apontavam para um monarca indeciso e permeável às pressões da nobreza. No princípio do artigo, Prestage está apostado em apresentar uma Historiografia baseada na exposição da personalidade da segunda mulher de Henrique IV, sobre a qual o cultor de Clio faz um juízo moral, por sinal pouco abonatório para a portuguesa, cujos comportamentos sexuais são tidos por dissolutos.

A descrição e o alinhamento cronológico de factos políticos ou a publicação e crítica de documentos são subalternizados, nesta ocasião, pelo historiador britânico, que não enjeita uma abordagem do *político*, mas realiza-a ao arripio da inventariação dos acontecimentos em fontes primárias, centrando-se na irrupção do incidental, acolhendo um relato do perfil e de algumas acções das nobres que acompanham a segunda esposa de Henrique IV, numa narrativa próxima das intrigas de alcova e das narrativas assentes na expressão dessa vertente. Todavia, o autor inglês demonstra conhecer a bibliografia sua contemporânea que se ocupa de Henrique IV e da respectiva sucessão. De um lado, encontra-se Prescott, admirador, de Isabel a Católica e, do outro, Stieges, defensor do pai desta que, oficialmente a reconheceu como sua herdeira no tratado assinado em Toros, mas que foi inflectindo a marcha em direcção à defesa da sua filha D. Joana como futura rainha. Edgar Prestage parece defender a legitimidade de D. Joana na sucessão, cabendo direitos no processo a D.

Afonso V, seu tio, que com ela casou em 1475. A guerra pelo trono castelhano durou até 1479, e a Espanha saiu vencedora com pesar de Prestage.

No ano de 1914 deu-se um interregno na publicação de artigos incidentes sobre a História Diplomática na *Revista de História*, que voltou ao assunto através dos contributos de Edgar Prestage e Fidelino de Figueiredo. Continuemos, de imediato, a acompanhar o primeiro, que, nesta sua segunda colaboração coloca em plano subalterno as ligações entre a diplomacia e as armas, que tinham sido apanágio do seu artigo anteriormente dado à estampa, concentrando-se numa perspectiva intrínseca e quase estritamente diplomática do ponto de vista temático, intitulada, *Ministros Portugueses nas Cortes Estrangeiras no reinado de D. João IV e sua correspondência*⁶⁰⁵. Trata-se de uma abordagem que lança as bases de um estudo prosopográfico sobre a matéria em causa, dado que o autor nota a inexistência em Portugal de organização e classificação de documentos relativos a esta questão. Muitos deles encontram-se dispersos, outros podem ter sido perdidos e destruídos. O resgate destas informações é o fito principal do historiador inglês, que pretende proceder ao respectivo tratamento arquivístico, para permitir estudos mais interpretativos futuros num domínio disciplinar nitidamente a dar os primeiros passos em Portugal. O estudioso tem ainda um outro objectivo, que avulta desde as primeiras linhas do seu trabalho; contribuir para consolidar metodologias e uma reflexão sobre a História Diplomática que não se cinja à prosopografia de diplomatas portugueses na França, na Inglaterra, ou na Holanda, Suécia, Santa Sé e Congresso de Munster, mas que permita perceber o modo como os diplomatas estrangeiros, com os quais aqueles contactavam, encaravam o nosso país, mormente no plano político.

É certo que, em primeira instância, Prestage apresenta a listagem da correspondência oficial expedida pelo governo português, as respostas dos diplomatas em funções no estrangeiro, as cartas trocadas entre estes. Existe a noção de que o estudo da Restauração da Independência Portuguesa envolve um período conjuntural que se estende, pelo menos, por quinze anos, e que deve envolver uma intenção historiográfica comparativa, dado que, entre 1640 e 1655, o caso português foi usado como instrumento político por duas casas reinantes, em busca de hegemonia europeia, a de Áustria e a francesa: «O estudo das relações externas de Portugal é indispensável para o conhecimento do período crítico que decorre desde 1640 até

⁶⁰⁵ Cfr. Edgar Prestage – *Ministros Portugueses nas Cortes Estrangeiras no reinado de d.João IV e a sua correspondência*, in *Revista de História*, volume 4, número 1. Lisboa :Clássica Editora, 1915, pp.218-228.

1656, porque a autonomia do paiz foi um dos pontos capitaes na lucta entre a França e a Casa de Áustria, que tinha por objecto a supremacia duma dellas na Europa»⁶⁰⁶.

Edgar Prestage conhece os testemunhos coevos da Restauração, que em seu entender deram dela conta e nota de forma incompleta, como a *Chronica de Raphael de Jesus, ou o Tacito Portuguez de D. Francisco Manuel de Mello*, mas também não esquece o historiador oitocentista Rebello da Silva, na sua *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, lamentando, no entanto, o facto de o cultor de Clio se ter limitado ao ano de 1641. O erudito inglês assume a herança do Visconde de Santarém mas, de modo discreto, através de uma nota lacónica de pé de página, que quase se limita a descrever as circunstâncias da investigação levada a cabo pelo aristocrata, acrescentando-lhe um lamento significativo, no qual Edgar Prestage denuncia implicitamente o estado dos arquivos portugueses: «Devido ao reduzido numero de documentos impressos, o historiador português tem bastantes vezes de socorrer-se às fontes externas por mais accessiveis – e isto não obstante a boa vontade dos empregados da Torre do Tombo, e das bibliothecas de cá»⁶⁰⁷.

O esforço intelectual de Roma do Bocage é chamado para o corpo do texto e entendido como valioso. Do ponto de vista historiográfico, o artigo de Prestage alberga um instrumento de investigação construído pelo próprio, um índice de correspondência, que o britânico espera ver aproveitado por outros historiadores, demonstrando a importância da crítica futura à correspondência de diplomatas, que conhece bem, mas que se limita a inventariar. Este trabalho publicado na *Revista de História* alimenta-se de uma transição pretendida, mas não efectuada entre um esforço materializado, de natureza heurística e descritiva, e uma intenção reflexiva e hermenêutica. Do ponto de vista ideológico, o historiador lusófilo junta sua voz à Historiografia patriótica da independência Portuguesa, e toma por ela partido, revelando-se parcial e empático.

O primeiro contributo de Fidelino de Figueiredo nas páginas da *Revista de História*, no âmbito da História Diplomática, ocorre na sequência dos interesses do director do periódico pela História cultural e dos intelectuais. Numa das suas investidas naquele domínio, inscritas na publicação, dada à estampa entre Outubro e Dezembro de 1914, o autor traçara uma biografia de Leonor da Fonseca Pimentel, conhecida como *A Portuguesa de Nápoles*. Servira-se, para o efeito, de informações veiculadas em escritos de Croce, escritor que o português muito estima, mas não deixa de apontar-lhe lacunas nesta matéria e promete corrigi-las em breve. Essa correcção, publicada em 1915, intitula-se *Um Incidente diplomático em Torno da prisão de Leonor*

⁶⁰⁶ Edgar Prestage, *Ibid*, p.218.

⁶⁰⁷ *Ibid*.

da *Fonseca Pimentel*. De tal modo este artigo dialoga com o historiador italiano que o respectivo nome é citado nas linhas de abertura: «Com a Revolução napolitana de 1799, que por alguns meses alli conseguiu fazer vigorar o regímen republicano, revolução em que desempenhou tão influente papel a litterata luso-italiana, Leonor da Fonseca Pimentel, prende-se um pequeno incidente diplomático, que motivou troca de notas entre a côrte de Portugal e a das duas Sicílias. O Sr.B. Croce allude a este episodio muito de passagem, porque é de secundaria importancia, e porque não tinha a documentação official, que nós obtivemos e que vem a ser a exposição dos factos feita pelo protagonista do referido incidente e algumas notas diplomaticas»⁶⁰⁸.

Fidelino de Figueiredo realiza uma introdução aos documentos oficiais, a cuja transcrição e publicação procede no final do seu texto. Antes disso, no referido preâmbulo contextualiza historicamente os acontecimentos, descrevendo-os de forma narrativa, mas sem renunciar a interpretá-los e sintetizá-los. Leonor de Fonseca Pimentel era uma intelectual simpatizante da Revolução Francesa ocorrida em 1789 – não nomeada e explicitamente mas referida de modo alusivo por Fidelino – e foi presa em Outubro de 1798, por suspeitas de envolvimento em conspiração política semelhante, na cidade italiana de Nápoles, contra o rei D. Fernando. Quando a Revolução republicana eclodiu, entre Dezembro desse ano e Janeiro do seguinte, a *Portuguesa* encontrava-se encarcerada. Entretanto, foi libertada pelos revoltosos.

Fidelino Figueiredo trabalha um episódio diplomático que não considera comum, nem o inscreve numa História diplomática mais ampla; trata-o como incidente e congrega uma súpula de factos singulares, únicos e irrepetíveis, eximindo-se a ler o processo revolucionário como um mecanismo pré-determinado, mas insere-o num nexos causal que recusa qualquer teor apriorístico e situa os acontecimentos num espaço-tempo próprio e específico, dotado de historicidade. Todavia, paradoxalmente, o tempo cronológico e diacrónico da Revolução Republicana de Nápoles serve a Fidelino de Figueiredo como exemplo para nele intercalar as críticas à realidade Portuguesa em 1915: «Leonor da Fonseca Pimentel foi presa no principio de Outubro de 1798, já nas vespas da Revolução. Nós, portugueses, que recentemente temos feito uma dura aprendizagem do que sejam tempos revolucionarios, das desconfianças e intranquillidades que precedem e seguem os momentos de convulsão politica, das medidas extremas de defeza dos regimens, temos como perfeitamente justificada e explicada essa prisão»⁶⁰⁹.

⁶⁰⁸ Fidelino de Figueiredo – Um incidente diplomático em torno da prisão de Leonor da Fonseca Pimentel em 1798. In *Revista de História*, vol. 4, n.º 14, 1915, p. 259.

Note-se que a crítica a Croce aparece sob uma forma amena, como um reparo, antecedendo-a de uma justificação da ordem de prioridades do escritor italiano.

⁶⁰⁹ *Ibid.*, p. 259.

O intelectual sobrepõe duas revoluções ocorridas em países e momentos históricos diversos, anulando uma diferença, que põe em prática, de novo, ao descrever os acontecimentos revolucionários. Do mesmo modo, se a verdade histórica é parcialmente encarada como correspondência face aos factos narrados nos documentos publicados, não deixa de, por outro lado, ser manipulada em favor da ideologia conservadora de Fidelino de Figueiredo, avesso a revoluções.

No derradeiro trimestre da *Revista de História*, correspondente ao ano de 1916, Edgar Prestage voltou a escrever sobre a História diplomática, incidindo a sua atenção sobre a correspondência de João Gomes da Silva, sobretudo com D. Sebastião, mas também com Miguel de Moura. Consciente do valor e do carácter inédito da documentação que lhe chegou às mãos, o historiador britânico resolveu traçar e tornar patente o itinerário da respectiva proveniência. Agradece, por isso, desde as primeiras linhas do seu artigo, a D. Maria Palha, que lhe ofereceu o catálogo das obras constantes da respectiva biblioteca. Assim se demonstra o peso e o papel dos espólios privados no trabalho dos historiadores, que desenvolvem relações de amizade junto dos detentores de património, para promover a sua actividade, e angariar documentos, de modo a alimentar e desenvolver o ofício de Clio.

Neste artigo, Prestage concretiza a crítica documental que considerara necessária no seu estudo anteriormente dado à estampa na publicação em análise. Começa por referir-se, como foi dito, à proveniência da correspondência para, em seguida, realizar um pequeno enquadramento biográfico do autor e emissor das missivas, de modo a que se percebam ou tornem claras as circunstâncias da respectiva escrita, as motivações políticas, ideologias, religiosas do embaixador português, cujo perfil fica assim esboçado. Prestage fala dos pais do diplomata; o progenitor era guarda-mor do infante D. Luís e alcaide-mor de Moura. Segue-se a referência à carreira de Gomes da Silva, centrando-se nos anos em que, sendo Embaixador em Paris, troca correspondência com D. Sebastião. O historiador britânico corrige a data fixada por Barbosa Machado para a chegada a Paris, 1571, e sustenta que tal aconteceu no início do ano anterior. Note-se que Prestage critica Barbosa Machado por não ter lido todos os documentos de que dispunha cuidadosamente. Distancia-se assim do enciclopedismo daquele autor, provavelmente por considerá-lo insuficiente, advogando, em contrapartida, uma prática historiográfica alegadamente assente no exame escrupuloso de fontes.

Por outro lado, o massacre dos HHuguenotes às mãos dos católicos na noite de São Bartolomeu adquiriu foros de grande actualidade e impôs-se como tal à observação de Gomes da Silva, que defendeu o acto, mesmo que não se tenha demorado na respectiva consideração. Prestage deplora o modo violento da

expressão católica, mas é solidário com as razões do massacre. Não deixa de mostrar velada desilusão pelo facto de Gomes da Silva não ter sobreposto o seu alegadamente fervoroso catolicismo à pirataria como factor determinante na condenação dos HHuguenotes

Metodologicamente, o historiador inglês procura a verdade através do estudo objectivo e empírico dos documentos, mas deixa o seu catolicismo sobrepor-se a um nexos causal assente na historicidade dos factos, e inclina ou afeiçoa a respectiva interpretação, em nome da subjectividade das suas crenças pessoais. Três meses antes de ter saído artigo de Edgar Prestage, foi publicado na *Revista de História* o trabalho do aristocrata D. Francisco de Sousa e Holstein, que, desde o título deixa adivinhar uma intenção de biografar uma parte da vida de um diplomata: *O Conde de Castelo-Melhor em Londres* é um texto no qual a biografia como narrativa que acompanha uma vida em todo o ciclo biológico – do nascimento até à morte - cede o passo face à concentração na vida pública do biografado, e, dentro desta, à consideração de um momento específico ou particular, dotado de uma peculiaridade política, que ajuda a iluminar ou compreender o carácter da personalidade sobre a qual recai o objecto de estudo.

No texto de Prestage sobre Gomes da Silva, o estado de saúde e o perfil anímico do diplomata assumem um papel subsidiário na argumentação, sendo relegados para as últimas linhas. Para Holstein, o retrato físico e psicológico de Castelo Melhor é tão importante quanto os restantes prismas de análise, de tal modo que o artigo principia com a referência a esse enquadramento, que conjuga a exaltação dos valores morais do biografado com a apresentação de uma gravura, na qual avulta a sua fisionomia. Todavia, Holstein, na esteira daquele historiador britânico, escolhe o mesmo tipo de documentação para nutrir as suas investidas intelectuais e debruça-se sobre a correspondência de Castelo-Melhor, sobretudo a trocada com Duarte Ribeiro de Macedo, publicando-a.

Por outro lado, a Historiografia Diplomática praticada prolonga o cunho que o incidental imprime no curso dos acontecimentos, mas adensa-lhe a trama e confere-lhe a espessura das intrigas e conspirações de Corte. Holstein refere o longo exílio ao qual o referido Conde fora votado, a partir de 1669, em rota de colisão com o Regente D. Pedro II. Castelo Melhor foi para Turim e, em 1677, já se encontrava em Londres, despojado, em qualquer dos casos, de cargos oficiais, que preteria em função do apaziguamento de relações com o seu familiar directo. Na Corte inglesa, tornou-se amigo de D. Catarina e do marido, o monarca Carlos II. Em 1678, a rainha portuguesa foi envolvida naquela congeminação que ficou conhecida como *Papish Question*, a questão papista, segundo a qual o rei se encontrava, à revelia da sua vontade, refém

dos seus conselheiros católicos, havendo a suspeição, vertida em acusação, segundo a qual um deles, o médico Wakeman tentara envenenar o marido de D. Catarina, para muitos responsável por parte da situação. Entretanto, o embaixador de Portugal em Londres, D. Francisco de Melo, faleceu, ficando vago o seu lugar. O monarca inglês e a sua mulher tentaram que fosse ocupado pelo seu amigo Castelo Melhor. As negociações pareciam bem encaminhadas, mas o Conselho de Estado, composto por aristocracia hostil a Castelo Melhor, inverteu o sentido da nomeação, apenas com um voto contra, e indicou o Marquês de Arronches, que servira nos Países Baixos e em Madrid, como embaixador em Londres, onde entrou oficialmente a 17 de Maio de 1779. Francisco Holstein não duvida da carreira nem do mérito derivado das qualidades técnicas deste diplomata, apenas critica a sua tendência para a mentira e a intriga seguindo, para o efeito, as linhas gerais do desabafo, nesse sentido, de Castelo Melhor a Ribeiro de Macedo.

O Marquês de Arroches foi recebido em Londres com pompa aparente e efectiva distância. Remeteu-se, nos primeiros tempos, a uma presença discreta, mas depois começou a conspirar contra Castelo Melhor, mantendo todavia a aparência de trato cordato nas aparições oficiais. Simultaneamente, deu-se o julgamento do médico Wakeman e Castelo-Melhor aguardava apreensivo o desfecho do caso, sempre temendo as consequências negativas para D. Catarina se o clínico fosse considerado culpado. Todavia, tal não sucedeu e concretizou uma absolvição, e, com ela, impuseram-se tempos de acalmia.

Desde as primeiras linhas do artigo de Francisco Holstein sobressai o panegírico de Castelo Melhor, cujo carácter parece o de um santo, de tal modo é apresentado como moralmente impoluto: «Uma coisa lhe faltou que o fez ceder aos seus inimigos; o animo para se desfazer delles como o tiveram D. João II, Richelieu e Pombal».⁶¹⁰

O quadro vivencial de Holstein, também ele diplomata, fê-lo aceitar sem contraste e contradição o depoimento do Conde de Castelo-Melhor perante os amigos, e a resposta destes. Faltou-lhe analisar outro tipo de fontes como ofícios do monarca, acordos, tratados. Todavia, os documentos oficiais não lhe interessavam, pois poderiam obrigar a matizar e atenuar o retrato heróico daquele aristocrata. Mesmo os documentos estudados pelo articulista foram habilmente canalizados para citações, nas quais se nota o suporte da argumentação principal. Todavia, a respectiva transcrição no final do texto, confirma que são portadoras de outras informações nas entrelinhas, que poderiam obrigar a relativizar o elogio a Castelo Melhor. Os factos

⁶¹⁰ Francisco de Sousa e Holstein – *O Conde de Castelo Melhor em Londres. In Revista de História*, vol. 5, n.º 19. Lisboa: Clássica Editora, 1916, p. 193.

descritos são utilizados como elementos de prova, mas revelam-se sobretudo preciosos para a construção de uma visão da História partidária da personalidade em causa. O tempo cronológico e diacrónico da estadia de Castelo-Melhor em Londres impõe-se, na aparência, mas, no respectivo substrato encontra-se uma temporalidade de cariz psicológico e subjectivo. Quanto à verdade Histórica, também sofre inflexão análoga. Parece conformar-se com a objectividade dos factos, mas inclina-os em favor da defesa total e absoluta da *dignidade de Castelo Melhor*.

Holstein, a exemplo de Prestage, também conseguiu documentos através da ajuda de um elemento da família Palha, de nome Fernando, e agradece, expressa e publicamente o seu auxílio. Demonstra, por outro lado, conhecer igualmente o *Quadro Elementar do Visconde de Santarém*, mas, ao contrário do britânico, não aprofunda tanto a bibliografia secundária que tece a rede de contactos e de estudiosos dedicados à temática em análise, mas abre uma excepção para congratular-se com a recepção e reabilitação inglesa sua contemporânea da figura de D. Catarina, através do esforço, louvado, de Lillias Campbell.

O também aristocrata Eduardo Burnay dedicou-lhe, igualmente, um artigo⁶¹¹, publicado em 1918, e também não negligenciou a forma como, no dealbar do século XX, o Conde era tratado no estrangeiro. Para tal, procedeu à leitura de *The Iron Mask*, do escritor Lung. Neste romance, o seu autor envolve o Conde de Castelo-Melhor na tentativa de envenenamento de Manuel II da casa de Sabóia, em conjunto com vários nobres franceses, a partir de 1675. Como Castelo-Melhor estivera exilado em Turim, esta associação ganhou plausibilidade. Todavia, Burnay desmontou esta linha argumentativa, deixando implícito que a História diplomática não deve fazer-se apenas através de fontes secundárias, indirectas, nomeadamente as de teor ficcional. Para o colaborador da *Revista de História* é necessário o recurso a documentos da época tratada. A sua interpretação leva-o a concluir que Castelo-Melhor conhecia os nobres conspiradores e, talvez, os seus intentos, mas não terá participado da tentativa de envenenamento. Desiluda-se quem esperasse uma transcrição ou crítica documental explícitas e sistemáticas por parte de Burnay, que se limita, de modo impressionista, a desmistificar um ponto de vista com o qual não concorda, sem analisar detalhadamente os motivos da discordância. Existe um fundo moral na sua intervenção, que se sobrepõe à escarpelização e activação de instrumentos analíticos. A descrição cronológica de acontecimentos prima pela ausência, tal como o estabelecimento de nexos de causalidade entre eles. A noção de verdade defendida

⁶¹¹ Cfr. Eduardo Burnay – O Conde de Castelo Melhor e os envenenadores das Côrtes de França e de Sabóia. In *Revista de História*, vol. 7, número 28. Lisboa: Clássica Editora, 1918, pp.313-315.

pelo articulista da Revista de História comporta uma adequação à tese que sustenta as convicções de Burnay.

Progressivamente, impõe-se a colaboração de aristocratas na *Revista de História* no domínio da História Diplomática, Tal incidência é passível de derivar do facto de estes homens se interessarem pela genealogia e pelas actividades de outros que no passado detinham a mesma condição social, que lhes permitia tornar diplomatas. O ano de 1918 foi dos mais prolíferos na matéria em apreço, contando com 5 artigos sobre o assunto, o já citado de Eduardo Burnay, mas também os do Conde de Tovar e de Edgar Prestage, ambos relativos a Frei Dinis de Alencastre e o do nobre D. João Manuel de Noronha sobre a estadia de Gomes Freire na Rússia, país sobre qual também se debruçou o historiador britânico referido, que se deteve sobre o primeiro embaixador português no país. Quando publicou os nomes de embaixadores portugueses noutros países da Europa e indicou as respectivas correspondências Edgar Prestage estava a procurar lançar uma nova luz, a da História Diplomática sobre as Guerras da Restauração. A sua exortação à continuidade dos trabalhos obteve resposta positiva. Prova disso, o artigo do Conde de Tovar - que escrevera na *Revista de História* sobre História Militar - relativo a Frei Dinis de Alencastre, no qual o colaborador do periódico assume o legado do mestre e o efeito catalisador do seu exemplo, dado que o britânico escrevera sobre o referido diplomata um apontamento no número anterior da Secção de Factos e Notas.

Tovar identifica as fontes do Arquivo de Paris nas quais recolheu informações sobre a missão secreta de Dinis de Alencastre naquela cidade, para a qual partiu a 22 de Junho de 1622, passando também pela Holanda, quando as embaixadas oficiais já estavam de regresso. Mais uma vez se ressalva, ressalta e surpreende a relevância da documentação oficial como veículo para o estudo das movimentações secretas e oficiosas da História Diplomática. Conhecedor da relevância da correspondência citada, o Conde de Tovar realiza um breve sumário de cada documento, mas apenas publica o primeiro, talvez por ter-se desencadeado toda a missão através dele. Trata-se de uma carta de D. João IV a Richelieu a enviar o sobrinho a Paris e tem a data de 22 de Junho de 1641. Na segunda missiva, de 14 de Agosto, é Frei Dinis quem se dirige ao Cardeal, participando-lhe a sua entrada na Cidade. A 21 do mesmo mês foram remetidas as credenciais do diplomata e o Ministro Francês respondeu afirmativamente a 4 de Setembro. O Conde de Tovar não procede á crítica aprofundada destes materiais oficiais, mas aproveita as pistas que dão, de forma a revelar as intenções ocultas da missão de Alencastre, e que passam por um apoio de Portugal à França e Holanda na luta contra a Espanha. Antes de chegar a Paris, o diplomata encontrara-se com o embaixador de Portugal nos Países-Baixos, Mendonça

Furtado. Tovar alinha com Prestage no argumento segundo o qual o rei Português, quando enviou Alencastre a Paris, talvez desconhecesse a assinatura de tratados com a França, a 1 de Junho, e a Holanda, a 12⁶¹².

Edgar Prestage retoma o assunto e responde directamente ao Conde de Tovar, com quem manifesta sintonia de propósitos, pontos de vista e teses sustentadas. O britânico assume, uma vez mais, o papel de catalisador das investigações e torna-se portador explícito de novidades no artigo *Frei Diniz de Alencastre – novas investigações*. O historiador britânico descobriu três instruções secretas dadas ao Conde da Vidigueira em Março de 1642. Uma vez mais se insiste no secretismo da documentação e da missão.

Edgar Prestage termina o seu artigo fazendo apelo a uma síntese historiográfica, que funciona, simultaneamente, como operação cognitiva – tendente a afirmar uma visão do ofício de Clio que lhe confere grande importância – e enquanto ponto de situação da matéria em causa, do qual o historiador lusófilo é o arauto, assumindo-se, indirectamente, como chefe de fila das investigações sobre diplomatas no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo: «Se tenho razão, a missão de Frei Dinis de Lencastre visava dois fins, sendo um e o mais importante o auxilio da França á projectada revolução na Hespanha, e o outro o aprisionamento da frota de prata. Desta maneira, as palavras da carta do cardeal de Richelieu sobre cuja interpretação o Sr Conde de Tovar com razão hesitava, teriam explicação facil. Talvez haja no archivo de Simancas ou na Casa de Medina Sidónia documentos que elucidem por inteiro esta questão interessante»⁶¹³.

Prestage continuou a escrever na *Revista de História* sobre História Diplomática, á procura de documentos inéditos ou de informações pouco conhecidas deles decorrentes. Debruça-se sobre mais um perfil biográfico, o do ministro plenipotenciário de Portugal naquele país situado entre a Europa e a Ásia. Trata-se de Francisco José Horta Machado.

Em seguida, Edgar Prestage descreve a natureza das fontes em presença e refere: os copiadorees dos ofícios de Horta Machado para Lisboa e dos seus colaboradores, que o substituíam na sua ausência – os encarregados de negócios e de Correspondência, Francisco José Oliveira e Francisco Xavier de Noronha Terezim; os ofícios dirigidos ao Provedor da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro; o livro de contas, com as despesas do Ministro em Haia e São Petersburgo; o livro das normas diplomáticas da Rússia (1783); o catálogo do cartório da Secretária do

⁶¹² Cfr. Conde de Tovar – Frei Dinis de Alencastre. In *Revista de História*, vol. 7, n.º 25. Lisboa: Clássica Editora, 1918, pp. 47–53.

⁶¹³ Edgar Prestage – Frei Dinis de Alencastre: novas informações. In *Revista de História*, vol. 7, n.º 28. Lisboa: Clássica Editora, p 322.

Ministério; a lista dos ofícios expedidos para Lisboa. Contudo, o historiador britânico não se limitou a considerar esta documentação. Perguntou a Carlos Pinto Garcia, director do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, se não havia mais fontes e este facultou-lhe a correspondência de Horta Machado. Antes de sobre ele se debruçar, publicando apenas um documento, o historiador britânico datou as presenças, ausências e regresso do ministro na e á Rússia. Aí estivera entre 1778 e 1783, tendo havido um interregno de dois anos, seguido de uma permanência até 1790. Horta Machado voltou àquele país de leste entre 1795 e 1797. A análise da correspondência do diplomata leva Prestage a concluir que são poucos os informes sobre aquilo que verdadeiramente lhe interessava; a relação com a Imperatriz Catarina II, em detrimento dos detalhes sobre comércio, força militar e naval, sendo preterido o aprofundamento de questões culturais que permitissem traçar o perfil intelectual de Horta Machado, outro dos fitos de Prestage.

Este historiador destaca, para terminar, as *Instruções para Lisboa*, enviadas pelo ministro Português na Rússia ao novo imperador, que pouco caso dele fazia. Nelas dá conta da oportunidade de incremento de Negócios e de exportações russas na França ao tempo da Revolução Francesa. Politicamente, Pedro I era conservador face às influências revolucionárias francesas.

Prestage, no seu estudo, refere que Gomes Freire de Andrade foi contemporâneo de Horta Machado na Rússia, aí desempenhando as funções de Militar no exército imperial. No derradeiro número da *Revista de História* publicado em 1918, D. João Manuel de Noronha decide dedicar-se a essa estadia, através do artigo *Gomes Freire Na Rússia*. Trata-se de uma investida sobre a carreira desta figura histórica que, sendo militar, desempenhou actividades com implicações diplomáticas. Daí a inclusão deste artigo nesta última área de estudo, quando, por formação de base, o seu protagonista pertencia ao primeiro domínio referido.

A motivação do colaborador do periódico é clara: reagir contra os elogios que o *Diário de Notícias* de 13 de Agosto de 1918 dirige a uma obra de António Ferrão, homónima do título escolhido pelo aristocrata ante-citado, que desenvolve uma recensão crítica ao trabalho do intelectual republicano, cuja obra leu após a nota saída naquele jornal. Manifesta-se assim um dos circuitos possíveis de captação de informação como catapulta de investigações a desenvolver pelos eruditos. Estas compaginam, em boa parte dos casos, o esforço científico com a vontade de afirmação dos autores nos círculos intelectuais, culturais e políticos nos quais se movem ou procuram movimentar-se: «Um tão rasgado elogio provocou-nos o desejo de ler o livro. De antemão esperávamos ir encontrar um estudo modelo, belamente redigido e concebido. Do senhor A. Ferrão sabíamos que fora oficialmente

encarregado de compor a *História* do Marquês de Pombal. Do seu trabalho davam-nos lisonjeira ideia, não só as palavras do considerado órgão da imprensa lisboeta mas também a aprovação que lhe conferira a Academia de Ciências de Portugal. Fomos pois, ler o volume. A triste impressão que ele nos deixou, verá o leitor justificada pela série de observações e transcrições adiante feitas. O elogio do Diário de Notícias, repetido e ampliado por outros periódicos, faz-nos considerar como dever a publicação desta ligeira crítica».⁶¹⁴

Nestas palavras ressoa, em tom assertivo e exclamativo, o propósito principal que instiga Noronha e se situa na desmontagem do trabalho de um suposto *pseudo-historiador*, apontando-lhe supostas falhas, erros, omissões, de forma a impedir ou minorar repercussões internacionais negativas decorrentes da recepção de estudos semelhantes, com impacto eventual na imagem da nossa Historiografia no estrangeiro. Ao expurgar os exemplos alegadamente perniciosos, o colaborador da publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo usa uma revista como contra-corrente de outros periódicos que elogiam estudos alegadamente sem qualidade. Não por acaso, certamente, o único que nomeia é um jornal, previsivelmente mais preocupado com a actualidade política e social do que com a evolução da Ciência Histórica. É, no entanto, no território da pesquisa científica que D. João Manuel de Noronha procura, estritamente, inscrever-se, esforçando-se por afastar motivações pessoais da sua escrita: «Como esclarecimento, para evitar trabalho aos caluniadores, diremos desde já que, contra o Sr. Ferrão, não nos move qualquer má-vontade. Não conhecemos, nem de vista, o vogal da Academia de Ciências de Portugal. Não se trata de qualquer baixo pessoalismo, mas de serena, desapaixorada, imparcial opinião de quem considera duplamente vergonhoso, para o Autor e para a Academia, o *Gomes Freire na Rússia*»⁶¹⁵.

Note-se que esta referência à Academia de Ciências é a segunda em escassas linhas, situação que denota o embaraço de Noronha por ter que criticar uma instituição que admira, mas que, na circunstância em análise, o desiluiu. Quanto ao livro que esteve na base desta polémica, a respectiva recensão principia pelos reparos às falhas de índole científica, nomeadamente as verificadas no apuramento de factos. António Ferrão é criticado por elogiar exageradamente Gomes Freire de Andrade, procedendo a um enquadramento demasiadamente alargado da sua entrada na Rússia, recuando trinta e oito anos na História do país e ao casamento de D. Catarina de Bragança, quando, por economia narrativa, ou coesão argumentativa, poderia ter-se cingido àquele acontecimento.

⁶¹⁴ D. João Manuel de Noronha – Gomes Freire na Rússia. In *Revista de História*, vol. 7, n.º 28. Lisboa: Clássica Editora, p. 300.

⁶¹⁵ *Ibid.*, pp. 300-301.

João Manuel de Noronha deplora a linguagem utilizada pelo autor de *Gomes Freire na Rússia*, considerando-a pouco cuidada, algo desleixada, a carecer de precisão, rigor e sobriedade, próprios de textos que se pretendem científicos. As traduções de documentos do francês também merecem notas negativas, são classificadas como péssimas. Noronha acusa Ferrão de ter-se apaixonado pelo herói do seu estudo, exagerando em certas ocasiões, como na passagem em que refere que Freire de Andrade foi o militar que mais honrou Portugal na Rússia. Para além disso são-lhe apontadas invenções, como por exemplo, a sua expressão de opinião sobre o conteúdo, alegadamente patriótico, de uma carta de Gomes Freire à segunda marquesa de Pombal, que Ferrão nunca encontrou e, acto contínuo, não lera.

As cartas emitidas pelo militar que estavam na posse do republicano contêm, supostamente, erros de datação ou de atribuição do destinatário, como aquela dirigida ao Genro do Marquês de Pombal e não ao próprio, o contrário do que asseverava Ferrão. Percebe-se agora melhor as razões pelas quais D. José Manuel de Noronha necessitou da *Secção de Artigos* para fazer uma recensão crítica à obra de um colega. De facto, trata-se da denúncia de alegadas más práticas historiográficas que necessitavam de maior espaço para serem apontadas, rebatidas, apresentando-se alternativas. Não está apenas em causa a crítica a um livro, mas discute-se e deplora-se, através dela, um modo de fazer História. Todavia, as divergências científicas escondem outras, de cariz ideológico, mas Noronha camufla-as por detrás de um discurso que pretende, em primeira instância, obliterá-las, conforme se torna patente na síntese que se esforça por patentear no final do seu texto: «Em conclusão: A obra do Sr. A. Ferrão, muito elogiada pelas gazetas, publicada a expensas da Academia de Sciencias de Portugal [quarta referência directa], segue um plano defeituoso. As referências a factos da História Nacional encerram inexactidões numerosas. Esta obra do Sr. A. Ferrão não o consagra como historiador»⁶¹⁶.

Noronha era, certamente, mais conservador do que Ferrão e veria como negativa a aproximação de Gomes Freire a Pombal. O Marquês era encarado como um símbolo dos ideais revolucionários que tinham triunfado em Outubro de 1910 e isso terá influenciado a apreciação do colaborador da *Revista de História*, sem que este o admita, e insistido em movimentar-se apenas, pretensamente, em domínio científico, dentro do qual, pelo menos retoricamente, parece inscrever-se no território de uma crítica erudita, dado que exalta a necessidade de leitura escrupulosa de documentos.

No ano de 1919, os contributos para a Historiografia Diplomática saídos na *Revista de História* reportam-se aos finais da Idade Média e inícios da moderna,

⁶¹⁶ *Ibid.*, p. 309.

respectivamente. Trata-se, no primeiro caso, de *Cartas de Lopo de Almeida a Afonso V*, e, no segundo, de uma pequena biografia de Mestre João Bermudes, da autoria de um outro colaborador do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, o jesuíta Francisco Rodrigues. Conforme se refere em nota de redacção. *As Cartas (...) são publicadas porque a redacção considera que são pouco divulgadas, apesar de muito citadas: «Nota da Redacção – Do tomo 1 das Provas Genealógicas da Casa Real Portuguesa, de D. António Caetano de Sousa, reproduzimos estas curiosas cartas, repetidamente citadas, mas pouco divulgadas (...)»*⁶¹⁷.

As missivas em causa demonstram que os casamentos entre membros de Cortes europeias são momentos de relevância política, mas também envolvem relações diplomáticas, alimentando-as e reforçando-as.

A publicação das cartas de D. Lopo de Almeida demonstra e reitera a intenção de fazer História e Historiografia Diplomáticas baseadas na divulgação de fontes por vezes pouco ou mal conhecidas. A redacção do periódico deixa falar os documentos, numa tentativa de salvaguardar a interpretação de cada leitor, não exercendo sobre eles qualquer crítica, nem relações ou nexos causais. Não existe crivo ou selecção sobre os factos narrados ou descritos que se supõe corresponderem à realidade do que aconteceu, sendo a verdade histórica entendida como correspondência face a essa realidade.

O texto sobre o mestre João Bermudes foi dado à estampa antes das missivas de D. Lopo, mas analisamo-lo em seguida para respeitar certa sequência diacrónica dos assuntos versados. Este cirurgião, que viveu no século XVI, participou na viagem ao Preste João. Mais uma vez comparece um périplo enquanto catalisador de peripécias e relações diplomáticas. A personalidade em causa foi ascendendo socialmente, tornando-se consecutivamente companheiro de um embaixador, embaixador do Preste João ao Papa e ao Rei de Portugal, tendo sido feito clérigo e Patriarca da Etiópia e Alexandria.

O colaborador da *Revista de História* Francisco Rodrigues duvida da licitude na atribuição deste último cargo e procede à leitura de crónicas e fontes primárias para confirmar a sua tese. Todavia, tanto a breve biografia de Bermudes como as provas que se lhe seguem são antecedidas pela abertura do artigo, na qual o historiador jesuíta expõe a sua concepção de História e memória histórica – à qual o autor nunca se refere nestes termos –, considerando que aquela é um espelho da vida de cada um, na qual o reconhecimento público favorece tantas vezes aqueles que constroem consensos, através de contactos sociais intensos, ao arrepio da demonstração de

⁶¹⁷ Lopo de Almeida – *Cartas de Lopo de Almeida a Afonso V*. In *Revista de História*, vol. 8, n.º 32. Lisboa: Clássica Editora, 1919, p. 293.

qualidades pessoais de trabalho, ofuscando os que mais encómios merecem: «Na História deve cada qual ter a posição que as suas acções lhe mereceram durante a vida. Assim é que muitos que largos annos jazeram esquecidos e vilipendiados, mão investigadora e bemfazeja os foi levantar do abatimento immerecido e os collocou, luminosos de gloria, na galeria de personagens illustres, outros, pelo contrário, que longos seculos talvez receberam o incenso do louvor só justamente tributado a feitos gloriosos, houveram por fim de ser ignominiosamente derribados da peanha a que os sublimára o embuste e a credulidade. Ora, creio eu que o famigerado João Bernardes está no numero daquelles que não teem occupado o logar que por seus merecimentos lhes compete. É das attribuições da História collocá-lo definitivamente no seu posto»⁶¹⁸.

Subsiste nestas considerações um entendimento da História como algo que escapa à neutralidade, dado que, mesmo quando tenta ser imparcial, implica escolhas, expressa apoios e críticas, resultantes da construção discursiva, que não se exime a julgar as personalidades envolvidas nos acontecimentos. Todavia, é mais comum o resgate historiográfico do esquecimento de certas personalidades, do que o exercício inverso, proposto por Francisco Rodrigues. Para consubstanciar o seu itinerário, o jesuíta expõe factos da vida de Bermudes, respeitando a sequência cronológica das respectivas datas.

A favor da tese que defende que Bernardes fora nomeado patriarca encontram-se vários historiadores e cronistas, desde o século XVI: Gaspar Correia, Diogo do Couto, Jorge Cardoso e os padres, Pedro Pais, Manuel Bernardes e Afonso Mendes. Do outro lado, sustentam a posição contrária: Manuel de Almeida, Fortunato de Almeida e o Conde de Ficalho. O jesuíta Francisco Rodrigues confirma esta segunda perspectiva através de documentos, tais como a missa ordenada pelo papa ao cardeal St^a Cruz, que confirma que Bernardes era um intruso. A informação de 1580 comprova que o antigo mestre forjara a Bula Papal para iludir o Imperador. Instado a confirmar esta situação, o cirurgião disse que perdeu aquele documento. Bernardes redigira uma relação preñhe de imaginação através da qual pretendia auto-justificar-se, mas, segundo Rodrigues, não possuía aptidões eclesiásticas nem doutrina ou ciência suficientemente sólidas para ser proposto como Patriarca.

A estrutura do estudo do historiador jesuíta é dedutiva ao nível das operações cognitivas concitadas. O autor começa por expor o seu ponto de vista acerca da História, demonstrando que a subjectividade do historiador nela intervém e condiciona o trabalho empírico, precedido de notas narrativas de índole biográfica acerca de João

⁶¹⁸ Francisco Rodrigues – Mestre João Bermudes. In *Revista de História*, vol. 8, n.º 30. Lisboa: Clássica Editora, 1919, p.119.

Bernardes. Descritos estes factos contextualizadores, Francisco Rodrigues expõe as teses historiográficas em disputa e depois tenta testá-las, escolhendo uma para a qual carrega factos e documentos como elementos de prova. Neste artigo demonstra-se que as matérias relativas às hierarquias religiosas também podiam ter um fundo político e diplomático.

Entretanto, depois de um interregno, em 1920, a História Diplomática regressou à *Revista de História*, uma vez mais pela pena de Edgar Prestage, que continuou a investigar a documentação produzida durante as guerras da Restauração, com o intuito de demonstrar a natureza diplomática destas e a dependência de Portugal face ao conflito entre a França e Castela. O historiador britânico toma, de novo, o *Quadro Elementar* do Visconde Santarém como ponto de referência, mas recorda que o seu autor se encontrava fora do país quando recolheu documentação sobre as relações diplomáticas entre Portugal, França, Inglaterra e Santa-Sé e era necessário pesquisar nos arquivos portugueses. Esta reiteração de um lamento sobre Santarém prova o quanto esta questão alimentava detida e prolongadamente o espírito de Prestage, que demonstra conhecer bem os trabalhos dos historiadores seus contemporâneos. Em nota, destaca que no seu trabalho sobre as relações diplomáticas entre Portugal e França, Leite de Vasconcelos não cita as fontes. O estudo de Gomes de Carvalho sobre a matéria é considerado melhor pelo cultor de Clio inglês

Sobre os esforços de Bicker e do *Corpo Diplomático Português*, aquele colaborador do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo louva ambos mas lamenta que se confirmem a constituir-se como colecções documentais, a carecer de interpretação que, quando existe, é alegadamente mal direccionada, como acontece na *Introdução ao Corpo Diplomático*. Preocupado com o rastreio de fontes primárias, Prestage resume e publica três documentos que considera inéditos, mas não discute as implicações históricas dos factos neles incluídos, reservando essa tarefa para outros historiadores, aos quais volta a endereçar um apelo, ao jeito de contida exortação.

Ainda no ano de 1921, outro colaborador da *Revista de História*, Carlos de Passos, apresentou o seu artigo *Luís António de Verney, secretário régio em Roma*, no qual dá conta da acção diplomática desta personalidade na cidade referida, tendo o objectivo de resgatar o nome de Verney de um alegado esquecimento a que era votada a vertente da sua biografia pessoal que transcende aquela que respeita ao contributo do autor na e para a História literária portuguesa: «Muito embora Luiz António Verney seja uma das figuras predominantes da nossa historia litteraria, decorre da sua vida publica mui mal conhecida, mui padecente de carrancudas trevas,

mórmente na honrosa e bem honrada situação de secretário régio no épico lance das luctas de Pombal com a preclara Companhia de Jesus».⁶¹⁹

Estas palavras, escritas de modo enfático, num tom majestático, expresso através do recurso a um léxico elaborado, de sabor anacrónico, demonstram a vontade de suprir uma lacuna historiográfica e fazer justiça a uma suposta verdade histórica, segundo a qual, quando não foi esquecido pelos estudiosos, Verney foi maltratado e vilipendiado pelos seus contemporâneos, como Francisco de Almada, ministro plenipotenciário de Pombal, apodado de *vilão de pergaminhos* por Carlos de Passos, que alinha por uma Historiografia assente numa avaliação de carâcteres, em clave dicotómica, segundo a qual há os *bons* e os *maus*. O colaborador da *Revista de História* pratica o ofício de clío como se este fosse um tribunal. Aliás, a Historiografia diplomática que realiza alinha pela denúncia de conspirações e intrigas, e pela absolvição daqueles que são alvo desses actos. Prova disso, a ausência de referência às actividades diplomáticas concretas do secretário régio, ou às ideias que tinha sobre o seu cargo. Pelo contrário, o historiador baseia-se, quase em exclusivo, numa fonte primária de autor anónimo, *A Relação da perseguição que Francisco de Almada e Mendonça, Ministro Plenipotenciário de Portugal em Roma fez a Luís António de Verney, Secretário de Legação, desde Mayo de 1768 até todo Junho de 1771*. Também se seleccionam algumas passagens, escassas, de cartas circunscritas da autoria de Francisco de Almada.

Carlos de Passos segue, sem crítica, interna ou externa, os argumentos da referida *Relação* (...), toma-os como factos irrefutáveis, parte de uma a verdade única, insofismável, perene e absoluta: Francisco de Almada tinha ciúmes e inveja das capacidades de Verney. Carlos de Passos realiza um breve esboço biográfico do antigo secretário em Roma mas o seu principal propósito é materializar um panegírico do intelectual, ressaltando as qualidades do autor como arcediogo de catedral em Évora, em 1742, e responsável pelo *Verdadeiro Método de Estudar*, lido sobretudo como um livro reformista em relação ao ensino e não enquanto peça contestatária face ao governo de D. João V, que apoiou a publicação da obra. Acrescente-se que o colaborador da *Revista de História* não se pronuncia directamente sobre as várias reformas pedagógicas e filosóficas implicadas nesse texto publicado aquando da estadia de Verney em Roma, mas parece interessado, indirectamente, em matizar eventuais leituras anti-jesuíticas que dele se façam. Lembre-se que apodara de *preclara* a Companhia de Jesus.

⁶¹⁹ PASSOS, Carlos de – Luís António de Verney, secretário régio em Roma. In *Revista de História*, vol. 10, n.º 39. Lisboa: Clássica Editora, 1921, p. 217.

Carlos de Passos era monárquico, conservador e católico convicto. Talvez considerasse Pombal um cultor dos ideais da maçonaria, contra os quais se colocava e pronunciava, sem dizê-lo explicitamente.

O carácter anti-maçon das afirmações de Carlos de Passos apenas se pode admitir, ou projectar, nas entrelinhas do texto em análise, já que nunca é assumido sem tibiezas, nem o autor toca claramente no assunto. No caso do colaborador da *Revista de História* ao qual temos feito referência é difícil estabilizar e fixar, o grau de impregnação anti-maçónica do seu pensamento. Contudo, o modo como termina o seu texto deixa claro o seu catolicismo: «Finis Laus Deo, Mez de Maria de 1921»⁶²⁰.

O facto de ser-se católico não implica, necessariamente, a assunção de uma posição avessa à Maçonaria. Todavia, Pombal nutria simpatia pela instituição e Carlos de Passos critica fortemente este estadista, ao qual acusa de não ter tido coração no afastamento de Verney. Antipombalismo? A frase seguinte, proferida pelo articulista da publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo, possui expressividade a convidar discussão mais ampla, mas é suficientemente elucidativa: «(...) Mais uma prova de que o Marquês de Pombal tinha pelos no coração (...)»⁶²¹.

No ano de 1922, Edgar Prestage regressou às páginas da *Revista de História* e a um tema que lhe era dilecto, escrevendo sobre ele diversas vezes: a Diplomacia Portuguesa durante as Guerras da Restauração e após a declaração de Independência face a Espanha.⁶²² O autor procura demonstrar a importância e a complexidade da Diplomacia e do seu papel ambíguo, umas vezes como alternativa outras enquanto complemento ao conflito bélico que se seguiu a 1640. Por vezes coexistiam acções respeitantes às duas tipologias citadas. Apoiado em fontes primárias que examina com rigor, efectuando as respectivas críticas documentais interna e externa, o colaborador britânico da Revista dirigida por Fidelino de Figueiredo procura reconstituir alguns traços biográficos de Francisco de Andrade Leitão que foi enviado a Inglaterra em 1641 e à Holanda no ano seguinte, neste segundo caso devido ao facto de os holandeses não terem respeitado no Ultramar, mormente em Angola, o acordo efectuado com Portugal no ano anterior.

Em 1925, Fidelino de Figueiredo, certamente interessado em cimentar relações de diplomacia cultural com a Suécia, – tendo publicado um artigo sobre a presença da respectiva literatura na actualidade em Portugal e vice-versa, analisado noutro andamento desta investigação – resolveu utilizar o estudo do passado histórico do país nórdico como evidência de um processo mais vasto de intercâmbio, que pretendia

⁶²⁰ *Ibid.*, p 224

⁶²¹ *Ibid.*

⁶²² Cfr. Edgar Prestage – A Embaixada do Dr. Francisco de Andrade Leitão á Hollanda (1642-1644). In *Revista de História*, volume 11, número 44. Lisboa: Clássica Editora, pp. 241-258.

impulsionar e consolidar. O trabalho fideliniano em vertente análise não é, do ponto de vista metodológico e historiográfico, o mais frequente na trajectória do autor, dado que se trata, basicamente, de uma publicação de documentos, acerca dos quais só adianta as datas. A transcrição documental é precedida por uma breve nota de natureza heurística na qual o director da *Revista de História* se coloca sob influência e protecção de Edgar Prestage, cujo labor muito elogia e respeita. Esta referência ao historiador britânico talvez funcione como uma forma de admiração, mas também demonstra que Fidelino de Figueiredo reconhece que há grandes diferenças entre ele e o inglês no tratamento das fontes primárias inventariadas, dado que aquele se exime a debruçar – se sobre elas, poupando-se à crítica externa e interna de documentos. O esforço que realiza limita-se a mandar executar a transcrição dos testemunhos rastreados sem identificar, na sua introdução, o autor das missivas coligidas – o representante português na Suécia, João Gomes – ou o assunto da correspondência: «Como preparação para um estudo historico sobre as relações diplomáticas entre Portugal e a Suécia, nos annos de 1664 a 1650, publicamos a seguir 51 documentos de correspondência, com seus appendices que mandámos copiar na Biblioteca da Ajuda. Feita a publicação integral, faremos o nosso commentário critico e a nossa reconstituição de um pormenor do vasto quadro da diplomacia da Restauração, com mão de mestre delineado por Edgar Prestage em numerosas obras, já de synthese, já documentares. Apenas substituímos o costumado prologo das collecções de documentos por um posfácio»⁶²³.

Este artigo de Fidelino de Figueiredo demonstra que quase nunca dispensa o substrato documental como base das suas lucubrações teórico-interpretativas, mormente no âmbito da institucionalização da ciência da literatura, mas também em trabalhos como este em vertente análise, bem mais raros e tímidos, nos quais comparece um arremedo de historiador *tout court* que nunca se assume por inteiro no que tange à crítica documental e prefere construir instrumentos heurísticos como bibliografias ou subsídios documentais. Noutras ocasiões ainda, fora do periódico que dirige, manipula factos, por vezes de modo algo impressionista, em favor da sua ideologia política. Em suma, Edgar Prestage comparece como principal colaborador na *Revista de História* no domínio da Historia Diplomática, emergindo enquanto referência para muitos dos seus colegas. Por outro lado, o período da Restauração, ao qual se dedicou, é também prevacente no conjunto das abordagens analisadas, numa linha não providencialista, mas que conjuga a erudição documental com uma leitura nacionalista da História.

⁶²³ Fidelino de Figueiredo – Relações diplomáticas entre Portugal e Suécia (1644-1650). In *Revista de História*, vol. 14, n.º 56. Lisboa: Empresa Litteraria Fluminense, 1925, p. 266.

São impressionantes os contributos de diplomatas na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo. A Historiografia Diplomática patente nos artigos da *Revista de História* é tributária da Historiografia Política, composta por incidências de teor militar. Acresce que a prática historiográfica dominante parece devedora dos ensinamentos do Visconde de Santarém, sendo permeável a uma narrativa biográfica e diacrónica de acções diplomáticas portuguesas, essencialmente ligadas à política externa.

5.4. História Militar

A História Militar presente na publicação em análise tem um perfil semelhante à História Política e Diplomática, de natureza tradicional. Os acontecimentos de cariz militar ocorridos em diferentes épocas históricas não nos interessam em si mesmos, autónoma e independentemente, nas suas especificidade e particularidade. A respectiva consideração depende do modo como foram tratados pelos cultores e historiadores que os trabalharam, de forma amadora ou profissional, no seio da *Revista de História*. Partilhamos, parcialmente, o enfoque do historiador brasileiro Arno Wehling. O seu aviso prévio pode aplicar-se, em larga medida, à nossa investigação: «Atente-se que referimo-nos não à natureza de fenómenos de natureza militar no processo histórico, mas à presença de algum tipo de consciência reflexiva sobre o tema em determinada cultura. Dito de outro modo, a percepção da historicidade, gerando alguma forma de conhecimento histórico. Nas culturas em que se desenvolveu o conhecimento histórico, o estudo dos fenómenos militares fluiu da concepção geral sobre a própria historicidade, não se constituindo, como também ocorreu com os demais campos temáticos, segmento à parte. O que variou historicamente foi o significado atribuído aos fenómenos militares nas diferentes culturas, variação ocorrida em função das especificidades, inclusive os valores de cada uma»⁶²⁴.

A Historiografia militar possui uma História de vários séculos que convém ter presente sumariamente e de relance, de modo a perceber as suas reminiscências na escrita historiográfica oitocentista, salvaguardando que qualquer época não deve ser estudada como se tratasse de um bloco homogéneo e único. Tal aproximação apenas se justifica tendo em vista os fins panorâmicos que um enquadramento genérico pode concitar.

Convém confirmar a ideia inicial segundo a qual, na *Revista de História*, o tratamento da temática militar supera as perspectivas cíclicas e lineares da Antiguidade, bem como algum *providencialismo medieval* ou um certo *universalismo*

⁶²⁴ Arno Wehling – A pesquisa da história militar brasileira: apreciação metodológica. In *Da cultura*, ano I, n.º I. Brasília: FUNCEB, 2001, p. 35.

renascentista de matriz clássica em favor de um *racionalismo* atento à particularidade de cada momento histórico. A História Militar patente no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo é certamente tributária das metodologias historiográficas então dominantes, sofrendo a contaminação de outras áreas do saber nesta matéria, nomeadamente da História Política. Tentaremos entender a natureza, frequência e intensidade dessa relação, tendo presente o quadro prevalecente na Historiografia ocidental em geral até finais do século XIX e princípios do seguinte, já aludido, e sintetizado por Severiano Teixeira: «Da Grécia Clássica aos primórdios do século XX, o facto militar ocupou sempre um lugar central na Historiografia ocidental. Não é, certamente, por acaso que um dos textos fundadores da História é a História de uma guerra; a *História da Guerra do Peloponeso de Tucídides*. E não é, também, por acaso que até aos primeiros anos do século XX a narrativa do facto militar, geralmente associada ao facto político, constituiu a matriz fundamental do discurso historiográfico. A História era, então, concebida como a narrativa da sucessão, linear e contínua, dos grandes acontecimentos protagonizados pelas grandes figuras: os chefes políticos e os grandes generais, que não raras vezes se confundiam numa única e mesma pessoa – a do herói. Era o paradigma da História événementielle, como ficou conhecida (...)»⁶²⁵.

Parece incontestável que a Historiografia militar de inspiração oitocentista percorreu diversos caminhos, da narrativa de acontecimentos de natureza bélica até à crítica metódica, passando pelo ideal positivista, de Comte e Littré, que, preocupados com o progresso científico e a procura de leis gerais que determinassem os fenómenos, desvalorizavam a guerra, entendendo-a como forma de retrocesso civilizacional e identificando-a em absoluto com toda a História Militar. Por outro lado, a Historiografia Militar era muitas vezes encarada como discurso legitimador do estado-nação, edificando e comemorando o passado. O estado Português existe desde o século XII. Talvez se encontre aí parte da explicação para a reduzida expressão do comemoracionismo na *Revista de História*, pelo menos de modo explícito. A perspectiva positivista, por seu turno, prima pela ausência.

No periódico em análise, a História-batalha divide protagonismo com a crítica erudita baseada na Historiografia Política. Veremos qual delas obtém um maior destaque, nem sempre fácil de aferir ou individualizar, dado que se conciliam as duas tendências no mesmo discurso historiográfico: «Nesse modelo historiográfico, em que se associam frequentemente as influências de Ranke e Clausewitz, a Historiografia militar produzia-se em obras próprias ou em temas inseridos na Historiografia política,

⁶²⁵ Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata – Introdução geral. In *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 11.

segundo o padrão interpretativo do historicismo. Isso significava a recepção crítica de estudos históricos anteriores, sem a admissão do argumento de autoridade, a crítica de fontes documentais, o estabelecimento de textos e a interpretação do processo histórico por meio de processos hermenêuticos. Os temas militares subordinavam-se a dois tipos de inserção nessa Historiografia: a da “História-batalha” *tout court*, quando a descrição e análise giravam em torno de eventos propriamente ditos (...) e a da História militar no contexto da História política, a qual acabava por tornar-se, dada a proeminência muitas vezes dada àqueles temas, ela própria uma História-batalha *latu sensu*. (...). A própria obra de Ranke, em muitos aspectos, pode ser considerada neste quadro, como no Brasil as de Varnhagen, Rio Branco e Calógeras ou na Argentina a de Bartolomeu Mitre»⁶²⁶.

O número de artigos dedicados à História Militar no órgão informativo da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Nacional de Estudos Históricos é relativamente escasso, e os redactores não explicam essa exiguidade, mas talvez se deva parcialmente à vontade de inculcar o pacifismo numa altura em que o mundo foi devastado por uma guerra. Embora na *Revista de História* o eixo da ideologia que defende a ciência se desloque do âmbito das ciências naturais para as sociais, os respectivos efeitos fizeram-se sentir e terão levado a considerar a Guerra como factor de atraso e a preterir a História Militar ainda muito identificada com ela. No âmbito da História Militar, a publicação portuguesa dedicada a Clio exime-se a assumir uma antecipação qualitativa de uma *nova* História Militar, sendo ainda muito tributária dos discursos historiográficos oitocentistas. A influência da Historiografia Militar interpretativa e compreensiva de inspiração weberiana está ausente, assim como trabalhos assentes na análise das dinâmicas internas das instituições militares. Amanda Mancuso detectou o mesmo para o caso brasileiro: «Poucos eram os trabalhos que se preocupavam com a análise da dinâmica interna da instituição militar e, principalmente, sobre a maneira como esse *ethos* específico define a forma de pensar e de agir dos seus membros, conferindo-lhes características particulares que irão influenciar o modo como os militares se relacionam com o chamado “mundo de fora”»⁶²⁷.

A Historiografia Militar praticada na *Revista de História* possui características específicas. Convém perceber até que ponto foi influenciada pelos anseios, as vivências e angústias inerentes aos preparativos, às ocorrências e aos efeitos e

⁶²⁶ Arno Wehling – A pesquisa da história militar brasileira..., p. 38.

⁶²⁷ Amanda Pinheiro Mancuso – A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a história cultural. In *Revista História em Reflexão*, vol. 2, n.º 4. Dourados: UFGD, 2008, pp. 1-22, in http://www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/julho_dez_2008/arquivos/a-historia-militar-notas-sobre-o-desenvolvimento-do-campo-e-a-contribuicao-da-historia-cultural - acedido a 20 de Abril de 2009).

consequências da Primeira Guerra Mundial, que, como tema autónomo, não comparece, mas a sua influência pode fazer-se sentir em alguns apontamentos incluídos nos artigos, como notas introdutórias ou no interior dos textos, numa posição subalterna, intermédia, ou intercalar face ao assunto principal versado.

Em diversas ocasiões, aqueles que se debruçam sobre questões militares fazem-no a partir de dentro, dado que, antes de serem historiadores e, em alguns casos, alternativamente ao culto de Clio, ocupavam cargos nas diversas hierarquias militares, a cuja estrutura profissional pertenciam: «No que se refere à História militar propriamente dita, há também a registar vários contributos, no período a considerar. Entre outros, recordem-se os seguintes autores: Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, Fernando Maia, Francisco Sá Chaves e Augusto Botelho da Costa Veiga. História vista de dentro, dado que estes, assim como outros cultores da História Militar, eram eles próprios elementos integrantes da respectiva instituição militar? Em certa medida, assim é, de facto. É que, se os referidos autores se encontravam em boas condições para compreenderem os eventos militares – tácticas e estratégias, equipamento e movimentações, bem como a dinâmica das próprias batalhas – nem sempre a História militar era devidamente perspectivada nas suas inter-relações com os outros domínios da História nem tão pouco integrada na História geral. Além do mais, revelavam-se por vezes tendências para um certo imperialismo da dita História militares (...)»⁶²⁸.

Não deixa de ser curioso que nenhum dos nomes aventados tenha contribuído com um artigo sobre assuntos militares para a *Revista de História*. Mais insólita se torna a situação, se tomarmos em linha de conta que o primeiro-oficial referido assumiu um papel de destaque na redacção e assinatura da proposta de estatutos da Sociedade Nacional de História. Convém indagar o porquê da sua ausência nas páginas do veículo informativo e científico daquela instituição, sobretudo numa temática que o autor conhecia desde o interior do exercício prático profissional e sobre a qual reflectira fora e para além do circuito comunicacional específico do periódico. Magalhães Sepúlveda constitui um exemplo da dificuldade de etiquetar percursos intelectuais ou trabalhos deles resultantes, dado que a sua formação militar foi conciliada com o Curso de História e Filosofia no Curso Superior de Letras. Mais uma razão para colocar os seus mutí-modos saberes ao serviço da *Revista de História* e adensar a inquietação em torno do incumprimento desse desígnio. Tentar-se-á igualmente perceber o perfil dos colaboradores do periódico em questões militares, divisando se são essencialmente historiadores, oficiais do exército, ou se compaginam

⁶²⁸ J. M. Amado Mendes – *Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa...*, p. 393.

ambas as actividades, de modo a entender de que forma os respectivos trajectos profissionais afectam e influenciam os discursos historiográficos, orientando-os para questões práticas da vida militar ou para as codificações, ainda que incipientes, da Ciência de Clio.

Para enquadrar e compreender melhor o exposto, o contexto que extravasa a publicação revela-se essencial em diversas das suas vertentes, que extrapolam e complementam aquelas entretanto enunciadas. Deve evitar-se tomar como absoluta a coordenada de leitura que instaura e mimetiza a chave dicotómica descrita e que Aires Sepúlveda parcialmente contaria. Todavia, os militares que não eram formados em História poderão exibir um discurso historiográfico de índole científica mais afinado e estruturado pelos diapasões de Clio, do que certos historiadores sem experiência militar. Contrariamente ao que possa pensar-se, as revistas militares também tratavam outros assuntos, eventualmente minoritários, mas relevantes, na medida em que ajudam a desmistificar e ponderar o respectivo enfeudamento num exclusivo alegadamente conferido a questões de natureza militar. O estudo de José Luís Assis sobre a *Ciência e Técnica na Revista Militar [1849-1910]* ajuda a combater ideias feitas, recolocando e reconfigurando certas questões, num intervalo cronológico que precede o aparecimento da *Revista de História*⁶²⁹.

Os colaboradores daquele periódico eram, na sua maioria, militares e tinham formação científica e técnica, colocando ambas ao serviço da comunidade, ensinando os seus subordinados, mas não se remetendo, em exclusivo, á instituição militar. José Luís Assis confirma que «Há uma multiplicidade de funções exercidas pela maioria dos membros desta pequena comunidade científica se assim lhes podermos chamar».

Por outro lado, existem historiadores com conhecimentos militares aprofundados apenas por via teórica. Nem sempre o bom instrutor dos exércitos consegue ou tenta formalizar por escrito os seus conhecimentos, ou as respectivas doutrinas. Este cenário ficaria enriquecido se fosse promovida a comparação da temática militar na *Revista de História* com o tratamento dessa matéria em outras publicações coevas na esfera específica de Clio. Existem poucos estudos com este cariz, ganhando as escassas excepções uma relevância acrescida, devida ao seu pioneirismo. Entre elas, conta-se o breve apontamento de Manuel Filipe Canaveira sobre o *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, segundo o qual: «Embora numerosos estudos publicados no Boletim do Arquivo Histórico Militar [...] revelem uma concepção positivista algo ultrapassada e o pendor casuístico de alguns deles denuncie a inexperiência – nalguns casos o amadorismo – dos seus autores, demasiado propensos a sobrevalorizar acontecimentos episódicos, não podemos

⁶²⁹ Cfr. José Luís Assis – *Ciência e técnica na Revista Militar [1849-1910]*. Lisboa: Caleidoscópio, 1995.

deixar de reconhecer que nele encontramos vários artigos contendo muita documentação coeva (...). Em suma, O Boletim do Arquivo Histórico Militar possui um considerável repositório de dados, que merecem ser repensados e articulados entre si (...)»⁶³⁰.

Os três primeiros estudos sobre História Militar publicados na *Revista de História* possuem todos um denominador comum: o seu autor é Pedro de Azevedo. Os dois artigos iniciais foram dados à estampa em 1912 e o último no ano seguinte. O trabalho inaugural versa sobre o capitão do exército Amadeu Nogueira que, em 1552, foi contratado por Cosme de Médicis para serviço de armas na Guerra contra Siena. Todavia, na estrutura da sua argumentação, o colaborador da *Revista de História* não começa a sua investida intelectual pelo âmbito temático referido. Faz, alternativamente, preceder essa referência de um introito, no qual alinha por uma observação genérica.

Após a *Reforma Protestante*, a clivagem entre a Europa do Norte e a do Sul, até aí pretensamente inexistente, verificou-se e acentuou-se, ficando a ciência do lado setentrional do Continente. Trata-se de uma visão genérica e dicotómica que se exime a considerar os países pertencentes a cada uma das coordenadas geográficas separadamente, através do recurso a uma análise casuística portadora de um recorte temporal de malha apertada. No entanto, o objectivo de Pedro de Azevedo é criticar o carácter alegadamente pernicioso da *Reforma* para Portugal, que até então detinha apreciável desenvolvimento técnico e científico e que, a partir daí, devido à cisão operada pelo acontecimento tido como capital citado, deixou de poder contactar com artífices e artilheiros alemães que vinham ensinar os portugueses. O capitão Nogueira era um deles. Confirme-se o diagnóstico esboçado: «Para Portugal foi mais fatal do que para nenhum outro país a Reforma, porque por causa della deixou de manter relações intimas com os povos das margens do Rheno que nos enviavam com abundancia artífices e habéis artilheiros que guarneciam as nossas naus e que com os seus certos tiros destroçavam as embarcações e as fortificações indianas. Esses homens que até então estavam a soldo dos Reis de Portugal, começaram depois a arriscar a vida em benefício dos seus próprios países, pelo que as colónias portuguesas começaram a mudar gradualmente de dono. Ao mesmo tempo a plebe açulada por propagandistas sem freio agoentava (...) os melhores artistas e letrados do reino que se iam acolher nos Países Baixos (...)»⁶³¹.

⁶³⁰ Manuel Filipe Canaveira – *Revistas de História, Estudos Gerais da Arrábida, Conferências do Convento*, Universidade de Verão, 1995, p. 11.

⁶³¹ Pedro de Azevedo – *Explorações archivísticas. In Revista de História*, vol. 1, n.º2. Lisboa: Clássica Editora, 1913, p.101.

Pedro de Azevedo esboça uma breve biografia de Amador Nogueira, abordando a Guerra de Siena e outros episódios, igualmente sob a égide da protecção florentina. Em 1562, o biografado acompanhou o Capitão-General do Duque de Florença numa missão de cariz diplomático, de modo a tentar persuadir o herdeiro de Carlos V, Filipe I, a voltar aos estados de seu pai. A embaixada revelou-se infrutífera. Nogueira terá aproveitado a ocasião e quis, alegadamente, pertencer à Ordem de Cristo e envergar o respectivo Hábito. Todavia, o colaborador da *Revista de História* não encontrou documentos que atestassem veracidade desta suposição, por isso deixou-a em suspenso. Nota-se uma preocupação com o cumprimento dos pressupostos inerentes à crítica de fontes e que conduzem a nada afirmar sem prova documental. Este escrúpulo evidencia a formação arquivística e pode dela derivar, dado que o autor demonstra atenção constante à notação do seu percurso heurístico, descrevendo-o minuciosamente.

Sendo fiel ao que o documento da Torre de Tombo descreve, Azevedo *deixa-o falar*, não se lhe substitui, mas começa o seu estudo por uma afirmação de teor interpretativo com a qual pretende ajudar a compreender os episódios descritos. O cultor de Clio não trata de estratégias ou tácticas militares, nem se debruça sobre a arqueologia dos respectivos equipamentos. Todavia, reconhece a importância das ciências militares a montante do problema, dado que Nogueira ascendeu pela sua origem social, mas também porque esta lhe permitiu estudar e consolidar conhecimentos, postos em prática ao serviço da armada. As questões inerentes a serviços militares prestados comparecem de modo estritamente indicativo, avesso a pormenorizações. As próprias hierarquias das quais Nogueira faz parte são laconicamente referidas, em detrimento da participação numa missão político-diplomática. A Historiografia Militar materializada por Pedro de Azevedo no seu primeiro artigo subordina-se aos dois âmbitos ante-citados.

O segundo texto do arquivista consigna a transcrição e publicação de dois documentos de épocas diferentes, ainda que a distância entre eles ronde a centena de anos. O tema principal deste trabalho gira em torno de um facto que se tornou um acontecimento pelas implicações que gerou e comportou e se prendem com a seguinte evidência, a presença de uma esquadra de Carlos V no porto de Cascais em 1524. Este tipo de evento normal e habitual ao longo dos séculos foi destacado porque era portador de um problema. As populações a Vila de Cascais revoltaram-se porque os alemães, flamengos e holandeses que compunham a esquadra de Carlos V – não administrada pelo Imperador – terão provocado desacatos, obrigando à formulação de uma queixa às autoridades, ao governador, ao vedor Nuno da Cunha. O auto desta ocorrência foi mandado registar pelo primeiro dignitário português referido, que se

deslocou ao local na companhia daquele que, sete anos volvidos, veio a ser governador da Índia.

Pedro de Azevedo alerta para o facto de, na sua abordagem, ter omitido elementos do documento que transcreve. Todavia, tais omissões são episódicas e parcelares, revelando-se mais como sínteses e encurtamentos de razões do que enquanto lacunas ou faltas. O escrúpulo do arquivista face ao papel central dos documentos na pesquisa leva-o a hiperbolizar certos procedimentos. O cotejo da sua versão dos factos e da fonte na qual se baseia permite perceber uma enorme proximidade entre ambos. Azevedo acrescenta alguns esclarecimentos que conferem uma toada pedagógica com intuito informativo a certas passagens, mas não as adultera, distorce ou descontextualiza. O único momento em que condensa informação acerca da permanência da esquadra de Carlos V em Cascais prende-se com a interpretação em torno da cedência do almirante alemão às pressões das autoridades portuguesas que se muniram de tradutores para o encontro. Segundo o arquivista, a cedência do germânico ter-se-á devido à respectiva argúcia ou tacto diplomático, percebendo que deveria facilitar boas relações entre as partes. Ou então terá sido convencido pela capacidade persuasiva dos portugueses. No auto da ocorrência não se encontram explícitos estes elementos, sendo contudo plausíveis as inferências aduzidas. Azevedo confere menos espaço do que o documento trabalhado às acções concretas daquele almirante, em colaboração com o governador e o vedor português para travar os alegados *desmandos* da sua gente.

Esta hipótese ganha força se à sua luz entendermos e explicarmos a presença de um segundo documento transcrito, do século XV, no qual se dá conta da presença comum de estrangeiros no porto de Cascais, em trânsito no Mediterrâneo para o Norte de Europa. Neste caso específico trata-se de Venezianos que ali estiveram em 1452. Entre o caso da esquadra de Carlos V e este dos mercadores de Veneza – exposto posteriormente na narrativa de Pedro de Azevedo, mas anterior na realidade e sequência dos factos, o arquivista refere-se, na nota introdutória, à presença de Franceses no referido porto em 1545, seguidores de uma rota análoga e que levavam com eles o escritor Fernão de Oliveira. Todavia, o respectivo documento comprovativo não aparece transcrito. Na lógica argumentativa de Pedro de Azevedo interessa sobretudo destacar a fonte relativa aos desacatos cometidos pela esquadra de Carlos V. Subtil e sub-repticiamente, sem o recurso a qualquer expressividade retórica ou moralismo explícito, o arquivista insinua a prática de uma discreta História-Tribunal, baseada em juízos de valor implícitos na orquestração de documentos e acontecimentos.

Em 1913, Pedro de Azevedo publicou um artigo que, do ponto de vista temático, é bem diferente dos anteriores, dado que se inscreve numa abordagem centrada numa instituição, uma vez que introduz e publica o *Índice das Habilitações da Ordem de Malta*. Interessa analisar o seu breve exórdio na medida em que permite perceber as respectivas orientações metodológicas e historiográficas. Trata-se de um texto no qual a faceta de arquivista do colaborador da *Revista de História* é reiterada e revela-se dominante. Essa preponderância nota-se, desde logo, na escolha de um instrumento de estudo e investigação como fulcro das investidas. O índice foi construído por Nogueira de Brito e, no final do texto introdutório, Pedro de Azevedo dá conta disso, destacando, em breves traços, algo do perfil do colega e diz que passara do Arquivo Nacional para a Biblioteca Nacional, tendo realizado o trabalho em vertente publicação aquando de uma comissão de serviço no Ministério do Interior.

A motivação que presidiu ao artigo de Azevedo é confirmada pelo próprio e prende-se com o desejo de não deixar cair no esquecimento o trabalho de outro erudito que trabalhava na sua área, sem esquecer que, duas ou três décadas antes da época em que escreve, a *Ordem de Malta em Portugal* tentara uma restauração, obstaculizada pelo perfil dos seus membros, criticado pelo autor, por ser anacrónico: «O Sr. Nogueira de Brito, escripturario do Archivo Nacional recentemente transferido para a Bibliotheca Nacional, e em comissão no Ministério do Interior, deu-se ao trabalho de fazer o Indice das habilitações para a Ordem de Malta pelos apelidos dos indivíduos admitidos. Este trabalho não merecia esquecimento e vai ilustrar agora as paginas da Revista de Historia (...)»⁶³².

Estas observações demonstram que Pedro de Azevedo era um investigador e um cidadão atento ao presente e ao passado mais próximo, zeloso e actualizado no plano científico, discretamente opinativo no que toca à evolução do tecido social seu contemporâneo, sobre o qual manifesta reservas face à ascensão de *classes médias* no seio de uma Ordem Militar que na Idade Média e Moderna apenas era reservada a nobres ou religiosos. Para melhor compreender o enquadramento do artigo de Pedro de Azevedo convém admitir que o seu esforço não é muito diferente daquele que, no entender de Fernanda Olival, vigorou até aos anos oitenta na Historiografia Portuguesa século XX, e nele se inclui ou inscreve: «(...) até meados dos anos 80 do século XX, a documentação das Ordens Militares era sobretudo conhecida por genealogistas, que encontravam nas Habilitações, um terreno fecundo. Até então, raramente o problema das Ordens e distinções sociais era colocado pelo estudioso do Antigo Regime (...). As próprias Ordens Militares eram frequentemente classificadas

⁶³² Pedro de Azevedo – Índice das Habilitações da Ordem de Malta em Portugal. In *Revista de História*, vol. 2, n.º 8 Lisboa: Clássica Editora, 1913, p. 228.

como simples instituições eclesiásticas decadentes à medida que perdiam aquilo que se considerava ser a sua especificidade: associarem o combate à vocação religiosa»⁶³³.

Por vezes por omissão, outras mais explicitamente, alguns historiadores das primeiras décadas do século XX defendiam uma posição elitista das hierarquias sociais que deviam mimetizar as do Antigo Regime, mantendo, com adaptações, as respectivas prerrogativas. Esta situação deriva de hábitos arreigados, trazidos do passado para o presente. Note-se que apesar dessa herança, Pedro de Azevedo resistiu a uma Historiografia Militar lendária, elegíaca ou comemoracionista, fértil em instrumentalizações dos acontecimentos pretéritos prenhes em mitificações que alimentassem a fantasia. O arquivista trabalhou ao arrepio dela e dos seus cultores, cujas práticas são descritas por Fernanda Olival: «Esta situação é produto de uma herança muito complexa. Durante decénios, com particular destaque para o período da Primeira República e do Estado Novo, as Ordens foram um dos espaços privilegiados para a selecção de uma galeria de mitos e símbolos destinados aos discursos políticos e a um alargado consumo ideológico; o mestre de Avis, acompanhado por D. Nuno Álvares Pereira, os Infantes D. Fernando e D. Henrique, e sobretudo os distintivos da Ordem de Avis e Cristo foram figuras amplamente usadas e subvertidas»⁶³⁴.

Sublinhe-se que, significativamente, Pedro de Azevedo não escolheu debruçar-se sobre Ordens mais acentuadamente político-militares, tendo optado por centrar-se numa Ordem que confere grande relevância à assistência. O colaborador da *Revista de História*, a exemplo da quase totalidade de cultores da História Militar no periódico, desviou-se de caminhos propícios à idolatria – com a excepção da reprodução de uma crónica de Frei Simão Coelho, que louva sobretudo a vertente religiosa do Condestável, subordinando-lhe a militar – e, no artigo em análise, na introdução ao índice compilado por Nogueira de Brito, o historiador – que faz noutra ocasião a crítica erudita de documentos e não se limita á respectiva publicação comparece –, com firmeza, não renuncia a um prelúdio, no qual apresenta as origens da *Ordem de Malta* em Jerusalém, no ano de 1099, nem se exime a abordar, progressiva e lentamente, o caso português, para o qual se serve como suporte de alguns documentos, como as Cartas de Doação de D. Teresa e, em seguida, as de D. Afonso Henriques, discutindo a autenticidade e validade da matéria documental que lança luz sobre o aparecimento da Ordem em Portugal. Pedro de Azevedo aventa a hipótese de a primeira doação aos

⁶³³ Fernanda Olival – As ordens militares na historiografia portuguesa (séculos XVI-XVIII). Notas de balanço. In *Revista Penélope, Fazer e desfazer a História*, vol. 17. Lisboa: Cosmos, 1997, p. 97

⁶³⁴ *Ibid.*, p. 98.

membros da Ordem do Hospital ter sido feita por D. Teresa, em Fevereiro de 1114. Também cita uma carta de D. Afonso Henriques, datada de Junho desse ano, endereçada, supostamente aos Frades do Hospital. A autenticidade desta fonte é posta em causa por João Pedro Ribeiro, que se manifesta contrário à versão de Bernardo de Brito. Pedro de Azevedo toma como modelo a seguir aquele que fora professor emérito e distinto da Aula de Diplomática da Academia de Ciências de Lisboa, confirmando os créditos de uma Historiografia crítica, assente no estudo aturado e meticoloso dos documentos, sujeitos a prévia e circunstanciada inventariação, sustentada pelo crivo de uma selecção apertada. Nesta linha, compreende-se que Pedro de Azevedo afirme a ausência de validações de uma carta de Confirmação de Afonso Henriques a Raimundo (de Tuy), datada de 30 de Março de 1140.

Todas estas fontes arroladas e discutidas centram-se mais na questão das origens da Ordem do Hospital que no aprofundamento específico da sua vocação religiosa, patente no respectivo dia-a-dia estipulado na Regra cuja relevância é defendida por Paula Pinto da Costa: «Uma leitura da “Regra da Ordem de S. João de Jerusalém” permite-nos constatar que as mudanças na conjuntura histórica são responsáveis por ajustes na normativa desde os primeiros anos da Ordem. Assim, se por um lado, nos anos 60 do século XIII e princípios do seguinte, há uma proliferação da produção legislativa, coincidente com a perda das últimas Praças Hospitalárias no Oriente, por outro lado, as perturbações causadas no seio da Ordem pelo grande cisma do Ocidente irão reflectir-se nas correcções normativas feitas ao longo do século XV. Por sua vez, os anos finais desta centúria coincidem, mais uma vez, com um período bastante conturbado do ponto de vista militar e que terminou com a capitulação de Rodes. (...) O conjunto de normas e respectivas penas, aplicáveis sempre que se verificassem certos desvios traduzem uma crescente complexidade da organização da Ordem do Hospital durante a época medieval e uma maior insegurança nos órgãos conventuais, compatível com um incremento das brigas entre freires e o seu envolvimento na comunidade civil, fruto do desenvolvimento da sua actuação na vida laica»⁶³⁵.

Pedro de Azevedo apenas explora o cruzamento de fontes naquele âmbito supra-citado dos primórdios da instituição em Portugal, limitando-se a apontar as datas das várias mudanças de lugar a nível internacional, talvez porque as implicações destas fossem encaradas como pertencentes ao domínio público de conhecimentos,

⁶³⁵ Paula Pinto Costa – Norma e desvio na Ordem do Hospital. In *Revista da Faculdade de Letras*, História, III série, vol. 3, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p. 61.

ou então, para reforçar, em contraponto, o teor nacional dos seus estudos, percebido como mais original, devido ao facto de ter sido eventualmente menos explorado.

O arquivista exime-se a alargar o procedimento a outras questões igualmente importantes para a compreensão da *Ordem de Malta*. Daqui se infere que se preocupa prioritariamente com a crítica de proveniência dos documentos, em desfavor de uma crítica hermenêutica de cariz interpretativo, apostada nas relações entre as matérias e num retrato poliédrico da Ordem.

O artigo de Pedro de Azevedo prolonga, secundária, indirecta e timidamente, a *História dos Grandes Homens* na qual a Historiografia Política patente no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo é pródiga, transplantando-a para a História Militar. Contudo, a intenção fundamental daquele autor parece prender-se com a apresentação de documentos do Cartulário de Tarouca e com a valorização da actividade arquivística de Nogueira de Brito, consubstanciada na reprodução do seu Índice. A *História da Ordem de Malta* é secundária face ao aparato documental e comparece de modo ilustrativo ou instrumental relativamente às fontes arroladas. Qualquer causalidade determinista sucumbe perante a casuística inerente à crítica sobretudo externa das fontes, cujas realidade física e historicidade sobrepujam a dos eventos relatados, legitimando-se e constituindo-se um referencial de verdade como correspondência à realidade destes.

No ano de 1916 começa a participação de Pedro de Tovar na *Revista de História*. Esta intervenção afigura-se relevante pelo seu valor intrínseco, dado que este deriva do percurso do seu autor e atesta-o. A importância da colaboração também é insofismável na medida que afecta e condiciona o curso futuro da História Militar praticada no periódico que, a partir do momento inaugurado por Tovar, reforça e enfatiza decisivamente o predomínio de temáticas ligadas à guerra, que sofre um impulso indeclinável e duradouro. Para mais, o texto do articulista suscita reacções por parte de pares como Roma do Bocage ou Teixeira de Sampayo, todos devotados ao estudo do cartel de desafio do duque de Bourbon aos Infantes D. Pedro, duque de Coimbra, e D. Henrique, duque de Viseu.

Tovar de Lemos pertencia a uma família de origem nobiliárquica, era conde, e fazia parte da geração finissecular de Fidelino de Figueiredo, enquanto Roma do Bocage nascera na década de cinquenta de Oitocentos. A diferença de idades pode ter condicionado diferentes formas de escrita. Se a hipótese de conflito de gerações se confirmar tentaremos perceber o modo como se concretiza e influencia opções conceptuais e metodológicas de cada um dos autores.

Pedro Tovar é o primeiro a publicar o seu artigo, no derradeiro trimestre de 1916. Este estudo deriva da exploração e publicação parcial de documentos patentes

no Arquivo de Londres relativos a Portugal. O colaborador da *Revista de História* contextualiza o seu esforço intelectual e confessa que a compilação documental aludida se encontra em fase avançada. Compara-a, em seguida, ao catálogo preexistente, da autoria da Figanière, ao qual era necessário contrapor outro, acrescentando e corrigindo o francês. Todavia, estes reparos ficam implícitos na argumentação de Pedro de Tovar, que nunca os declara expressamente. Procura, primordialmente, inculcar a ideia, que também não explicita, segundo a qual ele próprio era conhecedor do âmbito de estudos no qual se inscreve e filia a sua erudição. Convencido da novidade do desafio do duque de Bourbon aos Infantes D. Pedro e D. Henrique e da resposta, Tovar resolveu publicar, traduzidos ambos os documentos, o primeiro escrito em Paris a 16 de Setembro de 1414, e o segundo enviado a 23 de Outubro do ano seguinte em Ceuta, valorizando-se, deste modo, a sua investigação de fontes no Museu Britânico. Poderá esta pesquisa constituir um reflexo das boas relações luso-britânicas nos inícios e no decurso da Primeira Guerra Mundial?

Por outro lado, até que ponto o colaborador do periódico apoia a causa inglesa sem dizê-lo frontalmente? Em caso afirmativo, de que modo o artigo em causa instrumentaliza o passado quatrocentista em favor da sua posição? Estas interrogações são complexas e encerram dificuldades várias, às quais o estudioso de *Um desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique* não responde directamente, mas é curiosa a sua firme intenção de mostrar que, na Europa dos inícios do século XV, os infantes envolvidos na Conquista de Ceuta contavam, tinham relevância e peso político, a ponto de um Bourbon tê-los escolhido como alvo prioritário de um primeiro desafio. A respectiva recusa devida à expedição norte-africana obrigou o filho de Luís II a estender o seu propósito desafiador a toda a Europa em 1 de Janeiro de 1415. Alegando a sua proficiente divulgação, Tovar exime-se a publicar este derradeiro desafio, mas é lícito pensar que esta ausência se deve à preocupação de concentrar atenções no caso português, conferindo-lhe maior destaque, ao arrepio de dispersão de atenções.

A prática historiográfica de Pedro de Tovar privilegia a publicação e transcrição de documentos, presididas por um intuito de divulgação de património, marcado por alegado ineditismo. O autor não se limita à transcrição de fontes. Tenta enquadrá-la e contextualizá-la, servindo-se para tal da enunciação de breve percurso da personalidade que lançara o desafio. Deste trajecto extrai-se o motivo principal já exposta, que terá conduzido à proposta bélica. A causalidade não é encarada pelo articulista como expressão de diversos factores conjugados, mas resume-se à consideração quase determinista de uma causa única. Todavia, em Pedro de Tovar

ainda se repercute, parcialmente, e de um modo mitigado, a mentalidade de um coleccionador de documentos em busca de raridades que acumula. Prova disso, o facto de não questionar a autenticidade ou a proveniência das fontes, interessando-se principalmente por corroborar a correspondência dos seus conteúdos com a realidade, enveredando pela defesa implícita da verdade histórica como mimética face aos acontecimentos do passado.

Por seu turno, o diplomata Carlos Roma du Bocage, num artigo publicado no primeiro trimestre de 1917, intitulado *O Cartel de Desafio do Duque de Bourbon aos Infantes D. Pedro e D. Henrique*, responde, de forma rápida, imediata e sem transições, a Pedro de Tovar e começa por contestar a autenticidade dos dois documentos que este apresentara, sustentando que são cópias e que nelas se desenvolve uma argumentação falaciosa sistematicamente apresentada, assente nos seguintes seis pontos, portadores de uma esquematização com cariz sintético: «Façamos muito summariamente a resenha do que d'essas cartas se deduz: 1 – Que João, Duque de Bourbon, para sahir da ociosidade, mandára a D. Pedro e D. Henrique, antes mesmo que elles tivessem terçado as primeiras armas, e ainda antes de serem aramados cavalleiros, um cartel de desafio, 2 – Que o emissario do Duque, gastando mais de dez mezes no caminho, só lograra alcançar os Infantes em Junho ou Julho de 1415, na própria ocasião em que elles iam partir para Ceuta com o seu pae; 3 – Que os infantes declinaram temporariamente o convite, por carta que mandaram ao Duque (...) carta esta que o senhor Pedro de Tovar parece não ter encontrado, e de que só temos conhecimento pelo segundo documento publicado; 4 – Que um outro arauto do mesmo Duque, por nome Dumayne, ficára em Portugal e acompanhára os Infantes na jornada de Ceuta, circunstancia esta que o teria habilitado para contar ao Duque tudo quanto em Africa se passára; 5 – Que os Infantes escreveram ao Duque de Bourbon, pelo arauto Dumayne, uma segunda carta (o segundo documento publicado) datada de Ceuta em 23 de Outubro de 1415, na qual diziam ter tomado aquella cidade (...) tornando por isso a declarar que não podiam acceitar o honroso convite do Duque (...) 6 – que, estando ambos ainda em Ceuta, D.. Pedro V já era duque de Coimbra e os Infante D. Henrique duque de Viseu, e senhor de Covilhã, visto que a si próprios como taes se designam»⁶³⁶.

Para refutar o primeiro argumento de Tovar, Bocage assevera que o Duque de Bourbon não se encontrava ocioso aquando do desafio, estando a defender a Guiana em 1414, ao lado de Carlos VI, contra os Duques da Burgonha. Estes desistiram de entrar em Paris, mas novos combates estavam para vir. Os ingleses aliaram-se aos

⁶³⁶ Carlos Roma du Bocage – O cartel de desafio do duque de Bourbon aos Infantes D. Pedro e D. Henrique. In *Revista de História*, vol. 6, n.º 21. Lisboa: Clássica Editora, 1917, pp. 47-48.

adversários franceses de Bourbon. No que respeita ao segundo ponto propugnado por aquele aristocrata. O outro do artigo em análise sustenta que a carta de desafio chegara entre a morte da Rainha, a 15 de Julho de 1415, e a partida para Ceuta, a 25 de Julho do ano seguinte. No entender de Roma do Bocage, o primeiro arauto não terá demorado mais de três meses. Zurara não confirma a ida de um segundo arauto a Ceuta, a acompanhar os Infantes. Antoine de La Salle, testemunha presente na cidade africana também não cita tal personalidade. Bocage segue o cronista quinhentista e passa a criticar o documento de resposta ao desafio publicado por Tovar de Lemos. Aquele erudito defende, elogiando Pedro de Azevedo, que a tomada de Ceuta se dera a 21 de Agosto e o regresso dos infantes acontecera a 2 de Setembro – na linha do que sugerem Faria e Sousa e Zurara – o que leva a crer que a 23 de Outubro ninguém estava em Ceuta que, por conseguinte, os Infantes receberam os títulos de Duques de Viseu e Coimbra durante o regresso.

Roma do Bocage distancia-se da procura e descrição puras e simples de documentos inéditos. Mais do que apontar factos isolados, interessa-lhe relacioná-los. Utiliza e cruza, para tal, fontes de naturezas variadas – como os documentos de Chancelarias reunidos por Pedro de Azevedo, ou a *Crónica da Conquista de Ceuta, de Zurara* - ao contrário do que fizera Pedro de Tovar. Naquele cultor de Clio, a feição de diplomata interfere claramente no registo dos acontecimentos, que não é eivado de secura ou aridez. Intenta-se perceber as implicações políticas de um evento militar como o Desafio do Duque de Bourbon. Bocage opta por alinhar uma causalidade multifactorial, expressa através de uma narrativa de cariz interpretativo, mas sem radicalizar qualquer hermenêutica que se prenda mais com a imaginação e intuição do historiador na construção dos factos do que com o respeito pelo que a respectiva historicidade indica e diz. O colaborador da *Revista de História* segue uma diacronia despida de teleologia e não se centra em exclusivo nos feitos dos *Grandes Homens*, que comparecem com um destaque permeável a leituras compreensivas dos respectivos actos. Na linha de Pedro de Azevedo, alvo aliás de citação, Bocage procura a verdade nos documentos, através da desmistificação de discursos inverosímeis, assentes em provas tidas por falsas: «Fica posto um problema de historia que muito importa esclarecer porque a sua resolução de certo dará”mais prova do alto conceito em que eram tidos na Europa os filhos de D. João I”; de certo que o Sr. Pedro de Tovar conseguirá resolvê-lo e nos saberá explicar o mysterio que envolve os interessantes documentos falsos, a que tão opportunamente deu publicidade, descobrindo quando, para quê, por quem seriam elles inventados»⁶³⁷.

⁶³⁷ *Ibid.*, p. 61.

Roma do Bocage encara a falsidade documental como algo acontecido, produto de uma construção portadora de uma realidade própria, fértil em agentes perpetradores dessa falsidade, imbuídos de motivações e objectivos. A historicidade dos documentos forjados ajuda a estruturar e credibilizar a sua desmontagem e é reveladora de certos modos de pensar, viver e contar os factos, sustentando-se a existência física e material dos documentos como possuidora de uma iniludível História, em diacronia e sincronia, enriquecida pelos assuntos neles tratados, mas deles independente, em larga medida.

Todavia, o desentendimento entre eruditos não se quedou pelo exposto. Tinha margem para durar, dado o melindre científico de certas questões, associado a determinados ataques que extravasaram o campo dos conhecimentos, nomeadamente ao nível das segundas intenções, aquelas que surgem marcadas pelo selo e sob o signo das insinuações, de base alegada e aparentemente apenas científica. Bocage ao referir-se à falsidade dos documentos sugere, velada mas eficazmente, a hipótese segundo a qual Tovar alinhou conscientemente nesse procedimento e por esse diapasão com vista, deliberadamente, a distorcer, manipular e corromper certos factos. Este, face às insinuações de que foi alvo, não resistiu às interpelações e reagiu, no derradeiro trimestre de 1917, de forma a defender a probidade e honestidade intelectual que julgava terem sido atacadas. Realizada a defesa da honra contra-atacou. Sigamos ambos os movimentos cientes de um ponto prévio segundo o qual, tenham ou não existido os dois cartéis de Bourbon, assiste-se na *Revista de História* a um desafio que substitui o equipamento bélico por outro tipo de armas: as palavras. Tovar de Lemos prolonga o método da *disputatio* praticado por Bocage e, antes de expor os seus argumentos, apresenta e rebate os do contendor, nome pelo qual se refere ao seu colega de periódico. Nesta medida, Tovar defende-se e diz que nunca afirmou que Bourbon era ocioso. O colaborador da publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo, que nela inaugurou o conjunto de artigos sobre o desafio de Bourbon, reafirma a data deste e não capitula a este respeito.

Quanto à carta de resposta, Tovar apresenta e tenta desmontar alguns dos argumentos do contendor, sem se coibir, nalguns momentos, de lhe reconhecer razão parcial. Na carta de resposta dos Infantes portugueses aparecem nomes de dezasseis cavaleiros e escudeiros do Duque de Bourbon não indicados anteriormente na carta deste. Responderiam D. Pedro e D. Henrique a quem não lhe tinha escrito, ou terá constituído o elenco de nomes um aditamento em jeito de apontamento apostado pelo copista ao documento original? Tovar de Lemos considera plausível esta hipótese. Por outro lado, encara como plausível que Bourbon tenha desafiado os dois infantes e reitera esta convicção, ao arrepio da sustentada pelo opositor, segunda a qual o

Duque apenas desafiara um deles. Tovar de Lemos admite que os dez meses que medeiam entre a data da carta do desafio e a sua entrega em Lisboa são um exagero. A ausência de referência ao segundo arauto nos textos de Zurara e Lasalle também obriga ao reconhecimento de alguma razão a Bocage, mas o ponto de maior capitulação de Tovar prende-se com os títulos conferidos a D. Pedro e D. Henrique. O autor assume, finalmente, que a atribuição se deu após a conquista de Ceuta. Mais do que um conflito geracional entre eruditos, difícil de provar ou infirmar, estava em causa um desencontro de ideias, vertido num aprofundamento diverso de um método de análise documental comum apenas nos seus traços gerais. Estas asserções não anulam o espectro ou a possibilidade de desinteligências pessoais, excedentárias face à sua inexistente evidência textual.

Entretanto, a 19 de Março de 1918, Carlos Roma do Bocage faleceu. Todavia, este acontecimento não significou o encerramento do assunto relativo aos *desafios*. Nas páginas da *Revista de História*, este foi retomado por um terceiro erudito, Luís Teixeira de Sampayo, que viu nele interesse e resolveu concretizar uma abordagem sobre o desafio do Duque de Bourbon. Veremos o sentido da sua intervenção, publicada no segundo trimestre do ano citado, logo após a morte de Bocage. Aliás, aquele cultor de Clio dá disso conta numa nota na qual presta tributo ao malogrado intelectual: «Este artigo foi entregue para publicação antes do falecimento do Sr. Carlos Bocage. Por um escrúpulo de respeito e amizade do autor para com a memória do falecido, o artigo, que refuta algumas opiniões do illustre escriptor, não viria a lume se o Sr. Bocage o não tivesse ouvido ler e não tivesse assegurado ao autor que tinha prazer na publicação, e que responderia aceitando algumas das observações apontadas, e replicando a outras, a uma pelo menos, como adiante vai indicado»⁶³⁸.

Teixeira de Sampayo demonstra ser conhecedor, desde as primeiras linhas do seu texto, de toda a polémica anterior. Estava, certamente, consciente do respectivo melindre, que não assume explicitamente para não adensar questões pendentes, eximindo-se a nelas se envolver, de modo taxativo, ou a tomar partido inequívoco por um dos contendores. O erudito declara colocar-se numa posição intermédia e encara a polémica que precedera o seu artigo como um terçar de armas em sentido figurado, sendo as páginas da *Revista de História* um palco.

Por cautela, instinto de protecção, e desconhecimento das proporções que a sua intervenção poderia tomar, Teixeira de Sampayo classifica-se apenas como testemunha da contenda. Este cultor de Clio nascera em 1875 e tinha uma idade intermédia face a Bocage e Tovar, ainda que fosse geracionalmente mais próximo

⁶³⁸ Luís Teixeira de Sampayo – Os desafios do Duque João de Bourbon. In *Revista de História*, vol. 7, n.º 26. Lisboa: Clássica Editora, 1918, p. 97.

deste. Também no plano do estatuto social de origem se revela essa maior proximidade, dado que Luís Teixeira de Sampayo era filho dos segundos viscondes do Cartaxo. Todavia, o desvelo e o cuidado colocados na defesa do seu ponto de vista revelam qualidades diplomáticas comuns aos três estudiosos dos desafios de Juan de Bourbon. Daí a justificada anamnese promovida pelo terceiro interveniente na polémica: «Seria intrusão querer um lugar na teia unicamente para tomar partido de um ou de outro dos contendores. Mas o combate tem principalmente a feição de um processo, o processo dos dois documentos, dos quaes um – a resposta dos Infantes – merece investigação completa, porque, a reconhecer-se-lhe autenticidade, elle será uma interessante peça nos archivos da expedição de Ceuta. Os juizes do processo, os leitores da Revista, podem estimar ouvir, além da acusação e da defesa, algumas testemunhas embora modestas. Sem embargo da grande autoridade do Sr. Carlos Bocage, da segurança da sua critica e do seu tacto historico; sem menosprezo tambem da réplica do Sr. Pedro Tovar, e da sua competência para defeza da sua dama, nem a falsidade nem a autenticidade me parecem tão provadas que dispensem mais investigações»⁶³⁹.

Teixeira de Sampayo confia que, durante muito tempo, apoiara as conclusões de Roma do Bocage, dado que estivera convencido da falsidade do desafio aos infantes portugueses. Contudo, a procura infrutífera dos falsificadores e das razões subjacentes à mistificação, convenceu-o de que essa posição deveria ser matizada. No artigo em vertente análise assiste-se à defesa das seguintes perspectivas. Tal como Pedro de Tovar, Sampaio considera verosímil que o desafio do Duque de Bourbon a D. Pedro e D. Henrique, tenha ocorrido em Paris, mesmo se o pai de João aí não tivesse chegado em finais de Setembro, vindo de Arras onde fora assinada a Paz com os Burgonheses. Este atraso de Luís II pode não ter acarretado igual comportamento por parte do filho.

Por outro lado, o terceiro autor a debruçar-se sobre o cartel deu razão a Bocage na desmontagem da ociosidade alegadamente patenteada pelo Duque de Bourbon, e apercebeu-se de que o desafio aos infantes portugueses pode ter sido precedido por um outro lançado por aquela personalidade antes de 1409 a Henrique IV de Lencastre. Existe um documento que indicia algo nesse sentido, entre as fontes compendiadas na colecção do British Museum. Teixeira de Sampayo aventa a hipótese segundo a qual Pedro de Tovar pode não se ter apercebido da existência de tal testemunho. No que respeita ao desafio geral de 1 de Janeiro 1415, dirigido aos seus 16 cavaleiros, transcrito apenso ao segundo artigo de Tovar, o terceiro estudioso

⁶³⁹ *Ibid.*

não alinha na tese da respectiva falsidade, dado que o documento alude à existência de um desafio anterior, dirigido apenas aos Infantes. Sobre o cartel a D. Pedro e D. Henrique, Teixeira de Sampaio não considera exagerados os dez meses que mediaram entre o envio da carta e a sua chegada a Lisboa. É lícito que os emissários franceses se tenham apercebido das preparações da expedição a Ceuta pelos portugueses, querendo saber mais pormenores junto de Castela, aliada da França. Acresce que D. Henrique e D. Pedro raramente se cruzavam em Lisboa, um ocupado com o Norte de Portugal, o outro com o Sul. Por outro lado, Sampaio não dá por adquirida a ausência de Dumayne como arauto do desafio e alega que o argumento de Bocage tem alguma fragilidade, dado que este se apoiara no testemunho de Lassalle, privado e originário da Borgonha, que não conhecia a fundo os costumes dos Bourbons.

Quanto ao local da resposta dos Infantes, o terceiro erudito critica Tovar e avança que Septe pode ser Serpa e não Ceuta. Confirma que, a 23 de Outubro, D. Pedro e D. Henrique já não estavam na cidade africana que os Títulos de duque de Coimbra e Viseu foram concedidos após o regresso a Portugal. O texto de Sampaio termina com uma nota, na qual tenta interpretar os motivos que levaram aos dois carteis, o de 1414 e o de 1415: «Por não tencionar voltar a abusar neste assunto da amável hospitalidade da *Revista de História*, tocarei rapidamente ainda em dois pontos: os possíveis motivos do desafio aos Infantes; e os do cartel geral em 1 de Janeiro, estando a caminho o de 16 de Setembro. Quanto ao cartel dos infantes; se o duque sabia que a expedição era contra os Sarracenos, podia sentir ciúmes hereditários e querer medir-se com um dos jovens chefes. Se o não sabia e acreditava o que se conjecturava, a corte de França tinha todo o interesse em averiguar alguma coisa, pois as conjecturas (Sicília, Normandia, Avinhão, etc) todas lhe diziam respeito. Se não acreditava nas conjecturas e acreditava a versão do Conde da Hollanda (marido da medianeira de Arras) e de Fernão Fogaça, a expedição representava o rompimento entre dois aliados de Inglaterra e do duque de Borgonha, o que também era importante para a França. (...) Quanto ao cartel de 1 de Janeiro: a concessão naquela data do título de duque ao conde de Alençon (...) era (...) o provável desejo do Duque de Bourbon de se distinguir, e talvez de se afastar da corte, onde de facto não figura depois, em cerimónias importantes, anteriores ao rompimento ostensivo com o Delphim».⁶⁴⁰

O autor não explica a exclusão destes apontamentos do corpo do seu texto, mas talvez se tenha devido esta circunstância a certas conjecturas das quais o cultor de Clio não estaria tão seguro que pudesse afirmá-las taxativamente. Sentiria a

⁶⁴⁰ *Ibid.*, p. 108.

necessidade de coligir e cruzar mais provas, correspondendo desse modo à atitude que assumia como seu timbre. Por outro lado, estas hipóteses poderiam gerar mais polémica, numa altura percorrida pelo luto em memória de Roma do Bocage, situação que impunha um recato que Sampayo queria, certamente, cumprir e observar o mais possível. Numa perspectiva historiográfica, este colaborador da *Revista de História* preocupou-se em realizar a crítica erudita externa e interna dos documentos, relacionando-os e comparando-os, cumprindo um itinerário metodológico-conceitual afim ao de Roma do Bocage, sem deixar de apreciar a iniciativa de publicação de fontes realizada por Tovar, com o qual tendeu a concordar na questão da autenticidade dos desafios.

No último volume da *Revista de História* foi publicado um artigo intitulado *Quixotesco Cartel de Desafio Fechado en le Toboso, ano de 1641*, da autoria do folclorista espanhol Francisco Rodriguez Marín que, embora não coloque problemas de autenticidade documental, ligados a práticas historiográficas do foro filológico, debruça-se sobre uma temática militar, pelo menos ao nível do assunto, conforme fica patente desde o título do seu trabalho. Este divide-se em duas partes; uma introdução de sua lavra e a publicação do referido cartel de desafio do Duque de Medina Sidónia a D. João IV, estando o processo da Restauração da Independência Portuguesa em curso. Mas a transcrição de documentos não se cinge nem limita ao testemunho exposto.

Conforme explica Rodriguez Marin no exórdio, sentiu necessidade de dar também à estampa uma paródia de origem portuguesa, contemporânea do referido Cartel. Assim fica esclarecido interesse de um compilador de contos populares espanhóis por uma temática militar. O que realmente prende a sua atenção é o cruzamento de fontes e, sobretudo, a paráfrase literária ao desafio militar que, tomado isoladamente, não teria certamente sido estudado ou publicado pelo autor, que não é de todo um especialista em questões militares. Todavia, revela preocupação de contextualizar historicamente o referido Cartel. Neste preciso momento pode surgir a quem nos lê esta legítima e pertinente dúvida: em face do que ficou dito, quais os motivos que nos levaram a insistir na inclusão do artigo na História Militar, ao invés de inseri-lo na História da Literatura?

A resposta a esta interrogação é complexa e está longe de perfilar-se como definitiva. Por um lado, Rodriguez Marin demonstrou, desde o dealbar do seu artigo, preocupações em esclarecer as vicissitudes militares do desafio, dando-lhes alguma primazia e conferindo-lhes, desde logo, certo destaque. Assim, o erudito espanhol explica que o nono duque de Medina Sidónia teria feito um trato com D. João IV, segundo o qual aquele se comprometia a ajudar o português no processo de

Restauração da Independência Nacional – traindo o Rei de Espanha, a quem devia obediência – e este, em troca, cumulava o Espanhol com privilégios na Andaluzia, que passavam pelo governo da região por parte daquele súbdito de Filipe IV. Entretanto, o rei espanhol descobriu os planos urdidos em silêncio; Medina Sidónia Foi desmascarado e teve de pedir perdão ao Monarca. Ao cumprir esse gesto fez-se de vítima, acusou D. João IV de pressioná-lo e de o ter coagido a passar-se para o seu lado. O duque espanhol isentou-se de responsabilidades no sucedido e para comprovar o facto lançou um Cartel de desafio a D. João IV. Acresce que Rodriguez Marín teria interesse em mostrar o modo como um acontecimento militar pode ser trabalhado e subvertido pela lógica do discurso paródico. O autor se tivesse querido fazer apenas um estudo no âmbito do *quixotesco cervantino*, poderia ter-se eximido a publicar o Cartel militar. Procedeu à publicação para compreender, e dar a ver, as implicações resultantes de uma apropriação literária da temática militar.

Convém ter presente que Marín torna explícitas as suas motivação somente no final do seu texto introdutório, deixando aos seus interpretes margem para outras leituras, complementares face à sua e centradas, por exemplo, no alinhamento subjacente à estrutura textual. Por outro lado, o facto de o estudioso sublinhar as comemorações de Cervantes ou o quase desconhecimento do cartel paródico por parte de outros especialistas e bibliógrafos do autor espanhol e da temática quixotesca, não oblitera a relevância da temática militar e enquadra-se numa possível estratégia de auto-defesa do erudito que ao enfatizar os domínios que melhor conhece, dos quais é especialista, disfarça menor experiência acerca das questões do desafio militar, que também lhe interessam: «Por ser casi desconocido este impreso, qui ni Rius ni Ginavel mencionan en sus generosas y excelentes bibliografias cervantinas y porque ahora no tengo a mano cosa mejor o más a propósito para conmemorar el aniversario CCCVI de la muerte de Cervantes, reproduzco en facsimile el raro plieguecillo, del qual hay dos ejemplares – si portada uno de ellos - en nuestra Biblioteca Nacional, no sin reimprimir previamente, a la fin de facilitar la comparación, el cartel de que es parodia. Todo encaminado a la mayor honra del inmortal Ingenio Alcalino»⁶⁴¹.

Cervantes é um símbolo pregnante da literatura de determinada época e assim é tratado por Marín. Este autor encarna um erudito preocupado com raridades e novidades bibliográficas, de forma a divulgá-las, mas contextualiza menos a paródia portuguesa - não se detendo na sua crítica interna e externa - do que o desafio que lhe dera origem. Este procedimento pode ter-se devido ao facto de pensar estar a dirigir-

⁶⁴¹ RODRIGUEZ MARIN, Francisco – Quixotesco cartel de desafio fechado en Toboso, ano de 1641. In *Revista de História*, vol. 16, n.º 62. Lisboa: Clássica Editora, p. 134.

se a folcloristas e historiadores da Literatura que teriam instrumentos para analisar o texto paródico e sentiriam maiores dificuldades em matéria militar.

O autor da paródia não foi descortinado. Nela D. Quixote é chamado a criticar o seu compatriota Medina Sidónia, apodando-o de traidor e sentindo-se descoroçoado com a sua duplicidade de carácter. Rodriguez Marin não toma partido por nenhum dos documentos mas nota-se que não empatiza com o Duque espanhol. Procura fazer falar as fontes, sem lhes impor um sentido interpretativo que as subjuguem. Cumpre um itinerário tendente a fazer vingar a objectividade e evidencia uma escrita bem diferente da patenteada nos restantes artigos de História Militar e, particularmente, nos restantes textos sobre cartéis, dado que intenta cruzar a pesquisa documental com a relevância dos discursos literários que possuem natureza política implícita, escondida atrás das irrupções do simbólico.

A Historiografia de cariz militar praticada na *Revista de História* foi ainda dominada pela presença maioritária de temáticas de guerra sobre as que versam os exércitos, a arte da guerra ou a arqueologia militar. A guerra surge menos pela consideração das táticas, das estratégias, do que pela consignação das movimentações com fundo político. Daí que a dicotomia entre História – Batalha e História Narrativa política deva ser relativizada em função da concomitância de ambas nos artigos, sendo por vezes difíceis de discernir. Os cartéis de desafia ocupam cerca de metade dos discursos historiográficos. A ausência da vertente técnico-estratégica das batalhas pode parcialmente explicar-se pela intervenção de historiadores que não são militares mas aristocratas, na sua maioria, e que ainda sofrem repercussões mais ou menos longínquas de uma *História dos Grandes Homens*, influenciando as políticas dos governantes, mas indirectamente.

A História de uma instituição apenas comparece numa ocasião, e, ainda assim, centrada no apuramento de um instrumento heurístico. Trata-se do índice das habilitações da Ordem de Malta, realizado por Nogueira de Brito e publicado por Pedro de Azevedo, que é o erudito que colabora de forma mais prolífica no periódico, oscilando entre a publicação de documentos e a crítica erudita. O mesmo se passa com os estudiosos dos Cartéis medievais. Pedro de Tovar pende para o primeiro procedimento, enquanto Roma do Bocage tenta a segunda actividade científica citada. Note-se ainda que toda a problematização presente na História Militar materializada na *Revista de História* decorre do aprofundamento hermenêutico do método crítico e não de verdadeira interdisciplinaridade problematizadora. Quando os assuntos se cruzam a matéria militar impõe-se por justaposição, impedindo a interpenetração de matérias e abordagens. Ainda assim, a questão militar surge, por uma vez, associada à

preparação científica: noutra ocasião associa-se à manutenção da ordem pública e ao impedimento de casos comerciais ilícitos

Todavia, a Historiografia Militar praticada na *Revista de História* versa, quase em exclusivo, assuntos com implicações nacionais e convoca escassos autores estrangeiros. Apenas surge um espanhol nas páginas da publicação, Rodriguez Marin, que, sendo especialista em questões de literatura, as coteja com as militares e não subjuga aquelas a estas. Esta reduzida internacionalização implica diminuta abertura a abordagens cosmopolitas, conforme acontece no domínio da Historiografia Política patente na publicação. A súmula que Amado Mendes aplica ao culto de Clio na década de 70 do século XX pode ajustar-se à Historiografia Militar evidenciada no meio de comunicação dirigido por Fidelino de Figueiredo: «Em Suma: falta de interesse pela História dos outros países, deficiente actualização bibliográfica – no que às obras estrangeiras dizia respeito – e ainda a escassez de obras sobre a Historiografia, (...), e, eventualmente, também na de trabalhos de síntese»⁶⁴².

A referência explícita à tratadística, as doutrinas e teorias subjacentes à prática e ao tratamento historiográfico da História Militar estão ausentes do órgão informativo da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, no qual também não se discutem de forma autónoma questões metodológicas inerentes à certificação científica da História Militar, cuja afirmação disciplinar se revela algo insegura e incipiente. Por outro lado, e para finalizar, a instrumentalização da Historiografia Militar em nome de Portugal como uma nação faz-se ao arrepio de fervores nacionalistas. Em seguida, abordamos o escasso destaque conferido no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo a temáticas de História Económica e social

5.5. História Económica e Social

Na secção de artigos da *Revista de História*, a História Económica e a História Social constituíram duas das áreas sobre as quais incide ou se debruça um menor número de trabalhos, sobretudo se as compararmos com o núcleo do qual fazem parte as dimensões da ciência de clío pertencentes à História Política, Militar e Diplomática. É difícil, ou quase impossível, rastrear as razões de tal cenário, dado que o periódico em análise se exime a apresentar um editorial adaptado a cada um dos seus números. Existe apenas uma declaração de princípios que se reproduz a cada trimestre, ou a circular fundadora da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Nacional de Estudos Históricos, já analisada nesta dissertação. De todo o modo, e na ausência de elementos que permitam localizar a existência de um arquivo desta instituição,

⁶⁴² J. M. Amado Mendes - *Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa...*, p. 395.

organizado ou não, cumpre-nos aventar a hipótese de explicação de uma política editorial de um órgão de comunicação que publica escassos artigos sobre História Económica e Social.

Trata-se de um âmbito que estaria relativamente afastado do perfil intelectual humanista multímodo dos colaboradores da publicação, mais familiarizados com uma linha erudita que privilegiasse a *História dos Grandes Homens*, a publicação de documentos ligados a Arquivos do Estado e por este controlados, uma vez que as questões do foro económico eram encaradas como menos estratégicas, sendo permeáveis a constantes flutuações e hesitações, resultando a História Económica e Social controversa, pouco sensível à construção de entendimentos, compromissos e consensos, albergando mais frequentemente dissensões, divergências, conflitos, ou, inversamente, envolvendo grande secretismo ou uma visão estratégica que implicasse discrição face a opções estruturantes, tal como acontecia com a política, a diplomática ou as questões militares, só que estas possuíam uma natureza mais ambígua, que favorecia certa duplicidade, doseando a vertente privada com a necessária expressão pública, ao nível dos jogos de interesses.

A escassez da História Económica e da História Social na *Revista de História* deriva do quadro exposto e auxilia na respectiva justificação, funcionando como prova da distância do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo relativamente a qualquer antecipação ou prefiguração dos *Annales*, que surgiram num ambiente de crise económica iniciada nos Estados Unidos, que se alastrou a todo o mundo, após 1929. Ora, os *Annales*, desde o início dedicaram-se à História Económica e Social, como reacção doutrinária à História *Evenementielle*, *Política*, *Militar e Diplomática*. A *Revista de História* deve porventura mais ao Romantismo oitocentista, eximindo-se a incorporar maioritariamente a projecção de novos rumos para a História como ciência. Tanto assim que nela a problematização de conhecimentos é muito incipiente e pouco frequente. Este contexto ajuda a compreender a existência de apenas quatro artigos de História Económica (sobre Portugal continental e os descobrimentos portugueses) e dois relativos à História social na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo.

Não surpreende que, no primeiro caso sejam publicados textos de Pedro de Azevedo (dois), Fortunato de Almeida e Edgar Prestage, todos dedicados, de modo prolífero, a outras áreas da História. Do ponto de vista dos ritmos de publicação, metade dos estudos foi dada à estampa em 1912 e os restantes 50 apareceram em 1920. Os anos conturbados de 1914-1919, durante os quais se desenrolou a Primeira Guerra Mundial, coincidiram com um largo interregno nas matérias em apreço, tendo o clima estado possivelmente na respectiva origem, motivando-o. Os artigos de História

Económica na *Revista de História*, versam quase na totalidade questões de índole financeira e comercial, por esta ordem de prevalência.

A investigação de Pedro de Azevedo decorre em dois momentos, o primeiro referente ao *Porto Franco de Caminha*. A publicação de documentos é precedida de um comentário personalizado, conforme costuma ser apanágio da prática historiográfica deste autor, que não se limita à transcrição de documentos manuscritos inéditos com o fito de os divulgar. Trata-se, de facto, de um erudito que se assume, essencial e implicitamente enquanto arquivista, comparecendo a História Económica como subsidiária dessa actividade e, sobretudo, num plano temático.

Esta circunstância não oblitera, antes potencia, a irrupção da sua visão pessoal sobre a antecedência das navegações portuguesas face aos descobrimentos. Pedro Azevedo argumenta que bem antes do século XV as barcas de Normandos e Italianos passavam pelas nossas costas, influenciando as primeiras experiências análogas por parte das embarcações portuguesas. Por outro lado, em finais do século XIII, a colonização do Sul de Portugal sofreu influência de povos do Norte da Europa. A melhoria do porto de Vila do Conde encontra-se documentada nas Inquirições de 1258. No século XIV, as alfândegas fixaram políticas proteccionistas, assentes na taxação de produtos estrangeiros, regulando-se assim a concorrência e defendendo-se a colocação e absorção da produção nacional. A opulência comercial dessa época provocou lutas sociais durante o Reinado de D. Fernando, que terminaram com a concessão aos ofícios de entrada nos negócios, por parte de D. João I. Pedro de Azevedo qualifica este acto como demagógico, mas não explica, explicitamente, o cerne da demagogia. Percebe-se que defende a ascensão e o êxito dos comerciantes burgueses mas teme a desregulação resultante da respectiva mobilidade e da abertura a outros sectores da actividade. Termina o artigo com o elogio do sucesso conseguido pelos representantes do Porto de Caminha nas Cortes de 1392, que lograram tornar este espaço numa zona franca, algo impossível naturalmente, sem recurso a pressões legítimas. Aliás a documentação publicada pelo arquivista versa estas matérias e merece o seguinte comentário prévio: «Os portos que não podiam concorrer na partilha dos beneficios pela sua situação ou por outras circumstancias inventavam processos para atrahir a navegação. Foi o que praticou em 1392 a modesta villa de Caminha que com as representações feitas pelo seu conselho e homens bons obteve de D. João I naquelle anno a concessão de franqueza do seu porto. Parece-me que é o primeiro porto franco que foi estabelecido em Portugal, mas essa medida ainda assim não elevou a villa de Caminha a alto desenvolvimento,

provavelmente pela inferioridade da sua situação. Como transcrevo em seguida a carta regia, não terei necessidade de fazer mais consideração sobre este objecto»⁶⁴³.

A História económica materializada pelo colaborador da *Revista de História* centra-se numa instituição abordada pelo seu potencial comercial, o Porto de Caminha, e relaciona a prosperidade económica com a actividade desenvolvida por uma parte da burguesia, ligando ao quadro social as actividades do foro da Economia. Por outro lado, apesar de Pedro de Azevedo indicar, no fim do seu comentário introdutório, que vai deixar falar as fontes, eximindo-se a acrescentar algo ao que antes dissera, o arrazoado que funciona como prelúdio não é neutro ou anódino. Baseia-se na apresentação de uma panorâmica histórica que se pretende realista e conforme com a realidade, todavia, nos seus interstícios, e mesmo antes dela, insinua-se a tese segundo a qual os Descobrimentos quinhentistas tiveram origens medievais, mais antigas das quais não se devia desligar a respectiva interpretação. Por outro lado, Pedro de Azevedo escolhe uma questão económica ao tempo de D. João I para consubstanciar a sua adesão aos princípios da doutrina liberal. O primeiro rei da Dinastia de Avis serve os seus intentos não confessados dado que governou ao arrepio de alguns interesses da nobreza e em favor do *dinamismo burguês*, materializado nomeadamente através do impulso concedido aos concelhos.

No artigo publicado no terceiro trimestre de 1912, intitulado *Empréstimo de 1631 destinado à recuperação de Pernambuco*, estes traços historiográficos anteriormente evidenciados, tanto os de natureza metodológica (arquivística), quanto os referentes a um prisma ideológico, mantiveram-se e acentuaram-se, continuando a publicação de documentos, desta vez ligada a questões financeiras com repercussões em território ultramarino, mas portadoras de origem metropolitana. A fonte primária transcrita diz respeito à lista de personalidades às quais o monarca, Filipe IV, pediu para que, com os seus empréstimos, ajudassem a coroa. Resulta implícita uma crítica à dominação filipina e a defesa da Independência Portuguesa.

Vejamos, uma vez mais, as considerações prévias – de natureza dedutiva, dado que partem da enunciação de um problema genérico para a publicação de um documento específico – pelas quais se lastima a escassa Implementação do Capitalismo português, em comparação com o Alemão e o Italiano, situação que se reflecte e repercute na reduzida bibliografia sobre o assunto na contemporaneidade de Pedro de Azevedo, que aponta o trabalho de Bento Carqueja como excepção à regra, demonstrando conhecê-lo: «A História do capitalismo português apenas conta, segundo julgo, com um trabalho do Sr Bento Carqueja que tem por título O

⁶⁴³ Pedro de Azevedo – Explorações archivísticas. In *Revista de História*, vol. 1, n.º 2. Lisboa: Clássica Editora, 1912, p. 106.

Capitalismo Moderno e as suas Origens em Portugal, obra que, como se vê pelo título, não ataca o problema em todas as épocas da História do país. Mesmo entre nós, apesar das grandes empresas marítimas, o capitalismo nunca tomou as proporções grandiosas que encontramos na Alemanha e na Itália e por isso ele não é merecedor de investigações especiais. Os capitalistas que se elevam acima da média ou são estrangeiros, ou descendentes de estrangeiros na maior parte, e é a estes que o Estado português tem recorrido nos seus apuros. A causa desta deficiência na vida social portuguesa tanto antiga como contemporânea não tem sido procurada nem mesmo tem sido formulada a necessidade de a conhecer. Talvez que a influência de ideias elementarmente radicais, como no período antigo as doutrinas de S. Francisco de Assis e no período do extinto liberalismo as de Rousseau, tenha exercido no trabalho nacional uma acção deletéria, tanto no campo ideal, como no real. O vulgo define o capitalista como um indivíduo possuidor de avultados bens, significação mesquinha e que pouco mais além vai da etimológica e em que se não considera que uma personalidade nessas condições tem na sua mão a faculdade de promover uma ilimitada série de progressos tanto no campo espiritual como no da conquista da natureza. Todo o progresso que caracteriza o século findo foi obra do capitalismo ou directamente, como na Inglaterra e nos Estados Unidos, ou indirectamente como em Portugal por meio de empréstimos levantados no estrangeiro. O Estado Português jamais soube avaliar e incitar o capitalismo, e pelo contrário acariciou uma instituição como a do Santo Ofício, que nunca se fatigou de devastar as fileiras dos abastados cristãos-novos que constituíam a única burguesia portuguesa (...). Nos nossos dias vimos também o capitalismo estrangeiro arrancar a Portugal a Bacia do Congo e o interior de África»⁶⁴⁴.

Pedro de Azevedo ressalta os empréstimos do estrangeiro, prolongados ao longo da diacronia histórica, e que tiveram expressão próximo da época do autor, durante os anos finais da monarquia, aludidos, mas não referidos explicitamente. A alusão estende-se à Partilha do Mundo na Conferência de Berlim e ao Ultimato Inglês que obrigou ao retalhar do interior africano de Angola à Contra-Costa. Pedro de Azevedo afirma que os Cristãos-novos foram os primeiros e os únicos capitalistas portugueses, criticando o facto de os Estado português tê-los acarinhado menos do que instigou e alimentou a Inquisição. Por outro lado, o erudito desconstrói a imagem que considera mistificada do capitalista por parte do senso comum.

Em 1920, a História Económica na *Revista de História* recebe o contributo de um autor que, no periódico e fora dele, se dedicou maioritariamente a outras áreas do

⁶⁴⁴ Pedro de Azevedo – *Empréstimo de 1631 destinado à recuperação de Pernambuco*. In *Revista de História*, vol. 1, n.º 3. Lisboa: Clássica Editora, 1912, pp. 179-180.

conhecimento histórico: A História Política e, sobretudo a História Eclesiástica e da Igreja. Trata-se de Fortunato de Almeida que, do ponto de vista temático, inflecte a tendência dominante na publicação para privilegiar questões do foro financeiro, enveredando, outrossim, por uma análise aos vários sectores da actividade produtiva portuguesa: agricultura, industria e comércio, centrando-se essencialmente na produção Industrial. Do ponto de vista Historiográfico, apesar do seu título poder apontar para uma maior abrangência periodológica, remetendo para os subsídios da História Económica de Portugal o autor atém-se à História Económica dos séculos XVII, XVIII e princípios do XIX.

Contudo, a exemplo do que acontece frequentemente no discurso historiográfico de Fortunato de Almeida, a crítica de fontes é instrumentalizada e colocada ao serviço da ideologia anti-pombalina do colaborador do periódico em análise: «As numerosas providencias de fomento decretadas pelo Marquês de Pombal, com as vantagens que muitas delas trouxeram, com os defeitos próprios do tempo e do legislador e com os salpicos de corrupção que desonram algumas, estão fora do plano deste esbôco (...).»⁶⁴⁵.

O artigo do colaborador da *Revista de História* começara por uma referência a um industrial contemporâneo de Pombal, Jacôme Ratton, nascido em França em meados do século XVII, mas que veio para Portugal com os pais aos 9 anos, atravessou vários reinados, e foi feito cavaleiro da Casa Real, tendo publicado, em 1813, alguns anos antes de morrer, as *Recordações de Ratton*, memórias que funcionam como fonte primária e secundária. Por um lado constituem o testemunho de um contemporâneo sobre a sua época e a respectiva vida económica, mas também são expressão de um conjunto de reflexões, de um pensamento sobre a realidade descrita.

Fortunato de Almeida aproveita a reedição da obra de Ratton para interpretá-la, rasurando todos os elogios a Pombal nela contidos, por forma a fundamentar uma tese segundo a qual a economia portuguesa começara a crescer com D. Pedro II e continuara a prosperar no tempo de D. João V. Segundo o colaborador da *Revista de História*, o tratado de Methuen foi positivo para a agricultura portuguesa, nomeadamente para os vinhos, tendo acarretado alguns custos para os nossos lanifícios que sofreram com a concorrência inglesa. Contudo, o acordo referido trouxe impulsos à actividade agrícola, a enfrentar uma crise cerealífera à qual aqueles monarcas tentaram fazer face.

⁶⁴⁵ Fortunato de Almeida – Subsídios para a história económica de Portugal: a propósito das reimpressões das recordações de Ratton.
In *Revista de História*, vol. 9, n.º 35. Lisboa: Clássica Editora, 1920, p. 178.

No plano do sector transformador D. João V apostou em indústrias dos tecidos, das lãs, dos vidros. Trouxe profissionais de outros países e tentou formar monopólios comerciais. Desde modo, Fortunato de Almeida opõe-se aos historiadores que defendem a ideia segundo a qual a modernização económica de Portugal se deu com Pombal, que implementou verdadeira, sistemática e estruturadamente as medidas que Almeida imputa a D. João V. Para os cultores de Clio que o colaborador da *Revista de História* contesta, Pombal marcou uma ruptura na economia portuguesa. Inversamente, o autor de *História da Igreja* lê esse governo como um interregno no desenvolvimento que se iniciara antes dele e continuou alegadamente depois com D. Maria que alegadamente protegeu a orizicultura e concedeu privilégios a proprietários e arrendatários de terras, apoiando a metalurgia e outras actividades, do foro cultural, como já antes fizera D. João V. A História Económica praticada por Fortunato sofre uma inspiração *revisionista* bem patente na Imagem de Pombal que pretende desmistificar e transmitir. A sua historiografia económica possui um substrato polémico e contrastivo, apostando na descrição manipulada de medidas tomadas pelos monarcas. Interessa-se o colaborador da *Revista de História* pelo modo como os mais altos representantes do estado procuram desenvolver (ou não) a economia. Daí que a História Económica esboçada seja muito subsidiária das vertentes políticas do comportamento e dos jogos de poder que suscitam, não se detendo sobre as camadas sociais intermédias, o cidadão comum ou os mais pobres.

Na *Revista de História*, os dois artigos dedicados à História Social concentram-se nos três primeiros anos da vida do periódico. Os grupos sociais mais desfavorecidos quase não são abordados mas, quando recebem atenção dos colaboradores, esta dirige-se para o reforço de um elitismo ou a defesa das personalidades que partilham a vida de corte. Em 1913, os redactores do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo começaram a publicar, a título póstumo, um trabalho de Sousa Viterbo, intitulado *Amas, Amos e Colaços de pessoas de pessoas reais e personagens ilustres*, estudo que prossegue no ano de 1914. Aqui se nota a prática de uma *História Social* muito incipiente, dependente e tributária da descrição de factos políticos, sob a égide, ainda que esbatida, da *História dos Grandes Homens* e de uma História narrativa de base literária que se socorre de intrigas, *faits divers* de natureza quase romanesca, articulando-os com a exposição de detalhes biográficos das personalidades visadas, que conhecem e partilham a intimidade de reis e rainhas.

A História Social materializada por Sousa Viterbo alimenta-se das ligações entre a grande e a pequena História, conforme o próprio admite e explica, dedicando-se à conciliação de ambas, desígnio que encara como imperativo principal do seu esforço intelectual, motivado pela necessidade de apresentar prismas analíticos

complementares à *História dos Grandes Homens*, sentida como dominante na sua época: «Ha a grande e a pequena História. Uma está para com a outra na mesma relação em que, na imprensa periódica, está o artigo para com o noticiário. A primeira, já cortezá, nas vestes palacianas, já na rigidez da sua toga de juiz, (...) narra e julga os feitos heroicos, as proesas dos grandes capitaes, as intrigas dos diplomatas, as phases dilacerantes da luta pela existencia. É o couraçado poderoso, vogando soberbo, no arquejar das suas machinas titânicas, com o seu fôlego de gigante no oceano tempestuoso das paixões humanas. A segunda, mais simples, mais modesta, contenta-se, á semelhança de Ruth, em respigar os baguinhos de trigo, que ficaram desparzidos pelo campo, depois da grande ceifa. É um animatographo pittoresco, em que a vida intima e a vida dos humildes nos apparecem sob uma feição, por vezes grotesca e mesquinha, mas sempre captivante e não raro enternecedora. A pequena História está sendo modernamente muito cultivada e posto que se exaggera a sua importância, sobrepondo-a muitas vezes aos grandes acontecimentos, é certo todavia que ella occupa e merece occupar um lugar distincto, sendo um complemento indispensavel da primeira. Das pequenas coisas resultam com frequencia os grandes effeitos e seria indesculpavel que se abandonasse com desprezo o que à primeira vista nos parece insignificante. O presepio de Belem, na sua encantadora rudeza pastoril, é o scenario inicial da tormentosa tragédia do calvário»⁶⁴⁶.

Sousa Viterbo exhibe descontentamento acerca das Histórias de Rainhas que conhece. Propõe-se enveredar por caminho diferente neste domínio e circunscreve a necessidade de elaborar a lista de amas e colaços. Esse rol é o centro do seu procedimento historiográfico: «A História das nossas Rainhas tem sido tratada, no seu conjunto, por tres escriptores de merecimento. D. José Barbosa, Visconde de Figiñere e por ultimo o Sr. Bernardes, que foi quem mais completamente resenhou os acontecimentos d'esta espécie, prolongando a sua resenha até aos nossos dias. Quer-me parecer que nenhum d'elles deu ao assumpto a feição mais convenientemente característica. Lêr a vida das nossas rainhas quasi equivale a lêr a História dos seus esposos. Indubitavelmente, algumas d'ellas, como, D. Mecia, D. Leonor Telles ou D. Carlota Joaquina exerceram um papel preponderante nos destinos da nossa politica e por conseguinte é dentro d'este meio que devem ser apreciadas devidamente. Outras, porém, quasi que só respiram no ambiente das suas recamaras e por preferencia se devia estudar o seu viver de familia (...). As personagens que as rodeavam e com quem estavam mais em contacto, as os trajos e joias de que usavam, as práticas palacianas, os galanteios das damas e poetas (...) tudo isto daria um quadro

⁶⁴⁶ Francisco de Sousa Viterbo – Amas, amos e colaços de pessoas reaes e de personagens illustres. In *Revista de História*, vol. 2, n.º 6. Lisboa: Clássica Editora, 1913, p. 94.

variadissimo, movimentado, cheio de attractivos surpreendentes. A História das rainhas pertence mais à categoria da pequena História (...). Um dos capitulos que mais despertariam a nossa curiosidade seria o que se referisse ás amas, aos amos e aos colaços (...) chegando muitos delles a gozar de merecido valimento (...). O rol destes indivíduos, muitos dos quaes chegaram a desempenhar um papel saliente é digno de ser elaborado e quem o percorrer attentamente não chegará ao fim cheio de enfado ou na convicção sincera de ter perdido um tempo precioso. Empenhei-me n'esta tarefa e posto que esteja ainda longe de apresentar um quadro completo, creio que as linhas geraes bastarão a dar uma ideia razoavel do valor da obra, quando chegue ao seu complemento deffinitivo, ou approximadamente definitivo»⁶⁴⁷.

Se, no início, o compromisso do autor era entre a narrativa de perfis biográficos e a intromissão nestes de pormenores da vida privada, esta segunda dimensão, sempre subalterna, vai-se apagando cada vez mais à medida que o inventário, extenso e demorado, caminha para o fim. Esta extensão explica-se pelo facto de Sousa Viterbo acompanhar detalhes biográficos de mais de trinta amas, amos e colaços de reis e rainhas da primeira e da segunda dinastias, publicando fontes manuscritas para suportar o retrato de cada um deles, quase limitado a questões genealógicas, de ascendência, descendência e biológicas, comportando o nascimento e morte dos visados, mas também os seus matrimónios.

O estudo seguinte, publicado ainda em 1914, possui pelo menos duas características em comum com o trabalho de Sousa Viterbo. O seu autor, Manuel da Silva Gaio, também se dedicava, no seu caso maioritariamente, à literatura – não deixando de ser uma novidade vê-lo dedicar-se a questões sociais –, debruçando -se, no artigo em vertente análise, sobre um livro em preparação, do qual a peça textual referida constitui um excerto. Talvez o poeta, habituado a contactar com o público através de escritos mais pessoais e imaginativos, tivesse tido receio de divulgar outra faceta, submetendo-a à avaliação e recepção de leitores potencias, funcionando o artigo na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo como um teste às suas aptidões. Outra das semelhanças deste artigo com o de Sousa Viterbo prende-se com o facto de qualquer deles não incidir maioritária e frontalmente sobre os detentores do poder, ainda que se lhes refiram. Esta referência está mais presente no esforço intelectual do autor de *Amas, Amos e Colaços*. Silva Gaio escolheu debruçar-se sobre os escravos em Roma, promovendo a consideração de uma civilização clássica, a Romana. Aí começam as diferenças entre os dois estudos. Paralelamente, enquanto Viterbo apresentou a biografia de personalidades que conviviam muito de perto com

⁶⁴⁷ *Ibid.*, pp. 94-95.

reis e rainhas numa posição de alguma proximidade, em Roma, três séculos antes de Cristo, o regime político era outro e os escravos encontravam-se muito longe dos governantes e detentores de poder.

Separava-os uma distância enorme. Silva Gaio serve-se da História Romana para indirecta e implicitamente tecer considerações sobre as hierarquias e composições sociais vigentes em Portugal no momento em que vive, no qual já não existe escravatura, situação que lhe agrada. Contudo, o artigo posiciona-se contra a presença de escravos na sociedade romana, advogando que esta era mais próspera até 202 ac., altura em que os legionários, no intervalo das conquistas, cultivavam as terras próprias. O autor actua mais como um juiz do passado do que enquanto um cultor de Clio. Não cita as suas fontes e lança diatribes contra os escravos, cuja existência em Roma era considerada um perigo pela alegada má-vizinhança, pela sua quantidade, pela concorrência, quando se tornavam libertos, face aos homens- livres, que não tinham possibilidades de adquirir os escravos e colocá-los ao seu serviço. Silva Gaio critica os libertos por não serem humildes nem respeitarem hierarquias. Este quadro criticado terminou,alegadamente, por acção do cristianismo. Essa é a posição assertiva e escassamente contextualizada do colaborador da *Revista de História*, cuja parcialidade na leitura da História surge aliada a uma crença cristã: «O christianismo – adoçando e confortando as almas dêsse mundo tenebroso, tornando mais suportáveis os males presentes pela crença nas compensações futuras – iria domar-lhes os impulsos bravos, quebrar-lhes os instintos cruentos. De todas as calamidades e perigos originados na invasão dos escravos, a temerosa hostilidade destes seria ainda assim – devido à benefica acção da nova fé - o de menor duração e consequência»⁶⁴⁸.

A História Social praticada por Silva Gaio alinha por um certo maniqueísmo, dado que, considera, sem aduzir explicações para tal, que o Cristianismo pôs fim a tudo o que o precedeu. Ora, a realidade desmente esta ruptura absoluta. Por outro lado, as críticas negativas do autor em relação aos escravos não são exclusivamente éticas ou morais. Bem pelo contrário, prendem-se com a desvalorização deste grupo social como força produtiva. Todavia, este argumento esconde uma vontade de segregação. Passamos, neste momento, à análise da temática dos Descobrimentos na secção de artigos da *Revista de História*, onde ocupou um espaço muito maior do que o destinado à História Económica e Social.

⁶⁴⁸ Manuel da Silva Gaio – Os escravos em Roma: excerto de um livro em preparação. In *Revista de História*, vol. 3, n.º 9. Lisboa: Clássica Editora, p. 25.

5.6. História dos Descobrimentos

Os Descobrimentos e a Expansão e as respectivas extensões de índole colonial nos finais do século XIX e XX albergaram uma grande variedade de acontecimentos históricos correspondentes a duas épocas históricas: a moderna e a contemporânea. Todavia, o elevado numero de artigos escritos sobre estas matérias na *Revista de História* faz com que a respectiva consideração alinhe por alguma autonomia metodológica e conceptual. Para tornar mais claro o discurso historiográfico que se segue, optou-se pela sua segmentação, tendo em conta a diacronia dos artigos publicados entre 1912 e 1928 na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo, sem esquecer as áreas geográficas pelas quais os portugueses se disseminaram: ilhas atlânticas, África, Índia e Extremo Oriente, Brasil, América Latina e América do Norte. Contudo, não respeitaremos a cronologia da precedência na chegada e fixação dos portugueses a estes territórios, antes tentaremos estudar os núcleos mais investigados pelos articulistas da *Revista de História*, dado que esta se configura como o nosso principal objecto de trabalho, através do qual nos interessa entender prioritariamente as razões pelas quais o a Índia e o Brasil são os territórios que merecem maior atenção por parte dos estudiosos, existindo grande equilíbrio no número de abordagens incidentes sobre ambos.

As Ilhas atlânticas e a África não merecem igual quantidade de investigações, nem mesmo pelo facto de terem sido as primeiras zonas expedicionadas. A relativa inversão da cronologia efectuada pelos cultores de Clio, sobre cujos textos incidiremos, merece ser averiguada, de modo a rastrear-se, na medida do possível, os motivos que presidiram a esta atitude historiográfica dominante.

A abordagem que se segue principia pelo estudo dos quatro artigos que, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, se dedicam prioritariamente – e de modo diverso – à História e Historiografia da Ciência Náutica Portuguesa e à Agricultura ou à Botânica em territórios colonizados, como o brasileiro. Trata-se, no primeiro caso, do trabalho de Luciano Pereira da Silva publicado em 1916, e dos dois textos do director da *Revista de História*, um consignado a *Les Idées Nouvelles Sur Les Découvertes Géographiques des Portugais* e o outro relativo ao *Aspecto científico na Colonização Portuguesa da América*, tendo sido ambos dados à estampa em 1925. No ano seguinte, Carlos França publicou o artigo, *Os Portugueses do século XVI e a Historia natural do Brasil*, texto no qual defende o contributo de Portugal na exploração científica e no desenvolvimento a esse nível das riquezas naturais brasileiras desde o século XVI. Ao escrever sobre o estado da ciência náutica Portuguesa no século XV, Luciano Pereira da Silva concretiza apreciações historiográficas que situam o seu esforço crítico na sua própria época e sustenta que os seus alicerces impulsionam a

defesa do alegado pioneirismo português nos Descobrimentos, antecipando-se à Alemanha em matéria científica, e a um dos seus arautos, o cosmógrafo Mateus da Boémia, erigido como um símbolo máximo do avanço científico por Humboldt que, a partir de 1836, defendeu o desenvolvimento prioritário da ciência náutica germânica face à Portuguesa. Ora, em meados do século XIX, o Visconde de Santarém foi um dos primeiros e mais veementes opositores desta tese, defendendo que esse prestígio e a liderança do processo científico cabiam a Portugal. O primeiro e mais prolífico herdeiro da corrente inaugurada por este historiador aristocrata foi Joaquim Bensaúde que tomou a reposição de Portugal num lugar de destaque nos estudos sobre a ciência náutica como um desígnio e enquanto causa, à qual entregou parte substancial da sua vida pública. Este autor de *Clio*, nada escreveu na *Revista de História* sobre estas matérias, mas Luciano Pereira da Silva considerou o seu exemplo positivo e seguiu-o. De modo diferente, conforme veremos adiante, também Fidelino de Figueiredo se inscreveu nesta linhagem. Importa entender as respectivas implicações.

Para cumprir esse desiderato e perceber os contornos de que se revestiu, convém traçar um breve itinerário sobre a História da Historiografia dos Descobrimentos e da Expansão que, segundo alguns autores, como Alfredo Pinheiro Marques, começou a funcionar em Oitocentos em moldes disciplinares e profissionais parecidos com os consagrados desde meados do século XX. Enquanto Alexandre Herculano trabalhou muito escassamente estas matérias – debruçando-se preferencialmente sobre temários medievos – Oliveira Martins dedicou-lhes muito do seu tempo mas manifestou posições adversas acerca delas, ao contrário do que parece ser a tendência derivada da prática historiográfica patente na *Revista de História*. Curioso é verificar que no grau de incidência – e sobretudo nesse plano – a publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo segue amplamente o exemplo martiniano. Todavia, ver-se à se este mimetismo se estende a questões do foro metodológico, sendo de aventar a hipótese contrária, se este andamento da secção de artigos repercutir a tendência comum a quase todos os domínios de abordagem, exceptuando talvez, e ainda assim parcialmente, os consignados à Literatura e à História da Historiografia e à Teoria da História. Por outro lado, procuraremos compreender se a Historiografia dos Descobrimentos e da Expansão praticada nesta publicação autonomiza o seu discurso historiográfico – e em caso afirmativo de que forma o faz – da herança oitocentista, tentando aquilatar a persistência ou não de uma conceptualização assente em termos como *decadência* ou *regeneração*, portadores de lastro biologista e positivista, utilizados no século XIX por alguns autores como aferidores e marcadores de certas abordagens historiográficas. Acresce que verificaremos a eventual existência ou a ausência de um discurso historiográfico único

e homogéneo por parte dos colaboradores da *Revista de História* incidentes sobre as expedições ultramarinas portuguesas. Acrescente-se que, para tal, convém indiciar as respectivas disposições retóricas, de modo a circunscrever a distribuição de trabalhos consoante eles se constituam preferencialmente como registos grandiloquentes e panegiristas de uma gesta entendida enquanto epopeica, ou, inversamente, consubstanciem estudos com pretensões científicas, assentes na publicação de documentos – conforme fazia a Academia das Ciências de Lisboa, através de trabalhos como os de Ribeiro dos Santos – ou na respectiva crítica erudita.

Parece ganhar consistência uma hipótese mais favorável à segunda leitura avançada, mas poderá haver artigos que se filiem na primeira e outros que conciliem ambas. Convém lembrar que os escritores e os cultores de Clio sofrem sempre a influência dos acontecimentos sociais, políticos e económicos vigentes no momento em que vivem, e que condicionam as respectivas ideologias e idiossincrasias. A Historiografia dos Descobrimentos e da Expansão não foge a esta regra e, no dealbar do século XX, o império português em África sofrera com a partilha do mundo pelos Impérios Europeus na Conferência de Berlim, da qual saiu um Mapa-Cor-de Rosa que assinalava os territórios portugueses de Angola à contra-costa. Estes foram alvo da cobiça inglesa que redundou na apresentação de um Ultimato, ao qual reagiram, no ano seguinte, os defensores da Revolução Republicana de 31 de Janeiro de 1891 – entretanto falhada – da qual são herdeiros os propugnadores mais Radicais da Revolução Republicana, cuja afirmação se deu com a mudança de regime a 5 de Outubro de 1910. Entretanto, os colaboradores da *Revista de História* nunca escolheram este assunto como tema central das suas investidas intelectuais, sendo lícito o respectivo afloramento nos interstícios de trabalhos sobre o passado da presença portuguesa em terras africanas. O retraimento dos cultores de Clio face ao presente mais próximo pode dever-se ao melindre ideológico e à controvérsia suscitados por essas questões, susceptíveis de reabrir feridas ainda não devidamente cicatrizadas. Por outro lado, o apogeu dos portugueses na Índia já passara há vários séculos e a independência Brasileira ocorrera em 1822. Era um acontecimento relativamente recente, mas suficientemente distante dado que não pertencia à actualidade nem às suas margens ou franjas mais imediatas. Esta contextualização histórica pretende contribuir para perceber a prevalência da História dos Portugueses na Índia e no Brasil como temáticas abordadas na *Revista de História*, ao contrário das Ilhas atlânticas ou da ciência náutica. Enquanto Madeira e Açores ainda hoje pertencem ao território nacional, a segunda representa um sector que ainda estava a dar os primeiros passos nas décadas inaugurais do século XX.

5.6.1. História e Historiografia das Ciências Náuticas e Naturais na Revista de História

Em 1916, Luciano Pereira da Silva comparece na *Revista de História* com o artigo *A Sciencia Náutica portuguesa apreciada em Espanha* e inaugura o seu trabalho através da exposição de um perfil biográfico breve de Ernest Georg Ravenstein, autor que estudara e desmontara a sacralização humbolteana da figura do astrónomo quinhentista Martinho da Boémia: «Ernst Georg Ravenstein, falecido no ano de 1913 em Hofheim, nos montes Taunus, nasceu em Franckfort de Meno, em 1834, oriundo de uma família da Thuringia (...). A universidade de Goettingen conferiu-lhe, no ano de 1909, o grau de doutor em Filosofia. Trabalhou bastante em investigações geográficas, e era reputado uma autoridade em cartografia e na história das descobertas. Distinguiu-se na resolução de problemas relativos à África Central e Oriental, publicando mapas sobre estas regiões africanas, sendo o seu principal trabalho o Atlas (...) sob os auspícios da Sociedade de Geografia de Londres. Na elaboração dos seus mapas estudou as viagens de exploração portuguesa, e notoriamente as de Silva Porto, do qual chegou a cartear alguns itinerários na África Central equatorial (...). As navegações portuguesas mereceram a Ravenstein particular interesse (...). Mas, para a nossa história marítima, a sua obra mais importante foi o seu estudo sobre o nuremberguês Martim Behaim, a quem os biógrafos alemães vinham atribuindo uma importância muito exagerada na história da geografia. Primeiro publicou Ravenstein, em 1899, na *Revista Portuguesa Colonial* um extenso artigo intitulado *Martim da Bohemia*, do qual se fez separata. Depois apareceu o magnífico livro, *Martin Behaim, His life and His globe, London, 1908*, numa edição luxuosa, contendo a melhor representação reprodução, até hoje feita, do globo de Behaim»⁶⁴⁹.

Este destaque conferido ao sábio alemão deve-se ao apreço tributado a esta personalidade pelo colaborador da *Revista de História*, que admite que Ravenstein não alinhou pelos elogios excessivos dos seus compatriotas a Behaim. Entre esses alemães entusiastas contava-se Humboldt, cuja tese do pioneirismo alemão nas ciências náuticas foi aproveitada pelos políticos imperialistas do mesmo país na Conferência de Berlim: «Nos finais do século XIX, as teses de Humboldt foram naturalmente invocadas para legitimar historicamente aos olhos do mundo a política colonial do imperialismo alemão, reforçada na Conferência de Berlim. Como símbolo da pretensa contribuição alemã nas descobertas marítimas dos séculos XV e XVI ergueu-se na cidade de Nuremberg um monumento a Martinho da Boémia. A

⁶⁴⁹ Luciano Pereira da Silva – A sciencia náutica portuguesa apreciada em Espanha. In *Revista de História*, vol. 5, n.º 19. Lisboa: Clássica Editora, 1916, p.264.

Inglaterra reagiu, através de um plano organizado pela Royal Geographical Society de Londres, presidida por Sir Clements Marckam [colaborador da *Revista de História*], subsidiando os excelentes estudos de Ravenstein que punham em causa os conhecimentos de Martinho da Boémia»⁶⁵⁰.

Luciano Pereira da Silva defende a antecipação da ciência náutica portuguesa face à alemã e critica Humboldt sem apontar o seu nome, instrumentalizando as teorias de Ravenstein em favor daquelas que reforçam e destacam o papel de Portugal nas matérias referidas. Essa valorização dos Descobrimentos Portugueses constitui o objectivo principal do trabalho de Pereira da Silva na *Revista de História*, contrariando a perspectiva filo-germânica e alegadamente acomodatória de certos historiadores seus compatriotas, denunciada por Joaquim Bensaúde, bastante destacado de modo positivo pelo autor do artigo *A Sciencia Náutica portuguesa apreciada em Espanha*. Conforme sublinham João Marinho dos Santos e José Manuel de Azevedo e Silva: «Os mais insignes historiadores portugueses de então [finais do século XIX e inícios do seguinte] vergaram-se, segundo Bensaúde perante o enorme prestígio de Humboldt: Oliveira Martins proclama o eminente papel da náutica alemã nos descobrimentos portugueses; Rodolfo Guimarães ataca energicamente os trabalhos de Ravenstein, demolidores do saber científica de Behaim; Sousa Viterbo [colaborador da *Revista de História*] começa os seus excelentes *Tratados Náuticos com um verdadeiro hino ao aventureiro Martinho da Boémia*, fazendo crer que a ciência náutica portuguesa fora importada da Alemanha. As honras científicas das Descobertas Marítimas passam, assim, para Martinho da Boémia e para Regiomontano. É a revolta perante este estado de coisas que levou Bensaúde a uma profunda reconversão na sua vida: deu-lhe sentido nobre e estimulante, definiu com precisão os objectivos e traçou o plano a par os atingir. Em suma: abraçou uma causa. (...). A publicação da primeira obra de Joaquim Bensaúde, em 1912, *L' Astronomie Nautique de Portugal à L' Epoue des Grandes Decouvertes*, foi como ele próprio afirma num estudo posterior, o resultado das suas próprias investigações e dos seus estudos, realizados desde 1896»⁶⁵¹.

Assim se compreende melhor quais são os pontos de vista historiográficos dos quais Pereira da Silva se afasta e aqueles com os quais se identifica, como os de Joaquim Bensaúde, cuja obra publicada em 1912 deve ter sido lida pelo colaborador da *Revista de História*, que de certo modo a continua, reafirmando e reiterando as respectivas concepções historiográficas. O próprio trajecto intelectual de Pereira da

⁶⁵⁰ João Marinho dos Santos e José Manuel Azevedo e Silva – *A historiografia dos descobrimentos através da correspondência de alguns dos seus vultos: Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2003, pp. 76-77.

⁶⁵¹ *Ibid.*, pp. 77-78

Silva demonstra que se trata de um matemático e professor da Universidade de Coimbra, atento aos estudos mais actualizados na sua época dedicados às ciências náuticas. No entender de Marinho dos Santos e Azevedo e Silva: «Cabe aqui esclarecer que o insigne professor de matemática da Universidade de Coimbra, depois da regência da disciplina de Cálculo Diferencial e integral, transitou, em 1904 para a da Musa Celeste. Temos aqui um bom exemplo de como, na vida de um professor universitário digno desse nome, a docência e investigação se interpenetram e se influenciam de forma dialéctica, uma vez que durante 13 anos, entre 1913 e 1926 (ano da sua morte), Luciano Pereira da Silva publicou 27 trabalhos sobre astronomia e ciência náutica»⁶⁵².

O estudo publicado na *Revista de História* foi precedido de outro, do mesmo autor, dado à estampa em 1913, sendo lícito afirmar que ambos resultaram das aulas de astronomia dadas, desde 1904, pelo docente da academia coimbrã, consumando a imbricação entre a prática docente e as teorias nela desenvolvidas. Acresce que Pereira da Silva sabe-se devedor das investigações de Joaquim Bensaúde e assume essa situação expressamente: «O Sr. Joaquim Bensaúde, que se deve considerar como um discípulo e continuador de Ravenstein, veio confirmar, com nova documentação, as opiniões dêste, abrindo novas vias. A descoberta na Biblioteca de Munich do *Regimento do Estrolábio* deu lugar ao aparecimento do seu notavel livro *L'Astronomie Nautique au Portugal à L'Epoque des Grandes Découvertes*, Berne, 1912, em que prova a sua tese da origem peninsular, e não alemã, das tábuas náuticas e dos instrumentos utilizados pelos descobridores portugueses. O Calendário do *Regimento de Munich* dá, para cada dia, a longitude solar (lugar do sol) em graus inteiros e juntamente a declinação. Ora as declinações solares deste calendário são precisamente as que se encontram no Almanach Perpetuum de Zacuto, numa tábua intitulada *declinationis planetarum perpetuum & solis*. Assim ficam excluidas as *Ephemerides* de Regiomontano como fonte das tábuas portuguesas, porque este astrónomo adoptava uma inclinação de 23 30 da elíptica sobre o equadôr, diferente da de 23 33`adoptada por Zacuto. Os instrumentos astronómicos, como o quadrante e o astrolábio, eram conhecidos na Península séculos antes da vinda de Behaim»⁶⁵³.

Luciano Pereira da Silva não se limitava a comungar dos pontos de vista de Bensaúde sobre ciência náutica, servindo também essa comunhão para que os dois se tenham correspondido entre 1913 e 1926. Ora, quando o artigo do primeiro saiu na *Revista de História*, a troca de missivas entre estudiosos decorria há três anos e o seu interlocutor encontrava-se na Suíça, de onde regressou a Lisboa apenas em 1919. O

⁶⁵² *Ibid.*, p. 87

⁶⁵³ Luciano Pereira da Silva – A sciencia náutica portuguesa..., pp. 265-266.

texto do colaborador da *Revista de História* constitui uma homenagem ao seu amigo e a uma amizade mantida à distância durante muito tempo. O próprio Bensáude escreve em 1926 um elogio póstumo a Luciano Pereira da Silva, no qual historia brevemente o início das relações entre ambos: «Vivia em Berne totalmente entregue aos meus estudos quando em 1913 começaram as minhas relações com Luciano Pereira da Silva. Tenho cuidadosamente arquivada em minha casa em Lisboa toda a sua interessantíssima correspondência. A colecção preciosa das suas cartas serviria para mostrar, em cores bem vivas a sua dedicação ao estudo, o crescer dos seus entusiasmos pela causa nacional, a que consagrava intensamente as suas forças e o seu saber»⁶⁵⁴.

O artigo de Pereira da Silva na *Revista de História* constitui prova viva e eloquente dos laços estabelecidos com Joaquim Bensáude, beneficiando e nutrindo-se deles. Tem sentido a síntese sobre essa amizade entre intelectuais realizada por Marinho dos Santos e Azevedo e Silva: «Objectivos idênticos e uma causa comum aproximou-os naturalmente e forjou uma sólida amizade»⁶⁵⁵.

Em 1925, nove anos volvidos sobre a participação única de Luciano Pereira da Silva na secção de artigos da *Revista de História* – dotada de um cariz que permite filiá-la sobretudo na Historiografia das Ciências Náuticas, reforçando a boa recepção das ideias dos intelectuais portugueses em Espanha no Início do século XX, utilizando a História Quinhentista como instrumento desse desígnio historiográfico, –, Fidelino de Figueiredo regressou à questão científica nas páginas do periódico. Todavia, inverteu os pressupostos apresentados e praticados por Pereira da Silva e colocou as *Idées Nouvelles sur les Découvertes Géographiques des Portugais* e a *História do Aspecto Científico na Colonização Portuguesa da América* em primeiro plano, debruçando-se sobre elas, de forma a que a História da Historiografia das ciências náuticas associadas aos Descobrimentos resulte subsidiária da elucidação empírica de casos concretos.

O primeiro trabalho em vertente análise ambiciona constituir-se como uma panorâmica geral, de natureza sintética sobre os Descobrimentos Portugueses. A sua prática historiográfica não coloca de lado a análise de fontes primárias, como três crónicas que cita, uma de Gomes Eanes de Zurara, considerada pioneira, intitulada *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, e duas da autoria de Damião de Góis, mas a abordagem acerca destas é extremamente secundária, se comparada com as referências a bibliografia coeva do do Director da *Revista de História* na qual avultam os nomes de Aubrey Bell e Joaquim Bensaúde.

⁶⁵⁴ J. M. dos Santos e J. M. Azevedo e Silva – *A historiografia dos descobrimentos...*, p. 85.

⁶⁵⁵ *Ibid.*, p. 86.

Do ponto de vista da estrutura, o esforço intelectual fideliniano alberga e abarca uma introdução, debruçando-se, em seguida, sobre: a população portuguesa nos séculos XV e XVI; a respectiva organização social; a construção naval; a marinha; a cartografia dos descobrimentos portugueses; a astronomia náutica; as explorações portuguesas na América e a exploração económica dos territórios. Na Introdução ao seu estudo, Fidelino de Figueiredo reconhece o papel pioneiro de Historiadores como o Visconde de Santarém, Joaquim Bensaúde ou Ravenstein, em cuja linhagem historiográfica discretamente se inscreve. De tal modo que dedica um capítulo à construção naval, outro à Cartografia e mais um ainda à Astronomia, totalizando a abordagem destes temas no seu conjunto quase metade do texto fideliniano: «Les découvertes géographiques des Portugais ont été longtemps très mal connues.(...) Toute cette histoire resta ignorée ou fort mal connue tant qu'on n'eut pas d'autres sources d'information que les récits des chroniqueurs, les itinéraires et les routiers. C'est au XIX siècle seulement que cette obscurité commença a se dissiper; les deux grands artisans de ce renouvellement historique sont le second viscomte de Santarém, un des premiers savants qui utilisèrent la cartographie dans leurs recherches, et, plus récemment M.Joaquim Bensaúde, qui vient de reconstituer la science nautique portugaise du XV et XVI siècle. Quelques étrangers aussi ont travaillé à résoudre la vieille énigme des découvertes lusitaniennes par exemple la Hakluyt Society, Henri Richard Major, Sophus Ruge, Danvers, Ravenstein, Kurt Krausse, Harrise, Henri Vignaud e Richard Beazley»⁶⁵⁶.

Note-se a ausência, neste rol, de Humboldt e de qualquer dos seus apoiantes. O texto fideliniano pretende ajudar a consolidar o rompimento do suposto marasmo verificado na Historiografia Portuguesa até então incidente sobre os Descobrimentos e a Expansão, divulgando-a além-fronteiras. Não é à toa que director da *Revista de História* agradece ao seu amigo Robert Ricard a tradução deste estudo para francês, de modo a poder ser publicado na Revista Lux. Ora a divulgação fideliniana dos Descobrimentos Portugueses começa pela referência à população de Portugal: um milhão no século XV e três no decurso de seiscentos. Por outro lado, elogia a evolução social alegadamente verificada nos reinados de D. João II e D. Manuel, baseada numa harmonia forçada entre clero, nobreza e povo. Quanto à construção naval (matéria pouco estudada com excepção dos esforços de Costa Quintela em meados do século XIX) havia centros em Lisboa, Porto, Goa e Cochim dedicados à construção de barcas. No que respeita à Cartografia, no entender de Fidelino de Figueiredo, os portugueses foram pioneiros na prática científica da navegação de alto

⁶⁵⁶ Fidelino de Figueiredo – Idées nouvelles sur les découvertes géographiques des portugais. In *Revista de História*, vol. 14, n.º 54. Lisboa: Empresa Literaria Fluminense, 1925, pp. 135-136.

mar, tendo seguido o Tratado Medieval de Bernardo de Vila Franca, que representa a Europa, a África e a Ásia.

O director da *Revista de História* subscreve o seu contemporâneo Almeida d'Eça no que tange à existência de uma escola cartográfica portuguesa, que terá desenvolvido, alegadamente: a projecção cilíndrica; a escala de latitudes, indicando primeiro o meridiano central e depois os meridianos laterais da carta; os Padrões de Léguas; a divisão do equador; a linha de demarcação luso-castelhana estabelecida em 1494 pelo Tratado de Tordesilhas; numerosas rosas de ventos. Quanto à Astronomia, Fidelino de Figueiredo volta a prestar homenagem aos estudos de Bensaúde e refere-se pela primeira vez a Lúcio Pereira da Silva, devotando-lhe grande admiração. Por outro lado, reconhece importância a Behaim ou Régiomontano no cálculo das latitudes, mas apressa-se a confirmar que estas autoridades não foram os modelos seguidos pelos Portugueses que, por seu turno, usaram de modo pioneiro a bússola e o astrolábio e seguiram os Regimentos da Estrela do Norte e os Regimentos da Altura do Pólo à Meia-Noite e do Cruzeiro do Sul. No tocante às explorações Portuguesas na América – que serão retomadas no artigo seguinte –, o texto fideliniano destaca: a importância do Tratado de Tordesilhas; a viagem de Duarte Pacheco Pereira ao Oriente em 1498; a Expedição de Côrte-Real à Terra Nova e a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, em 1500. Quanto à exploração económica dos territórios ultramarinos, o director da *Revista de História* ressalta o Comércio no Golfo na Guiné, a criação da Feitoria da Flandres e da Casa da Índia e o fechamento dos portos brasileiros a outros países entre 1500 e 1800. O artigo termina com uma crítica forte ao pessimismo de Oliveira Martins acerca da exploração económica do Brasil por Portugal, expressando um choque face ao posicionamento Martiniano nesta matéria: «A l'époque contemporaine, l'ancienne exploitation économique des colonies portugaises a été étudiée par le célèbre historien Oliveira Martins (1845-1894) dans son ouvrage *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Mais Oliveira Martins est d'un pessimisme excessif, prompt à condamner. Depuis lors, une abondante documentation a vu le jour, surtout les règlements et ordonnances promulgués par nos rois, et il a été possible à M. Almeida d'Eça, en 1921, d'esquisser une sorte de synthèse des règles économiques de la colonisation portugaise (*Normas económicas da colonização portuguesa*)»⁶⁵⁷.

Para o director do órgão informativo e comunicacional da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos a colonização portuguesa da América latina foi sobretudo devida a interesses e curiosidades de natureza científica – plasmados na

⁶⁵⁷ *Ibid.*, p. 151.

pesquisa da flora e fora do Brasil, que não foi colonizado, numa primeira fase, apenas por desterrados e marginais vindos da metrópole portuguesa – sobrepondo-se estes aos de índole económica. Fidelino de Figueiredo revela as suas motivações e os propósitos que o conduziram ao artigo em análise logo desde as primeiras linhas do texto intitulado *Aspecto científico na Colonização Portuguesa na América*, nas quais expõe a tese central que nele defende: «Proponho-me defender, nestas breves notas, a these de que Portugal, na sua colonização do continente americano não se limitou á exploração económica, mas procurou também fazer o reconhecimento científico dos territorios, nos seus varios aspectos, já para melhorar e tornar mais produtiva a sua exploração, já para cumprir impulsos da mais pura e elevada curiosidade intelectual. Não encontro esta opinião, melhor diria até, os factos que a fundamentam, exarados por historiadores brasileiros, ainda os de mais extensa obra. Das várias missões científicas que de Portugal partiram, apenas a de Rodrigues Ferreira é registada na compendiosa *História do Brasil*, de Rocha Pombo. E todavia o concurso intellectual dos estrangeiros não é esquecido por esses historiadores. Sem dúvida, têm os Brasileiros pleno motivo para encarecer a participação dos estrangeiros na magna empreza de erguer a sua pátria, e só os honram esses sentimentos de hospitalidade e justiça, visto que a carencia de feroz xenofobia de modo nenhum attinge a intensidade do nacionalismo e a affirmação de personalidade própria»⁶⁵⁸.

Na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa, o autor de *Aspecto Científico na Colonização Portuguesa da América* procurou documentos manuscritos nos quais rastreou os nomes e percursos de engenheiros e cartógrafos portugueses que chegaram ao Brasil no século XVII para aí fazerem explorações científicas. Não esquece as missões ordenadas em setecentos por D. João V e D. José. Fidelino de Figueiredo destaca, entre outras que também explica, a missão de Alexandre Franco Rodrigues Ferreira, natural da Baía mas que se formou em Filosofia Natural na Universidade de Coimbra.

Em matéria de expedições científicas o director da *Revista de História* sublinha a acção relevante da Real Academia Portuguesa de História (1720) e Real Academia de Ciências de Lisboa (1779), sem esquecer a importância, no mesmo sentido, mas do outro lado do Atlântico, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No ano de 1926, conforme já foi referido, o médico Carlos França advoga implicitamente a tese segundo a qual as ciências naturais portuguesas encontravam-se, no século XVI, menos desenvolvidas do que as náuticas, embora tal situação não tenha impedido explorar cientificamente, de modo paulatino e progressivo, as riquezas

⁶⁵⁸ Fidelino de Figueiredo – Aspecto científico na colonização portuguesa da América. In *Revista de História*, vol. 14, n.º 55. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925, p. 189.

da fauna e flora daquele território, rentabilizando-as economicamente. Resulta implícita a ideia de que os Descobrimentos Portugueses não foram livrescos, basearam-se na experiência de contacto com os povos. Este raciocínio já se encontra insinuado no texto anteriormente analisado da autoria de Fidelino de Figueiredo. Carlos França, por seu turno, destaca a contribuição portuguesa para o desenvolvimento lento e sustentado daquela área científica: «A participação portuguesa no progresso das Sciencias Naturaes, foi, na realidade, enorme. Na America, como havíamos feito na Africa e na Asia, fomos os primeiros a descrever, em regra primorosamente, os animais e as plantas mais curiosas da região. Em qualquer dos nossos velhos chronistas se encontram interessantes capitulos da Historia Natural»⁶⁵⁹.

O autor, médico bacteriologista, pratica uma História dos Descobrimentos de base pretensamente objectiva, mas toma acriticamente como correctas todas as informações exclusivamente recolhidas nas Crónicas portuguesas quinhentistas e Seiscentistas. O seu trabalho consiste na enumeração e valorização discretamente apologética – num tom arredio a quaisquer ênfases de teor majestático – dos contributos portugueses para a plantação de milho africano, arroz, trigo, mandioca, no Brasil. Os Jesuítas transmitiram os seus conhecimentos científicos aos autóctones, como foi o caso do botânico José de Anchieta no século XVII. Carlos França ressalta a leis protectoras de árvores de fruto como a Laranjeira e cita o cajueiro como especificidade brasileira. A sua Historiografia é tributária do espírito das viagens de exploração europeias à África e à América Latina no século XIX, e exhibe uma nostalgia implícita do império português, que nos seus dias é uma sombra do que fora anteriormente.

5.6.2. Artigos sobre os portugueses na Índia e no Extremo Oriente

Este andamento principia com um artigo da autoria de Pedro de Azevedo que, em 1912, a exemplo das suas contribuições relativas outras áreas do saber, resolveu dedicar-se, nesta ocasião, a dar à estampa um documento importante para a compreensão da política ultramarina portuguesa no século XVII. Neste artigo, o arquivista trata a questão da entrega de Bombaim a Inglaterra, em 18 de Fevereiro de 1665, apesar da resistência do Vice-Rei Melo e Castro que chegara a Goa a 12 de Dezembro de 1662 e foi demitido, regressando a Portugal em Fevereiro de 1667.

⁶⁵⁹ Carlos França – Os portugueses do século XVI e a historia natural do Brasil. In *Revista de História*, vol. 15, n.ºs 57/58/60. Lisboa: Empresa Literaria Fluminense, 1926, p. 39.

Existe referência ao contrato de casamento da Infanta D. Catarina com o Rei Carlos II de Inglaterra, que consignava a protecção Inglesa às possessões portuguesas na Índia dos ataques holandeses.

Na sua abordagem, o colaborador da *Revista de História* procura a objectividade, *fazendo falar os documentos* apurados, esboço incipiente nos limites discutíveis do género biográfico revela atitude de simpatia controlada pelo Vice-Rei.

Em estreita sintonia e interdependência com o restabelecimento do império atlântico, o pilar fundamental a médio e longo-prazo foi, como é bem sabido, a aliança inglesa. No entanto, também com a Inglaterra houve agitadas negociações e peripécias. Logo em 1642 foi firmado um primeiro tratado que abria aos ingleses os portos de Portugal e das suas colónias no oriente e em África e conferia privilégios aos negociantes em África. No entanto, as relações entre os dois países rapidamente sofreram as perturbações resultantes do conflito entre o rei inglês e o Parlamento, que culminaria com a execução daquele (Carlos I, 1646) e o triunfo deste. Apesar da desconfiança portuguesa em relação aos hereges puritanos, Portugal seria coagido a prosseguir negociações com os ingleses que culminariam com o tratado imposto em 1654 por Oliver Cromwell (ratificado em 1656 sob ameaça militar inglesa), onde se lhe concediam amplíssimos privilégios comerciais aos portugueses, nestes se incluindo o comércio com o Brasil. Já depois de morte de Cromwell, Portugal conseguiria, através de novo tratado (1660), a possibilidade de recrutar tropas mercenárias em Inglaterra. O restabelecimento da monarquia inglesa favoreceu nova aproximação à Inglaterra, consubstanciada no tratado de 1661 e, sobretudo, no casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, sustentado por um imenso dote que, para além de grandes quantias em dinheiro, previa a entrega de Bombaim e Tânger aos ingleses. Apesar das ulteriores vicissitudes desta aliança singular, foi de Inglaterra que vieram efectivamente tropas e a intermediação para a paz final com a Espanha, em 1668⁶⁶⁰.

A relação de Portugal com Inglaterra entre 1640 e 1660 foi permanente e de cooperação, apesar de alguns avanços e recuos – estes na época de Cromwell, do parlamentarismo e do puritanismo – saldando-se pela assinatura de 4 tratados: 1642, 1654-56, 1660 e 1661. O mais desfavorável foi o segundo porque permitia vantagens inglesas no comércio com o Brasil. Melhor, o tratado de 1660 reforçou a possibilidade portuguesa no recrutamento militar e abriu caminho ao tratado de aliança e casamento entre Carlos II e D. Catarina de Bragança. Este documento e o anterior foram celebrados de novo sob os auspícios da Monarquia britânica.

⁶⁶⁰ Nuno Gonçalo Monteiro – *2ª guerra da aclamação in Nova História Militar de Portugal*, dir. Filipe Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 2, coord. António Manuel Hespanha, vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 275.

O tratado de aliança e casamento não irrompeu do vazio, foi fruto de uma longa gestação e maturação. O primeiro qualificativo utilizado é tanto mais significativo quanto cobre um lapso temporal relativamente curto (21 anos), mas de intensa relação diplomática luso-britânica, paralela às guerras da restauração com Espanha, terminadas em 1668, para as quais o apoio britânico foi decisivo, impulsionando o restabelecimento do império português no atlântico. O tratado de aliança e casamento foi decisivo nesta matéria e a cedência de Bombaim encarada como inevitabilidade, para evitar o perigo espanhol. Nuno Gonçalo Monteiro, ao contrário de Pedro de Azevedo, relaciona o dote de D. Catarina com a entrega de Bombaim. Todavia, coincidem ambos no carácter imperativo da entrega. Embora não lhe fosse possivelmente favorável, Azevedo preferi-la-ia ao fantasma da capitulação face a Espanha, após 40 anos de união ibérica.

Não sabemos se a anglofilia do arquivista era apenas circunstancial, mas não simpatizaria com tendências iberistas. É curioso verificar que nem por uma vez, Pedro de Azevedo se refere explicitamente a Espanha, que não deixa de estar presente.

Não deixa de ser curioso o alinhamento redactorial, possivelmente aleatório, que permite a precedência de um artigo sobre a entrega de Bombaim face a outro que se centra sobre *A Conquista da Índia*, da autoria do Visconde de Meireles, que, enquanto diplomata, permaneceu no território bastante tempo, criando afinidades que o levaram a estudá-lo. Todavia, o Visconde de Meireles empreende uma História narrativa e panorâmica bem diferente do escrúpulo de teor quase filológico e exegético evidenciado por Pedro de Azevedo.

Aquele historiador cita em epígrafe o apelo de João de Barros ao amor pela verdade que deve ser apanágio da investigação, mas não refere qualquer fonte, manuscrita ou impressa. O seu relato consiste na descrição diacrónica de factos e acontecimentos apresentados, de modo pretensamente erudito e imparcial, visando a objectividade, mas ancorando-se, efectivamente, no elogio à administração britânica do território através da acção da Companhia da Índia, primeiramente de 1814 a 1833 e depois desta data até à actualidade do diplomata: «Só diremos que a administração da Índia constitui quanto a nós o trabalho mais notável de quantos os estadistas ingleses teem realizado no globo. Quisemos apenas dar ideia, e essa ainda assim muito imperfeita de como se efectuou a Conquista da Índia pelos europeus»⁶⁶¹.

Este testemunho revela o posicionamento político do Visconde de Meireles, que prefere defender um império que considera forte na actualidade, em detrimento de um pronunciamento directo e explícito acerca do posicionamento do governo republicano

⁶⁶¹ Visconde de Meireles – A conquista da Índia. In *Revista de História*, vol. 3, n.º 12. Lisboa: Clássica Editora, 1914, p. 317.

português, sobre o qual teria certamente uma opinião crítica, exaltando a chegada de Vasco da Gama à Índia em 1498, forma indirecta de eventual denúncia do presente. Note-se que o panegírico à iniciativa dos portugueses se ficou por esta referência. Veja-se o tom encomiástico, enfático e laudatório das palavras com as quais o Visconde iniciara o seu artigo: «No memorável dia 20 de Maio de 1498, Vasco da Gama fundeu os seus trez navios em frente à povoação de Calecute (...). O facto merecidamente se inscreve com letras de oiro nos fastos na civilização. A partir do dia em que se realizou, iniciou-se nova era de mais alta convivência humana e adiantou-se o caminho da prosperidade e do saber. Disse-se então que o grande português “descobriria” a Índia, Recentemente corrigiu-se a expressão, entrando de explicar-se que “descobriu o caminho marítimo para Índia”. A verdade talvez melhor se exprimisse confessando que Vasco da Gama apenas tirara a prova real de elementos anteriormente acumulados. A passagem do cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias e a viagem de Pêro da Covilhan ao Malabar e a Sofala (1487-1488), traçavam bem claro a derrota. Era problema resolvido, cuja incógnita faltava apenas materialmente verificar»⁶⁶².

Apesar do escrúpulo na não atribuição da descoberta da Índia a Vasco da Gama, o colaborador da *Revista de História* considera o acometimento do capitão e de toda a sua frota pioneiro face aos caminhos e momentos de prosperidade que abriu. O Visconde de Meireles elogia Pedro Álvares Cabral – apelidando-o de *Imortal* – e o Vice-Rei Afonso de Albuquerque, obliterando a referência a Francisco de Almeida, sem explicar o porquê dessa ausência. Em seguida, o cultor de Clio elabora um relance sobre a primeira metade do século XVI na Europa para se centrar sobre a Índia existente antes da presença portuguesa e reconhecer o seu grande desenvolvimento arquitectónico, paisagístico e civilizacional, demonstrando saber distanciar-se de um estrito etnocentrismo, analisando elogiosamente as memórias do imperador Babar, autor de várias publicações majestosas e escritor de poesia. O Visconde de Santarém também se refere ao filho do imperador Hummaiun, detendo-se sobre *Akbar, o grande* (1565-1605), responsável pela centralização política e dilatação do império. O Visconde de Meireles não dedica uma palavra à perda de influência político-económica portuguesa a partir de meados do século XVIII, repercutindo-se essa situação ao nível dos gastos em luxos da nobreza e de alguns vice-reis, mais preocupados em distribuir cargos do que em aumentar a produtividade económica do território. Estava criado o ambiente propício à invasão pelo império britânico, vista como compreensível pelo colaborador da *Revista de História*. Em 1852 foi assinado

⁶⁶² *Ibid.*, p. 300.

um acordo de cedência de províncias aos ingleses. A Historiografia dos Descobrimentos e da Expansão levada a cabo pelo Visconde de Santarém dispensa citações, prefere assentar na descrição de acontecimentos de natureza política, cedendo por duas vezes ao entusiasmo. Na primeira ocasião pela chegada dos portugueses ao território indiano e na segunda aceitando e defendendo o domínio inglês. Por outro lado, o autor nunca alinhou pela mistificação da presença portuguesa, alicerçada em exemplos concretos, nem tão pouco fez tábua rasa do florescimento prévio da Índia, bem pelo contrário. Por vezes comparece o visualismo na apresentação de *cenários*, muito comum nos trabalhos de Oliveira Martins.

Bem diferente é o trabalho historiográfico do genealogista Álvaro Azeredo, que escreveu o estudo intitulado *Um soldado português na Índia (1564-1578)*, dado à estampa na *Revista de História* no ano de 1915. Neste texto, o seu autor continua o esforço, iniciado fora do periódico, no sentido de fixar as origens da sua família, procurando os antepassados em documentos históricos. Nesta ocasião em análise faz o mesmo e, na Misericórdia da sua terra natal, Mesão Frio, teve acesso a fontes que continham informações sobre o irmão bastardo do seu oitavo avô, procedendo à respectiva biografia breve. A personalidade em causa é António de Azeredo e Vasconcelos. No fundo documental da instituição referida, o colaborador do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo fez um levantamento de conterrâneos seus que estiveram na Índia, dando à estampa na publicação cópias da documentação recolhida e praticando uma Historiografia erudita, assente na procura da objectividade, eximindo-se, contudo, a reconstruir costados e árvores genealógicas⁶⁶³.

No ano de 1916, Pedro de Azevedo prosseguiu na senda da publicação de documentos, debruçando-se sobre uma personalidade histórica, num trabalho no qual deixa *falar os documentos, sugestivamente intitulado Documentos sobre Fernão de Albuquerque (41º governador da Índia)*⁶⁶⁴.

Em 1921, o Padre Ernesto Sales enveredou por um caminho historiográfico mais próximo do evidenciado por Pedro de Azevedo, mas exclusivamente baseado na construção de um quadro que funciona como instrumento heurístico, devidamente anotado, dos *Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa desde 1505 a 1910*. A longa listagem contempla nomes, datas de posse e de fim de exercício, eximindo-se a rastrear em crónicas, documentos de chancelaria e correspondências diplomáticas, informações sobre as actividades governamentais desenvolvidas. Esta ausência talvez se deva à morosidade da tarefa exposta.

⁶⁶³ Cf. Álvaro de Azeredo - *Um soldado português na Índia (1564-1578)*, In *Revista de História*, volume 4, número 15. Lisboa: Clássica Editora de A.M. Teixeira, Julho-Setembro de 1915, pp. 242-258.

⁶⁶⁴ Cf. Pedro de AZEVEDO, *Documentos sobre Fernão de Albuquerque (41º governador da Índia)*, *Revista de História*, volume 5, número 17. Lisboa: Clássica Editora, de A.M. Teixeira, 1915, pp. 50-55.

Paralelamente ao interesse por questões que envolvessem a Índia, os colaboradores da *Revista de História* dedicaram-se a estudar e analisar a presença portuguesa no Extremo-Oriente, no Japão e na China, ainda que o tenham feito menos vezes. Em 1920, César de Sousa Mendes publicou *Subsídios para a História dos Portugueses no Japão*. Este artigo foi despoletado pela chegada do colaborador do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo a Tóquio para assistir, em Novembro de 1915, à tomada de posse do imperador Toxiito, na qualidade de primeiro secretário da Legação e encarregado de negócios portugueses no território. Aliás, neste trabalho, o cultor de Clio assoma em função e na decorrência da actividade do diplomata.

O estudo de Sousa Mendes, dado à estampa em Julho de 1917, foi impulsionado pela descoberta de um documento logo partilhada com o porteiro do Museu onde Mendes se deparou com o seu achado. A fonte em causa é uma carta dirigida pelo Vice-Rei da Índia, D. Duarte, em 1590, ao Imperador de então, a solicitar que, contra o costume assente, recebesse bem e desse protecção a missionários portugueses no Japão. César de Sousa Mendes, antes de publicar o texto quinhentista, quis averiguar a respectiva autenticidade e fiabilidade, dirigindo-se – por indicação do funcionário nipónico ante-citado – a um especialista da Universidade de Tóquio, que se debruçava sobre questões que envolvessem as relações com Portugal. A este respeito diz César Sousa Mendes: «Encontrando-me em Novembro de 1915 em Quioto, assistindo na qualidade de Enviado Especial do govêrno da República às cerimónias de entronização do imperador loxiito, foi-me dado visitar em peregrinação artística os inúmeros e interessantíssimos templos, muitos dos quais hoje convertidos em museus. (...). Percorrendo as galerias (...) entre os muitos e variados objectos ali expostos, um me chamou particularmente a atenção pelo seu exotismo (em relação às coisas japonesas, é claro): um largo documento de pergaminho, cujo texto era cercado de iluminuras. Acerquei-me e á meia claridade daquele ambiente de templo, não foi sem surpresa que reconheci tratar-se de um documento escrito em língua portuguesa, uma mensagem dirigida por D. Duarte, vice-rei da Índia ao Quambaco, uma espécie de regente ou primeiro-ministro que então existia neste país. Pela sua leitura compreendi encontrar-me diante de um documento de importância incontestável para a história das relações de Portugal com o Japão. Dirigi um olhar interrogativo ao guarda do museu, que a pouca distância havia pressentido o meu movimento de surpresa. O empregado então aproximou-se de mim e explicou-me que êle próprio, havia cêrca de quatro anos, encontrara aquele documento na ampla manga de um quimono que fazia parte da colecção ali exposta; que não compreendendo em que língua estava escrito o levára ao Dr. Niimura, professor da Faculdade de Letras da Universidade imperial, a fim de que este senhor o interpretasse. Pouco me demorei no

templo-museu, Em poucos minutos fazia-me transportar à Universidade e anunciava-me ao Dr. Niimura»⁶⁶⁵.

Nota-se que, como diplomata, o colaborador do órgão de comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos queria certificar e validar cientificamente as suas investigações, de cuja pertinência não se sentia totalmente seguro, reconhecendo-se, implicitamente, menos competente para a avaliar sem recurso à ajuda de um entendido. O Professor Niimura considerou que o documento expedido pelo vice-rei português tinha relevância. Publicara-o e trabalhara-o criticamente em Julho de 1911. Na ocasião do encontro com Sousa Mendes, falou-lhe de um outro estudo seu relativo ao astrónomo seiscentista de origem portuguesa, Cristóvão Ferreira, autor de um livro de astronomia em língua japonesa intitulado *Quencon Bensetso*. Por seu turno, o alto representante da embaixada portuguesa no Japão, no exercício das suas funções, pretendeu promover o incremento das relações luso-japonesas no dealbar do século XX, dando para tal, à estampa o documento do Vice-Rei D. Duarte, a respectiva análise pela pena de Niimura e um excerto do contributo bibliográfico deste sobre o astrónomo citado. Este chegara ao Japão em 1611-1612, abdicando do cristianismo para sobreviver. Diga-se que esta religião foi proibida em território nipónico no ano de 1637, registando-se um endurecimento da postura imperial onze anos depois. Cristóvão Ferreira era um intelectual que escreveu importantes textos sobre astronomia e medicina – área na qual se formara – granjeando assim respeito e admiração do povo autóctone, que se traduziram no seu recrutamento para a Corte como conselheiro do Imperador. No entanto, posteriormente foi tomado por espião cristão, e executado em 1652.

A Historiografia dos Descobrimentos e da Expansão praticada por César Sousa Mendes possui cariz que replica a temática cultural abordada e serve prioritariamente os objectivos diplomáticos e políticos do autor, que não envereda pelos caminhos da crítica textual, privilegiando a publicação de documentos, como fazia a Academia de Ciências de Lisboa desde meados do século XVIII, prática essa seguida por Pedro de Azevedo no periódico em análise.

Em 1923, o Extremo Oriente volta a ser objecto das incursões dos cultores de Clio que participam como articulistas na *Revista de História*. Desta vez, o foco incide sobre *Mathematicos Portugueses na China (1583-1805)*. Regressam as questões de âmbito cultural e científico. O autor do artigo em vertente análise é um jesuíta, Francisco Rodrigues, que realiza um panegírico documentado, e em tom discreto, da sua ordem e da respectiva missionação no Extremo Oriente. Curioso é verificar que no

⁶⁶⁵ César de Sousa Mendes – Subsídios para a história dos portugueses no Japão. In *Revista de História*, vol. 9, n.º 33. Lisboa: Livraria Universal, 1920, p. 20.

título do estudo está ausente a identificação dos inacianos, provavelmente para evitar acusações imediatas de parcialidade e sectarismo imputáveis ao erudito cronista, que cita o impulso à matemática na China dado por estudiosos quinhentistas como o padre italiano Mathias Ricci, o alemão Schall e o antecessor deste, Verbeist. Dentre os portugueses, destacam-se, como impulsionadores da reversão da imagem negativa da fé cristã, os seguintes nomes que ocuparam cargos de relevo no Tribunal das Matemáticas, contribuindo, através do seu saber, para fazer proselitismo social e cultural em favor da sua fé: Tomás Pereira, Francisco Cardoso, André Pereira, Félix Rocha, José Espinha, André Rodrigues e Bernardo de Almeida.

A objectividade e imparcialidade pretendidas por Francisco Rodrigues são algo comprometidas pelo recurso exclusivo a material arquivístico provindo dos inacianos, obliterando-se contradições, dificuldades, limitações e obstáculos eventualmente verificados proporcionados por fontes de outras proveniências. A síntese escrita por Francisco Rodrigues para terminar o seu artigo espelha bem o discurso de facção que assume em tom menor: «Desta maneira lograram os Jesuitas manter-se a trabalhar na China por mais de dois séculos, de 1583 a 1805, apesar das frequentes perseguições e da vontade dos mandarins e pelo prestígio da sua sciencia conservar-se na direcção e na presidencia do Tribunal Astronómico até à morte do último jesuíta português. Esta perseverança porem dificultosamente poderemos calcular a somma enorme de heroicas dedicações, que lhe custou. Nem era o menor trabalho aquela quase continua servidão, em que voluntariamente viviam sujeitos à vontade dos Imperadores, infantilmente caprichosos nas suas exigencias, desconfiados, (...) e por vezes tyrannos. Com sua abdicação pasmosa acomodavam-se os missionarios aquelles caprichos (...)»⁶⁶⁶.

O historiador jesuíta pratica uma Historiografia moralista e etnocêntrica dos descobrimentos, segundo a qual os Jesuítas, *agentes do bem* foram tiranizados pelos imperadores chineses, tomados em bloco e sem diferenciação entre eles como representantes do mal, *sendo a História desta luta* na qual os inacianos são apenas vítimas, aceitando o sofrimento a que são supostamente sujeitos como forma de expiação em favor da humanidade. Francisco Rodrigues defende implicitamente uma piedade cristocêntrica austera. Publica fontes primárias, mas submete-as ao crivo das suas crenças.

Esta austeridade religiosa não está presente num outro trabalho que privilegia a publicação de um documento. A prática historiográfica patente é austera apenas na medida em que assenta sobre uma metodologia rigorosa, baseada no apagamento da

⁶⁶⁶ Francisco Rodrigues – Mathematicos portugueses na China. In *Revista de História*, vol. 12, n.º 46. Lisboa: Clássica Editora, 1923, p. 101.

visão do historiador, por forma a *deixar falar* o manuscrito dado à estampa, escolhido por tratar-se de *Um Documento Inédito sobre Fernão Mendes Pinto*. O autor da transcrição, Georg Schurhammer tem, em comum com Francisco Rodrigues o facto de se dedicar à História da Companhia de Jesus, explorando, igualmente, um dos seus fundos arquivísticos. Fá-lo, contudo, de modo bem diverso: «Buscando documentos para a vida de São Francisco Xavier encontrei num arquivo da Companhia de Jesus entre os Papeis de P. G. P. Maffei, um documento inedito que não será sem interesse para os biographos e editores de Fernão Mendes Pinto»⁶⁶⁷.

Em 1579, o cardeal D. Henrique pedira a Luís Maffei, cronista estrangeiro, que escrevesse sobre os gloriosos feitos Portugueses na Índia. Este chegou a Portugal em 1579 e pediu, três anos depois, a Fernão Mendes Pinto que lhe desse algumas informações sobre a China. O Viajante Português assentiu e o colaborador da *Revista de História* publicou o resultado desse assentimento.

A Historiografia dos Descobrimentos praticada por Schurhammer não é laudatória, moralista ou glorificadora dos jesuítas, nem dos feitos realizados pelos Portugueses. Rasura qualquer intenção apologética, mas também não destaca nem aprofunda a crítica documental. Limita-se a cruzar, indiciária e potencialmente, a História dos Jesuítas com o percurso de uma personalidade relevante, mas não entra em comparações, nem alinha pelo diapasão do heroísmo, muitas vezes ligado à *História dos Grandes Homens*, ausente das cogitações e dos horizontes historiográficos de Schurhammer. O cultor de Clio limita-se a seguir o percurso do documento inédito publicado, segundo o qual Maffei sentiu necessidade de um depoimento acerca de uma parte do extremo oriente para enriquecer o seu trabalho sobre os portugueses na Índia. Se o recurso às notas de Mendes Pinto revela o itinerário de um navegador e Viajante que descreve os costumes hábitos e tradições dos chineses ou a paisagem da China, o artigo seguinte da *Revista de História*, da autoria de João Lúcio de Azevedo, dado à estampa ainda em 1924, não lhe fica atrás, dado que acompanha a viagem de um Florentino a Portugal e à Índia. A principal diferença para com a publicação documental ante-citada situa-se no facto de o testemunho referido ser proferido por um estrangeiro sobre Portugal e a Índia.

O mercador Filipe Sassetti nascera em 1540 e em 1578 realizou uma viagem à Espanha e Portugal, ficando em Lisboa até 1582. Sem que ninguém lhas pedisse, elaborou as suas memórias sobre a viagem. Demonstrou maior admiração pela capital portuguesa do que pela espanhola. Elogiou as colinas do burgo português, mas revelou antipatia pelas gentes, que considerou faladoras e presunçosas. No plano

⁶⁶⁷ Schurhammer – Um documento inédito sobre Fernão Mendes Pinto. In *Revista de História*, vol. 13, n.º 50. Lisboa: Empresa Litterária Fluminense, 1924, p. 81.

económico, Sasseti salientou a dependência de Lisboa face ao mar e notou a abundância comercial, sem esquecer, ao nível antropológico, a extensa presença de africanos. Entretanto, de permeio, o autor refere uma primeira ida à Índia, tendo sofrido um acidente no Cabo da Boa Esperança que motivou o regresso a Lisboa.

A viagem ao Oriente conduziu à descrição geográfica de uma região, no caso Cochim. Sasseti estranhou o facto de ver poucas mulheres na rua em território indiano, mas elogiou o sânscrito que considerou uma língua agradável. Chama filósofos ascetas aos jogues locais. Apenas revela etnocentrismo ao dizer que a religião na Índia *move ao riso*. Ao contrário do artigo de Schurhammer, o de Lúcio de Azevedo não se limita à publicação de fonte documental maioritária no seu texto. Pelo contrário, coloca certos excertos de transcrições em nota de pé de página, canalizando para o corpo de texto referências utilizadas em favor de uma narrativa na terceira pessoa, na qual o colaborador da *Revista de História* pratica uma Historiografia dos Descobrimentos assente na descrição de impressões de viagem de um florentino, eximindo-se a interpretá-las ou julgá-las positiva ou negativamente, e evitando a crítica externa ou interna do documento publicado, com uma breve excepção não explorada: «O florentino sabia variar o estilo das cartas, conforme o correspondente: a um, provavelmente mercador, descreve o comércio da Índia; a outro, cavaleiro de Malta e capitão nas galês, fala de cousas marítimas; ao Grão-Duque, seu soberano, narra o que viu nos paços do çamorim»⁶⁶⁸.

Num artigo publicado em 1928, o historiador britânico Charles Boxer demonstra a sua lusofilia ao dedicar-se à introdução e publicação de um inédito cuja cópia encontrara no London Office, cotejando-a com o manuscrito original patente na Biblioteca Nacional de Lisboa. O autor pratica a crítica externa do referido texto, relativo a Nuno Álvares Botelho que, em 1624-25, lutara no Golfo Pérsico contra a aliança anglo-alemã. Em primeira instância o interesse erudito de Boxer procurava trabalhar sobre outro protagonista português nesse confronto, Ruy Freire de Andrade. Todavia, inflectiu o ângulo de abordagem e a prioridade a observar, em função da documentação disponível. A escolha entretanto verificada não se prendeu apenas com razões inerentes ao valor documental das fontes, mas também se relaciona com a habilidade de Álvares Botelho para tornear as debilidades materiais e a escassez de homens, revertendo um quadro de combate adverso.

Por outro lado, o destaque conferido ao capitão português deriva do facto de em 1930 ocorrer a efeméride do tricentenário da morte deste combatente, acerca do qual o colaborador da *Revista de História* adopta um tom elogioso, a ponto de fazer incidir

⁶⁶⁸ João Lúcio de Azevedo – Viagens de um florentino a Portugal e à Índia (século XVI). In *Revista de História*, vol. 13, n.º 50. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, p. 123.

sobre a personalidade histórica um raciocínio probabilístico, que assenta na hipótese de a decadência portuguesa na Índia não se ter dado se Álvares Botelho tivesse vivido mais tempo. Charles Boxer termina o seu artigo através de uma reflexão acerca de si próprio, demonstrativa da circunstância de ter-se afastado de uma leitura nacionalista, partidária e facciosa da História, influenciada pela sua nacionalidade britânica: «I only wish to add that I publish this little study as a tribute from an Englishman (...) to one of (...) most gallant, and chivalrous opponents, a «bonny fechter» if there ever was one»⁶⁶⁹.

Este parecer do autor britânico constitui uma anulação do sentimento patriótico na avaliação historiográfica, ou representa a respectiva suspensão? Caso a segunda hipótese se revele frutífera, essa suspensão decorre de um cavalheirismo britânico face à figura de Álvares Botelho, ou traduz admiração sincera pela personalidade, decorrente do interesse expressivo de Boxer pela cultura portuguesa? No entender de Luís Reis Torgal, o colaborador britânico do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo merece destaque especial: «É, de resto, no mundo britânico que encontramos o mais produtivo e importante historiador estrangeiro que escreveu sobre os Descobrimentos, a Expansão, a Colonização e o império português, abordando múltiplas temáticas e sob variados enfoques»⁶⁷⁰. No entanto, nos artigos publicados na *Revista de História* sobre a Índia prevalece uma anglofilia, mormente nos trabalhos do Visconde de Santarém ou Pedro de Azevedo. Em estudos relativos ao Japão e China, respectivamente, mais do que o rigor documental interessa, no primeiro caso, ressaltar e dar a conhecer a cultura japonesa em Portugal. No segundo texto destaca-se a presença dos jesuítas portugueses no território. Estes dois artigos são fruto das actividades dos seus autores, Sousa Mendes é diplomata e Francisco Rodrigues religioso.

5.6.3. Estudos sobre o Brasil, a América Latina e a América do Norte

Logo no ano de 1913, Fortunato de Almeida aborda a questão de *La découverte de L'Amérique*, demonstrando conhecer um estudioso da matéria francês, o padre Louis Salembier, que em 1886, na sua tese de doutoramento escrevera sobre o tema, voltando a abordá-lo seis anos volvidos, aquando das Comemorações do quarto centenário da descoberta da América por Cristóvão Colombo. Todavia, o estudioso francês reincidiu no aprofundamento do assunto em 1912. Ora, o conhecimento actualizado deste derradeiro trabalho e dos anteriores terá impulsionado

⁶⁶⁹ Charles R. Boxer – Nuno Álvares Botelho e a sua armada de alto-bordo (1624-1625). In *Revista de História*, vol. 16, n.º 64. Lisboa: Clássica Editora, 1928, p. 284.

⁶⁷⁰ Luís Reis Torgal - A História de Portugal Vista de Fora. In Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga (org.) – *História da História em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 351.

o autor da *História da Igreja em Portugal* a dedicar-se à mesma questão, acrescentando um olhar português acerca da Descoberta da América. Fortunato de Almeida aproveitou o ensejo para elogiar a seriedade científica de Salambier, que desenvolvera esforços para desmontar e desmistificar uma lenda que ao tempo prevaleceria entre eruditos estrangeiros em torno da personalidade histórica de Colombo. O historiador francês destacara os ensinamentos que o navegador castelhano recebera por parte do seu sogro, Bartolomeu Perestrelo (Cristóvão Colombo casara com Filipa Perestrelo em 1474), ao arripio da convicção de certos intelectuais europeus dos inícios do século XX que não terão tido em conta a influência portuguesa sobre o descobridor. Desta matéria, Fortunato de Almeida é bem claro no apoio conferido ao seu colega francês – secretário-geral da Faculdade Católica de Lille –, agradecendo-lhe o facto de este lhe ter comunicado a existência da respectiva obra: «En remerciant M. Salembier de m' avoir communiqué son ouvrage, je lui demande la permission de lui soumettre quelques témoignages et quelques faits de l'histoire portugaise relatifs à l'entreprise de Colomb. C'est parce qu'ils ne connaissent pas suffisamment ces différents textes que je vais rappeler que les écrivains étrangers ne rendent pas à notre épopée maritime tout l'honneur auquel elle a droit. Je m'empresse d'ajouter que ce tel n'est pas le cas de M. Salembier, qui n'avait pas cette question en vue et, à l'occasion, signale les reinseignements fournis à Colomb par la famille de son beau-père Bartholomeu Perestrello»⁶⁷¹.

Para Salembier, a principal fonte escrita que norteou as expedições de Colombo ao continente americano foi a obra do astrónomo e tratadista Pierre d'Ailly, de Louvain, seu contemporâneo, intitulada *Imago Mundi* e escrita em 1487, defensora da escassa largueza do atlântico, da esfericidade da terra e da teoria dos antípodas, baseando-se em autoridades clássicas da escolástica, como Alberto Magno ou S. Tomás de Aquino. Colombo não terá lido estas autoridades greco-latinas em primeira mão, servindo-se dos informes recolhidos por D'Ailly. Fortunato de Almeida discorda desta ideia de Salambier e da centralidade conferida ao tratadista quincentista por ele citado. Antes de expor o seu ponto de vista, o colaborador da *Revista de História* apresenta algumas teses sobre as viagens de Colombo. Nota que o contemporâneo deste, João de Barros, defende que o navegador queria chegar à Índia e ao Japão, enquanto que no entender do oitocentista Vignaud, o fito eram as *Ilhas Ocidentais*, segundo Perestrelo e Pizon.

A opinião de Bartolomeu de Las Casas ía no mesmo sentido. Fortunato de Almeida expõe, em seguida as várias Viagens de Colombo, a primeira realizada em

⁶⁷¹ Fortunato de Almeida – La découverte de l'Amérique. In *Revista de História*, vol. 2, n.º 6. Lisboa: Clássica Editora, 1913, p. 65.

1492 e descreve a grande divergência que o separa de Salambier. A divulgação dessa discordância de fundo possui um cariz justificativo e constitui um dos objectivos do estudo desenvolvido para o autor da *História da Igreja*, segundo o qual a principal influência daquele descobridor foram navegadores portugueses. Para defender esta ideia socorre-se do geógrafo oitocentista Humboldt, que afirma ter Las Casas em seu poder, desde 1502, as cartas de Colombo nas quais se encontra a informação referida. Para consubstanciar a sua tese, Fortunato de Almeida sustenta que, desde 1457, havia doações de territórios nas Índias Ocidentais por monarcas portugueses a mercadores seus compatriotas, como Fernão Teles. O colaborador da *Revista de História* sugere ainda, ou pelo menos insinua, que Pêro de Barcelos e João Fernandes Labrador terão chegado à América uns anos antes de Colombo. Esta sugestão constitui o segundo objectivo do esforço intelectual do autor da *História da Igreja em Portugal*, que pratica uma Historiografia dos descobrimentos assente em fontes primárias manuscritas e num aparato crítico baseado em citações. O cultor de Clio rastreia factos e procura a verdade nos documentos, seguindo uma diacronia explícita. Todavia, a procura de uma objetividade prenhe de cientificidade submete-se a pressupostos de teor ideológico que revelam o nacionalismo de Fortunato de Almeida, que matiza o pioneirismo de Colombo na América em favor da influência de predecessores portugueses e da antecipação de navegadores lusos nessa empresa. O tom utilizado na defesa destas teses é discreto, não enveredando o historiador por panegíricos. Contudo, chama *epopeia* aos Descobrimentos Portugueses.

Em 1914, Pedro de Azevedo resolveu perceber as origens da Colonização Portuguesa do Brasil, publicando, para esse efeito, um conjunto de documentos sobre o primeiro Governador do território, Tomé de Sousa. O colaborador da *Revista de História* dividiu as suas transcrições em quatro séries (as duas últimas em 1915). Na introdução à série inaugural, o arquivista explica os motivos que o levaram a dar à estampa os manuscritos coligidos, e que se prendem com o interesse dos intelectuais seus contemporâneos pela História do Brasil, deparando-se todos com insuficiências, dificuldades de agrupamento dos documentos e de acesso à maioria dos que continuam dispersos. O autor tentou contribuir para suprir estas lacunas, chamando a atenção para a necessidade de outros completarem o seu esforço, dado que uma História do Brasil é considerada necessária e requerida. Todavia, face à imensidão e complexidade da tarefa Pedro de Azevedo assume que ficará aquém desse acometimento: «Alguns benemeritos investigadores tem-se consagrado a desenterrar dos arquivos portugueses documentos relativos á historia do Brasil nos tempos coloniaes, de que muito tem aproveitado a sciencia. Mas essas publicações são dificeis de compulsar devido a muitas causas e por isso de certo será estimada tanto

a publicação desses documentos, como a reprodução das peças ainda ineditas. (...). Um estudo completo de Sousa impõe-se (...) mas como tal obra seria muito morosa, limito-me por enquanto a publicar alguns documentos que dizem respeito ao illustre governador (...)»⁶⁷².

Para além disso, Azevedo contesta parcialmente a ideia do historiador brasileiro Francisco Varnhaghen, segundo a qual Tomé de Sousa pertenceria, enquanto filho natural, a uma das primeiras famílias do reino. No prelúdio à segunda série documental, o colaborador da publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo aborda de novo a genealogia do primeiro governador do Brasil e refere que este pertencia a uma linha ilegítima da Família Real. O arquivista aponta dois ramos da Família Sousa, os do Prado e os de Arronches. O pai do governador era João de Sousa, prior de Rates. O colaborador da *Revista de História* apresenta ainda um documento inédito que desfaz dúvidas sobre a data da morte do político referido, 28 de Janeiro de 1579. No exórdio ao terceiro conjunto de manuscritos dados à estampa por Pedro de Azevedo. Este revela alguns traços da biografia de Tomé de Sousa: a comenda da Ordem de Cristo, a primeira visita à Índia, a ida para o Brasil. A derradeira série de fontes dadas à estampa por Pedro de Azevedo agrupa dados sobre a presença na Índia, que se encontravam dispersos. O colaborador da *Revista de História* cita a ementa ou o índice da Casa da Índia publicada em 1907 por Anselmo Braamcamp, alvo de elogio, dado que inventariou livros que se perderam após o Terramoto de 1755.

Em seguida, no ano de 1914, João Lúcio de Azevedo não se dedica prioritariamente às origens das expedições oriundas de Portugal em território brasileiro, mas trata de compará-las com as actividades realizadas pelos espanhóis na América Central e do Sul e pelos Ingleses na América do Norte. O seu artigo intitula-se, *A América Latina e a América Inglesa (a evolução brasileira comparada com a luso-americana e a anglo-americana)*. Lúcio de Azevedo pratica uma Historiografia dos Descobrimentos que compagina um nacionalismo aberto, menos frentista do que o propugnado por Fortunato de Almeida, com uma permeabilidade a outras culturas. Defende uma independência do Brasil (1822), na sequência de três séculos de colonização, que tivesse sido mais uma autonomia do que uma separação radical face a Portugal. Para mostrar o carácter conciliatório dos seus pontos de vista, o autor não os apresenta de modo explícito ou directo, recorrendo para tal à exposição das teses de Oliveira Lima, historiador brasileiro com o qual concorda, que proferira seis conferências recentes na Sorbonne, em 1911, e outras tantas em Stanford. Lúcio de

⁶⁷² Pedro de Azevedo – Documentos para a história do Brasil: Thomé de Sousa e a sua família. In *Revista de História*, vol. 3, n.º 9. Lisboa: Clássica Editora, 1914, p.68.

Azevedo, motivado pelas teorias expostas nestas aulas, resolveu contextualizá-las antes de expô-las: «Continuando a serie de suas lições no Estrangeiro sobre o Brazil, inauguradas no anno antecedente na Sorbonne, foi o senhor Oliveira Lima em Outubro de 1912, a convite do presidente da Universidade de Stanford, fazer neste notavel instituto scientifico seis conferências em inglês, duas das quaes repetiu em seguida em dez outras Universidades, entre essas as mais celebres dos Estados Unidos, as de Harvard e Yale. Isto só basta para assignalar o mérito do conferente e a importancia ligada ao assumpto pelos grandes academicos da república norte-americana. As mesmas seis conferências pronunciou o autor em português na Escola de Altos Estudos do Rio de Janeiro, um anno depois. O presidente da Universidade de Stanford, doutor John C. Branner, lisonjeia-se de ser grande amigo do Brazil, por conseguinte da civilização portuguesa; é membro correspondente da Academia Brasileira, e conhece a fundo a nossa lingua. Geologo distincto, passou doze annos em estudos da sua especialidade no Brazil (...). Promovendo, por considerações de character economico e politico, o estudo da língua portugueza na América, entende o doutor Branner, que cumpre aditar a essa especie de interesses os de ordem sentimental e que a divulgação, entre as classes illustradas, de conhecimentos relativos á formação e existencia da nacionalidade brasileira, estreitará as reciprocas sympathias e contribuirá para assentar em bases justificadas nos factos do passado e do presente entendimentos futuros. Para esse objecto recorreu ao doutor Oliveira Lima, que como letrado e diplomata tanto tem elevado a fama da sua nação no estrangeiro, e pela familiaridade com a lingua inglesa e demorada permanencia nos Estados Unidos possui os dois elementos essenciaes para o proficuo do seu ensino, o meio de expressão e o conhecimento da psychologia do auditório. Estas observações transpõem a fronteira da simples resenha, mas julgo-as indispensaveis para a comprehensão do significado e da genese do trabalho de que me proponho fazer a analyse »⁶⁷³.

Lúcio de Azevedo esclarece, numa nota, que o seu texto sobre a posição de Oliveira Lima acerca das duas Américas, a Latina e a Inglesa, era inicialmente destinado à secção de *bibliographia* da do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, pelo que é lícita a hipótese segundo a qual aquele colaborador da *Revista de História*, que viveu largos anos no Brasil, onde tinha vários amigos, tenha assistido a algumas das conferências europeias e americanas do historiador brasileiro, revelando proximidade não só com os pontos de vista nelas expresso, mas também relativamente ao respectivo autor. A publicação do estudo de Azevedo no andamento

⁶⁷³ João Lúcio Azevedo – A América latina e a América inglesa: a evolução brasileira comparada com a luso-americana e a anglo-americana. In *Revista de História*, vol. 3, n.º 11. Lisboa: Clássica Editora, 1911, p. 196.

destinado aos artigos deve-se ao facto de a extensão do seu trabalho ter excedido os limites inicialmente propostos. Por outro lado, o responsável pelos *Estudos para a História dos Cristãos Novos Portugueses*, aproveitou a ocasião para divulgar a promoção de trabalhos sobre a cultura portuguesa na América, desenvolvendo um esforço de diplomacia cultural, no qual se inscreve a defesa e promoção das teses de Oliveira Lima. Na primeira aula ressalta o papel dos jesuítas na colonização da América do Sul, através da conversão dos nativos, e não do seu extermínio, como acontecera na América do Norte. Por outro lado, na segunda lição o historiador brasileiro sustentou que no Brasil e na América Latina o domínio português não foi agressivo. Acresce que na América Espanhola a Universidade e a Imprensa quinhentista levaram a cabo esse trabalho. Na América Portuguesa tiveram papel de destaque, como continuadores de tarefas similares, no século XVIII, os Bispos Francisco de Lemos, de Coimbra, e Azevedo Coutinho, de Pernambuco. Na terceira aula, Oliveira Lima apontou o municipalismo como alfobre da Independência na América do sul. O autor criticou esse acontecimento que no Brasil ocorreu em 1822, tomando-o como sinónimo de atraso. O cultor de Clío brasileiro encara a mestiçagem de índios, africanos e judeus naquele território como uma marca distintiva face à menor heterogeneidade racial da América do Norte. Oliveira Lima defende que o Brasil se auto-representou sempre como país mais independente de Portugal do que as colónias da Espanha no período posterior às respectivas independências.

Para este lusófilo, seguido por Fortunato de Almeida, a Colonização Portuguesa foi menos agressiva do que a espanhola ou a inglesa na América, que por seu turno se fechou mais a um desejável encontro de culturas. A Historiografia dos Descobrimentos praticada por Lúcio de Azevedo é tributária de uma ideia de conversão, em detrimento de uma lógica de antagonismo. Todavia, terá cabido aos povos europeus descobridores e conquistadores contribuir para impor as suas culturas aos povos nativos. Contudo, a imposição portuguesa não se terá dado pela força, tendo outrossim decorrido, alegadamente, sob o signo do respeito pelos costumes, hábitos e tradições das comunidades autóctones.

No ano de 1924, o coronel do exército argentino Juan Beverina publicou, na *Revista de História*, um estudo consignado a um tema até então ausente das páginas do periódico, cujos colaboradores na área de História e Historiografia dos Descobrimentos se preocupavam quase exclusivamente com o Brasil, no que tange a descobertas, conquistas e à colonização Portuguesa. Esta postura maioritária talvez tenha derivado do sucesso naquelas paragens, incomparável com a situação noutros pontos da América Latina, onde dominavam os espanhóis. A abordagem do argentino ante-citado rompe coma hegemonia temática e centra-se na *História Argentina 1 – La*

Invasion Portuguesa a ala Província Oriental en 1816. O autor alinha por uma perspectiva política e assume, de modo discreto, simpatia pelos independentistas argentinos que tentaram uma primeira revolução – abortada – face à Espanha. Todavia, Beverina considerou os interesses portugueses protagonizados por D. João VI no território prejudiciais a essa investida, votando ao insucesso a invasão do Rio da Prata e de Montevideu e conclui: «Como era de esperarse, el plan ofensivo de Artigas resultó un fracaso. La invasión a Rio Grande, después de algunos pequenos éxitos iniciales quedó paralizada pela enérgica intervención de las tropas portuguesa»⁶⁷⁴.

Num segundo momento, Juan Beverina apoia *La resistencia de los orientales a la invasion portuguesa de 1816*⁶⁷⁵.

A Historiografia dos Descobrimentos praticada pelo historiador argentino assenta numa diacronia narrativa que dispensa referência a fontes e citações. Em 1924, Paulo Merêa praticou, na *Revista de História*, uma História dos Descobrimentos cruzada com a aplicação dos dois domínios citados à área do Direito, pronunciando-se sobre a questão da partilha dos mares entre Portugueses e Espanhóis, no tempo de D. João II e dos Reis Católicos, Fernando e Isabel que em 1494 assinaram o Tratado de Tordesilhas, que dividia o Mundo pelas duas potências signatárias. Como historiador do Direito, o colaborador citado da *Revista de História* assume uma postura doutrinária e teoricamente compaginável com o anti-positivismo, reactivo face ao posicionamento dominante na Faculdades de Direito nos finais do século XIX/ princípios do século XX. Conforme assevera António Manuel Hespanha: «A onda sociológica nas Faculdades de Direito portuguesas, de tão avassaladora que foi, cedo se tornou tirânica e fatigante. Logo na primeira década deste século [XX], se notam os primeiros sinais de reacção, inicialmente vindos da filosofia do Direito, disciplina em Portugal dominada, nos finais do século [XIX], por uma perspectiva ecléctica, mas de inspiração Krausista. Pioneira foi, neste plano, a conferência proferida em Coimbra, em 1910, por Paulo Merêa, e depois publicada sob o título significativo de Idealismo e Direito. Esta pequena obra teve um papel decisivo na veiculação para o ambiente académico de Coimbra – e nomeadamente para o círculo dos juristas – da crítica *pragmatista, vitalista e pluralista* àquilo que se considerava ser o exclusivismo e o dogmatismo intelectualista do positivismo. As linhas de força das propostas de Paulo Merêa são: o combate ao monismo cientista, sublinhando a importância de todas as vias de acesso do espírito humano à realidade; o combate ao intelectualismo, valorizando as formas práticas (James) e intuitivas (Bergson) de apreensão do real;

⁶⁷⁴ Juan Beverina – História Argentina 1: la invasion portuguesa a ala Província Oriental en 1816. In *Revista de História*, vol. 13, n.º 51. Lisboa: Clássica Editora, 1924, p. 207.

⁶⁷⁵ Juan Beverina, - 2: *La resistencia de los orientales a la invasion portuguesa de 1816*, In, *Revista de História*, volume 13, número 51, Lisboa: Clássica Editora, Julho-Setembro de 1924, pp. 194-200.

combate ao monismo, chamando a atenção para para a *redundância e superabundância* da experiência; o humanismo, recolocando o homem no centro do cosmo e combatendo a sua coisificação sociologista»⁶⁷⁶.

A abordagem de Paulo Merêa, intitulada *Os Jurisconsultos portugueses e a doutrina do mare clausum* procura integrar uma teoria não tanto ou apenas no plano da Filosofia do Direito, fazendo sobretudo apelo à historicidade desde as origens do conceito em apreço, tentando perceber a evolução diacrónica do respectivo tratamento por parte dos estudiosos e intérpretes de leis e questões jurídicas.

A História do Direito e dos Descobrimentos praticada por Paulo Merêa rejeita um *monismo cientificista*, assente em estrito *juridicismo*, segundo o qual os postulados jurídicos são abstracções, desligadas de expressões concretas ou empíricas. Inversamente, o colaborador da *Revista de História* repudia o estrito intelectualismo e procura fórmulas práticas, começando por encarar a forma como no Império Romano era perspectivado o mar. Evitava-se conflitos e dissensões jurídicas sobre a matéria dado que esta colidia com a universalidade Imperial. Contudo, vigorava sobre o assunto o princípio da coisa comum. O mar adjacente podia ser privado, enquanto o mar alto pertencia ao Estado.

Na Idade Média, os Estados Italianos (Génova e Veneza) glosaram e adaptaram o Direito Romano. Nessa mesma época, o caso português apresenta características peculiares, plasmando-se numa *revolução* em termos de soberania e geografia dos mares, assente no poder sobre uma extensão territorial nunca vista uso exclusivo dos mares. A primeira Bula a confirmar o exclusivismo português foi escrita e assinada por Nicolau V. Por seu turno, D. João III impôs a efectivação do monopólio dos mares, legalmente consignado cerca de um século antes, em 1452. Entretanto, os privados de Isabel I de Inglaterra manifestaram-se contrários ao exclusivismo português e proclamaram a defesa do mar como coisa comum. Os jurisconsultos portugueses quinhentistas contrapuseram os seguintes argumentos em defesa do *mare clausum* e que se baseiam: na descoberta e ocupação dos territórios abrangidos pelos mares; na posse e titularidade desses lugares, nos costumes e tradições locais e, finalmente, na autoridade conferida pelas bulas pontifícias. Os jurisconsultos defensores do domínio Português e espanhol no Mundo no dealbar da Idade Moderna eram António Gama, Jorge de Vasconcelos Fernando Rebelo e Bento Gil. Este último encontrava-se entre os tratadistas do *mare clausum* que contaram nas suas fileiras com Serafim de Freitas, Domingos Portugal e Melo Freire. Do outro lado da contenda, os defensores Franceses, Holandeses e Ingleses do *mare liberum*, estribados na

⁶⁷⁶ António Manuel Hespanha – Historiografia jurídica e política do direito: Portugal, 1900-1950. In *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-73-74. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, 1982, pp. 797-798.

doutrina de Grócio. A Historiografia praticada por Paulo Merêa não aprofunda esta contradição com exemplos provindos da experiência da realidade das descobertas e da expansão, nem tão pouco se contenta com a intuição das diferenças entre teorias, colocando o humanismo dos jurisconsultos no centro das suas preocupações. Do ponto de vista metodológico, o colaborador da *Revista de História* cita abundantemente fontes primárias e bibliografia, cruzando a leitura de ambas num dispositivo crítico que não se afasta da crítica erudita em favor de um idealismo radical. Pelo contrário, equilibra ambas as tendências, devendo reservar-se a construção subjectiva do discurso historiográfico para um plano discreto, nos interstícios da argumentação.

Pode, portanto, matizar-se a apreciação de António Manuel Hespanha que, aplicando-se, eventualmente, de modo natural à Filosofia do Direito patente na obra de Paulo Merêa no seu conjunto, recebe, em nosso entender, um acolhimento significativo, mas relativamente menor, no artigo em análise, ainda que neste se encontrem algumas das características apontadas. Veja-se o diagnóstico em apreço: «No plano da História, isto implicava desde logo, renovação da grande História factual e positivista do século XIX – o tempero do recurso ao documento com a intervenção criadora e integradora do historiador, a utilização de fontes não documentais, no sentido restrito da expressão; o combate à História materialista, restaurando o papel central do indivíduo; uma nova atenção pela História do movimento das ideias e pela História do espírito humano»⁶⁷⁷.

Tem razão António Hespanha ao enfatizar o combate de Paulo Merêa à Historiografia materialista, preferindo ressaltar, individualmente e em conjunto, os jurisconsultos defensores da e contrários à doutrina do *Mare Clausum*. Todavia, a *intervenção criadora* do historiador no seu artigo é escassa, em favor de uma orquestração e integração implícitas das matérias em apreço num *fio narrativo*. Alternativamente, no seu artigo, *Etnographia Brasilica segundo os escritores portugueses no século XVI*, Carlos França exibe os mesmos pressupostos patentes no respectivo trabalho anteriormente realizado sobre os méritos da aplicação dos conhecimentos dos Portugueses no âmbito da História Natural no Brasil, voltando a debruçar-se, em 1926 sobre o mesmo território, destacando a *Etnographia Brasilica* segundo os escritores portugueses do século XVI. Mas uma vez, e desde o título se percebe que o autor confia cegamente na cronística portuguesa, nomeadamente nas obras de Pêro de Magalhães Gândavo e de Gabriel Soares de Sousa, solidarizando-se com o respectivo etnocentrismo, não cuidando de criticar as informações por eles moralizadas ou o modo de fazer História por eles prodigalizado. Por outro lado, França

⁶⁷⁷ *Ibid.*, p. 798.

protagoniza uma Historiografia de pendor nacionalista, alheia à documentação de origem brasileira relativa ao assunto que trabalha. As suas declarações seguintes apresentam um tom diferente do patenteado no seu estudo anterior e radicalizam, de modo enfático, os descobrimentos portugueses, entendidos implicitamente enquanto gesta epopeica.

O autor silencia as contradições, os erros e as falhas desse empreendimento: «As obras de Pêro de Magalhães Gândavo e de Gabriel Soares de Sousa e os escriptos dos jesuitas portugueses sobre o Brasil, os *Tratados* do mathematico Pedro Nunes, os *Roteiros* de D. João de Castro e as *Chronicas* da Africa e da Asia, demonstraram, além disso, à saciedade, o character scientifico que presidiu aos descobrimentos portugueses e que nunca os desacompanhou: O Portugal quinhentista era um bom povo de heroes orientado por uma pleiade de sábios»⁶⁷⁸.

No ano de 1926, Fidelino de Figueiredo trabalha os primórdios da colonização portuguesa na América do Norte, seguindo-se o seu esforço ao de Carlos França sobre o Brasil. Todavia, esta interrupção entende-se na medida em que o director da *Revista de História* defende um diálogo luso-brasileiro no que tange à diplomacia cultural sua contemporânea, mas também fomenta uma atitude de aproximação face à América do Norte, bem patente no modo como começa o seu trabalho *A colonização Portuguesa na América do Norte*, defendendo que esta se ficou a dever às viagens dos navegadores pertencentes à Família Corte Real, sublinhando que estas expedições geográficas faziam parte do plano da Índia (a exemplo do achamento do Brasil).

Convém lembrar que, no mesmo ano em que foi dado à estampa o texto em análise, o seu autor publicara, com escasso tempo de antecedência, *Aguma coisa sobre as relações luso-norte americanas*, estudo que lhe servira como instrumento para fazer o ponto de situação dessas relações no dealbar do século XX. Um trabalho de investigação sobre a presença, alegadamente pioneira, dos portugueses na América do Norte ajuda a reforçar os laços entre os dois países e a divulgar a História dos Descobrimentos Portugueses em território norte-americano. Na sua pesquisa, Fidelino de Figueiredo pratica uma Historiografia de cariz biográfico, dado que se dedica a explicar quem eram os Côrte-Real, traçando o respectivo perfil e detalhando as vicissitudes inerentes à sua viagem. Para tal, o historiador da literatura leu fontes manuscritas quinhentistas, conferindo-lhes algum destaque e cruzando-as com bibliografia actualizada. O seu fito, no artigo em análise, era afirmar a antecedência da presença portuguesa na América do Norte face às Viagens de Colombo, contrariando

⁶⁷⁸ Carlos França – Etnographia brasílica segundo os escriptores portugueses no século XVI. In *Revista de História*, vol.15, n.º 59. Lisboa: Empresa Literaria Fluminense, 1926, p. 152.

parte da Historiografia espanhola sua contemporânea. Fê-lo, em primeira instância num periódico do país vizinho, no qual se encontrava exilado em 1925.

O texto dado à estampa na *Revista de História* constitui uma reprodução do trabalho anteriormente exposto na *Raza Española*. Veja-o impacto que nela podem ter tido estas palavras escritas num momento quase final do artigo em análise, e relativas ao significado das viagens portuguesas à América do Norte: «Sobre os descobrimentos marítimos dos portugueses organizou-se recentemente uma espécie de filosofia, baseada mais no esforço interpretativo do que na documentação. Esta filosofia refere-se principalmente às navegações ocidentais, que estavam no plano dos reis portugueses, mas que foram interceptadas na sua sequência regular pela aventura de Colombo. Os portugueses tinham de há muito a certeza da existência de terras a Ocidente, e numa grande massa ocidental. O descobrimento do Brasil foi, não casual, mas intencional, como hoje se crê. A viagem de Álvares Cabral foi precedida por outra, em 1498, de Duarte Pacheco Pereira, grande perito de navegação que nessa qualidade assistira às negociações do Tratado de Tordesilhas (...). O mesmo Duarte Pacheco Pereira seguiu depois na armada de Pedro Álvares Cabral, numa intencional obscuridade. (...) Pelo Tratado de Tordesilhas, o Brasil, a Groenelandia e a Terra Nova ficavam dentro da parte oriental, pertencente a Portugal, e tanto assim que dos descobrimentos dos Corte-Real e de Álvares Cabral, em 1500, se seguiu a posse incontestada. (...) Foi a viagem do primeiro Corte-Real um episódio combinado de reconhecimento do mundo ocidental, como crêem alguns? É difícil afirmá-lo, porque as viagens dos Corte Reais foram de iniciativa particular; a coroa apenas as protegeu na esperança de que elas revelassem o caminho marítimo para a Índia, e quando essa esperança se desfez, desinteressou-se das terras boreais, inhospitas pelo seu clima para a colonização. Nem Portugal dispunha então de um saldo de população que o levasse a um aproveitamento avaro de todas as terras achadas»⁶⁷⁹.

No derradeiro volume da *Revista de História* comparece um artigo do inglês William Knight, no qual este historiador retoma a tese da partilha dos mares trabalhada no plano jurídico por Paulo Merêa. O articulista britânico apresenta aos leitores uma abordagem diferente da efectuada pelo professor da Universidade de Coimbra, dedicando um estudo a um jurisconsulto ao qual o historiador do Direito português se referira sem conferir-lhe destaque quase monográfico. Trata-se de *Seraphim de Freitas*. O texto dado à estampa no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo foi originalmente lido e exposto numa conferência realizada na *Royal Academy of Grotius*. Ora, Knight era admirador deste tratadista seiscentista, defensor do *mare clausum*.

⁶⁷⁹ Fidelino de Figueiredo – A colaboração Portuguesa no descobrimento da América do Norte. In *Revista de História*, Vol. 15, n.º 60. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, pp.262-. 263.

Os artigos sobre o Brasil, a América Latina e a América do Norte, publicados na *Revista de História* valorizam positivamente a História portuguesa nesses territórios, sob a égide formal da procura da cientificidade. Os conteúdos nacionalistas assomam no contributo de Fortunato de Almeida. De modo mais discreto, Lúcio de Azevedo e Paulo Merêa também se pronunciaram, procurando a objectividade nos seus estudos. O britânico William Knight não põe em causa a doutrina do *Mare Clausum* que aquele historiador de Direito português defendera subtil e sub-repticiamente. Não houve polémica entre ambos no periódico, permeável à exposição de ideias diferentes.

5.6.4. Estudos sobre África

Na *Revista de História* apenas foram publicados dois artigos sobre a presença portuguesa em África. Ambos pertencem à História Política e foram dados à estampa no ano de 1923. No estudo de David Lopes, o autor dedica-se ao *Abandono das Praças Africanas*. O articulista utiliza fontes primárias e procura desenvolver uma prática historiográfica assente na objectividade. Contudo, deixa escapar um lamento implícito sobre a retirada de Portugal dos territórios referidos, encardos como portadores de importância estratégica⁶⁸⁰. Por seu turno, Artur Viegas assinou um trabalho de sentido contrário, centrado em *Duas Tentativas de Conquista de Angola em 1645*. O padre jesuíta pratica uma historiografia política tradicional, mais *impressionista* do que a desenvolvida por David Lopes, baseada no apuramento de factos e datas⁶⁸¹. Em seguida, debruçamo-nos sobre a História Eclesiástica e Religiosa da expansão.

5.6.5. A História Eclesiástica e Religiosa da Expansão

Sobre esta matéria, o número de colaboração na *Revista de História* é bastante mais escasso do que a abordagem de questões afins versando o território de Portugal Continental. O primeiro artigo dedicado à expansão ultramarina foi escrito por Pedro de Azevedo, publicado em 1912, e intitula-se *A Inquisição de Goa contra o Vice-Rei Melo e Castro*. Pertence este texto a um conjunto mais vasto, de cujo espírito comunga e participa, tendo-o o seu autor designado de modo significativo e abrangente, apodando-o de *Explorações Arquivísticas*. Metodologicamente é essa a tarefa à qual o colaborador do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo dá cumprimento, dado que, enquanto arquivista de profissão, se encontra familiarizado

⁶⁸⁰ Cf. David Lopes, *Abandono das Praças Africanas*. Lisboa: Livraria Universal, Julho-Setembro de 1923, pp. 119 e ss

⁶⁸¹ Cfr. Artur Viegas, *Duas Tentativas de Conquista de Angola em 1645*. In, *Revista de História*, volume 12, numero 45, Lisboa: Livraria Universal, Janeiro-Março de 1923, pp. 5-23.

com a necessidade de preservar e conservar documentos do património correspondente à memória histórica portuguesa. No texto em análise materializa essa incumbência e centra-se na publicação de uma fonte manuscrita correspondente ao processo instaurado ao inquisidor Melo e Castro, mais precisamente a uma parte dos cadernos do promotor inquisitorial que instruiu os trâmites processuais a 4 de Dezembro de 1664.

Pedro de Azevedo, na sua introdução, apresenta o rol de testemunhas e indica os motivos da acusação, que se prendem com o facto do vice-rei lançar suspeitas de que os Jesuítas estavam ao serviço dos Holandeses. O Santo Ofício não deu grande importância ao caso, suspendendo o respectivo andamento. O colaborador da *Revista de História* enveredou por caminho analítico semelhante e deixou escapar um alvitre subtil, considerando que melhor teria sido que Melo e Castro se dedicasse em exclusivo às suas tarefas governativas e deixasse as suspeitas que o ocupavam: «As acusações assacadas ao Vice-Rei não são de grande importancia ecclesiastica mas denotam que elle bem pudera aplicar-se a cousas de maior utilidade para o Estado, do que a infringir os numerosos privilegios e costumes que usufruiam os religiosos na Índia. Uma dessas cartas vai transcrita (...) porque prova quanto os estudos linguísticos eram estimados em 1556»⁶⁸².

O historiador em causa actuou sobretudo como arquivista, mais interessado no carácter inédito de documentos, que impulsionou a sua publicação, do que na crítica interna ou hermenêutica dos seus conteúdos. A *História* praticada por Azevedo é sobretudo assente no rigor documental e preocupa-se com a objectividade e a verdade presentes nas fontes, vistas como miméticas face à realidade. Concretiza-se, secundariamente, uma *História Eclesiástica*, baseada em documentação proveniente de uma instituição devedora e dependente dos poderes centralizadores do Estado, o Santo Ofício, cuja actividade está documentalmente depositada na Torre do Tombo. O excerto que transcrevemos demonstra, de modo sóbrio, o catolicismo do seu autor, apostado em não explorar possíveis divisões entre os jesuítas e a Inquisição. Ainda em 1912, a temática do Santo Ofício volta à *Revista de História*, desta vez através de um outro tipo de fontes, revelador e divulgador da sua orgânica: os livros de denúncias. António Baião, também arquivista, continuou o hábito da transcrição documental, cingindo-se a esta prática. Para tal, anulou-se totalmente perante a sua fonte, eximindo-se a sobre ela se pronunciar introdutoriamente. O seu artigo intitula-se, sugestivamente, *A Inquisição no Brasil*, extractos de alguns livros de denúncias, comparecendo apenas a faceta do compilador no gesto de compactar e seleccionar

⁶⁸² Pedro de Azevedo – Explorações archivísticas. In *Revista de História*, vol. 1, n.º 3. Lisboa: Clássica Editora, 1912, p. 176.

alguma da informação, mas mesmo a selecção terá obedecido à necessidade de adaptar os materiais existentes ao espaço disponível. António Baião comporta-se como um técnico de arquivos sobre os quais entende não lhe caber teorizar, tendo apenas como fito deixar a documentação disponível para consulta. É difícil caracterizar a Historiografia Eclesiástica que coloca em prática, tão subsidiária se apresenta face a um arquivismo assente num paradigma custodial, tributário do antiquarismo que o precedeu, assente na divulgação de fontes de difícil acesso ou menos conhecidas pelos públicos cultos⁶⁸³.

No segundo ano da Primeira Guerra Mundial, na *Revista de História*, o Brasil continuou a ser tema tratado, desta vez pela pena do protestante Eduardo Moreira, que se interessou pela presença Huguenote no território. O alinhamento do periódico é curioso, dado que permite, acidentalmente ou não, que a seguir à Inquisição se aborde a presença de crentes de igrejas reformadas em terras ultramarinas, mimetizando. - se a tendência presente nos textos relativos a Portugal Continental. O colaborador da *Revista de História* refere-se à chegada, em 1557, de 290 franceses para fazer concorrência a Portugal na zona da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Nesta tripulação iam 16 protestantes, tendo sido alguns torturados e mortos a meio de caminho em território americano. Alguma documentação confundiu um dos perseguidos no Brasil pela Inquisição portuguesa, Jean le Contac, que se converteu ao catolicismo, com Jacques le Baleur, que se manteve fiel ao Calvinismo. Eduardo Moreira conta estes acontecimentos apoiado numa notícia baseada na *Histoire d'un Voyage fait en terre du Brésil*, da autoria do Huguenote João de Lery. O objectivo de Eduardo Moreira no seu artigo é demonstrar o espírito missionário dos protestantes, silenciado em Portugal pela Inquisição, que mandou queimar os livros de que se serviam os membros da Igreja Reformada para a doutrinação. Através de uma apelo à conservação da memória histórica para repor a historicidade dos factos, Eduardo Moreira serve-se de uma linguagem científica para divulgar a sua fé sem impô-la, mas evitando os perigos de leituras impositivas do catolicismo ortodoxo: «O que é feito dos livros que Jacques le Baleur espalhou pelos nossos antepassados no Brasil? Nada, absolutamente nada resta. Isto nos fez meditar no muito que ignoramos sobre a fé dissidente desses tempos, porque a Inquisição, como já dissemos, queimando as pessoas que a possuíam, destruiu também os documentos que a poderiam atestar nos séculos futuros»⁶⁸⁴.

⁶⁸³ Cfr. António Baião – A Inquisição no Brasil: extractos d'alguns livros de denúncias. In *Revista de História*, vol. 1, n.º 3. Lisboa: Clássica Editora, 1912, pp. 188-196.

⁶⁸⁴ Eduardo Moreira – Os Ugunotes no Brasil 1757.1767: quadros de história litterária evangélica. In *Revista de História*, vol. 4, n.º 15. Lisboa: Clássica Editora, 1915, p. 82.

Para além da procura de fontes e de provas que devolvam os acontecimentos ao curso furtado pela manipulação inquisitorial, Eduardo Moreira teve como motivação implícita da redacção do seu texto o trabalho sobre *Protestantes Franceses no Brasil*, da autoria de Gomes de Carvalho, dado à estampa pelo editor da *Revista de História*, A. M. Teixeira. A citação da obra e do seu autor, em nota de pé de página, denota vontade de certificação dos estudos sobre Protestantes, evidenciada por Eduardo Moreira que, neste artigo sobre a realidade ultramarina portuguesa parece mais desinibido para denunciar - sem frentismo e em tom baixo-o Santo Ofício e um missionário jesuíta, Manuel de Anchieta, por intolerância demonstrada no Brasil, em 1560, contra o culto Protestante.

No ano de 1915, a História da Igreja em territórios ultramarinos comparece na pena de Eduardo Moreira que, nos seus quadros de História Literária Evangélica, se refere à presença dos holandeses no Brasil numa época conturbada do domínio português, atravessado pelo governo castelhano desde 1580. Alguns Portugueses que haviam prometido fidelidade ao futuro D. João IV passaram, na segunda década do século XVII, a apoiar os Filipes, acontecendo o mesmo aos Jesuítas que tinham suportado D. António Prior do Crato. Em 1624, os holandeses começaram a realizar esforços para conquistar Pernambuco, aproveitando a debilidade da presença portuguesa no território, na qual pontificavam mercenários, dispostos a vender-se por dinheiro. Em Março de 1625, as tropas de Theodoro de Waerdemburch conquistaram Olinda. Eduardo Moreira segue os testemunhos coevos do cronista Joseph Baers, segundo os quais os esforços de conversão dos nativos não foram violentos, tendo alguns calvinistas procurado respeitar costumes locais, aprendendo a língua nativa e edificando classes, sínodos e presbitérios. Brasileiros como Vanderley de Araújo ou Eduardo Vale confirmam estes factos, contrariados, todavia, pelo Padre António Vieira, que entendeu as conquistas holandesas no Brasil como usurpações desrespeitadoras do domínio português. Eduardo Moreira expõe as teses contraditórias, afasta-se do catolicismo tradicional e do ponto de vista vieirino. Solidariza-se com a aculturação protestante mas não deixa de explicitar os vários interesses em jogo, portadores de motivações, perspectiva e discursos diversos, mas que não são eliminados, praticando o colaborador da *Revista de História* uma Historiografia dos Descobrimentos atenta à pluralidade de manifestações e confissões religiosas, não se eximindo a tomar partido, permitindo que outros o façam num sentido divergente. Entre 1545 e 1554, a dominação holandesa viu-se a braços com lutas que a enfraqueceram. Eduardo

Moreira enquadra todo este cenário e deixa implícita a ideia de que apenas comunga a religião com eles, prodigalizando um nacionalismo discreto no plano político⁶⁸⁵.

Coincidência ou talvez não, o alinhamento editorial propicia a irrupção da visão positiva e apologética de Fortunato de Almeida sobre as virtudes da missão católica, consideradas decisivas para a expansão portuguesa. O colaborador da *Revista de História* concretizou a sua única participação na publicação relativa à História eclesiástica Ultramarina, versando uma temática que não desvirtua o apreço manifestado noutras ocasiões pela interpenetração entre o poder temporal e o espiritual – com prevalência deste sobre aquele –, possuindo cada um deles atributos reservados originariamente ao outro. Neste contexto, entende-se a necessidade de estudar, a partir de fontes do *Corpo Diplomático Português* e, sobretudo, de Bulas, a História do *Padroado Português no Ultramar*, com base numa diacronia que testemunhe a génese e o desenvolvimento, mas também outras facetas do objecto investigado.

Esta tarefa prolongou-se pelo ano de 1916, no qual foram publicadas a segunda e terceira partes do trabalho. Na primeira, o autor centra-se nos antecedentes, no arranque e implementação do direito referido. Começa pela respectiva definição. Refere que consiste na apresentação ao bispo de pessoas idóneas por beneméritos e financiadores da Igreja católica. Almeida enumera e descreve sucintamente a acção, nesta matéria, de papas como Eugénio III (1442), Nicolau V (1454), Calisto III (1455), Sisto IV, aos quais os reis portugueses pediam protecção, sendo-lhes concedida, até que em 1514 Leão X institui a passagem da administração do direito de padroado à Ordem de Cristo, limitando os poderes de D. Manuel que, no entanto, era mestre da Ordem, tal como D. João III passou a ser a partir de 1551. Em 1582, em Malaca e Cochim, o monarca em exercício, Filipe I, não cumpriu o pagamento atempado de despesas aos ministros do culto, administrando de modo alegadamente insuficiente os dízimos entretanto recebidos para o efeito. Fortunato de Almeida denuncia esta situação, dado que, em seu entender, a Igreja Católica e o cruzadismo pela fé foram as bases da Expansão Ultramarina Portuguesa: «A percepção dos rendimentos eclesiásticos era o menor dos proventos que aos monarcas advinham do padroado. Seria necessário desconhecer a invencível força do sentimento religioso, para não compreender o prestígio que o padroado acrescentava à auctoridade real, quando esta o sabia usar como instrumento de governo, mesmo sem quebra da sinceridade e pureza de intenções que são inseparáveis da verdadeira religião. Os bispos, os cónegos e beneficiados das catedraes e os párochos eram

⁶⁸⁵ Cfr. Eduardo Moreira – Os holandeses no Brasil 1624-1654: quadros de história litterária evangélica. In *Revista de História*, vol. 4, n.º 14. Lisboa: Clássica Editora, 1915, pp. 166-168.

outros tantos agentes da auctoridade real ao mesmo tempo que desempenhavam as funções do ministério sagrado. No Brasil, nas Ilhas do Atlântico, em ambas as costas africanas e em toda a Ásia Meridional até ao extremo Oriente, essa enorme força moral cimentava com mais firme estabilidade o império português do que as victórias alcançadas pelos nossos soldados nas mais cruentas batalhas. A expansão moral, base segura do prestígio político e das relações económicas, estendia-se pelo exercício do padroado às nações não subjugadas, onde o sacerdote era o pioneiro da nação europeia e o porta-bandeira do nome de Portugal. Nunca país algum do mundo vira tão largo campo aberto e tantas facilidades offerecidas ao exercício da sua actividade»⁶⁸⁶.

Para o colaborador da *Revista de História*, a complexa rede de factores políticos, económicos, sociais, culturais não existiu, limitando-se à consideração da religião como condicionante único da situação, ainda que vista numa perspectiva que transporta no seu seio elementos políticos dependentes da consignação do catolicismo.

Na segunda parte do seu trabalho, já em 1916, Fortunato de Almeida dedica-se a estudar a decadência do padroado no Ultramar. Continua a criticar o Estado e a defender a Igreja Católica e não poupa a impreparação e o escasso número de alguns dos missionários enviados, responsabilizando Pombal pela expulsão dos Jesuítas em 1759. No século XIX, esta situação de carência agudizou-se em Moçambique, em 1830, 1855, 1860 e 1868, tendo sido publicado um projecto-lei, na terceira data citada, para obviar a esta situação. Angola passou por momentos semelhantes. Após 1834, com as medidas liberais de Joaquim António de Aguiar, a crise agrária agravou-se. Apesar deste quadro adverso, a 6 de Maio de 1887, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes, propôs-se sustentar e revitalizar o Padroado em ruínas. Sem Ordens religiosas como alfobre de missionários a extinção era inevitável. Na segunda secção o artigo de Fortunato de Almeida termina de modo lapidar, exemplificando de que modo e quanto a Historiografia da Igreja deste intelectual aqui evidenciada é tributária do seu conservadorismo político, avesso a medidas tomadas durante uma fase mais radical da monarquia constitucional: «Desde que os governos, sob a influência de um sectarismo ignaro, se recusavam a regular a existência de ordens religiosas como viveiro de missionários em número suficiente, apenas lhes restava o expediente de desistir do Padroado. A sequência lógica dos factos não só acarretou a ruína da soberania espiritual, como também comprometteu e reduziu em certos territórios a própria soberania temporal, perda apenas compensada com o

⁶⁸⁶ Fortunato de Almeida – Padroado português no ultramar. In *Revista de História*, vol. 4, n.º 14. Lisboa: Clássica Editora, pp. 142-143.

desvanecimento, que devia sentir o país, assistindo ao triunfo do *mata-frades*, ridiculamente alçapremado á categoria de grande estadista»⁶⁸⁷.

O terceiro andamento do texto de Fortunato de Almeida aprofunda e pormenoriza as causa de decadência do Padroado. O artigo, no seu todo, mostra preocupação com a apresentação e descrição de fontes, pormenorizadas em notas de pé de página, sob a égide da procura da prova, assente na conformidade com a realidade dos factos referidos na documentação. A causalidade implicada nas descrições realizadas por Fortunato de Almeida demonstra contiguidades terminológicas com a linearidade de ciclos biológicos, de forma a acentuar a *decadência do Padroado*, à medida que a época contemporânea foi avançando quase até à actualidade do autor. Este procurou salvaguardar os mecanismos formais da objectividade para, através deles, fazer passar a sua visão católica de Portugal no Mundo, num momento de alguma ambiguidade e turbulência, mormente no tocante ao Império Colonial Português.

Ainda em 1916, Pedro de Azevedo debruçou-se sobre a *Inquisição em Mazagão em 1607 e 1609*, prosseguindo a publicação de documentos reveladores da actividade do Santo Ofício, neste caso relativa a mais um território ultramarino, uma praça africana. A brevíssima introdução do colaborador da *Revista de História* confirma os métodos de trabalho anteriormente evidenciados. O autor expõe o número de processo da Inquisição de Lisboa do qual retirou as fontes que, em seguida, transcreve: «Entre os processos da Inquisição de Lisboa, que se guardam no Arquivo Nacional encontra-se um que tem o numero 13.260, que diz respeito a denuncias e outros processo inquisitoriaes nas praças marroquinas no começo do século XVII. O referido numero está todo copiado para impressão e dessa copia retirarei as partes relativas a Mazagão para as publicar na *Revista de História*. O nosso consocio o sr. Affonso de Dornellas nos valiosos tomos da sua obra *História e Genealogia* já se tem referido detidamente a essa praça e para lá enviarei o leitor que deseje aprofundar a matéria»⁶⁸⁸.

Azevedo manifesta essencialmente a sua vertente de arquivista, inventariando, por ordem cronológica, os documentos referentes a Mazagão, publicados entre 1607 e 1609. Trata-se, essencialmente, de certidões da de visitação do bispo de Ceuta, mas também há fontes que comprovam a vigilância do governador do território sobre as actividades daquele alto dignitário eclesiástico, comparecendo, inclusive, a concertação entre ambos acerca das vestes dos judeus. No ante-penúltimo

⁶⁸⁷ Fortunato de Almeida - Padroado português do ultramar, in *Revista de História*, volume 5,número18,Lisboa:Clássica Editora, 1920, p.175.

⁶⁸⁸ Pedro de Azevedo – A Inquisição em Mazagão em 1607 e 1609. In *Revista de História*, vol. 5, n.º 18. Lisboa: Clássica Editora, p. 182.

documento transcrito, com data de 5 de Fevereiro de 1609, o bispo proibiu a prisão de mouros em vias de se tornarem cristãos.

A elaboração de sumários dos documentos por parte de Pedro de Azevedo demonstra escrupulo no cumprimento de regras paleográficas elementares, que recomendam a divulgação simples e rápida do essencial dos conteúdos das fontes, de forma a tornar mais acessível a informação nelas contida. Acresce que o compilador em causa é um erudito que conhece e cita o trabalho de outros intelectuais, nomeadamente do colega Afonso de D' Ornelas, sócio da *Revista de História*, que se dedica a estudar a praça de Mazagão. Implicitamente, entende-se que Azevedo considera a contextualização histórica fundamental pra enquadrar e valorizar a publicação de documentos, mesmo que não a plasme em texto, por escrito, dado que a sua intenção principal é dar a conhecer as fontes do Santo Ofício, desordenadas, assistemáticas e dispersas na sua época. António Baião encetara a reversão desta tendência e Pedro de Azevedo ou Ernesto Sales também lhe dão seguimento na *Revista de História*. Note-se que no artigo em análise o historiador Pedro de Azevedo comparece apenas no cumprimento das suas funções heurísticas, eximindo-se à crítica interna dos documentos, uma vez que considera mais relevante dá-los à estampa. Todavia, o cultor de Clio não se apaga totalmente dado que o inventário de fontes que oferece evidencia preocupações com a diacronia de factos e acontecimentos. Curioso é verificar que a Inquisição é maioritariamente tratada através de referências à sua presença em territórios ultramarinos, eventualmente para evitar aprofundar as suas implicações políticas. O labor de Fortunato de Almeida constitui excepção nessa matéria.

Existe um aspecto convertido num ponto comum das abordagens relativas à História eclesiástica e religiosa na *Revista de História* dentro e fora do território continental português: a partilha da temática jesuítica enquanto foco central de incidência nos primeiros anos da década de 20, desaparecendo o Santo Ofício quase inteiramente das páginas do periódico, eventualmente para dar da publicação uma imagem de abertura na defesa da ortodoxia católica, afastando-se o braço político desta em detrimento da reforma interna do catolicismo, protagonizada alegadamente pelos inicianos, cujo caminho tantas vezes divergiu, ou pelo menos foi crítico, da Inquisição, no que concerne aos momentos em que esta endureceu, institucional e politicamente. Depois de um interregno apreciável, a temática eclesiástica ultramarina regressou à Revista dirigida por Fidelino de Figueiredo pela mão do cronista jesuíta Francisco Rodrigues, o mais prolífero defensor da Ordem neste Órgão de Comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Francisco Rodrigues publicou, no ano de 1921, um trabalho sobre António Vieira, inserindo esse tratamento

na linha biográfica que era cara aquele cultor de Clio, sensível nesta ocasião, muito marcadamente, à *História dos Grandes Homens*. Vieira é visto como um deles e utilizado como um emblema dos inicianos, cuja instituição servia. Aparentemente, Francisco Rodrigues, ao escolher um trajecto individual de uma personalidade histórica, parece enveredar pela Historiografia Religiosa em sentido lato. Todavia, essa aparência é vincadamente instrumental. A Companhia de Jesus consome parte significativa das atenções do seu cronista contemporâneo. No início do seu texto, Francisco Rodrigues, ciente das qualidades de Vieira como orador e aglutinador de vontades pela palavra, apresenta-o enquanto protagonista de um drama, prenhe de contradições às quais aquele sobrevive e se sobrepõe, constituindo estas prova da riqueza e densidade psicológica da sua vida.

As similitudes da exposição de Francisco Rodrigues com o cariz e o tom de certas obras de Oliveira Martins, mormente *Os Filhos de D. João I*, é manifesta: «Poucas personagens da história offerecem ao escriptor uma vida tão variada de episodios interessantes como o celebre orador Padre António Vieira. O decorrer dos seus annos, particularmente depois que entrou de vez no campo de sua actividade peculiar, semelha o formar de uma longa cadeia, cujos elos sejam formados alternadamente de alegrias e amarguras, de esperanças e desenganos, de applausos, como pucos homens da sua condição tem logrado e de contradicções só iguais á grandeza do seu animo (...). Assim era; tão variadas e tão oppostas tinham já sido as scenas daquela vida ou drama, que só aos noventa annos havia de ter o seu desenlace. A origem desta surprehendente multiplicidade e variedade havemos de procurá-la no próprio actor e no theatro ou theatros – os maiores do mundo – em que desempenhou o seu papel. Os dotes excepçionaes de Vieira não soffriam a vulgaridade, alteavam-se sobre a craveira ordinária. A Intelligência era aguda e penetrante (...) mas comprazia-se especialmente nas ideias elevadas e grandiosas, nas concepções raras, novas e até extravagantes. Havia necessariamente de provocar a contradição (...) Em tudo se manifestava a sua indole combativa»⁶⁸⁹.

Convém notar que esta toada laudatória de Rodrigues face a Vieira não oculta que algumas das concepções deste jesuíta eram *até extravagantes*. A ênfase nas contradições provocadas por esta personalidade faz parte da estratégia de glorificação de que é alvo, mas permite divisar certa margem de recalcamento e ambiguidade nos encómios. Tanto assim que, o momento da infância e juventude de Vieira mais ressaltado é a sua adesão à Companhia de Jesus. Francisco Rodrigues exime-se a historiar detalhadamente os primeiros passos do autor na Ordem ou a Vida Interna

⁶⁸⁹ Francisco Rodrigues – O Padre António Vieira contradições e aplausos: a luz de documentação inédita. In *Revista de História*, vol. 11, n.º 42. Lisboa: Clássica Editora, 1922, p. 81.

desta. Limita-se, em tom catequético e comprometido, a plasmar alguns dos estatutos desta, dos quais avulta a solidariedade com a sua natureza disciplinar, cujo incumprimento era visto como intolerável: «O talento e o genio altivo e independente de Vieira não se conformariam, sem renitencia, com illusões e embaimentos inspirados de fora; e a Companhia de Jesus, segundo suas leis expressas, o que mais claramente propõe aos que lhe veem bater à porta, são as dificuldades inherentes à vida religiosa, especiaes no seu Instituto, e o que particularmente investiga no minucioso exame a que submete os candidatos, é se elles pedem a admissão na Ordem por determinação propria ou por mera persuasão alheia. Se descobre que algum jesuíta os aconselhou ou moveu áquelle passo, manda S. Ignacio suspender o exame (...). A Companhia só quer sujeitos que se determinem a abraçar o Instituto por vocação propria e decidida, e que dêem, por este modo, garantias de perseverança. Quem entra seduzido, são taes as dificuldades de viver na Companhia, que a breve trecho descorçoia e sae: é sempre desairoso para uma ordem religiosa ver se desamparada por aquelles que acolheu e formou no seu gremio»⁶⁹⁰.

Avulta deste mimetismo de Rodrigues face ao *Institutum de 1893*, um empenhamento doutrinário proselitista e rigorista portador de um congregacionismo, ao qual a vertente de historiador do autor se submete. impera o Jesuíta combativo no dealbar do século XX, altura em que os inacianos enfrentam dificuldades em Portugal. A mensagem de arregimentação é clara por parte do colaborador da *Revista de História*, que toma Vieira como exemplo de uma luta que passa pela firme reafirmação dos Estatutos inaugurais da Companhia de Jesus. No que respeita à biografia de Vieira, Rodrigues apresenta-a respeitando a diacronia da respectiva cronologia-instrumento historiográfico tão caro ao cultor de Clio. Em 1638, Vieira encontrava-se no Brasil a lutar contra os holandeses. Entretanto, em 1649 realizou uma missão a Roma, na qual se arrependeu de ter estado contra os Jesuítas quando defendera a autonomia da Província do Alentejo. Comprometido, Francisco Rodrigues trata este sinal de divergência como mero percalço, sem se deter em historiá-lo objectiva e aprofundadamente. Vieira foi, progressivamente, afastado da Corte. Teve dissensões com o Inquisidor Nuno da Cunha, que acabou, mais tarde, alegadamente, por admirá-lo. Em 1652, o jesuíta encontrava-se no Maranhão, tendo-se destacado pela acção missionária, muito louvada por Francisco Rodrigues. Entretanto, em 1666, aquele missionário regressou fugazmente à Corte, onde foi condenado a novo desterro. A 21 de Julho de 1663 foi-lhe instruído um processo inquisitorial e o colaborador da *Revista de História* solidariza-se com Vieira, não se cansando de afirmar o desamor da Inquisição pela Companhia de Jesus, tratada pelo colaborador da *Revista de História*

⁶⁹⁰ *Ibid.*, pp 82-83.

como vítima, sem averiguação de respectivas responsabilidades nas alegadas perseguições das quais fora alvo. Vieira solicitou nova ida a Roma para defender-se. Os Jesuítas apoiaram-no nesta pretensão e na sua defesa. Em 1675, o eclesiástico passou por Lisboa, antes de regressar definitivamente ao Brasil, onde foi nomeado para visitador da Província, gerando essa divisão os ódios, entretanto pacificados, de Alexandre de Gusmão e de Andreoni. Durante cinquenta anos, António Vieira meditou numa obra de cariz filosófico e profético, a *Clavis Prophetarum*, que permaneceu inédita, tal como outros três textos seus, até momento bem posterior à sua morte. Francisco Rodrigues preocupa-se com as representações historiográficas póstumas de Vieira, dado que podem contraditar a emblematização hagiográfica que o colaborador da *Revista de História* procurou efectivar.

Em 1923, Francisco Rodrigues voltou a escrever, em tom apologético, um panegírico de um jesuíta, sob a égide, de novo, de pretendida objectividade historiográfica, alicerçada em rigor no apuramento dos factos. Não discutimos a procura e existência desse rigor, todavia, o colaborador da *Revista de História* coloca-o, novamente, ao serviço das suas convicções religiosas. Desta vez, para demonstrar a santidade de Francisco Xavier, apóstolo da Companhia de Jesus no Oriente, Francisco Rodrigues refere-se, cronológica e diacronicamente, como é seu hábito, a duas exposições do corpo do defunto em 1744 e 1751 em Goa, onde estava sepultado desde 1753 na Igreja da Companhia de Jesus local. Este entusiasmo póstumo pelo missionário revela a sobrevivência do exemplo, após a morte, representada por esta personalidade histórica, cujo valor em vida é louvado pelo artigo em análise. Veja-se o quase decalque face ao elogio efectuado a Vieira: «Poucos portugueses illustraram tão gloriosamente o nome da patria que lhe deu o ser como elle honrou a sua patria adoptiva. Mas se do homem benemerito em sua vida mortal pelas obras e exemplos, que a posteridade admira, podemos dizer com verdade que *defunctus adhuc loquitur*, Xavier não só ainda hoje falla com a eloquencia das suas virtudes, mas tambem por sua como que presença corporal faz obras maravilhosas, que teem continuado até aos nossos dias a actividade prodigiosa da sua vida. O instrumento destes prodigios é o seu corpo que há pouco mais de quatro seculos se conserva incorrupto na velha Goa»⁶⁹¹.

Nota-se que Francisco Rodrigues aprofunda, no caso de S. Francisco Xavier, os traços de sacralização insinuados aquando do tratamento de António Vieira. Desta vez, parece perfilar-se, de modo condensado uma historiografia solidária com os milagres concedidos pelo corpo defunto de S. Francisco Xavier, que falecera em 1552,

⁶⁹¹ Francisco Rodrigues – S. Francisco Xavier: duas exposições do seu corpo em 1744 e 1751. In *Revista de História*, ano 12, n.ºs 47/48. Lisboa: Empresa Litterária Fluminense, 1923, p. 178.

na Ilha de Sanchão, tendo sido levado para a Índia no ano seguinte. A abertura da sepultura, nessa ocasião, e noutras que se lhe seguiram demonstra que se mantinha incorrupto. Com o passar dos anos, contudo, na sequência de sucessivas exposições, e pela acção do tempo, o corpo deteriorou-se parcialmente. Em 1619 foi-lhe cortado um braço e levado para Roma, como relíquia. Entretanto, decorreu cerca de um século e meio e só em 1744 foi autorizada e realizada, em Goa, nova exposição de S. Francisco Xavier, das sete para as oito da manhã de 12 de Dezembro, sob a égide com a presença do Vice-rei Pedro Miguel Almeida, terceiro conde de Assumar. Sete anos decorreram e, em Março de 1751, este ritual repetiu-se perante o Vice-Rei Marquês de Távora. Francisco Rodrigues referiu-se, lacónica e brevemente, às dissensões no interior da Companhia de Jesus, entre as Províncias de Portugal e de Goa, para a organização de festividades em honra de S. Francisco Xavier, ocorridas em meados do século XVII. Não interessava ao cultor de Clio expor feridas internas na sua ordem que poderiam ser aproveitadas, no início do século XX, por detractores persistentes.

O colaborador da *Revista de História* regozija-se pelo facto de D. Pedro II, D. João V e respectivas mulheres terem mantido e incentivado o culto do Santo, interrompido apenas por D. José e pelo Marquês de Pombal que, após a Morte do rei, deu guarida à profanação do corpo de S. Francisco, trazido para Lisboa. Entretanto, D. Maria repôs a normalidade, ordenando o reenvio para Goa. Ao terminar o seu texto, Francisco Rodrigues reitera o ímpeto comemoracionista que o motivara e levava à escrita do seu artigo, contaminando-a, dado que este pretendia ter um cunho erudito, subalternizado pela importância conferida aos rituais da memória histórica de natureza oficial e política, mas presente no mais íntimo espírito da conservação patrimonial. Reconheça-se que Francisco Rodrigues narra as exposições do corpo de S. Francisco porque teve acesso privilegiado a fontes manuscritas do Provincial da Companhia de Jesus, André Pereira – o amigo de Ribeiro Sanches – que as descrevem. No entanto, a actualidade impôs-se perante Francisco Rodrigues, que a calendariza como forma de resistência para atingir os antijesuítas seus contemporâneos: «Seguiram-se as exposições solenes de 1859, 1879, 1890, 1910, e a última de 3 de Dezembro de 1922 a 7 de Janeiro de 1923, para comemorar o terceiro centenario da canonização do Santo. Cada exposição é um acontecimento grandioso que alvoroça todo o Oriente, e um facto digno, pela sua elevada significação, de registar-se na história de Portugal»⁶⁹².

⁶⁹² *Ibid.*, p. 191.

A História das representações da memória é, neste artigo, mais relevante do que a descrição dos acontecimentos da vida de S. Francisco. Significativa a referência às comemorações da canonização ocorridas em 1890 e 1910. Esta situação prova que, implicitamente, por detrás da descrição cronológica das comemorações se encontra o louvor à coragem na sua realização, ao invés da prossecução de um estudo *imparcial ou equidistante* das mesmas. Francisco Rodrigues pratica uma Historiografia Nacionalista. Glorifica Portugal através do recurso ao exemplo de figuras proeminentes da Igreja católica, neste caso socorrendo-se de S. Francisco Xavier.

O seu artigo é imediatamente seguido, nas páginas do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, pela publicação de um outro, da autoria de um especialista em questões relacionadas com os Jesuítas o já nosso conhecido alemão Gerard Shuhammer, que, em *Historical Research Into the Life of Francisco Xavier*, dá continuidade ao estudo das representações, desta vez através de trabalhos historiográficos acerca do missionário da Índia. Todavia, este alinhamento redactorial é susceptível de ir mais além das razões de continuidade temática ou de propósitos. Os responsáveis pela *Revista de História* não queriam ser acusados de parcialidade e entusiasmo excessivos de natureza chauvinista no tratamento de S. Francisco, caracteres que comprometeriam a cientificidade pretendida em tantas ocasiões. Daí o convite a um especialista estrangeiro para se debruçar sobre o tema. Este cultor de Clio deixou de parte o tom encomiástico de Francisco Rodrigues e dedicou-se à exposição diacrónica dos estudos conhecidos sobre o missionário em causa. Em 1645, Nadal, em Maiorca, dá conta das *Primeiras Notícias*. Os esforços biográficos couberam ao autor citado mas também a Polanco e Ribadenera. Seguiram-se as traduções de Maffei, consideradas relevantes, assim como as respectivas investigações em Portugal. Entretanto, Shurhammer louva os trabalhos biográficos quinhentistas de Teixeira, Ricci e Crasso ou Valignano, criticando Ribanera. Ao contrário de Francisco Rodrigues, o intuito principal do colaborador alemão da *Revista de História* era ir ao encontro das fontes primárias constituídas pelas biografias quinhentistas de S. Francisco de Assis, contribuindo para uma História da respectiva Historiografia portadora de base científica, ao arrepio de panegíricos.

No último volume da *Revista de História* foi publicado um artigo intitulado *Anotações ao processo de António José da Silva o Judeu*, da autoria Lúcio de Azevedo. Parte da motivação para a escolha do tema pode ter residido numa identificação já referida do colaborador do periódico com o Brasil que o acolheu e foi pátria de nascimento do escritor citado, cujos pais foram perseguidos desde cedo pela Inquisição. O escritor estudado passou pelo mesmo já em Lisboa, para onde os progenitores vieram, em fuga, na sua infância. António José da Silva tornou-se cristão-

novo e Lúcio de Azevedo trata os conversos com paternalismo. Não os aprecia mas instrumentalmente parece defendê-los, de modo a dar corpo a uma lógica de condescendência *assimilacionista*. O seu objectivo é mostrar que não defende a Inquisição de modo acérrimo, deplorando os respectivos excessos, traçando um perfil moderado do Santo Ofício, que, segundo ele não perseguiu o *Judeu* devido ao conteúdo das peças que escrevia, mas por pertença à Gente da Nação. Assim, o colaborador da *Revista de História*, contraria a visão de Camilo Castelo Branco⁶⁹³. Os artigos de História Eclesiástica e das Religiões dos territórios ultramarinos, publicados no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo procuraram, maioritariamente, defender confissões religiosas, com destaque para o catolicismo e, em menor grau, o protestantismo. No primeiro caso, Fortunato de Almeida ou Francisco Rodrigues defendem a Igreja Romana, sob prismas diferentes e de modos diversos, mas instrumentalizam as fontes pesquisadas em nome de um nacionalismo católico.

5.6.6. A História da Arte na e da Expansão Portuguesa

Na *Revista de História* esta sub-secção ocupa espaço muito escasso, destacando-se os contributos de J. Ferreira Martins, colaborador do periódico que vivia na Índia, mais propriamente em Goa, e enviou de lá o seu artigo, publicado em 1915, e intitulado *A Galeria de Retratos dos Vice-reis da Índia*. Por outro lado, estes políticos colocados ao serviço de Portugal foram também alvo das atenções de Ernesto Sales, seis anos volvidos. No primeiro texto, o seu autor dá continuidade a trabalhos anteriores sobre altas individualidades no governo português da Índia. Ferreira Martins demonstra conhecer as publicações bibliográficas que se dedicaram a divulgar os retratos dos Vice-reis. Cita o historiador Pedro Rezende, Faria e Sousa e Delorme Colaço. Uma das motivações do colaborador da *Revista de História* foi prosseguir o trabalho deste último, apesar da consciência da passagem do tempo e da aproximação da velhice, patentes na glosa de inspiração camonianiana.

Ferreira Martins procura com erudição as fontes primárias que lhe permitam perceber a vida e obra dos vice-reis, cujos traços principais se exime a apresentar dado que o seu fito central é entender quem mandou edificar a *Galeria de Retratos do Palácio dos Vice-Reis em Goa* e contrariar a ideia segundo a qual o impulso se tinha devido a D. Manuel ou D. João III, de forma a fortalecer o respectivo prestígio. Alternativamente, o colaborador da *Revista de História* leu um relato do viajante Pyard, que esteve na Índia entre 1609 e 1612, ao tempo do governo de Rui Lourenço de Távora. Neste testemunho, o seu autor sustenta que foi D. João de Castro, ilustre

⁶⁹³ Cfr. João Lúcio de Azevedo – Anotações ao processo de António José da Silva, Judeu. In *Revista de História*, vol. 16, n.º 64. Lisboa: Clássica Editora, 1928, pp. 160-175.

governador, que incumbiu Gaspar Correia de começar os referidos retratos, na companhia de um ajudante. Esta missão foi interrompida em 1641 devido à morte do artista principal.

O apuramento de factos respeitantes à génese da *Galeria* depende, no labor de Ferreira Martins, da publicação de fontes primárias, cuja proveniência refere, sem aprofundar a crítica documental. Faz o mesmo acerca da bibliografia consultada, que lhe serve como instrumento de transmissão de informações. Procura trabalhar com objectividade e rigor, *deixando as fontes falar* escondendo-se por detrás delas, encaradas como veículo da realidade dos acontecimentos. Todavia, o colaborador da *Revista de História* apenas descreve o retrato de Francisco de Almeida, limitando-se a apresentar os seus traços fisionómicos, ou a expressão do rosto, eximindo-se a discorrer sobre as técnicas de pintura, as influências ou o estilo de Gaspar Correia. Austero e discreto na sua escrita, Ferreira Martins subalterniza o pormenor artístico em função da circunstância histórica por ele mimetizada. Por exemplo, interessa-lhe explicar as razões pelas quais D. Francisco de Albuquerque se deixou retratar de cabeça coberta. Tal facto poderá ter-se devido a um privilégio decorrente dos seus altos serviços. Ferreira Martins furta-se a pronunciar-se sobre o carácter absoluto ou relativo da beleza que vê nos quadros mas não deixa de dar conta da magnificência neles contida, elegendo a retratística como área de estudo, talvez por esta se solidarizar com a *História dos Grandes Homens*. Para terminar, convém referir que o colaborador da *Revista de História* considera a galeria de retratos o *ex-libris* de um palácio degradado. A defesa daquela estrutura conjuga-se com a denúncia subtil da falta de condições do edifício que a alberga: «A galeria dos retratos de vice-reis e governadores no palacio do Governo em Nova Goa, além de dar á sala nobre (...) um aspecto todo de majestade, de magnificencia na sua aterradora lugubridade, deve não poucas vezes ter deixado muitos governadores perplexos, com o braço suspenso e a consciencia sofrendo torturas, quando tivessem em mente praticar actos que fossem ofender a Justiça e violar o Direito. De resto, um olhar lançado para o retrato do grande Albuquerque ou de D. João de Castro, inocularia ao mais desonesto a honradez de um Catão, ao mais fraco a heroicidade de um Leonidas»⁶⁹⁴.

Este excerto com referências à História da Antiguidade Clássica demonstra o estarrecimento do colaborador da *Revista de História* perante os retratos dos vice-reis, cuja contemplação é redentora e permite transformar eventual falta de moral em irrepreensível atitude ética.

⁶⁹⁴ José Ferreira Martins – A galeria dos retratos dos vice-reis da Índia. In *Revista de História*, vol. 4, n.º 15. Lisboa: Clássica Editora, 1915, p. 274.

Em 1922, Ernesto Sales, padre e olissipógrafo, continuou a defesa da identidade nacional portuguesa presente nos artigos de Henrique de Vilhena, José de Queiroz e Henrique Campos Ferreira de Lima que analisaremos mais adiante. Desta vez, a protecção do património passa pela luta a favor da averiguação acerca da conservação das ossadas de três Vice-Reis da Índia, Afonso de Albuquerque, Lopo Soares de Albergaria, terceiro governador, e André de Mendonça, nas jazidas da Igreja da Graça, muito estudada, noutras ocasiões, pelo colaborador da *Revista de História*, que terá tido como motivação o aprofundamento de uma temática específica – pela qual era natural que um religioso nutrisse apreço, – mas também a constituição recente de uma Comissão nomeada a 15 de Dezembro de 1915 para identificar os restos mortais referidos: «Desde 1900, data em que se encontrou o Jazigo dos Gomides, tem o Sr. Júlio, Mardel, arqueólogo e investigador, empregado repetidos esforços para se cuidar da identificação dos ossos de Afonso de Albuquerque que, em sua opinião, estariam no aparecido jazigo. Foi talvez devido à sua persistência que, em 15 de Dezembro de 1915, o Ministro da Instrução, Francisco Ferreira de Simas nomeou, para proceder à dita identificação, uma comissão composta dos Srs. Dr. Baltasar Osório, António Aurélio da Costa Ferreira, médico e antropologista, Dr. Jardim Vilhena, professor de anatomia da Escola de Belas Artes, Anselmo Braamcamp Freire, erudito escritor, Dr. António Baião, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e Júlio Mardel, acima indicado. Tendo logo depois o Sr. Braamcamp Freire pedido escusa de vogal da comissão, foi em 8 de Janeiro de 1916 nomeado para o substituir o Dr. Alberto Osório de Castro. A comissão, por proposta de um membro, desdobrou-se em duas sub-comissões, uma de informação histórica, subsidiária de outra, de trabalho puramente antropológico. Comquanto o relatório final dos trabalhos da Comissão não esteja ainda publicado, por obsequiosa comunicação do seu relator, Dr. Costa Ferreira, podemos informar que no túmulo dos Gomides se acharam tres ossadas de adultos incompletas, e juntamente alguns ossos de criança, não podendo afirmar-se peremptoriamente que alguma delas seja a de Afonso de Albuquerque, o *homem de bom corpo, sequo de carnes, o rosto comprido corado*, segundo Gaspar Correia»⁶⁹⁵.

Note-se que, à excepção de Mardel, todos os membros da Comissão eram sócios da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e, ou, colaboradores do respectivo periódico. Assim se explica o conhecimento officioso do relatório por parte de Ernesto Sales. A História de Arte à qual este se dedica é subsidiária do trabalho antropológico-arqueológico realizado na jazida. A igreja da Graça apenas é estudada

⁶⁹⁵ Ernesto Sales – A Igreja da Graça jazida de três governadores da Índia. In *Revista de História*, volume 11, n.º 42. Lisboa 1922, p. 118.

em função deste enquadramento e nunca se faz justiça à sua existência enquanto objecto artístico autónomo. Sales não refere os seus patronos, promotores e construtores, nem se demora nos pormenores técnico-artísticos da construção, eximindo-se a detalhar os estilos presentes no interior e exterior do monumento. Talvez quisesse evitar redundância informativa, dado que se ocupara da Igreja da Graça em estudos anteriores, publicados fora da *Revista de História*. No artigo em análise ela apenas comparece por causa das referidas jazidas, acerca das quais escasseiam informações de natureza histórica e artístico-estilística, dado que apenas são consideradas importantes por alegadamente albergarem três vice reis, cujas biografias são, em contrapartida, destacadas, ainda que de forma sumária. Ernesto Sales, tal como Ferreira de Martins, pratica uma História Geral e uma História da arte de cunho custodial e patrimonialista, dado que nos monumentos pode, alegadamente, encontrar-se parte significativa da memória histórica do passado português.

A Historiografia dos Descobrimentos patente na Secção de Artigos da *Revista de História* silencia a contenda ocorrida com a Inglaterra na sequência do *Mapa Cor-de-Rosa*. Assim se explica a quase total ausência de trabalhos sobre a África Portuguesa, por forma a passar ao lado de ecos derivados de polémicas recentes. Por outro lado, nos estudos analisados não deixa de estar presente alguma herança das práticas historiográficas consagradas a temáticas de natureza política e possuidoras de cunho cronológico e biográfico. Esta última característica também marca presença na História da Cultura e dos Intelectuais que em seguida abordamos. A História e Historiografia dos Descobrimentos predominante no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo procura conciliar a cientificidade almejada com a afirmação de um vincado e inequívoco nacionalismo, expresso discretamente do ponto de vista retórico.

CAPÍTULO VI: Da História da Cultura à História Ecclesiastica e das Religiões na Secção de Artigos

6.1. História da Cultura

No periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, a política redactorial seguida não agrupa nem classifica, em circunstância alguma, os artigos publicados. O domínio de estudos em vertente análise sofre os efeitos desta situação. Acresce que, nos finais do século dezanove e nas primeiras décadas do século XX, o conceito de cultura aplicado a uma área de saber padecia do elevado grau de generalidade do foro humanista atribuível a esta designação. Cultura abrangia as obras literárias, artísticas e reflexivas escritas por intelectuais, eruditos, polígrafos, homens de letras, mas também versava as biografias dessa intelectualidade, sem esquecer as instituições no interior das quais ela se movia e às quais as ditas personalidades pertenciam, interessando-se os intelectuais pela construção de ideias ou pelo estudo das produzidas pelos colegas.

Tratava-se essencialmente de uma perspectiva que salvaguardava e privilegiava um meio e um circuito relativamente fechados, mas em vias de abrir-se, constituindo a denominada Cultura Erudita. Na *Revista de História*, a gestação da História e Cultura, dos intelectuais e das ideias, é tributária do ambiente que o quadro exposto induz e reflecte. Iremos analisar os textos elaborados pelos colaboradores separando artificialmente às dimensões citadas, de modo a tornar mais inteligíveis e claras possíveis especificidades, mas tendo sempre presente a transitoriedade e o carácter discutível ou anacrónico de quaisquer taxinomias. No órgão informativo e comunicacional da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, a noção oitocentista de *paideia* compagina-se com a desejada e projectada certificação científica dos saberes. Todavia, esta conciliação resulta apenas indiciária e revela-se precária, dado que os discursos, as práticas e representações culturais são escassamente materializados ou tematizados em detrimento de uma História da Cultura tributária de uma perspectiva institucional e biográfica, com ressonâncias derivadas da História Política, Militar e Diplomática, centradas no percurso dos *Grandes Homens* e nos factos e acontecimentos que os consubstanciavam. Paralelamente, e com muito menor grau de incidência, a *Revista de História*, pela mão de Fidelino Figueiredo, promoveu a diplomacia cultural entre Portugal, o Brasil e os Estados Unidos da América.

Logo em 1912, Pedro de Azevedo prosseguiu a sua publicação de documentos, disseminada por diversas áreas do conhecimento histórico, dedicando-se

desta vez – no decurso das suas *Explorações Arquivísticas* – à cultura e dando à estampa dois manuscritos sobre a *Destruição de Livros*. Ora, os livros são um recurso e objecto preferencial da História da Cultura praticada na viragem do século XIX para o século XX. Na sua introdução às transcrições bibliográficas a que procede, o arquivista lamenta a não conservação de livros sagrados de Hebreus e árabes em Portugal, pois ajudariam a documentar melhor o processo de Reconquista e a entender de outro modo esses povos. Pedro de Azevedo continua o seu breve itinerário sobre a História dos portugueses no mundo, lastimando a destruição de livros na Costa Indiana desde o século XVI. Insinua a conivência do clero Português, mas exceptua a acção dos Jesuítas em sentido contrário, louvando os respectivos esforços de elevado cuidado na preservação patrimonial. O primeiro documento publicado trata da conversa entre o Bispo de Goa e o governador ocorrida em 1549, na qual aquele confessa que tinha em seu poder espécies bibliográficas indianas, tendo cedido um exemplar ao padre Jesuíta António Gomes, que sobre ele revelara curiosidade. Em sentido inverso, a destruição de livros, por toda a Europa, era ainda, na época de Pedro de Azevedo, tolerada, sendo vista enquanto procedimento natural, paulatinamente penalizado. O Arquivista entristece-se com esta situação e acaba por demonstrar, na prática historiográfica, a breve cronologia que realizou das destruições de livros. O que verdadeiramente lhe interessa é denunciar a proibição das Ordens Religiosas desde 1833 em Portugal, que acarretou o desrespeito pelas respectivas bibliotecas:

Note-se que a enquadrar esta desolação de Azevedo é implícita no seu comportamento está a repetição em 1911, com efeitos semelhantes, das perseguições oitocentistas às Ordens Religiosas. Lembre-se que, na Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, o erudito em causa fora o principal responsável por um Manifesto pela preservação do espólio dos mosteiros e conventos, na sequência da apreensão motivada pela Lei de Separação do Estado e da Igreja. O artigo em análise é mais uma oportunidade de Pedro de Azevedo fazer passar as suas reivindicações, de modo mais livre e menos institucional. O segundo documento transcrito é um depoimento de um colega seu de Viana do Castelo que, em 1904, já dava conta da persistência dos efeitos negativos da lei de 1833 no que respeita à destruição de livros: «As maiores perdas em Portugal provieram da lei de 1833 que suprimiu o instituto monástico entre nós. O Sr. José Caldas descreveu com grandeza essa destruição, que eu não resisto a reproduzir adiante, apesar de que sendo intento do seu autor aplicar-se a um districto, pó-de aplicar-se a todo o país (Doc.II). É notavel que nessa ocasião se tivessem nomeado comissões destinadas a recolher e guardar as preciosidades bibliographicas dos conventos, mas tão pouco trabalharam que a sua acção foi nula.

Eu receio portanto muito que os documentos guardados nas sés, nas antigas collegiadas e nas irmandades sofram não menores prejuízos, do que receberam os cartórios monásticos, uma infima parte dos quaes está no Archivo Nacional, enquanto a maior parte jaz ainda pelas repartições da Fazenda sem qualquer resguardo. Por melhor vontade que o Estado possua neste objecto, e tambem porque elle é de character especial, receio muito que tenhamos no futuro de lamentar grandes perdas»⁶⁹⁶.

Este texto do colaborador da *Revista de História* evidencia uma prática de História da Cultura portadora de um patrimonialismo de teor custodial onde a denúncia de determinada realidade se sobrepõe à respectiva descrição cronológica e diacrónica, que lhe serve de pretexto e enquadramento. Em 1915, a abordagem patrimonial da Cultura deslocou-se dos livros para uma instituição que os preservava e à qual Fidelino de Figueiredo pertencia, a exemplo de outros colaboradores do periódico, situação que o levou a levantar esta interrogação retórica *O que é a Academia de Ciências de Lisboa?* A resposta passa pelo elogio deste espaço de saber: «Grande foi o prestígio desta corporação em Portugal e no Estrangeiro, durante todo o seculo XIX que logrou atravessar quasi incolume todas as perturbações politicas numerosas e confusas que assolaram o paiz durante esse transcurso de tempo. Vimos como D. Maria e D. João VI protegeram a Academia; Junot respeitou-a; Wellington igualmente a acatou, ambos se envaidecendo com o titulo de seus socios honorarios (...). A revolução de 1820 feita por solicitações economicas e inspirada por doutrinas do mais chão utilitarismo, procurou attingi-la - mas só parcialmente o conseguiu»⁶⁹⁷.

A História da Cultura praticada nesta circunstância pelo director da *Revista de História* mimetiza os pressupostos metodológicos utilizados por Pedro de Azevedo. Também aqui o quadro cronológico utilizado é um instrumento para denunciar as tentativas de prejuízo e encerramento da Academia de Ciências que, a exemplo do que tentara, sem conseguir-lo, a Revolução de 1820, o Regime Republicano procurou concretizar: «Ao régimen republicano que desde 1910 vigora, já não mereceu [a Academia Real de Ciências] (...) acatamento. Não só lhe não foi confiada nenhuma importante missão de estudo, como era uso de praxe noutros tempos, mas immediatamente foram cerceadas as verbas academicas, extinta a sua typographia, e usurpado o material da mesma, annullada a clausula do estatuto que estipulava uma pensão vitalicia aos socios de merito, e para as comissões remuneradas, seus

⁶⁹⁶ Pedro de Azevedo – Explorações archivísticas. In *Revista de História*, vol. 1, n.º 2. Lisboa: Clássica Editora, 1913, p. 104.

⁶⁹⁷ Fidelino de Figueiredo – O que é a Academia (Real) de Ciências de Lisboa? (1779-1915). In *Revista de História*, vol. 4, n.º 16. Lisboa: Clássica Editora, 1915, p. 301.

presidentes e paleographos, foi imposta uma forma de pagamento humilhante e praticamente fictícia. A contabilidade do Estado apenas abonaria gratificações á vista da quantidade de redacção original produzida, quando é certo que muitas collecções são completamente documentares, apenas prefaciadas e anotadas. Taes arbitrias medidas foram adoptadas pelo governo provisorio, sendo seu presidente pessoa que a Academia elegera seu socio effectivo muito anteriormente, sem prejuizos politicos. (...) Após as insubordinações de Maio de 1915, que dissolveram um governo ordeiro e disciplinador, de pessoas da maior distincção foi praticamente pedida a extinção da antiga e veneranda Academia Real das Sciencias de Lisboa e a entrega dos seus socios aos tribunaes como elementos prejudiciaes ao regimen»⁶⁹⁸.

Fidelino traça um panegírico controlado e de cariz pedagógico-didáctico da instituição citada, ameaçada pelos poderes públicos, demonstrando uma preocupação como seu futuro próximo, pressionado pelos ímpetos revolucionários, contra os quais o director da *Revista de História* se coloca, concretizando um texto de política cultural, favorável à preservação de tradições, e anti-revolucionário.

Depois de um longo interregno da História da Cultura como temática na *Revista de História* o regresso dá-se pela pena de Fidelino de Figueiredo que, em 1921, volta a dedicar-se a esta área do conhecimento através de uma abordagem que cruza a História do ensino com a vertente institucional do âmbito cultural. O autor introduz, contextualiza sumariamente e publica um documento que constitui uma *breve notícia dos estudos que os Jesuítas exerciam na Universidade de Évora ao tempo em que foram expulsos. Para servir de continuação à História Literária de Portugal*. Esta fonte, coeva da expulsão referida, ocorrida em 1758 e preparada, pelo menos, desde o ano anterior, materializa um testemunho directo de crítica e consequente menosprezo da acção cultural e intelectual da referida ordem religiosa. Trata-se de um texto que põe em causa a qualidade do ensino jesuítico. No breve comentário introdutório a esta fonte primária, o director da *Revista de História* tenta encetar os procedimentos relativos à respectiva análise erudita, avançando a hipótese de o autor do impresso em análise ser alguém próximo do Marquês de Pombal, na circunstância Bento José dos Santos Farinha. No seu apontamento intitulado *Para a história da Universidade de Évora*, Fidelino consubstancia as suas suposições, aventando para o efeito o referido nome.

O director da *Revista de História* fixa os objectivos do seu trabalho e situa-os ao nível da contribuição com documentos e bibliografia para a História do Humanismo em Portugal. Resulta implícita a ideia que ele própria se coloca sob a protecção do

⁶⁹⁸ *Ibid.*, p. 303.

movimento, da escola e da filosofia humanista, sem precisar qualquer dos cambiantes que possam ajudara a definir o Humanismo, Parece poder sugerir-se que o autor considera o ensino universitário como uma manifestação do foro humanista, denunciando, de modo subtil mas efectivo, a extinção da Universidade de Évora pelo Marquês do Pombal. Esta denúncia parece afastar-se, na superfície retórica do discurso que a concretiza, da procura deliberada de polémicas. O seu tom passa ao largo delas, e revela-se discreto, visando-se a separação da utilidade reiterada da publicação do documento em causa face ao respectivo conteúdo. Conforme Fidelino de Figueiredo habilmente reconhece: «A Universidade de Évora não hobreou nunca com a de Coimbra, onde o Pe. Pedro Fonseca e os confrades da sua escola ergueram a notavel brilho a escolastica e onde o magisterio de Suarez fez epocha; atravessára até um periodo de decadencia. Mas julgamos excessivo o contraste que resulta deste relatorio dum seu estudante. Esperamos que algum escriptor da Companhia, ou algum erudito imparcial e especialmente informado desta matéria contraponha notícias novas d'outra origem. Apesar do proveito, que poderá resultar dessa impugnação, que estimariamos, não é com intuito polémico que publicamos este documento, e menos ainda servindo animosidades e prejuizos ignaros; fazemos para que sejam conhecidos os informes minuciosos, que ministra sobra a frequencia das aulas e seus methods, expositores adoptados e costumes escolares. Estas notícias que não serão efectivamente phantasiadas, poderão ser uteis, quando separadas dos sentimentos hostis do desconhecido auctor»⁶⁹⁹.

Sob os auspícios de pretendida e requerida objectividade – segundo a qual os documentos possuem um valor histórico e patrimonial independente do que neles se encontra escrito –, Fidelino de Figueiredo, nos interstícios do seu labor intelectual, adjectiva o sentimento do autor do relatório sobre a Universidade de Évora, praticando uma História da Cultura que, difusamente, de modo impressionista, envereda pela auscultação de indícios vagos e imprecisos de natureza psicológica no testemunho documental rastreado e publicado, eximindo-se a compará-lo com outras fontes e reservando-se o direito de não descrever ou interpretar os acontecimentos nele narrados, eventualmente para evitar a duplicação de informação e a consequente redundância comunicacional, uma vez que a *Breve Notícia* (...) é dada á estampa pelo director da *Revista de História*, sendo desnecessário reforçar e ampliar essa circunstância. Todavia, é lícito pensar que a ausência de pormenorização do conteúdo do documento em análise se prende também com a vontade fideliniana de não dar publicidade alegadamente desmesurada a argumentos anti-jesuíticos, de filiação

⁶⁹⁹ Fidelino de Figueiredo- *Para a história da Universidade de Évora*, in *Revista de História*, volume 10, número 39, Lisboa:Clássica Editora, p. 298.

pombalina. O autor de *o Espírito Histórico* oscila, na sua prática historiográfica, entre uma noção de verdade histórica encarada como correspondência com a realidade dos factos e uma perspectiva ancorada na coerência historiográfica e nas convicções ideológicas do cultor de Clio que, neste caso, concreto parece seguir uma aceção portadora de afinidade com a primeira concepção de *Aletheia* exposta, sem perder de vista a segunda enunciada, afeiçoando-se lhe de modo sub-reptício mas prioritário.

Convém lembrar que os artigos sobre História da Cultura, mas também outros, escritos por Fidelino de Figueiredo, possuem uma natureza que os solidariza com a intervenção cívica e à diplomacia cultural informal, conforme se comprovará mais adiante aquando da abordagem dos seus textos relativos a relações luso-brasileiras e luso-americanas. Entretanto, e no imediato, centremos a nossa análise noutro trabalho que aborda a identidade nacional portuguesa, de forma bem diferente, é certo, mas não deixa de querer valorizá-la e defendê-la. Trata-se do artigo da autoria de Luís Chaves, que se detém sobre a *Tradição Nacional da Rainha Santa*. Este trabalho, publicado em 1923, pratica uma História da Cultura de cunho etnográfico, procurando explicar as representações dominantes em torno de e sobre a rainha referida, muitas vezes eivadas de mitificações e prenhes de elementos de natureza simbólica.

O colaborador da *Revista de História* mostra-se solidário com o louvor e devoção populares por D. Isabel, mulher de D. Dinis e mãe de D. Afonso IV, iniciados devido ao facto de a Rainha ter impedido o confronto entre o seu marido e o filho de ambos no Campo de Alvalade e muito reforçados por esta personalidade ser tida como a responsável por dois supostos *Milagres das rosas*, o primeiro ocorrido em Coimbra e o segundo em Alenquer: «Os milagres das rosas da Rainha Santa foram dois. O primeiro foi a transformação do dinheiro em rosas, e dá-o a tradição em Coimbra, enquanto a Rainha custeava as obras do Convento de Santa Clara. O segundo foi a transformação das rosas em Ouro, durante as obras que a Rainha dirigia em Alenquer, para a construção da Igreja do Espírito Santo. O milagre de Coimbra é o mais conhecido, mesmo o unico da tradição popular. A elle se reportam as allusões literarias e artisticas. No entanto, a um como a outro se poderá aplicar o preciosismo gongorico do Bispo Correia de Lacerda: - “o milagre das rosas ou as rosas do milagre”»⁷⁰⁰.

O autor deste artigo rastreia a permanência, na sua actualidade, dos mitos transformados em ritos de expressão antropológica, de cunho popular- no caso das festas de Estremoz- ou erudito, ligados a uma edificação monumental do Padrão de Alvalade, em honra da Rainha Santa. A devoção a D. Isabel ganhou uma dimensão

⁷⁰⁰ Luís Chaves – A tradição nacional da Rainha Santa. In *Revista de História*, vol. 12, n.º 45. Lisboa: Livraria Universal, 1923, p. 46.

cultural logo após a sua morte, com a adoração do seu túmulo, glorificado transversalmente por alguns cronistas e pelas camadas mais desfavorecidas da população. Luís Chaves faz estas distinções formais, mas alinha pelo retrato hagiográfico da mulher de D. Dinis, empatizando com ele e favorecendo a respectiva difusão no início do século XX. O autor não se limita a descrever as acções históricas da Rainha ou a sua mitificação coeva e posterior. Pelo contrário, encara a transformação dos actos em mitos como uma participação na realidade histórica, alimentando-a e instigando-a.

O colaborador da *Revista de História* mimetiza as atitudes do povo e venera D. Isabel como ser eivado de santidade, materializada na protecção, no auxilio e na prece aos e pelos desvalidos. Luís Chaves utiliza a Rainha Santa para transmitir os seus próprios valores morais, erigindo-a como um ícone e máxima representante deles e da respectiva execução. O colaborador da *Revista de História* escreve como um erudito devoto que necessita de escorar cientificamente as suas crenças, mas que delas não abdica, transformando-as em eixo vectorial do labor intelectual apresentado.

O autor procurava, simultaneamente, um estatuto científico para a Etnografia. Lembre-se que era Director do Museu Nacional de Arqueologia, de cuja influência o artigo em análise é tributário, sem dela se reclamar explicitamente. Em 1922, o autor de *Tradição Nacional da Rainha Santa* dera à estampa, fora da *Revista de História*, dirigida por Fidelino Figueiredo, *O amor Português, estudo etnográfico*. Assim se compreende que o estudo publicado na *Revista de História* não nasceu do acaso. Resulta do interesse do erudito que o escreveu por questões de interesse antropológico que concorrem para a preservação das tradições portuguesas. Chaves era um arqueólogo que se dedicava à História de Arte, procurando nos vestígios epigráficos e iconográficos o substrato identitário de Portugal. Os *Milagres e as Lendas* são encarados como recursos culturais indispensáveis à realização de um desiderato análogo. O autor cita Teófilo Braga de forma cúmplice, longe de expressar as reservas que o filósofo açoreano merece a uma parte considerável dos colaboradores do periódico, nomeadamente Fidelino Figueiredo, que regressa a questões de diplomacia cultural em dois artigos formalmente idênticos, nos quais não se nota a interpenetração realizada pelo etnógrafo ante-citado entre a cultura erudita e popular. Pelo contrário, logo no primeiro estudo dirige a sua atenção, em 1925, para *Um século de Relações luso-brasileiras*, marcado pela alteração do modo como alguns eruditos oriundos dos dois países vêem a ligação entre ambos após e desde a independência do Brasil ocorrida em 1822.

Este acontecimento gerou incompreensões mútuas e radicalismos de parte a parte, no entender do Director da *Revista de História*, que procura usar o seu artigo

como forma de intervir no apaziguamento dos extremismos, repondo o respeito entre ambas as nações intervindo numa polémica na qual se envolvera a intelectualidade dos dois lados do atlântico, conforme comprova Élio Serpa ao identificar os intervenientes que usaram a escrita para exprimir argumentos e adensar tensões durante a Primeira República: «Portugal e o Brasil na Primeira República envolveram-se em situações por vezes embaraçosas em termos de relações diplomáticas, mas é no mundo da palavra escrita, tendo como veículo a literatura, (...) a partir do desejo de partilhar a constituição estética do mundo sensível que, à época, era expresso por parte de alguns intelectuais portugueses e brasileiros, o nacionalismo, na forma de existência de interesses comuns entre Brasil e Portugal. Os intelectuais portugueses produziam representações do Brasil em revistas, jornais, livros, cinema e fotografias (...). Pode-se dizer que nessas revistas os intelectuais portugueses, formados na cultura política nacionalista, objectivavam internamente padronizar tradições, criar projectos educacionais unificadores, propor formas unificadas de ler o passado e criar valores e tradições, como forma de constituir cidadãos de um país territorial e linguisticamente definidos. Estes intelectuais investiram na possibilidade de intervir na política cultural encetada pelo Estado para que esta pudesse atingir a elite e o cidadão comum, sendo que tal política tinha sempre uma dimensão nacional e homogeneizadora. Havia com esta prática de produção de revistas uma política de aproximação entre a população e o Estado, de tal forma que não fosse perceptível a separação. Estado, nação e sociedade deveriam ser convergentes. A partir do pressuposto que todos deveriam convergir para um único sentido idealizava-se o bom cidadão e a pátria grandiosa por seus feitos no passado serviria como exemplo no presente. Externamente as revistas funcionavam como propagadoras da cultura intelectual portuguesa, como veículos de difusão das idéias fixando uma memória colectiva de sua tradição e mostrando aos demais países europeus seu pendor imperialista mediante discurso de ser "criador de nacionalidades". Com isso, marcavam presença no contexto das políticas colonialistas e, acima de tudo, dialogavam com o Brasil na medida em que este era o emblema da positividade da sua política colonialista e serviria como exemplo para as colónias portuguesas, em África»⁷⁰¹.

Eis, em seguida, sobre este assunto, a posição que pretendeu ser conciliadora de Fidelino de Figueiredo, sem esquecer que o seu periódico partilhou preocupações afins às expostas, tentando contribuir para a substituição da forma de governo republicana por outra diferente, mas apostando na defesa da convergência entre um

⁷⁰¹ Élio Serpa – Portugal e Brasil: a escrita de dois irmãos desavindos. In *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n.º 36. Rio de Janeiro: Scielo, 2000,

estado forte, a nação e a sociedade. A retórica de respeito pelas diferenças entre Portugal e Brasil corresponde, eventualmente, a uma vontade efectiva, mas é passível de ser lida como resquício nostálgico do antigo imperialismo português, reequacionado em novos moldes: «É quasi superfluo fallar de Portugal no Brasil e deste em Portugal, porque ambos os povos, ao menos as suas classes cultas, conhecem bem as razões de se entre-amarem e prezarem, tão solidarios e persistentes são os laços espirituaes que vêm de três seculos e um quarto d'outro e que marcaram com sello de lusitanismo indelevel a personalidade desse magnifico império! Creio até que um silencio senatorial convinha aos dois povos de lingua portuguesa, a respeito desse cansado thema de relações luso-brasileiras, confundindo-se lamentavelmente o falar e o executar, chegou-se nos ultimos tempos ao choque de dois extremos por igual condemnaveis. Se os Brasileiros têm o direito de não se deter nessa empreza ingente de construir a sua patria e de querer fazer corresponder á autonomia politica, geographica e economica a autonomia espiritual (...) têm tambem o dever de se moderar nesse direito augusto e na exaltação das suas conquistas, naquelle ponto em que taes sentimentos tomem o character de uma lusophobia militante e injusta. Outrossim, os portugueses, se têm o direito de advogar o prestigio da velha metropole, de promover a fruição de todas as vantagens legitimas da lingua commum (...) têm de saber que lhe corre o dever de attenuar a uma medida razoavel e equilibrada a proclamação da parte gloriosa que lhes cabe no erguer da patria brasileira e que ninguem disputa, e de reconhecer o muito que o povo irmão fez num seculo de independência»⁷⁰².

Élio Serpa comentou deste modo a perspectiva Fideliniana sobre as relações culturais luso-brasileiras:

«Fidelino iniciou a escrita de seu artigo a partir de um outro texto de Renato Almeida, escritor brasileiro que se posicionou contrário à idéia de ser o Brasil um desdobramento português na América; defendeu a idéia de que a condição de americanos libertou os brasileiros da dependência européia e que o seu destino não seria dar continuidade à obra portuguesa, mas fazer algo livre e próprio, com marcas das influências e heranças recebidas, sem sujeição e sem domínio; afirmou não querer sujeição política nem unidade literária com Portugal, pois não acreditava serem forças capazes de orientar o Brasil; sua finalidade se traçava em outros termos e para outros destinos. Ponderou que não havia como falar em raça comum, quando o caldeamento étnico do Brasil produziu tipos tão diversos dos portugueses e a transformação da língua, no Brasil, acentuava cada vez mais a separação. Esta

⁷⁰² Fidelino de Figueiredo – Um século de relações luso-brasileiras. In *Revista de História*, vol. 14, n.º 55. Lisboa: Empresa Litterária Fluminense, 1925, p. 161.

argumentação possibilita perceber-se a dimensão da problemática existente entre a chamada "mãe-pátria" e o "povo moço". Se a questão crucial e emergencial do Brasil era constituir-se enquanto nação, esta condição, para Fidelino de Figueiredo, já havia sido dada pelos portugueses por meio da língua e da contribuição portuguesa para a formação e dilatação das fronteiras, bem como para a criação de manifestações literárias. Aí reside toda uma problemática: o desejo de Portugal estar no Brasil, não diretamente na administração política, mas nas coisas do espírito ou naquilo que é chamado de "Brasil Mental", tendo como referencial o peso da tradição que lembrava em muito o pacto colonial»⁷⁰³.

Élio Serpa continua a expor o seu ponto de vista sobre a matéria em apreço, relativa às relações luso-brasileiras no início do século XX. Era isto [a preponderância portuguesa no Brasil Mental] – salvaguardada alegadamente por Fidelino de Figueiredo - que alguns intelectuais brasileiros rejeitavam, enquanto arautos da construção da nacionalidade. Queriam, então, certos intelectuais portugueses, mediante suas escritas, alimentar uma nova dependência? Por que esses intelectuais dialogavam, nesse nível, com intelectuais brasileiros e vice-versa? Que escrita da História resultou desta relação?

Tais considerações apontam para a significação da prática da escrita no sentido de mobilizar homens e mulheres, de construir e desconstruir efeitos de verdade, exercendo um papel político. Sendo a escrita, desde o seu surgimento, monopólio de poucos, serviu para legitimar poderes, conferir primazias ou privilégios, definir posses, projetar sonhos, desclassificar saberes e formas de expressão, legitimar e divulgar a interdição, mas também a liberdade: «A escrita, como diz Rancière, torna-se uma prática política (...). Essa constituição estética da comunidade torna-se visível pela existência de artefatos político/culturais, tais como: a necessidade de uma constituição que definisse política e administrativamente a nação, com arraigada defesa da soberania, estabelecimento de um regime de governo do povo, podendo ser monárquico mas, preferencialmente, republicano; necessidade de afirmação da democracia por meio da participação política do povo, levando à invenção da escolha dos representantes pelo voto; invenção de bandeiras, hinos, moedas, selos e representações forjadas de um cidadão típico onde as categorias trabalho, raça, patriotismo e língua nacional passam a ser critérios fundamentais; arrolamento de características próprias para cada nação, definição de fronteiras territoriais e culturais imaginárias, estudo e aprimoramento de questões referentes à língua matricial; investimento na produção de saberes construtores e/ou afirmadores de características pertinentes à nacionalidade ideal e ao cidadão desejado. O que

⁷⁰³ Élio Serpa – Portugal e Brasil: a escrita de dois irmãos desavindos....

pretendo mostrar são as lutas no campo intelectual entre portugueses e brasileiros num momento muito específico para ambos: parte da intelectualidade portuguesa debatia-se em torno da afirmação e expansão de sua tradição intelectual no contexto da política cultural do nacionalismo e colonialismo, e parte da intelectualidade brasileira, em torno de ideais nacionalistas, no sentido de afirmar sua originalidade, autonomia literária e formar a "nação". Disto resulta a produção de saberes que emergem dentro de uma cultura política, contrapondo-se aos discursos da matriz cientificista que separa sujeito cognoscente do objeto a ser pesquisado, idealizando o conhecimento como verdade absoluta»⁷⁰⁴.

Efectivamente, o artigo de Fidelino de Figueiredo na *Revista de História*, sobre *um século das relações luso-brasileiras*, revela-se mais político do que científico. O autor utiliza um tom cortês, catalisador de concórdia, ou pelo menos de compromisso entre os povos, encarando as divergências com o brasileiro Renato de Almeida como meros reparos às posições assumidas pelo referido intelectual Brasileiro. Todavia as divergências entre ambos são mais profundas ao nível dos conteúdos do que a forma de escrita fideliniana indicia. Para o director da *Revista de História*, o Brasil é uma *raça comum*, resultante do desmembramento de Portugal e a língua brasileira incorpora não uma transformação do português – como pensava Renato de Almeida – mas o seu enriquecimento. O secretário da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos pretendeu colocar-se a meio caminho entre os independentistas mais radicais brasileiros e o saudosismo, que apelidou de delirante, daqueles aos quais chamou aproximadores portugueses. Interpretou a seu favor, para esse efeito, algumas posições de Renato de Almeida, através das quais o autor brasileiro alertava para os perigos da lusofobia e da francofilia.

No entender de Fidelino de Figueiredo, os tempos do Império Brasileiro até à Revolução Republicana de 1889 foram positivos, ao invés dos anos da República, ainda que conceda que o ímpeto revolucionário não foi violento ou destrutivo. Elogia a acção do Conde dos Arcos que conseguira sufocar a Revolução Pernambucana e desaconselha a acção militar contra a Revolução Brasileira. Demonstra conhecer os historiadores que sobre ela se debruçaram: António Viana do lado português e Oliveira Lima do Brasileiro. O director da *Revista de História* critica o federalismo defendido por Silvestre Pinheiro Ferreira (mesmo se este adquirir uma fisionomia exclusivamente literária) e o *autonomismo linguístico* propugnado por Tobias Barreto ou Silva Paranhos. Por outro lado, não adere inteiramente ao reacçãoarismo pro-português do brasileiro Eduardo Prado, que publicara artigos desse teor na *Revista de Portugal*,

⁷⁰⁴ *Ibid.*

dirigida por Eça de Queiroz, gerando embaraço e indignação por parte dos republicanos dos dois lados do atlântico. No entanto, tem significado a referência àquele brasileiro desalinhado com a tendência dominante, em relação à qual Fidelino de Figueiredo pretende expor e exhibir fissuras, ou mesmo fracturas, resultantes de contradições nela presentes.

A História da Cultura de base humanista praticada por Fidelino de Figueiredo não dispensa a consideração de questões políticas e económicas como antelóquio da abordagem da recepção elogiosa de intelectuais portugueses no Brasil, como Almeida Garrett, estudado por José de Alencar e Ferreira de Lima. Teófilo e Eça também foram bem recebidos do lado de lá do Atlântico. O secretário da Sociedade Nacional de História considera que a Viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral – conjugada com a publicação da *Historia da colonização portuguesa no Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias, sob os auspícios da Câmara Portuguesa de Comércio do Pará – alimentou as relações luso-brasileiras. Fidelino tem esperança em que algum colega do país irmão siga o seu exemplo, e se debruce sobre a repercussão da cultura brasileira em Portugal. O director da *Revista de História* desfecha o seu trabalho, expondo o método que colocou em prática: «cumpre extrahir alguma conclusão desta apressada ementa de affectos, ligeiramente comentados»⁷⁰⁵.

Em artigo dado à estampa no terceiro trimestre de 1928 – mas terminado em Agosto do ano anterior –, Fidelino de Figueiredo alarga a magistratura de influência e o espectro geográfico da diplomacia cultural informal prodigalizada no trabalho anterior, referindo-se à sua admiração pelos Estados Unidos da América e configurando, implicitamente, o Atlântico como eixo agregador da comunicação entre continentes, as Américas do Norte e do Sul da Europa. No mesmo ano, o autor defendera, em artigos filiados no âmbito da História da Literatura, o intercâmbio de cariz cultural entre Portugal e Espanha, ao arrepio da anulação da individualidade e autonomia política de qualquer das nações. Este posicionamento conciliatório constitui a matriz dos dois artigos em análise sobre as relações luso-brasileiras e luso-norte-americanas. Deve contudo ter-se em conta que estas últimas, devido à juventude dos Estados Unidos enquanto país independentes são mais recentes e menos frequentes, representando algo relativamente novo mesmo entre eruditos, gerando a gradual habituação destes a esta situação. Talvez por isso, Fidelino de Figueiredo terá sentido a necessidade de uma declinação mais subjectiva, de teor introspectivo, para explicar a motivação que o guiou na escrita de *Alguma coisa sobre as relações luso-norte-americanas*: «O meu vivo interesse pelas coisas da America não provem de qualquer

⁷⁰⁵ Fidelino de Figueiredo – Um século de relações luso-brasileiras, p. 187.

viva tradição americanophila, porque o grande e recente mundo norte-americano e o pequeno e velho rincão lusitano são, um para o outro, mais do que indiferentes, desconhecidos. Se não fôra a recordação, em verdade já muito delida, da colaboração portuguesa no descobrimento da América do Norte, a ligação moral, ainda que pouco estreita, dos centros de imigração açoreana, e a curiosidade erudita de um que outro estudioso da História e litteratura de Portugal, poderia dizer-se que era a hora de empreender a magna tarefa do re-descobrimento, não já de vagas terras de população exotica e deslumbrante paizagem, como as achadas pelos Côrte-Reaes, mas duma poderosa republica imperial – que sobre a cultura científica, o progresso da Indústria e a educação social, creou um novo sentido da existencia»⁷⁰⁶.

A perspectiva cultural fideliniana nutre-se do conceito de progresso civilizacional, não se enclausurando numa perspectiva do saber como algo estritamente livresco, desligado do devir humano. Fidelino, depois de revelar a sua simpatia pelos Estados-Unidos dedica-se a rastrear viagens de Portugueses ao território posteriores às exploratórias dos Côrte Real, como a do membro proeminente da Academia de Ciências de Lisboa, o Abade Correia da Serra, em finais do século XVIII. Em seguida, o director da *Revista de História* expõe duas visões oitocentistas diferentes sobre a América do Norte, uma americanófila, a de Antero de Quental, a outra americanófoba, defendida por Eça de Queiroz, dois autores que Fidelino de Figueiredo muito admira. Este intelectual lamenta a escassez de trabalhos norte-americanos sobre a literatura portuguesa e vice-versa. Para terminar, louva o passado português e a actualidade da América.

No derradeiro trimestre de 1928, o espanhol Júlio Urquijo y Ibarra pratica uma História da cultura em sentido mais restrito, portadora de menor amplitude temática, dado que retoma a aptidão bibliófila de Pedro de Azevedo, ocupando-se de uma questão muito especifica e concreta, passível de confinar-se à exegese de teor arquivístico. O título do artigo é o seguinte, *De Como Se Intitula El Primer Libro Impreso En Bilbao*. O intelectual do país basco interessa-se sobre a História da sua terra, utilizando processos da crítica textual e aprofundando sobretudo a externa mas numa perspectiva que se filia na História da Imprensa Periódica, área de estudos pouco trabalhada, e à qual Urquijo y Ibarra tem consciência de trazer novidade e pioneirismo: «Não existe todavia una História de la Imprenta en el País Vasco, y es de observar que, antes de escribirla, convendria aclarar una serie de hechos que todo el mundo da por assegurados, pêro que, a mi juicio, solo se basan en errores o en mala interpretación de iso que escribieron los bibliógrafos antiguos. Lo mismo que la

⁷⁰⁶ Fidelino de Figueiredo – *Alguma coisa sobre as relações Luso-Norte – Americanas*, in *Revista de História*, volume 15, número 59, Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925, p. 167.

bibliografía vasca que la História de la imprenta en nuestro país, han de escribirse, fuera de los casos en que esto sea totalmente imposible, a la vista de los libros que se citan o describen»⁷⁰⁷.

O colaborador da *Revista de História* sustenta uma metodologia na qual a atenção conferida às fontes primárias como elementos de prova é central e basilar, sobrepujando o interesse por fontes secundárias. Assim, desmonta a ideia de que o primeiro livro impresso em Bilbao em 1578 por Mathias Mares foi o *De Nobilitate*, conforme consideravam outros colegas seus. Pelo contrário, afirma Urquijo que a obra referida foi publicada em conjunto com *De Gloria*, seguindo-a no alinhamento editorial. O bibliófilo basco usa um aparato citacional generoso e pormenorizado, mas pratica uma História da cultura que não dispensa uma curta biografia de D. Jerónimo Osório, autor português das obras citadas.

A História da Cultura publicada na Secção de Artigos da *Revista de História* oscila entre um entendimento mais lato e outro restrito de cultura, com tendência clara para a perspectiva mais abrangente. No primeiro caso encontram-se os trabalhos de Fidelino de Figueiredo, empenhado numa documentada intervenção cívica. No segundo caso inscrevem-se os esforços de Pedro de Azevedo ou Júlio Urquijo, mais ocupados em rastrear fontes e contextualizar acontecimentos.

6.2. História dos Intelectuais e das Ideias na *Revista de História*

A História dos Intelectuais praticada na *Revista de História* possui um traço dominante e comum à maioria dos trabalhos apresentados, dado que se trata de estudos de cunho biográfico, que seguem a diacronia da vida dos biografados, em muitos casos desde o nascimento até à morte, contemplando as fases da infância, da formação intelectual e dos respectivos percursos profissionais, sem esquecer as ideias e os pontos de vista expressos pelos homens de cultura ao longo das suas actividades intelectuais. Todavia, o acompanhamento das formas de pensar das personalidades históricas resulta quase permanentemente subsidiário da descrição dos itinerários percorridos. Tanto assim que, a História das ideias como tema autónomo comparece apenas por uma ocasião e corresponde à expressão de um sentimento colectivo. Por outro lado, convém aferir, em seguida, as noções e conceitos de intelectuais e ideias tematizados pelos colaboradores da *Revista de História*, por forma a reflexamente perceber o perfil desses mesmos eruditos que atravessaram os finais do século XIX e princípio do seguinte. Logo em 1913, Clemente Marckam e Maximiano de Lemos debruçaram-se sobre dois humanistas portugueses quinhentistas que, cada um a seu

⁷⁰⁷ Júlio Urquijo y Ibarra –*De como se intitula el primer libro impreso en Bilbao*. In, *Revista de História*, volume 15, número 60, Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925, p.300.

modo, são encarnados, de modo mais ou menos explícita, mas escassamente sistemática ou sistematizada comparecendo enquanto representantes de um humanismo português ligado à respectiva expansão e aos contacto entre povos, que valoriza mais a experiência do que o saber escolástico e livresco.

O britânico Clements Marckam, membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, historiador interessado pela Índia, como viajante e enquanto escritor, contribuiu para a *Revista de História* com um texto no qual dá continuação e seguimento a preocupações afins, anterior e amplamente plasmadas. Dedicar-se a Garcia de Orta, médico que se fixou no oriente, acerca do qual escreveu *Colóquio do Simples e Cousas da Índia*. O cultor de Clio inglês, contrariando eventual tendência dos historiadores portugueses - mesmo no periódico em análise, não se centra em Camões e prefere dar destaque à outra personalidade citada, aproximando o seu trabalho do de Pedro Nunes. Na sua biografia, Marckam segue uma lógica dedutiva de raciocínio. Começa por apresentar dois autores seus contemporâneos que, como ele, escolheram Garcia de Orta como objecto de estudo, o conde de Ficalho e o brasileiro Varnhagen, demonstrando interesse em, implicitamente, utilizar estas referências como pilares de uma edificação paulatina e indiciária de uma área específica do saber historiográfico. Outrossim, o perfil do humanista ante-citado começa pela consideração genérica e breve acerca das suas ideias, procedendo-se à respectiva caracterização prévia, antes da descrição do seu percurso de vida: «If, after a study of the *Colloquies* of Garcia de Orta one had to give an opinion of the prevailing trait in his character wich they make known to us, the answer would certainly be common sense, as opposed to erudition. Few men were more thoroughly versed in all the learning of his porfession. He had been a student at Salamanca and Alcala, and was an infatigable reader, yet he was never for a moment overawed by authorities and ever made them secondary to his own knowledge and experience»⁷⁰⁸.

Deste modo, o traço fundamental de carácter do biografado evidenciado é a experiência por contraponto à erudição. Esta não foi postergada, mas relegada para um plano de subalternidade. Em seguida, o historiador britânico começa a biografia do intelectual português, acerca do qual refere que os amigos instigaram este leitor compulsivo a escrever. Gracia de Orta possuía uma biblioteca na qual pontificavam as principais autoridades clássicas e suas contemporâneas, na medicina, mas também noutras áreas, tais como: Avicena, Averrois, Galeno, Menardo, Rasis, Nebrija.

O autor dos *Colóquios* é apresentado sobretudo através das suas facetas de personalidade. Refere Marckam, de permeio, o medo da Inquisição, mas ressalta as

⁷⁰⁸ Clements Marckham – Garcia de Orta: na appreciation. In *Revista de História*, vol. 2, n.º 5. Lisboa: Clássica Editora, 1913, p. 1.

repreensões aos criados, os casos clínicos, a propensão para contar histórias, o gosto pela botânica e o conhecimento profundo acerca dos respectivos assuntos – muito presente na ante-citada obra –, debruçando-se sobre a proveniência das plantas, os usos e o comércio que delas se faziam. O texto do historiador britânico termina com a referência positiva à revisão da reedição indiana dos Colóquios (1563), efectuada pelo botânico oitocentista, Conde de Ficalho. Marckham serve-se deste exemplo, que considera frutuoso para repisar a necessidade de uma tradução da dita obra de Garcia de Orta, sobretudo destinada a sucessores de Portugueses na Índia, para que estes possam testemunhar a respectiva actualidade, à qual não é alheia a circunstância de o humanista ser considerado pelo cultor de Clio *primus inter pares* na comunidade de botânicos que se formou desde o século XVI até ao dealbar do século XX. Clements Marckham desenvolve, no seu artigo, uma História dos intelectuais mais interessada num perfil psicológico do biografado do que na diacronia das suas acções.

O historiador britânico concentra-se na imagem de Garcia de Orta que pretende transmitir, considerando-o um intelectual prático, que alia a inteligência à empiria. O colaborador da *Revista de História* mimetiza a atitude da personalidade estudada e apresenta o percurso de vida do humanista em função da marca que dele extrai. A prática historiográfica do conceito de verdade que daqui se pode inferir que alia a correspondência com a realidade dos factos à expressão da convicção do historiador novecentista, que deles parte.

Por seu turno, Maximiano de Lemos, médico e Professor da Faculdade de Medicina do Porto, escolhe como objecto de estudo um autor que, cinco séculos antes, tinha tido a mesma profissão. Trata-se de Amato Lusitano, humanista contemporâneo de Garcia de Orta. O artigo do colaborador da *Revista de História* pode ter sido motivado pela notada afinidade de ofício entre biógrafo e biografado. Todavia, o interesse do docente universitário portuense pelo seguidor quinhentista de Galeno não sofreu geração espontânea, e já vinha de longe, tendo sido expresso em trabalhos anteriores aos quais o estudo dado à estampa no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo acrescenta novidades, conforme se pode verificar desde o título escolhido, *Amato Lusitano Novas Investigações*.

Tal como fizera Markham, Maximiano de Lemos começa o seu labor pela enunciação de bibliografia sua contemporânea sobre o tema em análise, encetando um exercício de auto-reflexão que passa pela aceitação e exposição de críticas efectuadas por um estudioso alemão ao seu trabalho anterior acerca de Amato Lusitano: «Julgávamos nós, em nossa ingénua vaidade, que ao trabalho devotado de investigação e crítica, havia correspondido uma realização aceitável. Não se demorou muito a ilusão. Ao escrevermos o nosso livro, não conhecíamos a excelente memória

que ao nosso compatriota havia consagrado Max Salomon nas páginas da *Zeitschrift für Klinische Medizin*, de 1900. Desde que a lemos, reconhecemos que o médico alemão estava, em muitos pontos, de acordo connosco (melhor seria dizer que estávamos de acordo com êle, se já conhecessemos o seu trabalho) mas algumas divergencias se notavam, e em outras passagens se mostrava muito melhor informado do que nós. Vieram depois algumas críticas benévolas, demasiado benévolas infelizmente, porque sem crítica consciente nenhum estímulo existe para o trabalho honesto mas o nosso presado amigo Ricardo Jorge procurou avaliar a obra do biógrafo sem de leve sacrificar a amizade, visto que apontando inexactidões por vezes flagrantes, o fez de modo que só mesmo o autor do livro visse bem os pontos fracos do estudo que realizara. Impunha-se-nos um trabalho de revisão que adiamos até hoje, pesarosos de que o nosso amigo se não resolva a publicar o muito que analisou e investigou; se não nos apressássemos, já não teríamos tempo de redigir os resultados de um exame retrospectivo de um volumoso processo. Aproveitamos o ensêjo para responder a outras ligeiras observações que nos fôram feitas, mas antes queremos cumprir o gratissimo dever de agradecer a todos, nacionais e estrangeiros, as palavras de louvor que nos dirigiram e que melhor do que ninguém sabemos o louvor que representam. Começamos por estudar a cronologia de Amato (...)»⁷⁰⁹.

Maximiano de Lemos, antes de expor em sequência cronológica os principais momentos da Vida de Amato Lusitano – e de, através deles, proceder ao retrato de um dos principais médicos da História portuguesa, concretizando o colaborador da *Revista de História* um trabalho incidente sobre a História da Medicina por via do esboço relativo a uma das suas personalidades – contribui para uma sociologia sumária e impressionista dos seus colegas médicos que, como ele, se dedicavam a historiar a Medicina Portuguesa. Note-se, todavia, que o colaborador da *Revista de História* pouco se detém sobre as *Centúrias* ou acerca do índice dos comentários à obra de Dióscrides efectuados por Amato Lusitano. Tão pouco se refere às suas investigações médicas em torno do aparelho circulatório, concretizando a inspecção da veia ázigos ou a descrição das válvulas venosas.

Ao Professor da Faculdade de Medicina do Porto interessava, preferencialmente, pesquisar as fontes e os testemunhos sobre Amato Lusitano, exercendo sobre eles uma crítica erudita, mais externa do que interna, assente na formalização de citações, baseadas estas em elementos de prova de índole documental e manuscrita. O colaborador do periódico em análise actua nele mais como historiador do que enquanto médico, a tal ponto que procura rastrear as datas

⁷⁰⁹ Maximiano de Lemos – Amato Lusitano: novas investigações. In *Revista de História*, vol. 2, n.º 5. Lisboa: Clássica Editora, 1913, p. 25.

correspondentes: ao início e fim do estudo de Amato Lusitano em Portugal; ao seu regresso ao nosso país; à ida para Antuérpia e depois para várias cidades italianas. Em todos estes aspectos exprime Maximiano de Lemos discordâncias com Max Solomon, demonstrando que encara como natural a divergência e contradição entre intelectuais como vector indispensável ao avanço científico, podendo ler-se o seu reconhecimento para com a atenção devotada pelo médico germânico aos seus estudos como um compromisso entre a retórica protocolar e a vontade de estreitar laços de sociabilidade, partilhando aprendizagens e conhecimentos decorrentes de interesses temáticos similares, de forma a ajudar a criar uma comunidade científica em volta deles⁷¹⁰.

Acresce que Salomon corrigira Lemos. Este devolveu o gesto de médico alemão à procedência, rectificando os respectivos erros, apontando-lhe omissões: «Não mencionou o Sr. Max Salomon a data de falecimento do médico português. Todavia, Barbosa Machado tinha-a fixado em 21 de Janeiro de 1568, baseando-se no epitáfio que escreveu seu primo Diogo Pires (...). O nosso falecido amigo e ilustre bibliófilo Fernandes Tomás possuía a edição das poesias de Diogo Pires, de Veneza, 1592. (...) Relêmos este pequeno artigo e não chegamos a persuadir de que a alguém possa interessar esta sêca enumeração de datas. Se, porém, êle nos não fechar as portas dessa Revista, à qual desejamos a maior prosperidade, desde já tomamos o compromisso de não reincidir em tão fastidiosas averiguações»⁷¹¹.

No século XVI era comum os humanistas aderirem a convenções e formalismos resultantes de cortesias entre eles, legitimadoras e catalisadoras do respectivo estatuto. O distanciamento crítico era comum, umas vezes para ressaltar a vontade de atingir conhecimentos mais profundos, sendo que, noutras ocasiões materializava uma *falsa modéstia*. É possível que o artigo de Maximiano de Lemos mimetize a natureza dúplice das atitudes humanistas expostas, reconhecendo-se que a sua prática historiográfica compagina-se com o predomínio da enumeração e descrição cronológicas, sem recurso a inferências ou interpretações pessoais sobre elas. Neste ponto, respeitante ao relevo conferido à diacronia na composição do perfil biográfico de um intelectual, o professor da Faculdade de Medicina do Porto distancia-se do trabalho apresentado por Clements Marckam. Contudo, nenhum deles se centrou no contexto sócio-cultural dos biografados, nem se deteve sobre as implicações literárias, estilísticas ou dos conteúdos das respectivas obras.

⁷¹⁰ Resolvemos incluir o artigo de Maximiano de Lemos, no âmbito da História dos Intelectuais, em detrimento da História da Medicina devido à consideração da ainda maior incipiência desta, em face da metodologia utilizada pelo médico portuense, que privilegiou as viagens do humanista quinhentista por toda a Europa, ao invés de fixar o respectivo pensamento teórico – prático em torno da Medicina.

⁷¹¹ M. de Lemos – Amato Lusitano..., p.31.

Em 1914 foi conferida, por uma vez, centralidade a um tema da História das ideias, mais concretamente colectivas, na secção de artigos da *Revista de História*. Manuel João Paulo Rocha, cultor da História Local do Algarve, nesta ocasião mantém-se neste reduto, dado que publica um excerto de um manuscrito oitocentista, encontrado no convento de S. Francisco de Estombar, presumivelmente da autoria de um frade residente nesse edifício religioso⁷¹².

O monge citado viveu no tempo das Invasões Francesas e encarava Napoleão como anti-cristo, alegadamente responsável pela corrupção de costumes vigentes. Era pois necessário contrapor a este quadro nefasto o desejo projectado do regresso de D. Sebastião. O Frade de Estombar agitou esta ideia e acreditava nela. O colaborador da *Revista de História* limita-se a dar à estampa a exposição dessa crença, conferindo à transcrição um título unificador que identifica o seu artigo: *O sebastianismo no século XIX*. De resto, o historiador lacobrigense exime-se á exegese crítica da documentação exposta, furtando-se a explicitar o seu ponto de vista sobre o sebastianismo. Todavia, ainda que com reservas, a escolha de um documento para publicação pode significar concordância ou empatia com os seus pressupostos e conteúdos, mas é passível de albergar uma opção em sentido contrário, salvaguardando-se a possibilidade de manutenção de neutralidade por parte do compilador.

Sublinhe-se, contudo, que Manuel João Paulo Rocha age sobretudo enquanto compilador, sem a preocupação de descrever por si próprio, ou interpretar, as ideias inerentes ao sebastianismo, que encontra no manuscrito conventual. Seria útil que o colaborador da *Revista de História* tivesse explicado as razões que o conduziram ao título do seu trabalho. Presume-se todavia que utilize a palavra *sebastianismo* para descrever um conjunto de crenças em mitos e lendas, sem sustentabilidade empírica, mas portadores de uma lógica simbólica interna.

Ainda no ano de 1914, a *Revista de História* toma a opção editorial de publicar um texto do italiano Benedetto Croce – saído em livro na pátria do seu autor por três vezes –, recebendo para o efeito autorização do intelectual. Fidelino de Figueiredo agradece o gesto croceano e elabora uma justificação na qual expõe os critérios que presidiram à escolha de Leonor da Fonseca Pimentel e o Monitor Napolitano, que se prendem com a relevância e o prestígio do escritor transalpino, pouco traduzido e escassamente conhecido em Portugal, mas também se relaciona com o interesse do assunto versado, referente a uma personalidade que, não tendo nascido em Portugal lia autores portugueses e convivia com eles.

⁷¹² Cfr. Manuel João Paulo Rocha – O sebastianismo no século XIX: notícia de um livro manuscrito encontrado na Biblioteca do Convento de S. Francisco em Estombar. In *Revista de História*, vol. 3, n.º 10. Lisboa: Clássica Editora, 1914, pp. 115-120.

Comprove-se a expressão do sentimento nacional fideliniano, assente numa análise cuidadosa do percurso familiar e intelectual de Leonor da Fonseca Pimentel, que não é considerada plenamente portuguesa mas mantém afinidades não negligenciáveis com Portugal: «Não levaremos o prejuízo do nosso sentimento patrio ao ponto de afirmar que através da vida de intelligencia, da acção persistente, da heroicidade no martyrio do prestígio insinuante de Leonor da Fonseca Pimentel se manifesta o character português, porque estas e outras nobilissimas qualidades, umas requintadamente femininas outras varonis, havemos de reconhecê-las em muitas outras figuras da galeria de celebridades femininas das mais desvairadas nacionalidades. Não poderemos considerá-la portuguesa (pomos de lado o criterio juridico de nacionalidade), porque moral e intelectualmente o não era, pois em Itália fizera a sua formação espiritual; mas não poderemos tambem desliga-la da nossa estima com um misto de generosidade de compatriotas, porque o seu nascimento em Roma, o seu casamento e educação, apesar de poderosos e influentes, certo que não annullaram de todo a base primariado seu character, o que de português nelle existisse, e que se manteria pello conívio de portugueses e pela leitura de livros portugueses»⁷¹³.

Por outro lado, o director da *Revista de História* publicou o artigo de Croce pelo facto de ele se cruzar tangencialmente ao nível temático com a História Política e Militar portuguesa, dado que, cumprindo ordens de D. Maria e depois do regente D. João VI, esteve fundeada na baía de Nápoles uma embarcação capitaneada pelo sétimo Marquês de Nisa, que, desde 1798, tinha por missão vigiar e controlar esses mares, dada a iminência de Guerra civil, concretizada no ano seguinte. Leonor da Fonseca Pimentel interveio nesses confrontos, mas a biografia de Croce tem natureza retrospectiva e diacrónica, uma vez que o autor italiano se manifesta sobre quatro fases na vida da intelectual, que ele próprio classifica e circunscreve: I – A literata (1752-1792); II – A Jacobina (1792-1799); III – A Jornalista (Janeiro-Junho de 1799); IV – A martyr, Junho-Agosto de 1799). A poeta era próxima do Imperador e do Rei. A Jacobina afastou-se deles radicalmente, a periodista dirigiu o *Monitor de Nápoles*, em sintonia com as novas ideias que professava e lhe valeram a prisão e o martírio, este último perpetrado pelas forças régias que recuperaram o poder entretanto perdido. Esta biografia crociana, de índole factual e cronológica, utiliza e cruza várias fontes primárias para dar a ler, e colocar em perspectiva, relacionando-os e implicando-os, diversos ângulos da diacronia dos acontecimentos e dos interesses sociais envolvidos. Percebe-se que a História dos Intelectuais praticada por Croce não alinha na e pela

⁷¹³ Fidelino de Figueiredo – Justificação de publicação de Leonor da Fonseca Pimentel o Monitor Napolitano, da autoria de Benedetto Croce. In *Revista de História*, vol. 3, n.º 12. Lisboa: Clássica Editora, 1914, pp. 267-268.

radicalização jacobina (recusando-a, tendo garantido, também por isso a admiração de Fidelino que, no seu preâmbulo evitou caracterizar Leonor da Fonseca Pimentel politicamente, elogiando, outrossim a sua actividade intelectual). O artigo croceano é bastante imparcial na apresentação da Portuguesa de Nápoles e do respectivo entorno social, mas percebe-se que se coloca, politicamente, do lado dos moderados. Não o faz de modo ostensivo ou panfletário, nem dispensa o rigor na descrição dos factos, utilizando esta operação cognitiva como forma de conduzir a respectiva interpretação e avaliação, que nunca se autonomizam, ou impõem explicitamente.

No artigo publicado na *Revista de História*, por falta de espaço, Fidelino não incluiu os apêndices à biografia anteriormente publicada em Itália, prometendo dá-los à estampa noutras ocasiões, no decurso do periódico. Entre a documentação abarcada pela promessa encontram-se algumas cartas escritas por Leonor da Fonseca Pimentel no ano de 1889 (ainda na sua fase de literata) dirigidas a Pereira de Figueiredo, plenipotenciário português. O director da *Revista de História* limita-se, entretanto, a publicar algumas missivas, sem comentá-las previamente. Em 1919, Maximiano de Lemos regressou à História dos intelectuais na *Revista de História*, escolhendo debruçar-se de novo sobre um humanista, Damião de Góis, que não era médico. A Historiografia praticada pelo colaborador da *Revista de História* prolonga os traços anteriormente evidenciados, ao nível metodológico, e no que tange à perspectiva utilizada. A novidade reside no reforço da pesquisa em torno da História da Medicina. Quanto ao mais, repete-se um estudo de teor biográfico que segue a sequência diacrónica da vida de uma personalidade histórica quinhentista, dividida em quatro fases. A primeira acompanha o nascimento de Damião de Góis em 1502, em Alenquer, e a sua estadia na corte de D. Manuel entre 1502 e 1521. Em 1521, o humanista testemunha a morte do rei e é acometido por profunda tristeza. Sobre a morte de D. Manuel, Lemos interessa-se, enquanto clínico, pelas respectivas causas – mas não possui elementos suficientes para alimentar uma tese própria –, contestando a versão de Sousa Vierbo e do seu amigo Ricardo Jorge sobre o infausto acontecimento. O primeiro filia-o na Peste que grassara, conjugada com excesso de actividade sexual. O segundo avança como causa do óbito uma *encefalite letárgica*. Em seguida, Damião de Góis relatou a vida de Diogo de Sequeira e recebeu, em Lisboa, polacos e venezianos.

A segunda fase da vida do humanista português decorreu nos Países Baixos, entre 1523 e 1529, onde foi leitor na Flandres. Contactou com Garcia de Resende. Ainda nos Países Baixos soube das proezas alcançadas na Índia.

Entretanto, o autor viajou e pela Europa. Em 1 de Dezembro de 1531, o intelectual voltou a sair dos Países Baixos em direcção a Cracóvia (onde esteve de

novo com o polaco citado) e Lovaina. Aí esteve com Récio e jantou com Erasmo. Simultaneamente, manteve contacto com o Protestantismo e contactou com Protestantes como Munster, Simão Gineu e Bonifácio Auerbach, mantendo-se, alegadamente indeciso face à confissão professada por estes humanistas.

Em 1533 foi convidado para ir a Portugal, só regressando a Lisboa antes de 1 de Setembro. Pelo caminho, avistou-se com Roque de Almeida num convento em Paris. Almeida era cunhado de João de Barros. Em 1921 foram publicadas as investigações de Maximiano de Lemos sobre a terceira e quarta fases no percurso intelectual de Damião de Góis. A terceira passou-se em Itália, entre 1534 e 1538, onde concretizou estudos. Esta estadia foi precedida pela recusa do cargo de Secretário da casa da Índia, em finais de 1533. Por fim, a sua última residência nos países Baixos ocorreu numa quarta fase da sua trajectória, entre 1538 e 1545, na qual o humanista casou, tendo tido a breve trecho dois filhos. Paralelamente, o seu livro *Fides* teve problemas com a Inquisição e o conflito europeu entre Carlos V e Francisco I ganhou expressão incontornável. Entretanto, D. João III queria que Góis regressasse a Lisboa para o exercício de funções públicas. O autor assim fez, até porque tinha a mulher doente e, por essa razão, impunha-se que voltasse à Pátria. Assim termina a narrativa historiográfica de Maximiano de Lemos, certamente subsidiária do decurso dos acontecimentos impostos pela realidade dos factos. Mas este desfecho também pode significar o retorno de um notável à sua Pátria, força centrípeta que funcionaria como matriz nacional, e emblema, de todos os ímpetus cosmopolitas⁷¹⁴.

No ano de 1923, foi publicado um artigo da autoria de Manuel Sanches dos Reis Ferreira, pioneiro na arte e ciência da cópia por escrito – através do recurso à codificação de uma sinalética própria, baseada em consensos gerados pelo uso de convenções – de discursos retóricos apresentados oralmente. Estamos a fazer referência à estenografia, amiúde utilizada na passagem a escrito da oratória parlamentar das Cortes Constituintes de 1821 a 1823. No seu texto, Reis Ferreira possui dois objectivos Implícitos; o primeiro passa por revelar as origens e os primórdios da prática à qual se dedica profissionalmente – deixando a ideia de que esta não se limita à conjugação de técnicas de secretariado mas envolve e concita conhecimentos científicos, bibliográficos, enciclopédicos – e implica o resgate do esquecimento de Ângelo Marti, filho do autor da *Taquigrafia Castelhana*, que fundou uma aula da sua disciplina e, num ano, teve mais de cem alunos.

Os estudantes aprenderam, alegadamente, muito para o escasso tempo de aprendizagem do qual usufruíram, mas pouco no que se refere à dificuldade e

⁷¹⁴ Cfr. Maximiano de Lemos – Damião de Góis. In *Revista de História*, vols. 9 /10, n.ºs 33, 36, 37. Lisboa: Clássica Editora, 1920-1921.

extensão dos conhecimentos e técnicas que tinham de adquirir: o trabalho de Reis Ferreira consistiu em fazer publicar, comentando-a, uma carta dada à estampa no *Jornal o Patriota*, na qual o erudito espanhol discorre sobre Taquigrafia e Estenografia em moldes próximos da amplitude com que há pouco caracterizámos esta actividade. Percebe-se a admiração do colaborador da *Revista de História* pelo mestre espanhol Ângelo Marti, prestando-lhe a homenagem em análise. Contudo, antes desta se efectuar, o erudito português historia brevemente as circunstâncias que rodearam a publicação dos seus esforços intelectuais e da Carta de Marti neles incluída. Inicialmente, a comissão de Comemoração do Centenário das Cortes Constituintes, maioritariamente composta por republicanos, convidara Reis Ferreira a contribuir para o evento.

Todavia, o seu amigo bibliófilo Álvaro Neves devolveu-lhe o seu inédito, explicando-lhe o abortamento da comemoração por falta de verbas. No entanto, Reis Ferreira ficou desiludido mas não vencido, persuadido que estava do valor da informação que tinha entre mãos. Não esmoreceu, e tentou que a Comissão republicana lhe publicasse o manuscrito de Marti. Todavia, tal não aconteceu, tendo ouvido justificação esboçada, direccionada para a utilização do argumento dos elevados custos de impressão como desculpa. Entretanto, Reis Ferreira encontrou Fidelino de Figueiredo, falou-lhe no assunto e este disponibilizou a *Revista de História* a para que o material na posse do estenógrafo, e as considerações que sobre ele julgasse pertinentes, fossem dados à estampa. Reconhecido, o taquigrafo português conta com minúcia este itinerário, servindo a sua narrativa como expressão de gratidão, mas também enquanto prova da dificuldade de afirmação da estenografia portuguesa, e como registo do papel do colaborador da *Revista de História* neste processo: «Ao programma commemorativo dos cem anos dos fastos politicos de 1820, pertencia a impressão de um livro com documentação varia e apropriada. Lá, na devida altura, caberia este breve trabalho. (...). Se foi do plausivel agrado da Republica essa publicação, nunca manifestaram com natural, comesinho que fosse, auxilio monetário, apesar dos assedios porfiados dos dirigentes da Consagração, especialmente do bom amigo e fervoroso bibliofilo Álvaro Neves. Com mostras de lamentos elle me entregou o inédito. De posteriores congeminções minhas, surgiu-me ideia que reputo luminosa e vae dai um requerimento à Comissão administrativa do Congresso a pedir que salvasse o manuscrito de cair em esconsa prateleira (...). A Comissão, republicana, liberal, concerteza era possuída de grande veneração pela memória dos revolucionários *vintistas*. (...) Breve me chegou o desfecho da Comissão: negativo pelo dispendio da impressão. (...). Entretanto um dia, no meu deambular favorito pelas ruas da cidade, deparou-se-me o Dr. Fidelino de Figueiredo (...).

Aprove-me fazer-lhe a crónica do malventurado manuscrito. Gentilmente pôs à minha disposição a sua bella *Revista de História*. Entre agradecimentos jubilosos, pressuroso aceitei»⁷¹⁵.

Pode objectar-se que os conteúdos da taquigrafia em contexto parlamentar são políticos. Contudo, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo aquela disciplina figura como conjunto de técnicas possuidoras de vontade de afirmação de carácter artístico e científico. O derradeiro artigo relativo à História dos Intelectuais na *Revista de História* manifesta interesse em dar a conhecer o pensamento italiano contemporâneo, debruçando-se sobre duas personalidades cujo labor é difícil de classificar, situando-se, algures, entre a Literatura, a Filosofia e a História.

Trata-se de Benedetto Croce e de Giovanni Gentile, o primeiro dedicado a todas as áreas de saber referidas, o segundo detentor de um conhecimento de pendor histórico-filosófico. Quem trabalha estes dois autores no periódico, dirigido por Fidelino de Figueiredo é Luigi Tonelli. Desconhecemos os motivos explícitos que levaram à presença deste erudito no órgão de informação e comunicação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Tão pouco sabemos se foi convidado ou se enviou, por iniciativa própria o artigo para publicação. Todavia, o tema escolhido constitui certamente foco de atracção para os responsáveis pela publicação, dado que esta segue de perto Benedetto Croce nas várias secções de actividade redactorial. O andamento consagrado aos artigos não constitui excepção, dado que nele foram republicados dois trabalhos do historiador e pensador italiano. Por outro lado, o director da Revista, Fidelino de Figueiredo, manifestou, em diversas ocasiões – sobretudo no exterior do periódico – afinidade com o idealismo crítico croceano. Resulta natural que não quisesse perder o ensejo de, pela voz de Luigi Tonelli, divulgar e reafirmar esse posicionamento filosófico, com o qual se identificava. O contributo do estudioso transalpino ante-citado revestiu-se de grande pertinência, tanto assim que traduz um esforço ao nível filosófico-ideológico, ao qual urgia conferir visibilidade. No entender do erudito que investigou Croce e Gentile, os dois autores são herdeiros e cultores de um hegelianismo anti-metafísico, que necessitava de ser contextualizado. Tonelli começa por se referir, no seu enquadramento prévio, à decadência do pensamento italiano pós-renascentista, dela exceptuando Bruno, Galileu e Vico.

Em seguida, crítica de modo discreto mas efectivo, os empiristas e utilitaristas italianos da segunda metade do século XVIII. Percebe-se que o pensamento do colaborador da *Revista de História* inscreve-se numa linha bem diferente,

⁷¹⁵ Manuel Reis dos Sanches Ferreira – Ângelo Marti no Soberano Congresso Nacional. In *Revista de História*, vol. 12, n.º 46. Lisboa: Clássica Editora, 1923, p. 126.

solidarizando-se com o seu objecto de estudo, inscrevendo-o num âmbito que também contesta o positivismo em voga relativa no dealbar do século XX em Itália. No entender de Tonelli, Spaventa influenciou o pensamento de Croce e de Gentile, comparecendo este último como herdeiro de Romini e Gioberti que pretendiam conciliar o *real* com o *ideal*. De acordo com a leitura em análise, Croce também conjugou as duas dimensões citadas e manifestou-se contrário a uma interpretação do pensamento de Hegel que validasse a negação da importância atribuível à imanência do plano temporal. Por outro lado, terá chamado a atenção para o facto de as sínteses não se resumirem a *opostos*, concitando aquilo que designa como *distinctos* (os universais: a verdade, o bem, o belo e o útil). Croce opera três sínteses *a priori*: a estética, a lógica e a prática.

Na actualidade de Tonelli destacaram-se, entre outros, dois especialistas na obra de Gentile: Emilio Chiorchetti e Francesco di Saulo. O primeiro defende que o intelectual em análise corrigiu os exageros da esquerda hegeliana de Spaventa. Já o segundo considera que o mesmo autor era grotesco e contraditório. Na mesma linha crítica, para Thilger o idealismo de Gentile era dogmático, agnóstico e neutralista. Tonelli não concorda e defende a necessidade do idealismo crítico que considera comum a Croce e Gentile, enveredando por um caminho que favorece a aproximação entre ambos, em desfavor da consideração das diferenças respectivas: «Contentemo-nos pois, com afirmar que o idealismo croceano-gentileano era necessario; necessario especialmente ao idealismo actual, que representa o extremo attingido pelo subjectivismo, além do que não ha senão o absurdo ou o mysticismo; ou... Ou – e creio ser o mais provavel – o regresso a Emmanuel Kant»⁷¹⁶.

O idealismo de Tonelli advoga um carácter realista e moderado, ao arrepio do puro relativismo, de um subjectivismo infrene, e de um certo Kantismo. O estudioso assenta algumas reflexões numa base que promova e alimente um certo tipo de racionalidade crítica.

O colaborador da *Revista de História* situa-se a meio caminho entre o cepticismo idealista de Croce e o optimismo do mesmo cariz propugnado por Gentile. Fidelino de Figueiredo também defende um idealismo que não repudia alguns elementos da filosofia da acção, compaginando esta com a força das ideias, que não são absolutos intangíveis mas aguardam concretização que materialize a junção entre o cultivo idealista das tradições e o empenhamento cívico. Não será por acaso que a *Revista de História* termina – em nosso entender – em nosso entender, os artigos relativos à História dos Intelectuais pelo apelo a um humanismo cívico, comum, de

⁷¹⁶ Luigi Tonelli – Subsídios para a história do pensamento italiano Benedetto Croce e Giovanni Gentile. In *Revista de História*, vol. 14, n.º 54. Lisboa: Empresa Litterária Fluminense, 1925, p. 128.

modos diferentes – portadores de ideias políticas dissemelhantes – a Garcia de Horta, Amato Lusitano, Damião de Góis, ou ao activismo cultural – de sinal político contrário e revolucionário – defendido por Leonor da Fonseca Pimentel, desaguando nas formas de idealismo contemporâneo, das quais representadas Croce e Gentile. A História da cultura e dos Intelectuais praticadas na *Revista de História* são essencialmente discerníveis no plano formal, já que persiste, em ambas, uma vontade mais indirecta nos cultores daquele e directa no segundo caso de intervir sobre o quotidiano correspondente à actualidade dos colaboradores do periódico. Inversamente, a História das ideias quase não é estudada na publicação. De algum modo, essa exiguidade está também presente, de forma menos visível, nos artigos de História da Arte dados à estampa no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo.

6.3. História de Arte

A História de Arte na *Revista de História* constitui um âmbito de estudo escassamente frequentado e pouco desenvolvido. No entanto, os contributos incidentes neste domínio, apesar de não atingirem, numericamente, a dezena, permitem perceber quem são os cultores de Clio que lhes dedicam atenção, quais os temas e períodos históricos que privilegiam, bem como as expressões artísticas que destacam, dentre um conjunto de possibilidades, que inclui: a arquitectura, a pintura, a escultura. Por outro lado, fora da *Revista de História* m os intelectuais, em finais do século XIX e princípios do seguinte praticam essencialmente crítica de arte, em detrimento da respectiva História, existindo trabalhos que podem situar-se num limbo entre as duas perspectivas ou que sejam susceptíveis de promover um trânsito ou até sincretismo entre ambas. Os estudiosos presentes no periódico em análise apresentam apenas um artigo cada e são os seguintes: Henrique de Vilhena, José de Queiroz, J. F. Ferreira Martins, Eduardo Burnay, Santos Farinha, Ernesto Sales, Ernesto Campos de Andrada e o espanhol, Ciríaco Perez Bustamante, o único estrangeiro. Um breve relance sobre estas personalidades permite indiciar que nenhuma delas exhibe uma dedicação exclusiva, ou maioritária, à História de arte, com excepção talvez de José Queiroz. Henrique de Vilhena, por exemplo, era médico de profissão, interessou-se por estas matérias provavelmente devido à sua especialização em anatomia, inscrevendo-se na sua prática paralela de crítico de Arte e Literatura.

Ernesto Sales ou Ferreira de Lima eram bibliófilos com especial predilecção por inventários, colecções, daí a crescente curiosidade pelo antiquarismo na sua plenitude. Burnay, aristocrata, era um erudito devotado à História dos monarcas portugueses. Evidentemente, não terá ficado indiferente aos respectivos retratos.

Debruça-se sobre um deles nas páginas da publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo. O padre Santos Farinha chega à História de Arte no periódico através do seu interesse pela História dos monumentos de Lisboa, nomeadamente aqueles que se dedicam ao culto religioso católico, e outros mais ligados a questões sociais e políticas como o Palácio de Palhavã. Na mesma linha patrimonialista, destaque-se o trabalho de Campos de Andrade sobre Palácio dos Marquês de Fronteira. Este artigo foi publicado em 1923; com ele encerram-se as contribuições de História de Arte na *Revista de História*. Do ponto de vista das expressões artísticas contempladas, a retratística sobrepõe-se quantitativamente às restantes, seguida muito de perto pela Arquitectura, sendo que à escultura apenas é dedicado um artigo, o mesmo acontecendo no tocante à azulejaria.

De notar que a pintura que se autonomize da arte do retrato está ausente das preocupações manifestadas pelos eruditos. No que respeita aos períodos históricos versados, as épocas moderna e contemporânea cobrem a totalidade dos artigos, estando ausentes a Antiguidade Clássica e a Idade Média. Parece evidente um traço comum a confirmar: a Historiografia de Arte praticada pelos autores citados interessa-se pouco pelas implicações ou interpretações autónomas das expressões artísticas versadas. Estas são subsidiárias face ao desígnio de conservação de monumentos, relacionando-se este desiderato com a necessidade de valorizar a identidade nacional portuguesa através da referência à sua arte, muitas vezes tratada como dependente da História política e questões de propriedade. Nesta perspectiva, a presença de um único colaborador estrangeiro é significativa.

Por seu turno, a História da Historiografia artística prima pela ausência, circunstância que confirma e comprova a escassa cientificação, ou reduzida coesão disciplinar dela decorrente, no que concerne a este domínio de estudos na *Revista de História*. Todavia, esta escassez repercute uma tendência secular geral, extensamente abordada por Nuno Rosmaninho Rolo na sua dissertação de Mestrado, concluída em 1993, intitulada *A Historiografia Artística Portuguesa de Raczyński ao dealbar do Estado Novo (1846-1935)*. Na parte introdutória desta obra o seu autor refere que: «Segundo José Augusto França, a crítica de arte em Portugal é, até à década de 1780, uma actividade rara e de escasso significado. Enquanto no século XVI se salientam Francisco de Holanda e André de Resende. No século XVII publicam-se obras de José Gomes da Cruz (que se propõe o anacrónico objectivo de demonstrar a nobreza da arte da pintura), Azevedo Fortes e Matias Aires, em que os aspectos propriamente artísticos são contudo pouco ou nulamente desenvolvidos. Um ou outro inédito não altera a pobreza deste panorama. Será Machado de Castro a alterar esta situação, escrevendo sobre estética e belas-artes. Em 1780 publicou *Uma Carta que*

um afeiçoado às artes do Desenho escreveu a um aluno de escultura para o animar à perseverança e ao estudo, em que, trinta anos depois de Gomes da Cruz, continua a deter-se na justificação da nobreza da arte da Pintura. Voltará ao assunto em 1787 no *Discurso Sobre as utilidades do desenho*.

Os escritos desta época discorrem sobre as belas artes sem intenção fixa, tendendo para o elogio da arte, de alguns artistas, e de certas correntes estéticas, estando excluída a intenção de fazer obra de crítica ou de Historiografia. Os autores manifestam grandes preocupações oratórias, reincidindo em temas já esgotados (...), não contribuindo para um conhecimento pormenorizado quer da arte do seu tempo quer da arte dos tempos passados»⁷¹⁷

Este diagnóstico é passível de se aplicar aos artigos publicados na *Revista de História*, sobretudo no que respeita ao predomínio do elogio de monumentos, de obras e autores. Já a propensão para a oratória é menor, mas também existe no Órgão de comunicação da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Portuguesa de estudos Históricos intercalada, intercalada com um tom grave, austero, revelador do respeito pela historicidade da herança patrimonial.

O segundo Ensaio de Crítica e Estética foi publicado por Henrique de Vilhena em 1913. O autor usa os seus conhecimentos de escultura e anatomia conjugadamente, tratando uma peça escultórica de natureza monumental e inerte como um objecto vivo, que personifica traços de personalidade humana e características psicológicas, uma vez mais aprofundadas. O Desterrado de Soares dos Reis, foi realizado entre 1847 e 1899 e incorpora sinais de lassidão, tristeza. Vilhena transporta – sem o dizer – esta escultura para os seus dias como símbolo da actualidade portuguesa anómica e descrente. Esta leitura expressionista de um trabalho naturalista, mas permeável a acrescentos de sentido e impregnações simbolistas, teve o contraponto exacto no ponto de vista de António Arroyo que analisou o Desterrado em sentido diverso, e sinalizado por Vilhena, que repetiu processo anterior de referência a intelectuais seus contemporâneos com estudos realizados na sua área de interesses. O anatomista lamenta que o colega de Belas Artes não tivesse encontrado expressão na escultura que para ele traduz desânimo, ou que quando a descortinou no gesto dos dedos, a tenha interpretado como expressão sorridente o que para o colaborador da *Revista de História*. Este autor vislumbra passividade nos membros superiores do *Desterrado*. Para ele, as lágrimas no rosto traduzem sentimento aliado à dificuldade de expressão. Arroyo vê-as como artificiais e considera a boca inexpressiva.

⁷¹⁷ Nuno Rosmaninho Rolo – *A historiografia artística portuguesa de Raczyński ao dealbar do Estado Novo (1846-1935)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993, p. 4.

O autor dos *Ensaio de Estética e Crítica* apresenta o *Desterrado* como uma peça que representa o cansaço face ao classicismo e ao academismo, e encara-o como expressão de originalidade e sentimento, preceitos românticos, ligados a uma visão psicológica, como substrato de uma inquirição ao carácter português pela via de valores como o exílio, a tristeza meditativa ou a prostração silenciosa. Os sentimentos do exilado são os da *Saudade*. Henrique de Villhena confere importância ao retrato psicológico alinhando por um moralismo doutrinador, defensor de um nacionalismo saudosista, de pendor idealista: «Todos os que conhecem os nossos poetas e prosadores mais idealistas, que são por coincidência generica alguns dos nossos maiores escriptores, e dos quaes se tem reconhecido traduzirem bem a alma portugueza devem compenetrar-se de que para ella são aquelles os sentimentos de um exilado. Tais sentimentos são a essencia do que se chama a saudade. Bernardim Ribeiro, Camões, Garrett e Herculano - eis os melhores exemplos desses ecritores que mencionámos. Por sua parte os nossos poetas tristes, assim como Soares de Passos e António Nobre teem sentidos threnos de saudade»⁷¹⁸.

O anatomista e crítico de Comte cita autores que ocupam lugar num espectro do Renascimento ao decadentismo, o que prova uma cultura humanista integradora. O autor não se refere à *Renascença Portuguesa*, nem ao seu mentor Teixeira de Pascoais, e silencia a primeira série de *Arte* dirigida, desde o surgimento da *Águia*, em 1910, por António Carneiro. Provavelmente aquele conheceria o periódico e os seus membros, dado que estava umbilicalmente ligado às Belas-Artes. Todavia, poderia desconhecer ou dominar mal as implicações de movimentações culturais suas contemporâneas, que, pela respectiva e irredutível contemporaneidade, não tivera, eventualmente, tempo de assimilar ou digerir. Segundo Maria João Ortigão Oliveira: «Houve um grande cuidado na apresentação gráfica, de que Cristiano Cruz foi o responsável, logo na primeira série da Revista em 1910. Esta atenção traduziu-se outrossim em artigos consagrados às artes, como o de Veiga Simões em 1911, sobre o «idealismo de Rodin e Carrière», que advoga um pensamento curioso, pós-Wagneriano, apologético do interiorismo e da sugestão, e cita pintores que, depois da hibernação forçada em inícios do século XX, se encontram hoje em dia em fase de incontestada reabilitação: Whistler, os pré-raphaelitas, Puvis de Chavannes, Moreau (...), mas também os portugueses Soares dos Reis, Teixeira Lopes, António Carneiro e Columbano, as coqueluches. Autores e temas incómodos para o Mercado da Arte de então, que os ignorava, preferindo-lhes sempre os pintores naturalistas e solares, e

⁷¹⁸ Henrique Vilhena – Ensaio de crítica e de estética II: o Desterrado. In *Revista de História*, vol. 2, n.º 5. Lisboa: Clássica Editora, 1913, p. 11.

(...) para os incipientes modernismos que teriam preferido que o pensamento que os antecedeu fosse na globalidade académico e reaccionário»⁷¹⁹.

Esta conjuntura denuncia a divergência entre a crítica de arte e os mercados na recepção de autores como Soares dos Reis e pode ter impulsionado o estudo de Vilhena, que se manifesta distante dos *modernismos incipientes* nesta questão artística, mas também não refere explicitamente Pascoaes e a sua Filosofia da Saudade, só que esta ausência não traduz repúdio ou distanciamento, dada a inegável proximidade cronológica entre Vilhena e os trabalhos poéticos do amarantino, traduzida num espírito comum, presente nas afirmações do anatomista, que não cita directamente Pascoaes, este publicou, no mesmo ano do artigo em análise, o *Espírito Lusitano de Vilhena: «O Desterrado*, porque é uma bella expressão no dominio da arte e da esculptura, d'essa modalidade do sentir portuguez, fica assim unido á literatura e á alma nacional. Por esta maneira adquire um sentido de inteligente amplitude, uma quota-parte da integral realização do espirito humano em o ponto de vista das concepções plasticas»⁷²⁰.

A ressonância difusa e vaga, mas presente, das ideias de Teixeira de Pascoaes nas palavras de Henrique de Vilhena, não apaga, antes sublinha, a admiração do poeta amarantino pelo autor de o *Desterrado* e por esta obra: «Se tivermos em conta o culto que Pacoaes teve por Soares dos Reis, parece não haver no autor comparação mais exaltante»⁷²¹.

O pensamento de Teixeira de Pascoaes sobre o saudosismo é mais encadeado ou sequencial do que as intuições generalistas Henrique de Vilhena acerca da matéria. Pode divisar-se em ambos uma metafísica, portadora, eventual e subsidiariamente, de senso-comum, no caso do segundo, e a ele resistente no do primeiro: «A Saudade em Pascoaes não é prioritariamente a saudade vulgar de pessoas ou coisas que se tiveram e que o tempo roubou e tornou ausentes. Esta forma e este nível de saudade servem-lhe sobretudo como experiência simbólica e remissiva: a sua ressonância indicia-lhe e remete-lhe o coração e o espírito para um outro nível de saudade, que é o da saudade metafísica»⁷²².

É possível divisar na peça escultórica referida de Soares dos Reis uma natureza tríplice, coincidente com a valorização da clareza de forma clássica, a expressão de

⁷¹⁹ Maria João Lello Ortigão Oliveira – *Aurélia de Sousa em contexto: a cultura artística no fim de século*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006, p. 273.

⁷²⁰ Henrique Vilhena – *Ensaio de crítica e de estética II...*, p. 13.

⁷²¹ Luís Amaro e António Cândido Franco – O conto beironiano e outros «contos» na poesia de Teixeira de Pascoaes. In *Colóquio Letras - ensaio*, n.º 117 n.º 118, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p.142

⁷²² Jorge Coutinho – *O pensamento poético de Teixeira de Pascoaes*.

In Pedro Calafate (dir.) - *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V, tomo 1. Lisboa: Editorial Caminho, 1999, p. 26.

sentimento romântica e a captação realista dos dados da experiência⁷²³. A leitura de Vilhena parece dirigir-se em sentido análogo e procura uma síntese segundo a qual o academismo de *O Desterrado* reforça a junção da *ideia* ao *sentimento*, e não prejudica nenhum deles. Para José Augusto França: «o Desterrado é uma obra notável da escultura do seu tempo, de grande sensibilidade formal, de uma discreta e tensa dramaticidade. O próprio autor, tão exigente no seu realismo como no seu espiritualismo, terá sido vítima dessa contradição, numa sociedade que, embora ele fosse professor da Academia Portuense, só lhe dava mesquinhos trabalhos a fazer»⁷²⁴.

Aquilo que foi entendido nos finais do século XIX e princípios do seguinte como contradição, era encarado por Vilhena sob o signo – que o próprio defendia – da complementaridade entre realismo e espiritualismo. A ideia de Maria de Lourdes Belchior sobre Teixeira de Pascoaes pode aplicar-se aos intuítos de Henrique Vilhena nos estudos sobre o Desterrado. «Dir-se-ia que o poeta queria poeticamente refazer o país e tudo englobava na Saudade – arte saudosista, Pensamento Saudosista, Política Saudosista, Religião Saudosista»⁷²⁵.

Ainda em 1913, José de Queiroz, escreve um artigo sobre uma expressão artística igualmente monumental, que requer também enorme minúcia, mas é substancialmente diferente da escultura. Trata-se da azulejaria. O colaborador da *Revista de História* debruça-se sobre *Os Azulejos de S. Vicente de Fora Terraço Grande*. Destaca os Cláustros do Mosteiro, prova de que a sua leitura não se centra, em exclusivo, nos azulejos, mas enquadra e contextualiza a sua presença num edifício específico. As técnicas artísticas envolvidas, ou as questões estilísticas, estão ausentes, em detrimento da localização específica do objecto de estudo, e dos conteúdos ou motivos representados. Veja-se a pormenorizada descrição dos Azulejos situados nos claustros do Mosteiro. Queiroz parece encetar uma narrativa resultante de uma visita realizada pelo próprio ao local, demonstrativa da necessidade e da promoção de investigações e trabalhos de inventariação de campo. Atente-se na linguagem utilizada, que ultrapassa intuítos científicos e eruditos – sem anulá-los – dando primazia a um cenário turístico cultural que provoca admiração e maravilhamento no observador, que disso dá conta: «Nas paredes, entre portas e janellas que dão serventia e luz às galerias e dependencias, andar alto do Mosteiro, deslumbra ainda hoje, apesar do effeito damnhinho das intemperies, o mais vistoso, exuberante guarnecimento de Azulejos que meus olhos teem visto. Dentro de amplas molduras, variadissimos são os assuntos tratados neste silhar, a tinta azul.

⁷²³ Rui Mário Gonçalves – *Análise do Desterrado de Soares dos Reis*, <http://ecultura.sapo.pt/DestaqueCulturalDisplay.aspx?ID=560> (acedido em 13 de Outubro de 2009).

⁷²⁴ José Augusto França – *Arte portuguesa de oitocentos*. Lisboa: Biblioteca Breve do Instituto Camões, 1979, p. 68.

⁷²⁵ Maria de Lourdes Belchior – A literatura e a cultura portuguesa na viragem do século XIX para o século XX. In *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Filologia, n.º 1, 1973, p. 26.

Grandemente movimentados pela figura humana e por animais, na maior parte domesticos. E, para melhor equilibrar o conjunto, sobre as portas e janellas das alas sul e poente, o decorador collocou-lhes, por cima dessas aberturas, um motivo ornamental, também de azulejos, de perfil recortado, que o regularizou vantajosamente, visto taes motivos attingirem a maior altura do sobranceiro alisar»⁷²⁶.

José de Queiroz não guarda distâncias objectivas acerca daquilo que contempla, demonstrando empatia pelo que vê. Assume o papel de testemunha directa das descrições efectuadas. Congratula-se pela restauração monumental recente e enumera as cenas expostas nos azulejos, relativas à vida de corte no tempo de D. João V, referindo-se ao fausto, à caça, aos jogos à guerra e ao ambiente rural. Existe um friso que representa, com pompa, o cortejo do Bispo do Porto, Tomás de Almeida. José de Queiroz demonstra o seu nacionalismo e a defesa da identidade portuguesa, ao denunciar os estragos que as Invasões Francesas tinham provocado nos azulejos do mosteiro: «(..) e... eis-nos na presença de mais uma detestavel porta, aberta no muro, a bello prazer da seita dos barbaros que por ca ficaram quando das Invasões, sem perigo, pois não tiveram ainda exterminio, como na Gallia, por falta de Marios e de Catulos»⁷²⁷.

Percebe-se, implicitamente, que o colaborador da *Revista de História* é solidário com a arte como imitação da natureza, patente nos azulejos visitados, distanciando-se de uma defesa da ideia de *belo absoluto*. Extasia-se com uma beleza historicamente situada, sujeita a intervenções de Restauro. Valoriza, subtilmente, a arquitectura como cúpula da hierarquia das expressões artísticas, ao qual submete, de modo cúmplice, a azulejaria.

Neste artigo de José Queiroz as explicações são escassas, submetendo-se à descrição da arte do azulejo, em função do meio envolvente, mas o autor não esquece a necessidade de desenvolver estudos eruditos futuros sobre molduras, comprometendo-se com eles. No entanto, no trabalho em análise, exime-se a tratar, diacrónica e aprofundadamente, a sucessão de factos e acontecimentos que sustentem a História dos azulejos citados e identifiquem os artistas que os criaram e respectivo trajecto pessoal e profissional. Neste sentido, sob este prisma metodológico, foi publicado, no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, apenas um artigo. Trata-se de *Uma questão de arte a propósito do architecto da Sé de Miranda do Douro*, da autoria de Francisco Manuel Alves, o abade de Baçal que, no seu afã de descobrir e publicar novidades arquivísticas sobre Bragança, de onde era

⁷²⁶ José de Queiroz – Os azulejos de S. Vicente de Fora: terraço grande. In *Revista de História*, vol. 2, n.º 8. Lisboa: Clássica Editora, 1912, p. 259.

⁷²⁷ *Ibid.*, p. 261.

oriundo, encontrou um documento manuscrito datado de 29 de Abril de 1552, da autoria do bispo D. Turíbio Lopes, dirigida ao Cabido, na qual refere que Diogo de Arruda fora o arquitecto da Sé de Miranda. Ao veicular esta informação, o pároco colaborador da *Revista de História* afasta-se das versões de eruditos seus contemporâneos, um pouco mais velhos, como Sousa Viterbo e Ramalho Ortigão, ambos citados pelo clérigo secular, que assim pretende vincar o ineditismo da sua descoberta ao recusar os nomes de Torralba, avançado pelos dois colegas referidos, e de Velásquez, aventado pelo primeiro deles. Todavia, o abade de Baçal exime-se a fazer a crítica interna do manuscrito publicado e também passa ao lado de um perfil de Diogo de Arruda no tocante às influências por ele recebidas na sua Arquitectura, ou no que respeita às técnicas, estilos ou perspectivas professados. O pároco actua como alguém mais interessado em resgatar a memória histórica local, subordinando as questões artísticas a esse imperativo.

No ano de 1918, Eduardo Burnay dedicou-se a apresentar e divulgar, publicando-o *Um Desconhecido Retrato de D. Miguel*. Esta publicação revela o lado de antiquário do colaborador da *Revista de História*, que resgatou do olvido e do abandono o referido quadro, tendo-o encontrado no depósito da Câmara do Porto, que descurara a sua conservação. O texto de Burnay possui como móbil implícito a denuncia desta falta de cuidado por parte de uma Instituição pública. No trabalho escrito, o intelectual ordena as ideias e sua a revolta enquanto testemunha ocular da incúria camarária. A organização discursiva da narrativa foi precedida de trabalho de campo ainda mais aturado e comprometido do que o levado a cabo por José de Queiroz. Burnay apresenta os dados de modo mais discreto, menos enfático, dado que a circunstância que rodeou a sua investigação era pouco propícia a encómios. O retrato de D. Miguel era da autoria do pintor João Ribeiro, do qual o colaborador da *Revista de História* se exime a traçar um perfil biográfico e artístico.

No artigo em análise, Eduardo Burnay comparece como coleccionador de arte e descreve outro quadro de D. Miguel, da autoria de um pintor de apelido Queiroz (sobre o qual quase nada diz), comprado pelo colaborador da *Revista de História* num Leilão, cujas coordenadas pormenoriza: «Encontrei-o um dia num armazem de velharias às Portas de Santo Antão. Pediam por elle 6 mil reis. Recommendei-o a varios miguelistas de varios matizes. Mais ou menos me disseram todos que iam já la buscá-lo. Dois mezes depois ainda lá estava. Comprei-o. Restaurou-mo Luciano Freire, possuo-o. D'onde viera naufragar este bello retrato? Disse-me o vendedor suspeitar que viesse de um leilão numa casa da Rua da Rosa habitada por alguém da família Bruschy. Interroguei um dia o meu amigo Manoel Maria da Silva Bruschy. Tal retrato não pertencera nunca a sua família sua e a sua impressão foi a de que talvez um que

se ostentara em uma das muitas casas habitadas pela *Nação* [Revista Integralista], tantas vezes interrompida na sua publicação»⁷²⁸.

Este excerto permite perceber algo acerca do circuito de compra e venda de arte na Cidade de Lisboa, onde todos os interessados deveriam conhecer-se, ou, pelo menos, ter referências uns dos outros. Por vezes havia, entre eles, relações familiares ou de amizade. Burnay sentiu necessidade de contar, na primeira pessoa, o modo de aquisição de quadros, mapeando, para tal, literalmente, o seu trajecto. Fê-lo por Vaidade? Esse sentimento é difícil de avaliar. Todavia, a circunscrição do percurso da obra da autoria de Eduardo de Burnay ocorreu certamente para satisfazer a curiosidade de potenciais leitores, pertencentes eventualmente ao meio do coleccionismo.

No entanto, a abordagem do retrato resgatado de João Ribeiro foi motivada pelo interesse nutrido por Burnay face a D. Miguel, pouco estudado por miguelistas e opositores, ambos geralmente movidos por paixões. Quanto a estudos eruditos, colaborador da *Revista de História* demonstra conhecer o trabalho monográfico de Faustino Fonseca, um artigo de Alberto Pimentel e outro de Oliveira Martins, e procura aproximar-se de um trabalho de cunho erudito, afastando-se de panegíricos ou demolições da figura em causa: «Mas de quanto ha publicado, ou existe na tradição, o que pode concluir-se a respeito d'essa figura, cuja desfavoravel lenda, num estimulo de justiça e de replica á brutalidade das paixões, ao espirito, mesmo só litteralmente, tão agradável seria refutar e aniquilar, substituindo-lhe por ventura o estyigma da condenação pela marca da futilidade?. Eis, todavia, a que summariamente chego. Figura politica sem vulto, nulla, a não ser como symbolo e instrumento da causa que nelle encarnaram. Inteligencia medíocre, character amorpho, impulsivo (...)»⁷²⁹.

O colaborador da *Revista de História* queda-se por este retrato dos traços psicológicos do filho de D. Carlota Joaquina. Não procura fontes primárias que o consubstanciem, movendo-se, ao arrepio da crítica histórica, no terreno impressionista da opinião, simultaneamente negativa e complacente. Negativa face à ausência alegada de qualidades na personalidade de D. Miguel. Complacente, dado que este é desresponsabilizado, destituído de livre-arbítrio e transformado em instrumento das vontades políticas da mãe e de outros familiares. Burnay faz decorrer a História sob o signo providencialista da fatalidade, entendendo desse modo a causalidade histórica, perante a qual os factos e acontecimentos desaparecem, subjugando-se-lhe também a noção e prática historiográfica de *Verdade*.

⁷²⁸ Eduardo Burnay – Um desconhecido retrato de D. Miguel. In *Revista de História*, volume 7, n.º 28. Lisboa: Clássica Editora, 1918, p. 317.

⁷²⁹ *Ibid.*, 316.

A História de Arte à qual o colaborador da *Revista de História* se dedica revela que se trata sobretudo de um coleccionador e antiquário, um curioso, cuja formação académica ocorrera na área da Medicina em Coimbra, tendo sido professor de Zoologia na Escola Politécnica de Lisboa, desde 1883. Tinha então 30 anos. Aquando da escrita deste artigo para a *Revista de História* contava 65 e estava já aposentado, podendo trilhar outros caminhos e explorar diferentes paixões. No texto em análise, o conceito estético de belo não é abordado, a pintura surge como a arte mais valorizada, mas não se vislumbra qualquer crítica a técnicas ou materiais utilizados nesta actividade. Do ponto de vista ideológico percebe-se que Burnay se mexe bem em meios monárquicos e procura temperar o *legitimismo* geralmente associado a D.Miguel. Nota-se ainda a defesa da identidade nacional, através da conservação do património artístico.

Em 1921 foram publicados na *Revista de História* dois artigos relativos à História de Arte, da autoria de Henrique Campos Ferreira de Lima e de Ciríaco Perez Bustamante. No primeiro, o seu actor comparece essencialmente como um bibliógrafo e coleccionador de livros que, por esta via, se interessa pelo inventário do património artístico. O seu labor erudito e o pudor em frequentar matérias que excedam o âmbito bibliográfico encontra-se plasmado no título do seu trabalho: *D. Leonor de Portugal, Filha D' el Rei D. Duarte, Imperatriz da Alemanha Notas Iconográficas*. Ferreira de Lima revela o seu escrúpulo mas também o empenho na inventariação patrimonial – seja qual for a especificidade de que se revista –, não se coibindo de demonstrar que conhece cultores de Clio dedicados a questões artísticas, empenhando-se em divulgar os respectivos estudos e outros trabalhos intelectuais. Esta divulgação denota uma vontade de tornar públicos esforços científicos levados a cabo por algumas personalidades, evidenciando-se que, se ainda falta constituir uma comunidade alargada, existem pelo menos contactos, mais ou menos informais, nesse sentido, entre as escassas personalidades envolvidas. O carácter informal dessas relações envolve intenções de formalização de um espaço público, ainda incipiente, e a dar os seus primeiros passos. Henrique Campos Ferreira de Lima dá conta destas movimentações, referindo-se ao caso concreto dos retratos de D. Leonor – pertencentes às tábuas existentes no Museu de Viena – discutido nos jornais entre 24 e 27 de Dezembro de 1919, no Diário de Notícias, por José de Figueiredo, Director do Museu Nacional de Arte Antiga e Júlio Dantas. Curiosa e significativa esta convocação da actualidade erudita e proto-científica efectuada por Ferreira de Lima. Por ela se comprova o seu interesse em promover este tipo de actividade intelectual, conjugando-se o quotidiano dos estudiosos com o produto do respectivo labor e materializando-se uma injunção entre os jornais e as revistas, matizando-se a

distinção teórica tradicional que postula o interesse quase exclusivo dos primeiros pelos *fait-divers* e a indiferença das segundas perante o dia-a-dia.

O fim da Primeira Guerra Mundial colocou a Áustria numa situação subalterna face às forças aliadas vencedoras, das quais Portugal fazia parte. José de Figueiredo reclama a ida de uma equipa de especialistas ao principal museu daquele país, de forma a trazer para o Museu de Arte Antiga três retratos, um de D. João I e dois de D. Leonor - filha de D. Duarte e irmã de D. Afonso V, que casou com o Imperador da Alemanha -, particularmente um destes, reproduzido em gravura na *Revista de História*. José de Figueiredo desconhece a autoria do retrato, mas confirma que pode ter sido realizado por alguém da Escola Flamenga, discípulo de Van Eyck. Aliás, defende na carta publicada no Diário de Notícias que o retrato de D. João I deve também juntar-se, em Lisboa, aos de D. Manuel no tríptico de Provost, e de D. Sebastião, oferecido pelo Conde de Penha Longa. O de D. Duarte também estava em falta.

No dia 27 de Dezembro, Júlio Dantas evidencia as mesmas preocupações patrimoniais de José de Figueiredo e esclarece-o num ponto; o pintor do retrato de D. Leonor, de quem não sabe o nome, estivera em Lisboa com o marido desta e uma delegação governamental, da qual faziam parte o cónego Riederer e o barão Von Volckerstorff. Dantas acrescenta outras informações sobre retratos de D. Leonor. Refere a existência de seis, dois deles anteriores ao casamento, nos quais a infanta usa duas medalhas diferentes, num enverga um lírio, no outra uma rosa. Henrique Campos Ferreira de Lima reservou o início do seu artigo á reprodução de textos de jornal, dado que reconheceria, implicitamente, que tudo o que pudesse dizer sobre o mesmo assunto deveria ser colocado sob a égide protectora de autoridades em História de Arte, com as quais aprendera. O colaborador da *Revista de História* não se esquece de fazer justiça, em nota de pé de página, a Joaquim de Vasconcelos que, segundo ele foi o primeiro a referir-se à existência, no Museu de Viena, dos retratos de D. João I e de D. Leonor: «O erudito critico d'arte Sr. Joaquim de Vasconcelos foi quem, pela primeira vez, deu notícia d'estes tres quadros a pag. 151 do seu livro *Albrecht Durer e a sua influencia na Península(...)* – Porto, 1887»⁷³⁰.

O destaque conferido a esta passagem justifica-se por ser a primeira, no âmbito dos artigos dedicados à História de Arte, na qual avulta como figura tutelar Joaquim de Vasconcelos, ao qual nenhum dos artigos do periódico consagrou um texto específico, erigindo-o como assunto principal de um putativo trabalho. No entanto, conforme reconhece Nuno Rolo ao citar José Augusto França: «Todos os autores que têm

⁷³⁰ Henrique Campos Ferreira de Lima – *D. Leonor de Portugal, Filha D'el Rei D. Duarte, Imperatriz da Alemanha Notas Iconográficas In Revista de História*, vol. 10, n.º 38. Lisboa: Clássica Editora, 1921, p. 144.

escrito sobre Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) são unânimes em considerá-lo o primeiro grande historiador de arte português. Esta especial consideração justifica-se pela metodologia e gosto que sempre manifestou e pela sua enorme erudição, fundamentada num labor incansável desde 1871 até à sua morte, em 1936. Joaquim de Vasconcelos fez em Portugal um trabalho de pesquisa e de inventário crítico absolutamente indispensável, mas que o impediu de repetir estudos como os que executou em *Albrecht Durer e a sua influência na Península Ibérica*. Nesta obra, cuja primeira edição é de 1877, Joaquim de Vasconcelos manifesta uma compreensão sociológica da arte, verificando o papel de encomendantes, de relações internacionais e de aspectos económicos e sociais. Manifestou, igualmente, sempre com determinação, um grande rigor deontológico. Este rigor, expresso com alguma agressividade, tem como objectivo um efeito psicológico sobre os estudiosos e sobre o público (...)»⁷³¹.

Depois de uma longa contextualização da erudição contemporânea sobre a retratística que escolhe os retratos de D. Leonor como tema, Ferreira de Lima expõe o seu contributo, primeiro publicado também no Diário de Notícias, alicerçado na sua experiência de bibliófilo e coleccionador de Livros: «Possuindo, na nossa modesta livraria, umas paginas (1 a 16) pertencentes ao volume XLIII de 1870, publicado, não sabemos sob que titulo, pela *Sociedade de Antiquários de Londres*, paginas que ao alto têm a indicação *Portrait of the Empress Leonor de Portugal*, d'elas extraímos diversas notas que, devido ao favor do Sr. Dr. Augusto de Castro, saíram no Diario de Notícias número 19.425 de 30 de Dezembro de 1919 (...)»⁷³².

Estas notas comportam informações sobre pinturas, esculturas, iluminuras, nas quais figura D. Leonor. Trata-se da referência: a uma tábua atribuída a Justus de Gand; uma gravura em metal existente na Royal Library, de Widsor; uma estátua de Bronze no monumento sepulcral em honra de Maximiliano I; Um esboço executado por Rafael existente na casa de Baldeschi em Perugia; Uma gravura de madeira, da autoria de Hans Bergkmaier; um retrato a óleo, alegadamente realizado por Solário, patente na Galeria Real de Dresden e uma iluminura da autoria de Simão Beninc, ao que tudo indica a partir de desenho de António de Holanda⁷³³. Segundo a mesma lógica de inventariação de património artístico a partir de referências bibliográficas Ferreira de Lima enumera mais oito presenças de D. Leonor em objectos artísticos.

O colaborador da *Revista de História* procede à inventariação de estudos biográficos genéricos, de interesse histórico, sobre D. Leonor, efectuados por

⁷³¹ N. Rosmaninho Rolo – *A historiografia artística portuguesa...*, p. 4.

⁷³² Henrique Campos Ferreira de Lima – ..., p. 146.

⁷³³ Cfr. *Ibid.*, p. 147.

contemporâneos seus como o Visconde de Faria, Sousa Viterbo ou Joaquim de Araújo. Nota-se que os elementos iconográficos são trabalhados como fontes bibliográficas, através das quais avultam a personalidade e o contexto histórico da filha de D. Duarte. O trabalho do colaborador da *Revista de História* não disserta sobre o belo, absoluto ou relativo, como categoria estética, nem se detém sobre a crítica de arte como género. Interessa-se sobretudo pela crítica histórico-documental, dedicando-se ao inventário de espécies patrimoniais que possam ser estudadas menos em função da sua historicidade do que como instrumentos ao serviço do conhecimento da personalidade histórica de D. Leonor ou dos meios nos quais viveu. Ferreira de Lima refere-se a retratos, pinturas e esculturas, sem estabelecer hierarquias explícitas entre elas, mas nota-se predilecção pela retratística, que facilmente encontra paralelo com a afeição do autor pelo género biográfico.

Sublinhe-se a existência de estudos de Ferreira de Lima, na *Revista de História*, de índole biobibliográfica sobre Almeida Garrett. O colaborador do periódico, ao juntar-se às vozes que pretendem o traslado para Portugal das tábuas de Viena, demonstra preocupação com o resgate, a salvaguarda e a afirmação da identidade nacional, expressando essa necessidade através de um apelo que consubstancia parte da motivação subjacente a este artigo e integra um desejo: «Oxalá estas simples notas iconograficas despertem em alguém a ideia de fazer um trabalho identico áquelle *Manuel* que citámos, aonde se indiquem os retratos de personagens portuguesas existentes em Portugal e fóra de Portugal A este proposito copiarêmos as palavras de um artigo de apreciação do Dr. Sousa Viterbo ao trabalho de Joaquim de Araújo: *A Infanta D. Maria filha d'el rei D.Manuel I de Portugal*. - Génova, 1909, artigo que veio publicado no nr. 15.873 do Diario de Notícias de 27-01 de 1910: «Quanto seria para estimar que alguém mettesse hombros á laboriosíssima empresa de inventariar os retratos de personagens portuguezas, existentes no nosso paiz e no estrangeiro. Este trabalho beneditino talvez o não pudesse realizar um só homem, mas um grupo de indefesos investigadores, que se auxiliassem mutuamente, repartindo entre si, e por especialidades, a gloriosa mas ardua tarefa»⁷³⁴.

No texto de Ferreira de Lima em análise, a vertente de inventariação patrimonial presente em Joaquim de Vasconcelos é retomada, deixando-se de lado a perspectiva interpretativa que a obra sobre *Influência de Albrecht Durer na Península Ibérica* alberga e incorpora. O texto de Ferreira de Lima apresenta uma inventariação erudita de património, mais exaustiva e menos turístico – cultural do que a evidenciada por José de Queiroz, eximindo-se a um relato onde avulte, de forma impressionista, a vertente *antiquária do seu labor*, bem patente no artigo de Eduardo Burnay.

⁷³⁴ Henrique Campos Ferreira de Lima- *Ibid...*p.150.

Ainda em 1921, o espanhol Ciriaco Perez Bustamante aprofunda a vertente biográfica, tão ao gosto de Ferreira de Lima, e centra-se na vida do pintor madrileno seiscentista, *Cláudio Coello, Algumas Novidades Biográficas*. Por paradoxal que possa parecer, o conjunto de novidades apresentadas aponta para o facto do pintor referido ser espanhol, ao contrário do que defendia José Figueiredo. Mas, a tese de Bustamante não corta radicalmente com o postulado propugnado pelo crítico português, nem contraria a aproximação a Portugal e à respectiva identidade, dado que Coello tinha ascendentes nascidos na parte mais ocidental da Península Ibérica. Perez Bustamante consultou fontes primárias, como o registo de baptismo ou o testamento do pintor espanhol, publicando-os em anexo à sua narrativa baseada numa diacronia sumária do percurso de Coello, nascido entre 1630-1635 e falecido a 22 de Abril de 1693. Pelo meio, o biografado casou duas vezes, conforme se demonstra nos registos de matrimónio também transcritos. Note-se que o trajecto intelectual do artista madrileno, as influências que sofreu, os motivos e técnicas de natureza pictórica que elegeram são silenciados, em favor de um *biografismo de base biologista*. Por outro lado, a descrição de momentos-chave de um percurso de vida, para além de obliterar referências à obra de Coello, exime-se a interpretações ou juízos de valor, procurando a objetividade de factos e acontecimentos, através da publicação documental⁷³⁵.

Em 1922, o padre Santos Farinha publica na *Revista de História* um artigo sobre outro monumento e edifício em risco de não se conservar e de sofrer o desgaste do tempo, sem que as autoridades públicas tomem medidas de valorização e divulgação do património. É esse o desígnio do colaborador do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo no seu longo trabalho, de mais de cem páginas, que se dedica à História do Património mais do que às respectivas implicações artísticas, quase totalmente obliteradas. O trabalho começa por uma espécie de manifesto abreviado, no qual se revelam as motivações e intenções do erudito que o escreve: «Ao traçar este despretensioso estudo, não quero frustrar as esperanças dos que buscam a exacção nas descrições e rigor nos relatos históricos; por isso, começarei por afirmar que, por muito que rebuscasse, como de facto rebusquei, não logrei encontrar dados seguros que abonem com precisão as origens primitivas do Palacio de Palhavã. Esta obscuridade resulta do enorme erro cometido por aqueles destruidores dos vestígios das eras passadas para quem essas reliquias são ninharias desvaliosas. Raros, muito raros monumentos, tem sido poupados por esses ignorantes que, na sua inconsciente phobia, truncam impiedosamente chronicas interessantissimas da História Nacional.

⁷³⁵ Cfr. Ciriaco Perez Bustamante – Cláudio Coello, algunas novedades biográficas. In *Revista de História*, vol. 10, n.º 40. Lisboa: Clássica Editora, 1921, pp. 291-297.

Lapides sepulcraes, torres vetustas, antiquissimos castellos, templos e ediculos de eras remotas, tantas vezes padrões, considerando a prestancia de heroes gloriosos e a valia de alevantados feitos tudo tem sido destruido pelos varões piedosos da craveira d'aquelle Bento de Montalegre, descripto pelo Camillo, e pelos edís de igual illustração, promptos para fazerem desapparecer preciosas joias do nosso patrimonio archeologico (...). Assim como nestes ultimos setenta anos desappareceram em Portugal valiosos monumentos e tantas das velhas honras e torres patricias foram sacrificadas á ignorancia dos seus proprietarios, que as substituiram por modernas construções, sem gosto nem arte, tambem outr`ora se procedia da mesma sorte, sumindo-se por completo todos os vestigios das antigas construções (...). Ainda mal que assim se proceda. A tal se deve não se poderem averiguar as origens do Palacio de Palhavão»⁷³⁶.

Sublinhe-se o apelo ao retorno a uma espiritualidade ancestral por parte do padre católico colaborador da *Revista de História*, que, no andamento seguinte, destacou breves biografias dos meninos de Palhavã, filhos bastardos de D. João V, o mais notável dos quais, Gaspar de Bragança, posteriormente Arcebispo de Braga, recebeu a afeição do articulista. Este não esqueceu os tempos do Terramoto de Lisboa e a hostilidade – contra a qual se colocou – de D. José e do Marquês de Pombal para com os referidos meninos.

Quando D. João VI se retirou para o Brasil, os Infantes morreram e o palácio ficou arruinado. Santos Farinha revela um espírito anti-liberal ao descrever os efeitos nefastos da Convenção de Évora-Monte sobre o monumento, cujos últimos tempos, descritos em capítulo autónomo, foram de penúria e degradação. Os Palhavã de oitocentos eram nobres, sem dinheiro. O palácio, arruinado, passou a ser de estranhos. Os últimos proprietários portugueses foram os Condes de Azambuja, que compraram o monumento aos Condes de Lumiares. Segundo Farinha, deveu-se ao terceiro Conde uma revitalização do edifício – não pormenorizada –, que impediu o respectivo desaparecimento. O palácio foi depois vendido a espanhóis, cuja legação aí se instalou em 29 de Janeiro de 1919. O patriotismo de Santos Farinha, herdeiro do espírito da Restauração da Independência de Portugal, saúda as relações fraternas entre o país e Espanha na sua época: «Singulares caprichos da sorte! Naquelles salões onde se acompanharam com tanta solicitude as diversas phases das Campanhas da Restauração; ali por onde passaram, vindos do campo de Batalha, os egregios e valentissimos defensores da Independência de Portugal, oito seculos volvidos, habita o representante em Portugal de Sua Magestade Catholica. (...) E aqui

⁷³⁶ Manuel Santos Farinha – O Palácio de Palhavã. In *Revista de História*, vol. 11, n.º 43. Lisboa: Clássica Editora, 1922, p. 162.

se encerra a parlenda; mas para que de todo este despretencioso arrasoado fique ao leitor agradável impressão, vá de fechá-lo com chave de ouro; rebuscando em sentidos versos, que do passado são brilhante evocação, o mais sugestivo epílogo que, se justifica o intento que presidiu a este empreendimento, também me serve para sagrar a minha saudade pelo honradíssimo e colendíssimo mestre de todos nós, os que nos consagramos ao estudo de velharias – o saudoso Visconde de Castilho: Ressuscitar as memórias/das passadas gerações/e d'entre o pó das histórias/evocar todas as glórias/das antigas tradições/é serviço, é incitamento/é missão honrada e nobre»⁷³⁷.

A prática historiográfica de Santos Farinha pretende honrar uma tradição e servi-la, apoiando-se, contudo, na diacronia dos factos encontrados em manuscritos. Daí que resulte natural a transcrição de poemas de um homem devotado, como amador, à Genealogia – área de saber tratada com rigor, que percorre todo o trabalho do colaborador da *Revista de História* –, sendo compreensível a dedicatória do artigo à memória do Marquês da Foz, incansável e abalizado propugnador da arte em Portugal⁷³⁸.

Corria o ano de 1923 quando o diplomata Luís Teixeira de Sampayo, depois de ter-se debruçado sobre um assunto de História patrimonial local – estudando os *Chavões* –, resolveu lançar mão da sua experiência a uma escala europeia, consubstanciada no estabelecimento de relações internacionais com outros países, e deu à estampa um artigo de diplomacia cultural, através do qual aproxima o seu país da Suíça coeva. O pretexto para esse estreitamento de laços é a existência de peças de arte provenientes do extremo mais ocidental da Península Ibérica em solo helvético, mais concretamente na Cartuxa de Santa Margarida. Aquilo que Teixeira de Sampayo descreve resulta de uma observação participante, não assumida nestes termos, mas perceptível através da leitura do artigo que denota que o autor viu aquilo que enumera, nomeadamente um vitral da referida Igreja onde se encontra representado Luís Amaral, que em 1435 esteve em Basileia e tomou posições a favor do anti-papa, contra Eugénio IV, e morreu sem ser totalmente perdoado pela ortodoxia católica, situação que obrigou o regente D. Pedro a usar de grande cuidado, traduzido em tacto e sensibilidade diplomáticos para com a Cúria Romana. O colaborador da *Revista de História* transmite todas as informações biográficas citadas sobre Luís Amaral por forma a contextualizar e valorizar historicamente a peça em que o clérigo aparece representado. Existe, na quinta janela do edifício religioso referido, um outro vitral onde figura D. Isabel, filha de D. João I. Este vestígio conduziu Teixeira de

⁷³⁷ *Ibid.*, p. 225.

⁷³⁸ *Ibid.*, p. 161.

Sampayo a cruzá-lo e compará-lo com um outro, também relativo à mesma personalidade histórica e igualmente patente na cidade de Basileia. Trata-se de uma peça escultórica, de bronze, mandada fazer por D. Isabel para honrar a memória dos seus pais, mormente de D. João I. A propósito desta obra o autor entrou em contacto com o conde de Sabugosa, que se lhe referira num estudo anterior, mas também com especialistas suíços (Stuckelberg e Burckardt) que lhe deram esclarecimentos tomados como relevantes.

O texto de Teixeira de Sampayo termina com uma observação de teor nacionalista, através da qual se destaca a presença da arte portadora de motivos portugueses em Basileia e, presumivelmente, por toda a Europa: «(...) Mas estas recordações de nomes e das Quinas de Portugal, inesperadamente encontradas em Basileia, são também uma indicação de carácter mais generico, inculcam quantas lembranças portuguesas existirão por todos esses museus da Europa. É um filão ainda pouco explorado»⁷³⁹.

O cultor de Clio não tinha deixado, anteriormente, de exhibir preocupações pedagógicas associadas à promoção e divulgação da arte e cultura referentes a portugueses existentes no estrangeiro, ao publicar uma reprodução da placa de bronze na qual D. Isabel se encontra representada. Acresce um pormenor curioso; após a assinatura de Teixeira de Sampayo e depois deste ter fechado o seu texto, comparece uma espécie de *post-scriptum* na qual o autor dá conta de novas descobertas de vestígios da presença artística de motivos portugueses em Paris, Bruxelas, Gand, acerca das quais o cultor de clio foi informado, e que parecem respostas às suas suspeitas e exortações sobre a disseminação portuguesa na Europa.

A derradeira contribuição relativa à História de Arte na secção de artigos da *Revista de História*, publicada ainda em 1923, é da autoria do aristocrata Ernesto de Campos de Andrada, e pretende historiar *O Palácio dos Marquizes de Fronteira e os Seus Manuscritos*. Começa o texto por rastrear a bibliografia mais antiga sobre o monumento, denotando preocupação erudita. As referências mais remotas encontram-se num livro de um cavaleiro da Ordem de Christo, Alexis Collotes de Jentillet. O Marquês de Ávila e Bolama e Gabriel Pereira, ambos já no século XX, também trataram o assunto. Em seguida, Campos de Andrade ocupa-se de genealogia breve e sumária dos proprietários do edifício. Destaca a ausência de bibliofilia no sétimo Marquês de Fronteira e destaca a amizade que tinha com a filha deste, sexta

⁷³⁹ Luís Teixeira de Sampaio – *Recordações portuguesas em Basileia*, In *Revista de História*, volume 11, número 45, Lisboa: Clássica Editora, p.27.

Marquesa de Alorna e respectiva família: «Esta virtuosa senhora, a quem tive a honra de conhecer pessoalmente, pois eram antigas as relações entre a minha e a sua ilustre família, vivia quase exclusivamente entregue às suas obras de devoção e caridade, lendo e escrevendo com dificuldade pela doença de olhos de que sofria»⁷⁴⁰.

Apesar da proximidade do colaborador da *Revista de História* com a família proprietária do Palácio, e de aquele ter feito deste uma observação enquanto testemunha directa - tal como acontecera com José de Queiroz no Mosteiro de S. Vicente, nunca o tom utilizado no seu texto é retórico, enfático, nem concita qualquer panegírico.

O objectivo principal do trabalho realizado é divulgar a Biblioteca que o Palácio possui, dela apresentando muito extensa relação. Por outro lado, interessa a Campos de Andrade circunscrever as origens do monumento. Aponta 1670/71 como datas prováveis da edificação e acrescenta que apenas Gabriel Pereira as menciona, mas aquele afasta a hipótese de o terreno ter então servido como pavilhão de caça, embora possam ter decorrido caçadas na coutada. A descrição que os outros bibliógrafos que estudam o palácio fazem deste enquanto peça arquitectónica quase se limitam ao exterior deste, contemplando o jardim, o lago, ou as galerias dos Reis. Campos de Andrade inverte esta tendência, e fala dos bustos de antepassados presentes na sala interior principal, os mais remotos no tecto, e os mais recentes na parede central. No entanto, não se detém sobre os respectivos autores nem considera as técnicas artísticas ou os estilos utilizados. O interesse pela autonomia da questão artística é nulo, surgindo esta apenas sob uma perspectiva patrimonial mais vasta, subalternizada face à genealogia dos proprietários do palácio, cujo brasão é apresentado na primeira página do artigo (mas não comentado), e secundarizada em relação ao inventário dos manuscritos do primeiro Marquez de Fronteira e das existências da biblioteca existente no edifício.

Todavia, Campos de Andrade não analisa criticamente a documentação, limitando-se a publicá-la, agindo mais como bibliófilo do que enquanto historiador. Aliás, patenteia uma erudição de cunho patrimonialista, interessado em promover a identidade nacional, vinculando-a à aristocracia Portuguesa. Nessa medida, o seu estudo, tanto no plano metodológico quanto ao nível da defesa da nação, segue uma tendência patente na maioria dos artigos relativos à História de Arte publicados no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, deixando de parte a análise acerca do belo como categoria artística, absoluta ou relativa, e obliterando a consideração de artistas - com uma única excepção - e das obras de arte enquanto objectos

⁷⁴⁰ Ernesto Campos de Andrada - O Palácio dos Marquizes de Fronteira e Alorna e os seus manuscritos. In *Revista de História*, vol. 12, n.º 48. Lisboa. Clássica Editora, 1923, p. 243.

autónomos. Outro dos campos disciplinares revelam a sensibilidade humana é a História Eclesiástica e das Religiões.

6.4. História Eclesiástica e das Religiões

Na abordagem da História e Historiografia das Religiões convém ter em conta o aparecimento e evolução deste domínio de estudos no âmbito da ciência de Clio, de modo a precisar os respectivos objectos, métodos, teorias e linhas temáticas. Sérgio Campos Matos coloca uma questão semelhante e ensaia uma tentativa de resposta: «Será pertinente considerar-se uma Historiografia religiosa como campo separado, com as suas fontes específicas, as suas temáticas e problemas próprios? Naturalmente que sim, se atendermos à matéria específica em que incide. Já no século XIX, a par de uma larga tendência no sentido das Histórias gerais da nação, tendiam a definir-se territórios específicos, ainda que não necessariamente isolados (como por vezes sucedeu): a História militar, a História de arte, a História da literatura, a História institucional, a História religiosa, etc. Pelos finais da centúria, o alargamento cronológico e temático da História, impôs uma abertura a outras ciências (Arqueologia, Etnologia, Filologia, Geografia) e a uma diversidade de direcções de pesquisa que depressa tornou insuficiente a tradicional crónica de sucessos, centrada na figura dos altos dignitários da Igreja, à escala local, nacional ou mesmo internacional. Herdada do Antigo Regime, esta Historiografia que se limitava a fixar uma memória dos eclesiásticos, seculares ou regulares, ou ainda das circunscrições em que o território se encontrava dividido, continuaria, todavia, a escrever-se nos séculos XIX e XX»⁷⁴¹.

Note-se, desde logo, uma preocupação deste autor em distinguir autonomia de isolamento disciplinar, inscrevendo a *História Religiosa* num movimento mais amplo, partilhado por outros domínios, sem esquecer a relação do campo mais vasto a que todos pertencem, o da Ciência de Clio, com outras áreas do saber ligadas às ciências Sociais e Humanas. Este contexto disciplinar e científico articulou-se na realidade do século XIX, situação que não impediu tentativas mais ou menos circunscritas a esforços individuais e singulares de praticar uma Historiografia tradicional, assente na inventariação e descrição de memórias e dos percursos de grandes homens da igreja ou dos respectivos sucessos, amiúde preñes de incidências políticas e de interferências do poder espiritual no temporal e vice-versa, sendo que a linha divisória entre poderes foi sempre ténue, gerando ambiguidades e interpolações difíceis de circunscrever, sobretudo no Antigo Regime. Por outro lado, a abordagem tradicional sobreviveu durante os dois séculos proeminentes na certificação científica, o XIX e XX.

⁷⁴¹ Sérgio Campos de Matos – *Historiografia e memória nacional do Portugal do século XIX: 1846-1898*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 368.

Torna-se imperativo um estudo que tenha em conta a evolução da História e Historiografia das Religiões antes da época contemporânea e durante o seu decurso, de modo a perceber rupturas, continuidades, avanços, recuos, conciliações e continuidades, fazendo um paralelo com o Contexto Europeu. Na *Revista de História* verificar-se-á até que ponto é assumida uma herança historiográfica tradicional, percebendo-se de que modo aquela se compagina com novas temáticas, problemáticas, metodologias, materializando-se o balanço entre uma perspectiva interna das religiões, ainda arredia à cientificidade – baseada nas crenças, nos valores e na experiência religiosa dos intelectuais – e uma perspectiva externa, centrada num *agnosticismo metodológico*, caracterizado pela procura da objectividade e da imparcialidade científicas e alicerçado na compreensão da religião como um fenómeno público, ocorrido em espaços e tempos próprios, envolvendo as Sociedades e os seus grupos sócio-culturais. No início do século XX em Portugal, no dealbar da Primeira República, assistiu-se à consolidação de uma progressiva secularização da sociedade: os bens da Igreja foram confiscados, os seus membros perseguidos, mormente os jesuítas, procedeu-se à separação do Estado e da Igreja, deixando esta de ter o monopólio da Educação.

A nacionalização das bibliotecas das Ordens Religiosas teve forte oposição por parte de destacados membros do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo, que fizeram publicar, em nome da Revista e da Sociedade que lhe dera origem, um manifesto encabeçado por Pedro de Azevedo e dado à estampa na Secção de Factos e Notas da Publicação, no qual se verbera, sem meias palavras e veementemente, a alienação de património histórico importante. Este clima de antagonismo entre pessoas e grupos de interesse demonstra que a secularização, oficialmente defendida pelos organismos públicos, e alegadamente maioritária em núcleos urbanos desenvolvidos, encontra nestes oposição por parte de alguns intelectuais, que vão de encontro ao sentimento supostamente dominante noutras regiões portuguesas. Todavia, estas realidades são difíceis de medir ou apurar. A situação complica-se, mas torna-se mais aliciante, se tivermos em conta duas das diversas concepções de secularização; uma primeira em que esta comparece como cúmplice e quase sinónima do desaparecimento da religião, e uma segunda que não implica essa supressão, antes pelo contrário.

A *Revista de História* reage ao enfraquecimento oficial, matricial e institucional da Religião, compaginável com a manutenção das estruturas e vertentes simbólicas do sentimento religioso. Conforme nota Steffen Dix, fazendo diagnóstico para a actualidade, mas que julgamos parcialmente transponível para os começos do século XX, com os devidos e necessários ajustamentos: «Muitas vezes somos confrontados

coma convicção a partir da qual uma religião apenas pode ser entendida correctamente pelos crentes da mesma, ou seja encarada de uma *perspectiva interior*. Esta posição pode ser legítima como concepção teológica, ou *perspectiva confessional*, mas tem curiosamente a potência virtual de impedir ou atrapalhar numa sociedade plural a discussão pública sobre assuntos religiosos. Desta forma, torna-se problemático que um crente tenha muitas vezes convicções empiricamente incompreensíveis para alguém que não partilha a mesma fé. Ou seja, estas convicções contêm elementos que não podem ser abrangidos cientificamente»⁷⁴².

Num momento de acelerada secularização da sociedade, após 1910, o estudo científico das religiões era, bastas vezes, inseparável da pertença a uma, com tudo o que isso possa implicar, mormente a atribuição de clara prevalência de uma abordagem baseada na História Eclesiástica, portadora de cariz institucional e político, ao nível temático e ideológico. Ainda não se havia estabelecido uma clivagem mais nítida entre as perspectivas interior e externa na abordagem das religiões. A situação era complexa, dado que, à superfície, prevalecia a codificação inerente a uma procura da cientificidade, de modo a esconder ou ocultar convicções ou crenças que, longe de serem obliteradas, prevaleciam no substrato das investidas intelectuais. Fortunato de Almeida, por exemplo, estudou, nas páginas da *Revista de História*, a condenação de Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra, no tempo de Pombal. Recorreu a fontes da época, procurou reconstruir o fio dos acontecimentos narrativamente. Este aparato científico serviu a Fortunato de Almeida defender o ultramontanismo contra o regalismo Pombalino, cujo espírito se terá, alegadamente, prolongado no jacobinismo Republicano.

Na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo nota-se um maior frentismo nos primeiros anos, tendência que se vai atenuando e conciliando com a abertura a expressões religiosas diferentes do catolicismo oficial. Exemplo disso, a colaboração do protestante Eduardo Moreira, que contribui para dar a conhecer a sua religião, de um modo que pretende respeitar a respectiva historicidade, e apresentá-la de forma científica, suficientemente distanciada e instrumentalmente imparcial. Diga-se que, mesmo entre os católicos, existiam aqueles que não alinhavam pelo ultramontansimo e eram reformistas moderados.

Veremos como se distribuíram uns e outros na *Revista de História*, percebendo o peso relativo de todos na construção e afirmação dos discursos historiográficos na Europa e no Brasil. Relembre-se que: «O longo processo que envolveu a configuração de uma História das religiões como disciplina específica, dotado de objecto e

⁷⁴² Steffen Dix – *O que significa o estudo das religiões: uma perspectiva monolítica ou interdisciplinar? Working Papers*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007, p. 4.

metodologia próprios, pode ser analisado a partir de discussões que, ao longo do século XIX e início do XX, aprofundaram as relações entre a defesa do carácter racionalista do homem ocidental e a persistência de formas de expressão ainda classificadas de religiosas. Resultado de um contexto de progressiva dessacralização, iniciado no século XVI com a definitiva ruptura da unidade cristã na Europa Moderna, este percurso conheceria ainda, nos séculos XVII e XVIII, uma poderosa resistência por parte da Igreja católica que, reactualizando a oposição entre religião e magia, instaurava uma polarização da qual seriam herdeiros os pensadores que, no século seguinte, se debruçariam sobre o fenómeno religioso. Mas se ao iluminismo coube uma certa apologia de uma religião natural (*religio naturalis*), já que pela razão era possível o conhecimento de Deus e da sua Criação, pode indagar-se se no fundo desta assertiva não estaria a ideia de que existiria um sentimento religioso profundamente arreigado na chamada “natureza Humana”. Por outro lado, tal perspectiva dirigia a observação para um terreno pouco propício a uma abordagem que levasse em conta a ideia de uma História das religiões e, sobretudo, as diferentes formas de expressão desse “sentimento natural”, há muito registadas por Viajantes europeus em lugares habitados por povos considerados primitivos e exóticos (...) Estruturando-se como disciplina ainda na primeira metade do século XIX, a etnologia dedicou-se a inventariar costumes e práticas das chamadas “sociedades naturais”, em que, na quase totalidade dos casos, a determinação religiosa parecia oferecer uma chave importante, se não fundamental, para a organização e o funcionamento destes grupos primitivos. Desde o seu nascimento, portanto, a teoria racionalista do universalismo da natureza humana enfrentou inúmeras dificuldades»⁷⁴³.

Saliente-se que, na *Revista de História* pratica-se um racionalismo não universalista, portador de um cariz humanista e historicista. Todavia, exhibe-se um nítido etnocentrismo, dado que os trabalhos de natureza etnográfica, que privilegiem territórios como o Brasil, são preteridos, dando prova de que questões de sensibilidade, ligadas a práticas antropológicas de fundo mágico ou a religiosidade de proveniência africana como o Kandomblé e encontram-se ausentes, conferindo-se primazia a Religiões sobre religiosidades e, dentro daquelas, à estrutura das instituições ou aos homens ilustres submetidos a essa estrutura. Este quadro é curioso e significativo, uma vez que, na publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo existem vários artigos dedicados ao Brasil na sua vertente política e económica. Quanto à religião, impôs-se um profundo silêncio, talvez devido ao facto de, nessa matéria, ser mais difícil exhibir dependência, dado que as diferenças culturais entre zonas

⁷⁴³ Jacqueline Hermann – História das religiões e das religiosidades. In: *Ciro Flammarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (dir.) – Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 330-331.

geográficas eram grandes desde o Antigo Regime. O estudo historiográfico baseado na recolha, selecção, classificação de documentos provenientes de várias épocas históricas teve como primeiros representantes de uma pesquisa sistemática – da qual os séculos XIX e XX se tornaram o corolário – nove eclesiásticos da Academia Portuguesa de História, fundada por D. João V em 1720. O contributo dos eruditos citados dirigiu-se para a construção de uma História Eclesiástica de Portugal. Eis um exemplo que permite situar a origem de um processo que a *Revista de História* prolonga e replica, segundo o qual a História da Igreja (neste caso a Católica) se sobrepõe a uma perspectiva mais ampla, em extensão e profundidade temáticas, própria da História das Religiões.

Acontece que o projecto anteriormente referido e gizado pelos académicos mencionados não conseguiu cumprir o seu objectivo fundamental, mas permitiu congregar instrumentos e informações para a biografia de eclesiásticos ilustres, disponibilizando elementos para as Histórias da Inquisição e das Ordens Militares. Em 1759 foi publicada, em quatro volumes a *Historiae Eclesiasticae Lusitaniae* do cônego Crúzio D. Tomas da Encarnação, que veio a ser bispo de Pernambuco. Esta obra abrange os primeiros catorze séculos da era cristã e recolhe influências directas da Academia Pontifícia Litúrgica, sediada no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra desde 1747, local onde o autor referido dava aulas.

O artigo ante-citado de Fortunato de Almeida abre, significativamente, o espaço dedicado à História eclesiástica e das religiões na *Revista de História*, marcando, de algum modo, o teor mais do que o tom de algumas das intervenções seguintes de outros historiadores, exceptuando talvez aquela, de sua lavra, dedicada ao Concílio de Trento, seguidora da crítica de fontes primárias no plano metodológico, mas igualmente percorrida por uma clara crença degenerada em ideologia religiosa. Convém notar que apenas o cristianismo ocupa lugar nos artigos que são recenseados em seguida, na sua esmagadora maioria centrados num período específico da História da Humanidade, a época moderna, ocorrida entre os séculos XVI e XVIII. Esta prevalência talvez possa explicar-se através do recurso a acontecimentos de teor histórico. Em quinhentos e seiscentos assistiu-se às diversas reformas protestantes e à resposta católica, através da Contra-Reforma, conceito muito discutido pela Historiografia actual. Em 1789 deu-se a Revolução Francesa, que, nas suas diversas fases, pôs em prática um projecto de secularização e laicização da Sociedade. Contrário a este espírito revolucionário, Fortunato de Almeida escreve sobre D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra. Trata-se de uma abordagem que cruza a Biografia com a História dos Poderes, numa perspectiva institucional. No plano metodológico, o autor segue princípios de Historiografia Erudita, de cariz metódico.

Todavia, objectividade, imparcialidade, e neutralidade não são, necessariamente sinónimas. Do ponto de vista ideológico, Fortunato de Almeida era católico, nacionalista, porventura seguidor de uma linha de conduta ultramontana. As fontes são por ele utilizadas como elementos de prova científica e ideológica, servindo a defesa de uma causa com implicações morais e éticas, em nome das quais o autor não se furta a uma polémica. Comporta-se como *advogado de defesa* de uma das partes. Estamos perante um exemplo de Historiografia militante, no qual a História é encarada em dupla vertente, cujos campos são complementares: a História como tribunal e mestra da vida. No que respeita ao título escolhido para o seu texto, Fortunato de Almeida limita-se a enunciar um nome - o de Miguel da Anunciação - e um título, de Bispo de Coimbra.

Apoiante da igreja católica, o colaborador da *Revista de História* resguardou a contundência para o texto do artigo, e o título escolhido, mais discreto, prepara condições para o que se lhe segue, ocultando-o. Trata-se de um desvio estratégico, de modo a ampliar margem para polémica no texto.

Por outro lado, o título do artigo confirma a apetência do autor pela História Institucional, e também nessa perspectiva é relevante, constituindo indicador relativo à metodologia a utilizar. Convém perceber de que modo são encarados a secularização e o anticlericalismo no artigo.

Trata-se de dois termos que exprimem teorias e realidades diversas, se bem que possam ter, em certos casos, pontos de contacto. Proceder à diferenciação não é artifício estéril, de natureza linguística ou filosófica.

No entender de António Matos Ferreira: «Enquanto conceito geral, a secularização designa um processo civilizacional de longa duração que caracteriza, em grande medida, as sociedades ocidentais no que respeita à percepção da realidade e ao lugar nesta da religião. Normalmente esta expressão pretende descrever formas de reestruturação dos universos religiosos como processos que retiram o controlo social à mediação eclesiástica e, em determinadas circunstâncias, ao próprio religioso (...). A secularização processa-se na longa passagem da legitimação da confessionalidade socio-política para uma sociedade se encontra em concorrência com outros princípios e com outras fontes de legitimação das práticas individuais e sociais, e por conseguinte, de enquadramento sócio-cultural. Esta reformulação exprimiu-se, e exprime-se, muitas vezes, em termos de crise, de luta e de conflito, mas também em termos de reforma, de revolução, de renovação, de restauração ou de regeneração. No entanto, nos vários processos de secularização, nem a religião desaparece, nem tão pouco as suas mediações; o que ocorre é, nesse deslocamento, uma recomposição da sua função e das suas manifestações. (...) Por

isto mesmo, a secularização não pressupõe nem o desaparecimento nem o acantonamento da religião (...)»⁷⁴⁴.

O processo, que descrevemos na sua vertente teórica, detém os aspectos genéricos e invariáveis expostos. São importantes, na medida em que nos permitem confronto com situações e processos histórico-culturais concretos. O texto de Fortunato de Almeida reage à secularização, através do exemplo, em sentido contrário, da vida de Miguel de Anunciação e da exposição das suas vicissitudes, num plano factual, metodologicamente objectivo, relacionado com a defesa de um modo de vida próximo do sagrado, materializado na construção de um perfil biográfico com matriz sócio-cultural vincada. O tom do colaborador da *Revista de História* é modelado pelo equilíbrio, derivado da apresentação em diacronia de um trajecto pessoal. Por outro lado, a descrição do processo movido pelo Santo Ofício a Miguel de Anunciação requer mudança acentuada de registo. A narrativa de teor construtivo é preterida em função da contraposição que passa, em primeira instância, pela desmontagem do que se pretende contrariar, no caso o processo inquisitorial movido a D. Miguel da Anunciação, entendido como perseguição.

A questão narrativa será tratada mais adiante, mas não se desliga de um modelo de tratamento dos assuntos assente numa abordagem formalmente ancorada nos princípios da polémica, certamente caros a Fortunato de Almeida, como o seu artigo demonstra.

A mudança de tom pelo autor da *História da Igreja em Portugal*, poderá estar associada à forma como são vistas as políticas pombalinas para com Anunciação, filiáveis no âmbito do anticlericalismo, embora o autor nunca utilize tal termo. Em termos genéricos, pode haver um processo de secularização sem anticlericalismo. Neste caso concreto, devido à forma como Fortunato de Almeida encara as medidas de Pombal, tal é impossível: «O anticlericalismo manifesta-se como comportamento social e cultural, como processo de crítica e contestação como (re)sentimento, inscrevendo-se no âmbito da História das mentalidades. Sendo uma designação relativamente recente pelo seu uso oitocentista, consubstancia uma atitude e uma ideologia associada por antinomia ao clericalismo, entendido este como instrumento de dominação quer em si mesmo, quer na sua ligação aos vários poderes na sociedade, nomeadamente ao do Estado. (...) O anticlericalismo não foi, nem é só consequência desta conflituosidade, traçou um caminho próprio, definiu espaços concretos e simbologias marcantes, tornou-se uma realidade específica mesmo quando não explicitado ou sustentado de forma apologética (...). O anticlericalismo

⁷⁴⁴ António Matos Ferreira, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, 1980, p. v.

apresenta como traço comum de fundo a contestação em relação à autoridade eclesiástica e à exigência de uma religião mais vivida, mais autêntica (...) e aos hábitos e os comportamentos dos clérigos, particularmente dos regulares, considerados de relaxamento e de hipocrisia. (...)»⁷⁴⁵.

A interpretação da Lei de Separação do Estado e da Igreja pode fazer-se tendo em conta renovações e permanências do catolicismo português, do qual Fortunato de almeida era representante, e as questões da secularização e anticlericalismo. Conforme sustenta Paulo Fontes: «o catolicismo português no século XX continua marcado pela persistência da restauração cristã da sociedade, finalidade que se procura conseguir alcançar através de duas vias que acabam por se complementar: resistência aos projectos de laicização da sociedade e desenvolvimento de iniciativas e propostas que visam a sua recristianização e evangelização (...). Tendo em atenção esta diversidade de aspectos, é possível identificar três grandes impulsos no catolicismo português ao longo do século que balizam outros tantos períodos da sua História. Um primeiro período é marcado por uma reacção à política laicizadora da primeira república e pelo esforço de reorganização do movimento católico, no marco da separação do estado e das igrejas (...). A instauração da República em 1910 trouxe consigo não apenas a denúncia do que fora considerado ‘uma aliança do trono e do altar, estabelecendo um novo enquadramento jurídico para a actividade da igreja católica, nomeadamente através da lei de separação do estado da igreja (em Abril de 1911), como a sua radicalização conduziu ao desenvolvimento de uma política laicizadora das principais instituições da sociedade, associada a uma propaganda ideológica vincadamente anticlerical, tanto a nível dos temas tratados como da visão histórica de Portugal proposta. Efectivamente, desde o final do século XIX que, na perspectiva da afirmação de um ideal regenerador de sociedade, o combate político conta a monarquia esteve associado a uma visão messiânica da própria república que, a vários níveis se propunha funcionar como uma espécie de concepção religiosa de substituição, assente no ideal livre-pensador que tanta importância assumiu entre as elites políticas do novo regime. Neste contexto, mais do que uma oposição directa da igreja católica ao novo regime político ou à ideia de separação enquanto tal - questão que também dividiu os católicos - a sua reacção centrou-se na política laicizadora da república e na denúncia às perseguições que foram sendo movidas a muitos dos seus membros, em particular à hierarquia episcopal e aos membros dos institutos religiosos, uma e outras resultantes da radicalização do processo político»⁷⁴⁶.

⁷⁴⁵ *Ibid.*

⁷⁴⁶ Paulo Fontes – *O catolicismo português no século XX: da separação à democracia*. In Carlos Moreira Azevedo (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 129-330.

O artigo de Fortunato de Almeida não cita a lei da Separação do Estado e da Igreja, mas opõe-se ao seu espírito e aos elementos constitutivos do seu clausulado. A defesa que faz da *jacobea* e do *sigilismo* seiscentistas acolhe, em nosso entender, princípios segundo os quais o rigor e ascetismo da vida religiosa regular deveria estender-se à secular e até à mundana. Este princípio traduz apego à filosofia contemplativa e sua aplicação ao quotidiano, ao arrepio dos pressupostos constantes na Lei de Separação sobre esta matéria. O colaborador da *Revista de História* não admitia a perda de influência do *rigorismo congregacionista*, e muito menos a asfixia e erradicação das instituições que a corporizavam.

Quanto ao ensino, também é significativa a descrição, por parte do autor da História da Igreja, da carreira de Miguel da Anunciação, dotada de fins pastorais. Mesmo sem ser prolífico em adjectivações, o autor pormenoriza o percurso de Miguel de Anunciação nesta matéria, destacando a sua relevância.

No que se refere ao divórcio e à abolição dos feriados religiosos, embora não sejam referidos por Fortunato de Almeida, teriam certamente a sua oposição, uma vez que defendia as prerrogativas de intromissão no temporal por parte do espiritual, impedindo-se a laicização.

A escolha por parte do colaborador da *Revista de História*, da oposição a Pombal como tema de artigo na conjuntura em que foi escrito é sugestiva. Permite ler o presente através do passado, como se verá quando abordarmos a dimensão temporal no texto de Fortunato de Almeida. O autor, através do exemplo implícito, parece sugerir que na base do republicanismo radical se encontra uma interpelação da origem pombalina desse movimento.

Ainda sobre a Lei de Separação do Estado da Igreja, argumenta Paulo Fontes: «(...) a chamada (questão religiosa) terá constituído, afinal, um modo de criar e manter «um estado de guerra permanente entre as forças conservadoras e o regime», ao serviço de sectores republicanos mais radicais, encabeçados por Afonso Costa que terá prometido acabar com a religião católica no espaço de duas ou três gerações⁷⁴⁷.

Se é certo, como lembrou David Ferreira, que todos os ministros aprovaram a Lei de Separação do Estado e da Igreja, foi António Costa, enquanto responsável pela pasta da justiça, quem mais directamente ligou o seu nome ao documento. Prova disso, a homenagem coeva que lhe foi prestada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em sessão pública⁷⁴⁸.

Foram impostas leis do inquilinato, da família, do divórcio, do registo civil obrigatório e da Separação do Estado da Igreja. Estas leis são de um formidável

⁷⁴⁷ *Ibid.*

⁷⁴⁸ Citada por A. H. Oliveira Marques – *Afonso Costa: o homem e a obra*. Lisboa: Arcádia, 1971, pp.135 e ss.

alcance moral e político Segue-se um excerto da homenagem a Afonso Costa: «A lei de separação do estado das igrejas é um diploma que caracteriza a obra jurídica da revolução, de que vós fostes a alma (...) em Portugal a revolução em vós encontrou o alto espírito que soube dar forma jurídica às reivindicações da liberdade e da emancipação dos espíritos. A laicização do estado é condição indispensável para que a democracia encontre a personalidade jurídica na quebra dos preconceitos (...). Este excerto, apologético e laudatório testemunha a sensibilidade de uma parte da elite culta relativamente a Afonso Costa e às primeiras medidas republicanas. A transcrição revela a reacção com implicações sociais, políticas e culturais, a um conjunto de leis»⁷⁴⁹.

Almeida representava interesses situados no pólo oposto, mas simétrico, constituindo exemplo enquadrável numa perspectiva que albergue mecanismos de recepção comunicacional. O seu texto não resulta de sessão pública, mas não deixa de poder ser, em sentido lato, intervenção que se sirva do âmbito científico para ter repercussões talvez mais alargadas.

Convém não esquecer que o colaborador da *Revista de História* pertenceu, como sócio, à Sociedade de Geografia de Lisboa, local onde ocorreu a homenagem referida. É mais do que provável que Almeida não tenha assistido à cerimónia por razões óbvias, que podem ter que ver com a sua oposição às ideias defendidas.

Os apoiantes de Afonso Costa não defendem as leis a que esteve ligado sem as englobarem no projecto político revolucionário e laicizante de que são expressão e emblemas. Há uma leitura no sentido do isomorfismo entre a República e a sua legislação.

De facto, não foi por acaso que o nome de Afonso Costa aparece centralmente envolvido na Lei da Separação do Estado e da Igreja como seu principal mentor. Esta referência é exacta e, apesar de contextualizada e matizada por David Ferreira convém não esquecer o teor da tese de 1895 de Afonso Costa e os comentários que Fortunato de Almeida lhe fizera. Aliás, urge conhecer a forma como o autor da *História da Igreja* usa o seu texto de combate ideológico a Afonso Costa no artigo que nos tem ocupado, percebendo até que ponto aquele instrumentalizou o assunto, utilizando Miguel de Anunciação, bispo de Coimbra, para coloca-lo do seu lado e da tradição católica no combate ao racionalismo republicano, de tendência alegadamente regalista e inspiração pombalina. Também interessa apurar a pertença de Fortunato de Almeida ao nacionalismo católico e, em caso afirmativo, de que modo este se repercute neste

⁷⁴⁹ Paulo Fontes – *O catolicismo português no século XX...*, pp. 129-330

artigo intitulado *Miguel de Anunciação, Bispo de Coimbra*. Este debate permitirá definir os contornos de eventual ultramontanismo.

Interessa perceber os contornos do tratamento e da adesão à *jacobeia* e ao *sigilismo*. O texto de Fortunato de Almeida insere as questões da *jacobeia* e do *sigilismo* no âmbito dos argumentos de devassa e prova utilizados aquando do processo movido pela Real Mesa Censória a D. Miguel da Anunciação. Sugere-se que por detrás da suposta perseguição do poder espiritual ao temporal, está o substrato ideológico conferido desde há 21 anos pela *jacobeia* e *sigilismo* de que era suspeito Anunciação a partir de 1747. O artigo de Almeida, dedica maior atenção ao processo de censura e ao seu enquadramento institucional do que à espiritualidade ou às crenças inerentes à fé. Estas não são anuladas, surgem em função daqueles, para ajudar a contextualizá-los e explicá-los. Fortunato de Almeida não faz História da mística *tout court* mas aborda-a em função do domínio supra-citado.

Convém, neste momento, sublinhar as palavras de Cabral de Moncada: «(...) este facto [ausência de estudos sobre mística em Portugal] é sobretudo frisante quando se trata da História da *mística ou do misticismo*, largamente estudado, este, como tema de psicologia e filosofia religiosas, principalmente depois dos trabalhos mais recentes de Max Weber, de orientação sociológica, a sua História acha-se ainda no princípio, mesmo depois dos notáveis estudos dum Bataillon e dum Bremond. Em Portugal é de justiça dizer tratar-se de terreno quase totalmente virgem, por explorar. A única *História da Igreja* de grande formato, que possuímos, obra de benemérita e paciente erudição que muito honra o seu autor, Fortunato de Almeida é inteiramente omissa neste aspecto. É História quase puramente externa, jurídica e política da religião dos portugueses»⁷⁵⁰.

O artigo de Fortunato de Almeida em análise não é, em nosso entender, inteiramente omissa em matéria de mística. Ela comparece integrada numa problemática para cuja expressão contribui. Concordamos parcialmente com Moncada quando utiliza a partícula prepositiva na última frase transcrita.

No seu estudo, Fortunato de Almeida é claro e conclusivo na referência que faz à *jacobeia* antes de se ocupar do *sigilismo*:

«Não é este o lugar para a discussão ideológica e moral das máximas da *jacobeia*; nem isso se torna necessário para que os espíritos menos versados em taes assumptos reconheçam a orthodoxia que nellas se observava, e a falta de autoridade e competência no tribunal que se encarregava de as julgar e condemnar. Assim cai por terra a acusação feita ao bispo de Coimbra em cujos papéis se encontrou um

⁷⁵⁰ Luís Cabral de Moncada – *Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII: uma página de história religiosa e política*. Coimbra: Casa do Castelo, 1952, pp.2-3.

escripto com as máximas dos jacobeus. Toda a guerra contra os jacobeus tinha por alvo a pessoa de D. Miguel da anunciação a quem declaravam cabeça e fautor da pretendida seita; por isso procuraram acabar de arruinar-lhe o crédito, atribuindo-lhe o crime de sigilista»⁷⁵¹.

Esta síntese é precedida por considerações relativamente alargadas sobre o anátema pombalino, a origem histórica e o conceito de jacobéia. Esta ordem não é inocente. Fortunato de Almeida, ao estilo polémico, começa por identificar o alvo da argumentação que se segue: «o labéu de jacobeu constituía uma das acusações formuladas no libello contra o bispo de Coimbra. Por mais ingénua e simples que fosse a origem da palavra não era não era fácil encontrar epitheto de forma tão própria a impressionar desagradavelmente: o que de certo foi de grande auxílio ao Marquês de Pombal no seu esforço em representar os jacobeus como fanáticos, que, deturpando a religião se tornavam por igual nocivos à sociedade. Ainda hoje no espírito de muitos se conserva o odioso sentido que ao termo imprimiu o dogmatismo pombalino, sem todavia lhe conhecerem a História nem a razão etymológica»⁷⁵².

Almeida apresenta aqueles que considera os motivos da acção de Pombal, radicando-os no fundo comum do desconhecimento, que pretende combater, explicando a *jacobéia*. O autor usa pressupostos que denotam intenção pedagógica e magistral com substracto moral. Desmonta argumentos, contrapondo-lhes outros, demonstrando certa tendência escolástica, no que respeita à lógica de disputa, que convém à arguição de teor polémico, não sem antes demarcar as razões pelas quais o adversário incorreu em certos procedimentos: vejamos qual foi a origem da jacobéia, elevada pelo ministro de D. José à categoria heterodoxa de seita abominável. «No Collégio da Graça, de eremitas de Santo Agostinho, em Coimbra, havia certos religiosos que, propondo-se attingir maior perfeição espiritual, se entregavam a diversos exercícios pedagógicos, sem prejuízo das obrigações da sua regra costumavam reunir-se numa escada do edifício, ordinariamente em horas de recreio e depois das refeições, para ali conferenciarem com o seu director sobre matérias espirituais. A essa escada chamaram *jacobéa*, em alusão à escada pela qual jacob vira subir e descer anjos; por isso mesmo se deu a taes religiosos o nome de jacobeu. O seu director deu-lhes certas regras particulares que se instituíram máximas da jacobéa»⁷⁵³.

Acontece que Fortunato de Almeida silencia a pormenorização de exercicios espirituais, regras ou máximas, não porque os considerasse errados – antes pelo

⁷⁵¹ Fortunato de Almeida-*D. Miguel da Anunciação*, in *Revista de História*, volume1, número1.Lisboa:Clássica Editora,p

⁷⁵² *Ibid.*

⁷⁵³ *Ibid.*

contrário – mas porque a contraposição tinha que ser sintética, para prender a atenção, e económica, de modo a centrar-se no adversário. A lógica contrapontística sobrepôs-se a qualquer ensejo digressivo ou de teor dissertativo.

A subalternização de coordenadas espacio-temporais da Jacobeia e da pormenorização e respectivos agentes históricos nos primeiros momentos do enquadramento desenvolvido por Fortunato de Almeida, submete-se aos motivos aduzidos, mas também, eventualmente, ao facto de Fortunato considerar que estes temas eram do conhecimento e domínio daqueles a quem se dirigia, dispensando-se de demora que desviasse do que considerava essencial.

Resulta apenas implícito que: «a jacobeia foi um movimento religioso gerado em Portugal nos inícios do século XVIII, e que, ao longo desta centúria ganhou adeptos em todo o país. Nasceu na ordem dos eremitas calçados de santo agostinho no colégio da graça de Coimbra. Foi seu fundador ou primordial chefe espiritual, Frei Francisco da Anunciação, natural de Portel no Alentejo. Nascido em 1669, tomou o hábito de santo agostinho no Convento da Graça em Lisboa (1685), doutorou-se na universidade de Coimbra, tendo sido professor de filosofia e de teologia no referido colégio da sua ordem, na cidade do Mondego, onde morreu em 1720. Escreveu e publicou em 1702 (com segunda edição em 1723) o livro intitulado *vindicias da virtude e escarmento dos virtuosos nos públicos castigos de hipócritas dados pelo tribunal do santo ofício*, em que apresenta os princípios orientadores e os objectivos do movimento. Em 1717 saiu uma segunda obra de sua autoria, que constitui uma resposta às críticas que já haviam principiado a circular contra o espírito da jacobeia e contra a adesão suscitada em certos meios, nomeadamente no convento das clarissas intitulou-o *consulta místico-moral sobre o hábito de certas religiosas do hábito de santa clara*⁷⁵⁴.

Vejamos o que escreve Cabral de Moncada sobre Frei Francisco da Anunciação⁷⁵⁵: «vigilante zelador da perfeição cristã, erudito, mestre de doutrinas sólidas, experimentado mestre das enfermidades do espírito que, vendo a virtude desprezada no nosso século se levantou qual outro Elias abrasado em fogo do zelo das almas. Enfim, Frei Caetano de S. José, que já não o conheceu chama-lhe o douto,

⁷⁵⁴ Zília Osório de Castro, *Jacobéia*, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Carlos de Azevedo (org.) – Dicionário de História Religiosa de Portugal. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Universidade Católica Portuguesa, 2000, p.5.

⁷⁵⁵ Luís Cabral de Moncada – *Mística e racionalismo em Portugal...*, p..

O autor pronuncia-se sobre a biografia de Frei Francisco da Anunciação: «Sabe-se também que recebeu o hábito de Santo Agostinho no convento da graça de Lisboa, em 1685, e foi mais tarde Doutor da Universidade e professor de Filosofia e Teologia, no Colégio da Graça de Coimbra, onde supomos que viveu a maior parte do tempo e morreu em 1720. Neste ponto, quanto à origem e chefia do movimento espiritual, chamado mais tarde jacobéia, parece-me absolutamente digno de crédito o que se diz, fazendo um pouco a sua História no *juízo decisivo da mesa censória*, publicado por Pombal em 1769 no processo contra o bispo de Coimbra. O juízo decisivo, o facto de daí terem saído algumas das outras grandes figuras entre os jacobeus, e a grande veneração em que, pela sua doutrina era tido pelos seus contemporâneos e numerosos discípulos que deixou como polemista exímio e escritor razoável assim o atestam. Manuel de Figueiredo no seu *flor sanctorum* chama-lhe “varão apostólico”» (p.38)

o eloquente, afável, caritativo, observante e perfeito Doutor Francisco da Anunciação. Tidos os escritos mais característicos da mentalidade jacobéa lhe dão lugar de primazia. O seu afã, sabe-se que era a reforma das vidas e a conversão das almas (...). No Colégio de Coimbra – sabe-se também – explicou as doutrinas de egídio romano, das quais, segundo tudo leva a crer foi acérrimo defensor, e que fosse aí, nesse colégio da graça, o sítio onde se teriam iniciado os mais famosos conciliábulos dos mais fervorosos frades agostinhos, à hora do recreio, depois do jantar ou da ceia, talvez sobre a sua direcção de que nasceu esta conspiração dos “espirituais” e do “partido da virtude” contra a imoralidade e a relaxação dos “mundanos” e dos “tíbios” da “vida média” – a não menos famosa “escada de Jacob”, símbolo de uma vida mística com propósitos de forte acção sobre as almas – parece-nos também fortemente possível»⁷⁵⁶.

Fortunato de Almeida refere-se de modo mais lateral, cauteloso e diferido na economia textual, a Francisco da Anunciação. Lateral, porque o cita aquando da transcrição do que diz a mesa censória; cauteloso, porque se escuda no que está escrito no documento e não emite comentário algum; diferido porque Francisco da Anunciação só é nomeado quando as considerações sobre a *Jacobeia* cedem posto às relativas ao *Sigilismo*. Esta situação pode dever-se à intenção de destacar Miguel da Anunciação dos outros impulsionadores da jacobéa, centrando-se nele qualquer esboço biográfico, dispensando-se outras tentativas metodológicas em torno desse género narrativo. Mas o que parece nítido é, mais uma vez, o interesse em acompanhar a actuação de um órgão institucional ao serviço do estado, a mesa censória, para melhor a poder contraditar. O tom polémico alimenta-se de argumentos que suscitem contraste: «estabeleceu a mesa censória que foi Fr. Francisco da Anunciação o primeiro chefe e inventor da suposta seita jacobéa, e, para lhe agravar a culpa dos pretensos erros, observou, que de nenhuma autoridade legítima, ele recebera missão para introduzir novo e singular modo de vida; e portanto legislou e procedeu de seu próprio espírito particular, cheio de orgulho, de ambição e de soberba, querendo fazer-se chefe da seita para ser estimado no mundo (juízo decisivo). Acrescentou que este espírito se revela na máxima duodécima que logo mostra o espírito sedicioso e rebelde de quem a concebeu e na qual viviam obstinados e inflexíveis os jacobeus»⁷⁵⁷.

Mais do que fazer História de um movimento, interessava a Fortunato de Almeida acompanhar e denunciar um processo de censura a um dos seus membros, Só assim se compreende a admissão apenas implícita da importância de Francisco de

⁷⁵⁶ *Ibid.*

⁷⁵⁷ *Ibid.*

Anunciação e o relativo silêncio relativo a outro destacado representante das ideias tidas por jacobinas: Frei Gaspar da Encarnação.

É curiosa a ausência de referência por parte de Almeida à acusação que recaiu sobre Encarnação, feita em moldes similares à que recaiu sobre Francisco e Miguel da Anunciação. A apresentação de mais um exemplo relativo à actuação da Mesa Censória constituiria reforço para a reprovação da sua acção, mas terá sido entendida, eventualmente, como redundante, temendo-se talvez o efeito de saturação resultante de derivação pleonástica.

No seu artigo, Fortunato de Almeida partilha e perfilha uma vigilância da fé pela razão, – através da utilização de documentos como fontes históricas para provar o que diz-e também o contrário; certamente considera o bispo Miguel da Anunciação como representante do cardeal e este do Papa, que por sua vez é o intercessor por excelência de Deus na terra. Miguel de Anunciação é entendido como instância de mediação entre influência terrena e a transcendência.

Ainda em 1912, no mesmo ano de publicação de *Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra*, Lúcio de Azevedo começou a dar à estampa os *Estudos para a História dos Cristãos Novos em Portugal*, artigo longo e circunstanciado, que se prolongou nos números seguintes da *Revista de História*, estendendo-se até 1914. Este trabalho foi posteriormente editado autonomamente sob a forma de monografia, circunstância que explica a sua natureza desde a génese e com ela se solidariza. Pode dizer-se que o catolicismo de Lúcio de Azevedo se manifesta amiúde, demonstrando menos simpatia pelos judeus que acorreram à Península Ibérica antes da existência do Condado Portucalense e durante os primeiros séculos da nacionalidade portuguesa, do que pelos conversos ou pelos cristãos-novos forçados à conversão por D. Manuel, que expulsou os judeus que não se sujeitaram a essa mudança em 1498. A visão de Lúcio de Azevedo é, nesse sentido, *manuelina*, pese os constrangimentos ou as aporias do anacronismo. Ao contrário do Ultramontanismo de Fortunato de Almeida, o catolicismo de Lúcio de Azevedo nos *Estudos* citados não escolhe o antagonismo ou a oposição a outras crenças como solução final. Procura incorporar o *outro na lógica cristã e católica*. A sua perspectiva centra-se na assimilação dos judeus enquanto Cristãos-Novos como forma de atenuação de diferenças por via da assimilação da minoria pela maioria, sendo que se dá guarida à visão segundo a qual aquela mimetiza os hábitos e costumes desta, nela se integrando progressivamente.

Para Maria José Ferro Tavares, defensora de uma perspectiva bem diversa da exposta, os primórdios do Judaísmo em Portugal foram tempos de convivência pacífica no que respeita à questão religiosa. Os problemas de relacionamento com os portugueses que professavam a fé católica acentuaram-se apenas em tempos trado-

medievais, dado que os judeus eram mais instruídos, desempenhavam funções várias junto do rei, dando-lhe apoio médico ou jurídico, sendo não raro convidados para pertencer ao seu Conselho. Este convite derivava da esperança que os dirigentes máximos de Portugal tinham na recepção ou cativação de capitais dos judeus, consabidamente prósperos, e não raras vezes dedicados à usura, facto que lhe valeu a animosidade das camadas mais desfavorecidas da população, que recorriam aos seus empréstimos. Por seu turno, Lúcio de Azevedo concentra-se preferencialmente na animosidade entre Cristãos e Judeus, acentuando esta tónica-com raras excepções ao longo do seu texto-desde o primeiro parágrafo dos seus *Estudos*: «A existencia no seio do comunidade portugueza, de grupos numerosos addictos á crença judaica, constituiu, desde os tempos remotos da nacionalidade, e ainda antes d'ella definitivamente formada, um factor importante de desequilibrio social, a que, umas vezes o poder acorria com leis de excepção, outras vezes o desgosto popular oppunha o saque, o incendio, a matança, como elemento compensador; leis e explosões de selvagem violencia bem depressa esquecidas, porque a pertinácia da raça estranha podia mais, na sua passividade, que o arbitrio empyrico dos governos e o furor intermitente do populacho»⁷⁵⁸.

Esta identificação dos judeus como uma raça, mais do que enquanto crentes numa religião, possui uma dimensão etnográfica e cultural, em sentido lato, e encontra-se em linha com a sinonímia entre aquele conceito e a designação *povo judeu*, muito comum nas primeiras décadas do século XX entre intelectuais, que assim prolongavam, o legado da lição do evolucionismo oitocentista, adaptando-o às suas necessidades. Lúcio de Azevedo narra os primeiros tempos dos judeus em Portugal e destaca alguns factos decorrentes dessa presença, escolhendo os momentos de tensão, em detrimento de outros menos controversos, eximindo-se a retratar a cultura judaica na sua singularidade, preferindo compará-la com os costumes dos povos hispânicos, implicitamente considerados enquanto modelos a imitar. O colaborador da *Revista de História* começa por referir que, em 613, Sesibuto, instigado alegadamente pelo sentimento popular, expulsou os judeus de Castela. Com a morte do soberano e a ascensão de Vitiza, os perseguidos regressaram e tentaram fazer dos africanos, que partilhavam a mesma crença, seus aliados.

No reinado de Egica os Judeus foram proibidos de possuir propriedade imobiliária, sendo-lhes vedada a navegação para África, ou o comércio com os cristãos. Tentaram reagir, mas Egica denunciou-os em 694. Os judeus solidarizaram-se com os muçulmanos a partir de 711, ano do início das respectivas invasões,

⁷⁵⁸ João Lúcio de Azevedo – Estudos para a história dos christãos novos em Portugal. In *Revista de História*, vol. 1, n.º 2. Lisboa: Clássica Editora, 1912, p. 65.

motivando esta colaboração o movimento da reconquista cristã, que durou alguns séculos, através do qual os judeus foram perseguidos. Alguns mudaram de lado, converteram-se ao Cristianismo, de tal modo que, finda a reconquista, os judeus regressaram em força, ajudando ao desenvolvimento das cidades. Deste modo, Lúcio de Azevedo matiza o peso conferido às perseguições e concede que nos primeiros de Portugal como país autónomo, D. Afonso Henriques e, mais tarde, D. Afonso III e D. Dinis foram benevolentes para com os judeus. Não há referência a D. Sancho e D. Sancho II, já que com D. Afonso II os privilégios resultantes do exercício de cargos públicos, ou da posse de escravos, continuavam. Em contrapartida, D. Afonso IV lançou vários impostos sobre os judeus, mormente aqueles que recaíram sobre a prática da usura. Este monarca restabeleceu o porte de distintivo nas roupas. Após a morte de D. Fernando, o povo em cortes queixou-se da continuação dos privilégios aos judeus no acesso a cargos públicos e rendas de tributos. Com D. Afonso V, o luxo continuou, em oposição à pauperização dos desfavorecidos, assolados por fomes. Para corrigir estas assimetrias, D. Pedro I decretou que as mulheres cristãs não podiam passar pelas judiarias sem serem acompanhadas e proibiu os judeus de vaguearem sozinhos pelas cidades.

Apesar de se centrar nas atitudes políticas dos sucessivos monarcas sobre os judeus, João Lúcio de Azevedo não esquece, num curto parágrafo, a caracterização social deste povo, que situa entre a nobreza e as classes inferiores. O colaborador da *Revista de História* pertencia às classes médias nascentes, mas tivera que lutar pela estabilidade económica, emigrando para o Brasil onde trabalhou nos negócios do tio, contribuindo a experiência para que se tenha arriscado, posteriormente, em nome próprio no comércio da borracha e na construção naval. Parece ter cabimento a ideia segundo a qual Lúcio de Azevedo possa ter projectado a sua origem social na leitura que faz da posição intermédia dos Judeus desde a Idade Média, que alegadamente impediam a ascensão de cristãos-velhos estes não conseguiam concorrer com aqueles em actividades semelhantes. Transposta esta leitura de novo para o século XX, com o advento da República em 1910, e a subida ao poder dos democratas, alguns católicos foram perseguidos e, sendo ainda uma maioria, temiam pela perda de preponderância.

Lúcio de Azevedo pertencia a esta confissão, sendo nela, em nosso entender, mais moderado e menos frentista do que Fortunato de Almeida, mas não deixam de transparecer as suas convicções naquilo que escreve. Nota-se isso mesmo na sua interpretação acerca da Inquisição, que qualifica como bárbara mas inevitável, dado que, no seu ponto de vista, foi determinada por razões económicas e sociais – radicadas na necessidade de cercear o domínio dos judeus nesta matéria, de modo a

atenuar a conflitualidade social daí decorrente, ainda que com o risco de perder avultadas soma de dinheiro com as quais os judeus contribuíam para o erário público - em detrimento das religiosas. Com esta argumentação, o autor pretende afastar-se de putativas acusações de fanatismo religioso à sua posição: «A questão que no seculo XVI se agitava na Peninsula, continua a debater-se em toda a parte, onde são numerosos os individuos da crença mosaica. Sem attentarmos na Russia e na Allemanha, paizes em que o conflicto é permanente, vimo-lo reviver em França ha poucos annos. Questão de fanatismo religioso? De modo nenhum. Questão social e económica, producto da evidente superioridade da raça nas astucias mercantis e da aspreza de uma cobiça que lhe faz da usura a mais attrahente das profissões. (...). Depois d'isto, é licito perguntar se a expulsão dos hebreus da Peninsula e o estabelecimento da Inquisição não seriam providencias necessarias e, na obscura consciencia do povo e dos soberanos, destinadas a salvar a nacionalidade da absorpção por uma raça estranha, inconciliavel e dominadora»⁷⁵⁹.

No segundo capítulo do seu estudo, Lúcio de Azevedo recua aos tempos anteriores à Inquisição e ao relato das acções dos reis para com os Judeus, ainda na Idade Média. Defende a Reconquista cristã de Granada, vendo-a como um bem. Refere, em seguida, que a concorrência judaica era malquista. Apesar disso, em 1490, D. João II desatendeu as pretensões dos procuradores às cortes, que queriam que os judeus deixassem de cobrar impostos. Todavia, o monarca teve que ceder, realizando, tal como fizera D. Duarte, proibições do usufruto de cargos públicos para os seguidores da Torah.

Entretanto, em 1492, os Reis Católicos expulsaram a Gente da Nação, mas, inicialmente, D. Manuel protegeu seiscentas famílias e Abraão Zacuto. Mais tarde, também teve que ordenar baptismos forçados, noventa e três mil, no entender do estudioso Meyer Keyserling, número considerado forçado por Azevedo, que assim matizou o argumento do uso da força nas conversões, favorecendo a ideia de integração pacífica dos conversos, encarados como uma *mal menor*, sendo, ainda assim, portadores – dissimuladamente – de uma crença judaica. Aqueles que resistiram a tornar-se Cristãos-Novos aumentaram a diáspora em todo o mundo. Na Europa, fixaram-se sobretudo e em Amesterdão. Alguns autores contemporâneos de Azevedo, como Sombart, consideravam que a expulsão fora nefasta, dado que os Judeus eram os motores da economia portuguesa e passaram a enriquecer ainda mais os lugares para onde imigraram. Lúcio de Azevedo contrapôs a sua visão à exposta – alegou inclusive que os Países Baixos eram ricos antes da chegada dos judeus, e referiu que, poucos, dentre estes, vieram a pertencer às Companhias

⁷⁵⁹ *Ibid.* p.72

Comerciais Holandesas – enfatizando, uma vez mais, o efeito negativo da concorrência judaica, cuja inexistência terá permitido aos Portugueses deixar a Agricultura, vista como factor de atraso por Azevedo, no século XV, e no século XX. O Colaborador da *Revista de História* colocava-se, deste modo, em oposição às teses agrarianistas suas contemporâneas, defendendo uma perspectiva favorecedora da mobilidade social, sem a radicalizar, compaginando – a com uma necessidade de centralização estatal, associada à defesa do sentimento nacional.

Entre Julho e Setembro de 1913 foi publicado o terceiro capítulo de *Estudos para a História dos Cristãos Novos Portugueses*, no qual Lúcio de Azevedo se centra nos tempos contíguos às expulsões e conversões forçadas dos judeus, afirmando que os motins de 1503, 1505, 1506, na cidade de Lisboa foram responsabilidade dos Cristãos - Novos, que protestavam contra o confisco pelo monarca de 1/5 dos impostos cobrados pelos conversos. Todavia, a política do monarca era ambígua, dado que queria contar com o apoio financeiro destes, tendo isentado, em 1497 e 1512, os conversos de inquérito, por vinte anos. O antagonismo de raças referido pelo colaborador da Revista e História prevalecia, de modo matizado e pouco aparente – com raras excepções –, mas era uma realidade. O próprio colaborador da *Revista de História* revela pouca simpatia pelos cristãos Novos, mas considera a sua presença inevitável para o equilíbrio económico português. Não deixa, contudo, de reiterar que os conversos permanecem judeus no íntimo das suas convicções, dado que neles se mantém viva a herança de uma Religião do Êxodo, que sonha regressar a Jerusalém⁷⁶⁰.

Em 1914 foram publicados os três andamentos correspondentes à segunda metade dos *Estudos para a História dos Cristãos-Novos Portugueses*. No quarto capítulo, Lúcio de Azevedo começa por tecer consideração genéricas, quase axiomáticas, sobre os Cristãos-Novos, nas quais se serve, uma vez mais, das metáforas recorrentes nas teses evolucionistas para identificá-los com uma *carga viral*, infiltrada na sociedade portuguesa, à qual escaparam apenas algumas famílias nobres. O recurso à metaforização refreia, aparentemente, vontade reprimida de ceder a um frentismo explícito, mas apenas o mascara: «Tão copiosa infusão de sangue na população nativa não podia ocorrer sem lhe modificar alguns dos caracteres phisicos, intellectuaes e moraes. Para melhor? Para peór? No mundo animal e no das plantas a observação mostra que os exemplares mais nobres proveem das raças mais puras; que os cruzamentos entre indivíduos cujos carcteres divergem consideravelmente, resultam estereis, ou dão produtos consideravelmente inferiores (...). De toda a

⁷⁶⁰ Esta posição foi matizada e suavizada por uma parte da Historiografia de finais do século xx, que considera que a segunda geração de Cristãos-Novos e as que se lhe seguiram são já fruto de uma amálgama de costumes e convicções religiosas, sendo o Judaísmo professado no interior dos lares no mínimo heterodoxo.

maneira convem notar, que segundo a observação mais commum, as altas qualidades e as virtudes se conservam nas raças puras, os defeitos ou vícios se transmitem de preferencia aos mestiços (...). Em Portugal a mescla era já grande, antes que no século XVI se integrassem os novos elementos da população (...). A decadência principia dessa época (...)»⁷⁶¹.

Lúcio de Azevedo responsabiliza os judeus pela *decadência portuguesa*, tópico caro aos intelectuais dos finais do século XIX e princípios do seguinte. A perspectiva do colaborador da *Revista de História* reforça o seu entendimento dos judeus como Raça, em contraponto com Tapinard ou Renan, que se centram neles enquanto crentes de uma Religião. Lúcio de Azevedo considera a emigração como factor importante para a *Gente da Nação* e enfatiza as divisões entre os do Ocidente (sefarditas) e os do Oriente (Askhenasi), de modo a explorar divisões internas, que não impedem a coesão do povo do êxodo quando se mistura com outros. Em seguida, o colaborador da *Revista de História* lamenta a fuga da Família Homem para Amesterdão, e retoma o fio da narrativa, baseada nas atitudes dos reis para com os judeus. Refere que o Cardeal D. Henrique apertou-os e lembra que, alternativamente, D. Sebastião ordenou o levantamento do confisco dos respectivos bens para pagar a investida em Alcácer-Quibir.

Lúcio de Azevedo menciona o alegado sangue judeu do Prior do Crato e sublinha que Filipe II de Espanha, imperialista, impediu saídas de gente da nação para o estrangeiro. Filipe III começou por tomar medidas mais brandas, mas a sua acção endureceu à medida que se aproximou o final do seu reinado. Inicialmente, concordara com o perdão-geral de Clemente VIII, concedido em 1605, mas em 1609 e 1612 promulgou leis pelas quais reforçou, supostamente, a vigilância sobre a *Gente da Nação*. Este tipo de atitude continuou, após 1621, com a subida ao poder de Filipe IV. No decurso do seu reinado deu-se a condenação de António Homem, na sequência da instauração de um processo inquisitorial. Entretanto, proliferaram os escritos antisemitas. Em 1621 foi publicado um da autoria de João Baptista D'Este. Quatro anos volvidos surgiu outro, escrito por Fernão de Aragão, reeditado em 1629. Ambos os autores eram bem vistos por Lúcio de Azevedo, ao contrário de Vicente Costa Matos, que dera à estampa o seu trabalho em 1623, e era considerado cristão-novo radical pelo colaborador da *Revista de História*. Entretanto, nesse ano, foram publicadas medidas antisemitas. A primeira teve início em 1621 e proibia a entrada dos Judeus no corpo docente da Universidade. A segunda decorreu da reunião dos prelados do reino em 1625. Após 1640, D. João IV começou por realizar um recuo

⁷⁶¹ J. L. de Azevedo – Estudos para a história dos christãos novos em Portugal, in *Revsta de História*, volume 3, número 9. Lisboa: Clássica Editora, 1913, p. 2.

tático na política antissemita, mas depressa alinhou por esse diapasão, colocando-se contra o Padre António Vieira, que denunciara o confisco de bens da *Gente da Nação*.

O *Quinto Capítulo de Estudos para a História dos Cristãos-Novos em Portugal* trata do perdão geral de 1649, do processo inquisitorial movido a Vieira, dos judeus da diáspora e de recusa do perdão-geral por parte de D. Pedro em 1472. A cessação do confisco foi ordenada por D. João IV para construir 36 armadas, defensoras do comércio português. A Inquisição ergueu-se contra esta medida, e prosseguiu na luta contra os servidores da Companhia de Jesus. Quanto ao processo daquele padre jesuíta, começou em 1663, tendo tido o eclesiástico dois anos para se defender das acusações de defesa dos judeus, segundo as quais o sebastianismo do pregador era um messianismo judaico encapotado. Lúcio de Azevedo alinha por esta tese, que está na base da associação de Vieira à *Cabala Injusta*, assim denominada por D. Francisco Manuel de Melo, que a contrapôs à *Cabala Justa*, derivada da leitura dos Rabinos. Em 1663, António Vieira foi preso, tendo sido condenado sete anos depois a ficar na Companhia de Jesus sem pregar. Todavia, D. Pedro libertou o religioso, que saiu do país ainda nesse ano, dirigindo-se a Roma. Deixando em suspenso a descrição dos Judeus da diáspora, concentramos atenções nas cortes de 1668 e na negação do Perdão Geral do Confisco de Bens, por D. Pedro, quatro anos volvidos. Apesar disso, o monarca fez jogo duplo, dado que, apesar de querer o seu filho se tornasse inquisidor, mandou os Judeus apelar da sua decisão para a Santa-fé. O derradeiro capítulo dos *Estudos* é dedicado à *História dos Cristãos-Novos em Portugal* e regista o regresso dos autos de fé após 1682. Um século volvido, a instituição inquisitorial tornou-se um tribunal político sob o domínio de Pombal, que suavizou as penas dos judeus, facto lamentado por Lúcio de Azevedo, que também mostrou ser discretamente contrário à extinção do Santo Ofício em 1822.

Do ponto de vista metodológico, o colaborador da *Revista de História* realizou um longo trabalho de História eclesiástica, no qual defende as instituições de salvaguarda do cristianismo católico, contra a *Gente da Nação*, vista implicitamente como inferior. Não se concretiza aqui uma Historiografia Comparativa das Religiões, abonando-se uma visão cristocêntrica e que consagra o *imperialismo* de uma das religiões monoteístas, baseado numa retórica instrumentalmente *assimilacionista*. No plano Historiográfico, a abordagem da sucessão cronológica de reinados reforça a perspectiva eclesiástica da História. Quanto à noção de causalidade, Lúcio de Azevedo mascara um determinismo segundo o qual D. Manuel iniciou um processo de Conversão dos Cristãos-Novos e de luta contra os judeus renitentes, supostamente, fundamental para a saúde económica de Portugal e dos Cristãos Velhos, que constituíam a maioria da população. Para ao historiador, os melhores monarcas foram

os que conseguiram seguir mais fielmente a política de D. Manuel I. A intromissão do temporal no espiritual era considerada admissível por Azevedo, quando *temperada e equilibrada* pela Inquisição. Daí a crítica à centralização pombalina, no reinado de D. José.

Do texto de Lúcio de Azevedo depreende-se a defesa de um nacionalismo que encara os judeus como povo antagonista, que teve de aceitar um de dois desafios; a conversão – *mal menor* – ou a perseguição, caminhos possíveis para evitar o depauperamento progressivo dos Cristãos Velhos autóctones, lesados pela concorrência económica e pela ocupação dos cargos ou profissões do aparelho de Estado por *Gente da Nação*. A estratégia retórica do colaborador da *Revista de História* passou por enfraquecer *por dentro* os argumentos filossemitas, chamando em seu auxílio e socorro, logo no primeiro capítulo, judeus seus contemporâneos defensores de uma definição do respectivo povo mais como *Gente da Nação* do que enquanto crentes na Religião Judaica. O conceito de verdade posto em prática por Lúcio de Azevedo identifica-a com a causa e a crença cristã e católica. Sob os auspícios da procura da objetividade e da imparcialidade, engendra-se uma tomada de posição no plano das crenças e convicções. A objetividade é instrumentalmente procurada. Isso torna-se visível a partir do momento em que a realidade dos acontecimentos é manipulada em favor de uma tese previamente architectada, segundo a qual os judeus eram estranhos à cultura portuguesa, tendo sido alguns deles assimilados por motivos e imperativos de força-maior. Por outro lado, o dispositivo identificativo da intenção de cientificidade ligado a um aparato de citações encontra-se ausente nos *Estudos*, na bibliografia, presente apenas no primeiro capítulo, faltam documentos que funcionem como fontes primárias. Entre Abril e Junho de 1913, Eduardo Moreira estreou-se na *Revista de História* com *Notas Históricas sobre as Igrejas Evangélicas em Portugal*.

Este artigo surge na sequência do convite endereçado ao seu autor para pertencer como sócio à Sociedade Nacional de História e constitui um apelo claro ao envolvimento nas actividades da publicação, certificando-se a relação desta com a agremiação que lhe deu origem, associando-se o periódico ao cumprimento dos objectivos de fomento da investigação em História presentes na instituição promotora. Acresce que Eduardo Moreira era amigo pessoal de Fidelino de Figueiredo, que o incentivou a pertencer à Sociedade Nacional de História.

A validação e confirmação dos seus préstimos decorre do reconhecimento da sua valia para contribuir com os seus conhecimentos na *Revista de História*. O autor era protestante e considerava a revolução de 5 de Outubro de 1910 como a primeira oportunidade para a ambicionada Igualdade e paridade entre confissões religiosas, na

sequência da Lei da Separação do Estado e da Igreja, da qual tinham sido adversários homens como Fortunato de Almeida. Resulta significativo o alinhamento editorial do contributo de Eduardo Moreira entre Lúcio de Azevedo e a segunda intervenção de Fortunato de Almeida. Aquele crente na Igreja Reformada defendia o diálogo pacífico e aberto entre religiões. Recusava, em termos doutrinários, o *congregacionismo ultramontano*, o *assimilacionismo católico*, ainda que ambos ocupam espaço – ainda que muito desigual – no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo. Eduardo Moreira utiliza o seu primeiro artigo como forma de apresentação da sua proveniência e de divulgação do percurso histórico das Igrejas Evangélicas. O seu tom é conciliatório desde o título escolhido. O termo *notas* pretende sugerir uma tarefa desenvolvida de modo despretensioso, objectivo, através do qual se pretende dar a conhecer e divulgar o passado histórico de denominações protestantes, de forma discreta, ao arrepio de doutrinações agressivas, de teor apologético. Pode argumentar-se que o autor conhece o espaço público no qual se inscreve este seu labor intelectual, capitalizando-o em favor de uma mensagem ecuménica, segundo a qual católicos e protestantes são todos cristãos.

Na apresentação do seu trabalho, Eduardo Moreira recorre a um excerto de uma carta endereçada a Fidelino de Figueiredo, no qual dá conta da necessidade que sentiu-após o convite do amigo – de ordenar e organizar a documentação dispersa em seu poder sobre as *Origens das Igrejas Evangélicas em Portugal*, deixando a ideia de que o trabalho ficou incompleto, à espera de concretizações futuras: «Para lhe dar um resumo das minhas velhas investigações sobre a materia de que me fallou, tive primeiro de coordenar a papelada, o que me levou tempo. Agora, ainda que não tendo tudo à mão nem na absoluta ordem desejada, não demorarei mais o cumprimento da promessa feita, tanto mais que elle me é bastante agradável»⁷⁶².

Percebe-se, pelo exposto, que Eduardo Moreira alinha por uma postura humilde e diligente, demonstrando ou fazendo crer, o trabalho heurístico de acumulação e selecção de documentos é mais importante, pelo menos num primeiro momento, do que a respectiva interpretação. Esta modéstia pode ser parcialmente táctica ou Instrumental, mas não deixa de assumir alguma relevância. Em seguida, o autor começa por referir-se a três precursores do Protestantismo em Portugal: Damião de Góis; Ferreira de Almeida e Cavaleiro de Oliveira, todos considerados pioneiros, pela execução de funções e tarefas diferentes, mas complementares, na divulgação do Protestantismo. O primeiro era um humanista erudito, enquanto o segundo se revelou doutrinador, e o terceiro panfletário. De passagem, significativa, mas

⁷⁶² Eduardo Moreira – Notas históricas sobre a origem das igrejas evangélicas em Portugal. In *Revista de História*, vol. 2, n.º 6. Lisboa: Clássica Editora, 1913, p.114.

rapidamente, Eduardo Moreira reconhece que Damião de Góis ou Fernão de Oliveira não foram os únicos adeptos da Reforma processados pela Inquisição, mas refere que a selecção para publicação documental por parte de António Baião recaíra apenas sobre eles. Esta circunstância ganha relevo, dado que este breve reparo que carece de explicação justificativa, é dirigido a António Baião, também colaborador da *Revista de História* e pode unicamente significar uma vontade sincera de completar a informação, reconhecendo o protestante em Baião sobretudo a figura de um erudito que publica documentos mas se exime a publicá-los, ou, inversamente, a dar a entender a Eduardo Moreira que essa recusa encerra em si uma hermenêutica por omissão, à qual é necessário circunscrever, implícita e discretamente, limites, que demonstrassem que não passa despercebida a olhares alheios?

Na economia narrativa do texto de Moreira o panfleto está ausente, mas o proselitismo inculcado por via pedagógica é, em nosso entender, permanente, embora o autor se reserva o direito de silenciar referências directas a esse tipo de atitude, eventualmente por pensar que a sua biografia era conhecida dos demais colaboradores do periódico em análise. Trata-se de um protestante com trabalho pastoral e cívico na transmissão da sua mensagem a crentes de Gaia, Porto, Coimbra, Lisboa, mas também a não-crentes, estabelecendo um elo com um espectro mais alargado da sociedade civil, não se limitando a transmitir a sua fé, e aplicando-o ao contexto social concreto em que vivem as comunidades às quais se dirige. O artigo na *Revista de História* é mais um recurso utilizado pelo seu autor para cumprir a sua acção pastoral, e participa de um contexto mais amplo, conforme recorda um estudo de Maria Albertina Nunes Viana: «O ano de 1913 inicia-se com o intensificar da acção evangélica de Eduardo Moreira: Entre Dezembro do ano findo e Janeiro, estive em Lisboa, dirigindo várias reuniões (treze ao todo), que terão contado com a presença de mil assistentes. De regresso a Braga, continuaria a sua acção pastoral, realizando diversas sessões para algumas centenas de assistentes (...). A 22 de Janeiro, inicia a pregação do evangelho em Alhadas de Cima (Maiorca) (...). Antes estivera em Rio Maior a visitar familiares (...) e a distribuir *tratados* ou opúsculos bíblicos. Passara também em Pombal, onde falou em três reuniões evangélicas, antes de viajar para o Norte. Em Fevereiro, funda, na capital minhota, O Grupo Christão Evangélico, que possuía já um gabinete de leitura com vários periódicos (evangélicos e outros) e alguns livros e que projectava a realização de várias conferências populares de divulgação e passeios de propaganda (...). Ainda em Março, é fundado em Braga, no

Campo da Vinha, o círculo de oração e auxílio às missões na África Portuguesa (...)»⁷⁶³.

Este dinamismo prosélito encontra-se demonstrado no trânsito narrativo, promovido por Eduardo Moreira, dos pioneiros do Protestantismo, inspiradores indirectos da realidade portuguesa, para a consideração das primeiras Igrejas Portuguesas, a partir de meados do século XIX. O colaborador da *Revista de História* demora-se mais na descrição desses exemplos, contextualizando-os. Começa por referir os Drs Kelly e Gomez, que desenvolveram a sua acção evangelizadora na Madeira, mas foram perseguidos antes de institucionalizar os seus esforços, não tendo logrado plenamente esses intentos. Contudo, a segunda personalidade citada, esteve ligada às origens do Episcopalismo.

Oficial e formalmente este artigo publicado na *Revista de História* é uma missiva dirigida por um amigo a outro, situação que dá conta do clima de amizade que se pretende estender às religiões, sobretudo Católica e Protestante. Figueiredo não era assumidamente crente, mas pediu a Moreira este estudo e escolheu o tema. O historiador protestante usa os seus conhecimentos mais como crente e erudito-por esta ordem-do que enquanto um cientista que critica documentos metodicamente, depois de apurar factos positivos. No entanto, e por isso, não se coibiu de seleccionar acontecimentos que considerava emblemáticos, dentre os mais recentes rastreados. Assim, outra cronologia, coordenada nos nossos dias por João Francisco Marques, permite perceber que o espaço dedicado ao ano de 1901, abre com a seguinte informação: «O juiz de Instrução Criminal ordena o encerramento, pela polícia, dos lugares de culto evangélico em Lisboa»⁷⁶⁴.

O mesmo instrumento metodológico refere que em Janeiro do ano exposto, António Lacerda, sacerdote católico se tornou evangélico. Em Agosto, foi publicado o primeiro número da Revista Bom Pastor. A cronologia alberga outros acontecimentos ocorridos em 1901, mas os seleccionados são suficientes para comprovar as omissões de Eduardo Moreira, que, eventualmente, por razões de economia narrativa, que o obrigaram a concentrar-se no essencial, sem pormenorizações evitou descrições analíticas. Todavia, também seria temerário apontar a conversão de um católico na *Revista de História*, ou aprofundar o cenário de perseguição aos protestantes ao tempo de Hintze Ribeiro.

No que respeita à causalidade, a prática historiográfica do colaborador da *Revista de História* neste artigo prefere a filiação ao determinismo e utiliza o passado

⁷⁶³ Maria Albertina Nunes Viana – *Eduardo Moreira, um construtor da diferença*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 32-33.

⁷⁶⁴ João Francisco Marques – Para a história do protestantismo em Portugal. In *Revista da Faculdade de Letras, História*, II série, vol. XII, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p. 451.

do Início da Reforma Protestante em Portugal para revindicar o novo impulso hodierno, do qual participa activamente como pastor – estudioso. A erudição ganha mais sentido ao serviço do proselitismo. A verdade, ou (objectividade), procurada na descrição dos acontecimentos históricos não é comentada ou interpretada, mas entende-se que se encontra ao serviço da verdade revelada: todavia, não há manipulações daquela por esta. Deixa-se ao leitor a possibilidade de compaginar ambas, em paralelo, e no usufruto de liberdade Interpretativa. O artigo de Eduardo Moreira interessa-se pelo Protestantismo Nacional e esforça-se por sugerir a respectiva especificidade, prestando tributo ao passado, sem encetar imposições da sua fé. Trata-se, no entender de Albertina Viana, de um construtor da diferença. As *Notas Históricas Sobre a Origem das Igrejas Evangélicas em Portugal* fazem parte dessa construção: «Apesar do autor o considerar como simples *notas*, o conteúdo desta pequena obra é já uma demonstração da erudição e da pesquisa desenvolvida (...). Analisa de modo preciso a evolução do espírito reformista no nosso país (recua ao Renascimento, aludindo a Gil Vicente, Camões, Damião de Góis), desde a presença dos primeiros anglicanos em solo luso ainda no século XVII, à acção violenta da Inquisição, aos pregadores evangélicos mais recentes, como Kalley e Togar ainda no século XIX. Alude aos códigos de leis limitativos da liberdade religiosa e às atitudes de intolerância que pontilharam a instalação do protestantismo em Portugal. Elabora uma cuidada cronologia da implantação das várias igrejas reformistas (...). Esta obra será essencialmente um ensaio sobre o tema da evolução histórica do movimento protestante em Portugal, que tanto atrairá a curiosidade erudita e proselitista de Eduardo Moreira e que futuramente ele iria de novo abordar em mais longos textos cuja importância se revelaria indiscutível»⁷⁶⁵.

Ainda em 1913, no número seguinte da *Revista de História*, tendo apenas de permeio genérico o Início de tradução de *Quod Nihil Scitur* de Francisco Sanches, obra que consideramos heterodoxa no seio do catolicismo⁷⁶⁶, e a continuação dos *Estudos para a História dos Cristãos Novos Portugueses*, surge o artigo da autoria de Fortunato de Almeida, *Portugueses no Concílio de Trento*, dividido em duas partes, e cuja publicação se conclui já em 1914. Este alinhamento editorial pode ter sido fruto do acaso ou da ordem de chegada à redacção das colaborações citadas, mas não deixa de ser significativo que Fortunato de Almeida volte a demonstrar-se instrumentalmente seguidor de um método erudito. Neste seu trabalho, utiliza diversas fontes primárias que cruza para acompanhar o registo diário da *participação portuguesa no Concílio de*

⁷⁶⁵ *Ibid.*, p.151

⁷⁶⁶ Assunto que analisaremos no capítulo VIII desta dissertação, quando abordarmos os artigos de Filosofia na *Revista de História*.

Trento. Neste estudo, a linha erudita é tanto ou mais evidente do que a patenteada em *D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra*, mas, ao contrário do que a prática historiográfica então demonstrada tornara presente, no artigo em análise o *congregacionismo* não se equilibra deficitariamente com o *ultramontanismo*, mas sobrepõe-se lhe sem o anular.

Fortunato de Almeida afirma as suas convicções católicas com a mesma determinação mas de modo discreto e implícito, mais consentâneo com o tom de Lúcio de Azevedo ou a abertura editorial ao humanismo ecuménico de Eduardo Moreira. Contudo, esta afinação de dicção, enunciação e perspetiva mantém sem esmorecimentos Fortunato de Almeida em sintonia com as suas crenças. Apoia o Concílio de Trento em clave historicista e sem propaganda, explícita pelo menos, de forma a que as suas ideias possam insinuar-se e infiltrar-se nas descrições apertadas e microscópicas da intervenção portuguesa no Concílio, um evento percorrido por múltiplos acontecimentos, todos trabalhados com grande intensidade. O historiador pretende *fazer falar* os documentos, mas engendra a sua visão orquestradora nos interstícios dos respectivos testemunhos. Convém acompanhar as descrições do colaborador da *Revista de História*, de forma a perscrutar a minúcia do seu labor historiográfico, assente na subtil instrumentalização das provas e na apresentação de parte circunscrita das biografias dos participantes.

O historiador da igreja começa a sua incursão sobre um momento específico da História Religiosa através da descrição dos preliminares do Concílio de Trento, cujo início foi marcado a 9 de Maio de 1536 para o dia 23 do mesmo mês, em Mântua. A dois de Junho daquele ano Paulo III enviou uma Bula ao Rei de Portugal instando à participação portuguesa na reunião magna. O documento demorou a ser recebido em terras portuguesas, situação que precipitou o envio de dois Breves, um a 24 de Dezembro e outro a 12 de Abril de 1538, pelos quais o monarca foi informado da dificuldade de realização do referido encontro. Fortunato de Almeida cita as cartas do embaixador Pedro Távora – que confirmam o atraso – e diverge da posição do historiador seu contemporâneo chamado Serpi, segundo o qual o impasse se deveu à intromissão do Duque de Mântua na tramitação jurídica do Concílio.

Pelo contrário, o colaborador da *Revista de História* apoiou-se noutros especialistas coevos, que entendiam que a demora fora provocada por questões de segurança, advogando que o Duque temia o Imperador. Entretanto, o Papa expediu um breve a defender a realização do Concílio noutro lugar. Recuaremos um pouco no tempo, a 20 de Abril de 1537 o embaixador Távora informou o Rei Português da decisão do sumo-pontífice, segundo a qual o chefe da Igreja Católica não queria pagar a guarda ao Duque de Mântua para evitar reacção luterana à sua medida. No dia 3 de

Abril o papa assinou novo Breve e a 25 de Maio D. João III escreveu-lhe, pedindo-lhe escusa para os seus irmãos D. Afonso e D. Henrique não participarem no Concílio. Paulo III recusou esta proposta a 12 e 30 de Agosto. Baseado em prévio acordo com Carlos V, o papa escreveu novo Breve a 18 de Outubro a marcar a reunião magna da igreja para 1 de Maio de 1538, em Vicenza. A 25 de Abril de 1538 a abertura foi de novo adiada. No dia seguinte, o Papa exortou D. Afonso a partir para o Concílio. Este Breve tinha sido escrito no dia 4 do mesmo mês D. João III escreveu, entretanto, uma carta a Pedro de Mascarenhas com o intuito de ganhar tempo na escolha de representantes Portugueses em Trento, e em Dezembro pediu a dispensa do Bispo do Funchal. O sumo-pontífice deferiu o pedido mas insistiu, a 17 e 22 de Dezembro, para que D. Afonso rumasse aos Estados Italianos. Antes desta situação, a 28 de Junho de 1538, o Papa, estando em Génova, adiou a abertura do Concílio para a Páscoa do ano seguinte, a ocorrer a 31 de Maio de 1539. Entretanto, passaram três anos e o impasse continuou. Foi publicada uma bula a marcar a abertura para o dia de Todos os Santos desse ano. No dia 21 de Maio, o Nuncio Apostólico em Portugal, Lippomano, pediu ao rei português para ajudar na paz entre Carlos V e Francisco I.

Fortunato de Almeida discorda de Alexandre Herculano e Mendes Leal e considera que o Breve de 29 de Outubro de 1542 não possui carácter de credencial. Mais três anos volvidos, o rei Português congratula-se, a 13 de Janeiro e 20 de Junho de 1545, com a abertura do Concílio de Trento, projectada para 18 de Setembro, facto que se verificou. A 24 de Novembro solicitou o envio rápido dos representantes portugueses. D. João III escolheu, para o efeito, Gaspar dos Reis, Jorge de S. Tiago e Jerónimo Azambuja. Este chegou a 5 de Dezembro e apresentou-se no Concílio a 13. Assistiu à procissão da Igreja da Trindade e, na sessão da Congregação, leu a carta do monarca português a justificar a escolha dos representantes de Portugal na reunião magna. Todavia, os membros a Congregação acharam insuficiente a carta de apresentação de credenciais e, não aceitaram a proposta de D. João III. Esta recusa do nome de Azambuja deu-se a 22 e 24 de Dezembro de 1545, e a 12 de Janeiro do ano seguinte o embaixador português em Roma informou o monarca da decisão. Entretanto, o Concílio continuou e Frei Jorge de S. Tiago interveio nas sessões de 7 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1546. No dia seguinte Azambujo corroborou o que disse o seu compatriota, enquanto aguardava pela chegada de novos representantes. Pediu ao rei a passagem de uma procuração na qual indicasse os nomes de Baltasar Limpo e Frei João Soares. As reservas da Congregação tridentina face a Azambuja e ausência de resposta do rei à carta do compatriota devem-se, na interpretação de Fortunato de Almeida, a dois motivos possíveis. Por um lado, os membros da Congregação não queriam dar destaque ao rei português e, por outro, pretendiam

ocultar o desinteresse de outros países pela reunião magna. Nota-se a preocupação de Fortunato de Almeida com a vertente institucional do concílio de Trento, elencando datas e factos.

Em 1914, Aubrey Bell, historiador britânico afecto ao catolicismo, publicou, na *Revista de História*, o único artigo relativo à História da Igreja para esse ano, estudo dedicado a uma realidade respeitante a Castela. Nesta investigação, o seu autor escapa, em nosso entender, ao catolicismo ortodoxo de Fortunato de Almeida e dá provas de abertura ao eleger como fulcro das suas investidas intelectuais uma figura reputada, pertencente às altas esferas hierárquicas do clero romano do outro lado da península, uma personalidade ligada à Universidade e ao pensamento, Frei Luís de Leon, cuja apologia é efectuada, sem efeitos elegíacos, de modo sóbrio e discreto por Bell, que escolhe analisar o processo inquisitorial que recaiu sobre León, acusado de semitismo. O historiador britânico procura fazer valer a historicidade e a diacronia, começando por referir-se aos acontecimentos da vida e obra do visado, anteriores à perseguição pelo Santo Ofício, por forma a ressaltar o percurso do clérigo castelhano. Principia o itinerário com uma referência ao pai de León, advogado, e à sua mãe. Destaca os estudos de teologia realizados pelo rebento em Salamanca. O sucesso da vida escolar foi tal, que, alegadamente, gerou invejas por parte de inimigos, como Medina, Leon de Castro, Heitor Pinto. Sugere-se que o primeiro nome citado, retratado com subtil mas venenoso, perdera a cátedra salamantina para Luís de León e fora o responsável por ter iniciado as acusações de semitismo, que recaíram sobre o eclesiástico. O segundo acusador, considerado mais moderado, expõe divergências teológicas na interpretação das sagradas escrituras, mormente da Vulgata. O processo inquisitorial iniciara-se em 1572, a defesa começou a reunir provas contra os nove pontos constantes da argumentação da Inquisição, da qual Leon saiu em 13 de Dezembro de 1576, após ter sido alegadamente submetido a tortura moderada, para regressar à faculdade, dando aulas de Sagrada Escritura (1577) e, posteriormente, ganhando a de Filosofia Moral (1578), mas voltou a ser acusado (1582), desta feita a propósito da questão do *livre arbitrio*, contudo não foi preso. Leon tornou-se provincial dos Agostinhos de Espanha, mas morreu nove dias depois, a 23 de Agosto de 1591.

Dentre a bibliografia deste intelectual, Bell ressalta o trabalho dedicado à vida de Santa Teresa de Ávila, mas também menciona *Nombres de Cristo (prosa) e Perfeita Casada*. O colaborador da *Revista de História* prefere ignorar as implicações políticas ou as vicissitudes pastorais da actividade de Leon, eximindo-se a fazer uma crítica teológica das suas doutrinas, eventualmente para não exacerbar polémicas ou acirrar ânimos. Note-se que Bell era católico e não queria afrontar, de modo absoluto, as cúpulas da Igreja e, muito menos, pôr em causa os seus principais dogmas. Para

matizar os efeitos negativos de um antagonismo que não desejava, Aubrey Bell refugiou-se no seu papel de historiador, que pretende repôr a suposta verdade dos acontecimentos, de forma serena e sem imposições, demonstrando que a Inquisição - a favor da qual estava enquanto instituição necessária à promoção da Igreja católica - era constituída por homens e cometia erros. Do ponto de vista metodológico, o historiador britânico usa fontes primárias e secundárias variadas, tendo a preocupação de ser rigoroso, ao procurar percorrer, em extensão, a diversidade e contradições da documentação disponível. Note-se que Aubrey Bell usa um conjunto de citações, expostas em notas de pé de página, para apoiar a sua argumentação e conferir-lhe cientificidade.

Desde o primeiro parágrafo do seu artigo, o cultor de Clio, aponta outros escritores como Cervantes e Damião de Góis, presos pela Inquisição na mesma altura de Leon, também por razões religiosas e alude às condições de pobreza extrema pelas quais passara Camões. Transparece deste quadro uma possível defesa da liberdade de pensamento e da heterodoxia intelectual. Desde pelo menos 1912, o debate entre intelectuais católicos acerca de Leon reacendera-se e a peça textual em análise dele faz parte, prolongando-o, dado que o historiador britânico contraria a visão negativa de Emilio Bobadilla acerca da personalidade citada. Bobadilla era um escritor antimodernista, de pendor naturalista, cujos escritos de teor ficcional pendiam para o trágico-cómico e para a expressão de temáticas de algum modo relacionadas com a sexualidade. No entender deste prosador, os escritos de Luís de León não possuíam qualquer novidade literária. A oposição do colaborador da *Revista de História* a esta ideia ocorreu por forma a promover-se o diálogo entre posições diversas no seio da intelectualidade católica. Com esta publicação, a despeito da existência de perspectiva dominantes, a redacção do periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo volta a querer demonstrar abertura e espírito de tolerância religiosa, constituindo-se como fórum de exposição de ideias diferentes.

Aubrey Bell pratica uma Historiografia da igreja de índole biográfica, efetuando o trânsito entre a objectividade no aparato científico utilizado - na procura da realidade dos acontecimentos - e a tomada de partido, sem ênfases apologéticos ou distorções analíticas, a favor do seu biografado. O autor esboça uma crítica externa de fontes, mas a sua visão acerca do assunto versado é essencialmente panorâmica. León era exegeta e filólogo, contudo Bell furtou-se a aprofundar leituras afins, no plano metodológico e ao nível dos conteúdos. Interessou-lhe apresentar, genericamente, o literato humanista de cunho Renascentista, sem acentuar a sua preferência pelo Velho Testamento, em desfavor da vulgata, defendida por Trento. Por outro lado, Bell destaca o sentido de realidade de Leon, eximindo-se a discutir o seu alegado

ascetismo, ou, muito menos, o suposto misticismo do eclesiástico quinhentista: «But it is precisely because Luís de León is so extraordinarily human, so near to earth, that Lope de Vega is right in calling him divine. He had a very keen eye for reality, and no critic really acquainted with his work will deny this (...) He was touched with the spirit of the Renaissance, so that for him no art or science was without interest (...)»⁷⁶⁷.

Na perspectiva de Bell acerca de León, o renascentista sobrepõe-se ao religioso e determina-lhe o perfil cristão humanista. Este epíteto pode aplicar-se ao labor do colaborador da *Revista de História*, que não deixa de ser erudito mas sem perder de vista a necessidade de um catolicismo que compagine a necessidade institucional de Trento com a recusa de uma apologia dogmática dos seus rigores...

Aubrey Bell procura praticar em *Luís de León and The Inquisition* uma Historiografia mais descritiva – ainda que recorra a descrições sucintas e escassamente pormenorizadas – do que explicativa, recusando-se a enveredar por interpretações abundantes ou especulativas. A noção de verdade à qual se apegou assinala um mimetismo com a realidade e adequação aos respectivos acontecimentos. Os factos são encarados do mesmo modo. Por outro lado, qualquer teleologia encontra-se afastada. A orquestração de causas e efeitos não obedece a determinismos ou manipulações *presentistas*. Todavia, procura-se o fio dos acontecimentos, de modo a legitimar, pela exposição do respectivo nexos, o perfil essencialmente intelectual e cívico de Luís de León.

Em 1915, Lúcio de Azevedo regressa à secção de artigos de História da Igreja e das Religiões através de um estudo no qual retoma uma temática de eleição – até então a única que explorara – os judeus. Desta vez surpreende a Gente de Nação na diáspora, dando sequência, em dois momentos, à História deste povo após a expulsão de D. Portugal, por D. Manuel. Neste artigo, o seu autor retoma as práticas historiográficas anteriormente desenvolvidas, mormente no plano metodológico, mas atenua o grau de explicitação do *assimilacionismo católico*. A pesquisa incide numa abordagem panorâmica, através da qual se expande uma narrativa cronológica e diacrónica dos principais acontecimentos nos quais se envolveram os judeus da Diáspora. A principal novidade, pouco aprofundada, reside no aparecimento de pequenas notas biográficas acerca de certas personalidades e suas famílias. No primeiro momento do artigo em análise, publicado entre Abril e Junho de 1915, Lúcio de Azevedo defende que os Reis que em Portugal perseguiram os judeus, mantinham tolerância para com os da diáspora, situação que comprova a ideia expressa no texto sobre os Cristãos-Novos, segundo a qual, a tese das motivações religiosas como

⁷⁶⁷ Aubrey Bell – Luís de León and the Inquisition. In *Revista de História*, vol. 3, n.º 11. Lisboa: Clássica Editora, 1914, pp. 208-209.

móbil da perseguição deve ser mitigada. A *Gente de Nação* que foi para o estrangeiro, desde meados do século XVI, dirigiu-se par Tunes, Argel, Turquia, Itália (Veneza, Nápoles, Ferrara), França (Bayonne e, sobretudo, Bordéus) e Amesterdão. Lúcio de Azevedo continua a explorar as divisões entre judeus do Ocidente e do Oriente, afirmando que se mantiveram até à Revolução Francesa.

Deste modo, o autor expõe alegada falta de unidade deste povo e responsabiliza de novo os sefarditas pelo sebastianismo, forma de messianismo cultivada por uma parte do povo português. No segundo momento do artigo, *Os Judeus na Diáspora*, o colaborador da *Revista de História* contextualiza e pormenoriza os itinerários entretanto apontados, destaca judeus ilustres e especifica as suas profissões, acrescentando que foram bem recebidos na Inglaterra, na Alemanha e no Brasil, sobretudo no Recife⁷⁶⁸.

Em Lúcio de Azevedo, mais uma vez, a História da Igreja, entendida numa perspectiva institucional e política, faz a ponte com uma História das Religiões em vias de alargamento dos seus horizontes temáticos, centrada no percurso narrativo de certas personalidades. Este artigo de Lúcio de Azevedo foi precedido por outro, da autoria de Damião Peres, no qual a História Europeia volta a comparecer, mas sob o signo dos seus reflexos sobre a realidade portuguesa. Em *Portugal e o Cisma, Subsídio para a História Político-Eclesiástica Portuguesa* percebe-se, desde o título, a assunção de uma matriz assente na prática de uma História e Historiografia da Igreja. Parte-se de um acontecimento, o Cisma do Ocidente, e estuda-se as relações entre o poder espiritual e o poder temporal, que conduziram a essa situação, derivada, segundo Damião Peres, da perda de relevância da Igreja Católica face ao crescente domínio dos monarcas europeus. Nota-se que o colaborador da *Revista de História* lamenta o Cisma, mas procura relatar de modo objectivo, distanciando os acontecimentos, expostos de modo lacónico e em diacronia. O historiador sobrepõe-se ao católico, sem menosprezá-lo, ou, muito menos, silenciá-lo. Retoma-se uma História de poderes, que fora tematicamente desenvolvida por Fortunato de Almeida, mas, do ponto de vista da abordagem desenvolvida, Damião Peres passa ao largo do *Ultramontanismo ou do Integrisimo Conciliarista* para preconizar a necessidade do respeito pela autonomia e pelo equilíbrio de poderes. A partir do Cisma, o Clero decaiu devido à existência da autoridade de dois papas, um no Ocidente, outro no Oriente, mas também se deveu tal decadência a lutas entre os seus membros. A Igreja católica não é apresentada como um bloco homogéneo e coeso, desmentido pela fidelidade ao relato de certos acontecimentos: D. João I abusara do Direito de Padroado, no

⁷⁶⁸ Cfr. João Lúcio Azevedo – Judeus portugueses na dispersão. In *Revista de História*, vol. 4, n.ºs 14/15. Lisboa: Clássica Editora, 1915, pp. 105-127 e pp. 201-217.

entender de Gama Barros; Alexandre Herculano refere que os papas intervinham em Guerras contra príncipes e, enquanto Inocêncio III fora intransigente com Sancho II, Gregório XI cedeu bem mais relativamente a D. Fernando. Esta tendência teve precursores em D. Afonso II ou D. Dinis, concretizando D. Pedro (Pós-Cisma) uma atitude de fiscalização da Igreja e de imposição ao seu poder, através do Beneplácito Régio.

Do ponto de vista das fontes utilizadas, Damião Peres apenas cita uma vez os *Portugaliae Monumenta Historica*. Não trabalha as chancelarias, em detrimento da leitura de algumas crónicas, prevalecendo, em certos momentos, a opinião das autoridades historiográficas medievais sobre a historicidade dos acontecimentos políticos. O mesmo se passa quando se analisa o grande destaque conferido a estudos de historiadores oitocentistas, como Herculano ou Gama Barros, sob cuja protecção Damião Peres se coloca implicitamente, comparecendo, discretamente, como continuador das respectivas linhagens, perpetuando o legado correspondente. Não espanta, portanto que a sombra tutelar expressamente agigantada pelo colaborador da *Revista de História* seja outra e precursora dos nomes citados: «Mas a partir de aquelle momento [o Cisma] tudo muda, desenhando-se então, como muito bem observou o grande Ranke, uma nova phase na historia das relações entre o poder papal e o poder dos principes»⁷⁶⁹.

O autor português solidariza-se com a leitura patente na *História do Papado*, do historiador alemão Ranke, segundo a qual o Cisma marcou uma ruptura temporal na História da Igreja. Esta perspectiva concita a consideração de uma causalidade avessa a continuismos deterministas. Por outro lado, os factos são vistos como aquilo que acontece na realidade e os documentos transportam-nos até ao presente dos historiadores, que devem respeitá-los escrupulosamente, resgatando-se, deste modo, a verdade dos acontecimentos. No momento em que Damião Peres publica o seu artigo na *Revista de História*, a Primeira Guerra Mundial tinha alguns meses de duração e a República Portuguesa quatro anos e meio, mas tardava o possivelmente almejado equilíbrio de poderes entre a Igreja e o Estado, dominando este, oficialmente, em quase toda a linha.

Também sob o signo do equilíbrio, mas elogioso face à República. Eduardo Moreira regressa à *Revista de História* para fazer uma breve biografia daquela a quem chama *O Erasmo Português, Damião de Góis*. O colaborador da *Revista de História* esboça um trânsito entre a História da Igreja e a das religiões, dado que as instituições são compostas por homens que lhes conferem identidade e discutem-nas, por dentro

⁷⁶⁹ Damião Peres – Portugal e o Scisma: subsídio para a história político-eclesiástica portuguesa. In *Revista de História*, volume 4, n.º 13. Lisboa: Clássica Editora, 1915, p. 57.

e por fora. Eduardo Moreira compara o cronista português com o humanista de Roterdão, assimilando o percurso daquele ao trajecto deste, mas detém-se mais sobre o escritor português. Exime-se a chamar-lhe protestante, mas reconhece que o seu contacto com o Protestantismo não terá sido meramente accidental. Paralelamente, Erasmo é uma personalidade que ao longo da História tem sido umas vezes reclamado outras verberado por Católicos e Protestantes, afirmando-se ou negando-se a sua pertença a estas confissões. Compreende-se o diferendo, dado que o humanista fez a ponte entre ambas. De modo tímido, Eduardo Moreira parece sugerir que Damião de Góis, o autor da *Crónica de D. Manuel*, e, sobretudo, da *Carta aos Etíopes* exerceu, à escala, portuguesa, intermediação semelhante, dado que, tendo nascido em Alenquer estivera, já adulto, em boa parte da Europa Culta desenvolvendo contactos que, para Moreira, extravasam o plano cultural, para promoverem encontros entre possuidores de uma dimensão implícita e informalmente encarada como pastoral. Do ponto de vista metodológico, o colaborador da *Revista de História* pormenoriza, neste artigo, uma abordagem assente num quadro cronológico, presente anteriormente em *Notas Históricas sobre as Igrejas Evangélicas em Portugal*, só que em 1915, o processo de institucionalização estava em vias de desenvolvimento, mais assumidamente em marcha, podendo efectivar-se de modo mais subtil e discreto.

A colaboração de Eduardo Moreira continuou, sensivelmente nos mesmos moldes, no ano de 1916. Primeiro, através de um artigo de contextualização da realidade europeia, intitulado, *O Início da Guerra à Reforma (1366-1531)*, e depois publicou, *O século de Damião de Góis* regressando ao humanista de Alenquer. Em *O Início da Guerra à Reforma*, o seu autor prossegue os *Quadros da História Literária Evagélica* e privilegia a exposição, ritmada e sumária, da cronologia dos acontecimentos europeus que testemunham as tentativas da Igreja católica no sentido de impedir manifestações reformistas no seu seio. Antes de encetar uma narrativa desses factos, o cultor de Clio pronuncia-se, genérica e introdutoriamente, sobre a natureza que considera perniciosa da mentalidade inquisitorial e respectivos efeitos: «Cerca de 40 mil nos diz o Sr. Dr. A. Baião serem os processos das inquisições do reino, hoje arquivados na Torre do Tombo, sendo, segundo o mesmo erudito investigador, director daquele estabelecimento do Estado, cerca de duzentos os que dizem respeito a Protestantes. Até agora estão mais ou menos divulgados os processos de Damião de Goes, de Fernão d'Oliveira, o grammático, e de Fernão de Pina, o chronista, mas é indispensável o estudo methodico e consciente de todos êsses processos de reformados par se avaliar o grau de influencia protestante que se chegou a fazer sentir em Portugal Recordemos, entretanto que não era só a guerra

aos homens que se fazia, mas igualmente a guerra aos livros, uma para elles bem perigosa arma de luz»⁷⁷⁰

Este excerto demonstra bem o reconhecimento de um circuito de afinidades electivas do qual Eduardo Moreira é portador ao referir-se ao católico António Baião, sócio da Sociedade Portuguesa de estudos Históricos, sem apontar directamente a confissão à qual pertencia aquele intelectual, mas admitindo, ainda que de modo sóbrio, o papel oficial do arquivista católico na conservação de uma memória histórica da Inquisição. O intuito do pastor evangélico recolhe implicitamente a lição de humildade e pacifismo de cunho erasmista, entendendo de forma sub-reptícia, o momento em que escreve como oportunidade para resgatar o exemplo dos *Grandes Homens* responsáveis pelo dealbar do protestantismo em Portugal. Moreira refere as perseguições a crentes com ímpetos reformistas na sequência da vontade de, pela positiva, destacar os feitos destes e nunca sob a égide de qualquer frentismo. Mesmo a cronologia dos obstáculos à implantação do protestantismo é apresentada de modo lacónico, sem recurso a adjectivos, demonstrando que pode lembrar-se o passado de forma moderada e activa, obliterando-se o recurso a vinganças ou ajustes de contas, e com os olhos fitos no presente e futuro, para que se não repitam as perseguições. Este intuito moral não é exposto com paternalismo mas através de uma atitude da qual ressalta o desejo de objectividade historiográfica.

Eduardo Moreira impõe, do nosso ponto de vista, um didactismo discreto, avesso a demagogias ou fórmulas enfáticas, eivadas de dramatismo, mas aberto a uma toada conciliatória. Em 1373, o monarca português D. Fernando assinou um tratado, na sequência das boas relações com a Inglaterra, que acabou, paradoxalmente, por abrir caminho à Inquisição, materializando-se a luta de Franciscanos e Romanos contra os Wicliffs e os boiardos. Um século volvido, D. Leonor, mulher de D. João II, mandou imprimir o *De Vita Christi*, quatro evangelhos compilados por Ludolfo da Saxónia. Em 1554 esta obra foi reeditada. As primeiras tentativas de Reforma na Alemanha impuseram a exegese bíblica a partir das fontes gregas, em detrimento das latinas. Ao referir-se a D. Leonor, ao de *Vita Christi* – mas também às necessidades de Reforma defendidas no seio da Igreja católica por S. Bernardo ou S. Bento, ou pelos Concílios de Constança Basileia e pelas Iniciativas de Tertuliano, João Huss, ou pela Confissão de Augsburg – Eduardo Moreira procura demonstrar que a Reforma não constituiu apenas ou essencialmente uma ruptura com o catolicismo, mas igualmente de uma tentativa de purificá-lo e expurgá-lo de certas vicissitudes. Em 1517 foram publicadas as teses de Lutero, sobre os quais o

⁷⁷⁰ Eduardo Moreira – O início da guerra à Reforma (1360-15319). In *Revista de História*, vol. 5, n.º 18. Lisboa: Clássica Editora, 1916, p. 177.

colaborador da *Revista de História* não se detém eventualmente, para não conferir um tom apolegético aos seus estudos historiográficos. Em Abril de 1521, D. Manuel reprimiu estes esforços reformistas, patentes em documentos vários, inclusive uma carta do Papa Clemente VII a Frei Diogo da Silva. Na defesa da precocidade dos ímpetus portugueses, o colaborador da *Revista de História* contraria Herculano e segue a obra de J. M. Barreto, de 1901, *A Introdução da Reforma em Portugal*, mas não acompanha a convicção de que a Bula citada visava Góis. O texto do historiador protestante termina com uma lista bibliográfica, na qual escasseiam as fontes primárias, mormente manuscritos, à excepção dos *State Papers*. No próprio texto, a bula indicada também não constitui regra na tipologia da documentação carreada. O autor, apesar de pertença uma condição religiosa, tenta demonstrar cientificidade assente em objectividade no seu estudo, mas não profunda a crítica de fontes, nem interpreta abundantemente as relações entre os acontecimentos, encarados, tal como a verdade histórica enquanto expressões de adequação à realidade. O cultor de Clio aqui presente é mais um expositor de factos do que um exegeta ou teólogo. Mesmo o seu proselitismo se apaga-se em favor de um didactismo de pendor descritivo.

O artigo *O Século* de Damião de Góis acentua estes traços e é dominado por uma cronologia explícita e graficamente assinalada, na qual se alinham os acontecimentos da Reforma europeia e portuguesa, sem tratar em separado qualquer delas, situação indiciadora da necessidade ou possibilidade, deixada em aberto, do leitor potencial comparar ambas. Mais uma vez e de modo inequívoco, Eduardo Moreira recusa comprometer-se com perspectivas hermenêuticas e esconde-se atrás de uma diacronia de teor expositivo, furtando-se a impôr, ou sequer esboçar, opiniões suas.

Em 1917, o padre Jesuíta Francisco Rodrigues, que lera o artigo de Moreira intitulado, *O século* de Damião de Góis, responde-lhe em tom crítico. O seu intuito com *O século XVI em quadro Cronológico* é corrigir os erros alegadamente cometidos pelo historiador protestante. Para justificar-se e dar conta do incómodo imediato que nele causaram os escritos de Eduardo Moreira, Francisco Rodrigues enceta uma fundamentação teórica das suas posições, dissertando sobre a importância das cronologias, instrumentos metodológicos considerados relevantes pela sua rapidez, pela visão de conjunto que propiciam aos historiadores, e pelo destaque conferido aos *Grandes Homens*.

Impõe-se a citação da crítica metodológica realizada pelo colaborador jesuíta da *Revista de História*, dado que tal atitude de reflexão historiográfica é pouco frequente nas páginas do periódico. Nela, o seu autor encara a cronologia como algo mais do que um instrumento de trabalho, tornando-a indissociável de uma perspectiva

analítica e solidária de um ponto de vista conceptual, ainda que este seja apenas esboçado e insuficientemente concretizado: «os quadros chronologicos são os traços fundamentaes que o historiador lança na tela da história, e uma como que miniatura em que o leitor numa vista rapida contempla, ainda em esboço, as scenas que a penna do escriptor lhe há-de fazer passar diante dos olhos com todos os claros e sombras da realidade. Dão-nos uma ideia de conjuncto e levam a attenção a fixar-se nos acontecimentos mais importantes e nas personagens de mais alto-relevo. Mas por isso mesmo, se requer o major escrupulo e exatidão neste desenho inicial, não vão as primeiras linhas, talvez mal traçadas, desfigurar a obra inteira. Movido, certamente de considerações deste genero, determinou-se o senhor Eduardo Moreira, para esclarecer os seus *Quadros de Historia Litteraria Evangélica*, a formar um quadro chronologico também do século XVI, intitulando-o, *o Século de Damião de Góis*. No *Quadro* apresenta o auctor, digno por isso do louvor e agradecimento dos eruditos, os factos que em Portugal e nas conquistas de alguma forma se ligam com o Christianismo da Igreja Professa e dos seus sucessivos reavivamentos (revivels) incluindo aquele a que chamamos a Reforma (...). É vasto o plano e não pode deixar de mover justa curiosidade no leitor. Com sabido interesse percorremos tambem nós o quadro, e não nos faltou ensejo de verificar a muita erudição do auctor. Releve-nos porém o admirador de Damião de Góis que sem o menor intuito polemico, mas unicamente para que todos prestemos à verdade o seu devido preito, exponhamos aqui alguns reparos, que se nos offerecem ao passar os olhos pelo referido quadro chronologico. Numa revista destinada a diffundir os ensinamentos da história, cuja suprema lei se cifra na imparcialidade, não deve o leitor, menos instruído nas intenções do Sr Eduardo Moreira, poder suspeitar a mais tenue sombra de sectarismo. Apontemos uma ou outra data como o facto ou factos mencionados pelo illustre chronologista (...)»⁷⁷¹

Do ponto de vista pessoal Francisco Rodrigues diz respeitar e admirar Eduardo Moreira: Não cabe aqui aquilatar a veracidade de tal afirmação. Todavia, o historiador jesuíta sabia, certamente, que o intelectual protestante era amigo de Fidelino de Figueiredo, e pertencia à Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Daí o cuidado com que salvaguarda a personalidade em causa. No entanto, dele se distingue, alegadamente, pelo assumido apego à verdade em questões de natureza científica, demonstrando certo eufemismo na linguagem prenhe de escrúpulo protocolar desmentido pela intenção de desmistificar os erros supostamente cometidos por Eduardo Moreira. Por detrás desta desmontagem, encarada como científica pelo seu

⁷⁷¹ Francisco Rodrigues – O século XVI em quadro chronológico. In *Revista de História*, vol. 6, n.º 22. Lisboa: Clássica Editora, pp. 105-106.

autor, encontra-se o jesuitismo de Francisco Rodrigues, magoado por certas acusações de assassinato cometidos por alguns jesuítas sobre os protestantes. Contrapõe o iniciano que os calvinistas é que pegaram em armas contra Ignácio de Azevedo. Refere ainda que, ao contrário do que escrevera o historiador adepto da Reforma, o Papa Sisto V não fora adversário da Companhia de Jesus. Francisco Rodrigues parece querer, discursivamente afastar-se da polémica, mas ela comparece através de um dispositivo semelhante aos dos tribunais, passando Eduardo Moreira, enquanto cultor de clío, pelo crivo do seu juízo intelectual, implicitamente moral e colocado do lado da *verdade* como adequação aos acontecimentos, mas estes são transformados em matéria de impressão e opinião, ao serviço de uma subjectividade que se esconde sob o signo de alegada imparcialidade. Não por acaso, Francisco Rodrigues cita Fortunato de Almeida em seu auxílio.

De permeio, entrecortando a divergência do escritor jesuíta relativamente a Eduardo Moreira, ainda em 1916, a *Revista de História*, decidiu publicar um texto de João Lúcio de Azevedo, católico portador de retórica conciliatória. O alinhamento pode não ter correspondido a qualquer encadeamento deliberado de conteúdos, mas, coincidência ou não, deu acolhimento a um trabalho no qual o autor de *Estudos sobre os Cristãos-Novos Portugueses* realiza uma biografia do Padre António Vieira, jesuíta heterodoxo que cruzou, no seu itinerário a Religião com a Política. O colaborador da *Revista de História* realça isso mesmo, embora separe formal e instrumentalmente os dois planos. Essa separação não esconde nem ilide aproximações no decurso do discurso historiográfico, salvaguardando todavia uma sequência cronológica diacrónica, atenta à descrição narrativa de factos e acontecimentos da vida do Padre António Vieira, presentes em fontes manuscritas e impressas compaginadas com bibliografia. João Lúcio de Azevedo contradiz o cronista André Barros que afirmara as raízes aristocráticas da personalidade em causa, defendendo que a entrada de Vieira para os Jesuítas e a rigorosa observância da sua regra oferecem, ao estudioso da sua biografia, escasso campo de manobra, fruto da exiguidade documental sobre o período religioso na vida do iniciano, ordenado sacerdote entre 1627 e 1635. O segmento temporal de 1608 e 1640 correspondeu ao encantamento pela vida religiosa e entrada nela. O colaborador da *Revista de História* exime-se a expor eventuais hesitações de Vieira no caminho da fé ou contradições com irmãos jesuítas, não se interessando por atingir altos cargos na hierarquia da Ordem: «Tão alto nunca subiu Vieira; nunca porém na sua tão longa existencia deixou de ser honrado e recto por o terem mestres e superiores julgado habil para ensinar aos que vinham depois d'elle essas condemnadas doutrinas [sobre probabilismo, a restrição mental e o equívoco]. Fraquejou, é certo, na caridade com o proximo e no desprezo das injurias; de versatil

pode ser increpado; e algumas vezes o acharemos, por orgulho, em conflito com a verdade. Isso era questão de temperamento e não de theorias»⁷⁷²

Percebe-se, pelo retrato psicológico de António Vieira, traçado por Lúcio de Azevedo, que este teria preferido que o biografado fosse personalidade mais empenhada em conseguir consensos nas questões em que se envolvia, lastimando o facto de o inaciano não se envolver permanentemente em acções de caridade. No que respeita à abordagem acerca da actividade política (1640-1650) desenvolvida por Vieira, o colaborador da *Revista de História* ressalta, em 1917, – na continuação do seu artigo – os momentos de maior proximidade para com D. João IV e destaca a chamada do religioso biografado a Haia para dirimir junto do embaixador Sousa Coutinho a dissensão portuguesa face aos holandeses devido à pregnância destes e da sua Companhia Comercial no Brasil, onde Vieira vivia, e cuja realidade conhecia bem. Acresce que, nesta sequência, o padre defendia e protegia os Cristãos-Novos, pelos quais Lúcio de Azevedo não nutria simpatia. No entanto, o cultor de Clio não alinhou pela excessiva colagem de Vieira a D. João IV e às Guerras da Restauração, eximindo-se a uma visão historiográfica instigadora da indistinção entre o poder político e a religião. Todavia, também não explorou divergências entre D. João IV e Vieira.

Após três anos de interregno, no que respeita a novidades, a Historiografia da Igreja e das Religiões regressa às páginas da *Revista de História* através do contributo do também jesuíta Artur Viegas, que insiste na abordagem temática consagrada à Companhia de Jesus, desta vez de forma ainda mais directa. No artigo *Ribeiro Sanches e os Jesuítas*, o seu autor parte de fontes primárias, os manuscritos autógrafos do intelectual setecentista citado – encarado como praticante do Judaísmo – para tentar ajuizar se este fora amigo ou inimigo dos Jesuítas. Num primeiro momento, – dado à estampa no segundo trimestre de 1920 – introdutório de um livro em preparação, Viegas prolonga uma Historiografia da Igreja de cunho moral e tribunalício, anteriormente concretizada por Francisco Rodrigues e, de modo algo impressionista, parece analisar o pensamento de Ribeiro Sanches em função das simpatias e antipatias deste e dos respectivos estados de alma. O historiador jesuíta afirma a ambivalência da personalidade estudada na matéria em apreço e esboça interpretação de cariz psicológico, desligada de qualquer crítica documental, segundo a qual Sanches sofria desde a infância de uma apagada e vil tristeza, resultante de estigma nele provocado pela perseguição aos judeus. Entre Setembro e Dezembro de 1920, Artur Viegas continua a rastrear a biografia de Ribeiro Sanches em torno do eixo

⁷⁷² João Lúcio de Azevedo – Primeiro período da vida de António Vieira, o religioso: 1608-1640. In *Revista de História*, vol. 5, n.º 19. Lisboa: Clássica Editora, 1916, p. 247.

axial constituído pela questão do jesuitismo. Começa por indispor-se com o silêncio do intelectual acerca da execução de Malagrida a mando do Marquês de Pombal, cujo antijesuitismo incomodava, certamente, o colaborador da *Revista de História*.

A fase alegadamente benévola de Ribeiro Sanches para com os inicianos terá principiado com a sua ida, em 1716, para o Colégio das Artes. Em 1735 elogiou o Padre António Vieira e, quando se tornou embaixador na Rússia constatou o apreço votado à Companhia de Jesus na China. A correspondência de 30 anos com André Pereira, missionário do Oriente, condicionou positivamente a relação que Sanches passou a ter com os Jesuítas, pautada por respeito e admiração, atitude descrita no terceiro momento do texto do padre Artur Viegas, publicado ainda em 1920. Um balanço deste artigo permite perceber que o seu autor usa progressivamente Ribeiro Sanches e a sua mudança de comportamento para com a Companhia de Jesus como emblemas das virtudes implicitamente atribuídas – mas não pomenorizadas – pelo colaborador da *Revista de História* aos inicianos. O cultor de Clio, também Jesuíta, opta por uma Historiografia da Igreja com aproximações ténues e assistemáticas, frustes e incipientes, a uma etnografia comparativa das religiões, mais por via da alusão a certos lugares comuns-favorecidos pelo crescente cosmopolitismo de Sanches – do que em nome de uma investigação aprofundada. Assim Viegas utiliza uma linguagem fértil em adjectivos, efeitos visuais. Por vezes recorre à perífrase, e é permeável a certas construções frásicas a tender para a contorção, prenhes de redundâncias. O autor segue quase acriticamente a parte dos manuscritos de Sanches que se reportam à correspondência com o Jesuíta André Pereira, colando-se a certa toada confessional que surpreende nas cartas, e exibindo propensão para mimetizar esse estilo. O colaborador da *Revista de História* tenta, todavia, manter um perfil de cientificidade no seu relato, demonstrando vontade de respeitar a cronologia e a diacronia dos acontecimentos – e uma historicidade no percurso de Sanches – permeáveis à contradição sobre os Jesuítas, prevalecendo a imagem mais forte de certa simpatia.

Deste modo, o cultor de Clio jesuíta pretende escapar a certo frentismo que revelaria se considerasse o intelectual setecentista como inimigo dos inicianos. Ao eximir-se a esse gesto, enfatiza a possibilidade de leitura do comportamento de Ribeiro Sanches como uma espécie de revelação com que se deparou. Ganha outro sentido e diferente dimensão a adesão historiográfica condicionada – mas não explicada no imediato – à causalidade tripartida de Taine, logo no primeiro andamento do artigo. Havia necessidade de guardar margem para a empatia crescente da personalidade estudada para com a Companhia de Jesus: «Sem subscrevermos absolutamente a theoria de Taine no tocante á triplice influencia, pouco menos que

fatalista, da raça, meio e momento, influencia, segundo o mestre inevitável, e que determina com uma precisão e certeza quase geométrica os fenómenos de actividade espiritual em cada indivíduo, não nos podemos contudo abstrair inteiramente desses factores, quando tentamos explicara as notáveis anomalias que se revelam no carácter de Ribeiro Sanches»⁷⁷³

Em 1921, Artur Viegas continuou a tratar a relação entre Ribeiro Sanches e os Jesuítas mas agora sob a égide de um título novo, correspondente a um artigo formalmente autónomo e diferenciado. Todavia nele continua a expressar perspectivas historiográficas anteriormente trabalhadas e expostas. Desta vez, versa sobre o bom entendimento entre *Ribeiro Sanches e D. Polycarpo de Sousa, terceiro bispo de Pequim*. O jesuíta, cultor de Clio, aproveita a sanidade desta relação entre dois indivíduos para orquestrar uma narrativa diacrónica, assente num vasto quadro cronológico, de forma a ressaltar, implicitamente, que o embaixador de Portugal na Rússia, humanista sensível a ambientes iluministas teve Jesuítas como interlocutores privilegiados, situação que atesta a cultura e a formação moral e cívica destes. Artur Viegas começa por referir que Sanches contactou com D. Polycarpo na China e este foi o eclesiástico a quem mais se confidenciou a sua vida. O colaborador da *Revista de História* esboça, em seguida, uma mini-biografia do bispo de Pequim, referindo as missões de António Magalhães à China, nas quais aquele inaciano ia integrado, mormente numa segunda ocasião. Entretanto, D. Polycarpo foi nomeado bispo por influência de D. João V – que muito o elogiava – aos 43 anos, em 1743. Esta nomeação não fora pacífica, dado que Clemente XII não estava alegadamente de acordo com ela, devido ao facto do eclesiástico em causa ser jesuíta. Mas tudo mudou, com a morte do Pontífice e a ascensão de Bento XIV. No entanto, Ribeiro Sanches recebeu a dura notícia do seu amigo André Pereira e refugiou-se no apoio de D. Polycarpo, que fixou residência na corte. Existem escassas notícias da sua acção pastoral, mas Artur Viegas caracteriza o bispo, como caridoso, esmoler-mor e defensor dos mais pobres. O jesuíta morreu na China a 26 de Maio de 1757, com 60 anos, e em 1759 os Jesuítas foram ali mal tratados e espoliados, no dizer e no sentir do colaborador da *Revista de História*, que ressalta a importância da correspondência entre Ribeiro Sanches e D. Polycarpo de Sousa para melhor entender o perfil psicológico daquele, descrito como personalidade meiga. O eclesiástico sugeriu-lhe que não regressasse a Portugal, pois seria queimado pela Inquisição, devendo moderar os seus ímpetos entretanto. Artur Viegas reconhece certos excessos dos jesuítas na educação e refere que D. Polycarpo estava a par de embaixadas de

⁷⁷³ Artur Viegas – Ribeiro Sanches e os Jesuítas. In *Revista de História*, vol. 9, n.º 34. Lisboa: Clássica Editora, 1920, p. 84.

Portugal à China e de D. Manuel junto de D. João V, na Rússia. O bispo de Pequim visitou o Brasil e considerou-o o melhor alvo económico e social de Portugal para o futuro.

Na correspondência de Polycarpo de Sousa com Ribeiro Sanches – seguida a par e passo, sem acrescentos ou invenções por Artur Viegas – o bispo avulta como uma personalidade aberta ao mundo, interessada por assuntos políticos, que não se limita à oração. Resulta sintomático que, no retrato de Artur Viegas a dimensão pastoral daquele eclesiástico – por certo muito relevante – é menos abordada do que a sua atenção a aspectos de incidência diplomática, que envolvam os poderes. Este artigo publicado na *Revista de História* situa-se na confluência da História da igreja com a valorização do percurso humano de um dos seus agentes, utilizado de modo implícito, como modelo e exemplo de e para todos os Jesuítas. Francisco Rodrigues recorre-se a uma generalização que promova toda a ordem, deixando a ideia de que ela tal como D. Polycarpo se distancia da Inquisição. Viegas exime-se a apresentar casos que existem e contrariam esta tendência. Pratica uma Historiografia na qual diz visar e respeitar a objectividade, mas cede a um pressuposto: louvar a acção dos Jesuítas.

Todavia, não alinha por um posicionamento ultramontano, de defesa incondicional das mais altas hierarquias da igreja, e parece permeável ou favorável às Intromissões de D. João V, com quem simpatiza, no poder espiritual. Entretanto, o Padre Francisco Rodrigues regressa às páginas da *Revista de História* e à temática jesuítica, que lhe é cara, e parece ganhar espaço considerável no periódico. O cultor de Clio pratica uma Historiografia que prolonga aquela que anteriormente evidenciara e apresenta um estilo de escrita mais lacónico e austero do que o de Artur Viegas. Exibe também uma preocupação tendente a fixar, instrumentalmente, maior imparcialidade e aprofunda um fascínio por panorâmicas de teor cronológico e diacrónico. Em, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões, esboço histórico, superiores, colégios*⁷⁷⁴, o cultor de Clio descreve em, conjunto, a actividade dos Inacianos em Portugal e nos territórios ultramarinos, talvez por considerar ambas as dimensões inseparáveis, inviabilizando a respectiva individualização. O autor centra-se no período entre 1540 e 1773, que abrange a fundação da Ordem por Loyola, a fixação de Simão Rodrigues em Portugal, a proliferação das vocações, quatrocentos em 1560 e mil setecentos e cinquenta e quatro em 1759. Francisco Rodrigues acompanha a actividade dos Jesuítas no tocante à Educação, confissão, pregação e assistência, destacando o itinerário de Francisco Xavier pela Índia, onde

⁷⁷⁴Cfr Francisco Rodrigues – *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões, esboço histórico, superiores, colégios*. In *Revista de História* volume 10, número 39, Lisboa: Clássica Editora pp.161-216.

alegadamente colocou em prática estas dimensões. Desde Setembro de 1759, alguns inicianos foram presos, ou condenados sem processo, consubstanciando-se o ódio de Pombal. Francisco Rodrigues divide em dois um segundo momento cronológico da História da Companhia de Jesus. Situa uma primeira fase entre 1829 e 1834 –, na qual, em 1829, os Jesuítas foram readmitidos em Portugal, tendo sido encarregues do Colégio das Artes três anos volvidos, todavia, não evitaram nova expulsão em 1834 – enquanto a segunda (1858-1910) compreende a fundação do Colégio de Campolide, no qual se procedeu à reforma do ensino, extensível a oito novos colégios criados entretanto. Em 1890 realizaram-se missões a Macau, Índia e ao Zambeze. A 8 de Dezembro de 1910 assistiu-se ao confisco dos bens dos Jesuítas. Esta informação termina o andamento consignado à breve cronologia dos Jesuítas. Francisco Rodrigues não o diz explicitamente, mas pela separação gráfica dos dados que recolheu, percebe-se que assinala e denuncia, de modo discreto, uma ruptura entre os anos de fundação e consolidação da Companhia de Jesus e aqueles que, no século XIX e no dealbar do século XX correspondem ao seu declínio. A composição formal da cronologia é portadora de subreptícia intenção pedagógica, colocando em prática os preceitos teóricos expostos em trabalho anterior pelo colaborador da *Revista de História*, e que se relacionam com a necessidade de clareza e rapidez expositivas, de modo a favorecer o didactismo pretendido, que se reforça à entrada do inventário de provinciais e visitantes da Companhia de Jesus, em Portugal e no Ultramar, beneficiada pelo enquadramento cronológico que a precedeu.

A listagem evidencia, em nosso entender, o cruzamento de uma Historiografia centrada no apuramento de factos positivos acerca de personalidades jesuítas – que possibilite a construção crítica e interpretativa de prosopografias – com a exibição, em notas de pé de página, de fontes primárias nas quais o autor se baseou para, pelo um relato objectivo, demonstrar, de modo discreto, a capacidade organizativa dos inicianos, pela qual resistiram às múltiplas adversidades com que se confrontaram. Curiosamente, o artigo seguinte, da autoria do Padre Ernesto Sales, apresenta todas as características historiográficas do seu antecessor⁷⁷⁵: Materializa um enquadramento cronológico dos Inquisidores-Gerais, de modo a contextualizar o respectivo inventário, sempre com preocupações em linha com uma História institucional, na qual o historiador é sobretudo uma arquivista, que acumula e inventaria fontes, mas apaga-se para fazê-las emergir, numa tentativa de reproduzir a realidade, objectividade e verdade dos factos. Não deixa de ser curioso o alinhamento editorial dos artigos, dado que Francisco Rodrigues omitira a presença de Jesuítas junto da Inquisição,

⁷⁷⁵Cfr . Ernesto Sales – Inquisidores Gerais em Portugal, in *Revista de História*, volume 10, número 39. Lisboa: Clássica Editora, pp.202-208.

precisamente a instituição recenseada por tema recenseado por Ernesto Sales, que coloca as suas qualidades de bibliófilo – mais do que historiador ao serviço do seu inventário, de natureza essencialmente heurística. Quanto ao enquadramento cronológico do seu estudo, Ernesto Sales por referir as tentativas de instituição e fixação da Inquisição em Portugal, através da Bula de Paulo III, publicada em 1536. Em seguida, aponta a criação do Santo Ofício no Porto, Lamego e Tomar e refere a nomeação dos inquisidores sem esquecer o aparecimento do Regimento de 1570. Segue-se a pormenorização da lista dos inquisidores, apresentada através de uma narrativa explícita, ao invés do estilo seco e austero de Francisco Rodrigues. Antes da publicação de todos os estudos até aqui versados, correspondentes ao ano de 1921, foi dado à estampa o trabalho de Fortunato de Almeida no qual se comprova o interesse por ordens religiosas na *Revista de História* e, neste caso, por uma em particular, que não volta a merecer esforços afins no periódico. Trata-se dos *Franciscanos em Portugal nos finais do século XVII*. Neste artigo, o colaborador da *Revista de História* expõe menos as suas crenças, sem nunca obliterá-las. Comparece, essencialmente, como artífice de republicação de fontes primárias, crónicas, que tinham merecido anterior divulgação na Revista Ibérica, através do esforço do Padre espanhol Atanásio Lopez. Fortunato de Almeida estava consciente que a divulgação deste património estava ao dispor de escassos leitores e nunca era demasiado o intuito de romper com essa escassez e insistir na respectiva divulgação, pioneira em Portugal. Tanto mais que, segundo o historiador apenas os Jesuítas escapavam à exiguidade cronística.

Fortunato de Almeida terá sentido que a *Revista de História* dava maior atenção aos inicianos e tentou contribuir para a inversão da tendência. O seu artigo possui sobretudo interesse heurístico e arquivístico e nele o autor resgata fontes, parcialmente como antiquário, sem proceder à respectiva crítica interna, mas pormenorizando a externa, em notas de pé de página. Todavia, ainda que mitigada, a vocação polémica do cultor de Clio comparece no seguinte excerto, através do qual lamenta a falta de conservação arquivística na actualidade e ataca poderes oficiais da Primeira República: «Esta lacuna é tanto mais deplorável quanto aumenta dia a dia a dificuldade de a preencher. Dos arquivos dos institutos religiosos e outros de carácter eclesiástico, alguns foram sacrificados à ferocidade da demagogia ignara; outros existem dispersos e desordenados e também os há acumulados em monte, como rima de trapo, aguardando a “larva imunda e feia”, a visita dos ratos e a acção deletéria da poeira e da humidade. Abençoado país»⁷⁷⁶.

⁷⁷⁶ Fortunato de Almeida – Os Franciscanos em Portugal nos finais do século XVII. In *Revista de História*, vol. 10, n.º 38. Lisboa: Clássica Editora, 1921, p. 82.

No ano de 1923 foi publicado na *Revista de História* um excerto da Crónica de *D.Nuno Álvares Pereira*, da autoria de Frei Simão Coelho. Trata-se de um trabalho apologético, laudatório, que constitui uma parte do *Compendio das Chronicas da Ordem da Nossa Senhora do Carmo*, onde o autor, religioso, traça um retrato do biografado dotado de teor apologético, no qual D. Nuno comparece como crente. Existe uma introdução muito breve ao documento publicado, da autoria de Valério Cordeiro, que nela se refere às dificuldades inerentes à localização da fonte em causa⁷⁷⁷.

Na *Revista de História*, a História da Igreja é dominante face à História das Religiões, com relativa excepção dos trabalhos de Lúcio de Azevedo. Neste andamento que acabamos de analisar, a procura de cientificidade não apaga as convicções dos colaboradores do periódico, muito ecléticas e diversificadas. Assim, o *catolicismo ultramontano e congregacionista* de Fortunato de Almeida convive com o *congregacionismo filo-jesuíta* de Francisco Rodrigues e o *assimilacionismo* de Lúcio de Azevedo. Existe espaço para a colaboração na publicação de um protestante, Eduardo Moreira.

No próximo capítulo abordamos temáticas de Historiografia, Teoria da História e ciências auxiliares da História patentes na *Revista de História*. Estes domínios são bastante versados no periódico, de modos diversos e até contraditórios. Todavia, não deixa esta presença de ser significativa, dado que demonstra a relevância conferida pelo periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo aos cultores de Clio e aos modos vários da escrita da História. A publicação procura assim chamar a atenção para a necessidade dos intelectuais se afirmarem publicamente como historiadores, habilitados a constituir uma comunidade que insiste na recuperação da História Nacional, desígnio maior da Sociedade Nacional de História /Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, e do seu órgão de imprensa e comunicação.

⁷⁷⁷ Cf. Simão Coelho- *D.Nuno Alvares Pereira*, in *Revista de História*, volume 12, número 48. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, Outubro-Novembro de 1923, pp. 277-294